SIGPUB - Sistema Gerenciador de Publicações Legais
JORNAL OFICIAL
ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO
AMM

Mato Grosso , 17 de Dezembro de 2014 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO IX | Nº 2125

ESTADO DE MATO GROSSO
ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

PRESIDÊNCIA
ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO ELEITORAL BIÊNIO 2015/2016

Aos 16 dias do mês de dezembro de 2014 às 14 horas, reuniram-se a Comissão Eleitoral da AMM para o biênio 2015/2016 nomeada por meio da Portaria nº 031/2014 composta pelos seguintes membros:, Carlos Roberto da Costa, Angelina Benedita Pereira, Nilson José Vigolo, e ausente a Prefeita Divina Maria da Silva Oda e a Diretora Jurídica da AMM Dra. Débora Simone Rocha Faria para deliberarem sobre os pedidos dos registros das chapas as eleições da AMM biênio 2015/2016. Inicialmente ficou designado a Prefeita Angelina Benedita Pereira, para assumir a Vice-Presidente da Comissão Eleitoral em face da renuncia do Prefeito Wener Klesley dos Santos. Em seguida analisou os pedidos dos registros das chapas, e conforme parecer próprio deferiu os mesmos. Posteriormente, foi analisado o pedido de impugnação a chapa "AMM Eficiente" e por decisão própria a mesma foi julgada improcedente. Por último ficou estabelecido o seguinte pela Comissão Eleitoral: 1) Fica proibido o uso de "Praguinha", ou adesivos nas dependências da AMM; 2) Não haverá o uso da fala de autoridade, exceto do Presidente da AMM e dos candidatos, durante o processo eleitoral; Em seguida franqueou-se a palavra a quem dela quisesse fazer uso, especialmente para esclarecer qualquer
dúvida, porém ninguém se manifestou nada mais havia a tratar, eu Débora Simone Rocha Faria, lavrei a presente ata que depois de lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Presidente

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Vice-Presidente

NILSON JOSÉ VIGOLO
Secretário

DÉBORA SIMONE ROCHA FARIA
Secretaria "a doc' da Comissão Eleitoral
Biênio 2015/2016

Publicado por:
Noides Cenio da Silva
Código Identificador:79B55D21

PRESIDÊNCIA
ANÁLISE DO PEDIDO DE REGISTRO DAS CHAPAS PARA ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL DA AMM BIENIO 2015/2016.

Antes de analisarmos os pedidos de registro das Chapas, precisamos decidir quem vai assumir o cargo de Vice-Presidente desta Comissão Eleitoral em face da renúncia do Prefeito de Nova Marilândia. Por consenso ficou a Prefeita do Município de Planalto da Serra, Angelina Benedita Pereira.

Pois bem houve o protocolo de três chapas para disputar a eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da AMM, sendo a primeira denominada "Amm Eficiente" encabeçada pelo Prefeito Neurilan Fraga, a segunda chapa foi protocolada pelo Prefeito Adair Jose Moreira Alves, denominada "Mato Grosso por Inteiro" e a terceira chapa e última denominada "Amm Leve e Servidora", encabeçada pelo Prefeito Otaviano Olavo Pivetta.

Inicialmente, esclareçemos que com intuito de garantir oportunidade aos candidatos, no dia 13 após as 19:00 h., foi pela Comissão Eleitoral determinado que fosse concedido cópia das chapas concorrentes, quer seja via email ou cópia entregue pessoalmente.

Após analisarmos os pedidos dos registros feitos pelos três candidatos, denota-se que todas as chapas
cumpriram com todas as exigências contidas no Regimento Eleitoral biênio 2015/2016.

Assim, deferimos os registros das Chapas "AMM Eficiente" encabeçada pelo Prefeito de Nortelândia Neurilan Fraga; Chapa "AMM Mato Grosso por Inteiro", encabeçada pelo Prefeito de Alto Paraguai, Adair Jose Moreira Alves, e a chapa "AMM Leve e Servidora" encabeçada pelo Prefeito de Lucas do Rio Verde, Otaviano Olavo Pivetta.

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS (AMM)

DIRETORIA DA AMM
BIÊNIO 2013/2014

Presidente de Honra: Meraldo Figueiredo Sá- PSD

Presidente: Valdecir Luiz Colle – Juscimeira -PSD
Primeiro Vice-Presidente: Milton José Toniazzo – Terra Nova do Norte – DEM
Segundo Vice-Presidente: Jamar da Silva Lima – Nova Brasilândia - PT
Terceiro Vice-Presidente: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu - PSB
Quarto Vice-Presidente: João Antônio da Silva Balbino – Rosário Oeste - PSB
Quinto Vice-Presidente: Leonardo Farias Zampa – Novo São Joaquim - PR
Secretário Geral: Carlos Roberto Bianchi – São José dos Quatro Marcos - PSB
Primeiro Secretário: Elias Leal-Mirassol D´Oeste - PSD
Segundo Secretário: Humberto Bortolini – Itiquira - PR
Tesoureiro Geral: Moacir Pinheiro Piovezan – Porto dos Gaúchos PSB
Primeiro Tesoureiro: Divina Maria da Silva Oda – Pontal do Araguaia - PSB
Segundo Tesoureiro: Ademir Gaspar de Lima – Jaciara – PT

CONSELHO FISCAL

1 –Magali Amorim Vilena Morais – General Carneiro - PSD
2 –Fábio Schroeter – Campo Verde - PTB
3 –Fausto Aquino de Azambuja Filho – Luciara (PSB)

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1 –Luiz Henrique do Amaral – Cocalinho - PT
2 –Daniel Gonzaga Correia – Vale de São Domingos - PP
3 –José Mauro Figueiredo – Arenápolis – PRB
GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO
Gerente de Comunicação
Malu Sousa
Encarregado Jornal
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123-1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

E por ordem de protocolo, ficou Chapa 01 "AMM Eficiente"; Chapa 02 "AMM Mato Grosso por Inteiro"; Chapa 03 "AMM Leve e Servidora".

Publica-se.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Presidente

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Vice-Presidente

NILSON JOSÉ VIGOLO
Secretário

DIVINA MARIA DA SILVA ODA
Membro

DÉBORA SIMONE ROCHA FARIA
Secretaria "a doc' da Comissão Eleitoral
Biênio 2015/2016

Publicado por:
Noides Cenio da Silva
Código Identificador:2C534746

ESTADO DE MATO GROSSO
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO ALTO TELES PIRES

CIDESA - CONS. INTER ALTO TELES PIRES
RESOLUÇÃO 03/2014 DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO E DO ORÇAMENTO DO - CIDESA PARA O EXERCÍCIO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 03/2014

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação e do Orçamento do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Ambiental do alto Teles Pires - CIDESA para o exercício de 2015, conforme aprovação na Ata 03/2014 de Assembleia Geral Ordinária de 05 de Dezembro de 2014.

A Assembléia Geral aprovou e eu, OTAVIANO OLAVO PIVETTA, Presidente do CIDESA Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Ambiental do alto Teles Pires, torno público a seguinte resolução:
Art. 1º - Fica aprovado o Orçamento do CIDESA Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Ambiental do alto Teles Pires, para o exercício de 2015, no valor de R$ 2.244.000,00 (Dois milhões duzentos e quarenta e quatro mil reais).
I - Sendo que o valor previsto do repasse do Governo do Estado para o consorcio é de R$ 1.824.000,00 (Um milhão oitocentos e vinte e quatro mil reais), destinados a administração e manutenção da Patrulha Mecanizada.
II - E cerca de R$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais), serão repassados pelos municípios integrantes do Consorcio destinados a manutenção da secretaria executiva do Consorcio CIDESA ALTO TELES PIRES.
Art. 2º - As despesas que visam à manutenção de atividades, bem como a aquisição de bens, terão prioridade sobre ações de expansão e novos investimentos.
Art. 3º - Os Projetos em fase de execução terão preferência sobre novos projetos, especialmente àqueles que exijam contrapartida financeira do CIDESA
Art. 4º - O Orçamento para 2015 não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, face à Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal e atenderá a um processo de planejamento permanente.
Art. 5º - A Resolução Orçamentária, na fixação da despesa e na estimativa da receita, dará especial atenção aos princípios de:
I - austeridade na gestão dos recursos públicos;
II - modernização nas ações do CIDESA
Art. 6º - Atendidas as despesas com pessoal e seus respectivos encargos sociais e de outras despesas de custeio administrativo e operacional e despesas de capital.
Art. 7º - O Orçamento anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo, o montante das despesas fixadas, exceder à previsão da receita para o exercício.
Art. 8º - As receitas e as despesas serão estimadas, tomando-se por base a tendência e o comportamento da arrecadação do CIDESA Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Ambiental do alto Teles Pires, tendo em vista principalmente os reflexos dos planos de estabilização econômica editados pelo governo federal.
Parágrafo Único - Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária, e recursos financeiros previstos na programação de desembolso, e a inscrição de Restos a Pagar estarão limitados ao montante das disponibilidades de caixa.
Art. 9º - A Diretoria Executiva através de sua Presidência é autorizada a transpor, remanejar ou transferir recursos, uma categoria de programação para outra ou de um projeto de atividade para outro ate o limite de **30% (trinta por cento)** do total da despesa prevista, ou seja, o valor de **R$ 673.200,00 (Seiscentos e setenta e três mil e duzentos reais).**

Art. 10 - Não sendo aprovada a Resolução orçamentária até o início do exercício de 2015, a Presidência fica autorizada a realizar a proposta orçamentária até a sua aprovação e remessa pela Assembleia Geral, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês.
Parágrafo Único - Para atender ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, a Presidência se incumbirá do seguinte dará ampla divulgação, inclusive na Internet, da presente
Art. 11 – A Diretoria Executiva poderá firmar acordos e convênios com outras esferas de governo, para manutenção e desenvolvimento de novos programas.

Art. 12 - Na execução do orçamento serão atendidos preferencialmente os projetos e atividades constantes dos Anexos desta Resolução, podendo, na medida das necessidades, serem elencados novos programas, desde que financiados com recursos próprios ou de outras esferas do governo.
Art. 13 - Constituem despesas do CIDESA Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Ambiental do alto Teles Pires, todos os dispêndios que visam à manutenção, aquisição de bens, serviços e investimentos, destinados ao cumprimento das metas estabelecidas e objetivos assumidos pela Diretoria Executiva.
Art. 14 – A Resolução Orçamentária conterá os quadros de detalhamento da despesa, especificando, por projetos e atividades, os elementos de despesa e respectivos desdobramentos.
Art. 15 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sorriso/MT, 05 de Dezembro de 2014.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Presidente do Consórcio CIDESA

Publicado por:
Nivaldo Matinello
Código Identificador:2851B301

CIDESA - CONS. INTER ALTO TELES PIRES
ATA DE HOMOLOGAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL CONSORCIO

ATA 03/2014 – DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CIDESA – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL ALTO TELES PIRES.
Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze, reuniram-se no auditório da ACES (Associação Comercial e Empresarial de Sorriso) cita a rua Tenente Lira, 230 – Centro de Sorriso – MT, os prefeitos municipais integrantes do CIDESA – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental Alto Teles Pires para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Prestação de Contas do Ano 2014; Apresentação dos levantamentos e

da situação financeira do CIDESA; Eleição Biênio 2015 – 2016; aprovação do plano orçamentário 2015. Secretario Executivo do CIDESA Alto Teles Pires, Nivaldo Martinello abriu a assembleia as 14:00hs (quatorze horas), e deu as boas vindas a todos os presentes. Estavam presentes os prefeitos municipais,
Sr. Otaviano Olavo Pivetta, brasileiro, solteiro, agro empresário, portador do CPF 274.627.730-15 e do RG 12 479 33-0 residente na Rua das Garças, 2245 W – Apto 501 Torre Itauba – Parque das Emas, prefeito de Lucas do Rio Verde/MT, CEP 78.455-000; Sr. Dilceu Rossato, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF 289.602.220-20 e do RG 8025364244 residente Avenida São Paulo, 191, Centro, prefeito de Sorriso/MT, CEP 78.890-000; Sr. João Batista Moraes de Oliveira, brasileiro, casado, radialista e lojista, portador de CPF 782.277.801-30 e do RG 1.047.145-6 SSP/MT, residente Rua Arthur Bernardes, 1901, prefeito de Claudia/MT, CEP 78.540-000; Sr. Nilso Jose Vigolo, brasileiro, casado, produtor rural, portador do CPF 383.619.811-87 e do RG 479013-8 SSPMT, residente e prefeito de Vera/MT, CEP 78.880-000; Sr. Valdenir Jose dos Santos, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador do CPF 534.896.161-20 e do RG 839305 SSP/MT, residente Rua Jose Sher, 271, prefeito de Nova Ubiratã/MT, CEP 78.888-000; Sr. Pedro Ferronato, brasileiro, casado, agricultor, portador do CPF 345.727.169-00 e do RG 2421645-3, residente Rua das Azaleias, 801, Bairro das Flores, prefeito de Ipiranga do Norte/MT, CEP 78.578-000; Sr. Jose Antonio Dubiella, brasileiro, solteiro, empresário, portador do CPF 692.338.109-68 e do RG 3R/2286872, residente Rua Dionizio Cerqueira, prefeito de Feliz Natal/MT, CEP 78.885-000; Sr. Adriano Xavier Pivetta, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF 494.076.270-04 e do RG 1041723188 SSP/RS, residente na Rua das Mangueiras, 150 W, prefeito de Nova Mutum/MT, CEP 78.450-000; Sr. Hugo Garcia Sobrinho, brasileiro divorciado, empresário, portador do CPF 748.627.828-68 e do RG 4.411.191 SSP/SP, residente Av Magister, 2117, prefeito de Santa Rita do Trivelato/MT, CEP 78.453-000; Sr Nivaldo Martinello, brasileiro, casado, portador do CPF 295.401.279-04 e do RG 401.588 SSP/SC, residente na Avenida Natalino João Brescansin, 955 apto 02 – Centro – Sorriso/MT, CEP 78.890-000. Sr. Otaviano agradeceu a presença de todos, se desculpou pela falta de ações do CIDESA nesses dois anos que se passaram. Falou sobre a falta de empenho do Estado para fortalecer os consórcios, nesses momento foi aplaudito. Falou sobre a transição do Governo do Estado, e sobre as futuras ações, bem como dos consorcios e da AMM. Conforme acordado em reunião anterior devido ao ano eleitoral o Consorcio e seus entes consorciados decidiram por unanimidade não realizar termo de convenio ou rateio para o exercício de 2014 devido a suficiência financeira dos exercícios financeiros anteriores a qual possibilitou manter as atividades do Consorcio durante o exercício de 2014. Seguindo começou a explanação das contas 2014, apresentação do fechamento de contas do ano de 2014. Foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Foi apresentado a tabela com os valores mensais que deveram ser repassados pelas prefeituras para manutenção administrativa do CIDESA que será da seguinte forma, Lucas do Rio Verde, e Nova Mutum com o valor mensal de três mil reais, Sorriso quatro mil reais, Sinop cinco mil reais, e os demais dois mil reais, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade, será pela modalidade de termo de rateio e cada prefeito já recebeu oficio contendo em quais dotações cada prefeitura fara o termo de rateio. O plano orçamentário foi aprovado com um valor total globalizado para despesas administrativas do CIDESA no valor de R$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais). Devido a possibilidade do Consorcio Administrar a Patrulha Mecanizada do Estado fica contemplado no orçamento vigente o valor de 1.824.000,00 (Hum milhão oitocentos e vinte e quatro mil reais). Fica estimado o orçamento para o exercício de 2015 no valor de 2.244.000,00 (dois milhões duzentos e quarenta e quatro mil reais). Após algumas manifestações dos prefeitos presentes, colocaram em votação o Mandato do Biênio 2015 – 2016 sendo aprovado por unanimidade a chapa composta da seguinte forma, Presidente Dilceu Rossato, Vice Presidente Executivo Pedro Ferronato, e Conselheiro Fiscal Hugo Garcia Sobrinho . Sendo os mesmos qualificados anteriormente. Sendo por decisão da maioria a chapa foi aprovada e tomara posse a partir de 1º de janeiro de 2015 devendo se encerrar em 31 de dezembro de 2016. Sr. Dilceu agradeceu a confiança de todos falou sobre a eleição do estado falando que apoio o candidato eleito. Seguindo a reunião o Sr. Otaviano Pivetta convidou todos os prefeitos para fazer a foto oficial do evento. Presidente Otaviano agradeceu mais uma vez a presença de todos e deu por encerrada e Homologada a Assembléia Geral Ordinária e coube a mim Nivaldo Martinello, Secretario Executivo do CIDESA – Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental Alto Teles Pires a lavrar esta, que após lida foi assinada por mim e por todos os prefeitos nesta Assembleia Geral Ordinária.

_____
OTAVIANO OLAVO PIVETTA

_____
DILCEU ROSSATO

_____
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

_____
NILSO JOSE VIGOLO

_____
VALDENIR JOSE DOS SANTOS

_____
PEDRO FERRONATO

_____
JOSE ANTONIO DUBIELLA

_____
ADRIANO XAVIER PIVETTA

_____
HUGO GARCIA SOBRINHO

_____
NIVALDO MARTINELLO

Publicado por:
Nivaldo Matinello
Código Identificador:4289E0B8

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA 033/2014

"Concede férias regulamentares a Servidora e dá outras providências".

O Presidente da Câmara Municipal de Água Boa/MT, Senhor José Ari Zandoná, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhes são conferidas;
Resolve:

Art. 1º - Ficam concedidas férias regulamentares a Servidora **GELCI GIACOMOLLI STEIN,** matricula nº 000014, brasileira, casada, portadora do CPF nº 502.911.811-04 e RG nº 474 551 SSP/MT, referente ao período aquisitivo compreendido de 13 de maio de 2012 a 12 de maio de 2013, que serão gozadas de 29 de dezembro de 2014 a 17 de janeiro de 2015, com retorno previsto para o dia 19 de janeiro de 2015.

Parágrafo Único – Fica a Secretária Executiva da Câmara Municipal autorizada a efetuar o pagamento das férias descritas acima, acrescidas de 1/3 (um terço) do salário normal da Servidora, de conformidade com o estabelecido no Art. 7°, Inciso XVII, da Constituição Federal. Sendo 10 (dez) dias transformados em pecúnia, nos termos do art. 73, da Lei Complementar nº 009/2000.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 16 de dezembro de 2014

JOSÉ ARI ZANDONÁ
Presidente

JONATHAM SILVEIRA ROBERTO
Vice-Presidente

GILNEI MACARI
1º Secretario

Publicado por:
Alceu Penteado Junior
Código Identificador:0FA7CC4A

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA 034/2014

"Concede férias regulamentares a Servidor e dá outras providências".

O Presidente da Câmara Municipal de Água Boa/MT, Senhor José Ari Zandoná, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhes são conferidas;
Resolve:

Art. 1º - Ficam concedidas férias regulamentares ao Servidor **MARCOS LIELL**, matricula nº 000056, portador do RG nº 1.474.860-6 SSP/MT e CPF nº 011.533.861-60, referente ao período aquisitivo compreendido de 19 de maio de 2013 a 18 de maio de 2014, que serão gozadas de 29 de dezembro de 2014 a 27 de janeiro de 2015, com retorno previsto para o dia 28 de janeiro de 2015.

Parágrafo Único – Fica a Secretária Executiva da Câmara Municipal autorizada a efetuar o pagamento das férias descritas acima, acrescidas de 1/3 (um terço) do salário normal do Servidor, de conformidade com o estabelecido no Art. 7°, Inciso XVII, da Constituição Federal.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 16 de dezembro de 2014

JOSÉ ARI ZANDONÁ
Presidente

JONATHAM SILVEIRA ROBERTO
Vice-Presidente

GILNEI MACARI
1º Secretario

Publicado por:
Alceu Penteado Junior
Código Identificador:475A863D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1251, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014. (PROJETO DE LEI Nº. 1262, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014 – DO EXECUTIVO)

"Atualiza e homologa a tabela de valores venais de imóveis urbanos para fins do lançamento do IPTU e outras providências".

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, como fulcro na Lei Orgânica Municipal, na Lei Complementar Nº 19/2001- Código Tributário e sua alterações- faço saber que a Câmara Municipal em sessão de 05 de dezembro aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - Ficam definidos os seguintes Bairros e Setores da cidade, cuja tabela atualizada e homologada dos valores venais dos imóveis urbanos, para fins de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, passam a vigorar da seguinte forma:

BAIRRO/ SETOR	VALOR M² (EM REAIS)	
	RUAS (EXETO RUA 01)	AVENIDAS E RUA 01
1 - CENTRO	R$ 98,83	R$ 120,36
2 - CENTRO II	R$ 77,29	R$ 93,76
3 - OPERÁRIO I	R$ 49,42	R$ 57,01
4 - GUARUJÁ I	R$ 49,42	R$ 57,01
5 - OPERÁRIO II	R$ 24,07	R$ 29,14
6 - RODOVIÁRIO	R$ 49,42	R$ 57,01
7 - GUARUJÁ EXPANSÃO	R$ 22,81	R$ 29,14
8 - INDUSTRIAL I	R$ 41,81	R$ 63,35
9 - VILA NOVA	R$ 21,54	R$ 29,14
10 - CHACARAS	R$ 3,36	R$ 3,36
11 - CRISTALINO	R$ 24,07	R$ 29,14
12 - JARDIM TROPICAL	R$ 46,88	R$ 57,01
13 - INDUSTRIAL II	R$ 35,47	R$ 41,81
14 - INDUSTRIAL III	R$ 35,47	R$ 41,81
15 - INDUSTRIAL IV	R$ 35,47	R$ 41,81
16 - INDUSTRIAL V	R$ 41,81	R$ 50,68
17 – SETOR LC	R$ 70,96	R$ 84,89
18 - SETOR NORTE	R$ 50,68	R$ 57,01
19 - PRIMAVERA	R$ 24,07	R$ 29,14
20 - GUARUJÁ II	R$ 24,07	R$ 29,14
21 - SETOR UNIVERSITÁRIO	R$ 24,07	R$ 29,14
22 - ARAGUAIA PARK	R$ 33,60	R$ 42,00
23 - JARDIM DO LAGO	R$ 56,76	R$ 70,95
24 - GUARUJÁ III	R$ 33,60	R$ 42,00
25 - OPERÁRIO III	R$ 33,60	R$ 42,00

Art. 2º - As áreas prediais obedecerão a seguinte tabela de avaliação de valores.

CONSTRUÇÃO	VALOR M²(R$)
CASA	R$ 570,16
APARTAMENTO	R$ 570,16
LOJA	R$ 499,20
MADEIRA	R$ 391,50
FÁBRICA	R$ 354,76
CONSTRUÇÃO PRECÁRIA	R$ 344,63
GALPÃO	R$ 344,63
TELHEIRO	R$ 214,13

Art. 3º - Os valores referidos nos Artigos 1º e 2º deste Projeto de Lei, foram embasados na avaliação efetuada pela Comissão Especial de Avaliação de Imóveis Rurais e Urbanos.
Art. 4º Os proprietários que não concordarem com as avaliações de seus imóveis, poderão declarar novo valor, ressalvando-se que os imóveis que não estiverem cumprindo sua função social, poderão, a bem da Administração Pública, serem desapropriados, com base nos valores de sua própria avaliação.
Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

MAURO ROSA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado na sede da Prefeitura Municipal em 11 de dezembro de 2014

LUIZ OMAR PICHETTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Rosimeire M. Dias Costa
Código Identificador:B8D42906

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1252, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014. (PROJETO DE LEI Nº 006, DE 18 DE AGOSTO DE 2014, DO LEGISLATIVO)

"Declara de utilidade Pública a Associação Beneficente Lar da Criança de Água Boa".

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 17 de novembro de 2014 aprovou e eu sanciono a seguinte lei:
Art. 1° – Fica declarado de utilidade pública a Associação Beneficente Lar da Criança de Água Boa.
Art. 2° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, aos 15 de Dezembro de 2014.

MAURO ROSA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosimeire M. Dias Costa
Código Identificador:700BD58C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1253, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
(PROJETO DE LEI Nº 009, DE 18 DE AGOSTO DE 2014, DO LEGISLATIVO)

"Declara de utilidade Pública a Associação Projeto Sal e Luz".

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 17 de novembro de 2014 aprovou e eu sanciono a seguinte lei:
Art. 1° – Fica declarado de utilidade pública a Associação Projeto Sal e Luz.
Art. 2° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, aos 15 de Dezembro de 2014.

MAURO ROSA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosimeire M. Dias Costa
Código Identificador:624A6A07

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.233/2.014.

SÚMULA: "INCLUI COMO ITEM OBRIGATÓRIO NA CESTA BÁSICA COMERCIALIZADA NO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA/MT CREME DENTAL, ESCOVAS DENTAIS INFANTIL E ADULTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Autoria: Executivo Municipal

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, ASIEL BEZERRA DE ARAÚJO, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º -Esta lei inclui como item obrigatório nas cestas básicas comercializadas no Município de Alta Floresta/MT, escovas e creme dental.

Art. 2º- As cestas básicas comercializadas e distribuídas, por força de convenção ou acordo coletivo, ou não, no município de Alta Floresta/MT, deverão conter 2 (duas) escovas de dente, sendo uma infantil e uma adulta e um creme dental com flúor.

Art. 3°- A inobservância do disposto nesta lei sujeitará o infrator às seguintes punições:
a) Advertência;
b) Multa de 02 (Duas) UPF/MT;
c) Multa de 04 (Quatro) UPF/MT.

§° 1° - A penalidade prevista na alínea b do art. 3° será aplicada na hipótese do infrator já ter sofrido a pena de advertência.

§° 2° - A penalidade prevista na alínea c do artigo 3° será aplicada na hipótese do infrator já ter sofrido a pena prevista na alínea b.

Art. 4° - As denúncias dos munícipes, devidamente comprovadas, deverão ser encaminhadas à Secretaria de Assuntos Jurídicos – PROCON, do município, onde será instaurado o competente processo administrativo, onde o infrator terá a direito à ampla defesa e ao contraditório.

Art. 5° - Esta lei entra em vigor em 90 dias, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA – MT, em 15 de dezembro de 2014.

ASIEL BEZERRA DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luquezia Lopes Martins
Código Identificador:4721EEC7

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.234/2.014.

SÚMULA:ESTIMA A RECEITA, FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA/MT PARA O EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTORIA: Executivo Municipal.

A**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou, e eu,**ASIEL BEZERRA DE ARAÚJO**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1ºO orçamento fiscal do Município de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso, abrangendo a administração direta, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações, para o exercício financeiro de 2015, fica estimado sua Receita e fixado sua Despesa em**R$ 119.661.738,00 (*cento e dezenove milhões, seiscentos e sessenta e um mil e setecentos e trinta e oito reais*)**, discriminados em anexos como segue.
Artigo 2ºA receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do anexo integrante desta lei, com o seguinte desdobramento:

01	**RECEITAS CORRENTES:**			
	01.01	Receitas Tributárias	R$	11.311.000,00
	01.02	Receitas de Contribuições	R$	5.484.000,00
	01.03	Receitas Patrimoniais	R$	12.170.500,00
	01.04	Receitas de Serviços	R$	511.000,00
	01.05	Transferências Correntes	R$	81.510.038,00
	01.06	Outras Receitas Correntes	R$	4.675.000,00
02	**RECEITAS DE CAPITAL:**			
	02.01	Alienação de Bens	R$	200.000,00
	02.02	Transferência de Capital	R$	8.040.000,00
03	**RECEITAS CORRENTES – INTRA - ORÇAMENTÁRIA**			
	03.01	Receita Intra-Orçamentária		4.782.000,00
04	**DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES**			
	04.01	Dedução da Receita	R$	- 981.800,00
	04.02	Deduções de Transferências Correntes	R$	- 7.930.000,00
	04.03	Deduções de Outras Receitas Correntes	R$	- 110.000,00
TOTAL DAS RECEITAS			**R$**	**119.661.738,00**

Artigo 3ºA Despesa da administração direta será realizada segundo a discriminação dos quadros de Despesas**"Por Funções de Governo, Por Categoria Econômica e Por Órgão da Administração**" integrante desta Lei, e as autarquias e fundações em seus respectivos orçamentos aprovados por decreto executivo.
a)POR FUNÇÕES DE GOVERNO:

01 – LEGISLATIVO	R$	3.801.770,00
02 – JUDICIÁRIA	R$	492.000,00
04 – ADMINISTRAÇÃO	R$	10.601.100,00
06 – SEGURANÇA PÚBLICA	R$	1.268.000,00
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	R$	5.310.500,00
09 – PREVIDÊNCIA SOCIAL	R$	20.446.000,00
10 – SAÚDE	R$	22.564.000,00
11 – TRABALHO	R$	1.033.036,00
12 – EDUCAÇÃO	R$	26.560.868,00
13 – CULTURA	R$	1.399.000,00
15 – URBANISMO	R$	8.431.000,00
16 – HABITAÇÃO	R$	200.000,00

18 – GESTÃO AMBIENTAL	R$	3.533.500,00
20 – AGRICULTURA	R$	1.712.000,00
22 – INDÚSTRIA	R$	824.000,00
23 – COMÉRCIO E SERVIÇO	R$	95.000,00
25 – ENERGIA	R$	854.000,00
26 – TRANSPORTE	R$	6.355.000,00
27 – DESPORTO E LAZER	R$	1.961.000,00
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	R$	1.754.764,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R$	465.200,00
Total das Despesas por Funções de Governo	**R$**	**119.661.738,00**

b)POR CATEGORIA ECONÔMICA:

Administração Direta:		
Despesas Correntes	R$	89.280.144,00
Despesas de Capital	R$	9.470.394,00
Reserva de Contingência	R$	465.200,00
Total da Administração Direta	**R$**	**99.215.738,00**
Administração Indireta:		
Despesas Correntes	R$	4.382.000,00
Outras Despesas Correntes	R$	991.500,00
Despesas de Capital	R$	270.000,00
Reservas Legal RPPS	R$	14.802.500,00
Total da Administração Indireta	**R$**	**20.446.000,00**
GERAL POR SUBFUNÇÃO	**R$**	**119.661.738,00**

c)POR ÓRGÃO DA ADMNINISTRAÇÃO:

Administração Direta:		
01 – Câmara Municipal.	R$	3.801.770,00
02 – Direção Superior.	R$	3.640.800,00
03 – Secretaria Municipal de Administração.	R$	4.127.800,00
04 – Secretaria Municipal de Finanças.	R$	5.108.000,00
05 – Secretaria Municipal de Comunicação Social.	R$	271.000,00
06 – Secretaria Municipal de Assistência Social.	R$	5.360.500,00
07 –Secretaria Municipal de Educação.	R$	26.560.868,00
08 – Secretaria Municipal de Cultura e Juventude.	R$	1.399.000,00
09 – Secretaria Municipal de Saúde.	R$	22.564.000,00
10 – Secretaria Municipal de Transporte e Segurança.	R$	1.348.000,00
11 – Secretaria Municipal de Infra-Estrutura.	R$	14.981.000,00
12 – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.	R$	1.961.000,00
13 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente.	R$	3.558.500,00
14 – Secretaria Municipal de Agricultura.	R$	1.747.000,00
15 – Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo.	R$	919.000,00
16 – Secretaria Municipal da Cidade.	R$	1.867.500,00
Total da Administração Direta	**R$**	**99.215.738,00**
Administração Indireta:		
IPREAF – Inst. de Previdência de Alta Floresta	R$	20.446.000,00
Total da Administração Indireta	**R$**	**20.446.000,00**
GERAL POR SUBFUNÇÃO	**R$**	**119.661.738,00**

Artigo 4º Os orçamentos das despesas das administrações indiretas poderão ser expandidos até os limites das efetivas arrecadações.
Artigo 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:
I – realizar operações de crédito por antecipação de receita, até o limite de 16% (dezesseis por cento) da receita estimada, nos termos legais da legislação em vigor da Resolução do Senado nº 047/2001;

II – abrir créditos suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento das despesas, nos termos do artigo 7º da Lei 4.320/64.

Artigo 6º Esta Lei entrará em vigor em 1.º de Janeiro de 2015, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA – MT, em 15 de dezembro de 2014

ASIEL BEZERRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Redação Final do Projeto de Lei:*Membros da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final*

Publicado por:
Luquezia Lopes Martins
Código Identificador:1A4190AE

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.235/2.014.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – COMUD E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTORIA: Executivo Municipal.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou, e eu, **ASIEL BEZERRA DE ARAÚJO**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas – COMUD de Alta Floresta/MT, órgão normativo de deliberação coletiva, que se integrará na ação conjunta e articulada de todos os órgãos de níveis federal, estadual e municipal que compõem o Sistema, de que trata o Decreto Federal n° 18.505 de 26 de novembro de 1982.

Art. 2º São objetivos do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas de Alta Floresta/MT:
I - propor programa municipal de prevenção ao uso indevido de álcool e drogas e, compatibilizando-o com a respectiva política estadual, proposta pelo Conselho Estadual, bem como acompanhar a sua execução;
II - coordenar, desenvolver e estimular programas e atividades de prevenção da disseminação de tráfico e do uso indevido de álcool e drogas;
III - estimular e cooperar com serviços que visam o encaminhamento e tratamento de dependentes de drogas e entorpecentes;
IV - colaborar, acompanhar e formular sugestões para as ações de fiscalização e repressão, executadas pelo Estado e pela União;
V - estimular estudos e pesquisas sobre o problema do uso indevido e abuso de drogas e substâncias que determinem dependência física e psíquica;
VI - articular entre as secretarias estaduais e municipais (Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura e Juventude entre outras), a promoção de atividades de prevenção ao uso indevido de droga.
§1º Para fins desta Lei, considera-se:
I - redução da demanda o conjunto de ações relacionadas à prevenção do uso indevido de drogas, ao tratamento, à recuperação e a inserção social dos indivíduos que apresentem transtornos decorrentes do uso.
§ 2º O COMUD deverá avaliar, periodicamente a conjuntura municipal, mantendo atualizados o prefeito e a Câmara Municipal quanto ao resultado das ações.
§3º O COMUD deverá, anualmente, apresentar os programas, as ações desenvolvidas e os resultados de sua atuação, assim como o demonstrativo econômico e financeiro do Fundo Municipal de Prevenção às Drogas em audiência pública realizada em Sessão Especial da Câmara Municipal de Alta Floresta - MT.

Art. 3º O COMUD fica assim constituído:
I - Plenário;
II - Presidência
III - Secretaria – Executiva, e Comitê e Comitê-Fundo.
***Parágrafo único*.** Os membros do Conselho terão mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 4º O COMUD será composto, paritariamente, por representantes de órgãos governamentais e não-governamentais, num total de 08 (oito) membros titulares e respectivos suplentes, representantes das entidades a seguir relacionadas:
I - órgãos governamentais:
a) um Titular e um Suplente da Secretaria Municipal de Saúde;
b) um Titular e um Suplente da Secretaria Municipal de Educação;
c) um Titular e um Suplente da Secretaria Municipal de Assistência Social;
d)um Titular e um Suplente representante de órgãos de Segurança do Município (Polícia Civil e/ou Polícia Militar).
II – órgãos não-governamentais:
a) um titular e um suplente Médico(a) de Alta Floresta;
b) um titular e um suplente indicado pela Obra Social Nossa Senhora da Glória;
c) um titular e um suplente representado pelo COPEAF (Conselho de Pastores de Alta Floresta e Região);

d) um Titular e um Suplente indicado pelo Lar Santa Izabel.

SEÇÃO I
DOS IMPEDIMENTOS

Art. 5º De modo a tornar efetivo o caráter paritário do COMUD, são considerados impedidos de integrar sua ala o cônjuge ou companheiro(a) e parentes, consangüíneos e afins, do(a) Chefe do Executivo e seu cônjuge ou companheira(o).

Parágrafo único. O impedimento de que trata o caput deste dispositivo se estende aos cônjuges, companheiros(as) e parentes, consangüíneos e afins.

Art. 6º As funções de membros do Conselho não serão remuneradas, porém, consideradas relevantes ao serviço público. A relevância a que se refere, será atestada por meio de certificado expedido pelo prefeito, a partir da nomeação do conselheiro.

Art. 7º O Presidente do COMUD de Alta Floresta/MT será escolhido entre seus pares, para o mandato de 02 (dois) anos, sendo vedada a recondução.
§ 1º O exercício da presidência do COMUD caberá, alternadamente, as representantes do governo e da sociedade civil organizada;
§ 2º Na ausência ou impedimento do Presidente, assumirá como seu substituto legal, o Vice-Presidente, nesta ordem;
§ 3º No caso de vacância do cargo de Presidente, o Vice assumirá automaticamente a função, até o término do mandato.

Art. 8º O presidente do Conselho será escolhido pelos membros do Conselho mediante a eleição obedecendo a alternância entre sociedade civil e governo.

Art. 9º O Conselho poderá dispor de uma secretaria, dirigida por funcionário indicado pelo seu Presidente e nomeado pelo Prefeito Municipal.

Art. 10. As despesas decorrentes da presente lei serão atendidas pelas verbas próprias do orçamento municipal, suplementadas, se necessário.

Art. 11. O detalhamento da organização, do funcionamento do COMUD, assim como as atribuições de sua diretoria, serão objeto do respectivo Regimento Interno.

DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS

Art. 12. Cabe ao COMUD instituir o Fundo Municipal de Prevenção às Drogas, com o objetivo de possibilitar a obtenção e a administração de recursos financeiros provenientes de doações, convênios, programas e projetos de que trata esta lei, os quais, serão destinados ao desenvolvimento de ações, visando a prevenção e controle do uso e abuso de drogas, especificados na Legislação Federal, nos termos da político municipal para área e nas ações municipais, elaboradas pelo COMUD.

Art. 13. Os recursos obtidos pelo Fundo Municipal de Prevenção às Drogas, serão destinados exclusivamente para:
I - a realização de programa de prevenção ao uso e abuso de drogas.
II- o incentivo à formação de grupos de apoio para atendimento aos usuários de drogas e aos seus familiares;
III- a elaboração de textos educativos para divulgação junto a grupos de risco com informação sobre prevenção e tratamento de usuários de drogas lícitas e ilícitas, bem como os seus familiares;
IV- outras atividades determinadas pelo COMUD e constantes de seu regimento interno.

Art. 14. São recursos Fundo Municipal de Prevenção às Drogas:

I - as receitas resultantes de doações da iniciativa privada e de pessoa física ou jurídica;
II - dotações orçamentárias da União, do Estado e do Município consignadas especificamente para o atendimento do disposto nesta lei;
III - rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;
IV - receitas de acordos, convênios ou termos de cooperação; e
V - outros recursos que possam ser destinados ao Fundo Municipal de Prevenção às Drogas;

Art. 15. Os recursos do Fundo Municipal de Prevenção às Drogas serão geridos pelo Conselho Municipal sobre Drogas – COMUD de Alta Floresta – MT.

Art. 16. O Fundo Municipal de Prevenção às Drogas, de natureza e individuação contábeis, atuará por meio de liberação de recursos, observadas as seguintes condições:
I - apresentação pelo beneficiário, de projetos ou planos de trabalho referentes aos objetivos previstos no artigo 12° desta lei;
II - demonstração da viabilidade técnica dos projetos e planos de trabalho e sua adequação aos objetivos da prevenção às drogas;
III - enquadramento do projeto ou plano de trabalho pelo Conselho Municipal sobe Drogas;
Parágrafo único. O detalhamento da constituição e gestão do Fundo Municipal de Prevenção às Drogas, assim como de todo aspecto que a este fundo diga respeito, constara do Regimento Interno do COMUD.

Art. 17.Os demonstrativos financeiros e o funcionamento do Fundo Municipal de Prevenção às Drogas obedecerão ao disposto na legislação vigente referentes à Administração Direta Municipal.

Art. 18. O COMUD providenciara as informações relativas à sua criação e sua atuação à SENAD e ao CONED, visando sua integração aos Sistemas Nacional e Estadual sobre Drogas.

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 19. O COMUD providenciará a elaboração do seu Regimento Interno pela aprovação da maioria absoluta de seus membros, no prazo de 30 dias de sua instalação.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. Esta lei deverá ser regulamentada no prazo de 30 dias após sua publicação.

Art. 21. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1093, de 21 de novembro de 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA – MT, em 15 de dezembro de 2014

ASIEL BEZERRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Redação Final do Projeto de Lei: ***Membros da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final***

Publicado por:
Luquezia Lopes Martins
Código Identificador:DBD5C6D5

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.236/2.014.

SÚMULA: "AUTORIZA O MUNICÍPIO A CONTRATAR PELO PRAZO DE 240 MESES, FINANCIAMENTO NO VALOR DE R$ 1.700.000,00 POR INTERMÉDIO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, PARA OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC 2 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

AUTORIA: Executivo Municipal

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, ASIEL BEZERRA DE ARAÚJO, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar e garantir financiamento com a Caixa Econômica Federal pelo valor de R$ 1.700.000,00 (um milhão, setecentos mil reais), observadas as disposições legais em vigor para a contratação de operações de crédito.

§ 1º Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão, obrigatoriamente, destinados a um conjunto de ações que visam melhorar a qualidade de vida da população do Bairro Boa Nova, mediante pavimentação, passeios públicos, drenagem urbana e sinalização viária, aprovadas através do Ministério das Cidades/Programa de Infraestrutura de Transporte e de Mobilidade Urbana – PRÓ-TRANSPORTE - PAC.

§ 2º A taxa nominal de juros das operações de empréstimos autorizadas por esta lei, no âmbito do Pró-Transporte é de até 6% (seis por cento) ao ano, pagos mensalmente nas fases de carência e amortização, conforme disposto na Instrução Normativa nº 41 do Ministério das Cidades, de 24 de outubro de 2012.

§ 3º O prazo de carência do financiamento é de até 72 (setenta e dois) meses, contados a partir da assinatura do contrato de financiamento.

§ 4º O prazo de amortização do financiamento é de até 168 (cento e sessenta e oito) meses, iniciando a partir do final do prazo de carência.

Art. 2º Para a garantia do principal, encargos e acessórios do financiamento, observada a finalidade indicativa do Art. 1º fica o Poder Executivo Municipal autorizado a vincular como garantia, a modo pro solvendo, as cotas do Fundo de Participação dos Municípios previstas nos incisos I e II do Art. 159 da Constituição Federal.

Parágrafo Único. Caso haja insuficiência de parte dos depósitos bancários necessários para a quitação dos encargos contratuais e/ou na hipótese de extinção das receitas, a garantia será sub-rogada sobre os fundos ou impostos que venham a substituí-las, durante o prazo de vigência do contrato de operação de crédito autorizado por esta Lei.

Art. 3º A operação de crédito autorizada por esta Lei terá suas condições de prazo, carências e encargos financeiros estabelecidos pela Caixa Econômica Federal, observado o regramento do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC do Governo Federal.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:

I. Abrir, em qualquer época, os créditos adicionais destinados à aplicação dos recursos de que trata esta Lei, inclusive os valores necessários ao atendimento de contrapartida;

II.Firmar contratos aditivos, convênios e acordos necessários à implementação das obras e serviços especificadas no Art. 1º.

Art. 5º O Poder Executivo Municipal consignará nos orçamentos anuais e plurianuais durante os prazos que vierem a ser estabelecidos para a execução dos empreendimentos e para o financiamento, dotações suficientes aos investimentos e pagamentos das parcelas de amortização e encargos financeiros decorrentes do financiamento, bem como valores de contrapartida de recursos próprios.

Parágrafo Único. Em virtude da transparência dos atos deste Executivo o contrato de financiamento será enviado para o conhecimento do Poder Legislativo.

Art. 6º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a baixar atos próprios para a regulamentação desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA – MT, em 15 de dezembro de 2014

ASIEL BEZERRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luquezia Lopes Martins
Código Identificador:08961863

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 086/2014

A Prefeitura Municipal de Alta Floresta, através de seu Pregoeiro Oficial torna público o resultado do procedimento licitatório de PREGÃO PRESENCIAL Nº 086/2014, tendo como objeto é o "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS PARA ACONDICIONAMENTO RESIDUOS", conforme a seguir:
EMPRESA VENCEDORA: ARTEMIO BEVILAQUA – ME, CNPJ Nº 01.180.072/0001-20

ITEM	Unidade	QTDE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
LOCAÇÃO MENSAL DE CAÇAMBAS ESTACIONARIAS PARA ACONDICIONAMENTO RESIDUOS	LOCAÇÃO	60	R$ 630,00	R$ 37.800,00

ALTA FLORESTA-MT, 12 DE DEZEMBRO DE 2014

MIRALDO GOMES DE SOUZA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Miraldo Gomes de Souza
Código Identificador:E3A3067D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO/DESISTÊNCIA N°. 004/2014 DO CONCURSO PÚBLICO 001/2011

Certificamos para os devidos fins, que referente ao Edital de Convocação nº. 18/2014 do Concurso Público 001/2011, válido no período compreendido entre 12 de novembro de 2014 e término em 11 de dezembro de 2014;

Não compareceu para assumir sua vaga o seguinte candidato com o respectivo cargo:

Técnico de Gestão Escolar – Sede Municipal

Classificação	Inscrição	Nome
11	1957	Paulo Henrique Borges Barbosa

Por não ter comparecido dentro do prazo estipulado, foi automaticamente considerado como desistente, ficando a Administração livre para chamar o próximo candidato seguindo a ordem de classificação.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente Termo para todos os efeitos legais de direito.

Alto Araguaia-MT, 16 de dezembro de 2014.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sebastião Elias Filho
Código Identificador:51682784

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Referente:
Contrato: nº 158/2012
Objeto: Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário e Estação de Tratamento de Esgoto no Município de Alto Araguaia MT
Origem dos Recursos: FUNASA – Fundação Nacional da Saúde
Assunto: Paralisação das Obras
Notificado: CINAL Construtora e Incorporadora Nacional Ltda
Representante Legal: Joaquim Silva
Endereço: Praça da República, nº 130, Edifício Executivo, 9º andar, sala 907, Bairro Setor Central, CEP 75503-260 – Itumbiara/GO
A Procuradoria Jurídica do Município de Alto Araguaia, na pessoa de seu d. Procurador, Sr. José Rubens Falbota, vem por meio desta:
Considerando a Notificação nº 73/OBRAS/ENG/2014 datada de 02 de Dezembro de 2014, encaminhada pela Secretaria Municipal de Obras/Departamento de Engenharia, na pessoa da Engenheira Civil Jeane Oliveira Borges, na qual notifica-lhes da urgente necessidade de retomada das obras objeto do contrato acima referido;
Considerando a necessidade da efetiva execução das obras, notadamente por se tratar de obra resultante de convênio/contrato de repasse do Governo Federal;
Considerando a importância de garantir a funcionalidade das obras viabilizadas com recursos públicos;
Considerando o dever/poder desta municipalidade para exigir o cumprimento das cláusulas Contratuais;
Considerando ainda, que através da Notificação nº 73/OBRAS/ENG/2014, nos termos do previsto no art. 55, inciso III, da Lei 8.666/93 houve ciência da devida correção/periodicidade do valor da obra, inclusive das medições pagas após 01 (um) ano do contrato, devidamente aprovadas pelo Departamento de Engenharia;
Considerando que a Administração Municipal encontra-se rigorosamente em dia com os pagamentos das obras até então executadas;
Considerando ainda, que os recursos para continuidade das obras já foram repassados pela FUNASA e que, não havendo continuidade, incorre-se no risco dos recursos serão recolhidos pelo Governo Federal, impondo-se sanções à Municipalidade;
Considerando por fim, que as obras, objeto do supracitado contrato encontram-se injustificadamente paralisadas a mais de 60 (sessenta) dias;
NOTIFICAR EXTRAJUDICIALMENTE a empresa CINAL CONSTRUTORA e INCORPORADORA NACIONAL LTDA, na pessoa de seu representante legal, para que, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, retome as obras objeto do Contrato nº 158/2012 e/ou responda justificadamente aos termos da presente, sob pena de aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima Terceira do Instrumento Contratual, sem prejuízo da aplicação de outras sanções administrativas e/ou judiciais cabíveis, inclusive aquelas que por ventura vierem a ser aplicadas pela FUNASA em decorrência da não conclusão das obras.
É o que temos a notificar.

Alto Araguaia – MT, 16 de dezembro de 2014.

JOSÉ RUBENS FALBOTA
Procurador Jurídico

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:C19A29CF

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 154, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE COMPRAS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - MT SEM AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DO PREFEITO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDËNCIAS.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR, Prefeito do município de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 71, inciso IV da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica expressamente proibida a realização de despesas, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Alto Garças - MT, de 16 a 31/12/2014.

Art. 2º - Fica vedada a realização de despesas, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Alto Garças - MT, a partir de 1° de janeiro de 2015, sem autorização expressa do Prefeito Municipal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças, 12 de dezembro de 2014.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Ribeiro da Silva Pereira
Código Identificador:7DFBFEDC

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ATA DE SESSÃO E DE ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO: N° 116/2014
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 082/2014
TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSERTO, TROCA E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA FROTA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.Às treze horas do dia dezesseis de Dezembro de dois mil e quatorze, na Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT, a Pregoeira – Edi Batista Ribeiro de Miranda e Equipe de Apoio, instituída pela portaria n°115, de 03 de julho de 2014.Reuniram-se para apreciar e julgar o processo licitatório em epígrafe.Estiveram reunidos para receber os envelopes contendo a documentação e a proposta de preços dos interessados em participar do presente certame licitatório. Durante o período de 24/11/2014 a 16/12/2014, em que o Edital e seus anexos estiveram disponíveis aos interessados. A sessão foi aberta no horário previsto, porém, foi encerrada logo em seguida tendo em vista que o motivo principal da reunião deixou de existir. A Pregoeira declarou **Deserta** a licitação pelos motivos aqui apresentados. Ato contínuo determinou a lavratura da ata para que fosse assinada pelos membros da Equipe de Apoio e posteriormente encaminhada à autoridade competente encerrando – se a sessão.

EDI BATISTA RIBEIRO DE MIRANDA
Pregoeira.

Equipe de Apoio:

HUGO CÉSAR SOUZA PEREIRA
Membro e

CREUSA FRAGA RIBEIRO DE MORAES
Membro.

Publicado por:
Marciana Vila Alves
Código Identificador:58E6F588

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 145/2014

"Dispõe sobre Recesso nas Repartições Públicas Municipais de Alto Taquari-MT".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a necessidade do encerramento do exercício financeiro, realização de balanços e implantação do orçamento para o ano de 2015:

CONSIDERANDO a comemoração das festividades Natalinas e de Ano Novo, sendo o mesmo dedicado à confraternização de toda sociedade;
CONSIDERANDO que grande parte dos órgãos públicos estaduais e federais estará em recesso e ainda, que há pouca demanda para os serviços públicos no período;
CONSIDERANDO ser usual a administração municipal instituir anualmente um período de recesso dos serviços administrativos, concedendo a seus servidores a oportunidade de permanência com suas famílias,
DECRETA:
Artigo 1º - Fica decretado **Recesso Administrativo** no Poder Executivo Municipal de Alto Taquari-MT., no período de 15 de dezembro de 2014 a 09 de janeiro de 2015, excetuado serviços públicos indispensáveis e essenciais;

§ 1º - No período em questão, funcionarão em regime especial e reduzido, exclusivamente os serviços considerados de natureza essenciais e indispensáveis e os serviços administrativos internos que forem considerados obrigatórios para o encerramento do exercício financeiro, ficando os demais servidores em recesso, devendo ficar a disposição do Município e se apresentar de imediato se convocados para o serviço.

§ 2º - Os servidores municipais que prestarem serviço durante o recesso administrativo perceberão seus vencimentos regulares, não sendo devido o pagamento de horas-extras quando realizada jornada normal ou reduzida de trabalho, vez que operíodo de recesso não pode ser considerada como "excepcional ou extraordinária", tratando-se de uma atividade normal e frequente imposta aos servidores que desempenham funções essências e necessária à manutenção dosserviçospúblicos indispensáveis, em conformidade com art. 37 da Constituição Federal;

Artigo 2º - A Jornada de Trabalho dos Servidores das Unidades de Saúde, da Limpeza Urbana, da Coleta de Lixo e Conselho Tutelar, será definida pelos respectivos Secretários, podendo, se houver necessidade, serem implantadas escalas de turnos e plantões, desde que não implique na geração de horas-extras ou quaisquer outros adicionais;

Artigo 3º - As férias solicitadas e gozadas durante o período de recesso administrativo serão validadas como férias, bem como as férias requeridas antes ou imediatamente após esse período serão deferidas conforme o interesse da administração;

Artigo 4°. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário;

Alto Taquari, 15 de Dezembro de 2014.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Paes Capoci
Código Identificador:2DD71FA3

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº. 146/2014

"Divulga dias de feriados Nacional, Estadual, Municipal e define os pontos facultativos nas Repartições Públicas do Município de Alto Taquari – MT, para o ano de 2015".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, *Maurício Joel de Sá*, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...
Considerando os feriados civis declarados, pelas Leis Federais nº 662, de 06 de abril de 1.949; 9093, de 12 de setembro de 1.995 e 10.607, de 19 de dezembro de 2.002, pela Lei Estadual nº 7.879, de 27 de dezembro de 2.002, bem como pelas Leis Municipal nº 050 de 13 de outubro de 1.989 e nº 529, de 16 de abril de 2.009.
DECRETA:
Art.1º - Ficam divulgados os dias de feriados nacional, estadual e municipal e definidos os pontos facultativos no ano de 2.015, para cumprimento pelos Órgãos da Administração Pública direta e indireta vinculada ao Poder Executivo Municipal, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais, a saber:
· 1° de janeiro – Quinta-feira – Confraternização Nacional (feriado nacional);
02 de janeiro – Sexta-feira (ponto facultativo);
16 de fevereiro – Segunda-feira (ponto facultativo);
17 de fevereiro – Terça feira de Carnaval (feriado);
18 de fevereiro – Quarta-feira de Cinzas (ponto facultativo até as 13:00 horas); (expediente após as 13:00 horas);
19 de março – Quinta-feira – São José – (feriado Municipal);
20 de março – Sexta-feira (ponto facultativo);
03 de abril – Sexta-feira Santa; (ponto facultativo)
20 de abril – Segunda-feira (ponto facultativo);
21 de abril – Terça-feira – Tiradentes (feriado nacional);
1º de maio – Sexta-feira – Dia do Trabalhador (feriado nacional);
13 de maio – Quarta-feira – Aniversário de Alto Taquari – (feriado municipal);
04 de junho – Quinta-feira – Corpus Christi (feriado);
05 de junho – Sexta-feira (ponto facultativo)
07 de setembro – Segunda-feira – Independência do Brasil (feriado nacional);
12 de outubro – Segunda-feira – Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional);
28 de outubro – Quarta-feira – Dia do Servidor Público; (ponto facultativo);
02 de novembro – Segunda-feira – Finados (feriado nacional);
15 de novembro – Domingo – Proclamação da República (feriado nacional);
20 de novembro – Sexta-feira – Dia da Consciência Negra (feriado estadual)
24 de dezembro – Quinta-feira – (ponto facultativo);
25 de dezembro – Sexta-feira – Natal (feriado nacional);
31 de dezembro – Quinta-feira – (ponto facultativo);
Art. 2º - Caberá aos dirigentes dos órgãos à preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos as respectivas áreas de competência.
Art. 3° - Caberá a Controladoria Interna do Município, fiscalizar o cumprimento das disposições deste decreto, especialmente o disposto no art. 2º.
Art. 4° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari–MT, em 16 de dezembro de 2014.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Paes Capoci
Código Identificador:AF344D32

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI - MT
EXTRATOS DE ADITIVOS DO MÊS DE OUTUBRO/2014.

1º Termo Aditivo do Contrato **Nº 183/2013,** Convite para compras e serviços nº 15/2013, Parte: **INDUSTRIA GRÁFICA E EDITORA**

RONDONOPOLIS; O objeto do termo aditivo é o acréscimo do valor, Sendo de **R$ 616,10**.

Publicado por:
Kelly Cristina Koch
Código Identificador:4E5BAB56

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE OUTUBRO/2014

1º Termo Aditivo do Contrato **Nº 184/2013,** Convite para compras e serviços nº 15/2013, Parte: **WELBER FELIX BERQUO**; O objeto do termo aditivo é o acréscimo do valor, Sendo de **R$ 567,65**

Publicado por:
Kelly Cristina Koch
Código Identificador:5D8F3DE9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE OUTUBRO/2014

2º Termo Aditivo do Contrato **Nº 191/2013,** Tomada de Preços 009/2013, Parte: **SYLVIA MAIA SANTOS BERIGO - ME**; O objeto do termo aditivo é prorrogação de prazo, Vigência: **16/10/2014 à 01/05/2015.**

Publicado por:
Kelly Cristina Koch
Código Identificador:10AABD11

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE OUTUBRO/2014

1º Termo Aditivo do Contrato **Nº 198/2013,** Pregão Presencial Nº 37/2013, Parte: **OPORTUNA SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÕES LTDA - EPP**; O objeto do termo aditivo é prorrogação de prazo, Vigência: **05/10/2014 à 22/10/2015.**

Publicado por:
Kelly Cristina Koch
Código Identificador:3300385C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE OUTUBRO/2014

1º Termo Aditivo do Contrato **Nº 199/2013,** Pregão Presencial Nº 37/2013, Parte: **OPORTUNA SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÕES LTDA - EPP**; O objeto do termo aditivo é prorrogação de prazo, Vigência: **05/10/2014 à 22/11/2015.**

Publicado por:
Kelly Cristina Koch
Código Identificador:211C1202

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE OUTUBRO/2014

1º Termo Aditivo do Contrato **Nº 200/2013,** Pregão Presencial Nº 37/2013, Parte: **OPORTUNA SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÕES LTDA - EPP**; O objeto do termo aditivo é prorrogação de prazo, Vigência: **05/10/2014 à 22/11/2015.**

Publicado por:
Kelly Cristina Koch
Código Identificador:54B96688

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE OUTUBRO/2014

1º Termo Aditivo do Contrato **Nº 181/2013,** Pregão Presencial Nº 74/2013, Parte: **EDISLEI MARTINS DE AMORIM**; O objeto do termo aditivo é prorrogação de prazo, Vigência: **03/10/2014 à 08/04/2015.**

Publicado por:
Kelly Cristina Koch
Código Identificador:BAB328C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE OUTUBRO/2014

1º Termo Aditivo do Contrato **Nº 182/2013,** Pregão Presencial Nº 74/2013, Parte: **JN REFRIGERAÇÃO LTDA-ME**; O objeto do termo aditivo é o acréscimo do valor, Sendo de **R$ 3.634,00**.

Publicado por:
Kelly Cristina Koch
Código Identificador:DED6ADCD

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°. 324/2014

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA MÉDICA À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença Médica a Servidora **ALDALENA FERNANDES,** ocupante do cargo de Serviços Gerais, no período de 16/12/2014 à 29/01/2015.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Apiacás-MT., 16 de Dezembro de 2014.

ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidia Maria Silva Contrera
Código Identificador:36A5EBF3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO- PREGÃO PRESENCIAL 048/2014 LICITAÇÃO DESERTA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 066/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2014
A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso torna público o resultado da sessão que se realizou na data de **16/12/2014**, licitação na modalidade Pregão Presencial 048/2014
OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS**
RESULTADO: LICITAÇÃO DECLARADA DESERTA POR NÃO ACUDIREM INTERESSADOS AO CERTAME.

Publicado por:
Silvia Pierina Rozza Krizanowski
Código Identificador:CC42338D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

PREGOEIRO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº 025/2014

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 025/2014

A **Prefeitura Municipal de Araguaiana – MT** Torna Público aos interessados o **Resultado da Licitação** realizada na Modalidade de **Pregão Presencial** N.º **025/2014** para Registro de Preços, tendo como objetivo: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ARAGUAIANA - MT.** Em Abertura realizada no

dia **01/12/2014** às **08:00**. Empresa Vencedora: **SANDRO PERES XAVIER – ME.**

Araguaiana – MT, 16 de Dezembro de 2014.

MÁRCIA CRISTINA FERNANDES CORRÊA
Pregoeira de Licitação.

Publicado por:
Marcia Cristina Fernandes Correa
Código Identificador:79B2358D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 652/14 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

"ALTERA OS ART. 1º E 3º DA LEI MUNICIPAL Nº 616/2013 QUE CRIOU VERBA DE NATUREZA INDENIZATÓRIA PELO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PARLAMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Sr. **JOSÉ MARRA NERY**, Prefeito Municipal de Araguaiana/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Caput do Art. 1º da Lei Municipal nº 616/2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica criada na Câmara Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso a VERBA DE NATUREZA INDENIZATÓRIA para os vereadores pelo exercício da Atividade Parlamentar, no valor de R$1.000,00 (Um mil reais) para os Vereadores e de R$1.300,00 (Um mil e trezentos reais) para o Presidente da Câmara Municipal, nos termos do artigo 37 § 11 da Constituição Federal".

Art. 2º - O artigo 3º da Lei Municipal nº 616/2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão à conta da Dotação Orçamentária incluída e consignada no Orçamento da Câmara Municipal no elemento de despesa 33.90.93.00.00 – Indenizações e Restituições"

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas As disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 15 de dezembro de 2014.

JOSÉ MARRA NERY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Marques da Silva
Código Identificador:1F766F2A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 653/14 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICIPIO DE ARAGUAIANA - MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. **JOSÉ MARRA NERY**, Prefeito Municipal de Araguaiana/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o **Conselho Municipal de Transporte Escolar** com a finalidade de assessorar o Governo Municipal no acompanhamento e fiscalização do programa municipal de transporte escolar, destinado ao atendimento de alunos da educação infantil e ensino fundamental, junto aos transportes contratados e os próprios municipais, mantidos pelo o município motivando a participação dos órgãos públicos, entidades afins e comunidade na consecução de seus objetivos, competido-lhe especificamente:

I – Fiscalizar e controlar a aplicação dos programas municipais de transporte escolar;

II – Elaborar regulamentos próprios que visem a atender otimamente a demanda do aluno da rede de ensino municipal;

III – fixar critérios para o estabelecimento de roteiros, itinerários e horários de circulação do transporte escolar;

IV – Articular-se com os órgãos ou serviços governamentais nos âmbitos federal e estadual e com outras entidades a fim de obter cooperação escolar junto às escolas municipais e estaduais;

V – Realizar campanhas educativas de esclarecimentos e divulgação das ações do **Conselho Municipal de Transporte Escolar**, sua finalidade, sua abrangência, fazendo despertar nos alunos do ensino médio municipal, principalmente, que por decisão superior também utilizam o transporte escolar, uma maior compreensão de cidadania, levando-os a refletir que ações de cidadania devem ser compartilhadas com responsabilidade;

VI – Orientar, quando necessário, e fiscalizar o funcionamento do sistema municipal de transporte escolar no que concerne a oferta satisfatória dos serviços aos alunos atendidos pela rede pública de ensino, observando-se as condições de regularidade dos roteiros estabelecidos, a pontualidade, eficiência, higiene, segurança, lotação, generalidade, comportamento dos condutores dos veículos e suas relações com os alunos;

VII – Realizar trabalhos, quando necessário, de orientação aos motoristas com noções de bom trato e cordialidade dos mesmos com os alunos e seus familiares;

VIII – Estabelecer locais de paradas do transporte escolar, de forma que atendam satisfatoriamente a todos os alunos;

IX – Encaminhar aos setores competentes, ou seja, ao Departamento de Pessoal, quando se tratar de servidores municipais e ao Gestor da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, órgão a quem está vinculado, quando se tratar de profissionais contratados, ofício dando conta da desobediência dos motoristas às normas de trabalho estabelecidas pelo conselho de Transporte Escolar, e infrações ao Código Brasileiro de Trânsito (Lei nº 5.503/97 de 23.09.1997) e suas modificações através das Leis nºs 9.602/98, 9.792/99 e suas Resoluções, tais como, embarque e desembarque dos passageiros em locais inadequados, submetendo-os a riscos de acidentes e ao veículo obstrução do trânsito com riscos de abalroamentos e outros.

X – estabelecer regras de condutas para os alunos quando usuários do sistema municipal de transporte escolar, no que se refere a comportamento e respeito, cabendo ao Conselho Municipal de Transporte Escolar, em casos extremos que necessitem de intervenção, analisar o fato, orienta-los e alerta-los quanto aos problemas que poderão advir nos casos de reincidência.

Parágrafo Único – a execução das proposições estabelecidas pelo Conselho Municipal de Transporte Escolar ficará sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - O **Conselho Municipal de Transporte Escolar** terá a seguinte composição:

I – Um representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
II – Dois representantes de pais de alunos;
III – Dos representantes de Diretores Escolares;
IV – Dois representantes da categoria dos condutores de veículos pertencente ao Quadro do Poder Executivo;
V – Dois representantes dos alunos da rede pública de ensino do município.

§ 1º A cada membro eleito, corresponderá um suplente.
§ 2º Os representantes referidos neste artigo serão indicados ou eleitos por suas respectivas entidades ou associações.

§ 3º O **Conselho Municipal de Transporte Escolar** reunir-se-á com a presença de pelo menos metade de seus membros, uma vez por mês e quando convocado pelo seu presidente.
§ 4º O membro do Conselho que deixar de comparecer, sem justificativa, a 02 reuniões consecutivas do Conselho, terá seu mandato extinto.
§ 5º Declarado extinto o mandato, a Diretoria do Conselho comunicará por ofício a entidade a qual está representando, para que se proceda ao preenchimento da vaga.

§ 6º No caso de vacância, o novo membro designado deverá complementar o mandato do substituído.

Art. 3º - O **Conselho Municipal de Transporte Escolar** terá uma diretoria eleita diretamente por seus componentes, nas reuniões, com os seguintes cargos:

I – Presidente
II – Vice – Presidente, e
III - Secretário

Art. 4º - O exercício do mandato do Conselheiro será gratuito e constituirá serviço público relevante.

Art. 5º - As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Art. 6º - O Regimento Interno do Conselho deverá ser elaborado no prazo de no máximo 90 (noventa) dias, pela Secretaria Municipal de Educação em concordância com os demais membros do Conselho, após a entrada em vigor da presente Lei.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos 15 dias do mês de dezembro de 2014.

JOSÉ MARRA NERY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Marques da Silva
Código Identificador:07EFA2B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 654/2014 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

"Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Araguaiana – MT para o exercício de 2015, e dá outras providências."

JOSÉ MARRA NERY, Prefeito Municipal de Araguaiana - MT, usando as atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - O Orçamento Fiscal e da Seguridade do Município de Araguaiana – MT, para o exercício de 2015 estima a receita bruta em R$ 16.192.400,00, sendo R$ 1.709.200,00 deduzidas para formação do FUNDEB, perfazendo uma receita real liquida estimada no valor de **R$ 14.483.200,00** e fixada a Despesas em **R$ 14.483.200,00** (Catorze Milhões, Quatrocentos e Oitenta e Três Mil e Duzentos Reais), discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

Artigo 2º - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta lei, com o seguinte desdobramento:

01 RECEITAS CORRENTES	**R$ 13.831.500,00**
Receitas Tributarias	R$ 1.060.900,00
Receitas de Contribuição	R$ 100.000,00
Receitas Patrimonial	R$ 106.000,00
Receitas de Serviços	R$ 192.000,00
Transferência Correntes	R$ 13.772.800,00
Dedução de receitas	-R$ 1.709.200,00
Outras Receitas Correntes	R$ 309.000,00
02 Receitas de Capital	**R$ 651.700,00**
Transferência de Capital	R$ 452.700,00
Alienação de Bens	R$ 199.000,00
Total	**R$ 14.483.200,00**

Artigo 3º - A Despesa da Administração Direta será realizada segundo a discriminação dos quadros Função de Governo, Programa de Trabalho e Natureza de Despesa, integrantes desta Lei.

POR FUNÇÃO DE GOVERNO

Código	Especificação	Total
1	Legislativo	R$ 720.000,00
4	Administração	R$ 2.680.023,00
8	Assistência Social	R$ 922.879,00
10	Saúde	R$ 2.659.310,00
12	Educação	R$ 4.500.550,00
13	Cultura	R$ 35.180,00
15	Urbanismo	R$ 1.820.500,00
20	Agricultura	R$ 52.279,00
21	Organização Agrária	R$ 500,00
26	Transporte	R$ 1.326.000,00
27	Desporto e Lazer	R$ 81.379,00
TOTAL		**R$ 14.483.200,00**

POR SUB-FUNÇÕES

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA	R$	Valor
031 Ação Legislativa	R$	720.000,00
122 Administração Geral	R$	1.386.026,00
123 Administração Financeira	R$	845.947,00
124 - Controle interno	R$	48.550,00
241 - Assistências ao Idoso	R$	445.500,00
243 - Assistências à Criança e ao Adolescente	R$	176.000,00
244 – Assistência Comunitária	R$	301.479,00
301 - Atenções Básica	R$	1.958.340,00
302 - Assistências Hospitalar e Ambulatorial	R$	680.970,00
303 - Assistência Farmacêutica	R$	20.000,00
306 - Merenda Escolar	R$	283.000,00
361 - Ensino Fundamental	R$	3.198.450,00
364 - Ensino superior	R$	80.000,00
365 - Educação Infantil	R$	552.600,00
392 - Difusão Cultural	R$	35.180,00
451 - Infra-Estrutura Urbana	R$	1.820.500,00
482 - habitação	R$	1.000,00
601 - Promoção e Produção Vegetal	R$	2.000,00
602 – Promoção da Produção Animal	R$	500,00
605 - Abastecimento	R$	50.279,00
695 – Turismo	R$	399.600,00
782 – Transporte Rodoviário	R$	1.326.00,00
812 - Desporto Comunitário	R$	80.279,00
813 - Lazer	R$	1.000,00
Total da Administração Direta	**R$**	14.483.200,00
Total Geral	**R$**	**14.483.200,00**

POR ÓRGÃO DO GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO

01 Câmara Municipal de Araguaiana	R$	720.000,00
02 Gabinete do Prefeito	R$	598.569,00
03 Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	R$	667.187,00
04 Secretaria Municipal de Finanças	R$	845.947,00
05 Secretaria Municipal de Educação	R$	4.249.580,00
06 Secretaria Municipal de Saúde	R$	2.747.680,00
07 Secretaria Municipal de Assistência Social	R$	922.979,00
08 Secretaria Municipal de Esportes	R$	81.379,00
09 Secretaria Municipal de Turismo	R$	399.600,00
10 Secretaria Municipal de Agricultura	R$	52.779,00
11 Secretaria Municipal de Obras e Transportes	R$	3.197.500,00
Total	**R$**	**14.483,200,00**

POR ÓRGÃO/UNIDADE

01.00 - Câmara Municipal	
01.01 - Câmara Municipal	R$ 720.000,00
02.00 - Gabinete do Prefeito	
02.01- Gabinete do Prefeito	R$ 346.388,00
02.02 - Departamento de Assessorias	R$ 169.181,00
02.03 - Dpto Identif. - Junta do Serv. Militar	R$ 34.600,00
02.04 - Controle Interno	R$ 48.450,00
03.00 – Secretaria de Administração	
03.01 – Gabinete do Secretário	R$ 662.187,00
03.01 – Manut. Encargos com Cons. De Fiscalização e	R$ 5.000,00
04.00 - Secretaria de Finanças	
04.01 - Gabinete do Secretário	R$ 845.947,00
05.00 - Secretaria de Educação	

05.01 - Gabinete do Secretário	R$ 30.350,00
05.02 - Ensino Fundamental	R$ 2.048.750,00
05.03 - Educação 0 a 6 anos	R$ 426.100,00
05.04 - Fundeb	R$ 1.709.200,00
05.05 - Cultura	R$ 35.180,00
06 00 - Secretaria de Saúde	
06.01 - Gabinete do Secretário	R$ 58.870,00
06.02 - Fundo Municipal de Saúde	R$ 2.052.790,00
06.03 - Ouvidoria da Saúde	R$ 34.500,00
06.04 - Unidade de Pronto Atendimento	R$ 606.520,00
07.00 - Secretaria de Assistência Social	
07.01 - Gabinete do Secretário	R$ 50.279,00
07.02 - Fundo Municipal de Assistência Social	R$ 792.000,00
07.03 - Conselho Tutelar da Criança e Adolescente	R$ 78.500,00
07.04 – Manut. Fundo Mun./ Criança e Adolescente	R$ 2.000,00
08.00 - Secretaria de Esportes	
08.01 - Gabinete do Secretário	R$ 81.379,00
09.00 - Secretaria de Turismo	
09.01 - Gabinete do Secretário	R$ 399.600,00
10.00 - Secretaria de Agricultura	
10.01 - Gabinete do Secretário	R$ 52.779,00
11.00 - Secretaria de Obras e Transportes	
11.01 - Gabinete do Secretário	R$ 2.717.700,00
11.02 - Departamento de Água e Esgoto	R$ 479.800,00
Total	**R$ 14.483,200,00**

PROGRAMAS

Código	Especificação	Total
0001	Processo Legislativo	720.000,00
0003	Administração Geral	2.178.823,00
0006	Administração Financeira	510.700,00
0014	Produção Vegetal	52.779,00
0017	Atenção Básica	1.650.140,00
0018	Gestão SUS	93.370,00
0019	Assistência Hospitalar Ambulatorial	710.970,00
0021	Manutenção Enc. Farmácia Básica	20.000,00
0036	Merenda Escolar	283.000,00
0040	Ensino Fundamental	297.800,00
0041	Educação Infantil	552.600,00
0042	Ensino Fundamental	2.724.650,00
0044	Incentivo ao Desporto e Lazer	80.279,00
0048	Cultura	35.180,00
0057	Habitação	1.000,00
0066	Construção Obras Públicas	1.820.500,00
0075	Saúde Básica	215.200,00
0088	Transporte Rodoviário	1.326.000,00
0091	Assistência a Criança e ao Adolescente	176.000,00
0092	Assistência ao Idoso	445.500,00
0093	Incentivo ao Turismo	399.600,00
0364	Ensino Superior	80.000,00
TOTAL		**14.483.200,00**

Artigo 4º - A Despesa fixada, observará a programação constante dos quadros que integram esta lei, apresentando o seguinte desdobramento.

DA DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

Despesas Correntes R$12.698.985,00
Despesas de Capital R$ 1.645.900,00
Reserva de Contingência R$ 138.315,00

Total R$14.483,200,00

Artigo 5º - O Orçamento de Seguridade Social do Município, abrangendo todas as entidades da administração direta, seus órgãos e fundos, estima a Receita e Fixa a Despesa em R$ 7.766.33900 (Sete milhões, Setecentos e Sessenta e Seis Mil, Trezentos e Trinta e Nove Reais).

08	Assistência Social	R$ 922.979,00
10	Saúde	R$ 2.659.310,00
12	Educação	R$ 4.184.050,00
Total		**R$ 7.766.339,00**

Artigo 6º - Fica o Poder Executivo autorizado, durante o exercício de que trata esta lei:

I- Abrir créditos suplementares até o limite de 30% (Trinta por cento) do total da Despesa fixada no art. 1º, observado o disposto no parágrafo 1º incisos I,II e IV, do art. 43, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1.964.

II- Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar e transpor recursos entre órgãos e categorias econômicas, nos termos do artigo 167, VI a Constituição Federal.

III- Fica o Poder Executivo autorizado a Suplementar seu Orçamento quando apurados, conforme Artigo 43, Inciso I e II da Lei Federal 4.320/64

A – Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Anterior,

B – Os provenientes do Excesso de Arrecadação.

Artigo 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014.

Artigo 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal Araguaiana, 15 de dezembro 2014.

JOSÉ MARRA NERY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Marques da Silva
Código Identificador:1BFB3732

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 655/2014 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

" Dispõe sobre a criação de cargo e vagas e dá outras providências"

O Exmº **Sr. JOSÉ MARRA NERY,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e conforme lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado no Quadro de Servidores da Prefeitura Municipal de Araguaiana – MT, o seguinte cargo, vagas e salário abaixo descritos, com suas respectivas atribuições:
Cargo: Vagas: Salário
Técnico em Enfermagem 14 R$1.100,00

Art. 2º - São atribuições do cargo:
- Prestar atendimento à comunidade, na execução e avaliação dos programas de saúde pública, atuando nos atendimentos básicos a nível de prevenção e assistência.
- Executar atividades de apoio, preparando os pacientes para consulta e organizando as chamadas ao consultório e o posicionamento adequado do mesmo;
- Verificar os dados vitais, observando a pulsação e utilizando aparelhos de ausculta e pressão, a fim de registrar anomalias nos pacientes;
- Realizar curativos, utilizando medicamentos específicos para cada caso, fornecendo esclarecimentos sobre os cuidados necessários, retorno, bem procede retirada de pontos, de cortes já cicatrizados;
- Atender crianças e pacientes de dependem de ajuda, auxiliando na alimentação e higiene dos mesmos, para proporcionar-lhes conforto e recuperação mais rápida;
- Prestar atendimentos de primeiros socorros, conforme a necessidade de cada caso;
- Prestar atendimentos básicos a nível domiciliar;
- Auxiliar na coleta de material para exame preventivo de câncer ginecológico;
- Participar em campanhas de educação em saúde e prevenção de doenças;
- Orientar e fornecer métodos anticoncepcionais, de acordo com a indicação;
- Preencher carteiras de consultas, vacinas, aprazamento, formulários e relatórios;
- Preparar e acondicionar materiais para a esterilização em autoclave e estufa;
- Requisitar materiais necessários para o desempenho de suas funções;
- Orientar o paciente no período pós-consulta;

- Administrar vacinas e medicações, conforme agendamentos e prescrições respectivamente;
- Identificar os fatores que estão ocasionando, em determinado momento, epidemias e surtos de doenças infecto-contagiosas, para atuar de acordo com os recursos disponíveis, no bloqueio destas doenças notificadas;
- Acompanhar junto com a equipe, o tratamento dos pacientes com doenças infectocontagiosas notificadas para o devido controle das mesmas;
- Colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;
- Executar outras atividades correlatas ao cargo e a critério do superior imediato.

Art. 3º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a contratar em caráter excepcional de interesse público, servidores para preencherem as vagas ora criadas no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Araguaiana até que se realize um novo Concurso Público.
Art. 4º - Os vencimentos dos servidores que ocuparem estes cargos serão os percebidos conforme consta no art 1º e passam a fazer parte integrante do Plano de Cargo e Carreira dos Servidores Municipais
Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de dezembro de 2014.

JOSÉ MARRA NERY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Marques da Silva
Código Identificador:6FFD8695

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO N.º 066/2014

Dispõe sobre a autorização para abertura de Credito Adicional Suplementar por anulação parcial de dotação de acordo com o Artigo 43, § 1.º, Inciso III da lei 4.320/64, culminando com a Lei Municipal 651/2014, e da outras providências;

O Prefeito Municipal de Araguaiana/MT, Senhor ***JOSÉ MARRA NERY***, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei;
D E C R E T A
Artigo 1.º **-** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura de Credito Adicional Suplementar por Anulação Parcial ou Total de dotação no limite do valor de R$ 155.500,00 (Cento e Cinqüenta e Cinco Mil e Quinhentos Reais), para cobertura, reforço, e adequação das dotações abaixo discriminadas;

DOT.	*Elemento Despesa*		*DESCRIÇÃO*	*VALOR*
10	2.003	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	6.980,00
11	2.003	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	1.460,00
15	2.004	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	32,00
22	2.005	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	896,00
23	2.005	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	187,00
30	2.007	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	2.282,00
40	2.008	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	5.880,00
60	2.010	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	6.590,00
61	2.010	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	370,00
73	2.019	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	660,00
74	2.019	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	239,00
83	2.023	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	4.020,00
84	2.023	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	660,00
89	2.020	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	20.610,00
105	2.025	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	1.124,00
106	2.025	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	230,00
140	2.026	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	7.840,00
141	2.026	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	262,00
114	2.027	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	5.176,00
146	2.036	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	5.780,00
120	2.028	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	2.520,00
121	2.028	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	435,00
218	2.043	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	9.790,00
255	2.057	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	30.614,00
178	1.033	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	6.620,00
64	2.010	3.3.90.30.00	Material de Consumo	10.000,00
268	2.058	3.3.90.36.00	Outros Ser. Terc. Pessoa Física	2.400,00
259	2.057	3.3.90.36.00	Outros Ser. Terc. Pessoa Física	1.200,00
144	2.026	3.3.90.36.00	Outros Ser. Terc. Pessoa Física	2.250,00
24	2.005	3.3.90.14.00	Diárias - Pessoal Civil	1.100,00
242	2.055	3.3.90.30.00	Material de Consumo	658,00
51	1.017	3.3.90.47.00	Obrigações Tributarias Contributivas	1.600,00
7	2.002	3.3.90.14.00	Diárias - Pessoal Civil	4.000,00
42	2.008	3.3.90.14.00	Diárias - Pessoal Civil	1.035,00
258	2.057	3.3.90.30.00	Material de Consumo	10.000,00
Total				***155.500,00***

Artigo 2.º **-** Para cobertura dos créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes de Anulação Parcial ou Total de dotação demonstrado conforme versa o Artigo 43,§ 1.º Inciso III da Lei Federa l 4.320/64 e Lei 651/14

DOT.	*Elemento Despesa*		*DESCRIÇÃO*	*VALOR*
5	2.002	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	1.907,00
6	2.002	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	3.594,00
16	2.004	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	6,00
29	2.007	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	5.888,00
41	2.008	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	811,00
52	2.009	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	671,00
53	2.009	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	184,00
81	2.022	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	6.157,00
82	2.022	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	1.346,00
90	2.020	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	3.800,00
91	2.021	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	6.167,00
92	2.021	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	1.284,00
115	2.027	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	3.199,00
147	2.036	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	2.802,00
128	2.032	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	3.725,00
129	2.032	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	672,00
160	2.038	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	780,00
161	2.038	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	277,00
166	2.039	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	20.115,00
167	2.039	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	7.357,00
172	2.040	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	6.015,00
173	2.040	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	1.263,00
198	2.049	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	1.850,00
199	2.049	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	563,00
219	2.043	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	620,00
228	2.052	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	1.250,00
229	2.052	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	320,00
256	2.057	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	1.135,00
264	2.058	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	36,00
265	2.058	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	777,00
270	1.060	4.4.90.51.00	Obras e Instalações	70.929,00
Total				***155.500,00***

Artigo .3º **-** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Araguaiana/MT, em 19 DE NOVEMBRO DE 2014

JOSE MARRA NERY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edivan da Silva Menezes
Código Identificador:12173CA3

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº 750 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

"Altera o inciso IV do art. 44 da Lei Municipal n. 587, de 13 de julho de 2009, que dispõe sobre a Reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Araguainha/MT e, dá outras providências"

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO, Prefeita de Araguainha, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A redação do inciso IV do art. 44 da Lei Municipal n. 587, de 13 de julho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 44. .....

IV - de uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial igual a 17,42% (dezessete inteiros e quarenta e dois centésimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, compreendendo: 10,42% (dez inteiros e quarenta e dois centésimos por cento) relativo ao custo normal e 7,00% (sete por cento) referentes à alíquota de custo especial, escalonado nos termos do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em MARÇO/2014.

Art. 3º A contribuição previdenciária prevista no inciso IV do art. 44 na redação dada por esta lei será exigida a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da publicação desta lei.

Art. 4º Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARAGUAINHA/MT

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal

ESCALONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL
ANEXO

Ano de amortização	Alíquota
2014	7,00%
2015	7,81%
2016	8,62%
2017	9,42%
2018	10,23%
2019	11,04%
2020	11,85%
2021	12,65%
2022	13,46%
2023	14,27%
2024	15,08%
2025	15,89%
2026	16,69%
2027	17,50%
2028	18,31%
2029	19,12%
2030	19,93%
2031	20,73%
2032	21,54%
2033	22,35%
2034	23,16%
2035	23,96%
2036	24,77%
2037	25,58%
2038	26,39%
2039	27,20%
2040	28,00%
2041	28,81%
2042	29,62%
2043	30,43%

Publicado por:
Vander Lúcio Nunes de Jesus
Código Identificador:6483E159

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº 751 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

"Abre Crédito Adicional Suplementar por excesso de arrecadação no valor de R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) no orçamento do Município de Araguainha e dá outras providências."

A Prefeita Municipal de *Araguainha*, **Sra. MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, no uso de suas atribuições legais, promulga e sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) para atender as seguintes dotações orçamentárias:

003 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
002 - ARAGUAIA - PREV
009 - PREVIDÊNCIA SOCIAL
123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
003 - FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS
0099 - OUTROS
2051 - MANUTENCAO E ENCARGOS COM A PREVIDENCIA MUNICIPAL
3.1.90.01.00.00 – APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS....R$ 85.000,00
3.1.90.03.00.00 – PENSÕES.....R$ 30.000,00
3.1.90.05.00.00 – OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDÊNCIÁRIOS.....R$ 15.000,00
TOTAL.....R$ 130.000,00

Art. 2º - Os recursos orçamentários para atendimento das dotações descritas no artigo anterior ocorrerão por conta de excesso de arrecadação.

Art. 3º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar as devidas alterações nos anexos da Lei Municipal nº. 714/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2013 e nos Anexos da Lei nº. 723/2013 - Lei do Plano Plurianual – PPA, para o exercício de 2014 a 2017, Órgão 03– SECRETARIA MUN. ADMINISTRAÇÃO, Unidade Orçamentária 002 – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL – ARAGUAIA-PREVI.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE *ARAGUAINHA*-MT

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Vander Lúcio Nunes de Jesus
Código Identificador:C9A5A961

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº 752 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

"*Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar concurso publico, criação e* alteração da redação do Art. 01 Atividades do Controlador Interno e sua formação da Lei 738/2014. E alteração da Lei 567/2008 Art. 4º inciso I *e dá outras providências"*.

A Prefeita Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, a **Sr.ª MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar concurso publico municipal a ser realizado na forma da lei vigente, quando houver necessidade de contratação de cargos, em caráter emergencial e temporário.

Art. 2º - Altera o Art. 01 da lei 738/2014 - somente a **Atividades do Controlador Interno e sua formação.**
Atividades do Controlador Interno
Desenvolver atividades de planejamento, coordenação e execução relacionadas às suas respectivas áreas de habilitação e relativas à fiscalização e ao controle interno da arrecadação e aplicação de recursos de repasse à Câmara, bem como da administração desses recursos, examinando a legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e efetividade, em seu aspecto financeiro, orçamentário, contábil, patrimonial e operacional, das unidades da administração; Emitir relatórios, de sua alçada, exigidos pelas Resoluções do Tribunal de Contas e Lei Complementar 101/2000, além de outras atividades correlatas. Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União; comprovar a legalidade e avaliar os resultados,

quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira, patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direito e haveres da União e apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional e Terá sua carga horária de 40 horas semanais.
Altera também o Art. 4º **–** A Unidade Central de Controle Interno será integrada por servidores do Município, sendo:

I – 01 (um) contador, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

Art. 3º - Passa a ser:
Atividades do Controlador Interno
Desenvolver...
O profissional para exercer o cargo de controlador interno precisa ter Nível Superior e registro nas áreas de Economia, Administração, Ciência Contábil e Licenciatura em Computação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE *ARAGUAINHA*-MT

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Vander Lúcio Nunes de Jesus
Código Identificador:956ADCBA

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº 753 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

"Dispõe sobre o parcelamento e pagamento dos débitos da Prefeitura Municipal de Araguainha/MT referente às contribuições previdenciárias devidas ao ARAGUAI-PREVI – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de Araguainha/MT, e dá outras providências."

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO, Prefeita de Araguainha, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado por esta lei, a realizar termo de parcelamento de débitos referentes às contribuições previdenciárias da parte patronal não recolhida ao ARAGUAI-PREVI – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de Araguainha/MT, no período de Novembro a Dezembro de 2013 e Janeiro a Outubro/2014 em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais e consecutivas.

Art. 2º. Fica o ARAGUAI-PREVI – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de Araguainha/MT autorizado a receber este parcelamento nos termos aqui dispostos.

Art. 3º. O débito originário ora confessado, em obediência ao princípio financeiro e atuarial deverá ser corrigido pelo Índice IPCA mais juros legais à razão de 6% (seis por cento) ao ano acumulados desde a data de vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação, e deverá ser pago em parcelas, vincendas todo dia 30 de cada mês, mediante débito automático na conta do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

Art. 4º. O débito ora confessado, consolidado em reais será pago em 24 (vinte e quatro) parcelas fixas, mensais e sucessivas, no valor mínimo apurado pelo Demonstrativo Consolidado de Parcelamento – DCP definido pelo Ministério da Previdência Social através do CADPREV, acrescidas dos juros estabelecidos no parágrafo único.

Parágrafo único. As parcelas vincendas determinadas no caput deste artigo, em obediência ao princípio do equilíbrio financeiro e atuarial, será corrigido pelo Índice IPCA (Índice Preço ao Consumido Amplo) mais juros à razão de 6% (seis por cento) ao ano, acumulados desde a data da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela.

Art. 5º A primeira parcela será paga em 30/01/2015, e as demais parcelas na mesma data dos meses subseqüentes, sendo certo, que após a referida data o valor estará sujeito a multa de 1% (um por cento), incidente sobre o valor da parcela.

Art. 6º Quaisquer outras operações ou negociações referentes a estes débitos fora dos termos definidos nesta lei serão considerados nulos de pleno direito.

Art. 7º O pagamento a que se refere esta lei independe do pagamento da contribuição previdenciária mensal devida pelo Município ao ARAGUAI-PREVI.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE *ARAGUAINHA*-MT

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Vander Lúcio Nunes de Jesus
Código Identificador:AE2063A5

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº 749 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

"Abre Crédito Adicional Suplementar por excesso de arrecadação no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) no orçamento do município de Araguainha e dá outras providências."

A Prefeita Municipal de *Araguainha*, **Sra. MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, no uso de suas atribuições legais, promulga e sanciona a seguinte lei:
Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para atender as seguinte dotação orçamentária:

003 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
002 - ARAGUAIA - PREV
009 - PREVIDÊNCIA SOCIAL
123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
003 - FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS
0099 - OUTROS
2051 - MANUTENCAO E ENCARGOS COM A PREVIDENCIA MUNICIPAL
3.1.90.01.00.00 – APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS....R$ 40.000,00
TOTAL.....R$ 40.000,00

Art. 2º - Os recursos orçamentários para atendimento da dotação descrita no artigo anterior ocorrerão por conta de excesso de arrecadação.

Artigo 3º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar as devidas alterações nos anexos da Lei Municipal nº. 714/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2013 e nos Anexos da Lei nº. 723/2013 - Lei do Plano Plurianual – PPA, para o exercício de 2014 a 2017, Órgão 03– SECRETARIA MUN. ADMINISTRAÇÃO, Unidade Orçamentária 002 – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL – ARAGUAIA-PREVI.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE *ARAGUAINHA*-MT

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Vander Lúcio Nunes de Jesus
Código Identificador:8FBEDC88

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2014

O Prefeito Municipal de Araputanga em face aos elementos contidos na justificativa apresentada pala Secretária Municipal de Educação e Cultura, corroborada pela Assessoria Jurídica, sobre a contratação direta, com inexigibilidade de licitação, fulcrada no inciso III, art. 25 da Lei 8.666/93, diante da comprovação apresentada nos autos, para empresa G. F. VIANA EVENTOS – ME, cujo o objeto trata-se de *show* com a BANDA UP, no dia 31 de dezembro de 2014, por ocasião do REVEILLON/2015, onde ficou acertado o cachê de R$ 17.000,00 (Dezessete Mil Reais), resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

Araputanga - MT, 16 de Dezembro de 2014.

SIDNEY PIRES SALOMÉ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronaldo Edson Schiavinato
Código Identificador:00F2D6E3

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 2520/2014

SÚMULA: "AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 84.030,00 (OITENTA E QUATRO MIL E TRINTA REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal de Orçamento n° 1090/2013 de 17 de dezembro de 2013 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:
ARTIGO 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ 84.030,00 (Oitenta e Quatro mil e Trinta reais) nas funções programáticas e dotações orçamentárias:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
02.001.04.122.0002.2002 – Manutenção e Encargos do Gabinete do Prefeito			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	01.00	R$	430,00
07.002.12.361.0013.2035 – Man. E Desenv. De Atividades do Ensino Fundamental			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	01.01	R$	2.000,00
4490.5200 – Equipamentos e Material Permanente	01.01	R$	12.400,00
07.002.12.361.0013.2042 – Manutenção do Transporte Escolar			
3390.3000 – Material de Consumo	01.01	R$	4.600,00
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	01.01	R$	41.000,00
08.001.04.122.0016.2052 – Manutenção e Encargos da SINFRA			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	01.00	R$	7.500,00
08.003.26.782.0017.2053 – Conservação de Estradas Vicinais			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	01.00	R$	8.900,00
09.002.10.302.0021.2067 – Manutenção do Tratamento Fora do Domicio Bl 02			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	01.02	R$	7.200,00
TOTAL		**R$**	**84.030,00**

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será anulado saldo orçamentário das seguintes dotações orçamentárias:

07.002.12.361.0013.1035 – Construção de Quadra nas Escolas			
4490.5100 – Obras e Instalações	01.01	R$	58.000,00
07.002.12.361.0013.2035 – Man. E Desenv. De Atividades do Ensino Fundamental			
3390.3000 – Material de Consumo	01.01	R$	2.000,00
09.002.10.302.0021.2066 – Man. Ações do Atend. Hosp. Amb. E Emerg. Bl 02			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	01.02	R$	7.200,00
12.001.18.541.0030.2085 – Manutenção e Encargos da SEMAM			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	01.00	R$	16.830,00
TOTAL		**R$**	**84.030,00**

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 11 de Dezembro de 2014.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal

Registre-se e
publique-se

ELISANETE MERIZIO JORGE
Secretária Mun. de Finanças

CAAR

Publicado por:
Claudia Maria Tscha
Código Identificador:778991C6

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 2522/2014

SÚMULA: "AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 23.000,00 (VINTE E TRÊS MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal de Orçamento n° 1187/2014 de 11 de dezembro de 2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:
ARTIGO 1º Fica aberto um crédito adicional especial no valor de R$ 23.000,00 (Vinte e Três mil reais) nas funções programáticas e dotações orçamentárias:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
10.001.20.606.0026.2075 – Manutenção e Encargos da SEMDEC			
3390.9300 – Indenizações e Restituições	01.00	R$	23.000,00
TOTAL		**R$**	**23.000,00**

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será anulado saldo orçamentário das seguintes dotações orçamentárias:

11.002.27.812.0029.1065 – Melhoria da Infraestrutura Esportiva			
4490.5100 – Obras e Instalações	01.24	R$	23.000,00
TOTAL		**R$**	**23.000,00**

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 11 de Dezembro de 2014.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal

Registre-se e
publique-se

ELISANETE MERIZIO JORGE
Secretária Mun. de Finanças

CAAR

Publicado por:
Claudia Maria Tscha
Código Identificador:D4ACC8D1

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 2.524/2014

SÚMULA: "AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 21,00 (VINTE E UM REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal de Orçamento n° 1090/2013 de 17 de dezembro de 2013 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ 21,00 (Vinte e Um Reais) nas funções programáticas e dotações orçamentárias:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
01.001.01.031.0001.2001 – Manutenção das Atividades Administrativas e Legislativas			
3390.3300 – Passagens e Despesas com Locomoção	01.00	R$	21,00
TOTAL		**R$**	**21,00**

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será anulado saldo orçamentário das seguintes dotações orçamentárias:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
01.001.01.031.0001.1001 – Ampliação e Reforma das Instalações do Legislativo			
4490.5100 – Obras e Instalações	01.00	R$	21,00
TOTAL		**R$**	**21,00**

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 16 de dezembro de 2014.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal

Registre-se e
publique-se

ELISANETE MERIZIO JORGE
Secretária Mun. de Finanças

LJBG

Publicado por:
Claudia Maria Tscha
Código Identificador:FEAA8658

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 2.525/2014.

SÚMULA: "NOMEIA EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE - CMS."

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados em substituição, membros do Conselho Municipal de Saúde - CMS, modificando o **Decreto nº 2.283/2013**, que passa a constar com a seguinte formação:

a) Representantes do Governo Municipal:
1- TITULAR: Maria Pinheiro Fernandes

b) Representantes de Trabalhadores da Saúde:
1 - SUPLENTE: Jandira Scandolara Veríssimo

d) Representantes de Usuários do Sistema de Saúde:
2-Associação Movimento Comunitário Rádio Regional Navegantes FM
TITULAR: Elizabeth Gomes dos Santos
.....
6- Conselho de Saúde Indígena CASAI:
SUPLENTE: Luana Crestani Gomes

Art. 2º - Permanecem inalteradas as demais nomeações.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com vigência até 04/11/2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 16 dias do mês de dezembro de 2014.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal

Registre-se e
publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO
Secretário Mun. de Administração

Publicado por:
Claudia Maria Tscha
Código Identificador:B37E4FCB

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RESULTADO TOMADA DE PREÇO Nº. 012/2014

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que na Tomada de Preços de que trata o Edital nº. 012/2014, levado a efeito às 08h00min (oito) horas do dia 16/12/2014, teve como resultado ***LICITAÇÃO DESERTA.***

Aripuanã-MT, 16 de Outubro de 2014**.**

ANDRÉIA PEREIRA DA SILVA
Presidente da CPL

Publicado por:
Ana Cristina da Silva Cappelesso
Código Identificador:EDC98992

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
JUSTIFICATIVA DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2014

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, nomeado pela Portaria nº 63/2014 vem apresentar sua justificativa e recomendar a revogação do Pregão Presencial em epígrafe, pelos motivos abaixo expostos:

I - DO OBJETO

Trata-se de revogação do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 14/2014, oriundo do Termo de Referência nº 001/2014, que teve como objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais hospitalares, conforme legislação vigente para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Barão de Melgaço/MT, conforme Termo de Referência nº 001/2014.

II – DA SÍNTESE DOS FATOS

Em 12/12/2014, o Coordenador Geral de Saúde, Senhor ANDREAN JHONATAS DE LIMA, protocolou o Memorando nº 01/2014, informando que os itens constantes no Pregão Presencial nº 14/2014, não atendia a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, devendo serem incluídos novos itens.

Em face do exposto, tornou-se inviável o prosseguimento do processo licitatório em comento. Desta forma, em observância aos princípios basilares da Constituição e da Lei 8.666/93, o processo foi submetido a decisão da autoridade competente, em conformidade com o que dispõe o artigo 49 da lei 8.666/93, que decidiu pela **REVOGAÇÃO DO Pregão Presencial nº 14/2014.**

III - DA FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre-nos salientar que a Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço iniciou o procedimento licitatório, por não ter nenhuma Ata de Registro de Preços em vigor que atendesse a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, e, especialmente, a urgente necessidade de adquirir os materiais especificados no objeto do pregão 14/2014.

Diante da ocorrência de fatos supervenientes, a Administração perdeu o interesse no prosseguimento deste processo licitatório. Nesse caso, a revogação, prevista no art. 49 da Lei de Licitações, constitui a forma adequada de desfazer o procedimento licitatório
tendo em vista a superveniência de razões de interesse público que fazem com que o
procedimento licitatório, inicialmente pretendido, não seja mais conveniente e oportuno para a Administração Pública.

Desta forma, a Administração Pública não pode se desvencilhar dos princípios
que regem a sua atuação, principalmente no campo das contratações públicas, onde se deve buscar sempre a satisfação do interesse coletivo, obedecendo os princípios previstos no art. 37 da Constituição Federal e no art. 3º da lei 8.666/93.

A aplicação da revogação fica reservada, portanto, para os casos em que a Administração, pela razão que for perder o interesse no prosseguimento da licitação ou na celebração do contrato.

Trata-se de expediente apto, então, a viabilizar o desfazimento da licitação e a suspensão da celebração de um futuro contrato com base em critérios de conveniência e oportunidade.

Acerca do assunto, o artigo 49 "caput" da Lei 8.666/93, *in verbis*, preceitua que:

"Art. 49. ***A autoridade competente*** *para a aprovação do procedimento somente* ***poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente*** *devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de oficio ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado."* (Grifo nosso).

Verifica-se pela leitura do dispositivo anterior que, não sendo conveniente e oportuna para a Administração, esta tem a possibilidade de revogar o procedimento licitatório, acarretando inclusive, o desfazimento dos efeitos da licitação.

Corroborando com o exposto, o ilustre doutrinador Marçal Justen Filho (Comentário à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Dialética. 9º Edição. São Paulo.2002, p. 438) tece o seguinte comentário sobre revogação:

"A ***revogação*** *consiste no desfazimento do ato porque reputado* ***inconveniente e inadequado à satisfação do interesse público****. A revogação se funda em juízo que apura a* ***conveniência do ato relativamente ao interesse público****... **Após, praticado o ato, a administração verifica que o interesse público poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promoverá então o desfazimento do ato anterior... Ao determinar a instauração da licitação, a Administração realiza juízo de conveniência acerca do futuro contrato** (....)*

Nesse sentido, a lei determina que a revogação dependerá da ocorrência de fato superveniente devidamente comprovado. Isso indica a inviabilização de renovação do mesmo juízo de conveniência exteriorizado anteriormente". (Grifo nosso)

Desse modo, a Administração ao constatar a inconveniência e a inoportunidade poderá rever o seu ato e conseqüentemente revogar o processo licitatório, respeitando-se assim os princípios da legalidade e da boa-fé administrativa.

IV - DA DECISÃO

Diante do exposto, com fulcro nos fundamentos de fato e de direito já expostos, o Senhor Pregoeiro Oficial recomenda a **REVOGAÇÃO** do Pregão nº 14/2014, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

É importante destacar que a presente justificativa não vincula a decisão superior acerca da conveniência e oportunidade do ato de revogação da licitação, apenas faz uma contextualização fática e documental com base naquilo que foi carreado a este processo fazendo um paralelo com as disposições da lei acerca do tema em apreço.
Contudo, vem somar no sentido de fornecer subsídios à Autoridade Administrativa Superior, a quem cabe a análise desta e a decisão pela revogação.

Barão de Melgaço/MT, 15 de dezembro de 2014

MARCELINO VIEIRA CARDOSO
Pregoeiro Oficial

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico os termos apresentados na presente justificativa pelo Senhor. Pregoeiro Oficial e **REVOGO** o Pregão Presencial nº 14/2014, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelino Viera Cardoso
Código Identificador:009934BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2014

LOCAL E DATA: Dia 30 de dezembro de 2014, na sede da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, situada na Avenida Augusto Leverger, n. 1410, Centro, Barão de Melgaço/MT.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais hospitalares, conforme legislação vigente para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Barão de Melgaço/MT, conforme Termo de Referência nº 003/2014.
.**CREDENCIAMENTO:** Das 08h30min até às 09h00min (horário de Mato Grosso).
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 09h00min (horário de Mato Grosso).
AQUISIÇÃO DO EDITAL: Os interessados poderão obter informações sobre a licitação, no Departamentos de licitação da Prefeitura Municipal, de segunda à sexta-feira, no horário das 07h às 13h, pelo telefone (65) 3331-1191 ou através do site www.baraodemelgaco.mt.gov.br.

Barão de Melgaço, 16 de dezembro de 2014.

MARCELINO VIEIRA CARDOSO
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Marcelino Viera Cardoso
Código Identificador:29DB06A4

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE HABILITAÇÃO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PUBLICA 03/2014

O município de Barra do Bugres – MT, torna público o Resultado do julgamento da habilitação do procedimento licitatório na modalidade de **CONCORRÊNCIA PUBLICA 03/2014**, que tem como objeto a para "execução da ação DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO**".** Empresas inabilitadas: **PERENGE ENGENHARIA E CONCESSÕES LTDA** inscrita no CNPJ Nº 57.287.955/0001-99, **HECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LIMITADA** inscrita no CNPJ Nº 06.928.948/0001-98, **TERRAPLENAGEM CENTRO OESTE LTDA** inscrita no CNPJ Nº 01.294.313/0001-62, **SOLUTIONS CORP. ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA** inscrita no CNPJ Nº 07.461.414/0001-67 e **BETA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ Nº 10.575.754/0001-23. Empresas Habilitadas: **COEL – COMPANHIA DE OBRAS DE ENGENHARIA LTDA EPP,** inscrita no CNPJ nº. 03.571.257/0001-91, **HIDROSAN ENGENHARIA, COMÉRCIO E REPREENTAÇÃO** inscrita no CNPJ Nº 02.966.602/0001-23, **BASE DUPLA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ Nº 04.568.575/0001-66. Diante disso fica aberto o prazo recursal conforme lei 8666/93.

Barra do Bugres, 16 de dezembro de 2014.

EDIRLEI SOARES DA COSTA
Comissão permanente de Licitação

Publicado por:
Edirlei Soares da Costa
Código Identificador:F6BBC4AB

GABINETE DO PREFEITO
BARRA DO BUGRES/MT, DECRETO Nº 128/2014

DECRETO Nº 128/2014

Que dispõe sobre Exoneração de Funcionário Público.

JULIO CÉSAR FLORINDO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pôr Lei.

Considerando os dispostos nos art. 171 e 173 da Lei Complementar nº 001/2005 de 30/08/2005.

D/E/C/R/E/T/A:
Art.1º - Fica exonerado o Servidor Público Municipal **CARLOS ROBERTO LIMA DA SILVA** do cargo de **AGENTE DE SERVIÇO PÚBLICO, NÍVEL 05, CLASSE B**, nomeado pelo **DECRETO Nº 005/2004** de **05/01/2004**, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, nos termos dos Art.171 e 173 da Lei Complementar nº 001/2005 de 30/08/2005.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de dezembro de 2014.

JULIO CÉSAR FLORINDO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta secretaria na data supra.

BERNADETE FERNANDES GREGOLIN OLIVEIRA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Valdete Jesus Maia
Código Identificador:264AEF97

GABINETE DO PREFEITO
BARRA DO BUGRES/MT, DECRETO Nº 129/2014

DECRETO Nº 129/2014

Que dispõe sobre Exoneração de Funcionário Público.

JULIO CÉSAR FLORINDO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pôr Lei.

Considerando os dispostos nos art. 171 e 173 da Lei Complementar nº 001/2005 de 30/08/2005.

D/E/C/R/E/T/A:
Art.1º - Fica exonerado o Servidor Público Municipal **SILVANO FERNANDES FERREIRA** do cargo de **AGENTE DE VIGILÂNCIA, NÍVEL 03, CLASSE A**, nomeado pelo **DECRETO Nº 016/2008** de **19/02/2008**, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nos termos dos Art.171 e 173 da Lei Complementar nº 001/2005 de 30/08/2005.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de dezembro de 2014.

JULIO CÉSAR FLORINDO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta secretaria na data supra.

BERNADETE FERNANDES GREGOLIN OLIVEIRA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Valdete Jesus Maia
Código Identificador:51DBB0A8

GABINETE DO PREFEITO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES/MT,
LEI MUNICIPAL Nº 2.161/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2.161/2014

Dispõe sobre o Conselho Municipal da Cidade do Município de Barra do Bugres-MT e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal **JÚLIO CÉSAR FLORINDO**, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei:

Art.1º - O Conselho Municipal da Cidade de Barra do Bugres-MT, é um colegiado de caráter consultivo e deliberativo, vinculado à Secretaria de Planejamento Orçamento e Controle, criado com o objetivo de integrar as políticas setoriais de habitação, fundiária, saneamento ambiental, acessibilidade e mobilidade urbana, de forma articulada com a Secretaria de Estado de Cidades, Ministério das Cidades, por meio dos Conselhos Estadual e Nacional das Cidades.

Parágrafo Único – O Conselho Municipal da Cidade tem por finalidade assessorar e propor diretrizes para a elaboração e implementação de políticas voltadas para o Desenvolvimento Urbano/Municipal com participação social, respeitado as competências do ente federado.

Art.2º - O Conselho Municipal da Cidade será composto por 8 (oito) representantes do Poder Público e da sociedade civil organizada, obedecendo à seguinte proporcionalidade:

I – 02 (dois) representantes do Poder Público Municipal, sendo:
a) o Secretário de Planejamento Orçamento e Controle, na qualidade de Presidente do Conselho, ou seu representante;
b) a Secretária de Assistência Social, ou seu representante;

II – 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal, indicado pelo Presidente da Câmara Municipal;

III – 01 (hum) representante da entidade do movimento social e popular;
IV – 01 (hum) representante da entidade empresarial;
V – III – 01 (hum) representante de entidade sindical de trabalhadores;
VI – 01 (hum) representante de entidade profissional ou acadêmica e de pesquisa**;**
VII - 01 (um) representante das entidades não governamentais.
§ 1º Os membros titulares e respectivos suplentes das entidades indicadas nos incisos de III a VII, serão eleitos por segmento a cada 3 anos, respeitada a representação estabelecida, em eleição convocada pela Presidência do Conselho Municipal da Cidade.

§ 2º Todos os representantes, membros do Conselho, exceto o Secretário-Executivo, terão seus respectivos suplentes.

§ 3º As deliberações do Conselho serão feitas mediante resolução aprovada por maioria simples, cabendo ao presidente o voto de qualidade em casos de empate.

Art.3º - Ao Conselho Municipal de Cidade compete:
I - propor, debater e encaminhar as diretrizes e instrumentos da política de desenvolvimento urbano e das políticas setoriais em consonância com as deliberações da Conferência Municipal das Cidades;
II - propor, debater e encaminhar diretrizes e normas para a implantação dos programas a serem formulados pela prefeitura municipal;
III - acompanhar e avaliar a execução da política urbana municipal e programas da prefeitura, recomendando as providências necessárias ao cumprimento de seus objetivos;
IV - propor a edição de normas gerais de direito urbanístico e manifestar-se sobre propostas de criação e de alteração da legislação pertinente ao desenvolvimento urbano no âmbito municipal;
V - emitir orientações e recomendações referentes à aplicação da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade e demais legislações e atos normativos relacionados ao desenvolvimento urbano;
VI - propor a criação de instrumentos institucionais e financeiros para a gestão da política urbana municipal;
VII - recomendar critérios para a distribuição regional e setorial do orçamento anual e do plano plurianual da área de habitação popular e das áreas afetas ao desenvolvimento urbano;
VIII - propor a criação de mecanismo de articulação entre os programas e os recursos federais, estaduais e municipais de impacto sobre o desenvolvimento urbano;
IX - promover mecanismos de cooperação entre os governos da União, do Estado e do Município e a sociedade na formulação e execução da política municipal de desenvolvimento urbano;
X - promover a integração da política urbana com as políticas sócio-econômicas e ambientais da prefeitura municipal;
XI - promover a integração dos temas da Conferência Estadual das Cidades com as Conferências Municipais;
XII - dar publicidade e divulgar seus trabalhos e decisões;
XIII - convocar e organizar, a cada 03 (três) anos, em concordância com o Conselho Nacional das Cidades-CNC e Conselho Estadual das Cidades CEC a Conferência Municipal das Cidades;
XIV - propor a realização de estudos, pesquisas, debates, seminários ou cursos afetos à política de desenvolvimento urbano;
XV - elaborar e aprovar o seu regimento interno e formas de funcionamento de suas instâncias, conforme a sua estrutura básica, disposta no art. 5º desta lei;

Art. 4º Os membros do CMC/MT, nomeados por Ato do Prefeito, terão mandato de 03 (três) anos, permitido sua recondução.

Parágrafo único.A participação no Conselho Municipal de Cidade é considerada atividade de relevante interesse público e não remunerado.

Art. 5ºO Conselho Municipal de Cidade terá uma estrutura básica composta por:
I - Plenário:
II - Presidência;
III - Secretaria-Executiva;
IV - Câmaras Setoriais:
a) Câmara de Habitação;
b) Câmara de Saneamento Ambiental;
c) Câmara de Transporte e Mobilidade;
d) Câmara de Planejamento e Gestão Urbana;
e) Câmara de Regularização Fundiária.

§ 1º Cada câmara setorial será composta por 01 (um) membro cada uma, e serão responsáveis pela preparação das discussões temáticas para deliberação pelo Conselho e pelo acompanhamento direto dos trabalhos.

§ 2º O funcionamento e as atribuições de cada câmara setorial serão definidos no regimento interno do Conselho Municipal de Cidade, a ser elaborado e editado em até 60 (sessenta) dias, contados a partir da nomeação dos Conselheiros.

§ 3ºO Conselho poderá, em decorrência da relevância do tema para a política de desenvolvimento urbano, criar comitês técnicos, para assuntos específicos, desde que não sejam relacionados com aqueles dispostos no inciso IV deste artigo.

Art. 6º A Secretaria de Planejamento Orçamento e Controle, proverá o apoio administrativo e os meios necessários ao pleno desenvolvimento dos trabalhos do Conselho Municipal de Cidade.

Art. 7ºA Conferência Municipal da Cidade, em consonância com o disposto no art. 18, do Decreto Federal nº 5.790, de 25/05/2006, deverá ser realizada a cada 03 (três) anos.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.703 de 28 de junho de 2007.

Gabinete do Prefeito, em 15 de dezembro de 2014.

JULIO CÉSAR FLORINDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valdete Jesus Maia
Código Identificador:1D0CDC7C

GABINETE DO PREFEITO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES/MT,
LEI MUNICIPAL Nº 2.162/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2.162/2014

Que autoriza o Poder Executivo Municipal a doar o Lote de terreno urbano de nº 04 da Quadra 09, com uma área de 4.220,25 m2 no Distrito Industrial a Empresa LUCIMARA APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA PEREIRA-ME, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal **JÚLIO CÉSAR FLORINDO**, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei:

Art.1º – Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a doar a Empresa **LUCIMARA APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA PEREIRA-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.113.682/0001-28, o

Lote de terreno urbano de nº 04, da Quadra 09, com uma área de 4.220,25 m2, localizado no Distrito Industrial, deste Município, matriculado sob o nº 29030 no 1º Serviço Notarial e Registral desta Comarca de Barra do Bugres de propriedade do Município de Barra do Bugres.

Parágrafo Único – O lote industrial mencionado no caput deste artigo, será destinado a instalação da Empresa **LUCIMARA APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA PEREIRA-ME** – que tem por finalidade a Coleta de Resíduos Sólidos não perigosos e recuperação de materiais plásticos.

Art.2º – A doação será feita sob condição:
A doação do referido lote será efetuada mediante Escritura Pública de Doação, na qual ficará assegurada a reversão do imóvel doado a favor do Município, sem direito a qualquer tipo de indenização, se a donatária não cumprir o objetivo previsto no Parágrafo Único do Art. 1º desta Lei ou nas hipóteses do art. 6º da Lei Municipal 1.877/2009.

Fica estipulado o prazo de **04 (quatro)** meses para o início da implantação do Projeto a que se propõe e o prazo de **18 (dezoito)** meses para sua conclusão e funcionamento pleno, prazo estes que poderão ser prorrogados, desde que haja motivo plenamente justificável e aceito pela Administração Pública Municipal.
O lote de terreno ora doado não poderá em hipótese alguma ser vendido, emprestado, alugado, ou seja, ser objeto de qualquer alienação no prazo de 08 (oito) anos, exceto para fins de financiamento.

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de dezembro de 2014.

JULIO CESAR FLORINDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valdete Jesus Maia
Código Identificador:5065B99B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO 140/2014 - DIVULGA HORÁRIO DE ATENDIMENTO 2015

DECRETO Nº 140/2014 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

Ementa: Dispõe sobre o horário de atendimento ao público e de expediente e dá outras providências.

O Sr. **EUDES TARCISO DE AGUIAR**, Prefeito Municipal de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e;

DECRETA

ARTIGO 1º - O horário de atendimento ao público e de expediente do Paço Municipal, e de todos os Setores Administrativos dos Órgãos da Prefeitura Municipal de Brasnorte, a partir desta data, será de **07:30 às 11:30 horas e 13:30 às 17:30 horas**.

ARTIGO 2º - Este Decreto entrará em vigor a partir de 05/01/2015.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brasnorte, em quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

EUDES TARCISO DE AGUIAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Andressa Kunst Kempa
Código Identificador:351AA4CA

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO 141/2014 - LUTO POR MORTE

DECRETO Nº141/2014 DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

Divulga Ponto Facultativo nas Repartições Públicas do Município de Brasnorte-Estado de Mato Grosso.

O Sr. **Eudes Tarciso de Aguiar**, Prefeito Municipal de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,
Considerando o Falecimento do Sr. ***BENEDITO BUSTO***, Pai dos Servidores Municipais Ronicharles José Busto e Telma Cristina Imaculada Busto;

D E C R E T A:

Artigo 1º - Luto Oficial nos dias 16 e 17 de Dezembro de 2014 pelo falecimento do Sr. **Benedito Busto**, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal do Poder Executivo.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, de Brasnorte - MT, dezesseis dias do mês de Abril do ano de dois mil e Quatorze.

EUDES TARCISO DE AGUIAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Andressa Kunst Kempa
Código Identificador:8A243E75

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

COORD. DE CONVÊNIOS, PROJETOS E PRESTAÇÃO CONTAS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.° 150/2014-PGM

Coordenação de Convênios e Prestação de Contas de Obras.
Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT
Contratada: GM 10 CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA – EPP
Objeto de Aditivo: O presente Contrato tem por objeto a conclusão da obra de ampliação da Escola Municipal Buriti no Município de Cáceres – MT. O Contrato em questão tem sua **vigência** estipulada em **180 (cento e oitenta) dias a partir de sua assinatura** e o prazo da **execução** da Obra fica estipulado em **90 (noventa) dias a partir da Ordem de Serviço**.

Cáceres – MT, 16 de Dezembro de 2014.

NELCI ELIETE LONGHI
Secretaria Mun. de Educação

Publicado por:
Suely Maria de Oliveira
Código Identificador:4B79A38C

COORD. DE CONVÊNIOS, PROJETOS E PRESTAÇÃO CONTAS
EXTRATO DO 04º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO N.° 101/2013-PGM

Coordenação de Convênios Projetos e Prestação de Contas.

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT
Contratada: PRATA & CIA LTDA- Prata Construtora e Terraplanagem

Objeto de Aditivo: Aditar o **PRAZO DA OBRA E VIGENCIA DO CONTRATO** Administrativo nº 101/2013 -PGM, celebrado entre o Município de Cáceres e a empresa **PRATA & CIA LTDA – PRATA CONSTRUTORA E TERRAPLANAGEM** para mais **90 (noventa) dias**.

Cáceres – MT, 16 de Dezembro de 2014.

VALTER DE ANDRADE ZACARKIM
Secretaria Mun. de Obras e Serviços Urbanos

Publicado por:
Suely Maria de Oliveira
Código Identificador:5FBDEF90

COORD. DE CONVÊNIOS, PROJETOS E PRESTAÇÃO CONTAS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.° 155/2014-PGM

Coordenação de Convênios e Prestação de Contas de Obras.
Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT
Contratada: V.A.G DE MATOS E CIA LTDA – ME
Objeto de Aditivo: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em Engenharia para construção e cobertura de 04 (quatro) Quadras Poliesportiva em escolas Municipais – Padrão FNDE. O objeto do Contrato em questão terá **5 (cinco) lotes** e suas **vigências** estão estipulada em **270 (duzentos e setenta) dias** para os lotes 01, 02, 03, 04 e de **60 (sessenta) dias** para o lote 05 com todas as vigências validas a partir de sua assinatura.

Cáceres – MT, 16 de Dezembro de 2014.

NELCI ELIETE LONGHI
Secretaria Mun. de Educação

Publicado por:
Suely Maria de Oliveira
Código Identificador:50FE5D68

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA Nº 357/2014

"Dispõe sobre a Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora Maria Tereza da Silva".

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Fundo Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de* ***Auxílio Doença*** *à servidora* **Maria Tereza da Silva,** portadora CPF nº. 442.374.301-97, *efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 01/12/2014 a 02/02/2015, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 100/2014.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos financeiros a partir de 01/12/2014.*

Registre-se,
publique e
cumpra-se.

Cáceres-MT, 16 de Dezembro de 2014.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR
Diretor Executivo

Afixada em: 16.12.2014

Publicado por:
Rosinei Brunelli
Código Identificador:E05108A5

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA Nº 358/2014

"Dispõe sobre a Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor do Senhor Luiz Antonio Machado Tolotti".

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Fundo Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de* ***Auxílio Doença*** *ao servidor* **Luiz Antonio Machado Tolotti,** portador do CPF nº. 540.472.500-15, *efetivo no cargo de Assistente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 11/12/2014 a 20/12/2014, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 117/2014.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos financeiros a partir de 11/12/2014.*

Registre,
publique e
cumpra-se.

Cáceres - MT, 16 de Dezembro de 2014.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR
Diretor Executivo

Afixada em: 16.12.2014.

Publicado por:
Rosinei Brunelli
Código Identificador:B318EE66

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA Nº 359/2014

"Dispõe sobre a Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor do Senhor Willer Raimundo Aniceto".

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Fundo Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Conceder o benefício de* ***Auxílio Doença*** *ao servidor* **Willer Raimundo Aniceto,** portador do CPF nº. 241.588.281-04, *efetivo no cargo de Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 01/12/2014 a 03/01/2015, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 144/2014.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos financeiros a partir de 01/12/2014.*

Registre,
publique e
cumpra-se.

Cáceres - MT, 16 de Dezembro de 2014.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR
Diretor Executivo

Afixada em: 16.12.2014.

Publicado por:
Rosinei Brunelli
Código Identificador:728C3155

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA Nº 360/2014

"Dispõe sobre a Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora Rosivania Ferreira Garcia".

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Fundo Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Conceder o benefício de* ***Auxílio Doença*** *a servidora* **Rosivania Ferreira Garcia,** portadora do CPF nº. 923.612.421-68, *efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 04/01/2015 a 05/01/2015, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 149/2014.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos financeiros a partir de 04/01/2015.*

Registre,
publique e
cumpra-se.

Cáceres - MT, 16 de Dezembro de 2014.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR
Diretor Executivo

Afixada em: 16.12.2014.

Publicado por:
Rosinei Brunelli
Código Identificador:B18CFB19

PREFEITURA MUNICIPAL
RATIFICAÇÃO AO TERMO DE ADESÃO-PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT- TERMO DE ADESÃO Nº 20 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 42/2014 PROVENIENTE DO PREGÃO ELETRONICO Nº 59/2014 DO FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

A Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Educação, comunica a Adesão a Ata de Registro de Preço Nº42/2014, oriunda do Pregão Eletrônico Nº 59/2014.

Interessada: Secretaria Municipal de Educação.
Objeto: Registro de Preço para eventual aquisição de caminhão rígido com base plataforma e carrocerias monobloco (baú isotérmico misto para refrigeração e congelamento) e equipado para distribuição de produtos alimentícios perecíveis e não perecíveis para toda a rede municipal de ensino da cidade de Cáceres – MT.
Contratada: MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEICULOS LTDA
Valor total de R$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais).

Local e data: Prefeitura de Cáceres-MT, 12 de Dezembro de 2014.

NELCI ELIETE LONGHI
Secretario Municipal de Educação

Publicado por:
Cristiane Cebalho de Oliveira
Código Identificador:3B5DED7A

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
ERRATA Nº. 01 DA RESOLUÇÃO Nº 04/CMH DE 14 DE OUTUBRO 2014

Dá nova redação à Resolução nº. 04/CMH de 14 de Outubro de 2014, publicada através do Código Identificador: 7C695B5F.

O Conselho Municipal de Habitação – CMH no uso de suas atribuições legais que confere a Lei Municipal n.° 2.165 de 30 de dezembro de 2008, vem por meio deste publicar ERRATA em relação a Resolução nº. 04 de 14 de Outubro de 2014, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso através do Código Identificador: 7C695B5F,

RESOLVE:

Art. 1º. Dar nova redação à Resolução nº. 04, diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Extraordinária realizada no dia 14 de Outubro de 2014, com registro em Ata nº. 72,

Considerando a Portaria nº 610, de 26 de Dezembro de 2011, que dispõe sobre os parâmetros de priorização e as condições e procedimentos para a seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV;

Considerando a triagem realizada pelos profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social, observando os critérios disposto na Portaria nº 610/2011;

Considerando a relação nominal apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social acompanhada de Relatório Sintético de Habitação;

Art. 2º - Aprovar os Candidatos selecionados mediante analise do Relatório Sintético dos beneficiários do PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida, Residencial Portal das Águas – Aeroporto, no total de 81 candidatos, já acrescida de trinta por cento.
I- ANEXO I – Relação dos Candidatos selecionados para as 62 unidades habitacionais;
II- ANEXO II – Relação dos Candidatos selecionados atendendo a necessidade de acréscimo de trinta por cento;

Art. 3º - Esta ERRATA em relação à Resolução nº 04 de 14 de Outubro de 2014 entra em vigor a partir da data de publicação.

Cáceres/MT, 14 de Outubro de 2014.

SUÉRIKA MAIA DE PAULA CARVALHO
Presidente do CMH

RELAÇÃO NOMINAL DE CAQNDIDATOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA
RESIDENCIAL PORTAL DAS ÁGUAS
Nº DE UNDIDADES HABITACIONAIS = 62
CÁCERES-MT, OUTUBRO DE 2014
CANDIDATOS APROVADOS
DEFICIENTES 3%
IDOSOS 3%
CLASSIFICADOS 30%

CANDIDATOS PNE

ORDEM	NOME	CPF
1	ANTONIO BIANCHINI	32964862168
2	CARMEN SANCHES	70282094156

CANDIDATOS IDOSOS

ORDEM	NOME	CPF
1	FRANCISCA GOMES LIMA	53630378153
2	JOSE PINTO DA SILVA	868377881-91

CANDIDATOS PÚBLICO GERAL

ORDEM	NOMES	CPF
1	ALESANGELA JAVANU GOMES	04792800102
2	ANA MARCIA DA SILVA	00818850167
3	ANDREIA APARECIDA DE ARRUDA	02963754116
4	ANDREIA MARQUES LOPES	031921121-58
5	APARECIDA ALVES DA SILVA	021153271-10
6	ARLETE LEITE	70588066168
7	CLEONICE ALVES DA SILVA	020733301-77
8	CRISTIANA FERREIRA DA CRUZ SILVA	02222998190
9	DAIANE CARVALHO DA SILVA	02857534108
10	DILMA DE PAULA CORREA	02079711105
11	DRIELE APARECIDA DE CAMPOS RODRIGUES	03377620150
12	EDNA RODRIGUES RIBEIRO	02959587154
13	ELAINE GARCIA	04769900171
14	FABIANA SANTANA DE LISBOA DOS SANTOS	01657882160
15	FATIMA AUXILIADORA DA COSTA	04112623194
16	FATIMA SILVA DE MORAES	01443683159
17	FERNANDA FERNANDES DA CRUZ	85071943115
18	GLEIS APARECIDA CORREIA DAMIÃO	04403392199
19	GRACILENE DOS SANTOS SILVA GUACASSE	053141111-79
20	HELIO CALIXTO DE MORAES	22976786810
21	HONORINA GARCIA GOMES	00995766193
22	IONE FERNANDES CAIRES VANINI	875192161-87
23	ISADORA CRISTIANE COSTA FERREIRA	05925461100
24	IVANETE DE JESUS SILVA	73904074172
25	IZABEL CRISTINA DE BRITO SILVA	01752540107
26	JOCILENE DE FATIMA LINA DA SILVA	018968241-88
27	JORGETE JARA GOMES	70119449153
28	JOSELAINE PINTO DE ALMEIDA	021790011-93
29	JUCELI DEODATO DA SILVA LINS	014676791-86
30	JUCIMEIRE DA SILVA	02963755198
31	KELLY REGINA SILVA DE OLIVEIRA	03480376193
32	LECIENE CORREIA	02522972103
33	LUANA BRUNA RAMOS MARQUES	05697014147
34	LUCIANA DA SILVA BRAGA	70005472199
35	LUCIMARA CEBALHO	021414151-95
36	LUCINEIA DE SOUZA	01365588106
37	LUCINEIA RODRIGUES DOS SANTOS	009361051-35
38	MARIA ANGELA DE PAULA	03233574150
39	MARIA APARECIDA SILVA CAMPOS	01839222123
40	MARIA APARECIDA SURUBI DA SILVA	03142036130
41	MARIA ELIZA CEBALHO PICOLOMINI	013628841-38
42	MARIA TABORGA	033290791-00
43	MARILENE CARVALHO DE PAULA	006883301-69
44	MARILENE SILVA DE OLIVEIRA	01180547160
45	MARINA APARECIDA PERES	01500524131
46	MIRIAN DE SOUZA FERREIRA	25261261226
47	NEUZELY CHAVES JERONIMO	02069410137
48	NILCEIA NEPOMUCENO DA SILVA	00257715150
49	ODETE DE JESUS SILVA	01971227102
50	PAULA CRISTIANE ALMEIDA BORGES	03897254123
51	ROSA MARIA FERREIRA DA SLVA FERNANDES	90434846104
52	ROSALI DA SILVA	045117871-82
53	ROSANGELA CONCEIÇÃO JESUS	84702893149
54	ROSELAINE DE ALMEIDA SILVA	04320519108
55	ROSELI JOSE DA CONCEIÇÃO	03125885183
56	ROSINEIA DA CONCEIÇÃO	022408851-30
57	SUZANE DE SOUZA SANTOS	702668441-89
58	VANDERLEIA MARTINS	02819993176

CANDIDATOS CLASSIFICADOS

ORDEM	NOMES	CPF
1	LUZIANA MIGUEL DE OLIVEIRA	034276701-12
2	ROSILENE DE MORAIS	03043453182
3	MARIA APARECIDA CANDIDO DA COSTA	88228789149
4	FATIMA DE CAMPOS MENDES	04712970111
5	CARMEM FONTOURA	00970692137
6	LUCINEIA DA SILVA MENDES	03424503100
7	CLAUDIA DE CARVALHO SILVA	01855233150
8	EDILAINE RODRIGUES RIBEIRO	03002812188
9	DARLLA RAYANNE RODRIGUES MACEDO	02124435183
10	MARIA APARECIDA MACIEL DE CAMPOS	04105853198
11	MARIA BENEDITA DA CRUZ TARCIEL	035815421-96
12	MARIA CLEUNICE DA SILVA SOUZA	01606104195
13	EDSON LUIZ DE PAULA COSTA	70132143100
14	ANTONIA EUFRASIA MARTINS DA SILVA	31852254149
15	GLAUCIELLY GOMES SOARES	015230011-27
16	LILLYANNE CAVALCANTE ROCHA	895942821-34
17	LUZIA DO PILAR DO CARMO	042754781-42
18	PAMELA CAROLINE DE OLIVEIRA	04406748164
19	CLEUDINEIA COSTA DE SOUZA	04047310158

Cáceres-MT, 20 de outubro de 2014.

Publicado por:
Odilei Gomes de Campos
Código Identificador:F2F4BA7C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 441 DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:
CONSIDERANDO o Decreto nº 153, de 05 de maio de 2014, e o Decreto nº 164, de 14 de maio de 2014,

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 24833, de 02 de setembro de 2014,

R E S O L V E M:

Art. 1º Designar a senhora **SILMARA PINHEIRO LIMA BASTOS** para exercer o cargo em Comissão de Coordenadora de Controle e Apoio Administrativo da Secretaria de Saúde do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 06 de maio de 2014.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 01 de outubro de 2014.

FRANCIS MARIS CRUZ
Prefeito Municipal de Cáceres

WILSON MASSAHIRO KISHI
Secretário Municipal de Saúde

Afixado em 01.10.2014.

Publicado por:
Ivanir Viana e Silva
Código Identificador:0A573343

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 597 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o artigo 40, § 19, da Constituição Federal, com redação determinada pela EC nº 41/2003 de 19 de dezembro de 2003;

CONSIDERANDO o artigo 86, § 3º da Lei Municipal Complementar nº 062/2005 de 12 de dezembro de 2005;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 25193, de 05 de setembro de 2014, e 26501, de 18 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art.1º Conceder ao servidor **VANDEONOR CEBALHO CAETANO** – Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, **Abono de Permanência** equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária sobre o valor da sua remuneração contributiva, com efeitos desde 01 de dezembro de 2014.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 10 de dezembro de 2014.

NELCI ELIETE LONGUI
Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 10.12.2014.

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:AF7FEE1E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 602 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 33947, de 08 de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a Portaria nº 199, de 30 de abril de 2014, que designou o servidor **ANTÔNIO SOARES MOTA** – Motorista, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Supervisão de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir do dia 06 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de dezembro de 2014.

NELCI ELIETE LONGHI
Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 12.12.14

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:B4E0316F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.424 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETA

Art. 1º O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE, terá a seguinte composição:

I – **Representantes do Segmento Executivo**:
Lindomar Piaba Bento - Titular
Gildázio Gomes da Costa – Suplente

II – **Representantes do Segmento de Professores:**
Margarete Meire Martins - Titular
Rubensmar Santos Vilela - Suplente
Ilma Alves de Oliveira - Titular
Helena Maria Caixeta – Suplente

III – **Representantes do Segmento dos Pais de Alunos:**
Eulino Pereira da Silva - Titular
Lourdes Signorini - Suplente
Deonisio Tsoutuomore - Titular
Sebastiana Santos Silva – Suplente

IV – **Representantes do Segmento da Sociedade Civil:**
Ermelinda Maria da Glória Barbosa - Titular
Valdirene Alves da Fonseca – Suplente
Divino Elias Francisco - Titular
Elzimar Von Randow – Suplente

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação
Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, notadamente o Decreto nº 2.384 de 18 de agosto de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Campinápolis – MT, 12 de dezembro de 2014

JEOVAN FARIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Conceição Oliveira de Paula
Código Identificador:E6173CA7

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº0021 /2014/SEMEC/MT

Dispõe sobre critérios e procedimentos a serem adotados para o processo de atribuição de classes e/ou aulas do Professor, bem como do regime/jornada de trabalho do Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional, pertencentes ao quadro das Unidades Escolares da Rede Municipal de Educação Básica de Campinápolis, e demais providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96, Lei nº. 11.494/2007 – FUNDEB , as Leis Complementares 49/98(Estadual), e Leis Complementares Municipal nº 027/2011, 028/2011 e 029/2011;

Considerando as Políticas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Valorização dos Profissionais da Educação para assegurar formação, acompanhamento e avaliação sistemática da prática educativa dos Profissionais da Educação, de modo a promover avanços contínuos na melhoria da qualidade de ensino;
Considerando a importância em garantir o quadro permanente dos profissionais efetivos nas unidades escolares Municipal assegurando o compromisso para com os interesses e objetivos fundamentais da Educação Básica;

RESOLVE:

Art. 1º. Orientar e estabelecer critérios a serem observados no processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho do quadro de pessoal, para fins de atendimento às demandas das unidades escolares, em consonância com a previsão orçamentária da Secretaria de Municipal de Educação e Cultura -SEMEC.
Art. 2º. Para o processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho das unidades escolares serão consideradas as turmas formadas pelos alunos efetivamente matriculados para o ano letivo de 2015, e as Matrizes Curriculares validadas pelo Conselho Municipal de Educação.
Art. 3º. A realização da contagem de pontos e a atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho serão na respectiva unidade escolar para efetivos.
§ 1º - A ficha de pontuação/classificação, o quadro de aulas livres e/ou substituição, cargos/funções e o quadro de pessoal da unidade escolar (após conclusão de cada etapa do processo) deverão ser afixados na escola, em local público e de fácil acesso.
Art. 4º. O processo de contagem de pontos, de atribuição e de classificação final, para atribuição de classes e/ou aulas e jornada de trabalho dos profissionais da educação básica referente à composição do quadro de pessoal das *SALAS ANEXAS*, localizadas na zona rural, será vinculado, o quantitativo de cargos e entrará no cômputo da unidade escolar de origem.
Art. 5º. Para contagem de pontos referentes à FORMAÇÃO/TITULAÇÃO será considerado o ponto da maior

titulação que o profissional tiver concluído, não sendo permitida a contagem de dois títulos ou mais para o mesmo nível de formação.

§ 1º. Para o processo de contagem de pontos será necessário inserir ou atualizar todas as informações inerentes a formação do profissional no CADASTRO/PASTA DO SERVIDOR e caberá a escola e/ou SEMEC manter em arquivo cópia dos documentos apresentados para atualização dos dados referentes à escolaridade, certificados, comprovante de endereço, telefone e diploma);

§ 2º. Ao preencher a ficha de contagem de pontos será obrigatório o preenchimento dos "*campos" dos Anexos I e Anexo II da Instrução Normativa* 001/2014/SEMEC/MT *de 09 de dezembro de 2014.*

Anexos I:

DADOS PESSOAIS;
SITUAÇÃO FUNCIONAL;
HABILITAÇÃO: PUXAR DO CADASTRO PESSOAL;
OPÇÃO DE ATRIBUIÇÃO;
NÚMERO DE PONTOS OBTIDOS PELO PROFESSOR;
PONTUAÇÃO;
EM CASO DE EMPATE;
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS P/DESEMPATE;

Anexo II:

DADOS PESSOAIS;
SITUAÇÃO FUNCIONAL;
FORMAÇÃO ESCOLAR/HABILITAÇÃO;
OPÇÃO PARA A FUNÇÃO QUE CONCORRE;
OPÇÃO DE ATRIBUIÇÃO POR FUNÇÃO/MOTIVO: READAPTAÇÃO;
NÚMERO DE PONTOS OBTIDOS PELO PROFISSIONAL;
PONTUAÇÃO;
EM CASO DE EMPATE;
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS PARA DESEMPATE;

Art. 6º. Para comprovação da pontuação referente aos anos trabalhados será apresentado pelo profissional da educação, efetivo/estabilizado, documentos comprobatórios do exercício na rede municipal de ensino, expedido pelo Gestor da unidade de origem.

Art. 7º. Para efeito de pontuação quanto a assiduidade em horas aulas com alunos, horas atividades, regime/jornada de trabalho, demais atividades escolares e/ou cursos de formação, as ausências amparadas pela Lei Complementar 027/2011, não deverão ser consideradas como faltas.

Art. 8º. Após confirmação da ficha de contagem de pontos, não será permitido alteração ficando a atribuição vinculada a ficha de contagem de pontos quanto ao critério de escolha.

I - Se professor, observar o item *4 – "Opção de Atribuição"*- constante na ficha de contagem de pontos - anexos da Instrução Normativa 001/2014/SEMEC/MT, não sendo permitido optar por outra habilitação após confirmação da ficha no Sistema;

II Se professor, observar o item *4 – "OPÇÃO DE ATRIBUIÇÃO POR PERÍODO"*- constante na ficha de contagem de pontos - anexos da Instrução Normativa 001/2014/SEMEC/MT, não sendo permitido optar por outro período matutino ou vespertino, após confirmação da ficha no Sistema;

III – Se servidor da área administrativa, observar o item - *4. "Opção para a Função que concorre"* constante na ficha de contagem de pontos - anexos da Instrução Normativa 001/2014/SEMEC/MT - (assinalar apenas uma opção), não sendo permitido optar por outra função após confirmação da ficha;

Parágrafo único - os candidatos a contrato temporário que não atribuírem, ficarão no *Cadastro Geral de Reserva*, de acordo com o processo seletivo simplificado 2014/2015, durante todo o ano letivo.

Art. 9º. Quando na apuração final dos pontos, os profissionais da educação serão classificados por ordem decrescente de acordo com a pontuação obtida e, em caso de empate, para efeito de desempate, serão observados os seguintes critérios:

I - Tempo maior de serviço na unidade escolar;
II - Tempo maior de serviço na Rede Municipal de Ensino;
III – Maior idade.

Art. 10. Os profissionais da educação básica, efetivos e estabilizados, mencionados no Art. 2º da Instrução Normativa 001/2014/SEMEC/MT, quando do retorno às atividades funcionais, deverão apresentar-se, para fins de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho na Semec.

Art. 11. A Equipe Gestora da unidade escolar deverá informar à Assessoria Pedagógica/SEMEC, até o dia 23/01/2015 o nome dos profissionais efetivos e/ou estabilizados que constam na folha de pagamento e que não compareceram para a atribuição da jornada de trabalho, nem apresentaram documento legal autorizando o seu afastamento daquela unidade.

Art. 12. A atribuição do professor do 1º Segmento do Ensino Fundamental em regime de unidocência nas unidades escolares de Educação de Jovens e Adultos/EJA, está condicionada à justificativa elaborada pela escola e encaminhada para SEMEC, para análise e aprovação.

Art. 13. Para professores candidatos a contratos temporários em aulas livres ou em substituição deverá ser observado no ato da atribuição:

I – Carga horária máxima de 40 horas semanais;

II – 30 horas semanais para o professor que ocupa outro cargo público licitamente acumulável;

III - O professor candidato a contrato temporário que ocupe outro cargo público licitamente acumulável deverá apresentar documento de sua carga horária que comprove a compatibilidade de horário a ser cumprido;

IV – Ao professor articulador da aprendizagem, contratado temporariamente, será atribuído jornada de 20 horas semanais;

V- Ao professor intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras), Instrutor Surdo ou Professor surdo contratado temporariamente, será atribuída jornada de 20 horas semanais;

a) Somente será permitido a atribuição ao Professor de Intérprete de línguas se a escola apresentar essa demanda.

b) Na falta de Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras), Instrutor Surdo ou Professor Surdo, para atender a demanda da unidade escolar, excepcionalmente, poderá com a anuência da Assessoria Pedagógica/SEMEC ser atribuído ao professor contratado temporariamente com jornada de trabalho de 20 horas semanal;

Art. 14. Para atribuição de professores efetivos e/ou estabilizados deve-se observar:

I - O professor efetivo, deverá atribuir preferencialmente em uma única escola, proporcionando assim, condições do cumprimento integral de sua jornada de trabalho (horas/aulas e horas/ atividades);

Parágrafo único – Em caso de não completar a carga horária em uma única unidade escolar e após a complementação da jornada na área de conhecimento a Assessoria Pedagógica/Semec deverá completar sua carga horária, lotando-o em outra unidade oportunizando ao professor, o cumprimento da jornada integral prevista na Lei Complementar nº027/2011 e alterações posteriores.

II - Os professores que ocupam outro cargo público licitamente acumulável devem apresentar documentos de sua carga horária que comprove a compatibilidade de horário nas 02(duas) redes de ensino e que assegure o cumprimento do regime de trabalho do cargo efetivo e/ou estabilizado (em sala de aula e horas atividades) na rede municipal de ensino;

Art.15. Os contratos temporários de professores para aulas adicionais, aulas livres e/ou substituição e os contratos temporários para os cargos de Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional, serão *rescindidos* no decorrer do ano nas seguintes situações:

I - No caso de nomeação de concursados;
II - A pedido do interessado;
III - Quando do retorno do professor, do técnico administrativo educacional e do apoio administrativo educacional em condições de assumir a função do cargo efetivo;
IV - Apresentar no bimestre 10 %(dez por cento) ou mais de faltas injustificadas;
V - Descumprirem as atribuições legais inerentes aos respectivos cargos;
VI – Desempenho insatisfatório nas atribuições do cargo/função;
VII - Prática educativa que contrarie as concepções do Projeto Político Pedagógico da escola bem como as políticas públicas municipal;
VIII - A título de penalidade, nos termos da legislação vigente;
IX - Geração de subemprego;
X - Em caso de junção de turmas;
XI - Em caso de remoção do profissional da educação efetivo/estabilizado, fora do período de férias, amparada por lei;
XII - Interesse da administração pública;

XIII - Quando o professor efetivo ou estabilizado, detentor de aulas adicionais, se afastar por motivo diverso, exceto no caso de licença gestacional e para tratamento de sua própria saúde;
XIV – Confirmada a prática de *NEPOTISMO*, por parte da equipe gestora da unidade escolar ou Órgão Central.
Art. 16. Nas hipóteses previstas nos incisos IV ao IX e XIV, do Artigo 15 desta Portaria, a rescisão do contrato será precedida de Processo de Sindicância, garantido o contraditório e a ampla defesa, nos termos da CF/88 e Lei Complementar 001/1993.
Art. 17. Fica sob a responsabilidade da Equipe Gestora a verificação e a comunicação, primeiramente à Assessoria Pedagógica/SEMEC, da ocorrência das situações que constam no artigo 15 e incisos, desta Portaria, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da confirmação do fato.
Art. 18. Não poderão ser contratados temporariamente profissionais da educação que se encontrem nas seguintes situações:
I - O professor que já ocupe dois cargos públicos;
II - Técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional que já ocupe outro cargo público;
III - O professor, o técnico administrativo educacional e o apoio administrativo educacional que exerça função ou ocupe cargo em regime de Dedicação Exclusiva;
IV - O professor, o técnico administrativo educacional e o apoio administrativo educacional em situação de cedência;
V - O professor, o técnico administrativo educacional e o apoio administrativo educacional que estiverem em gozo de licença de qualquer natureza;
VI - O professor, o técnico administrativo educacional e o apoio administrativo educacional que apresentarem no decorrer do ano letivo anterior 10% (dez por cento) de faltas injustificadas;
VII - O técnico administrativo educacional e o apoio administrativo educacional incluso em Termo de Cooperação Técnica;
VIII – O professor ou o técnico administrativo educacional em função relacionada aos Recursos Didáticos;
IX - O professor, o técnico administrativo educacional e o apoio administrativo educacional que tiveram histórico de registros oficialmente comprovados de prática de geração de subemprego;
X - O professor, o técnico administrativo educacional e o apoio administrativo educacional que tenha sofrido penalidade disciplinar e ainda não esteja reabilitado;
XI - Os profissionais da educação nas situações previstas nos incisos IV, V, VI, VII, VIII e IX do artigo 18 desta Portaria;
XII - Profissional da educação aposentado nas seguintes situações: aposentado em dois cargos e/ou aposentado em um cargo e ativo no outro cargo;
XIII – Professor, Técnico e Apoio Administrativo Educacional que no ano letivo de 2014 não cumpriu com as obrigações contratuais (entrega de notas, diários, participação em eventos da escola, inassiduidade constante).
Art. 19. Em caso de surgirem vagas nas unidades escolares após o início do ano letivo, estas serão preenchidas observando rigorosamente os critérios constantes na 3ª Etapa de Atribuição da Instrução Normativa 001/2014/SEMEC/MT, obedecendo a ordem da contagem de pontos/classificação do profissional constante no cadastro geral da unidade escolar e somente quando inexistir servidor inscrito no cadastro da escola recorre-se ao *CADASTRO GERAL DE RESERVA* da SEMEC.
Parágrafo único – Se o candidato convocado por meio da afixação de edital de convocação publicado na SEMEC e escolas da rede municipal para o preenchimento da vaga não comparecer, no prazo de 24 horas será convocado o subsequente, respeitando-se a sequência geral dos classificados.
Art. 20. Caberá a Assessoria Pedagógica/SEMEC proceder à lotação do profissional efetivo ou estabilizado que deixar de participar das etapas do processo de atribuição de classes e/ou aulas, regime/jornada de trabalho, que constam desta Portaria, onde houver vaga.
Art. 21. A contagem de pontos será realizada junto com o profissional o qual assinará termo de aceitação/concordância e após esse momento não caberá recurso contra o resultado da somatória.
Art. 22. A escola do Ensino Regular, que atender aluno com necessidade educacional especial, **deverá** atribuir aulas ao professor que possuir cursos de formação continuada na área conforme o número de serviços especializados necessários para a demanda escolar, desde que devidamente acompanhado de Parecer da SEMEC, para as seguintes formas de atuação:
I - Sala de recursos multifuncionais;
II - Professor intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras);
III - Instrutor surdo (nível médio);
IV - Professor surdo (nível superior/Licenciatura).
§ 1º - A jornada de trabalho atribuída aos profissionais contemplados nos incisos I, II, III, IV e V do *caput* do Artigo será de 27 horas semanais para o professor efetivo e 20 horas para o professor contratado temporariamente;
§ 2º - A disponibilidade ou contratação dos professores ou profissionais para atuarem nos serviços de Educação Especial dar-se-á mediante a comprovação de experiências e cursos de formação na área específica e anuência da Assessoria Pedagógica/SEMEC.
Art. 23. A Escola Municipal Centro Educacional Carinho e Ternura atenderá alunos com graves transtornos neuro-motores (crianças que em decorrência da deficiência apresente mobilidade reduzida ao ponto de comprometer sua autonomia de ir ao banheiro e se alimentar, sendo portanto, dependente de apoio externo) e Transtornos Globais de Desenvolvimento – TGD, inclusos nas turmas regulares será garantido Apoio Administrativo Educacional de modo a proporcionar autonomia ao aluno.
§ 1º - A disponibilidade do Apoio Administrativo Educacional mencionada no *caput*, com regime de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, apenas se justifica quando comprovada a necessidade através de avaliação pedagógica do(s) aluno(s) e está condicionada a análise e parecer da SEMEC, podendo/devendo o AAE auxiliar mais de uma turma que atende alunos com deficiência.
O Apoio Administrativo Educacional mencionado no parágrafo anterior deverá cumprir jornada de 40 horas semanal e a distribuição ficará a cargo do grupo gestor da unidade escolar.
§ 2º - O processo de atribuição ao candidato que concorrer para a função do Apoio Administrativo Educacional para auxiliar no atendimento a alunos portadores de necessidades especiais se pautará nos seguintes pré- requisitos:
Formação mínima de Ensino Médio;
Art. 24. Os *PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EM READAPTAÇÃO* desenvolverão atividades pedagógico-administrativas de acordo com suas possibilidades de atuação, contribuindo com a gestão dos processos pedagógicos e administrativos da escola, a cumprir o regime/jornada de trabalho de 27 (vinte e sete) horas semanais se professor e 30(trinta) horas semanais se servidor administrativo, no horário estabelecido pela escola como de atendimento ao aluno, tais como:
a) Apoio ao processo ensino aprendizagem em atividades complementares à sala de aula, correlatas as atividades de articulação da aprendizagem (professor);
b) Em atividades pedagógicas desenvolvidas na biblioteca escolar (professor, técnico administrativo educacional);
c) Em atividades educativas acompanhando os alunos no setor externo da sala (pátio escolar), denominado Coordenador de Ambiente (professor, técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional);
d) Exercer função de técnico responsável pelo Laboratório de Informática ou Lab. de Ciência da Natureza e Matemática, que a unidade escolar dispuser, desde que tenha perfil para exercer a função (professor/técnico administrativo educacional);
e) Atendimento na recepção da unidade escolar (técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional);
f) Apoio na Secretaria Escolar (técnico administrativo educacional);
§ 1º - Todos os profissionais em situação de readaptação deverão participar do processo de atribuição da jornada de trabalho, contar pontos e atribuir em uma das funções relacionadas nas alíneas *"a"*, *"b"*, *"c"*, *"d"*, *"e"* e *"f;*
§ 2º - Somente poderá atribuir nas funções elencadas nas alíneas acima, o profissional em constante período de readaptação com perícias médica vigentes;
§ 3º - A atribuição dos profissionais em readaptação dar-se-á nas vagas constantes nas alíneas supracitadas obedecendo a necessidade de manutenção do quadro das unidades escolares, observando a contagem de pontos e não podendo exceder o quantitativo de cargos de direito conforme estabelecido nesta Portaria, exceto para a *alínea "a"* que poderá ser atribuído até 2 (dois) professores, sendo um para cada turno de atendimento do ciclo de Formação Humana, para

auxiliar o professor articulador da aprendizagem em atividades complementares à sala de aula.

§ 4º - Em caso de existir mais de um profissional em readaptação concorrendo a uma mesma função em uma unidade escolar, exceto na alínea *a*, caberá a SEMEC distribuir os profissionais que ficarem remanescentes entre as unidades escolares do município.

§ 5º - O profissional em readaptação deverá cumprir a jornada de trabalho integral ou quando com atribuição em laboratório e biblioteca deverá ser distribuída a jornada de trabalho de acordo com os turnos de funcionamento da unidade escolar de forma a atender a escola conforme o número de turnos, não ultrapassando a carga horária de 27 horas semanais se professor e 30 se técnico administrativo.

Art. 25. Para o exercício das funções de dedicação exclusiva dos profissionais da educação básica (Diretor Escolar, Secretário de Unidade Escolar e Coordenador Pedagógico) o servidor deverá ser de carreira, efetivo, estável e em atividade, nos termos desta Portaria e LC 027/2011.

Parágrafo único. O candidato a função de coordenador pedagógico, detentor de 2 cargos públicos, sendo um de rede pública estadual deverá solicitar afastamento do outro cargo para assumir a função gratificada.

Art. 26. Para *COORDENADOR PEDAGÓGICO* exigir-se-á profissional efetivo e/ou estabilizado, com Licenciatura Plena que se predisponha a concorrer ao exercício da função, **eleito pelos pares**, para a vigência de um ano letivo, considerando o art.11 da LC 028/2011.

§ 1º. É vedada a participação como candidato a função de coordenador pedagógico, o profissional da educação básica que nos últimos 5 (cinco) anos:

I – Tenha sido suspenso, dispensado/destituído ou exonerado do exercício da função, em decorrência de processo administrativo disciplinar;

II – Esteja respondendo a processo administrativo disciplinar;

III – Esteja respondendo a processo de sindicância administrativa;

IV – Esteja sob tomada de contas especial;

V – Esteja sob constantes licenças saúde e/ou readaptação e/ou em processo de aposentadoria;

2° Ficará impedido de concorrer à função de coordenador pedagógico, os profissionais que tenham sido eleitos ou indicados consecutivamente para essa função, ainda que por períodos incompletos nos últimos dois (2) anos.

I - Os atuais coordenadores que não tenha tido assiduidade e comprometimento com a função;

3° Somente ocorrerá eleição à função de coordenador pedagógico as Escolas Municipal Indígenas que já possuem gestão própria, obedecerá aos costumes da comunidade indígena por assembleia geral, registrada em ata e assinada por todos, sendo acompanhada pela SEMEC:

Escola Municipal Indígena Imaculada Conceição;

Escola Municipal Indígena Santo Antônio.

§ 4º. Caberá ao coordenador pedagógico além das atribuições contidas nas Leis Complementares 027/2011, 028/2011 e 029/2012:

I - Ser mediador na formação continuada (Sala do Educador);

II - Assegurar e acompanhar os serviços de apoio especializado (Sala de Recursos Multifuncionais; Intérprete de Libras; Professor Surdo e/ou Instrutor Surdo, Auxiliar de Turmas, e Professor Itinerante, Atendimento Domiciliar) existente na unidade escolar.

III – Monitorar o cumprimento das horas atividades dos professores efetivos da unidade escolar;

IV - Acompanhar todo o processo ensino aprendizagem;

V - Garantir apoio pedagógico aos alunos que apresentarem desafios de aprendizagem;

VII – Acompanhamento dos Programas e Projetos desenvolvidos pela unidade escolar.

§ 5º. Na ausência de servidor efetivo e/ou estável na unidade escolar, excepcionalmente poderá concorrer ao exercício da função, o profissional efetivo em cumprimento de estágio probatório.

§ 6º. Na ausência de profissional efetivo e/ou estável candidato a função na própria unidade escolar, caberá a SEMEC remover um professor efetivo de outra unidade escolar que apresente perfil conforme disposto nesta Portaria, interessado em ocupar a vaga existente, designando-o para a função de coordenador pedagógico.

§ 7º Nas escolas municipal rurais, será permitido a candidatura a coordenação de profissionais contratados que tenha no mínimo 02(dois) anos de docência na unidade escolar.

§ 8º. O coordenador pedagógico trabalhará em regime de dedicação exclusiva, cumprindo jornada semanal conforme disposto na Lei Complementar n° 027/2011 e alterações posteriores.

Art. 27 . O número de TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL da unidade escolar será definido de acordo com os critérios estabelecidos no Anexo I, desta Portaria.

1° O Técnico Administrativo Educacional, que exercerá a função de Secretário Escolar será indicado pelo diretor e deverá ser ocupante de cargo efetivo ou estável do quadro dos profissionais da Educação Básica;

2º Em caso de inexistência de profissional efetivo e/ou estável candidato a função na própria unidade escolar, caberá a SEMEC remover um Técnico Administrativo Educacional efetivo de outra unidade escolar que apresente perfil conforme disposto nesta Portaria, interessado em ocupar a vaga existente, designando-o para a função de Secretário Escolar.

§ 3º. O Técnico Administrativo Educacional, em Multimeios Didáticos será atribuído normalmente na secretaria da unidade escolar a qual pertence, considerando o Art. 9º da LC 027/2011.

Art. 28. A jornada de trabalho do cargo de APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL/VIGILANCIA será disciplinado conforme LC 027/2011 e alterações posteriores.

Art. 29. O quantitativo de profissionais para o cargo de Apoio Administrativo Educacional na função MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR/LIMPEZA é calculada com base no número de salas de aula da unidade escolar, número de turmas, área construída e número de turnos, conforme ANEXO III, desta Portaria.

§1º - A comissão de atribuição e contagem de pontos será responsável juntamente com a direção e coordenação da escola pelos dados apontados pela unidade escolar, e encaminhará os resultados para conhecimento e providências da Assessoria Pedagógica/SEMEC.

Art. 30. O Professor, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional (manutenção da infra-estrutura/limpeza, nutrição escolar, vigilância, transporte escolar e educação infantil) efetivo e/ou estabilizado, na forma que dispõe a LC nº. 027/2011, que excederem ao número definido por unidade escolar, ficarão como remanescentes a serem redistribuídos pelo Órgão Central nas escolas onde houver vaga, considerado o Parágrafo Único do Art. 36 e Art. 37 e Art. 38 da LC 027/2011.

§ 1º - A SEMEC no dia 23/01/2015, após o processo de atribuição de regime/jornada de trabalho do técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional efetivo e/ou estabilizado, efetuará a redistribuição dos servidores que ficaram remanescentes, exceto nos casos de problemas de saúde comprovados.

§ 2º - Quando na localidade houver apenas uma escola, o técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional remanescente deverão permanecer em seu quadro de lotação, até ulterior deliberação.

Art. 31. Para dar cumprimento a datas e prazos das Etapas e Fase do processo de atribuição de classes e/ou aulas, regime/jornada de trabalho e redistribuição dos profissionais da educação remanescentes, as Comissões responsáveis deverão seguir rigorosamente o calendário estabelecido na Instrução Normativa nº 001/2014/SEMEC/MT, independentemente do período de Férias Coletivas.

Art. 32. Os professores efetivos e/ou estabilizados que participaram do processo de atribuição de classes e/ou aulas, no período de 21/01/2015 a 23/01/2015 construirão o plano de trabalho docente anual (cronograma de trabalho e atividades pedagógicas), incluindo, objetivamente, as ações a serem desenvolvidas nas horas atividades;

Parágrafo único - Á Equipe Gestora, como monitora e mediadora do cumprimento das horas atividades, caberá juntamente com o coletivo de professores da unidade escolar, fazer cumprir o estabelecido nessa Portaria.

I – Definir a forma de operacionalização das horas atividades, bem como o acompanhamento e avaliação que deverá ocorrer bimestralmente;

II - Assegurar o registro do processo de participação (presença em atividades internas e externas);

III - Encaminhar os casos de não cumprimento das horas atividades a SEMEC para desconto em folha de pagamento.

Art. 33. Ao professor, técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional candidatos a contrato temporário a atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho será realizada conforme resultado do Processo Seletivo Simplificado - PSS.

Art. 34. A relação dos contratos temporários deverão ser remetidos a Chefia Recursos Humanos/PREFEITURA, no prazo máximo de 15 dias.

§ 1º- Os contratos temporários somente poderão ser efetuados mediante a existência do cargo, seja livre ou substituição em função de afastamento do titular amparado pela LC.027/2011;

§ 2º - Não será permitido:

a) Inserção de contratos temporários, com datas retroativas, que excedam a 15 (quinze) dias do período inicial do contrato;

b) Investidura de profissionais contratados em cargos onde não exista a vaga.

§ 3º - A remessa de nomes para contratos temporários deverão estar dentro do ciclo da folha de pagamento.

§ 4º - O distrato e/ou cessação de aulas adicionais deverá ocorrer **no dia da vacância** do cargo/função.

§ 5º - Aos gestores das unidades escolares (Diretor, Secretário e Coordenador Pedagógico) que descumprirem o disposto neste artigo caberá a responsabilidade administrativa sobre o ato.

Art. 35. O cumprimento da jornada de trabalho dos Profissionais da Educação, efetivos ou de contrato temporário ficará sob a responsabilidade da Equipe Gestora (Diretor, Secretário e Coordenador Pedagógico) da unidade escolar com acompanhamento da SEMEC.

Art. 36. O Técnico Administrativo Educacional, na função de Secretário Escolar, terá a responsabilidade na inserção e gerenciamento dos dados e demais informações da unidade escolar, solicitadas pela SEMEC.

Parágrafo único – Para efeito de controle do cumprimento da jornada de trabalho do professor caberá a responsabilidade ao Coordenador Pedagógico que, mensalmente deverá entregar o relatório das faltas (hora/aula e hora/atividade) a serem informadas ao Secretário da unidade e, no caso dos servidores Apoio Administrativo Educacional, Técnico Administrativo Educacional, os servidores em Readaptação de Função e servidores em atribuição de função (diretor, coordenador, secretário) a responsabilidade caberá ao Secretário Escolar as quais deverão ser informadas a SEMEC.

Art. 37. Fica proibida a designação ou escolha de Secretário Escolar e Coordenador Pedagógico que tenha parentesco consanguíneo ou por afinidade até o 3.º grau com o Diretor da unidade escolar.

Art. 38. Os casos omissos deverão ser solucionados em primeira instância pelas Comissões de Atribuições de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho instituídas nas unidades escolares e em caso de impossibilidade, deverão ser encaminhados à SEMEC, para conhecimento, análise e parecer.

Art. 39. Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação, com vigência para dois anos letivos, salvo alterações de lei ou adequações de datas estabelecidas de acordo com calendário de cada ano letivo.

Art. Revogadas as disposições em contrário em especial Portaria de Atribuição Geral 052/2013.

Gabinete do Secretário Municipal de Educação e Cultura, em Campinápolis, 09 de dezembro de 2014.

ANEXO I

DISTRIBUIÇÃO DO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

Critérios para Dimensionamento do Nº de Técnicos Administrativo Educacional por Unidade Escolar na função de Administração Escolar e Multimeios Didático				
Categoria/Porte	Nº de Alunos	Administrativo	Secretário	Total
A	Até 200	1	1	2
B	201 a 400	2	1	3
C	401 a 600	3	1	4

ANEXO II

DISTRIBUIÇÃO DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS

Porte da Escola	Turmas		N° de Coordenadores
	MIN	MAX	
1	-	5	-
2	6	16	1
3	17	30	2
4	31	45	3
5	46	70	4
6	Acima de 71		5
EE Ed. Especial	-	Até dois turnos	1
	-	Com três turnos	2

ANEXO III

- NUTRIÇÃO ESCOLAR –

DISTRIBUIÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL/NUTRIÇÃO

I - até 200 alunos por turno de funcionamento:

01 (um) Apoio Administrativo Educacional, na função de Nutrição Escolar

II - de 201 a 600 alunos por turno de funcionamento:

02 (dois) Apoios Administrativos Educacionais, na função de Nutrição Escolar.

ANEXO IV

- DISTRIBUIÇÃO DE APOIO ADM. EDUCACIONALLIMPEZA –

FORMULA	
FATOR = {[(Área/100)*1]+(Nº Salas*5)+(Nº Turmas*10)}/16	
Área = Área Construída da Unidade Escolar - Peso 1	
Nº de Salas = Número de Sala de Aula da Unidade Escolar - Peso 5	
Nº de Turmas = Número de Turmas atendidas pela Unidade Escolar - Peso 10	
Tabela 1	
FATOR CALCULADO	NÚMERO DE SERVIDORES

Fator menor ou igual a 18	1 AAELimpeza por turno
Fator maior que 18 e menor ou igual a 31	2 AAELimpezas por turno
Fator maior que 31 e menor ou igual a 41	3 AAELimpezas por turno
Fator maior que 41 e menor ou igual a 53	4 AAELimpezas por turno
Fator maior que 53 e menor ou igual a 60	5 AAELimpezas por turno
Fator maior que 60 e menor ou igual a 68	6 AAELimpezas por turno
Fator maior que 68 e menor ou igual a 80	7 AAELimpezas por turno
Fator maior que 80 e menor ou igual a 90	8 AAELimpezas por turno
Fator maior que 90	11 AAELimpezas por turno
Obs. FATOR DE REDUÇÃO PARA ESCOLAS QUE POSSUEM TURNO NOTURNO	
Tabela 2	
TABELA 1(NÚMERO DE SERVIDORES)	REDUÇÃO (Nº TOTALDE SERVIDORES)
1AAELimpeza por Turno	----► Nº de Turnos X AAELimpeza = 3 AAELimpezas
2 AAELimpezas por Turno	2 para cada Turno Diurno + 1 Turno Noturno
3 AAELimpezas por Turno	3 para cada Turno Diurno + 2 Turno Noturno
4 AAELimpezas por Turno	4 para cada Turno Diurno + 2 Turno Noturno
5 AAELimpezas por Turno	5 para cada Turno Diurno + 3 Turno Noturno
6 AAELimpezas por Turno	6 para cada Turno Diurno + 4 Turno Noturno
7 AAELimpezas por turno	7 para cada Turno Diurno + 5 Turno Noturno
8 AAELimpezas por Turno	8 para cada Turno Diurno + 6 Turno Noturno
11AAELimpezas por Turno	11 para cada Turno Diurno + 8 Turno Noturno

ANEXO V

PROFESSOR INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS-LIBRAS

ATIVIDADES:

Atuar em sala fazendo a interpretação da Língua Portuguesa (Língua Fonte) para a Língua de Sinais (Língua Alvo), ou vice versa;

Estudar com o(s) aluno (s) surdo (s) a Língua Brasileira de Sinais e fazer estudos em Lingüística para aprimoramento da Língua alvo, cumprindo integralmente a carga horária de 30 (trinta) horas na unidade escolar;

Coletar informações antecipadamente junto ao professor regente de turma sobre o planejamento do conteúdo a ser trabalhado, para facilitar a tradução da língua no momento das aulas e das atividades escolares;

Participar de todas as atividades extra-classe conjuntamente com o(s) aluno(s) surdo(s);

Participar na equipe de profissionais da Unidade Escolar, como um profissional a ser consultado no que compete a interlocução para a Libras;

Não compete ao Intérprete de LIBRAS a função de professor, ainda que execute a interpretação no espaço de ensino. Compete a ele a interlocução e a busca de subsídios referente a Língua de Sinais, para desempenhar a tarefa de estabelecer a comunicação entre surdos e ouvintes.
O profissional nãofará relatório de desempenho ou responderá como tutor pelo surdo, ainda que no espaço de ensino. A profissão segue critérios de neutralidade no desempenho da função como um canal que não exerce qualquer influência na mensagem em trâmite.

CAPACIDADES PARA:
Traduzir/interpretar a comunicação entre ouvintes X surdos;
Estar sempre atualizado em relação às nuances e dinâmica da Língua Brasileira de Sinais.
ATITUDE:
A lei nº 12.319 de 01/09/2010 estabelece no seu *"Art.7º - O Intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana à cultura do surdo e, em especial:*
I - Pela honestidade e descrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida;
II - Pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero;
III - Pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir;
IV - Pelas posturas e condutas adequadas ao ambiente que freqüenta por causa do exercício profissional;
V - Pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daquele que dele necessita;
VI - Pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda."
CONHECIMENTO:
Ter fluência em Língua Brasileira de Sinais-Libras;
Ter conhecimento técnico para fazer escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas para a tradução na língua alvo.

ANEXO VI

PROFISSIONAL INSTRUTOR SURDO OU PROFESSOR SURDO
ATIVIDADES:
Desenvolver curso de capacitação para toda comunidade escolar;
Trabalhar em conjunto com o professor do Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncional), para antecipar os conteúdos que os alunos terão em sala de aula, com a colaboração dos professores do ensino regular concernente ao planejamento das aulas;
Capacitar os Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais da Unidade Escolar e de outras escolas da rede estadual de ensino do município;
Estabelecer critérios de avaliação dos intérpretes a serem feitos pelos alunos surdos da Unidade Escolar, com o objetivo de ajudá-lo a melhorar sua Interpretação;
Estabelecer requisitos a serem cumpridos pelos alunos surdos concernentes a horário, assiduidade, pontualidade, relação professor-aluno; aluno-aluno; aluno-intérprete;
Estudar língua portuguesa com os professores do CAS-MT e/ou Intérpretes de Libras do município.

CAPACIDADES:

• Orientar os professores que possuem alunos surdos inclusos no ensino regular;
• Orientar os professores do Atendimento Educacional Especializados (Sala de Recurso Multifuncional);

ATITUDE:

• Contribuir para a inclusão dos alunos com surdez na rede regular de ensino;
• Tornar conhecido dentro da Unidade Escolar os direitos/deveres do(s) surdo(s);
• Incentivar o contato do(s) aluno(s) surdo(s) com a Comunidade Surda;
• Orientar as famílias dos alunos surdos;
• Contribuir para implantação da Educação Bilíngüe na Unidade Escolar;

CONHECIMENTO:

• Ter fluência na Língua Brasileira de Sinais-Libras;
• Ter leituras com aprofundamento Sobre Cultura , Identidade e Arte Surda.

ANEXO VII

AAE/AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL
ATIVIDADES:

• Atuar junto ao(s) aluno(s) auxiliando o(s) professor(es) no(s) cuidado(s) básico(s) de vida diária da(s) criança (s) nas diversas turmas caso haja necessidades;
• Responsabilizar-se pela recepção e entrega das crianças junto às famílias, mantendo um diálogo constante entre família e escola;
• Acompanhar as crianças, junto às professoras e demais funcionários em atividades extra classe;
• Participar de capacitações de formação continuada;
• Auxiliar nas refeições, alimentando as crianças quando necessário visando a autonomia dos mesmos.

CAPACIDADE:

• Atender o(s)educando (s) respeitando sua dificuldade de locomoção, permanente ou transitórias;
• Participar ativamente, no processo de adaptação e permanência da(s) criança(s) na Unidade Escolar, atendendo a(s) sua(s) necessidade(s);
• Participar do processo de inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais.

ATITUDE:

• Incentivar a(s) criança(s) a conviver com seus pares;
• Participar de todas as atividades desenvolvidas pelo professor;
• Participar das reuniões pedagógicas e de grupos de estudos, na Unidade Escolar;
• Participar das formações propostas pela Gerência de Educação Especial;

CONHECIMENTO:

• Conhecer a Proposta Política Pedagógica da Escola;
• Buscar formação continuada relacionados a temas da Educação Especial;

Publicado por:
Conceição Oliveira de Paula
Código Identificador:849717F9

PREVI-CAMP
RESOLUÇAO Nº 0001/2014

RESOLUÇÃO Nº.001, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
O Conselho Curador do PREVI-CAMP - Fundo Municipal de Previdência Social, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei n.o 653, de 18 de Fevereiro de 2004, por seu Regimento Interno, e
Considerando a deliberação tomada em reunião extraordinária realizada em 10 de Dezembro de 2014;
Considerando o disposto no Art. 4º da Resolução CMN 3922, de 25 de novembro de 2010, onde determina que os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social, deverão definir a Política Anual de Investimentos dos recursos em moeda corrente;
RESOLVE:
Art. 1o O PREVI-CAMP - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Campinapolis, Estado de Mato Grosso, adotará a Política Anual de Investimentos anexa.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Campinapolis/MT, 10 de Dezembro de 2014.

ELIZABETH CLEIDE A. PEREIRA
Presidente do Conselho Curador

Membros:

ELVAN GOMES DE OLIVEIRA

ANDREIA ROSA RODRIGUES

CONCEÇAO OLIVEIRA DE PAULA

KALIU INACIO DA COSTA

Publicado por:
Divania Pereira Costa
Código Identificador:2B251825

PREVI-CAMP
POLITICA DE INVESTIMENTO - 2015

1 INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao artigo 4°. da Resolução do Conselho Monetário Nacional n° 3.922 de 25 de novembro de 2010, apresenta-se a política anual de investimentos do PREVI-CAMP - Fundo Municipal de Previdência Social de Campinapolis/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 04.102.088/0001-03, sediado à Av. Benonico Jose de Lourenço, nº.2170, nesta cidade comarca de Campinapolis/MT, CEP.78630-000, para 2015.

A Política Anual de Investimentos do PREVI-CAMP- tem como objetivo definir o modelo de gestão que será próprio estabelecendo as diretrizes das aplicações dos recursos respeitando os limites de diversificação e concentração previstos na resolução 3922/2010 CMN tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

2 OBJETIVO DA GESTÃO

O objetivo da alocação dos recursos será a preservação do equilíbrio financeiro econômico – financeiro e atuarial, visando o atendimento da meta atuarial de 6% (seis por cento) ao ano de taxa de juros, acrescida da variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, medido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, obedecendo aos limites de riscos por emissão e por segmento, bem como aos princípios de boa governança, da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência, estabelecidos nesta Política Anual de Investimentos.

A Política Anual de Investimentos tem ainda, como objetivo especifico zelar pela eficiência na condução das operações relativas às aplicações dos recursos em moeda corrente cuja origem vem das contribuições dos servidores, do ente e das compensações previdenciárias, descontadas as despesas administrativas, buscando alocar os investimentos em instituições que possuam solidez patrimonial e grande experiência positiva no exercício da atividade de administração de grande volume de recursos.

3 DEFINIÇÃO DA METODOLOGIA DE SELEÇÃO DE INVESTIMENTOS

O RRPS deverá instituir o Comitê de Investimento quando o recurso for igual ou superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) com regimento próprio sendo um órgão auxiliar no processo decisório quanto à execução da política de investimento.

Os investimentos específicos são definidos com base na avaliação risco/retorno, no contexto do portfólio global do RPPS.

Individualmente, os retornos dos ativos são projetados com base em um modelo que parte do cenário macroeconômico (global e local) e projeta os impactos desse cenário para o comportamento da curva futura de juros no caso da Renda Fixa, e para os diversos setores econômicos e empresas no caso da Renda Variável.

As informações utilizadas para a construção dos cenários e modelos acima descritos serão obtidas de fontes públicas e de consultorias privadas.

Os investimentos poderão acontecer de forma direta e/ou indireta:

Forma Direta: quando o(s) investimento(s) ou desinvestimento(s) ocorrerem via Títulos Públicos Federais ou operações compromissadas dentro do limite permitido pela Resolução.

Forma Indireta: quando o(s) investimento(s) ou desinvestimento(s) ocorrerem via cotas de fundos investimentos também respeitando os limites da Resolução.
Para fins de cômputo dos limites definidos nesta Política Anual de Investimentos, não são consideradas as aplicações no segmento de imóveis.

No caso de investimentos em Títulos Públicos Federais só poderão ser realizadas por meio de plataformas eletrônicas administrados por sistemas autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários.

Será permitida a contratação de consultorias independentes para auxiliar na definição dos investimentos e obrigações legais, desde que a consultoria seja devidamente autorizada a funcionar pela **CVM – Comissão de Valores Mobiliários**.

Nos investimentos via cota de Fundos de Investimentos (FI) ou Fundo em Cotas de Fundos de Investimentos (FIC) deverá ser observado que o regulamento dos Fundos disponha obrigatoriamente o seguinte:

Para investimentos em Fundos com possibilidade de alta volatilidade, *assim compreendidos os Fundos de Ações, Multimercado e Renda Fixa de Longo Prazo* serão obrigatórias o uso de cota de fechamento.

seja possível identificar e demonstrar que os respectivos fundos mantenham as composições, limites e garantias exigidas para os fundos de investimento de que trata na Resolução 3922/2010.

4 LIMITAÇÕES, RESTRIÇÕES E VEDAÇÕES DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Devem ser observados os limites e as restrições de concentração dos investimentos financeiros na seguinte forma:

Os títulos e valores mobiliários de emissão de pessoa jurídica não podem exceder a 20% dos recursos em moeda corrente *do RPPS*.

As empresas financeiras, recebedoras de depósitos em poupança, não tenham controle societário detido pelo Estado.

As aplicações em títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira, não podem exceder a 25% do patrimônio da emissora.

Os recursos destinados a investimentos em fundos de renda variável deverão respeitar o limite máximo de 30% dos recursos em moeda corrente *do RPPS*.

Os recursos destinados aos ativos citados na resolução 3922/2010 no art. 7º, incisos III e IV, e art. 8º, inciso I, não podem exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social.

O total das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social em um mesmo fundo de investimento deverá representar, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do fundo

Está vedado aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cujas carteiras contenham títulos que ente federativo

figure como devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma.

Estão proibidos todos os tipos de operações com derivativos, a não ser aquelas para proteção da carteira de fundos de investimentos, ainda assim limitadas a uma vez o patrimônio líquido do fundo.
Está vedado investimentos de recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados.

Está vedado qualquer investimento em Fundos de Investimentos ou Fundo em Cotas de Fundos de Investimentos, que não preveja em seu regulamento a impossibilidade de operações do tipo day-trade.

Estão vedados os investimentos em Fundos de Investimentos em gestoras ou administradoras que não se disponham a fornecer a carteira aberta dos fundos de investimentos, em período máximo defasado de cinco dias úteis da data do fechamento do mês, ou da data do investimento, ou ainda da data da solicitação.

Está proibida a atuação em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos na Resolução 3922/2010 CMN.

É vedado também aplicação em fundos multimercados com investimento no exterior, conforme trata nota técnica 07/2014/CGACI/DRPSP/SPPS/MPS.

5 CENÁRIO MACROECONÔMICO E PROJEÇÕES ECONÔMICAS

Para embasar as decisões de investimento do RPPS será elaborado cenário macroeconômico com revisões mensais. Para estas projeções com indicadores macroeconômicos de curto prazo do exercício de 2015 serão usados o relatórios FOCUS do Banco Central e Relatório de Mercado da ANBIMA como base.

5.1 TAXA SELIC

Sendo a taxa SELIC o referencial de juros na economia brasileira, diante do cenário mundial e doméstico, o mercado é praticamente unânime na previsão de fechar o ano de 2014 em 11,00 por cento, em face a uma atividade doméstica pouco dinâmica e uma inflação persistente perto de 6,5%; e a projeção para 2015 é de um pequeno aumento na taxa básica de juros para 11,38, por cento, de acordo com o relatório FOCUS do Banco Central divulgado em 29/09/2014.
Não há pistas sobre as decisões do próximo governo brasileiro a respeito da condução da política fiscal ou do ritmo de reajustes dos preços administrados, ficando virtualmente impossível para o Banco Central simular o comportamento da inflação. Assim, qualquer decisão envolvendo alterações nos juros nesse momento teria um forte componente especulativo. Por essa razão, os prognósticos apontam para estabilidade da SELIC.
SELIC Anual 2013-2014:

SELIC Mensal 2013-2014:

5.2 INFLAÇÃO

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em 12 meses, até agosto de 2014, somou 6,51%, ultrapassando a meta central (4,5%). A trajetória apresentada mostra para o cenário de referência um aumento ao longo de 2014 (no acumulado em 12 meses) desde fevereiro.
Cenário 2014/2015:

No que diz respeito a 2015, o relatório FOCUS registrou previsão de 6,28 por cento para 6,30 por cento, revelando aumento nas projeções.

5.3 PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB

O ritmo de expansão têm desacelerado significamente nos últimos trimestres, aproximando – se de uma estagnação no 1º semestre. A projeção do Produto Interno Bruto (PIB) para 2014 foi rebaixada pela décima oitava vez consecutiva, a 0,29 por cento, ante 0,30 por cento na pesquisa anterior. Já para 2015 houve elevação na expectativa a 1,01 por cento.

5.4 TAXA DE CÂMBIO (2014/2015)

A projeção para a taxa de câmbio no fim de 2014 foi elevada pela segunda semana seguida em R$ 2,35 por dólar. Para o fechamento de 2015, a estimativa é de aumento para R$ 2,45 por dólar.

6 ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Diante do cenário macroeconômico que o ano de 2014 vem apresentando e as perspectivas para o ano de 2015 as alocações nos segmentos de renda fixa e renda variável permanecerá aberta conforme a resolução 3922/2010 CMN para a possibilidade de continuar com as diversificação dos investimentos. Segue abaixo os limites autorizados pelo resolução e por esse RPPS:

6.1 Segmento de Renda Fixa:

ATIVOS EM RENDA FIXA	Limite Legal	Limite RPPS
Títulos Tesouro Nacional – SELIC *Art. 7º, I, "a" - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 100%	Até 100%
Operações Compromissadas *Art. 7º, II - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 15%	0%
FI 100% Títulos Públicos TN *Art. 7º, I, "b" - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 100%	Até 100%
Fundo de Investimento Renda Fixa/ Referenciados *Art. 7º, III - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 80%	Até 80%
Fundo de Investimento de Renda Fixa *Art. 7º, IV - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 30%	Até 30%
FI em Direitos Creditórios – Condomínio Aberto *Art.7º, VI - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 15%	Até 5%
FI em Direitos Creditórios - Condomínio Fechado *Art. 7º, VII, "a"- Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 5%	Até 5%
FI Renda Fixa "Crédito Privado" *Art. 7º, VII, "b" - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 5%	Até 5%
Poupança *Art. 7º, V - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 20%	Até 20%

Para aplicação no segmento renda fixa as premissas abaixo devem ser seguidas:

Quando das operações diretas com títulos públicos, deverão ser observados os seguintes pontos:
abertura de conta segregada de custódia;
pesquisas sobre níveis de preços em entidades reconhecidas;
processo de tomada de preços via cotações de mercado; e
uso de plataformas eletrônicas.

Nos investimentos em renda fixa direto via títulos públicos ou operações compromissadas (Resolução BCB 3339/06 e Resolução BCB 550/79) e nos investimentos indiretos via fundos de investimentos deverão ser levados em conta os seguintes riscos envolvidos nas operações:
Risco de crédito dos ativos: possibilidade do devedor não honrar seus compromissos.
Risco sistemático ou conjuntural: são os riscos que os sistemas econômicos, político e social, impõem ao governo.
Risco próprio: consiste no risco intrínseco ao ativo e ao subsistema ao qual o ativo pertença.
Risco de mercado: é o risco de oscilações de preços do ativo.
Risco de liquidez: também chamado risco financeiro. É conhecido pela falta de condição de pagamento do emissor ou ausência de mercado secundário daquele tipo de ativo.
Risco de contraparte: também conhecido como risco de coobrigação, é quando da securitização de dívida existe endosso por parte de terceiros e este também fica sem liquidez.
Risco legal: tipo de risco o qual o ativo objeto do investimento esteja sujeito a interpelação judicial.
Risco operacional: está ligado à incompetência ou à desonestidade dos administradores.
Notas de Rating: os ativos integrantes das carteiras ou seus respectivos emissores, conforme acima listados, serão considerados baixo risco de crédito, de acordo com classificação mínima (rating) estabelecida, por pelo menos uma das agências classificadoras de risco em funcionamento no País.

Investimentos em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno

de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia.

Que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem suas carteiras ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito, com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País.

O limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento).

Aplicações previstas no art. 7º incisos VI e alínea "a" do inciso VII da Resolução deixa claro que a série ou classe de cotas do fundo seja considerada de baixo risco de crédito, com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País.

Nas alternativas de investimentos que exigem avaliação de risco de crédito (rating), este RPPS utilizará a tabela abaixo como parâmetro. Nela estão descritas as notas das principais agencias classificadoras de risco, até a nota mínima aceita. Em caso de avaliação de risco de crédito executada por outra agência sua nota equivalente deverá ser estar compreendida com uma das do mesmo quadro:

Que os regulamentos dos fundos determinem que os limites máximos de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle não podem ultrapassar 20% (vinte por cento).

Diante do cenário possível para alocação no segmento renda fixa tentará buscar um retorno de rentabilidade equivalente a meta atuarial.

6.2 Segmento em Renda Variável

Ativos em Renda Variável	Limite Legal	Limite RPPS
FI Ações Referenciados(Ibovespa, IBrX ou IBrX-50) *Art. 8º, I - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 30%	Até 30%
FI de Índices Referenciados em Ações *Art. 8º, II - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 20%	Até 20%
Fundos de Investimentos em Ações *Art. 8º, III - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 15%	Até 15%
Fundos de Investimento Multimercado - Aberto *Art. 8º, IV - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 5%	Até 5%
Fundos de Investimentos Imobiliários – cota negociadas em bolsa *Art. 8º, VI- Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 5%	Até 5%
Fundos Investimentos em Participações - Fechado *Art. 8º, V - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 5%	Até 5%

Para aplicação em Fundo de Ações as premissas abaixo devem ser seguidas:

A Política Anual de Investimentos, para a seleção de fundos de ações no que se refere a risco, basear-se-á em que o administrador ou gestor do fundo em questão atenda as seguintes metodologias de forma cumulativa ou isoladamente;

Value at Risk (VaR): fornece uma medida da pior perda esperada em ativo ou carteira para um determinado período de tempo e um intervalo de confiança previamente especificado;

Stress Testing: processo que visa identificar e gerenciar situações que possam causar perdas extraordinárias, com quebra de relações históricas, sejam temporárias ou permanentes;

Coeficiente Beta: unidade de medida que através da covariância entre ativos, mede o potencial que cada ativo isoladamente pode amplificar ou mitigar o risco do fundo através da aderência ao benchmark escolhido, avaliando assim o efeito da diversificação do fundo;

Índice de Sharpe: unidade de medida que através de estudos estatísticos mede a relação risco/retorno do fundo.

Adicionalmente, buscar uma seleção eficiente de gestores de fundo de investimento especializados em cada Artigo, pois trata-se de uma característica do segmento de renda variável.

Diante do cenário possível para alocação no segmento renda variável tentará buscar um retorno de rentabilidade equivalente a meta atuarial.

6.3 Segmento Imóveis

Conforme determina no art. 9º da Resolução 3.922/2010 as aplicações nesse segmento serão efetuados exclusivamente com imóveis vinculados por lei ao RPPS. Os imóveis poderão ser utilizados para aquisição de cotas de fundo de investimento imobiliário (FII), cujas cotas sejam negociadas na bolsa de valores.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a execução desta Política Anual de Investimento e cumprimento da legislação em vigor, será obrigatória a realização de relatórios mensais, trimestrais e anuais de rentabilidade, tendo como parâmetro de análise a variação dos Índices e Meta atuarial; e o acompanhamento destes nas reuniões periódicas do Comitê de Investimento e/ou Conselho.

No tocante a operacionalidade de credenciamento e seleção de prestadores de serviços serão observados os aspectos determinados pela Portaria MPS 440/13.

Campinapolis-MT, de 10 de Dezembro de 2014.

JANDER JOSE QUEIROZ FRANCO
Secretario de Administração
Gestor do RPPS

Publicado por:
Divania Pereira Costa
Código Identificador:65FC9AAC

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 613, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município e,
Considerando o disposto no Memorando nº 096/2014, proveniente da Assessoria Jurídica Municipal, deferido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

R E S O L V E

1. CONCEDER, com efeitos a partir 1º de dezembro de 2014, percentual de gratificação, a título de função gratificada, sobre os vencimentos básicos mensais, à seguinte servidora:

Daiana Tayse Tessaro Minozzo	Assessoria Jurídica	Assessora Jurídica	30%

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 15 dias do mês de dezembro de 2014.

MAURO VALTER BERFT
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:C8D4E507

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO N. 072/2014

A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeada pelo Decreto Municipal nº. 004/2014 vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados,o resultado do Pregão Presencial nº. 072/2014, do tipo menor preço por item, com abertura no dia 16/12/2014, às 08h00, horário local, objetivando a aquisição futura de oxigênio hospitalar para atender a necessidade da secretaria municipal de Saúde.Que em virtude do não comparecimento de interessados a sessão foi considerada FRACASSADA.

Campos de Júlio, 16 de Dezembro de 2014.

MICHELLE C. ALMEIDA SILVA
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Michelle Cristine de Almeida Silva
Código Identificador:D6CF722F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 022/2013.

DA ESPÉCIE: Prestação de serviços.
DO OBJETO: Prestação de serviços de elaboração de projetos básicos de engenharia.
DA VIGÊNCIA CONTRATUAL ADITADA: até 31 de dezembro 2015.
ASSINAM: DIRCEU MARTINS COMIRAN – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e SERPRA SERVIÇOS, PROJETOS E ASSESSORIA LTDA, CNPJ n.º 07.123.969/0001-07/ CONTRATADA.

Publicado por:
Liane Zonatto
Código Identificador:B33FCF94

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO "SRP" N. 074/2014

A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeada pelo Decreto Municipal nº. 004/2014 vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Eletrônico nº. 074/2014, do tipo menor preço por Item, com abertura no dia 05/12/2014, , às 09:00hs, horário de Brasília, com a finalidade de aquisições de materiais odontológicos, para a Secretaria Municipal de Saúde, sendo declaradas vencedoras do certame as empresas DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA – ME CNPJ n°18.337.759/001-20 com o valor global R$ 6.462,30 (seis mil quatrocentos e sessenta e dois reais e trinta centavos); MEDK RES IMPORTACAO E COMERCIO CNPJ N° 13.217.490/0001-24 com valor global R$ 6.880,00 (seis mil oitocentos e oitenta reais);DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA CNPJ N° 02.477.571/0001-47 com o valor global R$ 46.489,68 (quarenta e seis mil quatrocentos e oitenta e nove reais e sessenta e oito centavos); CIRURGICA VITORIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS – EIRE CNPJ N°07.700.245/0001-70 com o valor global R$ 5.086,00 (cinco mil e oitenta e seis reais)

Campos de Júlio, 16 de Dezembro de 2014.

MICHELLE CRISTINE DE ALMEIDA SILVA
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Michelle Cristine de Almeida Silva
Código Identificador:04DB70FF

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SMA/RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 147/2013

DISTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE**.
DISTRATADO**: KETLY DA SILVA PINTO**
MOTIVO: O CONTRATADO, POR RAZÕES INTERNAS E PRÓPRIAS, DECIDIU DESISTIR DA CONTINUIDADE DO CONTRATO ATÉ AGORA VIGENTE, RESOLVENDO AS PARTES RESCINDIREM O CONTRATO.
DATA DO DISTRATO: 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

Publicado por:
Neuza do Amarante de Oliveira
Código Identificador:B75A2DA6

SMA/RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 104/2012

DISTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE**.
DISTRATADO**: ANDREIA TURCK OLIVEIRA**MOTIVO: O CONTRATADO, POR RAZÕES INTERNAS E PRÓPRIAS, DECIDIU DESISTIR DA CONTINUIDADE DO CONTRATO ATÉ AGORA VIGENTE, RESOLVENDO AS PARTES RESCINDIREM O CONTRATO.
DATA DO DISTRATO: 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

Publicado por:
Neuza do Amarante de Oliveira
Código Identificador:A7665CF0

SUPERVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS N° 020/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DA FUTURA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do julgamento e classificação das propostas da Tomada de Preços n° 020/2014 para: **KASA NOVA CONSTRUÇÕES E ACAMENTOS LTDA ME, CNPJ N° 05.141.121/0001-77** vencedora com o valor de **R$ 205.611,00 (duzentos e cinco mil seiscentos e onze reais).** Demais informações: e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação em vigor.

Campo Verde – MT, 16 de Dezembro de 2014.

ANA CAROLINA S. BRAGA BLUME
Presidente da CPL
Pregoeira

Publicado por:
Fabrícia Rodrigues Zago
Código Identificador:889CCC69

SUPERVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS N° 022/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE PISO DE QUADRA POLIESPORTIVA NO CENTRO EDUCACIONAL PAULO FREIRE.
A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do julgamento e classificação das propostas da Tomada de Preços n° 022/2014 para: **FERNANDES CESAR FACIO & CIA LTDA – ME, CNPJ N° 07.393.071/0001-40** vencedora com o valor de **R$ 80.500,00 (oitenta mil e quinhentos reais).** Demais informações: e-

mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação em vigor.

Campo Verde – MT, 16 de Dezembro de 2014.

ANA CAROLINA S. BRAGA BLUME
Presidente da CPL
Pregoeira

Publicado por:
Fabrícia Rodrigues Zago
Código Identificador:73099DCA

SUPERVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO N° 116/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO.
A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do julgamento e classificação das propostas do Pregão n° 116/2014 para: **WANDA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, CNPJ N° 12.358.170/0001-21** vencedora do **lote 02** com o valor de **R$ 28.900,00 (vinte e oito mil e novecentos reais), lote 04** com o valor de **R$ 17.799,90 (dezessete mil setecentos e noventa e nove reais e noventa centavos), lote 05** com o valor de **R$ 15.000,00 (quinze mil reais), lote 06** com o valor de **R$ 12.950,00 (doze mil novecentos e cinquenta reais), lote 07** com o valor de **R$ 13.850,00 (treze mil oitocentos e cinquenta reais), lote 11** com o valor de **R$ 12.900,00 (doze mil e novecentos reais), lote 18** com o valor de **R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)** e **lote 21** com o valor de **R$ 24.100,00 (vinte e quatro mil e cem reais),** totalizando o valor de **R$ 167.499,90 (cento e sessenta e sete mil quatrocentos e noventa e nove reais e noventa centavos), A.T.I. COMÉRCIO DE MÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA – ME, CNPJ N° 12.544.341/0001-07** vencedora do **lote 08** com o valor de **R$ 4.490,00 (quatro mil quatrocentos e noventa reais), lote 12** com o valor de **R$ 33.699,00 (trinta e três mil seiscentos e noventa e nove reais), lote 13** com o valor de **R$ 11.949,00 (onze mil novecentos e quarenta e nove reais), lote 16** com o valor de **R$ 39.900,00 (trinta e nove mil e novecentos reais), lote 20** com o valor de **R$ 27.990,00 (vinte e sete mil novecentos e noventa reais)** e **lote 22** com o valor de **R$ 3.360,00 (três mil trezentos e sessenta reais),** totalizando o valor de **R$ 121.388,00 (cento e vinte e um mil trezentos e oitenta e oito reais), VINCITORE INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA ME, CNPJ N° 11.065.978/0001-58** vencedora do **lote 09** com o valor de **R$ 29.820,00 (vinte e nove mil oitocentos e vinte reais), lote 10** com o valor de **R$ 19.360,00 (dezenove mil trezentos e sessenta reais), lote 14** com o valor de **R$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais), lote 15** com o valor de **R$ 38.100,00 (trinta e oito mil e cem reais), lote 17** com o valor de **R$ 59.499,00 (cinquenta e nove mil quatrocentos e noventa e nove reais),** totalizando o valor de **R$ 179.179,00 (cento e setenta e nove mil cento e setenta e nove reais), MV PAPELARIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME, CNPJ N° 19.071.896/0001-28,** vencedora do **lote 01** com o valor de **R$ 24.800,00 (vinte e quatro mil e oitocentos reais), lote 03** com o valor de **R$ 28.790,00 (vinte e oito mil setecentos e noventa reais)** e **lote 19** com o valor de **R$ 27.050,00 (vinte e sete mil e cinquenta reais),** totalizando o valor **de R$ 80.640,00 (oitenta mil seiscentos e quarenta reais).** Demais informações: e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação em vigor.

Campo Verde – MT, 16 de Outubro de 2014.

LEILA GUBERT
Pregoeira

Publicado por:
Fabrícia Rodrigues Zago
Código Identificador:53BFA65E

SUPERVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO N° 126/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PAINÉIS DIVISÓRIA, PORTAS PARA DIVISÓRIAS, BATENTES, FECHADURAS E DOBRADIÇAS, COM INSTALAÇÃO.
A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do julgamento e classificação das propostas do Pregão n° 126/2014 para: **ARENA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA – EPP, CNPJ N° 04.494.844/0001-97** vencedora do lote único com o valor de **R$ 43.279,72 (quarenta e três mil duzentos e setenta e nove reais e setenta e dois centavos).** Demais informações: e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação em vigor.

Campo Verde – MT, 16 de Outubro de 2014.

LEILA GUBERT
Pregoeira

Publicado por:
Fabrícia Rodrigues Zago
Código Identificador:0F3234F4

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS
PORTARIA Nº. 125/2014.

PORTARIA Nº. 125/2014. De 16 de dezembro de 2014.

DETERMINA A ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA EXPEDIÇÃO DE TÍTULO DE PROPRIEDADE EM FAVOR DE MARCOS ANTONIO RIBAS GRENDENE.

VALDEZ VIANA NUNES Prefeito Municipal de Canabrava do Norte - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Determino que o Secretário Municipal de Administração proceda à abertura de procedimento administrativo para expedição de título de propriedade em nome do Sr. MARCOS ATONIO RBAS GRENDENE do lote nº 19C da quadra nº 76, atentando-se para as formalidades legais.

Art. 2 – Antes da expedição do título de propriedade, determino que seja publicado edital no diário da AMM - Associação dos Municípios Mato grossenses e no mural da prefeitura municipal, solicitando a publicação do edital na referida casa de leis, todos contendo o memorial descritivo do imóvel, abrindo prazo de 20 (vinte dias) para impugnação dos interessados.

Art. 3º - Findo o prazo do artigo anterior, com ou sem impugnação, remeta o processo administrativo para chefe do departamento de tributos para que emita parecer favorável ou não de título de propriedade.

Art. 4º - Após a confecção do parecer, remeta o processo para o Gabinete do Prefeito para decisão final sobre a emissão do parecer.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canabrava do Norte - Estado de Mato Grosso, 16 de dezembro de 2014

VALDEZ VIANA NUNES
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRE-SE

Publicado por:
Natalina Cardoso da Silva
Código Identificador:6B00CC4C

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS
EDITAL: 042/2014

O município de Canabrava do Norte-MT informa que expedirá título de propriedade em favor MARCOS ANTONIO RIBAS GRENDENE, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 14.228.710-2 SSP/PR e do CPF 403.339.579-20 referente ao Lote 19C, Quadra 76, na Rua Torquato de Souza do Nascimento, Centro, Canabrava do Norte-MT, a ser desmembrado da Matrícula nº 1.074, do Cri da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com o seguinte memorial descritivo: Frente com a AV: Áurea Tavares de Amorim medindo 27,60 metros; Lado Direito com os lotes nº 20A medindo 37,30 metros; Lado Esquerdo com o lote n° 19B medindo 37,40 metros; Fundo com os lotes nº 20D medindo 24,00 metros. Aos interessados será concedido prazo de 20 (vinte) dias para impugnação à expedição do referido título de propriedade.

Publicado por:
Natalina Cardoso da Silva
Código Identificador:B9D28F52

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 124/2014

PORTARIA Nº 124/2014 DE: 08/12/2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

Valdez Viana Nunes, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais.
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a LICENÇA PRÊMIO pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal MARIA IVANILDES LIMA SANTOS, matricula 286, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACS, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO DA LICENÇA
02/01/2008 A 30/11/2012	01/12/2014 A 28/02/2015

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01 de Dezembro de 2014.

Gabinete do Prefeito, em 08 de Dezembro de 2014.

VALDEZ VIANA NUNES
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE –SE,
CUMPRE-SE

Publicado por:
Patricia Soares Queiroz
Código Identificador:FE9D8E49

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 401/2014

DECRETO Nº 401/2014 ____ DE: 11/12/2014

"DISPÕE SOBRE O GOZO DE FÉRIAS COLETIVAS (FC) PARA SERVIDORES QUE INTEGRAM O QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – EXERCÍCIO 2013/2014".

VALDEZ VIANA NUNES, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas em Lei:
DECRETA:

Artigo 1º. Fica estabelecido que o servidor que integra o quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação/SMEC deverá usufruir férias regulamentares, de forma coletiva, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, conforme disciplinado neste Decreto.

§ 1º. No Órgão Central da Secretaria Municipal de Educação, nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, as férias regulamentares ocorrerão no período de 27/12/2014 a 26/01/2015, exceto para os servidores ocupantes do cargo de apoio administrativo educacional, na função de vigilância.

§ 2º. Para efeito do previsto na alínea "a" do inciso I, do artigo 54 da Lei Complementar nº. 50/98, o professor em efetivo exercício na sala de aula em unidade escolar, deverá usufruir 15 (quinze) dias de férias, após o término do 2º bimestre do ano letivo de 2014, observado o calendário escolar.

§ 3º. Caberá aos Gestores:
I – garantir o usufruto de 30 (trinta) dias consecutivos;
II – manter a execução dos serviços essenciais e de atendimento na Secretaria da Unidade Escolar e a vigilância física e patrimonial, designando servidor para trabalhar em período de férias coletivas;
III – Os profissionais da educação.

Artigo 2º. No Órgão Central/SMEC deverá ser mantido servidores, para execução das atividades essenciais, de caráter inadiável.

Artigo 3º. Os servidores das unidades escolares e unidades desconcentradas que forem escalados para trabalhar no período de férias coletivas, deverão usufruir as férias referentes ao período aquisitivo 2013/2014, no decorrer do ano letivo.

Artigo 4º. Fica excluído do gozo de férias coletivas, previsto neste Decreto, o Diretor, Coordenador e o Secretário de Unidade Escolar.

Artigo 5º. Os casos omissos serão resolvidos pela de Gestão de Pessoas/SMEC.

Artigo 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canabrava do Norte, em 11 de Dezembro de 2014**.**

VALDEZ VIANA NUNES
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRE-SE,

Publicado por:
Patricia Soares Queiroz
Código Identificador:6CA37815

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

SETOR DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 507-2014

De 09 de Dezembro de 2014.

Dispõe sobre a Exoneração e Nomeação de Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Servidora **MARIA REGINA FERNANDES PEREIRA**, da Função de Fiscal de Contrato referente ao **Processo nº 31/2014** que tem por objeto Inexigibilidade de Licitação para locação

de aparelho de videoendoscopia, *para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Canarana-MT.*

Art. 2º - Designar a Servidora **LUCILENE FERREIRA LIMA**, Agente de serviços Gerais, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao Processo nº 031/2014.

Art. 3º - Nomear **SUZANA ALMEIDA CORDEIRO**, Mensageira Arquivista, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Art. 5º - Revogam -se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 09 de dezembro de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:DBB45ADE

SETOR DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 508-2014

De 09 de Dezembro de 2014.

Dispõe sobre a Exoneração e Nomeação de Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Servidora **MARISTELA FURLAN BECKER DA ROSA,** Portaria nº 153/2013 de 07/06/13, da Função de Fiscal de Contrato referente ao **Processo nº 042/2013** que tem por objeto aquisição de licença de uso de sistema, que possibilite o acompanhamento e gerenciamento das informações necessárias para apuração do índice de participação – IPM, integrado ao sistema de Controle e Gerenciamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, relativo aos contribuintes do município de Canarana –MT.

Art. 2º - Designar a Servidora **NILCE LEDI KOESTER**, Agente administrativo, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao Processo nº 042/2013.

Art. 3º - Nomear **ILNEIDE LOPES DA COSTA**, Auxiliar de Contabilidade, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Art. 5º - Revogam -se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 09 de dezembro de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:8231519A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CARLINDA - MT
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 005/2014
CONTRATANTE: **PREVCAR - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CARLINDA - MT**
CONTRATADA: BENASSI, FRASSON JUNIOR & SANTOS LTDA
OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, resolvem aditar o valor mencionado na Clausula Segunda e prorrogar o prazo da Clausula Quarta do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 005/2014.
VALOR: R$ 13.200,00
VIGENCIA: 31/12/2015.

Publicado por:
Erica Marcieli F. P. de Campos
Código Identificador:E67320CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO – EXTRATOS PUBLICAÇÃO

AVISO DE PUBLICAÇÃO – EXTRATOS PUBLICAÇÃO DO Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de nº 101/2011
Pelo presente certifico que o extrato abaixo foi afixado no mural da Prefeitura Municipal de Carlinda/MT, para devidas publicações, pelo período de um mês.

Tomada de Preço nº 13/2011
A referida alteração está embasada na Lei nº 8.666/93, permanecendo inalteradas as demais cláusulas contratuais.

CONTRATADA: CONSTRUTORA E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO TRES T LTDA ME**,** CNPJ: 08.933.446/0001-80.

PRAZO DE 16 de Março de 2015.

Carlinda/MT, em 16 de Dezembro de 2014.

DEISE DIONE MUTSCHALL
CPF: 041.380.781-93

Publicado por:
Deise Dione Mutschall
Código Identificador:FBFB935E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO – EXTRATOS PUBLICAÇÃO

DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 38/2008

Pelo presente certifico que o extrato abaixo foi afixado no mural da Prefeitura Municipal de Carlinda/MT, para devidas publicações, pelo período de um mês.

CARTA CONVITE N.º 5/2008
De conformidade com lei federal 8.666, permanecendo inalteradas as demais cláusulas contratuais.

CONTRATADA: CONSTRUTORA DELUKS ME LTDA

CNPJ Nº 03.604.673/0001-49

PRAZO: 16 de Março de 2015.

Carlinda/MT, em 16 de Dezembro de 2014.

DEISE DIONE MUTSCHALL
CPF: 041.380.781-93

Publicado por:
Deise Dione Mutschall
Código Identificador:AB2E2275

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO – EXTRATOS PUBLICAÇÃO

AVISO DE PUBLICAÇÃO – EXTRATOS PUBLICAÇÃO DO Décimo Termo Aditivo ao Contrato de nº 36/2010

Pelo presente certifico que o extrato abaixo foi afixado no mural da Prefeitura Municipal de Carlinda/MT, para devidas publicações, pelo período de um mês.

DISPENSA n.º 015/2010 A referida alteração está embasada na Lei nº 8.666/93, permanecendo inalteradas as demais cláusulas contratuais.

CONTRATADA: E. E. CAMARGO E CIA LTDA
PRAZO DE 16 de Março de 2015.

Carlinda/MT, em 16 de Dezembro de 2014.

DEISE DIONE MUTSCHALL
CPF:041.380.781-93

Publicado por:
Deise Dione Mutschall
Código Identificador:8BFC6439

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1599

LEI Nº 1599/2014. DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LISÚ KOBERSTAIN, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O Conselho Municipal da Cidade de Chapada dos Guimarães é um colegiado de caráter consultivo e deliberativo, vinculado à Secretaria de Planejamento, criado com o objetivo de integrar as políticas setoriais de habitação, fundiária, saneamento ambiental, acessibilidade e mobilidade urbana, de forma articulada com a Secretaria de Estado de Cidades, Ministério das Cidades, por meio dos Conselhos Estadual e Nacional das Cidades.

Parágrafo único.O Conselho Municipal da Cidade tem por finalidade assessorar e propor diretrizes para a elaboração e implementação de políticas voltadas para o Desenvolvimento Urbano/Municipal com participação social, respeitado as competências do ente federado.

Art. 2º O Conselho Municipal da Cidade será composto por representantes do Poder Público e da sociedade civil organizada, obedecendo à seguinte proporcionalidade:

I – 02 (dois) representantes do Poder Público Municipal, sendo:
a) o Secretário de Planejamento, na qualidade de Presidente do Conselho, ou seu representante legal;
b) o Chefe de Gabinete, ou seu representante;
II – 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal, indicado pelo Presidente da Câmara Municipal;

III – 01 (hum) representante de cada entidade do movimento social e popular (associação de moradores, ONGs, Cooperativas);
IV – 01 (hum) representante da entidade empresarial (associação comercial);
V – 01 (hum) representante de cada entidade sindical de trabalhadores;
VI – 01 (hum) representante de entidade profissional ou acadêmica e de pesquisa**;**
VII – 01 (hum) representante de cada poder, do poder judiciário.
§ 1º Os membros titulares e respectivos suplentes das entidades indicadas nos incisos de III a VII, serão eleitos por segmento a cada 3 anos, respeitada a representação estabelecida, em eleição convocada pela Presidência do Conselho Municipal da Cidade.

§ 2º Todos os representantes, membros do Conselho, exceto o Secretário-Executivo, terão seus respectivos suplentes.

§ 3º As deliberações do Conselho serão feitas mediante resolução aprovada por maioria simples, cabendo ao presidente o voto de qualidade em casos de empate.

Art. 3º Ao Conselho Municipal de Cidade compete:

I - propor, debater e encaminhar as diretrizes e instrumentos da política de desenvolvimento urbano e das políticas setoriais em consonância com as deliberações da Conferência Municipal das Cidades;
II - propor, debater e encaminhar diretrizes e normas para a implantação dos programas a serem formulados pela prefeitura municipal;
III - acompanhar e avaliar a execução da política urbana municipal e programas da prefeitura, recomendando as providências necessárias ao cumprimento de seus objetivos;
IV - propor a edição de normas gerais de direito urbanístico e manifestar-se sobre propostas de criação e de alteração da legislação pertinente ao desenvolvimento urbano no âmbito municipal;
V - emitir orientações e recomendações referentes à aplicação da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade e demais legislações e atos normativos relacionados ao desenvolvimento urbano;
VI - propor a criação de instrumentos institucionais e financeiros para a gestão da política urbana municipal;
VII - recomendar critérios para a distribuição regional e setorial do orçamento anual e do plano plurianual da área de habitação popular e das áreas afetas ao desenvolvimento urbano;
VIII - propor a criação de mecanismo de articulação entre os programas e os recursos federais, estaduais e municipais de impacto sobre o desenvolvimento urbano;
IX - promover mecanismos de cooperação entre os governos da União, do Estado e do Município e a sociedade na formulação e execução da política municipal de desenvolvimento urbano;
X - promover a integração da política urbana com as políticas sócio-econômicas e ambientais da prefeitura municipal;
XI - promover a integração dos temas da Conferência Estadual das Cidades com as Conferências Municipais;
XII - dar publicidade e divulgar seus trabalhos e decisões;
XIII - convocar e organizar, a cada 03 (três) anos, em concordância com o Conselho Nacional das Cidades-CNC e Conselho Estadual das Cidades CEC a Conferência Municipal das Cidades;
XIV - propor a realização de estudos, pesquisas, debates, seminários ou cursos afetos à política estadual de desenvolvimento urbano;
XV - elaborar e aprovar o seu regimento interno e formas de funcionamento de suas instâncias, conforme a sua estrutura básica, disposta no art. 5º desta lei;

Art. 4º Os membros do CMC/MT, nomeados por Ato do Prefeito, terão mandato de 03 (três) anos, permitido sua recondução.

Parágrafo único.A participação no Conselho Municipal de Cidade é considerada atividade de relevante interesse público e não remunerado.

Art. 5ºO Conselho Municipal de Cidade terá uma estrutura básica composta por:
I - Plenário:
II - Presidência;
III - Secretaria-Executiva;
IV - Câmaras Setoriais:
a) Câmara de Habitação;
b) Câmara de Saneamento Ambiental;

c) Câmara de Transporte e Mobilidade;
d) Câmara de Planejamento e Gestão Urbana;

§ 1º Cada câmara setorial será composta por 3 (três) membros cada uma, e serão responsáveis pela preparação das discussões temáticas para deliberação pelo Conselho e pelo acompanhamento direto dos trabalhos.

§ 2º O funcionamento e as atribuições de cada câmara setorial serão definidos no regimento interno do Conselho Municipal de Cidade, a ser elaborado e editado em até 60 (sessenta) dias, contados a partir da nomeação dos Conselheiros.

§ 3ºO Conselho poderá, em decorrência da relevância do tema para a política de desenvolvimento urbano, criar comitês técnicos, para assuntos específicos, desde que não sejam relacionados com aqueles dispostos no inciso IV deste artigo.

Art. 6º A Secretaria de Planejamento proverá o apoio administrativo e os meios necessários ao pleno desenvolvimento dos trabalhos do Conselho Municipal de Cidade.

Art. 7ºA Conferência Municipal da Cidade, em consonância com o disposto no art. 18, do Decreto Federal nº 5.790, de 25/05/2006, deverá ser realizada a cada 03 (três) anos.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente o Decreto 25/2010.

Chapada dos Guimarães – MT, 15 de dezembro de 2014.

LISU KOBERSTAIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jair Klasner
Código Identificador:CABB4452

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.600

LEI N. 1.600/2014. DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a criação do Departamento Municipal de Trânsito e Rodoviário – DMTR, da Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI e dá outras providências.

LISU KOBERSTAIN, Prefeito Municipal de Chapada de Guimarães, Estado Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães, vinculado a Secretaria Municipal de Planejamento, o DMTR, para exercer as competências do artigo 24, da Lei Federal nº 9.503/1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 2º Compete ao Departamento Municipal de Transito e Rodoviário exercer as atividades de engenharia de tráfego, fiscalização de trânsito, educação de trânsito, controle e análise de estatística conforme exigido na Resolução nº 269/2008 CONTRAN.

Art. 3º A estrutura do DMTR será regulamentado por meio de regimento interno, especificando as atribuições e responsabilidades do Órgão, sendo apreciado pelo Poder Legislativo Municipal.

Art. 4º Ao Diretor pelo Departamento Municipal de Transito e Rodoviário, compete atuar como autoridade de trânsito municipal.

Art. 5º As multas de trânsito aplicadas na área de competência do Município de Chapada dos Guimarães, serão revertidas ao tesouro do município, devendo ser aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito, atendendo ao disposto no art. 320 da Lei 9.503/97.

Art. 6º. Fica criada no Município de Chapada dos Guimarães a Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, responsável pelo julgamento de recursos interpostos contra a penalidade imposta pelo DMTR criado nos termos desta lei, e na esfera de sua competência.

Art. 7º. O JARI terá Regimento Próprio regulamentado através de Decreto Municipal, observado o disposto do inciso IV, artigo 12, do CBT, com apoio administrativo e financeiro do DMTR.

Art. 8º. Compete a JARI:

I – julgar os recursos interpostos pelos infratores;

II – solicitar aos órgãos e entidades executivas de trânsito e executivos rodoviários informações complementares relativas aos recursos, objetivando uma melhor análise da situação recorrida;

III – encaminhar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações sobre os problemas observados nas autuações e apontamentos em recursos, e que se repitam sistematicamente.

Art. 9º. A JARI será composta por três membros titulares e respectivos suplentes, sendo:
I - 1 (um) integrante com conhecimento na área de trânsito com, no mínimo, nível médio de escolaridade;

II – 1 (um) representante servidor do órgão ou entidade que impôs a penalidade;

III – 1 (um) representante de entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito.

§ 1º O presidente poderá ser qualquer um dos integrantes do colegiado, a critério da autoridade competente para designá-los;

§ 2º È facultada à suplência;
§ 3º É vedado ao integrante das JARI compor o Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN ou o Conselho de Trânsito do Distrito Federal – CONTRANDIFE.

Art. 10. A nomeação dos integrantes das JARI que funcionam junto aos órgãos e entidades executivos de trânsito ou rodoviários estaduais e municipais será feita pelo respectivo chefe do Poder Executivo, facultada a delegação.

§ 1º O mandato será, no mínimo, de um ano e, no máximo, de dois anos. O Regimento Interno poderá prevê a recondução dos integrantes da JARI por períodos sucessivos.

Art. 11. A JARI deverá informar ao Conselho Estadual de Trânsito (CETRAN) a sua composição e encaminhará o seu regimento interno, observada a Resolução 357/2010, que estabelece as diretrizes para elaboração do regimento interno da JARI.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com a União, Estados, Municípios, órgãos e demais entidades públicas e privadas, objetivando a perfeita aplicação desta lei.

Art. 13. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Chapada dos Guimarães – MT, 15 de dezembro de 2014.

LISU KOBERSTAIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jair Klasner
Código Identificador:4493E086

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.601

LEI Nº: 1.601/2014. DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a concessão administrativa para exploração dos serviços do Terminal Rodoviário de Passageiros no Município de Chapada dos Guimarães e dá outras providências.

LISÚ KOBERSTAIN, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, por meio de concorrência pública através de processo licitatório, à pessoa jurídica que por sua conta e risco, em caráter de exclusividade, a concessão onerosa do direito de reformar, administrar, operar, manter, conservar e explorar comercialmente ás áreas, internas e externas, e serviços do Terminal Rodoviário de Passageiros e suas dependências, cuja concessão terá a duração prevista no edital de licitação aberto para este fim, prorrogáveis, no máximo, por igual período.

§1º – A Concessão abrangerá todas as obras, acessões, benfeitorias e bens existentes e que venham a ser implementadas pela concessionária, incluindo sua operação comercial e manutenção do Terminal Rodoviário de Chapada dos Guimarães, sendo, inclusive responsável com todas as despesas de pessoal e manutenção, durante o prazo de Concessão, na forma a ser detalhada no edital de concorrência pública própria e no contrato de concessão, além da aplicação da política tarifária tabela anexa.

§2º – - A administração e a exploração do Terminal, em caso de concessão, deverão observar as regras a serem estabelecidas em Edital, em especial no que diz respeito à melhoria das instalações internas e externas e à exploração de lojas, podendo o Município se resguardar no direito de uso do espaço que se fizer necessário para atender suas demandas, incluindo a utilização de sua estrutura pelos serviços municipais de transporte públicos.

I – os espaços comerciais, já ocupados pelos comerciantes, terão preferência na locação do espaço, o concessionário não poderá exigir a desocupação do espaço caso o locatário esteja adimplente com suas obrigações.

§3º – Antes da publicação do edital de licitação, para concorrência pública, da concessão do Terminal Rodoviário de Passageiros no Município de Chapada dos Guimarães, o Poder Executivo Municipal, deverá apresentar o modelo proposto, em Audiência Pública na Câmara de Vereadores.

§4º – A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos será responsável pelo gerenciamento, fiscalização e acompanhamento do Contrato de Concessão durante a sua vigência.

Art. 2º - Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal, diretamente ou por meio de concessionária administradora, a instituição de serviços aos usuários do Terminal Rodoviário de Passageiros, bem como a instituição e cobrança de taxas para cobertura de custos destes, como taxa de embarque no terminal, dentre outros.

Paragrafo Único - A taxa de embarque será cobrada dos passageiros que embarcarem no Terminal Rodoviário de Passageiros e dentro do perímetro urbano em linhas intermunicipais, interestaduais e internacionais.

Art. 3º - As Alterações físicas e arquitetônicas que venham ser introduzidas no prédio do Terminal Rodoviário de Passageiros dependerão de prévia aprovação da Administração Municipal.
Art. 4º - Em caso de inexistência de concessão da administração e exploração do Terminal Rodoviário de Passageiros por terceiros, o Poder Executivo poderá celebrar permissão remunerada de uso, pelo prazo de 05 (cinco) anos, observada a legislação pertinente.

Parágrafo Único. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar termos de permissão, de caráter provisório e transitório, até que seja atendido o disposto no art. 3º.

Art. 5º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a suplementá-las e a promover os ajustes necessários, respeitados os elementos de despesa, as funções de governo e demais preceitos legais.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará, mediante Decreto, as atividades e serviços desenvolvidos, respeitando a política tarifária, tabela anexa, a ser aplicada no Terminal Rodoviário de Passageiros, bem como as relações com os usuários e terceiros, sendo ainda autorizado a adotar medidas necessárias ao cumprimento da presente Lei.

Art. 7 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em 15 de dezembro de 2014.

LISU KOBERSTAIN
Prefeito Municipal

TABELA DE PREÇO A SER APLICADO NA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS E ESPAÇOS DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES.

DISCRIÇÃO DA ATIVIDADE	VALOR MÁXIMO COBRADO
Guinche de passagem, duas portas.	R$: 600,00
Espaço lanchonete, bijuterias e demais atividades comerciárias.	R$: 500,00
Taxa de embarque	R$: 2,00

Publicado por:
Jair Klasner
Código Identificador:69436E2B

GABINETE DO PREFEITO
LEI 1.602

PROJETO DE LEI Nº 1.602/2014. DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI Nº 1.552/2013, PLANO PLURIANUAL PARA EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LISU KOBERSTAIN, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **Faz saber,** que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Altera a Lei Municipal nº. 1.552/2013, a qual dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2014/2017, que passam a vigorar as metas e prioridades do exercício financeiro de 2015, em conformidade com o que consta da presente Lei e seus anexos.

Art. 2º - Promove a alteração do Plano Plurianual para o exercício financeiro de 2015, instituído pela Lei Municipal nº. 1.552/2013, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, estabelecendo as diretrizes, objetivos e metas da administração municipal para as despesas de capital, outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, na forma dos anexos Programa Finalístico de Apoio Administrativo, Resumo das Ações por Função e Subfunção, Classificação dos Programas e Ações por Função e Subfunção.

Art. 3º - A exclusão ou alteração de programas constantes desta lei, bem como a inclusão de novos programas ocorrerá mediante Projeto de Lei específico.

Art. 4º - A inclusão, exclusão ou alteração de ações no Plano Plurianual poderá ocorrer através da lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.

Parágrafo único - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir, excluir ou alterar ações e suas respectivas metas, sempre que tais modificações sejam realizadas no orçamento do Município.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor em 1. de janeiro de 2015, revogando-se todas as suas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, em 15 de dezembro de 2014.

LISU KOBERSTAIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jair Klasner
Código Identificador:B4B8A7B5

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.603

DE LEI Nº 1.603/2014 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDER A REGULARIZAÇÃO DO CONDOMÍNIO PORTAL DO VALE, FAZER TRANSAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LISÚ KOBERSTAIN, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a promover a transação (venda) de uma área de 5.900m2 (cinco mil novecentos metros quadrados), proveniente de 10% sobre a área de 59.147,44m2 (cinquenta e nove mil cento e quarenta e sete metros quadrados), sobre a futura instalação do Condomínio denominado Portal do Vale, registrado na matricula sob o nº 15.096, livro 2- DN Folha 193, no Cartório do 1º Ofício desta Cidade.

§ 1º - O Condomínio Portal do Vale esta em fase de implantação, tendo licenciamento ambiental e planta base devidamente instruído no processo.

§ 2º - A área esta localizada, aproximadamente 6 km do centro da Cidade.

§ 3º - Toda a despesa de implantação do condomínio, inclusive a pavimentação asfáltica de acesso até o empreendimento correrão por conta dos proprietários.

Art.2º – O montante de 10% da área a ser destinada ao Município esta em consonância com o dispositivo da Lei de Ocupação e Uso do Solo de Chapada dos Guimarães.

§ - Diante da logística aonde o empreendimento será instalado não é conveniente ao Município assegurar 10% da área, para tanto a transição pecuniária terá maior proveito.

§ 2 – Para análise de valor foi requisitado a avaliação imobiliária de três corretores de imóveis, com isso, chegou a conclusão que o valor da área que deve ser revertida ao Município, é o importe de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

§ 2º - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder todos os atos administrativos, inclusive a liberação do alvará de construção ao empreendimento, a fim de que seja assegurada a legitimidade do Condomínio Portal do Vale.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em 16 de dezembro de 2014

LISÚ KOBERSTAIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jair Klasner
Código Identificador:944E3DD4

GABINETE DO PREFEITO
LEI 1.604

LEI Nº 1.604/2014 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE INDICE DE 35% PREVISTO NO ARTIGO 4º DA LEI Nº 1.554/2013 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LISÚ KOBERSTAIN, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o índice de 35% previsto no artigo 4º da Lei Municipal nº 1.554/2013 para 75% do total da despesa fixada para o exercício de 2014.

Art. 2ª Para a cobertura aos créditos abertos por esta Lei, serão utilizados recursos conforme artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em 16 de dezembro de 2014.

LISÚ KOBERSTAIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jair Klasner
Código Identificador:8F26410C

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no § 4° do Art. 9° da Lei Complementar 101/2000, a Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães, CONVOCA a população em geral para participar da Audiência Pública, com a finalidade de demonstrar a alteração dos anexos da Lei 1.552/2013 referente ao PPA – Plano Plurianual, em vigor.

A Audiência será realizada no dia 18 de Dezembro de 2014 ás 16:00, na Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Meio Ambiente, situada na Rua Penn Gomes, centro, Chapada dos Guimarães.

Chapada dos Guimarães – MT, 15 de Dezembro de 2014.

LIZÚ KOBERSTAIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Schmidt Guerreiro
Código Identificador:43F714EF

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL NO 012/2014

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura de Chapada Dos Guimarães – localizada na Rua Tiradendes, nº 166, Centro, Chapada Dos Guimarães/MT, CEP: 78.195.000, torna público que a sessão inicial do PREGÃO PRESENCIAL No 012/2014 - destinado a Contratação de Empresa para Aquisição de Medicamentos e Produtos Hospitalares para Atender a Secretaria Municipal de Saúde no Período de 12(DOZE) Meses, marcada para o dia 17/12/2014, pelas 13:00h

(Treze horas), foi CANCELADA devido a falta de interesse da administração publica.

Chapada dos Guimarães (MT), 16 de Dezembro de 2014.

CELSO GOBBI JUNIOR
Pregoeiro

Publicado por:
Wagner de Jesus Batista Borges
Código Identificador:0CCA1C6F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 727/2014, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

"Dispõe sobre a reformulação do Código Tributário do Município de Cocalinho e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições Legais que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei compreende o "Código Tributário do Município de Cocalinho - CTM", obedecidos aos mandamentos oriundos da Constituição Federal, do Código Tributário Nacional, e das demais leis complementares e das resoluções do Senado Federal.

LIVRO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º. Esta Lei denominada "Código Tributário do Município de Cocalinho - CTM" - regula e disciplina, com fundamento na Constituição Federal, no Código Tributário Nacional, Leis Complementares e Lei Orgânica do Município, os direitos e as obrigações que emanam das relações jurídicas referentes a tributos de competência municipal e às rendas deles derivadas que integram a receita do Município.

TÍTULO I
DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º. A legislação tributária do Município de Cocalinho – MT, compreende as Leis, os Decretos e as normas complementares que versam, no todo ou em parte, sobre os tributos de sua competência e as relações jurídicas a eles pertinentes.
Parágrafo único. São normas complementares das leis e dos decretos:
I. os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas, tais como portarias, circulares, instruções, avisos e ordens de serviço, expedidas pelo Secretário Municipal de Finanças e Diretores dos órgãos administrativos, encarregados da aplicação da Lei;
II. as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa;
III. os convênios celebrados pelo Município com a União, o Estado, o Distrito Federal ou outros Municípios.

Art. 4º. Para sua aplicação, a lei tributária poderá ser regulamentada por decreto, que tem seu conteúdo e alcance restritos às leis que lhe deram origem, com observância das regras de interpretação estabelecidas neste Código Tributário.

CAPÍTULO II
DA APLICAÇÃO E VIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 5º. A lei tributária tem aplicação em todo o território do Município e estabelece a relação jurídico-tributária no momento em que tiver lugar o ato ou fato tributável, salvo disposição em contrário.

Art. 6º. A lei tributária tem aplicação obrigatória pelas autoridades administrativas, não constituindo motivo para deixar de aplicá-la o silêncio, a omissão ou a obscuridade de seu texto.

Art. 7º. Quando ocorrer dúvida ao contribuinte, quanto à aplicação de dispositivo da lei, este poderá, mediante petição, consultar à hipótese concreta do fato.

CAPÍTULO III
DA INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 8º. Na aplicação da legislação tributária são admissíveis quaisquer métodos ou processos de interpretação, observado o disposto neste capítulo.
§ 1º. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente, na ordem indicada:
I. a analogia;
II. os princípios gerais de direito tributário;
III. os princípios gerais de direito público;
IV. a eqüidade.
§ 2º. O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
§ 3º. O emprego da eqüidade não poderá resultar na dispensa do pagamento do tributo devido.

Art. 9º. Interpreta-se literalmente esta Lei, sempre que dispuser sobre:
I. suspensão ou exclusão de crédito tributário;
II. outorga de isenção;
III. dispensa de cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Art. 10. Interpreta-se esta Lei de maneira mais favorável ao infrator, no que se refere à definição de infrações e à cominação de penalidades, nos casos de dúvida quanto:
I. à capitulação legal do fato;
II. à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos;
III. à autoria, imputabilidade ou punibilidade;
IV. à natureza da penalidade aplicável ou à sua graduação.

TÍTULO II
DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. Decorre a obrigação tributária do fato de encontrar-se a pessoa física ou jurídica nas condições previstas em lei, dando lugar à referida obrigação.

Art. 12. A obrigação tributária é principal ou acessória.
§ 1º. A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por seu objeto o pagamento do tributo ou penalidade pecuniária, extinguindo-se juntamente com o crédito dela decorrente.
§ 2º. A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto prestações positivas ou negativas nela prevista no interesse do lançamento, da cobrança e da fiscalização dos tributos.
§ 3º. A obrigação acessória, pelo simples fato da sua não observância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

Art. 13. Os sujeitos passivos, ou quaisquer responsáveis por tributos, facilitarão por todos os meios ao seu alcance, o lançamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos devidos à Fazenda Municipal, ficando especialmente obrigados a:
I. apresentar declaração de movimento econômico, guias de recolhimento de impostos e a escriturar em livros próprios os fatos geradores de obrigação tributária, segundo as normas desta Lei e dos

regulamentos fiscais, incluindo-se os contribuintes optantes pelo regime tributário instituído pela Lei Complementar nº 123/2006;
II. comunicar à Fazenda Municipal, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da data da ocorrência, qualquer alteração capaz de gerar, modificar ou extinguir obrigação tributária;
III. conservar e apresentar à Fazenda Pública, quando solicitado, qualquer documento que, de algum modo, se refira às operações ou situações que constituam fato gerador de obrigação tributária, ou que sirva como comprovante da veracidade dos dados consignados em guias e documentos fiscais;
IV. o documentário fiscal é de exibição obrigatória ao agente do fisco, devendo ser conservado pelo prazo de 05 (cinco) anos, por quem dele tiver feito uso contados do encerramento da atividade;
V. prestar, sempre que solicitados, pelas autoridades competentes, informações e esclarecimentos que, a juízo da Fazenda Pública, se refiram ao fato gerador de obrigação tributária, por escrito ou verbalmente.
§ 1º. No caso de isenção, imunidade ou não tributação, ficam os beneficiários sujeitos ao cumprimento do disposto neste artigo, incluindo-se as sociedades empresárias prestadoras de serviços optantes pelo regime tributário instituído pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, doravante conhecido como Simples Nacional;
§ 2º. Nos termos das normas editadas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional - **CGSN**, além do já disposto no "*caput*", deste artigo, ficam as sociedades empresárias obrigadas a:
I. sujeitar-se a exibição de livros e documentos a que estiverem obrigadas, bem como fornecer informações sobre bens, movimentação financeira, negócio ou atividade que estiverem intimadas a apresentar;
II. sujeitar-se à fiscalização, permitindo o acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde desenvolvam suas atividades ou se encontrem bens de sua propriedade;

Art. 14. A Fazenda Pública poderá requisitar a terceiros, e estes ficam obrigados a fornecer, todas as informações e dados que possam vir a ser considerados como geradores de obrigação tributária, para os quais tenham contribuído, ou que devam conhecer, salvo quando, por força de lei, estejam obrigados a guardar sigilo em relação a esses fatos.
§ 1º. As informações obtidas por força desse artigo têm caráter sigiloso e só poderão ser utilizadas em defesa dos interesses fiscais da União, do Estado e do Município.
§ 2º. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades, salvo as exceções previstas no art. 198, § 1º, do Código Tributário Nacional.

Art. 15. Se não for fixado o tempo do pagamento, o vencimento da obrigação tributária ocorre 30 (trinta) dias após a data da apresentação da declaração do lançamento ou da notificação do sujeito passivo.

CAPÍTULO II
DO FATO GERADOR

Art. 16. O fato gerador da obrigação tributária principal é a situação definida neste Código Tributário como necessária e suficiente para justificar o lançamento e a cobrança de cada um dos tributos do Município.

Art. 17. O fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, imponha a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

Art. 18. O lançamento do tributo e a definição legal do fato gerador são interpretados independentemente, abstraindo-se:
I. a validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;
II. os efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

Art. 19. Salvo disposição em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:
I. tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produzam os efeitos que normalmente lhe são próprios;
II. tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que ela esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável.

CAPÍTULO III
DO SUJEITO ATIVO

Art. 20. Sujeito ativo da obrigação é o Município de Cocalinho - MT.

CAPÍTULO IV
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 21. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:
I. contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;
II. responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa em lei.

Art. 22. Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada à prática ou à abstenção de atos discriminados na legislação tributária do Município, que não configurem obrigação principal de tributo ou penalidade pecuniária.

Art. 23. O sujeito passivo, quando convocado, fica obrigado a prestar as declarações solicitadas pela autoridade administrativa que, quando julgá-las insuficientes ou imprecisas, poderá exigir que sejam completadas ou esclarecidas.
§ 1º. A convocação do contribuinte será feita por quaisquer dos meios previstos neste Código Tributário.
§ 2º. Feita a convocação do contribuinte, terá ele o prazo de 15 (quinze) dias para prestar os esclarecimentos solicitados, sob pena de que se proceda ao lançamento de ofício, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis, a contar:
I. da data da ciência aposta no auto;
II. da data do recebimento, por via postal ou telegráfica; se a data for omitida, contar-se-á este após a entrega da intimação à agência postal telegráfica;
III. da data da publicação do edital, se este for o meio utilizado.

CAPÍTULO V
DA CAPACIDADE TRIBUTÁRIA

Art. 24. A capacidade tributária passiva independe:
I. da capacidade civil das pessoas naturais;
II. de encontrar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais ou da administração direta de seus bens e negócios;
III. de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.
IV. de estar enquadrada no regime tributário privilegiado instituído pela Lei Complementar Federal nº 123/2006.

CAPÍTULO VI
DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

Art. 25. Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, para os fins deste Código Tributário, considera-se como tal:
I. quanto às pessoas físicas, a sua residência habitual ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade, no território do Município;
II. quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar de cada estabelecimento situado no território do Município;
III. quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território do Município.
§ 1º. Quando não couber a aplicação das regras previstas em quaisquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos que derem origem à obrigação.

§ 2º. A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.
§ 3º. Os contribuintes comunicarão à repartição competente a mudança de domicílio no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
§ 4º. O domicílio fiscal e o número de inscrição respectivo serão obrigatoriamente consignados nos documentos e papéis dirigidos às repartições fiscais do Município.

CAPÍTULO VII
DA SOLIDARIEDADE

Art. 26. São solidariamente obrigadas:
I. as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato da obrigação principal;
II. as pessoas expressamente designadas por lei;
III. todos os que, por qualquer meio ou em razão de ofício, participem ou guardem vínculo ao fato gerador da obrigação tributária.
§ 1º. A solidariedade não comporta benefício de ordem.
§ 2º. A solidariedade subsiste em relação a cada um dos devedores solidários, até a extinção do crédito fiscal.

Art. 27. Salvo disposição em contrário, são os seguintes os efeitos da solidariedade:
I. o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;
II. a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, neste caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;
III. a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica os demais.

CAPÍTULO VIII
DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28. O Município poderá atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.
§ 1º. Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.
§ 2º. Sem prejuízo do disposto no caput e no § 1º deste artigo, são responsáveis:
I. o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;
II. a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.04, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.17, 11.02, 16.01, 17.05 e 17.09 da lista de serviços.

SEÇÃO II
DA RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES

Art. 29. O disposto nesta seção se aplica por igual aos créditos tributários definitivamente constituídos ou em curso de constituição à data dos atos nela referidos, e aos constituídos posteriormente aos mesmos atos, desde que relativos às obrigações tributárias surgidas até a referida data.

Art. 30. Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.
Parágrafo único. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

Art. 31. São pessoalmente responsáveis:
I. o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos;
II. o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;
III. o espólio, pelos tributos devidos pelo "de cujus" até a data da abertura da sucessão.

Art. 32. A pessoa jurídica de direito privado que resultar da fusão, transformação ou incorporação de outra é responsável pelos tributos devidos pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas, até a data do respectivo ato.
Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social ou firma individual.

Art. 33. A pessoa física ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:
I. integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;
II. subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de 6 (seis) meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

SEÇÃO III
DA RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS

Art. 34. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este, nos atos que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:
I. os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;
II. os tutores ou curadores, pelos tributos devidos pelos seus tutelados ou curatelados;
III. os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;
IV. o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;
V. o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;
VI. os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos pelos atos praticados por eles, ou perante eles, em razão de seu ofício;
VII. os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.
Parágrafo único. O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidade, às de caráter moratório.

Art. 35. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes às obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:
I. as pessoas referidas no artigo anterior;
II. os mandatários, prepostos e empregados;
III. os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

SEÇÃO IV
DA RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES

Art. 36. Constitui infração fiscal toda ação ou omissão que importe em não observância, por parte do contribuinte, responsável ou terceiro, das normas estabelecidas na lei tributária.
Parágrafo único. A responsabilidade por infrações deste Código Tributário independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 37. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido

e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.
Parágrafo único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionada com a infração.

TÍTULO III
DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

Art. 39. As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluam sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

Art. 40. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem a sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos em lei, fora dos quais não podem ser dispensados, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

Art. 41. Qualquer anistia ou remissão que envolva matéria tributária somente poderá ser concedida através de lei específica municipal, nos termos do art. 150, § 6º, da Constituição Federal.

CAPÍTULO II
DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I
DO LANÇAMENTO

Art. 42. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
Parágrafo único. A atividade administrativa do lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 43. O lançamento se reporta à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e é regido pela então lei vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
Parágrafo único. Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

Art. 44. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo somente pode ser alterado em virtude de:
I. impugnação do sujeito passivo;
II. recurso de ofício;
III. iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no art. 52 deste Código Tributário.

Art. 45. Considera-se o contribuinte notificado do lançamento ou de qualquer alteração que ocorra posteriormente, daí se contando o prazo para reclamação, relativamente às inscrições nela indicadas, através:
I. da notificação direta;
II. da afixação de edital no quadro de editais da Prefeitura Municipal;
III. da publicação em pelo menos um dos jornais de circulação regular no Município;
IV. da publicação no órgão de imprensa oficial do Município;
V. da remessa do aviso por via postal.

§ 1º. Quando o domicílio tributário do contribuinte se localizar fora do território do Município, considerar-se-á feita notificação direta com a remessa do aviso por via postal.
§ 2º. Na impossibilidade de se localizar pessoalmente o sujeito passivo, quer através da entrega pessoal da notificação, quer através de sua remessa por via postal, reputar-se-á efetivado o lançamento ou as suas alterações mediante a comunicação na forma dos incisos II, III e IV deste artigo.
§ 3º. A recusa do sujeito passivo em receber a comunicação do lançamento, ou a impossibilidade de localizá-lo pessoalmente ou através de via postal, não implica dilatação do prazo concedido para o cumprimento da obrigação tributária ou para a apresentação de reclamações ou interposição de recursos.
§ 4º. A notificação de lançamento conterá:
I. o nome do sujeito passivo e seu domicílio tributário;
II. a denominação do tributo e o exercício a que se refere;
III. o valor do tributo, sua alíquota e a base de cálculo;
IV. o prazo para recebimento ou impugnação;
V. o comprovante, para o órgão fiscal, de recebimento pelo contribuinte;
VI. demais elementos estipulados em regulamento.
§ 5º. Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos ou procedidas a revisão e a retificação daqueles que contiverem irregularidade ou erro.
§ 6º. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:
I. impugnação procedente do sujeito passivo;
II. recurso de ofício;
III. iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no parágrafo anterior.

Art. 46. Será sempre de 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação, o prazo mínimo para pagamento e máximo para impugnação do lançamento, se outro prazo não for estipulado, especificamente neste Código Tributário.

Art. 47. Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou que não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvado, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

Art. 48. É facultado ainda à Fazenda Municipal o arbitramento de bases tributárias, quando ocorrer sonegação cujo montante não se possa conhecer exatamente ou em decorrência de ocorrência de fato que impossibilite a obtenção de dados exatos ou dos elementos necessários à fixação da base de cálculo ou alíquota do tributo.

Art. 49. A modificação introduzida, de ofício ou em conseqüência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento, somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

SEÇÃO II
DAS MODALIDADES DE LANÇAMENTO

Art. 50. O lançamento é efetuado:
I. com base em declaração do contribuinte ou de seu representante legal;
II. de ofício, nos casos previstos neste capítulo.

Art. 51. Far-se-á o lançamento com base na declaração do contribuinte, quando este prestar à autoridade administrativa informações sobre a matéria de fato, indispensáveis à efetivação do lançamento.
§ 1º. A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante quando vise reduzir ou excluir tributo só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde e antes de notificado o lançamento.

§ 2º. Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela.

Art. 52. O lançamento é efetuado ou revisto de ofício pelas autoridades administrativas nos seguintes casos:
I. quando a lei assim o determine;
II. quando a declaração não seja prestada por quem de direito, no prazo e na forma deste Código Tributário;
III. quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração, nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo, ao pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;
IV. quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;
V. quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte de pessoa legalmente obrigada, nos casos de lançamento por homologação a que se refere o artigo seguinte;
VI. quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo ou de terceiro legalmente obrigado, que conceda lugar à aplicação de penalidade pecuniária;
VII. quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;
VIII. quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado quando do lançamento anterior;
IX. quando se comprove que no lançamento anterior ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial;
X. quando se comprove que no lançamento anterior ocorreu erro na apreciação dos fatos ou na aplicação da lei.
Parágrafo único. A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

Art. 53. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente o homologue.
§ 1º. O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.
§ 2º. Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.
§ 3º. Os atos a que se refere o parágrafo anterior serão considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade ou sua graduação.
§ 4º. O prazo para a homologação será de 5 (cinco) anos a contar da ocorrência do fato gerador.
§ 5º. Expirado o prazo previsto no parágrafo anterior sem que a Fazenda Pública tenha se pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Art. 54. A declaração ou comunicação fora do prazo, para efeito de lançamento, não desobriga o contribuinte do pagamento das multas e atualização monetária.

Art. 55. Nos termos do inciso VI do art. 136 do Código Tributário Nacional, até o dia 10 (dez) de cada mês os serventuários da Justiça enviarão à Secretaria Municipal da Fazenda, conforme modelos regulamentares, extratos ou comunicações de atos relativos a imóveis, inclusive escrituras de enfiteuse, anticrese, hipotecas, arrendamentos ou locação, bem como das averbações, inscrições ou transações realizadas no mês anterior.
Parágrafo único. Os cartórios e tabelionatos serão obrigados a exigir, sob pena de responsabilidade, sem prejuízo das penas previstas no art. 217 deste Código Tributário, para efeito de lavratura de transferência ou venda de imóvel, além da comprovação de prévia quitação do ITBI inter vivos, a certidão de aprovação do loteamento, quando couber, e enviar à Fazenda Pública Municipal os dados das operações realizadas com imóveis nos termos deste artigo.

CAPÍTULO III
DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 56. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:
I. a moratória;
II. o depósito do seu montante integral;
III. as reclamações e os recursos nos termos deste Código Tributário;
IV. a concessão de medida liminar em mandado de segurança.
Parágrafo único. O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso ou dela conseqüentes.

SEÇÃO II
DA MORATÓRIA

Art. 57. Constitui moratória a concessão, mediante lei específica, de novo prazo ao sujeito passivo, após o vencimento do prazo originalmente assinalado para o pagamento do crédito tributário.
§ 1º. A moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.
§ 2º. A moratória não aproveita os casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiro em benefício daquele.

Art. 58. A moratória será concedida em caráter geral ou individual, por despacho da autoridade administrativa competente, desde que autorizada por lei municipal.
Parágrafo único. A lei concessiva da moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada área do Município ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

Art. 59. A lei que conceder a moratória especificará, sem prejuízo de outros requisitos:
I. o prazo de duração do favor;
II. as condições da concessão;
III. os tributos alcançados pela moratória;
IV. o número de prestações e seus vencimentos, dentro do prazo estabelecido, podendo se fixar prazos para cada um dos tributos considerados;
V. garantias.

Art. 60. Salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido efetuado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

Art. 61. A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apurar que o beneficiado não satisfez ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpriu ou deixou de cumprir os requisitos para concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros e atualização monetária:
I. com imposição de penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiro em benefício daquele;
II. sem imposição de penalidade, nos demais casos.
§ 1º. No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito.
§ 2º. No caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.

SEÇÃO III
DO DEPÓSITO

Art. 62. O sujeito passivo poderá efetuar o depósito do montante integral ou parcial da obrigação tributária:
I. quando preferir o depósito à consignação judicial;
II. para atribuir efeito suspensivo:
a) à consulta formulada na forma deste Código Tributário;

b) a qualquer outro ato por ele impetrado, administrativa ou judicialmente, visando à modificação, extinção ou exclusão total ou parcial da obrigação tributária.

Art. 63. A lei municipal poderá estabelecer hipóteses de obrigatoriedade de depósito prévio:
I. para garantia de instância, na forma prevista nas normas processuais deste Código Tributário;
II. como garantia a ser oferecida pelo sujeito passivo, nos casos de compensação;
III. como concessão por parte do sujeito passivo, nos casos de transação;
IV. em quaisquer outras circunstâncias nas quais se fizer necessário resguardar os interesses do fisco.

Art. 64. A importância a ser depositada corresponderá ao valor integral do crédito tributário apurado:
I. pelo fisco, nos casos de:
a) lançamento direto;
b) lançamento por declaração;
c) alteração ou substituição do lançamento original, qualquer que tenha sido a sua modalidade;
d) aplicação de penalidades pecuniárias;
II. pelo próprio sujeito passivo, nos casos de:
a) lançamento por homologação;
b) retificação da declaração, nos casos de lançamento por declaração, por iniciativa do próprio declarante;
c) confissão espontânea da obrigação, antes do início de qualquer procedimento fiscal;
III. na decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo;
IV. mediante estimativa ou arbitramento procedido pelo fisco, sempre que não puder ser determinado o montante integral do crédito tributário.

Art. 65. Considerar-se-á suspensa a exigibilidade do crédito tributário, a partir da data da efetivação do depósito na Tesouraria da Prefeitura, observado o disposto no artigo seguinte.

Art. 66. O depósito poderá ser efetuado nas seguintes modalidades:
I. em moeda corrente do país;
II. por cheque;
III. em títulos da dívida pública municipal.
Parágrafo único. O depósito efetuado por cheque somente suspende a exigibilidade do crédito tributário com o resgate deste pelo sacado.

Art. 67. Cabe ao sujeito passivo, por ocasião da efetivação do depósito, especificar qual o crédito tributário ou a sua parcela, quando este for exigido em prestações, por ele abrangido.
Parágrafo único. A efetivação do depósito não importa em suspensão de exigibilidade do crédito tributário:
I. quando parcial, das prestações vincendas em que tenha sido decomposto;
II. quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos ou penalidades pecuniárias.

SEÇÃO IV
DA CESSAÇÃO DO EFEITO SUSPENSIVO

Art. 68. Cessam os efeitos suspensivos relacionados com a exigibilidade do crédito tributário:
I. pela extinção do crédito tributário, por qualquer das formas previstas neste Código;
II. pela exclusão do crédito tributário, por qualquer das formas previstas neste Código;
III. pela decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte;
IV. pela cassação da medida liminar concedida em mandado de segurança.

CAPÍTULO IV
DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 69. Extinguem o crédito tributário:
I. o pagamento;
II. a compensação;
III. a transação;
IV. a remissão;
V. a prescrição e a decadência, nos termos do Código Tributário Nacional;
VI. a conversão do depósito em renda;
VII. o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no art. 53 deste Código Tributário;
VIII. a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa;
IX. a decisão judicial transitada em julgado;
X. a consignação em pagamento julgada procedente, nos termos da lei.

SEÇÃO II
DO PAGAMENTO E DA RESTITUIÇÃO

Art. 70. O pagamento de tributos e rendas municipais é efetuado em moeda corrente ou cheques, dentro dos prazos estabelecidos em lei ou fixados pela Administração.
§ 1º. O crédito pago por cheque somente se considera extinto com o resgate deste pelo sacado.
§ 2º. O pagamento é efetuado no órgão arrecadador, sob pena de nulidade, ressalvada a cobrança em qualquer estabelecimento autorizado por ato executivo.

Art. 71. O Poder Executivo poderá conceder desconto pela antecipação do pagamento, nas condições que estabelecer o regulamento.

Art. 72. Nenhum recolhimento de tributo ou penalidade pecuniária será efetuado sem que se expeça o competente documento de arrecadação municipal, na forma estabelecida em regulamento.
§ 1º. Para os sujeitos passivos enquadrados no regime especial instituído pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, a guia de recolhimento competente é a instituída pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.
§ 2º. No caso de expedição fraudulenta de documento de arrecadação municipal, responderão, civilmente, criminalmente e administrativamente, todos aqueles, servidores ou não, que houverem subscrito, emitido ou fornecido.

Art. 73. É facultada à Administração a cobrança em conjunto de impostos e taxas, observadas as disposições regulamentares.

Art. 74. O contribuinte ou responsável que deixar de efetuar o pagamento de tributo ou demais créditos fiscais nos prazos regulamentares, ou que for autuado em processo administrativo-fiscal, ou ainda notificado para pagamento em decorrência de lançamento de ofício, ficará sujeito aos seguintes acréscimos legais:
I. atualização monetária;
II. multa de mora;
III. juros de mora;
IV. multa de infração.
§ 1º. A atualização monetária será calculada mensalmente, em função da variação do poder aquisitivo da moeda, de acordo com os índices oficiais da variação nominal das Unidades Fiscais de Referência (UPFM), fixadas pelo Poder Executivo.
§ 2º. O principal será atualizado monetariamente mediante aplicação do coeficiente obtido pela divisão do valor nominal reajustado da UPFM do mês em que se efetivar o pagamento, pelo valor da mesma Unidade vigente no mês fixado para pagamento.
§ 3º. A multa de mora é calculada sobre o valor do principal atualizado à data do seu pagamento, à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração não podendo o seu percentual acumulado ultrapassar 10% (dez por cento) do valor do débito.
§ 4º. Os juros de mora serão contados à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, calculados do dia seguinte ao do vencimento sobre o valor do principal atualizado.
§ 5º. A multa de infração será aplicada quando for apurada ação ou omissão do contribuinte que importe em inobservância de dispositivo da legislação tributária.

§ 6º. Entende-se como valor do principal o que corresponde ao débito, excluídas as parcelas relativas à atualização monetária, multa de mora, juros de mora e multa de infração.
§ 7º. No caso de créditos fiscais decorrentes de multas ou de tributos sujeitos à homologação, ou ainda quando tenham sua base de cálculo fixada em Unidades Fiscais de Referência (UPFM), será feita a atualização destes levando-se em conta, para tanto, a data em que os mesmos deveriam ser pagos.
§ 8º. No caso de tributos recolhidos por iniciativa do contribuinte sem lançamento prévio pela repartição competente, ou ainda quando estejam sujeitos a recolhimento parcelado, o seu pagamento sem o adimplemento concomitante, no todo ou em parte dos acréscimos legais a que o mesmo esteja sujeito, essa parte acessória passará a constituir débito autônomo, sujeito a plena atualização dos valores e demais acréscimos legais, sob a forma de diferença a ser recolhida de ofício, por notificação da autoridade administrativa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
§ 9º. As disposições deste artigo aplicam-se a quaisquer débitos fiscais anteriores a esta lei, apurados ou não.

Art. 75. Se dentro do prazo fixado para pagamento o contribuinte efetuar depósito, na forma regulamentar, da importância que julgar devida, o crédito fiscal ficará sujeito aos acréscimos legais, até o limite da respectiva importância depositada.
Parágrafo único. Caso o depósito de que trata este artigo for efetuado fora do prazo, deverá o contribuinte recolher, juntamente com o principal, os acréscimos legais já devidos nessa oportunidade.

Art. 76. O ajuizamento de crédito fiscal sujeita o devedor ao pagamento do débito, seus acréscimos legais e das demais cominações legais.

Art. 77. O recolhimento de tributos em atraso, motivado por culpa ou dolo de servidor, sujeitará este à norma contida no parágrafo único do art. 72 deste Código Tributário.

Art. 78. O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento:
I. quando parcial, das prestações em que se decomponha;
II. quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.

Art. 79. Nenhum pagamento intempestivo de tributo poderá ser efetuado sem que o infrator pague, no ato, o que for calculado sob a rubrica de penalidade.

Art. 80. A imposição de penalidades não elide o pagamento integral do crédito tributário.

Art. 81. O contribuinte terá direito à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade de pagamento, nos seguintes casos:
I. cobrança ou pagamento espontâneo de tributos indevidos ou maior que o devido, em face da legislação tributária municipal ou de natureza e circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;
II. erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;
III. reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.
§ 1º. O pedido de restituição será instruído com os documentos originais que comprovem a ilegalidade ou irregularidade do pagamento.
§ 2º. Os valores da restituição a que alude o caput deste artigo serão atualizados monetariamente a partir da data do efetivo recolhimento.

Art. 82. A restituição de tributos que comportem, por natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

Art. 83. A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à devolução, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

Art. 84. O direito de pleitear a restituição total ou parcial do tributo extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:
I. nas hipóteses dos incisos I e II do art. 81 deste Código Tributário, da data da extinção do crédito tributário;
II. na hipótese do inciso III do art. 81 deste Código Tributário, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou transitar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 85. Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória de decisão administrativa que denegar a restituição.
Parágrafo único. O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante da Fazenda Municipal.

Art. 86. O pedido de restituição será feito à autoridade administrativa através de requerimento da parte interessada que apresentará prova do pagamento e as razões da ilegalidade ou irregularidade do crédito.

Art. 87. A importância será restituída dentro de um prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da decisão final que defira o pedido.
Parágrafo único. A não restituição no prazo definido neste artigo implicará, a partir de então, em atualização monetária da quantia em questão e na incidência de juros não capitalizáveis de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor atualizado.

Art. 88. Somente após decisão irrecorrível, favorável ao contribuinte, no todo ou em parte, serão restituídas, de ofício, ao impugnante as importâncias relativas ao montante do crédito tributário depositadas na repartição fiscal para efeito de discussão.

SEÇÃO III
DA COMPENSAÇÃO E DA TRANSAÇÃO

Art. 89. A compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos do sujeito passivo, poderá ser efetivada pela autoridade competente, mediante a demonstração, em processo, da satisfação total dos créditos da Fazenda Municipal, sem antecipação de suas obrigações e nas condições fixadas em regulamento.
§ 1º. É competente para autorizar a transação o Secretário Municipal de Fazenda, mediante fundamentado despacho em processo regular.
§ 2º. Sendo o valor do crédito do contribuinte inferior ao seu débito, o saldo apurado poderá ser objeto de parcelamento, obedecidas as normas vigentes.
§ 3º. Sendo o crédito do contribuinte superior ao débito, a diferença em seu favor será paga de acordo com as normas de administração financeira vigente.
§ 4º. Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, seu montante será reduzido de 1% (um por cento) por mês que decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.
§ 5º. O Poder Executivo poderá estabelecer sistemas especiais de compensação, com condições e garantias estipuladas em convênio e em regulamento, quando o sujeito passivo da obrigação for:
I. empresa pública ou sociedade de economia mista federal, estadual ou municipal;
II. estabelecimento de ensino;
III. empresa de rádio, jornal e televisão;
IV. estabelecimento de saúde.
§ 6º. As compensações de crédito a que se referem os incisos II e IV do parágrafo anterior somente efetuar-se-ão para benefício dos servidores municipais, ativos e inativos e seus filhos menores ou inválidos, cônjuge e ascendentes sem renda própria para seu sustento.

Art. 90. Fica o Executivo Municipal autorizado, sob condições e garantias especiais, a efetuar transação, judicial e extrajudicial, com o sujeito passivo de obrigação tributária para, mediante concessões mútuas, resguardados os interesses municipais, terminar litígio e extinguir o crédito tributário.

§ 1º. A transação a que se refere este artigo será autorizada pelo Secretário Municipal de Fazenda, ou pelo Procurador ou Assessor Jurídico do Município quando se tratar de transação judicial, em parecer fundamentado e limitar-se-á à dispensa, parcial ou total, dos acréscimos legais referentes à multa de infração, multa de mora, juros e encargos da dívida ativa, quando:
I. o montante do tributo tenha sido fixado por estimativa ou arbitramento;
II. a incidência ou o critério de cálculo do tributo for matéria controvertida;
III. ocorrer erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo quanto à matéria de fato;
IV. ocorrer conflito de competência com outras pessoas de direito público interno;
V. a demora na solução normal do litígio seja onerosa ou temerária ao Município.
§ 2º. Fica permitida a apresentação pelo contribuinte, em qualquer fase do processo fiscal instaurado para constituição de crédito tributário, da declaração ou confissão da dívida, objetivando terminar com o litígio e extinguir o crédito tributário.

Art. 91. Para que a transação seja autorizada é necessária a justificação, em processo regular, caso a caso, do interesse da Administração no fim da lide, não podendo a liberdade atingir o principal do crédito tributário atualizado, nem o valor da multa fiscal por infração dolosa ou reincidência.

SEÇÃO IV
DA REMISSÃO

Art. 92. Lei específica poderá autorizar remissão total ou parcial com base em despacho fundamentado em processo regular, atendendo:
I. à situação econômica do sujeito passivo;
II. ao erro ou à ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;
III. à diminuta importância do crédito tributário;
IV. a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do fato;
V. a condições peculiares a determinada região do território do Município.
Parágrafo único. A concessão referida neste artigo não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos necessários à sua obtenção, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis nos casos de dolo ou simulação do beneficiário.

SEÇÃO V
DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA
Art. 93. A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva.

Art. 94. A prescrição se interrompe:
I. pela citação pessoal feita ao devedor;
II. pelo protesto feito ao devedor;
III. por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
IV. por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor;
V. durante o prazo da moratória concedida até a sua revogação em caso de dolo ou simulação do beneficiário ou de terceiro por aquele.

Art. 95. O direito de a Fazenda Municipal constituir o crédito tributário decai após 5 (cinco) anos, contados:
I. do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
II. da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.
Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo se extingue definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário, pela notificação ao sujeito passivo de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Art. 96. Ocorrendo a prescrição abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades na forma da lei.
Parágrafo único. A autoridade municipal, qualquer que seja seu cargo ou função e independentemente do vínculo empregatício ou funcional, responderá civil, criminal e administrativamente pela prescrição de débitos tributáveis sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município do valor dos débitos prescritos.

SEÇÃO VI
DAS DEMAIS FORMAS DE EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 97. Extingue o crédito tributário a decisão administrativa ou judicial que expressamente, em conjunto ou isoladamente:
I. declare a irregularidade de sua constituição;
II. reconheça a inexistência da obrigação que lhe deu origem;
III. exonere o sujeito passivo do cumprimento da obrigação;
IV. declare a incompetência do sujeito ativo para exigir o cumprimento da obrigação.
§ 1º. Extinguem crédito tributário:
a) a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa que não mais possa ser objeto de ação anulatória;
b) a decisão judicial passada em julgado.
§ 2º. Enquanto não tornada definitiva a decisão administrativa ou passada em julgado a decisão judicial, continuará o sujeito passivo obrigado nos termos da legislação tributária, ressalvadas as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito, previstas no art. 56 deste Código Tributário.

Art. 98. Extingue ainda o crédito tributário a conversão em renda de depósito em dinheiro previamente efetuado pelo sujeito passivo:
I. para garantia de instância;
II. em decorrência de qualquer outra exigência da legislação tributária.
Parágrafo único. Convertido o depósito em renda, o saldo porventura apurado contra ou a favor do fisco será exigido ou restituído da seguinte forma:
I. a diferença a favor da Fazenda Municipal será exigida através de notificação direta publicada ou entregue pessoalmente ao sujeito passivo, na forma e nos prazos previstos em regulamento;
II. o saldo a favor do contribuinte será restituído de ofício, independente de prévio protesto, na forma estabelecida para as restituições totais ou parciais do crédito tributário.

CAPÍTULO V
DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 99. Excluem o crédito tributário:
I. a isenção;
II. a anistia.
Parágrafo único. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela conseqüentes.

SEÇÃO II
DA ISENÇÃO

Art. 100. A isenção é sempre decorrente de lei que especifique as condições e os requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.

Art. 101. Salvo disposição em contrário, a isenção só atingirá os impostos.

Art. 102. A isenção, exceto se concedida por prazo certo ou em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei a qualquer tempo, porém, só terá eficácia a partir do exercício seguinte àquele em que tenha sido modificada ou revogada a isenção.

Art. 103. A isenção pode ser concedida:
I. em caráter geral, embora a sua aplicabilidade possa ser restrita a determinada área ou zona do Município, em função de condições peculiares;

II. em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos na lei para sua concessão.
§ 1º. Os prazos e os procedimentos relativos à renovação das isenções serão definidos em ato do Poder Executivo, cessando automaticamente os efeitos do benefício a partir do primeiro dia do período para o qual o interessado deixar de promover a continuidade do reconhecimento da isenção.
§ 2º. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do benefício.

SEÇÃO III
DA ANISTIA
Art. 104. A anistia, assim entendidos o perdão das infrações cometidas e a conseqüente dispensa dos pagamentos das penalidades pecuniárias a elas relativas, abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a conceder, não se aplicando:
I. aos atos praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiros em benefício daquele;
II. aos atos qualificados como crime de sonegação fiscal, nos termos da Lei Federal no 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e alterações posteriores;
III. às infrações resultantes do conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 105. A lei que conceder anistia poderá fazê-lo:
I. em caráter geral;
II. limitadamente:
a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;
b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;
c) à determinada região do território do Município, em função das condições a ela peculiares;
d) sob condição do pagamento do tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela lei à autoridade administrativa.
§ 1º. Quando não concedida em caráter geral, a anistia é efetivada, em cada ano, por despacho do Prefeito, ou autoridade delegada, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos na lei para a sua concessão.
§ 2º. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora, com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiro em benefício daquele.

TÍTULO IV
DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES
CAPÍTULO I
DAS INFRAÇÕES
Art. 106. Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições das leis tributárias e, em especial, deste Código Tributário.
Parágrafo único. Não será passível de penalidade a ação ou omissão que proceder em conformidade com decisão de autoridade competente, nem que se encontrar na pendência de consulta regularmente apresentada ou enquanto perdurar o prazo nela fixado.

Art. 107. Constituem agravantes de infração:
I. a circunstância da infração depender ou resultar de outra prevista em lei, tributária ou não;
II. a reincidência;
III. a sonegação.

Art. 108. Constituem circunstâncias atenuantes da infração fiscal, com a respectiva redução de culpa, aquelas previstas na lei civil, a critério da Fazenda Pública.

Art. 109. Considera-se reincidência a repetição de falta idêntica cometida pela mesma pessoa natural ou jurídica dentro de 5 (cinco) anos da data em que passar em julgado, administrativamente, a decisão condenatória referente à infração anterior.

Art. 110. A sonegação se configura procedimento do contribuinte em:
I. prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com a intenção de se eximir, total ou parcialmente, do pagamento de tributos e quaisquer adicionais devidos por lei;
II. inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza de documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de se exonerar do pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública Municipal;
III. alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações mercantis com o propósito de fraudar a Fazenda Pública Municipal;
IV. fornecer ou emitir documentos graciosos ou alterar despesas, com o objetivo de obter dedução de tributos à Fazenda Pública Municipal, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.
V. para os sujeitos passivos enquadrados no regime especial instituído pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, constatada qualquer das infrações descritas neste capitulo, será expedido pela autoridade competente, depois de garantida a ampla defesa, o Termo Circunstanciado de Exclusão do Simples Nacional.

Art. 111. O contribuinte ou responsável poderá apresentar denúncia espontânea de infração, ficando excluída a respectiva penalidade, desde que a falta seja corrigida imediatamente ou, se for o caso, efetuado o pagamento do tributo devido, atualizado e com os acréscimos legais cabíveis, ou depositada a importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.
§ 1º. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração.
§ 2º. A apresentação de documentos obrigatórios à Administração não importa em denúncia espontânea, para os fins do disposto neste artigo.

Art. 112. Salvo quando expressamente autorizado por lei, nenhum departamento da Administração Pública Municipal, ou de suas autarquias, celebrará contrato ou aceitará proposta em licitação sem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

CAPÍTULO II
DAS PENALIDADES
Art. 113. São penalidades tributárias previstas nesta lei, aplicáveis separada ou cumulativamente, sem prejuízo das cominadas pelo mesmo fato por lei criminal:
I. a multa;
II. a perda de desconto, abatimento ou deduções;
III. a cassação do benefício da isenção;
IV. a revogação dos benefícios de anistia ou moratória;
V. a proibição de transacionar com qualquer órgão da Administração Municipal;
VI. a sujeição a regime especial de fiscalização.
Parágrafo único. A aplicação de penalidades, de qualquer natureza, não dispensa o pagamento do tributo, dos juros de mora e atualização monetária, nem isenta o infrator do dano resultante da infração, na forma da lei civil.

Art. 114. A penalidade, além de impor a obrigação de fazer ou deixar de fazer, será pecuniária, quando consista em multa, e deverá ter em vista:
I. as circunstâncias atenuantes;
II. as circunstâncias agravantes.
§ 1º. Nos casos do inciso I deste artigo, reduzir-se-á a multa prevista em 50% (cinquenta por cento).
§ 2º. Nos casos do inciso II deste artigo, aplicar-se-á, na reincidência, o dobro da penalidade prevista.

Art. 115. Independente das penalidades previstas para cada tributo nos capítulos próprios, serão punidas:

I. com multa de 50 (cinqüenta) UPFM ou valor equivalente, quaisquer pessoas, independentemente de cargo, ofício ou função, ministério, atividade ou profissão, que embaraçarem, elidirem ou dificultarem a ação da Fazenda Municipal;
II. com multa de 20 (vinte) UPFM ou valor equivalente, quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, que infringirem dispositivos da legislação tributária do Município para as quais não tenham sido especificadas penalidades próprias nesta lei.

Art. 116. Apurada a prática de crime de sonegação fiscal, a Fazenda Municipal solicitará ao órgão de Segurança Pública as providências de caráter policial necessárias à apuração do ilícito penal, dando conhecimento dessa solicitação ao órgão do Ministério Público local, por meio de encaminhamento dos elementos comprobatórios da infração penal.

TÍTULO V
DA INSCRIÇÃO E DO CADASTRO FISCAL
CAPÍTULO ÚNICO
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 117. Toda pessoa física ou jurídica, sujeita à obrigação tributária, deverá promover a inscrição no Cadastro Fiscal da Prefeitura, mesmo que isenta de tributos, de acordo com as formalidades exigidas nesta lei ou em regulamento, ou ainda pelos atos administrativos de caráter normativo destinados a complementá-los.

Art. 118. O Cadastro Fiscal da Prefeitura é composto:
I. do Cadastro Imobiliário Fiscal;
II. do Cadastro de Atividades Econômico-sociais, abrangendo:
a) atividades de produção;
b) atividades de indústria;
c) atividades de comércio;
d) atividades de prestação de serviços;
III. de outros cadastros não compreendidos nos itens anteriores, necessários a atender às exigências da Prefeitura, com relação ao poder de polícia administrativa ou à organização dos seus serviços.
§ 1º. O Poder Executivo definirá, em regulamento, as normas relativas a inscrição, averbação e atualização cadastrais, assim como os respectivos procedimentos administrativos e fiscais, fixando as penalidades aplicáveis a cada caso, limitadas estas, quando de cunho pecuniário, a 255 (duzentas e cinqüenta e cinco) UPFM ou valor equivalente, observadas as demais disposições deste Código Tributário.
§ 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a União, Estados e Municípios, bem como com entidades de classe, com vistas à ampliação e à operação de informações cadastrais.

LIVRO II
DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS E OUTRAS RECEITAS
TÍTULO I
DOS TRIBUTOS
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 119. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela possa exprimir que não constitua sanção de ato ilícito, instituído por lei, nos limites da competência constitucional e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Art. 120. A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevante para qualificá-la:
I. a denominação e demais características formais adotadas pela lei;
II. a destinação legal do produto da sua arrecadação.

Art. 121. Os tributos são: impostos, taxas e contribuição de melhoria.
§ 1º. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
§ 2º. Taxa é o tributo que tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
§ 3º. Contribuição de melhoria é o tributo instituído para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.

CAPÍTULO II
DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA
Art. 122. O Município de Cocalinho, ressalvadas as limitações de competência tributária de ordem constitucional, da lei complementar e deste Código Tributário, tem competência legislativa plena, quanto a incidência, arrecadação e fiscalização dos tributos municipais.

Art. 123. A competência tributária é indelegável.
§ 1º. Poderá ser delegada, através desta ou de lei específica, a capacidade tributária ativa, compreendendo esta as atribuições de cobrar e arrecadar, ou executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária.
§ 2º. Podem ser revogadas a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa de direito público que as conferir, as atribuições delegadas nos termos do parágrafo anterior.
§ 3º. Compreendem as atribuições referidas nos §§1º e 2o as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que as conferir.
§ 4º. Não constitui delegação de competência o cometimento à pessoa jurídica de direito privado do encargo ou função de cobrar ou arrecadar tributos.

CAPÍTULO III
DAS LIMITAÇÕES DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Art. 124. É vedado ao Município:
I. exigir ou majorar tributos sem que a lei o estabeleça;
II. instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
III. cobrar tributos:
a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;
b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;
IV. utilizar tributo com efeito de confisco;
V. estabelecer limitações ao tráfego em seu território, de pessoas ou de mercadorias, por meio de tributos;
VI. cobrar imposto sobre:
a) o patrimônio ou serviços da União, dos Estados e outros Municípios;
b) o patrimônio, a renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;
c) templos de qualquer culto;
d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão;
VII. estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza em razão de sua competência ou destino.
§ 1º. A vedação do inciso VI, alínea "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
§ 2º. As vedações do inciso VI, "a", e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preço ou tarifa pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.
§ 3º. As vedações expressas no inciso VI, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.
§ 4º. O disposto no inciso VI não exclui a atribuição por lei, às entidades nele referidas, da condição de responsável pelos tributos que lhes caiba reter na fonte e não as dispensa da prática de atos previstos em lei, assecuratórias do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

§ 5º. O disposto na alínea "b" do inciso VI é subordinado à observância, pelas entidades nele referidas, dos requisitos seguintes:
a) não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título que possa representar rendimento, ganho ou lucro para os respectivos beneficiários;
b) aplicarem integralmente no país os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
c) manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.
§ 6º. Considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.
§ 7º. No reconhecimento da imunidade poderá o Município verificar os sinais exteriores de riqueza dos sócios e dos dirigentes das entidades, assim como as relações comerciais, se houverem, mantidas com empresas comerciais pertencentes aos mesmos sócios.
§ 8º. No caso do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, quando reconhecida a imunidade do contribuinte, o tributo ficará suspenso até 12 (doze) meses, findos os quais, se não houver aproveitamento do imóvel nas finalidades estritas da instituição, caberá o pagamento total do tributo, acrescido das cominações legais previstas em lei.
§ 9º. Na falta do cumprimento do disposto nos §§1º, 3º, 4º e 5º deste artigo, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício.

Art. 125. Cessa o privilégio da imunidade para as pessoas de direito privado ou público, quanto aos imóveis prometidos à venda, desde o momento em que se constituir o ato.
Parágrafo único. Nos casos de transferência de domínio ou de posse de imóvel, pertencentes à entidades referidas neste artigo, a imposição fiscal recairá sobre o promitente comprador, enfiteuta, fiduciário, usufrutuário, concessionário, comodatário, permissionário ou possuidor a qualquer título.

Art. 126. A imunidade não abrangerá em caso algum as taxas devidas a qualquer título.

Art. 127. A concessão de título de utilidade pública não importa em reconhecimento de imunidade.

CAPÍTULO IV
DOS IMPOSTOS
Art. 128. Os impostos de competência privativa do Município são os seguintes:
I. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
II. Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;
III. Imposto Sobre Transmissão inter vivos de Bens Imóveis.

TÍTULO II
DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA
CAPÍTULO I
DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR
Art. 129. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador à prestação de serviços constantes da lista referida neste artigo, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador:
1. Serviços de informática e congêneres.
1.01. Análise e desenvolvimento de sistemas.
1.02. Programação.
1.03. Processamento de dados e congêneres.
1.04. Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.
1.05. Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.
1.06. Assessoria e consultoria em informática.
1.07. Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.
1.08. Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.
2. Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
2.01. Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
3. Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.
3.01. Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.
3.02. Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.
3.03. Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.
3.04. Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.
4. Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.
4.01. Medicina e biomedicina.
4.02. Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.
4.03. Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.
4.04. Instrumentação cirúrgica.
4.05. Acupuntura.
4.06. Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.
4.07. Serviços farmacêuticos.
4.08. Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.
4.09. Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.
4.10. Nutrição.
4.11. Obstetrícia.
4.12. Odontologia.
4.13. Ortóptica.
4.14. Próteses sob encomenda.
4.15. Psicanálise.
4.16. Psicologia.
4.17. Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.
4.18. Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
4.19. Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.
4.20. Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
4.21. Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
4.22. Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.
4.23. Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.
5. Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.
5.01. Medicina veterinária e zootecnia.
5.02. Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.
5.03. Laboratório de análise na área veterinária.
5.04. Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
5.05. Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.
5.06. Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
5.07. Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
5.08. Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.
5.09. Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.
6. Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.
6.01. Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.
6.02. Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.
6.03. Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.
6.04. Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.
6.05. Centros de emagrecimento, spa e congêneres.

7. Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.
7.01. Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.
7.02. Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS.
7.03. Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.
7.04. Demolição.
7.05. Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
7.06. Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.
7.07. Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.
7.08. Calafetação.
7.09. Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

7.10. Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.
7.11. Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.
7.12. Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.
7.13. Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.
7.14. Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.
7.15. Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.
7.16. Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.
7.17. Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.
7.18. Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.
7.19. Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.
7.20. Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.
8. Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.
8.01. Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.
8.02. Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.
9. Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres.
9.01. Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominial, flat, apart-hotéis, hotéis-residência, residence-service, suíte service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).
9.02. Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.
9.03. Guias de turismo.
10. Serviços de intermediação e congêneres.
10.01. Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.
10.02. Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.
10.03. Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.
10.04. Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).
10.05. Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.
10.06. Agenciamento marítimo.
10.07. Agenciamento de notícias.
10.08. Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.
10.09. Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.
10.10. Distribuição de bens de terceiros.
11. Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.
11.01. Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.
11.02. Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.
11.03. Escolta, inclusive de veículos e cargas.
11.04. Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.
12. Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.
12.01. Espetáculos teatrais.
12.02. Exibições cinematográficas.
12.03. Espetáculos circenses.
12.04. Programas de auditório.
12.05. Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.
12.06. Boates, taxi-dancing e congêneres.
12.07. Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
12.08. Feiras, exposições, congressos e congêneres.
12.09. Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.
12.10. Corridas e competições de animais.
12.11. Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.
12.12. Execução de música.
12.13. Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
12.14. Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.
12.15. Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.
12.16. Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.
12.17. Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.
13. Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.
13.01. Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.
13.02. Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.
13.03. Reprografia, microfilmagem e digitalização.
13.04. Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.
14. Serviços relativos a bens de terceiros.
14.01. Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
14.02. Assistência técnica.
14.03. Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
14.04. Recauchutagem ou regeneração de pneus.
14.05. Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia,

anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.
14.06. Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.
14.07. Colocação de molduras e congêneres.
14.08. Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.
14.09. Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.
14.10. Tinturaria e lavanderia.
14.11. Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.
14.12. Funilaria e lanternagem.
14.13. Carpintaria e serralheria.
15. Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.
15.01. Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.
15.02. Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.
15.03. Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.
15.04. Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.
15.05. Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.
15.06. Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.
15.07. Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.
15.08. Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.
15.09. Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).
15.10. Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.
15.11. Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.
15.12. Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.
15.13. Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos à carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.
15.14. Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.
15.15. Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.
15.16. Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.
15.17. Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.
15.18. Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.
16. Serviços de transporte de natureza municipal.
16.01. Serviços de transporte de natureza municipal.
17. Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.
17.01. Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.
17.02. Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.
17.03. Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.
17.04. Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.
17.05. Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.
17.06. Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.
17.07. Franquia (franchising).
17.08. Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.
17.09. Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.
17.10. Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).
17.11. Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.
17.12. Leilão e congêneres.
17.13. Advocacia.
17.14. Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.
17.15. Auditoria.
17.16. Análise de Organização e Métodos.
17.17. Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.
17.18. Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.
17.19. Consultoria e assessoria econômica ou financeira.
17.20. Estatística.
17.21. Cobrança em geral.
17.22. Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).
17.23. Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.
18. Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.
18.01. Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.
19. Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01. Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.
20. Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.
20.01. Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.
20.02. Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.
20.03. Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.
21. Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.
21.01. Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.
22. Serviços de exploração de rodovia.
22.01. Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.
23. Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.
23.01. Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.
24. Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.
24.01. Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.
25. Serviços funerários.
25.01. Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.
25.02. Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.
25.03. Planos ou convênio funerários.
25.04. Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.
26. Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.
26.01. Serviços de coleta remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.
27. Serviços de assistência social.
27.01. Serviços de assistência social.
28. Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.
28.01. Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.
29. Serviços de biblioteconomia.
29.01. Serviços de biblioteconomia.
30. Serviços de biologia, biotecnologia e química.
30.01. Serviços de biologia, biotecnologia e química.
31. Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.
31.01. Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.
32. Serviços de desenhos técnicos.
32.01. Serviços de desenhos técnicos.
33. Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.
33.01. Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.
34. Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.
34.01. Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.
35. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
35.01. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
36. Serviços de meteorologia.
36.01. Serviços de meteorologia.
37. Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
37.01. Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
38. Serviços de museologia.
38.01. Serviços de museologia.
39. Serviços de ourivesaria e lapidação.
39.01. Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).
40. Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.
40.01. Obras de arte sob encomenda.

§ 1º. O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2º. Ressalvadas as exceções expressas neste Código Tributário, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3º. O imposto de que trata este Código Tributário incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

Art. 130. A incidência do imposto independe:
I. da existência de estabelecimento fixo;
II. do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas relativas a atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;
III. do resultado financeiro ou do pagamento do serviço prestado;
IV. da destinação dos serviços.
V. da denominação dada ao serviço prestado.

Art. 131. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XX, quando o imposto será devido no local:
I. do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 129, deste Código Tributário;
II. da instalação de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.04 da lista de serviços;
III. da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.17 da lista de serviços;
IV. da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista de serviços;
V. das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista de serviços;
VI. da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final do lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista de serviços;
VII. da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista de serviços;
VIII. da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista de serviços;
IX. do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista de serviços;
X. do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.14 da lista de serviços;
XI. da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 da lista de serviços;

XII. da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista de serviços;
XIII. onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista de serviços;
XIV. dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista de serviços;
XV. do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista de serviços;
XVI. da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13 da lista de serviços;
XVII. do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista de serviços;
XVIII. do estabelecimento tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista de serviços;
XIX. da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.09 da lista de serviços;
XX. do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista de serviços;
§ 1º. No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.03 da lista de serviços, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.
§ 2º. No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista de serviços, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.
§ 3º. Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01 da lista de serviços.
§ 4º. Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.
§ 5º. Cada estabelecimento do mesmo contribuinte é considerado autônomo para efeito exclusivo de escrituração fiscal e pagamento do imposto relativo aos serviços prestados, respondendo a empresa pelo imposto, bem como por acréscimos e multas referentes a qualquer um deles.

Art. 132. Indica a existência de estabelecimento prestador a conjugação parcial ou total dos seguintes elementos:
I. manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à manutenção dos serviços;
II. estrutura organizacional ou administrativa;
III. inscrição nos órgãos previdenciários;
IV. indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;
V. permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de atividades de prestação de serviços, exteriorizada por elementos tais como:
a) indicação do endereço em imprensa, formulários ou correspondência;
b) locação de imóvel;
c) realização de propaganda ou publicidade no Município ou com referência a ele;
d) fornecimento de energia elétrica em nome do prestador ou seu representante.

Art. 133. Será ainda devido o imposto neste Município, nos seguintes casos:
I. quando o prestador do serviço utilizar-se de estabelecimento situado no seu território, seja sede, filial, agência, sucursal, escritório de representação ou contato, ou quaisquer outras denominações que venham a ser utilizadas;
II. quando a execução de obras de construção civil se localizar no seu território;
III. quando o prestador do serviço, ainda que nele não domiciliado, venha exercer atividades no seu território, em caráter habitual, permanente ou temporário;
IV. quando os serviços forem prestados por empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações, sempre que houver contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário do serviço.
V. em relação aos estabelecimentos bancários e assemelhados:
1. cobrança e recebimento por conta de terceiros, inclusive de direitos autorais;
2. protesto de título;
3. sustação de protesto;
4. devolução de títulos não pagos;
5. manutenção de títulos vencidos;
6. fornecimento de posição de cobrança ou recebimento;
7. quaisquer outros serviços correlatos de cobrança ou recebimento, tais como cancelamento de títulos de seguros;
8. fornecimento de talões de cheques e cheques avulsos;
9. emissão de cheques administrativos, visamento de cheques de viagem e fornecimento desses cheques;
10. transferência de fundos;
11. devolução de cheques;
12. sustação de pagamentos de cheques;
13. ordem de pagamento e de créditos, por qualquer meio;
14. emissão e de cartões magnéticos;
15. consultas em terminais eletrônicos;
16. pagamento por conta de terceiros, inclusive feito fora do estabelecimento;
17. elaboração de ficha cadastral;
18. guarda de bens em cofres ou caixas-fortes;
19. fornecimento de segundas vias de aviso de lançamento e de extratos de conta;
20. emissão de carnês;
21. manutenção de contas inativas;
22. abono de firmas, SPC, recolhimento e remessa de numerário;
23. serviço de compensação;
24. licenciamento, expediente, informações estatísticas e contratação de operações ativas (emissão de guias de importação e exportação, cheque especial, crédito em geral de outros);
25. outros serviços de expediente, secretaria e congêneres, não abrangidos nos incisos anteriores;
26. custódia de bens e valores;
27. agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros e de planos de previdência privada;
28. agenciamento de créditos ou de financiamento;
29. recebimento de carnês, aluguéis, dividendos, títulos e contas em geral;
30. administração e distribuição de co-seguros;
31. intermediação na liquidação de operações garantidas por direitos creditórios;
32. serviço de agenciamento e intermediação em geral;
33. auditoria e análise financeira;
34. fiscalização de projetos econômico-financeiros;
35. consultoria e assessoramento administrativo;
36. processamento de dados e atividades auxiliares;
37. locação de bens móveis;
38. arrendamento mercantil (leasing);
39. resgate de letras com aceite de outras empresas;
40. recebimento de tributos, contribuições, como PASEP/PIS, Previdências Social, FGTS e outras tarifas;
41. pagamento de vencimento, salários, pensões e benefícios;
42. administração de crédito educativo e seguro-desemprego;
43. pagamento de contas em geral;
44. outros serviços não especificados nos incisos anteriores, desde que não constituam fato gerador de imposto de competência da União ou do Estado.
§ 1º. Não serão incluídos na base de cálculo dos serviços de que trata este inciso, os valores cobrados a título de despesas com portes do correio, telex e tele processamentos necessários à prestação dos serviços.
§ 2º. As sociedades de créditos, investimento e financiamento terão o imposto calculado sobre os seguintes serviços:

a) cobrança de créditos ou de obrigações de qualquer natureza;
b) custódia de valores;
c) comissão sobre o agenciamento e intermediação da captação direta e indireta de recursos oriundos de incentivos fiscais;
d) serviços de planejamento ou assessoramento financeiro;
e) taxa de distribuição sobre a administração de fundos;
f) taxa de cadastro;
g) administração de clube de investimento;
h) outros serviços não especificados.

§ 3º. As entidades a que se refere o parágrafo precedente devem exigir de seus agentes autônomos, para o exercício de suas atividades, a inscrição no Cadastro de Atividades Econômicos do Município, sob pena de serem consideradas responsáveis pelo pagamento do imposto por eles devido.

§ 4º. A captação direta de recursos oriundos de incentivos fiscais, entendida como a desenvolvida pela própria entidade administradora (bancos de investimentos, sociedades de créditos e financiamento e sociedade corretoras), fica excluída da base de cálculo dos serviços prestados pelas entidades referidas no parágrafo terceiro.

§ 5º. As sociedades de crédito, investimento e financiamento ficam liberadas da emissão de notas fiscais de serviços e da escrituração do livro de Registro de Serviços Prestados.

§ 6º. O imposto incidente sobre a prestação de serviços, através de Cartão de Crédito, será calculado sobre o preço total dos serviços decorrentes de:
I. taxa de inscrição do usuário no Cartão de Crédito;
II. taxa de alteração contratual e outras congêneres;
III. taxa de renovação anual do Cartão de Crédito;
IV. taxa de filiação do estabelecimento;
V. comissão recebida dos estabelecimentos filiados (lojistas, associados), a título de intermediação;
VI. todas as demais taxas a títulos de administração.

§ 7º. Aqueles que se dedicam ao agenciamento de transporte intermunicipal, sem frota própria, terão como receita tributável, a diferença entre o preço recebido e o preço efetivamente pago à transportadora.

Art. 134. Considera-se ocorrido o fato gerador do Imposto Sobre Serviços:
I. quando a base de cálculo for o preço do serviço, no momento da prestação;
II. quando o serviço for prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, no primeiro dia seguinte ao de início da atividade, e nos exercícios subseqüentes, no primeiro dia de cada ano.

CAPÍTULO II
DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 135. O imposto não incide sobre:
I. as exportações de serviços para o exterior do País;
II. a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;
III. o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

CAPÍTULO III
DA BASE DE CÁLCULO
SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 136. A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços é o preço do serviço.

§ 1º. Quando os serviços descritos pelo subitem 3.03 da lista de serviços forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existente em cada Município.

§ 2º. Não se incluem na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços.

Art. 137. Preço do serviço é a receita bruta a ele correspondente sem quaisquer deduções, ainda que a título de subempreitada, frete, despesa ou imposto.

§ 1º. Incluem-se na base de cálculo de quaisquer valores percebidos pela prestação do serviço, inclusive os decorrentes de acréscimos contratuais, multas ou outros que onerem o preço do serviço, bem assim o valor do imposto incidente.

§ 2º. Para os efeitos deste artigo, considera-se preço tudo o que for cobrado em virtude da prestação do serviço, em dinheiro, bens, serviços ou direitos, seja na conta ou não, inclusive a título de reembolso, reajustamento ou dispêndio de qualquer natureza.

§ 3º. Os descontos ou abatimentos concedidos sob condição integram o preço do serviço, quando previamente contratados.

§ 4º. Os valores despendidos direta ou indiretamente, em favor de outros prestadores de serviços, a título de participação, co-participação ou demais formas da espécie, constituem parte integrante do preço.

§ 5º. Incluem-se também na base de cálculo as vantagens financeiras decorrentes da prestação de serviço, inclusive as relacionadas com a retenção periódica de valores recebidos.

§ 6º. A prestação de serviço a crédito, sob qualquer modalidade, implica inclusão, na base de cálculo, dos ônus relativos à obtenção de financiamento, ainda que cobrados em separado.

§ 7º. Nos serviços contratados em moeda estrangeira, o preço será o valor resultante de sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador.

§ 8º. Na falta de preços, será tomado como base de cálculo o valor cobrado dos usuários ou contratantes de serviços similares.

Art. 138. No caso de estabelecimento que represente, sem faturamento, empresa do mesmo titular sediada fora do Município, a base de cálculo compreenderá, no mínimo, todas as despesas necessárias à manutenção desse estabelecimento.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não ilide a tributação pelo exercício de atividade de prestação de serviços no território do Município, segundo as regras gerais.

Art. 139. O imposto é parte integrante e indissociável do preço do serviço, constituindo o seu destaque nos documentos fiscais mera indicação para fins de controle e esclarecimento do usuário do serviço.

Parágrafo único. O valor do imposto, quando cobrado em separado, integrará a base de cálculo.

Art. 140. Está sujeito ainda ao ISS, o fornecimento de mercadorias na prestação de serviços constantes da lista de serviços, salvo as exceções previstas nela própria.

Art. 141. Quando a contraprestação se verificar através da troca de serviços ou o seu pagamento for realizado mediante o fornecimento de mercadorias, o preço do serviço para cálculo do imposto será o preço corrente, na praça, desses serviços ou mercadorias.

Art. 142. Nas demolições, inclui-se nos preços dos serviços o montante dos recebimentos em dinheiro ou em materiais provenientes do desmonte.

SEÇÃO II
DAS DEDUÇÕES DA BASE DE CÁLCULO

Art. 143. Na prestação dos serviços referentes aos subitens 7.02 e 7.05 da lista constante deste Código Tributário, o imposto será calculado sobre o preço do serviço, deduzidas as parcelas correspondentes:
I. ao valor dos materiais fornecidos pelo prestador;
II. ao fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS.

Art. 144. Considera-se incorporação imobiliária a atividade exercida com o objetivo de promover e realizar a construção para alienação

total ou parcial de edificações ou conjunto de edificações de unidades autônomas.
§ 1º. Considera-se incorporador qualquer pessoa física ou jurídica que, embora não efetuando a construção, compromisse ou realize a venda de frações ideais de terreno, efetivando a vinculação de tais frações a unidades autônomas, às edificações em construção ou a serem construídas sob regime de condomínio ou, ainda, a pessoa que meramente aceite proposta para efetivação dessas transações, coordenando ou levando a termo a incorporação e responsabilizando-se, conforme o caso, pela entrega das obras concluídas, pelo seu preço e demais condições estipuladas.
I. entende-se também como incorporador o proprietário ou titular de direitos aquisitivos que contrate a construção de edifícios destinados à constituição de condomínios, sempre que iniciarem as alienações antes da conclusão das obras.
II. nos casos de obras executadas dentro do Plano Nacional de Habitação, caracteriza-se a ocorrência do fato gerador do imposto pelo compromisso de venda de cada unidade antes do "habite-se", sendo o momento da incidência determinado pelo comprovante do sinal de aquisição da unidade, correspondente ou não a parcela das cotas de construção e do terreno.
§ 2º. São compreendidos como parte integrante das obras a que se refere o artigo 144 deste Código Tributário, apenas quando realizados pela própria empresa construtora ou pelos respectivos subempreiteiros, os seguintes serviços:
a) escavação, movimento de terra, desmonte de rocha manual ou mecânico, rebaixamento de lençol freático, submuração e ensecadeiras que integram a obra;
b) serviços de fundação, estacas, tubulações e carpintaria de formas;
c) serviços de mistura de concreto ou asfalto;
d) serviços de ladrilheiro, azulejista, pastilheiro e estucador, compreendendo revestimento em todas as modalidades;
e) serviços de colocação de esquadrias, armações, vidros e telhados;
f) serviços de serralheria;
g) pavimentação de prédios com tacos, frisos, lajes e outros materiais não especificados;
h) impermeabilização e pintura em geral;
i) instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias;
j) demolição, quando for prevista no contrato para execução de obra, no lugar do prédio a ser demolido.
§ 3º. As construções civis que envolvam atividades de incorporação obedecerão aos ditames da Lei Federal nº 4.591, de 16 de dezembro de 1994.
§ 4º. A tributação a que se sujeitam as atividades de incorporação, a que se refere o parágrafo antecedente, obedecerá ao regime de dedução estabelecida no artigo 143 deste Código Tributário Municipal.
§ 5º. Ficam sujeitas à incidência do ISS as incorporações imobiliárias em que o incorporador assuma as funções de construtor, seja sob a modalidade de empreitada ou administração.

Art. 145. O Poder Executivo disciplinará em regulamento o controle, a operacionalidade e a forma de usufruir as disposições desta seção.

SEÇÃO III
DA BASE DE CÁLCULO FIXA
Art. 146. Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado, por meio de alíquotas fixas ou variáveis, em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes, nestes não compreendida a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho.

Art. 147. Quando se tratar de prestação de serviços de diversão pública, na modalidade de jogos em aparelhos, máq
uinas ou equipamentos, mediante a venda de fichas, o imposto poderá ser pago a critério da autoridade administrativa, através de valor fixo, em razão do número de aparelhos utilizados no estabelecimento.

CAPÍTULO IV
DAS ALÍQUOTAS
Art. 148. O Imposto Sobre Serviços é devido em conformidade com as seguintes alíquotas e valores:
I. profissionais autônomos, em geral:
a) profissionais de nível elementar: R$ 15,00 (quinze reais), por mês;
b) profissionais de nível médio: R$ 30,00 (trinta reais), por mês;
c) profissionais de nível superior: R$ 60,00 (sessenta reais), por mês.
II. empresa: 3% (três por cento) sobre o valor do serviço dos itens 4 e 8 do artigo 129, por mês.
III. empresa: 4% (quatro por cento) sobre o valor do serviço dos demais itens do artigo 129, por mês.
§ 1º. O imposto será calculado por profissional habilitado, seja sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, no valor de R$ 300,00 (trezentos reais) por mês.
§ 2º. A empresa optante pelo Simples Nacional prevalece às alíquotas constantes da Lei Federal n° 123/2006.

CAPÍTULO V
DO SUJEITO PASSIVO
SEÇÃO I
DO CONTRIBUINTE
Art. 149. Contribuinte é o prestador do serviço.
§ 1º. Considera-se prestador do serviço o profissional autônomo ou a empresa que exerça, em caráter permanente ou eventual, quaisquer atividades referidas na lista de serviços deste Código Tributário.
§ 2º. Para os efeitos do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, entende-se por:
I. profissional autônomo:
a) o profissional liberal, assim considerado todo aquele que realiza trabalho ou ocupação intelectual, científica, técnica ou artística, de nível universitário ou a este equiparado, com objetivo de lucro ou remuneração;
b) profissionais de níveis médio e elementar, compreendendo todo aquele que, não sendo portador de diploma de curso universitário ou a este equiparado, e que desenvolver atividade lucrativa de forma autônoma.
II. empresa:
a) toda e qualquer pessoa jurídica que exercer atividade prestadora de serviço, inclusive as organizadas sob a forma de cooperativas;
b) toda pessoa física ou jurídica não incluída na alínea anterior, que instituir empreendimento para serviço com interesse econômico;
c) o condomínio que prestar serviços a terceiros.
§ 3º. O disposto no inciso I deste artigo não se aplica aos profissionais autônomos que:
a) prestem serviços alheios ao exercício da profissão para a qual sejam habilitados;
b) utilizem mais de 2 (dois) empregados, a qualquer título, na execução direta ou indireta dos serviços por eles prestados;
c) que não comprovem a sua inscrição no Cadastro de Atividades Econômicas da Prefeitura.

SEÇÃO II
DO RESPONSÁVEL
Art. 150. São solidariamente obrigados, perante a Fazenda Municipal, quanto ao imposto relativo aos serviços em que forem parte, aqueles que tenham interesses comuns na situação que constitua fato gerador da obrigação principal.
§ 1º. A obrigação solidária é inerente a todas as pessoas físicas ou jurídicas, ainda que alcançadas por imunidade ou isenção tributária.
§ 2º. A solidariedade não comporta benefício de ordem, podendo, entretanto, o sujeito passivo, atingido por seus efeitos, efetuar o pagamento do imposto incidente sobre o serviço antes de iniciado o procedimento fiscal.

Art. 151. São também solidariamente responsáveis com o prestador do serviço:
I. o proprietário do estabelecimento ou veículo de aluguel para frete ou de transporte coletivo no território do Município;
II. o proprietário da obra;
III. o proprietário ou seu representante que ceder dependência ou local para a prática de jogos e diversões;
IV. os construtores, empreiteiros principais e administradores de obras hidráulicas, de construção civil de reparação de edifícios, estradas, logradouros, pontes e congêneres, pelo imposto relativo aos serviços prestados por subempreiteiros estabelecidos ou não no Município;
V. os administradores de obras, pelo imposto relativo à mão-de-obra, inclusive de subcontratadas, ainda que o pagamento dos serviços seja feito diretamente pelo dono da obra contratante;

VI. os titulares de direitos sobre prédios ou os contratantes de obras e serviços, se não identificarem os construtores ou os empreiteiros de construção, reconstrução, reforma, reparação ou acréscimo desses bens pelo o imposto devido pelos construtores ou empreiteiros;
VII. os locadores de máquinas, aparelhos e equipamentos instalados, pelo imposto devido pelos locatários estabelecidos no Município e relativo à exploração desses bens;
VIII. os titulares dos estabelecimentos onde se instalarem máquinas, aparelhos e equipamentos, pelo imposto devido, pelos respectivos proprietários não estabelecidos no Município e relativo à exploração desses bens;
IX. os que permitirem em seus estabelecimentos ou domicílios exploração de atividade tributável sem estar o prestador do serviço inscrito no órgão fiscal competente, pelo imposto devido sobre essa atividade;
X. os que efetuarem pagamentos de serviços a terceiros não identificados, pelo imposto cabível nas operações;
XI. os que utilizarem serviços de empresas, pelo imposto incidente sobre as operações, se não exigirem dos prestadores documentos fiscal idôneo;
XII. os que utilizarem serviços de profissionais autônomos, pelo imposto incidente sobre as operações, se não exigirem dos prestadores prova de quitação fiscal ou de inscrição;
XIII. as empresas administradoras de cartão de crédito, pelo imposto incidente sobre o preço dos serviços prestados pelos estabelecimentos filiados localizados no Município, quando pagos através de cartão de crédito por elas emitidos;
XIV. as companhias de aviação, pelo imposto incidente sobre as comissões pagas às agências de viagens e operadoras turísticas, relativas às vendas de passagens áreas.
§ 1º. A responsabilidade de que trata este artigo será satisfeita mediante o pagamento:
I. do imposto retido das pessoas físicas, à alíquota de 4% (quatro por cento), sobre o preço do serviço prestado;
II. do imposto retido das pessoas jurídicas, com base no preço do serviço prestado, aplicada a alíquota de 3% (três por cento) para os itens 5 e 8 do artigo 129;
III. do imposto retido das pessoas jurídicas, com base no preço do serviço prestado, aplicada a alíquota de 4% (quatro por cento) para os demais itens do art. 129;
IV. do imposto incidente, nos demais casos.
§ 2º. A responsabilidade prevista é inerente a todas as pessoas, físicas ou jurídicas, ainda que alcançadas por imunidade ou por isenção tributária.
§ 3º. A responsabilidade prevista no caput deste artigo é afastada quando se tratar de serviço diverso daqueles elencados nos artigos 150 e 151 e o prestador, estabelecido no Município de Cocalinho, comprovar a condição de optante pelo Simples Nacional.

SEÇÃO III
DA RETENÇÃO DO ISS
Art. 152. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza será retido na fonte pelo tomador dos serviços prestados por profissional autônomo ou empresa, inscritos ou não no Cadastro Mobiliário de Contribuintes, sendo responsáveis pela retenção e pelo recolhimento do imposto os seguintes tomadores:
I. os órgãos da Administração Direta da União, Estado e do Município, bem como suas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista sob seu controle e as Fundações instituídas pelo Poder Público, estabelecidas ou sediadas no Município de Cocalinho;
II. estabelecimentos bancários e demais entidades financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central;
III. empresas de rádio, televisão e jornal;
IV. incorporadoras, construtoras, empreiteiras e administradoras de obras de construção civil, quanto a todos e quaisquer serviços relacionados com a obra;
V. todo tomador que realizar o pagamento do serviço sem a correspondente nota fiscal dos serviços prestados;
VI. todo tomador que contratar serviços prestados por autônomo ou empresas que não forem inscritos no Município como contribuintes do ISS.
VII. as companhias de aviação em relação às comissões pagas pelas vendas de passagens aéreas e de transporte de cargas;
VIII. as incorporadoras e construtoras, em relação às comissões pagas pelas corretagens do imóvel;
IX. as empresas seguradoras e de capitalização, em relação às comissões pagas pelas corretagens de seguros e de capitalização e sobre os pagamentos de serviços de consertos de bens sinistrados;
X. as empresas e entidades que explorem loterias e outros jogos, inclusive apostas, em relação às comissões pagas aos seus agentes revendedores ou concessionários;
XI. as instituições financeiras, em relação ao pagamento dos serviços de guarda, vigilância, conservação, e limpeza de imóveis, transporte de valores e fornecimento de mão-de-obra.
§ 1º. Ficam excluídos da retenção, a que se refere este artigo, os serviços prestados por profissional autônomo que comprovar a inscrição no Cadastro de Contribuinte deste Município, cujo regime de recolhimento do ISS seja fixo mensal.
§ 2º. No caso deste artigo, se o contribuinte prestador do serviço comprovar ter sido pago o imposto neste Município, cessará a responsabilidade da fonte pela retenção do tributo.
§ 3º. Além das prestações de serviço catalogadas nos respectivos incisos deste artigo, o alcance da norma estender-se-á a outras atividades prestadas ao contribuinte.
§ 4º. O poder Executivo fica autorizado a acrescentar ou excluir qualquer contribuinte do regime de substituição, na forma que dispuser o regulamento.
§ 5º. A retenção será correspondente ao valor do imposto devido e deverá ocorrer no ato do pagamento da prestação de serviço.
§ 6º. Não será retido na fonte o Imposto Sobre Serviços das empresas sob regime de estimativa ou quando o prestador de serviço apresentar nota fiscal avulsa, emitida pela Secretaria Municipal da Fazenda.
§ 7º. As empresas sob regime de estimativa deverão comprovar seu enquadramento com a apresentação da Portaria de Estimativa expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda.
§ 8º. A responsabilidade prevista no caput é afastada quando o prestador comprovar a condição de optante pelo Simples Nacional.

Art. 153. Os tomadores de serviços que realizarem a retenção do ISS fornecerão ao prestador de serviço recibo de retenção na fonte do valor do imposto e ficam obrigados a enviar à Fazenda Municipal as informações, objeto da retenção do ISS, no prazo estipulado em regulamento.

Art. 154. Os contribuintes do ISS registrarão, no livro de registro de notas fiscais de serviços prestados ou nos demais controles de pagamento, os valores que lhe foram retidos na fonte pagadora, tendo por documento hábil o recibo a que se refere o artigo anterior.

CAPÍTULO VI
DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Art. 155. Todas as pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes ou não do imposto, ou dele isentas, que de qualquer modo participem direta ou indiretamente de operações relacionadas com a prestação de serviços estão obrigadas, salvo norma em contrário, ao cumprimento das obrigações deste título e das previstas em regulamento.

Art. 156. As obrigações acessórias constantes deste título e regulamento não excetuam outras de caráter geral e comum a vários tributos previstos na legislação própria.

Art. 157. O contribuinte poderá ser autorizado a se utilizar de regime especial para emissão e escrituração de documentos e livros fiscais, inclusive através de processamento eletrônico de dados, observado o disposto em regulamento.

CAPÍTULO VII
DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO MOBILIÁRIO

Art. 158. Todas as pessoas físicas ou jurídicas com ou sem estabelecimento fixo, que exerçam, habitual ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, qualquer das atividades constantes da lista de serviços prevista neste Código Tributário, ficam obrigadas à inscrição no Cadastro Mobiliário do Município.
Parágrafo único. A inscrição no cadastro a que se refere este artigo será promovida pelo contribuinte ou responsável, na forma estipulada em regulamento, nos seguintes prazos:

I. até 30 (trinta) dias após o registro dos atos constitutivos no órgão competente, no caso de pessoa jurídica;
II. antes do início da atividade, no caso de pessoa física.

Art. 159. As declarações prestadas pelo contribuinte ou responsável no ato da inscrição ou da atualização dos dados cadastrais, não implicam sua aceitação pela Fazenda Municipal, que as poderá rever a qualquer época, independentemente de prévia ressalva ou comunicação.
Parágrafo único. A inscrição, alteração ou retificação de ofício não eximem o infrator das multas cabíveis.

Art. 160. A obrigatoriedade da inscrição se estende às pessoas físicas ou jurídicas imunes ou isentas do pagamento do imposto.

Art. 161. O contribuinte é obrigado a comunicar o encerramento ou a paralisação temporária da atividade, arquivada no órgão competente, no prazo de 30 (trinta) dias e na forma do regulamento.
§ 1º. Em caso de deixar o contribuinte de recolher o imposto por mais de 2 (dois) anos consecutivos e não ser encontrado no domicílio tributário fornecido para tributação, a inscrição e o cadastro poderão ser baixados de ofício na forma que dispuser o regulamento.
§ 2º. A anotação de encerramento ou paralisação de atividade não extingue débitos existentes, ainda que venham a ser apurados posteriormente à declaração do contribuinte ou à baixa de ofício.

Art. 162. É facultado à Fazenda Municipal promover, periodicamente, a atualização dos dados cadastrais, mediante notificação, fiscalização e convocação por edital dos contribuintes.

CAPÍTULO VIII
DAS DECLARAÇÕES FISCAIS

Art. 163. Além da inscrição e respectivas alterações, o contribuinte fica sujeito à apresentação de quaisquer declarações de dados, na forma e nos prazos que dispuser o regulamento.

Art. 164. Os contribuintes do Imposto Sobre Serviços ficam obrigados a apresentar declaração de dados, de acordo com o que dispuser o regulamento.

CAPÍTULO IX
DO LANÇAMENTO
SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 165. O lançamento será feito a todos os contribuintes sujeitos ao Imposto Sobre Serviços, na forma e nos prazos estabelecidos em regulamento, tendo como base os dados constantes no Cadastro Mobiliário de Contribuintes.

Art. 166. O lançamento do Imposto Sobre Serviços será feito:
I. mediante declaração do próprio contribuinte, devidamente protocolada;
II. de ofício, quando calculado em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes que independam do preço do serviço, a critério da autoridade administrativa;
III. de ofício, quando em conseqüência do levantamento fiscal ficar constatada a falta de recolhimento total ou parcial do imposto, podendo ser lançado, a critério da autoridade administrativa, através de notificação ou por auto de infração.
Parágrafo único. Quando constatado qualquer infração tributária previstas neste Código Tributário, o lançamento da multa pecuniária se dará por auto de Infração.

Art. 167. O preço de determinados serviços poderá ser fixado pela autoridade competente, da seguinte forma:
I. em pauta que reflita o corrente na praça;
II. mediante estimativa;
III. por arbitramento nos casos especificamente previstos.

SEÇÃO II
DA ESTIMATIVA

Art. 168. O valor do imposto poderá ser fixado pela autoridade administrativa, a partir de uma base de cálculo estimada, nos seguintes casos:
I. quando se tratar de atividade exercida em caráter provisório;
II. quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização;
III. quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais ou deixar de cumprir com regularidade as obrigações acessórias previstas na legislação;
IV. quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou de atividades, aconselhem tratamento fiscal específico, a exclusivo critério da autoridade competente.
§ 1º. No caso do inciso I deste artigo, consideram-se provisórias as atividades cujo exercício seja de natureza temporária e estejam vinculadas a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.
§ 2º. Na hipótese do parágrafo anterior, o imposto deverá ser pago antecipadamente. Sob pena de inscrição em dívida ativa e imediata execução judicial.

Art. 169. Para a fixação da base de cálculo estimada, a autoridade competente levará em consideração, conforme o caso:
I. o tempo de duração e a natureza do acontecimento ou da atividade;
II. o preço corrente dos serviços;
III. o volume de receitas em períodos anteriores e sua projeção para os períodos seguintes, podendo observar outros contribuintes de idêntica atividade;
IV. a localização do estabelecimento;
V. as informações do contribuinte e outros elementos informativos, inclusive estudos de órgãos públicos e entidades de classe diretamente vinculadas à atividade.
§ 1º. A base de cálculo estimada poderá, ainda, considerar o somatório dos valores das seguintes parcelas:
a) o valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados no período;
b) folhas de salários pagos durante o período, adicionada de todos os rendimentos pagos, inclusive honorários de diretores e retiradas de proprietários, sócios ou gerentes, bem como das respectivas obrigações trabalhistas e sociais;
c) aluguel mensal do imóvel e dos equipamentos ou, quando próprio, 1% (um por cento) do valor dos mesmos, computado ao mês ou fração;
d) despesa com o fornecimento de água, energia, telefone e demais encargos obrigatórios ao contribuinte.
§ 2º. O enquadramento do contribuinte no regime de estimativa poderá, a critério da autoridade competente, ser feito individualmente, por categorias de contribuintes e grupos ou setores de atividade.
§ 3º. Quando a estimativa tiver fundamento na localização do estabelecimento, prevista no inciso IV, o sujeito passivo poderá optar pelo pagamento do imposto de acordo com o regime normal.
§ 4º. A aplicação do regime de estimativa independerá do fato de se encontrar o contribuinte sujeito a possuir escrita fiscal.
§ 5º. Poderá, a qualquer tempo e a critério da autoridade fiscal, ser suspensa a aplicação do regime de estimativa, de modo geral ou individual, bem como rever os valores estimados para determinado período e, se for o caso, reajustar as prestações subseqüentes à revisão.

Art. 170. O valor da estimativa será sempre fixado para período determinado e servirá como limite mínimo de tributação.

Art. 171. Independente de qualquer procedimento fiscal, sempre que o preço total dos serviços exceder o valor fixado pela estimativa, fica o contribuinte obrigado a recolher o imposto pelo movimento econômico real apurado.

Art. 172. O valor da receita estimada será automaticamente corrigido nas mesmas datas e proporções em que ocorrer reajuste ou aumento do preço unitário dos serviços.

Art. 173. Os contribuintes sujeitos ao regime de estimativa poderão ser dispensados do cumprimento das obrigações acessórios, conforme dispuser o regulamento.

Art. 174. Findo o exercício ou o período a que se refere a estimativa ou, ainda, suspensa a aplicação deste regime, apurar-se-ão as receitas da prestação de serviços e o montante do imposto devido pelo contribuinte. Verificada qualquer diferença entre o imposto estimado e o efetivamente devido, deverá ser recolhida no prazo previsto em regulamento.

SEÇÃO III
DO ARBITRAMENTO

Art. 175. A autoridade administrativa lançará o valor do imposto, a partir de uma base de cálculo arbitrada, sempre que se verificar qualquer das seguintes hipóteses:
I. o sujeito passivo não possuir os documentos necessários à fiscalização das operações realizadas, principalmente nos casos de perda, extravio ou inutilização de livros ou documentos fiscais de utilização obrigatória;
II. o sujeito passivo, depois de intimado, deixar de exibir os documentos necessários à fiscalização das operações realizadas;
III. serem omissos ou, pela inobservância de formalidades intrínsecas ou extrínsecas, não mereçam fé os livros ou documentos exibidos pelo sujeito passivo, ou quando estes não possibilitem a apuração da receita;
IV. existência de atos qualificados como crimes ou contravenções ou, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação; evidenciados pelo exame de livros e documentos do sujeito passivo, ou apurados por quaisquer meios diretos ou indiretos, inclusive quando os elementos constantes dos documentos fiscais ou contábeis não refletirem o preço real do serviço;
V. não prestar o sujeito passivo, após regularmente intimado, os esclarecimentos exigidos pela fiscalização, prestar esclarecimentos insuficientes ou que não mereçam fé;
VI. exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo devidamente inscrito no órgão competente;
VII. prática de subfaturamento ou contratação de serviços por valores abaixo dos preços de mercado;
VIII. flagrante insuficiência do imposto pago em face do volume dos serviços prestados;
IX. serviços prestados sem a determinação do preço ou a título de cortesia.
Parágrafo único. O arbitramento referir-se-á exclusivamente aos fatos ocorridos no período em que se verificarem os pressupostos mencionados nos incisos deste artigo.

Art. 176. Quando o imposto for calculado sobre a receita bruta arbitrada, poderá o fisco considerar:
I. os pagamentos de impostos efetuados pelo mesmo sujeito passivo em outros exercícios, ou por outros contribuintes de mesma atividade, em condições semelhantes;
II. as peculiaridades inerentes à atividade exercida;
III. os fatos ou aspectos que exteriorizem a situação econômico-financeira do sujeito passivo;
IV. o preço corrente dos serviços oferecidos à época a que se referir a apuração.
§1º. A receita bruta arbitrada poderá ter ainda como base de cálculo, o somatório dos valores das seguintes parcelas:
a) o valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados no período;
b) folhas de salários pagos durante o período, adicionada de todos os rendimentos pagos, inclusive honorários de diretores e retiradas de proprietários, sócios ou gerentes, bem como das respectivas obrigações trabalhistas e sociais;
c) aluguel mensal do imóvel e dos equipamentos ou quando próprio, 1% (um por cento) do valor dos mesmos computado ao mês ou fração;
d) despesa com o fornecimento de água, energia, telefone e demais encargos obrigatórios ao contribuinte.
§2º. Do imposto resultante do arbitramento serão deduzidos os pagamentos realizados no período.

CAPÍTULO X
DO PAGAMENTO

Art. 177. O Imposto Sobre Serviços será recolhido:
I. por meio de guia preenchida pelo próprio contribuinte, no caso de auto-lançamento, de acordo com modelo, forma e prazos estabelecidos pelo Fisco;
II. por meio de notificação de lançamento, emitida pela repartição competente, nos prazos e condições constantes da própria notificação;
§ 1º. No caso de notificação de lançamento, o pagamento deverá ser efetuado no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da entrega da notificação ao contribuinte.
§ 2º. É facultado ao Fisco, tendo em vista a regularidade de cada atividade, adotar outra forma de recolhimento, determinando que se faça antecipadamente, operação por operação, ou por estimativa em relação aos serviços de determinado período.
§ 3º. Nos meses em que não registrar movimento econômico, o sujeito passivo deverá comunicar, através da DMS - Declaração Mensal de Serviços de sem movimento, a inexistência de receita tributável em cada mês ou período de incidência do imposto.

Art. 178. No ato da inscrição e encerramento, o recolhimento do tributo será proporcional à data da respectiva efetivação da inscrição ou encerramento da atividade.

Art. 179. A retenção será correspondente ao valor do imposto devido e deverá ocorrer no ato do pagamento da prestação do serviço, fazendo-se o recolhimento aos cofres da Fazenda Pública Municipal, na forma e nos prazos que o Poder Executivo estabelecer em regulamento.
Parágrafo único. A falta da retenção do imposto implica em responsabilidade do pagador pelo valor do imposto devido, além das penalidades previstas neste Código Tributário.

Art. 180. Nas obras por administração e nos serviços cujo faturamento dependa da aprovação pelo contratante da medição efetuada, o mês de competência será o seguinte ao da ocorrência do fato gerador.

CAPÍTULO XI
DA ESCRITURAÇÃO FISCAL

Art. 181. Os contribuintes sujeitos ao imposto são obrigados a:
I. manter em uso escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados;
II. emitir notas fiscais dos serviços prestados, ou outro documento exigido pelo Fisco, por ocasião da prestação de serviços.
§ 1º. O regulamento disporá sobre a dispensa da manutenção de determinados livros e documentos, tendo em vista a natureza dos serviços.
§ 2º. Os prestadores de serviços ficam obrigados a inscrever na nota de prestação de serviços a base de cálculo, a alíquota e o valor do ISS.

Art. 182. Os modelos de livros, notas fiscais e demais documentos, a serem obrigatoriamente utilizados pelos contribuintes, serão definidos em regulamento.

CAPÍTULO XII
DO PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO RELATIVO AO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS

Art. 183. O procedimento fiscal relativo ao Imposto Sobre Serviços, terá início com:
I. a lavratura do termo de início de fiscalização;
II. a notificação e/ou intimação de apresentação de documento;
III. a lavratura do auto de infração;
IV. a lavratura de termos de apreensão de mercadorias, livros ou documentos fiscais;
V. a prática, pela Administração, de qualquer ato tendente à apuração do crédito tributário ou do cumprimento de obrigações acessórias, cientificando o contribuinte.
§ 1º. O início do procedimento exclui a espontaneidade do sujeito passivo, desde que devidamente intimado, em relação aos atos acima e, independentemente da intimação, a dos demais envolvidos nas infrações verificadas.
§ 2º. A lavratura do termo de início de fiscalização valerá por 30 (trinta) dias.
§ 3º. A exigência do crédito tributário, inclusive multas, será formalizada em notificação de lançamento ou auto de infração, que conterão os requisitos especificados neste Código Tributário.

CAPÍTULO XIII
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 184. Constitui infração toda ação ou omissão voluntária ou involuntária que importe em inobservância, por parte da pessoa física ou jurídica, de normas estabelecidas por este Código Tributário ou em regulamento ou pelos atos administrativos de caráter normativo destinados a complementá-los.

Parágrafo único. A responsabilidade por infrações independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 185. As infrações às disposições deste Capítulo serão punidas com as seguintes penalidades:
I. multa de importância 02 (duas) UPFM, no caso de falta de comunicação da inexistência de receita tributável no prazo previsto para recolhimento do tributo;
II. multa de importância 06 (seis) UPMF, nos casos de:
a) não comparecimento à repartição própria do Município para solicitar inscrição no cadastro de atividades econômicas ou anotação das alterações ocorridas;
a) inscrição ou alteração, comunicação de venda ou transferência de estabelecimento e encerramento ou transferência de ramo de atividade, após o prazo de 30 (trinta) dias contados da data de ocorrência do evento;
III. multa de importância de 15 (quinze) UPFM, nos casos de:
a) falta de livros e documentos fiscais;
b) retirada do estabelecimento ou do domicílio do prestador, de livros ou documentos fiscais, exceto nos casos previsto em regulamento;
c) falta de apresentação de informação econômico-fiscal de interesse da Administração Tributária;
d) quebra da sequência das notas fiscais;
e) atraso na entrega da DMS.
IV. multa de importância igual 20% (vinte por cento) do valor do imposto nas infrações qualificadas em decorrência das seguintes ações, observada a imposição mínima de 10 (dez) UPFM e máxima de R$ 200 (duzentas) UPFM, sem prejuízo das demais cominações legais:
a) falta de emissão de nota Fiscal ou outro documento admitido pela Administração;
b) falta de autenticação de livros e documentos fiscais;
c) uso indevido de livros e documentos fiscais;
d) dados incorretos na escrita fiscal ou documentos fiscais;
e) falta de número de inscrição no cadastro de atividades econômicas em documentos fiscais;
f) escrituração atrasada ou em desacordo com o regulamento;
g) falta, erro ou omissão de declaração de dados.
V. multa de importância igual a 30% (trinta por cento) do valor do imposto nas infrações qualificadas em decorrência das seguintes ações, observada a imposição mínima de 50 (cinquenta) UPFM e máxima de 300 (trezentas) UPFM, sem prejuízo das demais cominações legais:
a) impressão sem autorização prévia da Administração Tributária, aplicável ao impressor e ao usuário;
b) impressão de documentos fiscais em desacordo com os modelos aprovados aplicável ao impressor e ao usuário;
c) fornecimento, posse ou guarda de documentos fiscais quando falsos, aplicável ao impressor e ao usuário;
d) inutilização, extravio, perda ou não conservação de livros e documentos por 05 (cinco) anos, não comunicada na forma da lei;
e) adulteração e outros vícios que influenciem a apuração de crédito fiscal, por período de apuração.
VI. multa de importância igual a 50% (cinqüenta por cento) do valor do imposto nas infrações qualificadas em decorrência das seguintes ações, observada a imposição mínima de 60 (sessenta) UPFM e máxima de 500 (quinhentas), sem prejuízo das demais cominações legais:
a) emissão e expedição de nota fiscal ou outro documento, previsto em lei, com duplicidade de numeração em bloco diverso;
b) preço diferente ou diverso nas vias da nota fiscal de mesma numeração e série;
c) declaração, no documento fiscal, de preço inferior ao valor real da operação;
d) utilização de notas fiscais sem a devida autorização da repartição fiscal competente;
e) utilização de notas fiscais com prazo de validade vencido;
f) adulteração de livros e documentos fiscais que resultem ou possam resultar em falta de recolhimento de tributos;
VII. multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do imposto, no caso de não retenção devida, sem prejuízo das demais cominações legais;
VIII. multa de importância igual a 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto, no caso de falta de recolhimento do imposto retido, sem prejuízo das demais cominações legais;
IX. multa equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o valor do imposto devido, em caso de comunicação falsa em documento de arrecadação da inexistência de movimento tributável, sem prejuízo das demais cominações legais;
X. multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do imposto, em caso de não recolhimento, no todo ou em parte, do imposto devido, apurado em auto de infração sem prejuízo das demais cominações legais;
XI. aquele que embaraçar ou causar impedimento de qualquer forma à fiscalização, será punido com as seguintes multas:
a) de 15 (quinze) UPFM pelo não atendimento ao primeiro pedido de intimação no prazo máximo de 05 (cinco) dias;
b) de 25 (vinte e cinco) UPFM pelo não atendimento ao segundo pedido de intimação no prazo máximo de 03 (três) dias;
c) de 50 (cinquenta) UPFM pelo não atendimento ao terceiro pedido de intimação no prazo máximo de 02 (dois) dias.
XII. aquele que apresentar mais de duas DMS Retificadora do mês de referência será punido com multa de 15 (quinze) por unidade apresentada.
XIII. multa de importância igual a 20 (vinte) UPFM, por nota fiscal emitida, nos seguintes casos:
a) quando informado na Declaração Mensal de Serviços - DMS a emissão de nota fiscal de serviço sem incidência do Imposto sobre Serviço, e constatado pela Fiscalização a incidência do imposto;
b) quando utilizar nota fiscal de serviço em desacordo com atividade econômica cadastrada no Município;
c) quando utilizar nota fiscal de serviço para atividade não prevista na lista de serviço.
§ 1º. Verificado o não atendimento das 3 (três) intimações a que se refere o inciso XI deste artigo, proceder-se-á ao arbitramento, na conformidade do que dispõe o art. 175 desta Lei.
§ 2º. Os contribuintes infratores, enquadrados nos incisos V, VI, VII e VIII deste artigo, terão os documentos fiscais apreendidos para comprovação da aplicação das respectivas penalidades, nos termos do que dispõe o art. 281, desta Lei.

Art. 186. Os contribuintes infratores, após o devido processo fiscal-administrativo, poderão ser declarados devedores remissos e proibidos de transacionar a qualquer título com a Administração Pública Municipal, inclusive com suas Autarquias e Fundações.
§ 1º. A proibição de transacionar compreende a participação em licitação pública, bem como a celebração de contrato de qualquer natureza com a Administração Pública Municipal.
§ 2º. A declaração de devedor remisso será feita decorridos 30 (trinta) dias do trânsito em julgado da decisão condenatória no processo fiscal-administrativo, desde que o contribuinte infrator não tenha feito prova da quitação do débito ou não ajuíze ação judicial para anulação do crédito tributário.

Art. 187. O contribuinte que, repetidamente, cometer infração às disposições deste Código Tributário poderá ser submetido, por ato do Secretário Municipal da Fazenda, a sistema especial de controle e fiscalização, conforme definido em regulamento.

Art. 188. Os débitos com a Fazenda Municipal serão atualizados nos mesmos moldes utilizados pela União para com os seus devedores, até a data do seu efetivo pagamento, mediante aplicação dos coeficientes utilizados pelo Governo Federal para com seus créditos.
Parágrafo único. Em havendo extinção ou substituição dos mecanismos utilizados pela União para com seus créditos, proceder-se-á de maneira idêntica com relação aos créditos do Município, no que se refere à atualização monetária.

Art. 189. A reincidência em infração da mesma natureza será punida com multa em dobro, acrescida de 20% (vinte por cento) a cada nova reincidência.
§ 1º. Caracteriza reincidência a prática de nova infração de um mesmo dispositivo da legislação tributária pelo mesmo contribuinte, dentro de 5 (cinco) anos a contar da data do pagamento da exigência ou do término do prazo para interposição da defesa ou da data da decisão condenatória irrecorrível na esfera administrativa, relativamente à infração anterior.
§ 2º. O contribuinte reincidente poderá ser submetido a sistema especial de fiscalização.

Art. 190. No concurso de infrações, as penalidades serão aplicadas conjuntamente, uma para cada infração, ainda que capituladas no mesmo dispositivo legal.
Parágrafo único. No caso de enquadramento em mais de um dispositivo legal de uma mesma infração tributária será aplicada a de maior penalidade.

CAPÍTULO XIV
DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

Art. 191. A prova de quitação do Imposto Sobre Serviços é indispensável para:
I. a expedição do visto de conclusão (habite-se) de obras de construção civil;
II. o recebimento de obras e/ou serviços contratados com o município;
III. o arquivamento de quaisquer alterações contratuais de registro nos órgãos competentes.
§ 1º. Quando se tratar do inciso I deste artigo, deverá o processo ser acompanhado do certificado de visto fiscal a ser emitido pela autoridade competente, conforme dispuser o regulamento.
§ 2º. Estão dispensados de prévia demonstração da situação fiscal:
I. as edificações novas, cuja área total não ultrapasse 40 (quarenta) metros quadrados;
II. as obras de acréscimos de construções cuja área total, incluída a edificação anterior, não ultrapasse o limite fixado no inciso anterior;
III. as construções novas em situação de mutirão, fato comprovado por documento hábil.

TÍTULO III
DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA
CAPÍTULO I
DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR
Art. 192. O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, tem como fato gerador a propriedade, a posse ou o domínio útil, a qualquer título, de bem imóvel, por natureza ou por acessão física como definida na lei civil, construído ou não, localizado na zona urbana do Município.
§ 1º. Para efeito deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observada a existência de pelo menos 2 (dois) dos seguintes incisos construídos ou mantidos pelo poder público:
I. meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
II. abastecimento de água;
III. sistema de esgotos sanitários;
IV. rede de iluminação pública com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
V. escola primária ou posto de saúde, a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.
§ 2º. Consideram-se também zona urbana as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de glebas ou de loteamentos aprovados pela Prefeitura, destinados a habitação, indústria ou comércio, mesmo que localizados fora da zona definida nos termos do parágrafo anterior.

Art. 193. Contribuinte do imposto é o proprietário, o possuidor do imóvel ou o detentor do domínio útil a qualquer título.
§ 1º. Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto o justo possuidor, o titular do direito de usufruto, uso ou habitação, os promitentes compradores imitidos na posse, os cessionários, os posseiros, os comodatários e os ocupantes a qualquer título do imóvel, ainda que pertencentes a qualquer pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, isenta do imposto ou imune.
§ 2º. O imposto é anual e na forma da lei civil se transmite aos adquirentes.

Art. 194. O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana incide sobre:
I. imóveis sem edificações;
II. imóveis com edificações.

Art. 195. Considera-se terreno:
I. o imóvel sem edificação;
II. o imóvel com edificação em andamento ou cuja obra esteja paralisada, bem como condenada ou em ruínas;
III. o imóvel cuja edificação seja de natureza temporária ou provisória, ou que possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação;
IV. o imóvel com edificação, considerada a critério da administração como inadequada, seja pela situação, dimensão, destino ou utilidade da mesma;
V. o imóvel que contenha edificações com valor não superior à 20a (vigésima) parte do valor do terreno.

Art. 196. Consideram-se prédios:
I. todos os imóveis edificados que possam ser utilizados para habitação ou para o exercício de qualquer atividade, seja qual for a denominação, forma ou destino, desde que não compreendido no artigo anterior;
II. os imóveis com edificações em loteamentos aprovados e não aceitos;
III. os imóveis edificados na zona rural, quando utilizados em atividades comerciais, industriais e outras com objetivos de lucro, diferentes das finalidades necessárias para a obtenção de produção agropastoril e sua transformação.

Art. 197. A incidência do imposto independe do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CAPÍTULO II
DA INSCRIÇÃO

Art. 198. A inscrição no Cadastro Imobiliário é obrigatória e far-se-á a pedido ou de ofício, devendo ser instruída com os elementos necessários para o lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, tendo sempre como titular o proprietário ou possuidor a qualquer título.
Parágrafo único. A cada unidade imobiliária autônoma caberá uma inscrição.

CAPÍTULO III
DO LANÇAMENTO
Art. 199. Far-se-á o lançamento em nome do titular sob o qual estiver o imóvel cadastrado na repartição.
§ 1º. Na hipótese de condomínio, o imposto poderá ser lançado em nome de um ou de todos os condôminos, exceto quando se tratar de condomínio constituído de unidades autônomas, nos termos da lei civil, caso em que o imposto será lançado individualmente em nome de cada um dos seus respectivos titulares.
§ 2º. Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento será feito em nome de quem esteja de posse do imóvel.
§ 3º. Os imóveis pertencentes a espólio, cujo inventário esteja sobrestado, serão lançados em nome do mesmo, até que, julgado o inventário, se façam necessárias as modificações.
§ 4º. No caso de imóvel objeto de compromisso de compra e venda, o construtor e/ou incorporador terão 60 (sessenta) dias após o habite-se para apresentar à Secretaria Municipal da Fazenda contrato com firma reconhecida para averbação, sendo que a obrigação está adstrita à efetiva celebração do contrato entre as partes, obrigação idêntica exigida para os imóveis de condomínios fechado, vertical e horizontal, a preço de custo e/ou administração, ressaltando-se que o lançamento poderá ser feito indistintamente em nome do compromitente vendedor ou do compromissário comprador, ou ainda, de ambos, ficando

sempre um ou outro solidariamente responsável pelo pagamento do tributo.
§ 5º. Os loteamentos aprovados e enquadrados na legislação urbanística terão seus lançamentos efetuados por lotes resultantes da subdivisão, independentemente da aceitação, que poderão ser lançados em nome dos compromissários compradores, mediante apresentação do respectivo compromisso.
§ 6º. Para efeito de tributação, somente serão lançados em conjunto ou separados os imóveis que tenham projetos de anexação ou subdivisão aprovados pelo Município.
§ 7º. Em não sendo cadastrado o imóvel, por haver seu proprietário ou possuidor omitido a inscrição, o lançamento será feito, em qualquer época, com base nos elementos que a repartição fiscal coligir, esclarecida esta circunstância no termo de inscrição.
§ 8º. O lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana será feito anualmente com base em elementos cadastrais e tomando-se em consideração a situação do imóvel em 1º de janeiro do exercício a que corresponder o lançamento.

CAPÍTULO IV
DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 200. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel.

Art. 201. O Imposto Predial e Territorial Urbano será devido anualmente e calculado mediante a aplicação sobre o valor venal dos imóveis respectivos, das alíquotas estabelecidas de:
I. Imóvel construído:
a) 0,5% (meio por cento);
II. Terrenos baldios:
a) 1,5% (um vírgula cinco por cento), tratando-se de terreno, com frente para logradouro pavimentado e sem muro ou calçada;
b) 1% (um por cento), tratando-se de terreno, em logradouro não pavimentado;
d) 1% (um por cento), tratando-se de terreno com muro e calçada.
III. Gleba:
a) 1,5% (um vírgula cinco por cento), tratando-se de imóvel (gleba) não edificado e sem benfeitoria necessária, conforme regulamento;
b) 0,5% (meio por cento), tratando-se de imóvel (gleba), com edificação e benfeitorias necessárias, conforme regulamento.

Art. 202. Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II da Constituição Federal, o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana poderá:
I. ser progressivo em razão do valor do imóvel;
II. ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

Art. 203. O valor dos imóveis será apurado com base nos dados fornecidos pelo Cadastro Imobiliário, levando em conta os seguintes elementos:
I. para os terrenos:
a) o valor declarado pelo contribuinte;
b) o índice de valorização correspondente à região em que esteja situado o imóvel;
c) os preços dos terrenos nas últimas transações de compra e venda;
d) a forma, as dimensões, os acidentes naturais e outras características do terreno;
e) a existência de equipamentos urbanos, tais como água, esgoto, pavimentação, iluminação, limpeza pública e outros melhoramentos implantados pelo Poder Público;
f) quaisquer outros dados informativos obtidos pela Administração e que possam ser tecnicamente admitidos;
II. no caso de prédios:
a) a área construída;
b) o valor unitário da construção;
c) o estado de conservação da construção;
d) o valor do terreno, calculado na forma do inciso anterior.
§ 1º. Os valores venais que servirão de base de cálculo para o lançamento do imposto serão apurados e atualizados anualmente pelo Executivo, na forma em que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
§ 2º. Não constitui aumento de tributo a atualização, por índice oficial, do valor monetário da base de cálculo.
§ 3º. Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o inciso II, § 4º, art. 182, da Constituição Federal, o Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana poderá:
a) ser progressivo em razão do valor do imóvel;
b) ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

Art. 204. A apuração do valor venal dos imóveis realizada com base em Planta de Valores Imobiliários elaborada por comissão especialmente designada da qual participarão, entre outros, representantes do órgão de defesa do consumidor, da classe empresarial e dos setores da construção civil e do mercado imobiliário, conforme Tabela X, deste Código.
§ 1º. Quando houver desapropriação de terrenos, o valor atribuído por metro quadrado da área remanescente poderá ser idêntico ao valor estabelecido em juízo, devidamente corrigido, de acordo com a legislação em vigor.
§ 2º. Todas e quaisquer alterações que possam modificar as bases de cálculo deverão ser comunicadas à Administração Municipal, sob pena de incorrer o contribuinte, nas sanções previstas neste Código Tributário.
§ 3º. Para efeito de apuração do valor venal, será deduzida a área que for declarada de utilidade pública para desapropriação pelo Município, pelo Estado ou pela União.

CAPÍTULO V
DO PAGAMENTO
Art. 205. O recolhimento do imposto será anual e se dará nos prazos e condições constantes da respectiva notificação ou do regulamento.
§ 1º. Para efeito do pagamento, o valor do imposto será atualizado monetariamente, de acordo com o índice de variação da Unidade Fiscal de Referência (UPFM) ou outro índice que venha substituí-lo, ocorrido entre a data do fato gerador e a do mês do pagamento de cada prestação, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.
§ 2º. No caso de pagamento total antecipado, o imposto será atualizado monetariamente na forma do parágrafo anterior, pela variação ocorrida no período entre a data do fato gerador e do mês do pagamento.
§ 3º. O pagamento será efetuado através da rede bancária autorizada.
§ 4º. Em hipótese alguma haverá causa para compensação ou restituição do imposto, quando decorrido o prazo estipulado para apresentação de impugnação de lançamento e tendo sido efetuado voluntariamente o seu recolhimento.

Art. 206. A Administração poderá conceder descontos em razão do pagamento do imposto da cota única ou cotas trimestrais na forma em que dispuser ato do Poder Executivo.

CAPÍTULO VI
DAS ISENÇÕES

Art. 207. Fica isento do Imposto Predial e Territorial Urbano, sob a condição de que cumpram as exigências da legislação tributaria do Município o bem imóvel:
I. pertencente a particular, quando à fração cedida gratuitamente para uso da União, dos Estados, do Distrito Federal, do Município ou de suas autarquias;
II. pertencente a agremiação desportiva licenciada, quando utilizado efetiva e habitualmente no exercício de suas atividades sociais;
III. pertencente ou cedido gratuitamente a sociedade ou instituição sem fins lucrativos que se destine a congregar classes patronais ou trabalhadoras, com a finalidade de realizar sua união, representação, defesa, elevação de seu nível cultural, físico ou recreativo;
IV. pertencente a sociedade civil sem fins lucrativo se destinado ao exercício de atividade culturais, recreativas ou esportivas;
V. declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, a partir da parcela correspondente ao período de arrecadação do Imposto em que ocorrer a emissão de posse ou a ocupação efetiva pelo poder desapropriante;
VI. os estabelecimentos beneficentes e assistencial sem fins lucrativos, de atendimento à indigentes, à infância e a velhice desamparada;
VII. templo de qualquer culto;

VIII. Imóveis residenciais que sirvam de habitação aos seus proprietários, com deficiência física;
IX. imóveis residenciais, que sirvam de habitação ao seu proprietário, aposentados, pensionistas, desde que, sua renda familiar não ultrapasse a 2 (dois) salários mínimos vigentes do País.

CAPÍTULO VII
DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES
Art. 208. Para as infrações, serão aplicadas penalidades à razão de percentuais sobre o valor venal do imóvel, da seguinte forma:
I. multa de 1% (um por cento), quando não for promovida a inscrição ou sua alteração na forma e no prazo determinados;
II. multa de 2% (dois por cento), quando houver erro, omissão ou falsidade nos dados que possam alterar a base de cálculo do imposto, assim como embargo ao cadastramento do imóvel.

TÍTULO IV
DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS
CAPÍTULO I
DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR
Art. 209. O imposto de competência do Município, sobre a transmissão por ato oneroso inter vivos, de bens imóveis (ITBI), bem como cessão de direitos a eles relativos, tem como fato gerador:
I. a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, conforme definido no Código Civil;
II. a transmissão inter vivos, por ato oneroso, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia;
III. a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos anteriores.
Parágrafo único. Para efeitos deste Código Tributário é adotado o conceito de imóvel e de cessão constantes da Lei Civil.

Art. 210. A incidência do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis alcança as seguintes mutações patrimoniais:
I. compra e venda pura ou condicional e atos equivalentes;
II. dação em pagamento;
III. permuta;
IV. arrematação ou adjudicação em leilão, hasta pública ou praça;
V. incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, ressalvados os casos de imunidade e não incidência;
VI. transferência do patrimônio de pessoa jurídica para o de qualquer um de seus sócios, acionistas ou respectivos sucessores;
VII. tornas ou reposições que ocorram:
a) nas partilhas efetuadas em virtude de dissolução da sociedade conjugal ou morte quando o cônjuge ou herdeiro receber, dos imóveis situados no Município, cota-parte de valor maior do que o da parcela que lhe caberia na totalidade desses imóveis;
b) nas divisões para extinção de condomínio de imóvel, quando for recebida por qualquer condômino cota-parte material cujo valor seja maior do que o de sua cota-parte ideal;
VIII. mandato em causa própria e seus subestabelecimentos, quando o instrumento contiver os requisitos essenciais à compra e à venda;
IX. instituição de fideicomisso;
X. enfiteuse e subenfiteuse;
XI. rendas expressamente constituídas sobre imóvel;
XII. concessão real de uso;
XIII. cessão de direitos de usufruto;
XIV. cessão de direitos ao usucapião;
XV. cessão de direitos do arrematante ou adjudicante, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;
XVI. acessão física quando houver pagamento de indenização;
XVII. cessão de direitos sobre permuta de bens imóveis;
XVIII. qualquer ato judicial ou extrajudicial inter vivos não especificado neste artigo que importe ou se resolva em transmissão, a título oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, ou de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;
XIX. cessão de direitos relativos aos atos mencionados no inciso anterior;
XX. incorporação de imóvel ou de direitos reais sobre imóveis ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, quando a atividade preponderante da adquirente for a compra e venda, locação ou arrendamento mercantil de imóveis, ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição;
XXI. transmissão desses bens ou direitos, decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, quando a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;
XXII. cessão de promessa de venda ou transferência de promessa de cessão, relativa a imóveis, quando se tenha atribuído ao promitente comprador ou ao promitente cessionário o direito de indicar terceiro para receber a escritura decorrente da promessa.
§ 1º. Equipara-se à compra e venda, para efeitos tributários:
I. a permuta de bens imóveis por bens e direitos de outra natureza;
II. a permuta de bens imóveis situados no território do Município por outros quaisquer bens situados fora do território do Município.
§ 2º. Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida neste artigo quando mais de 50% (cinqüenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos anos anteriores e nos dois anos subseqüentes à aquisição, decorrer de transações mencionadas neste Código Tributário Municipal.
§ 3º. Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior, levando em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.
§ 4º. Verificada a preponderância referida neste artigo, tornar-se-á devido o imposto, nos termos da lei vigente à data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito nessa data.

CAPÍTULO II
DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 211. O imposto não incide sobre a transmissão dos bens ou direitos referidos nos artigos anteriores:
I. quando efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito;
II. quando decorrente da incorporação ou da fusão de uma pessoa jurídica por outra ou com outra.
Parágrafo único. O imposto não incide sobre a transmissão aos mesmos alienantes, dos bens e direitos adquiridos na forma do inciso I deste artigo, em decorrência da sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos.

CAPÍTULO III
DO SUJEITO PASSIVO
Art. 212. O sujeito passivo da obrigação tributária é:
I. o adquirente dos bens ou direitos;
II. nas permutas, cada uma das partes pelo valor tributável do bem ou direito que recebe.

Art. 213. Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto:
I. o transmitente;
II. o cedente;
III. os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, relativamente aos atos por eles praticados ou que por eles tenham sido coniventes, em razão do seu ofício, ou pelas omissões de que foram responsáveis.

CAPÍTULO IV
DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS

Art. 214. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel e dos bens ou direitos transmitidos, apurado na data do efetivo recolhimento do tributo.
§ 1º. O Município baixará Decreto Municipal, fixando os valores mínimos das áreas dos imóveis rurais em UPFM por Hectare, para efeito de base de cálculo do ITBI.
§ 2º. Quando o valor venal da transmissão for superior ao encontrado no Cadastro Imobiliário do Município, o contribuinte ficará sujeito ao pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, por ato "inter vivos" com base no valor maior.

Art. 215. A alíquota é de 2% (dois por cento).
Parágrafo único. Será de 0,5% (meio por cento), a alíquota sobre o valor do financiamento realizado através do Sistema Financeiro de Habitação e de 2% (dois por cento) sobre o valor restante.

CAPÍTULO V

DO PAGAMENTO

Art. 216. O imposto será pago antes da realização do ato ou da lavratura do instrumento público ou particular que configurar a obrigação de pagá-lo, exceto:

I. nas tornas ou reposições em que sejam interessados incapazes, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data em que se der a concordância do Ministério Público;

II. na arrematação ou adjudicação, dentro de 30 (trinta) dias contados da data em que tiver sido assinado o ato ou deferida a adjudicação, ainda que haja recurso pendente;

III. na transmissão objeto de instrumento lavrado em outro Município, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da sua lavratura.

§ 1º. Considerar-se-á ocorrido o fato gerador na lavratura de contrato ou promessa de compra e venda, exceto se deles constar expressamente que a emissão na posse do imóvel somente ocorrerá após a quitação final.

§ 2º. O recolhimento do tributo se fará por meio de guia específica em estabelecimento bancário autorizado pela Administração.

§ 3º. O poder executivo poderá estabelecer, nos casos em que couber, o recolhimento deste imposto mediante aposição de estampilhas, segundo os critérios que vierem a ser adotados.

§ 4º. As estampilhas que vierem a ser adotadas deverão ser inutilizadas pelo próprio punho do Tabelião por onde corre o ato da transmissão do imóvel, vedada a restituição de seu valor em qualquer hipótese.

CAPÍTULO VI
DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 217. O descumprimento das obrigações previstas neste Código Tributário, quanto ao ITBI, sujeita o infrator às seguintes penalidades:

I. 10% (dez por cento) do valor do imposto devido, na prática de qualquer ato de transmissão de bens e/ou direitos sem o pagamento do imposto nos prazos legais;

II. 25% (vinte e cinco por cento) do valor do imposto, caso ocorra omissão ou inexatidão fraudulenta de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do imposto ou que resultem na não incidência, isenção ou suspensão de pagamento;

III. 15% (quinze por cento) do imposto devido no caso do inciso anterior, quando não fique caracterizada a intenção fraudulenta.

TÍTULO V
DAS TAXAS
CAPÍTULO I
DA TAXA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
SEÇÃO I
DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 218. A Taxa de Serviços Públicos tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços de coleta de lixo, de transporte e trânsito urbano, de conservação de vias e de logradouros públicos, de limpeza pública e de expediente e serviços diversos, prestados pelo Município ao contribuinte ou colocados à sua disposição, com a regularidade necessária.

§ 1º. Entende-se por serviço de coleta de lixo a remoção periódica de lixo gerado em imóvel edificado. Não está sujeita à taxa, a remoção especial de lixo, assim entendida a retirada de entulhos, detritos industriais, galhos de árvores e outros materiais inservíveis e, ainda, a remoção de lixo realizada em horário especial por solicitação do interessado.

§ 2º. Entende-se por serviço de conservação de vias e logradouros públicos a reparação e manutenção de ruas, estradas municipais, praças, jardins e similares, que visem manter ou melhorar as condições de utilização desses locais, quais sejam:

a) raspagem do leito carroçável, com o uso de ferramenta ou máquinas;

b) conservação e reparação de calçamento;

c) recondicionamento de guias e meios-fios;

d) melhoramento ou manutenção de "mata-burros", acostamentos, sinalização e similares;

e) desobstrução, aterros de reparação e serviços correlatos;

f) sustentação e fixação de encostas laterais, remoção de barreiras;

g) fixação, poda e tratamento de árvores e plantas ornamentais e serviços correlatos;

h) manutenção e desobstrução de bueiros e de canalização de águas pluviais;

i) manutenção de praças, parques, jardins, lagos e fontes.

§ 4º. Entende-se por serviços de limpeza pública os que consistam em varrição, lavagem, limpeza e capina de vias e logradouros públicos.

§ 5º. A taxa de expediente é devida pela apresentação de documentos às repartições da Prefeitura, para apreciação, despacho ou arquivamento pelas autoridades municipais ou pela lavratura de atos em geral, inclusive inscrição em cadastro, emissões de guias para pagamento de tributos, termos, contratos e demais atos emanados do Poder Público Municipal.

§ 6º. Entende-se por atividades sujeitas a fiscalização e controle dos serviços públicos de transporte e trânsito urbano, a remoção, a guarda, o estacionamento e o licenciamento de veículos, e a interdição de vias e ruas municipais.

§ 7º. As Secretarias Municipais dotadas do Poder de Fiscalização providenciarão na forma da Lei Complementar Federal nº 123/2006, o cadastramento e a emissão do respectivo licenciamento de forma simplificada para as ME e EPP.

§ 8º. O Poder Executivo expedirá os regulamentos necessários à fiscalização, requisitos, restrições e demais institutos asseguradores do pleno exercício do poder de polícia municipal.

SEÇÃO II
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 219. Contribuinte da taxa é o usuário do serviço ou o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de bem imóvel situado em local onde o Município mantenha os serviços referidos no artigo anterior.

SEÇÃO III
DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS

Art. 220. A base de cálculo da taxa é o custo dos serviços utilizados pelo contribuinte ou colocados à sua disposição e dimensionados, para cada caso, e em relação à taxa de expediente e serviços diversos, por serviços prestados, com aplicação das alíquotas correspondentes que será fixada por Decreto Municipal, em valores em UPFM vigente à data da prestação;

§ 1º. A taxa de expediente independerá de lançamento e será cobrada antes da realização de quaisquer atos especificados na Tabela III, cabendo aos responsáveis pelos órgãos municipais encarregados de realizar os atos tributados a verificação do respectivo pagamento.

§ 2º. A taxa de expediente e serviços diversos não incide sobre:

a) os requerimentos e certidões para fins militares e eleitorais;

b) os requerimentos apresentados por servidores municipais, ativos e inativos, e certidões do interesse destes.

SEÇÃO IV
DO LANÇAMENTO

Art. 221. A taxa será lançada anualmente, em nome do contribuinte, com base nos dados do Cadastro Imobiliário, podendo os prazos e formas assinalados para pagamento coincidirem, a critério da Administração, com os do Imposto Predial e Territorial Urbano.

§ 1º. A Administração poderá aplicar em relação às taxas de serviços públicos as disposições capituladas neste Código, relativas ao Imposto Predial e Territorial Urbano, no respeitante à arrecadação, cadastramento, infrações e penalidades.

§ 2º. O pagamento da taxa e a aplicação dos dispositivos a que se refere o parágrafo anterior não incluem:

I. o pagamento:

a) de preços ou tarifas pela prestação de serviços especiais, assim compreendidos a remoção de "containers", de entulhos de obras, de bens móveis imprestáveis, do lixo extraordinário, de animais mortos e de veículos abandonados, bem como a capinação de terrenos, a limpeza de prédios e terrenos, a disposição de lixo em aterros e a destruição ou incineração de material em aterro ou usina;

b) de penalidades decorrentes de infrações ou inobservância às normas de limpeza e posturas municipais;

II. o cumprimento de quaisquer normas ou exigências administrativas relacionadas com a coleta de lixo domiciliar, hospitalar, comercial e industrial, na forma do regulamento, ou a conservação e limpeza das vias e logradouros públicos;

III. a cobrança da taxa de iluminação pública por intermédio da empresa concessionária de energia elétrica convenente de que trata o art. 224 deste Código Tributário.

§ 3º. Todas as pessoas físicas ou jurídicas, ainda que imunes ou isentas de impostos, ficam obrigadas ao pagamento da taxa de serviços públicos.

§ 4º. O lançamento e a arrecadação das taxas de transporte e trânsito urbano serão feitos na forma e nos prazos previstos em regulamento.

SEÇÃO V
DA ARRECADAÇÃO

Art. 222. A taxa será paga de uma vez ou parceladamente, na forma e prazos regulamentares.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá delegar competência ao órgão ou instituição prestadora do serviço público, para promover a cobrança das respectivas taxas.

CAPÍTULO II
DAS TAXAS DE LICENÇA E DE VERIFICAÇÃO FISCAL
SEÇÃO I
DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 223. A taxa de licença é devida em decorrência da atividade da Administração Pública que, no exercício regular do poder de polícia do Município, regula a prática de ato ou abstenção de fato em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à saúde, à ordem, aos costumes, à localização e ao funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviço, à tranquilidade pública, à propriedade, aos direitos individuais e coletivos e à legislação urbanística a que se submete qualquer pessoa física ou jurídica.

§ 1º. Estão sujeitos à prévia licença:

a) a localização e o funcionamento de estabelecimentos;

b) a de vigilância sanitária, sendo a licença outorgada pela Vigilância Sanitária Municipal, analisando as condições de higiene que posam representar riscos à saúde e a população;

c) o funcionamento de estabelecimentos em horário especial;

d) a veiculação de publicidade em geral;

e) a execução de obra, arruamento e loteamento;

f) o abate de animais;

g) a ocupação de área em terrenos, vias ou logradouros públicos;

h) as atividades econômicas exercidas de forma ambulante e/ou eventual.

§ 2º. Nenhuma pessoa física ou jurídica que opere no ramo da produção, industrialização, comercialização ou prestação de serviços poderá, sem prévia licença da Prefeitura, exercer suas atividades no Município, sejam elas permanentes, intermitentes ou por período determinado.

§ 3º. As taxas de licença independem de lançamento e serão pagas por antecipação na forma prevista nos anexos e nos prazos regulamentares.

§ 4º. Nenhuma licença poderá ser concedida por prazo superior a um ano, salvo os casos expressos neste Código e do qual conste o seu prazo no respectivo alvará.

§ 5º. Em relação à localização e ao funcionamento:

I. haverá incidência da taxa a partir da constituição e instalação do estabelecimento.

II. a obrigação da prévia licença independe de estabelecimento fixo e é exigida ainda quando a atividade for prestada em recinto ocupado por outro estabelecimento ou no interior de residência;

III. a taxa será devida e emitido o respectivo Alvará de Licença, por ocasião do licenciamento inicial, pela verificação fiscal do exercício de atividade em cada período anual subseqüente e toda vez que se verificar mudanças no ramo de atividade, transferência de local ou quaisquer outras alterações, mesmo quando ocorrerem dentro de um mesmo exercício, sendo, neste caso, a taxa cobrada proporcionalmente aos meses restantes do exercício, na base de duodécimos;

IV. as atividades múltiplas num mesmo estabelecimento, sem delimitação de espaço, por mais de um contribuinte, são sujeitas ao licenciamento e à taxa, isoladamente, nos termos do inciso II deste artigo;

V. a taxa é representada pela soma de duas atividades administrativas indivisíveis quanto à sua cobrança:

a) uma, no início da atividade, pelas diligências para verificar as condições para localização do estabelecimento face às normas urbanísticas e de polícia administrativa;

b) outra, enquanto perdurar o exercício da atividade no estabelecimento, para efeito de fiscalização das normas de que trata a alínea anterior e das posturas e regulamentos municipais;

VI. no caso de atividades intermitentes ou período determinado a taxa poderá ser calculada proporcionalmente aos meses de sua validade, conforme estabelecido em regulamento;

VII. Os contribuintes obrigados à inscrição no Cadastro Mobiliário do Município de Cocalinho, das categorias econômicas de indústria comércio e prestação de serviços sujeitos ao ICMS, deverão apresentar, em cada período anual, informações econômico-fiscais necessárias a estudos e controle da arrecadação de interesse do município de Cocalinho, conforme dispuser o regulamento.

§ 6º. Fora do horário normal, admitir-se-á o funcionamento de estabelecimento em horário especial, mediante prévia licença extraordinária, na forma do regulamento e pelo período solicitado, nas seguintes modalidades, em conjunto ou não:

I. de antecipação;

II. de prorrogação;

III. em dias excetuados, considerados como tais os domingos e feriados nacionais.

§ 7º. A taxa de licença para publicidade será devida pela atividade municipal de vigilância, regulamentada em lei específica.

§ 8º. São sujeitos à prévia licença do Município e ao pagamento da taxa de licença para execução de obras, a construção, reconstrução, reforma, reparo, acréscimo ou demolição de edifícios, casas, edículas, assim como o arruamento, o loteamento e o desmembramento de terrenos e quaisquer outras obras em imóveis, sendo que:

a) a licença só será concedida mediante prévio exame e aprovação das plantas e projetos das obras, na forma da legislação edilícia e urbanística aplicável;

b) a licença terá período de validade fixado de acordo com a natureza, extensão e complexidade da obra, e será cancelada se sua execução não for iniciada dentro do prazo estabelecido no alvará;

c) se insuficiente, para execução do projeto, o prazo concedido no alvará, a licença poderá ser prorrogada a requerimento do contribuinte.

§ 9º. O abate de animais destinado ao consumo público quando for feito em matadouro público, só será permitido mediante licença do Município, precedida de inspeção sanitária ou, relativamente a animais cujo abate tenha ocorrido em outro Município, após a reinspeção sanitária para distribuição local.

§ 10. A taxa por ocupação de área e estacionamento em terrenos, vias e logradouros públicos tem como fato gerador a utilização de espaços nos mesmos, com bens móveis e imóveis, mesmo que a título precário, nos quais tenham ou não os usuários instalações de qualquer natureza.

§ 11. Em relação a taxa de licença para o comércio eventual ou ambulante:

a) considera-se comércio eventual aquele exercido em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de festejos ou comemoração e os exercidos com utilização de instalações removíveis, colocadas nas vias e logradouros públicos, como balcões, barracas, mesas, tabuleiros e semelhantes;

b) considera-se comércio ambulante aquele exercido individualmente sem estabelecimento, instalação ou localização permanente;

c) o exercício do comércio eventual ou ambulante só será permitido nos locais, pontos, épocas e outros requisitos que venham a ser estabelecidos em regulamento, mediante prévia licença concedida a título precário, revogável ad nutum, quando o interesse público assim o exigir.

§ 12. Será considerado abandono de pedido de licença a falta de qualquer providência requerida pela autoridade diligente, importando em arquivamento do processo sem exclusão das sanções cabíveis.

§ 13. As licenças de que trata o § 1º deste artigo terão os seguintes prazos e condições de validade:

I. as relativas à alínea “a”, validade no exercício em que forem concedidas;

II. as concernentes à alínea “b”, pelo período solicitado e obedecido as normas regulamentadas em lei específica;

III. as relacionadas à alínea “f”, pelo período solicitado ou autorizado;

IV. a referente à alínea “e”, ao número de animais a serem abatidos;

V. as demais, pelo prazo e condições constantes do respectivo alvará, fixados em regulamento ou estabelecidos em conformidade com este Código.
§ 14. O Poder Executivo expedirá os regulamentos necessários à fiscalização, requisitos, restrições, e demais institutos asseguradores do pleno exercício do poder de polícia municipal.
§ 15. A taxa de Vigilância Sanitária será regulamentada por lei específica.

SEÇÃO II
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 224. Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica interessada no exercício da atividade ou na prática de atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município, nos termos do art. 223 deste Código Tributário.

SEÇÃO III
DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS

Art. 225. As bases de cálculo das taxas são as constantes das Tabelas II a VIII deste Código Tributário.
§ 1º. Quando da verificação fiscal do exercício da atividade, a cada período anual subsequente, relativo à localização e funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, anteriormente licenciados, situados em locais ou zonas não reservados para essa atividade ora de uso não tolerado pelas normas urbanísticas municipais, desde que seu funcionamento proporcione incômodos, poluição sonora ou ambiental incompatíveis com o uso predominante residencial da região ou cuja atividade ponha em risco a vida dos transeuntes, a taxa ficará sujeita a acréscimo progressivo anual de 50% (cinqüenta por cento) do seu valor inicial.
§ 2º. O acréscimo de que trata o parágrafo anterior será aplicado após a constatação, no local, pela autoridade competente ou comissão formada especialmente para o fim de elaborar um parecer técnico, atestando a nocividade ou inconveniência do estabelecimento para a área em questão.

SEÇÃO IV
DO LANÇAMENTO

Art. 226. A taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constatados no local e/ou existentes no cadastro.
§ 1º. A taxa será lançada a cada licença requerida e concedida ou a constatação de funcionamento de atividade a ela sujeita.
§ 2º. O sujeito passivo é obrigado a comunicar à repartição própria do Município, dentro de 30 (trinta) dias, para fins de atualização cadastral, as seguintes ocorrências relativas a seu estabelecimento:
a) alteração da razão social, endereço do estabelecimento ou do ramo de atividade;
b) alterações físicas do estabelecimento.

SEÇÃO V
DA ARRECADAÇÃO
Art. 227. As taxas serão arrecadadas de acordo com o disposto no regulamento.

Art. 228. Em caso de prorrogação da licença para execução de obras, a taxa será reduzida em 50% (cinqüenta por cento) de seu valor original.

Art. 229. Poderá ser autorizado o parcelamento da taxa de licença nos casos, formas e prazos estabelecidos em regulamentos, firmando-se termo de compromisso.

SEÇÃO VI
DAS ISENÇÕES

Art. 230. São isentos do pagamento da taxa de licença:
I. para localização e funcionamento:
a) as associações de classe, associações culturais, associações religiosas, associações de bairro e beneficentes, clubes desportivos, pequenas escolas primárias sem fins lucrativos, orfanatos, asilos e creches, desde que legalmente constituídos e declarados de utilidade pública por lei municipal;
b) as autarquias e os órgãos da administração direta federais, estaduais e municipais;
c) os cegos, mutilados, excepcionais, inválidos e os incapazes permanentemente pelo exercício de pequeno comércio, arte ou ofício;
d) a atividade autônoma de pequeno artífice ou artesão, discriminada em regulamento, exercida em sua própria residência, sem empregados ou auxílio de terceiros, não se considerando como tal seus descendentes e o cônjuge;
e) a pequena indústria domiciliar, assim definida em regulamento;
II. para o exercício de comércio eventual ou ambulante e de ocupação de terrenos, vias e logradouros públicos, desde que regularmente autorizados para tanto:
a) os cegos, mutilados, excepcionais e inválidos que exerçam pequeno comércio;
b) os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas;
c) os engraxates ambulantes;
d) o vendedor de artigos de artesanato doméstico e arte popular de sua própria fabricação, sem auxílio de empregados;
e) os vendedores eventuais e ambulantes localizados em estabelecimentos municipais especialmente reservados para suas atividades;
III. para execução de obras:
a) a limpeza ou pintura externa e interna de prédios, muros ou grades;
b) a construção de passeio quando do tipo aprovado pelo órgão competente;
c) a construção de barracões destinados à guarda de materiais para obra já devidamente licenciada;
d) a construção de muro de arrimo ou de muralha de sustentação, quando no alinhamento da via pública;
e) as obras realizadas em imóveis de propriedade da União, dos Estados e de suas Autarquias, desde que aprovadas pelo órgão municipal competente;
IV. de veiculação de publicidade:
a) cartazes, letreiros ou dizeres destinados a fins patrióticos, religiosos, beneficentes, culturais, esportivos ou eleitorais, desde que em locais previamente indicados e/ou aprovados pela autoridade competente;
b) placas e dísticos de hospitais, casas de saúde, repartições, entidades filantrópicas, beneficentes, culturais ou esportivas, quando afixados nos prédios em que funcionem;
c) placas de indicação do nome de fantasia ou razão social, desde que no modelo aprovado pelo órgão competente e afixado no prédio do estabelecimento.
Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo:
a) não é extensiva às taxas de expediente e serviços diversos, devidas para o licenciamento;
b) não exclui a obrigação prevista no § 2º do art. 225 deste Código Tributário, bem como da inscrição e renovação de dados ao cadastro respectivo.

SEÇÃO VII
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 231. Constituem infrações às disposições das taxas de licença:
I. iniciar atividade ou praticar ato sujeito à taxa de licença antes da concessão desta;
II. exercer atividade em desacordo para a qual já foi licenciada;
III. exercer atividade após o prazo constante da autorização;
IV. deixar de efetuar pagamento da taxa no todo ou em parte, ou realizar o pagamento fora de prazo;
V. utilizar-se de meios fraudulentos ou dolosos para evitar o pagamento da taxa;
VI. a não manutenção do alvará em local de fácil acesso à fiscalização no estabelecimento.
§ 1º. As infrações às disposições das taxas de licença constantes deste Código Tributário serão punidas com as seguintes penalidades, além das demais previstas neste Código:
I. multa por infração;
II. cassação de licença;
III. interdição do estabelecimento.

§ 2º. A multa por infração será aplicada sob a forma de múltiplos da UPFM, de acordo com o seguinte escalonamento, sem prejuízo do pagamento integral da taxa e das demais penalidades cabíveis:
I. de 5 (cinco) UPFM ou valor equivalente, nos casos de:
a) exercer atividade em desacordo para a qual foi licenciada;
b) deixar de efetuar o pagamento da taxa, no todo ou em parte;
c) não afixar o alvará em local de fácil acesso e visível à fiscalização;
II. de 7 (sete) UPFM ou valor equivalente, nos casos de:
a) exercer atividade após o prazo constante da autorização;
b) iniciar atividade ou praticar ato sujeito à taxa de licença antes da concessão desta;
c) deixar de comunicar ao fisco, dentro do prazo de 30 (trinta) dias da ocorrência do evento, informação indispensável para alteração cadastral necessária ao lançamento ou cálculo do tributo;
III. de 10 (dez) UPFM ou valor equivalente, nos casos de utilização de meios fraudulentos ou dolosos para evitar o pagamento da taxa, no todo ou em parte;
IV. cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão ou deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público, concernente à ordem, à saúde, à segurança e aos costumes, sem prejuízo da aplicação das penas de caráter pecuniário.
V. multa diária de 10 (dez) UPFM ou valor equivalente, quando não cumprido o Edital de Interdição do Estabelecimento e/ou as exigências administrativas decorrentes da cassação da licença por estar funcionando em desacordo com as disposições legais e regulamentares que lhes forem pertinentes.
§ 3º. As infrações às disposições das taxas de licença para interdição de vias e ruas urbanas e para os serviços de transportes de qualquer natureza serão punidas com as seguintes penalidades:
I. multa de 60 (sessenta) UPFM ou valor equivalente, por não ter permissão para interdição de vias e ruas urbanas, com exercício de atividade lucrativa;
II. multa de 13 (traze) UPFM ou valor equivalente, por não ter permissão para interdição de vias e ruas urbanas, com exercício de atividade não-lucrativa;
III. multa de 60 (sessenta) UPFM ou valor equivalente, por implantar, irregularmente, limitadores de velocidade;
IV. multa de 9 (nove) UPFM ou valor equivalente, por desenvolver atividade comercial sem permissão, em área de estacionamento;
V. multa de 18 (dezoito) UPFM ou valor equivalente, por deixar de sinalizar e retirar qualquer obstáculo das vias e ruas interditadas;
VI. multa de 100 (cem) UPFM ou valor equivalente, pela exploração de transporte coletivo remunerado, mediante qualquer tipo de veículo ciclo ou automotor, sem a devida autorização do órgão municipal competente;
VII. multa de 60 (sessenta) UPFM ou valor equivalente, por desobediência às portarias e regulamentos expedidos pela Secretaria Municipal de Transportes Urbanos;

TÍTULO VI
DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
CAPÍTULO I
DA INCIDÊNCIA

Art. 232. A contribuição de melhoria cobrada pelo Município é instituída para custear obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 233. Poderá ser cobrada, a Contribuição de Melhoria sempre que o imóvel, situado na zona de influência da obra, for beneficiado por quaisquer das seguintes obras públicas, realizadas pela Administração Direta ou Indireta do Município, inclusive quando resultante de convênio com a União, o Estado ou entidade estadual ou federal:
I. abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais de praças e vias públicas;
II. construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;
III. construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;
IV. serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, telefônicas, de transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gás, funiculares, ascensores e instalações de comodidades públicas;
V. proteção contra secas, inundações, erosões e de saneamento e drenagem em geral, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;
VI. construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;
VII. construção de aeródromos e aeroportos e seus acessos;
VIII. aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

CAPÍTULO II
DO CÁLCULO

Art. 234. O cálculo da Contribuição de Melhoria terá como limite total o custo da obra, no qual serão incluídas as despesas com estudos, projetos, desapropriações, serviços preparatórios e investimentos necessários para que os benefícios sejam alcançados pelos imóveis situados na zona de influência, execução, administração, fiscalização e financiamento, inclusive os encargos respectivos.

Art. 235. O Executivo decidirá que proporção do valor da obra será recuperada através da cobrança da Contribuição de Melhoria.
Parágrafo único. A percentagem do custo da obra a ser cobrada como contribuição será fixada pelo Executivo, tendo em vista a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região.

Art. 236. A determinação da Contribuição de Melhoria de cada contribuinte far-se-á rateando, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra entre todos os imóveis incluídos na zona de influência, levando em conta a localização do imóvel, seu valor venal, sua testada ou área e o fim a que se destina, analisados esses elementos em conjunto ou isoladamente.
Parágrafo único. Os imóveis edificados em condomínio participarão do rateio de recuperação do custo da obra na proporção do número de unidades cadastradas, em razão de suas respectivas áreas de construção.

CAPÍTULO III
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 237. Contribuinte é o proprietário do imóvel beneficiado por obra pública.

Art. 238. Responde pelo pagamento do tributo, em relação a imóvel objeto de enfiteuse, o titular do domínio útil.

CAPÍTULO IV
DO LANÇAMENTO E DA COBRANÇA
Art. 239. Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, a administração deverá publicar, antes do lançamento do tributo, edital contendo, no mínimo, os seguintes elementos:
I. memorial descritivo do projeto;
II. orçamento total ou parcial do custo da obra;
III. determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados;
IV. delimitação da zona diretamente beneficiada e a relação dos imóveis nela compreendidos.
Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica também aos casos de cobrança de Contribuição de Melhoria por obras públicas em execução, constantes de projetos ainda não concluídos.

Art. 240. Os proprietários dos imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas têm o prazo de 30 (trinta) dias a começar da data da publicação do edital a que se refere o artigo anterior, para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.
Parágrafo único. A impugnação deverá ser dirigida à autoridade administrativa, através de petição fundamentada, que servirá para o

início do processo administrativo fiscal e não terá efeito suspensivo na cobrança da Contribuição de Melhoria.

Art. 241. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis.

Art. 242. Os requerimentos de impugnação, de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos, não suspendem o início ou o prosseguimento da obra, nem terão efeito de obstar a Administração da prática dos atos necessários ao lançamento e à cobrança da Contribuição de Melhoria.

Art. 243. O prazo e o local para pagamento da Contribuição serão fixados, em cada caso, pelo Poder Executivo.

Art. 244. As prestações serão corrigidas pelo índice utilizado na atualização monetária dos demais tributos.
Parágrafo único. Será atualizada, a partir do mês subseqüente ao do lançamento, nos casos em que a obra que deu origem à Contribuição tenha sido executada com recursos de financiamentos, sujeitos à atualização a partir da sua liberação.

Art. 245. O montante anual da Contribuição de Melhoria, atualizado à época do pagamento, ficará limitado a 20% (vinte por cento) do valor venal do imóvel, apurado administrativamente.
Parágrafo único. O lançamento será procedido em nome do contribuinte, sendo que no caso de condomínio:
a) quando "pro-indiviso", em nome de qualquer um dos co-proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores;
b) quando "pro-diviso", em nome do proprietário titular do domínio útil ou possuidor da unidade autônoma.

CAPÍTULO V
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 246. O atraso no pagamento das prestações sujeitará o contribuinte à atualização monetária e às penalidades previstas no art. 74 deste Código Tributário.
Parágrafo único. O descumprimento da obrigação de recolher, na qualidade de contribuinte substituto, o imposto retido na fonte, constitui apropriação indébita de valores do Erário Municipal.

CAPÍTULO VI
DOS CONVÊNIOS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS FEDERAIS E ESTADUAIS

Art. 247. Fica o Prefeito expressamente autorizado, em nome do Município, a firmar convênios com a União e o Estado para efetuar o lançamento e a arrecadação da Contribuição de Melhoria devida por obra pública federal ou estadual, cabendo ao Município percentagem na receita arrecadada.

LIVRO III
DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
TÍTULO I
DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 248. Constitui Dívida Ativa Tributária do Município a proveniente de impostos, taxas, contribuição de melhoria e multas de qualquer natureza, decorrentes de quaisquer infrações à legislação, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela legislação tributária ou por decisão final prolatada em processo regular.

Art. 249. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
§ 1º. A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.
§ 2º. A fluência de juros de mora e a aplicação de índices de atualização monetária não excluem a liquidez do crédito.

CAPÍTULO II
DA INSCRIÇÃO

Art. 250. A inscrição na Dívida Ativa Municipal e a expedição das certidões poderão ser feitas, manualmente, mecanicamente ou através de meios eletrônicos, com a utilização de fichas e relações em folhas soltas, a critério e controle da Administração, desde que atendam aos requisitos para inscrição.
§ 1º. Os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Municipal, sem prejuízo da respectiva liquidez e certeza, poderão ser inscritos em Dívida Ativa, pelos valores expressos equivalentes em UPFM, ou qualquer outro índice que vier a substituí-la.
§ 2º. O termo de inscrição na Dívida Ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará:
I. a inscrição fiscal do contribuinte;
II. o nome e o endereço do devedor e, sendo o caso, os dos co-responsáveis;
III. o valor do principal devido e os respectivos acréscimos legais;
IV. a origem e a natureza do crédito, especificando sua fundamentação legal;
V. a data de inscrição na Dívida Ativa;
VI. o exercício ou o período de referência do crédito;
VII. o número do processo administrativo do qual se origina o crédito, se for o caso.
§ 3º. É competência exclusiva da Secretaria Municipal da Fazenda, a inscrição da Dívida Ativa Municipal.

Art. 251. A cobrança da Dívida Ativa do Município será procedida:
I. por via amigável;
II. por via judicial.
§ 1º. Na cobrança da Dívida Ativa, o Poder Executivo poderá, mediante solicitação, autorizar o parcelamento de débito, para tanto, fixando os valores mínimos para pagamento mensal, conforme o tributo, para pessoas físicas e jurídicas.
§ 2º. O contribuinte beneficiado com o parcelamento do débito deverá manter em dia os recolhimentos sob pena de cancelamento do benefício.
§3º. O não recolhimento de quaisquer das parcelas referidas no parágrafo anterior tornará sem efeito o parcelamento concedido, vencendo o débito em uma única parcela, acrescido das cominações legais.
§4º. As duas vias de cobrança são independentes uma da outra, podendo a Administração, quando o interesse da Fazenda assim exigir, providenciar imediatamente a cobrança judicial da dívida, mesmo que não tenha dado início ao procedimento amigável ou, ainda, proceder simultaneamente aos dois tipos de cobrança.
§ 5º. A critério da autoridade administrativa poderá ser concedido mais de um parcelamento para o mesmo contribuinte, desde que observados os requisitos deste Código Tributário e do regulamento.

Art. 252. Os lançamentos de ofício, aditivos e substantivos serão inscritos em Dívida Ativa 30 (trinta) dias após a notificação.

Art. 253. No caso de falência, considerar-se-ão vencidos todos os prazos, providenciando-se, imediatamente, a cobrança judicial do débito.

Art. 254. O Poder Executivo poderá licitar e executar programa de obras ou serviços ou, ainda, efetuar aquisição de bens condicionando seu pagamento à cobrança, pelo licitante vencedor contratado, da Dívida Ativa Municipal regularmente inscrita.
Parágrafo único. No caso de que trata o caput deste artigo, o produto da arrecadação da Dívida Ativa cobrada pelo contratado será recolhido por guia especial emitida pela Secretaria Municipal de Finanças e depositada em conta-corrente específica, não constituindo a eventual arrecadação maior que o valor das obras, serviços ou mercadorias adquiridas motivo para qualquer antecipação do pagamento.

Art. 255. No interesse da Administração e verificada qualquer insuficiência operacional quanto à cobrança da Dívida Ativa, poderá o

Poder Executivo Municipal, mediante processo licitatório específico, contratar pessoas físicas e jurídicas para tal fim.

TÍTULO II
DA FISCALIZAÇÃO

Art. 256. Todas as funções referentes à cobrança e à fiscalização dos tributos municipais, à aplicação de sanções por infração à legislação tributária do Município, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fazendários, repartições a elas hierárquicas ou funcionalmente subordinadas e demais entidades, segundo as atribuições constantes da legislação que dispuser sobre a organização administrativa do Município e dos respectivos regimentos internos daquelas entidades.
Parágrafo único. A administração fazendária e seus fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, por força do disposto no art. 37, inciso XVIII, da Constituição da República.

Art. 257. Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los.
Parágrafo único. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

Art. 258. A Fazenda Municipal poderá, para obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis, e determinar, com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários, ou outras obrigações previstas:
I. exigir, a qualquer tempo, a exibição dos livros e comprovantes dos atos e operações que constituam e possam vir a constituir fato gerador de obrigação tributária;
II. fazer inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações nos locais e estabelecimentos onde exerçam atividades passíveis de tributação ou nos bens que constituam matéria tributável;
III. exigir informações escritas e verbais;
IV. notificar o contribuinte ou responsável para comparecer à repartição fazendária;
V. requisitar o auxílio da força pública ou requerer ordem judicial, quando indispensáveis à realização de diligências, inclusive inspeções necessárias ao registro dos locais e estabelecimentos, assim como dos bens e documentos dos contribuintes e responsáveis;
VI. notificar o contribuinte ou responsável para dar cumprimento a quaisquer das obrigações previstas na legislação tributária.

Art. 259. Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:
I. os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;
II. os bancos, casas bancárias, caixas econômicas e demais instituições financeiras;
III. as empresas de administração de bens;
IV. os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;
V. os inventariantes;
VI. os síndicos, comissários e liquidatários;
VII. quaisquer outras entidades ou pessoas em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão que detenham informações necessárias ao fisco.
§ 1º. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto aos fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.
§ 2º. A fiscalização poderá requisitar, para exame na repartição fiscal, ou ainda apreender, para fins de prova, livros, documentos e quaisquer outros elementos vinculados à obrigação tributária.

Art. 260. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para qualquer fim, por parte da Fazenda Pública ou de seus funcionários, de qualquer informação, obtida em razão de ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.
Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo, unicamente:
I. a prestação de mútua assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e a permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio;
II. nos casos de requisição regular da autoridade judiciária no interesse da justiça.

Art. 261. A autoridade administrativa poderá determinar sistema especial de fiscalização sempre que forem considerados insatisfatórios os elementos constantes dos documentos e dos livros fiscais e comerciais do sujeito passivo.

TÍTULO III
DA CERTIDÃO NEGATIVA

Art. 262. A prova de quitação do tributo será feita por certidão negativa expedida à vista de requerimento do interessado ou via internet, que contenha todas as informações exigidas pelo fisco, na forma do regulamento.
§ 1º. Não havendo débito, a certidão será expedida no prazo de 05 (cinco) dias, contado do registro do pedido no órgão expedidor e terá validade de 30 (trinta) dias.
§ 2º. Havendo débito em aberto, a certidão será indeferida e o pedido arquivado, dentro do prazo de 30 (trinta) dias do conhecimento do débito, pelo contribuinte.
§ 3º. Nos requerimentos que objetivam a obtenção da certidão a que refere este artigo, deverão os interessados fazer constar esclarecimentos relativos aos fins e razões do pedido.

Art. 263. Para fins de aprovação de projetos de arruamentos e loteamentos, concessão de serviços públicos, apresentação de propostas em licitação, será exigida do interessado a certidão negativa.

Art. 264. Sem a prova por certidão negativa, por declaração de isenção ou reconhecimento de imunidade com relação aos tributos ou a quaisquer outros ônus relativos ao imóvel, os escrivães, tabeliães e oficiais de registros não poderão lavrar, inscrever, transcrever ou averbar quaisquer atos ou contratos relativos a imóveis.

Art. 265. A expedição de certidão negativa não exclui o direito de exigir a Fazenda Municipal, a qualquer tempo, os créditos a vencer e os que venham a ser apurados.

Art. 266. Tem os mesmos efeitos dos previstos no art. 264 deste Código Tributário a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.
§ 1º. O parcelamento com a confissão da dívida não elide a expedição da certidão de que trata este título, que se fará sob a denominação de "Certidão Positiva de Débitos com efeito de Negativa".
§ 2º. O não cumprimento do parcelamento da dívida, por qualquer motivo, acarreta o seu cancelamento e a imediata invalidação da certidão expedida na forma do parágrafo anterior.

TÍTULO IV
DO PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I
DO INÍCIO DO PROCESSO

Art. 267. O processo fiscal terá início com:
I. a notificação do lançamento nas formas previstas neste Código;
II. a intimação a qualquer título, ou a comunicação de início de procedimento fiscal;
III. a lavratura do auto de infração;
IV. a lavratura de termo de apreensão de livros ou documentos fiscais;
V. a petição do contribuinte ou interessado, reclamando contra lançamento do tributo ou do ato administrativo dele decorrente.
§ 1º. Iniciado o procedimento fiscal, terão os Auditores Fiscais de Tributos Municipais o prazo de 30 (trinta) dias para concluí-lo.

§ 2º. Havendo justo motivo, o prazo poderá ser prorrogado, por igual período, mediante despacho do titular da Superintendência de Fiscalização.
§ 3º. A Secretaria de Finanças fixará o prazo para conclusão do procedimento fiscal, sempre que o cliente contribuinte estiver submetido a regime especial de fiscalização.

Art. 268. A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas sujeitas a cumprimento de obrigações tributárias, inclusive aquelas imunes ou isentas.

CAPÍTULO II
DA NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR E DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 269. Na ocorrência de infração não dolosa de lei ou regulamento, será expedida notificação preliminar contra o infrator para que regularize a situação no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de ser convertida em auto de infração.
§ 1º. Na lavratura da notificação preliminar exclui-se a aplicação de multa de infração.
§ 2º. Esgotado o prazo de que trata este artigo sem que o contribuinte tenha regularizado a situação, lavrar-se-á auto de infração quando serão incluídos os acréscimos legais.
§ 3º. Lavrar-se-á, igualmente, auto de infração quando o contribuinte se recusar a tomar conhecimento da notificação preliminar.
§ 4º. Na reincidência de faltas relacionadas com os termos do art. 189 deste Código Tributário Municipal não cabe a aplicação da notificação preliminar.
§ 5º. As demais situações não mencionadas neste artigo serão objeto da lavratura de auto de infração.

Art. 270. Verificada a infração de dispositivo deste Código Tributário ou regulamento, que importe ou não em evasão fiscal, lavrar-se-á o auto de infração correspondente, que deverá conter os seguintes requisitos:
I. o local, a data e a hora da lavratura;
II. o nome e o endereço do infrator, com o número da respectiva inscrição, quando houver;
III. a descrição clara e precisa do fato que constitui infração e, se necessário, as circunstâncias pertinentes;
IV. a capitulação do fato, com a citação expressa do dispositivo legal infringido e do que lhe comine a penalidade;
V. a intimação para apresentação de defesa ou pagamento do tributo, com os acréscimos legais ou penalidades, dentro do prazo de 15 (quinze) dias;
VI. a assinatura do agente autuante e a indicação do seu cargo ou função;
VII. a assinatura do próprio autuado ou infrator ou dos seus representantes, ou mandatários ou prepostos, ou a menção da circunstância de que o mesmo não pode ou se recusou a assinar.
§ 1º. A assinatura do autuado não importa em confissão nem a sua falta ou recusa em nulidade do auto ou agravamento da infração.
§ 2º. As omissões ou incorreções do auto de infração não o invalidam, quando do processo constem elementos para a determinação da infração e a identificação do infrator.

Art. 271. O autuado será notificado da lavratura do auto de infração:
I. pessoalmente, no ato da lavratura, mediante entrega de cópia do auto de infração ao próprio autuado, seu representante, mandatário ou preposto, contra assinatura-recibo, datada no original, ou a menção da circunstância de que o mesmo não pode ou se recusa a assinar;
II. por via postal registrada, acompanhada de cópia do auto de infração, com aviso de recebimento a ser datado, firmado e devolvido ao destinatário ou pessoa de seu domicílio;
III. por publicação, no órgão do Município, na sua íntegra ou de forma resumida, quando improfícuos os meios previstos nos incisos anteriores.

Art. 272. O valor das multas constantes do auto de infração sofrerá, desde que haja renúncia à apresentação de defesa ou recurso, as seguintes reduções:
I. 80% (oitenta por cento) do valor da multa fiscal, se paga em 10 (dez) dias contados da lavratura do auto;
II. 70% (setenta por cento) do valor da multa fiscal, se paga em 15 (quinze) dias contados da lavratura do auto;
III. 50% (cinqüenta por cento) do valor da multa fiscal, se paga em 30 (trinta) dias contados da lavratura do auto.

Art. 273. Nenhum auto de infração será arquivado, nem cancelada a multa fiscal, sem despacho da autoridade administrativa e autorização do titular da Secretaria Municipal de Fazenda, em processo regular.
Parágrafo único. Lavrado o auto, o autuante terá o prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas para entregar cópia do mesmo ao órgão arrecadador.

CAPÍTULO III
DO TERMO DE APREENSÃO DE LIVROS FISCAIS E DOCUMENTOS

Art. 274. Poderão ser apreendidos bens móveis, inclusive mercadorias existentes em poder do contribuinte ou de terceiros, desde que constituam provas de infração da legislação tributária.
Parágrafo único. A apreensão pode compreender livros e documentos, quando constituam prova de fraude, simulação, adulteração ou falsificação.

Art. 275. A apreensão será objeto de lavratura de termo de apreensão, devidamente fundamentado, contendo a descrição dos bens ou documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficaram depositados, o nome do destinatário e, se for o caso, a descrição clara e precisa do fato e a menção das disposições legais, além dos demais elementos indispensáveis à identificação do contribuinte.
Parágrafo único. O autuado será notificado da lavratura do termo de apreensão.

CAPÍTULO IV
DA RECLAMAÇÃO CONTRA LANÇAMENTO
SEÇÃO I
DA PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art. 276. O sujeito passivo da obrigação tributária poderá impugnar a exigência fiscal, independentemente de prévio depósito, dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação do lançamento, da lavratura do auto de infração, ou do termo de apreensão, mediante defesa escrita, alegando de uma só vez toda matéria que entender útil, e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas.
§ 1º. A impugnação da exigência fiscal mencionará, obrigatoriamente:
I. a autoridade julgadora a quem é dirigida;
II. a qualificação do interessado, o número do contribuinte no cadastro respectivo e o endereço para a notificação;
III. os dados do imóvel, ou a descrição das atividades exercidas e o período a que se refere o tributo impugnado;
IV. os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;
V. as diligências que o sujeito passivo pretenda sejam efetuadas, desde que justificadas as suas razões;
VI. o objetivo visado.
§ 2º. A impugnação terá efeito suspensivo da cobrança e instaurará a fase contraditória do procedimento.
§ 3º. A autoridade administrativa determinará, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, a realização das diligências que entender necessárias, fixando-lhe o prazo e indeferirá as consideradas prescindíveis, impraticáveis ou protelatórias.
§ 4º. Se a diligência resultar oneração para o sujeito passivo, relativa ao valor impugnado, será reaberto o prazo para oferecimento de novas impugnações ou aditamento da primeira.
§ 5º. Preparado o processo para decisão, a autoridade administrativa prolatará despacho no prazo máximo de 30 (trinta) dias, resolvendo todas as questões debatidas e pronunciando a procedência ou improcedência da impugnação.
§ 6º. Se a diligência resultar em redução dos valores impugnados, o autuante providenciará a elaboração de corrigenda demonstrando os novos valores devidos, com as respectivas justificativas.

Art. 277. O impugnador será notificado do despacho, mediante assinatura no próprio processo ou, na ordem, pelas formas previstas nos incisos II e III do art. 273 deste Código Tributário, no que couber.

Art. 278. Sendo a impugnação julgada improcedente, os tributos e as penalidades impugnados ficam sujeitos a multa, juros de mora e atualização monetária, a partir da data dos respectivos vencimentos.

Art. 279. É autoridade administrativa para decisão o Secretário de Fazenda ou as autoridades fiscais a quem delegar.
Parágrafo único. Das decisões de primeira instância, contrárias, no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, a autoridade administrativa recorrerá de ofício, obrigatoriamente.

Art. 280. É facultado ao sujeito passivo, conformando-se com parte dos termos da autuação, recolher os valores devidos a essa parte, sem qualquer dedução, contestando o restante.

SEÇÃO II
DA SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art. 281. Da decisão da autoridade administrativa de primeira instância caberá recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes do Município de Cocalinho.
Parágrafo único. O recurso voluntário poderá ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência da decisão de primeira instância.

Art. 282. A segunda instância é exercida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Cocalinho.
§ 1º. A decisão na instância administrativa superior será proferida no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento do processo, aplicando-se, para ciência do despacho, as modalidades previstas para a primeira instância.
§ 2º. Decorrido o prazo definido no parágrafo anterior sem que tenha sido proferida a decisão, não serão computados juros e atualização monetária a partir dessa data.
§ 3º. Da decisão da última instância administrativa será dada ciência com intimação para que o sujeito passivo a cumpra, se for o caso, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 283. O julgamento pelo órgão de segunda instância far-se-á nos termos deste Código Tributário e do seu regimento.

Art. 284. O recurso será interposto no órgão que julgou o processo em primeira instância, dele dando-se recibo ao recorrente.
§ 1º. Com o recurso poderá ser oferecida prova documental exclusivamente, vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o contribuinte, salvo quando proferidas em um único processo fiscal.
§ 2º. Aos julgamentos definitivos do Conselho de Contribuintes do Município, salvo proferidos por equidade, poderá ser atribuída eficácia normativa, por ato do Secretário Municipal de Fazenda.
§ 3º. A normatividade poderá ser modificada com fundamento em novo julgamento do próprio Conselho de Contribuintes do Município.
§ 4º. É assegurada às partes ou a terceiros, que provem legítimo interesse, o direito de obter vista ou certidão das decisões definitivas em processos fiscais.

CAPÍTULO V
DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEÇÃO I
DA COMPETÊNCIA E COMPOSIÇÃO

Art. 285. O Conselho de Contribuintes do Município de Cocalinho é o órgão administrativo colegiado, com autonomia decisória, e tem a incumbência de julgar, em segunda instância, os recursos voluntários referentes aos processos tributários interpostos pelos contribuintes do Município contra atos ou decisões sobre matéria fiscal, praticados pela autoridade administrativa de primeira instância, por força de suas atribuições.

Art. 286. O Conselho de Contribuintes será composto por 3 (três) membros, sendo 2 (dois) representantes do Poder Executivo e 1 (um) dos contribuintes, e reunir-se-á nos prazos fixados em regimento.

Parágrafo único. Será nomeado um suplente para cada membro do Conselho, convocado para servir nas faltas ou impedimentos dos titulares.

Art. 287. Os membros titulares do Conselho de Contribuintes e seus suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.
§ 1º. Os membros do Conselho deverão ter ilibada conduta e reconhecida experiência em matéria tributária.
§ 2º. Os membros representantes dos contribuintes, tanto os titulares como os suplentes, serão indicados em listas tríplices apresentadas pela Associação Comercial do Município de Cocalinho-MT;
§ 3º. Os membros representantes do Município, tanto os titulares como os suplentes, serão indicados pelo Secretário Municipal da Fazenda dentre os servidores efetivos ou comissionados da Secretaria Municipal da Fazenda, que tenham curso de nível superior e notório saber do Sistema Tributário Nacional e do Código Tributário do Município.
§ 4º. A representação da Procuradoria ou Assessoria do Município, junto ao Conselho, será exercida por Procurador do Município ou seu substituto, designados no mesmo ato pelo Procurador Geral.

Art. 288. A posse dos membros do Conselho de Contribuintes realizar-se-á mediante termo lavrado em livro próprio.

Art. 289. Perderá o mandato o membro que:
I. deixar de comparecer a 3 (três) sessões consecutivas ou 6 (seis) intercaladas, no mesmo exercício, sem motivo justificado;
II. usar de meios ou atos de favorecimento, bem como proceder no exercício de suas funções com dolo ou fraude;
III. recusar, omitir ou retardar o exame e o julgamento do processo, sem justo motivo;
IV. contrariar normas regulamentares do Conselho.

Art. 290. Os membros do Conselho de Contribuintes não serão remunerados.

Art. 291. Ato do Poder Executivo regulará o funcionamento e a ordem dos trabalhos do Conselho.

SEÇÃO II
DO JULGAMENTO PELO CONSELHO

Art. 292. O Conselho de Contribuintes só poderá deliberar quando reunido com a maioria absoluta dos seus membros.
Parágrafo único. As sessões de julgamento do Conselho serão públicas.

Art. 293. Deverão se declarar impedidos de participar do julgamento os membros que:
I. sejam sócios, acionistas, interessados, membros da diretoria ou do conselho da sociedade ou empresa envolvida no processo;
II. sejam parentes do recorrente, até o terceiro grau.

Art. 294. As decisões do Conselho serão proferidas no prazo máximo de 90 (noventa) dias e constituem última instância administrativa para recursos voluntários contra atos e decisões de caráter fiscal.
Parágrafo único. O Prefeito poderá avocar os processos para decisão, quando:
I. não tenha sido proferida decisão, no prazo fixado neste artigo;
II. proferida decisão, não unânime, esta seja contrária ao texto da legislação ou ao interesse da Fazenda Pública Municipal.

CAPÍTULO VI
DA CONSULTA TRIBUTÁRIA

Art. 295. Ao contribuinte ou responsável é assegurado o direito de consulta sobre a interpretação e aplicação da legislação tributária, desde que protocolada antes da ação fiscal e em obediência às normas estabelecidas.

Art. 296. A consulta será dirigida ao Secretário de Fazenda, com apresentação clara e precisa do caso concreto e de todos os elementos

indispensáveis ao atendimento da situação de fato, indicando os dispositivos legais, e instruída com documentos, se necessário.

Art. 297. Nenhum procedimento tributário ou ação fiscal será iniciado contra o sujeito passivo, em relação à espécie consultada, durante a tramitação da consulta.

Art. 298. A consulta não suspende o prazo para recolhimento do tributo e, tampouco, as atualizações e penalidades decorrentes do atraso no seu pagamento.

Art. 299. Os efeitos previstos no artigo anterior não se produzirão em relação às consultas:
I. meramente protelatórias, assim entendidas as que versem sobre dispositivos claros da legislação tributária, ou sobre tese de direito já resolvida por decisão administrativa ou judicial, definitiva ou passada em julgado;
II. que não descrevam completa e exatamente a situação de fato;
III. formuladas por consultores que, à data de sua apresentação, estejam sob ação fiscal, notificados de lançamento, de auto de infração ou termo de apreensão, ou citados para ação judicial de natureza tributária, relativamente à matéria consultada.

Art. 300. Na hipótese de mudança de orientação fiscal a nova regra atingirá a todos os casos, ressalvando o direito daqueles que procederem de acordo com a regra vigente, até a data da alteração ocorrida.

Art. 301. A autoridade administrativa dará solução à consulta no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da sua apresentação, encaminhando o processo ao Secretário de Fazenda, que decidirá.
Parágrafo único. Do despacho prolatado em processo de consulta, caberá recurso e pedido de reconsideração, desde que protocolada no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da notificação do contribuinte.

Art. 302. A autoridade administrativa, ao homologar a solução dada à consulta, fixará ao sujeito passivo prazo não inferior a 30 (trinta) nem superior a 60 (sessenta) dias para o cumprimento de eventual obrigação tributária, principal ou acessória, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
Parágrafo único. O consultante poderá fazer cessar, no todo ou em parte, a oneração do eventual débito, efetuando o respectivo depósito, cuja importância, se indevida, será restituída dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do consultante.

Art. 303. A resposta à consulta será vinculante para a Administração, salvo se obtida mediante elementos inexatos fornecidos pelo consultante.

CAPÍTULO VII
DAS DEMAIS NORMAS CONCERNENTES À ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 304. Os prazos fixados neste Código serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento.

Art. 305. Os prazos somente se iniciam ou vencem em dia de expediente normal no órgão em que corra o processo ou o ato deva ser praticado, prorrogando-se até o primeiro dia útil seguinte quando o vencimento se der em dias feriados ou não úteis.

Art. 306. Não atendida à solicitação ou exigência a cumprir, o processo poderá ser arquivado decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 307. Para efeito de reconhecimento da imunidade a que se refere o art. 122, deste Código Tributário Municipal, o Poder Executivo baixará ato dispondo sobre os prazos e procedimentos administrativos, no que couber.

Art. 308. São facultados à Fazenda Municipal o arbitramento e a estimativa de bases de cálculo tributárias, quando o montante do tributo não for conhecido exatamente.

Parágrafo único. O arbitramento ou a estimativa a que se refere este artigo não prejudica a liquidez do crédito tributário.

LIVRO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 309. Fica criado a Unidade Fiscal do Município de Cocalinho - MT – UPFM, correspondente a 10% (dez por cento) do valor UPF/MT para regras gerais (100%).

Parágrafo único. No caso de extinção do UPF/MT, fica o Executivo autorizado a utilizar outro que vier substituí-lo, ou ainda, outro que indexador melhor aferir a inflação.

Art. 310. Os débitos para com a Fazenda Municipal, de qualquer natureza, inclusive fiscais, vencidos e vincendos, incluídas as multas de qualquer espécie proveniente de impontualidade, total ou parcial, nos respectivos pagamentos, serão inscritos em Dívida Ativa e serão atualizados monetariamente.
Parágrafo único. A atualização monetária e os juros incidirão sobre o valor integral do crédito, neste compreendida a multa.

Art. 311. São revogadas todas as isenções de tributos, exceto as concedidas mediante condição e prazo determinado, que ficam mantidas até seu termo final, e as constantes na Lei Municipal 655, de 15 de agosto de 2011.

Art. 312. São definitivas as decisões de qualquer instância, uma vez esgotado o prazo legal para interposição de recursos, salvo se sujeitas a recurso de ofício.

Art. 313. Não se tomará qualquer medida contra o contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com decisão administrativa ou judicial transitada em julgado, mesmo que posteriormente modificada.
Parágrafo único. No caso de decisão definitiva favorável ao sujeito passivo, cumpre à autoridade exonerá-lo, de ofício, dos gravames decorrentes do litígio.

Art. 314. Todos os atos relativos à matéria fiscal serão praticados dentro dos prazos fixados na legislação tributária.

Art. 315. Os cartórios serão obrigados a exigir, sob pena de responsabilidade, para efeito de lavratura da escritura de transferência ou venda de imóvel, certidão de aprovação do loteamento, certidão negativa de tributos incidentes sobre o imóvel e ainda enviar à Administração relação mensal das operações realizadas com imóveis.
§ 1º. Não poderão ser lavrados, transcritos, registrados ou averbados, pelos Tabeliães, Escrivães e Oficiais de Registro de Imóveis, os atos e termos de sua competência, sem prova do pagamento de Imposto devido, ou do reconhecimento de sua exoneração.
§ 2º. Tratando-se de transmissão de domínio útil, exigir-se-á, também, a prova de pagamento do laudêmio e da concessão de licença quando for o caso.

Art. 316. Consideram-se integrantes ao Código Tributário as tabelas que a acompanham.

Art. 317 Sempre que o Governo Federal modificar o padrão fiscal-monetário vigente, o Poder Executivo fica autorizado a promover as adequações ao novo padrão instituído.

Art. 318. O exercício financeiro, para os fins fiscais, corresponde ao ano civil.

Art. 319. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a celebrar convênios com a União, Estado ou outros Municípios, Conselhos Regionais de Profissionais Autônomos e Entidades de Representação Classista, visando adquirir informações fiscais e utilizá-las para aperfeiçoar os mecanismos de controle e arrecadação dos tributos.
Parágrafo único. Em consonância com o art. 3º, parágrafos 3º, 4º e 10 e o art. 6º da Lei Complementar n° 63, de 11 de janeiro de 1990, poderá o Poder Executivo Municipal instituir mecanismos de controle e apuração do valor agregado relacionado com as operações sujeitas

ao ICMS, em que participem produtores, indústrias e comerciantes estabelecidos neste Município.

Art. 320. Os créditos tributários, regularmente constituídos, poderão ser pagos parceladamente, na forma, prazos e condições que o Poder Executivo estabelecer em regulamento.

Art. 321. Nos casos em que qualquer tributo municipal for pago parceladamente, seu valor será corrigido pela aplicação de coeficiente instituído pelo Governo Federal, para a espécie.

Art. 322. O Poder Executivo regulamentará o Código Tributário Municipal, por Decreto Municipal.
Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Fazenda orientará a aplicação do Código Tributário Municipal, expedindo as instruções necessárias a facilitar sua fiel execução.

Art. 323. Fica o Poder Executivo autorizado a dispor sobre a nota fiscal avulsa de prestação de serviços, através de regulamento.

Art. 324. O Poder Executivo expedirá, por decreto, consolidação, em texto único do presente Código, relativo às leis posteriores que lhe modificarem a redação, repetindo-se esta providência, até 31 de janeiro de cada ano.

Art. 325. Esta Lei entra em vigor em 1o de janeiro de 2.015, revogadas as disposições em contrário, em especial as Leis Municipais nº 272/1998, respeitando o disposto nas alíneas "b" e "c", do inciso III do art. 150, da Constituição Federal.

Art. 326. Excetuam da revogação do artigo anterior a Lei Municipal nº 619, de 13 de novembro de 2009 e Lei Municipal nº 655, de 15 de agosto de 2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

LUIZ HENRIQUE DO AMARAL
Prefeito Municipal

MARIA DOS REIS BARBOSA RIBEIRO
Secretária de Finanças

ROGÉRIO MOREIRA
Secretário de Administração

Publicado por:
Gleis Alves dos Santos
Código Identificador:45D101A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 145 /2014

PERFURAÇÃO DE 01 (UM) POÇO ARTESIANO COM 150 MTS DE PROFUDIDADE (8" ATÉ A ROCHA E 6" APÓS A ROCHA, REVESTIDO EM PVC).

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia nº 676, CEP: 78680-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 00.965.145/0001-27, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal Senhor **LUIZ HENRIQUE DO AMARAL**, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral № 2.262.068 SSP-GO e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o № 588.210.151-49, residente e domiciliado à Av. Araguaia, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa **SIMONE RODRIGUES DOS REIS**, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob o nº 12.115.826/0001-85, estabelecida à Av. Independência nº 1230, QD. 803 Lote 06/ Setor Leste, Vila Nova, Goiânia – GO, CEP: 74645-010, representado neste ato, pela Srª. **SIMONE RODRIGUES DOS REIS,** inscrita na CI RG sob o nº 3706253 2º VIA e CPF Nº 938.554.351-20, chamada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo Licitatório n° 011/2014, realizado na modalidade de Carta Convite nº 011/2014, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
– Este contrato tem por objeto o seguinte:
– Perfuração de 01 (um) poço artesiano com 150 metros de profundidade (8" até a rocha e 6" após a rocha, revestido em PVC.
- O regime de execução dos serviços é o de empreitada por preço global, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, alínea "a" da Lei nº 8.666/93.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO.
O valor global para a execução do presente contrato é de R$ 22.140,00
O pagamento será efetuado através de convenio após a execução dos serviços, e emissão de Nota Fiscal.

- CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

O prazo de execução do presente contrato é de 02 (dois) dias não ocorrendo nenhum imprevisto.
4 - CLÁUSULA QUARTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÃO AS DESPESAS
4.1 - As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:
252-08.002.17.512.0080.2058.33.90.39.00.00 – R$ 118.250,00
CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES, DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS DA CONTRATANTE
5.1- DA CONTRATANTE – Direitos e Deveres
5.1.1 - Ter reservado o direito de não mais utilizar os serviços objeto licitado da contratada caso a mesma não cumpra o estabelecido no presente contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;
Intervir ou interromper a sua execução nos casos e condições previstos na Lei nº 8.666/93;
Cumprir e fazer cumprir os termos da Lei de Licitações e do presente Instrumento, no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução deste Contrato.
Efetuar os pagamentos devidos à contratada pelos serviços de acordo com as disposições do presente contrato;
Efetuar a retenção dos impostos e encargos legais sobre os documentos de cobrança, quando for o caso.
Enviar à contratada o documento comprovante de arrecadação competente toda vez em que ocorrer a retenção de impostos sobre a Nota Fiscal;
Modificar e reincidir contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitado os direitos da CONTRATADA.
Notificar formal e tempestivamente à CONTRATADA, sobre irregularidades observadas no cumprimento deste contrato, bem como aplicar-lhe as penalidades cabíveis nos termos da Lei nº 8.666/93;
Fiscalizar a prestação dos serviços dentro das especificações ofertadas;
Comunicar à Contratada toda e qualquer orientação e informação acerca do objeto Contratual;
Proporcionar condições para boa execução do objeto;
6. **DA CONTRATADA – Direito e Deveres;**
6.1 - Cumprir fielmente o presente contrato, de modo que, no prazo estabelecido, os serviços sejam efetuados inteiramente, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
6.2 - Fornecer os serviços dentro dos normativos legais.
Cumprir com a quitação de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, referente ao fornecimento do objeto. Executar todos os objetos deste contrato dentro do prazo estipulado ou solicitado pela contratante, sob as penas da Lei nº 8.666/93;

Tratar como confidenciais todas as informações e dados técnicos, administrativos e financeiros contidos nos documentos da contratante, guardando sigilo perante terceiros, exceto com expressa autorização do CONTRATANTE;
6.2.6 A infração deste dispositivo implica na rescisão deste contrato e sujeitará as penalidades da Lei 9.274/96, ou outra norma correlata, e a indenização por perdas e danos prevista em legislação comum – ordinária.
Prestar esclarecimentos a CONTRATANTE sobre eventuais fatos noticiados que envolvam o objeto contratado, independente de solicitação.
Permitir e facilitar a fiscalização do CONTRATANTE, a inspeção local do fornecimento do objeto, devendo prestar as informações e esclarecimentos necessários.
Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA prover de meios de segurança, no ambiente da prestação de serviço, objeto deste contrato.
O CONTRATADO deverá aceitar manter preposto da CONTRATANTE, no local de fornecimento, para representa-o na execução do contrato.
O CONTRATADO é obrigado a reparar, as suas expensas, no total ou em parte do objeto contratado que se verifiquem vícios nos serviços empregados.
A CONTRATADA obriga-se a manter durante a vigência contratual todas as condições demonstradas para habilitação e qualificações exigidas na licitação, de modo a garantir o cumprimento das obrigações assumidas.
A CONTRATADA reconhece os direitos da administração, em caso de rescisão administrativa, quando da inexecução total ou parcial do contrato que enseja a sua rescisão e consequências previstas no Art. 77 da Lei de Licitações.
A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente atualizado do Contrato.

6.3 **DAS PENALIDADES CONTRATUAIS SÃO**:
Advertência verbal ou escrita;
Multas;
Declaração de inidoneidade e;
Suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
6.3.1 A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.

6.4 **DAS MULTAS E DEMAIS PENALIDADES:**
0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega dos serviços solicitados;
0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;
2,0% (dois por cento) sobre valor contratual restante, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da contratada ou da contratante, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir as perdas e danos que der causa;
A recusa da entrega do objeto resultará a incidência de multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor contratado.
Em caso de rescisão Administrativa, a CONTRATADA responderá as sanções previstas nos artigos 86,87 e 88 da Lei de Licitações e suas alterações.
Suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com o Município por prazo não superior a dois anos;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
6.4.1 De qualquer sanção imposta à contratada poderá, no prazo máximo de cinco dias contados da intimação do ato, oferecer recurso à contratante, devidamente fundamentado;
As multas previstas nos itens anteriores são independentes e poderão ser aplicadas cumulativamente;
A multa definida na alínea "a" do item 7.5, poderá ser descontada de imediato sobre o pagamento das parcelas devidas e a multa prevista na alínea "b" do mesmo item será descontada por ocasião do último pagamento;
A contratada não incorrerá na multa prevista na alínea "b" acima referida, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade da contratante.
A rescisão por alguns dos motivos previstos na Lei 8.666/93, não dará a CONTRATADA, direto a indenização a qualquer título, independente de interpelação judicial ou extrajudicial.
As penalidades estabelecidas neste Contrato serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CASOS DE RESCISÃO
7.1 A rescisão do presente contrato devendo a parte que desejar rescindi-lo comunicar a outra com antecedência de 30 (trinta) dias, poderá ocorrer de forma:
Amigável – por acordo entre as partes, reduzidas ao termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a contratante.
Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
Judicial – nos termos da legislação processual;

8 - CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
8.1 O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:
8.2 Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:
Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;
8.3 Por acordo das partes:
Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contra prestação dos serviços;
8.4 Outros casos previstos na Lei nº 8.666/93.

9 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUB-CONTRATAÇÃO.
9.1 O presente contrato não poderá ser SUBCONTRATADO COM TERCEIROS, salvo com anuência expressa da Prefeitura Municipal.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO
10.1 Fica eleito o Foro da Comarca da Administração do CONTRATANTE, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas oriundas deste contrato.

Por estarem justos e contratados, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Cocalinho – MT, 21 de Novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPIO DE COCALINHO – MT.
Contratante

SIMONE RODRIGUES DOS REIS
Universo Poços Artesianos

TESTEMUNHAS:

NOME:
RG Nº:
CPF Nº:
ASSINATURA:.....

NOME:

RG Nº:
CPF Nº:
ASSINATURA:.....

Publicado por:
Gleis Alves dos Santos
Código Identificador:9BA0E019

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL Nº 146/2014

MATERIAIS PERMANENTES PARA A SECRETARIA DE SAÚDE.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia nº 676, CEP: 78680-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 00.965.145/0001-27, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal Senhor Luiz Henrique do Amaral, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral № 2.262.068 SSP-GO e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o № 588.210.151-49, residente e domiciliado à Av. Araguaia, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**,e a empresa **D M M GONTIJO ME** -, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob o nº 15.072.329/0001-35, situada Av. Araguaia, snº, Qd. 3M, Lt. 02 Terra Firme, Cocalinho – MT CEP: 78680-000, chamado simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo Licitatório Carta Convite n° 012/2014, realizado na modalidade de Carta Convite nº 012/2014, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
– Este contrato tem por objeto o seguinte:
– Materiais permanentes para a Secretaria de Saúde, sendo:

ARMARIO 6 PORTAS
ARMARIO P/ PASTA SUSPENSE GAV. AÇO
ARMARIO 2 PORTAS P/ ESCRITORIO
ARMARIO 2 PORTAS AÇO P/ ESCRITORIO
ARMARIO AÇO 6 PORTAS
ARMARIO TRIPLO
ARMARIO 2 PORTAS PAREDE
BEBEDOURO COL. FIXA FRIO
CADEIRA LONGARINA
CADEIRA FIXA ANATOMICA AÇO
CADEIRA SECRETARIA ANATOMICA C/ BRAÇO
CAMA SOLTEIRO MADEIRA
COLCHÃO SOLTEIRO D-20
FERRO ELETRICO
FOGAO 4 BOCAS
GABINETE
LAVADOURA 11 KG
LIQUIDIFICADOR
MESA 4 CADEIRAS MARMORE
MESA MADEIRA 4 CADEIRAS
MESA SECRETARIA 120X60X75
PRATELEIRA AÇO REFORÇADO
REGRIGERADOR 240 LTS
REFRIGERADOR 248 LTS

- O regime de execução dos serviços é o de empreitada por preço global, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, alínea "a" da Lei nº 8.666/93.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO.
O valor global para a execução do presente contrato é de R$ 27.008,00
O pagamento será efetuado com recursos da Secretaria de Saúde do Município em 30 (dias) após a emissão de notas fiscais.

- CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO
O prazo de execução do presente contrato é de 30 (trinta) dias.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÃO AS DESPESAS
4.1 - As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

147-07.001.10.302.0120.1021.49.90.52.00.00 – R$ 30.250,00

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES, DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS DA CONTRATANTE
5.1- DA CONTRATANTE – Direitos e Deveres
5.1.1 - Ter reservado o direito de não mais utilizar os serviços objeto licitado da contratada caso a mesma não cumpra o estabelecido no presente contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;
Intervir ou interromper a sua execução nos casos e condições previstos na Lei nº 8.666/93;
Cumprir e fazer cumprir os termos da Lei de Licitações e do presente Instrumento, no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução deste Contrato.
Efetuar os pagamentos devidos à contratada pelos serviços de acordo com as disposições do presente contrato;
Efetuar a retenção dos impostos e encargos legais sobre os documentos de cobrança, quando for o caso.
Enviar à contratada o documento comprovante de arrecadação competente toda vez em que ocorrer a retenção de impostos sobre a Nota Fiscal;
Modificar e reincidir contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitado os direitos da CONTRATADA.
Notificar formal e tempestivamente à CONTRATADA, sobre irregularidades observadas no cumprimento deste contrato, bem como aplicar-lhe as penalidades cabíveis nos termos da Lei nº 8.666/93;
Fiscalizar a prestação dos serviços dentro das especificações ofertadas;
Comunicar à Contratada toda e qualquer orientação e informação acerca do objeto Contratual;
Proporcionar condições para boa execução do objeto;
6. **DA CONTRATADA – Direito e Deveres;**
6.1 - Cumprir fielmente o presente contrato, de modo que, no prazo estabelecido, os serviços sejam efetuados inteiramente, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
6.2 - Fornecer os serviços dentro dos normativos legais.
Cumprir com a quitação de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, referente ao fornecimento do objeto. Executar todos os objetos deste contrato dentro do prazo estipulado ou solicitado pela contratante, sob as penas da Lei nº 8.666/93;
Tratar como confidenciais todas as informações e dados técnicos, administrativos e financeiros contidos nos documentos da contratante, guardando sigilo perante terceiros, exceto com expressa autorização do CONTRATANTE;
6.2.6 A infração deste dispositivo implica na rescisão deste contrato e sujeitará as penalidades da Lei 9.274/96, ou outra norma correlata, e a indenização por perdas e danos prevista em legislação comum – ordinária.
Prestar esclarecimentos a CONTRATANTE sobre eventuais fatos noticiados que envolvam o objeto contratado, independente de solicitação.
Permitir e facilitar a fiscalização do CONTRATANTE, a inspeção local do fornecimento do objeto, devendo prestar as informações e esclarecimentos necessários.
Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA prover de meios de segurança, no ambiente da prestação de serviço, objeto deste contrato.
O CONTRATADO deverá aceitar manter preposto da CONTRATANTE, no local de fornecimento, para representa-o na execução do contrato.
O CONTRATADO é obrigado a reparar, as suas expensas, no total ou em parte do objeto contratado que se verifiquem vícios nos serviços empregados.

A CONTRATADA obriga-se a manter durante a vigência contratual todas as condições demonstradas para habilitação e qualificações exigidas na licitação, de modo a garantir o cumprimento das obrigações assumidas.
A CONTRATADA reconhece os direitos da administração, em caso de rescisão administrativa, quando da inexecução total ou parcial do contrato que enseja a sua rescisão e consequências previstas no Art. 77 da Lei de Licitações.
A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente atualizado do Contrato.

6.3 DAS PENALIDADES CONTRATUAIS SÃO:
Advertência verbal ou escrita;
Multas;
Declaração de inidoneidade e;
Suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
6.3.1 A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.

6.4 DAS MULTAS E DEMAIS PENALIDADES:
0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega dos serviços solicitados;
0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;
2,0% (dois por cento) sobre valor contratual restante, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da contratada ou da contratante, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir as perdas e danos que der causa;
A recusa da entrega do objeto resultará a incidência de multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor contratado.
Em caso de rescisão Administrativa, a CONTRATADA responderá as sanções previstas nos artigos 86,87 e 88 da Lei de Licitações e suas alterações.
Suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com o Município por prazo não superior a dois anos;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
6.4.1 De qualquer sanção imposta à contratada poderá, no prazo máximo de cinco dias contados da intimação do ato, oferecer recurso à contratante, devidamente fundamentado;
As multas previstas nos itens anteriores são independentes e poderão ser aplicadas cumulativamente;
A multa definida na alínea "a" do item 7.5, poderá ser descontada de imediato sobre o pagamento das parcelas devidas e a multa prevista na alínea "b" do mesmo item será descontada por ocasião do último pagamento;
A contratada não incorrerá na multa prevista na alínea "b" acima referida, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade da contratante.
A rescisão por alguns dos motivos previstos na Lei 8.666/93, não dará a CONTRATADA, direto a indenização a qualquer título, independente de interpelação judicial ou extrajudicial.
As penalidades estabelecidas neste Contrato serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CASOS DE RESCISÃO
7.1 A rescisão do presente contrato devendo a parte que desejar rescindi-lo comunicar a outra com antecedência de 30 (trinta) dias, poderá ocorrer de forma:
Amigável – por acordo entre as partes, reduzidas ao termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a contratante.
Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
Judicial – nos termos da legislação processual;

8 - CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
8.1 O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:
8.2 Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:
Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;
8.3 Por acordo das partes:
Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contra prestação dos serviços;
8.4 Outros casos previstos na Lei nº 8.666/93.

9 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUB-CONTRATAÇÃO.
9.1 O presente contrato não poderá ser SUBCONTRATADO COM TERCEIROS, salvo com anuência expressa da Prefeitura Municipal.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO
10.1 Fica eleito o Foro da Comarca da Administração do CONTRATANTE, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas oriundas deste contrato.

Por estarem justos e contratados, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Cocalinho – MT, 21 de Novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPIO DE COCALINHO – MT.
Contratante

D M M GONTIJO – ME
CNPJ Nº 15.072.329/0001-35

TESTEMUNHAS:

NOME:
RG Nº:
CPF Nº:
ASSINATURA:.....

NOME:
RG Nº:
CPF Nº:
ASSINATURA:.....

Publicado por:
Gleis Alves dos Santos
Código Identificador:0546C31B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
PORTARIA N. 600, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

APROVA SISTEMAS INFORMATIZADOS DESTINADOS A GERAR A DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE SERVIÇOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – DES-IF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE COLÍDER, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1° - Ficam aprovados os sistemas informatizados destinados a validar, assinar e transmitir os arquivos que compõem a Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras – DES-IF, de utilização obrigatória para as instituições financeiras e equiparadas, autorizadas a
funcionar pelo Banco Central – BACEN, e as demais Pessoas Jurídicas obrigadas a utilizar o Plano de Contas das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Art. 2° - A obrigatoriedade a que se refere o caput deste artigo passa a vigorar a partir de 1º/12/2014.

Art. 3º - A DES-IF será gerada em conformidade com as especificações constantes na versão 2.3 do Modelo Conceitual ABRASF - Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais, anexo II desta portaria.

Art. 4º - A DES-IF será transmitida somente através do sistema de gestão online do ISSQN do Município de Colíder.

Art. 5º - O cumprimento da obrigação só se completa com a geração do Protocolo de Entrega pela Administração Fazendária, cabendo ao contribuinte a responsabilidade pela sua obtenção através do sistema de gestão online do ISSQN do Município de Colíder que pode ser acessado através do endereço https://colider.issqn.srv.br/.Art. 6º - Todos os arquivos que compõem a DES-IF, inclusive o protocolo de entrega, deverão ser guardados pelo contribuinte pelo
prazo de cinco anos.

Art. 7° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLÍDER,ESTADO DE MATO GROSSO, EM 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deise da Silva Aragão
Código Identificador:7AF3CFD7

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
MANDADO DE INTIMAÇÃO 002/2014

A Presidente da Comissão Processante de que trata o Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 555/2014, de 23 de outubro de 2014, nos termos do Artigo 169 da Lei nº 2408/2010, INTIMA a Senhora **SOCORRO ARAUJO TAVARES**, no cargo de Apoio Administrativo Educacional, na condição de interessado, para comparecer na sede da Comissão sito a Travessa dos Parecis nº 85, na sala da Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Colíder, no **dia 26 de dezembro de 2014 (sexta feira), às 09 horas**, a fim de prestar depoimento em relação aos fatos, constantes no Processo Administrativo nº 004/2014.

Outrossim, na qualidade de interessado, Vossa Senhoria poderá, se assim o desejar, se fazer assistir por Advogado legalmente constituído.

Sala da Comissão, 15 de dezembro de 2014.

MARIZA BERNARDES DA SILVA
Presidente

Tomei conhecimento
Recebi cópia de inteiro
Teor deste.
Em ____/____/_____

_____
Interessado

Publicado por:
Deise da Silva Aragão
Código Identificador:1ED05698

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
MANDADO DE INTIMAÇÃO 002/2014

A Presidente da Comissão Processante de que trata o Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 555/2014, de 23 de outubro de 2014, nos termos do Artigo 169 da Lei nº 2408/2010, INTIMA o Senhor **WILLIANS MORAES SILVA DE OLIVEIRA**, no cargo de Fisioterapeuta, na condição de interessado, para comparecer na sede da Comissão sito a Travessa dos Parecis nº 85, na sala da Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Colíder, no **dia 26 de dezembro de 2014 (sexta feira), às 09 horas e 30 minutos**, a fim de prestar depoimento em relação aos fatos, constantes no Processo Administrativo nº 005/2014.

Outrossim, na qualidade de interessado, Vossa Senhoria poderá, se assim o desejar, se fazer assistir por Advogado legalmente constituído.

Sala da Comissão, 15 de dezembro de 2014.

MARIZA BERNARDES DA SILVA
Presidente

Tomei conhecimento
Recebi cópia de inteiro
Teor deste.
Em __/__/___

_____
Interessado

Publicado por:
Deise da Silva Aragão
Código Identificador:B9597738

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do **Edital de Abertura de inscrição para Seleção de Discentes nº. 003/2014/Prefeitura Municipal de Colíder do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Saúde do Trabalhador,** publicado no Diário Oficial do Estado de 24/11/2014, torna público o resultadofinal do **Processo Seletivo de DiscentesPara Vagas Remanescentes do Curso de Especialização Lato Sensu em Saúde do Trabalhador**a ser realizado no período de 2015/2017.

Relação dos Alunos Selecionados

• Carla Sirlene Gross
• Dyhones da Rocha Oliveira
• Gisselli Veloso dos Reis
• Gicelia Martins Lopes Carrara
• Juliana Cristina Lopes da Silva
• Juliane Aparecida dos Santos
• Leticia Tadiotto Sampaio
• MariseIsolani

Atenciosamente,

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Colíder-MT

Publicado por:
Deise da Silva Aragão
Código Identificador:0B654B79

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

ASSESSORIA JURIDICA
LEI Nº 615/2014

"DISPOE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS;"

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com o amparo do Inciso III artigo 80 da Lei Orgânica deste Município de Colniza/MT, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

LEI:

Art. 1º – Fica aberto no Orçamento Programa vigente, Lei Municipal nº 585/2013 – Lei Orçamentária Anual, um Credito Adicional Especial no valor de R$ 615.732,63 (Seiscentos e Quinze Mil, Setecentos e Trinta e Dois Reais e Sessenta e Três Centavos) a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA	
26 – TRANSPORTE	
782 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO	
0010 – INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS	
2052 – CONSERVAÇAO DE ESTRADAS VICINAIS	
ELEMENTO DESPESA	SUPLEMENTACAO
449051 – OBRAS E INSTALAÇOES	615.732,63
TOTAL	615.732,63

Art. 2º – Para amparar o Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes de Excesso de Arrecadação Vinculado, nos termos do artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei 4.320/64, provenientes das Transferências de Convenio INCRA 7454001/2010 – Rubrica: 2471.99.01.00.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza - MT, em 16 de Dezembro de 2014.

Registre-se,
Publique-se
e Cumpra-se.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001 de 26/01/2001.

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração
Decreto N° 002/GP/2013

Publicado por:
Tania Cheibel Simões
Código Identificador:AAF2A2DA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 053/2014 DE 16/12/2014

JEFERSON FERREIRA GOMES, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2013/2014, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder **30 (trinta) dias de gozo de férias** a servidora **ALINE QUEIROZ DOS SANTOS RIOS**, lotada no cargo de Controlador Interno, **no período de 01 a 30 de janeiro de 2015**, referente ao **período aquisitivo de 08/02/2013 a 08/02/2014.**
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

JEFERSON FERREIRA GOMES
Presidente

Registre-se e
Publique-se:

JAIR JOSÉ TEODORO
1º Secretário

Publicado por:
Adriana Guimarães Rosa Perroni
Código Identificador:ECF60B77

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 054/2014 DE 16/12/2014

JEFERSON FERREIRA GOMES, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2013/2014, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder **20 (vinte) dias de gozo de férias** ao servidor **JOÃO ALFREDO DA SILVA BORGES**, lotado no cargo de Diretor Legislativo, **no período de 01 a 20 de janeiro de 2014**, e **10 (dez) dias de abono pecuniário** no período de 21/01/2014 a 30/01/2014, conforme estabelece o artigo 40 da Lei Municipal nº 1.328/2011 de 29/07/2011, referente ao **período aquisitivo de 15/07/2013 a 15/07/2014.**
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

JEFERSON FERREIRA GOMES
Presidente

Registre-se e
Publique-se:

JAIR JOSÉ TEODORO
1º Secretário

Publicado por:
Adriana Guimarães Rosa Perroni
Código Identificador:86733781

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 055/2014 DE 16/12/2014

JEFERSON FERREIRA GOMES, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2013/2014, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder **20 (vinte) dias de gozo de férias** a servidora **IVANIR MENDES RODRIGUES**, Oficial Legislativo, lotada no cargo de Diretor Administrativo, **no período de 01 a 20 de janeiro de 2014**, e **10 (dez) dias de abono pecuniário** no período de 21/01/2014 a 30/01/2014, conforme estabelece o artigo 40 da Lei Municipal nº 1.328/2011 de 29/07/2011, referente ao **período aquisitivo de 17/07/2013 a 17/07/2014.**
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

JEFERSON FERREIRA GOMES
Presidente

Registre-se e

Publique-se:

JAIR JOSÉ TEODORO
1º Secretário

Publicado por:
Adriana Guimarães Rosa Perroni
Código Identificador:59DDD56C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE 1° TERMO ADITIVO Á ATA N° 19/2014

INF: O presente Termo Aditivo tem por objeto, **REAJUSTE** de valor no item 03 da ata de registro de peços que tem por Objeto aquisição de Combusativel, tendo como base a Lei nº 8.666/93, no valor unitário dos itens registrado.

O presente Termo aditivo encontra embasamento legal na clausula sexta da ATA de registro de preços nº 19/2014 e no art. 40, XI, no Art. 55, III, e Art. 65, § 8º, ambos da Lei nº 8.666/93. A alteração promovida por este Termo se deve aos seguintes fatores: A Administração Municipal se sentiu na obrigação de promover o Reajuste de Preços em epígrafe, conforme aumento do preço do produto.

GASPAR DOMINGOS LAZARI
prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Braga Pinto
Código Identificador:3071A4FE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PREGÃO DESERTO PR 68/2014

A Prefeitura de Confresa-MT, comunica a quem possa interessar que o Pregão Presencial 068/2014, fica declarado **DESERTO**, por não comparecer nenhum interessado no objeto licitado.

Confresa 11/12/2014.

JOSÉ CARNEIRO DA SILVA
Pregoeiro.

Publicado por:
Jaqueline Braga Pinto
Código Identificador:37C9DEC4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PREGÃO DESERTO PR 66/2014

A Prefeitura de Confresa-MT, comunica a quem possa interessar que o Pregão Presencial 066/2014, fica declarado **DESERTO**, por não comparecer nenhum interessado no objeto licitado.

Confresa 11/12/2014.

JOSÉ CARNEIRO DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Jaqueline Braga Pinto
Código Identificador:9D1A2B28

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 281/2014 - DESIGNA SERVIDOR - KELI LUZ CUSTODIO

Portaria nº 281/2014 de 16 de Dezembro de 2014

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 024/2005.

RESOLVE;
Art. 1º - Designar para ocupar cargo comissionado de CHEFE DE DEPARTAMENTO a servidora efetiva no cargo de TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL a Sra. KELI LUZ CUSTODIO Matricula 011938, Lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Confresa-MT, 16 de Dezembro de 2014.

GASPAR DOMINGOS LAZARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Célia de Souza Lima
Código Identificador:68CE5ABD

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 282/2014 - NOMEAÇÃO - SONIA CARDOSO DA SILVA

Portaria nº 282/2014 de 16 de Dezembro de 2014.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 058/2009
RESOLVE;
Art. 1º - Nomear para ocupar cargo comissionado de CHEFE DE SEÇÃO a Sra. SONIA CARDOSO DA SILVA, lotada na SECRETARIA MUNICIPA DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Confresa-MT, 16 de Dezembro de 2014.

GASPAR DOMINGOS LAZARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Célia de Souza Lima
Código Identificador:CD0B9CDD

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 280/2014 - EXONERAÇÃO - KELI LUZ CUSTODIO

Portaria nº 280/2014 de 16 de Dezembro de 2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal nº 058/2009.
CONSIDERANDO;
RESOLVE;
Art. 1º - Exonerar do cargo comissionado de CHEFE DE SEÇÃO a Sra. KELI LUZ CUSTODIO.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Confresa-MT, 16 de Dezembro de 2014.

GASPAR DOMINGOS LAZARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Célia de Souza Lima
Código Identificador:30DA7A72

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 109/2014

"Contrato para prestação de serviços artísticos, que entre si fazem o MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE e a empresa DARCI ANTONIO ZATTERA E CIA LTDA – ME para apresentação da BANDA AMERICA"

Aos 09 (Nove) dias do mês de dezembro de 2014, **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE**, Estado de Mato Grosso, estabelecida na Avenida dos Oitis, n.º 1.200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, **WALMIR GUSE**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida dos Oitis, nº 1.654, portador da cédula de identidade n.º 3/R 1.248.224 expedida pela SSI – SC e do CPF 060.590.538 – 07, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado, neste ato representada por sua representante legal e exclusiva a empresa **DARCI ANTONIO ZATTERA E CIA LTDA – ME,** com sede na cidade de Marmeleiro-PR na Rua Vereador Romário Rodrigues de Lima, nº 1189, Bairro Santa Rita, inscrita no CNPJ sob nº 11.041.683/0001-41, neste ato representada por seu representante legal **DARCI ANTONIO ZATTERA**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Antônio Marcelo, Bairro Miniguaçu nº 1731, Francisco Beltrão – PR, CEP 85605-440, portador da cédula de identidade n 1.192.302 expedida pela SSP – PR, inscrito no CPF sob o nº 513.535.809-97, detentor de exclusividade na comercialização das apresentações da **BANDA AMERICA,** doravante simplesmente denominado **CONTRATADA** celebram o presente Contrato mediante as cláusulas e condições as quais mutuamente aceitam e outorgam.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objetivo a prestação de serviços pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**, de apresentação de show Artístico da **BANDA AMERICA** no dia 31 de dezembro de 2014, nas **FESTIVIDADES RELATIVAS AO REVELLION DA CIDADE,** a partir das 22:30 horas, com término previsto para às 5:00 horas do dia 01 de janeiro de 2015.

1.2 A **CONTRATADA** assume a responsabilidade sobre o comparecimento da **"BANDA"** na data e local constante na Cláusula primeira.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pela contratação artística o valor de **R$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais)** que se efetivará após a realização do show, através de cheque nominal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

3.1 O presente contrato tem origem no processo de inexigibilidade nº 005/2014, ratificado/homologado em 08/12/2014.

CLÁUSULA QUARTA – DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO

4.1 Considerar-se-á cumprido o presente contrato, única e exclusivamente com a apresentação do Show Artístico, sendo vedado ao **CONTRATANTE** a transmissão da apresentação por Rádio ou TV, e/ou a utilização de fotos ou filmes dos Artistas, a não ser na publicidade da própria apresentação, não podendo ainda o **CONTRATANTE** assumir em nome dos Artistas, qualquer compromisso, jantar, entrevista, passeio ou visita, sem que haja sido previamente acordado entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA – DA SEGURANÇA

5.1 E de inteira responsabilidade do **CONTRATANTE** a segurança material e pessoal dos Artistas e da **CONTRATADA**, especialmente no local e durante a apresentação. Em caso de insuficiência dessa segurança, a apresentação poderá ser interrompida, a qualquer tempo, e será considerada realizada para fins de comprimento do presente contrato, eximindo a **CONTRATADA** de qualquer pena, multa ou indenização. A **CONTRATADA** também não se responsabiliza por qualquer dano causado pelo público presente à apresentação.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 Qualquer das partes **CONTRATADA** ou **CONTRATANTE** que der razão à rescisão do presente contrato, impossibilitando a apresentação dos **"ARTISTAS"** ou o não cumprimento das cláusulas, deverá pagar à outra parte uma multa contratual no valor integral do preço avençado na cláusula terceira do presente contrato.

6.2 Fica dispensado o pagamento da multa da estipulada se a não realização da apresentação decorrer de caso de decretação de calamidade pública, ou doença no Artista devidamente comprovada por junta médica.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO LICENCIAMENTO DO EVENTO

7.1 E de inteira responsabilidade do **CONTRATANTE** a obtenção de alvarás, licenças, autorizações das autoridades públicas do juízo de menores, com pagamento das respectivas taxas e outras providências necessárias à apresentação do show.

CLÁUSULA OITAVA – DO TRANSPORTE

8.1 O transporte da **"BANDA"** fica por conta da **CONTRATADA** até o local do show.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 . E de inteira responsabilidade do **CONTRATANTE** a não permanência de pessoas no palco durante a apresentação do Show, exceção feita aos profissionais envolvidos no espetáculo. E ainda vedado ao **CONTRATANTE** qualquer ingerência no repertório a ser apresentado pelos Artistas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1 A fiscalização do presente instrumento será exercida por um representante da **CONTRATANTE**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93).

10.2 A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, estado de Mato Grosso, para dirimir e julgar qualquer dúvida ou litígio

originado do presente contrato com renúncia de qualquer outro, sendo que à parte considerada responsável pelos eventuais prejuízos causados, deverá ser condenada também ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios e juros e encargos moratórios.

E assim, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente contrato em 2 (duas) vias, na presença de 2 (duas) testemunhas, obrigando as partes e seus herdeiros ou sucessores.

Conquista D'Oeste, 09 de Dezembro de 2014.

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
Contratante

Darci Antônio Zattera E Cia LTDA-ME
DARCI ANTÔNIO ZATTERA
Contratada

Luiza Tenório Cavalcante
RG: 1.306.462-2 – SSP/MT

Tatiane Nunes Nantes Salasar
RG nº 13.645.978/SSP-MT

HÉLIO JOSÉ G. MENDES
Assessor Jurídico
OAB-MT 3383-A

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:9CE1197F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO 110/2014 – PMCO

"Contrato que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE**, e a Empresa **M DE SOUZA NOTOYA - ME**, tendo por objeto a prestação de serviços conforme condições que as cláusulas abaixo especificam".

Aos 10 (dez) dias do mês de dezembro de 2014, o **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** estabelecido na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, **WALMIR GUSE**, brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de identidade n.º 3/R 1.248.224 expedida pela SSI – SC e do CPF 060.590.538–07, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e por outro lado **M DE SOUZA NOTOYA-ME**, empresa com sede na Avenida dos Oitis nº 1.731, na cidade de Conquista D Oeste - MT, estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 20.820.367/0001-69, neste ato representada pelo seu sócio, Sr. **MAXIMIANO DE SOUZA NOTOYA**, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 1.574.119-2 expedida pela SSP/MT, e do CPF nº 005.036.841-98, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, tem entre si justo e avençado as disposições contidas no presente contrato conforme vontade expressas nas clausulas e condições a seguir, tudo em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 A contratada tem por objeto a prestação de serviços de exames laboratoriais para o Serviço Municipal de Saúde, conforme especificações e quantidades discriminadas no **Anexo I** do Edital de Pregão 042/2014/PMCO, e proposta apresentada pela contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS DO CONTRATO

2.1. O presente **CONTRATO** fundamenta-se no pedido nº 2515/2014, e licitado na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº42/2014/PMCO/MT, homologado em 08/12/2014, que são parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. O presente **CONTRATO** vigorará a partir da data de sua assinatura, até 31/12/2014, ficando sujeito à existência dos respectivos créditos orçamentários, podendo ser prorrogado até o prazo final da respectiva Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, a execução, acompanhamento e fiscalização dos serviços adquiridos, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

4.2. Efetuar o pagamento a contratada, de acordo com as condições estabelecidas na Cláusula Oitava deste **CONTRATO**.

4.3. Receber os serviços adjudicados, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital e seus anexos e proposta da Licitante vencedora;

4.4. Emitir as autorizações de fornecimento e realizar o controle efetivo sobre as mesmas;

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A **CONTRATADA** obriga-se a:
a) Executar os serviços definidos na cláusula segunda deste instrumento contratual, na forma e condições previstas no Edital e no Anexo I do Edital de Pregão nº 042/2014, do Pedido nº 2515/2014, da CONTRATANTE e proposta apresentada pela CONTRATADA, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a partir da solicitação;

b) Aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

c) Não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

d) Responsabilizar-se pela execução dos serviços inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor.

e) Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços objeto deste contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento.

f) Os serviços serão desenvolvidos nas dependências da Contratada com agendamento prévio.

5.2. A CONTRATADA deverá:
a) comunicar a contratante por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário, que impeça o cumprimento das obrigações deste contrato, **em especial ao descumprimento da execução dos serviços solicitado, que deverá ser solucionado imediatamente, salvo motivo de força maior que deverá ser comprovado.**

b) Manter contato com a CONTRATANTE sobre quaisquer assuntos relativos à execução dos serviços objeto deste contrato, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso;

c) Estabelecer normas e procedimentos, em conjunto com a CONTRATANTE, para o fluxo operacional da execução dos serviços objeto deste CONTRATO;

d) A Contratada não efetuará os serviços sem requisição formal expedida pela CONTRATANTE.

e) Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.

5.3. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos nos itens acima, não transfere à Administração da Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR CONTRATUAL

6.1. O valor global estimado para a execução dos serviços licitados é de R$ 77.307,96 (setenta e sete mil trezentos e sete reais e noventa e seis centavos).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

7.1 As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

06. Secretaria de Saúde
06.002 – Fundo Municipal de Saúde
10.302.0025.2047 Manutenção do Laboratório Mun. de Análises Clínicas
3.3.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ – F: 0290
Valor: R$ 77.307,96 (setenta e sete mil e trezentos e sete reais e noventa e seis centavos)

7.2 A(s) despesa(s) que seguir (em) no(s) exercício(s) subsequente(s) correrá (ao) à conta de Dotação(ões) Orçamentária(s) que for(em) consignada(s) no orçamento do Município e as alterações se processarão por meio de simples procedimento administrativo.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado mensalmente em até 10 (dez) dias da apresentação da Nota Fiscal Eletrônica/Fatura, contendo a quantidade mensal, devidamente atestado pelo fiscal do contrato, funcionário designado pelo Contratante.

8.2. Nenhum pagamento será efetuado a contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

8.3. O pagamento, pelos serviços efetivamente prestados, poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da contratada em conta corrente mantida em agência bancária indicada pela mesma.

CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1. O CONTRATO deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas enumeradas na Lei Federal n.º 8.666/93, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. À CONTRATADA caberá fornecer os serviços de acordo com a necessidade e o interesse da CONTRATANTE.

9.3 Os serviços serão executados de maneira fracionada de acordo com as necessidades.

9.4 Constatando-se problemas na qualidade dos serviços a contratada fica obrigada a substituí-los e ressarcir eventuais prejuízos causados;

9.5 A Contratada não efetuará a execução dos serviços sem requisição formal expedida pela CONTRATANTE, sob pena de responsabilidade.

9.6 O prazo para execução será no decorrer do exercício de 2014, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização da execução dos serviços será exercida por um representante do **CONTRATANTE**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93).

10.2. A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiro, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

11.1. A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

11.2. O presente **CONTRATO** poderá, ainda, ser rescindido por ato unilateral da administração, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração, desde que justificado, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou ainda judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do Contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

12.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

12.3. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste.

12.4. A multa prevista no item 13.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber.

12.5. Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Representação a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da Decisão da Prefeitura Municipal nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VALIDADE E EFICÁCIA.

13.1. Incumbirá a **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais aditivos no "Diário Oficial", que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente. E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

CONQUISTA D'OESTE – MT, 10 de dezembro de 2014.

WALMIR GUSE
Prefeito
Contratante

M DE SOUZA NOTOYA-ME
Contratada

Testemunhas:

LUIZA TENÓRIO CAVALCANTE
RG: 1.306.462-2 – SSP/MT

LUCIANO APARECIDO DA SILVA
RG nº 1.516.051-3/SSP-MT

Vistos Assessoria Jurídica

HÉLIO JOSÉ G. MENDES
OAB-MT 3383-A

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:AD6B7D72

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 153/2014

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **PAULO CESAR MOURA**, Portador da Cédula de Identidade RG M-5284323 SSP-SP e CPF nº 678.714.026-68, conforme Decreto 006/2013, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **107/2014**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 28 de novembro de 2014.

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:D1360554

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 154/2014

"Designa servidor para exercer, em readaptação funcional, as atividades que especifica."

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais, e com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, "ex-oficio", nos termos do inciso II do artigo 34 da Lei Complementar 001/2001, o servidor **AGNALDO DE OLIVEIRA**, portador da cédula de identidade nº 1059809-0 SJ/MT e CPF 867.386.821-15, ocupante do cargo de trabalhador braçal, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, para exercer, em readaptação funcional, em virtude de limitação em sua capacidade física, conforme laudo de perícia médica oficial, atividades de auxiliar de serviços gerais, enquanto perdurar a restrição laboral, sem aumento ou redução de vencimento, conforme preceitua o artigo 36 do referido Estatuto.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 28 de novembro de 2014.

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:49FC313D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 155/2014

"Designa servidor para exercer, em readaptação funcional, as atividades que especifica."

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais, e com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, "ex-oficio", nos termos do inciso II do artigo 34 da Lei Complementar 001/2001, o servidor **ORLANDO RIBEIRO DOS SANTOS**, portador da cédula de identidade nº 1.640.652 SSP/PR e CPF 276.922.649-53, ocupante do cargo de operador de máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, para exercer, em readaptação funcional, em virtude de limitação em sua capacidade física, conforme laudo de perícia médica oficial, atividades de auxiliar de serviços gerais, enquanto perdurar a

restrição laboral, sem aumento ou redução de vencimento, conforme preceitua o artigo 36 do referido Estatuto.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 28 de novembro de 2014.

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:F0C25FFE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 156/2014

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia o servidor **MÁRCIO ABADE TIOLA**, Coordenador de Cultura, Desporto e Lazer portador da cédula de identidade RG nº 1092741-7 expedida pela SSP/MT e do CPF nº. 836.062.111-04, lotado na Secretária de Cultura Desporto e Lazer, para atuar como fiscal dos contratos administrativos celebrado pelo Município. n° **108/2014**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 05 de dezembro de 2014.

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:9A2C3C74

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 157/2014

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia o servidor **MÁRCIO ABADE TIOLA**, Coordenador de Cultura, Desporto e Lazer portador da cédula de identidade RG nº 1092741-7 expedida pela SSP/MT e do CPF nº. 836.062.111-04, lotado na Secretária de Cultura Desporto e Lazer, para atuar como fiscal dos contratos administrativos celebrado pelo Município. n° **109/2014**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 09 de dezembro de 2014.

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:DA768E3C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 158/2014

Dispõe sobre a nomeação dos membros da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI e dá outras providências.

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes membros para constituição da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI:

I – Paulo César Moura

II – Aldeir Faria Simões.

III – Carlos Alves dos Santos

Art. 2º - O presidente da JARI será o representante Paulo César Moura.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria, correrão por conta das dotações próprias da Prefeitura Municipal.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Conquista D'Oeste, 11 de dezembro de 2014

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:AE9741A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 159/2014

Nomeia a autoridade municipal de trânsito.

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto na Lei Federal nº 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro;

Considerando a competência atribuída aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários municipais para executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis resolve:

Art. 1º Fica nomeado JUCELINO DE OLIVEIRA ÁLVARES, responsável pela Divisão de Trânsito, como autoridade municipal de trânsito.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Portaria, correrão por conta das dotações próprias da Prefeitura Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Conquista D'Oeste, 11 de dezembro de 2014

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:D1F0A7F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 065/2014

"Fixa preços do serviço de limpeza pública e coleta e destinação final dos resíduos sólidos".

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, e com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Os serviços coleta do lixo doméstico e conservação e limpeza de vias e logradouro públicos serão cobrados em parcela única anual, em conformidade com a tabela abaixo:

CATEGORIA DO IMÓVEL	VALOR
COMERCIAL/INDUSTRIAL/SERVIÇOS	30,00
RESIDENCIAL	15,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 1º de dezembro de 2014.

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:1D1A973E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 069/2014

"Extingue cargos vagos e declara em extinção cargos criados pela LC 002/2001".

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, e com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município,

Considerando os termos permissivos do Art. 84, inciso VI, letra b da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam extintos do quadro de servidor efetivo criados pela Lei Complementar 002/2001 os cargos abaixo relacionados:

NÍVEL/REFERENCIA	DENOMINAÇÃO	QUANT.
404 – NIV	Engenheiro Agrônomo	2
420 – NIV	Zootecnista	1
419 – NIV	Tecnólogo em Edificações	1
421 – NIV	Advogado – 40 horas	1
501	Professor de 2º Grau	1
505	Professor Especialização	2
110-NI	Jardineiro	2

Art. 2º Fica declarado em extinção, os cargos abaixo relacionados:

NÍVEL/REFERENCIA	DENOMINAÇÃO
204 – NII	Auxiliar de Enfermagem
201 - NII	Agente Administrativo
302 - NIII	Digitador
137 – NI	Gari
109 – NI	Trabalhador Braçal
207 – NII	Monitor de Educação Infantil
208 – NII	Office Boy
209-NII	Telefonista

Parágrafo Único – Os cargos declarados em extinção, que atualmente estão lotados, não mais poderão ser preenchidos à medida da ocorrência de vacância;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 8 de dezembro de 2014.

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:D14F069F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 70/2014

"Exonera servidor do cargo comissionado que especifica".

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, e com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, do cargo em comissão de Coordenadora de Finanças e Gestão, referencia CC-IV, instituído pela Lei Complementar nº 002/2001, a servidora comissionada **TATIANE NUNES NANTES SALASAR**, portadora da cédula de identidade RG nº 1364597-8, expedida pela SSP/MT e do CPF 700.101.701-97, com efeitos a partir de 22/12/2014.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 08 de dezembro de 2014.

WALMIR GUSE
Prefeito

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:278A919F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 71/2014

"Exonera servidor do cargo comissionado que especifica".

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, e com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, do cargo em comissão de Secretário de Obras, referência CC-III, instituído pela Lei Complementar nº 002/2001, o servidor comissionado **HERMES JOSÉ MEDEIROS** portador da cédula de identidade RG nº 228807, expedida pela SSP/MT e do CPF 241.578.131-20, a partir desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 12 de dezembro de 2014.

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:CBE1BDA2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 072/2014

"Nomeia servidor para exercer cargo comissionado que especifica".

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, e com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município, e

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, para exercer, em comissão, o cargo de Coordenador de Recursos Humanos, referência CC-IV instituído pela Lei Complementar nº 002/2001, **LUCIANO APARECIDO DA SILVA,** portador da cédula de identidade RG nº. 1.516.051-3, expedida pela SSP/MT e do CPF nº. 985.714.781-04 , partir desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 12 de dezembro de 2014.

WALMIR GUSE
Prefeito

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:AF8C00FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 074/2014

Aprova o Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações- JARI

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, e com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno das Juntas Administrativas de
Recursos de Infrações - JARI, integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Conquista D'Oeste, 11 de dezembro de 2014

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:4DC51CDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 073/2014

"Regulamenta a Diretoria de Trânsito criada pela LC 002/2001".

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, e com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município,

Considerando as disposições contidas no Artigo 24 da Lei Federal 9.503 de 23 de setembro de 1997 (código de Transito Brasileiro) e as exigências contidas na Resolução n.º **296/2008- CONTRAN**,

DECRETA

Art. 1º. - A Divisão de Trânsito, criada pelo Art. 3º, inciso I, alínea 1.1.1.3 da Lei Complementar 002/2001 de 12 de 12 de Novembro de 2001, fica regulamentada por este Decreto;

Art. 2º. - É competência da Divisão de Transito exercer as disposições contidas no artigo 24, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 3º. - Compete ainda a Divisão de Trânsito exercer as atividades de engenharia de tráfego, fiscalização de trânsito, educação de trânsito, controle e análise de estatística conforme exigido na Resolução n.º **296/2008- CONTRAN**.

Art. 4º. - A estrutura da Divisão de Trânsito será regulamentada por meio de regimento interno, especificando as atribuições e responsabilidades do órgão.

Art. 5º. - Cabe ao responsável pela Divisão de Trânsito atuar como autoridade de trânsito municipal.

Art. 6º. - A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito, atendendo ao disposto no art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Art. 7º. - Fica criada a Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI vinculada a Divisão de Trânsito.

Art. 8º. - A JARI terá regimento próprio regulamentado através de decreto municipal, observado o disposto no inciso VI, do art. 12, do CTB e apoio administrativo e financeiro da Divisão de Trânsito.

Art. 9º. - Compete a JARI:

I - julgar os recursos interpostos pelos infratores;

II - solicitar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações complementares relativas aos recursos, objetivando uma melhor análise da situação recorrida;

III - encaminhar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações sobre os problemas observados nas autuações e apontados em recursos, e que se repitam sistematicamente.

Art. 10. - A JARI será composta por três membros titulares e respectivos suplentes, sendo:

I - 1 (um) integrante com conhecimento na área de trânsito com, no mínimo, nível médio de escolaridade;

II – 1 (um) representante servidor do órgão ou entidade que impôs a penalidade;

III – 1 (um) representante de entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito;

§ 1º - O presidente poderá ser qualquer um dos integrantes do colegiado, a critério da autoridade competente para designá-los;

§ 2º - È facultada à suplência;

§ 3º É vedado ao integrante das JARI compor o Conselho Estadual de trânsito – CETRAN.

Art. 11. - A nomeação dos integrantes das JARI que funcionam junto aos órgãos e entidades executivos de trânsito ou rodoviários estaduais e municipais será feita pelo respectivo chefe do Poder Executivo, facultada a delegação.

§ 1º - O mandato será, no mínimo, de um ano e, no máximo, de dois anos. O Regimento Interno poderá prevê a recondução dos integrantes da JARI por períodos sucessivos.

Art. 12. - JARI deverá informar ao Conselho Estadual de Trânsito (CETRAN) a sua composição e encaminhará o seu regimento interno, observada a Resolução 357/2010, que estabelece as diretrizes para elaboração do regimento interno da JARI.

Art. 13. - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações próprias da Prefeitura Municipal.

Art. 14. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Conquista D'Oeste, 15 de dezembro de 2014

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:14D0C18F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

GABINETE DO PREFEITO
LEI 862 CONTRATAR FINANCIAMENTO

LEI Nº 862 /2014

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇAO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR FINANCIAMENTO, ATRAVÉS DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO, A OFERECER GARANTIAS, E DA OUTRAS ROVIDENCIAS.

A Prefeita Municipal de Cotriguaçu, estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. - 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar e garantir financiamento junto a Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Financeiro, até o valor de R$ 1.500.000,00 (Hum milhão e quinhentos mil reais), observadas as disposições legais em vigor para contratação de operações de crédito, as normas do STN para a operação.
Parágrafo Único – Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados nas Obras de Infraestrutura – Pavimentação e Qualificação de Via Urbana, objeto/Ruas - Pavimentação Urbana no Município de Cotriguaçu, tratado pela Instrução Normativa n° 41 de 24.10.2012, do Ministério das Cidades.

Art. 2º - Para garantia do principal e encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo as receitas a que se refere o artigo 159, inciso I da Constituição Federal.

§ 1° - Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica o Banco do BRASIL, autorizado a transferir os recursos cedidos ou vinculados à conta e ordem da Caixa Econômica Federal, e esta, à conta do Pró-Transporte PAC 2 – 3ª Etapa com recursos do FGTS, nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, em caso de cessão, ou ao pagamento dos débitos vencidos e não pagos, em caso de vinculação.

§ 2° - Fica o Poder Executivo obrigado a promover o empenho das despesas nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, para cada um dos exercícios financeiros em que se efetuarem as amortizações de principal, juros e encargos da dívida, até o seu pagamento final.

Art. 3º - Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4° – O Orçamento Municipal consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento das despesas relativas a amortização do principal, juros e as tarifas bancárias decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Cotriguaçu-MT, 16 de dezembro de 2014.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Noeli Maria Lorandi
Código Identificador:53F68126

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
AVISO DE RESULTADO - TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2014

A Prefeitura Municipal de Curvelândia-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela portaria nº 461/2014, torna público o resultado do Tomada de Preço nº 00/2014, cujo objeto é o**Contratação de empresa especializada para Execução de Obra/Reforma das Instalações Elétricas e de Divisórias no Centro de Múltiplo Uso CRAS/PAIF no município de Curvelândia-MT**, cujo certame teve como vencedora a empresa: N. S. Construtora Ltda –ME, inscrita no CNPJ: 14.039.081/0001-48 para o item único perfazendo o valor total de R$ 20.481,39 (vinte mil, quatrocentos e oitenta e um reais e trinta e nove centavos centavos).

Curvelândia-MT, 15 de dezembro de 2014.

CLÁUDIO NASCIMENTO LOPES
Presidente da CPL

Publicado por:
July Joana Vicensotti
Código Identificador:DE51EFA3

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE PENALIDADE

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, **CANCELA A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 073/2014** e aplica **SANSÃO ADMINISTRATIVA** à empresa **RJ COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE LUBRIFICANTES EIRELI EPP,** CNPJ: 17.169.134/0001-33. Das Sanções Administrativas: Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Diamantino - MT, por prazo de 02 (dois) anos, conforme cláusula 12º e 14º parágrafo terceiro da Ata de Registro de Preço 020/2014, e inciso I do Art. 78 da Lei 8.666/93.
Este comunicado entra em vigor a partir da data de sua publicação

Diamantino - MT, 16 de dezembro de 2014.

JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Berenice Wagner da Silva
Código Identificador:F54BF43C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 093/2014

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através do Pregoeiro Oficial, torna público o RESULTADO do PREGÃO PRESENCIAL 093/2014, cujo objeto é: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE COLETA, REMOÇÃO E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS ATÉ SUA DESTINAÇÃO FINAL, VARRIÇÃO MANUAL, CAPINA MANUAL, QUIMICA E RASPAGEM, DE RUAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO - MT.** Onde se sagrou vencedora a empresa **ELETROCONSTRO ELETRIFICAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA,** CNPJ: 02.091.432/0001-80, totalizando **R$ 980.000,00** (Novecentos e oitenta mil Reais).

Diamantino - MT, 16 de Dezembro de 2014.

LAURO JOSNEY CORREA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Lauro Josney Correa
Código Identificador:93FA5F3F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2014

MODALIDADE: Concorrência N° 01/2014
Tipo: Menor Preço Global

A Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT torna público aos interessados que na Concorrência Nº 001/2014, cujo objeto é a **Construção de 07 (sete) Escolas Indígenas,** cuja abertura ocorreu às 09:00 horas do dia 16/12/2014, na sede da Prefeitura Municipal, situada a Av. João Ponce de Arruda, s/n, Centro, General Carneiro-MT, com o objetivo de análise dos documentos de habilitação da empresa: **Solutions Corp Assessoria Empresarial LTDA - EPP**, **CNPJ: 07.461.414/0001-67**, estando a mesma habilitada para prosseguir para próxima faze do certame. Abrindo o período de 03 dias úteis da publicação para a abertura das propostas.

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de General Carneiro, 16/12/2014.

RENATA CRISTINA DO CARMO PEREIRA
Presidenta da C.P.L

Publicado por:
Renato Silva Vilela
Código Identificador:0917EDCA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 798/2014 DE 05/12/2014.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,
RESOLVE:
ARTIGO 1º – CONCEDER FÉRIAS, as servidoras abaixo relacionadas.

SERVIDORA:	**ADELAIDE PALERMO BASTO**
CARGO:	**AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS**
Período de:	**05/12/2014 A 03/01/2015 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2013/2014**

SERVIDORA:	**MARINEIDE COSTA DOS SANTOS**
CARGO:	**AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR**
Período de:	**05/12/2014 A 03/01/2015 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2013/2014**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 05 (Cinco) dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 05/12/2014.
NP 1060/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:7F75A3B3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 799/2014 DE 05/12/2014.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,
RESOLVE:
ARTIGO 1º – CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	**SELMA RIBEIRO SOUSA SILVA**
CARGO:	**COZINHEIRA**
Período de:	**05/12/2014 A 02/02/2015 (60 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2007-2012**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 05 (Cinco) dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 05/12/2014.
NP 1061/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:FEEB6E7B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 800/2014 DE 08/12/2014.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,
RESOLVE:
ARTIGO 1º – CONCEDER FÉRIAS, a servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	**IRANI PEREIRA DA SILVA COSTA**
CARGO:	**TÉCNICA DE ENFERMAGEM**
Período de:	**07/12/2014 a 05/01/2014 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2013/2014**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07/12/2014, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 08 (Oito) dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 08/12/2014.
NP 1062/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:62D320D0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 801/2014 DE 08/12/2014.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,
RESOLVE:
ARTIGO 1º – CONCEDER FÉRIAS, aos servidores abaixo relacionados.

SERVIDOR:	**DAILSON BRITO LIMA**
CARGO:	**AGENTE DE VIGILÂNCIA EMANUTENÇÃO**
Período de:	**08/12/2014 a 06/01/2014 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2013/2014**

SERVIDORA:	**THAUS JANAINA CAPANEMA**
CARGO:	**ENFERMEIRA**
Período de:	**08/12/2014 a 22/12/2014 (15 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**16/04/2011 A 16/04/2012 (05 DIAS)** **16/04/2012 A 16/04/2013 (10 DIAS)**

SERVIDORA:	**EDNEIA SCAVAZINI DA COSTA**
CARGO:	**TÉCNICA DE ENFERMAGEM**
Período de:	**08/12/2014 a 06/01/2014 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2013/2014**

SERVIDORA:	**ALDENORA MARIA PINTO**
CARGO:	**AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE**
Período de:	**08/12/2014 a 06/01/2014 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2013/2014**

SERVIDOR:	**WAGNER MEZZOMO**
CARGO:	**AGENTE DE VIGILÂNCIA E MANUTENÇÃO**
Período de:	**08/12/2014 a 06/01/2014 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2012/2013**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 08 (Oito) dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 08/12/2014.
NP 1063/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:D3068AA6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 802/2014 DE 08/12/2014.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,
RESOLVE:
ARTIGO 1º – CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao servidor abaixo relacionado.

SERVIDOR:	**LAERCIO VANDERLEI PEREIRA**
CARGO:	**MOTORISTA CATEGORIA C**
Período de:	**08/12/2014 A 07/03/2015 (90 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2009/2014**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 08 (Oito) dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 08/12/2014.
NP 1064/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional
Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:28332A05

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 803/2014 DE 08/12/2014.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,
RESOLVE:
ARTIGO 1º – CONCEDER FÉRIAS, as servidoras abaixo relacionadas.

SERVIDORA:	**SONIA QUIRINO RODRIGUES**
CARGO:	**AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR**
Período de:	**08/12/2014 a 06/01/2014 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2012/2013**

SERVIDORA:	**AVANEIDE PERPETUA DE JESUS**
CARGO:	**AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR**
Período de:	**08/12/2014 a 06/01/2015 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2008/2009**

SERVIDORA:	**MARIA HELENA DA SILVA**
CARGO:	**AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR**
Período de:	**08/12/2014 a 06/01/2014 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2012/2013**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 08 (Oito) dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 08/12/2014.
NP 1065/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional
Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:C307D854

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 804/2014 DE 10/12/2014.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,
RESOLVE:
ARTIGO 1º – CONCEDER FÉRIAS, aos servidores abaixo relacionados.

SERVIDOR:	**ELIAS CESAR DA SILVA**
CARGO:	**TECNICO DE ENFERMAGEM**
Período de:	**10/12/2014 a 29/12/2014 (20 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2013/2014**

SERVIDORA:	**DENIZE ARVILA DA SILVA**
CARGO:	**AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR**
Período de:	**10/12/2014 a 24/12/2014 (15 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**19/01/2013 A 19/01/2014 (10 DIAS)** **19/01/2014 A 19/01/2015 (05 DIAS)**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 10 (Dez) dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 10/12/2014.
NP 1066/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional
Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:475624A2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA NC Nº 028/2014 DE 10/12/2014

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - Fica nomeado em caráter efetivo nos termos do Concurso Público Municipal Nº 001/2012, Edital Nº 001/2012 a candidata **REGINA FERREIRA LIMA,** brasileira, maior, portadora do CIRG Nº 1952535-4 SSP/MT e do CPF Nº 024.337.761-47, residente e domiciliado nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para exercer o cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS,** com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,revogados as disposições ao contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 10 (Dez) dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 10/12/2014.
NP 1067/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional
Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:D4919E0D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 805/2014 DE 10/12/2014.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO

USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,
RESOLVE:
ARTIGO 1º – CONCEDER FÉRIAS, a servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	**PATRÍCIA APARECIDA KOVALSKI COUTO**
CARGO:	**AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR**
Período de:	**04/12/2014 A 18/12/2014 (15 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2012/2013**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 10 (Dez) dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 10/12/2014.
NP 1070/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:C02499F4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 806/2014 DE 11/12/2014.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,
RESOLVE:
ARTIGO 1º – CONCEDER FÉRIAS, a servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	**MARIA GORETE DE MELLO**
CARGO:	**AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR**
Período de:	**11/12/2014 A 09/01/2015 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**16/04/2012 A 16/04/2013 (15 DIAS)** **16/04/2013 A 16/04/2014 (15 DIAS)**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 11 (Onze) dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 11/12/2014.
NP 1071/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:2DA326F5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 807/2014 DE 11/12/2014.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,
RESOLVE:
ARTIGO 1º – CONCEDER FÉRIAS, aos servidores abaixo relacionados.

SERVIDOR:	**DALVO ANTÔNIO DE GOIS**
CARGO:	**MOTORISTA CATEGORIA "C"**
Período de:	**12/12/2014 A 10/01/2015 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2013/2014**

SERVIDOR:	**FRANCISCO SANTANA FERREIRA**
CARGO:	**OPERADOR DE MAQUINAS AGRICOLAS**
Período de:	**12/12/2014 A 10/01/2015 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2012/2013**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 11 (Onze) dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 11/12/2014.
NP 1072/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:EE06E9EF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 808/2014 DE 11/12/2014.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,
RESOLVE:
ARTIGO 1º – CONCEDER FÉRIAS, aos servidores abaixo relacionados.

SERVIDORA:	**ILDA LUZ DE JESUS PEREIRAa**
CARGO:	**AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR**
Período de:	**15/12/2014 A 29/12/2014 (15 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2013/2014**

SERVIDORA:	**ANDRÉA BONFANTI**
CARGO:	**AGENTE ADMINISTRATIVO**
Período de:	**15/12/2014 A 23/01/2015 (40 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**02/03/2012 A 02/03/2013 (20 DIAS)** **02/03/2013 A 02/03/2014 (20 DIAS)**

SERVIDOR:	**CELSO FELIPE CRESTANI**
CARGO:	**BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO**
Período de:	**15/12/2014 A 24/12/2014 (10 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2011/2012**

SERVIDOR:	**JOÃO CAETANO DOS SANTOS**
CARGO:	**AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA**
Período de:	**15/12/2014 A 03/01/2015 (20 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2012/2013**

SERVIDOR:	**CESAR DE LIMA LAYDNER**
CARGO:	**MÉDICO**
Período de:	**15/12/2014 A 13/01/2015 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**01/08/2010 A 01/08/2011 (15 DIAS)** **01/08/2011 A 01/08/2012 (15 DIAS)**

SERVIDORA:	**CLARA MARIANA TAVARES DE ALMEIRA FERREIRA**
CARGO:	**AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS**
Período de:	**15/12/2014 A 13/01/2015 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2013/2014**

SERVIDORA:	**MARIA JOSÉ BENASSI LAZARO ALVES**
CARGO:	**ENFERMEIRA**
Período de:	**15/12/2014 A 13/01/2015 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**15/03/2012 A 15/03/2013 (15 DIAS)** **15/03/2013 A 15/03/2014 (15 DIAS)**

SERVIDORA:	**CRISTIANE SCALON BETZKOWSKI**
CARGO:	**DENTISTA**
Período de:	**15/12/2014 A 24/12/2014 (15 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2011/2012**

SERVIDOR:	**NÉLIO GONÇALVES DE OLIVEIRA**
CARGO:	**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**
Período de:	**15/12/2014 A 13/01/2015 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2009/2010**

SERVIDOR:	**VALDEMIRO BORELLI**
CARGO:	**MOTORISTA CETEGORIA "C"**
Período de:	**15/12/2014 A 13/01/2015 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2013/2014**

SERVIDOR:	**RONALDO QUIRINO DO PRADO**
CARGO:	**SOLDADOR**
Período de:	**15/12/2014 A 13/01/2015 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2012/2013**

SERVIDOR:	**GABRIEL DEMBOGURSKI**
CARGO:	**OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS**
Período de:	**15/12/2014 A 13/01/2015 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2013/2014**

SERVIDORA:	**ANTÔNIA FRANCISCA DE OLIVEIRA MIRANDA**
CARGO:	**CHEFE DE DIVISÃO DE APOIO A CRIANÇA E ADOLESCENTE**
Período de:	**15/12/2014 A 03/01/2015 (20 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2013/2014**

SERVIDORA:	**LUZIA APARECIDA DE LIMA**
CARGO:	**AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR**
Período de:	**15/12/2014 A 13/01/2015 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2013/2014**

SERVIDORA:	**GENILDA TERESINHA LOPES DE QUEIROZ**
CARGO:	**AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR**
Período de:	**15/12/2014 A 23/01/2015 (40 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**17/03/2012 A 17/03/2013 (20 DIAS)** **17/03/2013 A 17/03/2014 (20 DIAS)**

SERVIDORA:	**MARIA JOSÉ DA SILVA COSTACURTA**
CARGO:	**COPEIRA**
Período de:	**15/12/2014 A 13/01/2015 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2012/2013**

SERVIDOR:	**FLAVIO ALFREDO KOCH**
CARGO:	**PROFESSOR**
Período de:	**15/12/2014 A 13/01/2015 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2012/2013**

SERVIDOR:	**LINDOMAR RODRIGUES DOS SANTOS**
CARGO:	**COORDENADOR DE FROTAS**
Período de:	**15/12/2014 A 03/01/2015 (20 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2013/2014**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 11 (Onze) dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada Nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal E Publicado no Site da Prefeitura Municipal, em 11/12/2014.
NP 1073/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:3F883EA4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 809/2014 DE 11/12/2014.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,
RESOLVE:
ARTIGO 1º – CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	**LILIANE SCHUH**
CARGO:	**ENFERMEIRA**
Período de:	**15/12/2014 A 14/03/2015 (90 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2007/2012**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 11 (Onze) dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 11/12/2014.
NP 1074/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:09EC1DB9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 810/2014 DE 11/12/2014

"NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR A COMISSÃO PERMANENTE DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº 262/2013, DE 18/03/2103 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE REORGANIZAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS TITULARES PARA COMPOR A COMISSÃO PERMANENTE DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DECORRENTE DA EXCLUSÃO DA PRESIDENTE, ME FUNÇÃO DO PEDIDO DE DEMISSÃO, ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 782/2014, DE 12/11/2104;

R E S O L V E :
Artigo 1º - Alterar a composição dos membros constituído pela Portaria nº 262/2013, de 18/03/2013, para nomear a nova Presidente da Comissão, em função de exclusão da Presidente Adriele Pretto, decorrente do pedido de Demissão do quadro efetivo de servidores desta Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, tendo sua nova composição, conforme segue abaixo:

Presidente: Eliane de Fátima Borré
Secretária: Angela Maria de Macedo
Membro: Rita Ferreira Nunes
Membro: Pedro José Nunes Ferreira Alves de Faria
Membro: Cesar de Lima Laydner
Membro: Rosinha Fin Barbosa – Conselheira Municipal de Saúde
Membro: Antonio de Souza – Conselheiro Municipal de Saúde
Artigo 2º- Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada Nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no Site da Prefeitura Municipal, em 11/12/2014.
NP 1075/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:C959C90E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 811/2014 DE 11/12/2014

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - Nomear, a senhora **ELAINE RODRIGUES PINTO RIBEIRO**, portadora do RG nº 2290961-3 SSP/MT e do CPF n° 040.918.051-32**,** residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para o Cargo de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL**, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/12/2014, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 11 (Onze) dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 11/12/2014.
NP 1076/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:248144E0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 812/2014 DE 11/12/2014

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - Nomear, a senhora **JEANI LUCIA ENZWELLER BARTH**, portadora do RG nº 1476291-9 SSP/MT e do CPF n° 581.735.871-91**,** residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para o Cargo de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO**, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/12/2014, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 11 (Onze) dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 11/12/2014.
NP 1077/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:F66C518B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 813/2014 DE 11/12/2014

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - Nomear, a senhora **LUCIENE GOMES BATISTA**, portadora do RG nº 1817522-8 SSP/MT e do CPF n° 006.842.391-83**,** residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para o Cargo de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR**, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/12/2014, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 11 (Onze) dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 11/12/2014.
NP 1078/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:EA6DF804

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 814/2014 DE 11/12/2014

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - Nomear, o senhor **JONES MARTINS CAVALCANTE**, portador do RG nº 2313848-3 SSP/MT e do CPF n° 029.949.001-73**,** residente e domiciliado nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para o Cargo de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRATIVO**, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/12/2014, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 11 (Onze) dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 11/12/2014.
NP 1079/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:90CB14C2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 815/2014 DE 11/12/2014

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - Nomear, o senhor **ANDRÉ DOS SANTOS NASCIMENTO**, portador do RG nº 1827065-4 SSP/MT e do CPF n° 0001.224.431-79**,** residente e domiciliado nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para o Cargo de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO**, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/12/2014, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 11 (Onze) dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 11/12/2014.
NP 1080/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:7509110E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 816/2014 DE 11/12/2014.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,
RESOLVE:
ARTIGO 1º – CONCEDER FÉRIAS, a servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	**IZABEL DA COSTA**
CARGO:	**PROFESSORA**
Período de:	**09/12/2014 A 23/12/2014 (15 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**01/08/2008 A 01/08/2009 (05 DIAS)** **01/08/2012 A 01/08/2013 (10 DIAS)**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09/12/2014, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 11 (Onze) dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada Nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no Site da Prefeitura Municipal, em 11/12/2014.
Np 1082/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:704CE296

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA NC Nº 029/2014 DE 15/12/2014

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - Fica nomeado em caráter efetivo nos termos do Concurso Público Municipal Nº 001/2012, Edital Nº 001/2012 a candidata **ZENILDA DE CASTILHO JANTSCH,** brasileira, maior, portadora do CIRG Nº 860.866 SSP/MT e do CPF Nº 522.719.431-91, residente e domiciliado nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para exercer o cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS,** com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,revogados as disposições ao contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 15 (Quinze) dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 15/12/2014.
NP 1083/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:0F853ED7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 817/2014 DE 15/12/2014.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,
RESOLVE:
ARTIGO 1º – CONCEDER FÉRIAS, ao servidor abaixo relacionado.

SERVIDOR:	**VALDIR DOMIMICIANO SANCHES**
CARGO:	**MOTORISTA CATEGORIA ''B''**
Período de:	**16/12/2014 A 04/01/2014 (20 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2011/2012**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 15 (Quinze) dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 15/12/2014.
NP 1084/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:2D8B7B15

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 818/2014 DE 15/12/2014.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,
RESOLVE:
ARTIGO 1º – CONCEDER FÉRIAS, aos servidores abaixo relacionados.

SERVIDORA:	**TEREZINHA MARIA DE JESUS**
CARGO:	**AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR**
Período de:	**18/12/2014 A 16/01/2015 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2013/2014**

SERVIDOR:	**WILSON KOITI TASHIMA**
CARGO:	**MÉDICO**
Período de:	**18/12/2014 A 16/01/2015 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2013/2014**

SERVIDORA:	**MARIA ROSA RODRIGUES DE SOUSA CARMO**
CARGO:	**AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR**
Período de:	**18/12/2014 A 01/01/2015 (15 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2013/2014**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 15 (Quinze) dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 15/12/2014.
NP 1085/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:CC7638EE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 819/2014 DE 15/12/2014.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,
RESOLVE:
ARTIGO 1º – CONCEDER FÉRIAS, aos servidores abaixo relacionados.

SERVIDORA:	**IZOLENE LOURDES FERLA**
CARGO:	**COPEIRA**
Período de:	**19/12/2014 A 17/01/2015 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2013/2014**

SERVIDOR:	**GENOR JOSE DA SILVA**
CARGO:	**AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA**
Período de:	**19/12/2014 A 17/01/2015 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2012/2013**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 15 (Quinze) dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 15/12/2014.
NP 1086/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:7F9A31A7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 820/2014 DE 15/12/2014.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,
RESOLVE:
ARTIGO 1º – CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao servidor abaixo relacionado.

SERVIDOR:	**JOSE NETO GUIMARÃES**
CARGO:	**PINTOR**
Período de:	**19/12/2014 A 18/03/2015 (90 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2007/2012**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 15 (Quinze) dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 15/12/2014.
NP 1087/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:6206F7AC

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1213/14 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

"DENOMINA RUA NO BAIRRO INDUSTRIAL, MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. – Fica denominada, por esta Lei, como Rua **"MICHELE CAROLINA SUZINI GONÇALVES**", situada na quadra 101, confrontando com a Rua dos Sapotis e Rua dos Buritis, no Bairro Industrial, neste Município de Guarantã do Norte-MT.

Art. 2º. – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte – MT, aos (10) dez dias do mês de dezembro do ano de 2014.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada na Secretaria Municipal de Governo e Articulação Institucional, publicada no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.
NP 01068/2014

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo E Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:95C1776B

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1214/14 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

"DECLARA COMO ENTIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO ATLETICA BANCO DO BRASIL DE GUARANTÃ DO NORTE-MT – E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. – Fica declarada como Entidade de Utilidade Pública Municipal a **ASSOCIAÇÃO ATLETICA BANCO DO BRASIL**, com Sede na Rodovia BR 163, Km 722, Zona Rural, neste município de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso, registrada no Cartório do 2º Ofício de Peixoto de Azevedo, sob o nº R 1.748, do Livro /008, às folhas 149. Associação com personalidade jurídica sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 05.491.161/0001-49.

Art. 2º. – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte – MT, aos (10) dez dias do mês de dezembro do ano de 2014.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada na Secretaria Municipal de Governo e Articulação Institucional, publicada no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.
NP 01069/2014

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:BD59B281

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO SRP 021/2014

A Prefeitura Municipal de Indiavaí-MT, através do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial Registro De Preços nº 021/2014, cujo Objeto é: Contratação de empresa para fornecer licença de uso do Sistema Informatizado de Gestão da Saúde, Informatização dos Agentes de Saúde, Endemias, Sanitários, incluindo os serviços de

treinamento, implantação, conversão dos dados existentes, serviço de Plataforma de Aplicativos Móveis, composta por Ambiente e Execução de Aplicativos Móveis, Ambiente de Desenvolvimento, Ambiente de Operação e Gestão e Infraestrutura Operacional na modalidade de computação em nuvem; manutenção legal e corretiva durante o período contratual, suporte técnico, configuração, parametrização e customização para adaptar o sistema às necessidades do Município de INDIAVAI, com capacitação de todos os servidores envolvidos no processo, integrados com o E-SUS. Dia: 30/12/2014. Entrega dos Envelopes: Até as 08:00 horas (horário de Mato Grosso), do dia 30/12/2014. Edital Completo: Afixado no endereço Rua Getúlio Vargas nº 650, Centro, Indiavaí/MT, CEP 78.295-000, **(quando o edital for solicitado por e-mail as empresas deverão encaminhar seus dados empresariais para o e-mail (pmindiavailicitacao@gmail.com)**; Abertura do envelope Nº 01: Às 8:30 horas, do dia 15 de dezembro de 2014, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Indiavaí – MT. 16 de Dezembro de 2014.

CLEBER PEREIRA DOS SANTOS
Pregoeiro Municipal.

Publicado por:
Cleber Pereira dos Santos
Código Identificador:98F8DDFB

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.° 051/2014

SÚMULA: " ALTERA O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE ITAÚBA – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. RAIMUNDO ZANON, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NOS TERMOS DE CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ITAÚBA – MT.

DECRETA:

Art. 1º - Fica excepcionalmente estabelecido o horário de funcionamento dos órgãos da Prefeitura Municipal, no período de **22 de dezembro de 2014 à 05 de janeiro de 2015** da seguinte forma:
§ 1º - O horário de expediente de que trata o caput do presente artigo será de segunda a sexta-feira a partir das **07h00min**, finalizando às **13h00min**.
§ 2° - A Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer deverá respeitar o calendário escolar;
§ 3º - A Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, a Farmácia Básica e o Laboratório de Análises Clinicas, obedecerão aos seguintes horários de funcionamento: de segunda a sexta-feira das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, prestando os serviços normais à saúde da população
a) Aos sábados, domingos e feriados a Farmácia Básica e o Laboratório de Análises Clínicas funcionarão em regime de plantão;
§ 4º - A Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos adotará no período de **22 de dezembro de 2.014 a 05 de janeiro de 2.015**, o regime de sobreaviso;
Art. 2º - Não estão incluídos neste decreto os setores considerados essenciais da Administração Pública, tais como coleta de lixo domiciliar, distribuição e fornecimento de água, os serviços de saúde prestados pela FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE MUNICIPAL DE ITAÚBA, entre outros, os quais continuarão suas atividades dentro dos horários habituais;
Art. 3º - Não Haverá expediente nos dias **24, 25, 26 e 31** de dezembro de 2014 e nos dias **01 e 02** de janeiro de 2015 **para os órgãos municipais alcançados por força deste Decreto;**
Art. 4º - Na Unidade do Programa de Saúde da Família - PSF., não haverá expediente entre os dias **22 de dezembro de 2014 e 05 de janeiro de 2.015,** sendo que o atendimento normal ao público será transferido para a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE MUNICIPAL DE ITAÚBA.
Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso, em 16 de dezembro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOZE (16) DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E QUATORZE (2014).

RAIMUNDO ZANON
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

PUBLICADA E AFIXADA NO MURAL DESTA PREFEITURA MUNICIPAL NO PERÍODO DE 16/12/2014 À 16/01/2015.

Publicado por:
Keitty Suelly Oliveira Gonçalves
Código Identificador:FA53EB4E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 207/2014

DATA ASSINATURA: 12/12/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT
CONTRATADO: JOSIANE FERREIRA DE SOUZA OLIVEIRA
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NO CARGO JARDINEIRO, DEVENDO PERFAZER UMA CARGA HORÁRIA DE 40H SEMANAIS.
VALOR: CORRESPONDE AO VALOR-BASE DO CARGO, CONSTANTE NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2014
DATA DA VIGÊNCIA: 01 ANO, PRORROGÁVEL POR IGUAL PERÍODO.

Publicado por:
Hidilene Nunes de Oliveira Conto
Código Identificador:E829165F

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 208/2014

DATA ASSINATURA: 15/12/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT
CONTRATADO: SUZIMARA RODRIGUES SILVA SANTOS
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NO CARGO AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, DEVENDO PERFAZER UMA CARGA HORÁRIA DE 40H SEMANAIS.
VALOR: CORRESPONDE AO VALOR-BASE DO CARGO, CONSTANTE NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2014
DATA DA VIGÊNCIA: 01 ANO, PRORROGÁVEL POR IGUAL PERÍODO.

Publicado por:
Hidilene Nunes de Oliveira Conto
Código Identificador:E8AD8664

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 209/2014

DATA ASSINATURA: 16/12/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT
CONTRATADO: ELIAZARA SOARES CAMPOS
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NO CARGO AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, DEVENDO PERFAZER UMA CARGA HORÁRIA DE 40H SEMANAIS.
VALOR: CORRESPONDE AO VALOR-BASE DO CARGO, CONSTANTE NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2014
DATA DA VIGÊNCIA: 01 ANO, PRORROGÁVEL POR IGUAL PERÍODO.

Publicado por:
Hidilene Nunes de Oliveira Conto
Código Identificador:E40173BD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 201, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS EXARADAS NO ART. 51, I

Concede férias a servidores públicos que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

R E S O L V E:

Art. 1° - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias aos servidores abaixo nominados, relativo ao período aquisitivo que menciona como segue:

NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	RETORNO
ADALBERTO PEREIRA DE ANICESIO	SECRETÁRIO DE ESPORTE E LAZER	02/01/2013 a 02/01/2014	15/12/2014 a 13/01/2015	14/01/2015
ADRIANA DA SILVA VASCONCELOS	GUARDA	07/03/2012 a 07/03/2013	08/12/2014 a 06/01/2015	07/01/2015
ALAIR ROCHA DA SILVA	RECEPCIONISTA	05/03/2013 a 05/03/2014	10/12/2014 a 08/01/2015	09/01/2015
ALBA FELIZARDA DE SOUZA	AUXILIAR DE LABORATÓRIO	10/02/2013 a 10/02/2014	03/12/2014 a 01/01/2015	02/01/2015
ALDAIR BATISTA OLIVEIRA DIAS	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	05/09/2013 a 05/09/2014	01/01/2015 a 30/01/2015	31/01/2015
AMÉLIA NEVES DA MAIA	ARTIFICIE DE COPA E COZINHA	29/04/2013 a 29/04/2014	02/01/2015 a 31/01/2015	01/02/2015
ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA	LUBRIFICADOR	10/02/2012 a 10/02/2013	08/12/2014 a 06/01/2015	07/01/2015
ANTÔNIO LUIZ DE SOUZA	MOTORISTA	28/04/2012 a 28/04/2013	01/12/2014 a 30/12/2014	31/12/2014
CRISTIANO MARIN	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA	02/01/2013 a 02/01/2014	15/12/2014 a 13/01/2015	14/01/2015
ELIANE NEUBERT	COORDENADOR DE RH	03/01/2012 a 03/01/2013	29/12/2014 a 27/01/2015	28/01/2015
EVA ALVES DE SOUZA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11/03/2013 a 11/03/2014	12/12/2014 a 10/01/2015	11/01/2015
FATIMA MARTINS DA SILVA	RECEPCIONISTA	08/11/2013 a 08/11/2014	15/12/2014 a 13/01/2015	14/01/2015
FERNANDA RODRIGUES PACHECO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	24/10/2013 a 24/10/2014	24/11/2014 a 23/12/2014	24/12/2014
FRANCIELLE DALLA VALLE	ODONTÓLOGO	05/09/2013 a 05/09/2014	01/12/2014 a 30/12/2014	31/12/2014
FRANCISCO EDICARLOS MOREIRA DE OLIVEIRA	ENFERMEIRO	29/08/2013 a 29/08/2014	01/12/2014 a 30/12/2014	31/12/2014
JAIRO CARVALHO DOS REIS	MOTORISTA	25/03/2013 a 25/03/2014	09/12/2014 a 07/01/2015	08/01/2015
JHONATAN DOS SANTOS CARVALHO	AGENTE ADMINISTRATIVO	13/09/2013 a 13/09/2014	05/01/2015 a 03/02/2015	04/02/2015
JOANA DARK RODRIGUES DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	06/03/2013 a 06/03/2014	02/01/2015 a 31/01/2015	01/02/2015
JOÃO DA SILVA FILHO	OPERADOR DE MAQUINAS	02/04/2012 a 02/04/2013	02/12/2014 a 31/12/2014	01/01/2015
JOSE APARECIDO SOUZA OLIVEIRA	OPERADOR DE MAQUINAS	24/01/2013 a 24/01/2014	10/12/2014 a 08/01/2015	09/01/2015
JOSE CARLOS BATISTA	TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	01/02/2013 a 01/02/2014	01/12/2014 a 30/12/2014	31/12/2014
KARINE D`AGOSTIN	AGENTE ADMINISTRATIVO	29/08/2013 a 29/08/2014	24/11/2014 a 23/12/2014	24/12/2014
LUCELMA DE ALMEIDA ROCHA	GARI	07/03/2013 a 07/03/2014	22/12/2014 a 20/01/2015	21/01/2015
LUCIANA DALL¨ACOSTA	GUARDA	05/09/2013 a 05/09/2014	29/12/2014 a 27/01/2015	28/01/2015
MANOEL DOURADO MARQUES	SECRETÁRIO DE CULTURA	29/04/2013 a 29/04/2014	29/12/2014 a 27/01/2015	28/01/2015
MARCOS APARECIDO JANJACOMO	MOTORISTA	27/03/2012 a 27/03/2013	03/12/2014 a 01/01/2015	02/01/2015
MARCOS PAULO QUIRINO	GERENTE DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	27/02/2012 a 27/02/2013	12/12/2014 a 10/01/2015	11/01/2015
MARIA JOSE ALVES RODRIGUES	GUARDA	27/08/2013 a 27/08/2014	03/12/2014 a 01/01/2015	02/01/2015
MARIA JOSE DE FREITAS ARAÚJO	ARTIFICIE DE COPA E COZINHA	29/04/2012 a 29/04/2013	01/12/2014 a 30/12/2014	31/12/2014
MARIA SIMONE SOUZA BRAZ	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	04/02/2012 a 04/02/2013	03/12/2014 a 01/01/2015	02/01/2015
MARIA SOARES AMORIN	GARI	29/08/2013 a 29/08/2014	22/12/2014 a 20/01/2015	21/01/2015
MARIA ZAIDA GARCIA CAMPOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	25/02/2013 a 25/02/2014	02/12/2014 a 31/12/2014	01/01/2015
MARIO CONCEIÇÃO PEREIRA CAVALCANTE	FISCAL DE VIGILÂNCIA	29/04/2013 a 29/04/2014	02/12/2014 a 31/12/2014	01/01/2015
NAIR DE LOURDES OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	14/04/2013 a 14/04/2014	05/12/2014 a 03/01/2015	04/01/2015
NEIVA CARMEN PRESOTTO DE MATOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11/03/2013 a 11/03/2014	05/12/2014 a 03/01/2015	04/01/2015
ROGERIO SOARES DOS SANTOS	COORDENADOR DE SERVIÇOS URBANOS	02/01/2013 a 02/01/2014	10/12/2014 a 08/01/2015	09/01/2015
SAMIA CONCEIÇÃO CAMPOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	06/03/2013 a 06/03/2014	08/12/2014 a 06/01/2015	07/01/2015
SANDRA REGINA SILVA AFONSO	GUARDA	04/09/2013 a 04/09/2014	17/12/2014 a 15/01/2015	16/01/2015
SARA REGINA RODRIGUES DE OLIVEIRA	GUARDA	05/04/2012 a 05/04/2013	02/01/2015 a 31/01/2015	01/02/2015
WALDERSON SANTOS SOUZA	GUARDA	01/02/2013 a 01/02/2014	10/12/2014 a 08/01/2015	09/01/2015

Art. 2° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 28 de novembro de 2014.

PUBLIQUE-SE,
REGISTRE-SE E
CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hidilene Nunes de Oliveira Conto
Código Identificador:5BC02B2E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 66, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.DECRETO N.º 66, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014. "REGULAMENTA AS ÁREAS DE FORMAÇÃO, O QUANTITATIVO DAS VAGAS E OS REQUISITOS PARA A DISPONIBILIZAÇÃO DE BOLSA DE ESTÁGIO, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL." O PRE

"Regulamenta as áreas de formação, o quantitativo das vagas e os requisitos para a disponibilização de bolsa de estágio, no âmbito do Poder Executivo Municipal."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, ESTADO DO MATO GROSSO, no uso das competências e atribuições que lhe conferem a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO, o poder regulamentar outorgado ao Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO, a necessidade de regulamentar a Lei Municipal nº 847, de 18 de setembro de 2014;

CONSIDERANDO, o convenio firmado com o Centro de Integração Empresa Escola – CIEE.

CONSIDERANDO, a necessidade de criar regras para disponibilização da bolsa estágio no âmbito de Poder Executivo Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Para fins de disponibilização de bolsa estágio, ficam instituídas, para o exercício financeiro do ano de 2015 as vagas e as áreas de formação abaixo especificadas:

Curso	TOTAL DE VAGAS	Vagas	
		Itiquira	Ouro Branco do Sul
Administração/Gestão Pública	05	03	02
Agronomia	03	02	01
Direito	02	02	-
Educação Física	05	03	02
Engenharia Civil	02	02	-
Medicina Veterinária	02	01	01
Psicologia	02	01	01
Recursos Humanos/Gestão em RH	03	02	01
Serviço Social	03	02	01
Sistema de Informação/Ciências da Computação	04	03	01
TOTAL DE BOLSISTAS:	**31**	**21**	**10**

§ 1º - A carga horária do estágio será de acordo com o previsto no Plano de Trabalho, não podendo ultrapassar as 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.
§ 2º - Os candidatos deverão estar matriculados em instituições oficiais de ensino superior, reconhecidas e que mantenham convênio com o Centro de Integração Empresa Escola – CIEE.
§ 3º - Os candidatos serão chamados de acordo com a necessidade institucional e disponibilidade financeira e orçamentária da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT.
Art. 2º - O período da bolsa estágio conforme Plano de Trabalho será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período e rescindido a qualquer momento por ambas as partes.

Paragrafo Único - O candidato deverá estar matriculado e com frequência efetiva na Instituição de Ensino, observando:

I - Ensino Superior: cursando a partir do 3º semestre ou ter concluído o 1º ano;
II - Não se admitirá candidatos matriculados no último semestre do curso;

III - Os candidatos deverão ter idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos.

Art. 3º - O Processo de Seleção será feito conforme a seguir:
a) pelo critério de maior média aritmética das notas obtidas nos dois últimos semestres;
b) O estudante classificado permanecerá na lista de classificação por 01 (um) ano, aguardando uma nova oportunidade;
c) Não será classificado o acadêmico que obtiver média aritmética inferior a 5,0 (cinco);

Art. 4º - Demais regras não prevista neste Decreto dar-se-á por meio de Edital de Processo Seletivo.

Art. 5º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 08 de novembro de 2014.

PUBLIQUE-SE,
REGISTRE-SE E
CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hidilene Nunes de Oliveira Conto
Código Identificador:642917AA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO _ PREGÃO PRESENCIAL Nº 03_2014

A Câmara Municipal de Jaciara-MT, por meio de sua Pregoeira Oficial nomeada pela Portaria n.º 167 de 17 de janeiro de 2013, vem a publico divulgar a **ADJUDICAÇÂO** da licitação na modalidade Pregão Presencial n.º 03/2014, Processo n.º 08/2014, que tem por objeto a aquisição de 15 (quinze) cadeiras tipo presidente giratórias, conforme termo de referência constante no anexo I do Edital do Pregão Presencial 03/2014, o qual teve como vencedora a Empresa:

Item	Vencedor	R$ Adjudicado
01	**BRUSCHETTA E SCARPIM LTDA EPP**	21.000,00

Jaciara-MT, 16 de dezembro de 2014.

SAMANTHA ALCÂNTARA SANTOS
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Menah Remberg
Código Identificador:FD7D156E

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO _PREGÃO PRESENCIAL Nº 03_2014

Processo Licitatório n.º 08/2014, Pregão Presencial n.º 03/2014. Objeto a aquisição de 15 (quinze) cadeiras tipo presidente giratórias, conforme termo de referência constante no anexo I do Edital. O qual teve como vencedora a Empresa: **BRUSCHETTA E SCARPIM LTDA EPP,** inscrita no CNPJ sob o n.º 00.289.314/0001-56, com o seguinte valor R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais). O Presidente da Câmara resolve **HOMOLOGAR** o processo licitatório em epígrafe.

Jaciara-MT, 16 de dezembro de 2014.

JÂNIO ATANÁSIO DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal de Jaciara

Publicado por:
Menah Remberg
Código Identificador:B739F54E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITACAO PREGAO N. 138/2014

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO Nº. 138/2014
TIPO: PRESENCIAL / EXCLUSIVO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
JULGAMENTO: MENOR VALOR POR LOTE.
O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 05/2014, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 138/2014, cuja abertura ocorreu as 09h00 - Local, do dia 16/12/2014, na sala de

Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **Futura e Eventual Aquisição de Produtos de Limpeza, Utensílios de Cozinha e Gêneros Alimentícios em Atendimento à Secretaria Municipal de Educação / EJA e AEE**, sagrou-se vencedora a empresa: **ANDRADE E PEREIRA LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o nº 11.087.959/0001-22, localizada à Praça dos Colonizadores, 182-S, Centro, Cep: 78.563-000, no município de Juara/MT, sendo vencedora para os lotes 01, com o valor R$ 7.467,30, lote 02 R$ 2.216,49; lote 03 R$ 7.732,60 e lote 04 R$ 3.853,59.

Juara-MT, 16 de Dezembro de 2014.

JOSÉ ROBERTO PEREIRA ALVES
Pregoeiro Oficial

EDSON MIGUEL PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Pereira Alves
Código Identificador:A036DD77

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

PREFEITURA MUNICIPAL
PRIMEIRO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL 01/2014

O Prefeito do Município de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição Federal, as legislações Estadual e Municipal em vigor e considerando a homologação do Resultado Final do Concurso Público realizado através do Edital de Reabertura nº. 001/2014, **TORNA PÚBLICA A CONVOCAÇÃO** (PRIMEIRA CHAMADA) dos Candidatos Habilitados, relacionados no anexo II deste Edital, para provimento dos cargos públicos especificados no mesmo anexo.

Os convocados deverão comparecer, conforme data de apresentação estipuladas no ANEXO II do presente Edital, de segunda a sexta-feira das 07h00min às 13h00min no Departamento de Recursos Humanos na sede da Prefeitura Municipal de Juruena, Avenida 04 de Julho, nº. 360 – Centro, para apresentação e entrega dos documentos constantes no anexo I deste edital e exames de saúde pré-admissionais, tudo na forma do item 12 do edital de abertura do concurso público municipal.

Prefeitura Municipal de Juruena/MT 15 de dezembro de 2014.

CICILIO ROSA NETO
Prefeito Municipal

ANEXO I

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS PELOS CANDIDATOS HABILITADOS E CONVOCADOS – CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº. 01/2014 - PARA TOMAR POSSE, O CANDIDATO DEVERÁ APRESENTAR FOTOCOPIAS JUNTAMENTE COM O DOCUMENTO ORIGINAL:

Documentos pessoais: RG, CPF, Título Eleitoral, Certidão de Nascimento ou Casamento;
CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) para quem possuir;
Cartão PIS/PASEP para quem possuir;
CNH (Carteira Nacional de Habilitação) para os cargos de motorista e operador de maquina conforme categoria exigida para cada caso;
Uma foto 3X4 atual;
Documento pessoal dos dependentes: filhos e cônjuge;
Comprovante de residência;
Comprovante de quitação eleitoral (www.tse.jus.br);
Comprovante de quitações das obrigações militares (Certificado de Reservista);
Comprovante de escolaridade, por meio de certificado ou diploma, conforme exigência do cargo escolhido;
Comprovante de registro no conselho da respectiva categoria, e quando se tratando de profissão regulamentada, incluir o comprovante de quitação da anuidade;
Idoneidade civil e criminal comprovadas por certidões negativas expedidas pelo Cartório Distribuidor do Juízo Estadual da Comarca onde o mesmo reside (www.tjmt.jus.br);
Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, conforme previsto na CF/88, art. 37 Inciso XVI, alíneas a, b, c;
Comprovante de aptidão de sanidade física e mental para exercício do cargo, comprovando por exame admissional regular, feito por profissional medico indicado pela Administração Municipal (Dr. Cesar Francisco Aranibar Zavaletar. Marcus Vinicios dos Anjos Botelho);
Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio.
2-MODELO DE DECLARAÇÕES.
2.1-Declaração Acúmulo de Cargo.

DECLARAÇÃO

Eu, ..., brasileiro(a) maior, capaz (casado/solteiro), inscrito(a) no RG nº.....Órgão..... e no CPF nº. ....., para efeito de provimento do cargo público de ....., no Município de Juruena/MT, **DECLARO**, sob as penas da Lei que:

( ) **NÃO EXERÇO** quaisquer outro cargo público em qualquer ente ou entidade pública estadual, municipal ou federal;
( ) **EXERÇO** o cargo de ..... no .....(indicar local/ente), com carga horária de ..... horas nos horários de .....(indicar intervalo da jornada de trabalho).

Juruena/MT ...../...../.....

(Nome completo)

2.3-**DECLARAÇÃO DE BENS.**
Observação: A declaração compreenderá imóveis, móveis, dinheiro, títulos, ações, e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizados no País ou no exterior.

DECLARAÇÃO DE BENS

EU....., brasileiro(a), maior, capaz, (casado/solteiro), inscrito(a) no RG nº..... SSP/..... e no CPF nº. ....., para efeito de provimento do cargo público de ....., no Município de Juruena/MT, **DECLARO**, sob as penas da Lei, nos termos do artigo 13 da Lei 8.429/92, que possuo os seguintes bens:

1-(bem).....R$ (avaliação)
2-(bem).....R$ (avaliação)
3-(bem).....R$ (avaliação)

Juruena/MT, .../...../.....
.....
(nome completo)

ANEXO II

RELAÇÃO CANDIDATOS HABILITADOS E CONVOCADOS – CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº. 01/2014
1ª CONVOCAÇÃO

CARGO:	ASSISTENTE SOCIAL - SEC. ASSIST. SOCIAL (2)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	ODELIO CARDOSO DA SILVA	489	05/01/2015
CARGO:	AUDITOR CONTROLE INTERNO (3)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	EUGÊNIO MUNIZ CALÇADA NETO	111	05/01/2015
CARGO:	BIOQUIMICO/FARMACÊUTICO (4)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	RAYANE KELEN DORNELAS	1122	05/01/2015
2º	JULIANY MÔNICA DA SILVA	1038	05/01/2015
CARGO:	CONTADOR (5)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE**

			APRESENTAÇÃO
1º	EURIDES PEREIRA BATISTA	1130	05/01/2015
CARGO:	ENFERMEIRO (6)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	MUNIZ NAZARE DOS SANTOS	647	05/01/2015
2º	MARIELY TEIXEIRA QUIRINO	323	05/01/2015
3º	MARLEIDE CARVALHO BORGES	1288	05/01/2015
4º	SANDRA MARCIA SCHUH	419	05/01/2015
CARGO:	ENGENHEIRO CIVIL (7)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	WILKER DAMER BATISTA	437	05/01/2015
CARGO:	FISIOTERAPEUTA (10)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	GUSTAVO LUIZ BORGES DA SILVA	87	05/01/2015
2º	DANIELLY SANTOS BARROS	88	05/01/2015
CARGO:	ODONTÓLOGO (14)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	MARA ELIANE BUSSOLARO LORENZETTI	1115	05/01/2015
CARGO:	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL-ZONA URBANA (15)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	MARIA DE FATIMA PACHECO DA SILVA	506	02/02/2015
2º	ROSANE HINKEL	621	02/02/2015
3º	CELIA DANELICHEN REHBEIN	719	02/02/2015
4º	SILVANA MARIA FARINA MONTANHER	993	02/02/2015
5º	DIRLEI PAULI	617	02/02/2015
6º	ELIANE COSTA CARDOSO DA SILVA	532	02/02/2015
7º	ADENIR VENDRAME	1016	02/02/2015
8º	MONICA DE MATOS FELIX GOMES	190	02/02/2015
9º	ANA LETICIA NAZATTO	1118	02/02/2015
CARGO:	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL-ZONA RURAL (16)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	APOLIANA STOCO GONÇALVES DOS SANTOS	284	02/02/2015
CARGO:	PROF.ANOS INIC.ENSINO FUNDAMENTAL-ZONA URBANA (17)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	MARLI DE CAMPOS	786	02/02/2015
2º	ROSAMALENA BENEDITA RODRIGUES SOCREPPA	1180	02/02/2015
3º	ELIENE RODRIGUES CORDEIRO	773	02/02/2015
4º	CRISTHIANE FABIANA KAVA	743	02/02/2015
5º	CLEDIR TEODORO DA SILVA DE MELLO	1062	02/02/2015
6º	ELIANO DIAS DE OLIVEIRA	1086	02/02/2015
7º	LEILA CRISTINA DA SILVA	831	02/02/2015
8º	MARINETE DA SILVA	782	02/02/2015
CARGO:	PROF.ANOS INIC.ENSINO FUNDAMENTAL-ZONA RURAL (18)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1°	MARIA ADRIANA FERNANDES DE OLIVEIRA GARCETE	653	02/02/2015
2º	REGINALDO RIBEIRO DE SOUZA	391	02/02/2015
3º	SIRLEI BARQUEIROS DOS SANTOS CARDOSO	202	02/02/2015
CARGO:	AGENTE ADMINISTRATIVO (21)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1°	ANDRÉIA APARECIDA BATISTA PORTO	192	05/01/2015
2º	NELSON COUTINHO DE MENEZES	619	05/01/2015
3º	GABRIELA SOCREPPA	797	05/01/2015
4º	ELIANE GONÇALVES BORGES	926	05/01/2015
CARGO:	ALIMENTADOR DO SISTEMA APLIC (22)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	JOSÉ ROBERTO DO NASCIMENTO IWAMOTO	144	05/01/2015
CARGO:	AUXILIAR DE COMPRAS (23)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	ELSON VICENTE DE CAMPOS	580	05/01/2015
CARGO:	AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTÁRIO (24)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	ANA PAULA STEIN	343	05/01/2015
2º	IRACI ALVES PEREIRA	76	05/01/2015
CARGO:	AUXILIAR DE TRIBUTAÇÃO (25)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	ADRIANA TAVARES DE AMORIM BORDIN	1109	05/01/2015
2º	ANDRESSA SILVEIRA	1068	05/01/2015
CARGO:	FISCAL DE VIGILANCIA SANITÁRIA (26)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA	508	05/01/2015
2º	EDILSON CARDOSO DA SILVA	1198	05/01/2015
CARGO:	FISCAL DE OBRAS (27)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	LUIZ CARLOS DOS SANTOS	1135	05/01/2015
CARGO:	OFICIAL ADMINISTRATIVO (28)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	MARLETE OLIMPI DA CUNHA VIANA	60	05/01/2015
2º	JOELMIR KOCHHANN	908	05/01/2015
3º	ELZIMAR BATISTA CASSIANO	448	05/01/2015
4º	CLAUDIA REGINA STEIN	1084	05/01/2015
CARGO:	PROF.ANOS INIC.ENS.FUND.MAGISTERIO-ZONA RURAL (29)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	LIENE DE FATIMA DA SILVA	860	02/02/2015
CARGO:	PROF.ANOS INIC.ENS.FUND.MAGISTERIO-ZONA URBANA (30)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	EDUARDO HENRIQUE TEIXEIRA MARTINS	594	02/02/2015
2º	EDNEI MARTINS PEREIRA	742	02/02/2015
CARGO:	PROFESSOR EDUC.INFANTIL-MAGISTERIO-Z.URBANA (31)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	VALÉRIA GOMES DIAS VON RYN	1108	02/02/2015
2º	MARINES CATANIO BEZERRA	674	02/02/2015
CARGO:	TAE - TÉC. ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL -ZONA URBANA(32)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	GEOVANNA BRANDÃO PEREIRA	1153	02/02/2015
2º	CLEONICE MADALENA HOFFMANN	635	02/02/2015
3º	DIANA PAULA FINKLER	1098	02/02/2015
4º	RAQUEL DOS SANTOS	1119	02/02/2015
5º	SIMONE QUIRINO DIAS	72	02/02/2015
CARGO:	TAE - TÉC. ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL-ZONAL RURAL (33)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	CRISTIANO DA SILVA NORBERT	909	02/02/2015
CARGO:	TÉCNICO EM ENFERMAGEM (35)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	MARCIA REGIANE RUDNIK OLIVEIRA	1050	05/01/2015
2º	KEILA CIRINO PEREIRA	892	05/01/2015
3º	MARIA JANINHA MÜLLER	127	05/01/2015
4º	ESTELAMAR MICHELS	655	05/01/2015
5º	EVERALDO MARCOS DE SOUZA	425	05/01/2015
6º	LISANI MARIA SCHUH	360	05/01/2015
7º	ILDA MARIA TAVARES HENRIQUES	683	05/01/2015
8º	ISMAEL SILVA DA CRUZ	969	05/01/2015
CARGO:	TÉCNICO EM RAIOS X (36)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	FRANK COUTINHO NETO	1223	05/01/2015
CARGO:	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - RECEPCIONISTA (37)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	DAIANA MEIRELES BAVARESCO	664	05/01/2015
2º	RUTE DA SILVA FERREIRA	1059	05/01/2015
CARGO:	AAE - MERENDEIRA - ZONA URBANA - SEC. EDUCAÇÃO (38)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	JANI TEREZA MULLER	629	02/02/2015
2º	JUCINEIDE SALVINO DA SILVA	841	02/02/2015
3º	CRISTIANE DE LIMA SOUZA	108	02/02/2015
4º	ZENILDA FERREIRA DE SOUZA LOPES	949	02/02/2015
5º	MARILENE KOHLER	627	02/02/2015
CARGO:	AAE - MERENDEIRA - ZONA RURAL - SEC. EDUCAÇÃO (39)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	LUZIA APARECIDA DE SOUZA	806	02/02/2015
CARGO:	AAE - ZELADORA - ZONA URBANA - SEC. EDUCAÇÃO (40)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	PRISCILLA GIGLIOLLA ALVES DOS SANTOS	925	02/02/2015
2º	ROSEMEIRE MIRANDA PEREIRA	955	02/02/2015
3º	NAIARA CRISTINA GRANZA	61	02/02/2015
4º	ANGELICA EVANGELISTA	110	02/02/2015
5º	LISETE FALLER	1054	02/02/2015
6º	APARECIDA MARLISE PREUSS BATISTA	624	02/02/2015
7º	MARIA ELIZA ALVES	846	02/02/2015

8º	NOELI NEVES DE OLIVEIRA	836	02/02/2015
9º	MARINEIDE ZANETTE MIGUEL	766	02/02/2015
10º	MARCIA ROSA BATISTA	745	02/02/2015
CARGO:	AAE - ZELADORA - ZONA RURAL - SEC. EDUCAÇÃO (41)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	ERICA TEREZA ROQUE	1073	02/02/2015
2º	ELZA TEREZA ROQUE	852	02/02/2015
CARGO:	AAE - INSPETOR DE PÁTIO -ZONA URBANA -SEC.EDUCAÇAO(42)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	ELISABETTH FATIMA DA SILVA	1036	02/02/2014
2º	ROSILDA BUCHER	844	02/02/2014
3º	DEBORA CRISTIANE DA SILVA CARVALHO	199	02/02/2014
CARGO:	AUXILIAR DE SERVIÇOS EXTERNOS - GARI (43)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	MARLENE USINGER	637	05/01/2015
2º	ELISMAR ALVES DOS SANTOS	518	05/01/2015
3º	VANEI DA SILVA PINHEIRO	834	05/01/2015
4º	NILSON BORTH	927	05/01/2015
5º	RODRIGO DE CARVALHO SANTOS	463	05/01/2015
6º	GERCEIR ALTINA DA COSTA	867	05/01/2015
CARGO:	AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS - ZELADOR (44)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	EDILAINE KNIESS	756	05/01/2015
2º	GEANE ROCHA CARVALHAIS FENIMAN	700	05/01/2015
3º	ROSIMAR MATACZ DE JESUS	1124	05/01/2015
4º	ROSENITA DA SILVA OLIVEIRA	722	05/01/2015
5º	LUCINEIA PAIVA DA SILVA	162	05/01/2015
6º	VALDINEIA BARREIRO TAVARES	1309	05/01/2015
CARGO:	AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS - COZINHEIRO (45)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	SIMONI APARECIDA FERNANDES	1352	05/01/2015
CARGO:	AUXILIAR DE GARAGEM - BORRACHEIRO (48)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	SEBASTIÃO CORREIA	840	05/01/2015
CARGO:	AUXILIAR DE GARAGEM - LUBRIFICADOR (49)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	ADELIR ROQUE MACHADO DA SILVA	661	05/01/2015
CARGO:	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA (51)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	FRANSCISCO REIS DOS SANTOS	966	05/01/2015
CARGO:	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR (52)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	EDIVALDO ALVES DOS SANTOS	864	02/02/2015
2º	ROBENAL RIBEIRO DA SILVA	819	02/02/2015
3º	CLEVERSON ORBEN	1193	02/02/2015
4º	DEIVISON TAX MAGESWSCK	239	02/02/2015
5º	EMERSON BATISTA TAVARES	946	02/02/2015
6º	MARCIO FRANCISCO SILVEIRA	774	02/02/2015
CARGO:	OPERADOR DE MÁQ.RODOVIARIA-PC ESCAV.HIDRÁULICA (55)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	JORCILEI DA SILVA COSTA LIMA	675	05/01/2015
CARGO:	TRATORISTA (TRATOR AGRÍCOLA) (58)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	VANDERLEI APARECIDO DOS SANTOS	1233	05/01/2015
CARGO:	VIGIA (59)		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
1º	GILMAR DOS SANTOS DA ROZA	861	05/01/2015
2º	LEIDIMAR JANUARIO MENDES	1280	05/01/2015

Publicado por:
Denise Aparecida Perin
Código Identificador:12958756

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EDITAL SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2014 - SMEC

A Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura torna público o presente Edital de Abertura de Inscrição, e para Contagem de pontos dos professores Efetivos e Interinos da Rede Municipal de Educação para o ano letivo de 2015, para Educação Infantil e ensino fundamental.

1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

I - A seleção para contratação temporária de professores terá como objetivo atender situação excepcional de interesse público em face de ausência de pessoal efetivo para atender a demanda, e sua execução caberá a Prefeitura Municipal de Lambari D 'Oeste – MT, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e da Comissão Responsável instituída pela SMEC.

II - Os Contratos temporários serão para provimento de pessoal em cargos de professores Interinos para suprir existência de vagas e / ou substituições.

2 – DAS INSCRIÇÕES

I - A inscrição implica conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, sobre as quais os professores não poderão alegar desconhecimento das mesmas.

II - As inscrições serão realizadas no período de 26 à 30/01/2015 das 07: 00 as 11: 00 horas e das 13:00 as 17:00 horas na Secretaria Municipal de Educação e Cultura deste Município. O encerramento das inscrições se dará no dia 30/01/2015 ás 17:00 horas, para todos os professores habilitados nas disciplinas em disponibilidade.

§ único: Só serão aceita as inscrições feitas pessoalmente pelo candidato ou por procuração reconhecida firma em cartório.

3 – DA CONTAGEM DE PONTOS

I - A contagem de pontos dos professores efetivos será no dia 02/02/2015 das 08:00 horas as 11:00 horas na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a atribuição de aulas para professores efetivo será no mesmo dia das 13:00 as 17:00 horas.

§ único: Não será realizada a contagem de pontos dos professores egressos do concurso público de 2014, onde sua lotação obedecerá a ordem de classificação do concurso, e será atribuído aulas de acordo com a ordem de classificação e posse.

II – A contagem de pontos dos professores interinos será realizada no dia 03/02/2015 das 08:00 as 11:00 horas e das 13:00 as 17:00 horas na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, respeitando a ordem de chegada.

III – A atribuição de aulas para os professores interinos será no dia 05/02/2015 das 08: as 11:00 horas da manhã na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, respeitando a ordem de classificação.

§ 1º. - Para o processo de classificação/pontuação dos professores efetivos considerar-se-á o anexo II e para os professores interinos devem-se considerar os anexos I, II e III deste Edital:

§ 2º. - O resultado classificatório dos professores efetivos será disponibilizado no mural da Secretaria Municipal de Educação, Câmara Municipal, Prefeitura Municipal no dia 02/02/2015 a partir das 12: 00 horas.

§ 3º. - O resultado classificatório Final da Contagem de Pontos dos interinos será disponibilizado no mural da Secretaria Municipal de Educação e Cultura; Prefeitura Municipal e Câmara Municipal, no dia 04/02/2015 a partir das 13: 00 horas.

§ 4º- O candidato não estando presente no momento em que for convocado, a comissão convocará o próximo ficando ele, para o final da fila.

4 – DA COMISSÃO

A seleção para contratação de professores em contrato temporários e atribuição de aulas dos professores efetivos e interinos será realizada por uma comissão nomeada pela Prefeita Municipal com a seguinte composição:

I - 02 diretores das escolas Municipais;
II – 02 funcionários efetivos na área da educação que esteja atuando na secretaria Municipal de Educação e Cultura;
III – 02 professores efetivos da rede Municipal atuando nas series inicial do Ensino Fundamental;
IV - 02 professores efetivos na rede Municipal que esteja atuando nas series finais do Ensino Fundamental;
V – 02 membros do Conselho Municipal de Educação;

§ Único - A comissão nomeada poderá ter no máximo dez (10) e no mínimo cinco (05) membros e terá validade até 18/12/2015.

5 - DOS CRITÉRIOS DE CONTAGEM DE PONTOS

Para contagem de pontos e classificação dos professores efetivos e interinos serão observados os seguintes critérios:

I - Para cada ano de efetivo serviço prestado na rede Municipal de Educação de Lambari D'Oeste – MT 1,0 (um ponto).
II- Para cada ano de serviço prestado como professor interino na rede Municipal de Educação de Lambari D'Oeste – MT 0,5 (meio ponto).

III- Para cada ano de efetivo exercício em sala de aula e/ou cargo de funções pedagógicas no município de Lambari D'Oeste-MT: 0,5 (meio) ponto.

IV - Para cada ano de efetivo exercício prestado em sala de aula fora da rede municipal de ensino de Lambari D'Oeste, 0,25 (zero, vinte e cinco) pontos.

§ Único - O professor que participa dos Conselhos Municipais (do CAE; Transporte Escolar; APMs; FUNDEB e Conselho Municipal de Educação), de acordo com a portaria de nomeação e presença em todas as reuniões, 2,0 (dois) pontos.

5.1 – DOS CRITÉRIO PARA ASSIDUIDADE DE TRABALHO

I – Assiduidade de 100% (cem por cento) da jornada de trabalho em sala de aula no ano letivo de 2014. 2,0(dois pontos) e de 75% até 99%: 0,5 (meio ponto).
II – Assiduidade em 100% (cem por cento) por participação nas reuniões pedagógicas, Conselho de Classe na unidade escolar, reunião de pais e mestre e reunião extraordinária convocada pelo diretor por escrito ou não. 2,0(dois pontos), 0,5 (meio) ponto de 75% a 99%.

III – Assiduidade em 100% (cem por cento) por participação nos eventos escolares, culturais e esportivos.2,0 pontos e 0,5 (meio) ponto de 75% até 99%.

§ Único: - Considera – se eventos escolares, culturais, esportivos:

a) Páscoa;
b) Dia das Mães;
c) Semana do meio ambiente;
d) Festa Junina;
e) Dia dos Pais;
f) Semana do Estudante;
g) Semana do Folclore:
h) Aniversário da Cidade;
i) Semana da Pátria;
j) Dia das Crianças;
k) Dia dos Professores;
l) Dia do Funcionário Público;
m) Semana da Consciência Negra;
n) Gincanas Escolares;
o) Jogos Escolares;
IV - Assiduidade em 100% (cem por cento) Por ter mantido os prazos estabelecidos pela secretaria da escola, quanto ao preenchimento dos diários de classe referentes a relatórios, notas, frequência e conteúdos durante o ano de 2014, 0,5 (meio) ponto e de 75% até 99%: 0,25 (vinte e cinco centésimos).

V - Assiduidade em 100% (cem por cento) por ter mantido a pontualidade na entrega dos planejamentos anuais. 0,5 (meio) ponto e de 75% até 99%: 0,25 (vinte e cinco centésimos).

VI - Assiduidade em 100% (cem por cento) pela elaboração de planos de aula diário durante o ano letivo de 2014, 2,0 (dois pontos), 0,5 (meio) ponto e de 75% até 99%:

VII – Pela Elaboração e Execução de projetos pedagógicos aprovados pelo coletivo de professores da área de conhecimento em consonância com o projeto político pedagógico da Escola e direção escolar, no ano 2014, desenvolvida pelo docente de acordo com seu plano anual de trabalho – 0,5 (meio) ponto para cada projeto, com limite máximo de 1,0 (um ponto). E que tenha a duração mínima de um semestre.

IX – Pela Participação na Execução de projetos pedagógicos propostos pela Unidade Escolar e aprovados pelo coletivo de professores da área de conhecimento em consonância com o projeto político pedagógico da Escola e direção escolar, no ano 2014, desenvolvida pelo docente de acordo com seu plano anual de trabalho – 0,5 (ponto) projeto somando no máximo de 2,0 (dois pontos).

X – Assiduidade em 100% (cem por cento) para o professor alfabetizador que durante o ano de 2014 atuou no 1º, 2º ou 3º Ano do Ensino Fundamental nas escolas da Rede Municipal e participou de todo curso de formação do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade. 2,0 (dois) pontos e de 75% até 99%: 1,0 (um).

§ Único - Para comprovação da pontuação acima o candidato deverá trazer declaração ou certificado do curso expedido pelo Coordenador e/ou Orientador(a) de Estudos do Pacto no Município ou pelo MEC.

XI – Assiduidade em 100% (cem por cento) para o professor que em 2014 ocupou o cargo de Coordenador ou diretor escolar, que no uso de suas atribuições manteve atualizado o PPP – Projeto Político pedagógico, Regimento Interno bem como elaborou e desenvolveu um plano de metas para a unidade de Ensino em que atuou. 2,0 (dois) pontos e de 75% até 99%: 0,5 (meio) ponto.

XII - Assiduidade em 100% (cem por cento) para o Coordenador ou Diretor escolar, que no uso de suas atribuições cumpriu os prazos estabelecidos quanto a reunião Pedagógicas, administrativas, conselho de classe e desenvolvimento de programas da SMEC, SEDUC E MEC. 2,0 (dois) pontos e de 75% até 99%: 0,5 (meio) ponto.

XIII - Assiduidade em 100%, para o Coordenador ou Diretor escolar, que no uso de suas atribuições orientou professores e alunos quanto a organização e planejamento das questões pedagógicas e disciplinares. 2,0 (dois) pontos e de 75% até 99%: 0,5 (meio) ponto.

§1º- O atestado de assiduidade do professor e do coordenador pedagógico deverá ser expedido pelo diretor da Unidade Escolar, no caso do diretor o atestado deverá ser expedito pelo Assessor (a) Pedagógico.

§2º- Se a escola não tiver diretor presente o Assessor (a) Pedagógico, também poderá expedir a assiduidade do Coordenador.

§3º- A Unidade Escolar que não tem Diretor presente a assiduidade do professor será expedida pelo Coordenador da Unidade Escolar.

§4º- Compreende por assiduidade, além dos 100% da jornada de trabalho em sala de aula, exceto as faltas justificadas, as reuniões pedagógicas, participação em eventos, atividades esportivas e culturais promovidas pela escola, preenchimento e zelo no diário de classe, pontualidade na entrega do planejamento anual e elaboração de plano de aula, assim como o cumprimento de todas as funções que lhe forem atribuídas.

§5º- - Para o professor que atuar em mais de uma Escola Municipal, será considerada como nota de assiduidade, a soma das notas

divididas pelo número de escolas. EX. Na escola "X" o professor obteve 7 pontos na escola "Y" obteve 5 pontos: (7 + 5) : 2 =
12 : 2 =
6

§ 6º- Para efeito de contagem de pontos deverá ser apresentado uma declaração da Escola assinado pelo diretor, coordenador ou Assessor (a) Pedagógico, desde que solicitado pelo interessado 10 (dez) dias antes da contagem dos pontos.

§ 7º - Considerando as ausências justificadas nas Leis Complementar Nº 25 e 28/2006.

5.2 - DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR

I – Curso de formação continuada realizadas na área de Educação que contemplem conhecimentos didáticos- curriculares e de política educacionais, considerando:

Formação Continuada: a considerar os últimos 3 (três) anos	Certificado na área de Educação, referente aos últimos três anos. Os cursos com certificados oferecidos pela Escola deverão ter registros e validades pelo respectivo CEFAPRO, SMEC e MEC.	0,5 (meio) ponto para cada 40 (quarenta) horas, com limite máximo de 3,0 (três) pontos no total.

II - Livros: 1,0 (um) ponto;

III - Texto ou resumo em jornal ou revista: 0,25 (vinte e cinco centésimos) para cada publicação, com limite de 0,75 (setenta e cinco décimos).

IV - Artigos publicados em periódicos impressos – apresentar cópia da página que conste o parecer do Conselho Editorial, Nº do registro ou carta de aceite, limite máximo de 1,0 (um) ponto, considerar apenas os últimos 03 (três) anos – 0,25 (vinte e cinco décimos) o para cada artigo.

V – Comprovação mediante Certificado registrado de ter ministrado palestras, cursos, conferências e comunicações na área de educação - 0,25 (vinte e cinco décimos) para cada trabalho, com limite máximo de 0,75 (setenta e cinco décimos), considerar apenas os últimos 03 (três) anos.

VI - Quanto aos títulos, deverá ser considerado:

FORMAÇÃO		PONTUAÇÃO
Pós– Graduação	Doutorado	12,0 (doze) pontos
	Mestrado	10,0 (dez) pontos
	Especialização	8,0 (oito) pontos
Licenciatura	Licenciatura plena	6,0 (seis) pontos
	Licenciatura curta	3,0 (três) pontos
Ensino Médio	Magistério	2,0 (dois) pontos

§1° - Deverão ser considerados os pontos de maior titulação que o profissional tiver concluído sendo vedado o cômputo cumulativo dos pontos referentes aos títulos. Não será permitida a contagem de dois títulos ou mais para o mesmo nível de formação.

§2° - Quando da apuração final dos pontos, os professores da Rede Municipal deverão ser classificados por ordem decrescentes de acordo com a pontuação obtida e, em caso de empate entre os profissionais, para efeito de desempate, serão observados os seguintes critérios:

a) Maior tempo de efetivo serviço prestado na rede Municipal de Educação do Município de Lambari D'Oeste- MT.
b) Maior titulação.
c) Maior Idade.

6 - DOS REQUISITOS DE INGRESSO.

I – Ser graduado em licenciatura plena ou curta ou formação na área de Magistério.

II – Ser portador de diploma ou atestado de conclusão do curso superior acompanhado de histórico escolar em Licenciatura Plena ou Curta (constando data de colação de grau), Emitido por Instituição autorizada.

III – Ser portador de diploma ou atestado de conclusão do curso de Magistério acompanhado de histórico escolar (constando a data de conclusão de grau), Emitido por Instituição autorizada.

§1º. – O professor interino com vínculo em outra rede de ensino público deverá apresentar declaração de sua carga horária no ato da contagem dos pontos e documentos que comprove a não compatibilidade de horários, e poderá atribuir na rede municipal de ensino no máximo 30 (trinta) horas semanais.

§2º. – O Interessado deverá comparecer no dia da contagem de pontos, munidos de todos os documentos abaixo relacionados, sob pena de não ser feito a contagem de pontos; exceto o atestado médico que poderá ser apresentado após a atribuição de aulas.

a) Cópia do PIS/PASEP (caso não seja cadastrado trazer: cópia da primeira página da carteira de trabalho frente e verso);
b) Certidão de nascimento;
c) Cédula de identidade E CPF;
d) Certidão de casamento, CPF e RG do cônjuge;
e) Comprovante de Escolaridade (Diploma de nível superior ou Magistério);
f) Documentos de quitação Militar (Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação);
g) Número da Agencia e Conta bancária do Banco do Brasil.
h) Certidão Negativa de Antecedentes criminais;
i) Atestado médico de saúde física e mental;
j) Uma foto 3x4 colorida recente;
k) Comprovante de endereço (água, luz ou telefone);
l) Título de eleitor (e os 3 últimos comprovantes de votação);
m) Declaração de não acúmulo ilegal de cargo em serviço público.

7 - DA CLASSIFICAÇÃO/ ATRIBUÍÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

A Comissão responsável pela seleção e atribuição de aula aos professores a serem contratados, deverá adotar os seguintes procedimentos:

I - Divulgar por ordem de classificação, os nomes dos professores candidatos as vagas em caráter temporário nos termos deste Edital, a partir das 13:00 horas, do dia 04- 02- 2015.

II - Divulgar o quadro de vagas de Classe e/ou aulas a serem atribuídas.

III - Divulgar o local, a data e o horário em que será realizado o processo de atribuição de aulas e demais informações necessárias para o cumprimento do presente Edital.

IV - Proceder à atribuição de aulas livres ou para substituição em seção pública na Secretaria Municipal de Educação, em que os candidatos escolherão por ordem rigorosa de classificação, as classes / ou aulas (disciplina para as quais os candidatos se inscreveram.)

7.1 - DA CONTRATAÇÃO DO PROFESSOR

Os professores após o processo de atribuição deverão:

I - Apresentar se na unidade Escolar para qual foi selecionado, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para que a escola celebre o contrato temporário com o mesmo, sob pena de aulas a serem atribuídas a outros candidatos.

II - O contrato temporário deverá ser efetuado em 03 (três) vias, sem rasuras e/ ou emendas, assinadas pelas partes interessada, sendo que a primeira via a Secretaria Municipal de Educação, a segunda fará parte do arquivo da Prefeitura / Recursos Humanos e a terceira ficará sob a guarda do contratado.

III - O professor contratado temporariamente terá assegurado seu subsídio de acordo com a sua habilitação apresentado à Comissão no Ato da Sua Atribuição.

IV - Para efeito de contrato temporário dos professores, será considerado o nível de escolaridade apresentada no ato da assinatura do contrato, salvo quando ocorrer alteração no quadro pessoal durante o ano letivo.

V - O fato de o professor contratado ter concluído escolaridade e grau diversos, no decorrer do contrato, não acarretará em destrato ou novo contrato, salvo quando ocorrer alteração no quadro de pessoal durante o ano letivo.

VI - Os contratos de aulas adicionais e contratos temporários de aulas livres ou em substituição serão cancelados no decorrer do ano, nas seguintes situações:

a) No caso de nomeação de concursados.
b) A pedido.
c) Quando em retorno de o professor em condições de assumir a função do cargo efetivo.
d) Quando o servidor apresentar no Bimestre 10% (dez por cento) ou mais por falta injustificada.
e) Descumprir as atribuições legais do cargo de professor.
f) Quando a avaliação do desempenho for insatisfatória.
g) Prática Educativa que contrarie os princípios básicos do projeto político pedagógico da Escola.
h) A títulos de penalidade nos termos de legislações pertinentes.
i) Na existência de subemprego.
j) No caso de junção de turmas.
k) No caso de remoção de professor efetivo fora do período de férias, amparado por lei.
l) Por interesse da administração Pública.

§ Único - Na Hipótese prevista do inciso IV ao VII, a dispensa será efetuada com base na ficha de avaliação e relatório circunstanciado, elaborado pela direção Escolar.

8 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A seção Pública para atribuição dos professores efetivos será no dia 02/02/2015, das 08: 00 (oito) as 11:00 (onze) horas na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

II - A seção Pública para atribuição dos professores interinos será no dia 05/02/2015, das 08: 00 (oito) as 17:00 horas na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

III – Para os professores que se ausentarem das Unidades Escolares, por motivo de licencia médica que supere (15) quinze dias, será submetida à perícia médica do Município.

IV – O prazo de processo de seleção terá validade até a data de 18/12/2015.

V – A vigência da contratação de professor será até a data de 18/12/2015, podendo ser prorrogado ou rescindido, conforme convocação de aprovados em Concurso Público.

VI – Todas as informações relativas ao processo de seleção após a publicação do resultado final deverão ser obtidas na Secretaria de Educação.

V – Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente com a comissão e o Secretário Municipal de Educação, no que se refere à realização do processo seletivo.

VI – Fazem parte desse Edital.

a) Anexo I - ficha de inscrição.
b) Anexo II - ficha de contagem de pontos.
c) Anexo III – Termo de desistência.
d) Anexo IV – lista de documentos para contratação.

§ 1º. – O professor que ao ser convocado para a atribuição de aulas, não optar por nenhuma aula disponível, deverá assinar o termo de desistência, no ato da convocação.

§ 2º. - É vedado ao professor que, após a atribuição de aulas promover trocas de aulas entre os colegas ou Unidade Escolar, sob pena de rescisão de contrato, exceto em caso de fechamento de turmas ou proposto pela administração.

Este Edital entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Lambari D'Oeste – MT 10/12/2014.

WANDER MOURA BATISTA SILVA.
Secretário Municipal de Educação e Cultura.

ANEXO I
FICHA DE INSCRIÇÃO PARA O SELETIVO 2015 - SMEC

I. Nome do Candidato:_____
RG: _____CPF:_____Data de Nas:_____/____/_____
Telefone:_____ celular: _____
Endereço:_____
Email:_____

II. Grau de Instruções:

( ) Doutorado	Nome do Curso:
( ) Mestrado	Nome do Curso:
( ) Especialização	Nome do Curso:
( ) Licenciatura Plena	Nome do Curso:
( ) Licenciatura Curta	Nome do Curso:
( ) Ensino Médio Magistério	Nome do Curso:

III – Habilitação de acordo com apostilamento no diploma e/ou Histórico Escolar:
IV – Das Inscrições: Ensino Fundamental
( ) Ensino Fundamental (anos Iniciais) ( ) EJA I Segmento
( ) Ensino Fundamental (anos Finais) ( ) EJA II Segmento
( ) Pré- Escola

_____
Assinatura do Candidato

_____
Assinatura e carimbo/Responsável pela inscrição

Lambari D'Oeste – MT, ____/_____/_____

OBS: - Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02 (duas) casas decimais.
a) Atribuição será de acordo com a classificação.
b) Esta inscrição implicará no conhecimento e na completa aceitação das normas e condições estabelecidas no Edital de Processo Seletivo Edital Nº 02/2014/SMEC, das quais o candidato não poderá alegar desconhecimentos.

ANEXO II
FICHA DE CONTAGEM DE PONTOS PARA ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS DOS PROFESSORES EFETIVOS E INTERINOS- 2015

I – Nome do Professor:_____
Fone:_____ Celular:_____
RG: _____ Data de Expedição: ___/____/_____
CPF:_____ Data de Nas:____/____/_____
Endereço:_____
Email_____
II - Habilitação/Formação:_____
III - Situação Funcional: possui outro vínculo ( ) sim ( ) não
Que tipo: ( )público ( ) privado.
Preenchimento de caráter obrigatório em caso de possuir outro vínculo empregatício.
IV- Jornada de trabalho correspondente ao outro vinculo: _____ horas/ semanais.
VII – Números de Pontos obtidos pelo professor:

ORD	CRITÉRIOS	Nº DE PONTOS	PONTOS
A	Assiduidade da Unidade Escolar da Rede Municipal em que atuou no ano de 2014.	Expedido pelo Diretor, Coordenador ou Supervisor da Unidade Escolar.	

B	Para cada ano de serviço prestado na Rede Municipal de Educação de Lambari D'Oeste MT.	1,0 (um ponto).	
C	Para cada ano de efetivo exercício em sala de aula no Município.	0,5 (meio ponto) Pontos	
D	Para cada ano de efetivo exercício prestado em sala de aula fora da rede municipal de Educação de Lambari D'Oeste.	0,25 (zero vinte e cinco centésimos)	
E	O professor que participa dos Conselhos Municipais (do CAE; Transporte Escolar; APMs; FUNDEB e Conselho Municipal de Educação), de acordo com a portaria de nomeação e presença em **todas** as reuniões.	2,0 (dois) pontos.	
F	Curso de formação continuada realizados na área de Educação que contemplem conhecimentos didáticos- Curriculares e de políticas educacionais dos 3 (três) últimos anos.	0,5 (meio) ponto para cada 40 (quarenta) Horas, com limites de 3,0 (três) pontos no total.	
G	Publicações científicas: livros, na área de Educação.	1,0 (um) ponto.	
H	Texto ou resumo em jornal ou revista na área de Educação.	0,25 (vinte e cinco centésimos) com limite de 0,75 (setenta e cinco décimos).	
I	Artigos publicados em periódicos impressos – apresentar cópia da página que conste o parecer do Conselho Editorial, Nº do registro ou carta de aceite, considerar apenas os últimos 03 (três) anos.	0,25 (vinte e cinco décimos) ponto para cada artigo, limite máximo de 1.0 (um) ponto.	
J	D – Comprovação mediante Certificado registrado de ter ministrado palestras, cursos, conferências e comunicações na área de educação, considerar apenas os últimos 03 (três) anos.	0,25 (vinte e cinco décimos) pontos para cada trabalho, com limite máximo de 0,75 (setenta e cinco décimos)	
K	Assiduidade em 100% (cem por cento) para o professor alfabetizador que durante o ano de 2013 atuou no 1º, 2º ou 3º Ano do Ensino Fundamental nas escolas da Rede Municipal e participou de todo curso de formação do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade.	2,0 (dois) pontos e de 75% até 99%: 1,0 (um).	
L	FORMAÇÃO / TITULAÇÃO		
	Doutorado	12,0 (doze) pontos	
	Mestrado	10,0 (dez) pontos	
	Especialização	8,0 (oito) pontos	
	Licenciatura Plena	6,0 (seis) pontos	
	Licenciatura Curta	3,0 (três) pontos	
	Magistério	2,0 (dois) pontos.	
EM CASO DE EMPATE			
Maior tempo de serviço prestado na Rede Municipal de Educação no Município de Lambari D 'Oeste.			
Maior titulação.			
Maior idade.			
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS			

_____
Assinatura do Professor (a)

_____
Assinatura da Comissão Responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

OBS. Após assinada o candidato terá o prazo improrrogável de 24 horas para recorrer de eventuais prejuízos.
Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02 (duas) casa decimais.

Lambari D'Oeste – MT, _____/_____/_____

ANEXO III

TERMO DE DESISTÊNCIA DOS CANDIDATOS DA CLASSIFICAÇÃO DO SELETIVO 001/2015 DA SELEÇAO DOS PROFESSORES INTERINOS.

EU, _____
Portador do RG de Nº:_____e do CPF de Nº:_____
Nascido(a) no dia:____/_____/_____ natural de: _____
Residente na Rua/Avenida_____Nº_____
No município de_____
Fone:_____ Celular:_____

Venho através deste solicitar a minha desistência da classificação obtida no processo seletivo Simplificado do Edital de nº 02/2014 de 10 de dezembro de 2014, para provimento do cargo de professores interinos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Lambari D'Oeste- MT, nada mais tendo a declarar, sendo verdade firmo o presente.

_____
Assinatura do Professor (a)

Assinatura da Comissão Responsável pela Atribuição do Processo Seletivo Simplificado

Lambari D'Oeste – MT, _____/_____/_____

ANEXO IV

LISTA DE DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO.

1 - Cópia do PIS/PASEP (caso não seja cadastrado trazer: cópia da primeira página da carteira de trabalho frente e verso);

2 – Certidão de nascimento;

3 – Cédula de identidade e CPF;

4 – Certidão de casamento, CPF e RG do conjugue;

5 – Comprovante de Escolaridade (Diploma de nível superior ou Magistério);

6 – Documentos de quitação Militar (Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação);

7 – Número da Agencia e Conta bancária do Banco do Brasil;

8 – Certidão Negativa de Antecedentes criminais;

9 – Atestado médico de saúde física e mental;

10 - Uma foto 3x4 colorida recente;

11 - Comprovante de endereço (água, luz ou telefone);

12 – Certidão Negativa de quitação eleitoral;

13 – Declaração de bens;

14 – Declaração de não acúmulo ilegal de cargo e serviço público;

15 – CPF do pai e da mãe.

Publicado por:
Amós Medeiros dos Santos
Código Identificador:83CDAB2D

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº 517/2014

LEI MUNICIPAL Nº 517/2014, DE **16 DE DEZEMBRO DE** 2014
Autor: Poder Executivo

"Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Lambari D'Oeste, para o Exercício Financeiro de 2015".

A Senhora **MARIA MANEA DA CRUZ**, Prefeita do Município de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso para o exercício financeiro de 2015, estima a Receita e Fixa a Despesa em R$ 18.065.630,03 (Dezoito Milhões, Sessenta e Cinco Mil, Seiscentos e Trinta Reais e Três Centavos), sendo R$ 17.290.000,00 (Dezessete Milhões, Duzentos e Noventa Mil Reais) da Administração Direta e R$ 775.630,03 (Setecentos e Setenta e Cinco Mil, Seiscentos e Trinta Reais e Três Centavos) da Administração Indireta.

Dos Orçamentos das Unidades Gestora Prefeitura, Câmara Municipal e Fundo Municipal de Previdência Social.

Art. 2º. O Orçamento Geral do Município de Lambari D'Oeste para o exercício financeiro de 2015, estima a Receita em R$ 18.065.630,03

(Dezoito Milhões, Sessenta e Cinco Mil, Seiscentos e Trinta Reais e Três Centavos), e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R$ 731.400,00 (Setecentos e Trinta e Um Mil e Quatrocentos Reais), para o Fundo Municipal de Previdência Social em R$ 775.630,03 (Setecentos e Setenta e Cinco Mil, Seiscentos e Trinta Reais e Três Centavos) e para a Prefeitura Municipal em R$ 16.558.600,00 (Dezesseis Milhões, Quinhentos e Cinquenta e Oito Mil e Seiscentos Reais).

§ 1º. A Receita Geral do Município de Lambari D'Oeste será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, transferências de outras Esferas de Governo, outras Receitas Correntes e de Capital e Receitas intra-orçamentárias, na forma da legislação em vigor, discriminadas nos quadros anexos com os seguintes desdobramentos**.**

RECEITAS		VALOR
1	**RECEITAS CORRENTES**	**17.361.730,03**
1.1	Receitas Tributárias	1.026.440,00
1.2	Receitas De Contribuições	209.130,03
1.3	Receita Patrimonial	89.500,00
1.6	Receitas de Serviços	87.600,00
1.7	Transferências Correntes	15.818.010,00
1.9	Outras Receitas Correntes	131.050,00
2	**RECEITA DE CAPITAL**	**2.305.900,00**
2.2	Alienação de Bens	5.500,00
2.4	Transferências de Capital	2.300.400,00
7	**RECEITA DE CONTR. INTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**573.000,000**
7.2	Receita de Contribuições	559.000,00
7.9	Outras Receitas Correntes	14.000,00
SOMA		**20.240.630,03**
9	**DEDUÇÃO DA RECEITA**	**2.175.000,00**
9.1	Dedução de Receitas	2.175.000,00
TOTAL		**18.065.630,03**

§ 2º. A despesa do Município de Lambari D'Oeste será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza até modalidade de aplicação, distribuídas da seguinte maneira.

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ÓRGÃO		VALOR
01	Câmara Municipal	731.400,00
02	Gabinete do Prefeito	986.909,93
03	Secretaria de Administração e Planejamento	1.114.020,00
04	Secretaria Municipal de Saúde	3.978.398,99
05	Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social	1.000.260,01
06	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	4.997.128,00
07	Secretaria Municipal de Infraestrutura	2.809.379,99
08	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	370.520,00
09	Secretaria Municipal de Finanças	1.301.983,08
10	Fundo Mun. Prev. Social de Lambari D'Oeste	775.630,03
TOTAL		**18.065.630,03**

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

CÓD	FUNÇÃO	VALOR
01	Legislativa	731.400,00
04	Administração	4.190.263,01
08	Assistência Social	930.120,00
09	Previdência	775.630,03
10	Saúde	3.978.398,99
12	Educação	4.577.200,00
13	Cultura	419.928,00
15	Urbanismo	807.400,00
16	Habitação	70.140,01
17	Saneamento	109.400,00
20	Agricultura	5.300,00
25	Energia	50.000,00
26	Transporte	941.999,99
27	Desporto e Lazer	128.850,00
28	Encargos Especiais	349.600,00
TOTAL		**18.065.630,03**

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0001	Processo Legislativo	731.400,00
0003	Administração Geral	4.624.863,01
0018	Promoção e Extensão Rural	5.300,00
0039	Expansão e Melhoria do Ensino Infantil	580.400,00
0040	Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental	3.954.400,00
0044	Incentivo ao Desporto Amador e Lazer	78.850,00
0045	Ensino Superior	42.400,00
0046	Difusão Cultural	419.928,00
0058	Energia Eletiva	15.000,00
0075	Saúde	3.978.398,99
0076	Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água	109.400,00
0090	Assistência Social em Geral	1.000.260,01
0100	Transportes Urbanos	807.400,00
0101	Transportes Rodoviários	941.999,99
0102	Sustentação do Regime de Próprio de Previdência	775.630,03
TOTAL		**18.065.630,03**

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES		**14.489.562,66**
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	8.531.256,30
3.2.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	1.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.957.306,36
DESPESAS DE CAPITAL		**3.019.437,34**
4.4.00.00.00.00	Investimentos	3.016.257,34
4.6.00.00.00.00	Amortização da Dívida	3.180,00
RESERVAS		**556.630,03**
7.7.99.99.99.00	Res. Regime Próprio Prev. Social	128.630,03
9.9.99.99.00.00	Reserva de Contingência	428.000,00
TOTAL		**18.065.630,03**

Do Orçamento da Administração Direta de LAMBARI D'OESTE

Art. 3º. O Orçamento da Administração Direta do Município de Lambari D'Oeste para o exercício financeiro de 2015, estima a receita em R$ 17.290.000,00 (Dezessete Milhões, Duzentos e Noventa Mil Reais) e fixa a despesa em R$ 17.290.000,00 (Dezessete Milhões, Duzentos e Noventa Mil Reais), sendo a despesa para a Prefeitura Municipal no valor de R$ 16.558.600,00 (Dezesseis Milhões, Quinhentos e Cinquenta e Oito Mil e Seiscentos Reais) e R$ 731.400,00 (Setecentos e Trinta e Um Mil e Quatrocentos Reais) para a Câmara Municipal de Lambari D'Oeste - MT.

§ 1º. A receita será realizada mediante arrecadação de Tributos, Transferências de outras esferas de Governo, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos com os seguintes desdobramentos:

RECEITAS		VALOR
1.	**RECEITAS CORRENTES**	**17.159.100,00**
1.1	Receitas Tributárias	1.026.440,00
1.2	Receitas De Contribuições	20.000,00
1.3	Receita Patrimonial	76.000,00
1.6	Receitas de Serviços	87.600,00
1.7	Transferências Correntes	15.8818.010,00
1.9	Outras Receitas Correntes	131.050,00
2.	**RECEITA DE CAPITAL**	**2.305.900,00**
2.2	Alienação de Bens	5.500,00
2.4	Transferências de Capital	2.300.400,00
9.	**DEDUÇÃO DA RECEITA**	**2.175.000,00**
9.1	Dedução de Receitas	2.175.000,00
TOTAL		**17.290.000,00**

§ 2º. A despesa da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

CÓD	FUNÇÃO	VALOR
04	Administração	4.190.263,01
08	Assistência Social	930.120,00
10	Saúde	3.978.398,99
12	Educação	4.577.200,00
13	Cultura	419.928,00
15	Urbanismo	807.400,00
16	Habitação	70.140,01
17	Saneamento	109.400,00
20	Agricultura	5.300,00
25	Energia	50.000,00
26	Transporte	941.999,99
27	Desporto e Lazer	128.850,00
28	Encargos Especiais	349.600,00
TOTAL		**16.558.600,00**

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES		**13.962.562,66**
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	8.189.256,30
3.2.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	1.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.772.306,36
DESPESAS DE CAPITAL		**3.009.437,34**
4.4.00.00.00.00	Investimentos	3.006.257,34
4.6.00.00.00.00	Amortização da Dívida	3.180,00
RESERVAS		**318.000,00**
9.9.99.99.00.00	Reserva de Contingência	318.000,00
TOTAL		**17.290.000,00**

§ 3º. A despesa da Câmara Municipal de Lambari D'Oeste será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01	Legislativa	731.400,00
TOTAL		**731.400,00**

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES		**715.500,00**
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	467.500,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	248.000,00
DESPESAS DE CAPITAL		**15.900,00**
4.4.00.00.00.00	Investimentos	15.900,00
TOTAL		**731.400,00**

§ 4º. O Orçamento da Seguridade Social do Município de Lambari D'Oeste abrangendo todas as entidades da administração direta é de R$ 5.684.148,03 (Cinco Milhões, Seiscentos e Oitenta e Quatro Mil, Cento e Quarenta e oito Reais e Três Centavos).

ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
08	Assistência Social	R$	930.120,00
09	Previdência Social	R$	775.630,03
10	Saúde	R$	3.978.398,99
TOTAL		**R$**	**5.684.148,03**

Do Orçamento da Administração Indireta de Lambari D'Oeste – MT
Fundo Municipal de Previdência Social de Lambari D'Oeste - MT

Art. 4º. O Orçamento do Fundo Municipal de Previdência Social de Lambari D'Oeste para o exercício financeiro de 2015, estima a receita em R$ 775.630,03 (Setecentos e Setenta e Cinco Mil, Seiscentos e Trinta Reais e Três Centavos) e fixa a despesa em R$ 775.630,03 (Setecentos e Setenta e Cinco Mil, Seiscentos e Trinta Reais e Três Centavos).

§ 1º. A receita será realizada mediante arrecadação de rendas, Transferência de outras esferas do Governo, outras receitas correntes e de capital e Receitas Intra-Orçamentárias, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos com os seguintes desdobramentos:

RECEITAS		**VALOR**
1	**RECEITAS CORRENTES**	**202.630,03**
1.2	Receitas de Contribuições	189.130,03
1.3	Receita Patrimonial	13.500,00
1.9	Outras Receitas Correntes	0,00
7	**RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIAS**	**573.000,00**
7.2	Receitas de Contribuições	559.000,00
7.9	Outras Receitas Correntes	14.000,00
TOTAL		**775.630,03**

§ 2º- A despesa do Fundo Municipal de Previdência Social de Lambari D'Oeste será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

09	Previdência Social	775.630,03
SOMA		**775.630,03**

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES		**527.000,00**
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	342.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	185.000,00
DESPESAS DE CAPITAL		**10.000,00**
4.4.00.00.00.00	Investimentos	10.000,00
RESERVAS		**238.630,03**
9.7.7.7.99.00.00	Res. Regime Próprio Prev. Social	128.630,03
9.9.9.9.99.00.00	Res. De Contingência	110.000,00
SOMA		**775.630,03**

Art.5º. O Executivo está autorizado, nos termos dos Artigos 7º e 43 da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 40% (quarenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.
II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.
III – superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Excluem deste limite, os créditos suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art.6º. Durante o exercício financeiro de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito inclusive por antecipação de receita até o limite das despesas de Capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa; aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta; observados os limites legais de endividamento do município.

Art. 7º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados para o exercício financeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

MARIA MANEA DA CRUZ
Prefeita Municipal

Publicado por:
Amós Medeiros dos Santos
Código Identificador:EBCC6636

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE ADESÃO 028/2014 - DEZEMBRO 2014

EXTRATO DE ADESÃO Nº 028/2014 AO PREGÃO PRESENCIAL 511/2014 – PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS

O Município de Lucas do Rio Verde, vem tornar pública a adesão ao Procedimento Administrativo Licitatório, modalidade Pregão Presencial nº 511/2014, Ata de Registro de Preços nº 52706/2014 lançado pela Prefeitura Municipal de Guarulhos, o qual objetiva a **AQUISIÇÃO DE MÓDULO DE SOLUÇÕES DE SEGURANÇA DE REDE**. A Municipalidade adquirirá da Empresa **Aker Consultoria e Informática Ltda,** detentora da Ata de Registro de Preços nº. 036611/2014, aderida através do procedimento acima mencionado, 03 Modulo WAF – Software, Modulo WAF – Serviço de Instalação, Modulo WAF – Serviço de Administração/Consultoria On-Site, totalizando o valor de **R$ 169.608,87 (Cento e sessenta e nove mil, seiscentos e oito reais e oitenta e sete centavos)**, para atender as necessidades da Administração Pública Municipal de Lucas do Rio Verde. O pagamento será efetuado com recursos próprios. A íntegra do ato de Adesão e demais documentos encontram-se nos autos, na Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde-MT. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002

e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93(com alterações da Lei 8883/94 e ainda pelo Decreto Nº 3.931 de 19/09/2001).

Lucas do Rio Verde-MT 15 de dezembro de 2014.

SOLIMARA LÍGIA MOURA
Secretária Municipal de Planejamento, Gestão e Orçamento

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:45743B9F

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO N. 2.797, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014

Determina o horário especial de funcionamento do comércio no mês de dezembro de 2014.

MIGUEL VAZ RIBEIRO, Prefeito Municipal em Exercício de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial no art. 54, IV, da Lei Orgânica, e com base no artigo 121, da Lei Complementar n.º 60/2008.

Considerando a manifestação da ACILVE – Associação Comercial e Industrial de Lucas do Rio Verde e da CDL Câmara de Dirigentes Lojista de Lucas do Rio Verde no sentido de se estabelecer horário especial de funcionamento do comércio no mês de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado horário especial e facultativo de funcionamento do comércio no mês de dezembro:

Dia	Horário
06/12/2014 (sábado)	Das 7:00 às 15:00 horas
13/12/2014 (sábado)	Das 7:00 às 17:00 horas
15/12/2014 (segunda-feira)	Das 7:00 às 20:00 horas
16/12/2014 (terça-feira)	Das 7:00 às 20:00 horas
17/12/2014 (quarta-feira)	Das 7:00 às 20:00 horas
18/12/2014 (quinta-feira)	Das 7:00 às 20:00 horas
19/12/2014 (sexta-feira)	Das 7:00 às 20:00 horas
20/12/2014 (sábado)	Das 7:00 às 17:00 horas
22/12/2014 (segunda-feira)	Das 7:00 às 20:00 horas
23/12/2014 (terça-feira)	Das 7:00 às 20:00 horas
24/12/2014 (quarta-feira)	Das 7:00 às 20:00 horas
26/12/2014 (sexta-feira)	Das 7:00 às 20:00 horas
27/12/2014 (sábado)	Das 7:00 às 15:00 horas
29/12/2014 (segunda-feira)	Das 7:00 às 20:00 horas
30/12/2014 (terça-feira)	Das 7:00 às 20:00 horas
31/12/2014 (quarta-feira)	Das 7:00 às 20:00 horas

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lucas do Rio Verde, 03 de dezembro de 2014.

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

MARIA APARECIDA MARIN ROSSATO
Secretária Municipal de Finanças

REGISTRE-SE E
PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Andre Pezzini
Código Identificador:3C40A420

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO N. 2.798, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014

Determina o horário especial de funcionamento dos supermercados do dia 15 de dezembro de 2014 ao dia 15 de fevereiro de 2015.

MIGUEL VAZ RIBEIRO, Prefeito Municipal em Exercício de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial no art. 54, IV, da Lei Orgânica, e com base no artigo 121, da Lei Complementar n.º 60/2008.

Considerando a manifestação da ACILVE – Associação Comercial e Industrial de Lucas do Rio Verde e da CDL Câmara de Dirigentes Lojista de Lucas do Rio Verde no sentido de se estabelecer horário especial de funcionamento dos supermercados em razão das alterações proporcionadas pelo horário de verão.

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado horário especial e facultativo de funcionamento dos supermercados da seguinte forma:

Dia	Horário
15/12/2014 à 15/02/2015 (Segunda ao sábado)	Das 7:00 às 21:00 horas

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lucas do Rio Verde, 04 de dezembro de 2014.

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

MARIA APARECIDA MARIN ROSSATO
Secretária Municipal de Finanças

Registre-se e
Publique-se

Publicado por:
Andre Pezzini
Código Identificador:DE45A425

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO DO LEILÃO N. 02/2014 - DEZEMBRO-2014

A Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde MT, através da Leiloeira, torna público que no Leilão nº 02/2014, realizado no dia 15 de dezembro de 2014, foram vendidos os bens abaixo relacionados: **Placa JZQ-9684:** arrematada pelo Sr. Geziel Saldanha da Costa, com o valor de R$ 3.010,00; **Placa: NJH-4788:** arrematada pelo Sr. Geziel Saldanha da Costa, com o valor de R$ 510,00; **Placa: JZQ-9654:** arrematada pelo Sr. Geziel Saldanha da Costa, com o valor de R$ 3.010,00; **Placa: JZQ-9714:** arrematada pelo Sr. Geziel Saldanha da Costa, com o valor de R$ 3.010,00; **Placa: KAK-9724:** arrematada pelo Sr. Geziel Saldanha da Costa, com o valor de R$ 6.010,00; **Placa: NJI-7656:** arrematada pelo Sr. Geziel Saldanha da Costa, com o valor de R$ 16.050,00; **Placa: JZQ-9674:** arrematada pelo Sr. Geziel Saldanha da Costa, com o valor de R$ 4.010,00; **Placa: KAN-7352:** arrematada pelo Sr. Geziel Saldanha da Costa, com o valor de R$ 6.010,00; **Placa: NJJ-2988:** arrematada pelo Sr. Geziel Saldanha da Costa, com o valor de R$ 10.010,00; **Placa: JZU-4984:** arrematada pelo Sr. Geziel Saldanha da Costa, com o valor de R$ 5.010,00.

Lucas do Rio Verde MT, 16 de dezembro de 2014.

KÁROLE GRAZIELA SONTAG
Leiloeira

Publicado por:
Károle Graziela Sontag
Código Identificador:04520E81

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL N. 185/2014

Objeto do Pregão: Pregão Presencial para futura contratação de empresa para execução de Drenagem Pluvial Urbana na Linha 05,

cruzamento com a Avenida da Fé, I Etapa, no Município de Lucas do Rio Verde-MT
Data: 16 de dezembro de 2014
Empresas Vencedoras: Lote 0001 a empresa: JOILSON NOBRES DA SILVA & CIA LTDA - ME, com o valor total de R$ 111.500,00 (cento e onze mil e quinhentos reais).

Lucas do Rio Verde-MT, 16 de dezembro de 2014.

SIRLEI AMARO DA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Károle Graziela Sontag
Código Identificador:09C7AE49

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL N. 186/2014

Objeto do Pregão: contratação de empresa para o fornecimento de materiais para execução de drenagem pluvial urbana na Linha 05, cruzamento com Avenida da Fé, I Etapa, no Município de Lucas do Rio Verde/MT. **Data:** 16 de dezembro de 2014
Empresas Vencedoras: Lote 0001 a empresa: CONSTRULAR MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA EPP, com o valor total de R$ 29.576,80 (vinte e nove mil, quinhentos e setenta e seis reais e oitenta centavos); Lote 0002 a empresa: CONSTRULAR MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA EPP, com o valor total de R$ 40.334,00 (quarenta mil e trezentos e trinta e quatro reais); Lote 0003 a empresa: CONSTRULAR MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA EPP, com o valor total de R$ 1.152,00 (um mil e cento e cinquenta e dois reais); Lote 0004 a empresa: CONSTRULAR MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA EPP, com o valor total de R$ 3.433,00 (três mil e quatrocentos e trinta e três reais); Lote 0005 a empresa: CONCRELUCAS CONCRETOS USINADOS LTDA, com o valor total de R$ 14.570,00 (quatorze mil e quinhentos e setenta reais); Lote 0006 a empresa: MADEVERDE INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA, com o valor total de R$ 9.200,00 (nove mil e duzentos reais); Lote 0007 a empresa: CERENGE PREMOESTE ENGENHARIA LTDA EPP, com o valor total de R$ 340.470,00 (trezentos e quarenta mil e quatrocentos e setenta reais).

Lucas do Rio Verde-MT, 16 de dezembro de 2014.

SIRLEI AMARO DA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Károle Graziela Sontag
Código Identificador:6F82DB1E

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO CONTRATO: 099/2014
DATA: 05/12/2014
CREDOR: **COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA ME**, CNPJ 26.579.029/0001-53.
OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais elétricos para manutenção em geral das instalações do SAAE de Lucas do Rio Verde - MT.
VIGÊNCIA: 05/12/2015
Nº NE/ANO: Empenhos realizados conforme solicitação de materiais.
VALOR: Empenhos realizados conforme solicitação de materiais.
PROC. LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO 024/2014 – Registro de preço 022/2014.

SÔNIA ALVES DUARTE BUENO
Pregoeira

JULIANO HENDRIGO BORDONI MANZEPPI
Diretor SAAE

Publicado por:
Sonia Alves Duarte Bueno
Código Identificador:7A930E44

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO CONTRATO: 100/2014
DATA: 05/12/2014
CREDOR: **FACHINELLO COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA**, CNPJ 14.638.801/0001-91.
OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais elétricos para manutenção em geral das instalações do SAAE de Lucas do Rio Verde - MT.
VIGÊNCIA: 05/12/2015
Nº NE/ANO: Empenhos realizados conforme solicitação de materiais.
VALOR: Empenhos realizados conforme solicitação de materiais.
PROC. LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO 024/2014 – Registro de preço 022/2014.

SÔNIA ALVES DUARTE BUENO
Pregoeira

JULIANO HENDRIGO BORDONI MANZEPPI
Diretor SAAE

Publicado por:
Sonia Alves Duarte Bueno
Código Identificador:1BADDA04

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO CONTRATO: 101/2014
DATA: 05/12/2014
CREDOR: **LUZ & CIA COMERCIAL LTDA**, CNPJ 16.699.057/0001-60.
OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais elétricos para manutenção em geral das instalações do SAAE de Lucas do Rio Verde - MT.
VIGÊNCIA: 05/12/2015
Nº NE/ANO: Empenhos realizados conforme solicitação de materiais.
VALOR: Empenhos realizados conforme solicitação de materiais.
PROC. LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO 024/2014 – Registro de preço 022/2014.

SÔNIA ALVES DUARTE BUENO
Pregoeira

JULIANO HENDRIGO BORDONI MANZEPPI
Diretor SAAE

Publicado por:
Sonia Alves Duarte Bueno
Código Identificador:26E00F6D

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO CONTRATO: 102/2014
DATA: 11/12/2014
CREDOR: **MARISA CLAUDIA JACOMETO DURANTE EPP,** CNPJ/MF 08.878.508/0001-07.
OBJETO: Registro de Preços para futura contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção para manutenção em geral das instalações do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lucas do Rio Verde – MT.
VIGÊNCIA: 11/12/2015
Nº NE/ANO: Empenhos realizados conforme solicitação de materiais.
VALOR: Empenhos realizados conforme solicitação de materiais.
PROCESSO LICITATÓRIO: ADESÃO 013/2014.

KARINE A. A. DA SILVA FRANÇA
Presidente CPL

JULIANO HENDRIGO BORDONI MANZEPPI
Diretor SAAE

Publicado por:
Sonia Alves Duarte Bueno
Código Identificador:46F1C1D7

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO CONTRATO: 103/2014
DATA: 11/12/2014
CREDOR: **COPACEL INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CALCÁRIO E CEREAIS LTDA,** CNPJ/MF 00.951.459/0002-51.
OBJETO: Registro de Preços para futura contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção para manutenção em geral das instalações do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lucas do Rio Verde – MT.
VIGÊNCIA: 11/12/2015
Nº NE/ANO: Empenhos realizados conforme solicitação de materiais.
VALOR: Empenhos realizados conforme solicitação de materiais.
PROCESSO LICITATÓRIO: ADESÃO 013/2014.

KARINE A. A. DA SILVA FRANÇA
Presidente CPL

JULIANO HENDRIGO BORDONI MANZEPPI
Diretor SAAE

Publicado por:
Sonia Alves Duarte Bueno
Código Identificador:9E6BBAB0

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO CONTRATO: 104/2014
DATA: 11/12/2014
CREDOR: **MADEVERDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME,** CNPJ/MF 05.035.791/0001-09.
OBJETO: Registro de Preços para futura contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção para manutenção em geral das instalações do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lucas do Rio Verde – MT.
VIGÊNCIA: 11/12/2015
Nº NE/ANO: Empenhos realizados conforme solicitação de materiais.
VALOR: Empenhos realizados conforme solicitação de materiais.
PROCESSO LICITATÓRIO: ADESÃO 013/2014.

KARINE A. A. DA SILVA FRANÇA
Presidente CPL

JULIANO HENDRIGO BORDONI MANZEPPI
Diretor SAAE

Publicado por:
Sonia Alves Duarte Bueno
Código Identificador:E3821CBB

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO CONTRATO: 105/2014
DATA: 11/12/2014
CREDOR: **GABIATTI E GABIATTI LTDA ME,** CNPJ/MF 05.168.872/0001-87.
OBJETO: Registro de Preços para futura contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção para manutenção em geral das instalações do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lucas do Rio Verde – MT.
VIGÊNCIA: 11/12/2015
Nº NE/ANO: Empenhos realizados conforme solicitação de materiais.
VALOR: Empenhos realizados conforme solicitação de materiais.
PROCESSO LICITATÓRIO: ADESÃO 013/2014.

KARINE A. A. DA SILVA FRANÇA
Presidente CPL

JULIANO HENDRIGO BORDONI MANZEPPI
Diretor SAAE

Publicado por:
Sonia Alves Duarte Bueno
Código Identificador:B06D6858

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO CONTRATO: 106/2014
DATA: 11/12/2014
CREDOR: **F. SANCHES E CIA LTDA,** CNPJ/MF 10.467.752/0001-10.
OBJETO: Registro de Preços para futura contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção para manutenção em geral das instalações do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lucas do Rio Verde – MT.
VIGÊNCIA: 11/12/2015
Nº NE/ANO: Empenhos realizados conforme solicitação de materiais.
VALOR: Empenhos realizados conforme solicitação de materiais.
PROCESSO LICITATÓRIO: ADESÃO 013/2014.

KARINE A. A. DA SILVA FRANÇA
Presidente CPL

JULIANO HENDRIGO BORDONI MANZEPPI
Diretor SAAE

Publicado por:
Sonia Alves Duarte Bueno
Código Identificador:8C0AC9F3

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO CONTRATO: 107/2014
DATA: 11/12/2014
CREDOR: **BIAZI MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA ME,** CNPJ/MF 06.930.323/0001-60.
OBJETO: Registro de Preços para futura contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção para manutenção em geral das instalações do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lucas do Rio Verde – MT.
VIGÊNCIA: 11/12/2015
Nº NE/ANO: Empenhos realizados conforme solicitação de materiais.
VALOR: Empenhos realizados conforme solicitação de materiais.
PROCESSO LICITATÓRIO: ADESÃO 013/2014.

KARINE A. A. DA SILVA FRANÇA
Presidente CPL

Publicado por:
Sonia Alves Duarte Bueno
Código Identificador:F0B79F6E

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO CONTRATO: 108/2014
DATA: 11/12/2014
CREDOR: **AÇOLUCAS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA,** CNPJ/MF 12.594.951/0001-15.
OBJETO: Registro de Preços para futura contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção para manutenção em geral das instalações do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lucas do Rio Verde – MT.
VIGÊNCIA: 11/12/2015
Nº NE/ANO: Empenhos realizados conforme solicitação de materiais.
VALOR: Empenhos realizados conforme solicitação de materiais.
PROCESSO LICITATÓRIO: ADESÃO 013/2014.

KARINE A. A. DA SILVA FRANÇA
Presidente CPL

JULIANO HENDRIGO BORDONI MANZEPPI
Diretor SAAE

Publicado por:
Sonia Alves Duarte Bueno
Código Identificador:2B8A6C56

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO CONTRATO: 109/2014
DATA: 12/12/2014
CREDOR: **CONSTRUTORA FRIGO LTDA,** CNPJ/MF 05.559.781/0001-72.
OBJETO: Registro de Preços para futura contratação de empresa para realização de serviços de Sondagem para o Município de Lucas do Rio Verde – MT.
VIGÊNCIA: 12/12/2015
Nº NE/ANO: Empenhos realizados conforme solicitação de materiais.
VALOR: Empenhos realizados conforme solicitação de materiais.
PROCESSO LICITATÓRIO: ADESÃO 015/2014.

KARINE A. A. DA SILVA FRANÇA
Presidente CPL

JULIANO HENDRIGO BORDONI MANZEPPI
Diretor SAAE

Publicado por:
Sonia Alves Duarte Bueno
Código Identificador:96220FD4

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO CONTRATO: 110/2014
DATA: 12/12/2014
CREDOR: **PAVILUCAS PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA LTDA ME,** CNPJ/MF 05.035.815/0001-20.
OBJETO: Registro de Preços para futura contratação de empresa para realização de serviços de Sondagem para o Município de Lucas do Rio Verde – MT.
VIGÊNCIA: 12/12/2015
Nº NE/ANO: Empenhos realizados conforme solicitação de materiais.
VALOR: Empenhos realizados conforme solicitação de materiais.
PROCESSO LICITATÓRIO: ADESÃO 015/2014.

KARINE A. A. DA SILVA FRANÇA
Presidente CPL

JULIANO HENDRIGO BORDONI MANZEPPI
Diretor SAAE

Publicado por:
Sonia Alves Duarte Bueno
Código Identificador:25883183

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 009/2014 PARA NOMEAÇÃO E POSSE DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 009/2014 PARA NOMEAÇÃO E POSSE DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014.

O Exmo Senhor **Arnóbio Vieira de Andrade**, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o Concurso Público realizado no dia 25 de maio de 2014 nos termos do Edital 001/2014 e homologado pelo Decreto de nº 74/2014 de 24 de junho de 2014, Convoca pelo presente Edital os candidatos Aprovados, para preenchimento de vagas existente no momento, conforme relação abaixo:

Nº Insc	Candidatos	Cargo	Carga Hora	Classificação
0463	Danilo Steinke Aguiar	Técnico em Edificações	40 horas	2º Aprovado

O candidato convocado por este Edital terá prazo de até 30 (trinta) dias a contar desta data, 15 de dezembro de 2014, para tomar posse no referido cargo.
O candidato convocado deverá apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado, munido dos seguintes documentos:

Documento de Identidade (original) e l (cópia); Certidão de Nascimento ou Casamento (original) e 1 (cópia); RG e CPF do cônjuge; Certidão de nascimento dos filhos (original) e 1 (cópia); Diploma de conclusão do curso relativo ao cargo concorrido, devidamente registrado (original e 1 cópia) Título de Eleitor (original) e 1 (cópia) comprovação que está quite com as obrigações eleitorais; Certificado de Reservista (original e 1 cópia) (se masculino); Carteira de trabalho, PIS ou PASEP (original) e 1 (cópia); CPF (original) e 1 (cópia) Comprovante de residência Carteira de Habilitação (motorista)	**ORIGINAL** 02 Fotos 3x4; Atestado Médico expedido pela Junta Médica Oficial; Certidão negativa da Justiça (civil e criminal) onde tenha residido nos últimos cinco anos; Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar; Declaração dos Dependentes de IRRF; Declaração do exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, em qualquer esfera de governo, da administração direta de qualquer dos Poderes; Apresentar Registro e Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe conforme o caso; Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio. Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

O Candidato convocado que não apresentar as documentações no prazo estabelecido será considerado eliminado do Concurso Público.

O Candidato deverá apresentar-se também, junto ao Previlândia – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Marcelândia - MT, para filiar-se a esta Instituição.

O Município de Marcelândia - MT reserva-se o direito de solicitar outros documentos que julgar legal e necessário para o ato de nomeação dos candidatos para os respectivos cargos/funções.

Marcelândia MT, em 15 de dezembro de 2014.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

MARCELO RICARDO CORDEIRO
Sec. Municipal de Administração e Finanças.

Publicado por:
Gislaine Prudenciano da Silva
Código Identificador:8ABBF0B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 008/2014 PARA NOMEAÇÃO E POSSE DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 008/2014 PARA NOMEAÇÃO E POSSE DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014**.**

O Exmo Senhor **Arnóbio Vieira de Andrade**, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o Concurso Público realizado no dia 25 de maio de 2014 nos termos do Edital 001/2014 e homologado pelo Decreto de nº 74/2014 de 24 de junho de 2014, Convoca pelo presente Edital os candidatos Aprovados, para preenchimento de vagas existente no momento, conforme relação abaixo:

Nº Insc	Candidatos	Cargo	Carga Hora	Classificação
008	Diego Alcântara Rodrigues de Almeida	Técnico em Edificações	40 horas	1º Aprovado

O candidato convocado por este Edital terá prazo de até 30 (trinta) dias a contar desta data, 12 de dezembro de 2014, para tomar posse no referido cargo.
O candidato convocado deverá apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado, munido dos seguintes documentos:

Documento de Identidade (original) e l (cópia); Certidão de Nascimento ou Casamento (original) e 1 (cópia);	**ORIGINAL** 02 Fotos 3x4; Atestado Médico expedido pela Junta Médica

RG e CPF do cônjuge; Certidão de nascimento dos filhos (original) e 1 (cópia); Diploma de conclusão do curso relativo ao cargo concorrido, devidamente registrado (original e 1 cópia) Título de Eleitor (original) e 1 (cópia) comprovação que está quite com as obrigações eleitorais; Certificado de Reservista (original e 1 cópia) (se masculino); Carteira de trabalho, PIS ou PASEP (original) e 1 (cópia); CPF (original) e 1 (cópia) Comprovante de residência Carteira de Habilitação (motorista)	Oficial; Certidão negativa da Justiça (civil e criminal) onde tenha residido nos últimos cinco anos; Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar; Declaração dos Dependentes de IRRF; Declaração do exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, em qualquer esfera de governo, da administração direta de qualquer dos Poderes; Apresentar Registro e Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe conforme o caso; Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio. Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

O Candidato convocado que não apresentar as documentações no prazo estabelecido será considerado eliminado do Concurso Público.

O Candidato deverá apresentar-se também, junto ao Previlândia – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Marcelândia - MT, para filiar-se a esta Instituição.

O Município de Marcelândia - MT reserva-se o direito de solicitar outros documentos que julgar legal e necessário para o ato de nomeação dos candidatos para os respectivos cargos/funções.

Marcelândia MT, em 12 de dezembro de 2014.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

MARCELO RICARDO CORDEIRO
Sec. Municipal de Administração e Finanças.

Publicado por:
Gislaine Prudenciano da Silva
Código Identificador:607CF4A2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 877/2014

SÚMULA: Dispõe sobre a criação da Ouvidoria da Câmara Municípal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

O Senhor **ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE,** Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criada a Ouvidoria da Câmara Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, tendo por objetivo assegurar, de modo permanente e eficaz, a preservação dos princípios de legalidade, moralidade e eficiência dos atos dos agentes do Poder Legislativo Municipal.
Art. 2º. A Ouvidoria será o canal de comunicação direta entre a sociedade e a Câmara Municipal, recebendo reclamações, denúncias, sugestões e elogios, de modo a estimular a participação do cidadão no controle e avaliação dos serviços prestados e na gestão dos recursos públicos.
Art. 3º. Compete à Ouvidoria da Câmara Municipal de Marcelândia:

- receber denúncias, reclamações e representações sobre atos considerados arbitrários, desonestos, indecorosos, ilegais, irregulares ou que violem os direitos individuais ou coletivos, praticados por servidores do Legislativo Municipal.
- receber sugestões de aprimoramento, críticas, elogios e pedidos de informação sobre as atividades do Poder Legislativo Municipal.
- diligenciar junto às unidades competentes, para que prestem informações e esclarecimentos a respeito das comunicações mencionadas no inciso anterior;
- manter o cidadão informado a respeito das averiguações e providências adotadas, excepcionados os casos em que necessário for o sigilo, garantindo o retorno dessas providências a partir de sua intervenção e dos resultados alcançados;
– elaborar e divulgar, trimestral e anualmente, relatórios de suas atividades, bem como, permanentemente, os serviços da Ouvidoria da Câmara junto ao público, para conhecimento, utilização continuada e ciência dos resultados alcançados;
- promover a realização de pesquisas, seminários e cursos sobre assuntos relativos ao exercício dos direitos e deveres do cidadão perante a administração pública;
- organizar e manter atualizado arquivo da documentação relativa às denúncias, reclamações e sugestões recebidas;
§ 1º. A Ouvidoria manterá sigilo sobre denúncias e reclamações que receber, bem como sobre sua fonte, assegurando a proteção dos denunciantes, quando requerer o caso ou assim for solicitado.
§ 2º. A Ouvidoria manterá serviço telefônico e e-mail, destinado a receber as denúncias e reclamações, garantindo o sigilo da fonte de informação.
Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, Marcelândia – MT, 16 de dezembro de 2014.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiana Aparecida Schenatto
Código Identificador:CF7B5D68

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 878/2014

DATA: 16/12/2014

SÚMULA: .....Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, e dá outras providências.

O Senhor **ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE,** Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta Lei regulamenta o direito constitucional de acesso à informação, a fim de garantir sua efetividade, consoante previsto no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II, do § 3º do artigo 37 e no § 2º, do artigo 216, da Constituição Federal, bem como os regramentos encartados na Lei nº 12.527/2011.

Art. 2º. A informação pública deverá estar acessível a todos, adotando a Câmara Municipal as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.

CAPITULO II
DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO

Art. 3º. O acesso à informação compreende os direitos de obter orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada.
§ 1º. Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.
§ 2º. Informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer ao Prefeito Municipal, a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.
§ 3º. Verificada a hipótese prevista no § 2º deste artigo, o responsável pela guarda da informação extraviada deverá, no prazo de 10 (dez) dias, justificar o fato e indicar os meios de provas cabíveis.

Art. 4º. É dever da Câmara Municipal promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de

suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral, produzidas ou custodiadas pelo órgão.
§ 1º. Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:
I **–** registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;
II **–** registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;
III – registros de despesas;

IV – informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;
V – dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras; e,
VI – respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

§ 2º As informações constantes dos incisos do § 1º, deverão estar disponíveis no Portal Transparência da Câmara Municipal
.
Art. 5º. O acesso a informações públicas será assegurado mediante:
I **–** criação de Serviço de Informações ao Cidadão, vinculado à Ouvidoria da Câmara Municipal de Marcelândia - MT, em local com condições apropriadas para:
a) Atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;
b) Informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;
c) Protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações.

CAPÍTULO III
DO PROCEDIMENTO DE ACESSO A INFORMAÇÃO
Seção I
Do Pedido de Acesso

Art. 6º. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações à Câmara Municipal por qualquer meio legítimo.
§ 1º. O pedido de acesso a informação deve observar os seguintes requisitos:
I – ter como destinatário o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, junto a Ouvidoria da Câmara Municipal de Marcelândia.
II – conter a identificação do requerente (nome, RG, CPF, endereço, e-mail e telefone) e a especificação da informação requerida;
III – ser efetuado preferencialmente por meio do preenchimento de formulário eletrônico disponibilizado no Portal Transparência da Câmara; e
IV – alternativamente, ao inciso III, ser formulado ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) junto à Ouvidoria, por intermédio dos demais canais de comunicação.

§ 2º. Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.
§ 3º. São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

Art. 7º. O pedido de acesso à informação será atendido pela equipe da Ouvidoria de imediato, sempre que possível.
§ 1º. Caso não seja possível atender de imediato ao pedido, haverá comunicação ao interessado, fixando-se o prazo para resposta não superior a 20 (vinte) dias, admitida prorrogação por 10 (dez) dias, nos termos da Lei Federal nº 12.527/ 2011.
§ 2º. A eventual prorrogação será devidamente justificada ao requerente, se este assim solicitar.
§ 3º. A informação armazenada em formato digital será assim fornecida, ressalvado pedido expresso do requerente.
§ 4º. Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.

Art. 8º. Não serão atendidos pedidos de acesso a informação:
I – genéricos;
II – desproporcionais ou desarrazoados; ou
III – que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do departamento.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III do *caput*, o departamento deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Seção II
Da Tramitação Interna

Art. 9º. O pedido de informação formulado pelo interessado será encaminhado ao Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, vinculado à Ouvidoria da Câmara Municipal de Marcelândia – MT, o qual disciplinará acerca das demais etapas de tramitação, bem como prazos a serem respeitados, dentro do órgão.

Seção III
Dos Recursos

Art. 10. Negado o acesso a informação o requerente poderá recorrer contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência à Controladoria-Geral do Município, se:
I - o acesso a informação não classificada como sigilosa for negado;
II - a decisão de negativa de acesso a informação total ou parcialmente classificada como sigilosa não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido pedido de acesso ou desclassificação;
III - os procedimentos de classificação de informação sigilosa, estabelecidos nesta Lei, não tiverem sido observados; e
IV - estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos nesta Lei.

§ 1º. O recurso previsto neste artigo somente poderá ser dirigido à Controladoria-Geral do Município depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada.
§ 2º. Verificada a procedência das razões do recurso, a Controladoria-Geral do Município determinará ao órgão ou entidade que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto nesta Lei.
Art. 11. Aplica-se subsidiariamente, no que couber, a Lei no 7.692, de 1º de julho de 2002, ao procedimento de que trata este Capítulo.

CAPÍTULO IV
DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO A INFORMAÇÃO
Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 12. Não poderá ser negado acesso a informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.
Parágrafo único. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos, praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas, não poderão ser objeto de restrição de acesso.

Art. 13. O disposto nesta Lei não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça, nem as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o Poder Público.

Seção II
Das Informações Pessoais

Art. 14. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.
§ 1º. As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:
I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de cem anos a contar da sua data de

produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e
II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

§ 2º. Aquele que obtiver acesso as informações de que trata este artigo responsabiliza-se pelo seu uso indevido.
§ 3º. O consentimento referido no inciso II do §1º não será exigido quando as informações forem necessárias:
I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico;
II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;
III - ao cumprimento de ordem judicial; ou
IV - à proteção do interesse público e geral preponderante.

§ 4º. Observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, a restrição de acesso a informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que estiver envolvida ou ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.

CAPÍTULO V
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 15. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:
I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;
II - utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda, ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;
III - agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso a informação;
IV - divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal;
V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiros, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;
VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e
VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

Art. 16. Os departamentos respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, assegurado o direito de apurar responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa.
Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de qualquer vínculo com o departamento, tenha acesso a informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17. No prazo de sessenta dias, a contar da vigência desta Lei, o dirigente máximo de cada departamento designará autoridade que lhe seja diretamente subordinada para, no âmbito do respectivo departamento, exercer as seguintes atribuições:
I – assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso a informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos desta Lei;
II – monitorar a implementação do disposto nesta Lei e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;
III – recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto nesta Lei; e
IV – orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto nesta Lei e seus regulamentos.

Art. 18. O Poder Legislativo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de cento e vinte dias a contar da data de sua publicação.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Marcelândia – MT, 16 de dezembro de 2014.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiana Aparecida Schenatto
Código Identificador:20F0E6E2

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D OESTE - SAEMI
PORTARIA Nº 036/2014- SAEMI

MIRASSOL D' OESTE – MT, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Comissão Organizadora do Concurso Público e dá outras providências.

O Diretor Geral do SAEMI – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D`Oeste, Estado de Mato Grosso, o Sr. José de Souza, no uso de suas atribuições legais...
RESOLVE BAIXAR A SEGUINTE PORTARIA:
Art.1º - Designar a Comissão Organizadora para o Concurso Público n.º 001/2015, que será composta pelos seguintes Componentes:
I – Presidente: VALTER CESAR COUTINHO - CPF n.º 926.295.711.49
II – Membro: GLEICY MARTINEZ OCHIUTO - CPF n.º 723.299.551.20
III- Membro: ELENIR PEREIRA – CPF n.º 003.374.831.40
Parágrafo Único**: A Comissão Examinadora terá a responsabilidade de cumprir as determinações da Lei Orgânica Municipal e o respectivo Edital do Concurso.**
Art.º 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Art.º 3º - Registre-Se, Publique-se e Cumpra-se.

MIRASSOL D`OESTE - MT , 04 de DEZEMBRO de 2014.

JOSÉ DE SOUZA
Diretor Geral

Publicado por:
Gleicy Martinez Ochiuto
Código Identificador:8390E171

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVENIOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 027/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 027/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA-MT
Contratado: Drª. Ana Maria Parolin Silva, inscrita no CPF 989.775.981-68, CRM 5704/MT.

Valor: R$ 158.400,00 (cento e cinquenta e oito mil e quatrocentos reais), a ser pago mensalmente, até o 10 (décimo) dia útil ao mês subsequente, em 12 (doze) parcelas iguais valores de R$ 13.200,00 (Treze mil e duzentos reais).
Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência e execução do Contrato Administrativo nº 027/2014, cujo objeto é "a CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE MÉDICO (CLINICO GERAL) PARA O ATENDIMENTO NO PSF III DO MUNICIPIO DE NORTELÂNDIA-MT".
Dotação Orçamentária:
0289-04.003.10.301.0067.2034-3190.04.00.00.00
Vigência: Ass. 01.01.2015 – Vcto: 31.12.2015

Publicado por:
Walcemir Carlos da Silva
Código Identificador:2B8F128C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVENIOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2014
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA-MT
Contratado: QUALIDADOS PROJETOS E PESQUISAS LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. º 13.672.664/0001-49.
Valor: sem reajuste de valores.
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência e execução do contrato administrativo nº 043/2014, cujo objeto é "a prestação de serviços de cadastramento e recadastramento predial e territorial urbano, em todo o perímetro urbano do município de Nortelândia-MT".
Vigência: Ass. 24.12.2014 – Vcto: 30.06.2015

Publicado por:
Walcemir Carlos da Silva
Código Identificador:F4C809DD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVENIOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 039/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 039/2014
Contratante: Município de Nortelândia-MT, inscrito no CNPJ sob o nº 03.425.170/0001-06.
Contratado: TWI EMPREENDIMENTOS TECNOLÓGICOS E TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.601.924./0001-60.
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por finalidade a prorrogação do prazo de vigência e execução do Contrato Administrativo nº 039/2014, cujo objeto é "o fornecimento de licença de uso do Sistema Informatizado de Gestão da Saúde, incluindo os serviços de treinamento, implantação, conversão dos dados existentes e que seja integrado no atual sistema de Plataforma de Aplicativos Móveis, suporte técnico, configuração, parametrização para atender às necessidades do Município de NORTELANDIA, com capacitação das diretorias e Unidades assistenciais de saúde."
Dotações orçamentárias:
0244-04.001.10.301.0023.2178-3390.39.00.00.00
Data de Assinatura: 16/12/2014
Vigência: 01/01/2015 a 31/12/2015

Publicado por:
Walcemir Carlos da Silva
Código Identificador:59E62CA2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVENIOS
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049/2012

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049/2012
Contratante: Município de Nortelândia-MT, inscrito no CNPJ sob o nº 03.425.170/0001-06.
Contratado: TWI EMPREENDIMENTOS TECNOLÓGICOS E TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.601.924./0001-60.
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por finalidade a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo 049/2012, para manutenção da rede no exercício de 2015. O Contrato Original tem por objeto a Aquisição de equipamentos, serviços de instalação e configuração de rede privada Wireless Criptografada para atendimento às Secretarias Municipais, conforme especificações técnicas descritas nos itens 1.1 e 1.2 da Ata de Registro de Preços nº 032/2011, do Pregão n.º 031/2011 e na Proposta de Preços da **CONTRATADA,** bem como do termo de Adesão 001/2012 da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.
Dotações orçamentárias:
03.002.04.122.0004.2011-3390.39.00.00.00 – Sec. de Administração – CPD
Data de Assinatura: 16/12/2014
Vigência: 01/01/2015 a 31/12/2015

Publicado por:
Walcemir Carlos da Silva
Código Identificador:E7DE2DA8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVENIOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 054/2014

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 054/2014
Contratante: Município de Nortelândia-MT
Contratado: SAMUEL SALGADO, inscrito no CPF nº. 070.215.409-14.
Objeto: prorrogação do prazo de vigência e execução do contrato administrativo nº 054/2014, cujo objeto é a prestação de serviços profissionais para fiscalização de obras e serviços de engenharia civil contratados e realizados pelo Município de Nortelândia-MT.
Valor: 36.000,00 (trinta e seis mil reais)
Dotação orçamentária:
03.001.04.122.0002.2009-3390.36.00.00.00
Prazo de vigência: 01-01-2015 a 31-12-2015
Assinatura: 16/12/2014

Publicado por:
Walcemir Carlos da Silva
Código Identificador:460DA291

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVENIOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 055/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 055/2014
Contratante: Município de Nortelândia-MT, inscrito no CNPJ sob o nº 03.425.170/0001-06.
Contratado: Cleonice Caetano da Silva Rocha ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.273.953/0001-87.
Objeto: O presente aditivo tem por finalidade a prorrogação do prazo de vigência e execução do contrato administrativo nº 055/2014, cujo objeto é a prestação de serviços de confecção de materiais gráficos padronizados..
Valor: Sem reajuste ou acréscimo de valor, apenas prazo.
Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015
Assinatura: 16/12/2015

Publicado por:
Walcemir Carlos da Silva
Código Identificador:C838A50D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVENIOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 062/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 062/2014
Contratante: Município de Nortelândia-MT, inscrito no CNPJ sob o nº 03.425.170/0001-06.
Contratado: VIVEIROS RURAL LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.682.711/0001-47.
Objeto: O presente aditivo tem por finalidade a prorrogação do prazo de vigência e execução do contrato administrativo nº 062/2014, cujo objeto é a aquisição de mudas de plantas e árvores de várias espécies, para arborização dos jardins e praças municipais.
Valor: Sem reajuste ou acréscimo de valores.
Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015
Assinatura: 16/12/2014

Publicado por:
Walcemir Carlos da Silva
Código Identificador:A2186770

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVENIOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 047/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 047/2013
Contratante: Município de Nortelândia-MT, inscrito no CNPJ sob o nº 03.425.170/0001-06.
Contratado: MURILO GOLIN DOS SANTOS – PAPELARIA PINOQUIO, inscrita no CNPJ sob o nº 06.329.574/0001-94.
Objeto: O presente termo aditivo tem por finalidade a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 047/2013, cujo objeto é a locação de máquinas copiadoras para as Secretarias Municipais de Administração, Saúde e Educação.
Dotações orçamentárias:
03.001.04.122.0004.2009-3390.39.00.00.00
04.001.10.301.0023.2178-3390.39.00.00.00
04.002.10.301.0023.2032-3390.39.00.00.00
05.001.12.361.0014.2042-3390.39.00.00.00
Valor: R$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais) valor global, sendo R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais) valor mensal.
Vigência: 01/01/2015 a 31/12/2015

Publicado por:
Walcemir Carlos da Silva
Código Identificador:3534E998

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº. 293/2014

Otarci Nunes da Rosa Secretario de Administração, Planejamento e Finanças da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Elevação de Classe ao servidor **Oacy de Campos Curado**, lotado na Sec. Municipal de Educação no cargo de Professor I a IV mat. 076 e V a VIII mat. 494, elevando-se de ambas as cadeiras da **Classe B** para **Classe C**, com base no parecer Jurídico proc. nº. 10812/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de dezembro de 2014.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 11 de dezembro de 2014.

OTARCI NUNES DA ROSA
Secretario de Administração, Planejamento e Finanças

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:DBE4FFF0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
ATO DE APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL 018/2014

O Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento o Senhor Carlos Roberto da Costa, portador do RG nº 0075420-0 SSP/MT, e do CPF nº 072.295.691-68 no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no § 8º do Art. 65 da Lei n.º 8.666/93, determina o apostilamento ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de material de expediente para atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT. A presente aquisição foi realizada por meio de processo licitatório, na modalidade de pregão - Registro de Preço, observando os dispositivos legais, notadamente os princípios da lei no 10.520, de 17 de julho de 2002, pela lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e pelas condições e exigências estabelecidas em Edital 018/2014.
FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93 e o parecer jurídico municipal nº333/2014, realiza-se o presente Apostilamento nº 001/2014, cujo objetivo é a **inclusão** do Disposto na **Clausula Décima Terceira- Dos Recursos Orçamentários**, prevista no instrumento inicial, nova dotação orçamentária, conforme o orçamento fiscal vigente da Secretaria Municipal de Educação Esporte Cultura e Lazer. As despesas serão suportadas pelas seguintes dotações abaixo descritos:

Projeto Atividade 2011 – Manutenção do Ensino Fundamental – Fundeb 40%
106.12.361.0016.2011.33.90.30.00.0 – Material de Consumo – Código Reduzido 442

Projeto Atividade 2012 – Manutenção Educação Infantil
106.12.365.0016.2012.33.90.30.00.0 – Material de Consumo – Código Reduzido 106

Projeto Atividade 2013 – Manutenção de Jovem e Adultos - EJA – Fundeb 40%
106.12.366.0016.2013.33.90.30.00.0 – Material de Consumo – Código Reduzido 135

Os demais dados constantes da Ata de Registro nº 018/2014, permanecem inalterados. O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante da Ata de Registro de Preços Nº 018/2014.

Nossa Senhora do Livramento, 12 de Dezembro de 2014.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:A60CB8DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
ATO DE APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL 022/2014

O Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento o Senhor Carlos Roberto da Costa, portador do RG nº 0075420-0 SSP/MT, e do CPF nº 072.295.691-68 no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no § 8º do Art. 65 da Lei n.º 8.666/93, determina o apostilamento a ATA REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO 022/2014, referente a contratação de empresa de gêneros alimentícios, recarga de gás de cozinha em botijões com 13 kg e material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT. A presente aquisição foi realizada por meio de processo licitatório, na modalidade de pregão - Registro de Preço, observando os dispositivos legais, notadamente os princípios da lei no 10.520, de 17 de julho de 2002, pela lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e pelas condições e exigências estabelecidas no Edital 022/2014.

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93 e o parecer jurídico municipal nº332/2014, realiza-se o presente Apostilamento nº 001/2014, cujo objetivo é a **inclusão** do Disposto na **Clausula Décima Terceira- Dos Recursos Orçamentários**, prevista no instrumento inicial, nova dotação orçamentária, conforme o orçamento fiscal vigente da Secretaria Municipal de Educação Esporte Cultura e Lazer. As despesas serão suportadas pelas seguintes dotações abaixo descritos:

Projeto Atividade 2011 – Manutenção do Ensino Fundamental – Fundeb 40%
106.12.361.0016.2011.33.90.30.00.0 – Material de Consumo – Codigo Reduzido 442

Projeto Atividade 2012 – Manutenção Educação Infantil
106.12.365.0016.2012.33.90.30.00.0 – Material de Consumo – Codigo Reduzido 106

Projeto Atividade 2013 – Manutenção de Jovem e Adultos - EJA – Fundeb 40%
106.12.366.0016.2013.33.90.30.00.0 – Material de Consumo – Codigo Reduzido 135

Os demais dados constantes da Ata de Registro nº 022/2014, permanecem inalterados. O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante da Ata de Registro de Preços Nº 022/2014.

Nossa Senhora do Livramento, 12 de Dezembro de 2014.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:D8DFFF8F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMOVEL Nº 114 2014

CONTRATENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO CONTRATADA: SENHOR JOSÉ CARLOS DA SILVA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10954/2014
MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 085/2014
DO OBJETO
1.1. Locação de imóvel urbana – Chácara Bela Vista situada a Rua Boa Vista, Bairro Morro Boa Vista neste município para atender os Profissionais de Educação nas pernoites destinadas a capacitações, treinamentos e encontros realizados na sede do município conforme especificação do objeto constante no Termo de Referência 056/2014 às fls.02 a 05 da SME.
PARÁGRAFO ÚNICO: Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, **MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 085/2014**, nos autos do Processo Administrativo **Nº 10954/2014.**
DA VIGÊNCIA
2.1. O prazo de vigência do contrato a ser celebrado será de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, nos termos do artigo 3º da Lei nº. 8.245, de 1991, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos sucessivos.
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
5.1. A despesa decorrente deste Contrato correrá por conta do Projeto/Atividade - 2011 Elemento de Despesa 33.90.36.00.00 – código reduzido – 107 – Valor R$ 9.600,00
FORO
15.1. As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 16 de Dezembro 2014.

Contratante:
CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Contratado:
JOSÉ CARLOS DA SILVA
Portador
RG:490.421 e CPF: 353.633.981-68

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:A2F0175A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 187/2014

SOLANGE SOUSA KREIDLORO, Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes-MT, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Artigo 1º Fica exonerado do cargo de **Chefe do Departamento de Agencia Municipal de Transito, o** Sr. **Valcir Soares dos Santos,** no lotado na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

Artigo 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se
Publica-se
Cumpra-se

Nova Bandeirantes-MT, 02 de dezembro de 2014 .

SOLANGE SOUSA KREIDLORO
Prefeita Municipal
Nova Bandeirantes/MT

Publicado por:
Jucilene Frassetto Schmoller
Código Identificador:F7E582B8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 188/2014.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO, Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes - MT, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Artigo 1º Fica exonerar, a partir do dia 31/12/2014, a Sra. **Aline Ribeiro Cunha,** do cargo de **Chefe Departamento de Assessoria e Comunicação,** lotado na Secretaria na Secretaria de Governo, da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.
Artigo 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se
Publica-se
Cumpra-se

Nova Bandeirantes-MT, 02 de dezembro de 2014.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO
Prefeita Municipal
Nova Bandeirantes/MT

Publicado por:
Jucilene Frassetto Schmoller
Código Identificador:374A7BC8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 190/2014

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE O ENQUADRAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS TITULARES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO PODER EXECUTIVO DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SOLANGE SOUSA KREIDLORO, Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e,
CONSIDERANDO-SE: a necessidade de regulamentar o enquadramento dos servidores públicos titulares de cargos de provimento efetivo do Poder Executivo de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, conforme preceitua as Leis Municipais números 619/2009; 639/2009;
CONSIDERANDO-SE: os trabalhos realizados pela Comissão de Enquadramento nomeado pela Portaria Municipal N.º 063 de 2013, referente aos servidores públicos titulares de cargos de provimento efetivo do Poder Executivo de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso;

DECRETA:
Art. 1º- Ficam os servidores públicos titulares de cargos de provimento efetivo do Poder Executivo de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, enquadrados nos respectivos níveis correspondentes ao tempo de serviço e classes mediante habilitação e/ou qualificação profissional, nos termos que se seguem:

EDINALVA FERMINO DE OLIVEIRA
Enquadramento Anterior **Classe: B Nivel: 06**
Novo Enquadramento **Classe: C Nivel: 06**

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor no dia 01/12/2014.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 10 de dezembro de 2014
.
SOLANGE SOUSA KREIDLORO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jucilene Frassetto Schmoller
Código Identificador:A6CFBC73

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 207/2014.

EMENTA: Dispõe sobre correção de reenquadramento, por tempo de serviço das servidoras, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Artigo 1º- Correção de reenquadramento**,** tempo de serviço das servidoras Públicas, a partir do dia 01/12/2014, Srª **Jucilene F. Schmoller Buchmann**, lotada na Depto De Recursos Humanos, no cargo de agente administrativo, e a Srª **Vânia Cristina Dos Santos Luiz**, lotada da Secretaria de Saúde no cargo de Técnica de Enfermagem, Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT,

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de 01/12/2014.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 01 de dezembro de 2014.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO
Prefeita Municipal
Nova Bandeirantes/MT

Publicado por:
Jucilene Frassetto Schmoller
Código Identificador:7FA6A2DC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 204/2014

EMENTA: Dispõe sobre conceder licença sem remuneração a Servidor Público, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de
Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Licença sem remuneração ao Sr. **Valcir Soares Dos Santos**, Servidor Publico Municipal lotado na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT, no cargo de Agente de fiscalização.

Artigo 2º- O período fica compreendido entre os dias 01/12/2014 a 01/12/2016.

Artigo 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

Nova Bandeirantes-MT, 01 de dezembro de 2014.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO
Prefeita Municipal
Nova Bandeirantes/MT

Publicado por:
Jucilene Frassetto Schmoller
Código Identificador:A2E8C832

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº202/2014

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e Considerando o disposto no Art. 12, parágrafos 1º e 2º do plano de cargo, carreira e remuneração dos Servidores Públicos do Município de Nova Bandeirantes-MT,

RESOLVE:

Artigo 1º-Fica o Departamento de Recursos Humanos autorizado a corrigir a movimentação funcional, do funcionário Sr. ***Josué Gomes Borges,*** data de admissão 01/11/2006, sendo assim, não tirou nenhum tipo de licença, deveria estar no nível A-08 e não A-05.

Artigo 2º- Fica determinado à movimentação do funcionário citado acima para o nível A-08,

Artigo 3º- Esta Portaria entra em vigor na data 01-12-2014.

Artigo 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 01 de dezembro de 2014.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO
Prefeita Municipal
Nova Bandeirantes/MT

Publicado por:
Jucilene Frassetto Schmoller
Código Identificador:F9F7A039

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 208/2014

Ementa: Dispõe sobre concessão férias adquirida e 1/3 de férias ao Servidor, e dá outras providências,

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- Fica Concedido **Férias de 30** (trinta) dias e Conceder o **adicional de 1/3(Um terço) de férias**, conforme Lei N.º111/97, Artigo 105 do Estatuto dos Funcionários Público Municipal, aos servidores Municipais relacionados abaixo;

Alriene das N G de Almeida
Ângela Maria Fredigo Sartori
Beatriz Ribeiro da Silva
Castorina Ap° Pereira Leite
Celio Lopes
Cibele dos Santos
Claudete Lopes
Cleide Rodrigues Leite
Clelia de Souza Nochelli
Daniele Bavaresco
Diogenes Correa
Dirce Ap. Marques Francioli
Dirceu Priori de Souza
Edineide Ribeiro Marcolino
Elenice de Souza Gallo
Eliane Lages
Elsan Daros Zucoloto
Elviro Pereira Soares
Geralda Caetano de Oliveira
Ildalci Domingos da Silva
Ione Habowski
Iraci Paladino de Oliveira
Isaque Kuss Teixeira
Ivete Correia De Oliveira
Jairo Neiverth
Janete Alves da Silva
João AP Salgueiro
João Paulino Dias
Joneci da Silva
José Carlos da Silva Cruz
Josiane Machado Ferraz
Laurinda Dias de Melo
Luiz Mauro De Araujo
Mailza Estevam dos Santos
Maria das Graças de Moraes
Maria de Lourdes Dias
Maria Lucia Moura Rampazzo
Maria Máximo dos Santos
Neide Alves Da Silva
Neide R. Leite de Oliveira
Nilvana Franciolli
Nilvo João Bauer
Nilza Ferreira da Silva Neiverth
Nivalda Sandrini E. Felipes
Noeli da Silva Otenio
Odilon Fagaça Ferreira
Oracilda Bertuol Alves
Orlando Borck Flores
Osmireila Pereira Candido
Romualdo Gudulunas Honório
Rosana Aparecida Da Silva Cruz
Rosana Caetano de Andrade
Roseli Oliveira Correia Candioto
Rosilene AP. Dos Santos Domingos
Sandra Pires dos Santos
Valdete Rosa de Souza Godoy
Vanderlei Marques
Zileide Da Silva Bento
Adelair dos Santos Amaral
Angelita Pereira de Farias
Antoni César Soni
Aparecida Alves Da Silva Rodrigues
Aparecida Rodrigues de Lima
Aparecido Porfírio
Celestina Lucia Erhardt
Celi Caetano de Andrade
Célia Del Castanhel
Claudia Sibeli Coelho
Claudinei Cordeiro
Cristiane Mecabô
Denise de Jesus
Devacir Vaz De Moraes
Elaine Jose Da Cruz
Elenir Carmem Ransan Brasil
Eliane de Barros Correia
Eliete Gomes Lopes
Erci Fernanda de Santana
Geraldo Ceregato Gonçalves
Gislaine Cordeiro Coleti
Hozinete Santos Silva
José Alexandre de Almeida
Joselma Araújo Santana
Lara de Cássia Amaral Cruz
Leda Cristiane dos Santos
Lenilce Nóbrega de Oliveira
Lucimara Kunz
Magda Rosa Ribeiro
Manoel Alexandrino Da C. Filho
Marcia Aparecida dos Santos
Marcia Aparecida Panasol
Maria Ap. Marques Odisio
Marli De Oliveira Balbinotti
Marli Maria de Jesus Aguiar
Nair Gonçalves de Souza
Paula Luiziania Huyara da Silva
Renata Valeria Cordeiro Costa
Rosenilda de Fança Moreira
Rosenire Dias da Trindade
Sandra Barbosa Da Silva
Sandra Lucia Bertolo
Sonia Marques da Silva
Tânia Clemente Da Silva
Terezinha Maria R. Domingues
Therles Vandresa Largo
Wagno Rosa Ribeiro

Artigo 2º- As férias mencionadas no caput do Art. compreendem o período de **01/01/2015** à **31/01/2015**, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.
Artigo 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 01 de dezembro de 2014.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jucilene Frassetto Schmoller
Código Identificador:4C926476

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 209/2014

EMENTA: Dispõe sobre a Transferência de lotação dos Servidores Públicos, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

RESOLVE:

Artigo 1º- Transferir os Servidores Público Municipal;
· Sr. **FLAVIO BACK,** Lotado na Secretaria de Saúde, para a Secretaria de Administração, a partir de 01/12/2014;
· Sr. **JEOVANE ALVES SIMPLICIO,** Lotado na Secretaria Desporto e Lazer, para a Secretaria de Educação, Depto de FUNDEB 40% Ensino Fundamental, a partir de 01/12/2014.
· Sr. **PEDRO ALVES,** Lotado na Secretaria Administração, para a Secretaria de Serviço Social, a partir de 01/12/2014.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data 01/12/2014.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 01 de dezembro de 2014.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO
Prefeita Municipal Nova Bandeirantes/MT

Publicado por:
Jucilene Frassetto Schmoller
Código Identificador:F8C0E026

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 203/2014

EMENTA: Dispõe de concessão de licença a gestante, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

Considerando o disposto no Artigo 128 do Estatuto do Servidor Publico Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º- Fica CONCEDIDO LICENÇA MATERNIDADE, a servidora;
· **01/10/2014 A 31/01/2015 a** Srª **RENATA DIODATO MUNIZ**, no cargo de Agente Administrativo; lotado no Fundeb 40% Ensino Fundamental, Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de 01/10/2014.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 01 de dezembro de 2014.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO
Prefeita Municipal
Nova Bandeirantes/MT

Publicado por:
Jucilene Frassetto Schmoller
Código Identificador:B14F7DAE

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 061/2014

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeira Oficial, torna público que fará realizar a licitação abaixo especificada:

PROCESSO Nº.: 102/2014
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N°. 061/2014
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDER:
1) - O **PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA MANOEL NASCIMENTO DOS SANTOS – PSF I,** COM CARGA HORÁRIA DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAL, E 15 (QUINZE) PLANTÕES MENSAIS NA MODALIDADE DE SOBREAVISO, DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS CADA, INCLUINDO FINAIS DE SEMANA NO HOSPITAL MUNICIPAL CONFORME ESCALA ELABORADA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;
2) - O **PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA ANTONIO FERNANDES – PSF III,** COM CARGA HORÁRIA DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAL, E 15 (QUINZE) PLANTÕES MENSAIS NA MODALIDADE DE SOBREAVISO, DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS CADA, INCLUINDO FINAIS DE SEMANA NO HOSPITAL MUNICIPAL CONFORME ESCALA ELABORADA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;
3) **PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DE JAPURANÃ – PSF,** COM CARGA HORÁRIA DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAL, E REALIZAÇÃO DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA, DURANTE O DECORRER DE CADA MÊS.
- VALOR DE REFERÊNCIA: R$ 25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS) PARA PRESTAÇÃO DE 40 HORAS DE SERVIÇOS MÉDICOS; R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS) PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES NA FORMA DE SOBREAVISO CONFORME DESCRITO ACIMA; R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS), PARA ATENDIMENTO DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA NO DISTRITO DE JAPURANÃ.

JUSTIFICATIVA: A prorrogação do Certame Licitatório *in* apreço dá-se em virtude de retificação feita no Aviso de Licitação, referente ao valor a ser pago pela prestação de serviços médicos com 40 (quarenta) horas semanal, sendo que o valor correto é de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) e para o atendimento de urgência/emergência no distrito de japuranã o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais).

DATA DE ABERTURA/HORA: Dia 30 (trinta) de Dezembro de 2014 às 8:00 horas.
LOCAL: Sala de Licitações, sito na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº. 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes-MT.
INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no Setor de licitações - das 09:00 às 13:00, de 2ª a 6ª feira, Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 – Centro – Nova Bandeirantes/MT– Tel.: 66-3572-195066-3572-1950/1968 ou através de solicitação pelo e-mail: licitacaonovabandeirantes2013@hotmail.com.br

Nova Bandeirantes/MT, 15 de Dezembro de 2014.

ANDRESSA CRISTINE FERREIRA MOREIRA
Pregoeira Oficial
Decreto 103/2013

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:DACF2DCD

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N.º 210/2014

SÚMULA: Nomeia para exercer fiscalização de obras e serviços de engenharia e dá outras providências.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO, Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a resolução Normativa n° 006/2008 do tribunal de contas do estado de Mato Grosso, que dispõe sobre a implantação do sistema GEO-OBRAS, estabelece prazos e regras para remessa de informações via internet pelas unidades gestoras estaduais e municipais de Mato Grosso e dá outras providencias:

CONSIDERANDO a Resolução Normativa n° 006/2011 do Tribunal de contas do estado de Mato Grosso, que dispõe sobre a aprovação da nova versão do sistema GEO-OBRAS, estabelece prazos e regras para remessa de informações via internet pelas unidades estaduais e municipais de Mato Grosso e dá outras providências:

CONSIDERANDO a necessidade do engenheiro municipal responsável pela fiscalização de obras e serviços, objetos de convênios, para de recomendação da equipe técnica do TCE/MT, para inserção de documentos no sistema GEO – OBRAS;

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear a Srª **KEYTIANE DA SILVA MOROSINI**, Brasileira, engenheiro civil, portador da carteira de identidade/RG n° 177.469.57 SSP/MT, inscrito no CPF: 033.891.591-50033.891.591-50 CREA 121.305.403-6-MT, residente e domiciliado na cidade de Nova Bandeirante – MT, para exercer a fiscalização da obra de **CONSTRUÇÃO DA CASA DO MEL,** localizada neste município de Nova Bandeirantes, conforme projeto de engenharia, oriunda da Tomada de Preço n° **011/2014**, publicado em 23 de Julho de 2014, no Jornal Oficial da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) e no mural desta municipalidade como de costume.
Art.2°- O serviço de fiscalização deverá ser exercido em conformidade com as normas do TCE/MT, e demais responsabilidades pactuadas nos contratos n° **120/2014**, firmados entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES** e a empresa **NOVA GUIA CONSTRUÇÕES LTDA-ME,** assinados em 22 de Agosto de 2014.
At.3°- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas ás disposições em contrário**.**

NOVA BANDEIRANTES-MT, 02 de Dezembro 2014.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:811D3CE8

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 026/214

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES-MT

CONTRATADA: **MAHA MEDICAL HEALTH AND CARE SERVICOS MEDICOS LTDA**

Onde se Lê
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COM CARGA HORÁRIA DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAL NO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF III, ANTONIO FERNANDES E 23 (VINTE E TRÊS) PLANTÕES DE SOBREAVISO NOTURNOS E DE FINAL DE SEMANA NO HOSPITAL MUNICIPAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT.

Leia – se
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COM CARGA HORÁRIA DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAL NO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA PSF III ANTONIO FERNANDES E 22 (VINTE E DOIS) PLANTÕES DE SOBREAVISO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS NO HOSPITAL MUNICIPAL.

Onde se Lê
VALOR GLOBAL: R$ 61.629,00 (sessenta e um mil seiscentos e vinte e nove reais)

Leia – se:
VALOR GLOBAL: R$ 68.858,00 (sessenta e oito mil oitocentos e cinquenta e oito reais), que serão pagos pelo período de 18/11/2014 a 31/12/2014.

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

Nova Bandeirantes/MT, 16 de Dezembro de 2014.

ROBERTO LIMA DA SILVA
Presidente
Comissão Permanente de Licitação

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:E7D6BB0C

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 026/2014

A Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes Estado de Mato Grosso localizada Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 – Centro – torna público para conhecimento dos interessados, que foi publicado no Jornal Oficial dos Municípios – AMM o **Extrato do Termo de Dispensa, Termo de Ratificação** e a **Adjudicação e Homologação** da Dispensa de Licitação nº. 026/2014. Retifica-se nas publicações o obejeto da prestação dos serviços e o valor a ser pago. Conserva-se o restante da publicação.

Onde se Lê - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COM CARGA HORÁRIA DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAL NO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF III, ANTONIO FERNANDES E 23 (VINTE E TRÊS) PLANTÕES DE SOBREAVISO NOTURNOS E DE FINAL DE SEMANA NO HOSPITAL MUNICIPAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT.
Leia – se PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COM CARGA HORÁRIA DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAL NO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA PSF III ANTONIO FERNANDES E 22 (VINTE E DOIS) PLANTÕES DE SOBREAVISO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS NO HOSPITAL MUNICIPAL.

Onde se Lê
VALOR GLOBAL: R$ 61.629,00 (sessenta e um mil seiscentos e vinte e nove reais)

Leia – se:
VALOR GLOBAL: R$ 68.858,00 (sessenta e oito mil oitocentos e cinquenta e oito reais), que serão pagos pelo período de 18/11/2014 a 31/12/2014.

Retifica-se nas publicações o numero da Placa do Veiculo L – 200, sendo PLACA 7172 e não PLACA 7178 como publicado. Conserva-se o restante das publicações.

Nova Bandeirantes, 16 de Dezembro de 2014.

ROBERTO LIMA DA SILVA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:3802D45A

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RECISÃO DO CONTRATO N. 063/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES-MT, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneguel, Centro, na Cidade de Nova Bandeirantes-MT, devidamente inscrito no CGC/MF Nº. 33.638.822/0001-73, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Srª **SOLANGE DE SOUZA KREIDLORO**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 332762490 SSP/SP, e do CIC/CPF nº. 270.723.668.30 na qualidade de **CONTRATANTE** e do outro lado à empresa **JORGE L S DE MELO EIRELE - ME,** pessoa jurídica de direito privado, registrado no CNPJ nº. 17.767.172/0001-98, estabelecida na Rua do Templo, s/nº. Centro, no Distrito de Japuranã, Município de Nova Bandeirantes/MT, representada neste ato pelo senhor **JORGE LUIS SANTOS DE MELO**, residente e domiciliado no Distrito de Japuranã, Município de Nova Bandeirantes/MT, portador do RG nº. MG – 13.931.778 e do CPF nº. 089.626.316-95089.626.316-95, devidamente inscrito no – CRM nº: 7246 MT, que antes firmaram Contrato para estabelecer os direitos e obrigações das partes por Prestação de Serviços MÉDICOS, agora, por meio deste instrumento, **EM COMUM ACORDO**, resolvem o seguinte.
CLÁUSULA ÚNICA – DO OBJETO DA RECISÃO - Tem por objeto o presente instrumento, em comum acordo rescindir os acordos firmados no contrato Nº. 063/2014, assinado em 30 de abril de 2014, Resultado do Processo Licitatório nº. 036/2014, Pregão Presencial n°. 027/2014.
I – A partir do dia 02 de Janeiro de 2015, em **COMUM ACORDO**, considera-se rescindo o Contrato de Prestação de serviços Médicos, não resultando a partir da presente data nenhum compromisso entre as partes, ficando o ex-contratado desobrigado de continuar a prestar os serviços.
II – Em **COMUM ACORDO**, resolvem dispensar quaisquer penalidades constantes na cláusula sétima do presente Contrato;

E assim, Por estarem livres de quaisquer compromissos contratuais em conformidade com a Cláusula única deste instrumento, assinam em 03 (três) vias de igual teor a presente rescisão, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e capazes.

Nova Bandeirantes-MT, 16 de Dezembro de 2014.

SOLANGE DE SOUSA KREIDLORO
Prefeita Municipal
Ex- Contratante

JORGE L S DE MELO EIRELE - ME
Ex-Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome: Andressa Cristine F. Moreira
C.P.F.: 041.729.241-40

Nome: Denize Schmoeller
C.P.F.: 005.683.821-29

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:ACFECD89

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE INSTRUÇAO NORMATIVA

OBJETIVO: DISPOE sobre O Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI, para o ano de 2015, da **Câmara Municipal de Nova Brasilândia** consiste na análise e verificação sistemática dos atos e registros contábeis, orçamentários, financeiros, operacionais e patrimoniais, e da existência e adequação dos controles internos, baseada nos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.
CRONOGRAMA: 17 de Março de 2015 a 17 de Julho de 2015
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Municipal nº 330/2007; Decreto Municipal nº 023/2009; Instrução Normativa SCI nº 001/2013; Determinações do TCE/MT
15 de Dezembro de 2014

JOCIVANI C PINHEIRO DE SÁ
Controlado Interna

Publicado por:
Jocivani Cristina Pinheiro de Sa
Código Identificador:5C0AE5DE

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE INSTRUÇAO NORMATIVA

OBJETIVO: DISPOE sobre o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI, para o ano de 2015, da Administração Direta e Indireta da **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia** consiste na análise e verificação sistemática dos atos e registros contábeis, orçamentários, financeiros, operacionais e Patrimoniais, e da existência e adequação dos controles internos, baseada nos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia
CRONOGRAMA: 23 de fevereiro de 2015 a 06 de outubro de 2015
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Municipal nº 330/2007; Decreto Municipal nº 023/2009; Instrução Normativa SCI nº 001/2013; Determinações do TCE/MT
15 de Dezembro de 2014

JOCIVANI C PINHEIRO DE SÁ
Controlado Interna

Publicado por:
Jocivani Cristina Pinheiro de Sa
Código Identificador:EF645194

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE INSTRUÇAO NORMATIVA

OBJETIVO: DISPOEO Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI, para o ano de 2015, do **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Nova Brasilândia** consiste na análise e verificação sistemática dos atos e registros contábeis, orçamentários, financeiros, operacionais e patrimoniais, e da existência e adequação dos controles internos, baseada nos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.
CRONOGRAMA: 06 de Abril de 2015 a 10 de Julho de 2015
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Municipal nº 330/2007; Decreto Municipal nº 023/2009; Instrução Normativa SCI nº 001/2013; Determinações do TCE/MT
15 de Dezembro de 2014

JOCIVANI C PINHEIRO DE SÁ
Controlado Interna

Publicado por:
Jocivani Cristina Pinheiro de Sa
Código Identificador:10FDEB2E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° .063/2014

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**
CONTRATADO: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA
OBJETO: O objeto da presente Contrato é a Aquisição de 01 (um) Veículo Pick – UP, zero km; para o Município em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde na especificação contida no ANEXO II do Edital da licitação, conforme Pregão Presencial n° 012/2014

VALOR: R$ 50.250,00 (Cinqüenta Mil Duzentos e Cinqüenta Reais)
VIGENCIA: 15/12/2014 a 15/02/2015
FUNDAMENTO: De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações

JAMAR DA SILVA LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jocivani Cristina Pinheiro de Sa
Código Identificador:DF4D0EC4

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 022/2014

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

WENER KLESLEY DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, EM ESPECIAL A LEI Nº. 671/2013, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013;
D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor R$ 10.000,00 (dez mil reais) para atender a seguinte dotação orçamentária:

006 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
6001 – PREVINOM
009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL
272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO
010 – PREVIDENCIA NO SERVIÇO PUBLICO
099 - OUTROS
2024 – ENCARGOS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIARIOS
3.1.90.05.00.00 – OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....R$ 10.000,00
TOTAL .....R$ 10.000,00

Artigo 2º - A cobertura das despesas de que trata os artigos 1° deste decreto, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

006 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
6001 – PREVINOM
009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL
272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO
010 – PREVIDENCIA NO SERVIÇO PUBLICO
099 - OUTROS
9026 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS
9.9.99.99.99.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....R$ 10.000,00
TOTAL .....R$ 10.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, em 16 de Dezembro de 2014.

WENER KLESLEY DOS SANTOS
Prefeito de Nova Marilândia-MT

Publicado por:
Gilson dos Santos Prates
Código Identificador:BF654BF1

GABINETE DO PREFEITO
SEMA – SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, A LICENÇA PRÉVIA E LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LP) E (LI)

A Prefeitura Municipal de Nova Marilândia, CNPJ nº 37.464.989/0001-02, torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a Licença Prévia e Licença de Instalação (LP) e (LI), referente à construção de um Centro de Eventos no Complexo Turistico, localizado no município de Nova Marilândia/MT.

Publicado por:
Noides Cenio da Silva
Código Identificador:9693B0A3

GABINETE DO PREFEITO
SEMA – SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, A LICENÇA PRÉVIA E LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LP) E (LI), REFERENTE À CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE DE EXPOSIÇÃO E RODEIO NO COMPLEXO TURÍSTICO, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA/MT.

A Prefeitura Municipal de Nova Marilândia, CNPJ nº 37.464.989/0001-02, torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a Licença Prévia e Licença de Instalação (LP) e (LI), referente à construção de um Parque de Exposição e Rodeio no Complexo Turístico, localizado no município de Nova Marilândia/MT.

Publicado por:
Noides Cenio da Silva
Código Identificador:A2C75F1C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA 03-2014

EDITAL DE PUBLICAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 03/2014
PROCESSO Nº. 3464/2014
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA FORMA DE EXECUÇÃO GLOBAL PARA AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, NO MUNÍCIPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO nº TC/PAC 0418/2014.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, nomeada através do Decreto nº. 11/2014 de 10 de janeiro de 2014 torna público aos interessados que conforme Edital de Licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 03/2014 sagrou-se vencedora do Certame Licitatório a empresa:

COEL – COMPANHIA DE OBRAS DE ENGENHARIA EIRELI EPP CNPJ: 03.571.257/0001-91, no valor total de R$ 1.864.756,27 (três milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e seis reais e vinte e sete centavos).

Nova Monte Verde-MT, 16 de dezembro de 2014.

LUCIMARA CAMPANHA DOS SANTOS
Presidente da CPL

Publique-se

Publicado por:
Lucimara Campanha dos Santos
Código Identificador:CD32A04A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 020, DE 01 DE ABRIL DE 2014.

"Estabelece os critérios e tabelas de valores para cobrança do I.P.T.U. para o exercício de 2014 e dá outras providências".

O Sr. **Adriano Xavier Pivetta**, Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao disposto no Artigo 130 da Lei Complementar Municipal nº 089/2012,

DECRETA:

Art. 1º. A cobrança do I.P.T.U. (Imposto Predial e Territorial Urbano), para o **exercício de 2014**, obedecerá aos critérios estabelecidos neste Decreto.

Art. 2º. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, sobre o qual incidirão as seguintes alíquotas:

I – O Imposto Territorial para imóveis não edificados será de 3% (três por cento), sendo progressivo nos casos de subutilização prevista na presente Lei Complementar e na Lei Complementar nº 008/2001 – Plano Diretor.
a) Não sofrerá a incidência da alíquota prevista no inciso I o imóvel que seja caracterizado como o único imóvel de família, pelo prazo de 4 (quatro) anos, desde a sua aquisição, período em que incidirá a alíquota do inciso II.

II - em caso de imóvel edificado para fins residenciais será de 1,5% (um e meio por cento):
a) Os Imóveis residenciais edificados, servidos com asfalto e sarjeta, que tenham passeio público dentro dos padrões exigidos pela legislação do Município, e os imóveis localizados em logradouros não servidos de asfalto, mas devidamente edificados, terão um desconto de 70% (setenta por cento) no valor do tributo.

III - em caso de imóveis edificados para fins não residenciais será de 1,5% (um e meio por cento):
a) Os Imóveis para fins não residenciais, edificados e servidos com asfalto e sarjeta, que tenham passeio público dentro dos padrões exigidos pela legislação do Município, e os imóveis localizados em logradouros não servidos de asfalto, mas devidamente edificados, terão um desconto de 70% (setenta por cento) no valor do tributo.

IV - em caso de imóveis pertencentes a condomínios ou não com especificação de unidades autônomas a alíquota será de 1% (um por cento);

Parágrafo 1º O valor venal mencionado no "caput" será obtido mediante a multiplicação da área do imóvel, ou sua fração ideal, pelo valor de sua metragem quadrada.

Parágrafo 2º Para a apuração do valor venal do imóvel poderão ser aplicados fatores de correção ou de depreciação, conforme o caso, desde que não ultrapasse o seu valor de mercado.

Parágrafo 3º Na aferição do valor venal do imóvel não serão computados:

a) as benfeitorias nele contidas, de forma permanente ou temporária, para fins de seu aformoseamento, comodidade, exploração ou utilização;
b) os bens descritos no artigo 132 da Lei Complementar n° 089/2012.

Parágrafo 4º Na hipótese do inciso I deste artigo, os proprietários dos imóveis não edificados e sujeitos à alíquota de 3% (três por cento) que sejam considerados como SUBUTILIZADOS, assim considerados aqueles enquadrados dentro das hipóteses do Artigo 10-A da Lei Complementar Municipal nº 008, de 14 de dezembro de 2001, serão notificados para dar destinação aos imóveis, apresentando projetos e iniciando edificações nos imóveis não edificados de modo a atender às exigências legais.

Art. 3º. Os valores constantes deste Decreto, foram estabelecidos através de comissão instituída para este fim e fixados os Setores e Valores Venais dos lotes e construções do Perímetro Urbano deste município, para a cobrança do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), para o exercício de 2014.

Art. 4º. Para efeito de lançamento e cobrança do Imposto Predial serão atribuídos valores em função:

I – De sua área;
II – Ao preço do metro quadrado, na seguinte forma:

AREA X SETOR FISCAL
VALORES VENAIS

VALORES VENAIS DE TERRENOS - O valor venal de cada terreno, assim entendido, sem edificação, terá a seguinte distribuição de valores:

Setor 01 – os terrenos de frente para a BR 163: R$ 150,00/m2 (cento e cinquenta reais o metro quadrado);

Setor 01 A– os terrenos das quadras B e C - Reserva Técnica: R$ 68,75/m2 (sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos o metro quadrado).

Setor 01 B– os terrenos de frente para a BR 163: quadras 526, 527, 528, 530 e 531: R$ 150,00/m2 (cento e cinquenta reais o metro quadrado).

Setor 02 - os terrenos das quadras D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O, P, Q e R da reserva técnica: r$ 68,75/m**2 (**sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos o metro quadrado**);**

Setor 03 - os terrenos de frente para a Av. Mutum, partindo da perimetral das samambaias até a Rua dos Flamboyants: R$ 135,00/m2 (cento e trinta e cinco reais o metro quadrado);

Setor 03 A – os terrenos de frente para a av. Mutum, quadras 55 e 56: R$ 135,00/m2 (cento e trinta e cinco reais o metro quadrado);

Setor 03 B – os terrenos das quadras A,B e C, localizados no Centro:R$ 95,00 (noventa e cinco reais);

Setor 04 – os terrenos compreendendo as quadras 49, 50, 51, 52, 53, 54 e Quadra da Telemat: R$ 95,00/m2 (noventa e cinco reais o metro quadrado);

Setor 04 A – os terrenos das quadras 55, 56 de frente para a Rua das Primaveras: R$ 86,25/m2 (oitenta e seis reais e vinte cinco centavos o metro quadrado);

Setor 5 – os terrenos das quadras 73, 74, 75 e 76: R$ 63,06/m2 (sessenta e três reais e seis centavos o metro quadrado);

Setor 5 – os terrenos das quadras 93 e 95: R$ 58,75/m2 (cinquenta e oito reais e setenta e cinco centavos o metro quadrado);

Setor 05 A – os terrenos das quadras 31 e 32: R$ 86,25/m2 (oitenta e seis reais e vinte cinco centavos o metro quadrado);

Setor 05 A – os terrenos da quadra 70: R$ 63,06/m2 (sessenta e três reais e seis centavos o metro quadrado);

Setor 06 – os terrenos das quadras 01, 02, 03, 04, 05 e 06: r$ 56,25/m2 (cinqüenta e seis reais e vinte cinco centavos o metro quadrado);

Setor 06 – os terrenos das quadras 07 e 08: R$ 62,50/m2 (sessenta e dois reais e cinquenta centavos o metro quadrado);

Setor 06 – os terrenos das quadras 69, 71, 72 e 97: R$ 63,06/m2 (sessenta e três reias e seis centavos o metro quadrado);

Setor 06 – os terrenos das quadras 25, 26, 27, e 28: R$ 58,75/m2 (cinqüenta e oito reais e setenta e cinco centavos o metro quadrado);

Setor 06 – os terrenos da quadra 29: R$ 45,00/m2 (quarenta e cinco reais o metro quadrado);

Setor 06 – os terrenos da quadra 30: R$ 86,25/m2 (oitenta e seis reais e vinte cinco centavos o metro quadrado);

Setor 07 - os terrenos das quadras 57, 58 e 77: R$ 95,00/m2 (noventa e cinco reias o metro quadrado);

Setor 07 a – os terrenos de frente para a Av. Mutum das quadras 57 e 58: R$ 135,00/m2 (cento e trinta e cinco reais o metro quadrado);

Setor 08 – os terrenos das quadras 09 e 10 com frente para a Avenida das Araras R$ 60,00/m2 (sessenta reais o metro quadrado).

Setor 08 – os terrenos das quadras 09 e 10 R$ 34,06/m2 (trinta e quatro reais e seis centavos metro quadrado).

Setor 08 – os terrenos das quadras 11 e 12 R$ 34,06/m2 (trinta e quatro reais e seis centavos metro quadrado).

setor 08-B – os terrenos das quadras 99 e 100: R$ 58,75/m2 (cinquenta e oito reais e setenta e cinco centavos o metro quadrado);

Setor 09 - os terrenos das quadras 63 a 67, 83 a 98, e 105 a 116 R$ 76,65/m2 (setenta e seis reias e sessenta e cinco centavos o metro quadrado);

Setor 09 - os terrenos da quadra 68 R$ 58,75/m2 (cinquenta e oito reias e setenta e cinco centavos o metro quadrado);

Setor 09 - os terrenos das quadras 83 a 92, 98 e 105 a 116 R$ 58,75/m2 (cinqüenta e oito reais e setenta e cinco centavos o metro quadrado);

Setor 09-A - os terrenos das quadras 13 e 14 R$ 34,06/m2 (trinta e quatro reais e seis centavos o metro quadrado);

Setor 09-A - os terrenos das quadras 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24 R$ 40,00/m2 (quarenta reais o metro quadrado);

Setor 09-A - os terrenos das quadras 41, 42, 43, 44, 45, 47, e 48 R$ 48,75 /m2 (quarenta e oito reias e setenta e cinco centavos o metro quadrado);

Setor - 10 - os terrenos do bairro Jardim quadras 96-A, 96-B, 96-C e 98-A, 98-B e 98-C: R$ 67,50/m2 (sessenta e sete reais e cinquenta centavos o metro quadrado);

Setor - 11 - os terrenos loteamento Alto da Colina das quadras A, B, C, D, E: R$ 67,50/m2 (sessenta e sete reais e cinquenta centavos o metro quadrado);

Setor - 12 – os terrenos de frente para a Av. Mutum, partindo da Av. das Arapongas até a Av. das Águias R$ 95,00/m2 (noventa e cinco reais o metro quadrado);

Setor - 13 - os terrenos do loteamento Alto da Colina Quadras F, H: R$45,00/m2 (quarenta e cinco reais o metro quadrado);

Setor - 14 - os terrenos do loteamento Alto da Colina quadras I, J, K, L, N, O, P e Q: r$ 45,00/m2 (quarenta e cinco reais o metro quadrado);

Setor - 15 - os terrenos do loteamento Parque do Sol quadras A, B, C, F, G, H: R$ 45,00/m2 (quarenta e cinco reais o metro quadrado);

Setor - 16 - os terrenos do loteamento Parque do Sol quadras E, J, K, L, M, N e O: R$ 38,00/m2 (trinta e oito reais o metro quadrado);

Setor - 17 - os terrenos do loteamento colina II quadras A e B: R$ 38,00/m2 (trinta e oito reais o metro quadrado);

Setor - 18 – os terrenos do loteamento colina II quadra L, M, N, O, P, Q, R, S, T: R$ 38,00/m2 (trinta e oito reais o metro quadrado);

Setor - 19 - os terrenos do loteamento colina ii quadras D, E, F, G, H, I E J: R$ 38,00/m2 (trinta e oito reais o metro quadrado);

Setor - 20 - os terrenos do loteamento jardim II das quadras A, B, C, D, E, F, G e H: R$ 67,50/m2 (sessenta e sete reais e cinquenta centavos o metro quadrado);

Setor - 21 - os terrenos do Industrial Sul: R$ 45,00/m2 (quarenta e cinco reais o metro quadrado);

Setor 22 - os terrenos do industrial sul com frente para BR 163: R$ 67,50/m2 (sessenta e sete reais e cinquenta centavos o metro quadrado);

Setor 23 - os terrenos do jardim imperial das quadras a, c, d, e, e, h: R$ 52,00/m2 (cinqüenta e dois reais o metro quadrado);

Setor 24 - os terrenos do Residencial Paraíso da Quadra 01 R$ 38,00/m2 (trinte e oito reais o metro quadrado);

Setor 25 - os terrenos do Loteamento Comercial José Aparecido Ribeiro, Quadras a, b, c, d, e, f, g: R$ 40,88/m2 (quarenta reais e oitenta e oito centavos o metro quadrado);

Setor 26 - os terrenos do loteamento Industrial Hilda Strenger Ribeiro, quadra a: R$ 45,00/m2 (quarenta e cinco reais o metro quadrado);

Setor 27 - os terrenos do loteamento residencial dos Ipês, quadras A, B, C, D, E, F, G, H, I e J: R$ 67,50/m2 (sessenta e sete reais e cinqüenta centavos o metro quadrado);

Setor 28 - os terrenos do Industrial sul, Quadras A, B, E C, R$ 45,00/m2 (quarenta e cinco reais o metro quadrado);

Setor 29 - os terrenos do residencial vitoria, quadras 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, e 9 r$ 38,00/m2 (trinta e oito reais o metro quadrado);

Setor 30 - os terrenos do condomínio esplanada do sol, das quadras A, B, C, D, E, G e H R$ 67,50/m2 (sessenta e sete reais e cinqüenta centavos o metro quadrado);

Setor 31 - os terrenos do residencial arara azul, quadras A, B, C, D, E, F, G e H R$ 38,00/m2 (trinta e oito reais o metro quadrado);

Setor 32 - os terrenos do industrial norte quadra a R$ 45,00/m2 (quarenta e cinco reais centavos o metro quadrado);

Setor 33 - os terrenos do residencial das palmeiras a R$ 38,00/m2 (trinta e oito reais o metro quadrado);

Setor 34 - os terrenos do residencial das Acácias a R$ 67.50/m2 (sessenta e sete reais e cinquenta centavos o metro quadrado);

Setor 35 - os terrenos do residencial jardim primavera a R$ 67.50/m2 (sessenta e sete reais e cinquenta centavos o metro quadrado);

Setor 36 - os terrenos do Topázio residencial a R$ 67,50/m2 (sessenta e sete reais e cinquenta centavos o metro quadrado);

Setor 37 - os terrenos do industrial norte a R$ 45,00/m2 (quarenta e cinco reais o metro quadrado);

Setor 37 - os terrenos do industrial norte com frente para BR 163 a R$ 67,50/m2 (sessenta e sete reais e cinquenta centavos o metro quadrado);

Setor 38 - os terrenos do residencial Beija - Flor a R$ 150/m2(sessenta e sete reais e cinquenta centavos o metro quadrado);

Setor 40 - os terrenos do loteamento flor do cerrado a R$ 38,00/m2 (trinta e oito reais o metro quadrado);

Setor 41 - os terrenos do Residencial Buritis a R$ 67,50/m2 (sessenta e sete reais e cinquenta centavos o metro quadrado);

Setor 42 - os terrenos do loteamento Parque das Águias a R$ 67,50/m2 (sessenta e sete reais e cinquenta centavos o metro quadrado);

Setor 42 - os terrenos do loteamento Parque das Águias com frente para BR 163 a R$ 90,00/m2 (noventa reais o metro quadrado);

Setor 43 - os terrenos do residencial Jardim Primavera II a R$ 67,50/m2 (sessenta sete reais e cinquenta centavos o metro quadrado);

Setor 44 - os terrenos residencial Jardim Ágata a R$ 67,50/m2 (sessenta e sete reais e cinquenta centavos o metro quadrado);

Setor 45 – Loteamento Comercial – (Intercoop e Vanguarda), R$ 45,00 m2 quarenta e cinco reais o metro quadrado;

Setor 46 – os terrenos do Residencial Flamboyants, quadras 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11 e 12, R$ 67,50/m2 (sessenta e sete reais e cinqüenta centavos o quadrado);

Setor 47 – Terrenos do Condomínio Flamboyants 86,25/m2 (oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos o metro quadrado);

Setor 48 – Imóvel denominado Chácara Saito R$ R$ 12.50/m2 (doze reais e cinquenta centavos o metro quadrado);

Setor 50 – Terreno do Condomínio Jambos R$ 62.50/m2 (sessenta e dois reais e cinquenta centavos o metro quadrado)

Setor 51 – os Terrenos do Loteamento Lírios do Campo a R$ 67,50/m2 (sessenta e sete reais e cinquenta centavos o metro quadrado);

Setor 52 – os terrenos do loteamento Edelmina Querobim Marcheti a R$ 67,50/m2 (sessenta e sete reais e cinquenta centavos o metro quadrado);

Setor 54 – os Terrenos do residencial jardim primavera III R$ 67,50/m2 (sessenta e sete reais e cinqüenta centavos o metro quadrado);

Setor 55 – os Terrenos do Condomínio Edifício Diehl R$ 135/m2 (cento e trinta e cinco reais o metro quadrado);

Setor 56 – os Terrenos do Jardim Europa a R$ 67,50/m2 (sessenta e sete reais e cinqüenta centavos o metro quadrado);

Setor 57 – os Terrenos do Condomínio Edifício Ipês R$ 150/m2 (cento e cinquenta reais o metro quadrado);

Setor 58 – os terrenos do Loteamento Aeroporto com frente para a Avenida Mutum R$ 95,00/m2 (noventa e cinco reais o metro quadrado);

Setor 58 – os Terrenos do Loteamento Aeroporto com frente para as Avenidas dos Canários, dos Beija-flores das águias e Rua das Verbenas R$ 68,00/m2 (sessenta e oito reais o metro quadrado);

Setor 58 – os terrenos do Loteamento Aeroporto com frente para a Rua das Pupunhas R$ 76,50/m2 (setenta e seis reais e cinquenta centavos);

Setor 59 – os Terrenos do Distrito de Ranchão a R$ 18,00/m2 (dezoito reais o metro quadrado);

Setor 60 – os terrenos do Condomínio Residencial Roma a R$ 67,50/m2 (sessenta e sete reais e cinquenta centavos o metro quadrado);

Setor 61 – os terrenos do Condomínio Residencial das Acácias R$ 67,50/m2 (sessenta e sete reais e cinqüenta centavos o metro quadrado);

Setor 62 – os Terrenos do Condomínio Residencial Parque dos Jambos R$ 68,75 /m2 (sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos o metro quadrado);

Setor 63 – os terrenos da Expansão Urbana compreendidos entre a Estrada P5 e a Rodovia MT 249, com frente para Perimetral das Samambaias R$ 67,50/m2 (sessenta e sete reais e cinqüenta centavos o metro quadrado);

Setor 63 – os terrenos da expansão urbana compreendidos entre a estrada p5 e a rodovia MT 249 com frente para a estrada P5 R$ 45,00/m2 (quarenta e cinco reais o metro quadrado);

Setor 64 – os Terrenos do Condomínio Novo Horizonte-BRF a R$ 67,50/ m2 (sessenta e sete reais e cinqüenta centavos o metro quadrado);

Setor 65 – os Terrenos da Expansão Urbana - Com/Industria a R$ 45,00/ m2 (quarenta e cinco reais o metro quadrado);

Setor 67 – os terrenos do Condomínio Edifício Dona Amélia a R$ 100/m2 (cem reais o metro quadrado);

Setor 68 – os terrenos do Condomínio Residencial das Orquídeas a R$ 95/m2 (noventa e cinco reais o metro quadrado);

Setor 70 – os Terrenos do Loteamento Lírios do Campo II a R$ 67,50/m2 (sessenta e sete reais e cinqüenta centavos o metro quadrado);

Setor 72 – os Terrenos do condomínio Novo Horizonte- II a R$ 67,50/ m2 (sessenta e sete reais e cinqüenta centavos o metro quadrado);

Art. 5º. O Valor Venal das Edificações localizadas no Município de Nova Mutum, é obtido em função de:

VALORES VENAIS DE CONSTRUÇÃO - O valor venal das edificações terá a seguinte distribuição de valores:
Padrão 01 - R$ - 260,00 (duzentos e sessenta reais);
Padrão 02 - R$ - 220,00(duzentos e vinte reais);
Padrão 03 - R$ - 180,00 (cento e oitenta reais);
Padrão 04 - R$ - 150,00 (cento e cinqüenta reais);
Padrão 05 - R$ - 130,00(cento e trinta reais);
Padrão 06 - R$ - 100,00 (cem reais).

Art. 6º. O Valor Venal das Edificações localizadas no Município de Nova Mutum, é obtido em função de:

I - Sua área construída;
II - Preço do metro quadrado dado pela planta de valores gerais.

ÁREA X M2 DO PADRÃO FISCAL

Art. 7º. Os componentes básicos da edificação serão os seguintes:

1 – ESTRUTURA;
2 – COBERTURA;
3 – PAREDES;
4 – FORRO;
5 - REVESTIMENTO DA FACHADA PRINCIPAL;
6 - INSTALAÇÃO SANITÁRIA;
7 - INSTALAÇÃO ELÉTRICA;
8 – PISO;
9 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO.

Art. 8º. Os componentes básicos das edificações serão classificados por categorias de materiais, dos quais serão atribuídos pontos, visando determinar o custo de sua reprodução, com base nos materiais efetivamente utilizados.

Art. 9º. É a seguinte a participação por pontos relativos à categoria do material utilizado nos componentes básicos:

1 - **ESTRUTURA**
1.1 - Alvenaria... 12 pontos
1.2 - Concreto... 31 pontos
1.3 - Metálica.... 23 pontos
1.4 - Madeira..... 07 pontos

2 - COBERTURA
2.1 - Palha/Zinco..... 02 pontos
2.2 - Telha de Cimento/Amianto..... 05 pontos
2.3 - Telha Barro..... 11 pontos
2.4 - Laje..... 13 pontos
2.5 - Especial..... 15 pontos

3 - PAREDES
3.1 - Sem ..... 00 pontos
3.2 - Taipa ..... 02 pontos
3.3 - Alvenaria .. 15 pontos
3.4 - Concreto... 31 pontos
3.5 - Madeira..... 10 pontos

4 - FORRO
4.1 - Sem ..... 00 pontos
4.2 - Madeira .... 06 pontos
4.3 - Estuque .... 05 pontos
4.4 - Laje..... 12 pontos
4.5 - Chapas..... 10 pontos

5 - REVESTIMENTO DA FACHADA PRINCIPAL
5.1 - Sem ..... 00 pontos
5.2 - Reboco..... 10 pontos
5.3 - Material Cerâmico.... 10 pontos
5.4 - Madeira..... 05 pontos
5.5 - Especial..... 15 pontos

6 - INSTALAÇÃO SANITÁRIA
6.1 - Sem ..... 00 pontos
6.2 - Externa..... 02 pontos
6.3 - Interna Simples..... 06 pontos
6.4 - Mais de uma interna. 11 pontos
6.5 - Interna completa..... 15 pontos

7 - INSTALAÇÃO ELÉTRICA
7.1 - Sem..... 00 pontos
7.2 - Aparente... 02 pontos
7.3 - Embutida.. 11 pontos

8 - PISO
8.1 - Terra batida..... 00 pontos
7.2 - Cimento.... 03 pontos
7.3 - Cerâmico... 10 pontos
7.3 - Tábuas..... 10 pontos
7.3 - Taco..... 11 pontos
7.3 - Material plástico..... 11 pontos
7.3 - Especial..... 14 pontos

9 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO
8.1 - Nova/Ótima..... 16 pontos
7.2 - Bom..... 09 pontos
7.3 - Regular..... 04 pontos
7.3 - Ruim..... 02 pontos

TABELA DE PONTOS
De 100 a 110 pontos..... Padrão 01
De 80 a 99 pontos..... Padrão 02
De 60 a 79 pontos..... Padrão 03
De 40 a 59 pontos..... Padrão 04
De 20 a 39 pontos..... Padrão 05
Abaixo de 20 pontos..... Padrão 06

Art. 10. O pagamento do **IPTU (Imposto Predial, Territorial Urbano)** para o exercício de 2014 , será efetuado da seguinte maneira:

I - pagamento da primeira ou parcela única até o dia 10 de abril de 2014;
II - pagamento da segunda parcela até o dia 09 de maio de 2014;
III - pagamento da terceira parcela até o dia 10 de junho de 2014;
IV - pagamento da quarta parcela até o dia 10 de julho de 2014;
V - pagamento da quinta parcela até o dia 10 de outubro de 2014.

Parágrafo 1º Para pagamento em parcela única até o vencimento será concedido desconto de 12% (doze por cento) e para os demais casos não será concedido desconto.

Art. 11. Na falta de pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) referente ao exercício de 2014, na respectiva data de vencimento, serão aplicadas as seguintes penalidades:

I - multa de 2% (dois por cento) ao mês;
II - juros de mora à razão de 01% (um por cento) ao mês, a partir do mês seguinte ao vencimento, considerado mês qualquer fração;
III - atualização monetária;
IV - inscrição em dívida ativa e respectiva cobrança judicial.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 01 de abril de 2014.

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:F3DB11CE

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 089, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

"Abre crédito adicional suplementar no valor de R$ 1.013.233,53 (um milhão, treze mil, duzentos e trinta e três reais e cinqüenta e três centavos) no orçamento do Município de Nova Mutum e dá outras providências".

O Sr. Adriano Xavier Pivetta, Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, atendendo o contido da Lei Municipal Lei Nº 1.748, de 24 de março de 2014, em consonância com a Lei Federal nº 4.320/64.

DECRETA:

Art. 1º. Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no montante R$ 1.013.233,53 (um milhão, treze mil, duzentos e trinta e três reais e cinqüenta e três centavos) nos termos do Artigo 41, Inciso I da Lei n° 4.320/64, na seguinte classificação orçamentária:

DOTAÇÕES A SUPLEMENTAR		
05.004.12.365.0113.2031.319011000000	R$	174.110,00
05.003.13.392.0100.2036.319011000000	R$	6.998,53
05.001.12.361.0111.2024.319011000000	R$	110.360,00
05.004.12.361.0113.2030.319011000000	R$	448.710,00
05.004.12.365.0113.2033.319011000000	R$	257.985,00
05.003.13.392.0100.2036.319013000000	R$	4.470,00
05.004.12.365.0113.2033.319013000000	R$	10.600,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	**R$**	**1.013.233,53**

Art. 2º. Para fazer face ao crédito autorizado no Artigo anterior desta Lei serão utilizados os recursos provenientes de superávit financeiro apresentado no Balanço Patrimonial – Anexo 14 do Exercício de 2013

da Prefeitura, nos termos do Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso I, da Lei nº 4.320/64.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 03 de dezembro de 2014.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:9A7DE07F

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 090, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

"Abre crédito adicional suplementar no valor de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), no orçamento do Município de Nova Mutum e dá outras providências".

O Sr. Adriano Xavier Pivetta, Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, atendendo o contido da Lei Municipal nº 1.805, de 06 de outubro de 2014, em consonância com a Lei Federal nº 4.320/64.

DECRETA:

Art. 1º. Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no montante de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), nos termos do Artigo 41, Inciso I da Lei n° 4.320/64, na seguinte classificação orçamentária:

DOTAÇÕES A SUPLEMENTAR		
06.002.10.302.0119.2134.335041000000	R$	110.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	R$	**110.000,00**

Art. 2º. Para fazer face ao crédito autorizado no Artigo anterior desta Lei serão utilizados os recursos provenientes de superávit financeiro apresentado no Balanço Patrimonial – Anexo 14 do Exercício de 2013 da Prefeitura, nos termos do Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso I, da Lei nº 4.320/64.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 03 de novembro de 2014.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:A68C582B

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ABANDONO DE CARGO

Edital de Convocação - A Prefeitura Municipal de Nova Mutum-MT, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 24.772.162/0001-06, com sede à Avenida Mutum nº 1250N, nesta cidade de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, vem CONVOCAR, o Sr. Pettryck Dhaymon Melchior Queiroz, portador do C.P.F nº 044.927.431-46, servidor público no cargo de Ajudante Geral, lotado na Secretaria de Obras, para apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Nova Mutum, no prazo de 48 horas para prestar esclarecimentos sob o não comparecimento ao local de trabalho.O não comparecimento implicará ao departamento competente tomar as providências cabíveis de acordo com a legislação municipal.

Nova Mutum, 16 de dezembro de 2014.

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:85263D18

PREFEITURA MUNICIPAL
DECISÃO PAD 011/2014

Nova Mutum- MT, 16 de dezembro de 2014.
DECISÃO
Trata-se de Processo Administrativo Disciplinar n° 011/2014, instaurada através da Portaria nº 183/2014.
Em análise ao processo, verifica-se que a comissão processante seguiu todos os trâmites legais e necessários.
Após a instrução do processo, a comissão processante sugeriu o **ARQUIVAMENTO** do processo.
É o necessário. Decido.
Considerando o relatório final apresentado pela comissão, as provas constantes nos autos, **ACATO A DECISÃO DA COMISSÃO PROCESSANTE**.

Após, arquive-se.

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal de Nova Mutum

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:0E75C74B

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 092, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

"Abre crédito adicional suplementar, no orçamento vigente Município de Nova Mutum no valor de R$ 2.353.173,18 (dois milhões, trezentos e cinqüenta e três mil, cento e setenta e três reais e dezoito centavos) e dá outras providências."

O Sr. **Adriano Xavier Pivetta,** Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, atendendo o contido da Lei Municipal nº 1.727 de 09 de dezembro de 2013, em consonância com a Lei Federal nº 4.320/64.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar, nos termos do Art. 41, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64, para reforço das dotações consignadas no orçamento vigente do Município, no valor de R$ 2.353.173,18 (dois milhões, trezentos e cinqüenta e três mil, cento e setenta e três reais e dezoito centavos), à seguinte rubrica orçamentária:

DOTAÇÃO A SUPLEMENTAR		
09.001.04.122.0100.2081.339030000000	R$	14.000,00
06.002.10.122.0117.2045.319013000000	R$	15.210,00
06.002.10.301.0118.2049.319013000000	R$	59.620,00
06.002.10.302.0119.2056.319013000000	R$	8.800,00
06.002.10.305.0153.2141.319013000000	R$	14.565,00
06.002.10.302.0119.2057.319013000000	R$	36.290,00
11.002.08.244.0144.2118.319013000000	R$	7.420,00
05.001.12.122.0100.2012.319004000000	R$	78.400,00
05.004.12.361.0113.2030.319004000000	R$	31.250,00
06.002.10.122.0117.2045.319011000000	R$	61.610,00
06.002.10.301.0118.2049.319011000000	R$	290.120,00
06.002.10.304.0152.2140.319011000000	R$	20.680,00
11.002.08.244.0144.2118.319011000000	R$	34.520,00

10.001.27.122.0100.2088.319013000000	R$	30.000,00
05.001.12.122.0100.2015.339039000000	R$	2.760,00
10.001.27.122.0100.2088.319004000000	R$	10.000,00
10.001.27.122.0100.2088.319011000000	R$	50.000,00
05.001.12.128.0100.2020.339030000000	R$	22.270,00
06.002.10.301.0118.2049.339093000000	R$	15.000,00
06.002.10.302.0119.2134.335041000000	R$	595.000,00
06.002.10.301.0118.1036.449052000000	R$	60.000,00
05.001.12.361.0100.2022.339039000000	R$	19.000,00
06.002.10.302.0119.2136.469071000000	R$	34.000,00
10.001.27.122.0100.2088.339039000000	R$	7.000,00
05.004.12.361.0113.2032.319004000000	R$	37.500,00
04.001.26.782.0106.2010.339030000000	R$	6.100,00
06.002.10.122.0117.1035.449052000000	R$	30.000,00
06.002.10.301.0118.2050.339039000000	R$	5.010,00
06.002.10.305.0153.2143.339030000000	R$	730,00
03.001.04.122.0100.2006.319013000000	R$	8.850,00
03.001.04.122.0100.2006.319011000000	R$	50.000,00
02.001.04.121.0100.2005.319013000000	R$	2.270,00
02.001.04.122.0100.2002.319013000000	R$	8.800,00
02.001.04.131.0100.2003.319013000000	R$	3.300,00
02.001.04.131.0100.2004.319013000000	R$	1.100,00
02.001.04.121.0100.2005.319011000000	R$	10.300,00
02.001.04.122.0100.2002.319011000000	R$	24.150,00
02.001.04.131.0100.2003.319011000000	R$	15.250,00
02.001.04.131.0100.2004.319011000000	R$	700,00
04.001.04.122.0100.2008.319011000000	R$	71.250,00
11.002.08.244.0143.2103.319011000000	R$	38.400,00
11.002.08.244.0143.2103.319013000000	R$	15.900,00
06.002.10.301.0118.2050.319013000000	R$	17.950,00
06.002.10.302.0119.2055.319013000000	R$	3.105,00
06.002.10.304.0152.2140.319013000000	R$	2.520,00
06.002.10.122.0117.2045.319004000000	R$	9.140,00
06.002.10.305.0153.2143.319004000000	R$	3.707,00
06.002.10.302.0119.2056.319004000000	R$	7.920,00
06.002.10.302.0119.2056.319011000000	R$	24.160,00
06.002.10.302.0119.2055.319011000000	R$	22.000,00
06.002.10.305.0153.2141.319004000000	R$	2.518,00
06.002.10.302.0119.2057.319004000000	R$	58.750,00
05.003.13.392.0100.2036.319004000000	R$	36.615,00
05.004.12.365.0113.2033.319004000000	R$	8.605,00
10.001.27.243.0141.2095.339030000000	R$	4.500,00
10.001.27.243.0141.2095.339039000000	R$	2.000,00
11.002.08.244.0143.2113.339039000000	R$	15.400,00
11.002.08.244.0143.2113.339030000000	R$	6.215,00
11.002.08.244.0144.2121.339030000000	R$	12.400,00
11.002.08.244.0144.2119.339030000000	R$	8.000,00
11.001.08.243.0100.2100.339030000000	R$	2.200,00
11.001.08.243.0100.2100.339039000000	R$	2.000,00
11.002.08.241.0143.2110.339030000000	R$	8.000,00
11.002.08.241.0143.2110.339039000000	R$	11.026,98
11.002.08.243.0143.2107.339030000000	R$	18.500,00
11.002.08.243.0143.2107.339039000000	R$	8.600,00
11.002.08.243.0143.2108.339039000000	R$	2.059,73
06.002.10.122.0117.2045.339039000000	R$	1.500,00
07.001.04.122.0100.1046.449052000000	R$	600,00
06.002.10.122.0117.2043.339039000000	R$	100,00
02.001.04.122.0100.2001.339039000000	R$	3.600,00
06.002.10.301.0118.2049.319004000000	R$	38.630,00
11.004.08.243.0145.2125.335041000000	R$	5.500,00
05.003.13.392.0100.2036.319013000000	R$	6.045,00
05.004.12.365.0113.2031.319013000000	R$	8.600,00
05.004.12.365.0113.2033.319013000000	R$	31.355,00
05.004.12.365.0113.2033.319013000000	R$	4.126,47
09.001.04.122.0100.2081.319004000000	R$	7.800,00
06.002.10.302.0119.2054.319011000000	R$	1.095,00
06.002.10.302.0119.2136.319091000000	R$	6.130,00
06.002.10.305.0153.2141.319011000000	R$	26.675,00
06.002.10.302.0119.2057.339030000000	R$	5.000,00
03.001.28.843.0101.3001.329021000000	R$	16.600,00
06.002.10.301.0118.2049.339039000000	R$	1.900,00
06.002.10.302.0119.2054.339030000000	R$	1.700,00
06.002.10.302.0119.2056.339030000000	R$	2.800,00
02.001.04.122.0100.2001.339030000000	R$	250,00
09.002.06.183.0108.1076.339030000000	R$	4.720,00
06.002.10.303.0120.2138.319011000000	R$	15.100,00
03.001.04.122.0100.2006.339047000000	R$	27.000,00
06.002.10.302.0119.2059.339039000000	R$	20.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	**R$**	**2.353.173,18**

Art. 2º. Para atender ao crédito adicional suplementar previsto no Artigo anterior, será anulado parcialmente, em conformidade com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, recursos no montante de R$ 2.353.173,18 (dois milhões, trezentos e cinqüenta e três mil, cento e setenta e três reais e dezoito centavos) da dotação orçamentária do orçamento vigente ao código:

DOTAÇÃO À REDUZIR		
05.001.12.122.0100.2012.339030000000	R$	6.310,00
10.001.27.812.0139.1079.449051000000	R$	95.000,00
05.001.12.128.0100.2020.339036000000	R$	4.270,00
05.001.12.128.0100.2020.339039000000	R$	14.000,00
06.002.10.301.0118.2047.339030000000	R$	47.745,00
06.002.10.301.0118.2047.339036000000	R$	30.000,00
06.002.10.301.0118.2047.339039000000	R$	100.000,00
06.002.10.301.0118.2051.319011000000	R$	6.500,00
06.002.10.301.0118.2051.319013000000	R$	56.600,00
06.002.10.301.0118.2051.339039000000	R$	54.300,00
05.001.12.361.0100.2022.339036000000	R$	19.000,00
06.002.10.122.0117.2043.339030000000	R$	800,00
06.002.10.122.0117.2043.339039000000	R$	200,00
06.002.10.122.0117.2044.339030000000	R$	1.000,00
06.002.10.122.0117.2045.339030000000	R$	1.000,00
06.002.10.122.0117.2046.339036000000	R$	1.000,00
06.002.10.303.0120.2138.339039000000	R$	2.000,00
06.002.10.303.0120.2139.339030000000	R$	100,00
06.002.10.303.0120.2139.339036000000	R$	100,00
06.002.10.303.0120.2139.339039000000	R$	50,00
06.002.10.302.0119.2134.445052000000	R$	50.000,00
10.001.27.813.0142.2097.339030000000	R$	7.000,00
04.001.15.451.0104.1014.449051000000	R$	30.150,00
06.002.10.301.0118.2049.339030000000	R$	106.865,00
06.002.10.301.0118.2049.339033000000	R$	1.000,00
06.002.10.301.0118.2050.339036000000	R$	1.000,00
06.002.10.305.0153.2144.339039000000	R$	200,00
03.001.04.129.0100.2007.319011000000	R$	50.000,00
03.001.04.129.0100.2007.319004000000	R$	8.850,00
09.001.04.122.0135.1071.449052000000	R$	10.000,00
09.001.04.125.0132.1063.339039000000	R$	100.000,00
04.001.04.122.0100.2008.339030000000	R$	36.250,00
11.002.08.244.0143.1085.449051000000	R$	121.240,00
09.001.04.125.0132.1063.449052000000	R$	100.000,00
09.001.04.125.0132.2082.339030000000	R$	20.000,00
09.001.04.125.0132.2083.339039000000	R$	18.535,00
05.001.12.361.0111.2024.319004000000	R$	78.200,00
03.001.04.126.0103.1007.339039000000	R$	50.160,00
09.001.04.125.0132.2083.449052000000	R$	18.565,00
10.001.27.243.0141.2095.339036000000	R$	5.000,00
10.001.27.812.0140.2094.339036000000	R$	2.000,00
11.001.08.122.0100.1083.449052000000	R$	9.200,00
11.002.08.244.0143.2106.339030000000	R$	1.500,00
11.002.08.244.0143.2106.339036000000	R$	600,00
11.002.08.244.0143.2106.339039000000	R$	300,00
11.002.08.244.0143.2104.339030000000	R$	5.000,00
11.002.08.244.0143.2111.339030000000	R$	2.500,00
11.002.08.244.0143.2111.339039000000	R$	1.170,00
11.002.08.244.0143.2111.339036000000	R$	1.000,00
11.002.08.244.0143.2112.319011000000	R$	3.000,00
11.002.08.244.0143.2112.319013000000	R$	1.000,00
11.002.08.244.0143.2113.339036000000	R$	1.215,00
11.002.08.244.0144.2120.339030000000	R$	2.800,00
11.002.08.244.0144.2120.339036000000	R$	2.500,00
11.002.08.244.0144.2120.339039000000	R$	1.000,00
11.002.08.244.0144.2122.335043000000	R$	1.000,00
11.002.08.244.0144.2122.335041000000	R$	100,00
11.002.08.243.0143.2105.339030000000	R$	2.000,00
11.002.08.122.0143.2115.339030000000	R$	4.000,00
11.004.08.243.0145.2123.339030000000	R$	5.000,00
11.002.08.244.0144.2119.339039000000	R$	5.000,00
11.001.08.243.0100.2100.339036000000	R$	700,00
11.002.08.122.0143.2116.449052000000	R$	3.500,00
11.001.08.122.0100.2098.319004000000	R$	10.000,00
11.002.08.241.0143.2110.339036000000	R$	1.000,00
11.001.08.122.0100.2098.339036000000	R$	10.000,00
11.001.08.122.0100.2098.339039000000	R$	10.000,00
11.001.08.122.0100.2099.339036000000	R$	500,00
11.002.08.122.0143.2115.339036000000	R$	1.000,00
11.002.08.122.0143.2115.339039000000	R$	1.000,00
11.002.08.122.0143.2116.339036000000	R$	2.500,00
11.002.08.243.0143.2109.339030000000	R$	526,98
11.002.08.243.0143.2109.339036000000	R$	500,00
11.002.08.243.0143.2108.339030000000	R$	7.000,00
11.002.08.243.0143.2108.339036000000	R$	59,73
07.001.04.122.0100.2060.319011000000	R$	6.600,00
07.001.04.122.0100.2060.339030000000	R$	600,00
02.001.04.122.0100.2001.339093000000	R$	1.900,00
11.004.08.243.0145.2123.339036000000	R$	5.000,00
05.001.12.365.0111.2025.319011000000	R$	40.000,00
05.004.12.365.0113.2031.319004000000	R$	25.000,00
05.001.12.365.0111.2025.319013000000	R$	10.000,00
05.004.12.361.0113.2032.319013000000	R$	23.700,00
09.001.04.122.0100.2081.319011000000	R$	7.800,00
11.001.08.122.0100.2098.319013000000	R$	1.500,00
06.002.10.302.0119.2136.329021000000	R$	6.130,00
05.001.12.122.0100.2013.339030000000	R$	4.000,00
05.001.12.122.0100.2013.339036000000	R$	4.000,00

05.001.12.122.0100.2013.339039000000	R$	580,00
05.001.12.122.0100.2016.335041000000	R$	500,00
05.001.12.122.0110.1025.449052000000	R$	5.000,00
05.001.12.122.0115.1031.449052000000	R$	1.000,00
05.001.12.365.0111.2025.339039000000	R$	10.000,00
05.003.13.392.0100.2036.339039000000	R$	33.000,00
05.003.13.392.0116.2041.339030000000	R$	3.000,00
05.003.13.392.0116.2041.339036000000	R$	1.000,00
05.003.13.392.0116.2038.339036000000	R$	2.220,00
05.003.13.392.0116.2039.335041000000	R$	100,00
05.003.13.392.0116.2037.339036000000	R$	1.000,00
03.001.04.122.0100.2006.339039000000	R$	30.000,00
03.001.28.846.0102.3003.339047000000	R$	55.000,00
06.002.10.301.0118.1038.449052000000	R$	1.100,00
06.002.10.302.0119.2055.339039000000	R$	4.500,00
06.002.10.305.0153.2143.339039000000	R$	500,00
09.001.04.122.0100.2081.339093000000	R$	5.000,00
04.001.26.782.0106.1018.449052000000	R$	35.000,00
02.001.04.131.0100.2003.339030000000	R$	1.950,00
06.002.10.305.0153.1115.449052000000	R$	500,00
04.001.04.122.0100.1009.449051000000	R$	74.577,00
04.001.15.451.0104.1011.449051000000	R$	2.030,00
04.001.15.451.0104.1013.449051000000	R$	265.301,00
04.001.15.451.0104.1015.449051000000	R$	52.190,00
10.001.27.122.0100.1078.449052000000	R$	9.882,00
10.001.27.128.0100.2089.339030000000	R$	2.278,64
10.001.27.128.0100.2089.339033000000	R$	3.888,40
10.001.27.128.0100.2089.339036000000	R$	2.500,00
10.001.27.128.0100.2089.339039000000	R$	4.750,95
10.001.27.812.0139.1082.449052000000	R$	15.722,40
10.001.27.812.0139.2093.339030000000	R$	1.000,00
07.001.04.122.0100.2060.339039000000	R$	70.000,00
07.001.18.541.0122.1049.339030000000	R$	5.000,00
07.001.18.541.0122.1049.339039000000	R$	14.742,17
07.001.18.541.0122.1050.339030000000	R$	9.115,00
07.001.18.541.0122.1050.339036000000	R$	1.000,00
07.001.18.541.0122.1050.339039000000	R$	2.338,00
07.001.18.541.0122.1050.449052000000	R$	10.000,00
07.001.18.541.0122.2064.339030000000	R$	17.130,00
07.001.18.541.0122.2064.339036000000	R$	5.000,00
07.001.18.541.0122.2064.339039000000	R$	5.500,00
07.001.18.541.0122.2065.339030000000	R$	24.230,00
07.001.18.541.0122.2065.339036000000	R$	10.000,00
07.001.18.541.0122.2065.449052000000	R$	15.00,00
07.001.18.542.0125.2071.339030000000	R$	500,00
07.001.18.542.0125.2071.339036000000	R$	500,00
07.001.18.542.0125.2071.339039000000	R$	500,00
07.001.18.542.0125.2071.449052000000	R$	500,00
07.001.18.544.0123.2067.339030000000	R$	500,00
07.001.18.544.0123.2067.339039000000	R$	500,00
07.001.18.544.0123.2067.449052000000	R$	500,00
07.001.20.601.0121.1047.449052000000	R$	4.410,00
07.001.20.661.0121.2062.339030000000	R$	1.000,00
07.001.20.661.0121.2062.339036000000	R$	1.000,00
07.001.20.661.0121.2062.339039000000	R$	1.000,00
07.001.20.661.0121.2062.449051000000	R$	1.000,00
03.001.28.843.0101.3001.469071000000	R$	17.745,91
06.002.10.302.0119.2054.339039000000	R$	20.000,00
TOTAL DA REDUÇÃO	R$	**2.353.173,18**

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 03 de novembro de 2014.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:917FE03F

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 1.817, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

"Autoriza a contratação temporária por excepcional interesse público, para atender aos Programas realizados no Município e dá outras providências".

O Sr. **Adriano Xavier Pivetta**, Prefeito de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar Instrutores, para atender os programas sociais, educacionais e esportivos, realizados no Município, na quantidade e especificação abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

INSTRUTOR/NÍVEL	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VALOR MENSAL
Nível III	6	40 horas	R$ 1.092,47
Nível IV	6	40 horas	R$ 1.419,81
Nível V	40	20 horas	R$ 769,66
	23	40 horas	R$ 1.539,35
Instrutor VI	6	20 horas	R$ 1.029,46
	8	40 horas	R$ 2.058,93
TOTAL	**89**		

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

INSTRUTOR/NÍVEL	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VALOR MENSAL
Instrutor III	6	40 horas	R$ 1.092,47
Instrutor IV	6	40 horas	R$ 1.419,81
Instrutor V	4	20 horas	R$ 769,66
	14	40 horas	R$1.539,32
Instrutor VI	4	20 horas	R$ 1.029,46
	6	40 horas	R$ 2.058,93
TOTAL	**40**		

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

INSTRUTOR/NÍVEL	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VALOR MENSAL
Instrutor III	3	40 horas	R$ 1.092,47
Instrutor VI	12	20 horas	R$ 1.029,46
	6	40 horas	R$ 2.058,93
TOTAL	**21**		

Art. 2º. Os contratos gerados por esta Lei, terão a sua vigência até a conclusão do Programa, podendo ser até a data de 31 de dezembro de 2015, sendo que o Município poderá rescindir o contrato, unilateralmente, por conveniência e a qualquer tempo.

§ 1º. A remuneração dos instrutores seguirá o estabelecido nos quadros integrantes do Art. 1º desta Lei.

Art. 3º. Todas as contratações aqui autorizadas, estão fundamentadas no Inciso IX, do Art. 37 da CF/88, inclusive no caso específico desta Lei, em razão da necessidade da continuidade dos serviços públicos.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a parir de 1º de janeiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 08 de dezembro de 2014.

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:C67227B2

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO ADESÃO Nº 005/2014- PMNM

SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS
(PROCESSO Nº 271/2014-PMNM)

A Prefeitura Municipal de Nova Mutum/MT, através do Pregoeiro Oficial Sr. **SÉRGIO VÍTOR ALVES RODRIGUES**, comunica que no dia 11/12/2014 foi realizado à adesão à Ata de Registro de Preços

nº 051/2013, referente ao Pregão Eletrônico nº 071/2013, aquisição de equipamentos de informática – projetor proinfo com lousa digital (computador interativo) para as escolas da rede municipal de ensino, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo:

Item – 01 – **Quant**. 16 – **Descrição**: Computador Interativo **– Valor Unitário**: R$ 2.520,00 – **Valor Total**: R$ 40.320,00.

Realizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com a Empresa **POSITIVO INFORMÁTICA S/A**, inscrita no **CNPJ sob n. 81.243.735/0001-48**.

Nova Mutum/MT, 11 de dezembro de 2014.

SÉRGIO VÍTOR ALVES RODRIGUES
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Cristiano da Silva Lino
Código Identificador:4521CF99

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 165/2014

O Município de Nova Mutum, torna público o resultado do Julgamento, tendo como a aquisição de cadeiras giratórias e cabine biológica, julgada em 10 de dezembro de 2014 às 08:00 horas, da qual foi vencedora a empresa MARCOS ANTONIO DIAS MACHADO ME, CNPJ – 02.827.167/0001-56, totalizando no valor R$ 37.128,00 (trinta e sete mil, cento e vinte e oito reais).

Nova Mutum/MT, 16 de dezembro de 2014.

SÉRGIO VÍTOR ALVES RODRIGUES
Pregoeiro

Publicado por:
Sergio Vitor Alves Rodrigues
Código Identificador:C57FDD50

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 164/2014

O Município de Nova Mutum, torna público o resultado do Julgamento tendo como objeto a contratação de empresa para fornecimento de materiais gráficos para a Assessoria de Imprensa, cuja abertura deu-se no dia 03 de dezembro de 2014, às 08:00 (oito horas), consagrando - se vencedoras as empresas: **Itens - 01,03,04,05,06 e 07 - 4D DESIGNER GRAFICA EDITORA LTDA, CNPJ – 13.278.238/0001-25, VALOR R$ 123.950,00. Item 02 - EVANDRO ROQUE MORETTO ME, CNPJ – 15.253.978/0001-32, VALOR R$ 74.200,00**. Os representantes das empresas assinaram a ata, renunciando a intenção de interposição de recursos.

Nova Mutum/MT, 16 de dezembro de 2014.

SÉRGIO VÍTOR ALVES RODRIGUES
Pregoeiro

Publicado por:
Sergio Vitor Alves Rodrigues
Código Identificador:14C82DD0

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 162/2014

O Município de Nova Mutum, torna público o resultado do Julgamento,objeto: aquisição de gêneros alimentícios e gás de cozinha para manutenção do Programa Merenda Escolar do 1º Semestre de 2015, data de abertura: 02.12.2014 às 08:00 horas, do qual foram vencedoras as empresas: **Itens –** 01 a 20, 21 a 25,27 a 42, 44 a 55 do LOTE 01 - **C.VALE AGROINDUSTRIAL,** CNPJ – 77.863.223/0040-13, VALOR R$ 820.876,80, **Itens – 20**,26,43 do Lote 01 - **CASA DE CARNES CHAPECÓ LTDA,** CNPJ – 07.980.187/0001-86, VALOR R$ 1.245,80, **Itens – ITENS - 1,2 do LOTE 02 - M.M. COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS LTDA,** CNPJ – 13.228.265/0001-93, VALOR R$ 78.100,00. Os representantes das empresas assinaram a ata, e o termo de renúncia, renunciando a intenção de interpor recursos.

Nova Mutum/MT, 16 de dezembro de 2014.

SÉRGIO VÍTOR ALVES RODRIGUES
Pregoeiro

Publicado por:
Cristiano da Silva Lino
Código Identificador:B023A573

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 166/2014

O Município de Nova Mutum, torna público o resultado do Julgamento, tendo como objeto a aquisição de troféus e medalhas, julgada em 11.12.2013 às 08:00 horas, sangrando – se vencedoras as seguintes empresas: **Itens – 01 a 32 - ESPORTES LUCIANO LTDA ME, CNPJ – 08.954.824/0001-02, VALOR R$ 12.776,89. Itens – 33 a 38 - CLARO COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI, CNPJ – 08.349.487/0001-24, VALOR R$ 17.804,00**. Os representantes assinaram a ata, renunciando da interposição de recursos.

Nova Mutum/MT, 16 de dezembro de 2014.

SÉRGIO VÍTOR ALVES RODRIGUES
Pregoeiro

Publicado por:
Sergio Vitor Alves Rodrigues
Código Identificador:E5DDE587

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 161/2014

O Município de Nova Mutum, torna público o resultado do Julgamento, objeto: **Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte intermunicipal (passagem terrestre), para atender às necessidades do Bloco MAC Média e Alta Complexidade**, data de abertura: 25/11/2014 às 08:00 horas, consagrando como vencedora a empresa **M.M. DE SOUZA – VIAGENS E TURISMO LTDA ME, CNPJ sob o nº 20.748.741/0001-62,** no valor R$ 116.710,00. O representante da empresa assinou a ata, renunciando a intenção de interposição de recursos.

Nova Mutum/MT, 15 de dezembro de 2014.

SÉRGIO VÍTOR ALVES RODRIGUES
Pregoeiro

Publicado por:
Cristiano da Silva Lino
Código Identificador:4C973A74

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 167/2014

O Município de Nova Mutum, torna público o resultado do Julgamento, objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de sonorizações, locação de palco, som e iluminação e propaganda de rua, data de abertura: 11.12.2014 às 14:00 horas, do qual foi vencedora a seguinte empresa: Itens 01 a 09 do Lote 01 – JOÃO LUIS BIFF - ME, CNPJ – 12.028.904/0001-04, VALOR R$ 462.159,00 (quatrocentos e sessenta e dois mil, cento e cinquenta e nove reais). O representante da empresa assinou a ata renunciando a intenção de interpor recursos.

Nova Mutum/MT, 17 de dezembro de 2014.

SÉRGIO VÍTOR ALVES RODRIGUES
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Cristiano da Silva Lino
Código Identificador:07838AE9

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 159/2014

O Município de Nova Mutum, torna público que houve alterações no aviso de resultado publicados no Diário Oficial de Contas (TCE), e no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios Matogrossenses, nos dias 15 e 16 de dezembro respectivamente. "**Onde se lê": vencedoras as empresas: Itens 01 a 14 do lote 01 e dos itens 01 e 02 do lote 02 a empresa ALFALAB LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA ME, CNPJ – 10.802.519/0001-47, VALOR TOTAL R$ 20.296,00 e dos itens 20 e 22 do lote 01 a empresa CLÉLIA BHERTOLINI AGUILAR ME, CNPJ – 06.087.008/0001-13, VALOR TOTAL R$ 11.700,00. "Deve se ler": vencedora a empresa: dos itens 20 e 22 do lote 01 a empresa CLÉLIA BHERTOLINI AGUILAR ME, CNPJ – 06.087.008/0001-13, VALOR TOTAL R$ 11.700,00**.

Nova Mutum/MT, 16 de dezembro de 2014.

SÉRGIO VÍTOR ALVES RODRIGUES
Pregoeiro

Publicado por:
Sergio Vitor Alves Rodrigues
Código Identificador:E060486D

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE NOVA MUTUM
EXTRATO ATA DE REGISTRO PEÇOS Nº 011/2014

SAAE – SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2014
Contratante: SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Nova Mutum
Contratada: **SETE COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME** Inscrita no CNPJ: 04.578.067/0001-69 Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA MANUTENÇÃO DE REDES E RAMAIS DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA NO MUNICIPIO DE NOVA MUTUM-MT.** Perfazendo o valor Total de **R$ 4.920,00 (Quatro mil, novecentos e vinte reais).** Assinatura: 19/11/2014. Prazo de Vigência: 19/05/2015.

Publicado por:
Solani Maria Arens
Código Identificador:96F85537

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE NOVA MUTUM
AVISO DE RESULTADO TOMADA DE PREÇOS 013/2014

SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE RESULTADO HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 013/2014
O SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Nova Mutum - MT, através da Comissão de Licitação, torna público o resultado da licitação Tomada de Preços do tipo "Menor Preço Global", a qual a Empresa **HEXIS CIENTIFICA S/A,** inscrita no CNPJ nº 53.276.010/0001-10, foi sagrada **VENCEDORA** do objeto que trata **Aquisição de produtos para realizar análises da água no Laboratório, para obter o controle e a qualidade de água distribuída no Município de Nova Mutum.** Perfazendo o valor Total de **R$ 6.290,80 (Seis mil, duzentos e noventa reais e oitenta centavos).**

Nova Mutum – MT, 15 de Dezembro de 2014.

ANTÔNIO GARCIA DUARTE NETO
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Publicado por:
Solani Maria Arens
Código Identificador:19084974

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PP 059/2014

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 059/2014
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM
INTERESSADA: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT
AUTORA: Comissão de Apoio
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 2000 M² DE GRAMA ESMERALDA EM ROLO E 30 (TRINTA) MUDAS DE COQUEIRO TIPO COCO DA BAHIA ANÃO (COCUS NUCIFERA) COM NO MÍNIMO 2 m DE ALTURA CADA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTIO DAS RESPECTIVAS MUDAS E GRAMA COM EXECUÇÃO DO PROJETO PAISAGÍSTICO DA ESCOLA "BRANCA DE NEVE". A Comissão de Apoio da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT torna público que foi HOMOLOGADO o objeto acima mencionado em favor da empresa GRAMEIRA SINOP LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 04.778.991/0001-99 no valor de R$ 15.900,00 (quinze mil e novecentos reais).

Nova Santa Helena – MT, 16 de dezembro de 2014

FRANCIANE PAULATTI
Pregoeira

Publicado por:
Edinalva Nunes Tenorio
Código Identificador:25C17A1C

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO HOMOLOGAÇÃO CARTA CONVITE 010/2014

MODALIDADE: CARTA CONVITE Nº. 010/2014
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço GLOBAL
INTERESSADA: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT
AUTORA: Comissão Permanente de Licitação - CPL
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA EM DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS, COMPACTAÇÃO DO SOLO E ASSENTAMENTO DE 300 TUBOS 1,00 X 1,00M DE CONCRETO TIPO CA-1 CONFORME PLANILHA EM ANEXO PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT torna público aos interessados que a empresa vencedora da Carta Convite nº. 010/2014, cujo objeto acima identificado, foi homologado em favor da empresa BR CARRARA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ Nº. 11.379.894/0001-99, no valor de R$ 20.001,69 (vinte mil um real e sessenta e nove centavos).

Nova Santa Helena - MT, 16 de dezembro de 2014

FRANCIANE PAULATTI
Presidente da CPL.

Publicado por:
Edinalva Nunes Tenorio
Código Identificador:70086FAB

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 072/2014

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA e BR CARRARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA EM

DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS, COMPACTAÇÃO DO SOLO E ASSENTAMENTO DE 300 TUBOS 1,00 X 1,00M DE CONCRETO TIPO CA-1 CONFORME PLANILHA EM ANEXO PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CARTA CONVITE Nº 010/2014.
DA VIGÊNCIA: 16 de dezembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.
DO PREÇO: R$ 20.001,69 (vinte mil um real e sessenta e nove centavos).
RECURSO: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA/MT.
Código Reduzido: 0078
Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer - SECDL.
Unidade: 001 – Gabinete da Secretaria.
Função: 12 – Educação
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 0021 – Gerenciamento Global da Educação.
Projeto/Atividade: 2012 – Manutenção e Encargos da SECDL
Elemento de Despesa: 3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Contratante:
DORIVAL LORCA
Prefeito Municipal de Nova Santa Helena.

Contratado:
ROQUE CARRARA
Contratada

Publicado por:
Edinalva Nunes Tenorio
Código Identificador:9F4DA124

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 073/2014

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA e GRAMEIRA SINOP LTDA – ME.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 2000 M² DE GRAMA ESMERALDA EM ROLO E 30 (TRINTA) MUDAS DE COQUEIRO TIPO COCO DA BAHIA ANÃO (COCUS NUCIFERA) COM NO MÍNIMO 2 m DE ALTURA CADA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTIO DAS RESPECTIVAS MUDAS E GRAMA COM EXECUÇÃO DO PROJETO PAISAGÍSTICO DA ESCOLA "BRANCA DE NEVE".
DA VIGÊNCIA: 16 de dezembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.
DO PREÇO: R$ 15.900,00 (quinze mil e novecentos reais)
SEC. MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER - SECDL DOTAÇÃO: (R 0077) 07.001.12.361.0021.2012.3390.30.00.00.00

Contratante:
DORIVAL LORCA
Prefeito Municipal de Nova Santa Helena.

Contratado:
ALCIR JOSÉ CESA
Contratada

Publicado por:
Edinalva Nunes Tenorio
Código Identificador:78591B84

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CANCELAMENTO TOMADA DE PREÇOS Nº. 006/2014

A PREFEITURA DE NOVA SANTA HELENA INFORMA O CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 006/2014 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM CONSTRUÇÃO DE PRAÇA MUNICIPAL JOÃO ALBERTO ZANETI NO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA; CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E TERMO DE REFERENCIA., QUE ESTAVA PREVISTO PARA ACONTECER NO DIA 17/12/2014, por MOTIVO DE INTERESSE PÚBLICO, POR DIVERGÊNCIA NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.

FRANCIANE PAULATTI,
Presidente da Comissão.
16 de dezembro de 2014

Publicado por:
Edinalva Nunes Tenorio
Código Identificador:AD59DEEA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

UBIRATÃ PREVI
PORTARIA 288

PORTARIA GP N.º 288/2014.

DATA: 08 DE DEZEMBRO DE 2014

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO ARTIGO 1º das Portarias nº 687/2008 de 1º de abril de 2.008, Portaria nº 867/2008 de 17 de outubro de 2.008 e Portaria nº 279/2009 de 28 de outubro de 2.009, que dispõe sobre a progressão funcional da servidora Dolores Konzen

O SR. VALDENIR JOSE DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE SORRISO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI, e

Considerando o artigo 105, da Lei Complementar Municipal nº. 013/2006, de 08 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município,

R E S O L V E:

ART. 1° - Averbar o tempo de serviço, conforme a Certidão de Tempo de Contribuição nº 1001290.1.00037/12-8, emitida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, da servidora **Srª. DOLORES KONZEN**.

ART. 2º - O período averbado compreende 501 dias, correspondendo há 01 ano, 04 meses e 16 dias.

ART. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE.
PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2013.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

MAURO ODINEI SOLIANI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Francine Oliveira
Código Identificador:57A0B697

UBIRATÃ PREVI
PORTARIA 289

PORTARIA GP N.º 289/2014.

DATA: 08 DE DEZEMBRO DE 2014

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO DA SERVIDORA DOLORES KONZEN, *E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;
Considerando o artigo nº l05, da Lei Complementar Municipal n°. 013/2006, de 08 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município,

R E S O L V E:

Art. 1° - Averbar o tempo de serviço, conforme a Certidão de Tempo de Contribuição **nº 10001290100024123, emitida pela Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, Certidão de Tempo de Contribuição nº 0179122/2012 emitida pela SAAD-MT, e Certidão de Tempo de Contribuição nº 00021/2014 emitida pela VERA-PREVI,** para a servidora **Srª. DOLORES KONZEN**.

Art. 2º - O período averbado compreende **2917 dias, correspondendo há 07 anos, 11 meses e 28 dias.**

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE.
PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

MAURO ODINEI SOLIANI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Francine Oliveira
Código Identificador:3557DB52

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

COMISSAO DE LICITACAO
AVISO DE SUSPENSÃO PP 044-2014

PREGÃO PRESENCIAL N.º 044/2.014.
A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que a licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE CLASSIFICAÇÃO A, B e E COM O OBJETIVO DE ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, está **SUSPENSA** conforme orientações passadas pela Procuradoria Geral do Município, nova data e hora serão oportunamente determinadas. Os interessados em obter mais informações poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço supracitado, **pelo e-mail: compraspmnx@gmail.com**.

Nova Xavantina – MT, 16 de dezembro de 2.014.

WALMIR ARRUDA COSTA
Pregoeiro Oficial.

Publicado por:
Walmir Arruda Costa
Código Identificador:B586767D

DIVISAO DE PESSOAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 010/2014

GABARITO PRELIMINAR

CARGOS: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – INFRAESTRUTURA
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MOTORISTA

Nº	A	B	C	D
1			X	
2		X		
3	X			
4		X		
5	X			
6		X		
7				X
8		X		
9	X			
10				X
11				X
12			X	
13		X		
14				X
15				X
16			X	
17	X			
18		X		
19			X	
20			X	
21				X
22			X	
23		X		
24	X			
25	X			
26		X		
27		X		
28				X
29		X		
30		X		
31			X	
32			X	
33				X
34				X
35			X	
36			X	
37		X		
38				X
39				X
40	X			

Publicado por:
Daniella Sehnem
Código Identificador:76387BCE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº.080/2012

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Xavantina, MT
CONTRATADO: Jeziel de A. Oliveira e Cia Ltda.
OBJETO: Prorroga vigência do Contrato nº. 080/2012, Construção de 61 módulos sanitários simplificado tipo 7, com instalação de reservatório elevado sobre alvenaria com areia de 3,00 m2/módulo no município de Nova Xavantina, para 21/12/2015.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valéria Magna Gonzaga Ferreira
Código Identificador:0B1BA4F1

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO CONTRATO Nº 05/2014 1º TERMO ADITIVO

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	**Sr. FRANCISCO ALVES DA SILVA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n° 486.450 SSP/MA e inscrito no CPF Nº 157.293.113-20**
Objeto	**Prorrogar os prazos de VIGÊNCIA do contrato de locação do imóvel construído em alvenaria, medindo 129,45 m², situado na Av. Ayrton Senna, s/n°, Lote n° 4A, da quadra n° 15, Setor II, centro Novo Mundo/MT, por 12 (doze) meses, a partir da data de termino do contrato de origem, ou seja, de 01/01/2015 a 31/12/2015, em razão da necessidade para funcionamento da Secretaria de Agricultura, Agência Fazendária e Setor de Tributação durante o ano de 2015.**

Prazo de Aditivo	Prorrogação por 12(doze) meses, ou seja, de 01/01/2015 a 31/12/2015

Novo Mundo/MT, 15 de Dezembro 2014.

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:890EB378

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO CONTRATO Nº 06/2014 1º TERMO ADITIVO

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	Srª. **ODETE DE AZEVEDO,** brasileira, do CPF N° 344.438.781-49, residente e domiciliada neste município
Objeto	**Prorrogar os prazos de VIGÊNCIA do contrato de locação do imóvel construído em alvenaria e madeira, situado na Rua Fortaleza, localizado neste Município de Novo Mundo – MT, com cobertura externa para realização de concertos em ônibus e veículos desta administração, como também almoxarifado, rampa, lavador, tampa para combustível, e pátio para estacionamento dos veículos que compõe ou venham a compor a frota municipal, para funcionamento do da sede da Secretária de Obras e Transportes deste município de Novo Mundo-MT, por 12 (doze) meses, a partir da data de termino do contrato de origem, ou seja, de 01/01/2015 a 31/12/2015, em razão da necessidade para funcionamento da Secretaria de Obras e Transportes durante o ano de 2015.**
Prazo de Aditivo	Prorrogação por 12(doze) meses, ou seja, de 01/01/2015 a 31/12/2015

Novo Mundo/MT, 15 de Dezembro 2014.

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:0867F010

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO CONTRATO Nº 07/2014 1º TERMO ADITIVO

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	Sr. **JULIO RODRIGUES DA SILVA**, doravante denominado simplesmente **LOCADOR**, portador da Cédula de Identidade RG nº 1080974 e do CPF sob o nº 160.679.839-15, residente e domiciliado na Av. Ayrton Senna, s/nº, nesta cidade de Novo Mundo/MT
Objeto	Prorrogar os prazos de **VIGÊNCIA** do contrato de locação de um imóvel **construído em alvenaria, com cobertura externa para vistoria de veículos, e pátio para estacionamento de veículos apreendidos, localizado na Av. Ayrton Senna, s/n°, Setor II, centro, Novo Mundo/MT, para funcionamento do posto do DETRAN em Novo Mundo – MT,** por **12 (doze) meses,** a partir da data de termino do contrato de origem, ou seja, de 01/01/2015 a 31/12/2015**,** em razão da necessidade para funcionamento da **Agencia de Transito – DETRAN durante o ano de 2015.**
Prazo de Aditivo	Prorrogação por 12(doze) meses, ou seja, de 01/01/2015 a 31/12/2015

Novo Mundo/MT, 15 de Dezembro 2014.

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:EFBF5792

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO CONTRATO Nº 08/2014 1º TERMO ADITIVO

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	Sr. **JULIO RODRIGUES DA SILVA**, doravante denominado simplesmente **LOCADOR**, portador da Cédula de Identidade RG nº 1080974 e do CPF sob o nº 160.679.839-15, residente e domiciliado na Av. Ayrton Senna, s/nº, nesta cidade de Novo Mundo/MT
Objeto	Prorrogar os prazos de **VIGÊNCIA** do contrato de locação de um imóvel **construído em alvenaria, alvenaria, medindo 300 m², situado na Av. Ayrton Senna, s/n°, Centro, Novo Mundo/MT,** por **12 (doze) meses,** a partir da data de termino do contrato de origem, ou seja, de 01/01/2015 a 31/12/2015**,** em razão da necessidade para funcionamento da **Centro de Reabilitação, durante o ano de 2015.**
Prazo de Aditivo	Prorrogação por 12(doze) meses, ou seja, de 01/01/2015 a 31/12/2015

Novo Mundo/MT, 15 de Dezembro 2014.

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:C30EAC8B

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO CONTRATO Nº 010/2014 1º TERMO ADITIVO

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	**ÁGILI SOFTWARES PARA ÁREA PÚBLICA**, pessoa jurídica de direito privado, regulamente inscrita no CNPJ sob o n. º 26.804.3777/0001-97, situada à Avenida Natalino João Brescansin, n. º 499, Centro, no município de Sorriso – Mato Grosso, neste ato representado por sua representante legal a Sra. **EUNICE URIAS**, brasileira, divorciada, gerente de negócios, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.396.702-0 SSP/PR e devidamente inscrita no CPF sob o nº 405.421.301-49, residente e domiciliada na Av. Madre Leônia Milito, 1170, Apto 303, Gleba Palhano. Londrina/PR
Objeto	Prorrogar os prazos de **VIGÊNCIA e EXECUÇÃO**, por 12(doze) meses, ou seja, de 01/01/2015 a 31/12/2015, do fornecimento de licenças de uso de softwares de gestão pública
Prazo de Aditivo	Prorrogação por 12(doze) meses, ou seja, de 01/01/2015 a 31/12/2015

Novo Mundo/MT, 15 de Dezembro 2014.

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:C372E086

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO CONTRATO Nº 013/2014 1º TERMO ADITIVO

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	empresa **MED PREV (BALBINOT E SEIBERT LTDA ME,** pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CPNJ sob o nº 12.383.190/0001-52 com sede na Rua Cambara, 705, Centro, na cidade de Guarantã do Norte – MT, CEP 78.520-000, neste ato representada por seu sócio proprietário **Sr. Camilo Fernando Balbinot,** brasileiro, médico/empresario, portador da Cédula de Identidade RG nº 1503263-9 SSP/MT e do CPF sob o nº 993.411.741-04
Objeto	Prorrogar os prazos de **VIGÊNCIA e EXECUÇÃO**, por 12(doze) meses, ou seja, de 01/01/2015 a 31/12/2015, do fornecimento de **Prestação de serviços médicos de 40 horas semanais no PSF NOVO MUNDO**.
Prazo de Aditivo	Prorrogação por 12(doze) meses, ou seja, de 01/01/2015 a 31/12/2015

Novo Mundo/MT, 15 de Dezembro 2014.

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:C90D4F32

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO CONTRATO Nº 020/2014 1º TERMO ADITIVO

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	**VIEIRA TEC MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI ME,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 19.894.986/0001-19, com sede na cidade de Novo Mundo/MT, daqui por diante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. MICHAEL FRANÇA VIEIRA**,** portador da Carteira de Identidade RG nº 1745929-0 SSP/MT e inscrito no CPF nº 016.137.681-92, residente e domiciliado, na Rua Capitão Felix, 324,Centro, Novo Mundo/MT.
Objeto	Prorrogar os prazos de **VIGÊNCIA e EXECUÇÃO**, por 12(doze) meses, ou seja, de 01/01/2015 a 31/12/2015, **na prestação dos serviços mecânicos de manutenção preventiva e corretiva de veículos leves, utilitários e máquinas pesadas, da frota oficial da Prefeitura Municipal de Novo Mundo – MT e outros veículos que venham a ser incorporados.**
Prazo de Aditivo	Prorrogação por 12(doze) meses, ou seja, de 01/01/2015 a 31/12/2015

Novo Mundo/MT, 15 de Dezembro 2014.

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:8903D0AA

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO CONTRATO Nº 022/2014 1º TERMO ADITIVO

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	empresa **VITOR HUGO PEREIRA - 90653742134,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 20.615.716/0001-00, NIRE 51-8-0094595-8, com sede na Av. Ayrton Senna, s/nº, Centro, na cidade de Novo Mundo/MT, neste ato representada pelo **Sr. Vitor Hugo Pereira,** portador da Carteira de Identidade RG nº 10847138 SSP/MT e inscrito no CPF nº 906.537.421-34, residente e domiciliado, na cidade de Novo Mundo/MT
Objeto	Prorrogar os prazos de **VIGÊNCIA e EXECUÇÃO**, por 12(doze) meses, ou seja, de 16/12/2014 a 16/12/2015 **prestação de serviços técnicos para preparação de documentos de apoio administrativo em atendimento a Lei 4.320/64 e a Lei de Responsabilidade Fiscal na Prefeitura Municipal de Novo Mundo – MT.**
Prazo de Aditivo	Prorrogação por 12(doze) meses, ou seja, de 16/12/2014 a 16/12/2015

Novo Mundo/MT, 15 de Dezembro 2014.

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:27FB7DDB

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO CONTRATO Nº 011/2014 2º TERMO ADITIVO

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	**E M BIAZOTTO JARDINAGEM E URBANIZAÇÃO, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ n.º 13.832.629/0001-40 e Isenta de Inscrição Estadual, localizada na Rua Terezinha, s/nº, Setor III, Novo Mundo/MT, neste ato representada pelo seu proprietário, Sr. ELEANDRO MARCOS BIAZOTTO, brasileiro, comerciante, portador da Cédula de Identidade RG nº 16621700 e do CPF sob o nº 006.875.581-31, residente e domiciliado na Rua Terezinha, s/nº, Setor III, Novo Mundo/MT**
Objeto	**Prorrogar os prazos de VIGÊNCIA e EXECUÇÃO referente a Prestação de serviço de jardinagem, manutenção de paisagismo, poda de árvores, limpeza das ruas, canteiros centrais da avenida e canteiros e pátios dos prédios públicos da comunidade, retirada de entulho dos espaços públicos e baldios e coleta de lixo com veículo próprio na comunidade 5000. Conforme descrito no item 01 do Termo de Referência, por um período de 12 (doze) meses, a partir da data de termino do contrato de origem, ou seja, de 20/12/2014 a 20/12/2015, em razão da necessidade da continuidade dos serviços de coleta de lixo e limpeza na comunidade 5000, haja vista a falta de servidor efetivo para tal finalidade.**
Prazo de Aditivo	Prorrogação por 12(doze) meses, ou seja, de 20/12/2014 a 20/12/2015

Novo Mundo/MT, 15 de Dezembro 2014.

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:827D555D

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO CONTRATO Nº 034/2013 2º TERMO ADITIVO

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	**MANOEL LUCAS NUNES (MLN SERVIÇOS ELETRICOS,** pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita sob o CNPJ de nº 14.143.189/0001-86, localizada na Rua Urtigão, s/nº, Setor III, nesta cidade de Novo Mundo/MT, neste ato representada por seu proprietário Sr. **MANOEL LUCAS NUNES,** brasileiro, casado, Comerciante, portador da Cédula de Identidade RG nº 2371529-4 SSP/MT e do CPF sob o nº 299.152.281-04, residente e domiciliada nesta cidade de Novo Mundo/MT
Objeto	Prorrogar os prazos de **VIGÊNCIA e EXECUÇÃO** por 12(doze) meses, ou seja, de 01/01/2015 a 31/12/2015 **para Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva, da Rede Elétrica dos Órgãos Públicos Municipais e Rede de Iluminação Pública do Município de Novo Mundo – MT e Aditivo de VALOR ao Contrato de origem, assim o valor global para a execução do contrato estabelecida na Clausula 2.1 do contrato de origem passa a ser de R$ 26.760,00 (Vinte e Seis Mil e Setecentos e Sessenta Reais), valor este dividido em 12 parcelas de R$ 2.230,00 (Dois Mil Duzentos e Trinta Reais) cada**
Prazo de Aditivo	Prorrogação por 12(doze) meses, ou seja, de 01/01/2015 a 31/12/2015

Novo Mundo/MT, 15 de Dezembro 2014.

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:03AD80C1

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO CONTRATO Nº 008/2013 2º TERMO ADITIVO

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	**MEGA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA - EPP**, devidamente cadastrada sob o CNPJ nº.04.386.936/0001-53, com sede na Asa Sul, Quadra 06, Bloco "A", nº 81, salas 306 e 307, Edifício José Severo, Brasília - DF, neste ato representada por seu sócio proprietário Sr. **EDIMILSON ALVES,** brasileiro, casado, Empresário, portador da cédula de Identidade RG nº 1369121 SSP/DF e do CPF sob o nº 606.089.001-68, residente e domiciliado na cidade de Brasília - DF
Objeto	Prorrogar os prazos de **VIGÊNCIA e EXECUÇÃO**, por 12(doze) meses, ou seja, de 01/01/2015 a 31/12/2015**.**
Prazo de Aditivo	Prorrogação por 12(doze) meses, ou seja, de 01/01/2015 a 31/12/2015

Novo Mundo/MT, 15 de Dezembro 2014.

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:07FC3580

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO CONTRATO Nº 067/2012 5º TERMO ADITIVO

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratado	**Raphael Dutra Lopes,** brasileiro, médico, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.588.574 SSP/ES e do CPF sob o nº 115.961.487-30
Objeto	Prorrogar os prazos de **VIGÊNCIA e EXECUÇÃO**, por 12(doze) meses, ou seja, de 01/01/2015 a 31/12/2015**.**
Prazo de Aditivo	Prorrogação por 12(doze) meses, ou seja, de 01/01/2015 a 31/12/2015

Novo Mundo/MT, 15 de Dezembro 2014.

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:6287688D

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO CONTRATO Nº 025/2014

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	**REBEQUI & CIA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita sob o CNPJ n° 04.139.347/0001-70 localizada na Av. Guarantã, 854, Sala 01, CEP 78.520-000, no município de Guarantã do Norte/MT, neste ato representada por seu sócio proprietário Sr. ARDENI EDNO REBEQUI, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Guarantã do Norte, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral № 626.381 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o № 452.885.771-53.**
Objeto	**Prorrogar os prazos de VIGÊNCIA e EXECUÇÃO da obra de Execução de 200 Horas Máquinas de Escavadeira Hidráulica (PC) para Abertura de 22 Tanques para Piscicultura, por 150 (cento e cinquenta) dias, a partir da data de termino do contrato de origem, ou seja, de 01/01/2015 a 31/05/2015.**
Prazo de Aditivo	Prorrogação por 150(cento e cinquenta) dias, ou seja, de 01/01/2015 a 31/05/2015

Novo Mundo/MT, 15 de Dezembro 2014.

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:EC1FFC22

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 252/2014 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

"Dispõe sobre Retorno de Afastamento de servidor, e dá outras providências."

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Art. 1º **CONCEDER**, a Senhora **MARLI APARECIDA DE OLIVEIRA BARBOSA**, brasileira, portadora da RG 17320569 SSP/MT e do CPF 615.544.991.00, servidora pública do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, classe "B", nível "2", o RETORNO de afastamento sem remuneração ao trabalho conforme requerimento protocolado junto ao DRH para 17/12/2012.
Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 16 de Dezembro de 2014.

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:8EFD93C2

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 119/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº. 119/2014
PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº. 76/2014.
PREGÃO PRESENCIAL: Nº 62/2014
Objeto**:** SERVIÇOS PARA CONFECÇÃO E PINTURA DE CAMISETAS E UNIFORMES PARA SERVIDORES E ATENDIMENTO A DIVERSOS PROGRAMAS E EVENTOS DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM.
Contratante: Município de Novo São Joaquim / Mato Grosso
Contratada: C.A. ARTES SERIGRAFIA DIGITAL LTDA-ME.
Valor: R$ 168.463,00 (cento e sessenta e oito mil e quatrocentos e sessenta e três reais)
Período de vigência: 17/12/2014 à 17/12/2015.
Prazo de Entrega: 17/12/2015 ou até a entrega total.
Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 17 de Dezembro de 2014.

LEONARDO FARIA ZAMPA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valber Kenedy Barboza Sandes
Código Identificador:43AA3D1B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 120/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº. 120/2014
PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº. 73/2014.
PREGÃO PRESENCIAL: Nº 59/2014
Objeto**:** FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS VERTICAIS, COM TRILHOS, BANDÔ E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM.
Contratante: Município de Novo São Joaquim / Mato Grosso
Contratada: MASTERLUX CORTINAS E PERSIANAS EIRELI - ME.
Valor: R$ 36.800,00 (trinta e seis mil e oitocentos reais)
Período de vigência: 17/12/2014 à 17/12/2015.
Prazo de Entrega: 17/12/2015 ou até a entrega total.
Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 17 de Dezembro de 2014.

LEONARDO FARIA ZAMPA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valber Kenedy Barboza Sandes
Código Identificador:28C2D3EB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado de Licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 2/2014
A Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT, através do **PREGOEIRO**, torna público, para conhecimento dos interessados que no Pregão Eletrônico nº. 2/2014, com o objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS (COZINHA, CAMA E OUTROS), PARA A CRECHE PROINFÂNCIA DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM. Obteve** o seguinte resultado: a empresa **JC BAPTISTA FERREIRA GARCIA - ME** sagrou-se vencedora dos seguintes itens: ITEM 01: R$ 1.144,00; ITEM 02: R$ 1.144,00; ITEM 04: R$ 3.899,50; ITEM 05: R$ 14.747,50; ITEM 06: R$ 6.495,00; ITEM 07: R$ 2.872,00; ITEM 08: R$ 3.600,00; ITEM 09: R$ 1.889,50; ITEM 10: R$ 1.889,50; ITEM 11: R$ 2.190,00; ITEM 12: R$ 1.850,00; ITEM 13: R$ 1.850,50; ITEM 14: R$ 4.760,00; ITEM 15: R$ 2.990,00; ITEM 16: R$ 2.984,00; e ITEM 19: R$ 8.312,00; com o valor total de **R$ 62.617,00; (sessenta e dois mil seiscentos e dezessete reais);** e a empresa **ASTHAMED COMERCIO DE PROD. E EQUIP. HOSP. LTDA** sagrou-se vencedora dos seguintes itens: ITEM 03: R$ 695,00; e ITEM 18: R$ 11.383,80; com o valor total de **R$ 12.078,00; (doze mil e setenta e oito reais);** Foram recebidos os documentos de Habilitação das empresas vencedoras onde foi julgada e consideradas devidamente HABILITADAS as empresas: **JC BAPTISTA FERREIRA GARCIA – ME e ASTHAMED COMERCIO DE PROD. E EQUIP. HOSP. LTDA.** O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua Cachoeira. Da Fumaça, 77 Bairro Jardim da Palmeiras, neste município de Novo São Joaquim/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Novo São Joaquim - MT, 16 de Dezembro de 2.014.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES
Pregoeiro Oficial
Processo Nº 77/2014.

Publicado por:
Valber Kenedy Barboza Sandes
Código Identificador:E36336B4

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO Nº 007 PRAZO DE EXECUÇÃO AO CONTRATO 061/2012

Aditivo nº 007 ao contrato 061/2012 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado **ACOEX CONSTRUTORA LTDA.** Objeto Contratação de empresa especializada para execução de obra de Construção do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, na Avenida Bandeirantes, Lote 10, Quadra 3, com 216,48m² de área construída, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social. Período: 31/12/2014 com o término em 29/06/2015.

Paranatinga, 31 de Dezembro de 2014.

Publicado por:
Sabta Taylla Biazin da Silva
Código Identificador:7AFD4C27

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO Nº 004 PRAZO DE EXECUÇÃO AO CONTRATO 060/2013

Aditivo nº 004 ao contrato 060/2013 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado **Construtora e Incorporadora Haraoui - ME.** Objeto contratação de empresa especializada para execução de obra de Ampliação do PSF I – na Avenida Bandeirantes, nº 475 no Bairro Vila Concórdia no Município de Paranatinga, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. Período: 02/01/2015 a 01/07/2015.

Paranatinga, 02 de Janeiro de 2015.

Aditivo nº 004 ao contrato 060/2013 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado **Construtora e Incorporadora Haraoui - ME.** Objeto contratação de empresa especializada para execução de obra de Ampliação do PSF I – na Avenida Bandeirantes, nº 475 no Bairro Vila Concórdia no Município de Paranatinga, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. Período: 02/01/2015 a 01/07/2015.

Paranatinga, 02 de Janeiro de 2015.

Publicado por:
Sabta Taylla Biazin da Silva
Código Identificador:2932C5ED

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO Nº 004 PRAZO DE EXECUÇÃO AO CONTRATO 066/2013

Aditivo nº 004 ao contrato 066/2013 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado **CONSTRUTORA E INCORPORADORA GDN LTDA.** Objeto execução de parte da obra de Construção de Escola na Aldeia Arimatéia, em atendimento ao Plano de Ações Articuladas – Par, no âmbito do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação. Período: 22/01/2015 a 09/09/2015.

Paranatinga, 22 de Janeiro de 2015.

Publicado por:
Sabta Taylla Biazin da Silva
Código Identificador:2A57CA99

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO Nº 005 PRAZO DE EXECUÇÃO AO CONTRATO 071/2012

Aditivo nº 005 ao contrato 071/2012 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado **CONSTRUTORA E INCORPORADORA GDN LTDA.** Objeto Contratação de empresa especializada para execução de obra de Construção da Academia da Saúde modalidade ampliada com 650,00m² de área construída, a edificação será implantada em um terreno de 1.500,00m² atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. Período: 29/12/2014 a 28/07/2015.

Paranatinga, 29 de Dezembro de 2014.

Publicado por:
Sabta Taylla Biazin da Silva
Código Identificador:334412C5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO Nº 001 PRAZO AO CONTRATO 003/2014

Aditivo nº 001 ao contrato 003/2014 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado **Douglas Dala Vechia.** Objeto Locação de um imóvel, situado na MT 130 na saída para Sorriso na Cidade de Paranatinga, para a instalação e funcionamento da garagem municipal. Período: 31/12/2014 a 31/12/2015.

Paranatinga, 31 de Dezembro de 2014.

Publicado por:
Sabta Taylla Biazin da Silva
Código Identificador:52157998

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO Nº 001 PRAZO DE EXECUÇÃO AO CONTRATO 074/2014

Aditivo nº 001 ao contrato 074/2014 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado **Airton Bresolin Serviços – Me.** Objeto Contratação de Empresa Especializada para Conclusão e Finalização da Obra de Construção da Ponte sobre o Rio Corgão, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura. Período: 23/12/2014 com o término em 31/03/2015.

Paranatinga, 23 de Dezembro de 2014.

Publicado por:
Sabta Taylla Biazin da Silva
Código Identificador:2BAA82FE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO Nº 001 PRAZO DE EXECUÇÃO AO CONTRATO 008/2014

Aditivo nº 001 ao contrato 008/2014 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado **F A Martins – Me.** Objeto Registro de Preços destinado aquisição de materiais para construção para edificação da obra do PSF VI (Programa Saúde na Familiar), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de saúde. Período: 31/12/2014 a 31/12/2015.

Paranatinga, 31 de Dezembro de 2014.

Publicado por:
Sabta Taylla Biazin da Silva
Código Identificador:68788E19

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO Nº 002 QUANTITATIVO AO CONTRATO 008/2014

Aditivo nº 002 ao contrato 008/2014 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado **F A Martins – Me.** Objeto: Registro de Preços destinado aquisição de materiais para construção para edificação da obra do PSF VI (Programa Saúde na Familiar), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de saúde. Valor: R$ 11.304,50 (onze mil trezentos e quatro reais e cinquenta centavos). Período: 15/12/2014 a 31/12/2015.

Paranatinga, 15 de Dezembro de 2014.

Publicado por:
Sabta Taylla Biazin da Silva
Código Identificador:F740DF08

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO Nº 001 PRAZO DE EXECUÇÃO AO CONTRATO 070/2014

Aditivo nº 001 ao contrato 070/2014 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado **F A Martins – Me.** Objeto: Registro de Preços destinado aquisição de materiais para construção para edificação da obra do PSF VI (Programa Saúde na Familiar), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de saúde. Período: 31/12/2014 a 31/12/2015.

Paranatinga, 31 de Dezembro de 2014.

Publicado por:
Sabta Taylla Biazin da Silva
Código Identificador:2DADB06E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO Nº 002 QUANTITATIVO AO CONTRATO 070/2014

Aditivo nº 002 ao contrato 070/2014 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado **F A Martins – Me.** Objeto: Registro de Preços destinado aquisição de materiais para construção para edificação da obra do PSF VI (Programa Saúde na Familiar), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de saúde. Valor:

R$ 3.278,00 (três mil duzentos e setenta e oito reais). Período: 15/12/2014 a 31/12/2015.

Paranatinga, 15 de Dezembro de 2014.

Publicado por:
Sabta Taylla Biazin da Silva
Código Identificador:2E4FB34A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO Nº 009 PRAZO DE EXECUÇÃO AO CONTRATO 074/2014

Aditivo nº 009 ao contrato 074/2014 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado **F A Martins – Me.** Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Conclusão e Finalização da Obra de Construção da Ponte sobre o Rio Corgão, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura. Período: 19/12/2014 a 16/06/2015.

Paranatinga, 19 de Dezembro de 2014.

Publicado por:
Sabta Taylla Biazin da Silva
Código Identificador:40AD01BD

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PREFEITURA MUNICIPAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2014 – RESULTADOS

O Município de Peixoto de Azevedo-MT torna Público que na licitação em epigrafe, cujo objeto é "**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS COMPLEMENTARES PARA ATENDER O PROGRAMA DIABETES MELLITUS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA",** Sagraram-se vencedoras as empresas **DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA**, CNPJ n° 08.835.955/0001-70, com o valor total de **R$ 62.500,00** (Sessenta e dois mil e quinhentos reais e a empresa **NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA**, CNPJ n° 52.202.744/0001-92, com o valor total de **R$ 34.000,00** (Trinta e quatro mil reais). Na fase de habilitação as concorrentes atenderam ao Edital em sua integralidade. Não houve reações contrárias a esta decisão**.**

Peixoto de Azevedo-MT, 16 de Dezembro de 2014.

EMERSON NUNES FREITAS
Pregoeiro

Publicado por:
Aline Gleyss dos Santos Mascarenhas
Código Identificador:028B1795

PREFEITURA MUNICIPAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2014 – RESULTADOS

O Município de Peixoto de Azevedo-MT torna Público que na licitação em epigrafe, cujo objeto é "**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA",** Sagraram-se vencedoras as empresas **BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME,** CNPJ N° 07.344.150/0001-61, com o valor total de **R$ 67.784,50** (Sessenta e sete mil, setecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos), **DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA**, CNPJ n° 08.835.955/0001-70, com o valor total de **R$ 89.158,50** (Oitenta e nove mil, cento e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos), **FDF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALAR, ODONTOLOGICOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME**, CNPJ n° 18.117.137/0001-96, com o valor total de **R$ 3.200,00** (Três mil e duzentos reais), **NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA**, CNPJ n° 52.202.744/0001-92, com o valor total de **R$ 115.165,40** (Cento e quinze mil, cento e sessenta e cinco reais e quarenta centavos), **RECMED COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES - EIRELI**, CNPJ n° 06.696.359/0001-21, com o valor total de **R$ 106.598,50** (Cento e seis mil, quinhentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos) e a empresa **STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA**, CNPJ n° 00.995.371/0001-50, com o valor total de **R$ 2.780,00** (Dois mil, setecentos e oitenta reais). Na fase de habilitação as concorrentes atenderam ao Edital em sua integralidade. Não houve reações contrárias a esta decisão**.**

Peixoto de Azevedo-MT, 15 de Dezembro de 2014.

EMERSON NUNES FREITAS
Pregoeiro

Publicado por:
Aline Gleyss dos Santos Mascarenhas
Código Identificador:37BFEC22

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 009 – DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

"Dispõe sobre o Recesso Legislativo da Câmara Municipal de Vereadores, e dá outras providências".

Lázaro Domingos Neto, Presidente da Câmara Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no Art. 35, § 3º e § 4º, do Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica determinado que a Câmara Municipal de Ponte Branca/MT, durante o período de Recesso Legislativo, entre os dias 16 de dezembro do corrente ano à 14 de fevereiro de 2015, o horário de expediente ao público será no horário das 08:00 as 12:00 horas, de segunda a sexta feira.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Ponte Branca/MT, em 16 de dezembro de 2014.

LÁZARO DOMINGOS NETO
Presidente da Câmara Municipal de Ponte Branca/MT.

Publicado por:
Marcio de Paula Urel
Código Identificador:DBFABF7C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N° 521 – DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

Dispõe sobre alteração para readequação do PPA/2015 e LDO/2015, e dá outras providências.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA MENEZES, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, nos instrumentos de planejamento vigente a readequação e atualização das metas financeiras dos programas do PPA/2015 e LDO/2015 no valor totalizado de R$ 11.200.000,00 (Onze Milhões e Duzentos Mil Reais).

Artigo 2º- Fica vedado neste projeto de Lei inclusão e exclusão projeto e atividade.

Parágrafo Único – Segue em anexo relação para conferencia da despesa do exercício 2015, que deverá estar em consonância e

compatível com o Plano Plurianual de 2015 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2015.

Artigo 3º - Fica autorizado o Poder Executivo a atualizar e inserir no Quadro de Detalhamento da Despesa e Anexos da Lei n°. 502/2013 do Plano Plurianual; e no Anexo de Metas e Prioridades da Lei n°. 513/2014 de Diretrizes Orçamentárias para Exercício de 2015.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ponte Branca/MT, em 16 de Dezembro de 2.014

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA MENEZES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ednemilde Ferreira Costa
Código Identificador:49FBFA9A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

PORTARIA Nº. 040/2014

"Dispõe sobre recesso na Câmara Municipal no período que menciona e dá outras providências".

ROMES FERREIRA DE AMURIM, Presidente da Câmara Municipal de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o dispositivo contido no Decreto nº. 147/2014, de 09 de dezembro de 2014 da Prefeitura Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Em razão das festividades natalinas e de fim de ano, fica decretado recesso administrativo na Câmara entre os dias 20/12/2014 a 31/12/2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

PUBLIQUE-SE,
REGISTRE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, em 16 de dezembro de 2014.

ROMES FERREIRA DE AMURIM
Vereador Presidente

Publicado por:
Tony-Hay-Nier Carlos Almeida
Código Identificador:22325CD0

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

PORTARIA Nº. 041/2014

"Dispõe sobre a EXONERAÇÃO do senhor JOÃO PAULO DOS SANTOS DE OLIVEIRA".

ROMES FERREIRA DE AMURIM, Presidente da Câmara Municipal de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o Senhor **JOÃO PAULO DOS SANTOS DE OLIVEIRA,** portador do RG nº. 8741244-0 SSP/MT e do CPF nº. 001.537.011-96, do cargo de Coordenador de Tecnologia da Informática, Anexo II, conforme constante na Lei Complementar 093/2011, fazendo jus ás demais prerrogativas que a Lei determinar.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

PUBLIQUE-SE,
REGISTRE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, em 16 de dezembro de 2014.

ROMES FERREIRA DE AMURIM
Vereador Presidente

Publicado por:
Tony-Hay-Nier Carlos Almeida
Código Identificador:9F87BB9A

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DECRETOS PREFEITURA DEZEMBRO/2014

Decreto nº 151/2014
Abre Crédito Suplementar – Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014 do tipo alteração Suplementar
Data:12/12/2014

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:72C4F7DC

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/DEZEMBRO/2014

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 004/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA
CONTRATADA: A SRª. MARILENE MARIA MEURER
OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO PRORROGAR, O PRAZO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO, DO CONTRATO Nº. 004/2014, POR MAIS 01 (UM) MÊS, PASSANDO A TER SEU TERMO DE ENCERRAMENTO EM 31/01/2015.
DISPOSIÇÕES LEGAIS: PROCESSO DE DISPENSA Nº. 001/2014.
DATA: 08/12/2014
PRAZO: 31/01/2015

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:73124547

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/DEZEMBRO/2014

DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 004/2010
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA
CONTRATADA: SRª. SEBASTIANA LACERDA DOS SANTOS
OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO PRORROGAR, POR 03 (TRÊS) MESES, O PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL, DE NÚMERO 004, DATADO DE 04 DE JANEIRO DE 2010, PASSANDO A TER SEU TERMO DE ENCERRAMENTO EM 31/03/2015, CUJO OBJETO É A RENOVAÇÃO DE LOCAÇÃO, DE UM IMÓVEL URBANO, TIPO BARRACÃO, EDIFICADO EM ALVENARIA, LOCALIZADO NA AVENIDA CENTRAL, Nº. 850, VILA MARECHAL RONDON, NESTA CIDADE DE PONTES E LACERDA, PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO, NO ABRIGO DOS ENFEITES NATALINOS.
DISPOSIÇÕES LEGAIS: DISPENSADA A LICITAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 24, INCISO II E X DA LEI 8.666/93.
DATA: 08/12/2014

PRAZO: 31/03/2015

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:C4E9289C

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/DEZEMBRO/2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº. 047/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA
CONTRATADA: EMPRESA INDIVIDUAL LANE JOSÉ DE GODOI 58135820100
OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO, PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA ESTIPULADO NO CONTRATO ORIGINAL, DE NÚMERO 047/2014, POR MAIS 12 (DOZE) MESES, PASSANDO A TER SEU ENCERRAMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015, VISANDO DAR CONTINUIDADE AOS SERVIÇOS CONTRATADOS.
DISPOSIÇÕES LEGAIS: PROCESSO DE DISPENSA Nº. 021/2014.
DATA: 08/12/2014
PRAZO: 31/12/2015

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:9FF5F503

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/DEZEMBRO/2014

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº. 077/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA
CONTRATADA: EMPRESA META ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL LTDA.
OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO, PRORROGAR O PRAZO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ESTIPULADO NO CONTRATO ORIGINAL, DE NÚMERO 077/2011, POR MAIS 12 (DOZE) MESES, PASSANDO A TER SEU ENCERRAMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015.
DISPOSIÇÕES LEGAIS: PREGÃO Nº. 048/2011.
DATA: 08/12/2014
PRAZO: 31/12/2015

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:CD8DF6C9

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/DEZEMBRO/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 078/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA
CONTRATADA: SR. FLORIANIO AGOSTINHO DE SOUZA.
OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO PRORROGAR, POR 12 (DOZE) MESES, O PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL, DE NÚMERO 078/2014, PASSANDO A TER SEU TERMO DE ENCERRAMENTO EM 31/12/2015, CUJO OBJETO É A LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO COMERCIAL, LOCALIZADO NA AVENIDA 02, QUADRA 17, LOTE 13, RESIDENCIAL GLÓRIA, COM VISTAS AO ATENDIMENTO DO PROJETO ACESSUAS, VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO.
DISPOSIÇÕES LEGAIS: PROCESSO DE DISPENSA Nº. 027/2014.
DATA: 08/12/2014
PRAZO: 31/12/2015

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:3477A00D

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/DEZEMBRO/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 183/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA
CONTRATADA: EMPRESA INDIVIDUAL ARLENNE SANDEY MARCAL 93486243187.
OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO PRORROGAR, POR MAIS 12 (DOZE) MESES, O PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL, DE NÚMERO 183/2014, PASSANDO A TER SEU TERMO DE ENCERRAMENTO EM 31/12/2015, CARACTERIZADO POR SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE FORMA CONTÍNUA.
DISPOSIÇÕES LEGAIS: PREGÃO NO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 071/2014
DATA: 08/12/2014
PRAZO: 31/12/2015

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:6F392C54

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/DEZEMBRO/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 111/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA
CONTRATADA: EMPRESA AKDD ELETRÔNICOS E PAPELARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA-ME.
OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO, PRORROGAR O PRAZO DE FORNECIMENTO ESTIPULADO NO CONTRATO ORIGINAL, DE NÚMERO 111/2014, POR MAIS 03 (TRÊS) MESES, PASSANDO A TER SEU ENCERRAMENTO EM 31 DE MARÇO DE 2015, VISANDO ADQUIRIR A PARTE REMANESCENTE DE EQUIPAMENTOS ADQUIRIDAS NO REFERIDO PREGÃO, CONTRATADO NO EXERCÍCIO DE 2014.
DISPOSIÇÕES LEGAIS: PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 030/2014
DATA: 08/12/2014
PRAZO: 31/03/2015

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:5BB625B3

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/DEZEMBRO/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº. 219/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA
CONTRATADA: EMPRESA INOVATUS SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA - ME.
OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO, PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA ESTIPULADO NO CONTRATO ORIGINAL, DE NÚMERO 219/2014, POR MAIS 12 (DOZE) MESES, PASSANDO A TER SEU ENCERRAMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015, VISANDO DAR CONTINUIDADE AOS SERVIÇOS CONTRATADOS.
DISPOSIÇÕES LEGAIS: PREGÃO Nº. 112/2014
DATA: 08/12/2014
PRAZO: 31/12/2015

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:E9CC3705

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/DEZEMBRO/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº. 220/2014.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA
CONTRATADA: EMPRESA JOÃO DIAS RAMOS-EPP.
OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO, PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA ESTIPULADO NO CONTRATO ORIGINAL, DE NÚMERO

220/2014, POR MAIS 12 (DOZE) MESES, PASSANDO A TER SEU ENCERRAMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015, VISANDO DAR CONTINUIDADE AOS SERVIÇOS CONTRATADOS.
DISPOSIÇÕES LEGAIS: PROCESSO DE DISPENSA Nº. 047/2014
DATA: 08/12/2014
PRAZO: 31/12/2015

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:AE5F8B4A

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/DEZEMBRO/2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 275/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA
CONTRATADA: EMPRESA CONSTRUTORA EMA LTDA.
OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO ACRESCER SERVIÇOS COMPLEMENTARES A OBRA DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UPA 24 HORAS, OBJETO DO CONTRATO Nº. 275/2013, CONFORME DESCRITO NAS PLANILHAS ANEXAS, QUE PASSAM A INTEGRAR O PRESENTE INSTRUMENTO, COMO SE NELE ESTIVESSEM TRANSCRITOS.
DISPOSIÇÕES LEGAIS: TOMADA DE PREÇOS Nº. 003/2013
DATA: 08/12/2014
VALOR: R$ 260.957,50

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:DBC53D0C

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/DEZEMBRO/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 004/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE
OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO, PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 004/2014, ESTENDENDO POR MAIS 12 (DOZE) MESES, PASSANDO A TER SEU ENCERRAMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015.
DISPOSIÇÕES LEGAIS: Lei nº. 1.450/2014.
DATA: 08/12/2014
PRAZO: 31/12/2015

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:7F9D4787

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/DEZEMBRO/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 005/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE
OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO, PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 005/2014, ESTENDENDO POR MAIS 12 (DOZE) MESES, PASSANDO A TER SEU ENCERRAMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015.
DISPOSIÇÕES LEGAIS: LEI Nº. 1.450/2014
DATA: 08/12/2014
PRAZO: 31/12/2015

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:E6A047A4

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/DEZEMBRO/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA Nº. 003/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CASA DE RECUPERAÇÃO TOQUE DA MÃO DO MESTRE
OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO, PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO DE PARCERIA Nº. 003/2014, ESTENDENDO POR MAIS 12 (DOZE) MESES, PASSANDO A TER SEU ENCERRAMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015.
DISPOSIÇÕES LEGAIS: LEI Nº. 1.458/2014
DATA: 08/12/2014
PRAZO: 31/12/2015

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:DCAD7534

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/DEZEMBRO/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA Nº. 004/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA
CONTRATADA: LAC - LAR DE APOIO A CRIANÇA DE PONTES E LACERDA
OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO, PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO DE PARCERIA Nº. 004/2014, ESTENDENDO POR MAIS 12 (DOZE) MESES, PASSANDO A TER SEU ENCERRAMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015.
DISPOSIÇÕES LEGAIS: LEI Nº. 1.463/2014
DATA: 08/12/2014
PRAZO: 31/12/2015

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:F168C7D9

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/DEZEMBRO/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PERMISSÃO DE USO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA
CONTRATADA: F. V. CONSULTORIA EDUCACIONAL EIRELLI-ME
OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO, PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA ESTIPULADO NA CLÁUSULA QUARTA DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO, ESTENDENDO POR MAIS 12 (DOZE) MESES, PASSANDO A TER SEU ENCERRAMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015.
DISPOSIÇÕES LEGAIS: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 002/2013
DATA: 08/12/2014
PRAZO: 31/12/2015

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:3A7B48DD

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/DEZEMBRO/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 002/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA
CONTRATADA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO BRANCO - MT
OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO, PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº. 002/2014, ESTENDENDO POR

MAIS 12 (DOZE) MESES, PASSANDO A TER SEU ENCERRAMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015.
DISPOSIÇÕES LEGAIS:
DETERMINAÇÃO JUDICIAL/PROCESSO Nº. 1078-56.2013.811.0013-83649
DATA: 08/12/2014
PRAZO: 31/12/2015

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:18B9E25B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI 744 /2014 LDO

LEI Nº 744/2014 LDO 10/11/2014

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMIVAL GOMES DE FREITAS, Prefeito do Município de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPITILO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Nos termos da Constituição Federal, Artigo 165 Parágrafos 2º, esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município de Porto Alegre do Norte para o exercício de 2015 e orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária Anual, dispõem sobre as alterações na Legislação Tributária e atende as determinações impostas pela Lei Complementar n.º 101/00, de 04 de maio de 2000.

I – as prioridades e metas da administração pública municipal;

II – as diretrizes e organização dos orçamentos;

III – as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV – as disposições relativas a dívida pública municipal;

V – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e

VII – as disposições gerais.

CAPITULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA MUNICIPAL

Artigo 2º - A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentário para 2015 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais e prioridades, demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo Único – Atendendo ao disposto no artigo 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar 101/2000 e no artigo 1º da Portaria STN nº 462/2009, integram esta Lei os seguintes anexos:

I – Tabela – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências – Anexo de Riscos Fiscais - ARF (LRF, artigo 4º, § 3º);

II – Tabela – Demonstrativo I – Metas Anuais – AMF (LRF, artigo 4º, § 1º);

III – Tabela – Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior - AMF (LRF, artigo 4º, § 2º, Inciso I);

IV – Tabela – Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores - AMF (LRF, artigo 4º, § 2º, Inciso II);

V – Tabela – Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido - AMF - (LRF, artigo 4º, § 2º, Inciso III);

VI – Tabela – Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos - AMF - (LRF, artigo 4º, § 2º, Inciso III);

VII – Tabela – Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita - AMF - (LRF, artigo 4º, § 2º, Inciso V);

VIII – Tabela – Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado - AMF - (LRF, artigo 4º, § 2º, Inciso V);

IX – Anexo I – Metodologia e Memoria de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas – Total das Receitas;

X – Anexo Ia – Metodologia e Memoria de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;

XI – Anexo II – Metodologia e Memoria de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas – Total das Despesas;

XII – Anexo IIa – Metodologia e Memoria de Cálculo das Principais Despesas;

XIII – Anexo III – Metodologia e Memoria de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

XIV – Anexo IV – Metodologia e Memoria de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado o Resultado Nominal;

XV – Anexo V – Metodologia e Memoria de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;

XVI – Anexo VI – Demonstrativo da Receita Corrente Liquida;

XVII – Anexo VII – Demonstrativo da Riscos Fiscais e Providencias;

XVIII – Anexo VIII – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;

XIX – Anexo IX – Relatório sobres os Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;

XX – Anexo X – Demonstrativo das Metas Fiscais e Fiscais por Ações; e

XXI – Anexo XI – Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas;

Artigo 3º - Atendidas as metas priorizadas para o exercício de 2015, a Lei Orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, acrescidas ao orçamento por Créditos Especiais, desde que façam parte do plano Plurianual correspondente ao período de 2014/2017.

CAPITULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Artigo 4º - A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio

público, conforme determina o artigo 45 da Lei Complementar n.º 101/00, de 04 de maio de 2000.

§ 1º - A Regra constante do *caput* deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º - Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico financeiro pactuado e em vigência.

Artigo 5º – São prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2015 o cumprimento de ações estratégicas nas áreas de:

a) Educação;

b) Saúde e Saneamento;

c) Infra–Estrutura Urbana Básica;

d) Modernização Administrativa Funcional;

e) Política Salarial de acordo as normas vigentes;

f) Promoção e Assistência Social;

g) Meio Ambiente e Turismo.

Artigo 6º – O Orçamento do Município consignará, obrigatoriamente, recursos para atender as despesas de:

a) Pagamento do serviço da dívida;

b) Pagamento de pessoal e seus encargos;

c) Duodécimos destinados ao Poder Legislativo;

d) Cobertura de precatórios judiciais;

e) Manutenção das atividades do município e seus fundos;

f) Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;

g) Aplicação nas Ações e Serviços de Saúde;

h) Contribuição ao PASEP;

i) Reserva de Contingência nos termos do artigo 19.

Parágrafo Único – Na hipótese do Município vir a contratar consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum, nos termos da Lei Federal nº 11.107/05, deverá observar as normas contidas no artigo 8º do referido diploma legal.

Artigo 7º – O Poder Executivo Municipal, tendo vista a capacidade financeira do município, poderá fazer a seleção de prioridade dentre as relacionadas no Anexo I, integrante desta lei.

Parágrafo Único – Não poderão ser fixados novos projetos sem que sejam definidas as fontes de recursos, exceto aqueles financiados com recursos de outras esferas de governo.

Artigo 8º - A Lei Orçamentária deverá apresentar equilíbrio entre Receitas e Despesas, e em observância às demais normas de direito financeiro, especialmente os parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do artigo 165 da Constituição Federal.

Artigo 9º - Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária do exercício de 2015, o Executivo estabelecerá, por Decreto, o Cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.

§ 1º - O cronograma que trata este artigo dará prioridade ao pagamento de despesas obrigatórias do Município em relação às despesas de caráter discricionário e respeitará todas as vinculações constitucionais e legais existentes.

§ 2º - No caso de órgãos da administração indireta, os cronogramas serão definidos individualmente, respeitando-se sempre a programação das transferências intragovernamentais eventualmente previstas na lei orçamentária.

Artigo 10 - Na hipótese de ser constatada após o encerramento de um bimestre, frustração na arrecadação de receitas, mediante atos próprios, os Poderes Executivo e Legislativo determinarão limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário à preservação do resultado estabelecido.

§ 1º - Ao determinarem à limitação de empenhos e movimentação financeira, os chefes dos poderes executivo e legislativo adotarão critérios que produza o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente a educação, saúde e assistência social.

§ 2º - Não se admitirá a limitação de empenhos e movimentação financeira nas despesas vinculadas, caso a frustração na arrecadação esteja ocorrendo nas respectivas receitas.

§ 3º - Não serão objetos de limitação de empenhos e movimentação financeira as despesas que constituem obrigações legais do município.

§ 4º - A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a redução de eventual excesso da dívida em relação aos limites legais obedecendo ao que dispõem o artigo 31 da Lei Complementar 101/2000.

Artigo 11 - A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o artigo anterior poderá ser suspensa, no todo ou em parte caso a situação de frustração de receita se reverta no bimestre seguinte.

Artigo 12 – Todo o projeto de Lei enviado pelo Executivo, versando sobre a concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, além de atender ao disposto no artigo 14 da Lei Complementar 101/00, de 4 de maio de 2000, deve ser instruído com demonstrativo de que não prejudicará o cumprimento de obrigações constitucionais, legais e judiciais a cargo do município e que não afetará as ações de caráter social, particularmente, a educação, saúde e assistência social.

Artigo 13 – Para fins do disposto no Parágrafo 3º do artigo 16 da Lei Complementar n.º 101/00 considera-se irrelevantes as despesas realizadas até o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais)no caso de aquisições de bens e prestações de serviços, e de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia.

Artigo 14 – Para fins do disposto da alínea "e", inciso I do artigo 4º da Lei Complementar n.º 101/00, o Executivo instituirá um Conselho para efetuar o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados pelo orçamento municipal.

§ 1º - O Conselho levantará os custos e avaliará os resultados valendo-se dos seguintes critérios:

I –O levantamento de custos será feito por consulta de preços praticados no mercado mesmo quando referirem-se a execução de obras, serviços ou aquisições que excedam aos valores de dispensa de licitação conforme previsto no artigo 43, IV da Lei Federal 8.666/93.

II –Quando os valores das obras, serviços ou aquisições ultrapassarem os valores de dispensa de licitação, estas se realizarão mediante formalização de processos licitatórios regidos pela Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

III –Os resultados serão avaliados levando-se em conta o cumprimento das metas pretendidas, da satisfação social e da comunidade beneficiada, a execução dentro do prazo previsto e a estrita observância dos princípios da economicidade, eficácia e transparência.

IV –Que a execução das obras, serviços ou aquisições venham atender solicitações comunitárias ou necessidades sociais.

§ 2º - O Conselho que trata este artigo será nomeado por Decreto a ser baixado pelo Prefeito Municipal devendo seus membros representarem:

I –01 – Engenheiro ou Técnico representando a Secretaria de Infraestrutura, quando tratar-se de obras ou serviços de engenharia;

II – 01 – Representante do Setor de Compras e Licitações do Município;

III – 01 – Representante da Comunidade a ser beneficiada;

IV – 01 – Representante do Conselho Municipal de Saúde, quando tratar-se de recursos da saúde;

IV – 01 – Representante da Associação de Pais, Alunos e Professores do Município, quando tratar-se de recursos da educação.

§ 3º - Os relatórios e demonstrativos produzidos pelo Conselho serão objetos de ampla divulgação, para conhecimento dos cidadãos e instituições organizadas da sociedade.

Artigo 15 – Na realização de programa de competência do Município, adotar-se-á a estratégia de transferir recursos a instituições públicas e privadas sem fins lucrativos desde que autorizado em Lei Municipal e sejamfirmados convênios, ajustes e outros congêneres, pelo qual fique claramente definidos os deveres de cada parte, forma e prazos para prestação de contas.

§ 1º - No caso de transferência a pessoas, exigir-se-á, igualmente, autorização em lei especifica que tenha por finalidade a regulamentação de programa pelo qual essa transferência será efetuada, ainda que por meio de concessão de crédito.

§ 2º - A regra de que trata o *caput* deste artigo aplica-se às transferências a instituições públicas vinculadas à União, ao Estado ou outro município.

§ 3º - As transferências intragovernamentais entre órgãos dotados de personalidade jurídica própria, assim como os fundos especiais, que compõe a lei orçamentária ficam condicionadas às normas constantes das respectivas leis instituidoras ou leis específicas.

Artigo 16 – Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas, de responsabilidade de outras esferas do Poder Público, desde que firmados os respectivos convênios, termos de acordo, ajuste ou congêneres e venham oferecer benefícios à população do município desde que existam recursos orçamentários disponíveis:

I – EMPAER;

II – POLICIAS CIVIL E MILITAR;

III – INDEA;

IV – FEMA;

V – TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL;

VI – EXATORIA ESTADUAL;

VII – IBAMA;

VIII – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO;

IX – DETRAN;

X – SINDICATOS;

XI – ASSOCIAÇÕES E ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS.

Artigo 17 – O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de qualquer das medidas relacionadas no Artigo 169, § 1º, da Constituição Federal, poderá ser realizado mediante lei especifica, desde que obedecidos os limites previstos nos artigos 20 e 22, § único da Lei Complementar n.º 101/00, e cumpridas às exigências previstas nos artigos 16 e 17 do referido diploma legal.

§ 1º - No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, limites fixados nos artigos 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 2º - Os aumentos de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Artigo 18 – Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o artigo 22 da Lei Complementar nº. 101/00, a manutenção de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergências de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por decreto do chefe do executivo.

Artigo 19 – Fica constituído uma Reserva de Contingência a ser incluída na Lei Orçamentária, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, equivalente a, no máximo 2% (dois por cento) da receita corrente líquida.
§ 1º - Ocorrendo a necessidade de serem atendidos passivos contingentes ou outros riscos e eventos fiscais imprevistos, o executivo providenciará a abertura de créditos adicionais suplementares à conta de reserva do *caput*, na forma do artigo 42 da Lei Federal 4.320/64.

§ 2º - Na hipótese de não vir a ser utilizada, no todo ou em parte, a reserva de que trata o *caput* deste artigo, poderão os recursos remanescentes ser utilizados para abertura de créditos adicionais autorizados na forma do artigo 42 da Lei Federal 4.320/64.

Artigo 20 – A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2015 e a remeterá ao Executivo até 60 (sessenta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de lei orçamentária àquele Poder.

Parágrafo Único – O Executivo encaminhará ao Legislativo, até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de Lei Orçamentária, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2015, inclusive da receita corrente liquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo conforme previsto no § 3º do artigo 12 da LC 101/2000.

Artigo 21 – Até 30 de novembro de 2014 o executivo poderá encaminhar ao legislativo o projeto de lei estabelecendo as seguintes alterações na legislação tributária do município:

a) Revisão da planta genérica de valores, de forma a atualizar o valor venal dos imóveis e para cobrança do IPTU;

b) Atualização das alíquotas do ISSQN;

c) Atualização das taxas municipais;

d) Contribuição de Melhorias;

e) Outras receitas de competência Municipal.

Artigo 22 – Na ocasião da elaboração do projeto de Lei Orçamentária o Poder Executivo poderá fazer a revisão das metas financeiras discriminadas no Anexo I desta Lei, adequando-as com as previsões de receitas justificadas pela Memória de Cálculo.

Parágrafo Único – A proposta orçamentária deverá ser elaborada em observância ao artigo 12 da L.C. nº. 101/00 e artigos 22 a 26 da Lei Federal nº. 4.320/64.

Artigo 23 – O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2015, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo Único – O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Artigo 24 – Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

a) elaboração da proposta orçamentária de 2014, mediante regular processo de consulta;

b) avaliação das metas fiscais, conforme definido no artigo 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

Artigo 25 – Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autografo da Lei Orçamentária até o início do exercício de 2015, ficam os Poderes autorizados a realizarem a proposta orçamentária até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) a cada mês.

Artigo 26 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte–MT, 11 de Novembro de 2014.

EMIVAL GOMES DE FREITAS
Prefeito Municipal
CPF. 405.483.251-20
RG. 0354759-0/SSP/MT
END: Ave. Betomarco, 620–Centro–Fone (066)8404-1512.
CEP: 78.655-000 – Porto Alegre do Norte – MT.

Publicado por:
Marlene Luiza de Barros Ribeiro
Código Identificador:34B1E9BD

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº 745/2014 LOA Nº 745/2014, DE 21/11/2014

LEI MUNICIPAL Nº 745/2014
LOA Nº 745/2014, DE 21/11/2014.

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Porto Alegre do Norte - MT, para o exercício de 2015.

O Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte - MT. Sr. Emival Gomes de Freitas, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte.

Artigo 1º - Esta lei estima a Receita e fixa a Despesa do município para o exercício financeiro de 2015, compreendendo:

I – O orçamento fiscal referente aos Poderes do município, seus fundos especiais, órgãos e entidades da administração direta.

II – O Orçamento da Seguridade Social do Município abrangendo todas as entidades da administração Direta.

Artigo 2° - O orçamento fiscal do Município de Porto Alegre do Norte - MT, para o exercício financeiro de 2015, descriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima à receita em **R$ 23.625.626,76(Vinte e trêsmilhões, seiscentos e vinte e cincomil e seiscentos e vinte eseis reais e setenta e seiscentavos),** para a Administração direta, descriminada pelos anexos integrantes desta Lei.

Artigo 3º - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma de legislação em vigor e das especificações constantes do anexo integrante desta Lei, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CONSOLIDADAS		
1 – RECEITAS CORRENTES	**R$**	**24.808.097,33**
1.1 –Receitas Tributaria	R$	1.838.350,49
1.2 –Receitas de Contribuições	R$	63.009,00
1.3–Receitas Patrimoniais	R$	182.395,47
1.6–Receitas de Serviços	R$	159.500,00
1.7–Transferências Correntes	R$	21.939.124,87
1.8–Outras Receitas Correntes	R$	625.717,50
2 – RECEITAS DE CAPITAL	**R$**	**1.987.542,00**
2.4–Transferências de Capital	R$	1.987.542,00
9.0 – Deduções das Receitas Correntes	**R$**	**3.292.412,57**
TOTAL GERAL	**R$**	**23.503.226,76**

Art. 4º - A despesa município é fixada na forma dos anexos a esta Lei em **R$ 23.625.626,76(Vinte e três milhões, seiscentos e vinte e cinco mil e seiscentos e vinte e seis reais e setenta e seis centavos),** para a Administração direta, e será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, integrantes desta Lei, sendo as despesas discriminadas ao nível de modalidade de aplicação, que apresentam o seguinte desdobramento:

I – POR CATEGORIA ECONÔMICA:

DESPESAS CONSOLIDADAS		
Despesas Correntes	R$	20.480.694,44
Despesas de Capital	R$	2.908.676,05
Reserva de Contingência	R$	236.256,27
TOTAL GERAL	**R$**	**23.625.626,76**

II – POR ÓRGAÕS DO GOVERNO:

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Câmara Municipal	R$	1.002.158,85
Gabinete do Prefeito	R$	1.302.579,96
Secretaria de Administração	R$	1.279.901,38
Secretaria de EducaçãoCultura, Desporto Turismo.	R$	6.455.145,21
Secretaria de Saúde	R$	6.597.750,00
Secretaria de Agricultura	R$	427.750,00
Secretaria de Viação e Obras Públicas	R$	3.155.550,00
Secretaria de Finanças	R$	2.164.065,52
Secretaria de Promoção Social	R$	1.240.725,84
TOTAL GERAL	**R$**	**23.625.626,76**

III – POR FUNÇÕES DE GOVERNO

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
01–Legislativa	R$	1.002.158,85
04 –Administração	R$	4.079.504,32
06– Segurança Publica	R$	5.750,00
08– Assistência Social	R$	980.725,84
10 –Saúde	R$	6.597.750,00
11 –Trabalho	R$	236.256,27
12 – Educação	R$	5.884.795,21
13 – Cultura	R$	335.850,00
15 – Urbanismo	R$	1.771.550,00
16 – Habitação	R$	5.750,00
17 – Saneamento	R$	617.000,00
18 – Gestão Ambiental	R$	50.500,00
20 – Agricultura	R$	60.250,00
23 – Comércio e Serviços	R$	11.500,00
25 – Energia	R$	66.500,00
26 – Transporte	R$	661.250,00
27 – Desporto e Lazer	R$	214.500,00
28 – Encargos Especiais	R$	7.350,00
99 – Reserva de Contingência	R$	236.256,27
TOTAL GERAL	**R$**	**23.625.626,76**

IV – POR SUB-FUNÇÕES

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
031 –Ação Legislativa	R$	1.002.158,85
121– Planejamento Orçamentário	R$	41.750,00
122 –Administração Geral	R$	5.228.084,32
123 – Administração Financeira	R$	1.623.250,00
126 –Tecnologia da Informação	R$	20.000,00
127 –Ordenamento Territorial	R$	5.750,00
128 –Formação de Recursos Humanos	R$	12.500,00

182– Defesa Civil	R$	5.750,00
242 –Assistência ao Portador de Deficiência	R$	5.750,00
243 –Assistência à Criança e ao Adolescente	R$	209.975,84
244 –Assistência Comunitária	R$	1.035.000,00
301 –Atenção Básica	R$	1.187.750,00
302 –Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R$	4.321.000,00
304 –Vigilância Sanitária	R$	31.500,00
305 – Vigilância Epidemiológica	R$	19.500,00
306 –Alimentação e Nutrição	R$	173.750,00
331 –Proteção e Benefício ao Trabalhador	R$	236.256,27
361 –Ensino Fundamental	R$	3.513.950,21
362 – Ensino Médio	R$	423.075,00
364 – Ensino Superior	R$	72.245,00
365 –Educação Infantil	R$	405.250,00
366–Educação de Jovens e Adultos	R$	23.125,00
392–Difusão Cultural	R$	335.850,00
451 –Infraestrutura Urbana	R$	136.550,00
452 –Serviços Urbanos	R$	1.635.000,00
482 –Habitação Urbana	R$	5.750,00
512 –Saneamento Básico Urbano	R$	617.000,00
541 – Preservação e Conservação Ambiental	R$	50.500,00
606–Extensão Rural	R$	16.250,00
661 – Promoção da Produção Agropecuária	R$	34.000,00
691 –Promoção Comercial	R$	11.500,00
752 –Energia Elétrica	R$	66.500,00
782 –Transporte Rodoviário	R$	661.250,00
812 –Desporto Comunitário	R$	214.500,00
841– Refinanciamento da Dívida Interna	R$	7.350,00
999 –Reserva de Contingência	R$	236.256,27
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	**R$**	**23.625.626,76**

V – POR PROGRAMAS:

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
0001 – Processo Legislativo	R$	1.002.158,85
0003 – Administração e Geral	R$	5.736.881,34
0004 – Administração Governamental	R$	16.750,00
0005– Administração e Fiscalização de Receitas	R$	10.000,00
0006 – Administração Financeira	R$	1.674.202,98
0007 – Formação do Patrimônio do Servidor Publico	R$	236.256,27
0015– Apoio e Produção Vegetal	R$	21.500,00
0017 – Preservação Ambiental	R$	33.250,00
0018 – Promoção e Extensão Rural	R$	39.250,00
0019 – Promoção Animal	R$	16.750,00
0020 –Ação e Regularização Fundiária	R$	5.750,00
0030 – Segurança Publica	R$	5.750,00
0033 – Serviços da Divida Fundada Interna	R$	7.350,00
0035 – Transporte Escolar	R$	328.550,21
0036 – Merenda Escolar	R$	173.750,00
0039 – Expansão e Melhoria do Ensino Infantil	R$	415.750,00
0040 – Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental	R$	2.778.750,00
0041 – Expansão e Melhoria do Ensino Médio	R$	473.075,00
0042 – Expansão e Melhoria do Ensino Superior	R$	66.895,00
0043 – Expansão e Melhoria do Ensino Supletivo	R$	23.125,00
0044 – Incentivo ao Desporto Amador	R$	214.500,00
0046– Difusão Cultural	R$	335.850,00
0057– Eletrificação Urbana	R$	35.000,00
0058– Energia Elétrica	R$	31.500,00
0059 – Habitação	R$	5.750,00
0060 – Urbanismo	R$	86.000,00
0066– Obras Públicas de Infra Estrutura Urbana e Rural	R$	85.300,00
0068 – Const. Ou Ampliação de Infra Est. na Rede de Ensino.	R$	401.500,00
0070 – Indústria e Comercio	R$	11.500,00
0076– Saúde da Família	R$	1.240.000,00
0077– Assistência Hospitalar	R$	2.621.000,00
0078– Assistência Ambulatorial	R$	370.000,00
0079– Saúde	R$	2.258.250,00
0080– Saneamento Básico	R$	617.000,00
0081– Controle Endemiologico e Epidemiológico	R$	19.500,00
0082– Vigilância Sanitária	R$	31.500,00
0083 – Expansão e Melhoria da Rede Física de Saúde	R$	57.500,00
0090 – Assistência Social em Geral	R$	1.025.000,00
0091 – Assistência à Criança e ao Adolescente	R$	209.975,84
0093 – Assistência a Portadores de Necessidades Especiais	R$	5.750,00
0099 – Reserva de Contingência	R$	236.256,27
0101 – Transportes Rodoviários	R$	661.250,00
TOTAL GERAL	**R$**	**23.625.626,76**

Artigo 5º - O Orçamento da Seguridade Social do Município abrangendo todas as entidades da administração direta é de **R$ 7.838.475,84 (Sete milhões, oitocentos e trinta e oito mil e quatrocentos e setenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos)**, que demonstramos:

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
08 – Assistência Social	R$	1.240.725,84
10 – Saúde	R$	6.597.750,00
TOTAL GERAL	**R$**	**7.838.475,84**

Artigo 6º - O Poder Executivo está autorizado a:

a) realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite de 25%(vinte e cinco por cento) da receita estimada, nos termos legais da legislação em vigor.

b) abrir créditos suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento), no curso da execução orçamentária, com base nos recursos efetivamente disponíveis, como determinado pelo artigo 7º, 42 e 43 da Lei nº. 4.320/64, de 17 de março de 1964. E Art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, do total da despesa fixado no art. 4º desta Lei.

c) abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso deArrecadação de convênios, não previsto na receita do orçamento, desde que respeitados os objetivos e metas da programação aprovada nesta Lei.

d) abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso deArrecadação considerada a tendência do exercício.

Artigo7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Porto Alegre do Norte - MT, em 15 de Setembro de 2014.

EMIVAL GOMES DE FREITAS
Prefeito Municipal
CPF. 405.483.251-20
RG. 0354759-0/SSP/MT
END: Avenida Betomarco, 620– Centro – Fone (066)8404-1512.
CEP: 78.655-000 – Porto Alegre do Norte

Publicado por:
Marlene Luiza de Barros Ribeiro
Código Identificador:08F90ED1

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 746/2014 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

Permite o Município de Porto Alegre do Norte a conceder os serviços relativos a Saneamento Básico, em conformidade com as Leis Federais 8.666/93; 8.987/95; 11.445/2007 e demais disposições infraconstitucionais vigentes, bem como o art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte MT,Sr. Emival Gomes de Freitas, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º- O Município de Porto Alegre do Norte poderá explorar os serviços públicos de saneamento básico, discricionariamente, mediante concessões, nos termos da Lei Federal nº 8.987/95, da Lei Federal 11.445/2007, da Lei Federal 8.666/93, e demais dispositivos legais, as quais deverão ser precedidas de licitações públicas.
Art. 2º- O município de Porto Alegre do Norte continuará a prestar os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, até a efetiva deliberação pelo Executivo Municipal sobre a melhor forma de gestão na prestação dos serviços públicos de saneamento básico.
Art. 3º- Fica o Chefe do Poder Executivo, impedido de assinar aditivos com os órgãos públicos relativos a possíveis convênios que já existam, bem como de firmar novos na área de saneamento.
Art. 4º- As despesas decorrentes da reestruturação e manutenção dos sistemas de saneamento básico,serão cobertas com verbas da dotação Orçamentária própria da infraestrutura e respectivos convênios.
CAPÍTULO II
DA DELEGAÇÃO
Art. 5º- Entendendo o Poder Executivo pela delegação dos serviços tratados nesta lei, as condições e exigências que serão submetidas às pessoas jurídicas interessadas na delegação deverão constar, obrigatoriamente, do edital de licitação e do respectivo contrato.

Art. 6º- O Poder Executivo publicará, previamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da delegação, de modo a caracterizar seu objeto, sua área e o prazo aplicável.
Art. 7º - O serviço público delegado deverá ser prestado conforme critérios que possibilitem a sua adequação e o pleno atendimento aos usuários, consoante o determinado em contrato, no qual serão resguardados os direitos e deveres definidos nas Leis Federais n.º 8.078/90 e n.º 8.987/95.
§ 1.º - Serviço adequado é aquele que satisfaz as condições de regularidade, Continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modalidade das tarifas.
§ 2.º - A qualidade será aferida pelo atendimento, ou não, dos indicadores constantes do contrato.
§ 3.º - A regularidade será caracterizada pela prestação continuada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
I - Não se caracterizará como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:
a) motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e
b) por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.
§ 4.º - A eficiência e a segurança serão caracterizadas pela consecução e preservação dos parâmetros expressos no contrato e nos demais normativos aplicáveis ao setor.
§ 5.º - A atualidade será caracterizada pela modernidade dos equipamentos, das instalações e das técnicas de prestação do serviço público de esgotamento sanitário, com a absorção dos avanços tecnológicos advindos ao longo do prazo da delegação que, definitivamente, tragam benefícios para o sistema, respeitadas as disposições do contrato.
§ 6.º - A cortesia será caracterizada pelo atendimento respeitoso, digno e imediato aos usuários e ao Município.
Art. 8º- Todo Patrimônio necessário à prestação dos serviços públicos de saneamento básico serão avaliados e cedidos à(s) nova(s) operadora(s), sendo que esta(s) os devolverá(ão) ao Município após o(s) término(s) do(s) contrato(s), na suatotalidade e nas mesmas condições cedidas, e tudo aquilo que for objeto de reforma ou de construção, durante o período contratual, passará a integrar o Patrimônio Público Municipal.
Parágrafo Único – O Chefe do Poder Executivo designará uma Comissão para proceder a relação e avaliação do acervo patrimonial pertencente ao Departamento de Água e Esgoto do Município.
Art. 9º - Considera-se usuário do serviço público de saneamento básico, o proprietário, o titular de domínio ou possuidor, a qualquer título, de bem imóvel atendido pelos serviços públicos objetos da delegação.
§ 1.º - O usuário pagará tarifa mensal pelos serviços prestados, cujos valores serão, anteriormente à licitação do serviço público, fixados por meio de decreto do Poder Executivo e, posteriormente à delegação, estabelecidos e reajustados nos termos e condições fixadas no contrato.
§ 2.º - A tarifa, devida mensalmente pelo serviço prestado, será fixada por unidade autônoma, conforme sua utilização, e as suas cobranças poderão ser realizadas pela(s) operadora(s), diretamente aos usuários, respeitando-se a legislação vigente.
Art. 10- O Município não arrecadará taxas referentes ao serviço delegado a partir do momento em que a(s) nova(s) operadora(s)iniciar(em) a(s) cobrança(s) de tarifas diretamente dos usuários.
Art. 11 - O prazo das Concessões serão de 30 (trinta) anos, contados a partir da assunção dos sistemas e serviços da(s) concessionária(s).
§ 1.º - O prazo das Concessões poderá ser prorrogado pelo mesmo período mediante acordo entre as partes.
Art. 12 - As hipóteses de intervenção e de retomada dos serviços aplicáveis à(s) nova(s) operadora(s) serão as previstas na Lei Federal n.º 8.987/95, com as ressalvas e complementações constantes do contrato referente à delegação.
CAPÍTULO III
DA REGULAÇÃO.

Art. 13– Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento Básico – CMSB, a ser regulamentado mediante Decreto Municipal, com a finalidade de exercer as funções previstas na Lei inerentes à regulação e fiscalização do(s) contrato(s) de concessão(ões) que vier(em) a ser celebrado(s) entre o Município de Porto Alegre do Norte e o(s) concessionário(s) de serviços públicos.
Art. 14 – O CMSB editará normas relativas às dimensões técnicas, econômicas, e social de prestação dos serviços, que abrangerão os aspectos constantes no art. 23 da Lei 11.445/07.
Art. 15 – São objetivos do CMSB:
I- Estabelecer padrões e normas para adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;
II- Garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;
III- Prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência;
IV- Definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.
V- Assegurar a prestação de serviços adequados de abastecimento de água e esgotamento sanitário, assim entendidos aqueles que satisfazem as condições de universalidade, regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade nas suas tarifas;
VI- garantir a harmonia entre os interesses dos usuários, concessionários e permissionários de serviços públicos;
CAPÍTULO IV
DO PLANO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO.

Art. 16–Fica instituído o Plano Municipal de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Porto Alegre do Norte, nos termos do Anexo Único que acompanha esta Lei, visando à universalização do acesso aos serviços de água e esgoto, à sua sustentabilidade ambiental e ao incremento de sua qualidade, regularidade e eficiência.

Art. 17- O plano será revisto de 4 (quatro) em 4 (quatro) anos, a partir da publicação desta Lei, sempre anteriormente à elaboração do Plano Plurianual, garantida a participação popular por meio de consulta ou audiência pública, na forma dos arts. 19, § 5°, e 51 da Lei Federal n° 11.445/2007.

§ 1°. A proposta de revisão do Plano Municipal de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Porto Alegre do Norte deverá ser elaborada em conjunto pelo Município, pela concessionária dos serviços de água e esgoto e pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico de Porto Alegre do Norte, e compatibilizar-se com as diretrizes, metas e objetivos:

I – das Políticas Nacionais e Estadual de Saneamento Básico, de Saúde Pública e de Meio Ambiente;

II – dos Planos Nacionais e Estadual de Saneamento Básico e de Recursos Hídricos;

§2°. O Poder Público Municipal, na hipótese do disposto no caput deste artigo, poderá contratar consultoria especializada.

Art. 18 - As revisões do plano deverão levar em consideração as soluções técnicas disponíveis à época de sua realização, sendo assegurado à concessionária do serviço o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão dos serviços de água e esgoto.
Art. 19 - As despesas decorrentes da execução desta Lei, no tocante ao processo de delegação, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, constantes do orçamento vigente, suplementadas se necessárias.
Art. 20 - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 16 de Dezembro do ano de 2014.

EMIVAL GOMES DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlene Luiza de Barros Ribeiro
Código Identificador:813C51E7

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI N.º 750/2014 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

"DISPÕEM SOBRE AUTORIZAÇÃO AO PODER EXECUTIVO A CONTRATAR FINANCIAMENTO, ATRAVÉS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO, A OFERECER A OFERECER GARANTIA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS CORRELATAS".

O Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte- Estado de Mato Gross, Senhor EMIVAL GOMES DE FREITAS no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar e garantir financiamento junta a Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Financeiro, até o valor de **R$ 1.500.000,00 (HUM MILHÃO E QUINHENTOS MIL REAIS)**, observadas as disposições legais em vigor para contratação de operação de crédito as normas do STN para a operação.
Parágrafo Único - os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados nas Obras de Infraestrutura - Pavimentação e Qualificação de Via Urbana nos Bairros, Setor dos Esportes, Setor das Palmeiras, Setor Tapirapé e Centro, tratado pela instrução normativa n° 41 de 24/10/2012, no Ministério das Cidades.
Art. 2º - Para a garantia do principal e encargos de operação de crédito, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo, as receitas a que se refere o artigo 159, Inciso I da Constituição Federal.
§ 1º - Para a efetivação da sessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos do caput deste artigo, fica o BANCO DO BRASIL autorizado a transferir os recursos cedidos ou vinculados à conta de ordem da Caixa Econômica Federal, e esta, à conta do Pró-Transporte PAC2 - 3ª Etapa com recursos do FGTS, nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, em caso de sessão, ou aos pagamentos dos débitos vencidos e não pagos, em caso de vinculação.
§ 2º - Fica do Poder Executivo obrigado a promover o empenho das despesas nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, para cada um dos exercícios financeiros a que se efetuem as amortizações de principal, juros e encargos da dívida, até o seu pagamento final.
Art. 3º - Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.
Art. 4º - O orçamento Municipal consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento das despesas relativas à autorização do principal, juros e as tarifas bancárias decorrentes da operação de crédito autorizadas por esta Lei.
Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 16 de Dezembro de 2014.

EMIVAL GOMES DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlene Luiza de Barros Ribeiro
Código Identificador:D8AE5001

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI 743 /2014

LEI Nº 743/2014.
10/11/2014

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NOS ANEXOS I e IV da LEI Nº 307/98 de 12/06/1998."

O SENHOR EMIVAL GOMES DE FREITAS, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o Anexo I – Quadro do Grupo/Pessoal de Carreira, com a inclusão dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate a Endemias, anteriormente criados pela Lei 525/2008, alterada pela Lei 692/2013, como segue:

Nº Ordem	NOMENCLATURA DOS CARGOS	NÍVEL DE INSTRUÇÃO
52	Agente Comunitário de Saúde	I Grau Completo
53	Agente de Combate a Endemias	I Grau Completo

Art. 2º - Fica alterado o Anexo IV – Quadro Pessoal de Carreira, com a inclusão dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate a Endemias, anteriormente criados pela Lei 525/2008, alterada pela Lei 692/2013, definindo inclusive as respectivas referências salariais, como segue:

Nº Ordem	NOMENCLATURA DOS CARGOS	QUANTIDADE	REFERÊNCIA SALARIAL
52	Agente Comunitário de Saúde	30	D-00 à D-09
53	Agente de Combate a Endemias	06	D-00 à D-09

Art. 3º - Os cargos supracitados são regidos pelo regime jurídico único (estatutário) e todos os direitos, deveres e obrigações constam da Lei 307/1998.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

EMIVAL GOMES DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlene Luiza de Barros Ribeiro
Código Identificador:A073EE14

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 747/2014, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

"Autoriza o Poder Executivo a fazer doação de lote urbano a MARIA APARECIDA FRANCISCA DOS SANTOS, inscrita no CNPJ n° 20.086.170/0001-48 (93892829187) – "TIÚ LONAS BORRACHARIA E OFICINA", como forma de incentivo ao desenvolvimento econômico, e dá outras providências".

EMIVAL GOMES DE FREITAS, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, sobretudo, a contida no art. 185 da Constituição do Estado de Mato Grosso, art. 6°, V, art. 44, I e art. 77, I, ambos da Lei Orgânica Municipal e observando o relevante interesse público, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1°. Fica o Poder Executivo autorizado a fazer doação do lote de terras no perímetro urbano, mais precisamente na Rua 11 de Julho, Chácara Bom Sucesso, área Desmembrada da Matrícula 3.124-CRI/PAN com área de 1.000,00 m², de propriedade do Município de Porto Alegre do Norte – Pessoa Jurídica de Direito Público, a **MARIA APARECIDA FRANCISCA DOS SANTOS (93892829187) – "TIÚ LONAS BORRACHARIA E OFICINA"**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 20.086.170/0001-48, mediante Escritura Pública, fazendo-se constar os termos e condições desta lei.

Parágrafo primeiro – O lote objeto da doação será desmembrado da matricula n° 3.124/CRI/PAN, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Porto Alegre do Norte/MT com 1.000,00 m² (Hum mil metros quadrados) que passa a denominar-se **MARIA APARECIDA FRANCISCA DOS SANTOS (93892829187) – "TIÚ LONAS BORRACHARIA E OFICINA",** com os seguintes limites e confrontações:

Frente: com a Rua 11 de Julho, medindo **20 metros**, **Lado Direito** com a Construtora JBV (área remanescente da matrícula 3.124 CRI/PAN) medindo **50 metros**; **Lado Esquerdo** Torneadora Talismã (área desmembrada da matrícula 3.124 CRI/PAN) medindo **50,00 metros,** e **Fundos**: com a Construtora JBV (área remanescente da matrícula 3.124 CRI/PAN) medindo **20 metros.**

Parágrafo segundo – A doação do imóvel (lote) pautar-se-á pelo incentivo da Administração Pública para o desenvolvimento econômico do comércio e indústria, no setor ora beneficiado.

Art. 2° O lote urbano objeto desta doação, encontra-se devidamente identificado no mapa e memorial descritivo anexos, parte integrante desta lei, devidamente avaliado pela Comissão de Avaliação de Porto Alegre do Norte no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), sendo o preço mencionado aquele praticado no mercado local, atendido as peculiaridades de cada caso, sobretudo, no que diz respeito à localização.

Art. 3°. Fica o Poder Executivo autorizado a doação do lote descrito no art. 1° desta Lei por dispensa de licitação, com fulcro no artigo 17, § 4° da Lei 8.666/93, tendo em vista o relevante e notório interesse público, gerando o crescimento econômico do Município e consequente aumento na sua arrecadação tributária.

Parágrafo único. A doação do imóvel poderá ser realizada assim que entrar em vigor a presente lei.

Art. 4°. O lote, cuja doação trata esta Lei, destina-se à construção de estabelecimento comercial para instalação de Recuperadora de Lonas, Auto Peças e Acessórios.

Art. 5º. A doação a que se refere o art. 1º desta Lei será efetuada mediante as seguintes condições:

I – o donatário/favorecido terá o prazo de 06 (seis) meses para dar início à construção do seu estabelecimento comercial, contados da data da lavratura da Escritura de Doação, e, de 02 (dois) anos para concluí-la, contado este último prazo, do início da construção;
II – ocorrendo motivo relevante, plenamente justificado em ato formal destinado ao chefe do Executivo, atendido os critérios de conveniência e oportunidade, o donatário/favorecido poderá ter o prazo para conclusão do estabelecimento comercial prorrogado para no máximo em 01 (um) ano a partir do prazo limite estabelecido no inciso I deste artigo, desde que solicite tal prorrogação à Municipalidade com antecedência mínima de 02 (dois) meses;
III – o estabelecimento comercial deverá ser construído em concreto armado ou em estrutura metálica, mediante projeto de engenharia assinado por profissional de engenharia ou arquitetura, com Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, aprovado pela equipe técnica desta municipalidade.
IV – a obra do estabelecimento comercial a ser construída pelo donatário deverá ter a quantidade mínima de 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) de área construída;
V – após a construção do empreendimento o donatário/favorecido deverá encerrar as atividades de seu estabelecimento nos locais em que se encontram, passando a funcionar apenas no estabelecimento comercial construído no lote objeto da doação;
VI – caso o donatário/favorecido necessite oferecer o imóvel em garantia de financiamento, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca em 2º grau em favor do Município pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos;
VII – o donatário/favorecido se obrigará a não desvirtuar a finalidade da doação, nem alienar o imóvel pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, a contar do registro da Escritura Pública de Doação.

Art. 6º. O inadimplemento do donatário nos incisos do artigo anterior, sem razão que o justifique ou o não cumprimento dessa mesma obrigação dentro do prazo prorrogado, nos termos do inciso II do artigo anterior, determinará a reversão do imóvel ao patrimônio municipal, com todas as benfeitorias nele introduzidas, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial, sem que caiba ao donatário direito a qualquer indenização, seja a que título for.

Art. 7°. Fica o Prefeito Municipal autorizado a assinar a competente Escritura Pública de Doação, na qual far-se-á constar os encargos e condições estabelecidas nesta Lei.

Art. 8°. Todas as despesas decorrentes da escritura de doação a ser lavrada, bem assim de seu registro e averbações junto à circunscrição imobiliária competente, serão encargos da entidade donatária/favorecida.

Art. 9°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 16 de Dezembro de 2014.

EMIVAL GOMES DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlene Luiza de Barros Ribeiro
Código Identificador:F7ECAB2E

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 748/2014, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

"Autoriza o Poder Executivo a fazer doação do lote urbano a ANDRÉ LUIZ LENZ CNPJ sob n° 19.921.571/0001-97 (01325346144) – "MECÂNICA PANTANAL", como forma de incentivo ao desenvolvimento econômico, e dá outras providências".

EMIVAL GOMES DE FREITAS, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, sobretudo, a contida no art. 185 da Constituição do Estado de Mato Grosso, art. 6°, V, art. 44, I e art. 77, I, ambos da Lei Orgânica Municipal e observando o relevante interesse público, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1°. Fica o Poder Executivo autorizado a fazer doação do lote de terras no perímetro urbano, mais precisamente na Rua 11 de Julho, Chácara Bom Sucesso, área Desmembrada da Matrícula 3.124-CRI/PAN, com área de 1.250,00 m², de propriedade do Município de Porto Alegre do Norte, a **ANDRÉ LUIZ LENZ – "MECÂNICA PANTANAL"**, pessoa jurídica de direito privado, **CNPJ n° 19.921.571/0001-97 (01325346144)**, mediante Escritura Pública, fazendo-se constar os termos e condições desta lei.

Parágrafo primeiro – O lote objeto da doação será desmembrado da matricula n° 3.124/CRI/PAN, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Porto Alegre do Norte/MT com 1.250,00 m² (Hum mil duzentos e cinquenta metros quadrados) que passa a denominar-se **ANDRÉ LUIZ LENZ CNPJ sob n° 19.921.571/0001-97 (01325346144) – "MECÂNICA PANTANAL",** com os seguintes limites e confrontações:

Frente: com a Rua 11 de Julho, medindo **25 metros**, **Lado Direito** com lote 04 a Tornearia JJ Santos (área remanescente da matrícula 3.124 CRI/PAN) medindo **50 metros**; **Lado Esquerdo** com a Chácara Bom Sucesso (área desmembrada da matrícula 3.124 CRI/PAN) medindo **50,00 metros,** e **Fundos**: com a Chácara Bom Sucesso (área remanescente da matrícula 3.124 CRI/PAN) medindo **25 metros.**

Parágrafo segundo – A doação do imóvel (lote) pautar-se-á pelo incentivo da Administração Pública para o desenvolvimento econômico do comércio e indústria, no setor ora beneficiado.

Art. 2° O lote urbano, objeto da doação, está devidamente identificado no mapa e memorial descritivo anexos, parte integrante desta lei, devidamente avaliado pela Comissão de Avaliação de Porto Alegre do Norte no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), sendo o preço mencionado, aquele praticado no mercado local, atendido as peculiaridades de cada caso, sobretudo, no que diz respeito à localização.

Art. 3°. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a doação do lote descrito no art. 1° desta Lei por dispensa de licitação, com fulcro no artigo 17, § 4° da Lei 8.666/93, tendo em vista relevante e notório interesse público, gerando o crescimento econômico do Município e consequente aumento na sua arrecadação tributária.

Parágrafo único. A doação do imóvel poderá ser realizada assim que entrar em vigor a presente lei.

Art. 4°. O lote, cuja doação trata esta Lei, destina-se à construção de estabelecimento comercial para instalação de Manutenção e reparação mecânica de veículos automotores.

Art. 5º. A doação a que se refere o art. 1º desta Lei será efetuada mediante as seguintes condições:

I – o donatário/favorecido terá o prazo de 06 (seis) meses para dar início à construção do seu estabelecimento comercial, contados da data da lavratura da Escritura de Doação, e de 02 (dois) anos para concluí-la, contado este último prazo, do início da construção;
II – ocorrendo motivo relevante, plenamente justificado em ato formal destinado ao chefe do Executivo, atendido os critérios de conveniência e oportunidade, o donatário/favorecido poderá, a critério da administração, ter o prazo para conclusão do estabelecimento comercial prorrogado para no máximo em 01 (um) ano a partir do prazo limite estabelecido no inciso I deste artigo, desde que solicite tal prorrogação à Municipalidade com antecedência mínima de 02 (dois) meses;
III – o estabelecimento comercial deverá ser construído em concreto armado ou em estrutura metálica, mediante projeto de engenharia assinado por profissional de engenharia ou arquitetura, com Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, aprovado pela equipe técnica desta municipalidade.
IV – a obra do estabelecimento comercial a ser construída pelo donatário deverá ter a quantidade mínima de 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) de área construída;
V – após a construção do empreendimento o donatário/favorecido deverá encerrar as atividades de seu estabelecimento nos locais em que se encontram, passando a funcionar apenas no estabelecimento comercial construído no lote objeto da doação;
VI – caso o donatário/favorecido necessite oferecer o imóvel em garantia de financiamento, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca em 2º grau em favor do Município pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos;
VII – o donatário/favorecido se obrigará a não desvirtuar a finalidade da doação, nem alienar o imóvel pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, a contar do registro da Escritura Pública de Doação.

Art. 6º. O inadimplemento do donatário nos incisos do artigo anterior, sem razão que o justifique ou o não cumprimento dessa mesma obrigação dentro do prazo prorrogado, nos termos do inciso II do artigo anterior, determinará a reversão do imóvel ao patrimônio municipal, com todas as benfeitorias nele introduzidas, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial, sem que caiba ao donatário direito a qualquer indenização, seja a que título for.

Art. 7°. Fica o Prefeito Municipal autorizado a assinar a competente Escritura Pública de Doação, na qual far-se-á constar os encargos e condições estabelecidas nesta Lei.

Art. 8°. Todas as despesas decorrentes da escritura de doação a ser lavrada, bem assim de seu registro e averbações junto à circunscrição imobiliária competente, serão encargos da entidade donatária/favorecida.

Art. 09°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 16 de Dezembro de 2014.

EMIVAL GOMES DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlene Luiza de Barros Ribeiro
Código Identificador:BC2CD992

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 749/2014, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

"Autoriza o Poder Executivo a fazer doação do lote urbano a MARTA SILVA SANTOS CNPJ sob n° 19.738.017/0001-79 (08869186776) – "M.A PNEUS", como forma de incentivo ao desenvolvimento econômico, e dá outras providências".

EMIVAL GOMES DE FREITAS, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, sobretudo, a contida no art. 185 da Constituição do Estado de Mato Grosso, art. 6°, V, art. 44, I e art. 77, I, ambos da Lei Orgânica Municipal e observando o relevante interesse público, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1°. Fica o Poder Executivo autorizado a fazer doação do lote de terras no perímetro urbano na Av. Padre Jozimo, área Desmembrada da Matrícula 3.124- CRI/PAN com área de 450,00 m², de propriedade do Município de Porto Alegre do Norte – Pessoa Jurídica de Direito Público, a **MARTA SILVA SANTOS CNPJ sob n° 19.738.017/0001-79 (08869186776) – "M.A PNEUS"**, mediante Escritura Pública, fazendo-se constar os termos e condições desta lei.

Parágrafo primeiro – O lote objeto da doação será desmembrado da matricula n° 3.124/CRI/PAN, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Porto Alegre do Norte/MT perímetro com 90,00 m² (noventa metros quadrados) que passa a denominar-se **MARTA SILVA SANTOS CNPJ sob n° 19.738.017/0001-79 (08869186776) – "M.A PNEUS",** com os seguintes limites e confrontações:

Frente: com a área Remanescente da matricula 3.124 CRI/PAN, medindo **15 metros**, **Lado Direito** com a área Remanescente da matricula 3.124 CRI/PAN medindo **30 metros**; **Lado Esquerdo** com a área Remanescente da matricula 3.124 CRI/PAN medindo **30,00 metros,** e **Fundos**: com a área Remanescente da matricula 3.124 CRI/PAN medindo **15 metros.**

Parágrafo segundo – A doação dos lotes pautar-se-ão pelo incentivo da Administração Pública para o desenvolvimento econômico do comércio e indústria, nos setores ora beneficiados.

Art. 2° O lote urbano, objeto da doação, está devidamente identificado no mapa e memorial descritivo que fazem parte desta lei e foi devidamente avaliado pela Comissão de Avaliação de Porto Alegre do Norte, alcançando o valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), sendo que o preço mencionado é aquele praticado no mercado local, atendido as peculiaridades de cada caso, sobretudo, no que diz respeito à localização.

Art. 3°. Fica o Poder Executivo autorizado a doação do lote descrito no art. 1° desta Lei por dispensa de licitação, com fulcro no artigo 17, § 4° da Lei 8.666/93, tendo em vista relevante e notório interesse público, posto que traga condições para melhoria do crescimento econômico e da arrecadação tributária do município.

Parágrafo único. A doação do imóvel poderá ser realizada assim que entrar em vigor a presente lei.

Art. 4°. O lote, cuja doação trata esta Lei, destina-se à construção de estabelecimento comercial para instalação de Comercio a varejo de pneumáticos e Câmaras de Ar.
.
Art. 5º. A doação a que se refere o art. 1º desta Lei será efetuada mediante as seguintes condições:

Paragrafo único - O beneficiado terá prazo de 15 (quinze) dias a partir da entrada em vigor da presente Lei para habilitar-se perante a

Secretaria Municipal de Administração, devendo, para tanto, providenciar os seguintes documentos: cópia do contrato social certidão negativa de falência, prova de regularidade para cos as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicilio com sede da Empresa, prova de regularidade relativa a seguridade social: certidão Negativa de debito, fiscal (CND), certidão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei; Inscrição no CNPJ, Certidão negativa Trabalhista.

Art. 6º. A doação a que se refere o art. 1º desta Lei será efetuada mediante as seguintes condições:

I – o donatário/favorecido terá o prazo de 06 (seis) meses para dar início à construção do seu estabelecimento comercial, contados da data da lavratura da Escritura de Doação, e, de 02 (dois) anos para concluí-la, contado este último prazo, do início da construção;
II – ocorrendo motivo relevante, plenamente justificado em ato formal destinado ao chefe do Executivo, atendido os critérios de conveniência e oportunidade, o donatário/favorecido poderá ter o prazo para conclusão do estabelecimento comercial prorrogado para no máximo em 01 (um) ano a partir do prazo limite estabelecido no inciso I deste artigo, desde que solicite tal prorrogação à Municipalidade com antecedência mínima de 02 (dois) meses;
III – o estabelecimento comercial deverá ser construído em concreto armado ou em estrutura metálica, mediante projeto de engenharia assinado por profissional de engenharia ou arquitetura, com Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, aprovado pela equipe técnica desta municipalidade.
IV – a obra do estabelecimento comercial a ser construída pelo donatário deverá ter a quantidade mínima de 100 m² (cem metros quadrados) de área construída;
V – após a construção do empreendimento o donatário/favorecido deverá encerrar as atividades de seu estabelecimento nos locais em que se encontram, passando a funcionar apenas no estabelecimento comercial construído no lote objeto da doação;

VI – caso o donatário/favorecido necessite oferecer o imóvel em garantia de financiamento, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca em 2º grau em favor do Município pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos;
VII – o donatário/favorecido se obrigará a não desvirtuar a finalidade da doação, nem alienar o imóvel pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, a contar do registro da Escritura Pública de Doação.

Art. 7º. O inadimplemento do donatário nos incisos do artigo anterior, sem razão que o justifique ou o não cumprimento dessa mesma obrigação dentro do prazo prorrogado, nos termos do inciso II do artigo anterior, determinará a reversão do imóvel ao patrimônio municipal, com todas as benfeitorias nele introduzidas, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial, sem que caiba ao donatário direito a qualquer indenização, seja a que título for.

Art. 8°. Fica o Prefeito Municipal autorizado a assinar a competente Escritura Pública de Doação, na qual se fará constar os encargos e condições estabelecidas nesta Lei.

Art. 09°. Todas as despesas decorrentes da escritura de doação a ser lavrada, bem assim de seu registro e averbações junto à circunscrição imobiliária competente, serão encargos da entidade donatária/favorecida.

Art. 10°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 16 de Dezembro de 2014.

EMIVAL GOMES DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlene Luiza de Barros Ribeiro
Código Identificador:1E82766D

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO 805/2014 15 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 805 /2014.
15/12/2014

"DISPÕE SOBRE MUDANÇA DOHORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL NO RECESSO ADMINISTRATIVODO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE".

EMIVAL GOMES DE FREITAS, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida por lei, decreta a mudança do horário de funcionamento da Administração Central no mês de Dezembro de 2014 a janeiro de 2015.

D E C R E T A :

Art. 1º..Fica DECRETADO,que no período compreendido entre os dias 20 de Dezembro de 2014 a 12 de Janeiro de 2015 não haverá expediente na Administração Central da Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Os demais serviços prestados para outras Secretarias pertencentes à Administração Municipal, tais como: coleta de lixo urbano e, outros de natureza essencial (Educação,Tributos,DETRAN e Licitação) funcionarão de acordo com a normativa de cada Órgão da Administração Municipal.

Art. 3º - A Secretaria Municipal de Saúde funcionará conforme recomenda a legislação do Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde.

Art.4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de Dezembro de 2014.

EMIVAL GOMES DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlene Luiza de Barros Ribeiro
Código Identificador:B7CED9F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 033/2014

Objeto	Contratação de Médicos - CLINICO GERAL/PLANTONISTA
Favorecido	Gilberto José Maluf, RG: 10559929/SSP/SP, CPF: 122.706.796-87, Endereço: Av. Boa Sorte, nº 205, Setor Palmeiras, Porto Alegre do Norte/MT. CRM nº 2829 de 30/09/1994
Prazo de execução	02 meses - Médico Clínico Geral para prestar serviços nos PSF BURITI - Programa de Saúde da Família – R$ 12.000,00 mensal totalizando R$ 24.000,00 02 meses - Médico Clínico Geral para prestar serviços no Hospital Plantonista – 62 plantões, R$ 600,00 por plantão – Total de R$ 37.200,00
Tipo de serviços	
Valor global	R$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos reais)

Processo de Compra nº 096/2014 DISPENSA Nº 033/2014
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24 inciso IV da Lei n.º 8.666/93. Ratifico a dispensa de Licitação com fulcro na justificativa da CPL e no Parecer Técnico anexo ao processo, nos termos da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

Porto Alegre do Norte, – MT, em 16 de Dezembro de 2014.

EMIVAL GOMES DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais Ferreira dos Santos
Código Identificador:BCA803D0

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 534/2014

DE: 16 de Dezembro de 2.014.

"Autoriza o Poder Executivo a alterar e incluir ações no Plano Plurianual - PPA Exercício de 2014/2017 Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO 2015 e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAUCHOS-MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e EU sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir receita e ações no PPA – Plano Plurianual 2014/2017 Lei Municipal 468/2013 e LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária do Exercício de 2015 - Lei Municipal 510/2014, conforme planilha abaixo:

Receitas - Inclusão

Código	Descrição	2015	2016	2017
1.7.2.2.01.14.00.00	FETHAB	1.700.000,00	1.700.000,00	1.700.000,00

Despesa - Inclusão:

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Porto dos Gaúchos
Unidade: 001 – Câmara Municipal de Porto dos Gaúchos
Função: 01 – Legislativa
Subfunção: 031 – Ação Legislativa
Programa: 0001 – Processo Legislativo
Ação: 2006 – Construção de Banheiro no Plenário

Código	Descrição	2015	2016	2017
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	10.000,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serv. Terc. Pessoa Física	10.000,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica	30.000,00	0,00	0,00

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Infraestrutura
Unidade: 002 – Departamento de Viação e Obras
Função: 26 – Transporte
Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário
Programa: 0058 – Transporte
Ação: 2699 – Manutenção e Conservação de Estradas e Vias Públicas - FETHAB

Código	Descrição	2015	2016	2017
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	590.000,00	590.000,00	590.000,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serv. Terc. Pessoa Física	20.000,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica	590.000,00	590.000,00	590.000,00

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Infraestrutura
Unidade: 002 – Departamento de Viação e Obras
Função: 26 – Transporte
Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário
Programa: 0058 – Transporte
Ação: 2700 – Construção de Estradas e Vias Públicas - FETHAB

Código	Descrição	2015	2016	2017
4.4.90.51.00.00.00	Obras e Instalações	500.000,00	500.000,00	500.000,00

Art. 2º - Ficam alterados os valores das receitas e dos programas e ações para os exercícios de 2015 a 2017, conforme planilhas abaixo:

Receitas - Alteração

De:

Código	Descrição	2015	2016	2017
1.7.2.1.01.02.00.00	Cota do FPM	5.450.000,00	5.550.000,00	5.600.000,00
1.7.2.2.01.01.00.00	Cota do ICMS	4.100.000,00	4.200.000,00	4.250.000,00
1.7.2.4.01.00.00.00	FUNDEB	2.098.200,00	2.146.600,00	2.177.700,00
9.7.2.1.01.02.00.00	Dedução FPM	1.090.000,00	1.110.000,00	1.120.000,00
9.7.22.01.01.00.00	Dedução ICMS	820.000,00	840.000,00	850.000,00

Para:

Código	Descrição	2015	2016	2017
1.7.2.1.01.02.00.00	Cota do FPM	5.600.029,00	5.700.029,00	5.750.029,00
1.7.2.2.01.01.00.00	Cota do ICMS	5.000.000,00	5.100.000,00	5.150.000,00
1.7.2.4.01.00.00.00	FUNDEB	2.308.205,80	2.356.605,80	2.387.705,80
9.7.2.1.01.02.00.00	Dedução FPM	1.120.005,80	1.140.005,80	1.150.005,80
9.7.22.01.01.00.00	Dedução ICMS	1.000.000,00	1.020.000,00	1.030.000,00

Despesa - Alteração

De:

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Porto dos Gaúchos
Unidade: 001 – Câmara Municipal de Porto dos Gaúchos
Função: 01 – Legislativa
Subfunção: 031 – Ação Legislativa
Programa: 0001 – Processo Legislativo
Ação: 2001 – Discussão e Votação das Leis

Código	Descrição	2015	2016	2017
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serv. Terc- Pessoa Jurídica	62.000,00	64.000,00	66.000,00

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Porto dos Gaúchos
Unidade: 001 – Câmara Municipal de Porto dos Gaúchos
Função: 01 – Legislativa
Subfunção: 031 – Ação Legislativa
Programa: 0001 – Processo Legislativo
Ação: 2004 – Reforma e Manutenção do Prédio

Código	Descrição	2015	2016	2017
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	5.500,00	6.000,00	6.500,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serv. Terc. Pessoa Física	1.600,00	1.700,00	1.800,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica	2.500,00	3.000,00	3.500,00

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 004 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 0023 – Gestão do SUS
Ação: 2130 – Gestão das Ações do SUS

Código	Descrição	2015	2016	2017
3.1.90.11.00.00.00	Vencimento e Vantagens Fixas	390.000,00	395.000,00	400.000,00
3.1.90.13.00.00.00	Obrigações Patronais	90.000,00	91.000,00	92.000,00

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 004 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa: 0019 – PAB – Atenção Básica
Ação: 2090 – Manutenção do Programa dos Agentes Comunitários de Saúde

Código	Descrição	2015	2016	2017
3.1.90.11.00.00.00	Vencimento e Vantagens Fixas	180.000,00	180.000,00	180.000,00
3.1.90.11.00.00.00	Obrigações Patronais	45.000,00	48.000,00	52.000,00

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Gestão Social
Unidade: 001 – Secretaria Municipal de Gestão Social
Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 0024 – Apoio Administrativo Secretaria Municipal de Assistência Social
Ação: 2140 – Manutenção e Encargos

Código	Descrição	2015	2016	2017
3.1.90.11.00.00.00	Vencimento e Vantagens Fixas	260.000,00	270.000,00	280.000,00
3.1.90.13.00.00.00	Obrigações Patronais	65.000,00	68.000,00	72.000,00

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 001 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 04 – Administração
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 0018 – Apoio Administrativo Secretaria Municipal de Educação
Ação: 2241 - Manutenção do Ensino Fundamental

Código	Descrição	2015	2016	2017
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	100.000,00	105.000,00	110.000,00

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 001 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 04 – Administração
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 0018 – Apoio Administrativo Secretaria Municipal de Educação
Ação: 2243 - Manutenção do Ensino Fundamental

Código	Descrição	2015	2016	2017
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	85.000,00	90.000,00	95.000,00

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 001 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 04 – Administração
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 0018 – Apoio Administrativo Secretaria Municipal de Educação
Ação: 2260 - Manutenção do Ensino Fundamental

Código	Descrição	2015	2016	2017
3.1.90.11.00.00.00	Vencimento e Vantagens Fixas	210.000,00	220.000,00	220.000,00

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 004 – Fundeb
Função: 12 – Educação
Subfunção: 365 – Educação Infantil
Programa: 0014 – Desenvolvimento da Educação Infantil
Ação: 2330 – Manutenção da Educação Infantil 40%.

Código	Descrição	2015	2016	2017
3.1.90.11.00.00.00	Vencimento e Vantagens Fixas	320.000,00	323.600,00	330.000,00
3.1.90.13.00.00.00	Obrigações Patronais	90.000,00	95.000,00	100.000,00

Para:

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Porto dos Gaúchos
Unidade: 001 – Câmara Municipal de Porto dos Gaúchos
Função: 01 – Legislativa
Subfunção: 031 – Ação Legislativa
Programa: 0001 – Processo Legislativo
Ação: 2001 – Discussão e Votação das Leis

Código	Descrição	2015	2016	2017
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serv. Terc- Pessoa Jurídica	62.000,00	185.000,00	187.000,00

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Porto dos Gaúchos
Unidade: 001 – Câmara Municipal de Porto dos Gaúchos
Função: 01 – Legislativa
Subfunção: 031 – Ação Legislativa
Programa: 0001 – Processo Legislativo
Ação: 2004 – Reforma e Manutenção do Prédio

Código	Descrição	2015	2016	2017
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	25.500,00	26.000,00	26.500,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serv. Terc. Pessoa Física	6.600,00	6.700,00	6.800,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica	33.500,00	34.000,00	34.500,00

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 004 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 0023 – Gestão do SUS
Ação: 2130 – Gestão das Ações do SUS

Código	Descrição	2015	2016	2017
3.1.90.11.00.00.00	Vencimento e Vantagens Fixas	731.500,00	745.000,00	750.000,00
3.1.90.13.00.00.00	Obrigações Patronais	164.000,00	165.000,00	166.000,00

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 004 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa: 0019 – PAB – Atenção Básica
Ação: 2090 – Manutenção do Programa dos Agentes Comunitários de Saúde

Código	Descrição	2015	2016	2017
3.1.90.11.00.00.00	Vencimento e Vantagens Fixas	300.000,00	235.500,00	235.500,00
3.1.90.13.00.00.00	Obrigações Patronais	70.000,00	73.000,00	79.000,00

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Gestão Social
Unidade: 001 – Secretaria Municipal de Gestão Social
Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 0024 – Apoio Administrativo Secretaria Municipal de Assistência Social
Ação: 2140 – Manutenção e Encargos

Código	Descrição	2015	2016	2017
3.1.90.11.00.00.00	Vencimento e Vantagens Fixas	260.000,00	270.000,00	280.000,00
3.1.90.13.00.00.00	Obrigações Patronais	65.000,00	68.000,00	72.000,00

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 001 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 04 – Administração
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 0018 – Apoio Administrativo Secretaria Municipal de Educação
Ação: 2241 - Manutenção do Ensino Fundamental

Código	Descrição	2015	2016	2017
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	100.000,00	105.000,00	110.000,00

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 001 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 04 – Administração
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 0018 – Apoio Administrativo Secretaria Municipal de Educação
Ação: 2243 - Manutenção do Ensino Fundamental

Código	Descrição	2015	2016	2017
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	85.000,00	90.000,00	95.000,00

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 001 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 04 – Administração
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 0018 – Apoio Administrativo Secretaria Municipal de Educação
Ação: 2260 - Manutenção do Ensino Fundamental

Código	Descrição	2015	2016	2017
3.1.90.11.00.00.00	Vencimento e Vantagens Fixas	262.523,20	272.523,20	272.523,20

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 004 – Fundeb
Função: 12 – Educação
Subfunção: 365 – Educação Infantil
Programa: 0014 – Desenvolvimento da Educação Infantil
Ação: 2330 – Manutenção da Educação Infantil 40%.

Código	Descrição	2015	2016	2017
3.1.90.11.00.00.00	Vencimento e Vantagens Fixas	485.005,80	488.605,80	495.005,80
3.1.90.13.00.00.00	Obrigações Patronais	135.000,00	140.000,00	145.000,00

Parágrafo Único: As ações mencionadas neste caput passam a compor as respectivas tabelas da Lei Municipal 468/2013 – PPA (Plano Plurianual 2014 a 2017) e suas alterações e Lei 510/2014 – LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015), totalizando para o exercício de 2015 o montante de R$ 21.406.000,00 (vinte e um milhões quatrocentos e seis mil reais), exercício de 2016 - R$ 21.934.600,00(vinte e um milhões, novecentos e trinta e quatro mil e seiscentos reais) e exercício de 2017 - R$ 22.346.200,00 (vinte e dois milhões trezentos e quarenta e seis mil e duzentos reais).

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 16 de Dezembro 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:A4DED28E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 535/2014

LEI Nº. 535/2014
De: 16 de Dezembro de 2014

"Estima a Receita e Fixa as Despesas do município de Porto dos Gaúchos/MT para o Exercício Financeiro de 2015"

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, usando de atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - O Orçamento consolidado do município de Porto dos Gaúchos/MT, abrangendo a administração direta, indireta, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações, para o Exercício de 2015, estima a Receita e fixa as Despesas em R$ 21.406.000,00 (vinte e um milhões, quatrocentos e seis mil reais), discriminados pelos anexos integrantes desta Lei, compreendendo:

a) Orçamento Fiscal R$ 15.017.860,00
b) Orçamento da Seguridade Social R$ 6.388.140,00

ARTIGO 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos Anexos integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

1 – RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA FISCAL SEGURIDADE SOCIAL TOTAL
1 – RECEITAS CORRENTES 14.141.860,00 5.986.140,00 20.128.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL 876.000,00 402.000,00 1.278.000,00
TOTAL 15.017.860,00 6.388.140,00 21.406.000,00

2 – RECEITA POR FONTES FISCAL SEGURIDADE SOCIAL TOTAL
1 – RECEITAS CORRENTES
1.1 – Receita Tributária 1.147.000,00 200.000,00 1.347.000,00
1.2 – Receita de Contribuições
1.3 – Receita Patrimonial 50.000,00 50.000,00
1.6 – Receita de Serviços 530.000,00 530.000,00
1.7 – Transferências Correntes 14.449.815,80 5.775.790,00 20.225.605,80
1.9 – Outras Receitas Correntes 273.250,00 10.350,00 283.600,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL
2.2 – Alienação de Bens 60.000,00 60.000,00
2.4 – Transferências de Capital 816.000,00 402.000,00 1.218.000,00
9 – DEDUÇÃO DAS RECEITAS
9.7 – Retenção para o FUNDEB -2.308.205,80 -2.308.205,80
TOTAL 15.017.860,00 6.388.140,00 21.406.000,00

ARTIGO 3º - A despesa da Administração Direta será realizada segundo a discriminação dos quadros "órgãos", "categoria econômica", "funções" e "programas" integrantes desta lei, com os seguintes desdobramentos:

1 – DESPESA POR ÓRGÃO FISCAL SEGURIDADE SOCIAL TOTAL
01 – Câmara Municipal 1.015.379,70 1.015.379,70
02 – Gabinete do Prefeito 940.450,00 940.450,00
03 – Secretaria de Administração 701.400,00 701.400,00
04 – Secretaria de Finanças 1.212.906,00 1.212.906,00
05 – Secretaria de Saúde 5.322.140,00
06 - Secretaria de Assistência Social 1.066.000,00 1.066.000,00
07 – Secretaria de Educação 4.518.100,00 4.518.100,00
08 – Secretaria de Infra Estrutura 4.275.424,30 4.275.424,30
09 – Secretaria de Agricultura 759.500,00 759.500,00
12 – Secretaria de Meio Ambiente Turismo e Cultura 894.500,00 894.500,00
13 – Secretaria de Planejamento, Tecnologia e Informática 304.000,00 304.000,00
14- Secretaria de Esportes 396.200,00 396.200,00
TOTAL 15.017.860,00 6.388.140,00 21.406.000,00

2 – DESPESA POR CATEGORIA ECONOMICA FISCAL SEGURIDADE SOCIAL TOTAL
03 – Despesas Correntes 14.141.860,00 5.986.140,00 20.128.000,00
04 – Despesas de Capital 876.000,00 402.000,00 1.278.000,00
TOTAL 15.017.860,00 6.388.140,00 21.406.000,00

3 – DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO FISCAL SEGURIDADE SOCIAL TOTAL

01 – Legislativa 1.015.379,70 1.015.379,70
04 – Administração 5.304.180,30 5.304.180,30
08 – Assistência Social 1.066.000,00 1.066.000,00
10 – Saúde 5.322.140,00 5.322.140,00
12 – Educação 4.518.100,00 4.518.100,00
13 – Cultura 296.000,00 296.000,00
15 – Urbanismo 317.000,00 317.000,00
16 – Habitação 48.500,00 48.500,00
17 – Saneamento 820.500,00 820.500,00
20 – Agricultura 78.000,00 78.000,00
23 – Comércio e Serviços 96.000,00 96.000,00
25 – Energia 55.000,00 55.000,00
26 – Transporte 1.832.000,00 1.832.000,00
27 – Desporto e Lazer 396.200,00 396.200,00
28 – Encargos Especiais 241.000,00 241.000,00
TOTAL 15.017.860,00 6.388.140,00 21.406.000,00

4 – DESPESA POR PROGRAMA FISCAL SEGURIDADE SOCIAL TOTAL
0001 – Processo Legislativo 1.015.379,70 1.015.379,70
0002 – Apoio Adm. Gab. Prefeito 940.450,00 940.450,00
0003 – Apoio Adm. Administração 424.500,00 424.500,00
0004 – Apoio Adm. Dep. Pessoal 253.400,00 253.400,00
0005 – Reforma Estrutura do Prédio 13.000,00 13.000,00
0006 – Retransmissão Imagem TV 10.500,00 10.500,00
0007 – Apoio Adm. Sec. Finanças 187.000,00 187.000,00
0008 – Apoio Adm. Dep. Contábil 478.000,00 478.000,00
0009 – Apoio Adm. Setor Cadastro 119.100,00 119.100,00
0010 – Administração de Receitas 5.000,00 5.000,00
0011 – Resgatando a Cultura 296.000,00 296.000,00
0012 – Esporte e Lazer 396.200,00 396.200,00
0013 – Desenv. Ensino Fundamental 2.950.571,00 2.950.571,00
0014 – Desenv. Educação Infantil 1.085.505,80 1.085.505,80
0015 – Alfab. de Jovens e Adultos 13.500,00 13.500,00
0018 – Apoio Adm. Sec. Educação 468.523,20 468.523,20
0019 – PAB – Atenção Básica 1.693.500,00 1.693.500,00
0020 – MAC – Assistência PPI 300.000,00 300.000,00
0021 – Assistência Farmacêutica 180.000,00 180.000,00
0022 – Vigilância em Saúde 292.000,00 292.000,00
0023 – Gestão SUS 1.502.640,00 1.502.640,00

0024 – Apoio Adm. Assist. Social 689.500,00 689.500,00
0025 – Apoio Adm. Assist. Social 16.500,00 16.500,00
0026 – PETI – Errad.Trab. Infantil 70.500,00 70.500,00
0028 – Programa Emergencial 220.000,00 220.000,00
0032 – APD – AP. Pessoa Idosa 35.000,00 35.000,00
0033 – Apoio Adm. Infra Estrutura 1.202.424,30 1.202.424,30
0034 – Apoio Ad. Dep. Água Esgoto 597.500,00 597.500,00
0035 – Sistema Tratamento de Água 188.500,00 188.500,00
0036 – Estação de Trat. De Água 34.500,00 34.500,00
0037 – Pavimentação Vias Urbanas 161.000,00 161.000,00
0038 – Expansão Rede de Energia 55.000,00 55.000,00
0039 – Reforma Construção Pontes 67.000,00 67.000,00
0042 – Casas Populares 48.500,00 48.500,00
0043 – Lazer e Recreação 76.000,00 76.000,00
0044 – Distribuição Final do Lixo 80.000,00 80.000,00
0047 – Apoio Adm. Sec. Agricultura 681.500,00 681.500,00
0048 – Turismo 96.000,00 96.000,00
0049 – Melhoram. Rebanho Bovino 68.500,00 68.500,00
0050 – Bolsa Municipal do Produtor 9.500,00 9.500,00
0052 – Patrulha Rodoviária 45.000,00 45.000,00
0053 – Bolsa Família 34.500,00 34.500,00
0054 – Terminal Rodoviário 20.000,00 20.000,00
0056 – MAC Assistência PPI 1.354.000,00 1.354.000,00
0057 – Apoio Adm. SEMATUR 502.500,00 502.500,00
0058 – Infra Estrutura de Transporte 1.700.000,00 1.700.000,00
0124 – Apoio Administrativo 304.000,00 304.000,00
9999 – Reserva de Contingência 182.806,00 182.806,00
0000 – Encargos Especiais 241.000,00 241.000,00
TOTAL 15.017.860,00 6.388.140,00 21.406.000,00

ARTIGO 4º - Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei nº 4.320/64, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite correspondente a 15% (quinze por cento) da Receita estimada para o orçamento, obedecidas às disposições do Art. 43 e parágrafos da Lei Federal nº 4320/64 de 17 de março de 1964.

Parágrafo Único - Podendo, dentro do limite acima, transpor, remanejar ou transferir recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, conforme preceitua o Art. 167, inciso VI, da Constituição Federal.

ARTIGO 5º - Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

ARTIGO 6º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, 16 de Dezembro de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:00C8FEDB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISTRATO Nº 005/2014

AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 098/2014

Por este instrumento de **TERMO DE DISTRATO** de um lado o **MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS, MATO GROSSO,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o Nº. 03.204.187/0001-33, neste ato representado pelo Sr. **MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 11003200 SJ/MT e CPF nº 903.672.351-53, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina nº 920, Centro, nesta cidade, neste ato denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **ODAIR JOSE DOS SANTOS**, brasileiro, portador do RG nº. 1962390-9 SSP/MT e CPF nº 004.927.451-10, residente e domiciliado na Rua Buriti nº 19 Cohab neste município de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato denominado simplesmente de **CONTRATADO**, o que segue:
Cláusula 1º - **O CONTRATANTE**, **rescindi** o Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº 098/2014 firmado em 25/06/2014, a partir de 31 de Dezembro de 2014.
Parágrafo Único: O Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, referido no caput é rescindido por este instrumento por Término de Vigência.
Cláusula 2º - **O CONTRATANTE** pagará os direitos de férias e 1/3 de férias proporcional ao tempo trabalhado, incluindo os proventos mensais, descontados os devidos tributos.
Cláusula 3º - As despesas deste Distrato correrão por conta da dotação orçamentária, cuja rubrica é a seguinte: (347) 08.002.04.122.0033.2341.3190.11.00.00.00 – vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil.
E por estarem assim, justos e contratados, as partes firmam o presente Termo de Distrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Porto dos Gaúchos/MT, 15 de Dezembro de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Contratante

ODAIR JOSE DOS SANTOS
Contratado

Testemunhas

Rosilda J.S.C. Morais
CPF: 353.321.151-72

Eder Rafael Boldrin
CPF: 002.785.701-86

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:DB0DD9FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISTRATO Nº 006/2014

AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 085/2014

Por este instrumento de **TERMO DE DISTRATO** de um lado o **MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS, MATO GROSSO,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o Nº. 03.204.187/0001-33, neste ato representado pelo Sr. **MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 11003200 SJ/MT e CPF nº 903.672.351-53, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina nº 920, Centro, nesta cidade, neste ato denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **THAIS PRISCILLA FERNANDES ZOLIN**, brasileira, portadora do RG nº. 1104153-6 SJ/MT e CPF nº 701.685.041-20, residente e domiciliada na Rua Rui Barbosa nº 195N bairro São João no município de Juara/MT, neste ato denominada simplesmente de **CONTRATADA**, o que segue:
Cláusula 1º - **O CONTRATANTE**, **rescindi** o Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº 085/2014 firmado em 03/06/2014, a partir de 31 de Dezembro de 2014.
Parágrafo Único: O Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, referido no caput é rescindido por este instrumento por Término de Vigência.
Cláusula 2º - **O CONTRATANTE** pagará os direitos de férias e 1/3 de férias proporcional ao tempo trabalhado, incluindo os proventos mensais, descontados os devidos tributos.
Cláusula 3º - As despesas deste Distrato correrão por conta da dotação orçamentária, cuja rubrica é a seguinte: (166) 05.004.10.301.0019.2092.3190.11.00.00.00 – vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil.

E por estarem assim, justos e contratados, as partes firmam o presente Termo de Distrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Porto dos Gaúchos/MT, 15 de Dezembro de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Contratante

THAIS PRISCILLA F. ZOLIN
Contratada

Testemunhas

Alencar Rabuske Neuckamp
CPF: 856.340.341-91

Juliana Dominhaki de Almeida
CPF: 103.526.047-60

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:E0449461

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO DO CONTRATO Nº 075/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 075/2014

Que entre si fazem, de um lado o Município de **Porto dos Gaúchos/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 03.204.187/0001-33, com sede na Praça Leopoldina Wilke nº 19, nesta cidade de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato representado pelo prefeito municipal, **MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 11003200 SJ/MT e CPF nº 903.672.351-53, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina nº 920, Centro, nesta cidade, neste ato denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **ROSENILDA APARECIDA CORREIA DE CARVALHO**, brasileira, casada, portadora do RG nº. 1656649-1 SSP/MT e CPF nº 011.253.161-01, residente e domiciliada na Rua Minervino Cecílio dos Santos no bairro da Creche neste município de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Termo Aditivo mediante Cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência da prestação de serviço no cargo de **Apoio Administrativo Educacional A** na folha do Ensino Fundamental 40% FUNDEB junto a Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO E VIGENCIA
O prazo de vigência estipulado na cláusula terceira do Contrato nº 075/2014 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
O valor mensal para este termo é de R$ 1.026,75(Um mil, vinte e seis reais e setenta e cinco centavos) totalizando o valor global da prorrogação de R$ 12.321,00(Doze mil, trezentos e vinte e um reais).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta da Dotação Orçamentária: 07.004.12.361.0013.2320.3190.11.00.00.00 – vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO
E por estarem justos e contratados, na forma da Lei assinam o presente instrumento, elaborado em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que a tudo presenciaram, comprometendo-se por si e seus sucessores legais para fiel cumprimento de todos os dispositivos, e elegem o foro da comarca de Porto dos Gaúchos, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento.

Porto dos Gaúchos MT, 15 de dezembro de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Contratante

ROSENILDA A. C. CARVALHO
Contratada

Testemunhas

Claudiane Eidt Bertol
CPF: 000.166.659-29

Elizabete Marta K. Lopes
CPF: 535.759.541-00

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:AE210664

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO DO CONTRATO Nº 076/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 076/2014

Que entre si fazem, de um lado o Município de **Porto dos Gaúchos/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 03.204.187/0001-33, com sede na Praça Leopoldina Wilke nº 19, nesta cidade de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato representado pelo prefeito municipal, **MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 11003200 SJ/MT e CPF nº 903.672.351-53, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina nº 920, Centro, nesta cidade, neste ato denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **MARILUCE DOS SANTOS SILVA**, brasileira, casada, portadora do RG nº. 0289583-8 SSP/MT e CPF nº 487.294.691-04, residente e domiciliada na Av. Guilherme Meyer, centro neste município de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Termo Aditivo mediante Cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência da prestação de serviço no cargo de **Professor** 20 horas na folha da Educação Infantil 60% FUNDEB junto a Creche Municipal Pequeno Príncipe, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO E VIGENCIA
O prazo de vigência estipulado na cláusula terceira do Contrato nº 076/2014 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
O valor mensal para este termo é de R$ 1.438,13(Um mil quatrocentos e trinta e oito reais e treze centavos) totalizando o valor global da prorrogação de R$ 17.257,56(Dezessete mil duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e seis centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta da Dotação Orçamentária: 07.004.12.365.0014.2331.3190.11.00.00.00 – vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO
E por estarem justos e contratados, na forma da Lei assinam o presente instrumento, elaborado em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que a tudo presenciaram, comprometendo-se por si e seus sucessores legais para fiel cumprimento de todos os dispositivos, e elegem o foro da comarca de Porto dos Gaúchos, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento.

Porto dos Gaúchos MT, 15 de dezembro de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Contratante

MARILUCE DOS SANTOS SILVA
Contratada

Testemunhas

Claudiane Eidt Bertol
CPF: 000.166.659-29

Elizabete Marta K. Lopes
CPF: 535.759.541-00

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:83544FE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO DO CONTRATO Nº 077/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 077/2014

Que entre si fazem, de um lado o Município de **Porto dos Gaúchos/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 03.204.187/0001-33, com sede na Praça Leopoldina Wilke nº 19, nesta cidade de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato representado pelo prefeito municipal, **MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 11003200 SJ/MT e CPF nº 903.672.351-53, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina nº 920, Centro, nesta cidade, neste ato denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **VERA LUCIA DE SOUZA FISCHER**, brasileira, casada, portadora do RG nº. 1035578-2 SSP/MT e CPF nº 769.779.191-91 residente e domiciliada na Av. Rio Grande do Sul nº 1252 neste município de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Termo Aditivo mediante Cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência da prestação de serviço no cargo de **Professor** 24 horas na folha do Ensino Fundamental 60% FUNDEB junto a Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO E VIGENCIA
O prazo de vigência estipulado na cláusula terceira do Contrato nº 077/2014 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
O valor mensal para este termo é de R$ 1.725,77(Um mil setecentos e vinte e cinco reais e setenta e sete centavos) totalizando o valor global da prorrogação de R$ 20.709,24(Vinte mil setecentos e nove reais e vinte e quatro centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta da Dotação Orçamentária: 07.004.12.361.0013.2321.3190.11.00.00.00 – vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO
E por estarem justos e contratados, na forma da Lei assinam o presente instrumento, elaborado em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que a tudo presenciaram, comprometendo-se por si e seus sucessores legais para fiel cumprimento de todos os dispositivos, e elegem o foro da comarca de Porto dos Gaúchos, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento.

Porto dos Gaúchos MT, 15 de dezembro de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Contratante

VERA LUCIA DE SOUZA FISCHER
Contratada

Testemunhas

Claudiane Eidt Bertol
CPF: 000.166.659-29

Elizabete Marta K. Lopes
CPF: 535.759.541-00

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:D2D2779B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO DO CONTRATO Nº 078/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 078/2014

Que entre si fazem, de um lado o Município de **Porto dos Gaúchos/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 03.204.187/0001-33, com sede na Praça Leopoldina Wilke nº 19, nesta cidade de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato representado pelo prefeito municipal, **MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 11003200 SJ/MT e CPF nº 903.672.351-53, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina nº 920, Centro, nesta cidade, neste ato denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **LUIS RICARDO DE SOUSA REZER**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 1634651-3 SSP/MT e CPF nº 039.893.771-08, residente e domiciliado na Av. Girua neste município de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato denominado simplesmente de **CONTRATADO**, resolvem firmar o presente Termo Aditivo mediante Cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência da prestação de serviço no cargo de **Apoio Administrativo Educacional C** na folha do Ensino Fundamental 40% FUNDEB junto a Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO E VIGENCIA
O prazo de vigência estipulado na cláusula terceira do Contrato nº 078/2014 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
O valor mensal para este termo é de R$ 1.026,75(Um mil, vinte e seis reais e setenta e cinco centavos) totalizando o valor global da prorrogação de R$ 12.321,00(Doze mil, trezentos e vinte e um reais).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta da Dotação Orçamentária: 07.004.12.361.0013.2320.3190.11.00.00.00 – vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO
E por estarem justos e contratados, na forma da Lei assinam o presente instrumento, elaborado em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que a tudo presenciaram, comprometendo-se por si e seus sucessores legais para fiel cumprimento de todos os dispositivos, e elegem o foro da comarca de Porto dos Gaúchos, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento.

Porto dos Gaúchos MT, 15 de dezembro de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Contratante

LUIS RICARDO DE SOUSA REZER
Contratada

Testemunhas

Claudiane Eidt Bertol
CPF: 000.166.659-29

Elizabete Marta K. Lopes
CPF: 535.759.541-00

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:49B15CC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO DO CONTRATO Nº 079/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 079/2014

Que entre si fazem, de um lado o Município de **Porto dos Gaúchos/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 03.204.187/0001-33, com sede na Praça Leopoldina Wilke nº 19, nesta cidade de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato representado pelo prefeito municipal, **MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 11003200 SJ/MT e CPF nº 903.672.351-53, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina nº 920, Centro, nesta cidade, neste ato denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **MIRIAN CRISTIANE MISIAK**, brasileira, portadora do RG nº. 1035506-5 SSP/MT e CPF nº 775.182.331-34, residente e domiciliada na Av. Mato Grosso neste município de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Termo Aditivo mediante Cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência da prestação de serviço no cargo de **Professor** 20 horas na folha da Educação Infantil 60% FUNDEB junto a Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO E VIGENCIA
O prazo de vigência estipulado na cláusula terceira do Contrato nº 079/2014 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
O valor mensal para este termo é de R$ 1.438,13(Um mil quatrocentos e trinta e oito reais e treze centavos) totalizando o valor global da prorrogação de R$ 17.257,56(Dezessete mil duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e seis centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta da Dotação Orçamentária: 07.004.12.365.0014.2331.3190.11.00.00.00 – vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO
E por estarem justos e contratados, na forma da Lei assinam o presente instrumento, elaborado em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que a tudo presenciaram, comprometendo-se por si e seus sucessores legais para fiel cumprimento de todos os dispositivos, e elegem o foro da comarca de Porto dos Gaúchos, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento.

Porto dos Gaúchos MT, 15 de dezembro de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Contratante

MIRIAN CRISTIANE MISIAK
Contratada

Testemunhas

Claudiane Eidt Bertol
CPF: 000.166.659-29

Elizabete Marta K. Lopes
CPF: 535.759.541-00

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:98ADC123

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO DO CONTRATO Nº 080/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 080/2014

Que entre si fazem, de um lado o Município de **Porto dos Gaúchos/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 03.204.187/0001-33, com sede na Praça Leopoldina Wilke nº 19, nesta cidade de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato representado pelo prefeito municipal, **MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 11003200 SJ/MT e CPF nº 903.672.351-53, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina nº 920, Centro, nesta cidade, neste ato denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **STEFANIA RAFAELA DA SILVA**, brasileira, portadora do RG nº. 1393646-8 SSP/MT e CPF nº 987.430.311-53, residente e domiciliada na Rua Paulo Rezer neste município de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Termo Aditivo mediante Cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência da prestação de serviço no cargo de **Professor** 20 horas na folha da Educação Infantil 60% FUNDEB junto a Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO E VIGENCIA
O prazo de vigência estipulado na cláusula terceira do Contrato nº 080/2014 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
O valor mensal para este termo é de R$ 1.438,13(Um mil quatrocentos e trinta e oito reais e treze centavos) totalizando o valor

global da prorrogação de R$ 17.257,56(Dezessete mil duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e seis centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta da Dotação Orçamentária: 07.004.12.365.0014.2331.3190.11.00.00.00 – vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO
E por estarem justos e contratados, na forma da Lei assinam o presente instrumento, elaborado em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que a tudo presenciaram, comprometendo-se por si e seus sucessores legais para fiel cumprimento de todos os dispositivos, e elegem o foro da comarca de Porto dos Gaúchos, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento.

Porto dos Gaúchos MT, 15 de dezembro de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Contratante

STEFANIA RAFAELA DA SILVA
Contratada

Testemunhas

Claudiane Eidt Bertol
CPF: 000.166.659-29

Elizabete Marta K. Lopes
CPF: 535.759.541-00

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:E9F0D0B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO DO CONTRATO Nº 081/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 081/2014

Que entre si fazem, de um lado o Município de **Porto dos Gaúchos/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 03.204.187/0001-33, com sede na Praça Leopoldina Wilke nº 19, nesta cidade de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato representado pelo prefeito municipal, **MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 11003200 SJ/MT e CPF nº 903.672.351-53, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina nº 920, Centro, nesta cidade, neste ato denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **ANA CRISTINA DE OLIVEIRA**, brasileira, portadora do RG nº. 10.335.833-7 SSP/PR e CPF nº 070.836.699-61, residente e domiciliada na Av. Teodoro Rezer neste município de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Termo Aditivo mediante Cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência da prestação de serviço no cargo de **Técnico Administrativo Educacional Não Profissionalizante** na folha do Ensino Fundamental 40% FUNDEB junto a Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO E VIGENCIA
O prazo de vigência estipulado na cláusula terceira do Contrato nº 081/2014 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
O valor mensal para este termo é de R$ 1.026,75(Um mil, vinte e seis reais e setenta e cinco centavos) totalizando o valor global da prorrogação de R$ 12.321,00(Doze mil, trezentos e vinte e um reais).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta da Dotação Orçamentária: 07.004.12.361.0013.2320.3190.11.00.00.00 – vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO
E por estarem justos e contratados, na forma da Lei assinam o presente instrumento, elaborado em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que a tudo presenciaram, comprometendo-se por si e seus sucessores legais para fiel cumprimento de todos os dispositivos, e elegem o foro da comarca de Porto dos Gaúchos, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento.

Porto dos Gaúchos MT, 15 de dezembro de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Contratante

ANA CRISTINA DE OLIVEIRA
Contratada

Testemunhas

Claudiane Eidt Bertol
CPF: 000.166.659-29

Elizabete Marta K. Lopes
CPF: 535.759.541-00

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:2CD35A94

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO DO CONTRATO Nº 082/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 082/2014

Que entre si fazem, de um lado o Município de **Porto dos Gaúchos/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 03.204.187/0001-33, com sede na Praça Leopoldina Wilke nº 19, nesta cidade de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato representado pelo prefeito municipal, **MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 11003200 SJ/MT e CPF nº 903.672.351-53, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina nº 920, Centro, nesta cidade, neste ato denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **MARINETE MIRANDA DA SILVA**, brasileira, portadora do RG nº. 1601271-2 SSP/MT e CPF nº 021.579.141-02, residente e domiciliada na Rua Campo Grande na Gleba São João neste município de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Termo Aditivo mediante Cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência da prestação de serviço no cargo de **Apoio Administrativo Educacional E** 20 horas na folha da Educação Infantil 40% FUNDEB junto a Escola Municipal "Paulo de Almeida Costa", lotada na Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO E VIGENCIA

O prazo de vigência estipulado na cláusula terceira do Contrato nº 082/2014 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
O valor mensal para este termo é de R$ 684,50(Seiscentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos) totalizando o valor global da prorrogação de R$ 8.214,00(Oito mil duzentos e quatorze reais).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta da Dotação Orçamentária: 07.004.12.365.0014.2330.3190.11.00.00.00 – vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO
E por estarem justos e contratados, na forma da Lei assinam o presente instrumento, elaborado em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que a tudo presenciaram, comprometendo-se por si e seus sucessores legais para fiel cumprimento de todos os dispositivos, e elegem o foro da comarca de Porto dos Gaúchos, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento.

Porto dos Gaúchos MT, 15 de dezembro de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Contratante

MARINETE MIRANDA DA SILVA
Contratada

Testemunhas

Claudiane Eidt Bertol
CPF: 000.166.659-29

Elizabete Marta K. Lopes
CPF: 535.759.541-00

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:EC1FC8ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO DO CONTRATO Nº 083/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 083/2014

Que entre si fazem, de um lado o Município de **Porto dos Gaúchos/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 03.204.187/0001-33, com sede na Praça Leopoldina Wilke nº 19, nesta cidade de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato representado pelo prefeito municipal, **MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 11003200 SJ/MT e CPF nº 903.672.351-53, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina nº 920, Centro, nesta cidade, neste ato denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **NAGILA DAIANE POLITOWSKI**, brasileira, portadora do RG nº. 1633274-1 SSP/MT e CPF nº 040.488.701-57, residente e domiciliada na Av. Ijuí nº 985 neste município de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Termo Aditivo mediante Cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência da prestação de serviço no cargo de **Professor** 20 horas na folha do Ensino Fundamental 60% FUNDEB junto a Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO E VIGENCIA
O prazo de vigência estipulado na cláusula terceira do Contrato nº 083/2014 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
O valor mensal para este termo é de R$ 1.438,13(Um mil quatrocentos e trinta e oito reais e treze centavos) totalizando o valor global da prorrogação de R$ 17.257,56(Dezessete mil duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e seis centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta da Dotação Orçamentária: 07.004.12.361.0013.2321.3190.11.00.00.00 – vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO
E por estarem justos e contratados, na forma da Lei assinam o presente instrumento, elaborado em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que a tudo presenciaram, comprometendo-se por si e seus sucessores legais para fiel cumprimento de todos os dispositivos, e elegem o foro da comarca de Porto dos Gaúchos, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento.

Porto dos Gaúchos MT, 15 de dezembro de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Contratante

NAGILA DAIANE POLITOWSKI
Contratada

Testemunhas

Claudiane Eidt Bertol
CPF: 000.166.659-29

Elizabete Marta K. Lopes
CPF: 535.759.541-00

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:407F9AB1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO DO CONTRATO Nº 086/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 086/2014

Que entre si fazem, de um lado o Município de **Porto dos Gaúchos/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 03.204.187/0001-33, com sede na Praça Leopoldina Wilke nº 19, nesta cidade de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato representado pelo prefeito municipal, **MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 11003200 SJ/MT e CPF nº 903.672.351-53, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina nº 920, Centro, nesta cidade, neste ato denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **KATIA KARINA ELLIOTT DA COSTA**, brasileira, portadora do RG nº. 2262083-4 SSP/MT e CPF nº 035.852.281-19, residente e domiciliada na Av. Mato Grosso nº 1515 centro neste município de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Termo Aditivo mediante Cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência da prestação de serviço no cargo de **Apoio Administrativo**

Educacional E 20 horas na folha da Educação Infantil 40% FUNDEB junto a Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO E VIGENCIA
O prazo de vigência estipulado na cláusula terceira do Contrato nº 086/2014 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
O valor mensal para este termo é de R$ 684,50(Seiscentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos) totalizando o valor global da prorrogação de R$ 8.214,00(Oito mil duzentos e quatorze reais).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta da Dotação Orçamentária: 07.004.12.365.0014.2330.3190.11.00.00.00 – vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO
E por estarem justos e contratados, na forma da Lei assinam o presente instrumento, elaborado em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que a tudo presenciaram, comprometendo-se por si e seus sucessores legais para fiel cumprimento de todos os dispositivos, e elegem o foro da comarca de Porto dos Gaúchos, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento.

Porto dos Gaúchos MT, 15 de dezembro de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Contratante

KATIA KARINA ELLIOTT DA COSTA
Contratada

Testemunhas

Claudiane Eidt Bertol
CPF: 000.166.659-29

Elizabete Marta K. Lopes
CPF: 535.759.541-00

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:5E7BC02A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO DO CONTRATO Nº 090/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 090/2014

Que entre si fazem, de um lado o Município de **Porto dos Gaúchos/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 03.204.187/0001-33, com sede na Praça Leopoldina Wilke nº 19, nesta cidade de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato representado pelo prefeito municipal, **MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 11003200 SJ/MT e CPF nº 903.672.351-53, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina nº 920, Centro, nesta cidade, neste ato denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **CLAUDIA MOREIRA DOS SANTOS**, brasileira, portadora do RG nº. 1634905-9 SSP/MT e CPF nº 016.287.261-56, residente e domiciliada na Rua Vereador Leonardo Buss neste município de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Termo Aditivo mediante Cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência da prestação de serviço no cargo de **Apoio Administrativo Educacional B** 20 horas na folha do Ensino Fundamental 40% FUNDEB junto a Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO E VIGENCIA
O prazo de vigência estipulado na cláusula terceira do Contrato nº 090/2014 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
O valor mensal para este termo é de R$ 684,50(Seiscentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos) totalizando o valor global da prorrogação de R$ 8.214,00(Oito mil duzentos e quatorze reais).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta da Dotação Orçamentária: 07.004.12.361.0013.2320.3190.11.00.00.00 – vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO
E por estarem justos e contratados, na forma da Lei assinam o presente instrumento, elaborado em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que a tudo presenciaram, comprometendo-se por si e seus sucessores legais para fiel cumprimento de todos os dispositivos, e elegem o foro da comarca de Porto dos Gaúchos, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento.

Porto dos Gaúchos MT, 15 de dezembro de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Contratante

CLAUDIA MOREIRA DOS SANTOS
Contratada

Testemunhas

Claudiane Eidt Bertol
CPF: 000.166.659-29

Elizabete Marta K. Lopes
CPF: 535.759.541-00

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:815B2CFB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO DO CONTRATO Nº 091/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 091/2014

Que entre si fazem, de um lado o Município de **Porto dos Gaúchos/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 03.204.187/0001-33, com sede na Praça Leopoldina Wilke nº 19, nesta cidade de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato representado pelo prefeito municipal, **MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 11003200 SJ/MT e CPF nº 903.672.351-53, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina nº 920, Centro, nesta cidade, neste ato denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **SOELI ANDRADE RONNAU**, brasileira, portadora do RG nº. 1218072-6 SSP/MT e CPF nº 977.955.341-04 residente e domiciliada na Rua Dona Alvina nº 1077 neste município de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem

firmar o presente Termo Aditivo mediante Cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência da prestação de serviço no cargo de **Professor** 20 horas na folha do Ensino Fundamental 60% FUNDEB junto a Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO E VIGENCIA
O prazo de vigência estipulado na cláusula terceira do Contrato nº 091/2014 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
O valor mensal para este termo é de R$ 1.438,13(Um mil quatrocentos e trinta e oito reais e treze centavos) totalizando o valor global da prorrogação de R$ 17.257,56(Dezessete mil duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e seis centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta da Dotação Orçamentária: 07.004.12.361.0013.2321.3190.11.00.00.00 – vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO
E por estarem justos e contratados, na forma da Lei assinam o presente instrumento, elaborado em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que a tudo presenciaram, comprometendo-se por si e seus sucessores legais para fiel cumprimento de todos os dispositivos, e elegem o foro da comarca de Porto dos Gaúchos, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento.

Porto dos Gaúchos MT, 15 de dezembro de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Contratante

SOELI ANDRADE RONNAU
Contratada

Testemunhas

Claudiane Eidt Bertol
CPF: 000.166.659-29

Elizabete Marta K. Lopes
CPF: 535.759.541-00

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:A1DC624E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO DO CONTRATO Nº 095/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 095/2014

Que entre si fazem, de um lado o Município de **Porto dos Gaúchos/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 03.204.187/0001-33, com sede na Praça Leopoldina Wilke nº 19, nesta cidade de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato representado pelo prefeito municipal, **MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 11003200 SJ/MT e CPF nº 903.672.351-53, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina nº 920, Centro, nesta cidade, neste ato denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **LEANDRO XIQUETO PEREIRA**, brasileiro, portador do RG nº. 2139985-9 SSP/MT e CPF nº 033.222.511-95, residente e domiciliado no Assentamento Arara Azul neste município de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato denominado simplesmente de **CONTRATADO**, resolvem firmar o presente Termo Aditivo mediante Cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência da prestação de serviço no cargo de **Operador de Saneamento** lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO E VIGENCIA
O prazo de vigência estipulado na cláusula terceira do Contrato nº 095/2014 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
O valor mensal para este termo é de R$ 958,88(Novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e oito centavos) totalizando o valor global da prorrogação de R$ 11.506,56(Onze mil quinhentos e seis reais e cinquenta e seis centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta da Dotação Orçamentária: 08.004.17.512.0034.2420.3190.11.00.00.00 – vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO
E por estarem justos e contratados, na forma da Lei assinam o presente instrumento, elaborado em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que a tudo presenciaram, comprometendo-se por si e seus sucessores legais para fiel cumprimento de todos os dispositivos, e elegem o foro da comarca de Porto dos Gaúchos, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento.

Porto dos Gaúchos MT, 15 de dezembro de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Contratante

LEANDRO XIQUETO PEREIRA
Contratado

Testemunhas

Rosilda J.S.C. Morais
CPF: 353.321.151-72

Eder Rafael Boldrin
CPF: 002.785.701-86

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:495B7FAA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO DO CONTRATO Nº 096/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 096/2014

Que entre si fazem, de um lado o Município de **Porto dos Gaúchos/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 03.204.187/0001-33, com sede na Praça Leopoldina Wilke nº 19, nesta cidade de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato representado pelo prefeito municipal, **MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 11003200 SJ/MT e CPF nº 903.672.351-53, residente e domiciliado

na Rua Dona Alvina nº 920, Centro, nesta cidade, neste ato denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **JESSIKA FERNANDA DA CRUZ CAMPINAS**, brasileira, portadora do RG nº. 1811760-0 SSP/MT e CPF nº 015.905.321-80, residente e domiciliada na Av. Santo Ângelo neste município de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Termo Aditivo mediante Cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência da prestação de serviço no cargo de **Apoio Administrativo Educacional E** 20 horas na folha do Ensino Fundamental 40% FUNDEB junto a Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO E VIGENCIA
O prazo de vigência estipulado na cláusula terceira do Contrato nº 096/2014 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
O valor mensal para este termo é de R$ 684,50(Seiscentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos) totalizando o valor global da prorrogação de R$ 8.214,00(Oito mil duzentos e quatorze reais).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta da Dotação Orçamentária: 07.004.12.361.0013.2320.3190.11.00.00.00 – vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO
E por estarem justos e contratados, na forma da Lei assinam o presente instrumento, elaborado em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que a tudo presenciaram, comprometendo-se por si e seus sucessores legais para fiel cumprimento de todos os dispositivos, e elegem o foro da comarca de Porto dos Gaúchos, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento.

Porto dos Gaúchos MT, 15 de dezembro de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Contratante

JESSIKA F.DA CRUZ CAMPINAS
Contratada

Testemunhas

Claudiane Eidt Bertol
CPF: 000.166.659-29

Elizabete Marta K. Lopes
CPF: 535.759.541-00

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:662E9DBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO DO CONTRATO Nº 097/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 097/2014

Que entre si fazem, de um lado o Município de **Porto dos Gaúchos/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 03.204.187/0001-33, com sede na Praça Leopoldina Wilke nº 19, nesta cidade de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato representado pelo prefeito municipal, **MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 11003200 SJ/MT e CPF nº 903.672.351-53, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina nº 920, Centro, nesta cidade, neste ato denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **GILMAR SILVA DOS SANTOS**, brasileiro, portador do RG nº.1161973-2 SJ/MT e CPF nº 785.499.491-91, residente e domiciliado na Rua Mato Grosso nº 7 bairro Papa João Paulo II no município de Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato denominado simplesmente de **CONTRATADO**, resolvem firmar o presente Termo Aditivo mediante Cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência da prestação de serviço no cargo de **Técnico em Enfermagem** lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO E VIGENCIA
O prazo de vigência estipulado na cláusula terceira do Contrato nº 097/2014 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
O valor mensal para este termo é de R$ 1.280,85(Um mil duzentos e oitenta reais e oitenta e cinco centavos) totalizando o valor global da prorrogação de R$ 15.370,20(Quinze mil trezentos e setenta reais e vinte centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta da Dotação Orçamentária: 05.004.10.122.0023.2130.3190.11.00.00.00 – vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO
E por estarem justos e contratados, na forma da Lei assinam o presente instrumento, elaborado em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que a tudo presenciaram, comprometendo-se por si e seus sucessores legais para fiel cumprimento de todos os dispositivos, e elegem o foro da comarca de Porto dos Gaúchos, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento.

Porto dos Gaúchos MT, 15 de dezembro de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Contratante

GILMAR SILVA DOS SANTOS
Contratado

Testemunhas

_____
Alencar Rabuske Neuckamp
CPF: 856.340.341-91

_____
Juliana Dominhaki de Almeida
CPF: 103.526.047-60

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:163650A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO DO CONTRATO Nº 099/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 099/2014

Que entre si fazem, de um lado o Município de **Porto dos Gaúchos/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente

inscrito no CNPJ nº 03.204.187/0001-33, com sede na Praça Leopoldina Wilke nº 19, nesta cidade de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato representado pelo prefeito municipal, **MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 11003200 SJ/MT e CPF nº 903.672.351-53, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina nº 920, Centro, nesta cidade, neste ato denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **MARCIO BATISTA DA SILVA**, brasileiro, portador do RG nº. 2163492-0 SSP/MT e CPF nº 757.120.671-53, residente e domiciliado na Rua Vitoria s/nº neste município de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato denominado simplesmente de **CONTRATADO**, resolvem firmar o presente Termo Aditivo mediante Cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência da prestação de serviço no cargo de **Gari** lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO E VIGENCIA
O prazo de vigência estipulado na cláusula terceira do Contrato nº 099/2014 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
O valor mensal para este termo é de R$ 748,00(Setecentos e quarenta e oito reais) totalizando o valor global da prorrogação de R$ 8.976,00(Oito mil novecentos e setenta e seis reais).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta da Dotação Orçamentária: 08.002.04.122.0033.2341.3190.11.00.00.00 – vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO
E por estarem justos e contratados, na forma da Lei assinam o presente instrumento, elaborado em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que a tudo presenciaram, comprometendo-se por si e seus sucessores legais para fiel cumprimento de todos os dispositivos, e elegem o foro da comarca de Porto dos Gaúchos, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento.

Porto dos Gaúchos MT, 15 de dezembro de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Contratante

MARCIO BATISTA DA SILVA
Contratado

Testemunhas

Rosilda J.S.C. Morais
CPF: 353.321.151-72

Eder Rafael Boldrin
CPF: 002.785.701-86

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:2F5D8C6E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO DO CONTRATO Nº 106/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 106/2014

Que entre si fazem, de um lado o Município de **Porto dos Gaúchos/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 03.204.187/0001-33, com sede na Praça Leopoldina Wilke nº 19, nesta cidade de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato representado pelo prefeito municipal, **MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 11003200 SJ/MT e CPF nº 903.672.351-53, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina nº 920, Centro, nesta cidade, neste ato denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **MARCELA RESENDE**, brasileira, portadora do RG nº. 44.626.625-5 SSP/SP e CPF nº 024.155.941-30, residente e domiciliada na Av. Passo Fundo neste município de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Termo Aditivo mediante Cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência da prestação de serviço no cargo de **Professor** 20 horas na folha da Educação Infantil 60% FUNDEB junto a Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO E VIGENCIA
O prazo de vigência estipulado na cláusula terceira do Contrato nº 106/2014 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
O valor mensal para este termo é de R$ 1.438,13(Um mil quatrocentos e trinta e oito reais e treze centavos) totalizando o valor global da prorrogação de R$ 17.257,56(Dezessete mil duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e seis centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta da Dotação Orçamentária: 07.004.12.365.0014.2331.3190.11.00.00.00 – vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO
E por estarem justos e contratados, na forma da Lei assinam o presente instrumento, elaborado em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que a tudo presenciaram, comprometendo-se por si e seus sucessores legais para fiel cumprimento de todos os dispositivos, e elegem o foro da comarca de Porto dos Gaúchos, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento.

Porto dos Gaúchos MT, 15 de dezembro de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Contratante

MARCELA RESENDE
Contratada

Testemunhas

Claudiane Eidt Bertol
CPF: 000.166.659-29

Elizabete Marta K. Lopes
CPF: 535.759.541-00

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:9667920A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO DO CONTRATO Nº 114/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 114/2014

Que entre si fazem, de um lado o Município de **Porto dos Gaúchos/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 03.204.187/0001-33, com sede na Praça Leopoldina Wilke nº 19, nesta cidade de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato representado pelo prefeito municipal, **MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 11003200 SJ/MT e CPF nº 903.672.351-53, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina nº 920, Centro, nesta cidade, neste ato denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **ALESSANDRA EGER ARNDT**, brasileira, portadora do RG nº. 2700056-7 SSP/MT e CPF nº 074.409.639-11, residente e domiciliada na Av. Guilherme Meyer nº 86, bairro Centro no município de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Termo Aditivo mediante Cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência da prestação de serviço no cargo de Psicólogo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO E VIGENCIA
O prazo de vigência estipulado na cláusula terceira do Contrato nº 114/2014 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
O valor mensal para este termo é de R$ 3.756,49(Três mil setecentos e cinquenta e seis reais e quarenta e nove centavos) totalizando o valor global da prorrogação de R$ 45.077,88(Quarenta e cinco mil, setenta e sete reais e oitenta e oito centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta da Dotação Orçamentária: 05.004.10.122.0023.2130.3190.11.00.00.00 – vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO
E por estarem justos e contratados, na forma da Lei assinam o presente instrumento, elaborado em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que a tudo presenciaram, comprometendo-se por si e seus sucessores legais para fiel cumprimento de todos os dispositivos, e elegem o foro da comarca de Porto dos Gaúchos, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento.

Porto dos Gaúchos MT, 15 de dezembro de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Contratante

ALESSANDRA EGER ARNDT
Contratada

Testemunhas

Alencar Rabuske Neuckamp
CPF: 856.340.341-91

Juliana Dominhaki de Almeida
CPF: 103.526.047-60

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:2C9DD166

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO DO CONTRATO Nº 115/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 115/2014

Que entre si fazem, de um lado o Município de **Porto dos Gaúchos/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 03.204.187/0001-33, com sede na Praça Leopoldina Wilke nº 19, nesta cidade de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato representado pelo prefeito municipal, **MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 11003200 SJ/MT e CPF nº 903.672.351-53, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina nº 920, Centro, nesta cidade, neste ato denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **NEUZA DE OLIVEIRA SANTOS**, brasileira, portadora do RG nº.1373707 SSP/PR e CPF nº 208.813.719-04, residente e domiciliado na Av. Rio Grande do Sul, neste município de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato denominado simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Termo Aditivo mediante Cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência da prestação de serviço no cargo de **Técnico em Enfermagem** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO E VIGENCIA
O prazo de vigência estipulado na cláusula terceira do Contrato nº 115/2014 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
O valor mensal para este termo é de R$ 1.280,85(Um mil duzentos e oitenta reais e oitenta e cinco centavos) totalizando o valor global da prorrogação de R$ 15.370,20(Quinze mil trezentos e setenta reais e vinte centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta da Dotação Orçamentária: 05.004.10.122.0023.2130.3190.11.00.00.00 – vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil..

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO
E por estarem justos e contratados, na forma da Lei assinam o presente instrumento, elaborado em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que a tudo presenciaram, comprometendo-se por si e seus sucessores legais para fiel cumprimento de todos os dispositivos, e elegem o foro da comarca de Porto dos Gaúchos, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento.

Porto dos Gaúchos MT, 15 de dezembro de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Contratante

NEUZA DE OLIVEIRA SANTOS
Contratado

Testemunhas

Alencar Rabuske Neuckamp
CPF: 856.340.341-91

Juliana Dominhaki de Almeida
CPF: 103.526.047-60

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:610BAF3C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

CONTRATOS E CONVENIOS
EXTRATO DE ATA ADMINISTRATIVA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 70//2014. ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO, E A **Contatos Livraria e Papelaria CNPJ. 01.046.464/0001-00**, localizada na Rua: Padre Cassimiro N° 261 , Centro Cáceres / MT Município de Cáceres - MT, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAL DE AVIAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DASÉC. DEASSISTÊNCIASOCIAL.**, para o período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos. **TOTAL GERAL** R$ 106.419,50 (cento e seis mil e quatrocentos e dezenove reais , cinquenta centavo)

Publicado por:
Fernanda Ferraz Neto
Código Identificador:E3CEB2C7

CONTRATOS E CONVENIOS
EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO 35/2014 ENTRE MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO CNPJ : 14.039.081/0001-48 E ASSESSORIA JURÍDICA FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN CPF nº 120.673.658-51 PRORROGADO O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato de nº 35/2013 firmado entre as partes em 12/04/2013, nos termos previstos em sua Cláusula 9ª e prorrogado pelo primeiro e segundo termo aditivo do referente contrato até 31/10/2014. Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do Contrato até 31/12/2014.

Publicado por:
Fernanda Ferraz Neto
Código Identificador:D02E6378

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL 047/2014
REGISTRO DE PREÇOS 038/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: ASTHAMED COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ N° 07.955.424/0001-59

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA DE FRALDAS DESCARTÁVEIS GERIÁTRICAS PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE

DATA DA ASSINATURA: 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

VALIDADE: 12 DE MESES

VALOR GLOBAL : 35.707,00 (TRINTA E CINCO MIL SETECENTOS E SETE REAIS)

ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA
Presidente CPL

Publicado por:
Laura Leal da Silva
Código Identificador:79540855

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PP 050/2014

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 050/2014
REGISTRO DE PREÇOS 041/2014

Tipo: Menor Preço por Item

A Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, torna-se publico aos interessados que **no PREGÃO PRESENCIAL 050/2014 Registro de Preço n° 041/2014**, tendo como objeto por **Objeto Registro de preço para Aquisição Futura de Pães, Salgados, Bolos e Produtos em Geral de Panificadora para Atender as Escolas Municipais, Programas Educacionais, Programas Sociais e Secretarias Municipais,** cuja a abertura ocorreu as quinze horas, do 10 de dezembro de 2014, na sede da Prefeitura Municipal de Poxoréu, situada à Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, Poxoréu-MT.

Sagrou-se vencedora da presente licitação a seguinte Empresa:

1 – ALDERACY J. ALVES-ME , inscrita no CNPJ n°10.715.519/0001-00, situada à Rua Av. Brasília s/nº, Jardim Poxoréo, na Cidade de Poxoréu-MT.
O valor Total Global é de **R$ 760.592,00** (setecentos e sessenta mil quinhentos e noventa e dois reais).

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poxoréu, 10 de dezembro de 2014.

ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA
Presidente CPL

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

Publicado por:
Laura Leal da Silva
Código Identificador:4508C094

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA 53/2014

PORTARIA Nº 53/2014 DE 06 de novembro de 2014

" DISPOE SOBRE CONCESSAO DE FÉRIAS A SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA".

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, Sr. Valdenício Anjos da Silva, no uso de suas atribuições legais previstas na lei Orgânica do município e, no Regimento Interno,

Art. 1º Concede férias a servidora **EVA NOLETO COSTA** , ocupante de cargo de Assessor Legislativo, do quadro de provimento efetivo da Câmara Municipal de Querência – MT.

Parágrafo Único. As férias refere-se ao período de aquisição de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, que será gozada de 5 a 14 de janeiro de 2015 , retornando suas atividades dia 15 de janeiro de 2015.

Art. 2º A Câmara Municipal concedeu férias parceladas em conformidade com o artigo 102 da lei complementar 67/2014, sendo que os 20 dias restantes foram concedidos conforme Portaria 24/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,
registre-se,
cumpra-se.

Querência - MT., 06 de dezembro de 2014.

VALDENÍCIO ANJOS DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Querência

Publicado por:
Kelly Cristina Rosa Machado
Código Identificador:BCBD366D

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A PREGOEIRA DA CAMARA MUNICIPAL DE QUERENCIA, ESTADO DE MATO GROSSO, nomeada pela portaria 004/2014 de 08 de setembro 2014. **TORNA PÚBLICO o RESULTADO** do Processo de Licitação n. 007/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 005/2014, regido pela Lei n. 8.666/93, de 03 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Processo: 007/2014
Modalidade: Pregão Presencial n. 005/2014.
Objeto: Aquisição de Equipamentos de Refrigeração, para a Câmara Municipal de Querência-MT.
Realização: 16/12/2014
Horário: 09:30 horas (local)

Vencedor: Amaro e Cia Ltda ME, foi vencedora do item 02, totalizando o valor de R$ 9.116,96 (Nove Mil, Cento Dezesseis Reais e Noventa Seis Centavos).

Item 01 não houve ganhador.

Querência-MT, 16 de dezembro de 2014.

REJANE DE FREITAS ANDRADE
Pregoeira.

Publicado por:
Kelly Cristina Rosa Machado
Código Identificador:F972FCEE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 037/2014

TERMO ADITIVO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 037/2014.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato de prestação de serviços n. 037/2014 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA Estado de Mato Grosso, e a empresa PREMOLDADOS E CONSTRUTORA QUERÊNCIA LTDA-ME, devidamente já qualificadas no Contrato Originário sob nº 037/2014 de 18/06/2014, referente ao processo licitatório nº 083/2014.
CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

1.1 Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação de prazo do Contrato Originário n. 037/2014.

CLAUSULA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO.

2.1 Fica alterado o prazo de execução da obra, sendo acrescido de mais 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do dia 15 de dezembro de dois mil e quatorze, vencendo no dia 16 de março de dois mil e quatorze.

Querência – MT, 15 de dezembro de 2014.

Publicado por:
Daniel Stefanello
Código Identificador:9A3ECA3E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL RESUMIDO DE ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2014

O Prefeito Municipal e a Presidente da Comissão Organização do Concurso Público da Prefeitura de Querência, Estado de Mato Grosso, fazem saber aos interessados que estarão abertas as inscrições para o Concurso Público de Provas e Títulos, Edital n. 001/2014 no período de 22 de dezembro de 2014 a 21 de janeiro de 2015, para ingresso em seu quadro permente de pessoal, para cargos constantes no Anexo I do edital supramencionado, nos termos do que preceitua o art. 37, II da Constituição Federal, a Legislação Municipal vigente, a Lei Federal 7.853/89 e o Decreto Federal 3.298/99.
Mais informações e edital completo no site: www.acpi.com.br e www.querencia.mt.gov.br.

Querência – MT., 15 de dezembro de 2014.

GILMAR REINOLDO WENTZ
Prefeito Municipal

CRISTIANE T.IECKER REIDEL
Presidente da Comissão Organizadora Do Concurso Público n. 001/2014

Publicado por:
Daniel Stefanello
Código Identificador:52846EB2

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PP 31/2014

AVISO DE RESULTADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2014

A Pregoeira juntamente com sua equipe de apoio, torna público o resultado do Pregão em epígrafe que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para ministrar aulas de música e instrumentos musicais, mediante a disponibilização de profissionais devidamente qualificados para desempenhar tal função, bem como a disponibilização dos instrumentos musicais especificados no termo de referencia anexo.

Abertura da sessão aconteceu dia **09 de Dezembro de 2014, às 08:30 horas(horário local)**. A empresa vencedora do certame: RENATO GOMES DE OLIVEIRA & CIA LTDA-ME, CNPJ: 15.012.026/0001-27, a qual foi vencedora dos itens: 01 e 02 no valor global de R$ 12.000,00 (doze mil reais).

Ribeirão Cascalheira, 16 de dezembro de 2014.

LUZINETE MARTINS FERREIRA
Pregoeira

Publicado por:
Luzinete Martins Ferreira
Código Identificador:0A966454

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2014

O Prefeito Municipal Senhor Reynaldo Fonseca Diniz, juntamente com a Pregoeira do Município de Ribeirão Cascalheira, torna-se público o processo licitatório 54/2014 modalidade Pregão Presencial n. 33/2014.
Objeto: Contratação de 02 (dois) profissionais médicos para atendimento no Hospital Municipal desta municipalidade, conforme Termo de referencia anexo I do ato convocatório.
Abertura da sessão acontecerá no dia **07 de Janeiro de 2015, às 08:30 horas (Horário Local)**, na sede da Prefeitura Municipal situada Avenida Padre João Bosco, 2067, Centro, nesta cidade. Os interessados poderão obter informações e o Edital no Departamento de Licitações, segunda a sexta-feira no horário das 7:00 às 13:00hs , ou pelo fone 3489-1838.

Ribeirão Cascalheira, 16 de dezembro de 2014.

LUZINETE MARTINS FERREIRA
Pregoeira

Publicado por:
Luzinete Martins Ferreira
Código Identificador:1320C0A7

GABINETE DO PREFEITO
LEI 710/2014

DATA: 12 DE DEZEMBRO DE 2014

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRAO CASCALHEIRA – MT, PARA O EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

REYNALDO FONSECA DINIZ, Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, **FAÇO SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei

Art. 1º - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício financeiro de 2015, compreendendo:

I – O orçamento fiscal referente aos Poderes do município, seus fundos especiais, órgãos e entidades da administração direta;
II – O Orçamento da Seguridade Social do Município abrangendo todas as entidades da administração Direta.

Art. 2° - O orçamento fiscal do Município de Ribeirão Cascalheira - MT, para o exercício financeiro de 2015, descriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima à receita Bruta em ***R$* 27.329.284,04** (vinte e sete milhões, trezentos e vinte e nove mil e duzentos e oitenta e quatro reais e quatro centavos), que depois de deduzidos **R$ 2.064.410,00** *(*dois milhões sessenta e quatro mil e quatrocentos e dez reais*)*, que destinará a contribuição para formação do **FUNDEB**, e o valor de **R$ 407.000,00** (quatrocentos e sete mil reais), para a desvalorização de remuneração de investimentos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, ficando portando a Receita Líquida em **R$ 24.857.874,04** (vinte quatro milhões oitocentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e setenta e quatro reais e quatro centavos***),*** descriminada pelos anexos integrantes desta Lei.

Art. 3º - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma de legislação em vigor e das especificações constantes do anexo integrante desta Lei, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS		
1-ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Receitas Correntes	**R$**	**18.828.474,04**
Receita Tributaria	R$	2.173.825,71
Receita de Contribuições	R$	94.815,00
Receita Patrimonial	R$	55.912,50
Receita de Serviços	R$	242.550,00
Transferências Correntes	R$	18.383.834,21
Outras Receitas Correntes	R$	61.829,12
(-) Contribuições para o FUNDEB	R$	2.184.292,50
Receitas de Capital	**R$**	**4.955.250,00**
Transferências de Capital	R$	4.955.250,00
Total direta	**R$**	**23.783.724,04**
2-ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
Receitas Correntes	**R$**	**23.100,00**
Receita de Contribuições	R$	241.395,00
Receita Patrimonial	R$	209.055,00
(-) Deduções de Receita Patrimonial	R$	427.350,00
Receitas Correntes Intra-Orçamentária	**R$**	**1.051.050,00**
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	R$	1.051.050,00
Total indireta	**R$**	**1.074.150,00**
TOTAL GERAL	**R$**	**24.857.874,04**

Art. 4º - A despesa do município é fixada na forma dos anexos a esta Lei em **R$ 24.857.874,04** (vinte e quatro milhões, oitocentos e cinqüenta e sete mil, oitocentos e setenta e quatro reais e quatro centavos*)*, que apresentam o seguinte desdobramento:

Ia – POR CATEGORIA ECONÔMICA

DESPESAS		
1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Despesas Correntes	R$	**18.258.117,88**
Pessoal e Encargos	R$	10.848.946,00
Outras Despesas Correntes	R$	7.409.171,88
Despesas de Capital	R$	**5.177.606,16**
Investimentos	R$	4.285.106,16
Inversões Financeiras	R$	105.000,00
Amortização de Divida	R$	787.500,00
Reserva de Contingência	R$	**348.000,00**
Reserva de Contingência	R$	348.000,00
TOTAL DIRETA	R$	**23.783.724,04**

Ib – POR CATEGORIA ECONÔMICA

DESPESAS		
1 – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
Despesas Correntes	R$	**817.378,50**
Pessoal e Encargos	R$	61.000,00
Outras Despesas Correntes	R$	756.378,50
Despesas de Capital	R$	**15.975,00**
Investimentos	R$	15.975,00
Reserva de Contingência	R$	**240.796,50**
Reserva de Contingência	R$	240.796,50
TOTAL INDIRETA	R$	**1.074.150,00**
TOTAL GERAL (Ia+Ib)	R$	**24.857.874,04**

II – POR ÓRGAÕS DO GOVERNO

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
01- Câmara Municipal	R$	1.116.000,00
02- Gabinete do Prefeito	R$	501.000,00
03- Secretaria Municipal de Administração	R$	1.003.800,00
04- Secretaria de Finanças	R$	1.994.129,00
05- Secretaria Municipal de Educação	R$	7.237.320,00
06- Secretaria Municipal de Saúde	R$	5.558.443,88
07- Secretaria de Bem Estar Social	R$	888.300,00
08- Secretaria Municipal de Agricultura	R$	370.650,00
09- Secretaria Municipal de Infraestrutura	R$	3.944.656,16
11- Secretaria Mun.de Cultura, Desp. e Lazer	R$	714.250,00
12- Secretaria Mun.de Meio Amb.e Turismo	R$	386.925,00
13- Secretaria Municipal de Transito	R$	68.250,00
Total da Administração Direta	**R$**	**23.783.724,04**
2 – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
10- Fundo Mun. Prev. Social Serv. Rib. Cascalheira	R$	1.074.150,00
Total da Administração Indireta	R$	**1.074.150,00**
TOTAL GERAL		**24.857.874,04**

III – POR FUNÇÕES

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
01 Legislativa	R$	1.116.000,00
04 Administração	R$	2.391.779,00
08 Assistência Social	R$	888.300,00
10 Saúde	R$	5.558.443,88
12 Educação	R$	7.237.320,00
13 Cultura	R$	330.750,00
15 Urbanismo	R$	588.000,00
16 Habitação	R$	52.500,00
17 Saneamento	R$	433.650,00
18 Gestão Ambiental	R$	327.075,00
20 Agricultura	R$	294.000,00
23 Comércio e Serviços	R$	76.650,00
25 Energia	R$	52.500,00
26 Transporte	R$	2.886.256,16
27 Desporto e Lazer	R$	383.500,00
28 Encargos Especiais	R$	819.000,00
99 Reserva de Contingência	R$	348.000,00
Total da Administração Direta	**R$**	**23.783.724,04**
2 – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
15 Previdência Social	R$	1.074.150,00
TOTAL GERAL	**R$**	**24.857.874,04**

IV – POR SUB-FUNÇÕES

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
031 Ação Legislativa	R$	1.116.000,00
122 Administração Geral	R$	1.504.800,00
123 Administração Financeira	R$	578.550,00
241 Assistência ao Idoso	R$	84.000,00
243 Assistência à Criança e ao Adolescente	R$	94.500,00
244 Assistência Comunitária	R$	604.800,00
301 Atenção Básica	R$	4.939.602,12
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R$	52.500,00
304 Vigilância Sanitária	R$	194.256,00
305 Vigilância Epidemiológica	R$	372.085,76
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	R$	248.579,00
361 Ensino Fundamental	R$	6.051.570,00

364 Ensino Superior	R$	425.250,00
365 Educação Infantil	R$	729.000,00
392 Difusão Cultural	R$	362.250,00
451 Infra-Estrutura Urbana	R$	711.756,16
452 Serviços Urbanos	R$	588.000,00
481 Habitação Rural	R$	181.650,00
482 Habitação Urbana	R$	157.500,00
512 Saneamento Básico Urbano	R$	8.400,00
541 Preservação e Conservação Ambiental	R$	274.575,00
542 Controle Ambiental	R$	52.500,00
543 Recuperação de Áreas Degradadas	R$	21.000,00
605 Abastecimento	R$	480.900,00
608 Promoção da Produção Agropecuária	R$	28.350,00
692 Comercialização	R$	84.000,00
695 Turismo	R$	59.850,00
752 Energia Elétrica	R$	52.500,00
781 Transporte Aéreo	R$	105.000,00
782 Transporte Rodoviário	R$	2.038.000,00
811 Desporto de Rendimento	R$	362.500,00
812 Desporto Comunitário	R$	21.000,00
813 Lazer	R$	31.500,00
841 Refinanciamento da Dívida Interna	R$	819.000,00
999 Reserva de Contingência	R$	348.000,00
Total da Administração Direta	R$	**23.783.724,04**
2 – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
272 Previdência do Regime Estatutário	R$	1.074.150,00
Total da Administração Indireta	R$	**1.074.150,00**
TOTAL GERAL	**R$**	**24.857.874,04**

V – POR PROGRAMAS

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
0010 Processo Legislativo	R$	619.100,00
0011 Administração Legislativa	R$	496.900,00
0041 Planejamento Governamental	R$	527.250,00
0041 Planejamento Governamental	R$	52.500,00
0041 Planejamento Governamental	R$	52.500,00
0041 Planejamento Governamental	R$	52.500,00
0041 Planejamento Governamental	R$	105.000,00
0041 Planejamento Governamental	R$	52.500,00
0045 Gestão Político Administrativa	R$	535.500,00
0045 Gestão Político Administrativa	R$	903.000,00
0047 Organização e Moderniz. Administrativa	R$	977.550,00
0056 Gestão Financeira	R$	578.550,00
0056 Gestão Financeira	R$	248.579,00
0056 Gestão Financeira	R$	819.000,00
0070 Fiscalização e Controle do Uso do Solo	R$	236.250,00
0071 Preservação do Meio Ambiente	R$	38.325,00
0079 Bloco da Atenção Básica	R$	3.724.705,56
0080 Vigilância em Saúde	R$	194.256,00
0080 Vigilância em Saúde	R$	372.085,76
0100 Atividades do Conselho Tutelar	R$	94.500,00
0106 Desenvolvimento Econômico e Social	R$	84.000,00
0106 Desenvolvimento Econômico e Social	R$	531.300,00
0106 Desenvolvimento Econômico e Social	R$	105.000,00
0119 Gestão de Saúde	R$	578.746,56
0119 Gestão de Saúde	R$	52.500,00
0130 Assistência de Média e Alta Complexidade	R$	636.150,00
0145 Gestão Educacional	R$	557.100,00
0145 Gestão Educacional	R$	425.250,00
0150 Ensino Regular de Seis a Quatorze Anos	R$	5.494.470,00
0160 Assist.Educ.a Crian. de Zero a Cinco Anos	R$	729.000,00
0170 Promoção e Eventos Culturais	R$	59.850,00
0170 Promoção e Eventos Culturais	R$	31.500,00
0170 Promoção e Eventos Culturais	R$	330.750,00
0200 Captação Tratamento e Distrib. de Água	R$	8.400,00
0200 Captação Tratamento e Distrib. de Água	R$	425.250,00
0202 Coleta e Disposição do Lixo Domiciliar	R$	52.500,00
0210 Assistência Técnica Agrícola	R$	181.650,00
0210 Assistência Técnica Agrícola	R$	21.000,00
0210 Assistência Técnica Agrícola	R$	28.350,00
0210 Assistência Técnica Agrícola	R$	31.500,00
0212 Assistência a Produção de Alevinos	R$	31.500,00
0220 Feira Mercado e Matadouros	R$	24.150,00
0220 Feira Mercado e Matadouros	R$	52.500,00
0260 Estradas Vicinais	R$	1.014.250,00
0261 Pavimentação de Ruas, Avenidas e Vielas	R$	711.756,16
0261 Pavimentação de Ruas, Avenidas e Vielas	R$	31.500,00
0262 Assistência Comunitária	R$	73.500,00
0263 Transporte Urbano	R$	68.250,00
0272 Desenvolvimento do Desporto Amador	R$	362.500,00
0272 Desenvolvimento do Desporto Amador	R$	21.000,00
0999 Reserva de Contigência	R$	348.000,00
Total da Administração Direta	R$	**23.783.724,04**
2 – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
0112-Previdência Social do Servidor Público	R$	1.074.150,00
Total da Administração Indireta	R$	**1.074.150,00**
TOTAL GERAL	**R$**	**24.857.874,04**

Art. 5º - O Orçamento da Seguridade Social do Município abrangendo todas as entidades da administração direta e indireta é de **R$ 7.520.893,88** (sete milhões, quinhentos e vinte mil, oitocentos e noventa e três reais e oitenta e oito centavos).

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Função: 08 - Assistência Social	R$	888.300,00
Função: 10 - Saúde	R$	5.558.443,88
Sub-Total	R$	**6.446.743,88**
2 – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
Função: 09 - Previdência Social	R$	1.074.150,00
Sub Total	R$	**1.074.150,00**
TOTAL GERAL	R$	**7.520.893,88**

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento), no curso da execução orçamentária, bem como o remanejamento e transposição de recursos, conforme necessidades orçamentárias e disponibilidade de recursos, como determinado pelo art. 42 e 43 da Lei n. 4.320/64, de 17 de março de 1964 e Art. 167, inciso V e VI, da Constituição Federal, do total da despesa fixado no art. 4º desta Lei.
Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, no curso da execução orçamentária, operações de crédito nas espécies, limites e condições estabelecidas na Resolução do Senado Federal n. 43/2001.
Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EM, 12 DE DEZEMBRO DE 2014

REYNALDO FONSECA DINIZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Vieira Vida Feitosa
Código Identificador:E6529AD8

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1029/2014 DE 24 DE SETEMBRO 2014.

"Prorroga o resultado do Processo Seletivo Simplificado 001/2013 e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso, Sr. **APARECIDO MARQUES MOREIRA,** no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica prorrogado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado 001/2013, constante do Anexo I, parte integrante do Edital 001/2013 de 09/08/2013 e deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Ribeirãozinho-MT, 24 de setembro de 2014.

APARECIDO MARQUES MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janilde Oliveira Soares
Código Identificador:0DE22745

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

GABINETE DA PREFEITA
DEMONSTRATIVO DE DESPESA POR FUNÇÃO

Natureza Jurídica não encontrada
Data: 08/12/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 05/01/2015 (A)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	775.535,86		775.535,86
01.031	Ação Legislativa	775.035,86		775.035,86
01.031.0100	DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA	764.000,00		764.000,00
01.031.0106	ADMINISTRAÇÃO GERAL	11.035,86		11.035,86
01.131	Comunicação Social	500,00		500,00
01.131.0100	DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA	500,00		500,00
02	Judiciária	11.125,00		11.125,00
02.061	Ação Judiciária	11.125,00		11.125,00
02.061.0102	ENCARGOS PÚBLICOS DIVERSOS	11.125,00		11.125,00
04	Administração	4.309.595,70	49.729,00	4.359.324,70
04.122	Administração Geral	3.959.870,70		3.959.870,70
04.122.0101	GESTÃO DE GOVERNO	1.999.250,00		1.999.250,00
04.122.0106	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.411.750,00		1.411.750,00
04.122.0109	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	168.870,70		168.870,70
04.122.0119	APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR	380.000,00		380.000,00
04.123	Administração Financeira	184.100,00	49.729,00	233.829,00
04.123.0101	GESTÃO DE GOVERNO	110.375,00	49.729,00	160.104,00
04.123.0102	ENCARGOS PÚBLICOS DIVERSOS	100,00		100,00
04.123.0106	ADMINISTRAÇÃO GERAL	73.625,00		73.625,00
04.127	Ordenamento Territorial	41.500,00		41.500,00
04.127.0107	DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL	41.500,00		41.500,00
04.451	Infra-Estrutura Urbana	73.250,00		73.250,00
04.451.0106	ADMINISTRAÇÃO GERAL	73.250,00		73.250,00
04.482	Habitação Urbana	50.875,00		50.875,00
04.482.0107	DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL	50.875,00		50.875,00
08	Assistência Social	579.500,00	167.572,50	747.072,50
08.122	Administração Geral	520.000,00	55.805,00	575.805,00
08.122.0118	GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E FORTALECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL	520.000,00	55.805,00	575.805,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	39.500,00		39.500,00
08.243.0118	GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E FORTALECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL	39.500,00		39.500,00
08.244	Assistência Comunitária	20.000,00	111.767,50	131.767,50
08.244.0118	GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E FORTALECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL	20.000,00	111.767,50	131.767,50
10	Saúde	1.917.301,78	1.779.499,00	3.696.800,78
10.122	Administração Geral	1.028.374,83		1.028.374,83
10.122.0116	PROMOÇÃO À SAÚDE DE QUALIDADE	1.028.374,83		1.028.374,83
Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
10	Saúde	1.917.301,78	1.779.499,00	3.696.800,78
10.301	Atenção Básica	570.926,95	1.384.744,00	1.955.670,95
10.301.0116	PROMOÇÃO À SAÚDE DE QUALIDADE	570.926,95	1.384.744,00	1.955.670,95
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	200.000,00	97.185,00	297.185,00
10.302.0116	PROMOÇÃO À SAÚDE DE QUALIDADE	200.000,00	97.185,00	297.185,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico	30.000,00	35.290,00	65.290,00
10.303.0116	PROMOÇÃO À SAÚDE DE QUALIDADE	30.000,00	35.290,00	65.290,00
10.304	Vigilância Sanitária		262.280,00	262.280,00
10.304.0116	PROMOÇÃO À SAÚDE DE QUALIDADE		262.280,00	262.280,00
10.451	Infra-Estrutura Urbana	88.000,00		88.000,00
10.451.0116	PROMOÇÃO À SAÚDE DE QUALIDADE	88.000,00		88.000,00
11	Trabalho	164.000,00		164.000,00
11.331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	164.000,00		164.000,00
11.331.0103	FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	164.000,00		164.000,00
12	Educação	1.115.586,62	2.881.929,00	3.997.515,62
12.122	Administração Geral	556.061,62	15.000,00	571.061,62
12.122.0110	GESTÃO DA EDUCAÇÃO-DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	556.061,62	15.000,00	571.061,62
12.128	Formação de Recursos Humanos	2.000,00		2.000,00
12.128.0110	GESTÃO DA EDUCAÇÃO-DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	2.000,00		2.000,00
12.306	Alimentação e Nutrição	75.000,00	81.000,00	156.000,00
12.306.0113	MERENDA ESCOLAR	75.000,00	81.000,00	156.000,00
12.361	Ensino Fundamental	398.775,00	2.675.674,00	3.074.449,00
12.361.0110	GESTÃO DA EDUCAÇÃO-DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	298.775,00	2.278.854,00	2.577.629,00
12.361.0111	TRANSPORTE ESCOLAR	100.000,00	396.820,00	496.820,00
12.364	Ensino Superior	65.500,00		65.500,00
12.364.0112	TRASPORTE UNIVERSITÁRIO	65.500,00		65.500,00
12.365	Educação Infantil	18.250,00	110.255,00	128.505,00
12.365.0110	GESTÃO DA EDUCAÇÃO-DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	18.250,00	110.255,00	128.505,00
13	Cultura	91.450,00		91.450,00
13.361	Ensino Fundamental			0,00
13.361.0115	ESPORTE E LAZER-INCENTIVO E INFRAESTRUTURA ESPORTIVA			0,00
13.392	Difusão Cultural	91.450,00		91.450,00
13.392.0114	DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO CULTURAL	91.450,00		91.450,00
15	Urbanismo	239.250,00	5.000,00	244.250,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	57.000,00	5.000,00	62.000,00
15.451.0106	ADMINISTRAÇÃO GERAL	57.000,00	5.000,00	62.000,00
Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
15	Urbanismo	239.250,00	5.000,00	244.250,00
15.452	Serviços Urbanos	182.250,00		182.250,00
15.452.0106	ADMINISTRAÇÃO GERAL	50.000,00		50.000,00
15.452.0109	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	132.250,00		132.250,00
16	Habitação		240.000,00	240.000,00
16.482	Habitação Urbana		240.000,00	240.000,00
16.482.0108	URBANISMO		240.000,00	240.000,00
17	Saneamento	110.000,00	1.297.750,00	1.407.750,00
17.122	Administração Geral	110.000,00	301.000,00	411.000,00
17.122.0116	PROMOÇÃO À SAÚDE DE QUALIDADE	70.000,00		70.000,00
17.122.0117	SANEAMENTO	40.000,00	301.000,00	341.000,00
17.511	Saneamento Básico Rural		11.000,00	11.000,00
17.511.0117	SANEAMENTO		11.000,00	11.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano		985.750,00	985.750,00
17.512.0117	SANEAMENTO		985.750,00	985.750,00
18	Gestão Ambiental	197.750,00		197.750,00
18.122	Administração Geral	132.000,00		132.000,00
18.122.0120	CIDADE VERDE E LIMPA	132.000,00		132.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	53.500,00		53.500,00
18.541.0120	CIDADE VERDE E LIMPA	53.500,00		53.500,00
18.542	Controle Ambiental	1.250,00		1.250,00
18.542.0120	CIDADE VERDE E LIMPA	1.250,00		1.250,00
18.543	Recuperação de Áreas Degradadas	11.000,00		11.000,00
18.543.0120	CIDADE VERDE E LIMPA	11.000,00		11.000,00
20	Agricultura	46.625,00	5.500,00	52.125,00
20.481	Habitação Rural	375,00	5.500,00	5.875,00
20.481.0107	DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL	375,00	5.500,00	5.875,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária	46.250,00		46.250,00
20.608.0119	APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR	46.250,00		46.250,00
22	Indústria	37.750,00		37.750,00
22.661	Promoção Industrial	37.750,00		37.750,00
22.661.0108	URBANISMO	10.250,00		10.250,00
22.661.0119	APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR	27.500,00		27.500,00
Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
24	Comunicações	11.025,00		11.025,00
24.131	Comunicação Social	11.025,00		11.025,00
24.131.0101	GESTÃO DE GOVERNO	11.025,00		11.025,00
25	Energia		44.950,00	44.950,00
25.752	Energia Elétrica		44.950,00	44.950,00
25.752.0109	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA		44.950,00	44.950,00
26	Transporte	457.250,00	2.042.005,00	2.499.255,00
26.782	Transporte Rodoviário	457.250,00	2.042.005,00	2.499.255,00
26.782.0106	ADMINISTRAÇÃO GERAL	237.250,00	1.082.005,00	1.319.255,00
26.782.0109	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	220.000,00		220.000,00
26.782.0121	MANUTENÇAO DE ESTRADAS E RODOVIAS		960.000,00	960.000,00
27	Desporto e Lazer	104.350,00	100.000,00	204.350,00
27.122	Administração Geral	35.375,00		35.375,00
27.122.0115	ESPORTE E LAZER-INCENTIVO E INFRAESTRUTURA ESPORTIVA	35.375,00		35.375,00
27.812	Desporto Comunitário	27.725,00	100.000,00	127.725,00
27.812.0115	ESPORTE E LAZER-INCENTIVO E INFRAESTRUTURA ESPORTIVA	27.725,00	100.000,00	127.725,00
27.813	Lazer	41.250,00		41.250,00
27.813.0119	APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR	41.250,00		41.250,00
28	Encargos Especiais	120.000,00		120.000,00
28.841	Refinanciamento da Dívida Interna	120.000,00		120.000,00
28.841.0104	AMORTIZAÇAO DE PARCELAMENTOS	120.000,00		120.000,00
99	Reserva de Contingência			143.375,00
99.999	Reserva de Contingência			143.375,00
99.999.0105	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			143.375,00
	Total:	10.431.469,96	8.613.934,50	19.045.404,46
	Total geral:	10.431.469,96	8.613.934,50	19.045.404,46

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

GERSON MARINHO DA SILVA JUNIOR
Secretario Municipal de Finanç

JOSE LEOCADIO DE MIRANDA SILVA
Contador

Publicado por:
Fabio Frazao Vilanova
Código Identificador:203C5AD0

GABINETE DA PREFEITA
LEI MUNICIPAL Nº 328 01 DE DEZEMBRO DE 2014

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO

"Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2015 (LDO), e dá outras providências."

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2o da Constituição Federal, as diretrizes orçamentárias do Município para 2015, fazendo parte integrante desta lei o Anexo I de Prioridades, o Anexo II de Metas Fiscais e Anexo III de Metas Fiscais receitas, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
II - a estrutura e organização do orçamento;
III - as diretrizes para a elaboração e execução do orçamento do Município e suas alterações;
IV - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
V - das disposições sobre alterações na legislação tributária;
VI - as disposições gerais.

CAPÍTULO I
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. Em consonância com o art. 165, § 2º da Constituição Federal, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2015 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2015, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º. Na destinação dos recursos relativos a programas sociais, será conferida prioridade às áreas de menor índice de desenvolvimento humano.

§ 2º. Em caso de se concretizar o disposto no Anexo de Renúncia de Receita referente aos riscos fiscais, a administração fará intensa fiscalização, cobrança parcelada e amigável, em conformidade com as disposições do Código Tributário Municipal e, por último, execução fiscal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV - Operações Especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º. As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em subtítulos, especialmente para especificar sua localização física integral ou parcial, não podendo haver alteração das respectivas finalidades e da denominação das metas estabelecidas.

§ 3º. Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 4o. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de Lei Orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com indicação de suas metas físicas.

Art. 4º. Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, o identificador de uso, e os grupos de despesa conforme a seguir discriminados:

pessoal e encargos sociais;
juros e encargos da dívida;
outras despesas correntes;
investimentos;
inversões financeiras; e
amortização da dívida.

Art. 5º. As metas físicas e financeiras serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos e atividades e constarão do demonstrativo a que se refere o art. 8º, § 1º, inciso XII, desta Lei.

Art. 6º. Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação do Poder Executivo, seus fundos e órgãos, inclusive especiais.

Art. 7º. A Lei Orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

I - ao pagamento de benefícios da previdência, para cada categoria de benefício;

II - ao conjunto dos órgãos para o atendimento de ações de alimentação escolar;

III - à concessão de subvenções econômicas e subsídios;

IV - ao pagamento de precatórios judiciários;

V - as despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial.

Art. 8º. O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal e a respectiva lei será constituída de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados;

III - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social;

V - autorização para a abertura de créditos adicionais.

§ 1º. Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

I - evolução da receita do Município, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto e as contribuições de que trata o art. 195 da Constituição;

II - evolução da despesa do Município, segundo as categorias econômicas e grupos de despesa;

III - resumo das receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

IV - receita e despesa, dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo I da Lei nº 4.320, de 1964, e suas alterações;

V - receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do Anexo III da Lei nº 4.320, de 1964, e suas alterações;

VI - despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo Poder e órgão, por grupo de despesa e fonte de recursos;

VII - despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo a função, subfunção, programa, e grupo de despesa;
VIII - recursos do Município, diretamente arrecadados, nos orçamentos fiscal e da seguridade social, por órgão;

IX - programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental, nos termos do art. 212 da Constituição, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

X - resumo das fontes de financiamento e da despesa do orçamento de investimento, segundo órgão, função, subfunção e programa;

XI - fontes de recursos por grupos de despesas; e

XII - despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social segundo os programas de governo, com os seus objetivos e indicadores para aferir os resultados esperados, detalhado por atividades, projetos e operações especiais, com a identificação das metas, se for o caso, e unidades orçamentárias executoras.

§ 2º. A mensagem que encaminhar o projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - informações da política econômica e social do Município;

II - avaliação das necessidades de financiamento do Município, explicitando receitas e despesas, bem como indicando os resultados primário e nominal implícitos no projeto de Lei Orçamentária para 2015, evidenciando a metodologia de cálculo dos itens computados nas necessidades de financiamento e os parâmetros utilizados;

III - justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa.

§ 3º. O Poder Executivo disponibilizará, após o encaminhamento do projeto de Lei Orçamentária, podendo ser por meios eletrônicos, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:

I - as categorias de programação constantes da proposta orçamentária consideradas como despesa financeira para fins de cálculo do resultado primário;

II - os resultados correntes dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

III - detalhamento dos principais custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos, para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados;

IV - a programação orçamentária, detalhada por operações especiais, relativa à concessão de quaisquer empréstimos, destacando os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

V - detalhamento, por unidade orçamentária da administração pública municipal que destine recursos para entidades de previdência privada, do valor de suas contribuições a título de patrocinadores;

VI - os gastos, por unidade, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento e transportes, conforme informações dos órgãos setoriais, com indicação dos critérios utilizados;

VII - a despesa com pessoal e encargos sociais, por órgão e total, executada nos últimos três anos, a execução provável em 2014 e o programado para 2015, com a indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à receita corrente líquida, tal como definida na Lei Complementar nº 101, de 2000, demonstrando a memória de cálculo;

VIII - a memória de cálculo das estimativas:

a) do resultado da previdência social geral, especificando receitas e despesas mensais e no exercício, explicitando as hipóteses quanto aos fatores que afetam o crescimento das receitas, o crescimento vegetativo das despesas com benefícios, os índices de reajuste dos benefícios vinculados ao salário mínimo e dos demais;

b) do gasto com pessoal e encargos sociais, por órgão, e no exercício, explicitando as hipóteses quanto ao crescimento vegetativo, concursos públicos, reestruturação de carreiras, reajustes gerais e específicos e ao aumento ou diminuição do número de servidores;

IX - a memória de cálculo da estimativa das despesas com amortização e com juros e encargos da dívida pública do Município;

X - demonstrativo da receita nos termos do art. 12 da Lei Complementar n.º 101, de 2000, destacando-se os principais itens de:

impostos;
contribuições sociais;
taxas; e
concessões e permissões.

XI - a correspondência entre os valores das estimativas de cada item de receita, de acordo com o detalhamento a que se refere o inciso VI do § 1o deste artigo;

XII - a evolução das receitas diretamente arrecadadas nos três últimos anos, por órgão e unidade orçamentária, a execução provável para 2014 e a estimada para 2015, separando-se, para estes dois últimos anos, as de origem financeira das de origem não-financeira, utilizadas no cálculo das necessidades de financiamento do setor público a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo;
XIII - a metodologia e a memória de cálculo da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária;

XIV - os pagamentos, por fonte de recursos, relativos aos Grupos de Despesa "juros e encargos da dívida" e "amortização da dívida", realizados nos últimos três anos, sua execução provável em 2014 e o programado para 2015.

§ 4o. O projeto de Lei Orçamentária demonstrará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2015, em valores correntes e em termos de percentual da receita

corrente líquida, destacando-se pelo menos aquela relativa aos gastos com pessoal e encargos sociais.

§5º. A lei Orçamentária atenderá, ainda, as diretrizes gerais estabelecidas e os princípios de unidade, universalidade e anualidade.

Art. 9º. Constituem gastos municipais aqueles destinados à aquisição de bens e serviços para o cumprimento dos objetivos municipais, bem como os compromissos de natureza social e financeira.

§1º. Os gastos municipais serão estimados por serviços mantidos pelo município, considerando-se, entretanto:

I – a carga de trabalho estimada para o exercício de 2015;
II – os fatores contratuais que possam afetar a produtividade dos gastos;
III – os gastos com pessoal que serão projetados com base na política estabelecida pelo município para seus servidores.

§2º - A Contabilidade Geral do Município adotará sistema integrado de Controle de Custos de forma a evidenciar o preço dos serviços públicos municipais, objetivando a melhoria da sua qualidade, demonstrando os seguintes elementos:

I - Plano de contas capaz de oferecer informações no grau de detalhe necessário ao planejamento;

II - Especificação das unidades de custo, para adequada apropriação das despesas realizadas;

III - determinação dos processos por que passa cada um dos serviços desenvolvidos e ofertados.

§3º. Para efeito do disposto no art. 8º o Poder Legislativo encaminhará ao Município, Orçamento com suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de Lei Orçamentária.

Art. 10. O total da despesa com o Poder Legislativo, incluído os subsídios dos vereadores, não poderá ultrapassar o percentual de 7% (sete por cento) relativo ao somatório das receitas tributárias e das transferências de que trata o §5º, do art. 153 e arts. 158 e 159 da Constituição.

§1º. É vedado ao Poder Executivo efetuar repasse ao legislativo em montante que supere os limites definidos neste artigo.

§2º. A data limite para se efetuar os repasses ao Poder Legislativo será o dia 20 (vinte) de cada mês.

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES
Seção I
Das Diretrizes Gerais

Art. 11. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2015 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1º. Serão divulgados na Internet, ao menos:

I - pelo Poder Executivo, informações relativas à elaboração do projeto de Lei Orçamentária:

as estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3º da Lei Complementar n.º 101, de 2000;
os limites inicial e final fixados para cada Poder e órgão;
a proposta de Lei Orçamentária, inclusive em versão simplificada, seus anexos, a programação constante do detalhamento das ações e as informações complementares.

II - pelo Poder Executivo, a Lei Orçamentária anual.

§ 2º. Sem prejuízo no disposto no art. 9o, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, no prazo de (30) trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre, relatórios de avaliação do cumprimento de metas (Gestão Fiscal).

Art. 12. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo**.**

§1º. Conterá, ainda, dotação destinada a investimentos em obras novas não incluídas no Plano Plurianual.

Art. 13. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 14. Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;
II - incluídas despesas a título de Investimentos – Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3o, da Constituição; e

III - transferidos a outras unidades orçamentárias os recursos recebidos por transferência.

Art. 15. Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2o desta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000, somente incluirão projetos ou subtítulos de projetos novos, se tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento.

Parágrafo Único: Fica autorizado a realização de despesas decorrente da pactuação de Termos de Cooperação Mútua e Técnica com os seguintes órgãos:

I – INDEA-MT.

II – EMPAER-MT

III – Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania e outros Órgãos Estaduais e/ou Federais que se fizerem necessários para o bom funcionamento dos serviços públicos a todos os cidadãos de Rondolândia.

IV – Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Art. 16. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;

II - sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, bem como a Lei Municipal nº 79, de 4 de maio de 2005;

§ 1o. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar, ainda, declaração de funcionamento regular nos últimos (02) dois anos,

emitida no exercício de 2015 por três autoridades local e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2o. É vedada, ainda, a inclusão de dotação global a título de subvenções sociais.

Art.17. Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas no artigo 16, a inclusão de dotações na lei orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de:

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade; e

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

Art. 18. A execução das ações de que tratam os art. 15 e 16 fica condicionada à autorização específica exigida pelo caput do art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 19. A proposta orçamentária conterá reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, em montante equivalente a no mínimo 1% (um) por cento da receita corrente líquida, apurada na forma do §3º do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 2000, tendo como mês de referencia junho de 2013 e destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais.

Art. 20. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária anual.

§ 1o. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 2o. Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária serão acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 3o. Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 4o. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 8º, § 1º, inciso V, desta Lei.

§ 5o. Quando a abertura de créditos adicionais implicar a alteração das metas constantes do demonstrativo referido no art. 8º, § 1º, inciso XII, desta Lei, este deverá ser objeto de atualização.

Art. 21. Na Lei Orçamentária para o exercício de 2015 serão destinados os recursos necessários:

I - a complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da educação Básica da Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;

II – ao custeio das progressões e/ou promoções dos servidores municipais, conforme valores estabelecidos nos respectivos planos de carreira, cargos e salários.

Art. 22. As despesas com serviços de terceiros, serviços terceirizados e encargos no exercício de 2015, não poderá exceder o percentual da receita corrente liquida apurada no exercício de 2014 em relação a despesa efetivamente realizada, nesta dotação, naquele exercício.

§1º - A previsão de gastos de que trata o caput será aplicada a cada um dos poderes na mesma proporção verificada no exercício de 2014 em relação à dotação de serviços de terceiros e encargos.

§2º - São considerados, nos termos da Lei 8.666/1993 serviços terceirizados: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnicos profissionais.

Art. 23. As despesas com o serviço da dívida deverão considerar as operações contratadas e as autorizações concedidas até a data do encaminhamento da proposta de lei orçamentária para 2015 à Câmara Municipal.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 24. Os Poderes Executivo e Legislativo terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, os limites estabelecidos na Lei Complementar n º 101, de 2000.

Art. 25. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II, da Constituição, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, observadas sempre as disposições da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 25. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II, da Constituição, fica autorizada a concessão de quaisquer vantagens funcionais, inclusive decorrentes de progressões e/ou promoção, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, observadas sempre as disposições da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§1° – O Poder Executivo deverá, para fins de cumprimento do caput, em se tratando de despesas de caráter continuado, instruir o ato com a estimativa de impacto orçamentário-financeiro previsto no art.16, I e demonstrar a origem dos recursos para o custeio da despesa criada ou aumentada, consoante previsto no art.17,§1°, ambos da LRF.

§2° - Fica dispensada da exigência metodológica acima, os aumentos salariais que se constituam em mera recomposição do poder de compra, implementados através de revisão geral prevista no art.37, X da Constituição Federal, consoante art.17,§6° da LRF.

Art.26 – O Poder Executivo poderá, observada a necessidade pública, a conveniência e oportunidade, realizar concurso público para o preenchimento de cargos, observados o número de vagas abertas ou que vierem a ser criadas conforme lotacionograma dos órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo, sendo permitida a realização de procedimento único para preenchimento dos cargos do Legislativo.

Art. 27. O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

§ 1º. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão;

II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinta total ou parcialmente.

Art. 28. No exercício financeiro de 2015, as despesas com pessoal ativo e inativo dos Poderes Executivo e Legislativo observarão os limites estabelecidos no art. 20 da lei Complementar nº 101, de 2000.

§1º. Se a despesa com pessoal exceder o limite de que trata o caput deste artigo, o percentual excedente deverá ser reduzido nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos em um terço no primeiro, adotando, entre outras, as providencias previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.

§2º. Para os efeitos do Art. 22, V, da Lei Complementar nº 101, de 2000, nos casos em que se justifique a prorrogação do horário normal de trabalho as horas suplementares não poderão exceder ao número de 02 (duas) horas diárias, que serão acrescidas no mínimo, de 50% (cinqüenta por cento).

§3º - As horas extraordinárias de que trata §2º deste artigo, somente poderão ser autorizadas para os servidores lotados nas Secretárias de Obras e Serviços Públicos, Secretária de Educação e Cultura e Secretária de Saúde no desempenho das seguintes funções:

I – Na Secretária de Obras e Serviços Públicos e Saúde - servidores em atividades nas equipes de campo, independentemente da função.

II – Nas Secretárias de Educação e Saúde – os servidores no exercício das atividades de motoristas.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 29. A lei que conceda incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada ou editada se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 1º. Aplicam-se à lei que amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no caput, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

§ 2º. O contribuinte que efetuar o recolhimento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano – IPTU até a data do vencimento terá direito aos seguintes abatimentos ou descontos:

I - de 30% (trinta por cento) até 30 de Abril;

II - de 20% (vinte por cento) até 31 de Maio;

III - de 10% (dez por cento) até 30 de Junho.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30. Caso seja necessária limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, será fixado separadamente percentual de limitação para o conjunto de "projetos", "atividades" e "operações especiais" e calculada de forma proporcional à participação dos Poderes, em cada um dos citados conjuntos, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

§ 1º. Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público, acompanhado da memória de cálculo, das premissas, dos parâmetros e da justificação do ato, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 2º. Os Poderes, com base na comunicação de que trata o § 1º, publicarão ato estabelecendo os montantes que, calculados na forma do caput, caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e movimentação financeira.

Art. 31. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I - as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição;

II - entende-se como despesas irrelevantes, para fins do §3º do Art. 16 da LRF aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 32. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000, considera-se:

I - contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Art. 33. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 34. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da Administração pública direta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria-Geral do Município, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações a serem baixadas por aquela unidade.

Art. 35. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, Rondolândia – MT, 01 de Dezembro de 2014.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Fabio Frazao Vilanova
Código Identificador:F44EF635

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA 019/2014

PORTARIA N° 019, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA MARIA JOSE LOPES NO PERIODO DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014 A 15 DE FEVEREIRO DE 2015 NA CAMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU – MT, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT, R E S O L V E:
Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde para a servidora **MARIA JOSE LOPES** no período de 01 de dezembro de 2014 a 15 de fevereiro de 2015, requerida de acordo com a legislação pertinente em vigor.

Art. 2.º - Caberá a Câmara Municipal, proceder as anotações/registros pertinentes.
Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, Edifício Sede do Poder Legislativo, em Salto do Céu - MT, 15 de dezembro de 2014.

PUBLIQUE-SE,
REGISTRE-SE e
CUMPRA-SE

VANDERLEI MARTINS DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Sandra Regina Cordeiro de Oliveira
Código Identificador:889376F6

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA 020/2014

PORTARIA N. 020, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

"Designa Membros da Comissão Especial de avaliação do Patrimônio Publico da Câmara Municipal de Salto do Céu – MT e da outras providências".

O Presidente da Câmara Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais exaradas nos art. 29, inciso XIII do Regimento Interno da Câmara Municipal,

RESOLVE:

Art. 1.º - Designar os Membros da Comissão Especial de Avaliação do Patrimônio Público da Câmara Municipal de Salto do Céu – MT, como segue:

Presidente: Vicente Farias Correia
Secretario: Aparecido Rodrigues
Membro: Sandra Regina Cordeiro de Oliveira

Art. 2.º - A Comissão Especial de Avaliação do Patrimônio Público da Câmara Municipal de Salto do Céu – MT, objeto desta Portaria terá a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao controle do patrimônio, bem como realizar a avaliação atualizando os valores, com procedimento de índice de depreciação legal, nos termos da legislação pertinente em vigor.

Art. 3.º - A investidura dos Membros da Comissão Especial de Avaliação do Patrimônio Público, não excederá a 01 (um) ano.

Art. 4º - Não caberá nenhuma remuneração aos Membros da Comissão Especial de Avaliação, sendo-lhes assegurados todos os direitos funcionais pertinentes, quando em exercício de suas funções e o pagamento do total das eventuais despesas em andamento, hospedagem, etc., imprescindível para a execução dos serviços específicos da Comissão.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE E
COMUNIQUE-SE

Gabinete do Presidente, Edifício Sede do Poder Legislativo, Câmara Municipal de Salto do Céu - MT, 15 de dezembro de 2014.

VANDERLEI MARTINS DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Sandra Regina Cordeiro de Oliveira
Código Identificador:70E449CE

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA 021/2014

PORTARIA N. 021, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

"Designa os Membros da Comissão Especial para realização de depreciação dos bens moveis da Câmara Municipal de Salto do Céu – MT e da outras providências".

O Presidente da Câmara Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais exaradas nos art. 29, inciso XIII do Regimento Interno da Câmara Municipal,

RESOLVE:

Art. 1.º - Designar os Membros da Comissão Especial para realização de depreciação dos bens moveis da Câmara Municipal de Salto do Céu – MT, como segue:

Presidente: Vicente Farias Correia
Secretario: Aparecido Rodrigues
Membro: Sandra Regina Cordeiro de Oliveira

Art. 2.º - A Comissão Especial para realização de depreciação dos bens moveis da Câmara Municipal de Salto do Céu – MT, objeto desta Portaria terá a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao controle do patrimônio, bem como realizar a avaliação atualizando os valores, com procedimento de índice de depreciação legal, nos termos da legislação pertinente em vigor.

Art. 3.º - A investidura dos Membros da Comissão Especial para realização dos bens moveis da Câmara Municipal de Salto do Céu – MT, não excederá a 01 (um) ano.

Art. 4º - Não caberá nenhuma remuneração aos Membros da Comissão Especial de depreciação, sendo-lhes assegurados todos os direitos funcionais pertinentes, quando em exercício de suas funções e o pagamento do total das eventuais despesas em andamento, hospedagem, etc., imprescindível para a execução dos serviços específicos da Comissão.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE E
CUMPRA – SE

Gabinete do Presidente, Edifício Sede do Poder Legislativo, Câmara Municipal de Salto do Céu - MT, 15 de dezembro de 2014.

VANDERLEI MARTINS DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Sandra Regina Cordeiro de Oliveira
Código Identificador:1844B783

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA 022/2014

PORTARIA N. 022, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

"Designa os Membros da Comissão Especial para realização de inventario dos bens moveis e imóveis da Câmara Municipal de Salto do Céu – MT e da outras providências".

O Presidente da Câmara Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais exaradas nos art. 29, inciso XIII do Regimento Interno da Câmara Municipal,

RESOLVE:

Art. 1.º - Designar os Membros da Comissão Especial para realização de inventario dos bens moveis e imóveis da Câmara Municipal de Salto do Céu – MT, como segue:

Presidente: Vicente Farias Correia
Secretario: Aparecido Rodrigues

Membro: Sandra Regina Cordeiro de Oliveira

Art. 2.º - A Comissão Especial para realização de inventario dos bens moveis e imóveis da Câmara Municipal de Salto do Céu – MT, objeto desta Portaria terá a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao controle do patrimônio, bem como realizar a avaliação atualizando os valores, com procedimento de índice de depreciação legal, nos termos da legislação pertinente em vigor.

Art. 3.º - A investidura dos Membros da Comissão Especial de Inventario do Patrimônio Público, não excederá a 01 (um) ano.

Art. 4º - Não caberá nenhuma remuneração aos Membros da Comissão Especial para realização de inventario dos bens moveis e imóveis, sendo-lhes assegurados todos os direitos funcionais pertinentes, quando em exercício de suas funções e o pagamento do total das eventuais despesas em andamento, hospedagem, etc., imprescindível para a execução dos serviços específicos da Comissão.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE E
CUMPRA-SE

Gabinete do Presidente, Edifício Sede do Poder Legislativo, Câmara Municipal de Salto do Céu - MT, 15 de dezembro de 2014.

VANDERLEI MARTINS DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Sandra Regina Cordeiro de Oliveira
Código Identificador:67283876

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 08/2014

ADITIVO CONTRATO N.º 08/2014 – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO, EDUCAÇÃO E CULTURA - ADESTEC. Objeto aditivo de ACRÉSCIMO DE PRAZO ao referido contrato – O Aditivo ao contrato terá acréscimo de prazo, passando sua vigência para o dia 30/06/2015.
Contratado: ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO, EDUCAÇÃO E CULTURA – ADESTEC – OBRA PADRE PIO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM.
Contratante

Data da assinatura: 16/12/2014

Publicado por:
Ana Maria Adams Peron
Código Identificador:0DA0EADD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 009/2014

REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2014

Pelo presente fica convocado o Candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado 001/2014 da Prefeitura Municipal de Santa Carmem/MT, referente o Edital nº 001/2014, de 20 de Janeiro de 2014, para devida contratação.
1. No ato da contratação apresentar:
a) Documentos Originais e Cópia RG – CPF – Título de Eleitor – Certidão de Nascimento dos filhos – Certidão de Casamento e CPF do Esposo;
b) Apresentar Carteira de Trabalho;
c) Declaração de Bens;
d) Declaração de não acumulo ilegal de cargo, emprego ou função pública;
e) Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;
f) Conta no Banco;
g) Comprovante de escolaridade original e cópia;
h) Copia CPF Pai e Mãe;
O candidato convocado terá que comparecer no prazo de 5 dias para efetuar sua contratação no referido cargo.

AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS CONTRATADO

ORDEM	NOME
3º	Vanderlei Bettoni

Santa Carmem/MT 16 de Dezembro de 2014.

ALESSANDRO NICOLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana de Almeida Golo
Código Identificador:DF0ECE45

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DO RESULTADO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 010-2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT, através da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da licitação modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2014, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, tendo como objeto a Contratação de empresa especializada para a realização de obras de engenharia de construção de escola rural de duas salas de aula, padrão FNDE, no projeto de assentamento brasipaiva no município de Santa Cruz do Xingu – M, com abertura marcada para o dia 11/12/2014 às 09h00 minutos, encerrando as 10h00 minutos do mesmo dia. Sagrou-se vencedora a empresa MAR – SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME, inscrita no CNPJ n°07.670.182/0001-57, apresentando proposta de preço no valor global de R$ 241.229,60, estando dessa maneira dentro do preço de mercado.

Santa Cruz do Xingu - MT, 11 de dezembro de 2014.

ADMIR LOPES RICARDO
Presidente da CPL

Publicado por:
Wilson Pereira da Silva
Código Identificador:72AE4791

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CONVENIOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 74/2014

Contratante:**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**
Contratada:**Editora Positivo Ltda - CNPJ: 79.719.613/0001-33**
Objeto:O objeto do presente instrumento é o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Material Didático Pedagógico, da Educação Infantil Pré I ao 9º ano do Ensino Fundamental, para os alunos e professores, contemplando, também, os alunos**

especiais e professores que encaminham atendimento aos mesmos, conforme Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação do Pregão Presencial 59/2014.
Vigência: 16/12/2014 a 15/12/2015

Santa Rita do Trivelato, 16 de Dezembro de 2014.

Publicado por:
Arilson Aniceto da Silva Fonseca
Código Identificador:10C8B10F

CONVENIOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 75/2014

Contratante:**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**
Contratada:**CHRISTIANO LOCATELLI SOUZA** - CPF: 014.865.751-61
Objeto:O presente Contrato tem por objeto a contratação de profissional tecnicamente qualificado para o exercício da função de Bioquímico junto ao Laboratório Municipal
Vigência: 01/11/2014 a 30/12/2014

Santa Rita do Trivelato, 16 de Dezembro de 2014.

Publicado por:
Arilson Aniceto da Silva Fonseca
Código Identificador:59128D4F

CONVENIOS
RELATÓRIO DE PROJETOS PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT

Licitado em andamento

Aguardando liberação

Projeto em andamento

N.	Obra	Situação
01	**Construção da Creche Municipal Pró-Infância – Tipo C**	Obra em fase final
02	**Construção de Unidade Escolar na Comunidade Pacoval**	Obra em andamento
03	**Construção de Unidade Básica de Saúde na Comunidade Pacoval**	Obra em andamento
04	**Construção do Reservatório de água no Município de Santa Rita do Trivelato - MT**	Obra licitada/ordem de serviço
05	**Perfuração de Poço Tubular Profundo no Município de Santa Rita do Trivelato - MT**	Obra licitada/ordem de serviço
06	**Construção de calçadas de concreto em diversos logradouros do município**	Obra em maior parte concluída outras em andamento
07	**Reforma do Centro de Eventos no Município de Santa Rita do Trivelato - MT**	Obra Licitada
08	**Construção do almoxarifado central**	Obra em andamento
09	**Reforma do novo Paço Municipal**	Obra licitada
10	**Implantação da rede elétrica do Residencial Alto Teles Pires**	Obra concluída
11	**Programa Minha Casa Minha Vida /40 unidades res. Alto Teles Pires.**	Obra em fase final
12	**Ampliação das Avenidas Flávio Luiz e Magester/acesso ao Residencial Alto Teles Pires**	Obra em andamento
13	**Implantação da rede elétrica do Assentamento Ponte de Barro**	Obra em fase de licitação
14	**Reforma e adaptação de banheiro para portadores de necessidade especiais na Escola Três de Novembro**	Obra licitada e em execução
15	**Saneamento básico**	Aguardando liberação FUNASA para licitar
16	**Sala de costura da secretaria de assistência social**	Projeto em andamento
17	**Reforma e mudança da secretaria de obras**	Projeto em andamento
18	**Programa Minha Casa Minha Vida/Instituto Santo Antonio do Leverger/100 unidades habitacionais.**	Projeto em andamento
19	**PAC-2 – Programa Pró-Transporte- Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas – 3ª etapa**	Projeto em andamento

Publicado por:
Arilson Aniceto da Silva Fonseca
Código Identificador:1E31D4D7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0162/2014

DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 071/2014".

O senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora **ALYNE SALES QUEIROZ**, CPF sob nº 029.660.021-07, como Fiscal do Contrato nº 071/2014.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

HUGO GARCIA SOBRINHO
Prefeito Municipal

JOSÉ CEDENIR DE OLIVEIRA
Secretario de Administração

Registre-se e
Publique-se
Na data supra

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:009C45AF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0163/2014

DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 074/2014".

O senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora **GRACIELE BORELLI DO NASCIMENTO**, CPF sob nº 841.215.641-20, como Fiscal do Contrato nº 074/2014.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

HUGO GARCIA SOBRINHO
Prefeito Municipal

JOSÉ CEDENIR DE OLIVEIRA
Secretario de Administração

Registre-se e
Publique-se
Na data supra

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:24E3E6B8

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETOS LEGISLATIVOS

DECRETO LEGISLATIVO N.º 001/2014 **DE 08 DE ABRIL DE 2014.**

DISPÕE SOBRE O JULGAMENTO DAS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2012.

CLEÓVITON NERYS COSTA, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Santa Terezinha**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com base na Constituição Federal e Estadual, na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno da Câmara Municipal, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal **APROVOU**, e ele Sanciona e Promulga o seguinte Decreto Legislativo:
Artigo 1º. Ficam votadas e **APROVADAS** as Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, relativas ao exercício de 2012 da gestão do Ex-Prefeito Senhor, **DOMINGOS DA SILVA NETO,** de acordo com o Parecer n.º 109/2013 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, favorável à aprovação das referidas contas, com as seguintes determinações do Tribunal de Contas do estado de Mato Grosso:
A – elaborar as peças de planejamento (LOA/LDO/PPA) em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, precipuamente para evitar a incompatibilidade de valores;

B – observe o principio da transparência da gestão púbica, em total observância ao que preceitua o artigo 9°, §4°, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

C – observar a norma constitucional e os ditames da Lei n.° 4.320/64, especialmente no tocante a abertura de créditos adicionais;

D – Implantar o Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Urbanos e o Plano de Gerenciamento de resíduos sólidos especiais, conforme disposto na Lei n.° 12.305/2010 e Resolução CONAMA n.° 308, de 21 de março de 2002;

E - aperfeiçoar os serviços públicos de saúde e educação, buscando a melhoria especialmente dos indicadores que não atingiram a média nacional e daqueles cujos resultados apresentaram queda em relação ao desempenho anterior;

F – se atentar sempre nos atos da administração aos princípios da transparência e publicidade, constitucionalmente previstos e essenciais ao desempenho da gestão de recursos públicos.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Santa Terezinha-MT, 08 de Abril de 2014.

CLEOVITON NERYS COSTA
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO N.º 002/2014 **DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DISPÕE SOBRE O JULGAMENTO DAS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA , ESTADO DE MATO GROSSO, RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2013.

CLEÓVITON NERYS COSTA, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Santa Terezinha**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com base na Constituição Federal e Estadual, na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno da Câmara Municipal, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal **APROVOU**, e ele Sanciona e Promulga o seguinte Decreto Legislativo:
Artigo 1º. Ficam votadas e **APROVADAS** as Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, relativas ao exercício de 2013 da gestão do Prefeito Senhor, **Cristiano Gomes e Cunha,** de acordo com o Parecer n.º 026/2014 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, favorável à aprovação das referidas contas, com as seguintes determinações do Tribunal de Contas do estado de Mato Grosso:
Que o Gestor adote medidas urgente quanto ao sistema de Planejamento e Controle Interno, para que tais erros não venha mais acontecer, e ainda observando e adotando as medidas Constitucionais vigente.
Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Santa Terezinha-MT, 15 de Dezembro de 2014.

CLEOVITON NERYS COSTA
Presidente

Publicado por:
Ana Paula Vieira Pinto
Código Identificador:0FAFDD1F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE REVOGAÇÃO

PROCESSO Nº 108/2014
PREGAO PRESENCIAL Nº34/2014

O Departamento de Licitação e Contratos, torna público aos interessados que, o Processo nº 108/2014, Pregão Presencial 34/2014, objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, GÁS DE COZINHA, MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, UTENSÍLIOS DOMESTICO, MATERIAL DE CONSUMO DIVERSOS PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, REDE MUNICIPAL DE ENSINO, FABRICAÇÃO DE CESTAS BÁSICAS E ATENDIMENTO À REPASSES E PROGRAMAS FEDERAL E ESTADUAL PELO PERÍODO DE 01(UM) ANO, **com abertura para 22/12/2014, às 9:00 horas, foi revogado, por necessidade de adequação do Termo de Referencia, baseando no (Artigo 49, da Lei nº 8.666/93 e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei nº 9.648/98).**

São Félix do Araguaia - MT, 15 de Dezembro de 2014.

FABIANA AGUIAR DA SILVA
Pregoeira
Portaria Nº 299/2014

Publicado por:
Daiane Silva Nascimento
Código Identificador:3FEF9394

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ERRATA

Foi publicado no dia 09 de Dezembro de 2014 o Extrato de Contrato nº 137/2014 firmado entre a Prefeitura Municipal de São José do Povo e a empresa **WARLEY GONÇALVES SANTANA - ME**, entretanto torna-se necessário fazer a seguinte alteração:
Onde se lê: Vigência: O prazo previsto para o presente contrato será de dois (01) mês, vigorando pelo período de 03 de dezembro de 2014 a 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado na forma do Inciso II do art. 57 da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

leia-se, O prazo previsto para o presente contrato será de dois (01) mês, vigorando pelo período de 03 de dezembro de 2014 a 31 de janeiro de 2015, podendo ser prorrogado na forma do Inciso II do art. 57 da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

São José do Povo – MT; 16 de dezembro de 2014.

SIDNEIA CAETANO DOS SANTOS
Secretária de Administração

Publicado por:
Sidneia Caetano dos Santos
Código Identificador:7014BDB7

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 1.034, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

"ALTERA A LEI Nº 986 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013 – PLANO PLURIANUAL 2014/2017, VISANDO A ADEQUAÇÃO À LDO E LOA DO EXERCÍCIO DE 2015".

NATANAEL CASAVECHIA, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a Lei Nº 986 de 19 de dezembro de 2013 – Plano Plurianual 2014/2017, referente ao ano de 2015, conforme anexo I desta lei.

Art. 2º. Os programas e metas para o exercício 2015 listados na Consolidação dos Programas por Órgãos e Unidades Orçamentárias desta Lei encontram-se definidas em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 3º. Ficam mantidos os demais programas, metas e artigos constantes da Lei Municipal 986/2013.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,
São José do Rio Claro-MT, 16 de dezembro de 2014.

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Xavier Filho
Código Identificador:5F1C85AD

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 1.035, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

"ALTERA A LEI Nº 1.009 DE 02 DE JUNHO DE 2014 – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO – 2015, VISANDO A ADEQUAÇÃO COM A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2015".

NATANAEL CASAVECHIA, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o Anexo de Metas e Prioridades da Lei nº. 1.009 de 02 de junho 2014 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015, referente aos Órgãos, Unidades, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais constantes do anexo desta Lei, mantendo-se os demais inalterados.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,
São José do Rio Claro-MT, 16 de dezembro de 2014.

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Xavier Filho
Código Identificador:265AB737

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 049 DE OUTUBRO

DECRETO Nº. 049/2014

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI Nº. 988 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ALTERADA PELA LEI Nº 1.027 DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.

NATANAEL CASAVECHIA, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro (MT), no uso das atribuições que lhe conferem a Lei.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de São José do Rio Claro, Administração direta, Exercício de 2014, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 2.131.029,65(dois milhões, cento e trinta e um mil, vinte e nove reais e sessenta e cinco centavos), destinados a atender as seguintes dotações orçamentárias:

Classificação	Valor
08.001.15.451.0016.2050.339030000000	71.123,39
06.001.10.301.0028.2080.339030000000	13.377,93
10.003.23.695.0015.1054.339039000000	10.170,00
06.002.10.302.0030.2070.339030000000	58.725,64
06.002.10.302.0030.2070.339033000000	12.139,17
11.001.27.122.0009.2009.339033000000	515,40
11.001.27.122.0009.2009.339014000000	2.660,00
02.001.04.122.0003.2046.339033000000	2.159,14
08.001.15.451.0016.2050.339036000000	34.482,93
08.002.15.452.0016.2051.339036000000	119.340,67
07.002.12.361.0035.2030.339036000000	74.370,71
06.002.10.302.0030.2070.339039000000	270.521,00
03.001.04.122.0004.2003.339039000000	57.176,47
06.002.10.302.0030.2070.339014000000	11.920,00
07.001.12.122.0032.2043.339014000000	1.740,00
07.001.12.122.0032.2043.339033000000	919,72
03.001.04.122.0004.2084.339033000000	300,00
09.001.20.122.0011.2026.339039000000	995,34
05.001.08.122.0036.2012.339014000000	1.140,00
06.001.10.301.0028.2080.339036000000	18.890,13
05.002.08.244.0020.2017.339036000000	6.772,00
06.002.10.302.0030.2072.337141000000	13.000,00
09.001.20.122.0011.2026.339036000000	11.413,23
04.001.04.122.0008.2007.339014000000	3.320,00
12.001.04.122.0006.2058.339014000000	200,00
05.001.08.122.0036.2012.339030000000	9.009,12
02.001.04.122.0003.2046.339014000000	3.200,00
04.001.04.122.0008.2007.339039000000	2.141,25
02.001.04.122.0003.2046.319011000000	43.330,83
02.001.04.122.0003.2046.319013000000	8.730,29
03.001.04.122.0004.2003.319011000000	37.946,91
03.001.04.122.0004.2003.319013000000	2.427,69
04.001.04.122.0008.2007.319011000000	59.230,57
05.002.08.243.0023.2090.319011000000	12.114,15
06.002.10.301.0029.2061.319011000000	240.166,90
06.002.10.301.0029.2061.319113000000	21.521,04
06.002.10.302.0030.2070.319113000000	3.426,71
07.001.12.122.0032.2043.319113000000	8.302,06
07.003.12.361.0035.2034.319011000000	99.876,94
07.003.12.361.0035.2033.319011000000	234.351,71
07.003.12.365.0035.2038.319011000000	24.230,72
07.003.12.365.0035.2038.319113000000	4.130,49
07.003.12.365.0035.2037.319011000000	79.916,17
07.003.12.365.0035.2037.319113000000	8.112,56
07.003.12.367.0035.2036.319011000000	2.099,74
07.003.12.367.0035.2035.319011000000	19.249,07
07.003.12.367.0035.2035.319113000000	2.489,59
08.002.15.452.0016.2051.319013000000	20.039,92
08.003.26.452.0016.2091.319011000000	10.235,68
10.001.23.122.0014.2049.319011000000	7.242,71
10.001.23.122.0014.2049.319013000000	11.245,59
11.001.27.122.0009.2009.319113000000	615,34

07.003.12.361.0035.2033.319004000000	24.507,72
07.003.12.361.0035.2033.319013000000	5.391,70
04.001.04.122.0008.2007.319013000000	750,25
06.001.10.301.0028.2080.319013000000	2.836,16
07.003.12.361.0035.2033.319113000000	10.543,10
05.002.08.244.0020.2017.319011000000	18.880,17
05.002.08.244.0020.2017.319013000000	1.630,00
05.002.08.244.0020.2017.319113000000	2.184,05
10.001.23.122.0014.2049.339039000000	90,60
03.001.04.122.0004.2003.339036000000	5.996,64
08.001.15.451.0016.2050.339039000000	5.143,93
06.001.10.301.0028.2080.339039000000	18.450,00
02.001.04.125.0003.2047.339030000000	2.567,73
07.002.12.361.0035.2028.339030000000	56.758,00
09.001.20.122.0011.2026.339030000000	12.040,00
08.003.26.782.0016.2052.339036000000	3.262,97
08.003.26.782.0016.2052.339030000000	2.553,00
03.001.04.122.0004.2003.339030000000	12.516,29
11.001.27.122.0009.2009.339030000000	389,30
06.002.10.301.0026.2077.339030000000	45.743,00
09.001.20.122.0011.2026.339014000000	1.420,00
07.001.12.122.0032.2043.339036000000	7.851,92
03.001.04.122.0004.2003.339014000000	1.520,00
04.001.04.122.0008.2007.339033000000	161,98
07.002.12.361.0035.2029.339030000000	22.247,00
05.002.08.241.0021.2022.339036000000	4.493,20
06.002.10.301.0029.2066.319013000000	5.475,04
07.002.12.361.0035.2030.319013000000	11.625,96
08.003.26.452.0016.2091.319013000000	1.572,24
10.001.23.122.0014.2049.339036000000	822,23
05.002.08.241.0020.2021.339036000000	3.119,12
06.002.10.302.0030.2071.339039000000	2.204,47
03.001.04.122.0004.1006.449052000000	10.130,00
04.001.04.122.0008.2007.339093000000	5.803,96
05.002.08.244.0020.2017.339030000000	10.240,00
05.001.08.122.0036.2012.339036000000	724,00
04.001.04.122.0008.2007.339036000000	750,00
03.001.04.122.0004.2003.339091000000	145,04
08.003.26.452.0016.2091.339036000000	13.673,88
07.002.12.365.0035.2031.339036000000	20.564,04
02.001.04.125.0003.2047.339014000000	400,00
02.001.04.122.0003.2046.339030000000	1.094,34
Total	2.131.029,65

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

Classificação	Valor
07.002.12.361.0035.1034.449051000000	175.294,18
09.002.20.605.0012.1124.449052000000	155.392,00
06.002.10.302.0030.2095.335043000000	136.870,00
11.001.27.812.0010.1015.449051000000	36.389,49
07.002.12.361.0035.1036.449051000000	15.000,00
04.001.04.122.0007.1010.449051000000	10.000,00
06.002.10.301.0029.1072.449051000000	374.008,16
07.002.12.361.0033.2044.339014000000	500,00
06.002.10.301.0029.1075.339030000000	500,00
06.002.10.301.0029.2068.339030000000	500,00
06.002.10.301.0029.2069.339030000000	500,00
11.001.27.812.0010.1017.339030000000	500,00
07.002.12.361.0033.2044.339033000000	500,00
11.001.27.812.0010.1017.339036000000	500,00
06.002.10.301.0029.1075.339039000000	500,00
06.002.10.301.0029.2068.339039000000	500,00
06.002.10.301.0029.2069.339039000000	500,00
06.002.10.301.0029.2065.339036000000	523,00
11.001.27.812.0009.1014.339033000000	900,00
05.002.08.244.0020.2018.339039000000	900,00
11.001.27.812.0010.2010.337041000000	1.000,00
06.002.10.122.0027.1084.339030000000	1.000,00
07.002.12.361.0035.1039.339030000000	1.000,00
10.003.23.695.0015.1053.339030000000	1.000,00
12.001.04.122.0006.2059.339030000000	1.000,00
06.001.10.122.0028.2081.339033000000	1.000,00
06.002.10.122.0027.2079.339033000000	1.000,00
06.002.10.304.0031.2075.339036000000	1.000,00
07.002.12.361.0033.2044.339036000000	1.000,00
10.003.23.695.0015.1053.339036000000	1.000,00
05.002.08.241.0020.2021.339039000000	1.000,00
05.002.08.244.0019.2013.339039000000	1.000,00
06.002.10.122.0027.1084.339039000000	1.000,00
06.002.10.301.0026.2078.339039000000	1.000,00
06.002.10.301.0029.1073.339039000000	1.000,00
06.002.10.301.0029.2065.339039000000	1.000,00
06.002.10.304.0031.1081.339039000000	1.000,00
06.002.10.304.0031.2075.339039000000	1.000,00
07.002.12.361.0033.2044.339039000000	1.000,00
10.002.23.661.0014.1051.339039000000	1.000,00
10.003.23.695.0015.1053.339039000000	1.000,00
11.001.27.812.0010.1017.339039000000	1.000,00
04.001.04.122.0008.2007.339092000000	1.000,00
05.001.08.122.0036.2012.339092000000	1.000,00
06.001.10.301.0028.2080.339092000000	1.000,00
07.001.12.122.0032.2043.339092000000	1.000,00
06.001.10.301.0028.2080.339093000000	1.000,00
06.002.10.301.0029.2066.339030000000	1.075,00
07.003.12.361.0035.1037.449052000000	1.250,00
06.002.10.122.0027.2079.339014000000	2.000,00
06.002.10.301.0029.2067.339014000000	2.000,00
06.002.10.301.0026.2078.339030000000	2.000,00
06.002.10.304.0031.1081.339030000000	2.000,00
06.002.10.304.0031.2073.339030000000	2.000,00
06.002.10.304.0031.2075.339030000000	2.000,00
07.002.12.361.0035.2041.339030000000	2.000,00
07.002.12.364.0035.2039.339030000000	2.000,00
09.003.18.542.0013.1030.339030000000	2.000,00
11.001.27.812.0010.2010.339032000000	2.000,00
11.001.27.812.0010.2011.339032000000	2.000,00
07.004.13.392.0034.2045.339033000000	2.000,00
08.002.15.452.0016.2051.339033000000	2.000,00
10.003.23.695.0014.1049.339033000000	2.000,00
03.001.04.122.0004.2085.339036000000	2.000,00
03.001.04.128.0005.2004.339039000000	2.000,00
07.002.12.361.0035.2042.339039000000	2.000,00
05.002.08.241.0021.1025.449051000000	2.000,00
07.001.12.122.0032.1042.449052000000	2.219,99
07.003.12.365.0035.2038.339014000000	3.000,00
10.003.23.695.0014.1049.339014000000	3.000,00
11.001.27.812.0010.2010.339031000000	3.000,00
07.002.12.361.0035.2041.339036000000	3.000,00
09.003.18.542.0013.1030.339036000000	3.000,00
11.001.27.812.0010.2011.339036000000	3.000,00
06.002.10.301.0029.2067.339039000000	3.000,00
07.002.12.364.0035.2039.339039000000	3.000,00
07.003.12.361.0035.2034.339033000000	4.000,00
11.001.27.812.0010.2011.339039000000	4.000,00
04.001.28.843.0008.3002.329021000000	5.000,00
07.002.12.361.0035.1041.337041000000	5.000,00
07.004.13.392.0034.2045.339014000000	5.000,00
08.002.15.452.0016.2051.339014000000	5.000,00
07.003.12.365.0035.2038.339030000000	5.000,00
08.002.15.451.0018.2056.339030000000	5.000,00
07.004.13.392.0034.2088.339032000000	5.000,00
05.002.08.244.0022.2023.339036000000	5.000,00
08.002.15.451.0018.2056.339039000000	5.000,00
08.003.15.451.0018.2057.339039000000	5.000,00
07.004.13.392.0034.2088.339041000000	5.000,00
05.001.08.122.0036.2012.339048000000	5.000,00
07.004.13.392.0034.2045.339039000000	5.500,00
06.002.10.302.0030.1078.449052000000	5.952,25
08.001.15.451.0016.2050.339014000000	5.000,00
03.001.04.128.0005.2004.339014000000	5.000,00
05.002.08.244.0020.2016.339033000000	6.000,00
05.002.08.244.0022.2023.339033000000	6.000,00
04.001.04.122.0007.1023.449052000000	7.502,31
07.002.12.361.0035.2042.339030000000	8.000,00
04.001.04.122.0008.2008.337041000000	10.000,00
05.002.08.244.0020.2016.339014000000	10.000,00
05.002.08.244.0022.2023.339014000000	10.000,00
07.003.12.361.0035.2034.339014000000	10.000,00
07.002.12.361.0035.2040.339030000000	10.000,00
07.002.12.366.0035.2032.339030000000	10.000,00
07.004.13.392.0034.2089.339030000000	10.000,00
07.002.12.361.0035.2040.339036000000	10.000,00
08.002.25.752.0016.2087.339036000000	10.000,00
04.001.04.122.0007.1023.339039000000	10.000,00
04.001.04.122.0008.2008.339039000000	10.000,00
07.002.12.361.0035.2040.339039000000	10.000,00
07.002.12.361.0035.2041.339039000000	10.000,00
07.002.12.366.0035.2032.339039000000	10.000,00
04.001.04.122.0008.1012.449052000000	10.000,00
07.002.12.361.0035.1040.449052000000	10.000,00
10.001.23.122.0014.1052.449061000000	10.000,00
07.004.13.392.0034.2089.339039000000	14.000,00
05.001.08.122.0019.1019.449052000000	15.266,00
07.002.12.365.0035.1038.449052000000	15.798,00
07.003.12.361.0035.2034.339030000000	20.000,00
04.001.04.122.0008.2007.339035000000	20.000,00
07.003.12.361.0035.2034.339036000000	20.000,00
12.001.04.122.0006.1067.449052000000	101,00
05.002.08.244.0021.1091.449052000000	290,80
06.002.10.301.0029.1122.449052000000	711,78
10.003.23.695.0015.1054.449052000000	841,94
04.001.28.843.0008.3002.469071000000	1.700,00
07.004.13.392.0034.1047.449052000000	10.000,00
05.002.08.244.0020.2018.339036000000	112,58

07.002.12.361.0035.2030.339036000000	109,85
05.002.08.243.0023.2090.339036000000	1.574,74
08.003.15.451.0018.2057.339036000000	2.031,69
05.002.08.244.0020.2017.339036000000	2.234,49
06.002.10.301.0029.2061.339036000000	3.017,84
08.003.26.782.0017.2055.339039000000	100,00
05.002.08.244.0020.2020.339039000000	200,00
09.001.18.122.0011.1032.339039000000	489,55
05.002.08.244.0020.2019.339039000000	592,00
04.001.04.122.0007.2006.339039000000	599,10
08.001.15.451.0016.2050.339039000000	618,56
05.001.08.122.0036.2012.339039000000	872,69
12.001.04.122.0006.2058.339039000000	1.262,10
05.002.08.244.0020.2017.339039000000	1.952,75
11.001.27.122.0009.2009.339039000000	1.991,27
03.001.04.122.0004.2085.339039000000	3.626,50
06.001.10.301.0028.1087.339039000000	3.926,32
06.002.10.301.0029.2064.339039000000	4.874,00
05.001.08.244.0025.1089.339039000000	4.947,00
06.002.10.301.0029.2060.339039000000	4.971,00
05.002.08.244.0022.2023.339039000000	5.540,00
04.001.04.122.0007.2005.339039000000	5.700,00
05.002.08.244.0020.2016.339039000000	6.423,00
06.002.10.301.0029.2061.339039000000	6.800,37
03.001.04.122.0005.1009.339039000000	30.000,00
07.002.12.361.0035.2028.339039000000	36.283,14
07.004.13.392.0034.1092.339039000000	33.696,00
08.003.26.452.0016.2091.339039000000	22.022,46
08.002.25.752.0016.2087.339039000000	18.703,00
08.002.15.452.0016.2051.339039000000	17.814,65
08.003.26.782.0016.2052.339039000000	17.048,00
07.002.12.361.0035.2030.339039000000	13.189,30
06.002.10.302.0030.2071.339039000000	12.540,81
02.001.04.122.0003.2046.339039000000	10.319,79
07.002.12.361.0035.2027.339030000000	37.236,20
08.002.25.752.0016.2087.339030000000	27.806,39
10.003.23.695.0015.1054.339030000000	25.713,82
07.004.13.392.0034.1092.339030000000	24.574,50
08.003.26.452.0016.2091.339030000000	22.388,55
07.002.12.361.0035.2030.339030000000	20.544,38
07.004.13.392.0034.2045.339030000000	18.474,33
09.002.20.605.0012.1026.339030000000	16.987,16
05.001.08.244.0025.1089.339030000000	14.211,82
10.001.23.122.0014.2049.339030000000	8.838,00
12.001.04.122.0006.2058.339030000000	7.714,38
06.002.10.301.0029.2061.339030000000	6.379,06
06.002.10.305.0031.2074.339030000000	4.959,00
10.003.23.695.0015.2086.339030000000	4.920,12
05.002.08.244.0022.2023.339030000000	4.764,00
04.001.04.122.0008.2007.339030000000	4.637,50
06.002.10.301.0029.2064.339030000000	4.604,56
08.003.26.782.0017.2055.339030000000	3.860,00
08.003.15.451.0018.2057.339030000000	3.508,28
11.001.27.812.0010.2011.339030000000	2.910,40
06.001.10.301.0028.1087.339030000000	2.487,23
11.001.27.812.0010.2010.339030000000	2.360,00
03.001.04.122.0004.2085.339030000000	2.274,12
05.002.08.244.0019.2013.339030000000	879,80
05.002.08.241.0020.2021.339030000000	261,60
05.002.08.244.0020.2018.339030000000	158,27
07.002.12.361.0033.1045.339014000000	4.520,00
10.001.23.122.0014.2049.339014000000	3.700,00
11.001.27.812.0009.1014.339014000000	1.520,00
09.001.20.122.0011.2026.339033000000	127,96
07.004.13.392.0034.2045.339036000000	35.023,10
08.001.04.451.0037.2094.337141000000	8.000,00
07.002.12.365.0035.2031.339030000000	7.000,00
07.002.12.361.0035.2029.339030000000	2.800,00
06.002.10.302.0030.2070.339036000000	13.572,28
07.002.12.367.0035.2093.335041000000	12.300,00
11.001.27.122.0009.2009.339036000000	10.691,16
07.002.12.361.0035.2028.339036000000	8.818,95
06.001.10.301.0028.1087.339036000000	8.607,65
07.002.12.365.0035.2031.339039000000	8.190,01
12.001.04.122.0006.2058.339036000000	6.836,36
06.001.10.301.0028.2080.339036000000	5.037,25
06.002.10.301.0029.2066.339036000000	4.326,35
06.002.10.302.0030.2072.337141000000	733,89
05.002.08.244.0020.2017.339032000000	4.004,00
03.001.04.122.0004.2003.339033000000	3.773,98
11.001.27.812.0010.2010.339036000000	3.752,39
08.003.26.782.0017.2055.339036000000	3.602,65
12.001.04.122.0006.2058.339033000000	3.464,93
03.001.04.128.0005.2004.339033000000	2.871,59
06.001.10.301.0028.2080.339033000000	2.556,01
07.002.12.361.0033.1045.339033000000	1.399,94
05.001.08.128.0019.1018.339014000000	1.000,00
06.001.10.301.0028.2080.339014000000	1.000,00
05.001.08.122.0036.2012.339033000000	1.029,50
07.001.12.122.0032.2043.339030000000	3.645,78
Total	2.131.029,65

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/10/2014 e revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, São José do Rio Claro - MT, 01 de outubro de 2014.

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Israel Polizzatto Junior
Código Identificador:667070F7

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 054 DE NOVEMBRO

DECRETO Nº. 054/2014

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI Nº. 988 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ALTERADA PELA LEI Nº 1.027 DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.

NATANAEL CASAVECHIA, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro (MT), no uso das atribuições que lhe conferem a Lei.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de São José do Rio Claro, Administração direta, Exercício de 2014, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 2.014.159,42(dois milhões, quatorze mil, cento e cinquenta e nove reais e quarenta e dois centavos), destinados a atender as seguintes dotações orçamentárias:

Classificação	Valor
02.001.04.122.0003.2046.319011000000	53.543,32
02.001.04.122.0003.2046.319013000000	11.761,01
03.001.04.122.0004.2003.319011000000	53.414,47
03.001.04.122.0004.2003.319013000000	8.004,03
03.001.04.122.0004.2003.319113000000	4.570,33
04.001.04.122.0008.2007.319011000000	85.803,21
05.002.08.244.0020.2017.319013000000	893,48
05.002.08.243.0023.2090.319011000000	17.084,55
06.002.10.301.0029.2061.319011000000	369.914,66
06.002.10.301.0029.2061.319113000000	42.252,67
06.002.10.302.0030.2070.319113000000	11.846,88
06.002.10.302.0030.2071.319113000000	2.622,35
07.001.12.122.0032.2043.319113000000	13.671,62
07.003.12.361.0035.2034.319011000000	153.497,39
07.003.12.361.0035.2033.319011000000	368.268,62
07.003.12.365.0035.2038.319011000000	37.684,76
07.003.12.365.0035.2038.319113000000	8.318,00
07.003.12.365.0035.2037.319011000000	126.294,68
07.003.12.365.0035.2037.319113000000	16.122,02
07.003.12.367.0035.2036.319011000000	3.149,62
07.003.12.367.0035.2035.319011000000	28.495,48
07.003.12.367.0035.2035.319113000000	5.404,85
08.002.15.452.0016.2051.319013000000	2.086,11
08.003.26.452.0016.2091.319011000000	38.438,34
08.003.26.452.0016.2091.319113000000	7.741,16
10.001.23.122.0014.2049.319011000000	10.864,07
10.001.23.122.0014.2049.319013000000	3.553,47
11.001.27.122.0009.2009.319113000000	1.810,88
07.003.12.361.0035.2033.319004000000	37.035,59
07.003.12.361.0035.2033.319013000000	10.301,21
04.001.04.122.0008.2007.319013000000	1.071,77
06.001.10.301.0028.2080.319013000000	8.803,20
06.002.10.302.0030.2070.339014000000	3.660,00
06.002.10.302.0030.2070.339033000000	2.892,08
08.001.15.451.0016.2050.339036000000	19.928,92
08.002.15.452.0016.2051.339036000000	26.166,74
05.002.08.244.0020.2017.319011000000	28.351,20
07.003.12.361.0035.2033.319113000000	49.537,32
09.001.20.122.0011.2026.339039000000	422,82
03.001.04.122.0004.2085.339039000000	1.286,44
08.001.15.451.0016.2050.339039000000	2.681,81
11.001.27.122.0009.2009.339039000000	4.628,19
06.001.10.301.0028.2080.339039000000	12.540,58
07.002.12.365.0035.2031.319013000000	12.907,09

06.002.10.301.0029.2066.319013000000	5.475,04
06.001.10.301.0028.2080.339030000000	4.980,01
07.001.12.122.0032.2043.339030000000	58,19
07.001.12.122.0032.2043.339039000000	18.618,16
06.002.10.301.0029.2060.339036000000	560,00
08.001.15.451.0016.2050.339030000000	20.103,30
09.001.20.122.0011.2026.339036000000	12.565,89
02.001.04.122.0003.2046.339039000000	5.090,00
04.001.04.122.0008.2007.339039000000	2.811,00
06.002.10.301.0029.2066.339036000000	50.649,15
06.002.10.301.0029.2061.339036000000	6.349,83
05.002.08.244.0020.2017.339036000000	4.993,40
05.001.08.122.0036.2012.339036000000	1.267,00
05.002.08.241.0021.2022.339036000000	3.009,43
06.001.10.301.0028.2080.339036000000	3.206,19
06.002.10.302.0030.2070.339036000000	15.277,89
11.001.27.122.0009.2009.339036000000	7.501,68
09.001.20.122.0011.2026.339030000000	5.067,62
02.001.04.125.0003.2047.339030000000	557,37
03.001.04.122.0004.2003.339030000000	972,10
03.001.04.122.0004.2003.339039000000	13.131,54
03.001.04.122.0004.2003.339036000000	1.922,63
05.001.08.122.0036.2012.339030000000	6.479,63
07.002.12.361.0035.2028.339030000000	24.719,04
04.001.04.122.0008.2007.339030000000	163,54
06.001.10.301.0028.2080.339014000000	20,00
07.001.12.122.0032.2043.339033000000	500,00
07.001.12.122.0032.2043.339014000000	600,00
11.001.27.122.0009.2009.339014000000	480,00
05.001.08.128.0019.1018.339014000000	270,00
06.002.10.302.0030.2071.339039000000	15.296,91
02.001.04.122.0003.2046.339014000000	80,00
09.001.20.122.0011.2026.339014000000	60,00
07.001.12.122.0032.2043.339036000000	3.237,98
07.003.12.361.0035.2034.319113000000	10.709,74
12.001.04.122.0006.2058.319013000000	0,01
07.002.12.365.0035.2031.339030000000	9.228,85
07.002.12.361.0035.2029.339030000000	14.982,40
05.002.08.244.0020.2017.319113000000	1.705,82
03.001.04.122.0004.2085.339036000000	1.100,00
07.002.12.361.0035.2030.339036000000	1.749,67
07.002.12.365.0035.2031.339036000000	8.812,58
02.001.04.122.0003.2046.339030000000	745,16
06.002.10.302.0030.2070.339030000000	6.662,29
05.001.08.122.0036.2012.339039000000	4.659,20
06.002.10.301.0026.2077.339030000000	4.118,47
04.001.04.122.0008.2007.339093000000	4.283,72
Total	2.014.159,42

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

Classificação	Valor
02.001.04.122.0003.2046.319113000000	5.222,19
02.001.04.125.0003.2047.319011000000	36.446,63
02.001.04.125.0003.2047.319013000000	7.093,86
02.001.04.125.0003.2047.319113000000	4.461,78
03.001.04.122.0004.2084.319011000000	15.000,00
03.001.04.122.0004.2084.319013000000	2.500,00
03.001.04.122.0004.2084.319113000000	3.000,00
03.001.04.122.0004.2085.319011000000	70.000,00
03.001.04.122.0004.2085.319013000000	5.000,00
03.001.04.122.0004.2085.319113000000	5.000,00
04.001.04.122.0008.2007.319091000000	1.000,00
05.001.08.122.0036.2012.319013000000	5.049,24
05.001.08.122.0036.2012.319113000000	12.016,41
05.002.08.244.0020.2018.319011000000	15.000,00
05.002.08.244.0021.1022.319011000000	10.000,00
05.002.08.244.0022.2023.319011000000	5.000,00
05.002.08.243.0023.2090.319013000000	1.763,33
05.002.08.243.0023.2090.319113000000	2.544,49
06.002.10.301.0029.2060.319011000000	60.000,00
06.002.10.301.0029.2061.319013000000	28.132,56
06.002.10.301.0029.2062.319011000000	45.000,00
06.002.10.301.0029.2062.319013000000	5.000,00
06.002.10.301.0029.2062.319113000000	5.000,00
06.002.10.301.0029.2063.319011000000	45.000,00
06.002.10.301.0029.2063.319013000000	5.000,00
06.002.10.301.0029.2063.319113000000	5.000,00
06.002.10.301.0029.2066.319011000000	5.000,00
06.002.10.301.0029.2066.319113000000	1.000,00
06.002.10.302.0030.2070.319004000000	44.152,92
06.002.10.302.0030.2070.319011000000	474.003,14
06.002.10.302.0030.2071.319011000000	123.716,08
06.002.10.302.0030.2071.319013000000	2.000,00
06.002.10.304.0031.2073.319011000000	48.122,54
06.002.10.304.0031.2073.319013000000	5.000,00
06.002.10.305.0031.2074.319004000000	2.000,00
06.002.10.305.0031.2074.319011000000	80.000,00
06.002.10.305.0031.2074.319013000000	5.000,00
06.002.10.305.0031.2074.319113000000	10.000,00
07.001.12.122.0032.2043.319004000000	5.000,00
07.001.12.122.0032.2043.319011000000	74.052,27
07.001.12.122.0032.2043.319091000000	32.085,00
07.002.12.361.0035.2030.319011000000	2.000,00
07.002.12.361.0035.2030.319113000000	2.000,00
07.002.12.365.0035.2031.319011000000	2.000,00
07.002.12.365.0035.2031.319113000000	2.000,00
07.003.12.361.0035.2034.319004000000	1.000,00
07.003.12.361.0035.2034.319013000000	10.000,00
07.003.12.367.0035.2035.319004000000	1.000,00
07.003.12.367.0035.2035.319013000000	500,00
07.003.12.367.0035.2036.319004000000	1.000,00
07.003.12.367.0035.2036.319013000000	1.000,00
07.003.12.365.0035.2037.319004000000	1.000,00
07.003.12.365.0035.2037.319013000000	1.000,00
07.003.12.365.0035.2038.319004000000	1.000,00
07.003.12.365.0035.2038.319013000000	1.000,00
07.004.13.392.0034.2045.319011000000	27.441,04
07.004.13.392.0034.2045.319013000000	5.331,65
07.004.13.392.0034.2045.319113000000	1.000,00
08.001.15.451.0016.2050.319011000000	81.376,31
08.001.15.451.0016.2050.319113000000	13.594,45
08.002.15.452.0016.2051.319011000000	70.246,38
08.002.15.452.0016.2051.319113000000	23.927,81
08.003.26.782.0016.2052.319011000000	86.253,44
08.003.26.782.0016.2052.319113000000	13.931,71
09.001.20.122.0011.2026.319011000000	181.868,53
09.001.20.122.0011.2026.319013000000	6.552,20
09.001.20.122.0011.2026.319113000000	18.359,59
11.001.27.122.0009.2009.319011000000	30.893,91
11.001.27.122.0009.2009.319013000000	19.479,78
12.001.04.122.0006.2058.319011000000	18.896,29
12.001.04.122.0006.2058.319113000000	4.121,12
12.001.04.122.0006.2059.319011000000	22.000,00
03.001.04.122.0004.2084.339033000000	5,27
06.001.10.301.0028.2080.339039000000	1.039,64
07.002.12.365.0035.2031.339030000000	3.341,98
06.002.10.302.0030.2095.335043000000	10.000,00
08.001.04.451.0037.2094.337141000000	10.000,00
05.002.08.243.0023.2090.339039000000	4.635,88
02.001.04.122.0003.2046.339039000000	18.000,00
Total	2.014.159,42

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03/11/2014 e revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, São José do Rio Claro - MT, 03 de novembro de 2014.

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Israel Polizzatto Junior
Código Identificador:41CB33BA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

SECRETARIA DE FAZENDA
DISPENSA DE LICITAÇÕES

O Senhor **CARLOS ROBERTO BIANCHI**, Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e especificadamente nos termos do Artigo 25, Inciso III da Lei Federal nº. 8.666/1993, atualizada pelas Leis n.ºs 8.883/94 e 9.548/98, "RATIFICA OS PROCESSOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÕES Nº**. 11/2014**, a favor da Empresa **SBN LTDA – ME CNPJ 04.544.513/0001-14** Sediada na Rua treze de abril, 363, sala 02, bairro Vila Industrial na Cidade de Toledo Estado do Paraná para ministrar o Show da Banda Sandokan do Paraná que fará show artístico no dia 20/12/2014, na Praça da Matriz no Valor R$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais). No dia 31/12/2014 para o dia 01/01/2015 (Revellion) Show nacional com a Banda Milennium Cia Show – PR. Valor de R$ 32.000,00 (Trinta e Dois Mil Reais). INEXIGIBILIDADE Nº**. 12/2014 E. B. DE SOUZA SHOW**

E EVENTOS ME, CNPJ 10.209.363/0001-95 Sediada na Rua F, 105 – Cidade Alta em Cuiabá – MT, irá ministrar o Show da BANDA PALLADIUM que fará Show no dia 24/12/2014. Com o valor de R$ 11.000,00 (Onze Mil Reais). INEXIGIBILIDADE Nº**. 13/2014, SILVA & CORREIA LTDA – ME,** CNPJ, 10.947.845/0001-42, Sediada na rua Marechal Deodoro, 1115, Centro, CEP 78.200-000, na Cidade de Cáceres – MT. Com o valor de R$ 65.000,00 (Sessenta e Cinco Mil Reais) sendo R$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais) para a dupla Ouro Preto & Boiadeiro que irá apresentar o show no dia 21/12/2014. R$ 6.000,00 (Seis Mil Reais) para a Banda Oficina do Forró que irá apresentar no dia no dia 22/12/2014. R$ 3.500,00 (Três Mil e Quinhentos Reais) para a dupla Frank & Diego que irá apresentar o show no dia 23/12/2014. R$ 7.000,00 (Sete Mil Reais) para o Cantor Max Davinne que irá apresentar o show no dia 26/12/2014. R$ 12.000,00 (Doze Mil Reais) para a Banda Tropical que irá apresentar o show no dia 27/12/2014. R$ 12.000,00 (Doze Mil Reais) para a dupla Fabio Souza & Fabiano que irá apresentar o show no dia 28/12/2014. R$ 10.000,00 (Dez Mil Reais) para a Banda Cheiro da Bahia que irá apresentar o show no dia 30/12/2014. INEXIGIBILIDADE Nº**. 14/2014, E. M. PAINS MARTINS - ME,** CNPJ, 11.422.526/0001-86, Sediada Rua Goiás, 177, Bairro Jardim Santa Rosa Município de São José dos Quatro Marcos - MT para ministrar os Shows das Duplas Lukas Paes e Raphael que irá apresentar o show no dia 25/12/2014 com o valor de R$ 4.500,00 (Quatro Mil e Quinhentos Reais), e Gilson Mark & Agnaldo que irá apresentar o show no dia 29/12/2014 com o valor de R$ 4.500,00 (Quatro Mil e Quinhentos Reais).

Publicado por:
Claudecir Alves Feitosa
Código Identificador:8E8859BB

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

DEPTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA 01-2014

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-MT** torna público, considerando a necessidade de adequação no Edital da Concorrência Pública nº 001/2014, publicado no dia 15/12/2014 no AMM – Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Edição nº 2123 página nº 162, que retificamos o supracitado da seguinte forma: **ONDE SE LÊ:** Contratação para Pavimentação Asfaltica, Drenagem de Águas Pluviais e Sinalização Viária, Local: Bairro Novo Jardim, Comunidade Vitória, Bairro Bom Jardim, Jardim São Cristóvão 2, Bairro Bela Vista, Jardim das Nações (parcial) e Rua dos Manacás (parcial), na cidade de Sinop/Mt. **LEIA-SE:** Contratação para Pavimentação Asfaltica, Drenagem de Águas Pluviais e Sinalização Viária, Local: Bairro Novo Jardim, Comunidade Vitória, Bairro Bom Jardim, Jardim São Cristóvão 2, Bairro Bela Vista, Jardim das Nações (parcial), **Jardim América** e Rua dos Manacás (parcial), na cidade de Sinop/Mt. Em virtude dessa alteração a sessão prevista para as **09:00** do dia **20/01/2014**, realizar-se-á as **09:00** do dia **26/01/2015**

Sinop-MT, 15 de dezembro de 2014.

ADRIANO DOS SANTOS
Presidente da C.P.L.
Portaria 001/2014

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:CA6F7C70

DEPTO DE LICITAÇÃO
07 - EXT. CHAMADA PUBLICA 007 - PROCEDIMENTO OFTALMOLOGICOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-MT, no uso de suas prerrogativas legais, torna público que realizará Chamada Pública para credenciamento para futura Contratação de empresas especializadas na realização de procedimentos Oftalmológicos elencados no anexo I deste edital e constantes da Tabela do Sistema Único de Saúde, para atender a demanda do Município de Sinop. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS: até o dia 14 de janeiro de 2015 às 14:30 horas. LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial, SINOP/MT, CEP: 78550-210. ÍNTEGRA do EDITAL: no endereço indicado ou por meio do site www.sinop.mt.gov.br ou www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3517-5298/5263.

Sinop/MT, 16 de dezembro de 2014.

ADRIANO DOS SANTOS
Presidente da C.P.L
Portaria nº 001/2014

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:FAB3A14D

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 2087/2014

DATA: 15 de dezembro de 2014

SÚMULA: Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Sinop para o exercício financeiro de 2015 e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de Sinop, Estado de Mato Grosso, estima a Receita Bruta em R$ 350.218.333,00 (trezentos e cinqüenta milhões, duzentos e dezoito mil e trezentos e trinta e três reais) e a Receita Líquida em R$ 322.329.646,00 (trezentos e vinte e dois milhões, trezentos e vinte e nove mil e seiscentos e quarenta e seis reais), bem como fixa a Despesa em R$ 322.329.646,00 (trezentos e vinte e dois milhões, trezentos e vinte e nove mil e seiscentos e quarenta e seis reais), sendo destinado à Administração Direta o total de R$ 282.919.182,00 (duzentos e oitenta e dois milhões, novecentos e dezenove mil, cento e oitenta e dois reais) e para a Administração Indireta R$ 39.410.464,00 (trinta e nove milhões, quatrocentos e dez mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais).

Art. 2º. O Orçamento Fiscal foi fixado no montante de R$ 233.335.233,00 (duzentos e trinta e três milhões, trezentos e trinta e cinco mil eduzentos e trinta e três reais) e o Orçamento da Seguridade Social em R$ 88.994.413,00 (oitenta e oito milhões novecentos e noventa e quatro mil quatrocentos e treze reais).

Art. 3º. A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, transferências e outras fontes de recursos, na forma da legislação em vigor e de acordo com as especificações a seguir:

I - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

1 – Por Categoria Econômica	
Receitas Correntes	R$ 235.476.062,00
Receitas de Capital	R$ 49.705.420,00
TOTAL	R$ 285.181.482,00
2 – Por Fontes	
RECEITAS CORRENTES	R$ 263.364.749,00
Receita Tributária	R$ 78.031.511,00
Receita de Contribuições	R$ 5.248.386,00
Receita Patrimonial	R$ 2.133.142,00
Receita Agropecuária	R$ 3.235,00
Receita de Serviços	R$ 1.236.998,00
Transferências Correntes	R$ 168.458.190,00
Outras Receitas Correntes	R$ 8.253.287,00
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE	R$ (27.888.687,00)
(-) Dedução da Receita Tributária	R$ (7.261.916,00)
(-) Ded. e Rec. para formação do Fundeb	R$ (19.907.405,00)
(-) Ded. de Outras Receitas Correntes	R$ (719.366,00)
RECEITAS DE CAPITAL	R$ 49.705.420,00
Operação de Crédito	R$ 25.000.000,00
Alienação de Bens	R$ 15.000.000,00
Transferências de Capital	R$ 9.705.420,00
SUBTOTAL:	R$ 285.181.482,00
II - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
1 – Por Categoria Econômica	
Receitas Correntes	R$ 23.214.492,00
Receitas de Capital	R$ 0,00

Receita Intra-Orçamentária	R$ 13.933.672,00
TOTAL	R$ 37.148.164,00
2 – Por Fontes	
RECEITAS CORRENTES	R$ 37.148.164,00
Receitas Tributárias	R$ 0,00
Receita de Contribuições	R$ 10.370.486,00
Receita Patrimonial	R$ 10.341.406,00
Receita de Serviços	R$ 1.112.000,00
Outras Receitas Correntes	R$ 1.390.600,00
Receita Intra Orçamentária	R$ 13.933.672,00
RECEITAS DE CAPITAL	R$ 0,00
Operação de Crédito	R$ 0,00
Transferências de Capital	R$ 0,00
SUBTOTAL:	R$ 37.148.164,00
TOTAL DA RECEITA:	R$ 322.329.646,00

Art. 4º. A despesa será realizada de acordo com a especificação dos Anexos desta Lei, constantes do Programa de Trabalho e segundo a sua natureza, conforme discriminadas a seguir:
1 – POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

I - ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
01 -	CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP	
	010 – CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP	10.000.000,00
02 -	GABINETE DO PREFEITO	
	010 – GABINETE DO PREFEITO	7.033.833,00
	040 – UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	907.660,00
	050 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR	1.090.804,00
03 -	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
	010 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	11.059.995,00
04 -	SECRETARIAMUN.DEPLANEJAMENTO,FINANÇASEORÇAMENTO	
	010 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO	12.859.721,00
05 -	SECRETARIA MUNICIPAL DA DIVERSIDADE CULTURAL	
	010 – SECRETARIA MUNICIPAL DA DIVERSIDADE CULTURAL	2.214.155,00
06 -	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	
	010 – SECRETARIA MUN. DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	6.671.691,00
07 -	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
	010 – SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	55.710.647,00
08 -	SECRETARIA MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTES URBANO	
	010 – SEC. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO	5.306.051,00
09 -	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
	010 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	3.286.701,00
10 -	SEC.MUN.DEMEIOAMBIENTEEDESENVOLVIMENTOSUSTENTÁVEL	
	010 –FAMUS–FUNDOAMBIENTALDOMUNICIPIODESINOP	2.844.384,00
11 -	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
	010 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	35.356.415,00
	020 – FUNDEB-FDO. DE MANUT. E DESENV. DA EDUC. BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROF.DA EDUCAÇÃO	37.843.585,00
12 -	SEC. MUN.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EMPREGO E HABITAÇÃO	
	010 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL	8.710.572,00
	020 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	1.660.109,00
13 -	SEC. MUN. DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E MINERAÇÃO	
	010- SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO,	
	TURISMO E MINERAÇÃO	6.147.937,00
14 -	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
	010 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	70.241.938,00
17 -	SECRETARIA DE GOVERNO E PROJETOS ESTRATÉGICOS	
	010 – SEC. DE GOVERNO E PROJETOS ESTRATÉGICOS	3.972.984,00
SUBTOTAL R$		282.919.182,00
II - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
15 -	SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP – SAAES	
	010 – SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP - SAAES	3.524.900,00
16 -	PREVI-SINOP	
	010 – PREVI-SINOP	34.773.564,00
19 -	AGER/SINOP	
	010 – AGER/SINOP	1.112.000,00
SUBTOTAL R$		39.410.464,00
TOTAL DA DESPESA R$		322.329.646,00
2 – POR FUNÇÕES DE GOVERNO		
I - ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
01 -	LEGISLATIVA	10.000.000,00
02 -	JUDICIÁRIA	221.000,00
03 -	ESSENCIAL À JUSTIÇA	1.594.104,00
04 -	ADMIISTRAÇÃO	41.578.279,00
06 -	SEGURANÇA PÚBLICA	277.800,00
08 -	ASSISTÊNCIA SOCIAL	8.415.104,00
10 -	SAÚDE	70.241.938,00
11 -	TRABALHO	431.468,00
12 -	EDUCAÇÃO	73.200.000,00
13 -	CULTURA	2.214.155,00
15 -	URBANISMO	44.193.947,00
16 -	HABITAÇÃO	1.660.109,00
18 -	GESTÃO AMBIENTAL	2.868.443,00
20 -	AGRICULTURA	3.286.701,00
22 -	INDÚSTRIA	3.998.397,00
23 -	COMERCIO E SERVIÇOS	2.114.540,00
26 -	TRANSPORTE	5.016.981,00
27 -	DESPORTO E LAZER	6.671.691,00
28 -	ENCARGOS ESPECIAIS	3.757.125,00
99 -	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.177.400,00
SUBTOTAL		282.919.182,00
II - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
04 -	ADMINISTRAÇÃO	1.110.820,00
09 -	PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	10.337.371,00
17 -	SANEAMENTO	1.331.500,00
28 -	ENCARGOS ESPECIAIS	2.182.620,00
99 -	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	24.448.153,00
SUBTOTAL		39.410.464,00
TOTAL DA DESPESA R$		322.329.646,00
3 – POR PROGRAMAS		
I - ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
0001-	INCENTIVO AS AÇÕES DA DIVERSIDADE CULTURAL	859.624,00
0002-	OUVIDORIA EM AÇÃO	298.527,00
0003-	GESTÃO E APOIO ADMINISTRATIVO	16.050.717,00
0004-	CONSUMO E CIDADANIA	1.090.804,00
0005-	APRIMORAR A QUALIDADE DOS SERVIDORES PÚBLICOS E SATISFAÇÃO DOS SERVIDORES	4.190.995,00
0006-	APERFEIÇOAMENTO, CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO – PACQ SERVIDOR	1.761.523,00
0007-	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, INCLUSÃO DIGITAL E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	3.143.726,00
0008-	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA SECRETARIA DE DIVERSIDADE CULTURAL	1.324.604,00
0009-	FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO	907.660,00
0010-	GESTÃO E AÇÃO LEGISLATIVA	10.000.000,00
0011-	TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E POLÍTICA FISCAL	390.300,00
0012-	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO	8.792.513,00
0013-	EDUCAÇÃO FÍSICA, DESPORTO E LAZER	6.661.691,00
0014-	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	5.248.386,00
0015-	GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	25.065,00
0016-	EDIFICAÇÃO PÚBLICA, INFRA-ESTRURA E SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	33.164.882,00
0017-	MANUTENÇÃO E GESTÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS - SOSU	8.620.340,00
0018-	ANDAR BEM	3.775.000,00
0019-	GERENCIAMENTO DA CIDADE	4.799.570,00
0020-	TRÂNSITO SEGURO	1.297.809,00
0021-	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA STU	3.912.442,00
0022-	PROMOÇÃO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO	1.454.225,00
0023-	GESTÃO E APOIO A SMA	1.745.876,00
0024-	SINOP SEM FOGO	343.229,00
0025-	GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SDS	1.844.083,00
0026-	SINOP SUSTENTÁVEL	534.866,00
0027-	CONSTRUINDO EDUCAÇÃO	3.770.000,00
0028-	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	3.414.405,00
0029-	EDUCAÇÃO E CIDADANIA	55.741.095,00
0030-	MERENDA ESCOLAR	3.824.860,00
0031-	TRANSPORTE ESCOLAR	5.092.730,00
0032-	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	1.660.109,00
0033-	TRABALHO E RENDA	376.468,00
0034-	CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	540.288,00
0035-	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	5.500,00
0036-	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DA SASTH	2.006.712,00
0037-	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	2.845.351,00
0038-	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	2.771.316,00
0039-	DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS UNDUSTRIAL, COMERCIAL, PRESTADORA DE SERVIÇOS, TURISMO DE NEGÓCIO E TURISMO DE LAZER	6.100.572,00
0040-	ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE	27.343.768,00
0041-	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	5.065.716,00
0042-	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	30.895.019,00
0043-	GESTÃO DO SUS	4.583.055,00
0044-	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	2.354.380,00
0046-	GESTÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL	1.111.981,00
9999-	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.177.400,00
SUBTOTAL R$		282.919.182,00
II - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
0003-	GESTÃO E APOIO ADMINISTRATIVO	1.086.440,00
0006-	APERFEIÇOAMENTO, CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO – PACQ SERVIDOR	11.000,00
0007-	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, INCLUSÃO DIGITAL E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	19.500,00
0049-	SANEAMENTO BÁSICO	2.142.000,00
0050-	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SAAES	1.366.000,00
0052-	GESTÃO DA POLÍTICADO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA	2.520.371,00
0053-	GESTÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	7.817.000,00
9999-	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	24.448.153,00
SUBTOTAL		R$ 39.410.464,00
TOTAL DA DESPESA		R$ 322.329.646,00

4 – POR CATEGORIA ECONÔMICA

I - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
DESPESAS CORRENTES	223.311.974,00
DESPESAS DE CAPITAL	58.429.808,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.177.400,00
SUBTOTAL	282.919.182,00
II - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
DESPESAS CORRENTES	13.087.311,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.875.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	24.448.153,00
SUBTOTAL	39.410.464,00
TOTAL DA DESPESA	R$ 322.329.646,00

Art. 5º. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a:
I - abrir durante o exercício Créditos Suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total da despesa fixada no art. 1º, em obediência ao que dispõe o art. 167, inciso V, da Constituição Federal, observando-se o disposto nos artigos 42 e 43, §1º, incisos I, II, III e IV, da Lei Federal nº 4.320/64 e os artigos 14 e 15 da Lei Municipal nº 2006/2014;
II - contratar Operações de Crédito nos termos fixados pela Resolução nº 43/2001, de 21 de dezembro de 2001.
Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.
Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO,
Em, 15 de dezembro de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:5294D6B7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°. 795/2014

DATA: 16 de dezembro de 2014

SUMULA: Altera o inciso XVI do artigo 1º da Portaria nº. 069/2014, de 07 de fevereiro de 2014.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Alterar o inciso XVI do artigo 1º da Portaria nº. 069/2014, de 07 de fevereiro de 2014, conforme segue:

"Art. 1º (...);

XVI – Silvia Cristina Villar Borges – Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes Urbanos;"

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº. 338/2014, de 20 de maio de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO-GROSSO.
Em, 16 de dezembro de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:E48E2638

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°. 796/2014

DATA: 16 de dezembro de 2014

SUMULA: Altera o inciso IX do artigo 2º da Portaria nº. 061/2014, de 06 de fevereiro de 2014.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Alterar o inciso IX do artigo 2º da Portaria nº. 061/2014, de 06 de fevereiro de 2014, conforme segue:

"Art. 2º (...);

IX – Silvia Cristina Villar Borges – Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes Urbanos;"

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº. 337/2014, de 20 de maio de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO-GROSSO.
Em, 16 de dezembro de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:0CBEFCCB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°. 797/2014

DATA: 16 de dezembro de 2014

SUMULA: Altera o inciso XIII do artigo 1º da Portaria nº. 071/2014, de 07 de fevereiro de 2014.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Alterar o inciso XIII do artigo 1º da Portaria nº. 071/2014, de 07 de fevereiro de 2014, conforme segue:

"Art. 1º (...);

XIII – Silvia Cristina Villar Borges – Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes Urbanos;"

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº. 339/2014, de 20 de maio de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO-GROSSO.
Em, 16 de dezembro de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:0432E9F5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 798/2014

DATA: 16 de dezembro de 2014

SÚMULA: Designa a servidora Silvia Cristina Villar Borges a função de Fiscal do Contrato nº. 032/2014.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a servidora Silvia Cristina Villar Borges – Ass. Depto de Adm. Operação de Trânsito, matrícula 10871, a função de Fiscal do Contrato nº. 032/2014 que trata da *"Contratação de Serviços de Lavagem de Veículos para atender ações da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte Urbano"*, referente ao Pregão Presencial nº. 035/2013 – SRP 034/2013 – ATA nº. 037/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09 de dezembro de 2014.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº. 340, de 20 de maio de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 16 de dezembro de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:01174330

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 2088/2014

DATA: 16 de dezembro de 2014

SÚMULA: Cria o Laboratório Municipal de Água de Referência Regional Teles Pires e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei;

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1°. Esta Lei cria o Laboratório Municipal de Água de Referência Regional Teles Pires para realizar análises de água para o consumo humano em cumprimento ao Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano - VIGIAGUA.
Art. 2º. O Laboratório Municipal de Água de Referência Regional Teles Pires é um órgão vinculado à Secretaria Municipal de Saúde habilitado para operacionalização das análises de vigilância da qualidade da água para consumo humano.

Art. 3º. Deve ser objeto de controle e vigilância da qualidade da água:
I – toda água destinada ao consumo humano, distribuída coletivamente por meio de sistema ou solução alternativa coletiva de abastecimento de água;

II – toda água destinada ao consumo humano proveniente de solução alternativa individual de abastecimento de água, independentemente da forma de acesso da população;
Parágrafo único. As disposições desta Portaria não se aplicam à água mineral natural, à água natural e às águas adicionadas de sais, destinadas ao consumo humano após o envasamento, e às outras águas utilizadas como matéria-prima para elaboração de produtos, conforme a Resolução (RDC) nº 274/2005, de 22 de setembro de 2005, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

CAPÍTULO II
DAS DEFINIÇÕES

Art. 4º. Para fins desta Lei, considera-se:

I – água para consumo humano: água potável destinada à ingestão, preparação e produção de alimentos e à higiene pessoal, independente da sua origem;
II – água potável: água que atenda ao padrão de potabilidade e que não ofereça risco à saúde;

III - padrão de potabilidade: conjunto de valores permitidos como parâmetro da qualidade da água para consumo humano;

IV - padrão organoléptico: conjunto de parâmetros caracterizados por provocar estímulos sensoriais que afetam a aceitação para consumo humano, mas que não necessariamente implicam risco à saúde;

V - água tratada: água submetida a processos físicos, químicos ou combinação destes, visando atender ao padrão de potabilidade;

VI - sistema de abastecimento de água para consumo humano: instalação composta por um conjunto de obras civis, materiais e equipamentos, desde a zona de captação até as ligações prediais, destinada à produção e ao fornecimento coletivo de água potável, por meio de rede de distribuição;

VII - solução alternativa coletiva de abastecimento de água para consumo humano: modalidade de abastecimento coletivo destinada a fornecer água potável, com captação subterrânea ou superficial, com ou sem canalização e sem rede de distribuição;

VIII - solução alternativa individual de abastecimento de água para consumo humano: modalidade de abastecimento de água para consumo humano que atenda a domicílios residenciais com uma única família, incluindo seus agregados familiares;

IX - rede de distribuição: parte do sistema de abastecimento formada por tubulações e seus acessórios, destinados a distribuir água potável, até as ligações prediais;
X - ligações prediais: conjunto de tubulações e peças especiais, situado entre a rede de distribuição de água e o cavalete, este incluído;

XI - cavalete: kit formado por tubos e conexões destinados à instalação do hidrômetro para realização da ligação de água;

XII - interrupção: situação na qual o serviço de abastecimento de água é interrompido temporariamente, de forma programada ou emergencial, em razão da necessidade de se efetuar reparos, modificações ou melhorias no respectivo sistema;

XIII - intermitência: é a interrupção do serviço de abastecimento de água, sistemática ou não, que se repete ao longo de determinado período, com duração igual ou superior a seis horas em cada ocorrência;

XIV - integridade do sistema de distribuição: condição de operação e manutenção do sistema de distribuição (reservatório e rede) de água potável em que a qualidade da água produzida pelos processos de tratamento seja preservada até as ligações prediais;
XV - controle da qualidade da água para consumo humano: conjunto de atividades exercidas regularmente pelo responsável pelo sistema ou por solução alternativa coletiva de abastecimento de água, destinado a verificar se a água fornecida à população é potável, de forma a assegurar a manutenção desta condição;

XVI - vigilância da qualidade da água para consumo humano: conjunto de ações adotadas regularmente para verificar o atendimento a esta Lei, considerados os aspectos socioambientais e a realidade local, para avaliar se a água consumida pela população apresenta risco à saúde humana;

XVII - garantia da qualidade: procedimento de controle da qualidade para monitorar a validade dos ensaios realizados;

XVIII - recoleta: ação de coletar nova amostra de água para consumo humano no ponto de coleta que apresentou alteração em algum parâmetro analítico;

CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 5º. Compete ao Laboratório Municipal de Água de Referência Regional Teles Pires:

I - exercer a vigilância da qualidade da água em sua área de competência, em articulação com os responsáveis pelo controle da qualidade da água para consumo humano;
II - executar ações estabelecidas no VIGIAGUA, consideradas as peculiaridades regionais e locais, nos termos da legislação do SUS;

III - inspecionar o controle da qualidade da água produzida e distribuída e as práticas operacionais adotadas no sistema ou solução alternativa coletiva de abastecimento de água, notificando seus respectivos responsáveis para sanar a(s) irregularidade(s) identificada(s);

IV - manter articulação com as entidades de regulação quando detectadas falhas relativas à qualidade dos serviços de abastecimento de água, a fim de que sejam adotadas as providências concernentes a sua área de competência;

V - garantir informações à população sobre a qualidade da água para consumo humano e os riscos à saúde associados, de acordo com mecanismos e os instrumentos disciplinados no Decreto nº 5.440/2005, de 04 de maio de 2005;

VI - encaminhar ao responsável pelo sistema ou solução alternativa coletiva de abastecimento de água para consumo humano informações sobre surtos e agravos à saúde relacionados à qualidade da água para consumo humano;
VII - estabelecer mecanismos de comunicação e informação com os responsáveis pelo sistema ou solução alternativa coletiva de abastecimento de água sobre os resultados das ações de controle realizadas;

VIII - executar as diretrizes de vigilância da qualidade da água para consumo humano definidas no âmbito regional;

IX - realizar, em parceria com os Municípios, nas situações de surto de doença diarréica aguda ou outro agravo de transmissão fecaloral, os seguintes procedimentos:
a) análise microbiológica completa, de modo a apoiar a investigação epidemiológica e a identificação, sempre que possível, do gênero ou espécie de microorganismos;
b) análise para pesquisa de vírus e protozoários, quando for o caso, ou encaminhamento das amostras para laboratórios de referência nacional quando as amostras clínicas forem confirmadas para esses agentes e os dados epidemiológicos apontarem a água como via de transmissão;

c) envio das cepas de *Escherichia coli* aos laboratórios de referência nacional para identificação sorológica;

X - cadastrar e autorizar o fornecimento de água tratada, por meio de solução alternativa coletiva, mediante avaliação e aprovação dos documentos exigidos no art. 14 da Portaria GM/MS nº 2914/2011, de 12 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. A autoridade municipal de saúde pública não autorizará o fornecimento de água para consumo humano, por meio de solução alternativa coletiva, quando houver rede de distribuição de água, exceto em situação de emergência e intermitência.

CAPÍTULO IV
DA METODOLOGIA DE ANÁLISE

Art. 6º. As metodologias analíticas para determinação dos parâmetros previstos nesta Lei devem atender às normas nacionais ou internacionais mais recentes, tais como:
I - *Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater de autoria das instituições American Public Health Association (APHA), American Water Works Association (AWWA) e Water Environment Federation (WEF)*;

II - *United States Environmental Protection Agency (USEPA)*;

III - normas publicadas pela *International Standartization Organization* (ISO);
IV - metodologias propostas pela Organização Mundial da Saúde - OMS.
Art. 7º. Serão contempladas análises físicas, químicas e microbiológicas conforme Anexos da Portaria GM/MS nº 2914/2011, de 12 de dezembro de 2011.

CAPÍTULO V
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 8º. O Laboratório Municipal de Água de Referência Regional Teles Pires terá a seguinte composição funcional:

I - 01 (um) Engenheiro Sanitarista;

II – 01 (um) Engenheiro Químico;

III – 02 (dois) Auxiliares de Laboratório.

Parágrafo único. O quadro disposto no *caput* será composto por servidores efetivos, remanejados do quadro de carreira da Prefeitura Municipal, podendo sofrer alteração conforme demanda.

Art. 9º. O Laboratório Municipal de Água de Referência Regional Teles Pires atenderá de segunda à sexta-feira, no horário de funcionamento da Prefeitura Municipal.
Parágrafo único. Para a recepção de amostras será estabelecido um plano de rotinas.

CAPÍTULO VI
DA PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS CONVENIADOS

Art. 10. O Município de Sinop poderá celebrar Termo de Convênio com as demais cidades que integram o Escritório Regional de Saúde de Sinop-ERSS, bem como com outras cidades pertencentes às demais regiões, porém, que se enquadrem ao convênio, para a adesão aos serviços de análise de água em cumprimento ao Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano - VIGIAGUA, nos Termos da Portaria GM/MS nº 2914/2011, de 12 de dezembro de 2011.

Art. 11. O valor do convênio de que trata o artigo anterior será de 30 UR's (trinta Unidades de Referência), calculados através dos quantitativos de amostras mensais recomendados pela legislação pertinente.

Parágrafo único. O quantitativo de amostras sugeridas tem como base a população municipal, sempre de acordo com os últimos dados do IBGE.

Art. 12. O município de Sinop ficará isento da cobrança, haja vista que sediará o laboratório, oferecendo como contrapartida as instalações, os equipamentos, o mobiliário e o quadro funcional.

Parágrafo único. O valor do convênio será revertido para a manutenção do Laboratório Municipal de Água de Referência Regional Teles Pires para a aquisição de insumos, materiais de consumo, manutenção e calibragem de equipamentos e máquinas, dentre outros custos.

Art. 13. O valor do repasse de cada município conveniado está estabelecido na Tabela I, disposta no Anexo I, parte integrante da presente Lei.

Art. 14. Os municípios conveniados enviarão suas amostras nas datas pré-agendadas, conforme cronograma estabelecido em regulamento próprio.

Art. 15. As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta de dotação própria da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 16. Este Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 16 de dezembro de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO I
TABELA I

ANÁLISE PARA A VIGILÂNCIA DA QUALIDADE DE ÁGUA POR MUNICÍPIO

Municípios	Amostras Anuais Sugeridas	Amostras Mensais Sugeridas	Valor Unitário Em Unidades de Referência – UR's
Claudia	240	20	30 por amostras
Feliz Natal	240	20	30 por amostras
Ipiranga do Norte	216	18	30 por amostras
Itanhangá	216	18	30 por amostras
Lucas do Rio Verde	384	32	30 por amostras
Nova Mutum	336	28	30 por amostras
Nova Ubiratã	240	20	30 por amostras
Santa Carmem	144	12	30 por amostras
Santa Rita do Trivelato	144	12	30 por amostras
Sinop	528	44	**ISENTO**
Sorriso	432	36	30 por amostras
Tapurah	240	20	30 por amostras
União do Sul	144	12	30 por amostras
Vera	240	20	30 por amostras

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:5CD2F794

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 2089/2014

DATA: 16 de dezembro de 2014

SÚMULA: Autoriza a Prefeitura Municipal a utilizar bens apreendidos pelo IBAMA, bem como efetuar despesas relativas à suas manutenções, e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica a Prefeitura Municipal de Sinop autorizada a receber como fiel depositária 02 (dois) tratores de esteiras, da marca Komatsu, sendo 01 (um) modelo D - 60, sem lâmina frontal e girafa e 01 (um) esteira Cartepilla com lâmina, oriundo de apreensão realizada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, na forma da Lei.

Art. 2º. A Prefeitura Municipal fica igualmente autorizada a utilizar o bem descrito no artigo anterior na realização de serviços públicos, como recuperação da malha viária urbana e das estradas vicinais, dentre outros serviços do Município.
Art. 3º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a efetuar todas as despesas com abastecimento, reparos e adaptações, que se fizerem necessárias, bem como a devida manutenção do bem de que trata a presente Lei.

Art. 4º. A autorização que alude esta Lei perdurará enquanto a Prefeitura Municipal de Sinop permanecer como fiel depositária.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento vigente da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos – SOSU.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
Em, 16 de dezembro de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:09CDA7CF

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2090/2014

DATA: 16 de dezembro de 2014

SÚMULA: Promove alteração na Lei nº. 2063/2014, de 02 de dezembro de 2014, e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art.1º. Esta Lei altera a Lei nº. 2063/2014, de 02 de dezembro de 2014, que modificou a Lei nº 1266/2010, e que dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento das Unidades Educativas da Rede Municipal de Ensino.
Art. 2º. O §3º do artigo 1º da Lei nº. 2063/2014 passa vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º. (...).
§1º. (....).
§2º. (...).
§3º. Fica autorizado para o exercício de 2014 um repasse adicional no valor de R$ 24,00 (vinte e quatro reais) por aluno regularmente matriculado na Rede Municipal de Ensino e de R$48,00 (quarenta e oito reais) por aluno regularmente matriculado nas creches municipais de tempo integral.".

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
Em, 16 de dezembro de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO VIII - GERAÇÃO DE DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO			
EVENTO: Realização de Repasse Financeiro Extraordinário para Manutenção das Unidades Escolares de Ensino Fundamental e Educação Infantil.			
I. ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
Realização de repasse financeiro extraordinário aos Conselhos Escolares das Unidades de Ensino Fundamental e de Educação Infantil.	**Impacto Orçamentário-Financeiro**		
	2014	**2015**	**2016**
	389.760,00		0,00
TOTAIS	389.760,00		0,00
MEMÓRIA DE CÁLCULO:			
Foi tomado como base o valor de R$24,00 por aluno matriculado no Ensino Fundamental e de R$ 48,00 por aluno matriculado em unidades de educação integral totalizando R$ 389.760,00.			
Para os anos de 2016 e 2017 não há previsão de repasse extraordinário.			
2. DEMONSTRATIVO DA ORIGEM DOS RECURSOS PARA O SEU CUSTEIO			
Fonte de Recursos			**2014**
11.01000.1.1045.3.3.90.39.00.00.01.01.00.00.00			**R$ 259.776,00**
11.01000.1.1046.3.3.90.39.00.00.01.01.00.00.00			**R$ 129.984,00**
TOTAL			**R$ 389.760,00**
Alteração da Lei 1266/2010 de 08 de março de 2010, concedendo repasse extraordinário no valor de R$ 389.760,00, visando a manutenção das Unidades Educativas da Rede Municipal de Ensino. Os recursos estão sendo suplementados no Projeto de Lei 078/2014.			
3. DEMONSTRAÇÃO DA COMPENSAÇÃO DAS DESPESAS GERADAS			
§3º do Art. 1º da Lei 2063/2014			
EVENTO:			

Fonte de Recursos	2014	2015
11.01000.1.1045.3.3.90.39.00.00.01.01.00.00.00	**R$ 259.776,00**	**R$ -**
11.01000.1.1046.3.3.90.39.00.00.01.01.00.00.00	**R$ 129.984,00**	**R$ -**
TOTAIS	**R$ 389.760,00**	**R$ -**

Sinop MT 16 de dezembro de 2014.

_____
Secretária Municipal de Educação

Declaro para todos os fins, em conformidade com o exposto acima, que para o orçamento fiscal vigente há previsão de recursos suficientes para atender as despesas geradas, objeto deste projeto de Lei. Declaramos também que as mesmas são compatíveis com o PPA e com a LDO.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:A6376F16

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 2091/2014

DATA: 16 de dezembro de 2014

SÚMULA: Concede reajuste, a título de reposição salarial, a todas as referências constantes da tabela de vencimentos dos servidores públicos dos órgãos da Administração Pública Municipal, Anexo V da Lei nº. 568/99 e posteriores alterações, e aos subsídios dos Agentes Políticos.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso XII do art. 87 da Lei Orgânica Municipal, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a reajustar, a título de reposição salarial, em 6,33 % (seis vírgula trinta e três por cento) todas as referências constantes da tabela de vencimentos dos servidores públicos dos órgãos da Administração Pública do Município, Anexo V da Lei nº. 568/99 e suas alterações posteriores.

Art. 2º. Ficam reajustados também, a título de reposição salarial, em 6,33 % (seis vírgula trinta e três por cento) os subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito, nos termos da Lei.
Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2015.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 16 de dezembro de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO I
QUADRO DE SALÁRIOS

I - QUADRO EFETIVO

REFERÊNCIA	VENCIMENTO BASE/MENSAL VALORES EXPRESSOS EM R$	PRODUTIVIDADE (%)
CE-01	R$ 768,44	
CE-02	R$ 807,84	
CE-03	R$ 824,27	
CE-04	R$ 870,97	
CE-05	R$ 934,04	
CE-06	R$ 997,19	
CE-07	R$ 1.060,26	
CE-08	R$ 1.186,52	
CE-09	R$ 1.249,59	
CE-10	R$ 1.375,86	
CE-11	R$ 1.438,95	
CE-12	R$ 1.455,42	
CE-13	R$ 1.502,06	
CE-14	R$ 1.628,31	
CE-15	R$ 1.770,97	
CE-16	R$ 1.880,72	
CE-17	R$ 2.086,54	
CE-18	R$ 2.133,19	*O cargo de Técnico em Raio X com jornada mensal de 150 horas
CE-19	R$ 2.322,51	
CE-20	R$ 1.736,86	
	R$ 868,45	
CE-21	R$ 2.999,20	
CE-22	R$ 3.477,49	
	R$ 2.407,19	
CE-23	R$ 3.947,01	
	R$ 2.691,11	
CE-24	R$ 4.417,85	
CE-24 A	R$ 3.313,38	
CE-25	R$ 4.897,48	
	R$ 3.947,01	
	R$ 3.004,15	
	R$ 2.846,47	
CE-26	R$ 8.696,32	100% (cem por cento)
	R$ 6.522,24	
	R$ 4.386,05	
CE-28	R$ 6.885,54	
CE-29-01-A	R$ 902,42	
CE-29-01-B	R$ 1.353,63	
CE-29-01-C	R$ 1.534,12	
CE-29-01-D	R$ 1.804,85	
CE-29-01-E	R$ 2.075,57	
CE-29-02-A	R$ 1.353,62	
CE-29-02-B	R$ 2.030,43	
CE-29-02-C	R$ 2.301,15	
CE-29-02-D	R$ 2.707,24	
CE-29-02-E	R$ 3.113,33	
CE-29-03-A	R$ 1.804,82	
CE-29-03-B	R$ 2.707,23	
CE-29-03-C	R$ 3.068,19	
CE-29-03-D	R$ 3.609,64	
CE-29-03-E	R$ 4.151,09	
CE-30-01-A	R$ 933,94	
CE-30-01-B	R$ 1.027,33	
CE-30-01-C	R$ 1.120,73	
CE-30-01-D	R$ 1.214,12	
CE-30-01-E	R$ 1.307,52	
CE-30-01-F	R$ 1.400,91	
CE-30-02-A	R$ 1.245,26	
CE-30-02-B	R$ 1.369,79	
CE-30-02-C	R$ 1.494,32	
CE-30-02-D	R$ 1.618,74	
CE-30-02-E	R$ 1.743,37	
CE-30-02-F	R$ 1.867,90	
CE-31-A	R$ 934,04	
CE-31-B	R$ 1.027,44	
CE-31-C	R$ 1.120,85	
CE-31-D	R$ 1.214,25	
CE-32-A	R$ 2.060,19	
CE-32-B	R$ 4.058,51	
CE-32-C	R$ 4.320,35	
CE-32-D	R$ 4.713,10	
CE-32-E	R$ 5.107,07	
CE-32-F	R$ 5.433,15	
CE-33	R$ 4.658,21	
CE-34	R$ 3.825,22	
CE-35	R$ 4.172,98	
CE-36	R$ 7.057,67	
CE-37	R$ 7.229,82	
CE-38	R$ 4.422,04	
CE-39	R$ 1.754,51	
CE-40	R$ 1.691,39	
CE-41	R$ 2.227,85	
CE-42	R$ 2.204,52	
CE-43	R$ 2.001,19	
CE-44	R$ 2.231,42	
CE-45	R$ 3.060,91	
CE-46	R$ 3.117,69	
CE-47	R$ 5.566,44	
CE-48	R$ 6.235,40	
CE-49	R$ 2.125,22	
CE-50	R$ 2.369,71	
CE-51	R$ 1.839,97	
CE-52	R$ 2.051,66	
CE-53	R$ 2.101,62	
CE-54	R$ 1.983,63	
CE-55	R$ 2.086,53	
CE-56	R$ 1.626,02	

CE-57	R$ 1.813,10	
CE-58	R$ 1.983,63	
CE-59	R$ 1.502,07	
CE-60	R$ 1.541,86	
CE-61	R$ 1.697,32	
CE-62	R$ 1.892,60	
CE-63	R$ 1.839,96	
CE-64	R$ 2.051,64	
CE-66	R$ 1.558,86	
CE-67	R$ 1.736,87	
CE-68	R$ 868,45	
CE-69	R$ 1.078,18	
CE-70	R$ 3.673,10	

II - QUADRO COMISSIONADO

REFERÊNCIA	VENCIMENTO BASE/MENSAL EM R$
CC-01	R$ 484,71
CC-02	R$ 1.297,79
CC-02-A	R$ 1.507,32
CC-03	R$ 1.578,69
CC-04	R$ 1.857,34
CC-05	R$ 2.000,05
CC-06	R$ 2.711,81
CC-06-A	R$ 3.231,53
CC-07	R$ 3.516,97
CC-08-A	R$ 4.438,51
CC-08	R$ 4.781,06
CC-09	R$ 5.504,32
	R$ 2.802,74
CC-10	R$ 6.466,50
CC-10-A	R$ 6.850,88
CC-11	R$ 9.823,03
CC-16	R$ 7.858,42
CC-17	R$ 7.633,90
CT-01	R$ 2.097,52

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:0205443E

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2092/2014

DATA: 16 de dezembro de 2014

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a reajustar, a título de reposição salarial, todas as referências constantes da Tabela de Vencimentos de Cargos do PreviSinop e os proventos de aposentadoria e pensão dispostos na Lei nº 937/2006, de 29 de agosto de 2006 e suas alterações posteriores, e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a reajustar, a título de reposição salarial, em 6,33% (seis vírgula trinta e três por cento), todas as referências constantes da Tabela de Vencimentos de Cargos do PreviSinop e os proventos de aposentadoria e pensão mantidos pelo Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de Sinop, dispostos na Lei nº 937/2006, de 29 de agosto de 2006, e suas alterações posteriores, conforme o Anexo I da presente Lei.

Art. 2º. As despesas decorrentes correrão a conta do Orçamento vigente, suplementado se necessário.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2015.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 16 de dezembro de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO I

TABELA DE VENCIMENTO DE CARGOS DO PREVI-SINOP

REFERÊNCIA	VENCIMENTO BASE/ MENSAL EM R$
CC-11	9.823,03
CC- 10	5.832,89
CC-12	3.233,25
CC-10 A	4.781,04
CC-08 A	4.437,37
CC-07 A	2.711,80
CC-05 A	1.857,32
CC-02	1.297,77
CC-07	3.172,85

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:55F7FC9B

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2093/2014

DATA: 16 de dezembro de 2014

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a reajustar, a título de reposição salarial, todas as referências constantes da tabela de vencimentos do quadro de provimento efetivo e comissionado do SAAES – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sinop.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a reajustar em 6,33% (seis vírgula trinta e três por cento), a título de reposição salarial, todas as referências constantes da tabela de vencimentos do quadro de provimento efetivo (CE) e do quadro de provimento em comissão (CC) do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAES, conforme disposto no Anexo I da presente Lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros em 1º de janeiro de 2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 16 de dezembro de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO I
QUADRO DE SALÁRIOS
I - QUADRO EFETIVO

REFERÊNCIA	VALORES EXPRESSOS EM R$
	VENCIMENTO BASE MENSAL
CE - 01	761,14
CE - 02	807,84
CE - 03	824,27
CE - 04	870,97
CE - 05	934,05
CE - 06	997,21
CE - 07	1.060,26
CE - 08	1.186,52
CE - 09	1.249,57
CE - 10	1.375,85
CE - 11	1.438,95
CE - 12	1.455,41
CE - 13	1.502,06
CE - 14	1.628,29
CE - 15	1.770,97

CE - 16	1.880,72
CE - 17	2.086,53
CE - 18	2.133,18
CE - 19	2.322,51
CE - 20	1.849,41
	868,44
CE - 21	2.999,20
CE - 22	3.702,79
	2.407,19
CE - 23	3.947,00
CE - 24	4.417,94
CE - 25	4.897,48
CE - 57	1.813,09

II - QUADRO COMISSIONADO

Referência	Vencimentos Base/Mensal em R$
CC 01	484,54
CC 03	1.856,97
CC 03 A	1.856,97
CC 05	2.711,80
CC 07	3.516,77
CC 08	4.437,37
CC 09	5.504,31
CC 11	9.823,03

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:A5C628D2

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2094/2014

DATA: 16 de dezembro de 2014

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a reajustar, a título de reposição salarial, todas as referências constantes da tabela de vencimentos do quadro de provimento comissionado da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Município de Sinop – AGER Sinop.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a reajustar em 6,33% (seis vírgula trinta e três por cento), a título de reposição salarial, todas as referências constantes da tabela de vencimentos do quadro de provimento em comissão (CC) da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Município de Sinop – AGER Sinop, conforme disposto no Anexo I da presente Lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros em 1º de janeiro de 2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 16 de dezembro de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO I
QUADRO DE SALÁRIOS

I - QUADRO COMISSIONADO

Referência	Vencimentos Base/Mensal em R$
CC-05	2.711,80
CC-09	5.504,31
CC-11	9.823,03

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:19AD6988

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 2096/2014

DATA: 16 de dezembro de 2014

SÚMULA: Dispõe sobre a construção e a instalação de Postos de Combustíveis e Serviços Automobilísticos no âmbito municipal e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei;

CAPÍTULO I
DAS EDIFICAÇÕES

Art. 1º.As edificações de postos de combustíveis e serviços automobilísticos, destinados às atividades de abastecimento e lubrificação, poderão ser exercidas em conjunto ou isoladamente, e deverão atender as seguintes disposições:

I – os terrenos para instalação de novos postos não poderão ter área inferior a 1.200 m² (mil e duzentos metros quadrados);

II - não poderão estar localizados a uma distância efetiva, tomada não em linha reta, menor que 1.000 m (mil metros) entre eles;

III - em caso de avenidas ou vias de pista dupla, a distância será de 500 m (quinhentos metros) em sentido contrário um do outro;

IV - em terrenos localizados em esquina, a menor dimensão das testadas não poderá ser inferior a 30,00 m (trinta metros);

V- para terrenos localizados em meio de quadra, a testada não poderá ser inferior a 40,00 (quarenta metros).

§1º. Os postos de combustíveis e serviços automobilísticos poderão ser edificados num raio de 200m (duzentos metros) de distância de terrenos onde exista um grande fluxo de pessoas, como hospitais, escolas, creches, clubes recreativos, ressalvados dessa exigência os já existentes, que, entretanto, deverão atender as normas e prescrições de segurança e proteção ambiental.

§2º. A distância de que trata o parágrafo anterior deverá ser medida entre a divisa mais próxima do terreno, objeto de instalação do posto de combustível e serviços automobilístico de que trata a presente Lei.

Art. 2º. Os postos de combustíveis e serviços automobilísticos deverão dispor de compartimentos ambientais ou locais para:

I – acesso e circulação de veículos;

II – serviços de abastecimento e/ou lubrificação;

III – administração;

IV – sanitários.

Art. 3º. Aos postos de combustíveis e serviços automobilísticos de que trata a presente Lei aplicar-se-à, ainda, as seguintes disposições:

I – as aberturas de acesso para veículos poderão ter a largura mínima entre 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) e máxima de 8,00m (oito metros) que deverão ser medidas no sentido perpendicular ao eixo dos acessos, sem avançar sobre a testada dos lotes vizinhos, devendo manter ainda uma distância de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) das divisas, quando apresentarem ângulos entre 45° (quarenta e cinco graus) e 90° (noventa graus) em relação ao alinhamento predial ou à guia;

II – os rebaixos dos acessos poderão formar raios de concordância de no máximo 0,50m (cinquenta centímetros) com os meios fios e

muretas no início ou no final dos mesmos ou com a linha dos alinhamentos prediais.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo os postos de combustíveis situados às margens da BR-163, por força de normativas próprias estabelecidas pela legislação federal.

Art. 4º. As calçadas limítrofes dos postos que servem de acesso a veículos automotores deverão ser demarcadas, em toda sua extensão, com faixas para passagem de pedestres.
Art. 5º. Quaisquer aparelhos ou equipamentos, tais como bombas para abastecimento, conjunto para testes ou medição, elevadores, bem como valas para troca de óleo deverão ficar a pelo menos 6,00m (seis metros) do alinhamento dos logradouros, sem prejuízo da observância de recuos maiores exigidos para o local.

Art. 6º. As balanças de ar não terão restrição de posicionamento, devendo apenas atender a melhor posição de circulação dentro das áreas do posto, não podendo se localizar em locais nos quais sua utilização possa obstruir os acessos e as saídas, e à critério da segurança e da funcionalidade do serviço.

Art. 7º. A posição e as dimensões dos aparelhos ou equipamentos, bem como outras construções ou instalações similares deverão ser adequadas às suas finalidades, para oferecerem a necessária segurança e ainda possibilitarem a correta movimentação ou parada de veículos.
Art. 8º. As bombas para abastecimento deverão observar a distância mínima de 4,00m (quatro metros) de qualquer ponto da edificação e das divisas laterais e de fundo.
Art. 9º. Os equipamentos de lubrificação deverão ficar em compartimentos exclusivos, dos quais:

I - as paredes serão fechadas em toda altura, até a cobertura, ou providas de caixilhos fixos para iluminação;

II - as faces internas das paredes serão revestidas de material durável, impermeável e resistente às frequentes lavagens, em toda altura, e poderão ter painéis envidraçados até a verga (viga de sustentação);

III - o pé-direito será de acordo com o tipo de equipamento utilizado, observado o mínimo de 3,00m (três metros);

IV - os compartimentos que não dispuserem de carenagem, deverão ficar afastados das divisas do lote no mínimo 3,00m (três metros), e quando o vão de acesso estiver voltado para via pública ou para divisa do lote, deverão distar dessas linhas 6,00m (seis metros), no mínimo.

Art. 10. Os postos de serviços automobilísticos deverão dispor de instalações ou construções de tal forma que as propriedades vizinhas ou logradouros públicos não sejam atingidos pelos ruídos, vapores, jatos e aspersão de óleo originado dos serviços de abastecimento.

Parágrafo único. A instalação de suspiros ou respiros só será permitida dentro do imóvel, numa distância mínima de quatro metros de qualquer divisa.

CAPÍTULO II
DAS REFORMAS E AMPLIAÇÕES

Art. 11. Os postos de combustíveis e serviços automobilísticos existentes poderão sofrer reforma e ampliação, desde que atendidas às disposições desta lei.

§1º. Não poderá ser rebaixado o meio-fio no trecho correspondente à curva de concordância das ruas, e no mínimo 6,00 m (seis metros), distante do alinhamento predial.

§2º. Quando da reforma e ampliação, os postos de combustível e serviços automobilísticos já existentes ficam isentos de se adequarem às distâncias externas estipuladas nesta lei.

CAPÍTULO III
DAS ATIVIDADES PERMITIDAS

Art. 12. Constituem atividades exclusivas dos postos de combustíveis o abastecimento e a venda a varejo de combustíveis e derivados de petróleo e etanol.
Parágrafo único. O carregamento, descarregamento e o manuseio dos produtos mencionados no *caput* só poderão ocorrer dentro da área construída, ficando expressamente proibido tais ações em vias públicas, pistas de rolamento e/ou calçadas que margeiam o posto de combustível.

Art. 13. São atividades permitidas aos postos de combustível e serviços automobilísticos:
I – lubrificação de veículos;

II – suprimento de água e ar;

III – comércio de peças e acessórios para veículos, bem como de artigos relacionados com a higiene, conservação, aparência e segurança de veículos;

IV - comércio de material impresso de suporte e divulgação ao turismo, lojas de conveniência, autopeças, farmácia, vídeo locadora, autoelétrica, oficina mecânica, borracharia, lavanderia, floricultura, banca de revistas, salão de beleza, desde que atendidas à legislação pertinente de cada segmento.

CAPÍTULO IV
DA FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES

Art. 14. Os postos de combustíveis e serviços automobilísticos serão fiscalizados pelos seguintes órgãos municipais na medida de suas competências, além dos estaduais e federais a que estiverem submetidos por força de Lei, conforme segue:

I – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos - SOSU;

III – Vigilância Sanitária;

IV – PRODEURBS.

Art. 15. Em caso de não cumprimento desta Lei, os estabelecimentos infratores ficam sujeitos sucessivamente às seguintes penalidades:

I - advertência por escrito, em que o infrator será notificado para fazer cessar a irregularidade;

II – multa de 2.000 UR’s (duas mil Unidades de Referência);

III - multa em dobro, em caso de reincidência;

IV- suspensão da atividade até correção das irregularidades;

V- cassação de alvará de licença de funcionamento.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Para sua instalação, os postos de combustíveis e serviços automobilísticos dependerão de Atestado de Viabilidade emitido pelo Núcleo de Projetos de Desenvolvimento Urbano de Sinop – PRODEURBS.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO,
EM, 16 de dezembro de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:693F702C

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2097/2014

DATA: 16 de dezembro de 2014

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar financiamento junto à Caixa Econômica Federal – CEF, através do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Modalidade Urbana/Pró-Transporte com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar financiamento junto à Caixa Econômica Federal - CEF no valor de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), através do Programa de Infraestrutura de Transporte da Modalidade Urbana/Pró-Transporte.
Art. 2º. O prazo do financiamento de que trata a presente Lei é de 240 (duzentos e quarenta) meses para pagamento, sendo 48 (quarenta e oito) meses de carência, com taxa de juro efetiva de 6% (seis por cento) ao ano, observadas as disposições legais e contratuais em vigor para as operações de crédito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Modalidade Urbana/Pro - Transporte com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.
§1º. Para garantia da dívida e demais obrigações decorrentes do financiamento a ser contraído pelo Município, observadas as finalidades indicadas no artigo 1º, fica o Poder Executivo autorizado a ceder e transferir para o respectivo agente financeiro, ou como contra garantia ao Tesouro Nacional, em caráter irrevogável e irretratável, as parcelas de sua cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS, na forma da legislação vigente.
§2º. Em caso de insuficiência de parte dos depósitos bancários necessários para a quitação dos encargos contratuais ou, ainda na hipótese de extinção das receitas necessárias para quitação dos encargos contratuais, a garantia será sub-rogada sobre os fundos ou impostos que venha a substituí-las, durante o prazo de vigência do contrato de financiamento autorizado por esta Lei.

§3º. Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados no Programa PAC 2 – Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas/ 3ª Etapa.

Art. 3º. Os recursos provenientes da operação de crédito, objeto do financiamento, serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º. O orçamento do Município consignará, anualmente, os recursos necessários à amortização de principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO
EM, 16 de dezembro de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO VIII - GERAÇÃO DE DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO			
EVENTO: OPERAÇÃO DE CRÉDITO - PAC 2 - PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS - 3ª ETAPA - APF Nº 0414.376-99			
I. ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
Art. 16 I e §2º da LRF			
DESPESAS	**Impacto Orçamentário-Financeiro**		
	2015	**2016**	**2017**
Dívida Contratada com Instituições Financeiras	288.452,39	280.297,01	271.652,34
TOTAIS	**288.452,39**	**280.297,01**	**271.652,34**
MEMÓRIA DE CÁLCULO:			
Para os anos de 2015 a 2017 = Valor do Financiamento R$ 5.000.000,00, Taxa de Juros 6% ao ano, prazo do Financiamento 20 anos com carência de 48 meses para amortização do principal. Cálculos para pagamento dos Juros efetuados conforme Simulador de Financiamento em anexo.			
2. DEMONSTRATIVO DA ORIGEM DOS RECURSOS PARA O SEU CUSTEIO			
Art. 17, §1º da LRF			
FONTE DE RECURSOS		**2015**	
Dotação Orçamentária: 04.010.0.0.28.843.0012.9002 - Serviço da Dívida Interna com Instituições Financeira.		**288.452,39**	
Redução de despesas com investimentos			
TOTAL		**288.452,39**	
Nota Explicativa 1: A despesa gerada ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento na Rubrica Orçamentária: 9002 - Serviço da Dívida Interna com Instituições Financeiras.			
Nota Explicativa 2: Havendo a necessidade serão reduzidas as previsões com investimentos para atender a nova despesa gerada.			
3. DEMONSTRAÇÃO DA COMPENSAÇÃO DAS DESPESAS GERADAS			
Art. 17, §§ 2º e 4º da LRF			
EVENTO: OPERAÇÃO DE CRÉDITO - PAC 2 - PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS - 3ª ETAPA - APF Nº 0414.376-99			
Fonte de Recursos		**2016**	**2017**
Receitas Correntes Previstas para o Exercício		**280.297,01**	**271.652,34**
Redução de despesas com investimentos			
TOTAL		**280.297,01**	**271.652,34**
Nota Explicativa 1: As Receitas Correntes tem uma margem de crescimento ano a ano em função da expansão da economia, da taxa inflacionária e do crescimento vegetativo do Município. Nas projeções de receitas deve ser observado o disposto no art. 12 da LRF.			
Nota Explicativa 2: Nas previsões de despesas para os exercícios de 2016 e 2017 havendo a necessidade serão reduzidas as previsões com investimentos para atender a nova despesa gerada.			

Sinop-MT, 16 de dezembro de 2014

TEODORO MOREIRA LOPES
Secretario de Planejamento, Finanças e Orçamento

Declaro para todos os fins, em conformidade com o exposto acima, que para o orçamento fiscal de 2015 há previsão de recursos suficientes para atender a despesa gerada, objeto deste projeto de Lei e que para 2016 e 2017 estaremos alocando os recursos necessários para atendê-la. Declaramos também que a mesma é compatível com o PPA e com a LDO de 2015

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:4134633D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 285/2014

DATA: 16 de dezembro de 2014

SÚMULA: Dispõe sobre o uso racional de energia elétrica no âmbito da Administração Pública Municipal e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando que o Plano Nacional de Energia 2030 – PNE 2030 – projeta que até o ano de 2030 o Brasil terá uma matriz energética onde 53 mil GWh deve ser proveniente de economia com ações de eficiência energética;

Considerando a atual crise energética nacional e que a gestão eficiente da energia elétrica é um desafio a ser enfrentado pelos governos municipais rumo ao desenvolvimento sustentável;

Considerando que é necessário desenvolver esforços para combater o desperdício de energia elétrica em todos os setores da Prefeitura Municipal;

Considerando que a economia de energia elétrica é elemento fundamental na preservação do ambiente e tem como conseqüência a liberação de recursos para ampliação em setores prioritários para o desenvolvimento do município;

Considerando as experiências de sucesso de vários municípios, objetivando processo e comportamentos na busca de eficiência energética;

Considerando a existência do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL desenvolvido pelo Ministério de Minas e Energia por meio da Eletrobrás e do PROCEL GEM – Gestão Energética Municipal, programa que auxilia os municípios na melhor gestão de energia elétrica;

Considerando que a Eletrobrás/Eletronorte por meio do Programa Eletronorte de Eficiência Energética (PEEE) vem desenvolvendo programas e projetos de uso racional da energia em diversos municípios dos estados de sua região de atuação.
Considerando que a Prefeitura Municipal de Sinop e a Eletrobrás/Eletronorte, por meio do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, está desenvolvendo o PROCEL-GEM/ Programa de Conservação Nacional de Energia Elétrica na vertente Gestão Energética Municipal, que tem como resultado o Plano Municipal de Gestão da Energia Elétrica – PLAMGE, possibilitando ao Município um diagnóstico energético para melhor direcionamento das ações em áreas com potencial de redução de consumo de energia elétrica na prefeitura;

DECRETA:

Art. 1°. Fica criada a Unidade de Gestão Energética Municipal – UGEM, com o objetivo de elaborar o Plano de Gestão Energética Municipal, gerenciar o consumo de energia elétrica, formular propostas, desenvolver projetos e atividades objetivando a conservação de energia elétrica no âmbito do Município.
Art. 2°. Os integrantes da UGEM terão livre acesso a todas as informações e instalações da Administração Municipal com o objetivo de desenvolver os trabalhos necessários para o cumprimento dos objetivos acima estabelecidos.

Parágrafo único. Os servidores municipais em geral e todo aquele investido em cargo ou função de chefia deverão fornecer informações e prestar colaboração às atividades desenvolvidas pelo UGEM.

Art. 3°. A UGEM será coordenada pelos seguintes membros abaixo relacionados, conforme segue:

I – Anna Dias da Costa – Coordenadora Geral, matrícula nº 10433;
II – Joel Meyer – Supervisor I, matrícula nº 9129;

III – Everaldo da Silva Xavier – Supervisor II, matrícula nº 10891;
IV – Denize Siqueira de Souza – Supervisor Técnico, matrícula nº 7579;
V – Alfredo Oliveira da Silva - Supervisor Técnico, matrícula nº. 9402;
VI – Luiz Alfredo de Carvalho Silva - Supervisor Técnico, matrícula nº. 9172.
§1º. O Coordenador da Unidade de Gestão Energética Municipal - UGEM baixará as normas estabelecendo seu pleno funcionamento.

§2º. A participação como membro da UGEM não terá direito a qualquer tipo de remuneração adicional, considerando tratar-se de serviço público relevante.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº. 204/2014, de 02 de outubro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO-GROSSO
EM, 16 de dezembro de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

NEVALDIR GRAFF
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:039C562E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 284/2014

DATA: 15 de dezembro de 2014

SÚMULA: Aprova a retificação do Loteamento denominado de *"Residencial Recanto Suiço"* e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SINOP, **ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso das atribuições legais;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aprovada retificação do loteamento denominado *"Residencial Recanto Suiço"*, de propriedade da empresa Plátano Empreendimentos e Construções Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 12.538.366/0001-06, com sede na Avenida Arouca, nº 888, no município de Passos, Estado de Minas Gerais, localizado na área de terra denominada de Chácara nº 142, no Bairro Eunice, Gleba Celeste, 3ª Parte, nesta cidade de Sinop, Estado de Mato Grosso, com área total escriturada e loteada de 105,439112 ha ou 1.054.391,12 m², (um milhão e cinquenta e quatro mil, trezentos e noventa e um metros quadrados e doze decimetros quadrados), assim distribuídos:

a) Área de Lotes Particulares 557.464,30 m2
b) Área Institucional 63.856,92 m2
c) Área de Arruamento 243.491,27 m²
d) Área Verde 108.805,72 m2
e) Área Útil Loteável 973.618,21 m2
f) Área APP 80.772,91 m2

Área total 1.054.391,12m2

Art. 2º. São os seguintes limites e confrontações:

I - a poligonal tem início no marco (M01), georreferenciado no Sistema Geodésico de Referencia (SGR), SIRGAS 2000, MC-57°W, coordenadas Planas Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 659008.455 e N= 8689073.104, deste segue com o azimute de 174°08'12" e a distância de 2.852,40 metros, confrontando com o Lote nº 143, até o marco M02, deste segue defletindo pela margem direita do Ribeirão Neuza à jusante com os seguintes azimutes e distâncias: 205°59'06" e 7,81 metros, até o marco M03, 237°10'11" e 23,43 metros, até o marco M04, 268°16'34" e 27,53 metros, até o marco M05; 256°21'37" e 17,39 metros, até o marco M06, 255°57'21" e 43,10 metros, até o marco M07, 251°44'04" e 23,06 metros, até o marco M08, 224°06'13" e 9,65 metros, até o marco M09, 268°20'16" e 12,44 metros, até o marco M10, 285°43'52" e 30,38 metros, até o marco M11, 237°56'57" e 30,38 metros, até o marco M12, 261°57'06" e 18,52 metros, até o marco M13, 291°38'22" e 23,03 metros, até o marco M14, 205°15'30" e 14,60 metros, até o marco M15, 240°40'42" e 10,77 metros, até o marco M16, 283°40'53" e 12,46 metros, até o marco M17, 266°25'43" e 23,64 metros, até o marco M18, 284°03'06" e 14,61 metros, até o marco M19, na intersecção do Córrego Odete com Ribeirão Neuza, deste segue defletindo pela margem esquerda do Córrego Odete à montante com os seguintes azimutes e distâncias: 20°18'56" e 11,82 metros, até o marco M20, 38°11'33" e 16,85 metros, até o marco M21, 339°31'46" e 30,53 metros, até o marco M22, 20°12'07" e 45,48 metros, até o marco M23, 54°49'48" e 34,55 metros, até o marco M24, 60°56'22" e 27,76 metros, até o marco M25, 65°02'36" e 24,08 metros, até o marco M26, 81°31'01" e 13,62 metros, até o marco M27, 358°33'34" e 11,76 metros, até o marco M28, 23°16'16" e 10,18 metros, até o marco M29, 09°48'09" e 73,94 metros, até o marco M30, 48°23'11" e 24,04 metros, até o marco M31, 341°26'03" e 49,03 metros, até o marco M32, 348°53'00" e 10,41 metros, até o marco M33, 26°13'28" e 5,71 metros, até o marco M34, 56°42'40" e 51,16 metros, até o marco M35, 41°04'27" e 7,14 metros, até o marco M36, 332°05'41" e 35,62 metros, até o marco M37, 350°13'35" e 17,57 metros, até o marco M38, 20°33'37 e 22,77

metros, até o marco M39, 35°49'48" e 15,45 metros, até o marco M40, 306°44'55" e 20,74 metros, até o marco M41, 320°57'57" e 8,05 metros, até o marco M42, 353°24'03" e 51,60 metros, até o marco M43, 316°52'37" e 31,58 metros, até o marco M44, 330°56'18" e 40,45 metros, até o marco M45, 357°56'17" e 40,04 metros, até o marco M46, 67°23'15" e 18,97 metros, até o marco M47, 16°27'31" e 42,19 metros, até o marco M48, 04°03'55" e 31,48 metros, até o marco M49, 356°48'02" e 24,49 metros, até o marco M50, 348°20'47" e 43,58 metros, até o marco M51, 298°16'53" e 64,06 metros, até o marco M52, 342°53'14" e 43,47 metros, até o marco M53, 17°00'14" e 53,26 metros, até o marco M54, 344°10'37" e 50,44 metros, até o marco M55, 279°13'35" e 16,75 metros, até o marco M56, 327°08'17" e 170,03 metros, até o marco M57, 355°02'26" e 42,41 metros, até o marco M58, 329°39'35" e 56,13 metros, até o marco M59,Deste segue com o azimute de 339°32'05" e a distância de 94,22 metros, confrontando com o Lote nº 141, até o marco M60, deste segue com o azimute de 339°32'05" e a distância de 13,59 metros, confrontando com o Lote nº 141-A, até o marco M61, deste segue com o azimute de 339°32'05" e a distância de 709,55 metros, confrontando com a Área Verde do Residencial Aquarela Brasil, até o marco M62, na intersecção com o Córrego Odete, deste segue com o azimute de 339°32'05" e a distância de 148,41 metros, confrontando com a Área Verde do Residencial Aquarela Brasil, até o marco M63, na intersecção com o Córrego Odete, deste segue com o azimute de 339°32'05" e a distância de 127,72 metros, confrontando com a Área Verde do Residencial Aquarela Brasil, até o marco M64, deste segue com o azimute de 339°32'05" e a distância de 50,17 metros, confrontando com a Avenida dos Tarumãs, até o marco M65, deste segue com o azimute de 339°32'05" e a distância de 80,98 metros, confrontando com a Quadra 15, até o marco M66, deste segue com o azimute de 339°32'05" e a distância de 19,49 metros, confrontando com a Rua Gal Costa, até o marco M67, deste segue com o azimute de 339°32'05" e a distância de 192,51 metros, confrontando com a Quadra 14, até o marco M68, deste segue com o azimute de 339°32'05" e a distância de 17,11 metros, confrontando com a Rua Marisa Monte, até o marco M69, deste segue com o azimute de 339°32'05" e a distância de 204,21 metros, confrontando com a Quadra 01, até o marco M70, deste segue com o azimute de 74°22'31" e a distância de 226,39 metros, confrontando com a Avenida Bruno Martini, até o marco M71, deste segue por um arco de curva à esquerda com raio de 47,69 metros, em uma distância de 94,99 metros e 80,05 metros de corda no azimute de 74°22'44", até o marco M72, deste segue com o azimute de 74°22'56" e a distância de 411,13 metros, confrontando com a Avenida Bruno Martini, até o marco M01, início da descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito.

Art. 3º. O proprietário terá 180 (cento e oitenta dias) para registrar o empreendimento junto ao CRI de Sinop MT, a partir da edição deste Decreto.

Art. 4º. Ficam as Quadras 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54 e 55 como caução até a conclusão da infraestrutura.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº. 241/2014, de 18 de novembro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 15 de dezembro de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

ALCIONE DE PAULA SILVA
Diretor Executivo PRODEURBS

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:8DDFBA24

PREFEITURA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO 18/2014

A Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social, em sua reunião ordinária realizada no dia 11/12/2014, às sete horas e trinta minutos, conforme a **Ata nº 206**, nas dependências da Casa dos Conselhos em anexo a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, dentro das atribuições que lhe confere a Lei 333/94, de 07.12.94, **RESOLVE:**
Art. 1º Aprovar Relatório Circunstanciado da SASTH referente aos meses de Setembro e Outubro de 2014.
Art. 2º Atendendo solicitação via ofício nº 18/2014 da própria Instituição, não celebrar convenio com a Instituição IMAC para o ano de 2015.
Art. 3º Aprovar a inscrição da Instituição ADRA- Agencia de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais do Centro Oeste, no Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Sinop - CMAS.
Art. 4º Aprovar celebração de convenio para o ano de 2015 com a Instituição ADRA- Agencia de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais do Centro Oeste no valor de R$ 30.000,00.
Art. 5º Aprovar os Planos de trabalho para 2015 das Instituições conveniadas mediante recursos do Governo Federal: APAE R$ 46.792,80 e CENTRO SOCIAL MENINO JESUS DE SINOP R$ 54.000,00.
Art. 6º Aprovar os Planos de trabalho das Instituições conveniadas para 2015 com recursos próprios do município: ADEVAS R$ 29.00,00, ADEFIS R$ 20.000,00, CAOPA R$ 30.000,00, COMUNIDADE MARIA DE NAZARÉ R$ 35.000,00, FUNVIDA R$ 20.000,00, VASOS DO OLEIRO R$ 35.000,00, ASBE R$ 10.000,00, CENTRO SOCIAL MENINO JESUS DE SINOP R$ 80.000.00, OBRA SÃO VICENTE DE PAULA R$ 93,568,00, ADRA R$ 30,000.00.
Art. 7º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sinop, 11 de dezembro de 2014.

JOÃO CARLOS GIRARDI
Presidente - CMAS

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:E4F3CD44

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
III (TERCEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2012

Contratante : Câmara Municipal de Sorriso.
Contratada: Agili Softwares para a Área Pública
Data Assinatura: 15/12/2014 Vigência:01/01/2015 a 31/12/2015
Objeto: Fornecimento de Licenças de Uso de Softwares de gestão pública, para o período de 01 de janeiro de 2015 à 31 de dezembro de 2015.
Valor: R$ 96.988,32 (noventa e seis mil, novecentos e oitenta e oito reais e trinta e dois centavos), divididos em 12 vezes de R$ 8.032,36 (oito mil, trinta e dois reais e trinta e seis centavos).
Dotação orçamentária:
01.001.01.031.0200.2001.3390.39.0000 - 01.001.01.031.0200.2.001 - 3390.39.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Publicado por:
Edivaldo Xavier dos Santos
Código Identificador:3BBA3437

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO ESTADO DE MATO GROSSO RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 120/2014

O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, através de sua Pregoeira, torna público para o conhecimento dos interessados, que foi única vencedora do certame a empresa: **DONY W. P. DA SILVA - ME,** CNPJ Nº 19.306.293/0001-68**,** no Item 01, no Valor Total de R$ **291.600,00**.

LUCIENE BABMARE HAHN QUINOT
pregoeira Oficial

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:2F461A44

PREVISO
PORTARIA N.º 269/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Por Idade em favor do Servidor Sr. João Teodoro Sebastião".

O Diretor Executivo do PREVISO - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 1º, inciso "III", alínea "b", combinado com o § 8º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, de 19 de Dezembro de 2003; Lei Complementar nº 139/2011 de 26 de Agosto de 2011 que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos e Estatuto dos Profissionais da Educação Pública Básica do Município de Sorriso/MT; e Art. 12, inciso III, alínea "b", § 1º da Lei Complementar n.º 170/2013, de 08 de Maio de 2013, que dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Sorriso – MT.

Resolve,

Art. 1º - Conceder o benefício de **Aposentadoria Por Idade,** em favor do Sr. **JOÃO TEODORO SEBASTIÃO**, portador do RG nº. 0092481-4 SSP/MT e CPF nº. 177.773.991-87, efetivo no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Classe "A", Nível "IV", lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o referido servidor conta com 6.309 dias trabalhados, ou seja, 17 anos, 03 meses e 14 dias, com **Proventos Proporcionais da Média de Contribuição**, conforme o processo do PREVISO n.º 2014.08.00000004.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre,
publique e
cumpra-se.

Sorriso - MT, 17 de Dezembro de 2014.

ADÉLIO DALMOLIN
Diretor Executivo

HOMOLOGO**:**

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeanne Grapiglia Machado da Silva
Código Identificador:A855A0DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 830, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

Substitui fiscal de contrato, revoga portaria e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Substituir a servidora Daniela de Almeida, nomeada pela Portaria nº 155 de 06 de março de 2014 pela servidora Suellem Fernanda Nunes da Silva Bender como fiscal do Contrato do 025/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato grosso, em 15 de dezembro de 2014.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:590BC3BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 831, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

Averba tempo de serviço da servidora que menciona, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Deferir a averbação por tempo de serviço, da servidora IVONE SALETE GAMLA OBEROSLER, referente aos períodos de 11.02.1985 a 01.02.1986; 25.08.1986 a 25.11.1986; 16.02.1987 a 31.03.1988, vinculados junto a Secretaria de Estado de Administração, Governo do Estado de Mato Grosso, num total de 859 (oitocentos e cinquenta e nove) dias líquidos, ou seja, 02 (dois) anos, 04 (quatro) meses e 09 (nove) dias.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 16 de dezembro de 2014.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:6EAE5BD3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 832, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

Averba tempo de serviço da servidora que menciona, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Deferir a averbação por tempo de serviço, da servidora HERMINIA FRANCISCA DE DEUS SILVA, referente aos períodos de 20.01.1987 a 01.03.1993; 02.03.1993 a 16.08.2002, vinculados junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, num total de 5.682 (cinco mil, seiscentos e oitenta e dois) dias líquidos, ou seja, 15 (quinze) anos, 06 (seis) meses e 27 (vinte e sete) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 16 de dezembro de 2014.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:C039494B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 204, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

Altera os parágrafos 1º e 2º do artigo 50 e parágrafo 2º do Artigo 52 da Lei Complementar nº 139/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos e Estatuto dos Profissionais da Educação Pública Básica do município de Sorriso-MT, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os parágrafos 1º e 2º do Artigo 50 da Lei Complementar nº 139/2011 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 50 ...

§ 1º Deverá ser constituída uma Comissão Permanente composta por 07 (sete) membros, para realizar os procedimentos da concessão das promoções e progressões funcionais, presidida pelo Secretário Municipal de Administração e da qual farão parte também um membro da Procuradoria Geral do Município, um representante da área de Recursos Humanos, um representante da Secretaria de Fazenda e 03 (três) servidores estáveis e respectivos suplentes, indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Sorriso.

§ 2º Os processos de ascensão funcional ocorrerão em intervalos regulares de 36 (trinta e seis) meses, tendo seus efeitos financeiros em 01 de março e 01 de setembro de cada exercício, beneficiando os servidores municipais habilitados na forma desta Lei, e outras normas e regulamentos emitidos pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º O Parágrafo 2º do Artigo 52 da Lei Complementar nº 139/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 52 ...

§ 2º: As titulações apresentadas até 31 de Março do ano corrente serão consignadas no orçamento do ano vigente, tendo como base de calculo de tempo 30 de junho do ano vigente e as titulações apresentadas até 30 de Setembro do ano corrente serão consignadas no orçamento do ano seguinte, tendo como base de calculo de tempo 31 de Dezembro do ano vigente.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 15 de dezembro de 2014.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:EBE31D85

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 205, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

Altera os parágrafos 1º e 2º do artigo 14, parágrafo 2º do Artigo 15 da Lei Complementar nº 134/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do município de Sorriso-MT, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os parágrafos 1º e 2º do Artigo 14 da Lei Complementar nº 134/2011 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14 ...

§ 1º Deverá ser constituída uma Comissão Permanente composta por 07 (sete) membros, para realizar os procedimentos da concessão das promoções e progressões funcionais, presidida pelo Secretário Municipal de Administração e da qual farão parte também um membro da Procuradoria Geral do Município, um representante da área de Recursos Humanos, um representante da Secretaria de Fazenda e 03 (três) servidores estáveis e respectivos suplentes, indicados pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Sorriso.

§ 2º Os processos de ascensão funcional ocorrerão em intervalos regulares de 36 (trinta e seis) meses, tendo seus efeitos financeiros em 01 de março e 01 de setembro de cada exercício, beneficiando os servidores municipais habilitados na forma desta Lei, e outras normas e regulamentos emitidos pelo Chefe do Poder Executivo."

Art. 2º O Parágrafo 2º do Artigo 15 da Lei Complementar nº 134/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15 ...

§ 2º As titulações apresentadas até 31 de Março do ano corrente serão consignadas no orçamento do ano vigente, tendo como base de calculo de tempo 30 de junho do ano vigente e as titulações apresentadas até 30 de Setembro do ano corrente serão consignadas no orçamento do ano seguinte, tendo como base de calculo de tempo 31 de Dezembro do ano vigente.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 15 de dezembro de 2014.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:004E1E5B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 708/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - TERMINO DE CONTRATO da Senhora **ELICA APARECIDA DOS SANTOS, na data de 19 de Dezembro de 2014**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 2.452.559-6 SEJSP/PR, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 048.357.061.37, no cargo de **PROFESSORA SEM FORMAÇÃO**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 836/2009 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 10 de Dezembro de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:12444A33

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO
Nº00010000131/2014/ADM/2014

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ R2 TECH SERVIÇOS E SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA ME / PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO Nº 131/ADM/2014 - ESTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO PROMOVER O ACRÉSCIMO DE R$14.527,70 (QUATORZE MIL, QUINHENTOS E VINTE E SETE REAIS E SETENTA CENTAVOS), NO QUANTITATIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 131/ADM/2014/ **R$14.527,70** / DATA DA ASSINATURA: 11/12/2014.

Publicado por:
Priscila Cristina Fernandes
Código Identificador:85ADBCD8

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
DECISÃO DE RECURSOS DO GABARITO - P S 004/2014
SEMEC E SEMAS

PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2014

LISTA DE DECISÃO DE RECURSOS CONTRA GABARITO DA PROVA OBJETIVA REALIZADA NO DIA 07/12/2014

DECISÃO DE RECURSO

A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra torna pública a lista de Deferimento e Indeferimento dos recursos interpostos pelos candidatos, referente ao gabarito preliminar da Prova Objetiva do Processo Seletivo nº 004/2014.

LISTA DE DECISÃO

2.1 Abaixo, segue a lista de decisão, contendo nome do candidato, data de interposição do recurso, número do protocolo, nome do cargo, parecer e motivo do parecer.

Data do Recurso: 11/12/2014	**Nº. Protocolo: 23791/2014**
Nome	MARLEDE DE ALMEIDA DOS SANTOS
Cargo	PROFESSORA EDUCAÇÃO INFANTIL-ZONA URBANA
Questão	Nº. 03 e 06 – Informa as questões foram plagiadas conforme site WWW.copeve.ufal.br
Parecer	**DEFERIDO:** Questões anuladas, por não citar a fonte.
DECISÃO	**Questões 03 e 06: Anuladas**

Data do Recurso: 11/12/2014	**Nº. Protocolo: 23779/2014**
Nome	KALINA LIGIA DE SOUZA PORTO
Cargo	PROFESSORA EDUCAÇÃO INFANTIL-ZONA URBANA
Questão	Nº. 03 e 06 – Informa as questões foram plagiadas conforme site WWW.copeve.ufal.br
Parecer	**DEFERIDO:** Questões anuladas, por não citar a fonte.
DECISÃO	**Questões 03 e 06: Anuladas**

Data do Recurso: 11/12/2014	**Nº. Protocolo: 23800/2014**
Nome	JOCILAINE RIBEIRO DE CARVALHO
Cargo	PROFESSORA EDUCAÇÃO INFANTIL-ZONA URBANA
Questão	Nº.15 – Solicita cancelamento, por não ter sido possível encontrar textos que aborde a questão.
Parecer	**DEFERIDO:** Houve um equivoco por não ter sido finalizado a questão com as alternativas que deveriam ser colocadas abaixo.
DECISÃO	**Questão 15: Anulada**

Data do Recurso: 11/12/2014	**Nº. Protocolo: 23771/2014**
Nome	SANDRA MARIA LIRA
Cargo	PROFESSORA EDUCAÇÃO INFANTIL-ZONA URBANA
Questão	Nº. 03 e 06 – Informa que as questões foram plagiadas conforme site WWW.copeve.ufal.br
Parecer	**DEFERIDO:** Questões anuladas, por não citar a fonte.
DECISÃO	**Questões 03 e 06: Anuladas**

Data do Recurso: 11/12/2014	**Nº. Protocolo: 23783/2014**
Nome	ROSANA FRANCO SILVA
Cargo	PROFESSORA EDUCAÇÃO INFANTIL-ZONA URBANA
Questão	Nº. 03 e 06 – Informa as questões foram plagiadas conforme site WWW.copeve.ufal.br
Parecer	**DEFERIDO:** Questões anuladas, por não citar a fonte.
DECISÃO	**Questões 03 e 06: Anuladas**

Data do Recurso: 12/12/2014	**Nº. Protocolo: 23796/2014**
Nome	CELIA CRISTINA LOPES DE SOUZA
Cargo	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL
Questão	Nº. 15 - Solicitação de mudança da alternativa de letra **C** para letra **B**
Parecer	**INDEFERIDO:** A resolução da questão 15 como segue: letra A) planta- plan um som apenas é um dígrafo- B) passo- dígrafo consonantal - **C) todas encontro consonantal** – D) ombro –dígrafo.
Decisão	**Questão 15: Mantém a alternativa C.**

Data do Recurso: 11/12/2014	**Nº. Protocolo: 23814/2014**
Nome	MARIANA RODRIGUES PEREIRA
Cargo	INSTRUTOR DE OFICINA TECLADO VIOLÃO E CORAL
Questão	Nº. 04, 06 e 12 - Solicitação cancelamento
Parecer	**DEFERIDO: questões 04 e 12 :** Durante a impressão da prova não negritou a palavra referida nas questões 4 e 12. **INDEFERIDO:** questão 06 - o gabarito é a questão D – não está clara a objeção da questão.
Decisão	**Questões 04 e 12: AnuladasCancelar as questões 4 e 12** **Questão 06: Mantém a resposta do gabarito.**

Data do Recurso: 11/12/2014	**Nº. Protocolo: 23728/2014**
Nome	ADRIANA DOS SANTOS AGUILAR
Cargo	AGENTE DO PROGRAMA ACESSUAS
Questão	Nº. 15 - Solicitação revisão devido todas ter encontro consonantal.
Parecer	**INDEFERIDO:** A resolução da questão 15 como segue: letra A) planta- plan um som apenas é um dígrafo- B) passo- dígrafo consonantal - **C) todas encontro consonantal** – D) ombro –dígrafo.
Decisão	**Questão 15: Mantém a alternativa C.**

Data do Recurso: 10/12/2014	**Nº. Protocolo: 23591/2014**
Nome	PATRICIA DE UNGARO SANTANA
Cargo	AGENTE DO PROGRAMA ACESSUAS
Questão	Nº. 15 - Solicitação revisão devido todas ter encontro consonantal.
Parecer	**INDEFERIDO:** A resolução da questão 15 como segue: letra A) planta- plan um som apenas é um dígrafo- B) passo- dígrafo consonantal - **C) todas encontro consonantal** – D) ombro –dígrafo.
Decisão	**Questão 15: Mantém a alternativa C.**

Data do Recurso: 10/12/2014	**Nº. Protocolo: 23583/2014**
Nome	TELMA DOS SANTOS OLIVEIRA
Cargo	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL-ZONA URBANA
Questão	Nº. 20 - Solicitação revisão devido a concordância de gênero.
Parecer	**INDEFERIDO:** a resposta não prejudica o entendimento/interpretação da questão.
Decisão	**Questão 15: Mantém a alternativa C.**

Data do Recurso: 11/12/2014	**Nº. Protocolo: 23.660/2014**
Nome	YARA MARIA MARTINY
Cargo	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
Questão	Nº. 15 - Solicitação revisão devido todas ter encontro consonantal.
Parecer	**INDEFERIDO:** A resolução da questão 15 como segue: letra A) planta- plan um som apenas é um dígrafo- B) passo- dígrafo consonantal - **C) todas encontro consonantal** – D) ombro –dígrafo.

Decisão	**Questão 15: Mantém a alternativa C.**

Data do Recurso: 10/12/2014	**Nº. Protocolo: 23614/2014**
Nome	DANIEL CANDIDO DE MORAES
Cargo	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
Questão	Nº. 04 e 15 Solicitação revisão das questões
Parecer	**DEFERIDO questões 04:** Durante a impressão da prova não negritou a palavra referida na questão. **INDEFERIDO :** A resolução da questão 15 como segue: letra A) planta- plan um som apenas é um dígrafo- B) passo- dígrafo consonantal - **C) todas encontro consonantal** – D) ombro –dígrafo.
Decisão	**Questão 4: Anulada**
	Questão 15: Mantém a alternativa C.

Data do Recurso: 11/12/2014	**Nº. Protocolo: 23788/2014**
Nome	SUZANA BENEDITA DA SILVA
Cargo	AGENTE DO PROGRAMA ACESSUAS
Questão	Nº. 01, 02, 16 e 18 Solicitação revisão das questões
Parecer	**DEFERIDO questões 16:** anular questão **INDEFERIDO questões 01, 02, 18 e 19:** manter a resposta do gabarito conteúdo do Edital.
Decisão	**Questão 16: Anulada** **Questões 01, 02, 18 e 19: Mantém a resposta do gabarito.**

Data do Recurso: 10/12/2014	**Nº. Protocolo: 23539/2014**
Nome	RIAMA RAMIRES DA CRUZ
Cargo	PROFESSOR DE GEOGRAFIA
Questão	Nº. 05 Solicitação revisão das questões
Parecer	**DEFERIDO questões 05:** Altera resposta do gabarito para letra B
Decisão	**Questão 05: Altera resposta do gabarito para letra B**

Data do Recurso: 11/12/2014	**Nº. Protocolo: 23708/2014**
Nome	PRISCILA ALVES CORDEIRO SILVA
Cargo	PROFESSOR DE GEOGRAFIA
Questão	Nº. 05 Solicitação revisão das questões
Parecer	**DEFERIDO questões 05:** Altera resposta do gabarito para letra B
Decisão	**Questão 05: Altera resposta do gabarito para letra B**

Data do Recurso: 11/12/2014	**Nº. Protocolo: 23788/2014**
Nome	SIMONE CRISTINA PIRES
Cargo	ORIENTADOR SOCIAL
Questão	Nº. 15 - Solicitação de revisão da questão
Parecer	**DEFERIDO questões 15:** Alterar resposta do gabarito para letra D
Decisão	**Questão 15: Alterar resposta do gabarito para letra D**

Data do Recurso: 11/12/2014	**Nº. Protocolo: 23750/2014**
Nome	CLEIDE DALL AGNOL TOPANOTTI
Cargo	PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA E ESTRANGEIRA
Questão	Solicitação revisão da prova
Parecer	**DEFERIDO** prova cancelada
Decisão	**Prova cancelada**

Data do Recurso: 11/12/2014	**Nº. Protocolo: 23712/2014**
Nome	IRACELIA SALES DOS ANJOS DURÃO
Cargo	PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA E ESTRANGEIRA
Questão	Solicitação revisão da prova
Parecer	**DEFERIDO** prova cancelada
Decisão	**Prova cancelada**

Data do Recurso: 10/12/2014	**Nº. Protocolo: 23580/2014**
Nome	ADMILSON BORGES DE CARVALHO
Cargo	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA
Questão	Solicitação de restituição de valor da taxa de inscrição
Parecer	**INDEFERIDO** conforme item 6.2 do edital de abertura. **"**O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma."
Decisão	**INDEFERIDO nos termos do Edital de Abertura.**

Data do Recurso: 11/12/2014	**Nº. Protocolo: 23797/2014**
Nome	TAMIRES SCHNEIDER
Cargo	PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA E ESTRANGEIRA
Questão	Questões 10, 18 e 15 -Solicitação revisão de questões
Parecer	**DEFERIDO** prova cancelada
Decisão	**Prova cancelada**

Data do Recurso: 10/12/2014	**Nº. Protocolo: 23643/2014**
Nome	CLEVEA ROSSANA FERREIRA DA SILVA
Cargo	PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA E ESTRANGEIRA
Questão	Questões15 -Solicitação revisão de questões
Parecer	**DEFERIDO** prova cancelada
Decisão	**Prova cancelada**

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 16 de dezembro de 2014.

PROF. FABIO MARTINS JUNQUEIRA
Prefeito Municipal

MARIA DAS GRAÇAS SOUTO
Secretária Municipal de Administração

IOLANDA CRISTINA DO NASCIMENTO GARCIA
Secretário Municipal de Educação

MARIA DE LOURDES FERNANDES BLANCO POLLON
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Juliana C. Mesquita Lemos
Código Identificador:76504C6E

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR 008/2014 - P S 004/2014 SEMEC E SEMAS - RETIFICAÇÃO GABARITO MATEMÁTICA

EDITAL COMPLEMENTAR 008/2014
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2014

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Prof. Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO a retificação do gabarito do cargo de Professor de Matemática e Professor de Matemática - Libras do Processo Seletivo n° 004/2014**, destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria Municipal de Assistência Social.

1 Divulgar o gabarito retificado do cargo de Professor de Matemática – zona urbana e rural e Professor de Matemática – Libras da Prova Objetiva realizada no dia 07/12/2014:

CARGO - PROFESSOR MATEMÁTICA/LIBRAS

QUESTÕES	A	B	C	D
01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	NULA			
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	NULA			
12	NULA			
13	NULA			
14	NULA			
15	NULA			
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 16 de Dezembro de 2014.

PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA
Prefeito Municipal

MARIA DAS GRAÇAS SOUTO
Secretária Municipal de Administração

IOLANDA CRISTINA DO NASCIMENTO GARCIA
Secretária Municipal de Educação e Cultura

MARIA DE LOURDES FERNANDES BLANCO POLLON
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Juliana C. Mesquita Lemos
Código Identificador:E78D30F2

SAMAE - SERVIÇO AUTONÔMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
PUBLICAÇÃO DE OUTORGA

SERVIÇO AUTONÔMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, CNPJ: 06.068.089/0001-04, torna público que requereu junto à Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA a Outorga de diluição de efluente para a atividade da Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário – ETE Ararão, sito à Estrada do Ararão, s/n, Zona Rural, Tangará da Serra-MT.

Publicado por:
Andrea Eulalia Ribeiro de Almeida
Código Identificador:C0D6C2F0

SERRAPREV - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TANGARÁ DA SERRA - MT
PORTARIA N.º 36/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Pensão por Morte para o Sr. Mario Pio da Silva, em decorrência do falecimento da servidora inativa Sra. Neusa Ana Alves da Silva."

O Diretor Executivo do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Tangará da Serra/MT - SERRAPREV, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, §7º, inciso I, da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c Art. 33, inciso I, da Lei Municipal n.º 153, de 14 de abril de 2011, que rege a previdência do Município de Tangará da Serra/MT;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício **Pensão Por Morte**, em decorrência do falecimento da **Sra. Neusa Ana Alves da Silva**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n.º 385.676 - SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 206.462.671-91, residente e domiciliada neste município, aposentada por tempo de contribuição no cargo de Professor I Ciclo 3º e 4º - SIEF, Nível "III", Classe "G", através da Portaria de concessão n.º 34/2012, registrada pelo Acórdão n.º 3.928/2013 – TP, com proventos integrais da seguinte forma: para o Sr. **Mario Pio da Silva**, brasileiro, viúvo, portador da cédula de identidade RG n.º 1769168 – SSP/PR, inscrito no CPF sob o n.º 920.637.561-04, cônjuge da *de cujus*, o equivalente a 100% (cem por cento), conforme processo administrativo do SERRAPREV, n.º 2014.07.00159P, **a partir de 30/10/2014, data do óbito,** até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação**, retroagindo os seus efeitos legais a data do falecimento ocorrido em 30 de outubro de 2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,
publique-se,
cumpra-se.

Tangará da Serra/MT, 12 de dezembro de 2014.

HELITON LUIZ DE OLIVEIRA
Diretor Executivo do SERRAPREV

Homologo:

PROF.º FABIO MARTINS JUNQUEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heliton Luiz de Oliveira
Código Identificador:844E5375

SERRAPREV - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TANGARÁ DA SERRA - MT
PORTARIA N.º 37/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Idade a servidora Sra. Maria Aparecida Ferreira Martins."

O Diretor Executivo do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Tangará da Serra/MT - SERRAPREV, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, §1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c Art. 17, inciso III, da Lei Municipal n.º 153, de 14 de abril de 2011, que rege a previdência municipal, Art. 179 da Lei Complementar n.º 006 de 21 de junho de 1994 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e trata sobre o Adicional por Tempo de Serviço – ATS e Lei n.º 4.215 de 28 de maio de 2014, que dispõe sobre a concessão linear de reposição anual na remuneração dos servidores públicos do Poder Executivo Municipal;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício **Aposentadoria por Idade**, a Sra. **Maria Aparecida Ferreira Martins**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n.º 0142145-0 - SJSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 396.347.281-20, servidora efetiva no cargo Zeladora, Classe "A", Nível "I", lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **com proventos proporcionais**, conforme processo administrativo do SERRAPREV, n.º 2014.02.00151P, a partir de 17/12/2014 até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,
publique-se,
cumpra-se.

Tangará da Serra/MT, 16 de dezembro de 2014.

HELITON LUIZ DE OLIVEIRA
Diretor Executivo do SERRAPREV

Homologo:

PROF.º FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heliton Luiz de Oliveira
Código Identificador:9B504C77

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 108.2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 093/2014

O Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso, através da sua Pregoeira, instituída pela Portaria nº189 de 23 de julho de 2014, torna público, o resultado da licitação Pregão Presencial 093/2014, do tipo "MENOR PREÇO POR LOTE", regida pelas disposições da Lei

Federal nº 10.520/02, Lei Complementar 123/06 e demais legislação aplicável, para **contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistemas de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, incluindo conversão de dados, implantação e treinamento.** Nesta, sagrou-se vencedora a empresa **ACPI – ASSESSORIA CONSULTORIA PLANEJAMENTO E INFORMATICA LTDA** dos lotes que seguem: Lote 01 R$243.500,000 (duzentos e quarenta e três mil e quinhentos reais), Lote 02 R$ 25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais).

Tapurah - MT, 16 de novembro de 2014.

SHIRLEY MARIA WILLERS
Pregoeira

Publicado por:
Shirley Maria Willers
Código Identificador:8A23AD6A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RECURSO ADMINISTRATIVO 10.2014

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO SAD/10/2014

***OBJETO**: SERVIÇOS DE MECÂNICO PARA MANUTENÇÃO E REPAROS EM MÁQUINAS PESADAS.*
***CONTRATANTE**:MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE.*
***CONTRATADA**: VALDECIR JOSÉ DA SILVA*
***MOTIVO**: PEDIDO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.° 41/2014.*
***FUNDAMENTO LEGAL**: ART.78, XII DA LEI 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.*

TERRA NOVA DO NORTE – MT,01 DE DEZEMBRO DE 2014.

Município de Terra Nova do Norte
REP. MILTON JOSE TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizangela de Oliveira Azevedo Santos
Código Identificador:BE445B29

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N° 138/2014

Designa servidor para a função de Fiscal de Contrato e dá outras providencias.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, que impõe o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos por representante da Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1° - Designar o servidor municipal, Sr. JOSUÉ PEREIRA PINTO, portador do R.G. nº 1324127-3 SSP/MT e do CPF nº 924.522.131-87, Diretor do Departameno de Viação e Urbanismo, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Viação, Urbanismo e Saneamento, para desempenhar a função de "Fiscal de Contrato" para fiscalização da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2014, durante a vigência da mencionada Ata, observando a Normativa do Controle Interno Nº 034/2012 em vigor, com a finalidade de acompanhar, fiscalizar, supervisionar e gerir, bem como emitir relatórios, proceder ao registro de eventuais ocorrências e adotar as providências necessárias para o fiel cumprimento do objeto da supracitada ata.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, em 15 de dezembro de 2014.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:092C5844

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 04/2012

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT - CONTRATADA: A. A. DA SILVA ASSESSORIA. OBJETO: Prestação de Serviço de Assessoria e Consultoria no envio dos sistemas, SISTN, SIOPS, SIOPE ... Prestação de serviços técnicos especializados sobre a modalidade de assessoria e consultoria e administrativa e contábil. Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato ate 31/12/2015,

Vale de São Domingos-MT;11 de Dezembro de 2014.

EDINALDO FERREIRA DE SANTANA
Pregoeiro

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:ADBA28FD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 05/2012

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT - CONTRATADA: SILCOS ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTABIL. OBJETO: Prestação de Serviço de Assessoria e Consultoria para envio das cargas mensais do APLIC bem como tempestivas e assessoria tributaria e patrimonial. Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato ate 31/12/2015.

Vale de São Domingos-MT;11 de Dezembro de 2014.

EDINALDO FERREIRA DE SANTANA
Pregoeiro

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:48C97FD8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 07/2012

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT - CONTRATADO: ETCA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA. OBJETO: Prestação de serviços técnicos e especializados, sob a modalidade de Assessoria tributária com execução indireta, envolvendo a realização de estudos e a conseqüente execução de trabalhos de levantamento, conferência e acompanhamento das informações econômico-fiscais do Município com o objetivo de melhorar o índice de participação do Município na distribuição do ICMS (IPM). Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato ate 31/12/2015.

Vale de São Domingos-MT;11 de Dezembro de 2014.

EDINALDO FERREIRA DE SANTANA
Pregoeiro

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:5256CFD3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 10/2012

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT - CONTRATADO: JUSSEMAR REBULI PINTO-ME. OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de informática, com aquisição de licença de uso ou cessão de uso, de treinamento do usuário, manutenção, suporte e atualizações dos Softwares: Contabilidade Pública e Execução Orçamentária, Gerenciamento de Folha de Pagamento, Protocolo, Almoxarifado, Compras, Licitação, Patrimônio e Frotas e tributos. Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato ate 31/12/2015.

Vale de São Domingos-MT; 11 de Dezembro de 2014.

EDINALDO FERREIRA DE SANTANA
Pregoeiro

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:D119290D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 20/2013

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT - CONTRATADO: L. C. DE SOUZA FRANCA-ME. OBJETO: Contratação de Serviços de Assessoria em Captação de recursos para financiamentos de Programas ou Ações junto ao Governo Federal e Estadual, elaboração de Projetos, Planos de Trabalho, Termo de Referência, Projetos Básicos e cadastros dos mesmos nos Sistemas SICONV e SIGCON. Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato ate 31/12/2015.

Vale de São Domingos-MT; 11 de Dezembro de 2014.

EDINALDO FERREIRA DE SANTANA
Pregoeiro

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:17AF198A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 30/2013

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT - CONTRATADO: ETCA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA. OBJETO: prestação dos serviços de gestão e organização da sistemática de arrecadação municipal de tributos, com o concomitante fornecimento dos recursos humanos necessários a execução dos serviços, bem como da metodologia técnica para a racionalização da fiscalização e cobrança, e o conseqüente incremento na arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato ate 31/12/2015.

Vale de São Domingos-MT; 11 de Dezembro de 2014.

EDINALDO FERREIRA DE SANTANA
Pregoeiro

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:B24321BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 25/2014

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT - CONTRATADO: LADARIO SILVA BORGES FILHO. OBJETO: Prestação de serviço de Consultoria e Execução de Serviços Jurídicos, compreendendo Consultoria e Propositura de Ações, Defesas do Município, perante a Comarca do Município, Tribunal de contas do Estado de Mato Grosso, compreendendo os ramos de Direito Constitucional, Administrativo, Tributário, Penal, Trabalhista, enfim todos na área pública, os serviços poderão ser solicitados pelo Prefeito, bem como pelos Secretários Municipais. Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato ate 31/12/2015.

Vale de São Domingos-MT; 11 de Dezembro de 2014.

EDINALDO FERREIRA DE SANTANA
Pregoeiro

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:E96314A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 51/2014

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT - CONTRATADO: TWI EMPREENDIMENTOS TACNOLOGICOS E TRISMO LTDA OBJETO: FORNECER LICENÇA DE USO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DA SAÚDE, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE TREINAMENTO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO DOS DADOS EXISTENTES, SERVIÇO DE PLATAFORMA DE APLICATIVOS MÓVEIS, COMPOSTA POR AMBIENTE DE EXECUÇÃO DE APLICATIVOS MÓVEIS, AMBIENTE DE DESENVOLVIMENTO, AMBIENTE DE OPERAÇÃO E GESTÃO E INFRAESTRUTURA OPERACIONAL NA MODALIDADE DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM; MANUTENÇÃO LEGAL E CORRETIVA DURANTE O PERÍODO CONTRATUAL, SUPORTE TÉCNICO, CONFIGURAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO PARA ADAPTAR O SISTEMA ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS, COM CAPACITAÇÃO DAS DIRETORIAS E UNIDADES ASSISTENCIAIS DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NOS ANEXOS, QUE SÃO PARTES INTEGRANTES DESTE ATO CONVOCATÓRIO, tudo conforme projeto básico que fica fazendo parte integrante deste contrato independentemente de sua transcrição. Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato ate 31/12/2015.

Vale de São Domingos-MT; 11 de Dezembro de 2014.

EDINALDO FERREIRA DE SANTANA
Pregoeiro

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:1A46738F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 63/2014

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT - CONTRATADO: FACILITA – GESTÃO PUBLICA BRASIL LTDA. OBJETO: Consultoria na gestão de saúde, gerenciamento financeiro, financiamento do SUS, planejamento do SUS, verificação dos instrumentos de planejamento, projetos e programas MS, protocolos Assistenciais, treinamento da utilização dos blocos de financiamentos, organização dos recursos humanos em saúde, padronização de materiais, captação de recursos padronização de materiais, organização de fluxo, contrato de gestão, licitações em saúde, contratualização, participação e controle social e saúde digital.. Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato ate 31/12/2015.

Vale de São Domingos-MT; 11 de Dezembro de 2014.

EDINALDO FERREIRA DE SANTANA
Pregoeiro

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:2C878C0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 100/2014

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT - CONTRATADO: C. F. DE OLIVEIRA SERVIÇOS DE OUVIDORIA TELEMARKETING E RASTREAMENTO VEICULAR - ME. OBJETO: Locação de Suporte para ouvidoria – incluso software, internet, Banco de Dados, assistência técnica remota 24 horas, 02 (dois) atendente de telefone, hardware (computador) equipamentos de telefonia, despesas com telefonia, minutos de ligações recebidas, serviços de 0800.. Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato ate 31/12/2015.

Vale de São Domingos-MT; 11 de Dezembro de 2014.

EDINALDO FERREIRA DE SANTANA
Pregoeiro

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:957E0C09

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 102/2014

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT - CONTRATADO: MARISTELA MARIANA FERREIRA DE ALCANTARA. OBJETO: presente prestação de Serviços Técnicos de Engenharia envolvendo as seguintes atividades: Exercer a função de Interveniente Técnico nas obras e serviços de engenharia contratados; Elaboração de plantas, projetos básicos e executivos; Elaboração de orçamento estimado em planilhas de quantitativos e custos unitários; Realização de estudos técnicos, planejamento, execução, avaliação e parecer na área de engenharia; Gerenciamento e fiscalização de toda obra ou serviço da rede pública municipal; Promoção de defesa da CONTRATANTE em todo ou qualquer projeto básico de obras ou serviços licitados por este; Execução de tarefas correlatas ao objeto da licitação que não demandem alta complexidade; Alimentação do sistema GEOBRAS no site do TCE-MT. Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato ate 31/12/2015.

Vale de São Domingos-MT; 11 de Dezembro de 2014.

EDINALDO FERREIRA DE SANTANA
Pregoeiro

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:3D855CCC

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO N.° 04/2014

DISPÕE SOBRE O ACESSO À INFORMAÇÃO PREVISTO NO INCISO XXXIII DO ART. 5.º, INCISO II DO § 3.º DO ART. 37 E NO § 2.º DO ART. 216 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 159 do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta Resolução regulamenta o direito constitucional de acesso à informação, a fim de garantir sua efetividade, consoante previsto no inciso XXXIII do artigo 5.º, no inciso II, do § 3.º do artigo 37 e no § 2.º, do artigo 216, da Constituição Federal, bem como os regramentos encartados na lei n.º 12.527/2011.

Art. 2º. A informação pública deverá estar acessível a todos, adotando a Câmara Municipal de Várzea Grande, as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.

CAPITULO II
DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO

Art. 3º. O acesso à informação compreende os direitos de obter orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada.

§ 1º. Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

§ 2º. Informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer ao Presidente da Mesa Diretora, a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.

§ 3º. Verificada a hipótese prevista no § 2.º deste artigo, o responsável pela guarda da informação extraviada deverá, no prazo de 10 (dez) dias, justificar o fato e indicar os meios de provas cabíveis.

Art. 4º. É dever da Câmara Municipal de Várzea Grande promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral, produzidas ou custodiadas pelo órgão.

§ 1º. Na divulgação das informações a que se refere o *caput*, deverão constar, no mínimo:

I **–** registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;
II **–** registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;
III – registros de despesas;
IV – informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como todos os contratos celebrados;
V – dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras, e;
VI – respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

§ 2º As informações constantes dos incisos do § 1.º, deverão estar disponíveis no Portal Transparência da Câmara Municipal de Várzea Grande.

Art. 5º. O acesso à informações públicas será assegurado mediante:

I – criação de Serviço de Informações ao Cidadão, vinculado à Ouvidoria Geral da Câmara Municipal de Várzea Grande, em local com condições apropriadas para:
a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;
b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;
c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso à informações.

CAPÍTULO III
DO PROCEDIMENTO DE ACESSO A INFORMAÇÃO
Seção I
Do Pedido de Acesso

Art. 6º. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso à informações na Câmara Municipal de Várzea Grande por qualquer meio legítimo.

§ 1º. O pedido de acesso à informação deve observar os seguintes requisitos:

I – ter como destinatário o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, junto a Ouvidoria Geral da Câmara Municipal de Várzea Grande;
II – conter a identificação do requerente (nome, RG, CPF, endereço, e-mail e telefone) e a especificação da informação requerida;
III – ser efetuado preferencialmente por meio do preenchimento de formulário eletrônico disponibilizado no Portal Transparência da Câmara Municipal de Várzea Grande, e;
IV – alternativamente, ao inciso III, ser formulado ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) junto à Ouvidoria, por intermédio dos demais canais de comunicação.

§ 2º. Para o acesso à informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.

§ 3º. São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

Art. 7º. O pedido de acesso à informação será atendido pela equipe da Ouvidoria de imediato, sempre que possível.

§ 1º. Caso não seja possível atender de imediato ao pedido, haverá comunicação ao interessado, fixando-se o prazo para resposta não superior a 20 (vinte) dias, admitida prorrogação por 10 (dez) dias, nos termos da lei federal n.º 12.527/ 2011.

§ 2º. A eventual prorrogação será devidamente justificada ao requerente, se este assim solicitar.

§ 3º. A informação armazenada em formato digital será assim fornecida, ressalvado pedido expresso do requerente.

§ 4º. Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.

Art. 8º. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:
I – genéricos;
II – desproporcionais ou desarrazoados, ou;
III – que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III do *caput*, o órgão ou entidade deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Seção II
Da Tramitação Interna

Art. 9º. O pedido de informação formulado pelo interessado será encaminhado ao Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, vinculado à Ouvidoria da Câmara Municipal de Várzea Grande, o qual disciplinará acerca das demais etapas de tramitação, bem como prazos a serem respeitados, dentro do órgão.

Seção III
Dos Recursos

Art. 10. Negado o acesso a informação o requerente poderá recorrer contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência à Mesa Diretora da Câmara Municipal, se:
I - o acesso a informação não classificada como sigilosa for negado;
II - a decisão de negativa de acesso à informação total ou parcialmente classificada como sigilosa não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido pedido de acesso ou desclassificação;
III - os procedimentos de classificação de informação sigilosa, estabelecidos nesta Resolução, não tiverem sido observados, e;
IV - estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos nesta Resolução.

§ 1º. Verificada a procedência das razões do recurso, a Mesa Diretora da Câmara Municipal determinará a adoção das providências necessárias para dar cumprimento ao disposto nesta Resolução.

Art. 11. Aplica-se subsidiariamente, no que couber, a lei n.º 7.692, de 1.º de julho de 2002, ao procedimento de que trata este capítulo.

CAPÍTULO IV
DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO
Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 12. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo único. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos, praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas, não poderão ser objeto de restrição de acesso.

Art. 13. O disposto nesta Resolução não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça, nem as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pela Câmara Municipal ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o Poder Público.

Seção II
Das Informações Pessoais

Art. 14. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§ 1º. As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:
I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de cem anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem, e;
II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

§ 2º. Aquele que obtiver acesso às informações de que trata este artigo responsabiliza-se pelo seu uso indevido.

§ 3º. O consentimento referido no inciso II do § 1.º não será exigido quando as informações forem necessárias:
I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico;
II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;
III - ao cumprimento de ordem judicial, ou;
IV - à proteção do interesse público e geral preponderante.

§ 4º. Observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, a restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que estiver envolvida ou ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.

CAPÍTULO V
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 15. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Resolução, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;
II - utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda, ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;
III - agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso a informação;
IV - divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal;
V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;
VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros, e;
VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

Art. 16. Os órgãos e entidades públicas respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, assegurado o direito de apurar responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de qualquer vínculo com órgãos ou entidades, tenha acesso à informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17. No prazo de sessenta dias, a contar da vigência desta Lei, o Ouvidor Geral da Câmara Municipal de Várzea Grande designará autoridade que lhe seja diretamente subordinada para exercer as seguintes atribuições:
I – assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso a informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos desta Resolução;
II – monitorar a implementação do disposto nesta Resolução e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;
III – recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto nesta Resolução, e;
IV – orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto nesta Resolução e seus regulamentos.

Art. 18. A Câmara Municipal de Várzea Grande regulamentará o disposto nesta Resolução no prazo de cento e vinte dias a contar da data de sua publicação.

Art. 19. As despesas com a execução desta Resolução correrão por conta das
dotações orçamentárias próprias.

Art. 20. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Várzea Grande, 11 de dezembro de 2014.

WALDIR BENTO DA COSTA
Presidente

JOAQUIM ANTUNES DE SOUZA
2.º Secretário

Publicado por:
Nirley da Silva Cavalcanti Oliveira
Código Identificador:57E0CCE4

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO N.° 05/2014

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA OUVIDORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 159 do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica instituída a Ouvidoria da Câmara Municipal de Várzea Grande, como meio de interlocução com a sociedade, constituindo-se em um canal aberto para o recebimento de reclamações, sugestões, críticas, elogios e quaisquer outros encaminhamentos relacionados às suas atribuições e competências.

Art. 2º. Compete à Ouvidoria da Câmara Municipal de Várzea Grande:
I - receber, analisar, encaminhar e acompanhar as manifestações da sociedade civil dirigidas à Câmara Municipal;
II - orientar os cidadãos sobre os meios de formalização de manifestações dirigidas à Ouvidoria;
III - fornecer informações, material educativo e orientar os cidadãos quando as manifestações não forem de competência da Ouvidoria da Câmara Municipal;
IV - responder aos cidadãos e entidades quanto às providências adotadas em face de suas manifestações;
V - auxiliar na divulgação dos trabalhos da Câmara Municipal, dando conhecimento dos mecanismos de participação social.

Art. 3º. A Ouvidoria da Câmara Municipal, diretamente vinculada à Mesa Diretora, será dirigida por um Ouvidor, designado pelo Presidente da Câmara Municipal.

Art. 4º. O Ouvidor, para o exercício de suas funções, terá as seguintes prerrogativas:
I - requisitar informações às unidades e servidores da Câmara Municipal;
II - solicitar documentos necessários ao desenvolvimento de suas atribuições, por intermédio da Presidência da Câmara Municipal.

Art. 5º. São atribuições do Ouvidor:
I - exercer suas funções com independência e autonomia, visando garantir o direito de manifestação dos cidadãos;
II – recomendar, ao Presidente, a correção de procedimentos administrativos;
III - sugerir, quando cabível, a adoção de providências ou apuração de atos considerados irregulares ou ilegais;
IV - determinar, de forma fundamentada, o encerramento das manifestações dos cidadãos;
V - manter sigilo, quando solicitado, sobre os dados dos usuários dos serviços da Ouvidoria;
VI - promover estudos e pesquisas objetivando o aprimoramento da prestação de serviços da Ouvidoria;
VII - solicitar à Presidência da Câmara o encaminhamento de procedimentos às autoridades competentes;
VIII - solicitar informações quanto ao andamento de procedimentos iniciados por ação da Ouvidoria;
IX - elaborar relatório mensal e anual das atividades da Ouvidoria para encaminhamento à Mesa, disponibilizando-os para conhecimento dos cidadãos;
X - incentivar e propiciar aos servidores da Ouvidoria oportunidades de capacitação e aperfeiçoamento de suas atividades;
XI - propor ao Presidente da Câmara Municipal a celebração de convênios ou parcerias com entidades afins e de interesse da Ouvidoria;
XII - propor ao Presidente da Câmara Municipal a elaboração de palestras, seminários e eventos técnicos com temas relacionados às atividades da Ouvidoria.

Art. 6º. A Câmara Municipal garantirá o acesso do cidadão à Ouvidoria por meio de canais de comunicação ágeis e eficazes, tais como:
I - acesso exclusivo à Ouvidoria por meio de página eletrônica da Câmara Municipal, na rede mundial de computadores, contendo formulário específico para o registro de manifestações;
II - telefone de discagem direta gratuita - 0800;
III - serviço de atendimento pessoal;
IV - recebimento de manifestações por meio de correio, fax ou outro meio identificado para esse fim.

Art. 7º. A Câmara Municipal de Várzea Grande dará ampla divulgação da existência da Ouvidoria e suas respectivas atividades pelos meios de comunicação utilizados pela Casa.

Art. 8º. A Câmara Municipal assegurará recursos humanos, estruturais e financeiros necessários ao desempenho das atividades da Ouvidoria.

Art. 9º. A Mesa da Câmara Municipal baixará atos complementares necessários ao desempenho das atividades da Ouvidoria.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Várzea Grande, 11 de dezembro de 2014.

WALDIR BENTO DA COSTA
Presidente

JOAQUIM ANTUNES DE SOUZA
2.º Secretário

Publicado por:
Nirley da Silva Cavalcanti Oliveira
Código Identificador:B582CF15

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO N.° 06/2014

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DO ESPAÇO DENOMINADO "SALA DA MULHER VÁRZEA-GRANDENSE" NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 159 do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica criado o espaço denominado "Sala da Mulher Várzea-grandense" na Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º. O objetivo da Criação do espaço "Sala da Mulher Várzea-grandense" é de promover a integração entre as senhoras de parlamentares, de ex-parlamentares, vereadoras e o público interno e externo, por intermédio de ações voltadas ao combate às desigualdades e que permitam o acesso das minorias aos seus direitos civis, políticos e sociais, garantindo a plena cidadania.

Art. 3º. São atribuições da "Sala da Mulher Várzea-grandense":
I - discutir políticas voltadas à mulher nos contextos econômico, social e ambiental;
II – defender a implantação de políticas públicas que melhorem quantitativa e qualitativamente a vida da população;
III- resgatar valores e defender o espaço da mulher na sociedade;
IV – realizar palestras, encontros, fóruns e seminários sobre os direitos e deveres da mulher, com abordagem voltada à conscientização das conseqüências da gravidez precoce, da violência, do abuso sexual, bem como sua inclusão no mercado de trabalho.
V - apoiar e promover eventos de caráter beneficente, com recursos destinados à pratica da responsabilidade social, em parceria com entidades públicas, privadas, filantrópicas, assistenciais e organizações não governamentais.
VI - receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes denúncias de
violência e discriminação contra a mulher.

Art. 4º. O cargo de direção dos trabalhos da "Sala da Mulher Várzea-grandense" e os demais assessores serão de livre indicação do Presidente da Mesa Diretora.

Art. 5º. Toda iniciativa provocada ou implementada pela "Sala da Mulher Várzea-Grandense" terá ampla divulgação pelo órgão de comunicação da Câmara.

Art. 6º. As despesas decorrentes da presente Resolução correrão à conta do orçamento próprio da Câmara Municipal de Várzea Grande/MT.

Art. 7º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Várzea Grande, 11 de dezembro de 2014.

WALDIR BENTO DA COSTA
Presidente

JOAQUIM ANTUNES DE SOUZA
2.º Secretário

Publicado por:
Nirley da Silva Cavalcanti Oliveira
Código Identificador:8845748D

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº. 68 DE 05 DEZEMBRO DE 2014

Divulga os dias de feriados nacionais, estaduais e municipais e define os pontos facultativos nas repartições públicas de Várzea Grande – MT.

WALACE SANTOS GUIMARÃES, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

Considerando, os feriados nacionais declarados pela Lei nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002, que deu nova redação à Lei nº 662, de 06 de abril de 1949;

Considerando, os feriados civis e religiosos de que trata a Lei nº 9.093, de 12 setembro de 1995, alterada pela Lei nº 9.335, de 10 de dezembro de 1996, todas de âmbito nacional;

Considerando, os feriados e pontos facultativos municipais já definidos na legislação municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Divulga os dias de feriados nacionais, estaduais e municipais, define os pontos facultativos do ano de 2015, sem prejuízo de novas datas, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais:
I – 1º de janeiro (quinta-feira) Confraternização Universal – Feriado Nacional;
II – 16 de fevereiro (segunda-feira) de carnaval - Ponto Facultativo;
III – 17 de fevereiro (terça-feira) de carnaval – Feriado Nacional;
IV - 18 de fevereiro (quarta-feira) de cinzas – expediente a partir das 13horas;
V – 03 de abril (sexta feira) Paixão de Cristo – Feriado Nacional;
VI - 20 de abril (segunda feira) Ponto Facultativo;
VII - 21 de abril (terça - feira) Tiradentes - Feriado Nacional;

VIII - 1º de maio (sexta-feira) Dia do Trabalhador - Feriado Nacional;
IX – 15 de maio (sexta-feira) aniversário de Várzea Grande – Feriado Municipal;
X – 04 de junho (quinta - feira) Corpus Christi – Feriado Nacional;
XI – 05 de junho (sexta-feira) – Ponto Facultativo;
XII - 07 de setembro (segunda – feira) Independência do Brasil - Feriado Nacional;
XIII - 12 de outubro (segunda-feira) Nossa Senhora Aparecida - Feriado Nacional;
XIV - 28 de outubro (quarta-feira) Dia do Servidor Público – Ponto Facultativo;
XV - 02 de novembro (segunda - feira) Finados - Feriado Nacional;
XVI - 15 de novembro (domingo) Proclamação da República-Feriado Nacional;
XVII - 20 de novembro (sexta–feira) Consciência Negra - Feriado Estadual;
XVIII - 08 de dezembro (terça–feira) dia da Imaculada Conceição – Ponto Facultativo;
XIX - 24 de dezembro (quinta-feira) Ponto Facultativo;
XX - 25 de dezembro (sexta-feira) Natal - Feriado Nacional;
XXI - 31 de dezembro (quinta-feira) Ponto Facultativo.
Art. 2º. Caberá aos dirigentes dos órgãos e entidades a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.
Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande – MT, 05 de dezembro de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Benedito de Arruda Beck
Código Identificador:6358E5CE

PREFEITURA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 01, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

O Conselho Curador do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande/MT, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei nº 2.719, de 2004, e por seu Regimento Interno e,

Considerando a deliberação tomada em reunião ordinária realizada em 03 de dezembro de 2014;

Considerando o disposto no art. 4º da Resolução CMN 3.922, de 25 de novembro de 2010, que determina que os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social, deverão definir a Política Anual de Investimentos dos recursos em moeda corrente;

Resolve:

Art. 1º O PREVIVAG - Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande/MT adotará a Política de Investimentos anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 10 de dezembro de 2014.

LEONEL SILVÉRIO
Presidente do Conselho Curador

Membros:

ANTONIO LEITE DE BARROS

CONCEIÇÃO ALVES S. OLIVEIRA

CARLINO CAMPOS NETO

IVANA M. BORGES FERRAZ

MARIA ROSAINE TOLEDO ROSA

RICARDO SIQUEIRA DA COSTA

ISTÂNIO GOMES DA SILVA

Publicado por:
Rafael Benedito de Arruda Beck
Código Identificador:BEC54955

PREFEITURA MUNICIPAL
ERRATA I

Jonas Sebastião da Silva, Secretário Municipal de Educação de Várzea Grande/MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos, o seguinte:
CONSIDERANDO os equívocos ocorridos por ocasião da publicação do Edital Nº 07/2014/SME/VG, que dispõe sobre Processo Seletivo Simplificado para Contagem de Pontos mediante Análise de Currículo;
CONSIDERANDO a necessidade de corrigir os Itens 1.2, 3.2 e 4.4 do Edital 07/2014/SME/VG.
RESOLVE:
1. Incluir nos Itens 1.2, 3.2 e nos quadros do Item 4.4 do Edital 07/2014/SME/VG, publicado no dia 15/12/2014, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) os Profissionais da Educação Escolar Básica Técnico de Desenvolvimento Educacional (TDE).
2. No Quadro onde aparece o nome das Unidades Escolares do POLO IV, corrigir o nome da EMEB "Lúcia Leite":
Onde se lê: "Lúcia Leite de Campos"
Leia-se: "Lúcia Leite Rodrigues"
3. No POLO V: Todos os Candidatos que pleiteiam vaga nas EMEBs e CMEIs da REGIÃO do Grande Gloria, sendo:
Onde se lê:

2- Gonçalo Domingos de Campos	Jardim Alá	1° ao 6° ano

Leia-se:

2- Gonçalo Domingos de Campos	Jardim Alá	2° ao 9° ano

Registra-se
Publica-se
Cumpra-se

Várzea Grande/MT 16 de dezembro de 2014

PROF. JONAS SEBASTIÃO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Rafael Benedito de Arruda Beck
Código Identificador:C38CDE3E

PREFEITURA MUNICIPAL
INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE VÁRZEA GRANDE/MT – PREVIVAG

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS PARA AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS Nº. 02/2014. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2014 – PREGÃO ELETRONICO Nº 17/2014/TJ/MT.
Partes Interessadas: Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande/MT – PREVIVAG e a empresa **DESTA TURISMO AGÊNCIA DE VIAGEM LTDA**. Objeto: Prestação de serviço de agenciamento de viagens para aquisição de passagens aéreas nacionais. Vigência: 12 (doze) meses. Valor R$-80.000,00(oitenta mil reais) Dotação orçamentária: projeto atividade: 2074, Recurso Próprio :1000, Elemento despesa 33.90.33. Data da assinatura 30/09/2014. Signatários: Jazon Baracat de Lima –

Presidente – PREVIVAG –Contratante e Eliana Feitosa Pereira - Contratada.

Publicado por:
Rafael Benedito de Arruda Beck
Código Identificador:746A4EBD

PREFEITURA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO/CMASVG/Nº. 024/2014

Dispõe sobre a Aprovação do Plano de Reordenamento do Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes.

O Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Várzea Grande; no uso de suas atribuições legais, dispostos na lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993; Lei Municipal nº 3.762 de 22 de maio de 2012;
Considerando o Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o artigo 3º da Lei 8.742, de 7 dezembro de 1993, e dá outras providências;
Considerando a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;
Considerando a Resolução Conjunta do CNAS/CONANDA nº 01 de 18 de Junho de 2009, que aprova o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.
Considerando que o Serviço de Acolhimento a Crianças e Adolescentes é preconizado pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), concebidas como sujeito, em peculiar condição de desenvolvimento;
Considerando que o município de Várzea Grande necessita da oferta do Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes no âmbito institucional;
Considerando o processo n º 037/CMAS/2014 da Secretaria Municipal de Assistência Social;
Considerando as Deliberações em Plenária Ordinária do Pleno do CMAS/VG, sob nº 009 de 16 de dezembro de 2014;

Resolve:
Art.1º – Aprovar o Plano de Reordenamento do Serviço de Acolhimento para crianças e adolescentes

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registrada
Publicada
Cumpra-se

Várzea Grande-MT, 16 de dezembro de 2014.

JOÃO GUMERCINDO CASSIM
Presidente do CMAS-VG

Publicado por:
Rafael Benedito de Arruda Beck
Código Identificador:79C5E3D9

PREFEITURA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO/CMASVG/Nº. 025/2014

Dispõe sobre a Aprovação do Plano de Reordenamento para Serviço de Acolhimento à Pessoas em Situação de Rua .

O Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Várzea Grande; no uso de suas atribuições legais, dispostos na lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993; Lei Municipal nº 3.762 de 22 de maio de 2012;
Considerando o Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o artigo 3º da Lei 8.742, de 7 dezembro de 1993, e dá outras providências;
Considerando a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;
Considerando o processo n º 0036/14/CMAS da Secretaria Municipal de Assistência Social;
Considerando as Deliberações em Plenária Ordinária do Pleno do CMASVG, sob nº 009 de 16 de dezembro de 2014;
Resolve:
Art.1º – Aprovar por unanimidade o Plano de Reordenamento para Serviço de Acolhimento à Pessoas em Situação de Rua.

Art. 2º - Comissão do CMAS para acompanhamento do Plano do Reordenamento do Serviço de Acolhimento à Pessoas em Situação de Rua:
Elenilva Maria da Costa
Suzeli Arruda Lima Nogueira
Lindalva Lemes da Silva

Art. 3º - O prazo para cumprimento do Plano de Reordenamento é de Julho a Agosto de 2015 de acordo com a planilha de providências da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registrada
Publicada
Cumpra-se

Várzea Grande-MT, 16 de dezembro de 2014.

JOÃO GUMERCINDO CASSIM
Presidente do CMAS-VG

Publicado por:
Rafael Benedito de Arruda Beck
Código Identificador:291D6AEE

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 04/2014

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que na Licitação modalidade Concorrência Pública N. 04/2014, que tem como objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada em serviços de engenharia, com fornecimento de material e mão de obra para a reforma e ampliação da porta de entrada e reforma com adequação da ambiência do setor obstétrico, a serem realizados no Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande, procedeu á análise e o julgamento da Habilitação e Proposta e, dessa forma, a CPL declara**: HABILITADA** a empresas: MATERIAL FORTE INCORPORADORA LTDA, inscrita no CNPJ n. 10.505.889/0001-12.

Várzea Grande – MT, 16 de dezembro de 2014.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

Publicado por:
Rafael Benedito de Arruda Beck
Código Identificador:C688C9FA

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº. 72 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

Revoga o decreto nº. 67/2014, que dispõe sobre o recesso de fim de ano, do dia 22/12/2014 e o dia 02/01/2015 e dá outras providências.

WALACE SANTOS GUIMARÃES, Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e,

DECRETA:
Art. 1º. Fica expressamente revogado o decreto nº. 67/2014.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, *Couto Magalhães*, Praça dos Três Poderes, Várzea Grande-MT, em 16 de dezembro de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Benedito de Arruda Beck
Código Identificador:C410F0C5

PREFEITURA MUNICIPAL
ESCLARECIMENTO

Senhores servidores da Rede de Saúde Municipal,

Em atenção ao Decreto Municipal 67 de 04 de dezembro de 2014, artigo primeiro que determina na forma da redação oficial, publicada no Jornal Oficial eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, edição nº 2122, circulação no dia 12 de dezembro de 2014, fls. 168:
"Art. 1º. (...)
Parágrafo único. Não haverá recesso no período mencionado no *caput* desse artigo para os serviços essências, tais como: Coleta de Lixo, Limpeza Pública, ***Saúde e Pronto Socorro***, Assistência Social, inclusive Arrecadação Municipal, dentre outros que não permitem paralisação, os quais deverão funcionar normalmente."
Dessa feita, esclareço que haverá expediente normal em todas as Unidades de Saúde da Rede Municipal de Várzea Grande e no núcleo central Administrativo da Secretária Municipal de Saúde a exceção dos dias de feriado nacional, quais sejam 25 de dezembro de 2014 e 01 de janeiro de 2015.
Ressaltando que na unidade Hospital Pronto Socorro de Várzea Grande-MT não haverá em hipótese alguma interrupção dos serviços.

Atenciosamente,

DAOUD M. K. JABER ABDALLAH
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Rafael Benedito de Arruda Beck
Código Identificador:AD27EB0C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO - TOMADA DE PREÇOS Nº 017/2014.

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade torna público o resultado da licitação realizada através da **TOMADA DE PREÇOS Nº 017/2014,** contratação de empresa especializada em Contratação de empresa especializada em pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais **,** com abertura e julgamento ocorridos em **16 de dezembro de 2014**, teve como vencedora a Empresa: **RANCHO FUNDO TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, CNPJ nº 00.648.886/0001-84, que apresentou proposta no valor global de **R$ 372.974,78 (**trezentos e setenta e dois mil novecentos e setenta e quatro reais e setenta e oito centavos.

Vila Bela da Ss. Trindade – MT, 16 de novembro de 2014.

NALICE M. NANTES SHIMIZU
Presidente da C.P.L.

Publicado por:
Nalice Marques Nantes Shimizu
Código Identificador:1D63F399

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/SMEC/2014 EDITAL Nº 008 – RETIFICAÇÃO NO GABARITO DAS PROVAS OBJETIVAS DE TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

A Sra. **IVONE DA ROCHA**, Secretária Municipal de Educação e Cultura de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, e o Presidente da comissão de Teste Seletivo da SMEC, Sr. **OSMAR NEVES SCHWARTZ** no exercício de suas atribuições legais, torna público a RETIFICAÇÃO NO GABARITO DAS PROVAS OBJETIVAS DE TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/SMEC/2014**, que passa a ter a seguinte redação:

Onde se lê:

TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL

	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A						A			X			X					X			
B	X		X					X			X			X						
C		X					X			X					X	X				X
D				X	X								X					X	X	

	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	X			X			X								X	X	X			X
B			X		X	X					X	X						X	X	
C														X						
D		X						X	X	X			X							

II – Leia-se:

TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL

	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A						A			X			X					X			
B	X		X					X			X			X						
C		X					X			X					X	X				X
D				X	X								X					X	X	

	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	X			X		X									X	X	X			X

B			X		X					X	X							X	X	
C							X					X		X						
D		X						X	X				X							

Registra-se,
Publica-se,
Cumpra-se.

Barra do Bugres – MT, 16 de dezembro de 2014.

IVONE DA ROCHA
Secretária Municipal de Educação e Cultura

OSMAR NEVES SCHWARTZ
Presidente da Comissão de Teste Seletivo
Portaria nº17/2014/SMEC/2014

Publicado por:
Izaquiel da Silva
Código Identificador:CEF05AAB

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL
INSTRUÇÃO NORMATIVA № 001/2014/SEMEC/MT DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

INSTRUÇÃO NORMATIVA № 001/2014/SEMEC/MT DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

Dispõe sobre o processo de atribuição de classes e/ou aulas do Professor e do regime/jornada de trabalho do Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional, pertencentes ao quadro efetivo nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Campinápolis, para o ano letivo de 2015 e demais providências.

OSECRETÁRIOMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA no uso de suas atribuições legais e,
Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96, a Lei Complementar Estadual 49/98;
Considerando as Leis Complementares 027/2011, 028/2011 e 029/2011;
Considerando o princípio da **Moralidade, Legalidade, Publicidade, Impessoalidade e Eficiência** previstos no Art. 37 da Constituição Federal;
Considerando a Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998;
Considerando as Políticas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura para Valorização dos Profissionais da Educação Básica, assegurando formação, acompanhamento e avaliação sistemática da prática educativa dos Profissionais, de modo a promover avanços contínuos na melhoria da qualidade do ensino;
Considerando a importância de garantir o quadro permanente dos profissionais efetivos nas unidades escolares municipal, assegurando o compromisso para com os interesses e objetivos fundamentais da Educação Básica;
Considerando a necessidade de fixar critérios para atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho nas unidades escolares da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino;

RESOLVE:
SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Regulamentar o processo de atribuição de classes e/ou aulas do professor e regime/ jornada de trabalho do Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional, efetivos e estabilizados, da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2015.
Art. 2º. Todos os profissionais da educação, efetivos e estabilizados que integram o quadro de pessoal da Rede Municipal de Ensino, deverão participar do processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho nas unidades escolares, conforme disciplinado nesta Instrução Normativa, Observar-se há os profissionais nas situações funcionais abaixo:
§ 1º- Não participará do processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho nas unidades escolares, os profissionais:
I – Em afastamento por interesse particular;
II – Cedidos sem ônus para outro os órgãos da gestão estadual ou federal, que ainda estiverem em vigência no período de atribuição (janeiro de 2015);

III– O servidor em exercício de mandato eletivo que se desincompatibilizou das funções de docência;
IV - Servidor em exercício de mandato classista;
§2º- Participará do processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho nas unidades escolares, os profissionais, efetivos e/ou estabilizados e em constante Licença Saúde ou em Readaptação:
I – O profissional em readaptação com período superior a 06 (seis) meses *(período vigente)*, contará pontos e será atribuído como titular da vaga, normalmente no quadro de funcionários da unidade escolar a qual pertence;
II – As unidades Escolares obrigatoriamente encaminharão os profissionais da educação que está a mais de 2(dois) anos em constante readaptação para Órgão Central que remeterá a solicitação para a equipe médica da Previ-Camp onde fará avaliação do seu quadro clínico para possível afastamento;
§3º- O profissional, em Licença Saúde ou em Readaptação após ter sido atribuído conforme o item I do § 2º, só poderá ser retribuído, em uma das funções constantes no Art. nº 24 da Portaria nº.021/2014/SEMEC/MT mediante apresentação do Laudo Pericial, devidamente assinado pela junta médica da "Previ-Camp";
§ 4º - O profissional, em Licença Saúde ou em Readaptação, que não esteja no período vigente de 06 (seis) meses, fará o agendamento da perícia médica na "Previ-Camp", no mês de Janeiro de 2015;

Art. 3º. Os profissionais da educação originados de uma unidade escolar da rede municipal, que em 2015 encontram-se lotados no Órgão Central/SEMEC, devem fazer a contagem de pontos na unidade escolar da última designação e participar do processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, e só poderão afastar-se das funções na unidade escolar quando:
I – Designados pelo Secretário Municipal de Educação para ocupar cargo/função em outro órgão/unidade escolar, programa, projeto.
§ 1º. O servidores administrativos (técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional), lotados diretamente no Órgão Central deverão contar pontos diretamente nesse órgão.
§ 2º. Os profissionais que ficarem remanescente, deverão atribuir na II Etapa, na SEMEC;
Art. 4º. Só serão admitidos profissionais com contratos temporários na Rede Municipal de Ensino para exercer os cargos de: professor, técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional (manutenção da infraestrutura/limpeza, nutrição escolar, vigilância, Auxiliar em Educação Infantil), mediante aprovação em Processo Seletivo Simplificado pela comissão nomeada pelo Poder Executivo, com aprovação do número de vagas previsto em Edital.
Art. 5º. A atribuição da jornada de trabalho será realizada nas unidades escolares para o servidor efetivo e na SEMEC para interinos cujo processo se dará em etapas distintas:
§ 1º - A Comissão de Atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, na unidade escolar será composta de:
I - Diretor(a) da escola;
II - Secretário(a) escolar;
III - Presidente do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar;
IV – Três (03) Profissionais da Educação escolhidos pela unidade escolar (professor, técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional);
§ 2º. A Comissão de Atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, na SEMEC, será composta de:
I - Assessor Pedagógico;
II - Técnico Administrativo Educacional;
III – Coordenador de Gestão de Pessoas;
IV – Secretário Escolar;
V – Diretor das Escolas Indígenas.
§ 3°. O número de membros da Comissão deverá ser definido de acordo com a demanda de trabalho, sendo no mínimo de 03 (três) e máximo de 05 (cinco) membros.
§ 4°. As *Comissões de Atribuição* deverão ser constituídas até 10/12/2014.
Art. 6º. Para a realização da atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho as Comissões deverão seguir os procedimentos abaixo:
I - Realizar ciclos de estudo das Portarias Editadas para esse fim a ser realizada conforme disponibilidade de cada escola antecedendo o período de inscrição.
II – Elaborar e divulgar até 08/12/2014 Edital de Convocação(Modelo em anexo) do Professor, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional, conforme normas estabelecidas nesta Instrução Normativa e Edital 001/SEMEC, que contêm todas as informações necessárias ao processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, a saber:
*a)*Inicia o processo de contagem de pontos dos profissionais da educação efetivos, estabilizados em 11/12/2014.
b) **Encerra o** período de contagem de pontos dos profissionais da educação efetivos, estabilizados, conforme ficha disponibilizada e critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa, em 15/12/2014;
c) A unidade escolar poderá estabelecer horário de atendimento distribuído entre os turnos de atendimento, afixando o horário em local de fácil visualização;
d) O profissional de educação básica inscrever-se á, para contagem de pontos na Escola da última designação, num só cargo ou função, não podendo alterar a opção do cargo ou função, após confirmação da inscrição qual deverá assinar termo de aceite das informações contidas na ficha de inscrição (opção de atribuição, total de pontos);
I – O profissional da Educação Básica fará a opção pela atribuição de aulas em um único período, matutino ou vespertino, atribuirá integralmente na área/disciplina considerando a sua habilitação, no período escolhido;
II – Será permitida a complementação total da carga horária citado no item I, da letra “d”, no outro período, matutino ou vespertino, somente a carga horária que faltar para a sua complementação total na área/disciplina.
*e)*Afixar para divulgação, no dia 16/12/2014, a partir das 13:00 horas, em local de fácil visualização, a relação nominal de Professor, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional por ordem decrescente de contagem de pontos obtidos, por habilitação, que constará do quadro demonstrativo, bem como a convocação para o processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime jornada de trabalho com data em 21 a 23 de Janeiro de 2015.
*f)*Realizar sessão pública (reunião formal para divulgação e apresentação da atribuição) na unidade escolar com a participação de todos os profissionais da educação, interessados e envolvidos no processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho;
*g)*Elaborar atas ao término de cada fase e etapa do processo de atribuição da jornada de trabalho, discriminando classes e/ou aulas, cargos/funções administrativas atribuídas ou não atribuídas, professores, técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional que ficaram remanescentes e, eventuais recursos interpostos, com assinatura de todos os membros da Comissão de Trabalho.

SEÇÃO II
DA ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS DO PROFESSOR EFETIVO E ESTABILIZADO

Art. 7º. Para efeito desta Instrução Normativa considerar-se-á jornada de trabalho do professor efetivo e estabilizado as horas destinadas ao desenvolvimento do processo didático pedagógico e as horas atividades previstas na LC 027/2011.
Art. 8º. Para a atribuição da jornada de trabalho, compreendida como atividades de sala de aula e horas atividades serão consideradas a carga horária do professor definida na LC 027/2011 e alterações posteriores conforme quadro abaixo e a carga horária anual da matriz curricular da escola, analisada e aprovada pelo Conselho Municipal de Educação - CME, e homologada pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura:

Regime/Jornada de Trabalho	Em sala de aula	Em hora atividade
27 horas	18 horas	09 horas
29 horas	20 horas	09 horas

§ 1º. A atribuição da jornada de trabalho dos professores, técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional, efetivo ou estabilizado é de caráter permanente na respectiva unidade escolar, considera-se ainda, as particularidades previstas na LC 027/2011.
§ 2º. O cumprimento das horas atividades de professores efetivos e estabilizados em regência de classe, e que completam a jornada de trabalho em duas ou mais unidades escolares será distribuída proporcionalmente a carga horária atribuída a cada unidade.

Art. 9º. Para a CONTAGEM DE PONTOS/CLASSIFICAÇÃO da atribuição de classes e/ou aulas dos professores efetivos e estabilizados, a Comissão de Atribuição do Regime/Jornada de Trabalho previstas nesta Instrução Normativa, deverá proceder ao registro da pontuação e o processo de atribuição, a considerar:

I - Para contagem de pontos/classificação dos *professores em efetivo exercício*, deverão ser considerados os critérios que constam no Anexo I;

Art. 10. A PRIMEIRA ETAPA - 21/01/2015- de atribuição de classes e/ou aulas que ocorrerá na unidade escolar, devendo observar as seguintes fases:

I-1ª Fase matutino - Para os professores, Técnicos e Apoio Administrativos Educacionais efetivos ou estabilizados, lotados na unidade escolar, de acordo com as regras e observando a ordem de prioridade abaixo descritas:

Para os professores do quadro efetivo que participaram do processo de atribuição de classes e/ou aulas, no ano de 2015, no Ensino Fundamental, atribuídos no 1º Ciclo, e no 2º Ciclo na 1ª , 2ª fases, quando em regime de unidocência, que optaram pela continuidade com a turma, dentro do mesmo Ciclo, será assegurada a sua permanência, considerando o princípio do Edital de concurso a, Formação Específica na Área de Atuação, para acompanhar as turmas na unidade escolar, independente da pontuação obtida.

A continuidade não será garantida de um ciclo para o outro.

II- Será considerado a Formação específica do Professor considerando o Parecer 01/2013 – Comissão de Apostilamento/PROEG e Resolução nº 9 de 04/10/2007 e alterada pela Resolução nº 2 de 26/06/2008 do CNE/CES do MEC.

c) Para os professores do 1º Segmento da EJA, será assegurada a sua permanência para acompanhar as turmas na unidade escolar independente da pontuação obtida, considerando o princípio do Edital de concurso em primeira instância e na segunda instância, Formação Específica na Área de Atuação.

d) O professor que optar pela continuidade na turma de unidocência 2015 deve optar pela "continuidade na turma" confirmando na ficha de pontuação, no ato da inscrição para contagem de pontos, considerando o princípio do Edital de concurso em primeira instância e na segunda instância, Formação Específica na Área de Atuação.

e) Para os casos citados nas alíneas "a" e "b" não será assegurado a continuidade nos seguintes casos:

Redimensionamento escolar;

Atuação e/ou perfil do profissional em desacordo com a proposta pedagógica da escola e modalidade atribuída, devidamente comprovado mediante registro;

Quando do não envolvimento do professor com as ações programadas para as horas atividades;

Quando do não atendimento dos alunos que apresentaram dificuldades de aprendizagem nas horas atividades;

Remoção;

Desativação da turma na unidade escolar;

Opção pela "continuidade com a turma" que não selecionou a opção "continuidade" na ficha de pontuação, no ato da inscrição para contagem de pontos;

A turma para ser considerada em processo de "*continuidade*", deverá *ser identificada no ato da inscrição;*

II. A turma será considerada "*continuidade"* e o professor terá direito a acompanhá-la se tiver um número mínimo de 50 % dos alunos mais 1 aluno, advindos do ano de 2014;

*e) E*m caso dos professores não conseguirem atribuição nesta 1ª fase, alínea *a* passam a concorrer com os demais professores conforme classificação da *CONTAGEM DE PONTOS* na unidade escolar, considerando o princípio do Edital de concurso, Formação Específica na Área de Atuação;

2ª fase - matutino – Para os professores efetivos ou estabilizados, lotados na unidade escolar considerando a, Formação Específica na Área de Atuação*;*

3ª fase -vespertino - Para os professores efetivos ou estabilizados, lotados na unidade escolar que optaram por atribuição, considerando a, Formação Específica na Área de Atuação, ou nova habilitação, isto é, habilitação adquirida posterior ao concurso;

a) Os professores efetivos que concorrerão a função de Coordenador Pedagógico deverão atribuir primeiramente em sala de aula conforme item I do art. 14 desta portaria;

b) A substituição do professor coordenador será feita por um professor efetivo remanescente ou na falta deste, por um contratado temporariamente;

4ª Fase- vespertino- Destinada aos profissionais nas seguintes situações:

a) Aos professores efetivos e/ou estabilizados, remanescentes, na habilitação que concorrem, em substituição ao Coordenador Pedagógico e outros em cedência na forma da lei;

b) Aos professores efetivos ou estabilizados, remanescentes, para completar a carga horária com disciplina inclusa na área de conhecimento de sua formação, desde que não haja em qualquer turno, na unidade escolar, aulas livres em sua habilitação;

II - Concluída a 4ª Fase encerra o período de atribuição na unidade escolar a qual deverá remeter(para a SEMEC) impreterivelmente nessa data o quadro contendo o resultado da atribuição e o quantitativo de aulas livres e/ou em substituição, a relação dos professores, técnicos e apoio administrativos educacionais remanescentes.

Art.11. A SEGUNDA ETAPA- dia 22/01/2015- do processo de atribuição de classes e/ou aulas organizada inicialmente pela SEMEC, compreenderá 02 fases, e destina-se, especificamente aos professores remanescentes;

a) Nesta etapa de atribuição de classes e/ou aulas, os professores deverão comparecer a SEMEC para consulta do quadro de vagas livres e/ou em substituição e mediante classificação obtida na contagem de pontos e na condição da existência de vaga atribuem em uma unidade escolar devendo apresentar-se na escola no prazo máximo de 24 horas, para a devida lotação e registro da atribuição, observando o seguinte cronograma:

1ª Fase – Vespertino- Atribuição de classes e/ou aulas para os professores remanescentes–

I - A SEMEC deverá organizar a atribuição, considerando o princípio do Edital de concurso, a Formação Específica na Área de Atuação, quando necessário, poderá completar a carga horária nas disciplinas da área de conhecimento, desde que não haja em qualquer turno, na unidade escolar, aulas livres em sua habilitação, observando a seguinte disposição: Trabalhar com as quatro áreas de conhecimento organizando as atribuições em grupos de acordo com as áreas - Área de Linguagem, Área de Ciências Humanas, Área de Ciências Naturais e Matemática e Pedagogia, em turmas de unidocência;

2ª Fase - Aos professores efetivos remanescentes da 1ª Etapa, não habilitados na área específica de formação, devendo ser observado:

a) Os PROFESSORES REMANESCENTES, nas HABILITAÇÕES DIVERSAS, que não conseguirem atribuir classes e/ou aulas ao final da Segunda Etapa, serão designados para aulas em disciplinas inclusas na área de conhecimento de sua formação ou naquelas que tenha afinidades com a disciplina, em qualquer das unidades escolares da rede municipal, observado o interesse do ensino.

Parágrafo único – No período vespertino do dia 22/01/2015,encerra-se a etapa de atribuição na SEMEC e inicia-se o prazo de organização do quadro;

Art.12. TERCEIRA ETAPA – Vespertino - Esta etapa ocorrerá no dia 23/01/2015, quando será liberado o acesso ao quadro de pessoal das unidades escolares, **concomitantemente** a SEMEC.

Art. 13. Na Terceira Etapa os professores efetivos ou estabilizados, candidatos a aulas adicionais, terão prioridade de atribuição sobre os demais candidatos a contrato temporário.

Art. 14 Após atribuição dos professores efetivos, serão atribuídos os professores candidatos a contratos temporários a ser realizada na SEMEC;

I - Após conclusão das etapas/fases anteriores será escolhido entre os pares, os professores para exercício da função de Coordenador Pedagógico, observando critérios que constam das Portarias editadas para esse fim.
Art. 15. Para execução da Terceira Etapa a SEMEC deverá divulgar a lista de classificação dos professores efetivos (aulas adicionais) ou candidatos a contratos temporários, inscritos para atendimento de aulas livres e/ou em substituição, comprovada a necessidade com base no número de alunos/turmas, de acordo com as disposições abaixo:
1ª Fase- Atribuição de aulas livres ou em substituição para os candidatos, dar-se-á:
I - O professor poderá completar sua carga horária com disciplina inclusa na área de conhecimento de sua formação, desde que não haja em qualquer turno, na unidade escolar, aulas livres em sua habilitação;
II - Não será permitido a unidade escolar alterar as atribuição realizadas no início do processo, sendo-lhes permitido apenas atribuições para recomposição do quadro, quando da ocorrência da vaga livre ou em substituição.
III - Os professores inscritos para aulas adicionais e/ou contrato temporário nas escolas ou salas anexas que não conseguirem atribuir classes e/ou aulas ficarão no cadastro geral de reserva para futuras convocações.
Art. 16. A atribuição de classes e/ou aulas dos professores nas etapas, nas modalidades e ou especificidades da Educação Básica, dar-se-á com observância à sua formação:
§ 1°. Para atuar nas escolas de ENSINO FUNDAMENTAL, observar-se-á a seguinte ordem de prioridade:
I – No 1º Ciclo e 2º Ciclo e 1º Segmento da EJA:
a) Habilitação em Pedagogia com Licenciatura Plena ou Curso Normal Superior;
b) Curso de Magistério em nível médio e nas escolas onde estes profissionais não forem suficientes poderá atuar em caráter excepcional, profissionais de outras disciplinas:
§ 2º - Na EDUCAÇÃO ESPECIAL por ordem de prioridade, exigir-se-á professores com: Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em educação especial;
Licenciatura Plena em Pedagogia (ou Normal Superior) com habilitação em Educação Especial;
Licenciatura Plena em Pedagogia (ou Normal Superior) com especialização na área de Educação Especial;
Licenciatura Plena em Pedagogia (ou Normal Superior) com especialização em Psicopedagogia;
Licenciatura Plena em outras áreas, com capacitação e experiência comprovada na área específica de atuação;

SEÇÃO III
DA ATRIBUIÇÃO DO REGIME/JORNADA DE TRABALHO DO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL E APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL EFETIVO E ESTABILIZADO

Art. 17. Na atribuição do regime/jornada de trabalho do técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional será considerado a carga horária de 30 horas semanais.
Art. 18. O QUADRO ADMINISTRATIVO DAS UNIDADES ESCOLARES será composto conforme prevê as Leis Complementares 027/2011, 028/2011 e 029/2011, das seguintes funções:
I - Técnico Administrativo Educacional:
a) Administração Escolar;
b) Multimeios didáticos.
II - Apoio Administrativo Educacional:
a) Nutrição Escolar;
b)Vigilância;
c)AAE - Educação Infantil;
d) Manutenção de Infraestrutura/Limpeza;
e) Transporte Escolar.
Art. 19. Para a CONTAGEM DE PONTOS/CLASSIFICAÇÃO do regime/jornada de trabalho do TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL e APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, efetivo e estabilizado, a Comissões de Atribuição do Regime/Jornada de Trabalho previstas nesta Instrução Normativa, deverão proceder ao registro da pontuação e o processo de atribuição, considerando:
I - para TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL e APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL em efetivo exercício, considerar os critérios constantes no Anexo III;
Art. 20. A PRIMEIRA ETAPA - ocorrerá na unidade escolar, compreendendo 2 fases:
I - 1ª Fase – dia 21/01/2015- no período matutino - para o técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional, efetivos e/ou estabilizados, lotados na unidade escolar, para os cargos/funções aos quais concorrem;
II - 2ª Fase - dia 21/01/2015– encerra período da atribuição na unidade escolar .
remessa para a SEMEC do quadro de vagas livres e/ou em substituição bem como a relação de profissionais remanescentes, por cargo/função, classificados de acordo com a pontuação obtida na unidade de última designação;
Art. 21. A SEGUNDA ETAPA - compreenderá 02 fases – destina-se a atribuição do regime/jornada de trabalho ao técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional, efetivos e/ou estabilizados.
I - 1ª Fase – dia 21/01/2015- Vespertino – remessa para a SEMEC e exposição do quadro de vagas livres e/ou em substituição, de técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional, por cargo/função;
II - 2ª Fase – dia 21/01/2015- Vespertino - Será feita Atribuição, do regime/jornada de trabalho do técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional remanescentes, nas unidades escolares que dispõem de vaga livre ou em substituição.

SEÇÃO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. Aos profissionais da educação básica municipal que atuam nas unidades escolares que foram redimensionadas será assegurado os direitos adquiridos na contagem de pontos da sua escola de origem, em qualquer outra unidade escolar onde ocorrer sua atribuição de classes e/ou aulas, sem prejuízo na pontuação.
Art. 23. A demanda adicional para provimento de pessoal no cargo de Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional, além do quantitativo estabelecido em Portaria da SEMEC, fica condicionada a análise e aprovação da Assessoria Pedagógica/SEMEC.
Parágrafo único – A unidade escolar não poderá atribuir ou designar servidor efetivo ou contratado temporariamente, em função que não esteja devidamente autorizado pela SEMEC.
Art. 24. Aos profissionais efetivos e estabilizados em exercício de função gratificada (Diretor, Coordenador Pedagógico), e aos que estão prestando serviços no Órgão Central será garantido à pontuação constante nos Anexos desta Instrução Normativa, no que se refere à titulação, tempo de serviço e assiduidade/jornada de trabalho e quanto à qualificação profissional, mediante apresentação de documentação.

Art. 25 Compete a Assessoria Pedagógica acompanhar o processo de execução de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, tornando-se corresponsável pelas falhas, omissões e irregularidades que venham comprometer o processo.

Art. 26. A Equipe Gestora da unidade escolar que descumprir as orientações normativas em qualquer momento do ano letivo, omitindo e prestando informações incorretas sobre classes/aulas e o número de alunos, desconsiderando a lista de classificação dos profissionais da educação básica, dados ou informações, praticando ação que caracterize *NEPOTISMO* no processo de atribuição de classes e/ou aulas/jornada de trabalho, ou atos que venham comprometer a *LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE e TRANSPARÊNCIA* no processo de atribuição, será submetido a inquérito administrativo para apuração das responsabilidades dos seus atos na forma da LC 001/1993.

Art. 27. A Secretaria Municipal de Educação/SEMEC, a qualquer momento, poderá designar Equipe de Supervisão Técnica para desenvolver atividades inerentes ao cumprimento das Portarias, Instrução Normativa e Edital de Seleção, que estabelecem critérios para o processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, para o ano letivo de 2015, nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

Art. 28. O processo de remoção por interesse da Educação dar-se-á conforme Art. 47 da LC 027/2011.

Art. 29. Os casos omissos deverão ser solucionados em primeira instância pelas Comissões de Atribuições de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho e, em caso de impossibilidade, deverão ser encaminhados à Assessoria pedagógica/SEMEC e Coordenadoria de Gestão de Pessoas.

Art. 30. Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir da data da sua publicação, com vigência para dois anos letivos, salvo alterações de lei ou adequações de datas estabelecidas de acordo com calendário de cada ano letivo, revogadas as disposições em contrário. Em especial INSTRUÇÃO NORMATIVA № 003/2013/SEMEC/MT. Campinápolis -MT, 17 de Dezembro de 2013 E INSTRUÇÃO NORMATIVA № 004/2013/SEMEC/MT, de 20 de Dezembro de 2013.EMIVAL PEREIRA DA COSTA. Secretário Municipal de Educação e Cultura.

ANEXO I

- FICHA DE PONTUAÇÃO P/ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS -
PROFESSOR EFETIVO OU ESTABILIZADO

1.DADOS PESSOAIS:					
Nome do Servidor (a): _____DtNasc:____/_____/____ End._____nº. _____Complemento:_____ Bairro: _____.Cidade: CAMPINÁPOLIS CEP: _____Tel.: _____ e-mail:_____ RG: _____Exp:_____UF:_____ Dt. Exp.:___/___/____CPF: _____ Escola: _____					
2. SITUAÇÃO FUNCIONAL:					
2.1 SITUAÇÃO FUNCIONAL:		**2.1.** CARGO/FUNÇÃO:		2.3. JORNADA SEMANAL DE TRABALHO:	
( ) Efetivo;( ) Estabilizado ( ) Cedência/Permuta (de outra rede)		( ) Professor ( ) Especialista da Educação.		( ) Reg. de trabalho de 27 (Vinte e Sete) h ( ) Reg. de trabalho de 29 (vinte e nove) h	
2.4. POSSUI OUTRO VINCULO EMPREGATÍCIO:					
a ( ) NÃO b. ( ) SIM		TIPO:( ) PUBLICO ( ) PRIVADO		JORNADA DE TRABALHO do outro cargo: _____ Horas / semanais	
3. HABILITAÇÃO: PUXAR DO CADASTRO PESSOAL:					
DO CONCURSO :_____					
Possui outra habilitação além da habilitação do concurso? (campo obrigatório para o caso de possuir outra habilitação) NOVA HABILITAÇÃO:_____					
4 . OPÇÃO DE ATRIBUIÇÃO:					
OPÇÃO DE ATRIBUIÇÃO POR HABILITAÇÃO: ( ) P/habilitação Concurso ( ) 2ª Habilitação (nova habilitação)				OPÇÃO DE ATRIBUIÇÃO POR PERÍODO: ( ) Matutino ( ) Vespertino	
OPÇÃO P/CONTINUIDADE EM TURMAS/UNIDOCENTE: ( ) 1º Ciclo ( ) 2º Ciclo( ) 1º Seg/Eja Obs.: QUANDO NÃO ATRIBUIR NA TURMA DE CONTINUIDADE, SEGUE CLASSIFICAÇÃO NORMAL DE PONTUAÇÃO).					
EXCLUSIVO PARA ATRIBUIÇÃO EM FUNÇÃO: ( ) Professor Interprete de Libras( ) Professor Surdo ( ) Professor de Sala de Recursos Multifuncionais					
POR/FORMAÇÃO EM CURSOS ATRAVÉS DE CONVÊNIOS COM A UAB/UFMT/UNEMAT/IFMT/SEDUC aos *professor remanescente*, em que já tenha cumprido no mínimo de 70 % da carga horária total do curso: ( ) CURSO/DISCIPLINA DE ATUAÇÃO					
OPÇÃO DE ATRIBUIÇÃO POR FUNÇÃO/MOTIVO: READAPTAÇÃO (MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE LAUDO DE PERÍCIA MEDICA: ( ) Sim ( ) Não Obs.:1-Servidor em Readaptação por período igual ou superior a 6 meses atribuirá função conforme disposições da Portaria 021/2014/SEMEC/MT permitido atribuição em apenas uma das funções e em caso de mais de um professor em readaptação, distribuir as funções: (assinalar apenas uma opção) 2 – A atribuição deverá ser igual ao período da Perícia Médica;					
(( )	apoio ao processo ensino aprendizagem em atividades complementares a sala de aula, correlatas as atividades de articulação da aprendizagem (professor);				
(( )	em atividades pedagógicas desenvolvidas na biblioteca escolar (professor, técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional);				
( )	atividades educativas acompanhando os alunos no setor externo da sala (pátio escolar), denominado Coordenador de Ambiente (professor, técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional);				
5. NÚMERO DE PONTOS OBTIDOS PELO PROFESSOR:					
CRITÉRIOS			INDICADORES	CÔMPUTO	PTOS
I - DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação)					
a.	Pós Graduação	Doutorado	8,0 pontos		
		Mestrado	6,0 pontos		
		Especialização	4,0 pontos		
	Licenciatura	Licenciatura Plena	3,0 pontos		
		Licenciatura Curta	2,0 pontos		
	Ensino Médio	Magistério	1,5 (um e meio) ponto		
II - DO TEMPO DE SERVIÇO – considerar apenas o período de servidor efetivo, a partir do ingresso.					
a	Para cada ano trabalhado na Rede Municipal de Educação, na habilitação específica para a disciplina a que concorrer.		0,5 (meio) ponto		
b	Para cada ano de serviço na Rede Municipal de Educação/MT.		0,5 (meio) ponto		
III- ASSIDUIDADE DA JORNADA DE TRABALHO EM 2014 - não deverão ser consideradas como ausência, as faltas com anuência em Lei Complementar001/93 e 027/2011(considerar apenas o período de servidor efetivo, a partir do ingresso).					
a.	Por participação em 100% das Assembleias da Comunidade Escolar.		1,0 ponto.		
c.	Assiduidade de 100% da hora/aula /jornada de trabalho – professor em regência.	em sala de aula (20 horas semanais);	3,0 pontos		
		hora atividade (10 horas semanais trabalhadas coletivamente);	2,0 pontos		
d.	Assiduidade de 100% da jornada de trabalho quando em atribuição por função (diretor, coordenador pedagógico, assessoria pedagógica, articulador da aprendizagem).	Jornada integral conforme sua atribuição;	5,0 pontos		
P	Participação em Conselhos e Comissões das unidades escolares e SEMEC.	Apresentação de documento comprobatório para cada conselho que o Profissional integrar, máximo 3,0 pontos	1,5 ponto para cada órgão representativo que integra		
	Palestrantes, Tutores, Professores e/ou coordenadores; em Programa de Formação de Profissionais inclusos na Política de Formação da SEMEC ex. pacto pela formação na idade certa; PBA; Profuncionário; com no mínimo 75% de frequência.	(40 horas)	1,0ponto		
e.	Por participação em reuniões pedagógicas, devidamente	100%	4,0 pontos		

	registrado em atas e registro de frequência nas unidades escolares e SEMEC.	75% a 90%	2,0 pontos		
f.	Assiduidade na formação continuada, em grupos de estudo, via Projeto Sala do Educador/Formador, certificado pela SEMEC. (Considerar a data de ingresso do Profissional na respectiva unidade de ensino)	100%	5,0 pontos		
		90%	4,0 pontos		
		80%	3,0 pontos		
		75%	2,0 pontos		
	Participação em Audiências Públicas como: LOA; LDO; PPA; SAÚDE; EDUCAÇÃO. Conferencias do CMDCA; Participação na elaboração do PME. (Para 2016 = 2,0) Participação 100% das atividades da Comissão e dos GT'S do PME(para 2016 = 2,0)	Apresentação de documento comprobatório lista de presença e cópia de Ata que conste a assinatura do participante.	LOA: 1,0 PONTO		
			CMDCA – 1,0		
			LDO: 1,0 PONTO		
			PPA: 1,0 PONTO		
			SAÚDE: 1,0 PONTO		
			EDUCAÇÃO: 1,0 PONTO		
g.	Por ter mantido os prazos estabelecidos pela secretaria da escola quanto ao preenchimento dos diários de classe referente a relatórios, notas, frequência e conteúdos durante o ano de 2014 - extensivo a Diretor e Coordenador Pedagógico.	100%	5,0 pontos		
h.	Ao professor efetivo que no exercício de 2014 utilizou-se de sua hora-atividade, em todos os bimestres, trimestre ou semestre, para realizar atendimento individualizado a alunos que apresentavam desafios de aprendizagem, mediante apresentação de registro confirmado pela coordenação pedagógica.	2 ou mais horas atividades p/semana.	4,0 pontos		
		até 2 horas atividades p/semana.	2,0 pontos		
IV- QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR:					
a.	Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais, com limite máximo de 3,0pontos, considerar apenas dos últimos 03 anos.		0,5 (meio) ponto para 40 horas.		
b.	Publicações Científicas -apresentar cópia da página que conste o parecer do Conselho Editorial, nº do registro ou *carta de aceite*, com limite máximo de 3,0 pontos, considerar apenas dos últimos 03 anos.	Livros (completo e/ou capitulo);	1,0 ponto p/cada		
		Artigo completo publicado em periódicos impressos;	0,75 (setenta e cinco) centésimos p/cada certificado		
c.	Comprovação anual, mediante certificado registrado pela instituição promotora do evento, de palestras, minicursos e conferências proferidas na área da educação, com limite máximo de 2,0 pontos, considerar apenas dos últimos 03 anos		0,25 (vinte e cinco) centésimos para cada certificado		
d.	Projetos educativos desenvolvidos na escola em coerência com o Projeto Político Pedagógico e com realização devidamente aprovada pelo CDCE, que acontecem fora da jornada de trabalho semanal (27 horas) acompanhado pelo coordenador pedagógico, com duração mínima de um semestre letivo.		2,0 pontos.		
6. PONTUAÇÃO:					
6 . 1. TOTAL DE PONTOS OBTIDO NA FICHA GERAL:					
7.EM CASO DE EMPATE:					
1º -Tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino/MT.					
2º - Tempo de serviço na unidade escolar					
3º - Idade.					
8. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS P/DESEMPATE:					
Obs.: - Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02(duas) casas decimais. - Atribuição será de acordo com a classificação em Sessão Pública.					
_____ Assinatura do (a) Professor(a)		_____ Responsável p/Atribuição na Escola		_____/____/___ Data	

ANEXO II

- FICHA DE PONTUAÇÃO P/ATRIBUIÇÃO DO REGIME/JORNADA DE TRABALHO - P/SERVIDOR ADMINISTRATIVO EFETIVO OU ESTABILIZADO – TAE E AAE

1.DADOS PESSOAIS:			
Nome do Servidor (a):_____Dt Nasc:____/_____/____End._____nº_____ Complemento:_____Bairro::_____Cidade_____CEP:_____Telef: Res:_____Cel.:_____Outro:_____email:_____ RG: _____Exp:_____UF:_____Dt Exp.:___/___/____CPF: _____ Escola: _____			
2 . SITUAÇÃO FUNCIONAL:			
2.1 - SITUAÇÃO FUNCIONAL (assinale apenas 1 das alternativas):		2.2 - . REGIME DE TRABALHO:	
A.( ) EFETIVO B. ( ) ENQUADRADO NA FUNÇÃO		REGIME DE TRABALHO INTEGRAL DE 30 HORAS	
2.3 - POSSUI OUTRO VINCULO EMPREGATÍCIO?			
a ( ) NÃO b. ( ) SIM	**TIPO:**( ) PUBLICO ( ) PRIVADO	JORNADA DE TRABALHO do outro cargo: __Horas / semanais	
3. FORMAÇÃO ESCOLAR/HABILITAÇÃO:			
a. HABILITAÇÃO:_____			
4. OPÇÃO PARA A FUNÇÃO QUE CONCORRE (assinalar apenas uma opção):			
a. TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL		**b. APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL**	
( )	TAE/SECRETARIA ESCOLAR	( )	AAE/Limpeza
( )	TAE/MULTIMEIOS DIDÁTICO	( )	AAE/Nutrição
		( )	AAE/Vigia
		( )	AAE/AUXILIAR ED. INFATIL
		( )	AAE/TRANSPORTE ESCOLAR
5 . OPÇÃO DE ATRIBUIÇÃO POR FUNÇÃO/MOTIVO: READAPTAÇÃO			
( ) Sim ( ) Não Obs.: Servidor em Readaptação por período igual ou superior a 6 (seis) meses/atribuir numa das funções abaixo ou naquelas constantes da LC 027/2011, observado para todos os efeitos a necessidade da escola (assinalar apenas uma opção);			
( )	em atividades educativas acompanhando os alunos no setor externo da sala (pátio escolar), denominado Coordenador de Ambiente (técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional);		
( )	Auxiliar de Biblioteca		
( )	Auxiliar de Laboratório de Informática		
( )	Auxiliar de cozinha		
( )	atendimento na recepção da unidade escolar		
( )	Auxiliar na secretaria escolar, mediante perfil compatível com o exercício da função;		
6. NÚMERO DE PONTOS OBTIDOS PELO PROFISSIONAL:			

CRITÉRIOS			INDICADORES	CÔMPUTO	PONTOS
I.a- DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO: abrangente a TAE - permitir somente o registro de um item e pontuá-lo					
	Pós Graduação	Mestrado/Doutorado	6,0 pontos		
		Especialização	4,0 pontos		
	Ensino Superior	Lic. Plena/Bacharel/ Tecnólogo	3,0 pontos		
		Licenciatura Curta	2,0 pontos		
	Ensino Médio	Propedêutico/Magistério	1,5 (um e meio) ponto		
I.b. DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO: abrangente a AAE – permitir somente o registro de um item e pontuá-lo					
	Ensino Médio	Qualificação Específica	2,0 pontos		
		Propedêutico/Magistério	1,5 pontos		
	Ensino Fundamental	Ensino Fundamental – Completo	1,0 ponto		
II - DO TEMPO DE SERVIÇO – (todos) TAE e AAE: considerar apenas o período de servidor efetivo, a partir do ingresso.					

a.	Para cada ano trabalhado na Rede Municipal de Educação/MT, na função específica para a qual concorrer.		0,5 (meio) ponto		
b.	Para cada ano de serviço na Rede Municipal de Educação/MT.		0,5 (meio) ponto.		
c.	Para cada ano de serviço prestado na unidade escolar.		0,25 (vinte e cinco centésimos) pontos		
III- ASSIDUIDADE DA JORNADA DE TRABALHO EM 2014 - não deverão ser consideradas como ausência, as faltas com anuência em Lei Complementar 04/90, LC 50/98 e LC 027/2011.					
a.	Por participação em 100% das Assembleias da Comunidade Escolar.		1,0 ponto.		
	Participação em Conselhos e Comissões das unidades escolares e SEMEC		Apresentação de documento comprobatório para cada conselho que o Profissional integrar, máximo 3,0 pontos	1,5 ponto para cada órgão representativo que integra	
	Participação em Audiências Públicas como: LOA; LDO; PPA; SAÚDE; EDUCAÇÃO. Participação na elaboração do PME. (Para 2016 = 2,0) Participação 100%das atividades da Comissão e dos GT'S do PME(para 2016 = 2,0)		Apresentação de documento comprobatório lista de presença e cópia de Ata que conste a assinatura do participante.	LOA:1,0PONTO LDO:1,0 PONTO PPA:1,0 PONTO SAÚDE:1,0 PONTO EDUCAÇÃO:1,0 PONTO	
c.	Assiduidade de 100% da jornada de trabalho - Jornada integral conforme sua atribuição;		5,0 pontos		
d..	Por participação em reuniões pedagógicasadministrativa, devidamente registrado em atas e registro de frequência.	100%	4,0 pontos		
		90% a 75%	2,0 pontos		
e.	Assiduidade na formação continuada, em grupos de estudo, via Projeto Sala do Educador/Formador.	100%	5,0 pontos		
		90%	4,0 pontos		
		80%	3,0 pontos		
		75%	2,0 pontos		
IV. DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR:					
a.	Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais, com limite máximo de 3,0 pontos, considerar apenas dos últimos 03 anos.		0,5 (meio) ponto para cada 40 (quarenta) horas.		
b.	Publicações Científicas - apresentar cópia da página que conste o parecer do Conselho Editorial, nº do registro ou *carta de aceite*, com limite máximo de 3,0 pontos, considerar apenas dos últimos 03 anos.	Livros (completo e/ou capitulo);	1,0 ponto p/cada		
		Artigo completo publicado em periódicos impressos;	0,75 (setenta e cinco) centésimos p/cada certificado		
c.	Comprovação anual, mediante certificado registrado pela instituição promotora do evento, de palestras, minicursos e conferências proferidas na área da educação, com limite máximo de 2,0 pontos, considerar apenas dos últimos 03 anos.		0,25 (vinte e cinco) centésimos p/ certificado		
d.	Projetos educativos desenvolvidos na escola em coerência com o Projeto Político Pedagógico e com realização devidamente aprovada pelo CDCE, que acontecem fora da jornada de trabalho semanal (30 horas) acompanhado pelo coordenador pedagógico, com duração mínima de um semestre letivo.		2,0 pontos.		
ESPECÍFICO PARA ÁREA A QUE CONCORREM - preencher apenas os campos pertinentes a inscrição					
V - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - considerar apenas os últimos 3 anos e cursos exclusivos para a função a qual concorre -					
a.	Conhecimento e domínio de informática em MS Office Word e Excel,		1,0 pontos.		
b.	Conhecimento e domínio de informática BrOffice e Linux.		1,0 pontos.		
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - considerar apenas os últimos 3 anos e cursos exclusivos para a função a qual concorre -					
VI - MANUTENÇÃO DE INFRA ESTRUTURA/LIMPEZA					
a.	Certificado na área específica (limpeza, higienização, execução/pequenos reparos elétricos, hidráulicos, sanitários, alvenaria e jardinagem), com limite máximo de 3,0 pontos.		0,5 (meio) ponto p/cada 08 horas		
VII - NUTRIÇÃO ESCOLAR					
a.	Certificado, na área específica (limpeza, higienização, organização e controle dos insumos utilizados na alimentação e preparação de alimentos), com limite máximo de 3,0 pontos.		0,5 (meio) ponto p/cada 08 horas		
VIII - VIGILÂNCIA					
a.	Certificado na área específica (vigilância, segurança, relacionamento pessoal), com limite máximo de 3,0 pontos.		0,5 (meio) ponto p/cada 08 horas		
SEGURANÇA (agente de pátio) – mediante autorização do Órgão Central					
a	Certificado na área específica (vigilância, segurança, relacionamento pessoal), com limite máximo de 3,0 pontos;		0,5 (meio) ponto p/cada 08 horas		
b.	Certificado/cursos de prevenção a violência contra a criança e adolescentes, Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), prevenção ao uso de drogas e entorpecentes, com limite máximo de 3,0 pontos.		0,5 (meio) ponto p/cada 08 horas		
IX - TRANSPORTE ESCOLAR					
	Curso de formação para motorista: Transporte Escolar Transporte de Passageiro		Transporte Escolar – 1,0 ponto Transporte de Passageiro– 1,0 ponto		
7. PONTUAÇÃO:					
7 . 1. TOTAL DE PONTOS OBTIDO NA FICHA GERAL:					
7. 2 - TOTAL DE PONTOS OBTIDOS ESPECÍFICO NO *SISTEMA SOCIEDUCATIVO-PROJETO EDUCAR* -acrescido a pontuação geral - no caso de não permanecer na Unidade, deverá ser retirada esta pontuação:					
8. EM CASO DE EMPATE:					
a	1º - Tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino/MT.				
b	2º - Tempo de serviço na unidade escolar				
c	3º - Idade.				
9. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS p/DESEMPATE: Obs.: - Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02(duas) casas decimais. - Atribuição será de acordo com a classificação em Sessão Pública.					

_____ Assinatura do (a) Servidor(a)	_____ Responsável p/Atribuição na Escola	_____/____/____ Data

Publicado por:
Conceição Oliveira de Paula
Código Identificador:5BD87292

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

ASSESSORIA JURIDICA
LEI Nº 609/2014

"Dispõe sobre o Sistema Tributário Municipal e AS NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO APLICAVAis no Município e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com o amparo do Inciso III artigo 80 da Lei Orgânica deste Município de Colniza/MT, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

LEI:

Art. 1º. Esta Lei compreende o "Código Tributário do Município de Colniza - MT – CTM", obedecidos aos mandamentos oriundos da Constituição Federal, do Código Tributário Nacional, e das demais leis complementares e das resoluções do Senado Federal.

LIVRO I -DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 2º. Esta Lei denominada "Código Tributário do Município de Colniza - MT - CTM" - regula e disciplina, com fundamento na Constituição Federal, no Código Tributário Nacional, Leis Complementares e Lei Orgânica do Município, os direitos e as obrigações que emanam das relações jurídicas referentes a tributos de competência municipal e às rendas deles derivadas que integram a receita do Município.

TÍTULO I -DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 3º. A legislação tributária do Município de Colniza - MT compreende as leis, os decretos e as normas complementares que versam, no todo ou em parte, sobre os tributos de sua competência e as relações jurídicas a eles pertinentes.
Parágrafo único: São normas complementares das leis e dos decretos:
I. os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas, tais como portarias, circulares, instruções, avisos e ordens de serviço, expedidas pelo Secretário Municipal de Finanças e Diretores dos órgãos administrativos, encarregados da aplicação da Lei;
II. as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa;
III. os convênios celebrados pelo Município com a União, o Estado, o Distrito Federal ou outros Municípios.
Art. 4º. Para sua aplicação, a lei tributária poderá ser regulamentada por decreto, que tem seu conteúdo e alcance restritos às leis que lhe deram origem, com observância das regras de interpretação estabelecidas neste Código Tributário.

CAPÍTULO II -DA APLICAÇÃO E VIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
Art. 5º. A lei tributária tem aplicação em todo o território do Município e estabelece a relação jurídico-tributária no momento em que tiver lugar o ato ou fato tributável, salvo disposição em contrário.
Art. 6º. A lei tributária tem aplicação obrigatória pelas autoridades administrativas, não constituindo motivo para deixar de aplicá-la o silêncio, a omissão ou a obscuridade de seu texto.
Art. 7º. Quando ocorrer dúvida ao contribuinte, quanto à aplicação de dispositivo da lei, este poderá, mediante petição, consultar à hipótese concreta do fato.

CAPÍTULO III - DA INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
Art. 8º. Na aplicação da legislação tributária são admissíveis quaisquer métodos ou processos de interpretação, observado o disposto neste capítulo.
§1º. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente, na ordem indicada:
I. a analogia;
II. os princípios gerais de direito tributário;
III. os princípios gerais de direito público;
IV. a equidade.
§2º. O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
§3º. O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento do tributo devido.
Art. 9º. Interpreta-se literalmente esta Lei, sempre que dispuser sobre:
I. suspensão ou exclusão de crédito tributário;
II. outorga de isenção;
III. dispensa de cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
Art. 10. Interpreta-se esta Lei de maneira mais favorável ao infrator, no que se refere à definição de infrações e à cominação de penalidades, nos casos de dúvida quanto:
I. à capitulação legal do fato;
II. à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos;
III. à autoria, imputabilidade ou punibilidade;
IV. à natureza da penalidade aplicável ou à sua graduação.

TÍTULO II - DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I -DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 11. Decorre a obrigação tributária do fato de encontrar-se a pessoa física ou jurídica nas condições previstas em lei, dando lugar à referida obrigação.
Art. 12. A obrigação tributária é principal ou acessória.
§1º. A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por seu objeto o pagamento do tributo ou penalidade pecuniária, extinguindo-se juntamente com o crédito dela decorrente.
§2º. A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto prestações positivas ou negativas nela prevista no interesse do lançamento, da cobrança e da fiscalização dos tributos.
§3º. A obrigação acessória, pelo simples fato da sua não observância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
Art. 13. Se não for fixado o tempo do pagamento, o vencimento da obrigação tributária ocorre 30 (trinta) dias após a data da apresentação da declaração do lançamento ou da notificação do sujeito passivo.

CAPÍTULO II - DO FATO GERADOR
Art. 14. O fato gerador da obrigação tributária principal é a situação definida neste Código Tributário como necessária e suficiente para justificar o lançamento e a cobrança de cada um dos tributos do Município.
Art. 15. O fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, imponha a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
Art. 16. O lançamento do tributo e a definição legal do fato gerador são interpretados independentemente, abstraindo-se:
I. a validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;
II. os efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

Art. 17. Salvo disposição em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:
I. tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produzam os efeitos que normalmente lhe são próprios;
II. tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que ela esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável.

CAPÍTULO III- DO SUJEITO ATIVO
Art. 18. Sujeito ativo da obrigação é o Município de Colniza - MT.

CAPÍTULO IV - DO SUJEITO PASSIVO
Art. 19. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
Parágrafo único: O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:
I. contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;
II. responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa em lei.
Art. 20. Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada à prática ou à abstenção de atos discriminados na legislação tributária do Município, que não configurem obrigação principal de tributo ou penalidade pecuniária.
Art. 21. O sujeito passivo, quando convocado, fica obrigado a prestar as declarações solicitadas pela autoridade administrativa que, quando julgá-las insuficientes ou imprecisas, poderá exigir que sejam completadas ou esclarecidas.
§1º. A convocação do contribuinte será feita por quaisquer dos meios previstos neste Código Tributário.
§2º. Feita a convocação do contribuinte, terá ele o prazo de 15 (quinze) dias para prestar os esclarecimentos solicitados, sob pena de que se proceda ao lançamento de ofício, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis, a contar:
I. da data da ciência aposta no auto;
II. da data do recebimento, por via postal ou telegráfica; se a data for omitida, contar-se-á este após a entrega da intimação à agência postal telegráfica;
III. da data da publicação do edital, se este for o meio utilizado.

CAPÍTULO V - DA CAPACIDADE TRIBUTÁRIA
Art. 22. A capacidade tributária passiva independe:
I. da capacidade civil das pessoas naturais;
II. de encontrar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais ou da administração direta de seus bens e negócios;
III. de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

CAPÍTULO VI - DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO
Art. 23. Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, para os fins deste Código, considera-se como tal:
I. quanto às pessoas físicas, a sua residência habitual ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade, no território do Município;
II. quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar de cada estabelecimento situado no território do Município;
III. quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território do Município.
§1º. Quando não couber a aplicação das regras previstas em quaisquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos que derem origem à obrigação.
§2º. A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.
§3º. Os contribuintes comunicarão à repartição competente a mudança de domicílio no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
§4º. O domicílio fiscal e o número de inscrição respectivo serão obrigatoriamente consignados nos documentos e papéis dirigidos às repartições fiscais do Município.

CAPÍTULO VII - DA SOLIDARIEDADE
Art. 24. São solidariamente obrigadas:
I. as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato da obrigação principal;
II. as pessoas expressamente designadas por lei;
III. todos os que, por qualquer meio ou em razão de ofício, participem ou guardem vínculo ao fato gerador da obrigação tributária.
§1º. A solidariedade não comporta benefício de ordem.
§2º. A solidariedade subsiste em relação a cada um dos devedores solidários, até a extinção do crédito fiscal.
Art. 25. Salvo disposição em contrário, são os seguintes os efeitos da solidariedade:
I. o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;
II. a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, neste caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;
III. a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica os demais.

CAPÍTULO VIII - DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA
SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 26. O Município poderá atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.
§1º. Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.
§2º. Sem prejuízo do disposto no caput e no §1º deste artigo, são responsáveis:
I. o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;
II. a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.04, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.17, 11.02, 17.05 e 17.09 da lista de serviços.

SEÇÃO II - DA RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES

Art. 27. O disposto nesta seção se aplica por igual aos créditos tributários definitivamente constituídos ou em curso de constituição à data dos atos nela referidos, e aos constituídos posteriormente aos mesmos atos, desde que relativos às obrigações tributárias surgidas até a referida data.
Art. 28. Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.
Parágrafo único: No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.
Art. 29. São pessoalmente responsáveis:
I. o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos;
II. o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;
III. o espólio, pelos tributos devidos pelo "de cujus" até a data da abertura da sucessão.
Art. 30. A pessoa jurídica de direito privado que resultar da fusão, transformação ou incorporação de outra é responsável pelos tributos devidos pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas, até a data do respectivo ato.
Parágrafo único: O disposto neste artigo se aplica aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social ou firma individual.
Art. 31. A pessoa física ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:
I. integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;
II. subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de 6 (seis) meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

SEÇÃO III - DA RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS
Art. 32. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este, nos atos que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:
I. os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;
II. os tutores ou curadores, pelos tributos devidos pelos seus tutelados ou curatelados;
III. os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;
IV. o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;
V. o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;
VI. os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos pelos atos praticados por eles, ou perante eles, em razão de seu ofício;
VII. os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.
Parágrafo único: O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidade, às de caráter moratório.
Art. 33. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes às obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:
I. as pessoas referidas no artigo anterior;
II. os mandatários, prepostos e empregados;
III. os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

SEÇÃO IV - DA RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES
Art. 34. Constitui infração fiscal toda ação ou omissão que importe em não observância, por parte do contribuinte, responsável ou terceiro, das normas estabelecidas na lei tributária.
Parágrafo único: A responsabilidade por infrações deste Código independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.
Art. 35. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.
Parágrafo único: Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionada com a infração.

TÍTULO III - DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 36. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.
Art. 37. As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluam sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.
Art. 38. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem a sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos em lei, fora dos quais não podem ser dispensados, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.
Art. 39. Qualquer anistia ou remissão que envolva matéria tributária somente poderá ser concedida através de lei específica municipal, nos termos do art. 150, §6º, da Constituição Federal.

CAPÍTULO II - DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
SEÇÃO I - DO LANÇAMENTO
Art. 40. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
Parágrafo único: A atividade administrativa do lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.
Art. 41. O lançamento se reporta à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e é regida pela então lei vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
Parágrafo único: Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou

outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.
Art. 42. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo somente pode ser alterado em virtude de:
I. impugnação do sujeito passivo;
II. recurso de ofício;
III. iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no art. 50 deste Código.
Art. 43. Considera-se o contribuinte notificado do lançamento ou de qualquer alteração que ocorra posteriormente, daí se contando o prazo para reclamação, relativamente às inscrições nela indicadas, através:
I. da notificação direta;
II. da afixação de edital no quadro de editais da Prefeitura Municipal;
III. da publicação em pelo menos um dos jornais de circulação regular no Município;
IV. da publicação no órgão de imprensa oficial do Município;
V. da remessa do aviso por via postal.
§1º. Quando o domicílio tributário do contribuinte se localizar fora do território do Município, considerar-se-á feita notificação direta com a remessa do aviso por via postal.
§2º. Na impossibilidade de se localizar pessoalmente o sujeito passivo, quer através da entrega pessoal da notificação, quer através de sua remessa por via postal, reputar-se-á efetivado o lançamento ou as suas alterações mediante a comunicação na forma dos incisos II, III e IV deste artigo.
§3º. A recusa do sujeito passivo em receber a comunicação do lançamento, ou a impossibilidade de localizá-lo pessoalmente ou através de via postal, não implica dilatação do prazo concedido para o cumprimento da obrigação tributária ou para a apresentação de reclamações ou interposição de recursos.
§4º. A notificação de lançamento conterá:
I. o nome do sujeito passivo e seu domicílio tributário;
II. a denominação do tributo e o exercício a que se refere;
III. o valor do tributo, sua alíquota e a base de cálculo;
IV. o prazo para recebimento ou impugnação;
V. o comprovante, para o órgão fiscal, de recebimento pelo contribuinte;
VI. demais elementos estipulados em regulamento.
§5º. Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos ou procedidas a revisão e a retificação daqueles que contiverem irregularidade ou erro.
§6º. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:
I. impugnação procedente do sujeito passivo;
II. recurso de ofício;
III. iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no parágrafo anterior.
Art. 44. Será sempre de 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação, o prazo mínimo para pagamento e máximo para impugnação do lançamento, se outro prazo não for estipulado, especificamente neste Código Tributário.
Art. 45. Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou que não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvado, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.
Art. 46. É facultado ainda à Fazenda Municipal o arbitramento de bases tributárias, quando ocorrer sonegação cujo montante não se possa conhecer exatamente ou em decorrência de ocorrência de fato que impossibilite a obtenção de dados exatos ou dos elementos necessários à fixação da base de cálculo ou alíquota do tributo.
Art. 47. A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento, somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

SEÇÃO II - DAS MODALIDADES DE LANÇAMENTO
Art. 48. O lançamento é efetuado:
I. com base em declaração do contribuinte ou de seu representante legal;
II. de ofício, nos casos previstos neste capítulo.
Art. 49. Far-se-á o lançamento com base na declaração do contribuinte, quando este prestar à autoridade administrativa informações sobre a matéria de fato, indispensáveis à efetivação do lançamento.
§1º. A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante quando vise reduzir ou excluir tributo só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde e antes de notificado o lançamento.
§2º. Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela.
Art. 50. O lançamento é efetuado ou revisto de ofício pelas autoridades administrativas nos seguintes casos:
I. quando a lei assim o determine;
II. quando a declaração não seja prestada por quem de direito, no prazo e na forma deste Código;
III. quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração, nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo, ao pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;
IV. quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;
V. quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte de pessoa legalmente obrigada, nos casos de lançamento por homologação a que se refere o artigo seguinte;
VI. quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo ou de terceiro legalmente obrigado, que conceda lugar à aplicação de penalidade pecuniária;
VII. quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;
VIII. quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado quando do lançamento anterior;
IX. quando se comprove que no lançamento anterior ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial;
X. quando se comprove que no lançamento anterior ocorreu erro na apreciação dos fatos ou na aplicação da lei.

Parágrafo único: A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.
Art. 51. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente o homologue.
§1º. O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.
§2º. Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.
§3º. Os atos a que se refere o parágrafo anterior serão considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade ou sua graduação.
§4º. O prazo para a homologação será de 5 (cinco) anos a contar da ocorrência do fato gerador.
§5º. Expirado o prazo previsto no parágrafo anterior sem que a Fazenda Pública tenha se pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.
Art. 52. A declaração ou comunicação fora do prazo, para efeito de lançamento, não desobriga o contribuinte do pagamento das multas e atualização monetária.
Art. 53. Nos termos do inciso VI do art. 134 do Código Tributário Nacional, até o dia 10 (dez) de cada mês os serventuários da Justiça enviarão à Secretaria Municipal de Finanças, conforme modelos regulamentares, extratos ou comunicações de atos relativos a imóveis, inclusive escrituras de enfiteuse, anticrese, hipotecas, arrendamentos ou locação, bem como das averbações, inscrições ou transações realizadas no mês anterior.
Parágrafo único: Os cartórios e tabelionatos serão obrigados a exigir, sob pena de responsabilidade, sem prejuízo das penas previstas no art. 213 deste Código, para efeito de lavratura de transferência ou venda de imóvel, além da comprovação de prévia quitação do ITBI inter vivos, a certidão de aprovação do loteamento, quando couber, e enviar à Fazenda Pública Municipal os dados das operações realizadas com imóveis nos termos deste artigo, conforme dispuser em regulamento.

CAPÍTULO III - DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 54. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:
I. a moratória;
II. o depósito do seu montante integral;
III. as reclamações e os recursos nos termos deste Código;
IV. a concessão de medida liminar em mandado de segurança.
Parágrafo único: O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso ou dela consequentes.

SEÇÃO II - DA MORATÓRIA
Art. 55. Constitui moratória a concessão, mediante lei específica, de novo prazo ao sujeito passivo, após o vencimento do prazo originalmente assinalado para o pagamento do crédito tributário.
§1º. A moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.
§2º. A moratória não aproveita os casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiro em benefício daquele.
Art. 56. A moratória será concedida em caráter geral ou individual, por despacho da autoridade administrativa competente, desde que autorizada por lei municipal.
Parágrafo único: A lei concessiva da moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada área do Município ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.
Art. 57. A lei que conceder a moratória especificará, sem prejuízo de outros requisitos:
I. o prazo de duração do favor;
II. as condições da concessão;
III. os tributos alcançados pela moratória;
IV. o número de prestações e seus vencimentos, dentro do prazo estabelecido, podendo se fixar prazos para cada um dos tributos considerados;
V. garantias.
Art. 58. Salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido efetuado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.
Art. 59. A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apurar que o beneficiado não satisfez ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpriu ou deixou de cumprir os requisitos para concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros e atualização monetária:
I. com imposição de penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiro em benefício daquele;
II. sem imposição de penalidade, nos demais casos.
§1º. No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito.
§2º. No caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.

SEÇÃO III - DO DEPÓSITO
Art. 60. O sujeito passivo poderá efetuar o depósito do montante integral ou parcial da obrigação tributária:
I. quando preferir o depósito à consignação judicial;
II. para atribuir efeito suspensivo:
a) à consulta formulada na forma deste Código;
b) a qualquer outro ato por ele impetrado, administrativa ou judicialmente, visando à modificação, extinção ou exclusão total ou parcial da obrigação tributária.
Art. 61. A lei municipal poderá estabelecer hipóteses de obrigatoriedade de depósito prévio:
I. para garantia de instância, na forma prevista nas normas processuais deste Código;
II. como garantia a ser oferecida pelo sujeito passivo, nos casos de compensação;
III. como concessão por parte do sujeito passivo, nos casos de transação;
IV. em quaisquer outras circunstâncias nas quais se fizer necessário resguardar os interesses do fisco.

Art. 62. A importância a ser depositada corresponderá ao valor integral do crédito tributário apurado:
I. pelo fisco, nos casos de:
a) lançamento direto;
b) lançamento por declaração;
c) alteração ou substituição do lançamento original, qualquer que tenha sido a sua modalidade;
d) aplicação de penalidades pecuniárias;
II. pelo próprio sujeito passivo, nos casos de:
a) lançamento por homologação;
b) retificação da declaração, nos casos de lançamento por declaração, por iniciativa do próprio declarante;
c) confissão espontânea da obrigação, antes do início de qualquer procedimento fiscal;
III. na decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo;
IV. mediante estimativa ou arbitramento procedido pelo fisco, sempre que não puder ser determinado o montante integral do crédito tributário.
Art. 63. Considerar-se-á suspensa a exigibilidade do crédito tributário, a partir da data da efetivação do depósito na Tesouraria da Prefeitura, observado o disposto no artigo seguinte.
Art. 64. O depósito poderá ser efetuado nas seguintes modalidades:
I. em moeda corrente do país;
II. por cheque;
III. em títulos da dívida pública municipal.
Parágrafo único: O depósito efetuado por cheque somente suspende a exigibilidade do crédito tributário com o resgate deste pelo sacado.
Art. 65. Cabe ao sujeito passivo, por ocasião da efetivação do depósito, especificar qual o crédito tributário ou a sua parcela, quando este for exigido em prestações, por ele abrangido.
Parágrafo único: A efetivação do depósito não importa em suspensão de exigibilidade do crédito tributário:
I. quando parcial, das prestações vincendas em que tenha sido decomposto;
II. quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos ou penalidades pecuniárias.

SEÇÃO IV - DA CESSAÇÃO DO EFEITO SUSPENSIVO
Art. 66. Cessam os efeitos suspensivos relacionados com a exigibilidade do crédito tributário:
I. pela extinção do crédito tributário, por qualquer das formas previstas neste Código;
II. pela exclusão do crédito tributário, por qualquer das formas previstas neste Código;
III. pela decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte;
IV. pela cassação da medida liminar concedida em mandado de segurança.

CAPÍTULO IV - DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 67. Extinguem o crédito tributário:
I. o pagamento;
II. a compensação;
III. a transação;
IV. a remissão;
V. a prescrição e a decadência, nos termos do Código Tributário Nacional;
VI. a conversão do depósito em renda;
VII. o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no art. 51 deste Código;
VIII. a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa;
IX. a decisão judicial transitada em julgado;
X. a consignação em pagamento julgada procedente, nos termos da lei.

SEÇÃO II - DO PAGAMENTO E DA RESTITUIÇÃO
Art. 68. O pagamento de tributos e rendas municipais é efetuado em moeda corrente ou cheques, dentro dos prazos estabelecidos em lei ou fixados pela Administração.
§1º. O crédito pago por cheque somente se considera extinto com o resgate deste pelo sacado.
§2º. O pagamento é efetuado no órgão arrecadador, sob pena de nulidade, ressalvada a cobrança em qualquer estabelecimento autorizado por ato executivo.
Art. 69. O Poder Executivo poderá conceder desconto pela antecipação do pagamento, nas condições que estabelecer o regulamento.
Art. 70. Nenhum recolhimento de tributo ou penalidade pecuniária será efetuado sem que se expeça o competente documento de arrecadação municipal, na forma estabelecida em regulamento.
Parágrafo único: No caso de expedição fraudulenta de documento de arrecadação municipal, responderão, civilmente, criminalmente e administrativamente, todos aqueles, servidores ou não, que houverem subscrito, emitido ou fornecido.
Art. 71. É facultada à Administração a cobrança em conjunto de impostos e taxas, observadas as disposições regulamentares.
Parágrafo único: Para os sujeitos passivos enquadrados no regime especial instituído pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, a guia de recolhimento competente é a instituída pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.
Art. 72. O contribuinte ou responsável que deixar de efetuar o pagamento de tributo ou demais créditos fiscais nos prazos regulamentares, ou que for autuado em processo administrativo-fiscal, ou ainda notificado para pagamento em decorrência de lançamento de ofício, ficará sujeito aos seguintes acréscimos legais:
I. atualização monetária;
II. multa de mora;
III. juros de mora;
IV. multa de infração.
§1º. A atualização monetária será calculada mensalmente, em função da variação do poder aquisitivo da moeda, de acordo com os índices oficiais da variação nominal das Unidades Padrão Fiscal (UPF´s), fixadas pelo Poder Executivo.
§2º. O principal será atualizado monetariamente mediante aplicação do coeficiente obtido pela divisão do valor nominal reajustado da UPF do mês em que se efetivar o pagamento, pelo valor da mesma Unidade vigente no mês fixado para pagamento ou segundo coeficientes aplicáveis pelas repartições fiscais da União.

§3º. A multa de mora é calculada sobre o valor do principal atualizado à data do seu pagamento, à razão de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor do débito.
§4º. Os juros de mora serão contados à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, calculados do dia seguinte ao do vencimento sobre o valor do principal atualizado.
§5º. A multa de infração será aplicada quando for apurada ação ou omissão do contribuinte que importe em inobservância de dispositivo da legislação tributária.
§6º. Entende-se como valor do principal o que corresponde ao débito, excluídas as parcelas relativas à atualização monetária, multa de mora, juros de mora e multa de infração.
§7º. No caso de créditos fiscais decorrentes de multas ou de tributos sujeitos à homologação, ou ainda quando tenham sua base de cálculo fixada em Unidade Padrão Fiscal (UPF´s), será feita a atualização destes levando-se em conta, para tanto, a data em que os mesmos deveriam ser pagos.
§8º. No caso de tributos recolhidos por iniciativa do contribuinte sem lançamento prévio pela repartição competente, ou ainda quando estejam sujeitos a recolhimento parcelado, o seu pagamento sem o adimplemento concomitante, no todo ou em parte dos acréscimos legais a que o mesmo esteja sujeito, constituir débito autônomo, sujeito a plena atualização dos valores e demais acréscimos legais, sob a forma de diferença a ser recolhida de ofício, por notificação da autoridade administrativa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
§9º. As disposições deste artigo aplicam-se a quaisquer débitos fiscais anteriores a esta lei, apurados ou não.
Art. 73. Se dentro do prazo fixado para pagamento o contribuinte efetuar depósito, na forma regulamentar, da importância que julgar devida, o crédito fiscal ficará sujeito aos acréscimos legais, até o limite da respectiva importância depositada.
Parágrafo único: Caso o depósito de que trata este artigo for efetuado fora do prazo, deverá o contribuinte recolher, juntamente com o principal, os acréscimos legais já devidos nessa oportunidade.
Art. 74. O ajuizamento de crédito fiscal sujeita o devedor ao pagamento do débito, seus acréscimos legais e das demais cominações legais.
Art. 75. O recolhimento de tributos em atraso, motivado por culpa ou dolo de servidor, sujeitará este à norma contida no parágrafo único do art. 70 deste Código.
Resguardado o direito a ampla defesa e ao contraditório ao servidor, de acordo com o previsto no estatuto dos servidores públicos.
Art. 76. O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento:
I. quando parcial, das prestações em que se decomponha;
II. quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.
Art. 77. Nenhum pagamento intempestivo de tributo poderá ser efetuado sem que o infrator pague, no ato, o que for calculado sob a rubrica de penalidade.
Art. 78. A imposição de penalidades não elide o pagamento integral do crédito tributário.
Art. 79. O contribuinte terá direito à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade de pagamento, nos seguintes casos:
I. cobrança ou pagamento espontâneo de tributos indevidos ou maior que o devido, em face da legislação tributária municipal ou de natureza e circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;
II. erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;
III. reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.
§1º. O pedido de restituição será instruído com os documentos originais que comprovem a ilegalidade ou irregularidade do pagamento.
§2º. Os valores da restituição a que alude o caput deste artigo serão atualizados monetariamente a partir da data do efetivo recolhimento.
Art. 80. A restituição de tributos que comportem, por natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.
Art. 81. A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à devolução, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.
Art. 82. O direito de pleitear a restituição total ou parcial do tributo extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:
I. nas hipóteses dos incisos I e II do art. 79 deste Código, da data da extinção do crédito tributário;
II. na hipótese do inciso III do art. 79 deste Código, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou transitar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.
Art. 83. Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória de decisão administrativa que denegar a restituição.
Parágrafo único: O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante da Fazenda Municipal.
Art. 84. O pedido de restituição será feito à autoridade administrativa através de requerimento da parte interessada que apresentará prova do pagamento e as razões da ilegalidade ou irregularidade do crédito.
Art. 85. A importância será restituída dentro de um prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da decisão final que defira o pedido.
Parágrafo único: A não restituição no prazo definido neste artigo implicará, a partir de então, em atualização monetária da quantia em questão e na incidência de juros não capitalizáveis de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor atualizado.
Art. 86. Somente após decisão irrecorrível, favorável ao contribuinte, no todo ou em parte, serão restituídas, de ofício, ao impugnante as importâncias relativas ao montante do crédito tributário depositadas na repartição fiscal para efeito de discussão.

SEÇÃO III - DA COMPENSAÇÃO E DA TRANSAÇÃO
Art. 87. A compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos do sujeito passivo, poderá ser efetivada pela autoridade competente, mediante a demonstração, em processo, da satisfação total dos créditos da Fazenda Municipal, sem antecipação de suas obrigações e nas condições fixadas em regulamento.
§1º. É competente para autorizar a transação o Secretário Municipal de Fazenda, mediante fundamentado despacho em processo regular.
§2º. Sendo o valor do crédito do contribuinte inferior ao seu débito, o saldo apurado poderá ser objeto de parcelamento, obedecidas as normas vigentes.
§3º. Sendo o crédito do contribuinte superior ao débito, a diferença em seu favor será paga de acordo com as normas de administração financeira vigente.
§4º. Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, seu montante será reduzido de 1% (um por cento) por mês que decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.
§5º. O Poder Executivo poderá estabelecer sistemas especiais de compensação, com condições e garantias estipuladas em convênio e em regulamento, quando o sujeito passivo da obrigação for:
I. empresa pública ou sociedade de economia mista federal, estadual ou municipal;
II. estabelecimento de ensino;
III. empresa de rádio, jornal e televisão;
IV. estabelecimento de saúde.

§6º. As compensações de crédito a que se referem os incisos II e IV do parágrafo anterior somente efetuar-se-ão para benefício dos servidores municipais, ativos e inativos e seus filhos menores ou inválidos, cônjuge e ascendentes sem renda própria para seu sustento.
Art. 88. Mediante lei especifica fica o Executivo Municipal autorizado, sob condições e garantias especiais, a efetuar transação, judicial e extrajudicial, com o sujeito passivo de obrigação tributária para, mediante concessões mútuas, resguardados os interesses municipais, terminar litígio e extinguir o crédito tributário.
§1º. A transação a que se refere este artigo será autorizada pelo Secretário Municipal de Fazenda, ou pelo Procurador Geral do Município quando se tratar de transação judicial, em parecer fundamentado e limitar-se-á à dispensa, parcial ou total, dos acréscimos legais referentes à multa de infração, multa de mora, juros e encargos da dívida ativa, quando:
I. o montante do tributo tenha sido fixado por estimativa ou arbitramento;
II. a incidência ou o critério de cálculo do tributo for matéria controvertida;
III. ocorrer erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo quanto à matéria de fato;
IV. ocorrer conflito de competência com outras pessoas de direito público interno;
V. a demora na solução normal do litígio seja onerosa ou temerária ao Município.
§2º. Fica permitida a apresentação pelo contribuinte, em qualquer fase do processo fiscal instaurado para constituição de crédito tributário, da declaração ou confissão da dívida, objetivando terminar com o litígio e extinguir o crédito tributário.
Art. 89. Para que a transação seja autorizada é necessária a justificação, em processo regular, caso a caso, do interesse da Administração no fim da lide, não podendo a liberdade atingir o principal do crédito tributário atualizado, nem o valor da multa fiscal por infração dolosa ou reincidência.

SEÇÃO IV - DA REMISSÃO
Art. 90. Lei específica poderá autorizar remissão total ou parcial com base em despacho fundamentado em processo regular, atendendo:
I. à situação econômica do sujeito passivo;
II. ao erro ou à ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;
III. à diminuta importância do crédito tributário;
IV. a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do fato;
V. a condições peculiares a determinada região do território do Município.

Parágrafo único: A concessão referida neste artigo não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos necessários à sua obtenção, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis nos casos de dolo ou simulação do beneficiário.

SEÇÃO V - DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA
Art. 91. A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva.
Art. 92. A prescrição se interrompe:
I. pela citação pessoal feita ao devedor;
II. pelo protesto feito ao devedor;
III. por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
IV. por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor;
V. durante o prazo da moratória concedida até a sua revogação em caso de dolo ou simulação do beneficiário ou de terceiro por aquele.
Art. 93. O direito de a Fazenda Municipal constituir o crédito tributário decai após 5 (cinco) anos, contados:
I. do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
II. da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.
Parágrafo único: O direito a que se refere este artigo se extingue definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário, pela notificação ao sujeito passivo de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.
Art. 94. Ocorrendo a prescrição abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades na forma da lei.
Parágrafo único: A autoridade municipal, qualquer que seja seu cargo ou função e independentemente do vínculo empregatício ou funcional, responderá civil, criminal e administrativamente pela prescrição de débitos tributáveis sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município do valor dos débitos prescritos.

SEÇÃO VI - DAS DEMAIS FORMAS DE EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
Art. 95. Extingue o crédito tributário a decisão administrativa ou judicial que expressamente, em conjunto ou isoladamente:
I. declare a irregularidade de sua constituição;
II. reconheça a inexistência da obrigação que lhe deu origem;
III. exonere o sujeito passivo do cumprimento da obrigação;
IV. declare a incompetência do sujeito ativo para exigir o cumprimento da obrigação.
§1º. Extinguem crédito tributário:
a) a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa que não mais possa ser objeto de ação anulatória;
b) a decisão judicial passada em julgado.
§2º. Enquanto não tornada definitiva a decisão administrativa ou passada em julgado a decisão judicial, continuará o sujeito passivo obrigado nos termos da legislação tributária, ressalvado as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito, previstas no art. 54 deste Código Tributário.
Art. 96. Extingue ainda o crédito tributário a conversão em renda de depósito em dinheiro previamente efetuado pelo sujeito passivo:
I. para garantia de instância;
II. em decorrência de qualquer outra exigência da legislação tributária.
Parágrafo único: Convertido o depósito em renda, o saldo porventura apurado contra ou a favor do fisco será exigido ou restituído da seguinte forma:
I. a diferença a favor da Fazenda Municipal será exigida através de notificação direta publicada ou entregue pessoalmente ao sujeito passivo, na forma e nos prazos previstos em regulamento;
II. o saldo a favor do contribuinte será restituído de ofício, independente de prévio protesto, na forma estabelecida para as restituições totais ou parciais do crédito tributário.

CAPÍTULO V - DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 97. Excluem o crédito tributário:
I. a isenção;
II. a anistia.
Parágrafo único: A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequentes.

SEÇÃO II- DA ISENÇÃO
Art. 98. A isenção é sempre decorrente de lei que especifique as condições e os requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.
Art. 99. Salvo disposição em contrário, a isenção só atingirá os impostos.
Art. 100. A isenção, exceto se concedida por prazo certo ou em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei a qualquer tempo, porém, só terá eficácia a partir do exercício seguinte àquele em que tenha sido modificada ou revogada a isenção.
Art. 101. A isenção pode ser concedida:
I. em caráter geral, embora a sua aplicabilidade possa ser restrita a determinada área ou zona do Município, em função de condições peculiares;
II. em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos na lei para sua concessão.
§1º. Os prazos e os procedimentos relativos à renovação das isenções serão definidos em ato do Poder Executivo, cessando automaticamente os efeitos do benefício a partir do primeiro dia do período para o qual o interessado deixar de promover a continuidade do reconhecimento da isenção.
§2º. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do benefício.

SEÇÃO III - DA ANISTIA
Art. 102. A anistia, assim entendidos o perdão das infrações cometidas e a conseqüente dispensa dos pagamentos das penalidades pecuniárias a elas relativas, abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a conceder, não se aplicando:
I. aos atos praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiros em benefício daquele;
II. aos atos qualificados como crime de sonegação fiscal, nos termos da Lei Federal no 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e alterações posteriores;
III. às infrações resultantes do conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.
Art. 103. A lei que conceder anistia poderá fazê-lo:
I. em caráter geral;
II. limitadamente:
a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;
b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;
c) à determinada região do território do Município, em função das condições a ela peculiares;
d) sob condição do pagamento do tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela lei à autoridade administrativa.
§1º. Quando não concedida em caráter geral, a anistia é efetivada, em cada ano, por despacho do Prefeito, ou autoridade delegada, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos na lei para a sua concessão.
§2º. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora, com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiro em benefício daquele.

TÍTULO IV - DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES
CAPÍTULO I - DAS INFRAÇÕES
Art. 104. Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições das leis tributárias e, em especial, deste Código.
Parágrafo único: Não será passível de penalidade a ação ou omissão que proceder em conformidade com decisão de autoridade competente, nem que se encontrar na pendência de consulta regularmente apresentada ou enquanto perdurar o prazo nela fixado.
Art. 105. Constituem agravantes de infração:
I. a circunstância da infração depender ou resultar de outra prevista em lei, tributária ou não;
II. a reincidência;
III. a sonegação.
Art. 106. Constituem circunstâncias atenuantes da infração fiscal, com a respectiva redução de culpa, aquelas previstas na lei civil, a critério da Fazenda Pública.
Art. 107. Considera-se reincidência a repetição de falta idêntica cometida pela mesma pessoa natural ou jurídica dentro de 5 (cinco) anos da data em que passar em julgado, administrativamente, a decisão condenatória referente à infração anterior.
Art. 108. A sonegação se configura procedimento do contribuinte em:
I. prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com a intenção de se eximir, total ou parcialmente, do pagamento de tributos e quaisquer adicionais devidos por lei;
II. inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza de documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de se exonerar do pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública Municipal;
III. alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações mercantis com o propósito de fraudar a Fazenda Pública Municipal;
IV. fornecer ou emitir documentos graciosos ou alterar despesas, com o objetivo de obter dedução de tributos à Fazenda Pública Municipal, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.
V. para os sujeitos passivos enquadrados no regime especial instituído pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, constatada qualquer das infrações descritas neste capitulo, será expedido pela autoridade competente, depois de garantida a ampla defesa, o Termo Circunstanciado de Exclusão do Simples Nacional.

Art. 109. O contribuinte ou responsável poderá apresentar denúncia espontânea de infração, ficando excluída a respectiva penalidade, desde que a falta seja corrigida imediatamente ou, se for o caso, efetuado o pagamento do tributo devido, atualizado e com os acréscimos legais cabíveis, ou depositada a importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.
§1º. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração.
§2º. A apresentação de documentos obrigatórios à Administração não importa em denúncia espontânea, para os fins do disposto neste artigo.
Art. 110. Salvo quando expressamente autorizado por lei, nenhum departamento da Administração Pública Municipal, ou de suas autarquias, celebrará contrato ou aceitará proposta em licitação sem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

CAPÍTULO II - DAS PENALIDADES
Art. 111. São penalidades tributárias previstas nesta lei, aplicáveis separada ou cumulativamente, sem prejuízo das cominadas pelo mesmo fato por lei criminal:
I. a multa;
II. a perda de desconto, abatimento ou deduções;
III. a cassação do benefício da isenção;
IV. a revogação dos benefícios de anistia ou moratória;
V. a proibição de transacionar com qualquer órgão da Administração Municipal;
VI. a sujeição a regime especial de fiscalização.
Parágrafo único: A aplicação de penalidades, de qualquer natureza, não dispensa o pagamento do tributo, dos juros de mora e atualização monetária, nem isenta o infrator do dano resultante da infração, na forma da lei civil.
Art. 112. A penalidade, além de impor a obrigação de fazer ou deixar de fazer, será pecuniária, quando consista em multa, e deverá ter em vista:
I. as circunstâncias atenuantes;
II. as circunstâncias agravantes.
§1º. Nos casos do inciso I deste artigo, reduzir-se-á a multa prevista em 50% (cinquenta por cento).
§2º. Nos casos do inciso II deste artigo, aplicar-se-á, na reincidência, o dobro da penalidade prevista.
Art. 113. Independente das penalidades previstas para cada tributo nos capítulos próprios será punidas:
I. com multa de 10 (dez) UPF´s ou valor equivalente, quaisquer pessoas, independentemente de cargo, ofício ou função, ministério, atividade ou profissão, que embaraçarem, elidirem ou dificultarem a ação da Fazenda Municipal;
II. com multa de 10 (dez) UPF´s ou valor equivalente, quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, que infringirem dispositivos da legislação tributária do Município para as quais não tenham sido especificadas penalidades próprias nesta lei.
Art. 114. Apurada a prática de crime de sonegação fiscal, a Fazenda Municipal solicitará ao órgão de Segurança Pública as providências de caráter policial necessárias à apuração do ilícito penal, dando conhecimento dessa solicitação ao órgão do Ministério Público local, por meio de encaminhamento dos elementos comprobatórios da infração penal.

TÍTULO V - DA INSCRIÇÃO E DO CADASTRO FISCAL
CAPÍTULO ÚNICO - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 115. Toda pessoa física ou jurídica, sujeita à obrigação tributária, deverá promover a inscrição no Cadastro Fiscal da Prefeitura, mesmo que isenta de tributos, de acordo com as formalidades exigidas nesta lei ou em regulamento, ou ainda pelos atos administrativos de caráter normativo destinados a complementá-los.
Art. 116. O Cadastro Fiscal da Prefeitura é composto:
I. do Cadastro Imobiliário Fiscal;
II. do Cadastro de Atividades Econômico-sociais, abrangendo:
a) atividades de produção;
b) atividades de indústria;
c) atividades de comércio;
d) atividades de prestação de serviços;
III. de outros cadastros não compreendidos nos itens anteriores, necessários a atender às exigências da Prefeitura, com relação ao poder de polícia administrativa ou à organização dos seus serviços.
§1º. O Poder Executivo definirá, em regulamento, as normas relativas a inscrição, averbação e atualização cadastrais, assim como os respectivos procedimentos administrativos e fiscais, fixando as penalidades aplicáveis a cada caso, limitadas estas, quando de cunho pecuniário, a 25 (vinte e cinco) UPF´s ou valor equivalente, observadas as demais disposições deste Código.
§2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a União, Estados e Municípios, bem como com entidades de classe, com vistas à ampliação e à operação de informações cadastrais.

LIVRO II
DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS E OUTRAS RECEITAS

TÍTULO I - DOS TRIBUTOS
CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 117. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela possa exprimir que não constitua sanção de ato ilícito, instituído por lei, nos limites da competência constitucional e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
Art. 118. A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevante para qualificá-la:
I. a denominação e demais características formais adotadas pela lei;
II. a destinação legal do produto da sua arrecadação.
Art. 119. Os tributos são: impostos, taxas e contribuição de melhoria.
§1º. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
§2º. Taxa é o tributo que tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
§3º. Contribuição de melhoria é o tributo instituído para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.

CAPÍTULO II - DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Art. 120. O Município de Colniza - MT, ressalvadas as limitações de competência tributária de ordem constitucional, da lei complementar e neste Código, tem competência legislativa plena, quanto a incidência, arrecadação e fiscalização dos tributos municipais.

Art. 121. A competência tributária é indelegável.

§1º. Poderá ser delegada, através desta ou de lei específica, a capacidade tributária ativa, compreendendo esta as atribuições de cobrar e arrecadar, ou executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária.

§2º. Podem ser revogadas a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa de direito público que as conferir, as atribuições delegadas nos termos do parágrafo anterior.

§3º. Compreendem as atribuições referidas nos §§1º e 2º as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que as conferir.

§4º. Não constitui delegação de competência o cometimento à pessoa jurídica de direito privado do encargo ou função de cobrar ou arrecadar tributos.

CAPÍTULO III - DAS LIMITAÇÕES DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Art. 122. É vedado ao Município:

I. exigir ou majorar tributos sem que a lei o estabeleça;

II. instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

III. cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

IV. utilizar tributo com efeito de confisco;

V. estabelecer limitações ao tráfego em seu território, de pessoas ou de mercadorias, por meio de tributos;

VI. cobrar imposto sobre:

a) o patrimônio ou serviços da União, dos Estados e outros Municípios;

b) o patrimônio, a renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

c) templos de qualquer culto;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão;

VII. estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza em razão de sua competência ou destino.

§1º. A vedação do inciso VI, alínea "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§2º. As vedações do inciso VI, "a", e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preço ou tarifa pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§3º. As vedações expressas no inciso VI, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§4º. O disposto no inciso VI não exclui a atribuição por lei, às entidades nele referidas, da condição de responsável pelos tributos que lhes caiba reter na fonte e não as dispensa da prática de atos previstos em lei, assecuratórias do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

§5º. O disposto na alínea "b" do inciso VI é subordinado à observância, pelas entidades nele referidas, dos requisitos seguintes:

a) não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título que possa representar rendimento, ganho ou lucro para os respectivos beneficiários;

b) aplicarem integralmente no país os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

c) manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§6º. Considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

§7º. No reconhecimento da imunidade poderá o Município verificar os sinais exteriores de riqueza dos sócios e dos dirigentes das entidades, assim como as relações comerciais, se houverem, mantidas com empresas comerciais pertencentes aos mesmos sócios.

§8º. No caso do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, quando reconhecida a imunidade do contribuinte, o tributo ficará suspenso até 12 (doze) meses, findos os quais, se não houver aproveitamento do imóvel nas finalidades estritas da instituição, caberá o pagamento total do tributo, acrescido das cominações legais previstas em lei.

§9º. Na falta do cumprimento do disposto nos §§1º, 3º, 4º e 5º deste artigo, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício.

Art. 123. Cessa o privilégio da imunidade para as pessoas de direito privado ou público, quanto aos imóveis prometidos à venda, desde o momento em que se constituir o ato.

Parágrafo único: Nos casos de transferência de domínio ou de posse de imóvel, pertencentes à entidades referidas neste artigo, a imposição fiscal recairá sobre o promitente comprador, enfiteuta, fiduciário, usufrutuário, concessionário, comodatário, permissionário ou possuidor a qualquer título.

Art. 124. A imunidade não abrangerá em caso algum as taxas devidas a qualquer título.

Art. 125. A concessão de título de utilidade pública não importa em reconhecimento de imunidade.

CAPÍTULO IV - DOS IMPOSTOS

Art. 126. Os impostos de competência privativa do Município são os seguintes:

I. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

II. Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;

III. Imposto Sobre Transmissão inter vivos de Bens Imóveis.

TÍTULO II - DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

CAPÍTULO I - DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 127. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador à prestação de serviços constantes da lista referida neste artigo, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador:

1. Serviços de informática e congêneres.
1.01. Análise e desenvolvimento de sistemas.
1.02. Programação.
1.03. Processamento de dados e congêneres.
1.04. Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.
1.05. Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.
1.06. Assessoria e consultoria em informática.
1.07. Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.
1.08. Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.
2. Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
2.01. Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
3. Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.
3.01. Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.
3.02. Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.
3.03. Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.
3.04. Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.
4. Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.
4.01. Medicina e biomedicina.
4.02. Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.
4.03. Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.
4.04. Instrumentação cirúrgica.
4.05. Acupuntura.
4.06. Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.
4.07. Serviços farmacêuticos.
4.08. Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.
4.09. Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.
4.10. Nutrição.
4.11. Obstetrícia.
4.12. Odontologia.
4.13. Ortóptica.
4.14. Próteses sob encomenda.
4.15. Psicanálise.
4.16. Psicologia.
4.17. Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.
4.18. Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
4.19. Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.
4.20. Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
4.21. Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
4.22. Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.
4.23. Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.
5. Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.
5.01. Medicina veterinária e zootecnia.
5.02. Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.
5.03. Laboratório de análise na área veterinária.
5.04. Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
5.05. Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.
5.06. Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
5.07. Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
5.08. Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.
5.09. Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.
6. Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.
6.01. Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.
6.02. Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.
6.03. Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.
6.04. Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.
6.05. Centros de emagrecimento, spa e congêneres.
7. Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.
7.01. Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.
7.02. Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS.
7.03. Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.
7.04. Demolição.
7.05. Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
7.06. Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.

7.07. Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.
7.08. Calafetação.
7.09. Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.
7.10. Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.
7.11. Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.
7.12. Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.
7.13. Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.
7.14. Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.
7.15. Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.
7.16. Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.
7.17. Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.
7.18. Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.
7.19. Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.
7.20. Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.
8. Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.
8.01. Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.
8.02. Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.
9. Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres.
9.01. Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominial, flat, apart-hotéis, hotéis-residência, residence-service, suíte service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).
9.02. Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.
9.03. Guias de turismo.
10. Serviços de intermediação e congêneres.
10.01. Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.
10.02. Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.
10.03. Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.
10.04. Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).
10.05. Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.
10.06. Agenciamento marítimo.
10.07. Agenciamento de notícias.
10.08. Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.
10.09. Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.
10.10. Distribuição de bens de terceiros.
11. Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.
11.01. Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.
11.02. Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.
11.03. Escolta, inclusive de veículos e cargas.
11.04. Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.
12. Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.
12.01. Espetáculos teatrais.
12.02. Exibições cinematográficas.
12.03. Espetáculos circenses.
12.04. Programas de auditório.
12.05. Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.
12.06. Boates, taxi-dancing e congêneres.
12.07. Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
12.08. Feiras, exposições, congressos e congêneres.
12.09. Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.
12.10. Corridas e competições de animais.
12.11. Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.
12.12. Execução de música.
12.13. Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
12.14. Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.
12.15. Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.
12.16. Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.
12.17. Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.
13. Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.
13.01. Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.
13.02. Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.
13.03. Reprografia, microfilmagem e digitalização.
13.04. Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.
14. Serviços relativos a bens de terceiros.

14.01. Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
14.02. Assistência técnica.
14.03. Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
14.04. Recauchutagem ou regeneração de pneus.
14.05. Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.
14.06. Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.
14.07. Colocação de molduras e congêneres.
14.08. Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.
14.09. Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.
14.10. Tinturaria e lavanderia.
14.11. Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.
14.12. Funilaria e lanternagem.
14.13. Carpintaria e serralheria.
15. Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.
15.01. Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.
15.02. Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.
15.03. Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.
15.04. Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.
15.05. Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.
15.06. Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.
15.07. Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.
15.08. Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.
15.09. Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).
15.10. Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.
15.11. Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.
15.12. Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.
15.13. Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos à carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.
15.14. Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.
15.15. Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.
15.16. Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.
15.17. Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.
15.18. Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.
16. Serviços de transporte de natureza municipal.
16.01. Serviços de transporte de natureza municipal.
17. Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.
17.01. Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.
17.02. Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.
17.03. Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.
17.04. Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.
17.05. Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.
17.06. Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.
17.07. Franquia (franchising).
17.08. Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.09. Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.
17.10. Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).
17.11. Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.
17.12. Leilão e congêneres.
17.13. Advocacia.
17.14. Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.
17.15. Auditoria.
17.16. Análise de Organização e Métodos.
17.17. Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.
17.18. Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.
17.19. Consultoria e assessoria econômica ou financeira.
17.20. Estatística.
17.21. Cobrança em geral.
17.22. Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).
17.23. Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.
18. Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.
18.01. Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.
19. Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.
19.01. Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.
20. Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.
20.01. Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.
20.02. Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.
20.03. Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.
21. Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.
21.01. Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.
22. Serviços de exploração de rodovia.
22.01. Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.
23. Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.
23.01. Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.
24. Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.
24.01. Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.
25. Serviços funerários.
25.01. Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.
25.02. Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.
25.03. Planos ou convênio funerários.
25.04. Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.
26. Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.
26.01. Serviços de coleta remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.
27. Serviços de assistência social.
27.01. Serviços de assistência social.
28. Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.
28.01. Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.
29. Serviços de biblioteconomia.
29.01. Serviços de biblioteconomia.
30. Serviços de biologia, biotecnologia e química.
30.01. Serviços de biologia, biotecnologia e química.
31. Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.
31.01. Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.
32. Serviços de desenhos técnicos.
32.01. Serviços de desenhos técnicos.
33. Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.
33.01. Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.
34. Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.
34.01. Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.
35. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
35.01. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
36. Serviços de meteorologia.
36.01. Serviços de meteorologia.

37. Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
37.01. Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
38. Serviços de museologia.
38.01. Serviços de museologia.
39. Serviços de ourivesaria e lapidação.
39.01. Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).
40. Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.
40.01. Obras de arte sob encomenda.
§1º. O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.
§2º. Ressalvadas as exceções expressas neste Código Tributário, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.
§3º. O imposto de que trata este Código Tributário incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.
Art. 128. A incidência do imposto independe:
I. da existência de estabelecimento fixo;
II. do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas relativas a atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;
III. do resultado financeiro ou do pagamento do serviço prestado;
IV. da destinação dos serviços.
V. da denominação dada ao serviço prestado.
Art. 129. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XX, quando o imposto será devido no local:
I. do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do §1º do art. 127, neste Código;
II. da instalação de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.04 da lista de serviços;
III. da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.17 da lista de serviços;
IV. da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista de serviços;
V. das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista de serviços;
VI. da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final do lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista de serviços;
VII. da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista de serviços;
VIII. da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista de serviços;
IX. do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista de serviços;
X. do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.14 da lista de serviços;
XI. da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 da lista de serviços;
XII. da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista de serviços;
XIII. onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista de serviços;
XIV. dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista de serviços;
XV. do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista de serviços;
XVI. da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13 da lista de serviços;
XVII. do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista de serviços;
XVIII. do estabelecimento tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista de serviços;
XIX. da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.09 da lista de serviços;
XX. do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista de serviços;
§1º. No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.03 da lista de serviços, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.
§2º. No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista de serviços, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.
§3º. Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01 da lista de serviços.
§4º. Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.
§5º. Cada estabelecimento do mesmo contribuinte é considerado autônomo para efeito exclusivo de escrituração fiscal e pagamento do imposto relativo aos serviços prestados, respondendo a empresa pelo imposto, bem como por acréscimos e multas referentes a qualquer um deles.
Art. 130. Indica a existência de estabelecimento prestador a conjugação parcial ou total dos seguintes elementos:
I. manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à manutenção dos serviços;
II. estrutura organizacional ou administrativa;
III. inscrição nos órgãos previdenciários;
IV. indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;

V. permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de atividades de prestação de serviços, exteriorizada por elementos tais como:
a) indicação do endereço em imprensa, formulários ou correspondência;
b) locação de imóvel;
c) realização de propaganda ou publicidade no Município ou com referência a ele;
d) fornecimento de energia elétrica em nome do prestador ou seu representante.
Art. 131. Será ainda devido o imposto neste Município, nos seguintes casos:
I. quando o prestador do serviço utilizar-se de estabelecimento situado no seu território, seja sede, filial, agência, sucursal, escritório de representação ou contato, ou quaisquer outras denominações que venham a ser utilizadas;
II. quando a execução de obras de construção civil se localizar no seu território;
III. quando o prestador do serviço, ainda que nele não domiciliado, venha exercer atividades no seu território, em caráter habitual, permanente ou temporário;
IV. quando os serviços forem prestados por empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações, sempre que houver contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário do serviço.
V. em relação aos estabelecimentos bancários e assemelhados:
1. cobrança e recebimento por conta de terceiros, inclusive de direitos autorais;
2. protesto de título;
3. sustação de protesto;
4. devolução de títulos não pagos;
5. manutenção de títulos vencidos;
6. fornecimento de posição de cobrança ou recebimento;
7. quaisquer outros serviços correlatos de cobrança ou recebimento, tais como cancelamento de títulos de seguros;
8. fornecimento de talões de cheques e cheques avulsos;
9. emissão de cheques administrativos, visamento de cheques de viagem e fornecimento desses cheques;
10. transferência de fundos;
11. devolução de cheques;
12. sustação de pagamentos de cheques;
13. ordem de pagamento e de créditos, por qualquer meio;
14. emissão e de cartões magnéticos;
15. consultas em terminais eletrônicos;
16. pagamento por conta de terceiros, inclusive feito fora do estabelecimento;
17. elaboração de ficha cadastral;
18. guarda de bens em cofres ou caixas-fortes;
19. fornecimento de segundas vias de aviso de lançamento e de extratos de conta;
20. emissão de carnês;
21. manutenção de contas inativas;
22. abono de firmas, SPC, recolhimento e remessa de numerário;
23. serviço de compensação;
24. licenciamento, expediente, informações estatísticas e contratação de operações ativas (emissão de guias de importação e exportação, cheque especial, crédito em geral de outros);
25. outros serviços de expediente, secretaria e congêneres, não abrangidos nos incisos anteriores;
26. custódia de bens e valores;
27. agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros e de planos de previdência privada;
28. agenciamento de créditos ou de financiamento;
29. recebimento de carnês, aluguéis, dividendos, títulos e contas em geral;
30. administração e distribuição de co-seguros;
31. intermediação na liquidação de operações garantidas por direitos creditórios;
32. serviço de agenciamento e intermediação em geral;
33. auditoria e análise financeira;
34. fiscalização de projetos econômico-financeiros;
35. consultoria e assessoramento administrativo;
36. processamento de dados e atividades auxiliares;
37. locação de bens móveis;
38. arrendamento mercantil (leasing);
39. resgate de letras com aceite de outras empresas;
40. recebimento de tributos, contribuições, como PASEP/PIS, Previdências Social, FGTS e outras tarifas;
41. pagamento de vencimento, salários, pensões e benefícios;
42. administração de crédito educativo e seguro-desemprego;
43. pagamento de contas em geral;
44. outros serviços não especificados nos incisos anteriores, desde que não constituam fato gerador de imposto de competência da União ou do Estado.
§1º. Não serão incluídos na base de cálculo dos serviços de que trata este inciso, os valores cobrados a título de despesas com portes do correio, telex e tele
processamentos necessários à prestação dos serviços.
§2º. As sociedades de créditos, investimento e financiamento terão o imposto calculado sobre os seguintes serviços:
a) cobrança de créditos ou de obrigações de qualquer natureza;
b) custódia de valores;
c) comissão sobre o agenciamento e intermediação da captação direta e indireta de recursos oriundos de incentivos fiscais;
d) serviços de planejamento ou assessoramento financeiro;
e) taxa de distribuição sobre a administração de fundos;
f) taxa de cadastro;
g) administração de clube de investimento;
h) outros serviços não especificados.

§3º. As entidades a que se refere o parágrafo precedente devem exigir de seus agentes autônomos, para o exercício de suas atividades, a inscrição no Cadastro de Atividades Econômicos do Município, sob pena de serem consideradas responsáveis pelo pagamento do imposto por eles devido.
§4º. A captação direta de recursos oriundos de incentivos fiscais, entendida como a desenvolvida pela própria entidade administradora (bancos de investimentos, sociedades de créditos e financiamento e sociedade corretoras), fica excluída da base de cálculo dos serviços prestados pelas entidades referidas no parágrafo terceiro.
§5º. As sociedades de crédito, investimento e financiamento ficam liberadas da emissão de notas fiscais de serviços e da escrituração do livro de Registro de Serviços Prestados.
§6º. O imposto incidente sobre a prestação de serviços, através de Cartão de Crédito, será calculado sobre o preço total dos serviços decorrentes de:
I. taxa de inscrição do usuário no Cartão de Crédito;
II. taxa de alteração contratual e outras congêneres;
III. taxa de renovação anual do Cartão de Crédito;
IV. taxa de filiação do estabelecimento;
V. comissão recebida dos estabelecimentos filiados (lojistas, associados), a título de intermediação;
VI. todas as demais taxas a títulos de administração.
§8º. Aqueles que se dedicam ao agenciamento de transporte intermunicipal, sem frota própria, terão como receita tributável, a diferença entre o preço recebido e o preço efetivamente pago à transportadora.
§9º. O imposto apurado pelos Titulares dos Serviços Notariais e de Registros Públicos será acrescido ao valor pago a título de emolumentos pelo Usuário do Serviço, e terá como base de cálculo o valor previsto na Tabela Estadual vigente à época da prestação do serviço.
Art. 132. Considera-se ocorrido o fato gerador do Imposto Sobre Serviços:
I. quando a base de cálculo for o preço do serviço, no momento da prestação;
II. quando o serviço for prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, no primeiro dia seguinte ao de início da atividade, e nos exercícios subsequentes, no primeiro dia de cada ano.

CAPÍTULO II - DA NÃO INCIDÊNCIA
Art. 133. O imposto não incide sobre:
I. as exportações de serviços para o exterior do País;
II. a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;
III. o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.
Parágrafo único: Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

CAPÍTULO III - DA BASE DE CÁLCULO
SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 134. A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços é o preço do serviço.
§1º. Quando os serviços descritos pelo subitem 3.03 da lista de serviços forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existente em cada Município.
§2º. Não se incluem na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços.
Art. 135. Preço do serviço é a receita bruta a ele correspondente sem quaisquer deduções, ainda que a título de subempreitada, frete, despesa ou imposto.
§1º. Incluem-se na base de cálculo de quaisquer valores percebidos pela prestação do serviço, inclusive os decorrentes de acréscimos contratuais, multas ou outros que onerem o preço do serviço, bem assim o valor do imposto incidente.
§2º. Para os efeitos deste artigo, considera-se preço tudo o que for cobrado em virtude da prestação do serviço, em dinheiro, bens, serviços ou direitos, seja na conta ou não, inclusive a título de reembolso, reajustamento ou dispêndio de qualquer natureza.
§3º. Os descontos ou abatimentos concedidos sob condição integram o preço do serviço, quando previamente contratados.
§4º. Os valores despendidos direta ou indiretamente, em favor de outros prestadores de serviços, a título de participação, co-participação ou demais formas da espécie, constituem parte integrante do preço.
§5º. Incluem-se também na base de cálculo as vantagens financeiras decorrentes da prestação de serviço, inclusive as relacionadas com a retenção periódica de valores recebidos.
§6º. A prestação de serviço a crédito, sob qualquer modalidade, implica inclusão, na base de cálculo, dos ônus relativos à obtenção de financiamento, ainda que cobrados em separado.
§7º. Nos serviços contratados em moeda estrangeira, o preço será o valor resultante de sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador.
§8º. Na falta de preços, será tomado como base de cálculo o valor cobrado dos usuários ou contratantes de serviços similares.
Art. 136. No caso de estabelecimento que represente, sem faturamento, empresa do mesmo titular sediado fora do Município, a base de cálculo compreenderá, no mínimo, todas as despesas necessárias à manutenção desse estabelecimento.
Parágrafo único: O disposto neste artigo não ilide a tributação pelo exercício de atividade de prestação de serviços no território do Município, segundo as regras gerais.
Art. 137. O imposto é parte integrante e indissociável do preço do serviço, constituindo o seu destaque nos documentos fiscais mera indicação para fins de controle e esclarecimento do usuário do serviço.
Parágrafo único: O valor do imposto, quando cobrado em separado, integrará a base de cálculo.
Art. 138. Está sujeito ainda ao ISS, o fornecimento de mercadorias na prestação de serviços constantes da lista de serviços, salvo as exceções previstas nela própria.
Art. 139. Quando a contraprestação se verificar através da troca de serviços ou o seu pagamento for realizado mediante o fornecimento de mercadorias, o preço do serviço para cálculo do imposto será o preço corrente, na praça, desses serviços ou mercadorias.
Art. 140. Nas demolições, inclui-se nos preços dos serviços o montante dos recebimentos em dinheiro ou em materiais provenientes do desmonte.

SEÇÃO II - DAS DEDUÇÕES DA BASE DE CÁLCULO

Art. 141. Na prestação dos serviços referentes aos subitens 7.02 e 7.05 da lista constante neste Código, o imposto será calculado sobre o preço do serviço, sem necessidade de comprovação dos materiais empregados, sendo considerado o valor correspondente dos serviços, os seguintes percentuais:
a) 15% (quinze por cento) para pavimentação asfáltica;
b) 15% (quinze por cento) para terraplenagem, aterro sanitário e dragagem;
c) 45% (quarenta e cinco por cento) para obras de arte (pontes ou viadutos);
d) 50% (cinquenta por cento) para drenagem; e
e) 35% (trinta e cinco por cento) para os demais serviços realizados com a utilização de equipamentos, exceto os manuais.
Art. 142. Considera-se incorporação imobiliária a atividade exercida com o objetivo de promover e realizar a construção para alienação total ou parcial de edificações ou conjunto de edificações de unidades autônomas.
§1º. Considera-se incorporador qualquer pessoa física ou jurídica que, embora não efetuando a construção, compromisse ou realize a venda de frações ideais de terreno, efetivando a vinculação de tais frações a unidades autônomas, às edificações em construção ou a serem construídas sob regime de condomínio ou, ainda, a pessoa que meramente aceite proposta para efetivação dessas transações, coordenando ou levando a termo a incorporação e responsabilizando-se, conforme o caso, pela entrega das obras concluídas, pelo seu preço e demais condições estipuladas.
I. entende-se também como incorporador o proprietário ou titular de direitos aquisitivos que contrate a construção de edifícios destinados à constituição de condomínios, sempre que iniciarem as alienações antes da conclusão das obras.
II. nos casos de obras executadas dentro do Plano Nacional de Habitação, caracteriza-se a ocorrência do fato gerador do imposto pelo compromisso de venda de cada unidade antes do "habite-se", sendo o momento da incidência determinado pelo comprovante do sinal de aquisição da unidade, correspondente ou não a parcela das cotas de construção e do terreno.
§2º. São compreendidos como parte integrante das obras a que se refere o artigo 142 deste Código, apenas quando realizados pela própria empresa construtora ou pelos respectivos subempreiteiros, os seguintes serviços:
a) escavação, movimento de terra, desmonte de rocha manual ou mecânico, rebaixamento de lençol freático, submuração e ensecadeiras que integram a obra;
b) serviços de fundação, estacas, tubulações e carpintaria de formas;
c) serviços de mistura de concreto ou asfalto;
d) serviços de ladrilheiro, azulejista, pastilheiro e estucador, compreendendo revestimento em todas as modalidades;
e) serviços de colocação de esquadrias, armações, vidros e telhados;
f) serviços de serralheria;
g) pavimentação de prédios com tacos, frisos, lajes e outros materiais não especificados;
h) impermeabilização e pintura em geral;
i) instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias; e
j) demolição, quando for prevista no contrato para execução de obra, no lugar do prédio a ser demolido.
§3º. As construções civis que envolvam atividades de incorporação obedecerão aos ditames da Lei Federal nº 4.591, de 16 de dezembro de 1994.
§4º. A tributação a que se sujeitam as atividades de incorporação, a que se refere o parágrafo antecedente, obedecerá ao regime de dedução estabelecida no art. 141 deste Código Tributário Municipal.
§5º. Ficam sujeitas à incidência do ISS as incorporações imobiliárias em que o incorporador assuma as funções de construtor, seja sob a modalidade de empreitada ou administração.
Art. 143. O Poder Executivo disciplinará em regulamento o controle, a operacionalidade e a forma de usufruir as disposições desta seção.

SEÇÃO III - DA BASE DE CÁLCULO FIXA
Art. 144. Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado, por meio de alíquotas fixas ou variáveis, em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes, nestes não compreendida a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho.
Art. 145. Quando se tratar de prestação de serviços de diversão pública, na modalidade de jogos em aparelhos, máquinas ou equipamentos, mediante a venda de fichas, o imposto poderá ser pago a critério da autoridade administrativa, através de valor fixo, em razão do número de aparelhos utilizados no estabelecimento.

CAPÍTULO IV - DAS ALÍQUOTAS
Art. 146. O Imposto Sobre Serviços é devido em conformidade com as seguintes alíquotas, previstas no Anexo I, deste Código Tributário.
§1º. Quando os serviços referidos nos itens 1, 4, 8, 25, 88, 89, 90, 91, 92, 93 e 94 da Lista de Serviço constante no art. 127, deste Código, forem prestados por sociedades civis de profissionais, o imposto será devido pela sociedade, por mês, em relação a cada profissional habilitado, seja sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal nos termos da lei regulamentadora da profissão.
§2º. O imposto será calculado por profissional habilitado, seja sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, no valor de 30 (trinta) Unidades Padrão Fiscal (UPF´s) ou valor equivalente, por ao ano.

CAPÍTULO V - DO SUJEITO PASSIVO
SEÇÃO I -DO CONTRIBUINTE
Art. 147. Contribuinte é o prestador do serviço.
§1º. Considera-se prestador do serviço o profissional autônomo ou a empresa que exerça, em caráter permanente ou eventual, quaisquer atividades referidas na lista de serviços deste Código.
§2º. Para os efeitos do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, entende-se por:
I. profissional autônomo:
a) o profissional liberal, assim considerado todo aquele que realiza trabalho ou ocupação intelectual, científica, técnica ou artística, de nível universitário ou a este equiparado, com objetivo de lucro ou remuneração;
b) profissionais de níveis médio e elementar, compreendendo todo aquele que, não sendo portador de diploma de curso universitário ou a este equiparado, e que desenvolver atividade lucrativa de forma autônoma.
II. empresa:
a) toda e qualquer pessoa jurídica que exercer atividade prestadora de serviço, inclusive as organizadas sob a forma de cooperativas;
b) toda pessoa física ou jurídica não incluída na alínea anterior, que instituir empreendimento para serviço com interesse econômico;
c) o condomínio que prestar serviços a terceiros.
§3º. O disposto no inciso I deste artigo não se aplica aos profissionais autônomos que:

a) prestem serviços alheios ao exercício da profissão para a qual sejam habilitados;
b) utilizem mais de 2 (dois) empregados, a qualquer título, na execução direta ou indireta dos serviços por eles prestados;
c) que não comprovem a sua inscrição no Cadastro de Atividades Econômicas da Prefeitura.

SEÇÃO II - DO RESPONSÁVEL
Art. 148. São solidariamente obrigados, perante a Fazenda Municipal, quanto ao imposto relativo aos serviços em que forem parte, aqueles que tenham interesses comum na situação que constitua fato gerador da obrigação principal.
§1º. A obrigação solidária é inerente a todas as pessoas físicas ou jurídicas, ainda que alcançadas por imunidade ou isenção tributária.
§2º. A solidariedade não comporta benefício de ordem, podendo, entretanto, o sujeito passivo, atingido por seus efeitos, efetuar o pagamento do imposto incidente sobre o serviço antes de iniciado o procedimento fiscal.
§3º. Consideram-se substitutos tributários os Titulares de Serviços Notariais e de Registros Públicos pela retenção e pagamento do ISS, tendo eles a obrigação de pagar ao Fisco Municipal os valores do imposto apurado e efetivamente pago no mês anterior pelos usuários dos serviços.
Art. 149. São também solidariamente responsáveis com o prestador do serviço:
I. o proprietário do estabelecimento ou veículo de aluguel para frete ou de transporte coletivo no território do Município;
II. o proprietário da obra;
III. o proprietário ou seu representante que ceder dependência ou local para a prática de jogos e diversões;
IV. os construtores, empreiteiros principais e administradores de obras hidráulicas, de construção civil de reparação de edifícios, estradas, logradouros, pontes e congêneres, pelo imposto relativo aos serviços prestados por subempreiteiros estabelecidos ou não no Município;
V. os administradores de obras, pelo imposto relativo à mão-de-obra, inclusive de subcontratadas, ainda que o pagamento dos serviços seja feito diretamente pelo dono da obra contratante;
VI. os titulares de direitos sobre prédios ou os contratantes de obras e serviços, se não identificarem os construtores ou os empreiteiros de construção, reconstrução, reforma, reparação ou acréscimo desses bens pelo o imposto devido pelos construtores ou empreiteiros;
VII. os locadores de máquinas, aparelhos e equipamentos instalados, pelo imposto devido pelos locatários estabelecidos no Município e relativo à exploração desses bens;
VIII. os titulares dos estabelecimentos onde se instalarem máquinas, aparelhos e equipamentos, pelo imposto devido, pelos respectivos proprietários não estabelecidos no Município e relativo à exploração desses bens;
IX. os que permitirem em seus estabelecimentos ou domicílios exploração de atividade tributável sem estar o prestador do serviço inscrito no órgão fiscal competente, pelo imposto devido sobre essa atividade;
X. os que efetuarem pagamentos de serviços a terceiros não identificados, pelo imposto cabível nas operações;
XI. os que utilizarem serviços de empresas, pelo imposto incidente sobre as operações, se não exigirem dos prestadores documentos fiscal idôneo;
XII. os que utilizarem serviços de profissionais autônomos, pelo imposto incidente sobre as operações, se não exigirem dos prestadores prova de quitação fiscal ou de inscrição;
XIII. as empresas administradoras de cartão de crédito, pelo imposto incidente sobre o preço dos serviços prestados pelos estabelecimentos filiados localizados no Município, quando pagos através de cartão de crédito por elas emitidos;
XIV. as companhias de aviação, pelo imposto incidente sobre as comissões pagas às agências de viagens e operadoras turísticas, relativas às vendas de passagens áreas.
§1º. A responsabilidade de que trata este artigo será satisfeita mediante o pagamento:
I. do imposto retido das pessoas físicas, à alíquota de 5% (cinco por cento), sobre o preço do serviço prestado;
II. do imposto retido das pessoas jurídicas, com base no preço do serviço prestado, aplicada a alíquota de 5% (cinco por cento);
III. do imposto incidente, nos demais casos.
§ 2º. A responsabilidade prevista é inerente a todas as pessoas, físicas ou jurídicas, ainda que alcançadas por imunidade ou por isenção tributária.

SEÇÃO III - DA RETENÇÃO DO ISS
Art. 150. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza será retido na fonte pelo tomador dos serviços prestados por profissional autônomo ou empresa, inscritos ou não no Cadastro Mobiliário de Contribuintes, sendo responsáveis pela retenção e pelo recolhimento do imposto os seguintes tomadores:
I. os órgãos da Administração Direta da União, Estado e do Município, bem como suas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista sob seu controle e as Fundações instituídas pelo Poder Público, estabelecidas ou sediadas no Município de Colniza - MT;
II. estabelecimentos bancários e demais entidades financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central;
III. empresas de rádio, televisão e jornal;
IV. incorporadoras, construtoras, empreiteiras e administradoras de obras de construção civil, quanto a todos e quaisquer serviços relacionados com a obra;
V. todo tomador que realizar o pagamento do serviço sem a correspondente nota fiscal dos serviços prestados;
VI. todo tomador que contratar serviços prestados por autônomo ou empresas que não forem inscritos no Município como contribuintes do ISS.
VII. as companhias de aviação em relação às comissões pagas pelas vendas de passagens aéreas e de transporte de cargas;
VIII. as incorporadoras e construtoras, em relação às comissões pagas pelas corretagens do imóvel;
IX. as empresas seguradoras e de capitalização, em relação às comissões pagas pelas corretagens de seguros e de capitalização e sobre os pagamentos de serviços de consertos de bens sinistrados;
X. as empresas e entidades que explorem loterias e outros jogos, inclusive apostas, em relação às comissões pagas aos seus agentes revendedores ou concessionários;
XI. as instituições financeiras, em relação ao pagamento dos serviços de guarda, vigilância, conservação, e limpeza de imóveis, transporte de valores e fornecimento de mão-de-obra.
§1º. Ficam excluídos da retenção, a que se refere este artigo, os serviços prestados por profissional autônomo que comprovar a inscrição no Cadastro de Contribuinte deste Município, cujo regime de recolhimento do ISS seja fixo mensal.
§2º. No caso deste artigo, se o contribuinte prestador do serviço comprovar ter sido pago o imposto neste Município, cessará a responsabilidade da fonte pela retenção do tributo.
§3º. Além das prestações de serviço catalogadas nos respectivos incisos deste artigo, o alcance da norma estender-se-á a outras atividades prestadas ao contribuinte.
§4º. O poder Executivo fica autorizado a acrescentar ou excluir qualquer contribuinte do regime de substituição, na forma que dispuser o regulamento.

§5º. A retenção será correspondente ao valor do imposto devido e deverá ocorrer no ato do pagamento da prestação de serviços.
§6º. Não será retido na fonte o Imposto Sobre Serviços das empresas sob regime de estimativa ou quando o prestador de serviço apresentar nota fiscal avulsa, emitida pela Secretaria Municipal de Finanças.
§7º. As empresas sob regime de estimativa deverão comprovar seu enquadramento com a apresentação da Portaria de Estimativa expedida pela Secretaria Municipal de Finanças.
§8º. A retenção na fonte de ISS das microempresas ou das empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional observará, o seguinte:
I. a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual referente ao ISS previsto nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal 123, de 14 de dezembro de 2006, para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;
II. na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota correspondente ao percentual referente ao ISS referente à menor alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal 123, de 14 de dezembro de 2006;
III. na hipótese do inciso II, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subsequente ao do início de atividade em guia própria do Município;
IV. na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à maior alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal 123, de 14 de dezembro de 2006;
V. não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município.
Art. 151. Os tomadores de serviços que realizarem a retenção do ISS fornecerão ao prestador de serviço recibo de retenção na fonte do valor do imposto e ficam obrigados a enviar à Fazenda Municipal as informações, objeto da retenção do ISS, no prazo estipulado em regulamento.
Art. 152. Os contribuintes do ISS registrarão, no livro de registro de notas fiscais de serviços prestados ou nos demais controles de pagamento, os valores que lhe foram retidos na fonte pagadora, tendo por documento hábil o recibo a que se refere o artigo anterior.

CAPÍTULO VI - DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Art. 153. Todas as pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes ou não do imposto, ou dele isentas, que de qualquer modo participem direta ou indiretamente de operações relacionadas com a prestação de serviços estão obrigadas, salvo norma em contrário, ao cumprimento das obrigações deste título e das previstas em regulamento.
Art. 154. As obrigações acessórias constantes deste título e regulamento não excetuam outras de caráter geral e comum a vários tributos previstos na legislação própria.
Art. 155. O contribuinte poderá ser autorizado a se utilizar de regime especial para emissão e escrituração de documentos e livros fiscais, inclusive através de processamento eletrônico de dados, observado o disposto em regulamento.

CAPÍTULO VII - DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO MOBILIÁRIO
Art. 156. Todas as pessoas físicas ou jurídicas com ou sem estabelecimento fixo, que exerçam, habitual ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, qualquer das atividades constantes da lista de serviços prevista neste Código Tributário, ficam obrigadas à inscrição no Cadastro Mobiliário do Município.
§1º. A inscrição no cadastro a que se refere este artigo será promovida pelo contribuinte ou responsável, na forma estipulada em regulamento, nos seguintes prazos:
I. até 30 (trinta) dias após o registro dos atos constitutivos no órgão competente, no caso de pessoa jurídica;
II. antes do início da atividade, no caso de pessoa física.
Art. 157. Fica criado no âmbito do Município de Colniza - MT, o Cadastro Temporário, impondo a obrigatoriedade de cadastramento das empresas prestadoras de serviços, pessoas jurídicas estabelecidas em outros municípios, quando estas prestarem serviços a tomadores de serviços pessoas físicas ou jurídicas, aqui estabelecidas.
I. As pessoas jurídicas com domicílio tributário em outros municípios, quando estas exercerem suas atividades a tomadores de serviços estabelecidos no Município de Colniza - MT, poderão emitir NF (notas fiscais), autorizadas e impressas pelo Setor Tributário do Município.
II. As solicitações das NFs (notas fiscais de serviços), as retenções dos impostos incidentes sobre os serviços prestados, deverão atender às regras estabelecidas neste Código Tributário.
III. A inscrição temporária das empresas domiciliadas em outros municípios não será objeto de qualquer ônus, especialmente de taxa de Alvará de Funcionamento.
IV. O tomador do serviço, antes da contratação de serviços, deverá exigir do prestador de serviços à devida inscrição no Cadastro Mobiliário do Município.
Art. 158. As declarações prestadas pelo contribuinte ou responsável no ato da inscrição ou da atualização dos dados cadastrais, não implicam sua aceitação pela Fazenda Municipal, que as poderá rever a qualquer época, independentemente de prévia ressalva ou comunicação.
Parágrafo único: A inscrição, alteração ou retificação de ofício não eximem o infrator das multas cabíveis.
Art. 159. A obrigatoriedade da inscrição se estende às pessoas físicas ou jurídicas imunes ou isentas do pagamento do imposto.
Art. 160. O contribuinte é obrigado a comunicar o encerramento ou a paralisação temporária da atividade, arquivada no órgão competente, no prazo de 30 (trinta) dias e na forma do regulamento.
§1º. Em caso de deixar o contribuinte de recolher o imposto por mais de 2 (dois) anos consecutivos e não ser encontrado no domicílio tributário fornecido para tributação, a inscrição e o cadastro poderão ser baixados de ofício na forma que dispuser o regulamento.
§2º. A anotação de encerramento ou paralisação de atividade não extingue débitos existentes, ainda que venham a ser apurados posteriormente à declaração do contribuinte ou à baixa de ofício.
§3º. É facultado à Fazenda Municipal promover, periodicamente, a atualização dos dados cadastrais, mediante notificação, fiscalização e convocação por edital dos contribuintes.

CAPÍTULO VIII - DAS DECLARAÇÕES FISCAIS
Art. 161. Além da inscrição e respectivas alterações, os contribuintes do Imposto Sobre Serviços, ficam sujeitos à apresentação de quaisquer declarações de dados, na forma e nos prazos que dispuser o regulamento.
§1º. Fica instituídos a Declaração Tributária de Conclusão de Obra – DTCO, destinada a coletar os dados necessários à tributação do IPTU da unidade imobiliária objeto do serviço de execução de obra de construção civil, demolição, reparação, conservação ou reforma de imóveis

em geral e o Certificado de Quitação de ISS Habite-se, destinado a homologar a regularidade do pagamento do ISS dos referidos serviços, na forma e condições estabelecidas pela Secretaria Municipal da Fazenda.
§2º. A emissão do Certificado de Quitação do ISS Habite-se se dará somente com o preenchimento da DTCO e após o pagamento do ISS correspondente.
§3º. Os dados declarados na DTCO poderão serem revistos de ofício, pela Administração Tributária, para fins de lançamento do IPTU.
§4º A prova de quitação do ISS Habite-se é indispensável:
I. à expedição de - Habite-se ou - Auto de Vistoria e à conservação de obras particulares;
II. ao pagamento de obras contratadas com o Município.
Art. 162. A Administração Tributária poderá exigir das administradoras de cartões de crédito ou débito declaração de operações de cartões de crédito ou débito em estabelecimentos credenciados, prestadores de serviços, localizados no Município de Colniza/MT.
§1º. As administradoras de cartões de crédito ou débito prestarão informações sobre as operações efetuadas com cartões de crédito ou débito, compreendendo os montantes globais por estabelecimento prestador credenciado, ficando proibida a identificação do tomador de serviço, salvo por decisão judicial, quando se tratar de pessoas físicas.
§2º. Para os efeitos desta Lei, considera-se administradora de cartões de crédito ou débito, em relação aos estabelecimentos prestadores credenciados, a pessoa jurídica responsável pela administração da rede de estabelecimentos, bem assim pela captura e transmissão das transações dos cartões de crédito ou débito.
§3º. Caberá ao Regulamento disciplinar a forma, os prazos e demais condições necessárias ao cumprimento da obrigação de que trata este artigo.

CAPÍTULO IX - DO LANÇAMENTO
SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 163. O lançamento será feito a todos os contribuintes sujeitos ao Imposto Sobre Serviços, na forma e nos prazos estabelecidos em regulamento, tendo como base os dados constantes no Cadastro Mobiliário de Contribuintes.
Art. 164. O lançamento do Imposto Sobre Serviços será feito:
I. mediante declaração do próprio contribuinte, devidamente protocolada;
II. de ofício, quando calculado em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes que independam do preço do serviço, a critério da autoridade administrativa;
III. de ofício, quando em consequência do levantamento fiscal ficar constatada a falta de recolhimento total ou parcial do imposto, podendo ser lançado, a critério da autoridade administrativa, através de notificação ou por auto de infração.
Parágrafo único: Quando constatado qualquer infração tributária previstas neste Código Tributário, o lançamento da multa pecuniária se dará por auto de Infração.
Art. 165. O preço de determinados serviços poderá ser fixado pela autoridade competente, da seguinte forma:
I. em pauta que reflita o corrente na praça;
II. mediante estimativa;
III. por arbitramento nos casos especificamente previstos.

SEÇÃO II - DA ESTIMATIVA
Art. 166. O valor do imposto poderá ser fixado pela autoridade administrativa, a partir de uma base de cálculo estimada, nos seguintes casos:
I. quando se tratar de atividade exercida em caráter provisório;
II. quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização;
III. quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais ou deixar de cumprir com regularidade as obrigações acessórias previstas na legislação;
IV. quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou de atividades, aconselhem tratamento fiscal específico, a exclusivo critério da autoridade competente.
§1º. No caso do inciso I deste artigo, consideram-se provisórias as atividades cujo exercício seja de natureza temporária e estejam vinculadas a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.
§2º. Na hipótese do parágrafo anterior, o imposto deverá ser pago antecipadamente. Sob pena de inscrição em dívida ativa e imediata execução judicial.
Art. 167. Para a fixação da base de cálculo estimada, a autoridade competente levará em consideração, conforme o caso:
I. o tempo de duração e a natureza do acontecimento ou da atividade;
II. o preço corrente dos serviços;
III. o volume de receitas em períodos anteriores e sua projeção para os períodos seguintes, podendo observar outros contribuintes de idêntica atividade;
IV. a localização do estabelecimento;
V. as informações do contribuinte e outros elementos informativos, inclusive estudos de órgãos públicos e entidades de classe diretamente vinculadas à atividade.
§1º. A base de cálculo estimada poderá, ainda, considerar o somatório dos valores das seguintes parcelas:
a) o valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados no período;
b) folhas de salários pagos durante o período, adicionada de todos os rendimentos pagos, inclusive honorários de diretores e retiradas de proprietários, sócios ou gerentes, bem como das respectivas obrigações trabalhistas e sociais;
c) aluguel mensal do imóvel e dos equipamentos ou, quando próprio, 1% (um por cento) do valor dos mesmos, computado ao mês ou fração;
d) despesa com o fornecimento de água, energia, telefone e demais encargos obrigatórios ao contribuinte.
§2º. O enquadramento do contribuinte no regime de estimativa poderá, a critério da autoridade competente, ser feito individualmente, por categorias de contribuintes e grupos ou setores de atividade.
§3º. Quando a estimativa tiver fundamento na localização do estabelecimento, prevista no inciso IV, o sujeito passivo poderá optar pelo pagamento do imposto de acordo com o regime normal.
§4º. A aplicação do regime de estimativa independerá do fato de se encontrar o contribuinte sujeito a possuir escrita fiscal.
§5º. Poderá, a qualquer tempo e a critério da autoridade fiscal, ser suspensa a aplicação do regime de estimativa, de modo geral ou individual, bem como rever os valores estimados para determinado período e, se for o caso, reajustar as prestações subsequentes à revisão.
Art. 168. O valor da estimativa será sempre fixado para período determinado e servirá como limite mínimo de tributação.
Art. 169. Independente de qualquer procedimento fiscal, sempre que o preço total dos serviços exceder o valor fixado pela estimativa, fica o contribuinte obrigado a recolher o imposto pelo movimento econômico real apurado.

Art. 170. O valor da receita estimada será automaticamente corrigido nas mesmas datas e proporções em que ocorrer reajuste ou aumento do preço unitário dos serviços.
Art. 171. Os contribuintes sujeitos ao regime de estimativa poderão ser dispensados do cumprimento das obrigações acessórios, conforme dispuser o regulamento.
Art. 172. Findo o exercício ou o período a que se refere a estimativa ou, ainda, suspensa a aplicação deste regime, apurar-se-ão as receitas da prestação de serviços e o montante do imposto devido pelo contribuinte.
Parágrafo único: Verificada qualquer diferença entre o imposto estimado e o efetivamente devido, deverá ser recolhida no prazo previsto em regulamento.

SEÇÃO III - DO ARBITRAMENTO
Art. 173. A autoridade administrativa lançará o valor do imposto, a partir de uma base de cálculo arbitrada, sempre que se verificar qualquer das seguintes hipóteses:
I. o sujeito passivo não possuir os documentos necessários à fiscalização das operações realizadas, principalmente nos casos de perda, extravio ou inutilização de livros ou documentos fiscais de utilização obrigatória;
II. o sujeito passivo, depois de intimado, deixar de exibir os documentos necessários à fiscalização das operações realizadas;
III. serem omissos ou, pela inobservância de formalidades intrínsecas ou extrínsecas, não mereçam fé os livros ou documentos exibidos pelo sujeito passivo, ou quando estes não possibilitem a apuração da receita;
IV. existência de atos qualificados como crimes ou contravenções ou, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação; evidenciados pelo exame de livros e documentos do sujeito passivo, ou apurados por quaisquer meios diretos ou indiretos, inclusive quando os elementos constantes dos documentos fiscais ou contábeis não refletirem o preço real do serviço;
V. não prestar o sujeito passivo, após regularmente intimado, os esclarecimentos exigidos pela fiscalização, prestar esclarecimentos insuficientes ou que não mereçam fé;
VI. exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo devidamente inscrito no órgão competente;
VII. prática de subfaturamento ou contratação de serviços por valores abaixo dos preços de mercado;
VIII. flagrante insuficiência do imposto pago em face do volume dos serviços prestados;
IX. serviços prestados sem a determinação do preço ou a título de cortesia.
Parágrafo único: O arbitramento referir-se-á exclusivamente aos fatos ocorridos no período em que se verificarem os pressupostos mencionados nos incisos deste artigo.
Art. 174. Quando o imposto for calculado sobre a receita bruta arbitrada, poderá o fisco considerar:
I. os pagamentos de impostos efetuados pelo mesmo sujeito passivo em outros exercícios, ou por outros contribuintes de mesma atividade, em condições semelhantes;
II. as peculiaridades inerentes à atividade exercida;
III. os fatos ou aspectos que exteriorizem a situação econômico-financeira do sujeito passivo;
IV. o preço corrente dos serviços oferecidos à época a que se referir a apuração.
§1º. A receita bruta arbitrada poderá ter ainda como base de cálculo, o somatório dos valores das seguintes parcelas:
a) o valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados no período;
b) folhas de salários pagos durante o período, adicionada de todos os rendimentos pagos, inclusive honorários de diretores e retiradas de proprietários, sócios ou gerentes, bem como das respectivas obrigações trabalhistas e sociais;
c) aluguel mensal do imóvel e dos equipamentos ou quando próprio, 1% (um por cento) do valor dos mesmos computado ao mês ou fração;
d) despesa com o fornecimento de água, energia, telefone e demais encargos obrigatórios ao contribuinte.
§2º. Do imposto resultante do arbitramento serão deduzidos os pagamentos realizados no período.

CAPÍTULO X - DO PAGAMENTO
Art. 175. O Imposto Sobre Serviços será recolhido:
I. por meio de guia preenchida pelo próprio contribuinte, no caso de auto-lançamento, de acordo com modelo, forma e prazos estabelecidos pelo Fisco;
II. por meio de notificação de lançamento, emitida pela repartição competente, nos prazos e condições constantes da própria notificação;
§1º. No caso de notificação de lançamento, o pagamento deverá ser efetuado no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da entrega da notificação ao contribuinte.
§2º. É facultado ao Fisco, tendo em vista a regularidade de cada atividade, adotar outra forma de recolhimento, determinando que se faça antecipadamente, operação por operação, ou por estimativa em relação aos serviços de determinado período.
§3º. Nos meses em que não registrar movimento econômico, o sujeito passivo deverá comunicar, através da DMS – Declaração Mensal de Serviços de sem movimento, a inexistência de receita tributável em cada mês ou período de incidência do imposto.
§4º. As empresas optantes pelo Simples Nacional recolherão o imposto na data prevista pela legislação específica.
Art. 176. No ato da inscrição e encerramento, o recolhimento do tributo será proporcional à data da respectiva efetivação da inscrição ou encerramento da atividade.
Art. 177. A retenção será correspondente ao valor do imposto devido e deverá ocorrer no ato do pagamento da prestação do serviço, fazendo-se o recolhimento aos cofres da Fazenda Pública Municipal, na forma e nos prazos que o Poder Executivo estabelecer em regulamento.
Parágrafo único: A falta da retenção do imposto implica em responsabilidade do pagador pelo valor do imposto devido, além das penalidades previstas neste Código Tributário.
Art. 178. Nas obras por administração e nos serviços cujo faturamento dependa da aprovação pelo contratante da medição efetuada, o mês de competência será o seguinte ao da ocorrência do fato gerador.

CAPÍTULO XI – DA ESCRITURAÇÃO FISCAL
Art. 179. Os contribuintes sujeitos ao imposto são obrigados a:
I. manter em uso escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados;
II. emitir notas fiscais dos serviços prestados, ou outro documento exigido pelo Fisco, por ocasião da prestação de serviços.
§1º. O regulamento disporá sobre a dispensa da manutenção de determinados livros e documentos, tendo em vista a natureza dos serviços.
§2º. Os prestadores de serviços ficam obrigados a inscrever na nota de prestação de serviços a base de cálculo, a alíquota e o valor do ISS.
Art. 180. Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, cuja emissão, registrará as operações de prestação de serviços dos contribuintes inscritos no Cadastro Fiscal Municipal e o Recibo Provisório de Serviços - RPS, para utilização exclusiva das empresas habilitadas a emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e.

§1º. As operações registradas em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e ficam dispensadas de escrituração no Livro Registro de ISSQN e na Declaração Mensal de Serviços.
§2º. O Poder Executivo disciplinará:
I. a emissão da NFS-e;
II. os prestadores de serviços sujeitos a utilização da NFS-e, por atividade ou por faixa de receita bruta;
III. o cronograma de implantação da NFS-e;
III. as regras de lançamento e arrecadação das operações registradas através da NFS-e;
IV. as regras de utilização do RPS.
§3º. Demais modelos de livros, notas fiscais e demais documentos, a serem obrigatoriamente utilizados pelos contribuintes, serão definidos em regulamento.

CAPÍTULO XII - DO PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO RELATIVOAO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS
Art. 181. O procedimento fiscal relativo ao Imposto Sobre Serviços terá início com:
I. a lavratura do termo de início de fiscalização;
II. a notificação e/ou intimação de apresentação de documento;
III. a lavratura do auto de infração;
IV. a lavratura de termos de apreensão de mercadorias, livros ou documentos fiscais;
V. a prática, pela Administração, de qualquer ato tendente à apuração do crédito tributário ou do cumprimento de obrigações acessórias, cientificando o contribuinte.
§1º. O início do procedimento exclui a espontaneidade do sujeito passivo, desde que devidamente intimado, em relação aos atos acima e, independentemente da intimação, a dos demais envolvidos nas infrações verificadas.
§2º. A lavratura do termo de início de fiscalização valerá por 30 (trinta) dias.
§3º. A exigência do crédito tributário, inclusive multas, será formalizada em notificação de lançamento ou auto de infração, que conterão os requisitos especificados neste Código Tributário.

CAPÍTULO XIII - DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES
Art. 182. Constitui infração toda ação ou omissão voluntária ou involuntária que importe em inobservância, por parte da pessoa física ou jurídica, de normas estabelecidas neste Código Tributário ou em regulamento ou pelos atos administrativos de caráter normativo destinados a complementá-los.
Parágrafo único: A responsabilidade por infrações independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.
Art. 183. As infrações às disposições deste Capítulo serão punidas com as seguintes penalidades:
I. multa de importância igual a 30 (trinta) Unidades Padrão Fiscal (UPF´s), no caso de falta de comunicação da inexistência de receita tributável no prazo previsto para recolhimento do tributo;
II. multa de importância igual a 30 (trinta) Unidades Padrão Fiscal (UPF´s), nos casos de:
a) não comparecimento à repartição própria do Município para solicitar inscrição no cadastro de atividades econômicas ou anotação das alterações ocorridas;
b) inscrição ou alteração, comunicação de venda ou transferência de estabelecimento e encerramento ou transferência de ramo de atividade, após o prazo de 30 (trinta) dias contados da data de ocorrência do evento;
III. multa de importância igual a 25 (vinte e cinco) Unidade Padrão Fiscal (UPF´s), nos casos de:
a) falta de livros e documentos fiscais;
b) retirada do estabelecimento ou do domicílio do prestador, de livros ou documentos fiscais, exceto nos casos previsto em regulamento;
c) falta de apresentação de informação econômico-fiscal de interesse da Administração Tributária;
d) quebra da sequencia das notas fiscais;
e) atraso na entrega da DMS.
IV. multa de importância igual 20% (vinte por cento) do valor do imposto nas infrações qualificadas em decorrência das seguintes ações, observada a imposição mínima de 30 (trinta) Unidades Padrão Fiscal (UPF´s) e máxima de 150 (cento e cinquenta) Unidades Padrão Fiscal (UPF´s), sem prejuízo das demais cominações legais:
a) falta de emissão de nota Fiscal ou outro documento admitido pela Administração;
b) falta de autenticação de livros e documentos fiscais;
c) uso indevido de livros e documentos fiscais;
d) dados incorretos na escrita fiscal ou documentos fiscais;
e) falta de número de inscrição no cadastro de atividades econômicas em documentos fiscais;
f) escrituração atrasada ou em desacordo com o regulamento;
g) falta, erro ou omissão de declaração de dados.
V. multa de importância igual a 30% (trinta por cento) do valor do imposto nas infrações qualificadas em decorrência das seguintes ações, observada a imposição mínima de 30 (trinta) Unidades Padrão Fiscal (UPF´s) e máxima de 150 (cento e cinquenta) Unidades Padrão Fiscal (UPF´s), sem prejuízo das demais cominações legais:
a) impressão sem autorização prévia da Administração Tributária, aplicável ao impressor e ao usuário;
b) impressão de documentos fiscais em desacordo com os modelos aprovados aplicável ao impressor e ao usuário;
c) fornecimento, posse ou guarda de documentos fiscais quando falsos, aplicável ao impressor e ao usuário;
d) inutilização, extravio, perda ou não conservação de livros e documentos por 25 (vinte e cinco) anos, não comunicada na forma da lei;
e) adulteração e outros vícios que influenciem a apuração de crédito fiscal, por período de apuração.
VI. multa de importância igual a 70% (senta por cento) do valor do imposto nas infrações qualificadas em decorrência das seguintes ações, observada a imposição mínima de 60 (sessenta) Unidades Padrão Fiscal (UPF´s) e máxima de 300 (trezentas) Unidades Padrão Fiscal (UPF´s), sem prejuízo das demais cominações legais:
a) emissão e expedição de nota fiscal ou outro documento, previsto em lei, com duplicidade de numeração em bloco diverso;
b) preço diferente ou diverso nas vias da nota fiscal de mesma numeração e série;
c) declaração, no documento fiscal, de preço inferior ao valor real da operação;
d) utilização de notas fiscais sem a devida autorização da repartição fiscal competente;
e) utilização de notas fiscais com prazo de validade vencido;
f) adulteração de livros e documentos fiscais que resultem ou possam resultar em falta de recolhimento de tributos;
VII. multa de 150% (cinquenta e cinquenta por cento) sobre o valor do imposto, no caso de não retenção devida, sem prejuízo das demais cominações legais;

VIII. multa de importância igual a 200% (duzentas por cento) sobre o valor do imposto, no caso de falta de recolhimento do imposto retido, sem prejuízo das demais cominações legais;
IX. multa equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o valor do imposto devido, em caso de comunicação falsa em documento de arrecadação da inexistência de movimento tributável, sem prejuízo das demais cominações legais;
X. multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do imposto, em caso de não recolhimento, no todo ou em parte, do imposto devido, apurado em auto de infração sem prejuízo das demais cominações legais;
XI. aquele que embaraçar ou causar impedimento de qualquer forma à fiscalização, será punido com as seguintes multas:
a) de R$ 15 (quinze) Unidades Padrão Fiscal (UPF´s) pelo não atendimento ao primeiro pedido de intimação no prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias;
b) de R$ 25 (vinte e cinco) Unidades Padrão Fiscal (UPF´s) pelo não atendimento ao segundo pedido de intimação no prazo máximo de 15 (quinze) dias;
c) de 45 (quarenta e cinco) Unidades Padrão Fiscal (UPF´s) pelo não atendimento ao terceiro pedido de intimação no prazo máximo de 02 (dois) dias.
XII. aquele que apresentar mais de duas DMS Retificadora do mês de referência será punido com multa de 15 (quinze) Unidades Padrão Fiscal (UPF´s) por unidade apresentada.
XIII. multa de importância igual a 15 (quinze) Unidades Padrão Fiscal (UPF´s), por nota fiscal emitida, nos seguintes casos:
a) quando informado na Declaração Mensal de Serviços – DMS a emissão de nota fiscal de serviço sem incidência do Imposto sobre Serviço, e constatado pela Fiscalização a incidência do imposto;
b) quando utilizar nota fiscal de serviço em desacordo com atividade econômica cadastrada no Município;
c) quando utilizar nota fiscal de serviço para atividade não prevista na lista de serviço.
§1º. Verificado o não atendimento das três intimações a que se refere o inciso XI deste artigo, proceder-se-á ao arbitramento, na conformidade do que dispõe o art. 172 deste Código.
§2º. Os contribuintes infratores, enquadrados nos incisos V, VI, VII e VIII deste artigo, terão os documentos fiscais apreendidos para comprovação da aplicação das respectivas penalidades, nos termos do que dispõe o art. 273, deste Código.
Art. 184. Os contribuintes infratores, após o devido processo fiscal-administrativo, poderão ser declarados devedores remissos e proibidos de transacionar a qualquer título com a Administração Pública Municipal, inclusive com suas Autarquias e Fundações.
§1º. A proibição de transacionar compreende a participação em licitação pública, bem como a celebração de contrato de qualquer natureza com a Administração Pública Municipal.
§2º. A declaração de devedor remisso será feita decorridos 30 (trinta) dias do trânsito em julgado da decisão condenatória no processo fiscal-administrativo, desde que o contribuinte infrator não tenha feito prova da quitação do débito ou não ajuíze ação judicial para anulação do crédito tributário.
Art. 185. O contribuinte que, repetidamente, cometer infração às disposições da presente deste Código Tributário poderá ser submetido, por ato do Secretário Municipal da Finanças, a sistema especial de controle e fiscalização, conforme definido em regulamento.
Art. 186. Os débitos com a Fazenda Municipal serão atualizados nos mesmos moldes utilizados pela União para com os seus devedores, até a data do seu efetivo pagamento, mediante aplicação dos coeficientes utilizados pelo Governo Federal para com seus créditos.
Parágrafo único: Em havendo extinção ou substituição dos mecanismos utilizados pela União para com seus créditos, proceder-se-á de maneira idêntica com relação aos créditos do Município, no que se refere à atualização monetária.
Art. 187. A reincidência em infração da mesma natureza será punida com multa em dobro, acrescida de 20% (vinte por cento) a cada nova reincidência.
§1º. Caracteriza reincidência a prática de nova infração de um mesmo dispositivo da legislação tributária pelo mesmo contribuinte, dentro de 5 (cinco) anos a contar da data do pagamento da exigência ou do término do prazo para interposição da defesa ou da data da decisão condenatória irrecorrível na esfera administrativa, relativamente à infração anterior.
§2º. O contribuinte reincidente poderá ser submetido a sistema especial de fiscalização.
Art. 188. No concurso de infrações, as penalidades serão aplicadas conjuntamente, uma para cada infração, ainda que capituladas no mesmo dispositivo legal.
Parágrafo único: No caso de enquadramento em mais de um dispositivo legal de uma mesma infração tributária será aplicada a de maior penalidade.

CAPÍTULO XIV – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES
Art. 189. A prova de quitação do Imposto Sobre Serviços é indispensável para:
I. a expedição do visto de conclusão (habite-se) de obras de construção civil;
II. o recebimento de obras e/ou serviços contratados com o município;
III. o arquivamento de quaisquer alterações contratuais de registro nos órgãos competentes.
§1º. Quando se tratar do inciso I deste artigo, deverá o processo ser acompanhado do certificado de visto fiscal a ser emitido pela autoridade competente, conforme dispuser o regulamento.
§2º. Estão dispensados de prévia demonstração da situação fiscal:
I. as edificações novas, cuja área total não ultrapasse 60 (sessenta) metros quadrados;
II. as obras de acréscimos de construções cuja área total, incluída a edificação anterior, não ultrapasse o limite fixado no inciso anterior; e
III. as construções novas em situação de mutirão, fato comprovado por documento hábil.

TÍTULO III - DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA
CAPÍTULO I - DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR
Art. 190. O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, tem como fato gerador a propriedade, a posse ou o domínio útil, a qualquer título, de bem imóvel, por natureza ou por acessão física como definida na lei civil, construído ou não, localizado na zona urbana do Município.
§1º. Para efeito deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observada a existência de pelo menos 2 (dois) dos seguintes incisos construídos ou mantidos pelo poder público:
I. meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
II. abastecimento de água;
III. sistema de esgotos sanitários;
IV. rede de iluminação pública com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
V. escola primária ou posto de saúde, a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§2º. Consideram-se também zona urbana as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de glebas ou de loteamentos aprovados pela Prefeitura, destinados a habitação, indústria ou comércio, mesmo que localizados fora da zona definida nos termos do parágrafo anterior.
Art. 191. Contribuinte do imposto é o proprietário, o possuidor do imóvel ou o detentor do domínio útil a qualquer título.
§1º. Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto o justo possuidor, o titular do direito de usufruto, uso ou habitação, os promitentes compradores imitidos na posse, os cessionários, os posseiros, os comodatários e os ocupantes a qualquer título do imóvel, ainda que pertencentes a qualquer pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, isenta do imposto ou imune.
§2º. O imposto é anual e na forma da lei civil se transmite aos adquirentes.
Art. 192. O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana incide sobre:
I. imóveis sem edificações;
II. imóveis com edificações.
Art. 193. Considera-se terreno:
I. o imóvel sem edificação;
II. o imóvel com edificação em andamento ou cuja obra esteja paralisada, bem como condenada ou em ruínas;
III. o imóvel cuja edificação seja de natureza temporária ou provisória, ou que possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação;
IV. o imóvel com edificação, considerada a critério da administração como inadequada, seja pela situação, dimensão, destino ou utilidade da mesma;
V. o imóvel que contenha edificações com valor não superior à 20a (vigésima) parte do valor do terreno.
Art. 194. Consideram-se prédios:
I. todos os imóveis edificados que possam ser utilizados para habitação ou para o exercício de qualquer atividade, seja qual for a denominação, forma ou destino, desde que não compreendido no artigo anterior;
II. os imóveis com edificações em loteamentos aprovados e não aceitos;
III. os imóveis edificados na zona rural, quando utilizados em atividades comerciais, industriais e outras com objetivos de lucro, diferentes das finalidades necessárias para a obtenção de produção agropastoril e sua transformação.
Art. 195. A incidência do imposto independe do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CAPÍTULO II - DA INSCRIÇÃO
Art. 196. A inscrição no Cadastro Imobiliário é obrigatória e far-se-á a pedido ou de ofício, devendo ser instruída com os elementos necessários para o lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, tendo sempre como titular o proprietário ou possuidor a qualquer título.
Parágrafo único: A cada unidade imobiliária autônoma caberá uma inscrição.

CAPÍTULO III - DO LANÇAMENTO
Art. 197. Far-se-á o lançamento em nome do titular sob o qual estiver o imóvel cadastrado na repartição.
§1º. Na hipótese de condomínio, o imposto poderá ser lançado em nome de um ou de todos os condôminos, exceto quando se tratar de condomínio constituído de unidades autônomas, nos termos da lei civil, caso em que o imposto será lançado individualmente em nome de cada um dos seus respectivos titulares.
§2º. Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento será feito em nome de quem esteja de posse do imóvel.
§3º. Os imóveis pertencentes a espólio, cujo inventário esteja sobrestado, serão lançados em nome do mesmo, até que, julgado o inventário, se façam necessárias as modificações.
§4º. No caso de imóvel objeto de compromisso de compra e venda, o construtor e/ou incorporador terão 60 (sessenta) dias após o habite-se para apresentar à Secretaria Municipal de Finanças contrato com firma reconhecida para averbação, sendo que a obrigação está adstrita à efetiva celebração do contrato entre as partes, obrigação idêntica exigida para os imóveis de condomínios fechado, vertical e horizontal, a preço de custo e/ou administração, sob pena de aplicação da disposição prevista no inciso I do artigo 204 deste Código, ressaltando-se que o lançamento poderá ser feito indistintamente em nome do compromitente vendedor ou do compromissário comprador, ou ainda, de ambos, ficando sempre um ou outro solidariamente responsável pelo pagamento do tributo.
§5º. Os loteamentos aprovados e enquadrados na legislação urbanística terão seus lançamentos efetuados por lotes resultantes da subdivisão, independentemente da aceitação, que poderão ser lançados em nome dos compromissários compradores, mediante apresentação do respectivo compromisso.
§6º. Para efeito de tributação, somente serão lançados em conjunto ou separados os imóveis que tenham projetos de anexação ou subdivisão aprovados pelo Município.
§7º. Em não sendo cadastrado o imóvel, por haver seu proprietário ou possuidor omitido a inscrição, o lançamento será feito, em qualquer época, com base nos elementos que a repartição fiscal coligir, esclarecida esta circunstância no termo de inscrição.
§8º. O lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana será feito anualmente com base em elementos cadastrais e tomando-se em consideração a situação do imóvel em 1º de janeiro do exercício a que corresponder o lançamento.

CAPÍTULO IV - DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA
Art. 198. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel.
Art. 199. O Imposto Predial e Territorial Urbano será devido anualmente e calculado mediante a aplicação sobre o valor venal dos imóveis respectivos, nas alíquotas de acordo com a Tabela XII, deste Código Tributário.
§1º. Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, §4º, inciso II da Constituição Federal, o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana poderá:
I. ser progressivo em razão do valor do imóvel; e
II. ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.
§2º. A alíquota a que se refere o inciso I do "caput" deste artigo, passarão a ter alíquotas progressivas e anuais, para os imóveis que, situados em logradouros ou vias públicas pavimentadas ou calçadas, que não possuírem calçada, da seguinte forma:
I. 2% (dois por cento) no primeiro ano;
II. 3,5 (três e meio por cento) no segundo ano e seguintes.
§2º. A alíquota a que se refere o inciso II do "caput" deste artigo, passarão a ter alíquotas progressivas e anuais, da seguinte forma:
I. 6% (seis por cento) no primeiro ano;
II. 7% (sete por cento) no segundo ano;
III. 8% (oito por cento) no terceiro ano;

IV. 9% (nove por cento) no quarto ano;
V. 10% (dez por cento) no quinto ano e seguintes.
§3º. A progressividade do imposto prevista no §2º, não abrange os imóveis que, situados em logradouros ou vias públicas pavimentadas, que possuem muro e calçada, bem como os situados em vias públicas sem pavimentação, mas como meio-fio e possuírem muro.
§4º. Ficará isento da progressividade também o proprietário de um único imóvel com área igual ou inferior a 600 M2 (seiscentos metros quadrados), cujo o mesmo seja mantido limpo, murado e com calçada.
§5º. Cessará a progressividade aplicada nos §§ 2º e 3º, no exercício seguinte ao do início da construção.
Art. 200. O valor dos imóveis será apurado com base nos dados fornecidos pelo Cadastro Imobiliário, levando em conta os seguintes elementos:
I. para os terrenos:
a) o valor declarado pelo contribuinte;
b) o índice de valorização correspondente à região em que esteja situado o imóvel;
c) os preços dos terrenos nas últimas transações de compra e venda;
d) a forma, as dimensões, os acidentes naturais e outras características do terreno;
e) a existência de equipamentos urbanos, tais como água, esgoto, pavimentação, iluminação, limpeza pública e outros melhoramentos implantados pelo Poder Público;
f) quaisquer outros dados informativos obtidos pela Administração e que possam ser tecnicamente admitidos;
II. no caso de prédios:
a) a área construída;
b) o valor unitário da construção;
c) o estado de conservação da construção;
d) o valor do terreno, calculado na forma do inciso anterior.
§1º. Os valores venais que servirão de base de cálculo para o lançamento do imposto serão apurados e atualizados anualmente pelo Executivo, na forma em que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
§2º. Não constitui aumento de tributo a atualização, por índice oficial, do valor monetário da base de cálculo.
§3º. A planta genérica de valores será revista a intervalos de tempo nunca superior a 2 (dois) anos.
§4º. Para efeito de lançamento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, servirá de base de cálculo o valor venal do imóvel apurado no mês de dezembro do exercício anterior ao do lançamento.
§5º. Para fins de lançamento dos demais tributos, será utilizado como base de cálculo o valor venal do imóvel, constante do cadastro imobiliário, à época do lançamento.
§6º. Quando no mesmo imóvel houver mais de uma unidade autônoma edificada, será calculada a fração ideal do terreno, conforme a formula abaixo:
FI = T x U, onde
C
FI = Fração Ideal.
T = Área Total Terreno.
U = Área da Unidade Autônoma Edificada.
C = Área Total Construída.
Art. 201. A Planta de Valores Imobiliários será calculada de acordo com Lei específica.
§1º. Quando houver desapropriação de terrenos, o valor atribuído por metro quadrado da área remanescente poderá ser idêntico ao valor estabelecido em juízo, devidamente corrigido, de acordo com a legislação em vigor.
§2º. Todas e quaisquer alterações que possam modificar as bases de cálculo deverão ser comunicadas à Administração Municipal, sob pena de incorrer o contribuinte, nas sanções previstas neste Código Tributário.
§3º. Para efeito de apuração do valor venal, será deduzida a área que for declarada de utilidade pública para desapropriação pelo Município, pelo Estado ou pela União.
§4º. O valor unitário de metro quadrado de terreno corresponderá:
a) ao da face da quadra onde situada o imóvel;
b) no caso de imóvel não construído, com duas ou mais frentes, ao da face de quadra para a qual voltada a frente indicada no título de propriedade ou, na falta deste, ao da face de quadra à qual atribuído maior valor;
c) no caso de imóvel construído em terreno com as características do inciso anterior, ao da face de quadra relativa à sua frente efetiva ou, havendo mais de uma, à frente principal;
d) no caso de terreno interno ou de fundo, ao da face de quadra por onde a ele se tenha acesso ou, havendo mais de um acesso, ao da face de quadra à qual atribuído maior valor;
d) no caso de terreno encravado, ao da face de quadra correspondente à servidão de passagem.
§5º. A construção será enquadrada em um dos tipos e padrões previstos na Tabela I e seu valor venal resultará da multiplicação da área construída bruta pelo valor unitário de metro quadrado de construção, constante da Tabela II.
§6º. A área construída bruta será obtida através da medição dos contornos externos das paredes ou pilares, computando-se também a superfície das sacadas, cobertas ou descobertas, de cada pavimento.
a) No caso de coberturas de postos de serviços e assemelhadas, será considerada como área construída a sua projeção vertical sobre o terreno.
b) No caso de piscina, a área construída será obtida através da medição dos contornos internos de suas paredes.
c) Quando a área construída bruta for representada por número que contenha fração de metro quadrado, será feito o arredondamento para a unidade imediatamente superior.
§6º. No cálculo da área construída bruta das unidades autônomas de prédios em condomínio, será acrescentada, à área privativa de cada unidade, a parte correspondente nas áreas comuns em função de sua quota-parte.
§7º. Para os efeitos desta Lei, as obras paralisadas ou em andamento, as edificações condenadas ou em ruína, as construções de natureza temporária e as construções, de qualquer espécie, inadequadas à sua situação, dimensões, destino ou utilidade, não serão consideradas como área construída.
§8º. O valor unitário de metro quadrado de construção será obtido pelo enquadramento da construção num dos tipos da Tabela I, em função da sua área predominante, e no padrão de construção cujas características mais se assemelhem às suas.
a) Nos casos em que a área predominante não corresponder à destinação principal da edificação, ou conjunto de edificações, poderá ser adotado critério diverso, a juízo da Administração.
b) Para fins de enquadramento de unidades autônomas de prédio em condomínio em um dos padrões de construção previstos na Tabela I, será considerada a área construída correspondente à área bruta da unidade autônoma acrescida da respectiva área da garagem, ainda que

esta seja objeto de lançamento separado, podendo a unidade autônoma ser enquadrada em padrão diverso daquele atribuído ao conjunto a que pertença, desde que apresente benfeitorias que a distingam, de forma significativa, das demais unidades autônomas.

CAPÍTULO V - DO PAGAMENTO
Art. 202. O recolhimento do imposto será anual e se dará nos prazos e condições constantes da respectiva notificação ou do regulamento.
§1º. Para efeito do pagamento, o valor do imposto será atualizado monetariamente, de acordo com o índice de variação da Unidade Padrão Fiscal (UPF) ou outro índice que venha substituí-lo, ocorrido entre a data do fato gerador e a do mês do pagamento de cada prestação, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.
§2º. No caso de pagamento total antecipado, o imposto será atualizado monetariamente na forma do parágrafo anterior, pela variação ocorrida no período entre a data do fato gerador e do mês do pagamento.
§3º. O pagamento será efetuado através da rede bancária autorizada.
§4º. Em hipótese alguma haverá causa para compensação ou restituição do imposto, quando decorrido o prazo estipulado para apresentação de impugnação de lançamento e tendo sido efetuado voluntariamente o seu recolhimento.
Art. 203. A Administração poderá conceder descontos em razão do pagamento do imposto da cota única ou cotas trimestrais na forma em que dispuser ato do Poder Executivo, até o limite de até 30% (trinta por cento).

CAPÍTULO VI - DA ISENÇÃO
Art. 204. Fica isento do imposto o bem imóvel:
I. Os imóveis edificados pertencentes ao patrimônio de:
b) Particulares, quando cedidos em comodato ao Município, Estado, Distrito Federal e União;
c) Particulares, quando cedidos em comodato a instituições ou sociedades sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, enquanto perdurar as atividades ou utilização pela cessionária;
d) Sociedades de instituição sem fins lucrativos, ou que a elas sejam cedidos em comodato, que se destinem a congregar classes patronais ou de trabalhadores com a finalidade de realizar sua união, representação, defesa, elevação de nível cultural, físico ou recreativo de seus associados;
e) Particulares, quando declarados de utilidade pública para fins de desapropriação, à partir da parcela correspondente ao período de arrecadação do imposto em que ocorrer a emissão de posse ou ocupação efetiva pelo Poder desapropriante.
II. o imóveis edificados pertencentes a aposentados e pensionistas acima de 65 (sessenta e cinco) anos, que possuam um único imóvel e nele residam e que a renda familiar não ultrapasse a 02 (dois) salários mínimos mensais.
III. o imóvel residencial pertencente e utilizado para uso próprio de cegos, inválidos, viúvas que não possuam outro imóvel no município e cujo rendimento mensal não ultrapasse um salário mínimo.
§1º. Em caso de possuir mais de um imóvel será isento somente aquele em que está localizada sua residência.
§2º. Na hipótese de isenção individualizada, o beneficio deverá ser pleiteado em requerimento apropriado, instituído com as documentações necessárias e probatórias para ter direito ao mesmo, aprovado pelo Departamento de Ação Social do Município, desde que o requerimento seja feito em até 30 (trinta) dias antes do vencimento do imposto.

CAPÍTULO VII - DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES
Art. 205. Para as infrações, serão aplicadas penalidades à razão de percentuais sobre o valor venal do imóvel, da seguinte forma:
I. multa de 1% (um por cento), quando não for promovida a inscrição ou sua alteração na forma e no prazo determinados;
II. multa de 2% (dois por cento), quando houver erro, omissão ou falsidade nos dados que possam alterar a base de cálculo do imposto, assim como embargo ao cadastramento do imóvel.

TÍTULO IV - DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS
CAPÍTULO I - DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR
Art. 206. O imposto de competência do Município, sobre a transmissão por ato oneroso inter vivos, de bens imóveis (ITBI), bem como cessão de direitos a eles relativos, tem como fato gerador:
I. a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, conforme definido no Código Civil;
II. a transmissão inter vivos, por ato oneroso, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia;
III. a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos anteriores.
Parágrafo único: Para efeitos deste Código é adotado o conceito de imóvel e de cessão constantes da Lei Civil.
Art. 207. A incidência do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis alcança as seguintes mutações patrimoniais:
I. compra e venda pura ou condicional e atos equivalentes;
II. dação em pagamento;
III. permuta;
IV. arrematação ou adjudicação em leilão, hasta pública ou praça;
V. incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, ressalvados os casos de imunidade e não incidência;
VI. transferência do patrimônio de pessoa jurídica para o de qualquer um de seus sócios, acionistas ou respectivos sucessores;
VII. tornas ou reposições que ocorram:
a) nas partilhas efetuadas em virtude de dissolução da sociedade conjugal ou morte quando o cônjuge ou herdeiro receber, dos imóveis situados no Município, cota-parte de valor maior do que o da parcela que lhe caberia na totalidade desses imóveis;
b) nas divisões para extinção de condomínio de imóvel, quando for recebida por qualquer condômino cota-parte material cujo valor seja maior do que o de sua cota-parte ideal;
VIII. mandato em causa própria e seus subestabelecimentos, quando o instrumento contiver os requisitos essenciais à compra e à venda;
IX. instituição de fideicomisso;
X. enfiteuse e subenfiteuse;
XI. rendas expressamente constituídas sobre imóvel;
XII. concessão real de uso;
XIII. cessão de direitos de usufruto;
XIV. cessão de direitos ao usucapião;
XV. cessão de direitos do arrematante ou adjudicante, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;
XVI. acessão física quando houver pagamento de indenização;
XVII. cessão de direitos sobre permuta de bens imóveis;

XVIII. qualquer ato judicial ou extrajudicial inter vivos não especificado neste artigo que importe ou se resolva em transmissão, a título oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, ou de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;
XIX. cessão de direitos relativos aos atos mencionados no inciso anterior;
XX. incorporação de imóvel ou de direitos reais sobre imóveis ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, quando a atividade preponderante da adquirente for a compra e venda, locação ou arrendamento mercantil de imóveis, ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição;
XXI. transmissão desses bens ou direitos, decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, quando a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;
XXII. cessão de promessa de venda ou transferência de promessa de cessão, relativa a imóveis, quando se tenha atribuído ao promitente comprador ou ao promitente cessionário o direito de indicar terceiro para receber a escritura decorrente da promessa.
§1º. Equipara-se à compra e venda, para efeitos tributários:
I. a permuta de bens imóveis por bens e direitos de outra natureza;
II. a permuta de bens imóveis situados no território do Município por outros quaisquer bens situados fora do território do Município.
§2º. Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida neste artigo quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos anos anteriores e nos dois anos subsequentes à aquisição, decorrer de transações mencionadas neste Código Tributário Municipal.
§3º. Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior, levando em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.
§4º. Verificada a preponderância referida neste artigo, tornar-se-á devido o imposto, nos termos da lei vigente à data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito nessa data.

CAPÍTULO II - DA NÃO INCIDÊNCIA
Art. 208. O imposto não incide sobre a transmissão dos bens ou direitos referidos nos artigos anteriores:
I. quando efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito;
II. quando decorrente da incorporação ou da fusão de uma pessoa jurídica por outra ou com outra.
Parágrafo único: O imposto não incide sobre a transmissão aos mesmos alienantes, dos bens e direitos adquiridos na forma do inciso I deste artigo, em decorrência da sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos.

CAPÍTULO III - DO SUJEITO PASSIVO
Art. 209. O sujeito passivo da obrigação tributária é:
I. o adquirente dos bens ou direitos;
II. nas permutas, cada uma das partes pelo valor tributável do bem ou direito que recebe.
Art. 210. Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto:
I. o transmitente;
II. o cedente;
III. os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, relativamente aos atos por eles praticados ou que por eles tenham sido coniventes, em razão do seu ofício, ou pelas omissões de que foram responsáveis.

CAPÍTULO IV - DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS
Art. 211. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel e dos bens ou direitos transmitidos, apurado na data do efetivo recolhimento do tributo.
Parágrafo único: Quando o valor venal da transmissão for superior ao encontrado no Cadastro Imobiliário do Município, o contribuinte ficará sujeito ao pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, por ato "inter vivos" com base no valor maior.
Art. 212. A alíquota é de 2% (dois por cento).
Parágrafo único: Será de 0,5% (meio por cento), a alíquota sobre o valor do financiamento realizado através do Sistema Financeiro de Habitação e de 2% (dois por cento) sobre o valor restante.

CAPÍTULO V - DO PAGAMENTO
Art. 213. O imposto será pago antes da realização do ato ou da lavratura do instrumento público ou particular que configurar a obrigação de pagá-lo, exceto:

I. nas tornas ou reposições em que sejam interessados incapazes, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data em que se der a concordância do Ministério Público;
II. na arrematação ou adjudicação, dentro de 30 (trinta) dias contados da data em que tiver sido assinado o ato ou deferida a adjudicação, ainda que haja recurso pendente;
III. na transmissão objeto de instrumento lavrado em outro Município, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da sua lavratura.
§1º. Considerar-se-á ocorrido o fato gerador na lavratura de contrato ou promessa de compra e venda, exceto se deles constar expressamente que a emissão na posse do imóvel somente ocorrerá após a quitação final.
§2º. O recolhimento do tributo se fará por meio de guia específica em estabelecimento bancário autorizado pela Administração.
§3º. O poder executivo poderá estabelecer, nos casos em que couber, o recolhimento deste imposto mediante aposição de estampilhas, segundo os critérios que vierem a ser adotados.
§4º. As estampilhas que vierem a ser adotadas deverão ser inutilizadas pelo próprio punho do Tabelião por onde corre o ato da transmissão do imóvel, vedada a restituição de seu valor em qualquer hipótese.

CAPÍTULO VI-DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES
Art. 214. O descumprimento das obrigações previstas neste Código Tributário, quanto ao ITBI, sujeita o infrator às seguintes penalidades:
I. 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto devido, na prática de qualquer ato de transmissão de bens e/ou direitos sem o pagamento do imposto nos prazos legais;
II. 250% (duzentos e cinquenta por cento) do valor do imposto, caso ocorra omissão ou inexatidão fraudulenta de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do imposto ou que resultem na não incidência, isenção ou suspensão de pagamento;
III. 100% (cem por cento) do imposto devido no caso do inciso anterior, quando não fique caracterizada a intenção fraudulenta.

TÍTULO- V DAS TAXAS
CAPÍTULO I- DA TAXA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

SEÇÃO I - DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 215. A Taxa de Serviços Públicos tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços de coleta de lixo, de iluminação pública, de transporte e trânsito urbano, de conservação de vias e de logradouros públicos, de limpeza pública e de expediente e serviços diversos, prestados pelo Município ao contribuinte ou colocados à sua disposição, com a regularidade necessária.

§1º. Entende-se por serviço de coleta de lixo a remoção periódica de lixo gerado em imóvel edificado. Não está sujeita à taxa, a remoção especial de lixo, assim entendida a retirada de entulhos, detritos industriais, galhos de árvores e outros materiais inservíveis e, ainda, a remoção de lixo realizada em horário especial por solicitação do interessado.

§2º. Entende-se por serviço de iluminação pública, o fornecimento de iluminação das vias, logradouros e próprios públicos, observando-se seu relevante aspecto social.

§3º. Entende-se por serviço de conservação de vias e logradouros públicos a reparação e manutenção de ruas, estradas municipais, praças, jardins e similares, que visem manter ou melhorar as condições de utilização desses locais, quais sejam:

a) raspagem do leito carroçável, com o uso de ferramenta ou máquinas;

b) conservação e reparação de calçamento;

c) recondicionamento de guias e meios-fios;

d) melhoramento ou manutenção de "mata-burros", acostamentos, sinalização e similares;

e) desobstrução, aterros de reparação e serviços correlatos;

f) sustentação e fixação de encostas laterais, remoção de barreiras;

g) fixação, poda e tratamento de árvores e plantas ornamentais e serviços correlatos;

h) manutenção e desobstrução de bueiros e de canalização de águas pluviais;

i) manutenção de praças, parques, jardins, lagos e fontes.

§4º. Entende-se por serviços de limpeza pública os que consistam em varrição, lavagem, limpeza e capina de vias e logradouros públicos.

§5º. A taxa de expediente é devida pela apresentação de documentos às repartições da Prefeitura, para apreciação, despacho ou arquivamento pelas autoridades municipais ou pela lavratura de atos em geral, inclusive inscrição em cadastro, emissões de guias para pagamento de tributos, termos, contratos e demais atos emanados do Poder Público Municipal.

SEÇÃO II - DO SUJEITO PASSIVO

Art. 216. Contribuinte da taxa ou preço público é o usuário do serviço ou o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de bem imóvel situado em local onde o Município mantenha os serviços a pessoa física ou jurídica interessada no exercício da atividade ou na prática de atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município referidos no artigo anterior.

SEÇÃO III - DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS

Art. 217. A base de cálculo da taxa é o custo dos serviços utilizados pelo contribuinte ou colocados à sua disposição e dimensionados, para cada caso, da seguinte forma:

I. em relação aos serviços de limpeza pública, conservação de vias e logradouros públicos e coleta de lixo, para cada imóvel considerado, constante das Tabelas V deste Código;

II. em relação à prestação de serviços públicos diversos, por serviços prestados, com aplicação das alíquotas correspondentes constantes das Tabelas X deste Código;

III. em relação à taxa de cemitério, expediente e serviços diversos, por serviços prestados, com aplicação das alíquotas correspondentes constantes das Tabelas VIII deste Código;

IV. em relação à cobrança de fiscalização de ocupação de solo nas vias e logradouros públicos, com aplicação das alíquotas correspondentes constantes das Tabelas IV deste Código;

V. em relação à taxa de licença relativa à veiculação de publicidade em geral, com aplicação das alíquotas correspondentes constantes das Tabelas VII deste Código;

VI. em relação à taxa de licença para arruamento, execução de obras e loteamentos, com aplicação das alíquotas correspondentes constantes das Tabelas VI deste Código;

VII. em relação à taxa para o exercício eventual ou ambulante, com aplicação das alíquotas correspondentes constantes das Tabelas IX deste Código;

IX. em relação à taxa de fiscalização sanitária, com aplicação das alíquotas correspondentes constantes das Tabelas III deste Código;

X. em relação à taxa de fiscalização de localização, instalação e funcionamento, com aplicação das alíquotas correspondentes constantes das Tabelas IV deste Código;

§1º. Tratando-se de imóvel com mais de uma testada, considerar-se-á, para efeito de cálculo, a maior testada dotada do serviço.

§2º. Quando no mesmo terreno houver mais de uma unidade autônoma, será calculada a testada ideal de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Testada ideal} = \frac{\text{Testada x Área construída da unidade}}{\text{Área total construída}}$$

§3º. A taxa de expediente independerá de lançamento e será cobrada antes da realização de quaisquer atos especificados na Tabela II, cabendo aos responsáveis pelos órgãos municipais encarregados de realizar os atos tributados a verificação do respectivo pagamento.

§4º. Será acrescida do percentual de 100% (cem por cento) a taxa de limpeza pública para os terrenos não murados ou sem calçadas, quando situados em logradouro público provido de meio-fio.

§5º. A taxa de expediente e serviços diversos não incide sobre:

a) os requerimentos e certidões para fins militares e eleitorais;

b) os requerimentos apresentados por servidores municipais, ativos e inativos, e certidões do interesse destes.

SEÇÃO IV - DO LANÇAMENTO

Art. 218. A taxa será lançada anualmente, em nome do contribuinte, com base nos dados do Cadastro Imobiliário, podendo os prazos e formas assinalados para pagamento coincidirem, a critério da Administração, com os do Imposto Predial e Territorial Urbano.

§1º. A Administração poderá aplicar em relação às taxas de serviços públicos as disposições capituladas neste Código, relativas ao Imposto Predial e Territorial Urbano, no respeitante à arrecadação, cadastramento, infrações e penalidades.

§2º. O pagamento da taxa e a aplicação dos dispositivos a que se refere o parágrafo anterior não incluem:

I. o pagamento:

a) de preços ou tarifas pela prestação de serviços especiais, assim compreendidos a remoção de "containers", de entulhos de obras, de bens móveis imprestáveis, do lixo extraordinário, de animais mortos e de veículos abandonados, bem como a capinação de terrenos, a limpeza de prédios e terrenos, a disposição de lixo em aterros e a destruição ou incineração de material em aterro ou usina;
b) de penalidades decorrentes de infrações ou inobservância às normas de limpeza e posturas municipais;
II. o cumprimento de quaisquer normas ou exigências administrativas relacionadas com a coleta de lixo domiciliar, hospitalar, comercial e industrial, na forma do regulamento, ou a conservação e limpeza das vias e logradouros públicos;
III. a cobrança da taxa de iluminação pública por intermédio da empresa concessionária de energia elétrica convenente de que trata o art. 221 deste Código.
§3º. Todas as pessoas físicas ou jurídicas, ainda que imunes ou isentas de impostos, ficam obrigadas ao pagamento da taxa de serviços públicos.
§4º. O lançamento e a arrecadação da taxa de iluminação pública poderá ser feito:
I. mensalmente, no tocante à arrecadação, em razão do convênio firmado com a empresa concessionária de eletricidade;
II. nos prazos fixados para lançamento e arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano, para os imóveis não edificados.
§5º. O lançamento e a arrecadação das taxas de transporte e trânsito urbano serão feitos na forma e nos prazos previstos em regulamento.
Art. 219. A Taxa de Iluminação Pública do Município de Colniza - MT será calculada na conformidade com lei específica.

SEÇÃO V - DA ARRECADAÇÃO
Art. 220. A taxa será paga de uma vez ou parceladamente, na forma e prazos regulamentares.
Parágrafo único: O Poder Executivo poderá delegar competência ao órgão ou instituição prestadora do serviço público, para promover a cobrança das respectivas taxas.
Art. 221. Os serviços de iluminação pública, quando se tratar de imóvel edificado, serão cobrados de acordo com o convênio celebrado com a empresa concessionária de eletricidade.

CAPÍTULO II - DAS TAXAS DE LICENÇA E DE VERIFICAÇÃO FISCAL
SEÇÃO I - DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR
Art. 222. A taxa de licença é devida em decorrência da atividade da Administração Pública que, no exercício regular do poder de polícia do Município, regula a prática de ato ou abstenção de fato em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à saúde, à ordem, aos costumes, à localização e ao funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviço, à tranquilidade pública, à propriedade, aos direitos individuais e coletivos e à legislação urbanística a que se submete qualquer pessoa física ou jurídica.
§1º. Estão sujeitos à prévia licença:
a) a localização e o funcionamento de estabelecimentos;
b) o funcionamento de estabelecimentos em horário especial;
c) a veiculação de publicidade em geral;
d) a execução de obra, arruamento e loteamento;
e) o abate de animais;
f) a ocupação de área em terrenos, vias ou logradouros públicos;
g) as atividades econômicas exercidas de forma ambulante e/ou eventual;
h) Interdição de vias e ruas urbanas;
§2º. Nenhuma pessoa física ou jurídica que opere no ramo da produção, industrialização, comercialização ou prestação de serviços poderá, sem prévia licença da Prefeitura, exercer suas atividades no Município, sejam elas permanentes, intermitentes ou por período determinado.
§3º. As taxas de licença independem de lançamento e serão pagas por antecipação na forma prevista nos anexos e nos prazos regulamentares.
§4º. Nenhuma licença poderá ser concedida por prazo superior a um ano, salvo os casos expressos neste Código e do qual conste o seu prazo no respectivo alvará.
§5º. Em relação à localização e ao funcionamento:
I. haverá incidência da taxa a partir da constituição e instalação do estabelecimento.
II. a obrigação da prévia licença independe de estabelecimento fixo e é exigida ainda quando a atividade for prestada em recinto ocupado por outro estabelecimento ou no interior de residência;
III. a taxa será devida e emitido o respectivo Alvará de Licença, por ocasião do licenciamento inicial, pela verificação fiscal do exercício de atividade em cada período anual subsequente e toda vez que se verificar mudanças no ramo de atividade, transferência de local ou quaisquer outras alterações, mesmo quando ocorrerem dentro de um mesmo exercício, sendo, neste caso, a taxa cobrada proporcionalmente aos meses restantes do exercício, na base de duodécimos;
IV. as atividades múltiplas num mesmo estabelecimento, sem delimitação de espaço, por mais de um contribuinte, são sujeitas ao licenciamento e à taxa, isoladamente, nos termos do inciso II deste artigo;
V. a taxa é representada pela soma de duas atividades administrativas indivisíveis quanto à sua cobrança:
a) uma, no início da atividade, pelas diligências para verificar as condições para localização do estabelecimento face às normas urbanísticas e de polícia administrativa;
b) outra, enquanto perdurar o exercício da atividade no estabelecimento, para efeito de fiscalização das normas de que trata a alínea anterior e das posturas e regulamentos municipais;
VI. no caso de atividades intermitentes ou período determinado a taxa poderá ser calculada proporcionalmente aos meses de sua validade, conforme estabelecido em regulamento;
VII. Os contribuintes obrigados à inscrição no Cadastro Mobiliário do Município de Colniza - MT, das categorias econômicas de indústria comércio e prestação de serviços sujeitos ao ICMS, deverão apresentar, em cada período anual, informações econômico-fiscais necessárias a estudos e controle da arrecadação de interesse do município de Colniza - MT, conforme dispuser o regulamento.
§6º. Fora do horário normal, admitir-se-á o funcionamento de estabelecimento em horário especial, mediante prévia licença extraordinária, na forma do regulamento e pelo período solicitado, nas seguintes modalidades, em conjunto ou não:
I. de antecipação;
II. de prorrogação;
III. em dias excetuados, considerados como tais os domingos e feriados nacionais.
§7º. A taxa de licença para publicidade será devida pela atividade municipal de vigilância, controle e fiscalização quanto às normas concernentes à estética urbana, a poluição do meio ambiente, higiene, costumes, ordem, tranquilidade e segurança pública, a que se submete qualquer pessoa que pretenda utilizar ou explorar, por qualquer meio, publicidade em geral, em vias e logradouros públicos ou em locais visíveis ou de acesso ao público, nos termos do regulamento, sendo que:
a) sua validade será a do prazo constante no respectivo alvará;

b) não se considera publicidade as expressões de indicação, tais como placas de identificação dos estabelecimentos, tabuletas indicativas de sítios, granjas, serviços de utilidade pública, hospitais, ambulatórios, prontos-socorros e, nos locais de construção, as placas indicativas dos nomes dos engenheiros, firmas e arquitetos responsáveis pelo projeto ou pela execução de obra pública ou particular.

§8º. São sujeitos à prévia licença do Município e ao pagamento da taxa de licença para execução de obras, a construção, reconstrução, reforma, reparo, acréscimo ou demolição de edifícios, casas, edículas, assim como o arruamento, o loteamento e o desmembramento de terrenos e quaisquer outras obras em imóveis, sendo que:

a) a licença só será concedida mediante prévio exame e aprovação das plantas e projetos das obras, na forma da legislação edilícia e urbanística aplicável;

b) a licença terá período de validade fixado de acordo com a natureza, extensão e complexidade da obra, e será cancelada se sua execução não for iniciada dentro do prazo estabelecido no alvará;

c) se insuficiente, para execução do projeto, o prazo concedido no alvará, a licença poderá ser prorrogada a requerimento do contribuinte.

§9º. O abate de animais destinado ao consumo público quando for feito em matadouro público, só será permitido mediante licença do Município, precedida de inspeção sanitária ou, relativamente a animais cujo abate tenha ocorrido em outro Município, após a reinspeção sanitária para distribuição local.

§10. A taxa por ocupação de área e estacionamento em terrenos, vias e logradouros públicos tem como fato gerador a utilização de espaços nos mesmos, com bens móveis e imóveis, mesmo que a título precário, nos quais tenham ou não os usuários instalações de qualquer natureza.

§11. Em relação a taxa de licença para o comércio eventual ou ambulante:

a) considera-se comércio eventual aquele exercido em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de festejos ou comemoração e os exercidos com utilização de instalações removíveis, colocadas nas vias e logradouros públicos, como balcões, barracas, mesas, tabuleiros e semelhantes;

b) considera-se comércio ambulante aquele exercido individualmente sem estabelecimento, instalação ou localização permanente;

c) O comércio ambulante será admitido nas vias e logradouros do Município de Colniza, nos locais previamente delimitados e em horário autorizado pela Administração Municipal.

d) O comércio ambulante em Colniza poderá funcionar em vias e logradouros públicos ou em áreas particulares autorizadas pelos proprietários, desde que instalado e fiscalizado conforme esta lei e seus regulamentos.

I. Serão estabelecidos em regulamento as vias, logradouros, próprios públicos e regiões, inclusive no caso de áreas particulares, nos quais poderá ser liberado ou proibido o comércio ambulante.

II. Os locais discriminados conforme o parágrafo anterior serão diferenciados quanto à classificação do comerciante ambulante, podendo ser liberados locais apenas aos classificados como "não estacionário".

e) Para os efeitos desta lei, configura-se como comércio ambulante, toda atividade comercial de artigos e artefatos, no varejo, e de produtos alimentícios, realizados por pessoas autônomas, ou ainda, as que estejam fixadas em áreas de passeios e vias públicas, excetuando-se aquelas decorrentes das concessões públicas.

f) A atividade de comércio ambulante somente poderá ser exercida após a emissão da competente licença, cuja validade, renovação e elementos serão estabelecidos em regulamento.

I. A licença para o comércio ambulante constitui outorga unilateral do Município, consideradas as condições econômicas e sociais, às pessoas físicas que pretendam exercer a atividade de comércio ambulante, servindo exclusivamente para a finalidade nela indicada e que satisfaçam as disposições desta lei.

II. a licença será concedida a título pessoal, precário, oneroso e intransferível, podendo ser revogada a qualquer tempo, a juízo da Administração Municipal, tendo em vista o interesse público e o cumprimento das normas estabelecidas nesta lei, sem que assista ao ambulante o direito a qualquer indenização.

III. a solicitação de licença para o exercício do comércio ambulante deverá ser formalizada mediante requerimento próprio, dirigido ao Departamento de Arrecadação, por comerciante ou autônomo residente no Município de Colniza/MT.

IV. o requerimento e os documentos mínimos para a concessão da licença serão estabelecidos em regulamento.

V. a concessão de alvará obedecerá aos critérios infra-indicados, seguindo a seguinte prioridade:

a) Tempo de exercício de atividade no Município;

b) Tempo de moradia em Colniza/MT;

c) Número de filhos menores;

d) Renda familiar per capita;

e) Tempo de desemprego;

f) Ser portador de deficiência;

g) Qualificação profissional;

h) Ser aposentado.

g) No alvará constarão as seguintes informações essenciais;

I. nome do comerciante ambulante e respectivo endereço;

II. número da inscrição;

III. indicação das mercadorias autorizadas,

IV. horário e local de trabalho.

h) A classificação dos comerciantes ambulantes quanto às condições físicas e econômicas e quanto à forma pela qual a atividade é exercida será estabelecida em regulamento.

i) Os comerciantes terão, que usar crachá de identificação.

Parágrafo único. Os comerciantes de alimentos, além do crachá, terão que vestir guarda-pó e boné da cor bege, à exceção dos comerciantes de sorvete que ficam isentos desta exigência.

j) No caso de alimentos a comercialização somente será permitida em instalações ou recipientes que atendam às normas de higiene e conservação devendo os produtos estarem liberados pelos serviços de inspeção sanitária, e atenderem às exigências do Código de Defesa do Consumidor.

Parágrafo único. No caso de produtos alimentícios de fabricação caseira, deverão receber instruções específicas e avaliação da Secretaria da Saúde a cada 120 (cento e vinte) dias.

k) A atividade de comércio ambulante fica sujeita à legislação fiscal e sanitária do Município.

l) Os comerciantes ambulantes ficam obrigados a:

I. comercializar somente as mercadorias autorizadas no alvará e exercer as atividades nos limites do local demarcado e no horário estipulado;

II. portar-se com urbanidade, de forma a não perturbar o sossego público.

m) O comerciante ambulante somente poderá suspender suas atividades nas condições e por períodos estabelecidos em regulamento, sujeito à cassação da licença.
n) Além de outras obrigações desta lei, são deveres do ambulante:
I. portar a licença ou o cartão de identificação;
II. exercer pessoalmente a sua atividade;
III. conservar o equipamento dentro das especificações prescritas pela Administração Municipal;
IV. vender produtos em bom estado de conservação e de acordo com a legislação em vigor, quando se tratar de alimentos, doces, temperos, sorvetes, etc.;
V. usar material adequado para embrulhar os gêneros alimentícios;
VI. manter limpo o seu local de trabalho;
VII. observar irrepreensível compostura e polidez no trato público;
VIII. respeitar o horário de trabalho determinado, quando for o caso;
IX. conservar devidamente aferidos os pesos e balanças utilizados na prática de sua atividade;
X. exibir, quando solicitado pela fiscalização, o documento de sua licença ou autorização para trabalhar;
XI. cumprir ordens e instruções emanadas do Poder Público competente;
XII. apresentar-se trajado e calçado, em condições de higiene e asseio, sendo obrigatório o uso de guarda-pó e boné ou gorro, conforme regulamento, aos que comercializarem alimentos;
XIII. portar e manter atualizada a carteira de saúde ou equivalente, emitida pela Secretaria Municipal de Saúde, àqueles que comercializarem alimentos, conforme regulamento.
o) É proibido ao ambulante:
I. ceder a terceiros, a qualquer título, a sua licença ou local de atividade;
II. adulterar ou rasurar documentos necessários à sua atividade;
III. comercializar os mesmos produtos ou equivalentes aos do comércio fixo, exceto alimentos e bebidas não alcoólicas;
IV. comercializar produtos tóxicos, fumo e similares, farmacêuticos, fogos de artifício, inflamáveis ou explosivos, bebidas alcoólicas, animais vivos ou embalsamados, jóias, alimentos em desacordo com as normas higiênico-sanitárias, eletrodomésticos, móveis;
V. comercializar mercadorias em desacordo com a sua licença;
VI. realizar qualquer tipo de jogo de azar;
VII. utilizar, em desacordo com a legislação pertinente, aparelhos sonoros de qualquer tipo para promover a venda ou divulgação de seus produtos;
p) O comerciante ambulante que violar qualquer dos dispositivos desta lei estará sujeito às seguintes penalidades:
I. advertência:
a) Deixar de portar ou deixar de apresentar a licença ou o cartão de identificação, sempre que solicitado pelo agente fiscal;
b) Trabalhar fora do horário determinado;
c) Utilizar, em desacordo com a legislação pertinente, aparelhos sonoros de qualquer tipo, para promover a venda ou a divulgação de seus produtos;
d) Deixar de manter limpo o seu local de trabalho, bem como deixar de manter recipiente para coleta de lixo;
e) Deixar de observar irrepreensível compostura e polidez no trato público;
II. multa de valor equivalente a 12 (doze) UPF:
a) na reincidência dos tipos previstos nas alíneas do inciso anterior;
b) realizar qualquer tipo de jogo de azar;
c) comercializar mercadorias em desacordo com a sua licença;
d) deixar exercer a atividade pessoa não autorizada;
e) deixar de conservar devidamente aferidos os pesos e balanças utilizados na prática de sua atividade;
f) invadir recuo destinado a pedestres ou veículos;
g) utilizar equipamento não autorizado ou fora das especificações e dimensões regulares;
h) deixar de apresentar-se trajado e calçado, em condições de higiene e asseio e, aos que comercializarem alimentos, não trajarem guarda-pó e boné ou gorro, conforme regulamento;
i) deixar de portar e manter atualizada carteira de saúde ou equivalente, emitida pela Secretaria Municipal de Saúde, aqueles que comercializarem alimentos, conforme regulamento.
III. multa de valor equivalente a 25 (vinte e cinco) UPF´s:
a) na reincidência dos tipos previstos nas alíneas do inciso anterior;
b) adulterar ou rasurar documentos necessários à sua atividade;
c) funcionar em local diferente do estabelecido na licença;
IV. cassação da licença para o comércio ambulante:
a) na reincidência dos tipos previstos nas alíneas do inciso anterior;
b) comercializar produtos tóxicos, fumo e similares, farmacêuticos, fogos de artifício, inflamáveis ou explosivos, bebidas alcoólicas, animais vivos ou embalsamados, jóias, alimentos em desacordo com as normas higiênico-sanitárias, eletrodomésticos, móveis;
c) utilizar equipamentos, produtos e materiais que ofereçam risco à população, como o gás liquefeito de petróleo (GLP), sem a autorização do Corpo de Bombeiros;
d) ceder a terceiros, a qualquer título, a sua licença ou local de atividade;
e) abandonar suas atividades por 30 (trinta) dias ou mais, sem comunicação ao Departamento de Arrecadação;
f) prestar declaração falsa com relação ao seu estado de saúde, suas rendas e seus familiares e agregados;
V. apreensão de bens e mercadorias:
a) Trabalhar sem licença;
b) Comercializar produtos tóxicos, fumo e similares, farmacêuticos, fogos de artifício, inflamáveis ou explosivos, bebidas alcoólicas, animais vivos ou embalsamados, jóias, alimentos em desacordo com as normas higiênico-sanitárias, eletrodomésticos, móveis, sem prejuízo da penalidade referida no inciso anterior.
§1º. O prazo de recolhimento das multas referidas neste artigo é de 15 (quinze) dias, sendo que após o vencimento, sobre o débito incidirão juros moratórios a razão de 1,0% (um por cento) ao mês calendário ou fração e atualização monetária pelos índices adotados pelo município.
§2º. A apreensão de bens e mercadorias estará sujeita ao pagamento das estadias previstas na legislação municipal.
n) Os comerciantes ambulantes, devidamente licenciados à data de publicação desta lei e aqueles que já exercem a atividade de fato, desde que previamente registrados em livro próprio, sujeitar-se-ão aos termos desta lei e respectivo regulamento.
§1º. Os comerciantes citados no "caput" deverão regularizar-se, quanto aos dispositivos desta lei e seu regulamento, em 60 (sessenta dias).

§2º. Os comerciantes ambulantes que atuem em locais em desacordo com esta Lei e seu regulamento serão remanejados, a critério da Administração, para locais nos quais a atividade não ofereça riscos para pedestres, veículos ou empresas.
§3º Será considerado abandono de pedido de licença a falta de qualquer providência requerida pela autoridade diligente, importando em arquivamento do processo sem exclusão das sanções cabíveis.
§4º. As licenças de que trata o §1º deste artigo terão os seguintes prazos e condições de validade:
I. as relativas à alínea "a", validade no exercício em que forem concedidas;
II. as concernentes às alíneas "b" e "f", pelo período solicitado ou autorizado;
III. a referente à alínea "e", ao número de animais a serem abatidos;
IV. as demais, pelo prazo e condições constantes do respectivo alvará, fixados em regulamento ou estabelecidos em conformidade com este Código.
§1º. O Poder Executivo expedirá os regulamentos necessários à fiscalização, requisitos, restrições, e demais institutos asseguradores do pleno exercício do poder de polícia municipal.

SEÇÃO II - DO SUJEITO PASSIVO
Art. 223. Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica interessada no exercício da atividade ou na prática de atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município, nos termos do art. 222, deste Código Tributário.

SEÇÃO III - DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS
Art. 224. As bases de cálculo das taxas são:
I. em relação à taxa de licença e verificação fiscal para localização e funcionamento, por fiscalização, com aplicação das alíquotas correspondentes constantes das Tabelas IV, deste Código, sobre o valor da UPF vigente à data da prestação;
II. em relação à taxa de licença relativa ao funcionamento de estabelecimentos em horário especial, por fiscalização, com aplicação das alíquotas correspondentes constantes das Tabelas V deste Código, sobre o valor da UPF vigente à data da prestação;
III. em relação à taxa de fiscalização sanitária, com aplicação das alíquotas correspondentes constantes das Tabelas XII, deste Código, sobre o valor da UPF vigente à data da prestação;
§1º. Quando da verificação fiscal do exercício da atividade, a cada período anual subsequente, relativo à localização e funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, anteriormente licenciados, situados em locais ou zonas não reservados para essa atividade ora de uso não tolerado pelas normas urbanísticas municipais, desde que seu funcionamento proporcione incômodos, poluição sonora ou ambiental incompatíveis com o uso predominante residencial da região ou cuja atividade ponha em risco a vida dos transeuntes, a taxa ficará sujeita a acréscimo progressivo anual de 50% (cinquenta por cento) do seu valor inicial.
§2º. O acréscimo de que trata o parágrafo anterior será aplicado após a constatação, no local, pela autoridade competente ou comissão formada especialmente para o fim de elaborar um parecer técnico, atestando a nocividade ou inconveniência do estabelecimento para a área em questão.

SEÇÃO IV - DO LANÇAMENTO
Art. 225. A taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constatados no local e/ou existentes no cadastro.
§1º. A taxa será lançada a cada licença requerida e concedida ou a constatação de funcionamento de atividade a ela sujeita.
§2º. O sujeito passivo é obrigado a comunicar à repartição própria do Município, dentro de 30 (trinta) dias, para fins de atualização cadastral, as seguintes ocorrências relativas a seu estabelecimento:
a) alteração da razão social, endereço do estabelecimento ou do ramo de atividade;
b) alterações físicas do estabelecimento.

SEÇÃO V - DA ARRECADAÇÃO
Art. 226. As taxas serão arrecadadas de acordo com o disposto no regulamento.
Art. 227. Em caso de prorrogação da licença para execução de obras, a taxa será reduzida em 50% (cinquenta por cento) de seu valor original.
Art. 228. Poderá ser autorizado o parcelamento da taxa de licença nos casos, formas e prazos estabelecidos em regulamentos, firmando-se termo de compromisso.

SEÇÃO VI - DAS ISENÇÕES
Art. 229. São isentos do pagamento da taxa de licença:
I. para localização e funcionamento:
a) as associações de classe, associações culturais, associações religiosas, associações de bairro e beneficentes, clubes desportivos, pequenas escolas primárias sem fins lucrativos, orfanatos, asilos e creches, desde que legalmente constituídos e declarados de utilidade pública por lei municipal;
b) as autarquias e os órgãos da administração direta federais, estaduais e municipais;
c) os cegos, mutilados, excepcionais, inválidos e os incapazes permanentemente pelo exercício de pequeno comércio, arte ou ofício;
d) a atividade autônoma de pequeno artífice ou artesão, discriminada em regulamento, exercida em sua própria residência, sem empregados ou auxílio de terceiros, não se considerando como tal seus descendentes e o cônjuge;
e) a pequena indústria domiciliar, assim definida em regulamento;
II. para o exercício de comércio eventual ou ambulante e de ocupação de terrenos, vias e logradouros públicos, desde que regularmente autorizados para tanto:
a) os cegos, mutilados, excepcionais e inválidos que exerçam pequeno comércio;
b) os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas;
c) os engraxates ambulantes;
d) o vendedor de artigos de artesanato doméstico e arte popular de sua própria fabricação, sem auxílio de empregados;
e) os vendedores eventuais e ambulantes localizados em estabelecimentos municipais especialmente reservados para suas atividades;
III. para execução de obras:
a) a limpeza ou pintura externa e interna de prédios, muros ou grades;
b) a construção de passeio quando do tipo aprovado pelo órgão competente;
c) a construção de barracões destinados à guarda de materiais para obra já devidamente licenciada;
d) a construção de muro de arrimo ou de muralha de sustentação, quando no alinhamento da via pública;
e) as obras realizadas em imóveis de propriedade da União, dos Estados e de suas Autarquias, desde que aprovadas pelo órgão municipal competente;

IV. de veiculação de publicidade:
a) cartazes, letreiros ou dizeres destinados a fins patrióticos, religiosos, beneficentes, culturais, esportivos ou eleitorais, desde que em locais previamente indicados e/ou aprovados pela autoridade competente;
b) placas e dísticos de hospitais, casas de saúde, repartições, entidades filantrópicas, beneficentes, culturais ou esportivas, quando afixados nos prédios em que funcionem;
c) placas de indicação do nome de fantasia ou razão social, desde que no modelo aprovado pelo órgão competente e afixado no prédio do estabelecimento.
Parágrafo único: A isenção de que trata este artigo:
a) não é extensiva às taxas de expediente e serviços diversos, devidas para o licenciamento;
b) não exclui a obrigação prevista no §2º do art. 222 deste Código, bem como da inscrição e renovação de dados ao cadastro respectivo.

SEÇÃO VII - DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES
Art. 230. Constituem infrações às disposições das taxas de licença:
I. iniciar atividade ou praticar ato sujeito à taxa de licença antes da concessão desta;
II. exercer atividade em desacordo para a qual já foi licenciada;
III. exercer atividade após o prazo constante da autorização;
IV. deixar de efetuar pagamento da taxa no todo ou em parte, ou realizar o pagamento fora de prazo;
V. utilizar-se de meios fraudulentos ou dolosos para evitar o pagamento da taxa;
VI. a não manutenção do alvará em local de fácil acesso à fiscalização no estabelecimento.
§1º. As infrações às disposições das taxas de licença constantes deste Código serão punidas com as seguintes penalidades, além das demais previstas neste Código:
I. multa por infração;
II. cassação de licença;
III. interdição do estabelecimento.
§2º. A multa por infração será aplicada sob a forma de múltiplos da UPF, de acordo com o seguinte escalonamento, sem prejuízo do pagamento integral da taxa e das demais penalidades cabíveis:
I. de 10 (dez) UPF´s ou valor equivalente, nos casos de:
a) exercer atividade em desacordo para a qual foi licenciada;
b) deixar de efetuar o pagamento da taxa, no todo ou em parte;
c) não afixar o alvará em local de fácil acesso e visível à fiscalização;
II. de 15 (quinze) UPF´s ou valor equivalente, nos casos de:
a) exercer atividade após o prazo constante da autorização;
b) iniciar atividade ou praticar ato sujeito à taxa de licença antes da concessão desta;
c) deixar de comunicar ao fisco, dentro do prazo de 30 (trinta) dias da ocorrência do evento, informação indispensável para alteração cadastral necessária ao lançamento ou cálculo do tributo;
III. de 15 (quinze) UPF´s ou valor equivalente, nos casos de utilização de meios fraudulentos ou dolosos para evitar o pagamento da taxa, no todo ou em parte;
IV. cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão ou deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público, concernente à ordem, à saúde, à segurança e aos costumes, sem prejuízo da aplicação das penas de caráter pecuniário.
V. multa diária de 15 (quinze) UPF´s ou valor equivalente, quando não cumprido o Edital de Interdição do Estabelecimento e/ou as exigências administrativas decorrentes da cassação da licença por estar funcionando em desacordo com as disposições legais e regulamentares que lhes forem pertinentes.
§3º. As infrações às disposições das taxas de licença para interdição de vias e ruas urbanas serão punidas com as seguintes penalidades:
I. multa de 15 (quinze) UPF´s ou valor equivalente, por não ter permissão para interdição de vias e ruas urbanas, com exercício de atividade lucrativa;
II. multa de 20 (vinte) UPF´s ou valor equivalente, por não ter permissão para interdição de vias e ruas urbanas, com exercício de atividade não lucrativa;
III. multa de 45 (quarenta e cinco) UPF´s ou valor equivalente, por implantar, irregularmente, limitadores de velocidade;
IV. multa de 15 (quinze) UPF´s ou valor equivalente, por desenvolver atividade comercial sem permissão, em área de estacionamento;
V. multa de 15 (quinze) UPF´s ou valor equivalente, por deixar de sinalizar e retirar qualquer obstáculo das vias e ruas interditadas;
VI. multa de 20 (vinte) UPF´s ou valor equivalente, pela exploração de transporte coletivo remunerado, mediante qualquer tipo de veículo ciclo ou automotor, sem a devida autorização do órgão municipal competente.

TÍTULO VI -DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
CAPÍTULO I - DA INCIDÊNCIA
Art. 231. A contribuição de melhoria cobrada pelo Município é instituída para custear obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
Art. 232. Será devida a Contribuição de Melhoria sempre que o imóvel, situado na zona de influência da obra, for beneficiado por quaisquer das seguintes obras públicas, realizadas pela Administração Direta ou Indireta do Município, inclusive quando resultante de convênio com a União, o Estado ou entidade estadual ou federal:
I. abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais de praças e vias públicas;
II. construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;
III. construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;
IV. serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, telefônicas, de transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gás, funiculares, ascensores e instalações de comodidades públicas;
V. proteção contra secas, inundações, erosões e de saneamento e drenagem em geral, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;
VI. construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;
VII. construção de aeródromos e aeroportos e seus acessos;
VIII. aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

CAPÍTULO II - DO CÁLCULO

Art. 233. O cálculo da Contribuição de Melhoria terá como limite total o custo da obra, no qual serão incluídas as despesas com estudos, projetos, desapropriações, serviços preparatórios e investimentos necessários para que os benefícios sejam alcançados pelos imóveis situados na zona de influência, execução, administração, fiscalização e financiamento, inclusive os encargos respectivos.
Art. 234. O Executivo decidirá que proporção do valor da obra será recuperada através da cobrança da Contribuição de Melhoria.
Parágrafo único: A percentagem do custo da obra a ser cobrada como contribuição será fixada pelo Executivo, tendo em vista a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região.
Art. 235. A determinação da Contribuição de Melhoria de cada contribuinte far-se-á rateando, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra entre todos os imóveis incluídos na zona de influência, levando em conta a localização do imóvel, seu valor venal, sua testada ou área e o fim a que se destina, analisados esses elementos em conjunto ou isoladamente.
Parágrafo único: Os imóveis edificados em condomínio participarão do rateio de recuperação do custo da obra na proporção do número de unidades cadastradas, em razão de suas respectivas áreas de construção.

CAPÍTULO III - DO SUJEITO PASSIVO
Art. 236. Contribuinte é o proprietário do imóvel beneficiado por obra pública.
Art. 237. Responde pelo pagamento do tributo, em relação a imóvel objeto de enfiteuse, o titular do domínio útil.

CAPÍTULO IV - DO LANÇAMENTO E DA COBRANÇA
Art. 238. Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, a administração deverá publicar, antes do lançamento do tributo, edital contendo, no mínimo, os seguintes elementos:
I. memorial descritivo do projeto;
II. orçamento total ou parcial do custo da obra;
III. determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados;
IV. delimitação da zona diretamente beneficiada e a relação dos imóveis nela compreendidos.
Parágrafo único: O disposto neste artigo se aplica também aos casos de cobrança de Contribuição de Melhoria por obras públicas em execução, constantes de projetos ainda não concluídos.
Art. 239. Os proprietários dos imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas têm o prazo de 30 (trinta) dias a começar da data da publicação do edital a que se refere o artigo anterior, para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.
Parágrafo único: A impugnação deverá ser dirigida à autoridade administrativa, através de petição fundamentada, que servirá para o início do processo administrativo fiscal e não terá efeito suspensivo na cobrança da Contribuição de Melhoria.
Art. 240. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis.
Art. 241. Os requerimentos de impugnação, de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos, não suspendem o início ou o prosseguimento da obra, nem terão efeito de obstar a Administração da prática dos atos necessários ao lançamento e à cobrança da Contribuição de Melhoria.
Art. 242. O prazo e o local para pagamento da Contribuição serão fixados, em cada caso, pelo Poder Executivo.
Art. 243. As prestações serão corrigidas pelo índice utilizado na atualização monetária dos demais tributos.
Parágrafo único: Será atualizada, a partir do mês subsequente ao do lançamento, nos casos em que a obra que deu origem à Contribuição tenha sido executada com recursos de financiamentos, sujeitos à atualização a partir da sua liberação.
Art. 244. O montante anual da Contribuição de Melhoria, atualizado à época do pagamento, ficará limitado a 20% (vinte por cento) do valor venal do imóvel, apurado administrativamente.
Parágrafo único: O lançamento será procedido em nome do contribuinte, sendo que no caso de condomínio:
a) quando "pro-indiviso", em nome de qualquer um dos co-proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores;
b) quando "pro-diviso", em nome do proprietário titular do domínio útil ou possuidor da unidade autônoma.

CAPÍTULO V - DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES
Art. 245. O atraso no pagamento das prestações sujeitará o contribuinte à atualização monetária e às penalidades previstas no art. 72 deste Código.
Parágrafo único: O descumprimento da obrigação de recolher, na qualidade de contribuinte substituto, o imposto retido na fonte, constitui apropriação indébita de valores do Erário Municipal.

CAPÍTULO VI DOS CONVÊNIOS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS FEDERAIS E ESTADUAIS
Art. 246. Fica o Prefeito expressamente autorizado, em nome do Município, a firmar convênios com a União e o Estado para efetuar o lançamento e a arrecadação da Contribuição de Melhoria devida por obra pública federal ou estadual, cabendo ao Município percentagem na receita arrecadada.

LIVRO III- DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
TÍTULO I - DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 247. Constitui Dívida Ativa Tributária do Município a proveniente de impostos, taxas, contribuição de melhoria e multas de qualquer natureza, decorrentes de quaisquer infrações à legislação, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela legislação tributária ou por decisão final prolatada em processo regular.
Art. 248. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
§1º. A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.
§2º. A fluência de juros de mora e a aplicação de índices de atualização monetária não excluem a liquidez do crédito.

CAPÍTULO II - DA INSCRIÇÃO
Art. 249. A inscrição na Dívida Ativa Municipal e a expedição das certidões poderão ser feitas, manualmente, mecanicamente ou através de meios eletrônicos, com a utilização de fichas e relações em folhas soltas, a critério e controle da Administração, desde que atendam aos requisitos para inscrição.
§1º. Os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Municipal, sem prejuízo da respectiva liquidez e certeza, poderão ser inscritos em Dívida Ativa, pelos valores expressos equivalentes em UPF, ou qualquer outro índice que vier a substituí-la.

§2º. O termo de inscrição na Dívida Ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará:
I. a inscrição fiscal do contribuinte;
II. o nome e o endereço do devedor e, sendo o caso, os dos co-responsáveis;
III. o valor do principal devido e os respectivos acréscimos legais;
IV. a origem e a natureza do crédito, especificando sua fundamentação legal;
V. a data de inscrição na Dívida Ativa;
VI. o exercício ou o período de referência do crédito;
VII. o número do processo administrativo do qual se origina o crédito, se for o caso.
§3º. É competência exclusiva da Secretaria Municipal de Finanças, a inscrição da Dívida Ativa Municipal.
Art. 250. A cobrança da Dívida Ativa do Município será procedida:
I. por via amigável;
II. por via judicial;
III. por protesto.
§1º. Na cobrança da Dívida Ativa, o Poder Executivo poderá, mediante solicitação, autorizar o parcelamento de débito, para tanto, fixando os valores mínimos para pagamento mensal, conforme o tributo, para pessoas físicas e jurídicas.
§2º. O contribuinte beneficiado com o parcelamento do débito deverá manter em dia os recolhimentos sob pena de cancelamento do benefício.
§3º. O não recolhimento de quaisquer das parcelas referidas no parágrafo anterior tornará sem efeito o parcelamento concedido, vencendo o débito em uma única parcela, acrescido das cominações legais.
§4º. As duas vias de cobrança são independentes uma da outra, podendo a Administração, quando o interesse da Fazenda assim exigir, providenciar imediatamente a cobrança judicial da dívida, mesmo que não tenha dado início ao procedimento amigável ou, ainda, proceder simultaneamente aos dois tipos de cobrança.
§5º. A critério da autoridade administrativa poderá ser concedido mais de um parcelamento para o mesmo contribuinte, desde que observados os requisitos deste Código e do regulamento.
§6º. Fazenda Pública Municipal, através da Procuradoria-Geral do Município ou Assessoria Jurídica, poderá apresentar para protesto, na forma e para os fins previstos na Lei Federal nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, as Certidões de Divida Ativa Tributaria e Não-Tributária e alcançarão os responsáveis tributários apontados no art. 135 da Lei Federal nº. 5.172, de 26 de junho de 1.966 (Código Tributário Nacional), cujos nomes constem das Certidões de Dívida Ativa.
§7º. O pagamento dos valores correspondentes aos emolumentos devidos pelo protesto das Certidões de Dívida Ativa expedidas pela Fazenda Pública Municipal, somente será devido no momento da quitação do débito pelo devedor ou responsável.
§8º. O crédito da Fazenda Pública Municipal de natureza tributária e não tributária, exigível após o vencimento do prazo para pagamento, não liquidado, em cada exercício, até o dia 31 de dezembro, depois da verificação do controle administrativo da sua legalidade e da apuração administrativa de liquidez e certeza, será inscrito, até o dia 31 de janeiro do exercício subsequente, como dívida ativa da fazenda pública municipal.
§9º. Os Créditos da Fazenda Pública Municipal, de natureza tributária e não tributária, exigíveis após o vencimento do prazo para pagamento, regularmente inscritos em dívida ativa:
I. após a inscrição, dentro de um período de 02 (dois) meses, deverão ser objeto de cobrança amigável;
II. após os 02 (dois) meses de cobrança amigável, não sendo quitados nem parcelados, serão objeto de protesto;
III. após o protesto, não sendo quitados nem parcelados, serão objeto de execução fiscal.
§10. Fica permitido ainda, o protesto de Certidões de Dívida Ativa, já ajuizadas para cobrança judicial.
§11. O protesto extrajudicial dos débitos, tributários e não-tributários, inscritos em Dívida Ativa, também será utilizado, nos seguintes casos:
I. acordos administrativos rompidos;
II. créditos em fase extrajudicial com valores superiores a R$ 0,01 (Hum Centavo) até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais);
III. hipóteses em que ocorreu a confissão do débito, para obtenção de benefícios de qualquer ordem, sem que tenha havido pagamento do que foi confessado.
§12. Enquanto não for iniciada a cobrança judicial, os débitos inscritos em dívida ativa poderão ser incluídos na guia de arrecadação dos exercícios subsequentes, para sua liquidação conjunta ou separada.
§13. Fica o Chefe do Executivo autorizado, concedendo remissão, a não protestar ou executar o crédito da fazenda pública municipal, de natureza tributária e não tributária, exigível após o vencimento do prazo para pagamento, inscrito em Dívida Ativa, cujo valor consolidado for inferior ao dos respectivos custos de cobrança.
§14. Entende-se por valor consolidado o resultante da atualização do valor originário mais os encargos e acréscimos legais ou contratuais vencidos, até a data da apuração.
§15. Serão canceladas, mediante despacho do Procurador-Geral do Município ou Assessor Jurídico, de ofício ou por provocação da parte, após ouvido o Secretário Municipal de Finanças, as inscrições da dívida ativa correspondentes a créditos prescritos e a créditos de contribuintes que hajam falecido sem deixar bens que exprimam valor.
§16. Nos casos em que as custas do protesto forem superiores às da ação de execução fiscal, o protesto poderá ser dispensado.
§17. O Poder Executivo Municipal e os respectivos Tabelionatos de Protesto de Títulos poderão firmar convênio dispondo sobre as condições para a realização dos protestos de Certidões de Dívida Ativa expedidas pela Fazenda Pública Municipal, observado o disposto na legislação federal e estadual.
Art. 251. Os lançamentos de ofício, aditivos e substantivos serão inscritos em Dívida Ativa 30 (trinta) dias após a notificação.
Art. 252. No caso de falência, considerar-se-ão vencidos todos os prazos, providenciando-se, imediatamente, a cobrança judicial do débito.
Art. 253. O Poder Executivo poderá licitar e executar programa de obras ou serviços ou, ainda, efetuar aquisição de bens condicionando seu pagamento à cobrança, pelo licitante vencedor contratado, da Dívida Ativa Municipal regularmente inscrita.
Parágrafo único: No caso de que trata o caput deste artigo, o produto da arrecadação da Dívida Ativa cobrada pelo contratado será recolhido por guia especial emitida pela Secretaria Municipal de Finanças e depositada em conta-corrente específica, não constituindo a eventual arrecadação maior que o valor das obras, serviços ou mercadorias adquiridas motivo para qualquer antecipação do pagamento.
Art. 254. No interesse da Administração e verificada qualquer insuficiência operacional quanto à cobrança da Dívida Ativa, poderá o Poder Executivo Municipal, mediante processo licitatório específico, contratar pessoas físicas e jurídicas para tal fim.

TÍTULO II – DA FISCALIZAÇÃO
Art. 255. Todas as funções referentes à cobrança e à fiscalização dos tributos municipais, à aplicação de sanções por infração à legislação tributária do Município, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fazendários, repartições a

elas hierárquicas ou funcionalmente subordinadas e demais entidades, segundo as atribuições constantes da legislação que dispuser sobre a organização administrativa do Município e dos respectivos regimentos internos daquelas entidades.
Parágrafo único: A administração fazendária e seus fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, por força do disposto no art. 37, inciso XVIII, da Constituição da República.
Art. 256. Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los.
Parágrafo único: Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.
Art. 257. A Fazenda Municipal poderá, para obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis, e determinar, com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários, ou outras obrigações previstas:
I. exigir, a qualquer tempo, a exibição dos livros e comprovantes dos atos e operações que constituam e possam vir a constituir fato gerador de obrigação tributária;
II. fazer inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações nos locais e estabelecimentos onde exerçam atividades passíveis de tributação ou nos bens que constituam matéria tributável;
III. exigir informações escritas e verbais;
IV. notificar o contribuinte ou responsável para comparecer à repartição fazendária;
V. requisitar o auxílio da força pública ou requerer ordem judicial, quando indispensáveis à realização de diligências, inclusive inspeções necessárias ao registro dos locais e estabelecimentos, assim como dos bens e documentos dos contribuintes e responsáveis;
VI. notificar o contribuinte ou responsável para dar cumprimento a quaisquer das obrigações previstas na legislação tributária.
Art. 258. Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:
I. os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;
II. os bancos, casas bancárias, caixas econômicas e demais instituições financeiras;
III. as empresas de administração de bens;
IV. os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;
V. os inventariantes;
VI. os síndicos, comissários e liquidatários;
VII. quaisquer outras entidades ou pessoas em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão que detenham informações necessárias ao fisco.
§1º. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto aos fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.
§2º. A fiscalização poderá requisitar, para exame na repartição fiscal, ou ainda apreender, para fins de prova, livros, documentos e quaisquer outros elementos vinculados à obrigação tributária.
Art. 259. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para qualquer fim, por parte da Fazenda Pública ou de seus funcionários, de qualquer informação, obtida em razão de ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.
Parágrafo único: Excetuam-se do disposto neste artigo, unicamente:
I. a prestação de mútua assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e a permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio;
II. nos casos de requisição regular da autoridade judiciária no interesse da justiça.
Art. 260. A autoridade administrativa poderá determinar sistema especial de fiscalização sempre que forem considerados insatisfatórios os elementos constantes dos documentos e dos livros fiscais e comerciais do sujeito passivo.

TÍTULO III - DA CERTIDÃO NEGATIVA
Art. 261. A prova de quitação do tributo será feita por certidão negativa expedida à vista de requerimento do interessado ou via internet, que contenha todas as informações exigidas pelo fisco, na forma do regulamento.
§1º. Não havendo débito, a certidão será expedida no prazo de 25 (vinte e cinco) dias, contado do registro do pedido no órgão expedidor e terá validade de 120 (cento e vinte) dias.
§2º. Havendo débito em aberto, a certidão será indeferida e o pedido arquivado, dentro do prazo de 30 (trinta) dias do conhecimento do débito, pelo contribuinte.
§3º. Nos requerimentos que objetivam a obtenção da certidão a que refere este artigo, deverão os interessados fazer constar esclarecimentos relativos aos fins e razões do pedido.
Art. 262. O contribuinte que estiver em débito com tributos e penalidades pecuniárias devidos ao Município não poderá participar de licitações, ter concessão de serviços públicos e aprovação de projetos de arruamentos e loteamentos, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza ou, ainda, transacionar a qualquer título, com exceção da transação prevista no art. 86, desta Lei, com órgãos da administração direta e indireta do Município de Colniza/MT.
Parágrafo Único: Será obrigatória, para prática dos atos previstos neste artigo, a apresentação da certidão negativa de débitos, na forma estabelecida na legislação tributária.
Art. 263. Sem a prova por certidão negativa, por declaração de isenção ou reconhecimento de imunidade com relação aos tributos ou a quaisquer outros ônus relativos ao imóvel, os escrivães, tabeliães e oficiais de registros não poderão lavrar, inscrever, transcrever ou averbar quaisquer atos ou contratos relativos a imóveis.
Art. 264. A expedição de certidão negativa não exclui o direito de exigir a Fazenda Municipal, a qualquer tempo, os créditos a vencer e os que venham a ser apurados.
Art. 265. Tem os mesmos efeitos dos previstos no art. 261 deste Código Tributário a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.
§1º. O parcelamento com a confissão da dívida não elide a expedição da certidão de que trata este título, que se fará sob a denominação de "Certidão Positiva de Débitos com efeito de Negativa".
§2º. O não cumprimento do parcelamento da dívida, por qualquer motivo, acarreta o seu cancelamento e a imediata invalidação da certidão expedida na forma do parágrafo anterior.

TÍTULO IV - DO PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO
CAPÍTULO I - DO INÍCIO DO PROCESSO
Art. 266. O processo fiscal terá início com:

I. a notificação do lançamento nas formas previstas neste Código;
II. a intimação a qualquer título, ou a comunicação de início de procedimento fiscal;
III. a lavratura do auto de infração;
IV. a lavratura de termo de apreensão de livros ou documentos fiscais;
V. a petição do contribuinte ou interessado, reclamando contra lançamento do tributo ou do ato administrativo dele decorrente.
§1º. Iniciado o procedimento fiscal, terão os Auditores Fiscais de Tributos Municipais o prazo de 30 (trinta) dias para concluí-lo.
§2º. Havendo justo motivo, o prazo poderá ser prorrogado, por igual período, mediante despacho do Secretário Municipal de Finanças.
§3º. A Secretaria Municipal de Finanças fixará o prazo para conclusão do procedimento fiscal, sempre que o cliente contribuinte estiver submetido a regime especial de fiscalização.
Art. 267. A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas sujeitas a cumprimento de obrigações tributárias, inclusive aquelas imunes ou isentas.

CAPÍTULO II -DA NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR E DO AUTO DE INFRAÇÃO
Art. 268. Na ocorrência de infração não dolosa de lei ou regulamento, será expedida notificação preliminar contra o infrator para que regularize a situação no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de ser convertida em auto de infração.
§1º. Na lavratura da notificação preliminar exclui-se a aplicação de multa de infração.
§2º. Esgotado o prazo de que trata este artigo sem que o contribuinte tenha regularizado a situação, lavrar-se-á auto de infração quando serão incluídos os acréscimos legais.
§3º. Lavrar-se-á, igualmente, auto de infração quando o contribuinte se recusar a tomar conhecimento da notificação preliminar.
§4º. Na reincidência de faltas relacionadas com os termos do art. 187 deste Código Tributário Municipal não cabe a aplicação da notificação preliminar.
§5º. As demais situações não mencionadas neste artigo serão objeto da lavratura de auto de infração.
Art. 269. Verificada a infração de dispositivo deste Código ou regulamento, que importe ou não em evasão fiscal, lavrar-se-á o auto de infração correspondente, que deverá conter os seguintes requisitos:
I. o local, a data e a hora da lavratura;
II. o nome e o endereço do infrator, com o número da respectiva inscrição, quando houver;
III. a descrição clara e precisa do fato que constitui infração e, se necessário, as circunstâncias pertinentes;
IV. a capitulação do fato, com a citação expressa do dispositivo legal infringido e do que lhe comine a penalidade;
V. a intimação para apresentação de defesa ou pagamento do tributo, com os acréscimos legais ou penalidades, dentro do prazo de 15 (quinze) dias;
VI. a assinatura do agente autuante e a indicação do seu cargo ou função;
VII. a assinatura do próprio autuado ou infrator ou dos seus representantes, ou mandatários ou prepostos, ou a menção da circunstância de que o mesmo não pode ou se recusou a assinar.
§1º. A assinatura do autuado não importa em confissão nem a sua falta ou recusa em nulidade do auto ou agravamento da infração.
§2º. As omissões ou incorreções do auto de infração não o invalidam, quando do processo constem elementos para a determinação da infração e a identificação do infrator.
Art. 270. O autuado será notificado da lavratura do auto de infração:
I. pessoalmente, no ato da lavratura, mediante entrega de cópia do auto de infração ao próprio autuado, seu representante, mandatário ou preposto, contra assinatura-recibo, datada no original, ou a menção da circunstância de que o mesmo não pode ou se recusa a assinar;
II. por via postal registrada, acompanhada de cópia do auto de infração, com aviso de recebimento a ser datado, firmado e devolvido ao destinatário ou pessoa de seu domicílio;
III. por publicação, no órgão do Município, na sua íntegra ou de forma resumida, quando improfícuos os meios previstos nos incisos anteriores.
Art. 271. O valor das multas constantes do auto de infração sofrerá, desde que haja renúncia à apresentação de defesa ou recurso, as seguintes reduções:
I. 80% (oitenta por cento) do valor da multa fiscal, se paga em 10 (dez) dias contados da lavratura do auto;
II. 70% (setenta por cento) do valor da multa fiscal, se paga em 15 (quinze) dias contados da lavratura do auto;
III. 50% (cinquenta por cento) do valor da multa fiscal, se paga em 30 (trinta) dias contados da lavratura do auto.
Art. 272. Nenhum auto de infração será arquivado, nem cancelada a multa fiscal, sem despacho da autoridade administrativa e autorização do titular da Secretaria Municipal de Finanças, em processo regular.
Parágrafo único: Lavrado o auto, o autuante terá o prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas para entregar cópia do mesmo ao órgão arrecadador.

CAPÍTULO III - DO TERMO DE APREENSÃO DE LIVROS FISCAIS E DOCUMENTOS
Art. 273. Poderão ser apreendidos bens móveis, inclusive mercadorias existentes em poder do contribuinte ou de terceiros, desde que constituam provas de infração da legislação tributária.
Parágrafo único: A apreensão pode compreender livros e documentos, quando constituam prova de fraude, simulação, adulteração ou falsificação.
Art. 274. A apreensão será objeto de lavratura de termo de apreensão, devidamente fundamentado, contendo a descrição dos bens ou documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficaram depositados, o nome do destinatário e, se for o caso, a descrição clara e precisa do fato e a menção das disposições legais, além dos demais elementos indispensáveis à identificação do contribuinte.
Parágrafo único: O autuado será notificado da lavratura do termo de apreensão.

CAPÍTULO IV - DA RECLAMAÇÃO CONTRA LANÇAMENTO
SEÇÃO I - DA PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA
Art. 275. O sujeito passivo da obrigação tributária poderá impugnar a exigência fiscal, independentemente de prévio depósito, dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação do lançamento, da lavratura do auto de infração, ou do termo de apreensão, mediante defesa escrita, alegando de uma só vez toda matéria que entender útil, e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas.
§1º. A impugnação da exigência fiscal mencionará, obrigatoriamente:
I. a autoridade julgadora a quem é dirigida;
II. a qualificação do interessado, o número do contribuinte no cadastro respectivo e o endereço para a notificação;
III. os dados do imóvel, ou a descrição das atividades exercidas e o período a que se refere o tributo impugnado;
IV. os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;
V. as diligências que o sujeito passivo pretenda sejam efetuadas, desde que justificadas as suas razões;

VI. o objetivo visado.
§2º. A impugnação terá efeito suspensivo da cobrança e instaurará a fase contraditória do procedimento.
§3º. A autoridade administrativa determinará, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, a realização das diligências que entender necessárias, fixando-lhe o prazo e indeferirá as consideradas prescindíveis, impraticáveis ou protelatórias.
§4º. Se a diligência resultar oneração para o sujeito passivo, relativa ao valor impugnado, será reaberto o prazo para oferecimento de novas impugnações ou aditamento da primeira.
§5º. Preparado o processo para decisão, a autoridade administrativa prolatará despacho no prazo máximo de 30 (trinta) dias, resolvendo todas as questões debatidas e pronunciando a procedência ou improcedência da impugnação.
§6º. Se a diligência resultar em redução dos valores impugnados, o autuante providenciará a elaboração de corrigenda demonstrando os novos valores devidos, com as respectivas justificativas.
Art. 276. O impugnador será notificado do despacho, mediante assinatura no próprio processo ou, na ordem, pelas formas previstas nos incisos II e III do art. 270 deste Código, no que couber.
Art. 277. Sendo a impugnação julgada improcedente, os tributos e as penalidades impugnados ficam sujeitos a multa, juros de mora e atualização monetária, a partir da data dos respectivos vencimentos.
Art. 278. É autoridade administrativa para decisão o Secretário de Finanças ou as autoridades fiscais a quem delegar.
Parágrafo único: Das decisões de primeira instância, contrárias, no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, a autoridade administrativa recorrerá de ofício, obrigatoriamente.
Art. 279. É facultado ao sujeito passivo, conformando-se com parte dos termos da autuação, recolher os valores devidos a essa parte, sem qualquer dedução, contestando o restante.

SEÇÃO II - DA SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA
Art. 280. Da decisão da autoridade administrativa de primeira instância caberá recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes do Município de Colniza - MT.
Parágrafo único: O recurso voluntário poderá ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência da decisão de primeira instância.
Art. 281. A segunda instância é exercida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Colniza - MT.
§1º. A decisão na instância administrativa superior será proferida no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento do processo, aplicando-se, para ciência do despacho, as modalidades previstas para a primeira instância.
§2º. Decorrido o prazo definido no parágrafo anterior sem que tenha sido proferida a decisão, não serão computados juros e atualização monetária a partir dessa data.
§3º. Da decisão da última instância administrativa será dada ciência com intimação para que o sujeito passivo a cumpra, se for o caso, no prazo de 30 (trinta) dias.
Art. 282. O julgamento pelo órgão de segunda instância far-se-á nos termos deste Código e do seu regimento.
Art. 283. O recurso será interposto no órgão que julgou o processo em primeira instância, dele dando-se recibo ao recorrente.
§1º. Com o recurso poderá ser oferecida prova documental exclusivamente, vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o contribuinte, salvo quando proferidas em um único processo fiscal.
§2º. Aos julgamentos definitivos do Conselho de Contribuintes do Município, salvo proferidos por equidade, poderá ser atribuída eficácia normativa, por ato do Secretário Municipal de Finanças.
§3º. A normatividade poderá ser modificada com fundamento em novo julgamento do próprio Conselho de Contribuintes do Município.
§4º. É assegurada às partes ou a terceiros, que provem legítimo interesse, o direito de obter vista ou certidão das decisões definitivas em processos fiscais.

CAPÍTULO V - DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEÇÃO I - DA COMPETÊNCIA E COMPOSIÇÃO
Art. 284. O Conselho de Contribuintes do Município de Colniza/MT é o órgão administrativo colegiado, com autonomia decisória, e tem a incumbência de julgar, em segunda instância, os recursos voluntários referentes aos processos tributários interpostos pelos contribuintes do Município contra atos ou decisões sobre matéria fiscal, praticados pela autoridade administrativa de primeira instância, por força de suas atribuições.
Art. 285. O Conselho de Contribuintes será composto por 4 (quatro) membros, sendo 2 (dois) representantes do Poder Executivo e 2 (dois) dos contribuintes, e reunir-se-á nos prazos fixados em regimento.
Parágrafo único: Será nomeado um suplente para cada membro do Conselho, convocado para servir nas faltas ou impedimentos dos titulares.
Art. 286. Os membros titulares do Conselho de Contribuintes e seus suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.
§1º. Os membros do Conselho deverão ter ilibada conduta e reconhecida experiência em matéria tributária.
§2º. Os membros representantes do Município, tanto os titulares como os suplentes, serão indicados pelo Secretário Municipal da Finanças dentre os servidores efetivos ou comissionados da Secretaria Municipal de Finanças, que tenham curso de nível superior e notório saber do Sistema Tributário Nacional e do Código Tributário do Município.
§3º. A representação da Procuradoria Geral do Município, junto ao Conselho, será exercida por Procurador do Município ou seu substituto, designados no mesmo ato pelo Procurador Geral.
Art. 287. A posse dos membros do Conselho de Contribuintes realizar-se-á mediante termo lavrado em livro próprio.
Art. 288. Perderá o mandato o membro que:
I. deixar de comparecer a 3 (três) sessões consecutivas ou 6 (seis) intercaladas, no mesmo exercício, sem motivo justificado;
II. usar de meios ou atos de favorecimento, bem como proceder no exercício de suas funções com dolo ou fraude;
III. recusar, omitir ou retardar o exame e o julgamento do processo, sem justo motivo;
IV. contrariar normas regulamentares do Conselho.
Art. 289. Os membros do Conselho de Contribuintes não serão remunerados.
Art. 290. Ato do Poder Executivo regulará o funcionamento e a ordem dos trabalhos do Conselho.

SEÇÃO II - DO JULGAMENTO PELO CONSELHO
Art. 291. O Conselho de Contribuintes só poderá deliberar quando reunido com a maioria absoluta dos seus membros.
Parágrafo único: As sessões de julgamento do Conselho serão públicas.
Art. 292. Deverão se declarar impedidos de participar do julgamento os membros que:
I. sejam sócios, acionistas, interessados, membros da diretoria ou do conselho da sociedade ou empresa envolvida no processo;

II. sejam parentes do recorrente, até o terceiro grau.
Art. 293. As decisões do Conselho serão proferidas no prazo máximo de 90 (noventa) dias e constituem última instância administrativa para recursos voluntários contra atos e decisões de caráter fiscal.
Parágrafo único: O Prefeito poderá avocar os processos para decisão, quando:
I. não tenha sido proferida decisão, no prazo fixado neste artigo;
II. proferida decisão, não unânime, esta seja contrária ao texto da legislação ou ao interesse da Fazenda Pública Municipal.

CAPÍTULO VI -DA CONSULTA TRIBUTÁRIA
Art. 294. Ao contribuinte ou responsável é assegurado o direito de consulta sobre a interpretação e aplicação da legislação tributária, desde que protocolada antes da ação fiscal e em obediência às normas estabelecidas.
Art. 295. A consulta será dirigida ao Secretário de Finanças, com apresentação clara e precisa do caso concreto e de todos os elementos indispensáveis ao atendimento da situação de fato, indicando os dispositivos legais, e instruída com documentos, se necessário.
Art. 296. Nenhum procedimento tributário ou ação fiscal será iniciado contra o sujeito passivo, em relação à espécie consultada, durante a tramitação da consulta.
Art. 297. A consulta não suspende o prazo para recolhimento do tributo e, tampouco, as atualizações e penalidades decorrentes do atraso no seu pagamento.
Art. 298. Os efeitos previstos no artigo anterior não se produzirão em relação às consultas:
I. meramente protelatórias, assim entendidas as que versem sobre dispositivos claros da legislação tributária, ou sobre tese de direito já resolvida por decisão administrativa ou judicial, definitiva ou passada em julgado;
II. que não descrevam completa e exatamente a situação de fato;
III. formuladas por consultores que, à data de sua apresentação, estejam sob ação fiscal, notificados de lançamento, de auto de infração ou termo de apreensão, ou citados para ação judicial de natureza tributária, relativamente à matéria consultada.
Art. 299. Na hipótese de mudança de orientação fiscal a nova regra atingirá a todos os casos, ressalvando o direito daqueles que procederem de acordo com a regra vigente, até a data da alteração ocorrida.
Art. 300. A autoridade administrativa dará solução à consulta no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da sua apresentação, encaminhando o processo ao Secretário de Finanças, que decidirá.
Parágrafo único: Do despacho prolatado em processo de consulta, caberá recurso e pedido de reconsideração, desde que protocolada no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da notificação do contribuinte.
Art. 301. A autoridade administrativa, ao homologar a solução dada à consulta, fixará ao sujeito passivo prazo não inferior a 30 (trinta) nem superior a 60 (sessenta) dias para o cumprimento de eventual obrigação tributária, principal ou acessória, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
Parágrafo único: O consultante poderá fazer cessar, no todo ou em parte, a oneração do eventual débito, efetuando o respectivo depósito, cuja importância, se indevida, será restituída dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do consultante.
Art. 302. A resposta à consulta será vinculante para a Administração, salvo se obtida mediante elementos inexatos fornecidos pelo consultante.

CAPÍTULO VII - CADASTRO INFORMATIVO MUNICIPAL – CADIN
Art. 303. Fica criado o Cadastro Informativo Municipal - Cadin Municipal, contendo as pendências de pessoas físicas e jurídicas perante órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Colniza/MT.
Art. 304. São consideradas pendências passíveis de inclusão no Cadin Municipal:
I. as obrigações pecuniárias vencidas e não pagas; e
II. a ausência de prestação de contas, exigível em razão de disposição legal ou cláusulas de convênio, acordo ou contrato.
Art. 305. A existência de registro no Cadin Municipal impede os órgãos e entidades da Administração Municipal de realizarem os seguintes atos, com relação às pessoas físicas e jurídicas a que se refere:
I. celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam o desembolso, a qualquer título, de recursos financeiros;
II. repasses de valores de convênios ou pagamentos referentes a contratos;
III. concessão de auxílios e subvenções;
IV. concessão de incentivos fiscais e financeiros;
V. expedição de alvarás de licença, de autorização especial, ou de quaisquer outros tipos de alvarás, licenças ou autorizações decorrentes ou não do Poder de Polícia Municipal.
Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às operações destinadas à composição e regularização das obrigações e deveres objeto de registro no Cadin Municipal, sem desembolso de recursos por parte do órgão ou da entidade credora.
Art. 306. A inclusão de pendências no Cadin Municipal deverá ser realizada no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da inadimplência, pelas seguintes autoridades:
I. Secretário Municipal ou a ele equiparado e Procurador Geral do Município, no caso de pendências relacionadas às respectivas pastas;
II. Dirigente Máximo, no caso de pendências relacionadas à respectiva Autarquia ou Fundação Municipal;
III. Diretor Presidente, no caso de pendências relacionadas à respectiva Empresa Municipal.
Parágrafo único. A atribuição prevista no *caput* deste artigo poderá ser delegada, pelas autoridades ali indicadas, a servidor lotado na respectiva Secretaria, Autarquia, Fundação ou Empresa Municipal, mediante ato devidamente publicado no Diário Oficial do Município.
Art. 307. A inclusão no Cadin no prazo previsto no art. 306 somente será feita após a comunicação por escrito, ao devedor, no endereço indicado no instrumento que deu origem ao débito, considerando-se entregue após 15 (quinze) dias da respectiva expedição.
Art. 308. O Cadin Municipal conterá as seguintes informações:
I. identificação do devedor, na forma do Regulamento;
II. data da inclusão no cadastro;
III. órgão responsável pela inclusão.
Art. 309. Os órgãos e entidades da Administração Municipal manterão registros detalhados das pendências incluídas no Cadin Municipal, permitindo irrestrita consulta pelos devedores aos seus respectivos registros, nos termos do Regulamento.
Art. 310. A inexistência de registro no CADIN constitui prova de regularidade perante a Fazenda Pública Municipal para todos os efeitos legais e normativos.
§1º. A consulta de que trata o *caput* deste artigo substitui todas as certidões emitidas por órgãos ou entidades do Município de Colniza/MT, em nome da pessoa física e jurídica.
§2º. A Secretaria Municipal da Fazenda poderá emitir certidão de regularidade perante à Fazenda Pública Municipal, com base nos registros no CADIN, com prazo de validade de até 30 (trinta) dias, para fins de licitação ou outras situações específicas.

§3º. Até a regulamentação específica deste artigo, expedida por ato do Secretário Municipal da Finanças, a inexistência de registro no CADIN não configura reconhecimento de regularidade de situação, nem elide a apresentação dos documentos exigidos em Lei, Decreto e demais atos normativos.
Art. 311. O registro do devedor no Cadin Municipal ficará suspenso nas hipóteses em que a exigibilidade da pendência objeto do registro estiver suspensa, nos termos da Lei.
Parágrafo único. A suspensão do registro não acarreta a sua exclusão do Cadin Municipal, mas apenas a suspensão dos impedimentos previstos no art. 305 desta Lei.

Art. 312. Uma vez comprovada a regularização da situação que deu causa à inclusão no Cadin Municipal, o registro correspondente deverá ser excluído no prazo de até 5 (cinco) dias úteis pelas autoridades indicadas no art. 306 desta Lei.
Art. 313. A inclusão ou exclusão de pendências no Cadin Municipal sem observância das formalidades ou fora das hipóteses previstas nesta Lei sujeitará o responsável às penalidades cominadas no Estatuto do Servidor ou na Consolidação das Leis Trabalhistas.
Art. 314. A Secretaria Municipal da Fazenda será a gestora do Cadin Municipal, sem prejuízo da responsabilidade das autoridades indicadas no art. 306 desta Lei.
Art. 315. O descumprimento, pela autoridade administrativa ou por seu delegado, dos deveres impostos pelo art. 306 desta Lei será considerado falta de cumprimento dos deveres funcionais para fins de aplicação das penalidades previstas na legislação municipal relativa a responsabilidade do detentor de cargo público.
Art. 316. As despesas decorrentes da execução deste Capítulo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 317. O Executivo regulamentará este Capítulo no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da sua publicação.

CAPÍTULO VIII -DAS DEMAIS NORMAS CONCERNENTESÀ ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
Art. 318. Os prazos fixados neste Código serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento.
Art. 319. Os prazos somente se iniciam ou vencem em dia de expediente normal no órgão em que corra o processo ou o ato deva ser praticado, prorrogando-se até o primeiro dia útil seguinte quando o vencimento se der em dias feriados ou não úteis.
Art. 320. Não atendida à solicitação ou exigência a cumprir, o processo poderá ser arquivado decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias.
Art. 321. Para efeito de reconhecimento da imunidade a que se refere o art. 122, deste Código Tributário Municipal, o Poder Executivo baixará ato dispondo sobre os prazos e procedimentos administrativos, no que couber.
Art. 322. São facultados à Fazenda Municipal o arbitramento e a estimativa de bases de cálculo tributárias, quando o montante do tributo não for conhecido exatamente.
Parágrafo único: O arbitramento ou a estimativa a que se refere este artigo não prejudica a liquidez do crédito tributário.

LIVRO IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 323. Fica criado a Unidade Padrão Fiscal do Município de Colniza - MT, em R$ 7,80 (sete reais e oitenta centavos), atualizada anualmente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) acumulados dos último doze meses.
Parágrafo único: Os valores constantes das respectivas notificações de lançamento serão reconvertidos em quantidade de UPF, para efeito de atualização monetária, retornando à expressão em Real, na data do efetivo pagamento.
Art. 324. Os débitos para com a Fazenda Municipal, de qualquer natureza, inclusive fiscais, vencidos e vincendos, incluídas as multas de qualquer espécie proveniente de impontualidade, total ou parcial, nos respectivos pagamentos, serão inscritos em Dívida Ativa e serão atualizados monetariamente.
Parágrafo único: A atualização monetária e os juros incidirão sobre o valor integral do crédito, neste compreendida a multa.
Art. 325. São revogadas todas as isenções de tributos, exceto as concedidas mediante condição e prazo determinado, que ficam mantidas até seu termo final.
Parágrafo único: O Poder Executivo encaminhará ao Legislativo Municipal, projeto específico concernente à concessão de isenções e incentivos fiscais.
Art. 326. São definitivas as decisões de qualquer instância, uma vez esgotado o prazo legal para interposição de recursos, salvo se sujeitas a recurso de ofício.
Art. 327. Não se tomará qualquer medida contra o contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com decisão administrativa ou judicial transitada em julgado, mesmo que posteriormente modificada.
Parágrafo único: No caso de decisão definitiva favorável ao sujeito passivo, cumpre à autoridade exonerá-lo, de ofício, dos gravames decorrentes do litígio.
Art. 328. Todos os atos relativos a matéria fiscal serão praticados dentro dos prazos fixados na legislação tributária.
Art. 329. Os cartórios serão obrigados a exigir, sob pena de responsabilidade, para efeito de lavratura da escritura de transferência ou venda de imóvel, certidão de aprovação do loteamento, certidão negativa de tributos incidentes sobre o imóvel e ainda enviar à Administração relação mensal das operações realizadas com imóveis.
§1º. Não poderão ser lavrados, transcritos, registrados ou averbados, pelos Tabeliães, Escrivães e Oficiais de Registro de Imóveis, os atos e termos de sua competência, sem prova do pagamento de Imposto devido, ou do reconhecimento de sua exoneração.
§2º. Tratando-se de transmissão de domínio útil, exigir-se-á, também, a prova de pagamento do laudêmio e da concessão de licença quando for o caso.
Art. 330. Aplicam-se, no que couber, as disposições desta Lei às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
Art. 331. Consideram-se integrantes ao presente Código Tributário as tabelas que a acompanham.
Art. 332. O exercício financeiro, para os fins fiscais, corresponde ao ano civil.
Art. 333. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a celebrar convênios com a União, Estado ou outros Municípios, Conselhos Regionais de Profissionais Autônomos e Entidades de Representação Classista, visando adquirir informações fiscais e utilizá-las para aperfeiçoar os mecanismos de controle e arrecadação dos tributos.
Parágrafo único: Em consonância com o art. 3º, §§ 3º, 4º e 10 e o art. 6º da Lei Complementar n° 63, de 11 de janeiro de 1990, poderá o Poder Executivo Municipal instituir mecanismos de controle e apuração do valor agregado relacionado com as operações sujeitas ao ICMS, em que participem produtores, indústrias e comerciantes estabelecidos neste Município.
Art. 334. Os créditos tributários, regularmente constituídos, poderão ser pagos parceladamente na forma, prazos e condições que o Poder Executivo estabelecer em regulamento.
Art. 335. Nos casos em que qualquer tributo municipal for pago parceladamente, seu valor será corrigido pela aplicação de coeficiente da atualização da Unidade Padrão Fiscal do Município de Colniza/MT - UPF.

Art. 336. O Poder Executivo regulamentará o Código Tributário Municipal, no que couber.
Parágrafo único: A Secretaria Municipal de Finanças orientará a aplicação da presente Deste Código Tributário Municipal, expedindo as instruções necessárias a facilitar sua fiel execução.
Art. 337. O Poder Executivo expedirá, por decreto, consolidação, em texto único do presente Código, relativo às leis posteriores que lhe modificarem a redação, repetindo-se esta providência, até 31 de janeiro de cada ano.
Art. 338. Esta Lei entra em vigor em 01º de Janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar 008 de 17 de março de 2004, Leis Municipais nº 047, de 20 de novembro de 2006 e nº 279 de 20 de setembro de 2006, respeitando o disposto nas alíneas "b" e "c", do inciso III do art. 150, da Constituição Federal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza - MT, em 12 de Dezembro de 2014.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001 de 26/01/2001.

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração
Decreto N° 002/GP/2013

TABELA I		
TABELA DA LISTA DE SERVIÇOS E ALÍQUOTAS		
DESCRIÇÃO	Alíquota	Local Recolhimento
1. Serviços de informática e congêneres.		
1.01. Análise e desenvolvimento de sistemas	5,0%	Estabelecimento Prestador.
1.02. Programação.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
1.03. Processamento de dados e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
1.04. Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
1.05. Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
1.06. Assessoria e consultaria em informática.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
1.07. Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
1.08. Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
2. Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.		
2.01. Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
3. Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.		
3.01. Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
3.02. Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
3.03. Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	5,0%	Trecho compreendido no território do Município.
3.04. Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	5,0%	Local da prestação do serviço.
4. Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.		
4.01. Medicina e biomedicina.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
4.02. Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
4.03. Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
4.04. Instrumentação cirúrgica.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
4.05. Acupuntura.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
4.06. Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
4.07. Serviços farmacêuticos.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
4.08. Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
4.09. Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
4.10. Nutrição.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
4.11. Obstetrícia.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
4.12. Odontologia.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
4.13. Ortóptica.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
4.14. Próteses sob encomenda.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
4.15. Psicanálise.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
4.16. Psicologia.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
4.17. Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
4.18. Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
4.19. Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
4.20. Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
4.21. Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
4.22. Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
4.23. Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de Terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
5. Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.		
5.01. Medicina veterinária e zootecnia.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
5.02. Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
5.03. Laboratórios de análise na área veterinária.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
5.04. Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
5.05. Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
5.06. Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
5.07. Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
5.08. Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
5.09. Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
6. Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.		
6.01. Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
6.02. Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
6.03. Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.

6.04. Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
6.05. Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
7. Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres		
7.01. Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
7.02. Execução, por administração, empreitada ou sub-empreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5,0%	Local da prestação do serviço.
7.03. Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
7.04. Demolição.	5,0%	Local da prestação do serviço.
7.05. Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeita ao ICMS).	5,0%	Local da prestação do serviço.
7.06. Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
7.07. Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
7.08. Calafetação.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
7.09. Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	5,0%	Local da prestação do serviço.
7.10. Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	5,0%	Local da prestação do serviço.
7.11. Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	5,0%	Local da prestação do serviço.
7.12. Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	5,0%	Local da prestação do serviço.
7.13. Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
7.14. Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.	5,0%	Local da prestação do serviço.
7.15. Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	5,0%	Local da prestação do serviço.
7.16. Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	5,0%	Local da prestação do serviço.
7.17. Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	5,0%	Local da prestação do serviço
7.18. Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
7.19. Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
7.20. Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
8. Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.		
8.01. Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
8.02. Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
9. Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.		
9.01. Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	5,0%	Estabelecimento Prestador.
9.02. Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
9.03. Guias de turismo.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
10. Serviços de intermediação e congêneres.		
10.01. Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
10.02. Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
10.03. Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
10.04. Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	5,0%	Estabelecimento Prestador.
10.05. Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
10.06. Agenciamento marítimo.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
10.07. Agenciamento de notícias.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
10.08. Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
10.09. Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
10.10. Distribuição de bens de terceiros.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
11. Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.		
11.01. Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	5,0%	Local da prestação do serviço.
11.02. Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.	5,0%	Local da prestação do serviço.
11.03. Escolta, inclusive de veículos e cargas.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
11.04.Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	5,0%	Local da prestação do serviço.
12. Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.		
12.01. Espetáculos teatrais.	5,0%	Local da prestação do serviço.
12.02. Exibições cinematográficas.	5,0%	Local da prestação do serviço.
12.03. Espetáculos circenses.	5,0%	Local da prestação do serviço.
12.04. Programas de auditório.	5,0%	Local da prestação do serviço.
12.05. Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	5,0%	Local da prestação do serviço.
12.06. Boates, taxi-dancing e congêneres.	5,0%	Local da prestação do serviço.
12.07. Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5,0%	Local da prestação do serviço.
12.08. Feiras, exposições, congressos e congêneres.	5,0%	Local da prestação do serviço.
12.09. Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	5,0%	Local da prestação do serviço.
12.10. Corridas e competições de animais.	5,0%	Local da prestação do serviço.
12.11.Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	5,0%	Local da prestação do serviço.
12.12. Execução de música.	5,0%	Local da prestação do serviço.
12.13. Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
12.14. Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	5,0%	Local da prestação do serviço.
12.15. Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	5,0%	Local da prestação do serviço.
12.16. Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destrezas intelectuais ou congêneres.	5,0%	Local da prestação do serviço.
12.17. Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	5,0%	Local da prestação do serviço.
13. Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.		
13.01. Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
13.02. Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
13.03. Reprografia, microfilmagem e digitalização.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
13.04. Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
14. Serviços relativos a bens de terceiros.		
14.01. Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	5,0%	Estabelecimento Prestador.
14.02. Assistência Técnica.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
14.03.Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	5,0%	Estabelecimento Prestador.
14.04. Recauchutagem ou regeneração de pneus.	5,0%	Estabelecimento Prestador.

14.05. Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
14.06. Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
14.07. Colocação de molduras e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
14.08.Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
14.09. Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
14.10. Tinturaria e lavanderia.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
14.11. Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
14.12. Funilaria e lanternagem.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
14.13. Carpintaria e serralheria.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15. Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.		
15.01. Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15.02. Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15.03. Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15.04. Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestados de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15.05. Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15.06. Emissão, remissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15.07. Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15.08. Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15.09. Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15.10. Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15.11. Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15.12. Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15.13. Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos à carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15.14. Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15.15. Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15.16. Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15.17. Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15.18. Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
16. Serviços de transporte de natureza municipal.		
16.01. Serviços de transporte de natureza municipal.	5,0%	Local da prestação do serviço.
17. Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.		
17.01. Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
17.02. Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
17.03. Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
17.04. Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
17.05. Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	5,0%	Local da prestação do serviço.
17.06. Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
17.07. Franquia (franchising).	5,0%	Estabelecimento Prestador.
17.08. Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
17.09. Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	5,0%	Local da prestação do serviço.
17.10. Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	5,0%	Estabelecimento Prestador.
17.11. Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
17.12. Leilão e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
17.13. Advocacia.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
17.14. Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
17.15. Auditoria.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
17.16. Análise de Organização e Métodos.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
17.17. Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
17.18. Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
17.19. Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
17.20. Estatística.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
17.21. Cobrança em geral.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
17.22. Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	5,0%	Estabelecimento Prestador.
17.23. Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
18. Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.		
18.01. Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
19. Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.		
19.01. Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
20. Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.		
20.01. Serviços porto-lacustre-fluviais, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	5,0%	Local da prestação do serviço.
20.02. Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	5,0%	Local da prestação do serviço.
20.03. Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações,	5,0%	Local da prestação do serviço.

logística e congêneres.		
21. Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.		
21.01. Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	**5,0%**	**Agente Delegado Prestador.**
22. Serviços de exploração de rodovia.		
22.01. Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	**5,0%**	**Trecho de rodovia explorado compreendido no território do Município.**
23. Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.		
23.01. Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	**5,0%**	**Estabelecimento Prestador.**
24. Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.		
24.01. Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	**5,0%**	**Estabelecimento Prestador.**
25. Serviços funerários.		
25.01. Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	**5,0%**	**Estabelecimento Prestador.**
25.02. Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	**5,0%**	**Estabelecimento Prestador.**
25.03. Planos ou convênio funerários.	**5,0%**	**Estabelecimento Prestador.**
25.04. Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	**5,0%**	**Estabelecimento Prestador.**
26. Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.		
26.01. Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.	**5,0%**	**Estabelecimento Prestador.**
27. Serviços de assistência social.		
27.01. Serviços de assistência social.	**5,0%**	**Estabelecimento Prestador.**
28. Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.		
28.01. Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	**5,0%**	**Estabelecimento Prestador.**
29. Serviços de biblioteconomia.		
29.01. Serviços de biblioteconomia.	**5,0%**	**Estabelecimento Prestador.**
30. Serviços de biologia, biotecnologia e química.		
30.01. Serviços de biologia, biotecnologia e química.	**5,0%**	**Estabelecimento Prestador.**
31. Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.		
31.01. Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	**5,0%**	**Estabelecimento Prestador.**
32. Serviços de desenhos técnicos.		
32.01. Serviços de desenhos técnicos.	**5,0%**	**Estabelecimento Prestador.**
33. Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.		
33.01. Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	**5,0%**	**Estabelecimento Prestador.**
34. Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.		
34.01. Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	**5,0%**	**Estabelecimento Prestador.**
35. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.		
35.01. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	**5,0%**	**Estabelecimento Prestador.**
36. Serviços de meteorologia.		
36.01. Serviços de meteorologia	**5,0%**	**Estabelecimento Prestador.**
37. Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.		
37.01. Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	**5,0%**	**Estabelecimento Prestador.**
38. Serviços de museologia.		
38.01. Serviços de museologia.	**5,0%**	**Estabelecimento Prestador.**
39. Serviços de ourivesaria e lapidação.		
39.01. Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	**5,0%**	**Estabelecimento Prestador.**
40. Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.		
40.01. Obras de arte sob encomenda.	**4,0%**	**Estabelecimento Prestador.**
41. Serviços não compreendidos nos itens e subitens anteriores		
41.01. Serviços não compreendidos nos itens e subitens anteriores e a exploração de qualquer atividade que represente a prestação de serviços e não configure fato gerador de imposto de competência da União ou do Estado.	**5,0%**	**Estabelecimento Prestador.**

TABELA II – TABELA DE ISS FIXO - AUTÔNOMOS

Item	Atividades	Valores em UPFM
01	**Assistentes Sociais; Enfermeiros, obstetras, estéticos, ortopédicos, fonoaudiólogos, protéticos (prótese dentaria); Psicólogos.**	**50,00**
02	**Advogados; Dentistas; Economistas; Engenheiros, arquitetos, urbanistas, Agrônomos; Médicos, inclusive análises clínicas, radioterapia, ultrasonografia, radiologia, tomografia e congêneres.**	**100,00**
03	**Assistentes Sociais; Psicólogos.**	**50,00**
04	**Profissionais de Nível Técnico**	**25,00**
05	**Profissionais de Nível Elementar**	**8,00**
06	**Demais não previsto nos itens anteriores**	**15,00**

TABELA III – TABELA DE ALÍQUOTA IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU)

Item	Tipo	Alíquota
01	**Imóvel edificado**	**1,00%**
02	**Imóvel não edificado, na condição e limpo, murado e calçado.**	**1,00%**
03	**Imóvel não edificado, sem conservação, sem muros e calçados.**	**4,00%**

TABELA IV – TABELA DE COBRANÇA DE VALORES DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO, DE LOCALIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Especificação		Valor Anual em UPFM
Os valores serão cobrados sobre as áreas de ocupação, por metro quadrado de área construída		
Atividades econômicas localizadas no Município, p/ m2 de área utilizada e p/ano		
Item	**Especificação**	**Valor Anual em UPFM**
01	**Até 25m2**	**0,32**
02	**De 26 m2 à 1.000 m2**	**0,20**
03	**De 1.001 m2 à 5.000 m2**	**0,17**
04	**De 5.001 m2 à 10.000 m2**	**0,13**
05	**De 10.000 m2**	**0,10**
Os valores serão cobrados anualmente em UPFM		
Atividades econômicas localizadas no Município (Por atividade)		
Item	**Especificação**	**Valor Anual em UPFM**
01	**Clubes sociais e recreativos**	**30,00**
02	**Atividades extrativas.**	**250,00**
03	**Instituições Financeiras Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central.**	**100,00**

TABELA V – TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

Atividade	Valor Anual em (UPFM)
1. Farmácias, drogarias, distribuidoras de drogas, distribuidores ou revendedores de cosméticos e perfumarias, óticas e assemelhadas.	**20,00**

2. Preparadores e distribuidores de produtos alimentícios, congelados ou prontos para o consumo e demais estabelecimentos assemelhados.	20,00
3. Açougues e casas de carnes.	20,00
4. Frigoríficos e abatedouros.	
4.1. Com inspeção federal.	50,00
4.2. Sem inspeção federal.	100,00
5. Consultórios médicos e odontológicos.	50,00
6. Clínicas e casas de saúde.	30,00
7. Hospitais.	30,00
8. Laboratórios de análises clínicas.	50,00
9. Serviço de enfermagem e aplicação de injeções.	30,00
10. Salões de beleza, cabeleireiro e assemelhados.	10,00
11. Banhos públicos, saunas, piscinas abertas ao público.	10,00
12. Estabelecimentos de cultura física, estética e massagista e assemelhados.	20,00
13. Estabelecimentos fabricantes ou comercializadores de inseticidas, parasiticidas e assemelhados.	20,00
14. Dedetizadores.	10,00
15. Aplicadores de produtos agrotóxicos, através de aeronaves, por aeronave.	30,00
16. Demais locais sujeitos à inspeção sanitária não citados anteriormente	10,00

TABELA VI – TABELA DE COBRANÇA DE LICENÇA PARA USO E OCUPAÇÃO DO SOLO EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Especificação	Valor Diário (UPFM)	Valor Mensal (UPFM)	Valor Anual (UPFM)
01. Comerciantes ambulantes em zona urbana:	0,50	1,00	3,00
- Sem veículos.			
- Veículos automotores grande.	3,00	15,00	30,00
Grande	2,00	10,00	20,00
Médio	1,00	5,00	10,00
Pequeno	3,00	10,00	30,00
- Carroças, carrinhos de mão e similares			
02. Espaço ocupado em feiras livres:			

TABELA VII

TABELA DE FISCALIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO DE SOLO NAS VIAS E LOGRAUDROS PÚBLICOS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR DIÁRIO (UPF)	VALOR MENSAL (UPF)	VALOR ANUAL (UPF)
1. Sacolas, cestos e assemelhados, por unidade	0,50	1,50	5,00
2. Balcão, barraca, mesa, tabuleiro, quiosque e assemelhados, por m2 ou fração	0,50	1,50	5,00
3. Bicicleta, carroça e assemelhados, por unidade	0,50	1,50	5,00
4. Veículo automotor, *trailer*, reboque e assemelhados, contêiner e caçamba, por unidade	1,00	3,00	10,00
5. Veículo de aluguel ou de transporte de carga, por unidade			
5.1. Tração animal	0,50	1,50	5,00
5.2. Automotor	0,50	1,50	5,00
6. Veículo de táxi, por unidade			
6.1. Motocicleta	0,50	1,50	5,00
6.2. Demais veículos não citados anteriormente	0,50	1,50	5,00
7. Circo, parque de diversões e assemelhados	5,00	15,00	---
8. Demais tipos ou objetos não citados anteriormente, por unidade	1,00	2,00	5,00

TABELA VIII

TABELA DE COBRANÇA DA TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR ANUAL (UPF)
1. Imóveis com destinação exclusivamente residencial – residencial horizontal.	10,00
2. Apartamentos exclusivamente residenciais, por apartamento.	15,00
3. Escritórios profissionais, estabelecimentos prestadores de serviços em geral, sedes de associações e instituições, templos e clubes recreativos.	20,00
4. Comércio de alimentos e bebidas, inclusive bares, restaurantes e similares.	20,00
5. Indústrias químicas.	50,00
6. Outros estabelecimentos comerciais e industriais.	40,00
7. Hospitais, clínicas, sanatórios, laboratórios de análises, ambulatórios, prontos-socorros, casas de saúde e congêneres.	40,00
8. Depósitos, armazéns, reservatórios e postos de venda de combustíveis, materiais inflamáveis e explosivos.	20,00
9. Depósitos, armazéns, reservatórios e postos de venda de combustíveis, materiais inflamáveis e explosivos.	20,00
10. Outros imóveis, cuja destinação não se enquadre na descrição dos demais itens da tabela.	10,00

TABELA IX

TABELA DE COBRANÇA DE VALORES DA TAXA DE LICENÇA E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS, ARRUAMENTOS E LOTEAMENTOS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR ANUAL (UPF)
1.01. Análise Alvará de construção por m2	0,04
1.02. Reapresentação	0,02
1.03. Re-análise de projeto	0,02
2. Alvará de demolição de edificações ou instalações particulares, por imóvel e demais licenças	2,00
3. Certidões diversas	0,20
4. Habite-se, por m2 de área construída	0,01
5. Desmembramento – por unidade resultante ou remembramento, por unidade de lote analisada	
5.01. Análise	1,00
5.02. Reapresentação	0,50
5.03. Re-análise de projeto	0,50
6. Loteamento	
6.01. Apresentação	10,00
6.02. Reapresentação	5,00
6.03. Análise	5,00
6.04. Re-análise de projeto	5,00
6.05. Aprovação por cada lote	0,50
7. Outros Não Classificados acima	0,50

TABELA X

VALORES DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ANÚNCIOS E PUBLICIDADE

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE INCIDÊNCIA	VALOR EM (UPF)
1. Publicidade localizada no estabelecimento do anunciante, relativa à atividade exercida pelo anunciante		
1.1. Sem iluminação ou não-luminosos (por unidade)	Anual	2,00

1.2. Com iluminação ou luminosos (por unidade)	Anual	2,00
1.3. Com programação que permita apresentação de múltiplas mensagens (por unidade)	Anual	2,00
1.4. Animado, com mudança de cor, desenho ou dizeres, mediante jogos de luzes, luz intermitente ou movimento (por unidade)	Anual	2,00
2. Publicidade localizada no estabelecimento do anunciante, relativa à atividade exercida por terceiros		
2.1. Sem iluminação ou não-luminosos (por unidade)	Anual	2,00
2.2. Com iluminação ou luminosos (por unidade)	Anual	2,00
2.3. Com programação que permita apresentação de múltiplas mensagens (por unidade)	Anual	2,00
2.4. Com mudança de cor, desenho ou dizeres, mediante jogos de luzes, luz intermitente ou movimento (por unidade)	Anual	2,00
3. Publicidade nas vias e logradouros públicos		
3.1. Painéis não-luminosos ou sem iluminação, sem movimento (por unidade)	Anual	2,00
3.2. Painéis luminosos ou com iluminação, sem movimento (por unidade)	Anual	2,00
3.3. Painéis com programação que permita apresentação de múltiplas mensagens (por unidade)	Anual	2,00
3.4. Painéis animados, com mudança de cor, desenho ou dizeres, mediante jogos de luzes, luz intermitente ou movimento (por unidade)	Anual	2,00
3.5. *Outdoors* não-luminosos ou sem iluminação, sem movimento (por unidade)	Anual	2,00
3.6. *Outdoors* luminosos ou com iluminação, sem movimento (por unidade)	Anual	2,00
3.7. *Outdoors* com programação que permita apresentação de múltiplas mensagens (por unidade)	Anual	2,00
3.8. Faixas (por unidade)	Anual	1,00
3.9. Cartazes	Anual	2,00
3.10. Distribuição de folhetos, prospectos, programas, *folders* e assemelhados	Anual	2,00
3.11. Sonora, transmitida por quaisquer meios (por unidade)	Anual	2,00
4. Demais publicidades não citadas anteriormente	Anual	1,00

TABELA XI

TABELA DE COBRANÇA DE SERVIÇOS DIVERSOS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. Apreensão e depósito de bens móveis, animais e mercadorias	1,00
2. Liberação de bens móveis, semoventes ou mercadorias, apreendidos ou depositados	1,00
3. Cemitério Público	
3.1. Inumação	
3.1.1. Em sepultura rasa, por 5 (cinco) anos	1,50
3.1.2. Em carneira ou jazido, por 5 (cinco) anos	1,50
3.1.3. Em mausoléu	2,00
3.2. Prorrogação do prazo de inumação	
3.2.1. Em sepultura rasa, por ano	1,00
3.2.2. Em carneira ou jazigo, por ano	1,00
3.3. Perpetuidade	
3.3.1. Ossuários	1,00
3.3.2. Sepultura rasa ou carneira, por m2	1,00
3.4. Exumação	
3.4.1. Antes de vencido o prazo regulamentar de decomposição	1,00
3.4.2. Depois de vencido o prazo regulamentar de decomposição	1,00
3.5. Outras	
3.5.1. Entradas de ossada no cemitério	1,00
3.5.2. Retirada de ossada do cemitério	1,00
3.5.3. Remoção de ossada dentro do cemitério	1,00
3.5.4. Permissão para colocação de lapide, de inscrição ou pra execução de pequenas obras de embelezamento	1,00
3.5.5. Construção de túmulo ou mausoléu	1,00
4. Gestão de trânsito urbano	
4.1. Remoção de veículos	1,50
4.2. Guarda e estacionamento de veículos (Mensal)	1,00
4.3. Interdição de vias e ruas públicas para fins particulares	1,00
4.4. Outros serviços relacionados ao trânsito urbano	1,00
4. Gestão de trânsito urbano	
4.1. Atestados e certidões diversas	0,20
4.2. Busca de qualquer natureza	0,20
4.3. Certidões negativas por Cadastro Imobiliário ou por atividades	0,20
4.4. Taxa de expediente	0,20

TABELA X II

TABELA PARA COBRANÇA DE TAXA PARA O EXERCÍCIO EVENTUAL OU AMBULANTE

ESPECIFICAÇÃO	EVENTUAL (DIARIA)	EVENTUAIS (MENSAL)	AMBULANTE (ANUAL)	FEIRANTE (ANUAL)
1. Barracas, balcões, tabuleiros, cestos, malas e assemelhados	4,00	30,00	80,00	4,00
2. Bicicleta, carrinho manual, triciclos, carroças e assemelhados	4,00	30,00	80,00	4,00
3. Veículos automotores, motocicletas, trailers, reboques e assemelhados	5,00	40,00	100,00	5,00

TABELA XIII

TABELA DE COBRANÇA DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DIVERSOS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Roçagem lote urbano:	
a) Até 350 m2	1,00
b) De 350 M2 até 700 m2	2,00
02. Limpeza de terreno com máquinas por carga de caminhão caçamba	1,00
03. Transporte de aterro e entulhos por carga:	1,00
04. Transporte de galhos por retirada carga	1,00
05. Corte ou poda de árvores:	
a) Pequena	1,00
b) Média	1,50
c) Grande	2,00
06. Dos serviços de limpeza e transporte	
a) Terraplenagem em área de até 500 m2 (metro quadrado)	4,00
b) Caminhão de água potável	1,00
c) Caminhão de água bruto	0,50
d) Autorização de uso para locação de motoniveladora, p/hora	1,00
e) Autorização de uso para locação de caminhão, por hora	2,00
f) Autorização de uso para locação de pá-carregadeira, p/hora	2,00
g) Autorização de uso para locação de retro-escavadeira, p/hora	2,50
h) Autorização de uso para locação de escavadeira Hidráulica, p/hora	1,50

i) autorização de uso para locação de rolo compactador liso chapa, p/hora	**1,50**
j) autorização de uso para locação de rolo compactador pé de carneiro, p/hora	**1,50**

TABELA XIV	
TABELA DE COBRANÇA DE ISS (IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS) DE CONSTRUÇÃO CIVIL	
ESPECIFICAÇÃO (TIPO DE CONSTRUÇÃO)	**VALOR**
1. Residencial, por M2	**R$ 220,00**
2. Comercial, industrial e de serviços, por M2	**R$ 100,00**

Publicado por:
Tania Cheibel Simões
Código Identificador:C8250299

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO N. 108/2014

"Termo de contrato de prestação de serviços que fazem entre si o MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE e a empresa EVENTUS PRODUÇÕES EIRELI - EPP"

Aos 05 (cinco) dias do mês de dezembro do ano de 2014, o **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** estabelecido na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, WALMIR GUSE, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade n.º 3/R 1.248.224 expedida pela SSI – SC e do CPF 060.590.538 – 07, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e por outro lado a empresa **EVENTUS PRODUÇÕES ERELI - EPP** Pessoa Jurídica com sede na cidade de Campos de Júlio, estado de Mato Grosso, na Avenida Adelino José Zamo, S/N, Centro, CEP 78307-000, inscrita no CNPJ sob Nº 10.016.387/0001-28, neste ato representada por **ÁLVARO FABRÍCIO CAVALHEIRO DA SILVA,** brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado na Avenida Adelino José Zamo, S/N, Centro, CEP 78307-000, município de Campos de Júlio estado de Mato Grosso, portador da cédula de identidade nº 1.453.743-5 expedida pela SSP/MT e CPF nº 899.98.631-04, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**. Mediante à **ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 027/2014 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014 C/SRP DA PREFEIURA MUNICIPAL DE SAPEZAL**, resolvem em comum acordo celebrar o presente contrato de prestação e serviços, que será regido pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 A **CONTRATADA** prestará para o **CONTRATANTE,** serviços especializados de locação e montagem de infraestruturas de palcos, de instrumentos de sonorização, iluminação, camarins e painel de LED, necessários para realização de eventos diversos no município de CONQUISTA D' OESTE**,** conforme especificações constantes no processo de Adesão à Ata de Registro de Preço nº 027/2014 do Pregão Presencial c/ SRP nº 036/2014 da Prefeitura Municipal de Sapezal.

1.2 Os serviços necessários para a realização do evento, no período consistem em:

ITEM	QDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	3	Un.	LOCAÇÃO DE PALCO TAMANHO PEQUENO 10 X 9, ESTRUTURA METÁLICA, QUE VIABILIZE PLENA SEGURANÇA DURANTE O EVENTO	R$ 5.900,00	R$ 17.700,00
2	3	Un.	LOCAÇÃO DE PALCO TAMANHO MÉDIO, MEDINDO 10 X 10 EM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO QUE VIABILIZE PLENA SEGURANÇA DURANTE O EVENTO	R$ 8.950,00	R$ 26.850,00
3	3	Un.	LOCAÇÃO DE PALCO TAMANHO GRANDE 16 X 14, EM ESTRUTURA DE ALUMINIO, DUAS AGUAS, COBERTO EM LONA ANTICHAMAS QUE VIABILIZE PLENA SEGURANÇA DURANTE O EVENTO	R$ 15.500,00	R$ 46.500,00
4	3	Un.	EVENTOS DE GRANDE PORTE, PARA UM PÚBLICO ESTIMADO ACIMA DE 6.000 PESSOAS, EM AMBIENTES EXTERNOS: SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO (INCLUINDO MONTAGEM E DESMONTAGEM), COM DURAÇÃO APROXIMADA DE 06 HORAS DE EVENTO	R$ 18.800,00	R$ 56.400,00
5	8	Un.	LOCAÇÃO DE CAMARIM COM PAREDES E TETO EM PAINÉIS FORMICADOS OU SIMILAR (CONFORME NEGOCIAÇÃO COM O CONTRATANTE), PODENDO NO TETO SER UTILIZADO PLACAS DE MATERIAL RECICLADO, NA COR BRANCA OU CLARA E EMOLDURADOS POR PERFIS METÁLICOS COM PISO ESTRUTURADO EM BARROTES E COMPENSADOS DE NO MÍNIMO 12MM, REVESTIDO EM CARPETE NA COR CINZA OU PRETA, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. O CAMARIM DEVERÁ SER PROVIDO COM PORTA DE ACESSO CONTENDO FECHADURA (COM CHAVE) E MAÇANETA, INSTALAÇÃO ELÉTRICA, DEVERÁ SER COMPOSTA POR 02 (DUAS) LUMINÁRIAS COM DIAS LÂMPADAS FLUORESCENTES 20W CADA, 03 (TRÊS) PONTOS DE TOMADA TRIFÁSICA, 01(UM) APARELHO DE ARCONDICIONADO DE 10.000 BTUS EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO	R$ 650,00	R$ 5.200,00
6	500	Un.	FECHAMENTO PARA LATERAL E FUNDO DO PALCO 2,50M X 2,20M COM PORTÃO PARA ENTRADA DE VEICULO PEQUENO (VAN) PARA ACESSO AO CAMARIM	R$ 50,00	R$ 25.000,00
7	250	Un.	GRADE INIBIDORA 2M X 1M PARA FRENTE DO PALCO	R$ 50,00	R$ 12.500,00
8	3	Un.	LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED DE ALTA DEFINIÇÃO P10 OUTDOOR 4 X 3 COM 32 METROS DE ESTRUTURA P30 PARA MONTAGEM DOS PAINÉIS. ACOMPANHADOS DE NOTEBOOK E DVD REC/PLAY. FILMAGEM DIGITAL COM CÂMERA PROFISSIONAL DE NO MÍNIMO 1.080 LINHAS PARA TRANSMISSÃO SIMULTÂNEA. (CÂMERAS PARA CAPTURAÇAO DE IMAGENS) SOM AUXILIAR PARA OS TELÕES LONGE DO PALCO (QUANDO FOR O CASO)	R$ 4.900,00	R$ 14.700,00

1.3 Respeitadas as especificações contidas no termo de referência, a Contratada, sob nenhum argumento, poderá deixar de atender as solicitações do Contratante, sob pena de ensejar, além de sanções administrativas, a rescisão do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

2.1 O presente contrato é celebrado com base no **027/2014 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014 C/SRP DA PREFEIURA MUNICIPAL DE SAPEZAL,** com regime de menor preço global, subordinando-se ao que dispõe a Lei n° 10.520/2002, Lei nº. 8666/93, Lei Complementar n.º123/2006.

CLAUSULA TERCEIRA– DO VALOR DO CONTRATO

3.1 O valor do presente instrumento está estimado em R$ 204.850,00 (Duzentos e quatro mil e oitocentos e cinquenta reais), preço esse que será pago pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pela prestação dos serviços contratados.

3.2 O valor do presente contrato não será reajustado no período de sua vigência;

CLAUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

05. SECRETARIA DE CULTURA DESPORTO E LAZER
05.002 – DIVISÃO DE CULTURA
13.392.0020.2035 – PROMOVER OU APOIAR A REALIZ. DE EVENTOS CULTURAIS
3.3.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – **PJ – F: 201**
Valor: R$ 204.850,00 (Duzentos e quatro mil e oitocentos e cinquenta reais)

CLAUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias corridos da prestação de serviços mediante a apresentação da respectiva NOTA FISCAL, devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

5.2 Os pagamentos serão efetuados pelo **CONTRATANTE**, obrigatoriamente por meio de cheques nominais ou crédito em conta corrente em Banco, em nome da **CONTRATADA.**

CLAUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1 O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, com vencimento em **09/06/2015**, que se inicia após sua assinatura, na forma do artigo 57, Caput, da Lei 8.666/93.

CLAUSULA SETIMA– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos que incidam ou que venham incidir sobre o objeto deste contrato;

7.2 Prestar os serviços contratados conforme a proposta apresentada e respectivas especificações;

7.3 Cumprir, à suas expensas, todas as clausulas contratuais;

7.4 Arcar com as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive aquelas com o deslocamento ou transporte até o local de realização dos eventos;

CLAUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 Arcar com as despesas decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, de alimentação e hospedagem dos contratantes durante a realização dos eventos;

8.2 Efetuar o pagamento do preço avençado, no prazo e forma ao aqui pactuado;

8.3 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades apresentada nos serviços para que sejam adotadas medidas corretivas necessárias;

8.4 Exercer supervisão na execução dos serviços, nomeando para tanto, fiscal que terá faculdade de inspeção e controle, podendo ditar medidas que achar necessárias ao bom andamento e qualidade dos serviços.

CLAUSULA NONA– DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1 Os serviços deverão ser prestados em conformidade com o Edital de Pregão e seus anexos, nas datas especificadas, em locais a serem definidos pelo **CONTRATANTE**;

CLAUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, o CONTRATANTE poderá garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a) Multa de 10% (dez por cento) pelo não cumprimento de qualquer cláusula deste contrato, injustificadamente, sobre o valor total da proposta, e juros de 1% (um por cento) ao mês pela permanência do atraso ou fração equivalente;

b) Advertência;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

10.2 A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades supramencionadas se admitidas as justificativas apresentadas, nos termos do artigo 87, **caput** da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 Da penalidade aplicada caberá recurso a autoridade superior àquela que aplicou a sanção, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA RESCISÃO

12.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93;

12.2 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.3 A rescisão deste contrato poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e por escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do Art. 78 da Lei 8.666/93.

b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração.

c) Judicial, nos termos da legislação.

12.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, para dirimir as questões derivadas deste Contrato.

E, por estarem acordadas, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, firmando-o em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Prefeitura Municipal de Conquista D' Oeste, em 05 de dezembro de 2014.

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
Contratante

EVENTUS PRODUÇÕES LTDA - EPP
Contratada

Testemunhas:

Luiza Tenório Cavalcante
RG: 1.306.462-2 – SSP/MT

Tatiane Nunes Nantes Salasar
RG nº 13.645.978/SSP-MT

Visto Assessoria Jurídica

DR. HÉLIO JOSÉ GARCIA MENDES
OAB-MT 3383-A

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:47EB882D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

GABINETE DO PREFEITO
LEI 861 ALÍQUOTA PREVI

LEI N° 861/2014

Altera as alíquotas de contribuição previdenciária devidas pelo Município ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

A Prefeita Municipal de COTRIGUAÇU - MT, no uso de suas atribuições legais;
Faz saber que a Câmara Municipal de COTRIGUAÇU - MT aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Revoga-se a Lei Complementar nº 806 de 17 de Setembro de 2013 e o artigo 44 da Lei Complementar nº 692/2011.

Art. 2° A contribuição previdenciária de responsabilidade do ente relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários e ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e financiamento da unidade gestora do RPPS será de 14,18%, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Art. 3º - Fica instituído plano de amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição, conforme alíquotas de contribuição suplementar devidas pelo ente definidas na tabela a seguir.

TABELA DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

PERÍODO	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	Custo Suplementar
0		4.341.745,10				
1	2014	4.543.717,59	(201.972,49)	257.191,56	55.219,08	0,95%
2	2015	4.738.554,41	(194.836,82)	268.220,06	73.383,25	1,25%
3	2016	4.925.448,18	(186.893,78)	278.798,95	91.905,18	1,55%
4	2017	5.103.537,45	(178.089,27)	288.879,48	110.790,21	1,85%
5	2018	5.271.903,33	(168.365,87)	298.409,62	130.043,75	2,15%
6	2019	5.429.565,97	(157.662,64)	307.333,92	149.671,28	2,45%
7	2020	5.575.480,86	(145.914,89)	315.593,26	169.678,36	2,75%
8	2021	5.708.534,86	(133.054,00)	323.124,61	190.070,62	3,05%
9	2022	5.827.541,98	(119.007,12)	329.860,87	210.853,75	3,35%
10	2023	5.931.238,95	(103.696,97)	335.730,51	232.033,53	3,65%
11	2024	6.018.280,51	(87.041,56)	340.657,39	253.615,83	3,95%
12	2025	6.087.234,38	(68.953,87)	344.560,44	275.606,57	4,25%
13	2026	6.136.575,97	(49.341,59)	347.353,36	298.011,76	4,55%
14	2027	6.164.682,78	(28.106,81)	348.944,31	320.837,50	4,85%
15	2028	6.169.828,40	(5.145,62)	349.235,57	344.089,95	5,15%
16	2029	6.150.176,22	19.652,18	348.123,18	367.775,36	5,45%
17	2030	6.103.772,71	46.403,51	345.496,57	391.900,08	5,75%
18	2031	6.028.540,33	75.232,38	341.238,13	416.470,51	6,05%
19	2032	5.922.270,00	106.270,33	335.222,83	441.493,16	6,35%
20	2033	5.782.613,10	139.656,89	327.317,72	466.974,62	6,65%
21	2034	5.607.073,05	175.540,06	317.381,49	492.921,55	6,95%
22	2035	5.392.996,26	214.076,79	305.263,94	519.340,73	7,25%
23	2036	5.137.562,70	255.433,56	290.805,44	546.239,00	7,55%
24	2037	4.837.775,77	299.786,93	273.836,36	573.623,29	7,85%
25	2038	4.496.710,18	341.065,59	254.530,76	595.596,35	8,07%
26	2039	4.128.867,33	367.842,85	233.709,47	601.552,32	8,07%
27	2040	3.732.577,46	396.289,87	211.277,97	607.567,84	8,07%
28	2041	3.306.069,98	426.507,48	187.136,04	613.643,52	8,07%
29	2042	2.847.467,42	458.602,55	161.177,40	619.779,96	8,07%
30	2043	2.354.779,05	492.688,37	133.289,38	625.977,75	8,07%
31	2044	1.825.894,01	528.885,04	103.352,49	632.237,53	8,07%
32	2045	1.258.574,15	567.319,86	71.240,05	638.559,91	8,07%
33	2046	650.446,36	608.127,79	36.817,72	644.945,51	8,07%
34	2047	(1.005,52)	651.451,88	(56,92)	651.394,96	8,07%
35	2048	-	-	-	-	-

Art. 4° A contribuição previdenciária de responsabilidade dos Servidores Ativos, Servidores Inativos e Pensionistas, relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários, necessárias à organização e financiamento da unidade gestora do RPPS será de 11,00%, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Art. 5° - As contribuições correspondentes às alíquotas do custo normal e suplementar, relativas ao exercício de 2014, serão exigidas a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da publicação desta lei.

Art. 6° Caso a reavaliação atuarial anual indique a necessidade de majoração do plano de custeio, as alíquotas de contribuição do ente poderão ser revistas por meio de Decreto expedido pelo Poder Executivo.

Art. 7º - Lei Complementar nº 806 de 17 de Setembro de 2013 e altera o inciso III, do artigo 44 da Lei Complementar nº 692/2011.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Cotriguaçu-MT, 10 de dezembro de 2014.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Noeli Maria Lorandi
Código Identificador:64CB8B7B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL
PROCESSO SELETIVO PUBLICO SIMPLIFICADO Nº. 004/2014 - EDUCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO PUBLICO SIMPLIFICADO Nº. 004/2014

EDITAL Nº001/2014

O Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, NILSON FRANCISCO ALÉSSIO, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento das normas previstas no artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988 e Lei Orgânica Municipal, 651, de 15 de Dezembro de 2014, torna público que fará realizar Processo Seletivo Público Simplificado, para contratação de funcionários nos termos do presente edital.

1 – ENTIDADE EXECUTORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO
1.1 – O presente Processo Seletivo Público será realizado sob a responsabilidade da PREFEITURA MUNICIPAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, obedecendo às normas deste Edital.

2 – DAS INSCRIÇÕES
2.1. São condições básicas para a inscrição:
2.1.1 Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, l da CF/88).
2.1.2 Estar ciente de que deverá possuir, na data da contratação, a qualificação mínima exigida para o cargo e a documentação prevista no subitem 1.3.1 a 7.3.16 desse edital.

2.1.3. Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas nesse edital.
2.2. As inscrições deverão ser efetuadas pela internet, no site www.gauchadonorte.mt.gov.br, no período de 18/12/2014 a 02/01/2015.
2.3. O candidato deverá tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos para o Processo Seletivo Público Simplificado antes de efetuar a sua inscrição, a fim de evitar o cancelamento desta, bem como certificar-se de que preenche as condições exigidas para a contratação temporária de excepcional interesse público do cargo público.
2.4. A inscrição será gratuita.
2.5. Não serão aceitas inscrições em caráter condicional, por via postal, fac-simile (fax), correio eletrônico (e-mail) ou qualquer outro modo não especificado no subitem 2.2 ou 2.3 desse edital.
2.6. O candidato é responsável pela fidedignidade das informações prestadas no requerimento de inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros ou do não preenchimento de qualquer campo desse formulário.
2.7. O candidato ao preencher o requerimento de inscrição, declara, sob as penas da lei, estar ciente e de acordo com as exigências e normas estabelecidas para esse Processo Seletivo Público Simplificado, bem como possuir os requisitos para a contratação temporária de excepcional interesse público do cargo público e estar em condições de apresentar os documentos comprobatórios, caso venha a ser empossado.
2.8. A homologação das inscrições será divulgada por meio de edital, afixada no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte e nos endereços eletrônicos: www.gauchadonorte.mt.gov.br e www.diariomunicipal.com.br/amm-mt
2.9. Da não homologação das inscrições, caberá recurso no prazo de 01 (um) dia útil, a contar da data de sua divulgação, ao Presidente da Comissão de Fiscalização desse Processo Seletivo.
2.10. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas nesse edital em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
2.11. O presente edital estará disponível na página do endereço eletrônico: www.gauchadonorte.mt.gov.br e Mural Público Municipal, sendo de responsabilidade exclusiva do Candidato a obtenção desse material.
2.12. A declaração falsa ou inexata dos dados constantes na ficha de inscrição, bem como a apresentação de documentos ou informações falsas ou inexatas determinará o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos decorrentes, em qualquer época.
2.13 - O candidato tem ciência que para o exercício da função do cargo para o qual concorre é obrigatório ter aptidão física e mental e não apresentar deficiência que o incapacite para a devida função.
2.14 - O preenchimento dos dados constantes na ficha de inscrição é de total responsabilidade do candidato.
2.15. Não serão aceitas inscrições com documentação incompleta
2.16 - Da participação de candidatos portadores de necessidades especiais:
2.16.1 – Em consonância com a Cartinha de Orientação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, no item 3.15 que trata da desnecessidade de reserva de vagas para portadores de deficiência no parágrafo 5°, onde se entende que não há obrigatoriedade quanto ao processo seletivo simplificado para PNE, uma vez que não há disposição expressa na Constituição Federal.

3 – DO CARGO E VAGAS OFERECIDAS E SUAS ESPECIFICAÇÕES
3.1 – Serão oferecidas as seguintes vagas para os cargos deste Processo Seletivo Público Simplificado:

3.2 – ENSINO FUNDAMENTAL

PERFIL OCUPACIONAL	LOTAÇÃO FUNCIONAL	VENCIMENTO INICIAL R$	CARGA HORÁRIA	ESCOLARI- DADE	VAGAS		
					Normal	CR	Total
Agente de serviços gerais (Manutenção e limpeza escolar)	SEMECEL	R$ 1.028,41	40 horas	Fundamental Completo	01	00	01
Agente de Segurança e Vigilância Escolar	SEMECEL	R$ 790,54	12/36 horas	Fundamental completo	03	01	04
Agente de transporte escolar (motorista)	SEMECEL	R$ 1.378,00	40 horas	Fundamental / completo	07	00	07
Agente de transporte escolar (motorista)	EMEB Xingu	R$ 1.378,00	40 horas	Fundamental / completo	02	00	02
Auxiliar de Serviços Gerais	SEMECEL	R$ 790,54	40 horas	Fundamental / incompleto	09	02	11
Auxiliar de Serviços Gerais	EMEB Botuverá	R$ 790,54	40 horas	Fundamental / incompleto	02	00	02
Agente de Nutrição Escolar (merendeira)	SEMECEL	R$ 790,54	40 horas	Fundamental Completo	07	02	09

3.3 – ENSINO MÉDIO

PERFIL OCUPACIONAL	LOTAÇÃO FUNCIONAL	VENCIMENTO INICIAL R$	CARGA HORÁRIA	ESCOLARI DADE	VAGAS		
					Normal	CR	Total
Agente Administrativo	SEMECEL	R$ 1.184,88	40 horas	Ensino médio	02	00	02
Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	SEMECEL	R$ 790,54	40 horas	Ensino médio	10	02	12
Auxiliar de maestro	SEMECEL	R$ 1.346,73	40 horas	Ensino Médio Completo	01	00	01
Secretario Escolar	SEMECEL	R$ 790,54	40 horas	Ensino médio	00	01	01
Secretario Escolar	EMEB Xingu	R$ 790,54	40 horas	Ensino médio	01	00	01
Secretario Escolar	EMEB Botuverá	R$ 790,54	40 horas	Ensino médio	01	00	01

3.3 – ENSINO SUPERIOR

PERFIL OCUPACIONAL	LOTAÇÃO FUNCIONAL	VENCIMENTO INICIAL R$	CARGA HORÁRIA	ESCOLARI-DADE	VAGAS		
					Normal	CR	Total
Assistente Social	SEMECEL	R$ 3.369,36	40 horas	Graduação/ Licenciatura	01	00	01
Maestro	SEMECEL	R$ 3.000,00	40 horas	Graduação/ Licenciatura	01	00	01
Professor de Educação Básica	SEMECEL	R$ 1.644,40	30 horas semanais	Graduação Licenciatura Plena (Pedagogia)	19	03	22
Professor de Educação Básica	EMEB XINGU	R$ 1.644,40	30 horas	Graduação Licenciatura Plena (Pedagogia)	03	00	03
Professor de Educação Básica	EMEB BOTUVERÁ	R$ 1.644,40	30 horas	Graduação Licenciatura Plena (Pedagogia)	05	00	05

Professor de Educação Física	SEMECEL	R$ 1.644,40	30 horas	Graduação/ Licenciatura	01	00	01
Professor de Educação Física	EMEB BOTUVERÁ	R$ 1.644,40	30 horas	Graduação/ Licenciatura	01	00	01
Professor de Educação Física	EMEB XINGU	R$ 1.644,40	30 horas	Graduação/ Licenciatura	01	00	01
Psicólogo	SEMECEL	R$ 2.965,05	40 horas	Graduação/ Licenciatura	01	00	01

***CR – Cadastro de Reserva*
*** SEMECEL – Secretaria Municipal de Educação*

3.4 – ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

Cargo	Disciplina	Número de questões	Total de questões	Valor de cada questão	Pontuação máxima
- Aux. de serviços Gerais;	LINGUA PORTUGUESA	05	20	5,00	100,00
	MATEMÁTICA	05			
	CONHECIMENTOS GERAIS	05			
	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	05			

3.5 – ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

Cargo	Disciplina	Número de questões	Total de questões	Valor de cada questão	Pontuação máxima
- Agente de serviços gerais (Manut. e limpeza escolar) ; - Agente de Segurança e Vigilância Escolar; - Agente de transporte escolar (motorista); - Nutrição (merendeira)	LINGUA PORTUGUESA	05	20	5,00	100,0
	MATEMÁTICA	05			
	CONHECIMENTOS GERAIS	05			
	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	05			

3.6 – ENSINO MÉDIO COMPLETO

Cargo	Disciplina	Número de questões	Total de questões	Valor de cada questão	Pontuação máxima
-Agente administrativo; -Auxiliar de desenv. Infantil; -Auxiliar de maestro; -Secretario Escolar;	LINGUA PORTUGUESA	05	20	5,00	100,00
	MATEMÁTICA	05			
	CONHECIMENTOS GERAIS	05			
	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	05			

3.7 – ENSINO SUPERIOR

Cargo	Disciplina	Número de questões	Total de questões	Valor de cada questão	Pontuação máxima
- Assistente Social; - Maestro; -Professor de Educação Básica; - Professor de Educação Física; - Psicólogo;	LINGUA PORTUGUESA	05	20	5,00	100,00
	MATEMÁTICA	05			
	CONHECIMENTOS GERAIS	05			
	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	05			

4 – DAS PROVAS
4.1 – Data e local das provas objetivas:
4.1.1 – As provas objetivas serão realizadas no dia 11 de janeiro de 2015 das 08 às 11h00min (horário de Mato Grosso), na Escola Municipal Bem Me Quer, Rua Minas Geral, nº 974 - Centro, Gaúcha do Norte – MT, demais informações no site www.gauchadonorte.mt.gov.br

4.2 – Das características das provas objetivas:
4.2.1 – As provas objetivas terão duração máxima de 03 (três) horas contadas a partir do momento em que todas as informações forem prestadas aos candidatos.

4.3 – Da realização das provas
4.3.1 – O candidato deverá *comparecer no local da aplicação das provas com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do horário especificado*, trazendo caneta esferográfica azul ou preta, Comprovante de Inscrição e documento de identidade original;
4.3.2 – Não será permitido ao candidato entrar no local das provas com outros objetos além daqueles exigidos no item anterior;
4.3.2.1 – O fiscal de sala e a coordenação do Processo Seletivo Público Simplificado não se responsabilizarão por danos ou desaparecimento de objetos, bolsas, celulares e outros que forem deixados na sala pelos candidatos.
4.3.3 – Somente será admitido na sala de provas o candidato que estiver munido de Cédula de Identidade original ou outro documento original, com foto, de igual valor legal, ou seja: carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe que tenha força de documento de identificação; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista ou Carteira de Motorista nos moldes atuais.
4.3.3.1 – O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação do candidato;
4.3.4 – Não será aceito protocolo ou qualquer outro documento como crachá; identidade funcional; título de eleitor ou outro diferente daqueles citados no item 4.3.3;
4.3.5 – Durante as provas não será permitida qualquer espécie de consulta nem o uso de máquinas calculadoras ou outros objetos elétricos ou eletrônicos, inclusive aparelhos celulares, bips ou outros comunicadores;
4.3.5.1 – Também não será permitida a consulta a qualquer material impresso ou escrito como apostilas, livros, manuais ou caderno de prova de outro candidato;
4.3.6 – Não serão considerados aptos a fazerem as provas aqueles eventuais candidatos que estejam impossibilitados de comparecer aos locais determinados para a realização das mesmas;
4.3.7 – Em hipótese alguma será admitida a entrada nos locais de provas, de candidatos que se apresentarem após a hora determinada para o início das provas;
4.3.8 – Nas provas objetivas só serão consideradas, para efeito de pontuação, as anotações constantes do Cartão de Resposta preenchido a caneta esferográfica preta ou azul não porosa;
4.3.9 – No preenchimento do Cartão de Resposta é necessário que o campo correspondente à alternativa correta seja totalmente pintado, sob pena de anulação da questão não preenchida corretamente;
4.3.10 – As questões respondidas erradamente não anularão as questões respondidas corretamente;
4.3.11 – As questões deixadas em branco, ou com mais de uma resposta, ou com rasuras, ainda que legíveis, serão consideradas nulas;

4.3.12 – Os pontos, relativos às questões eventualmente anuladas por erro material quando da elaboração serão atribuídos a todos os candidatos que prestarem à prova naquele cargo;
4.3.13 – Em nenhuma hipótese haverá 2ª chamada, eliminando-se o candidato faltoso;
4.3.14 – O candidato ao terminar as provas deverá entregar ao fiscal o seu caderno de provas e o seu Cartão de Resposta.
4.3.15 – O caderno de provas poderá ser entregue ao candidato, para levá-lo, após duas horas do seu início, caso permaneça na sala;
4.3.16 – Os candidatos que não levarem o caderno de provas no mesmo dia poderão retirá-lo somente no dia seguinte, no período vespertino junto à Secretaria Municipal de Educação.
4.4 – Do conteúdo programático das provas objetivas:
4.4.1 – Os programas das provas objetivas, onde constam às matérias a serem exigidas nas provas, fazem parte do Anexo I do presente Edital.

5 – DA CLASSIFICAÇÃO
5.1 – Dos critérios de classificação:
5.1.1 – A classificação dos candidatos se dará através de Prova Objetiva pela média aritmética das notas obtidas, divulgando-se o seu resultado final, na ordem decrescente;
5.2 – Da desclassificação:
5.2.1 – Será considerado desclassificado do Processo Seletivo Público Simplificado o candidato que obter nota menor que 50% (cinquenta por cento) na média final;
Ausentar-se da prova;
Descumprir as normas constantes deste Edital ou as orientações dadas pela Equipe de Coordenação do Processo Seletivo Público nº 004/2014;
Utilizar-se de meios fraudulentos na realização das provas ou na apresentação de documentos ou ainda, que seja flagrado com “cola” ou passando “cola” para outro candidato;
Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;
Não entregar a documentação exigida no ato da posse no prazo determinado no ato convocatório, ressalvados os casos permitidos por lei;
Não comprovar as informações prestadas no ato da inscrição;
Aprovados, não comparecerem nos locais, prazos, horários e condições especificados nos atos de convocação.

5.3 – Dos critérios de desempate na classificação
5.3.1 – Havendo empate na contagem de pontos na classificação em qualquer cargo, serão obedecidos os critérios de desempate pela ordem a seguir:

Maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;
Maior nota na prova de Conhecimentos de Língua Portuguesa;
Maior nota na prova de Conhecimentos em Matemática;
Maior nota na prova de Conhecimentos Gerais;
Candidato que prestou serviços à Justiça Eleitoral;
Candidato com maior número de dependente.

6 – DO RESULTADO FINAL
6.1 – O resultado final do Teste Seletivo Público Simplificado será homologado por Decreto do Poder Executivo Municipal, observado o prazo legal para interposição de recursos e será publicado no site referido neste edital e facultativamente na imprensa local, de forma resumida ou integral, a critério da Administração Pública.

7 – DA CONVOCAÇÃO, DA ADMISSÃO:
7.1 - Os candidatos aprovados serão convocados para admissão, atendendo às necessidades da Administração, seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação até o limite de vagas estabelecido neste Edital ou naquelas vagas criadas por lei durante a validade do Processo Seletivo Público Simplificado;
7.2 – Os candidatos serão convocados por edital publicado, na imprensa local e em local de costume da Prefeitura, com horário e locais preestabelecidos para contratação e recebimento da designação do respectivo local de trabalho;
7.3 – Para contratação o candidato deverá apresentar documentação no original ou fotocópia autenticada em cartório, que comprove o que segue abaixo:
7.3.1 - Cédula de Identidade/RG
7.3.2 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88);
7.3.3 - Certidão de Casamento ou Nascimento;
7.3.4 - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);
7.3.5 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 07 anos (se for o caso);
7.3.6 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);
7.3.7 - Comprovante de votação das duas últimas eleições que antecedem a posse e/ou respectiva justificativa;
7.3.8 - Título de Eleitor;
7.3.9 – Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal.
7.3.10 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);
7.3.11 - Possuir escolaridade e habilitação legal para o exercício do cargo pretendido;
7.3.12 – Declaração negativa de acúmulo de cargo público;
7.3.13 - Não ter infringindo as leis que fundamentaram este Edital;
7.3.14 – Cartão do PIS/PASEP (se houver);
7.3.15 – Cópia onde consta o número da Carteira de Trabalho.
7.3.16 - Estar registrado no respectivo Conselho de Classe, bem como estar inteiramente quite com as demais exigências legais do órgão fiscalizador e regulador do exercício profissional, quando for o caso.

8 – DO REGIME JURÍDICO DE TRABALHO
8.1 – A nomeação dos candidatos aprovados que será no regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, conforme Lei Federal n.º 11.350.

9 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – O presente Processo Seletivo Público Simplificado terá o prazo de seis meses podendo ser prorrogado por igual período, entretanto, poderão ser interrompidos a qualquer tempo por interesse da administração pelo cessamento da situação excepcional que a autorizou, e/ou efetivação de aprovados em Concurso Público para os Cargos neste descrito;
9.3 - Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público, para os fins do disposto nessa lei a continuidade dos serviços de educação, até a realização do concurso público que viabilize o provimento, em caráter efetivo, de vagas relativas aos cargos discriminados anteriormente, até o provimento efetivo, nessa última hipótese.
9.4 – A inscrição neste Processo Seletivo Público Simplificado, para todo e qualquer efeito de direito, expressa o conhecimento a aceitação por parte do candidato de todas as normas constantes deste Edital;
9.5 – Caso ocorram desistências ou eliminações de candidatos convocados para a nomeação, a Secretaria Municipal de Educação promoverá tantas convocações e admissões quantas julgar necessárias durante o período de validade do Processo Seletivo Público Simplificado dentre os candidatos classificados, observando sempre o número de vagas existentes, ou que venha ser criadas por lei especifica;
9.6– Será considerado desistente e, portanto, eliminado do Processo Seletivo Público Simplificado o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas pela referida secretaria para contratação, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos;
9.7– O candidato que, à época da contratação, não comprovar que preenche os requisitos indispensáveis para o exercício legal do cargo para o qual foi aprovado será considerado eliminado sumariamente, não podendo ser aproveitado para outro cargo, ressalvados os casos previstos em lei municipal;
9.8– A Secretaria Municipal de Educação de Gaúcha do Norte – MT poderá convocar, para o preenchimento de vagas surgidas no decorrer do prazo de validade deste Processo Seletivo Público Simplificado, os candidatos classificados no mesmo, observando-se o cargo e a ordem rigorosa de classificação;
9.9– A Secretaria Municipal de Educação fará divulgar, sempre que necessárias, as normas complementares ao presente Edital e avisos oficiais;
9.10– A classificação do candidato não assegurará o direito ao seu ingresso automático e imediato ao cargo para o qual se habilitou, estando a sua convocação condicionada à necessidade da Administração Pública;
9.11– Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações enquanto não for consumado o evento que lhe diz respeito;
9.12– Todas as publicações pertinente ao presente Processo Seletivo Público Simplificado, enquanto em andamento, serão feitas pelos sites www.gauchadonorte.mt.gov.br e www.diariomunicipal.com.br/amm-mt

9.12.1– As publicações relativas à homologação do Processo Seletivo Público Simplificado e à convocação dos aprovados serão tornadas públicas por meio da Imprensa Oficial do Município, e facultativamente na Imprensa Local, sendo de responsabilidade do candidato o acompanhamento de tais publicações;
9.12.2 – Para fins do subitem acima, considera-se Órgão de Imprensa Oficial do Município o site www.gauchadonorte.mt.gov.br e o Jornal da Associação dos Municípios Mato-grossense www.diariomunicipal.com.br/amm-mt;
9.13 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação em conjunto com a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público Simplificado nº 004/2014.

10 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
10.1 – Do Cronograma do Processo Seletivo Público Simplificado nº 004/2014:
10.1.1 – Período das inscrições: de 18 de dezembro a 02 de janeiro de 2015;
10.1.2 – Divulgação dos locais de realização das provas com a listagem dos nomes dos candidatos: até um dia antes da realização das provas na Secretaria Municipal de Educação e no site www.gauchadonorte.mt.gov.br
10.1.3 – Data da realização das provas objetivas: 11 de janeiro de 2015;
10.1.4 – Prazo para divulgação dos gabaritos: serão divulgados no dia seguinte ao da realização das provas no período vespertino no site da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte – MT e Secretaria Municipal de Educação.
10.1.5 – Divulgação dos classificados em ordem decrescente: até 30 dias
10.2 – Dos Recursos:
10.2.1 – Dos atos praticados pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público Simplificado nº 004/2014 caberá recurso na forma da lei, desde que apresentado no prazo conforme anexo lll.
10.2.2 – Admitir-se-á um único recurso por questão para cada candidato, relativamente ao gabarito ou ao conteúdo das questões, desde que devidamente fundamentado. Não serão aceitos os recursos sem argumentação plausível;
10.2.3 – Se, do exame dos recursos resultarem na anulação de questão o ponto a ela correspondente será atribuído a todos os candidatos relacionados à mesma, independentemente da formulação ou não de recurso;
10.2.4 – Se, por força de decisão favorável às impugnações, houver modificação do gabarito divulgado antes dos recursos, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito definitivo, não se admitindo recurso da modificação decorrente das impugnações;
10.2.5 – O recurso deverá ser apresentado datilografado ou digitado em forma de requerimento, assinado pelo candidato, endereçado à Comissão Organizadora e protocolado na Secretaria Municipal de Educação.
10.2.6 – A decisão do recurso será dada a conhecer coletivamente por meio de edital complementar que será fixado no Mural da Secretaria Municipal de Educação de Gaúcha do Norte – MT e dado conhecimento no site supracitado.

Gaúcha do Norte - MT,16 de dezembro de 2014.

NILSON FRANCISCO ALÉSSIO
Prefeito Municipal

ELÇO DOMINGOS ALVES
Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público Simplificado 004/2014

MARLI FLAVIA SCHUCK
Membro

NATAL BARBOSA DIAS
Membro

ANEXO I
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 004/2014
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

LINGUA PORTUGUESA

Leitura e Interpretação de Textos, Vogais e consoantes; Ordem alfabética; Encontro de Vogais; Encontros Consonantais; Divisão Silábica;Número de Sílabas; Sílaba forte; Posição da sílaba forte; Ortografia; Acentuação gráfica; Pontuação; Masculino e feminino; Singular e plural; Coletivos; Aumentativo e diminutivo; Significado igual;Significado contrário; Nome próprio; Nome simples; Nome composto; Verbos (palavras de ação);Sujeitos (pessoas de uma ação).

MATEMÁTICA:
Conjunto dos números naturais: quatro operações fundamentais – resolução de problemas sobre as quatro operações; Sistema de numeração decimal: números até bilhão; Noções de: dúzia, arroba, metade, dobro, triplo, um quarto ou quarta parte, um terço ou terça parte; Medidas de: comprimento, superfície, massa, capacidade e tempo – transformações – problemas; Número decimal: operações. Sistema Monetário Nacional – Real; Perímetro e área de quadrado e retângulo; Operações com frações; Operações com números decimais; leitura e interpretação de gráficos e tabelas.

CONHECIMENTOS GERAIS

História do Estado de Mato Grosso: Período Colonial; a descoberta do ouro; criação de capitania de Mato Grosso; Período Imperial: a transferência da Capital para Cuiabá; a economia: erva mate, borracha, casas comerciais, usinas de açúcar e pecuária; a questão da escravidão; Período Republicano: o coronelismo e a 1ª República; a divisão do Estado de Mato Grosso; Geografia do estado de Mato Grosso: Os municípios de Mato Grosso; Localização geográfica; Os componentes do meio físico e suas relações: relevo, clima, hidrografia e vegetação; A utilização dor recursos naturais e a Preservação Ambiental; Aspectos da colonização oficial e particular em Mato Grosso e a formação dos municípios; Meios de transporte e comunicação; Atividades econômicas; Município de Gaúcha do Norte: aspectos históricos, geográficos, econômicos, políticos, sociais e outros; poder legislativo e executivo; Atualidades: conhecimentos sobre os fatos atuais do mundo, do País, e do Estado de Mato Grosso e do Município de Gaúcha do Norte.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICO

Auxiliar de serviços gerais: Limpeza de pisos, tapetes, móveis e objetos diversos; Limpeza de paredes, tetos, portas, rodapés, luminárias, vidraças e persianas; limpeza de ralos, caixa de gordura, vasos e pias; Polimento de objetos, peças e placas de metal; Uso e cuidados com materiais de limpeza e higiene, detergente, desinfetante e defensivo; Limpeza de ruas e coleta de lixo; Serviços de capinagem, jardinagem; Prevenção de acidentes; Atitudes no serviço; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho.

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

LINGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de textos; Conhecimento Gramatical; Fonética: Encontros Vocálicos e Consonantais; Sílaba: divisão silábica, acentuação tônica e classificação quanto ao acento tônico; Ortopéia: prosódia; Ortografia: acentuação gráfica, emprego do hífen, pontuação; Morfologia: Classificação das Palavras; Substantivo; Artigo; Adjetivo; Numeral; Pronome; Verbo; Advérbio; Preposição: emprego da crase; Conjunção; Interjeição; Conectivos; Semântica: Significação das Palavras: sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos. Sintaxe: Análise Sintática: frase, orações e períodos; Funções Sintáticas; Sintaxe de Concordância: concordância nominal e concordância verbal; Sintaxe de Regência: regência verbal e regência nominal; Sintaxe de Colocação: próclise, mesóclise, ênclise. Estilística: Figuras de Palavras: metáfora, metonímia, perífrase; Figuras de Construção: pleonasmo, polissíndeto, anacoluto, elipse e silepse; Figuras de Pensamento: hipérbole, eufemismo e ironia; Vícios de Linguagem: barbarismo, cacofonia, estrangeirismo, colisão, eco.

MATEMÁTICA:
Conjunto dos números naturais: quatro operações fundamentais – resolução de problemas sobre as quatro operações; Sistema de numeração decimal: números até bilhão; Noções de: dúzia, arroba, metade, dobro, triplo, um quarto ou quarta parte, um terço ou terça parte; Medidas de: comprimento, superfície, massa, capacidade e tempo – transformações – problemas; Número decimal: operações. Sistema Monetário Nacional – Real; Perímetro e área de quadrado e retângulo; Operações com frações; Operações com números decimais; leitura e interpretação de gráficos e tabelas.

CONHECIMENTOS GERAIS

História do Estado de Mato Grosso: Período Colonial; a bandeira de Pascoal Moreira Cabral; a descoberta do ouro; o abastecimento da região; a descoberta de novas minas; criação de capitania de Mato Grosso; Período Imperial: a transferência da Capital para Cuiabá; a economia: erva mate, poaia, borracha, casas comerciais, usinas de açúcar e pecuária; a questão da escravidão; Período Republicano: o coronelismo e a 1ª República; a divisão do Estado de Mato Grosso; os processo de migração; Geografia do estado de Mato Grosso: Os municípios de Mato Grosso; Localização geográfica; Os componentes do meio físico e suas relações: relevo, clima, hidrografia e vegetação; A utilização dor recursos naturais e a Preservação Ambiental; Aspectos da colonização oficial e particular em Mato Grosso e a formação dos municípios; Fluxos migratórios e a ocupação da fronteira agrícola. Meios de transporte e comunicação; Atividades econômicas; Município de Gaúcha do Norte: aspectos históricos, geográficos, econômicos, políticos, sociais e outros; poder legislativo e executivo; Atualidades: conhecimentos sobre os fatos atuais do mundo, do País, e do Estado de Mato Grosso e do Município de Gaúcha do Norte.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICO

Agente de serviços gerais (manutenção e limpeza escolar) - Questões de zelo em unidade escolar, trabalhos de limpeza e conservação de locais e de utensílios, higiene em seu setor de trabalho; serviços simples de jardinagem, agropecuária e serviços afins, levantamentos, anotações, cálculos e registros simples, de natureza contábil; controle de estocagem; informações de rotina e partes; outras atividades.

Agente de segurança e vigilância escolar - Questões de segurança e vigilância no âmbito das unidades escolares; segurança e policiamento para atendimento de eventuais necessidades de apoio; Preenchimento de boletim diário de ocorrências relevantes, atividades de vigilância escolar, segurança dos alunos e servidores lotados; vigilância das áreas internas e externas das unidades escolares e órgão central; situações de risco à integridade física das pessoas e do patrimônio público; Prevenção para os alunos e os profissionais da educação de possíveis situações perigosas

dentro das unidades escolares; Controle da entrada e saída de pessoas junto à unidade de trabalho; registro e relato à direção da unidade escolar, possíveis situações de riscos à integridade física das pessoas e a integridades dos bens públicos sob sua responsabilidade.

Agente de transporte escolar (motorista) - Regras de relações humanas adequadas ao trabalho; Legislação de trânsito: regras gerais de circulação; regra de ultrapassagem; regra de mudança de direção; regra de preferência; velocidade permitida; classificação das vias; deveres e proibições; Infrações básicas para a apreensão de documentos de habilitação de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro; Infrações básicas para a cassação de documentos de habilitação; Principais crimes e contravenções de trânsito; Conhecimento de sinais sonoros e gestos de agente autoridade de trânsito; Tipos de sinalização; placas de regulamentação; advertência e indicação; sinais luminosos; Conhecimento de defeitos simples do motor; Procedimentos corretos para economizar combustível; Cuidados necessários para conservar o veículo em boas condições mecânicas; Conhecimento básico sobre sistema de freios; defeitos simples do sistema elétrico; Porte de documentos obrigatórios do veículo e do condutor; Conhecimento de regras de hierarquias no serviço público municipal; Atitudes no serviço; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Segurança do trabalho e prevenção de acidentes e incêndio.

Agente de nutrição escolar (merendeira) - Conhecimentos de armazenagem e conservação de produtos alimentícios destinados ao processo na alimentação escolar; conhecimento de atividades de copa e cozinha nas unidades escolares; Noções de preparo de alimentos; Manutenção da limpeza e a organização do local de trabalho, dos materiais e dos equipamentos necessários ao refeitório e à cozinha; Noções de higiene, organização e o controle dos insumos utilizados na preparação de refeições;

3 – ENSINO MÉDIO

LINGUA PORTUGUESA – Para todos os cargos
Interpretação de texto; Uso informal e formal da língua; uso da língua e adequação ao contexto, norma culta; Elementos da comunicação e funções da Linguagem; Significação de palavras: antonímia, sinonímia, homonímia, paronímia. Polissemia. Denotação e conotação. Ortografia; Classes de palavras; Estrutura e formação de palavras. Acentuação gráfica e tônica. Sintaxe: oração e período, tipos de sujeito, tipos de predicado, processos de coordenação e subordinação, regência nominal e verbal, crase, concordância nominal e verbal, pontuação. Nova Ortografia: Mudanças no Alfabeto, Mudanças nas Regras de Acentuação, Uso do Hífen.

MATEMÁTICA
Aritmética e Álgebra: Noções de Lógica; Conjuntos: Operações. Números Naturais, Inteiros, Racionais e Reais. Propriedades, Operações, Ordem e Valor Absoluto. Funções: Operações, Valor numérico. Função definida por várias sentenças. Domínio e Contradomínio. Função Crescente, Decrescente e Inversa. Funções do 1º grau e do 2º grau. Equações do 1º e 2º graus. Sistemas do 1º e 2 º graus com duas ou três variáveis. Matemática Financeira. Porcentagens. Cálculos percentuais. Acréscimos e Descontos percentuais. Juros simples. Geometria Plana. Principais figuras planas. Cálculo perímetros e áreas. Relações métricas no triângulo retângulo. Geometria Espacial: Ponto, Reta e Plano. Posições Relativas. Prismas retos e Esferas. Relações Métricas, Áreas Lateral e Total e Volumes. Geometria Analítica: Ponto. Distância entre Dois Pontos. Reta. Equação Geral e Reduzida.

CONHECIMENTOS GERAIS – Para todos os cargos
Conhecimentos Gerais do Brasil: Geografia, História e Atualidades; História Política e Econômica de Mato Grosso: Antecedentes históricos da fundação de Cuiabá, Fundação de Cuiabá, Ideias de administradores e primeiros desentendimentos, Rodrigo César e o ouro de Cuiabá; Os Lemes; Índios Paiaguás; Fundação de Vila Bela; Capitães-generais de 1748 a 1821; Forte de Coimbra; Mato Grosso no Primeiro Império; A Rusga; Os Alencastro; Mato Grosso na guerra do Paraguai; Divisão do Estado. Geografia de Mato Grosso: Mato Grosso e a região Centro-Oeste; Geopolítica de Mato Grosso; Ocupação do território; Aspectos físicos e domínios naturais do espaço mato-grossense; Aspectos socioeconômicos de Mato Grosso; Dinâmica da população em Mato Grosso; Programas governamentais e fronteira agrícola mato-grossense; A economia do Estado no contexto nacional; A urbanização do Estado; Produção e as questões ambientais. História do Município de Gaúcha do Norte: Aspectos históricos e geográficos; Aspectos econômicos e sociais; Executivo e Legislativo Estadual e Municipal; Atualidades gerais político, econômico, social e ambiental.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Agente administrativo: Administração Pública: organização administrativa – centralização e descentralização; administração direta e indireta: composição; categorias de entidades dotadas de personalidade jurídica na administração indireta (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas); princípios que regem a Administração Pública; Responsabilidade civil do Estado. Poderes e deveres da Administração. Servidores Públicos: vínculo jurídico (estatutário, trabalhista e temporário); quadro funcional; cargos, empregos, funções; formas de provimento; direitos e deveres; ética e responsabilidade social; Responsabilidade civil, penal e administrativa do servidor público. Gestão de Pessoal Administração de pessoal, controle de frequência, procedimentos para admissão e demissão, documentação e registro; estatística aplicada à administração de cargos e salários. Gestão Administrativa e Financeira: noções de planejamento e orçamento público; planos, programas e projetos; orçamentos anuais, execução financeira, modalidades de empenho; vedações orçamentárias; processo de licitação: modalidades. Sistemas de controle administrativos. Atos administrativos; conceitos, elementos característicos. Contrato Administrativo: partes componentes, formalização, modalidades, cláusulas de privilégio, cláusulas essenciais. Prazos, prorrogação, extinção, inexecução. Administração de materiais: material de consumo e material permanente; controle de estoque; operações de almoxarifado. Inventário. Orientação sobre especificações e padronização de material de consumo e material permanente. Sistema de informação, gestão de documentos, noções de arquivologia; classificação dos arquivos e dos documentos; métodos de arquivamento, conservação de documentos; avaliação e destinação de documentos; técnicas modernas de arquivamento com o uso da informática. Correspondência e atos oficiais: princípios da redação oficial; emprego dos pronomes de tratamento; níveis hierárquicos de tratamento; conceitos e modelos de atos oficiais: alvará, ata, certidão, circular, convênio, decreto, despacho, edital, estatuto, memorando, ofício, ordem de serviço, parecer, portaria, regimento, relatório, resolução, requerimento.

Auxiliar de desenvolvimento infantil – Estatuto da Criança e do Adolescente; Noções de Planejamento de atividades; Primeiros socorros; Os brinquedos; Normas para utilização dos brinquedos; Normas de Segurança; Desenvolvimento Físico e Motor; Necessidades Básicas, Desenvolvimento Cognitivo; Desenvolvimento Emocional, Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Intelectual, Crescimento e Desenvolvimento; Tentativa de Treinamento Precoce; Maturação e Aprendizagem; Lei de Diretrizes e Bases.
Auxiliar de maestro - Conhecimento básicos com instrumentos de sopro, noções de escrita musical, noções básicas de teoria e prática instrumental, conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto social e educacional no Brasil e no Mundo, correntes e estilos, correlação da música com a sociedade.

Secretário escolar - Secretaria Escolar: Relações interpessoais; Ética; Atendimento ao público. Redação oficial e Informática: Editor de texto; Editor de planilhas. Estatística básica e Indicadores Educacionais: Introdução a Estatística; Noções básicas de Estatística; Indicadores Educacionais. Planejamento, Gestão e Legislação Educacional: Breve histórico da educação brasileira; A Educação Brasileira hoje; A organização escolar, o currículo e a gestão; Sistemas informatizados de monitoramento e controle; Serviços educacionais no ambiente escolar; O processo de ensino - aprendizagem. Funcionamento e Organização da Secretaria Escolar: Escrituração escolar l; Escrituração escolar ll (Vida do aluno); Documentos de gestão escolar; Avaliação escolar e registros; Sistemas do MEC nas escolas. Legislação Educacional: Técnicas de Secretariado; Legislação Educacional no Brasil.

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

LINGUA PORTUGUESA – Para todos os cargos
Leitura e interpretação de textos descritivos, dissertativos, narrativos; gênero de textos; coesão textual; coerência textual; sinonímia, homonímia e paronímia; figuras de linguagem; vícios de linguagem. Ortografia. 3. Acentuação gráfica e tônica; acentuação das oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas; acento diferencial; acentuação dos hiatos; acentuação dos ditongos. Morfologia: estrutura e formação de palavras, processos de formação de palavras; classes de palavras: verbo, substantivo, artigo, pronome, preposição, conjunção, adjetivo, advérbio, interjeição e numeral. Sintaxe: termos essenciais da oração (sujeito e predicado), termos integrantes da oração (objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, agente da passiva), termos acessórios da oração (aposto, adjunto adnominal, adjunto adverbial), termo independente (vocativo); orações coordenadas e orações subordinadas; concordância nominal; concordância verbal; regência nominal; regência verbal; uso da crase; pontuação. Nova Ortografia: Mudanças no Alfabeto, Mudanças nas Regras de Acentuação, Uso do Hífen.

MATEMÁTICA
Aritmética e Álgebra: Noções de Lógica; Conjuntos: Operações. Números Naturais, Inteiros, Racionais e Reais. Propriedades, Operações, Ordem e Valor Absoluto. Funções: Operações, Valor numérico. Função definida por várias sentenças. Domínio e Contra- Domínio. Função Crescente, Decrescente e Inversa. Funções do 1º grau e do 2º grau. Equações do 1º e 2º graus. Sistemas do 1º e 2 º graus com duas ou três variáveis. Matemática Financeira. Porcentagens. Cálculos percentuais. Acréscimos e Descontos percentuais. Juros simples. Geometria Plana. Principais figuras planas. Cálculo perímetros e áreas. Relações métricas no triângulo retângulo. Geometria Espacial:. Ponto, Reta e Plano. Posições Relativas. Prismas retos e Esferas. Relações Métricas, Áreas Lateral e Total e Volumes. Geometria Analítica: Ponto. Distância entre Dois Pontos. Reta. Equação Geral e Reduzida.

CONHECIMENTOS GERAIS – Para todos os cargos

História Política e Econômica de Mato Grosso: Antecedentes históricos da fundação de Cuiabá; Fundação de Cuiabá; Ideias de administradores e primeiros desentendimentos, Rodrigo César e o ouro de Cuiabá; Os Lemes; Índios Paiaguás; Fundação de Vila Bela; Capitães-generais de 1748 a 1821; Forte de Coimbra; Mato Grosso no Primeiro Império; A Rusga; Os Alencastro; Mato Grosso na guerra do Paraguai; Divisão do Estado.
Geografia de Mato Grosso: Mato Grosso e a região Centro-Oeste; Geopolítica de Mato Grosso; Ocupação do território; Aspectos físicos e domínios naturais do espaço mato-grossense; Aspectos socioeconômicos de Mato Grosso; Dinâmica da população em Mato Grosso; Programas governamentais e fronteira agrícola mato-grossense; A economia do Estado no contexto nacional; A urbanização do Estado; Produção e as questões ambientais.
História do Município de Gaúcha do Norte: Aspectos históricos e geográficos; Aspectos econômicos e sociais; Executivo e Legislativo Estadual e Municipal; Atualidades gerais político, econômico, social e ambiental.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Serviço social escolar (Assistente Social) - Organização e oferta de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, no âmbito da política de Assistência Social e Educação; Violência, Família, Dialética, Mediação, Serviço Social, Assistência Social, Direitos, Participação, Saúde, Sistemas Público e Privado, Seguridade Social, Políticas Públicas, Gestão Social, Estudo Social, Laudos Periciais, Questão Social, Estado, Sociedade Civil, Espaço Institucional e Profissional, Dialética e Trabalho Social, Ética, Projeto ético político do Serviço Social, Globalização, Saúde mental, Interdisciplinaridade, Trabalho, Grupos, Redes, Cidadania, Controle Social, Vida Social, Legislação.

MAESTRO Formação de plateia em música, Música Arte Profissão; Sistema tonal, modal e dodecafônico; Propriedades do som; Escrita e leitura; Valores musicais – chaves- compasso simples e composto; Harmonia (intervalos, tom, semi-tonalidades, transposição, modos); Classificação das vozes História da música; Organologia e organografia; Conjuntos instrumentais e vocais (orquestra, histórico, evolução, repertoria); Gêneros e formas musicais; A politonalidade, o cromatismo; metodologias utilizadas para o ensino de música de instrumentos de sopro em bandas de música,

Professor de Educação Básica
- Histórico Escolar, Avaliação seus conceitos.
- Planejamento Escolar
- PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais)
- Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.
- LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação)

Professor de Educação Física: Conhecimentos sobre esportes; Conhecimentos sobre jogos; Conhecimentos sobre lutas; Conhecimentos sobre danças; Conhecimentos sobre esportes; Conhecimentos sobre atividades aquáticas/natação; Conhecimentos sobre capoeira; Práticas corporais alternativas; Legislação sobre educação física; Estudo das capacidades físicas; Estudo das habilidades físicas; Educação Física e estilo de vida; Socorros de urgência aplicados a saúde; Conhecimentos sobre regras e arbitragens dos esportes; Aspectos relacionados à biomecânica dos exercícios físicos; Noções sobre ergonomia; Conhecimentos sobre atividades posturais; Avaliação postural; Abordagens da Educação Física; Ética profissional; Educação Física adaptada;

Psicologo: Políticas de Saúde e saúde mental; atenção integral a saúde mental; desenvolvimento e psicopatologia; clinica ampliada: atendimento grupal, psicoterapia, acompanhamento terapêutico e reabilitação psicossocial; educação em saúde, organização da atenção e da assistência em saúde mental, atenção integral a família, criança e adolescente, em situação de vulnerabilidade, psicossocial. Desenvolvimento social na infância. O psicólogo escolar e a orientação sexual. A ação do psicólogo escolar diante da educação inclusiva. As dificuldades de aprendizagem e seus diversos determinantes. Processos psicológicos básicos do comportamento: percepção, motivação, emoção. Teorias da personalidade. A relação entre desenvolvimento e aprendizagem humanos. Categorias da Psicologia Social (linguagem, pensamento, consciência e identidade). O psicólogo e sua

práxis: na escola, nas organizações e na comunidade. Psicologia e processo grupal. Psicologia e ética. Ética profissional. Educação em Saúde. SUS - Princípios, diretrizes e normatização (Leis 8.080 e 8.142/90). Saúde, direito do cidadão e dever do Estado, na Constituição Federal.

Gaúcha do Norte - MT,16 de dezembro de 2014.

NILSON FRANCISCO ALÉSSIO
Prefeito Municipal

ELÇO DOMINGOS ALVES
Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público Simplificado 004/2014

MARLI FLAVIA SCHUCK
Membro

NATAL BARBOSA DIAS
Membro

ANEXO II
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 004/2014

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS (MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR)
Exercer atividades no campo da zeladoria em unidade escolar, na Secretaria de Educação e nas bibliotecas públicas; Realizar trabalhos de limpeza e conservação de locais e de utensílios sob sua guarda, zelando pela ordem e pela higiene em seu setor de trabalho; Executar serviços simples de jardinagem, agropecuária e serviços afins, de acordo com a demanda da unidade em que atua; Efetuar levantamentos, anotações, cálculos e registros simples, de natureza contábil; Efetuar controle de estocagem; Prestar informações de rotina e atender partes; Identificar defeitos nos aparelhos, solicitando, aos seus superiores, os reparos necessários; Exercer outras atividades correlatas integrantes do projeto político-pedagógico da escola, e da política educacional da Secretaria de Educação.

AGENTE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA ESCOLAR
Promover a segurança e vigilância no âmbito das unidades escolares da rede municipal conforme programação de serviço estabelecida pela chefia imediata; Organizar e manter atualizado um banco de dados de tele contatos com a Guarda Municipal e com autoridades públicas de segurança e policiamento para atendimento de eventuais necessidades de apoio; Preencher boletim diário de ocorrências relevantes de acordo com a instrução normativa e as orientações dadas pela chefia imediata. Realizar atividades de vigilância escolar, principalmente pela segurança dos alunos e servidores lotados na sua unidade de trabalho; Fazer a vigilância das áreas internas e externas das unidades escolares e órgão central; Comunicar ao gestor das unidades escolares todas as situações de risco à integridade física das pessoas e do patrimônio público; Prevenir os alunos e os profissionais da educação de possíveis situações perigosas dentro das unidades escolares; Controlar a entrada e saída de pessoas junto às unidades escolares e à Secretaria Municipal de Educação; Detectar, registrar e relatar à direção da unidade escolar e/ou à chefia imediata, possíveis situações de riscos à integridade física das pessoas e a integridades dos bens públicos sob sua responsabilidade.

AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR (MOTORISTA)
Apresentação de carteira nacional de habilitação para condução de veículo motorizado e habilidade para execução dos seguintes serviços: conduzir, conservar e promover a manutenção de veículos da frota escolar, cumprindo roteiros e agendas estabelecidas pela chefia imediata; Manter atualizada a documentação do veículo sob sua responsabilidade, solicitando do setor competente as providências necessárias; Manter atualizada a documentação pessoal e de motorista profissional requerida pela legislação pertinente; Conduzir os veículos pertencentes à Secretaria Municipal de Educação de acordo com as disposições contidas no Código de Trânsito Brasileiro; Manter os veículos sob sua responsabilidade em condições adequadas de uso; Conduzir veículos e coletivos escolares com segurança e conforto; Detectar, registrar e relatar ao superior hierárquico todos os eventos mecânicos, elétricos e de funilaria anormais que ocorram com o veículo durante o uso; Exercer outras atividades correlatas; Controlar a Quilometragem e o combustível do veículo.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Remover o pó dos móveis, tetos, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando-os; Limpar escadas, pisos, calçadas, banheiros, copas, varrendo-os, encerando-os ou passando aspirador de pó; Limpar utensílios como: lixeiros, objetos de adorno, vidros, janelas, entre outros; Arrumar banheiro, limpando-os com água, sabão, detergente e desinfetante, reabastecendo-os de papel higiênico, toalhas e sabonetes; Coletar o lixo e depositá-lo nas lixeiras; Lavar as roupas, toalhas e demais roupas usadas nas Creches e Núcleos de Educação Infantil, da Rede Municipal de Ensino; Retirar as roupas do varal, passá-las a ferro, esterilizá-las e guardá-las nas respectivas salas; Executar serviços de limpeza das áreas internas e externas das Unidades Educativas, varrendo ou lavando calçadas, salas de aula, pátios, paredes, janelas, Desentupir pia; Participar para o desenvolvimento e acompanhamento dos projetos Municipais como, hortas escolares e o de arborização de áreas externas; Fazer pequenos reparos, tais como: aparelhos elétricos, troca de lâmpadas, dentre outros, quando solicitados; Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; Atender às necessidades de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; Realizar outras atividades correlatas com a função.

AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR (MERENDEIRA)
Armazenar e conservar produtos alimentícios destinados ao processo de preparação de merenda escolar; Executar atividades de copa e cozinha nas unidades escolares de acordo com a orientação da chefia imediata; Preparar os alimentos que compõem a merenda escolar; Manter a limpeza e a organização do local, dos materiais e dos equipamentos necessários ao refeitório e à cozinha; Manter a higiene, a organização e o controle dos insumos utilizados na preparação da merenda e das demais refeições; executar outras atividades correlatas.

AGENTE ADMINISTRATIVO: Trabalhar na elaboração e rescisão dos termos de compromisso e aditivos, convênios e contratos celebrados pelo órgão; Providenciar a assinatura das partes interessadas nos compromissos firmados, encaminhando ao Tribunal de Contas ou órgão de interesse, para competente registro; Redigir toda e qualquer modalidade de expediente administrativo; Realizar levantamento de dados e elaborar relatórios, mapas, quadros, tabelas, gráficos de interesse do órgão; Efetuar os controles das matérias, a pagar e/ou serviços realizados e pagos, assim como supervisionar a emissão dos respectivos documentos comprobatórios necessários ao setor financeiro e contábil da administração. Colaborar no planejamento e execução de projetos de estruturação e reorganização de serviços de seu setor de trabalho; Auxiliar na classificação e análise contábil de documentos, efetuar lançamentos e transcrição para fichas de registro ou similares, bem como levantar dados necessários ao preparo de balanços

e balancetes; Auxiliar na execução de trabalhos relacionados à organização, coordenação, classificação e controle de atividades administrativas; Exarar informações em processos administrativos e redigir documentos oficiais de caráter interno e externo. Executar serviços datilográficos de natureza complexa, na produção de documentos oficiais, onde o caráter de qualidade e exatidão são fatores importantes; Controlar o movimento de recebimentos e pagamentos efetuando, eventualmente, fechamento de movimento de caixa; Zelar pela manutenção e conservação de equipamentos e materiais sob a sua responsabilidade; Executar outras tarefas correlatas; Auxiliar na supervisão e execução de rotinas, nas unidades administrativas, a fim de propor a adoção de medidas visando a racionalização das mesmas; Proceder pesquisas e auxiliar no planejamento da administração, relativo ao interesse do órgão; Auxiliar seus superiores na resolução de problemas administrativos; Efetuar atendimento ao proposto nas expedições de processos e materiais; Montar, encaminhar, pareceres em processos, e registrar informações; Conferir documentos para efeitos de registro ou alteração de firmas; Acompanhar processos de cancelamento de firmas, exigindo os documentos obrigatórios para tal; Participar da elaboração e desenvolvimento de projetos ou planos de organização, buscando maior eficiência e eficácia dos serviços; Efetuar a atualização, distribuição e redistribuição periódica da previsão físico-financeiro da alocação dos recursos recebidos e concedidos; Classificar contabilmente todos os documentos comprobatórios das operações realizadas de acordo com o Plano de Contas; Verificar, mensalmente, a exatidão dos assentamentos feitos e fazer revisão dos demonstrativos financeiros; Examinar empenhos de despesas e a existência de saldos nas dotações; Auxiliar na feitura global da Contabilidade dos impostos e na análise econômica-financeira e patrimonial; Executar todas as tarefas relacionadas com a escrituração, elaborar balancetes mensais consolidados, bem como a demonstração financeira consolidada da Prefeitura; Corrigir e ordenar os dados para o Balanço Geral e elaborar outros demonstrativos contábeis e financeiros, bem como auxiliar na elaboração do Balanço Geral da Prefeitura; Elaborar os demonstrativos de existência física e financeira de valores sob a guarda e responsabilidade da Tesouraria, encaminhando-os à Gerência de Tesouraria; Auxiliar na organização dos serviços da Tesouraria e na guarda de documentos e livros de controle; Informar processos e prontuários de pequena e alta complexidade, submetidos ao seu estudo, dentro de orientação geral; Zelar pelo sistema de informatização implantado; Processar a folha de pagamentos, manter cadastro funcional dos servidores e executar programa de treinamento; Conservar os equipamentos em perfeito estado de funcionamento, observando as instruções e recomendações técnicas dos fabricantes; Providenciar a manutenção periódica dos equipamentos sempre por pessoas legalmente habilitadas;

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL
Auxílio aos professores e profissionais na execução da Política Municipal de Educação Especial e Desenvolvimento Infantil na Rede Municipal de Ensino.

AUXILIAR DE MAESTRO: Auxiliar na Ministração de aulas e oficinas de Música, Atuar no ensino da teoria e solfejo musical e na prática dos instrumentos de percussão, sopro a bocal, palheta simples e instrumentos de embocadura simples. Auxiliar o maestro nos ensaios gerais e apresentações do corpo musical. Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior.

SECRETÁRIO ESCOLAR
Assumir responsabilidade básica de planejamento, organização, coordenação, controle e avaliação de todas as atividades pertinentes à secretaria e sua execução; Participar juntamente com os técnicos administrativos educacionais, da programação das atividades da secretaria, mantendo-a articulada com as demais programações da escola; Atribuir tarefas aos técnicos administrativos educacionais, acatando ordem superior; orientando e controlando as atividades de registro e escrituração, assegurando o cumprimento de normas e prazos relativos ao processamento de dados determinados pelos órgãos competentes; Verificar a regularidade da documentação referente à matrícula, adaptação, transferência de alunos, encaminhando os casos especiais à deliberação do gestor escolar; Atender e providenciar o levantamento e encaminhamento aos órgãos competentes de dados e informações educacionais; Preparar a escala de férias e gozo de licença dos servidores da escola submetendo à deliberação do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar; Elaborar e providenciar a divulgação de editais, comunicados e instruções relativas às atividades; Elaborar relatórios das atividades da secretaria e colaborar na elaboração do relatório anual da escola; Cumprir e fazer cumprir as determinações do diretor do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar e dos órgãos competentes; Assinar, juntamente com o gestor todos os documentos escolares destinados aos alunos; Facilitar e prestar todas as solicitações aos representantes da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Estadual de Educação sobre o exame de livros, escrituração e documentação relativa à vida escolar dos alunos e vida funcional dos servidores e, fornecer lhes todos os elementos que necessitarem para seus relatórios, nos prazos devidos; Redigir as correspondências oficiais da escola.

SERVIÇO SOCIAL ESCOLAR (ASSISTENTE SOCIAL):
Elaborar e executar programas de orientação sócios- familiar, visando a prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho do aluno; Articular-se com as instituições públicas, privadas e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades; Promover, juntamente com a Associação de Pais e Mestres, eventos com finalidade assistencial; Realizar visitas domiciliares com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio familiar do aluno, possibilitando assisti-lo adequadamente; Participar, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem a prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo; Elaborar e desenvolver programas específicos nas escolas onde existam classes especiais; Atuar de natureza socioeconômicas e familiar para a caracterização da população escolar; Elaborar e executar os programas de orientação sócio familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania; Esforçar-se para obter eficiência máxima em seus serviços, em beneficio a educação Publica. Empenhar-se para melhorar as condições de atendimento á população e assumir a sua parcela de responsabilidades em relação a educação. Desenvolver ações para Combater o baixo rendimento escolar.

MAESTRO: Organizar, coordenar e executar oficinas específicas de Música em geral nas modalidades de instrumentos eletrônicos, corda, sopro e percussão de acordo, violão e teclado, desenvolvendo o potencial interpretativo dos alunos; Realizar um trabalho que desenvolva no aluno uma prática saudável e bem orientada do tocar através de um método prático e dinâmico; Explorar os recursos que proporcionam ao aluno o desenvolvimento técnico musical erudito e popular do instrumento; proporcionar crescimento pessoal e social; desenvolver o potencial interpretativo do aluno, a sua capacidade de apreciação, criação e interpretação musical através da prática da música em conjunto; dar uniformidade a um grande contingencial instrumental ou vocal para que todos os alunos sigam o tempo, a dinâmica e o andamento indicado na partitura;

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA:

Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; Elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; Desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; Executar tarefa de recuperação de alunos; Participar de reunião de trabalho; Desenvolver pesquisa educacional; Participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; Buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; Cumprir a hora-atividade no âmbito da unidade escolar; Manter a cota mínima de produção científica, que será estabelecida por meio de ato administrativo regulamentar; e desempenhar outras atribuições correlatas ao ensino público municipal.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA:
Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; Participar do processo de planejamento das atividades da escola; Cooperar na elaboração, execução e avaliação do Plano Político pedagógico da Unidade Escolar; Elaborar programas, projetos e planos de curso, atendendo a tecnologia educacional e às diretrizes do ensino; Executar o trabalho docente em consonância com a proposta pedagógica da rede municipal de ensino; Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino; Participar dos processos coletivos de avaliação do próprio trabalho e da Unidade Escolar com vista ao melhor rendimento do processo de ensino-aprendizagem, replanejando sempre que necessário; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos; Estabelecer formas alternativas de recuperação, aos alunos que apresentarem menor rendimento; Participar de reuniões de estudo, conselhos de classe, encontros, seminários, atividades cívicas, culturais, recreativas e outros eventos, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento para melhoria da qualidade de ensino; Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, supervisão e orientação educacional; Zelar pela aprendizagem do aluno, pela disciplina e pelo material docente; Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino; Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente; Constatar as necessidades dos alunos e encaminhá-las aos setores específicos de atendimento, mediante relatório escrito; Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola; Manter a pontualidade e assiduidade; Comunicar previamente à Direção sempre que estiver impossibilitado de comparecer à Unidade Escolar; Preencher a documentação solicitada pela secretaria e entregá-la no prazo estipulado; Manter o bom relacionamento com os alunos, pais e colegas de trabalho; Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo;

PSICÓLOGO
Realizar avaliação e diagnóstico psicológicos de entrevistas, observação, testes e dinâmica de grupo, com vistas à prevenção e tratamento de problemas psíquicos escolares; Realizar atendimento psicoterapêutico individual ou em grupo, adequado às diversas faixas etárias, em instituições de prestação de serviços de educação; Realizar atendimento familiar e/ou de casal para orientação ou acompanhamento psicoterapêutico dos alunos; Realizar atendimento a crianças com problemas emocionais, psicomotores e psicopedagógico; Trabalhar em situações de agravamento físico e emocional do aluno, participando das decisões com relação à conduta a ser adotada pela equipe, como: internações, intervenções cirúrgicas, exames. Participar da elaboração de programas de pesquisa sobre a saúde mental da população educacional sob sua responsabilidade, bem como sobre a adequação das estratégias diagnósticas e terapêuticas à realidade psicossocial dos alunos; Criar, coordenar e acompanhar, individualmente ou em equipe multiprofissional, tecnologias próprias ao treinamento em saúde, particularmente em saúde mental, com o objetivo de qualificar o desempenho de várias equipes escolares; Participar e acompanhar a elaboração de programas educativos e de treinamento em saúde mental, em nível de atenção primária nas escolas e creches sob sua responsabilidade; Colaborar, em equipe multiprofissional, no planejamento das políticas de educação, em nível de macro e microssistemas; Atuar junto à equipe multiprofissionais no sentido de levá-las a identificar e compreender os fatores emocionais que intervém na saúde geral do aluno nas unidades escolares; Atuar como facilitador no processo de integração e adaptação do aluno à instituição escolar; Orientar e acompanhar a clientela, familiares, técnicos e demais agentes que participam, diretamente ou indiretamente dos atendimentos aos alunos; Participar da elaboração, execução e análise da instituição escolar, realizando programas, projetos e planos de atendimentos, em equipes multiprofissionais, com o objetivo de detectar necessidades, perceber limitações, desenvolver potencialidades do pessoal envolvido no trabalho da instituição, tanto nas atividades fim, quanto nas atividades meio.

Gaúcha do Norte - MT,16 de dezembro de 2014.

NILSON FRANCISCO ALÉSSIO
Prefeito Municipal

ELÇO DOMINGOS ALVES
Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público Simplificado 004/2014

MARLI FLAVIA SCHUCK
Membro

NATAL BARBOSA DIAS
Membro

ANEXO III
CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2014

DATA	HORÁRIO	ATIVIDADE	LOCAL
16/12/2014	**17:00hs**	**Publicação da Íntegra do Edita**	**Quadro de Avisos da Sec. Educação** www.gauchadonorte.mt.gov.br www.diariomunicipal.com.br/amm-mt
18/12/2014 a 02//01/2015 12:00 hs		**Período de Inscrições no Endereço Eletrônico:**	www.gauchadonorte.mt.gov.br
02/01/2015		**Divulgação da Relação das Inscrições**	**Secretaria Municipal de Educação** www.gauchadonorte.mt.gov.br www.diariomunicipal.com.br/amm-mt
05/01/2015		**Prazo para Recurso Sobre as Inscrições.**	**Secretaria Municipal de Educação** www.gauchadonorte.mt.gov.br www.diariomunicipal.com.br/amm-mt
06/01/2015		**Julgamento dos Recursos Sobre as Inscrições e Homologação Definitiva das Inscrições**	**Secretaria Municipal de Educação**
07/01/2015		**Divulgação Local de Realização das Provas Objetivas de Múltipla Escolha**	**Secretaria Municipal de Educação** www.gauchadonorte.mt.gov.br www.diariomunicipal.com.br/amm-mt
11/01/2015		**Realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha**	**Quadro de Avisos da Sec. Educação** www.gauchadonorte.mt.gov.br www.diariomunicipal.com.br/amm-mt
12/01/2015		**Divulgação dos Gabaritos da Prova Objetiva de Múltipla Escolha**	**Quadro de Avisos da Sec. Educação** www.gauchadonorte.mt.gov.br www.diariomunicipal.com.br/amm-mt
13/01/2015		**Prazo para Recurso Sobre os Gabaritos da Prova Objetiva.**	**Secretaria Municipal de Educação Setor de Protocolo**
14/01/2015		**Julgamento dos Recursos Sobre os Gabaritos da Prova Objetiva.**	**Secretaria de Educação**
15/01/2015		**Divulgação do Resultado da**	**Quadro de Avisos da Sec. Educação**

		Prova Objetiva de Múltipla Escolha.	www.gauchadonorte.mt.gov.br www.diariomunicipal.com.br/amm-mt
16/01/2015		**Prazo para Recurso Sobre o Resultado da Prova Objetiva de Múltipla Escolha.**	**Secretaria Municipal de Educação Setor de Protocolo**
19/01/2015		**Julgamento dos Recursos Sobre o Resultado da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e/ou Prática.**	**Secretaria Municipal de Educação Setor de Protocolo**
20/01/2015		**Divulgação do Resultado Final.**	**Quadro de Avisos da Sec. Educação** www.gauchadonorte.mt.gov.br www.diariomunicipal.com.br/amm-mt
21/01/2015		**Prazo para Recurso Sobre o Resultado Final.**	**Secretaria Municipal de Educação Setor de Protocolo**
22/01/2015		**Julgamento dos Recursos Sobre o Resultado Final.**	**Secretaria Municipal de Educação**
23/01/2015		**Divulgação do Resultado Final Definitivo para Homologação pelo Prefeito Municipal**	**Quadro de Avisos da Sec. Educação** www.gauchadonorte.mt.gov.br www.diariomunicipal.com.br/amm-mt

FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

_____, ___ de _____ de 2014.

Para: Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado
Edital nº 001/2014 - Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte - MT

Tipo de Recurso – (Assinale o tipo de Recurso)	**Referente à Prova Objetiva**
( ) Contra o Edital do Processo Seletivo	Número da Questão _____
( ) Contra Indeferimento de Inscrição	Gabarito Oficial _____
( ) Contra Gabarito da Prova Objetiva	Resposta Candidato _____
( ) Contra Resultado da Prova Objetiva	
( ) Contra Resultado Final	

Justificativa do Candidato. Razões do Recurso

_____

Protocolo da Prefeitura e assinatura do atendente

Atenciosamente,

_____
(assinatura candidato)

Publicado por:
Cely Izelde Trevisan
Código Identificador:88954DD7

PREFEITURA MUNICIPAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: GAUCHA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 01.614.539/0001-01
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO – OUTUBRO
CVA: 201412112040590050 5852

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)								R$ 1,00
CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
1	RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	27.799.800,00	27.799.800,00	4.442.257,66	15,98	20.299.145,32	73,02	7.500.654,68
2	RECEITAS CORRENTES	21.134.625,32	21.134.625,32	4.334.257,66	20,51	19.528.719,81	92,40	1.605.905,51
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	2.836.503,26	2.836.503,26	1.025.157,83	36,14	2.979.453,62	105,04	-142.950,36
4	Impostos	2.491.132,67	2.491.132,67	1.018.569,32	40,89	2.890.458,31	116,03	-399.325,64
5	Taxas	227.199,25	227.199,25	6.588,51	2,90	88.806,19	39,09	138.393,06
6	Contribuição de Melhoria	118.171,34	118.171,34	0,00	0,00	189,12	0,16	117.982,22
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	282.693,36	282.693,36	60.686,97	21,47	297.168,28	105,12	-14.474,92
8	Contribuições Sociais	159.000,00	159.000,00	60.686,97	38,17	291.913,23	183,59	-132.913,23
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	123.693,36	123.693,36	0,00	0,00	5.255,05	4,25	118.438,31
10	Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	RECEITA PATRIMONIAL	108.168,68	108.168,68	86.698,18	80,15	439.464,08	406,28	-331.295,40
12	Receitas Imobiliárias	108.168,68	108.168,68	86.698,18	80,15	439.464,08	406,28	-331.295,40
13	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

22	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	353.409,60	353.409,60	88.064,54	24,92	377.540,65	106,83	-24.131,05
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.272.212,77	17.272.212,77	2.940.784,75	17,03	14.694.667,37	85,08	2.577.545,40
30	Transferências Intergovernamentais	16.381.650,12	16.381.650,12	2.881.594,27	17,59	14.014.323,30	85,55	2.367.326,82
31	Transferências de Instituições Privadas	890.562,65	890.562,65	59.190,48	6,65	680.344,07	76,39	210.218,58
32	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	281.637,65	281.637,65	132.865,39	47,18	740.425,81	262,90	-458.788,16
37	Multas e Juros de Mora	57.219,98	57.219,98	5.577,53	9,75	44.219,88	77,28	13.000,10
38	Indenizações e Restituições	4.717,62	4.717,62	75.980,24	1.610,56	366.960,60	7.778,51	-362.242,98
39	Receita da Dívida Ativa	214.994,08	214.994,08	22.627,69	10,52	170.016,84	79,08	44.977,24
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS.	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
41	Receitas Correntes Diversas	4.505,97	4.505,97	28.679,93	636,49	159.228,49	3.533,72	-154.722,52
42	RECEITAS DE CAPITAL	6.665.174,68	6.665.174,68	108.000,00	1,62	770.425,51	11,56	5.894.749,17
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	ALIENAÇÃO DE BENS	4.417,62	4.417,62	0,00	0,00	0,00	0,00	4.417,62
47	Alienação de Bens Móveis	2.208,81	2.208,81	0,00	0,00	0,00	0,00	2.208,81
48	Alienação de Bens Imóveis	2.208,81	2.208,81	0,00	0,00	0,00	0,00	2.208,81
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.660.757,06	6.660.757,06	108.000,00	1,62	770.425,51	11,57	5.890.331,55
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	146.026,61	146.026,61	0,00	0,00	0,00	0,00	146.026,61
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	6.514.730,45	6.514.730,45	108.000,00	1,66	770.425,51	11,83	5.744.304,94
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	200.200,00	200.200,00	63.707,05	31,82	385.145,23	0,00	-184.945,23
63	CONTRIBUIÇOES SOCIAIS	199.100,00	199.100,00	62.755,02	31,52	371.167,92	186,42	-172.067,92
64	MULTAS E JUROS DE MORA	1.100,00	1.100,00	952,03	86,55	13.977,31	270,66	-12.877,31
65	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	28.000.000,00	28.000.000,00	4.505.964,71	16,09	20.684.290,55	73,87	7.315.709,45
66	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Mobiliária - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	28.000.000,00	28.000.000,00	4.505.964,71	16,09	20.684.290,55	73,87	7.315.709,45
74	DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	--		-
75	TOTAL (VII) = (V+VI)	28.000.000,00	28.000.000,00	4.505.964,71	16,09	20.684.290,55	-	-
76	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	0,00	-	-
77	Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	0,00	-	-
78	Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (f-g)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (g)	% (g/f)	
79	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	27.566.047,00	-12.649,63	27.553.397,37	3.612.881,42	22.729.902,92	4.360.555,97	18.770.525,76	68,12	8.782.871,61
80	DESPESAS CORRENTES	22.600.597,00	457.280,16	23.057.877,16	2.410.557,63	19.065.234,36	3.756.153,25	16.890.630,35	73,25	6.167.246,81
81	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.623.993,46	44.052,95	10.668.046,41	1.674.084,00	8.502.873,76	1.851.180,00	8.244.776,84	77,28	2.423.269,57
82	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.000,00	-20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
83	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.956.603,54	433.227,21	12.389.830,75	736.473,63	10.562.360,60	1.904.973,25	8.645.853,51	69,78	3.743.977,24
84	DESPESAS DE CAPITAL	4.546.850,00	-120.809,77	4.426.040,23	1.202.323,79	3.664.668,56	604.402,72	1.879.895,41	42,47	2.546.144,82
85	INVESTIMENTOS	4.330.850,00	-112.809,77	4.218.040,23	1.202.323,79	3.456.668,56	592.010,46	1.793.277,56	42,51	2.424.762,67
86	INVERSÕES FINANCEIRAS	1.000,00	-1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
87	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	215.000,00	-7.000,00	208.000,00	0,00	208.000,00	12.392,26	86.617,85	41,64	121.382,15
88	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	418.600,00	-349.120,02	69.479,98 -	-	-		- -	-	
89	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00 -	-	-		- -	-	
90	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	433.953,00	12.649,63	44.602,63	62.112,40	351.508,80	61.999,66	351.396,06	78,68	95.206,57
91	PESSOAS E ENCARGOS SOCIAIS	433.953,00	12.649,63	44.602,63	62.112,40	351.508,80	61.999,66	351.396,06	78,68	95.206,57
92	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	28.000.000,00	0,00	28.000.000,00	3.674.993,82	23.081.411,72	4.422.555,63	19.121.921,82	68,29	8.878.078,18
93	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Dívida Mobiliária - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Outras Dívidas - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	28.000.000,00	0,00	28.000.000,00	3.674.993,82	23.081.411,72	4.422.555,63	19.121.921,82	68,29	8.878.078,18
101	SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	1.562.368,73	-	-
102	TOTAL (XIV) = (XII+XIII)	28.000.000,00	0,00	28.000.000,00	3.674.993,82	23.081.411,72	4.422.555,63	20.684.290,55	-	-

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
103	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	12/12/2014	AMM- OFICIAL
Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.			
Fonte:			
Nota:			

GAUCHA DO NORTE, 11/12/2014

NILSON FRANCISCO ALESSIO
Prefeito Municipal
CPF.: 401.167.199-15

CLEUSA PETREKIC
Secretaria Mun. de Finanças
CPF.: 02692381157

CEZAR FRANCISCO MENEGUZZI
Contador
CPF.: 47654490925

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: GAUCHA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 01.614.539/0001-01
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
CVA: 201412112040590050 5852

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")											R$ 1,00
CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (b)	% (b/total b)	%. (b/a)	
1		DESPESAS (EXCETO INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (I)	27.566.047,04	27.553.397,37	3.612.881,42	22.729.902,92	4.360.555,97	18.770.525,76	98,16	68,12	8.782.871,61
2	00001	Legislativa	1.101.644,17	1.149.965,09	232.631,98	926.252,62	240.867,12	909.334,56	4,76	79,07	240.630,53
3	01031	Ação Legislativa	1.101.644,13	1.149.965,09	232.631,98	926.252,62	240.867,12	909.334,56	4,76	79,07	240.630,53
4	01032	Controle Externo	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	00004	Administração	6.308.143,86	7.347.947,22	813.550,78	6.448.747,12	1.278.842,71	5.842.600,71	30,55	79,51	1.505.346,51
12	04121	Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	04122	Administração Geral	6.294.643,86	7.288.647,22	813.550,78	6.399.947,12	1.278.842,71	5.793.800,71	30,30	79,49	1.494.846,51
14	04123	Administração Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	04124	Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	04125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	04126	Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	04128	Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	04129	Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04131	Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	04244	Assistência Comunitária	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	04304	Vigilância Sanitária	6.500,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00
25	04541	Preservação e Conservação Ambiental	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
26	04695	Turismo	4.000,00	51.800,00	0,00	48.800,00	0,00	48.800,00	0,26	94,21	3.000,00
27	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	06181	Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	06182	Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	00008	Assistência Social	1.411.139,00	1.347.200,93	183.055,46	975.956,77	232.055,17	855.635,57	4,47	63,51	491.565,36
39	08241	Assistência ao Idoso	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	123.794,00	129.794,00	24.216,93	102.354,12	25.416,93	99.954,12	0,52	77,01	29.839,88
42	08244	Assistência Comunitária	1.109.345,00	1.037.647,00	104.443,89	761.039,40	149.073,90	649.331,71	3,40	62,58	388.315,29
43	08122	Administração Geral	163.000,00	179.759,93	54.394,64	112.563,25	57.564,34	106.349,74	0,56	59,16	73.410,19
44	00009	Previdência Social	399.900,00	399.900,00	20.529,99	150.041,72	30.210,85	140.360,86	0,73	35,10	259.539,14
45	09271	Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	09272	Previdência do Regime Estatutário	399.900,00	399.900,00	20.529,99	150.041,72	30.210,85	140.360,86	0,73	35,10	259.539,14
47	09273	Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	09274	Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

49	00010	Saúde	5.954.967,39	6.080.724,61	496.561,76	5.009.583,45	910.279,06	4.309.750,80	22,54	70,88	1.770.973,81
50	10301	Atenção Básica	5.837.567,39	5.986.990,96	492.005,21	4.945.920,75	900.657,81	4.256.623,40	22,26	71,10	1.730.367,56
51	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	10303	Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	10304	Vigilância Sanitária	5.000,00	5.000,00	40,00	40,00	40,00	40,00	0,00	0,80	4.960,00
54	10305	Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	10306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	10244	Assistência Comunitária	87.000,00	87.933,65	4.336,55	63.442,70	9.536,55	53.042,70	0,28	60,32	34.890,95
57	10423	Assistência aos Povos Indígenas	25.400,00	800,00	180,00	180,00	44,70	44,70	0,00	5,59	755,30
58	00011	Trabalho	300.000,00	300.000,00	0,00	280.303,92	66.235,80	213.932,05	1,12	71,31	86.067,95
59	11331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	300.000,00	300.000,00	0,00	280.303,92	66.235,80	213.932,05	1,12	71,31	86.067,95
60	11332	Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	11333	Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	11334	Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63	00012	Educação	7.321.600,62	6.827.309,54	704.808,40	5.624.671,62	1.116.038,24	4.655.294,46	24,35	68,19	2.172.015,08
64	12361	Ensino Fundamental	6.630.964,62	6.166.670,84	566.694,49	5.117.291,41	1.010.907,67	4.326.324,75	22,62	70,16	1.840.346,09
65	12362	Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	12363	Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	12364	Ensino Superior	23.000,00	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00
68	12365	Educação Infantil	267.900,00	278.400,00	135.767,21	174.465,32	40.331,43	70.485,33	0,37	25,32	207.914,67
69	12366	Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	12367	Educação Especial	26.500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
71	12000	Alimentação e Nutrição	373.236,00	381.588,70	2.346,70	332.914,89	64.799,14	258.484,38	1,35	67,74	123.104,32
72	00013	Cultura	194.809,00	228.374,42	8.760,90	184.781,43	14.428,06	173.072,59	0,91	75,78	55.301,83
73	13391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	13392	Difusão Cultural	134.809,00	133.810,24	7.660,90	90.281,43	13.328,06	78.572,59	0,41	58,72	55.237,65
75	13122	Administração Geral	60.000,00	94.564,18	1.100,00	94.500,00	1.100,00	94.500,00	0,49	99,93	64,18
76	00014	Direitos da Cidadania	57.878,00	207.858,00	5.377,10	175.921,36	5.377,10	25.921,36	0,14	12,47	181.936,64
77	14421	Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	14423	Assistência aos Povos Indígenas	57.878,00	207.858,00	5.377,10	175.921,36	5.377,10	25.921,36	0,14	12,47	181.936,64
80	00015	Urbanismo	1.626.000,00	1.194.757,81	525.905,13	1.104.116,13	225.127,93	511.463,75	2,67	42,81	683.294,06
81	15451	Infra-Estrutura Urbana	1.618.000,00	1.186.757,81	525.905,13	1.104.116,13	225.127,93	511.463,75	2,67	43,10	675.294,06
82	15452	Serviços Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
83	15453	Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
84	15695	Turismo	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
85	00016	Habitação	71.425,00	76.537,53	7.873,32	36.555,36	7.873,32	36.555,36	0,19	47,76	39.982,17
86	16481	Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
87	16482	Habitação Urbana	71.425,00	76.537,53	7.873,32	36.555,36	7.873,32	36.555,36	0,19	47,76	39.982,17
88	00017	Saneamento	467.555,00	355.842,79	36.688,61	264.855,65	34.670,30	182.642,61	0,96	51,33	173.200,18
89	17511	Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	17512	Saneamento Básico Urbano	467.555,00	355.842,79	36.688,61	264.855,65	34.670,30	182.642,61	0,96	51,33	173.200,18
91	00018	Gestão Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
92	18541	Preservação e Conservação Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
93	18542	Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	18544	Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	18545	Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	19571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	19573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	00020	Agricultura	844.091,00	832.557,41	41.056,70	490.384,13	142.056,24	472.802,92	2,47	56,79	359.754,49
102	20601	Promoção da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	20602	Promoção da Produção Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	20604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	20605	Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	20606	Extensão Rural	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	20607	Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	20122	Administração Geral	397.091,00	379.839,41	41.056,70	270.629,63	48.198,74	253.048,42	1,32	66,62	126.790,99
110	20244	Assistência Comunitária	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
111	20541	Preservação e Conservação Ambiental	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
112	20608	Promoção da Produção Agropecuária	422.000,00	428.818,00	0,00	219.754,50	93.857,50	219.754,50	1,15	51,25	209.063,50
113	20661	Promoção Industrial	11.000,00	10.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.900,00
114	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	21631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	21632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	22661	Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	22662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	22663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	22664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	22665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	00023	Comércio e Serviços	65.200,00	50.200,00	0,00	21.933,25	0,00	20.000,00	0,10	39,84	30.200,00
124	23691	Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	23692	Comercialização	20.200,00	20.200,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00	0,10	99,01	200,00
126	23693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	23694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	23695	Turismo	40.000,00	25.000,00	0,00	1.933,25	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
129	23122	Administração Geral	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
130	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	24721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	24722	Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
133	00025	Energia	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	25751	Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	25752	Energia Elétrica	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	25753	Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	25754	Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

138	00026	Transporte	734.000,00	793.159,43	516.929,91	748.902,11	26.172,65	257.144,85	1,34	32,42	536.014,58
139	26781	Transporte Aéreo	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	26782	Transporte Rodoviário	732.000,00	792.159,43	516.929,91	748.902,11	26.172,65	257.144,85	1,34	32,46	535.014,58
141	26783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
142	26784	Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
143	26785	Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
144	26451	Infra-Estrutura Urbana	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
145	00027	Desporto e Lazer	183.694,00	137.182,61	19.151,38	78.896,28	17.929,16	77.395,46	0,40	56,42	59.787,15
146	27811	Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
147	27812	Desporto Comunitário	166.694,00	135.582,61	19.151,38	78.896,28	17.929,16	77.395,46	0,40	57,08	58.187,15
148	27813	Lazer	1.000,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00
149	27361	Ensino Fundamental	16.000,00	1.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.550,00
150	00028	Encargos Especiais	235.000,00	208.000,00	0,00	208.000,00	12.392,26	86.617,85	0,45	41,64	121.382,15
151	28841	Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	28842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	28843	Serviço da Dívida Interna	235.000,00	208.000,00	0,00	208.000,00	12.392,26	86.617,85	0,45	41,64	121.382,15
154	28844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	28845	Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	28846	Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	28847	Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	280.000,00	10.879,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.879,98
159		RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	433.953,00	446.602,63	62.112,40	351.508,80	61.999,66	351.396,06	1,84	78,68	95.206,57
161	00001	Legislativa	17.000,00	17.000,00	2.290,16	12.201,81	2.177,42	12.089,07	0,06	71,11	4.910,93
162	01031	Ação Legislativa	17.000,00	17.000,00	2.290,16	12.201,81	2.177,42	12.089,07	0,06	71,11	4.910,93
163	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	00004	Administração	97.706,00	107.341,10	14.786,82	85.552,34	14.786,82	85.552,34	0,45	79,70	21.788,76
166	04122	Administração Geral	97.706,00	107.341,10	14.786,82	85.552,34	14.786,82	85.552,34	0,45	79,70	21.788,76
167	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
169	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	00008	Assistência Social	30.502,00	18.502,00	2.010,47	11.904,27	2.010,47	11.904,27	0,06	93,39	6.597,73
171	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	1.000,00	1.000,00	269,08	269,08	269,08	269,08	0,00	26,91	730,92
172	08244	Assistência Comunitária	29.502,00	17.502,00	1.741,39	11.635,19	1.741,39	11.635,19	0,06	66,48	5.866,81
173	00009	Previdência Social	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
174	09272	Previdência do Regime Estaturário	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
175	00010	Saúde	106.257,00	132.531,18	18.985,84	104.672,21	18.985,84	104.672,21	0,55	78,98	27.858,97
176	10301	Atenção Básica	106.257,00	132.531,18	18.985,84	104.672,21	18.985,84	104.672,21	0,55	78,98	27.858,97
177	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
178	00012	Educação	165.807,00	153.307,00	20.950,78	124.125,96	20.950,78	124.125,96	0,65	81,28	29.181,04
179	12361	Ensino Fundamental	164.707,00	152.707,00	20.950,78	124.125,96	20.950,78	124.125,96	0,65	81,28	28.581,04
180	12365	Educação Infantil	1.000,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
181	12367	Educação Especial	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
182	00013	Cultura	1.670,00	3.410,35	773,47	3.085,97	773,47	3.085,97	0,02	90,49	324,38
183	13392	Difusão Cultural	1.670,00	3.410,35	773,47	3.085,97	773,47	3.085,97	0,02	90,49	324,38
184	00014	Direitos da Cidadania	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
185	14423	Assistência aos Povos Indígenas	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
186	00015	Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
187	00016	Habitação	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
188	16482	Habitação Urbana	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
189	00017	Saneamento	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
190	17512	Saneamento Básico Urbano	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
191	00018	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
192	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
193	00020	Agricultura	10.899,00	10.899,00	2.066,00	8.369,36	2.066,00	8.369,36	0,04	76,79	2.529,64
194	20122	Administração Geral	10.899,00	10.899,00	2.066,00	8.369,36	2.066,00	8.369,36	0,04	76,79	2.529,64
195	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
196	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
197	00023	Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
198	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
199	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
200	00026	Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
201	00027	Desporto e Lazer	2.012,00	2.012,00	248,86	1.596,88	248,86	1.596,88	0,01	79,37	415,12
202	27812	Desporto Comunitário	2.012,00	2.012,00	248,86	1.596,88	248,86	1.596,88	0,01	79,37	415,12
203	00028	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
204		TOTAL (III) = (I + II)	28.000.000,04	28.000.000,00	3.674.993,82	23.081.411,72	4.422.555,63	19.121.921,82	100,00	146,80	8.878.078,18
Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.											
Fonte:											
Nota:											

GAUCHA DO NORTE, 11/12/2014

NILSON FRANCISCO
Prefeito Municipal
CPF.: 401.167.199-15

ALESSIO CLEUSA PETREKIC
Secretaria Mun. de Finanças
CPF.: 02692381157

CEZAR FRANCISCO MENEGUZZI
Contador
CPF.: 47654490925

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: GAUCHA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 01.614.539/0001-01
Exercício: 2014
Período de referência: NOV/2013 a OUT/ 2014.
CVA: 201412112040590050 5852

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)								R$ 1,00
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Novembro 2013	Dezembro 2013	Janeiro 2014	Fevereiro 2014	Março 2014	Abril 2014	Maio 2014
1	RECEITAS CORRENTES (I) = (2+8+...+13+22)	1.823.828,77	2.170.331,97	2.936.385,64	2.000.992,92	1.709.833,14	2.183.073,64	2.235.187,13
2	Receita Tributária = (3+4+5+6+7)	108.774,66	255.055,78	171.373,15	226.873,47	105.910,42	219.598,99	346.417,28
3	IPTU	1.246,64	3.926,64	106,83	0,00	159,43	63.851,58	145.595,78
4	ISS	45.891,42	43.027,91	48.762,26	54.307,62	34.209,78	44.335,36	54.618,78
5	ITBI	11.862,85	169.111,32	106.682,38	65.409,51	25.499,57	72.640,72	95.713,54
6	IRRF	44.705,51	37.044,10	12.165,76	65.784,09	37.394,89	33.932,32	42.582,81
7	Outras Receitas Tributárias	5.068,24	1.945,81	3.655,92	41.372,25	8.646,75	4.839,01	7.906,37
8	Receita de Contribuições	0,00	0,00	498,09	58.047,41	0,00	56.844,86	29.201,41
9	Receita Patrimonial	10.630,42	10.870,48	15.007,91	58.340,95	17.660,75	69.067,25	50.489,47
10	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Receita de Serviços	39.097,28	38.818,69	29.253,80	38.382,87	33.193,44	28.332,12	41.987,75
13	Transferências Correntes = (14+...+21)	1.586.189,33	1.823.117,71	2.667.847,85	1.542.494,61	1.470.297,41	1.728.860,76	1.675.260,51
14	Cota-Parte do FPM	461.621,39	696.410,14	566.595,31	605.040,91	358.907,29	409.632,24	545.885,33
15	Cota-Parte do ICMS	666.717,94	702.850,07	877.666,86	595.733,79	671.260,35	852.858,77	706.213,95
16	Cota-Parte do IPVA	5.607,44	3.288,31	13.035,09	45.184,33	54.840,96	42.783,07	50.606,06
17	Cota-Parte do ITR	69.684,98	59.003,64	62.945,39	5.610,89	311,95	4.886,98	731,93
18	Transferências da LC 87/1996	4.104,27	4.104,27	4.256,25	4.256,25	0,00	4.256,25	4.256,25
19	Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Transferências do FUNDEB	144.120,85	154.917,96	215.442,21	165.849,55	149.213,74	184.036,05	177.126,87
21	Outras Transferências Correntes	234.332,46	202.543,32	927.906,74	120.818,89	235.763,12	230.407,40	190.440,12
22	Outras Receitas Correntes	79.137,08	42.469,31	52.404,84	76.853,61	82.771,12	80.369,66	91.830,71
23	DEDUÇÕES (II) = (24+25+26)	241.547,11	249.074,99	305.397,80	309.212,56	217.064,02	319.728,24	302.118,70
24	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	498,09	58.047,41	0,00	56.844,86	29.201,41
25	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	241.547,11	249.074,99	304.899,71	251.165,15	217.064,02	262.883,38	272.917,29
27	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (1-23)	1.582.281,66	1.921.256,98	2.630.987,84	1.691.780,36	1.492.769,12	1.863.345,40	1.933.068,43
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Junho 2014	Julho 2014	Agosto 2014	Setembro 2014	Outubro 2014	TOTAL (ÚLT. 12 M)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
28	RECEITAS CORRENTES (I) = (29+35+...+40+49)	1.828.343,82	2.298.835,06	2.088.950,53	1.914.809,32	3.021.299,12	26.211.871,06	24.137.178,81
29	Receita Tributária = (30+31+32+33+34)	174.421,86	416.952,84	292.747,78	123.905,85	901.251,98	3.343.284,06	2.836.500,26
30	IPTU	18.465,90	15.989,70	8.965,42	2.852,01	3.287,38	264.447,31	287.878,62
31	ISS	66.042,74	54.165,51	89.507,30	52.377,35	72.640,49	659.886,52	435.936,46
32	ITBI	64.269,46	297.875,06	144.278,29	17.522,04	766.956,92	1.837.821,66	1.109.176,03
33	IRRF	17.283,07	44.613,51	46.680,02	47.373,04	55.560,09	485.119,21	653.138,56
34	Outras Receitas Tributárias	8.360,69	4.309,06	3.316,75	3.781,41	2.807,10	96.009,36	350.370,59
35	Receita de Contribuições	27.527,69	34.485,38	29.876,47	31.168,50	29.518,47	297.168,28	282.693,36
36	Receita Patrimonial	45.470,58	52.495,04	44.233,95	41.591,72	45.106,46	460.964,98	108.168,68
37	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Receita de Serviços	29.190,12	47.358,60	41.777,41	45.648,15	42.416,39	455.456,62	353.409,60
40	Transferências Correntes = (41+...+48)	1.454.966,47	1.690.188,69	1.611.106,05	1.614.095,61	1.928.539,92	20.792.964,92	20.274.769,26
41	Cota-Parte do FPM	409.378,77	351.604,57	427.139,72	374.423,69	353.868,93	5.560.508,29	5.960.416,44
42	Cota-Parte do ICMS	648.382,21	950.839,56	803.554,02	837.220,68	828.601,34	9.141.899,54	8.593.596,19
43	Cota-Parte do IPVA	47.611,60	29.511,67	19.585,93	4.750,46	14.960,41	331.765,33	349.433,74
44	Cota-Parte do ITR	1.717,55	14.084,58	2.026,30	43.625,21	426.199,75	690.829,15	71.786,33
45	Transferências da LC 87/1996	4.256,25	4.256,25	4.256,25	4.256,25	4.256,25	46.514,79	37.549,77
46	Transferências da LC 61/1989	0,00	720,93	0,00	0,00	0,00	720,93	36.533,72
47	Transferências do FUNDEB	151.243,45	155.196,09	202.104,19	165.504,92	189.538,77	2.054.294,65	1.913.403,75
48	Outras Transferências Correntes	192.376,64	183.975,04	152.439,64	184.314,40	111.114,47	2.966.432,24	3.312.049,32
49	Outras Receitas Correntes	96.767,10	57.354,51	69.208,87	58.399,49	74.465,90	862.032,20	281.637,65
50	DEDUÇÕES (II) = (51+52+53)	261.248,07	310.809,07	292.787,53	295.694,94	366.842,81	3.471.525,84	3.161.556,49
51	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	27.527,69	29.230,33	29.876,47	31.168,50	29.518,47	291.913,23	159.000,00
52	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	233.720,38	281.578,74	262.911,06	264.526,44	337.324,34	3.179.612,61	3.002.556,49
54	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (28-50)	1.567.095,75	1.988.025,99	1.796.163,00	1.619.114,38	2.654.456,31	22.740.345,22	20.975.622,32
Fonte:								
Nota:								

GAUCHA DO NORTE, 11/12/2014

NILSON FRANCISCO ALESSIO
Prefeito Municipal
CPF.: 401.167.199-15

CLEUSA PETREKIC
Secretaria Mun. de Finanças
CPF.: 02692381157

CEZAR FRANCISCO MENEGUZZI
Contador
CPF.: 47654490925

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas,
deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.
MUNICÍPIO: GAUCHA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 01.614.539/0001-01
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
CVA: 201412112040590050 5852

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)						R$ 1,00
PLANO PREVIDENCIÁRIO						
CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
1	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (2+21-25)	199.800,00	199.800,00	118.493,09	553.415,81	0,00
2	RECEITAS CORRENTES = (3+12+13+17+18)	199.800,00	199.800,00	118.493,09	553.415,81	0,00
3	Receita de Contribuições dos Segurados = (4+8)	159.000,00	159.000,00	60.686,97	291.913,23	0,00
4	Pessoal Civil = (5+6+7)	159.000,00	159.000,00	60.686,97	291.913,23	0,00
5	Ativo	159.000,00	159.000,00	60.686,97	291.913,23	0,00
6	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Pessoal Militar = (9+10+11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receita Patrimonial = (14+15+16)	40.100,00	40.100,00	57.806,12	261.478,19	0,00
14	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Outras Receitas Patrimoniais	40.100,00	40.100,00	57.806,12	261.478,19	0,00
17	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Correntes = (19+20)	700,00	700,00	0,00	24,39	0,00
19	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Demais Receitas Correntes	700,00	700,00	0,00	24,39	0,00
21	RECEITAS DE CAPITAL = (22+23+24)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	200.200,00	200.200,00	63.618,64	384.587,02	0,00
27	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (1+26)	400.000,00	400.000,00	182.111,73	938.002,83	0,00
CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
28	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (29+32)	261.300,00	341.300,00	30.210,85	140.360,86	0,00
29	ADMINISTRAÇÃO = (30+31)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	PREVIDÊNCIA = (33+37+41)	261.300,00	341.300,00	30.210,85	140.360,86	0,00
33	Pessoal Civil = (34+35+36)	212.000,00	212.000,00	19.840,61	88.435,68	0,00
34	Aposentadorias	81.000,00	81.000,00	8.898,54	35.814,54	0,00
35	Pensões	41.000,00	41.000,00	1.448,00	7.240,00	0,00
36	Outros Benefícios Previdenciários	90.000,00	90.000,00	9.494,07	45.381,14	0,00
37	Pessoal Militar = (38+39+40)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Outras Despesas Previdenciárias = (42+43)	49.300,00	129.300,00	10.370,24	51.925,18	0,00
42	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Demais Despesas Previdenciárias	49.300,00	129.300,00	10.370,24	51.925,18	0,00
44	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (V)	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00
45	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (28+44)	261.400,00	341.400,00	30.210,85	140.360,86	0,00
46	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (27-45)	138.600,00	58.600,00	151.900,88	797.641,97	0,00
CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
47	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (48+52)	58.600,00	58.600,00	0,00	0,00	0,00
48	Plano Financeiro = (49+50+51)	58.600,00	58.600,00	0,00	0,00	0,00
49	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	Recursos para Formação de Reserva	58.600,00	58.600,00	0,00	0,00	0,00
51	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Plano Previdenciário = (53+54+55)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

55	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
56	Valor					58.600,00
CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Set/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			Em. Out/2014		Em 31 /Dez/2013	
57	CAIXA	0,00	0,00		0,00	
58	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00		0,00	
59	INVESTIMENTOS	0,00	0,00		0,00	
60	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00		0,00	

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
61	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (62+74+75+76)	200.200,00	200.200,00	63.618,64	384.587,02	0,00
62	Receita de Contribuições = (63+72+73)	199.100,00	199.100,00	62.666,61	371.167,92	0,00
63	Patronal = (64+68)	159.000,00	159.000,00	57.792,29	335.841,75	0,00
64	Pessoal Civil = (65+66+67)	159.000,00	159.000,00	57.792,29	335.841,75	0,00
65	Ativo	159.000,00	159.000,00	57.792,29	335.841,75	0,00
66	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Pessoal Militar = (69+70+71)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Para Cobertura de Déficit Atuarial	10.100,00	10.100,00	3.812,64	18.320,49	0,00
73	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	30.000,00	30.000,00	1.061,68	17.005,68	0,00
74	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	Outras Receitas Correntes	1.100,00	1.100,00	952,03	13.419,10	0,00
77	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (78+79+80)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (61+77-81)	200.200,00	200.200,00	63.618,64	384.587,02	0,00

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
83	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (84+85)	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00
84	Despesas Correntes	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00
85	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (83)	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00

PLANO FINANCEIRO

CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
87	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (88+107-111)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	RECEITAS CORRENTES = (89+98+99+103+104)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	Receita de Contribuições dos Segurados = (90+94)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	Pessoal Civil = (91+92+93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Pessoal Militar = (95+96+97)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Receita Patrimonial = (100+101+102)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	Outras Receitas Correntes = (105+106)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	RECEITAS DE CAPITAL = (108+109+110)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (87+112)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
114	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (115+118) ADMINISTRAÇÃO = (116+117)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	PREVIDÊNCIA = (119+123+127)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	Pessoal Civil = (120+121+122)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	Pessoal Militar = (124+125+126)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

126	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	Outras Despesas Previdenciárias = (128+129)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (114+130)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (113-131)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
133	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (134+138)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	Plano Financeiro = (135+136+137)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	Plano Previdenciário = (139+140+141)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
142	Valor					0,00
CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Set/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			Em. Out/2014		Em 31 /Dez/2013	
143	CAIXA	0,00	0,00		0,00	
144	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00		0,00	
145	INVESTIMENTOS	0,00	0,00		0,00	
146	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00		0,00	
CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
147	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (148+160+161+162)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	Receita de Contribuições = (149+158+159)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	Patronal = (150+154)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	Pessoal Civil = (151+152+153)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	Pessoal Militar = (155+156+157)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (164+165+166)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (147+163-167)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
169	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (170+171)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (169)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte:						
Nota:						

GAUCHA DO NORTE, 11/12/2014

NILSON FRANCISCO ALESSIO
Prefeito Municipal
CPF.: 401.167.199-15

CLEUSA PETREKIC
Secretaria Mun. de Finanças
CPF.: 02692381157

CEZAR FRANCISCO MENEGUZZI
Contador
CPF.: 47654490925

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: GAUCHA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 01.614.539/0001-01
Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE
SETEMBRO - OUTUBRO
CVA: 201412112040590050585 2

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)				R$ 1,00
CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013 (a)	Em 31/Ago/2014 (b)	Em. 31/Out/2014 (c)
1	DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	90.936,91	45.680,60	35.302,05
2	DEDUÇÕES (II) = (3 + 4 - 5)	4.319.078,39	4.489.619,10	4.582.749,62
3	Disponibilidade de Caixa Bruta	4.739.381,67	6.233.666,39	6.218.280,87
4	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
5	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	420.303,28	1.744.047,29	1.635.531,25
6	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-4.228.141,48	-4.443.938,50	-4.547.447,57
7	RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
8	PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	90.936,91	45.680,60	35.302,05
9	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-4.319.078,39	-4.489.619,10	-4.582.749,62
CAMPO	RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
		No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)	
10	VALOR	-93.130,52	-263.671,23	
CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL		VALOR CORRENTE	
11	META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA		0,00	
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013	Em 31/Ago/2014	Em. 31/Out/2014
12	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
13	Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
14	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
15	DEDUÇÕES (VIII) = (16+17+18-19)	-	-	-
16	Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
17	Investimentos	0,00	0,00	0,00
18	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
19	(-) Restos a Pagar Processados	4.468,98	17.523,04	19.328,16
20	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
21	PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
22	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00
Se o cálculo das "Deduções" resultar em valor negativo, o campo será preenchido pelo sistema com um traço.				
Fonte:				
Nota:				

GAUCHA DO NORTE, 11/12/2014

NILSON FRANCISCO ALESSIO
Prefeito Municipal
CPF.: 401.167.199-15

CLEUSA PETREKIC
Secretaria Mun. de Finanças
CPF.: 02692381157

CEZAR FRANCISCO MENEGUZZI
Contador
CPF.: 47654490925

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: GAUCHA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 01.614.539/0001-01
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
CVA: 201412112040590050585 2

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)					R$ 1,00
CAMPO	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
1	RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I) = (2+8+11+14+19)	21.226.656,64	4.311.266,53	19.474.400,96	15.523.099,08
2	Receitas Tributárias = (3+4+5+6+7)	2.836.503,26	1.025.157,83	2.979.453,62	1.847.523,60
3	IPTU	287.878,62	6.139,39	259.274,03	199.404,71
4	ISS	435.939,46	125.017,84	570.967,19	328.019,46
5	ITBI	1.109.176,03	784.478,96	1.656.847,49	829.209,30
6	IRRF	658.138,56	102.933,13	403.369,60	367.020,41
7	Outras Receitas Tributárias	345.370,59	6.588,51	88.995,31	123.869,72
8	Receitas de Contribuições. = (9+10)	481.793,36	123.441,99	668.336,20	76,04
9	Receitas Previdenciárias	159.000,00	60.686,97	291.913,23	0,00
10	Outras Receitas de Contribuições	322.793,36	62.755,02	376.422,97	76,04
11	Receita Patrimonial Líquida = (12-13)	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Receita Patrimonial	108.168,68	86.698,18	439.464,08	214.089,21
13	(-) Aplicações Financeiras	108.168,68	86.698,18	439.464,08	214.089,21
14	Transferências Correntes = (15+16+17+18)	17.272.212,77	2.940.784,75	14.694.667,37	12.648.772,47
15	FPM	4.768.333,16	559.215,80	3.452.615,14	3.220.594,87

16	ICMS	6.874.876,95	1.332.657,65	6.217.865,39	5.462.858,36
17	Convênios	890.562,65	59.190,48	680.344,07	0,00
18	Outras Transferências Correntes	4.738.440,01	989.720,82	4.343.842,77	3.965.319,24
19	Demais Receitas Correntes = (20+21)	636.147,25	221.881,96	1.131.943,77	1.026.726,97
20	Dívida Ativa	214.994,08	22.627,69	170.016,84	179.991,22
21	Diversas Receitas Correntes	421.153,17	199.254,27	961.926,93	846.735,75
22	RECEITAS DE CAPITAL (II) = (23+...+26+29)	6.665.174,68	108.000,00	770.425,51	66.740,70
23	Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Alienação de Bens (V)	4.417,62	0,00	0,00	0,00
26	Transferências de Capital = (27+28)	6.514.730,45	108.000,00	770.425,51	0,00
27	Convênios.	6.514.730,45	108.000,00	770.425,51	0,00
28	Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
29	Outras Receitas de Capital	146.026,61	0,00	0,00	66.740,70
30	RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II- III-IV-V)	6.660.757,06	108.000,00	770.425,51	66.740,70
31	RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	27.887.413,70	4.419.266,53	20.244.826,47	15.589.839,78

CAMPO	DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
32	DESPESAS CORRENTES (VIII) = (33+34+35)	23.504.479,79	3.818.152,91	17.242.026,41	15.651.527,80
33	Pessoal e Encargos Sociais	11.114.649,04	1.913.179,66	8.596.172,90	7.402.610,95
34	Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
35	Outras Despesas Correntes	12.389.830,75	1.904.973,25	8.645.853,51	8.248.916,85
36	DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII- IX)	23.504.479,79	3.818.152,91	17.242.026,41	15.651.527,80
37	DESPESAS DE CAPITAL (XI) = (38+39+43)	4.426.040,23	604.402,72	1.879.895,41	639.664,83
38	Investimentos	4.218.040,23	592.010,46	1.793.277,56	472.288,33
39	Inversões Financeiras = (40+41+42)	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Amortização da Dívida (XIV)	208.000,00	12.392,26	86.617,85	167.376,50
44	DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI- XII-XIII-XIV)	4.218.040,23	592.010,46	1.793.277,56	472.288,33
45	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	69.479,98	-	-	-
46	RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00
47	DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	27.792.000,00	4.410.163,37	19.035.303,97	16.123.816,13
48	RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)	95.413,70	9.103,16	1.209.522,50	-533.976,35
49	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
50	META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

Fonte:

Nota:

GAUCHA DO NORTE, 11/12/2014

NILSON FRANCISCO ALESSIO
Prefeito Municipal
CPF.: 401.167.199-15

CLEUSA PETREKIC
Secretaria Mun. de Finanças
CPF.: 02692381157

CEZAR FRANCISCO MENEGUZZI
Contador
CPF.: 47654490925

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: GAUCHA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 01.614.539/0001-01
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
CVA: 201412112040590050585 2

RREO - Anexo 7 (LRF, art.53, inciso V) — R$ 1,00

CAMPO	PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
		Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos em Exercícios Anteriores.	.Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Liquidados	Pagos.	Cancelados.	Saldo.
1	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	116.594,67	304.316,69	293.020,95	0,00	127.890,41	3.139.081,38	331.409,39	1.169.505,39	1.169.505,39	0,00	2.300.985,38
2	EXECUTIVO	116.594,67	304.316,69	293.020,95	0,00	127.890,41	3.139.081,38	323.046,39	1.161.142,39	1.161.142,39	0,00	2.300.985,38
3	GABINETE DO PREFEITO	2.964,84	2.617,08	2.617,08	0,00	2.964,84	4.530,93	0,00	0,00	0,00	0,00	4.530,93
4	SECRE. MUNIC. DE PLANEJ.ORÇAMENTO E GESTAO	2.951,37	0,00	0,00	0,00	2.951,37	77.767,53	0,00	0,00	0,00	0,00	77.767,53
5	SECRET MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO	2.992,88	0,00	0,00	0,00	2.992,88	165.331,85	0,00	48.852,91	48.852,91	0,00	116.478,94
6	SECRET. MUN. DE PLANEJ. E FINAN.	1.375,18	0,00	0,00	0,00	1.375,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	SECRETARIA DE	436,25	0,00	0,00	0,00	436,25	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00

	EDUCACAO											
8	SECRETARIA DE SAUDE	195,00	0,00	0,00	0,00	195,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	SECRETARIA MUN DE EDUCACAO CULTURA DESPORTO	0,00	131.233,40	129.347,57	0,00	1.885,83	0,00	287.221,45	257.857,08	257.857,08	0,00	29.364,37
10	SECRETARIA MUN.DE TURISMO, CULTURA E MEIO	1.057,85	0,00	0,00	0,00	1.057,85	1.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.330,00
11	SECRETARIA MUNIC.AGRICULTURA E DESENV. SUSTENTAVEL	1.266,13	0,00	0,00	0,00	1.266,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	1.269,90	0,00	0,00	0,00	1.269,90	1.836,81	0,00	0,00	0,00	0,00	1.836,81
13	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	23.978,56	2.094,74	2.094,74	0,00	23.978,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	499,80	492,35	0,00	7,45	0,00	5.804,52	5.804,52	5.804,52	0,00	0,00
15	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO	0,00	1.832,60	1.761,29	0,00	71,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	1.830,66	0,00	0,00	0,00	1.830,66	2.309,15	0,00	0,00	0,00	0,00	2.309,15
17	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	14.613,41	29.865,67	24.327,69	0,00	20.151,39	11.149,59	0,00	0,00	0,00	0,00	11.149,59
18	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	21.844,72	0,00	0,00	0,00	21.844,72	752,84	0,00	0,00	0,00	0,00	752,84
19	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. URBANOS	133,62	81.907,38	79.936,70	0,00	2.104,30	573.670,41	27.184,42	465.869,96	465.869,96	0,00	134.984,87
20	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJ., ORÇAMENTO	14.356,87	0,00	0,00	0,00	14.356,87	2.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.400,00
21	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJ.,ORÇAMENTO	2.857,07	0,00	0,00	0,00	2.857,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	22.470,36	54.266,02	52.443,53	0,00	24.292,85	2.268.002,27	2.836,00	382.757,92	382.757,92	0,00	1.888.080,35
23	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.363,00	8.363,00	8.363,00	0,00	0,00
24	CAMARA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.363,00	8.363,00	8.363,00	0,00	0,00
25	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	3.860,90	0,00	0,00	0,00	3.860,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	EXECUTIVO.	3.860,90	0,00	0,00	0,00	3.860,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	3.230,68	0,00	0,00	0,00	3.230,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	630,22	0,00	0,00	0,00	630,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29	LEGISLATIVO.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	TOTAL (III) = (I +II)	120.455,57	304.316,69	293.020,95	0,00	131.751,31	3.139.081,38	331.409,39	1.169.505,39	1.169.505,39	0,00	2.300.985,38
Fonte:												
Nota:												

GAUCHA DO NORTE, 11/12/2014

NILSON FRANCISCO ALESSIO
Prefeito Municipal
CPF.: 401.167.199-15

CLEUSA PETREKIC
Secretaria Mun. de Finanças
CPF.: 02692381157

CEZAR FRANCISCO MENEGUZZI
Contador
CPF.: 47654490925

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: GAUCHA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 01.614.539/0001-01
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO
CVA: 201412112040590050 5852

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R$ 1,00
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a+b)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
1	TOTAL DE ATIVOS = (2+3+4)	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
5	TOTAL DE PASSIVOS (I) = (6+7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00

8	Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
9	GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
10	SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
11	PASSIVOS CONTINGENTES = (12+13+14)	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
15	ATIVOS CONTINGENTES = (16+17)	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2013	2014	2015	2016	2017	2018
18	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	19.450.923,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI) = (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	DESPESAS DE PPP	2019	2020	2021	2022	2023	
23	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
24	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
25	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
27	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI)= (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fonte:							
Nota:							

GAUCHA DO NORTE, 11/12/2014

NILSON FRANCISCO ALESSIO
Prefeito Municipal
CPF.: 401.167.199-15

CLEUSA PETREKIC
Secretaria Mun. de Finanças
CPF.: 02692381157

CEZAR FRANCISCO MENEGUZZI
Contador
CPF.: 47654490925

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: GAUCHA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 01.614.539/0001-01
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO
CVA: 201412112040590050 5852

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)			R$ 1,00
CAMPO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
1	RECEITAS	-	-
2	Previsão Inicial	-	28.000.000,00
3	Previsão Atualizada	-	28.000.000,00
4	Receitas Realizadas	4.505.964,71	20.684.290,55
5	Déficit Orçamentário	-	-
6	Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	0,00
7	DESPESAS	-	-
8	Dotação Inicial	-	28.000.000,00
9	Créditos Adicionais	-	0,00
10	Dotação Atualizada	-	28.000.000,00
11	Despesas Empenhadas	3.674.993,82	23.081.411,72
12	Despesas Liquidadas	4.422.555,63	19.121.921,82
13	Superávit Orçamentário	-	1.562.368,73
CAMPO	DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
14	Despesas Empenhadas	3.674.993,82	23.081.411,72
15	Despesas Liquidadas	4.422.555,63	19.121.921,82
CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre	
16	Receita Corrente Líquida		22.740.345,22
CAMPO	RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
17	Regime Geral de Previdência Social	-	-
18	Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	-	-
19	Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	-	-
20	Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	-	-
21	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-
22	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-
23	Receitas Previdenciárias Realizadas. (IV)	182.111,73	938.002,83
24	Despesas Previdenciárias Liquidadas. (V)	30.210,85	140.360,86
25	Resultado Previdenciário. (VI) = (IV - V)	151.900,88	797.641,97
26	PLANO FINANCEIRO	-	-
27	.Receitas Previdenciárias Realizadas (VII)	0,00	0,00
28	.Despesas Previdenciárias Liquidadas (VIII)	0,00	0,00

29	.Resultado Previdenciário (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00

CAMPO	RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
30	Resultado Nominal	0,00	-263.671,23	0,00
31	Resultado Primário	0,00	1.209.522,50	0,00

CAMPO	RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
32	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	424.772,26	0,00	293.020,95	131.751,31
33	Poder Executivo	424.772,26	0,00	293.020,95	131.751,31
34	Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
35	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	3.470.490,77	0,00	1.169.505,39	2.300.985,38
36	Poder Executivo.	3.462.127,77	0,00	1.161.142,39	2.300.985,38
37	Poder Legislativo.	8.363,00	0,00	8.363,00	0,00
38	TOTAL	3.895.263,03	0,00	1.462.526,34	2.432.736,69

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
39	Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	0,00	25%	0,00
40	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	60%	0,00
41	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00
42	Complementação da União ao FUNDEB – Mínimo Anual de 10% do Total de Recursos do FUNDEB	0,00	10%	0,00

CAMPO	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
43	Receitas de Operação de Crédito	-	-
44	Despesa de Capital Líquida	-	-

CAMPO	PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício [1]	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
45	Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-
46	Receitas Previdenciárias (I)	-	-	-	-
47	Despesas Previdenciárias (II)	-	-	-	-
48	Resultado Previdenciário (I - II)	-	-	-	-
49	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
50	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-	-	-
51	Receitas Previdenciárias. (III)	-	-	-	-
52	Despesas Previdenciárias. (IV)	-	-	-	-
53	Resultado Previdenciário. (III - IV)	-	-	-	-
54	PLANO FINANCEIRO	-	-	-	-
55	.Receitas Previdenciárias (V)	-	-	-	-
56	.Despesas Previdenciárias (VI)	-	-	-	-
57	.Resultado Previdenciário. (V - VI)	-	-	-	-

CAMPO	RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
58	Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	-	-
59	Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	-	-

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar No Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
60	Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
61	Total das Despesas/RCL (%)	0,00

[1]Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Fonte:

Nota:

GAUCHA DO NORTE, 11/12/2014

NILSON FRANCISCO ALESSIO
Prefeito Municipal
CPF.: 401.167.199-15

CLEUSA PETREKIC
Secretaria Mun. de Finanças
CPF.: 02692381157

CEZAR FRANCISCO MENEGUZZI
Contador
CPF.: 47654490925

Publicado por:
Cely Izelde Trevisan
Código Identificador:FD18DB31

PREFEITURA MUNICIPAL
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº. 002/2014

EDITAL Nº001/2014

O Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, **NILSON FRANCISCO ALÉSSIO**, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento das normas previstas no artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988 e Lei Orgânica Municipal, torna público que fará realizar Processo Seletivo Público Simplificado, para o provimento de vagas de cargos a serem preenchidas nos termos do presente edital.

1 – ENTIDADE EXECUTORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO
1.1 – O presente Processo Seletivo Público Simplificado será realizado sob a responsabilidade da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE,** obedecendo às normas deste Edital.

2 – DAS INSCRIÇÕES
2.1. São condições básicas para a inscrição:
2.1.1. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88).
2.1.2. Estar ciente de que deverá possuir, na data da contratação, a qualificação mínima exigida para o cargo e a documentação prevista no subitem 7.3.1 a 7.3.16 desse edital.
2.1.3. Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas nesse edital.
2.2. As inscrições deverão ser efetuadas pela internet, no **site www.gauchadonorte.mt.gov.br**, no período de **17/12/2014 a 29/12/2014**.
2.3. O candidato deverá tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos para o Processo Seletivo antes de efetuar a sua inscrição, a fim de evitar o cancelamento desta, bem como certificar-se de que preenche as condições exigidas para a contratação temporária de excepcional interesse público do cargo público.
2.4. A inscrição será gratuita.
2.5. Não serão aceitas inscrições em caráter condicional, por via postal, fac-simile (fax), correio eletrônico (e-mail) ou qualquer outro modo que não o especificado no subitem 2.2 ou 2.3 desse edital.
2.6. O candidato é responsável pela fidedignidade das informações prestadas no requerimento de inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros ou do não preenchimento de qualquer campo desse formulário.
2.7. O candidato ao preencher o requerimento de inscrição, declara, sob as penas da lei, estar ciente e de acordo com as exigências e normas estabelecidas para esse Processo Seletivo, bem como possuir os requisitos para a contratação temporária de excepcional interesse público do cargo público e estar em condições de apresentar os documentos comprobatórios, caso venha a ser empossado.
2.8. A **homologação das inscrições** será divulgada por meio de edital, afixada no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte e nos endereços eletrônicos: **www.gauchadonorte.mt.gov.br e www.diariomunicipal.com.br/amm-mt**

2.9. Da não homologação das inscrições, caberá recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de sua divulgação, ao Presidente da Comissão de Fiscalização desse Processo Seletivo.
2.10. O Candidato deverá se inscrever para a área desejada, residindo na data da publicação deste Edital, na área de sua opção, conforme exigência prevista no Artigo 6º, I da Lei Federal nº 11.350 de 05/10/2006 e portaria 2.488/2011 do Ministério da Saúde.
2.11. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas nesse edital em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
2.12. O presente edital estará disponível na página do endereço eletrônico www.gauchadonorte.mt.gov.br e Mural Público Municipal, sendo de responsabilidade exclusiva do Candidato a obtenção desse material.
2.13. A declaração falsa ou inexata dos dados constantes na ficha de inscrição, bem como a apresentação de documentos ou informações falsas ou inexatas determinará o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos decorrentes, em qualquer época.
2.14.O candidato tem ciência que para o exercício da função do cargo para o qual concorre é obrigatório ter aptidão física e mental e não apresentar deficiência que o incapacite.
2.15. O preenchimento dos dados constantes na ficha de inscrição é de total responsabilidade do candidato.
2.16. Não serão aceitas inscrições com documentação incompleta.
2.17 – Da participação de candidatos portadores de necessidades especiais:
2.17.1 – Em consonância com a Cartinha de Orientação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, no item 3.15 que trata da desnecessidade de reserva de vagas para portadores de deficiência no parágrafo 5°, onde se entende que não há obrigatoriedade quanto ao processo seletivo simplificado para PNE, uma vez que não há disposição expressa na Constituição Federal.

3 – DO CARGO E VAGA OFERECIDO E SUAS ESPECIFICAÇÕES
3.1 – Serão oferecidas a seguintes vagas para o cargo deste Processo Seletivo Público Simplificado:

3.2 – Ensino Fundamental

PERFIL OCUPACIONAL	LOTAÇÃO FUNCIONAL	VENCIMENTO INICIAL R$	CARGA HORÁRIA	ESCOLARIDADE	VAGAS	
					Normal	Total
Auxiliar de Serviços Gerais	*SMS	790,54	40 horas semanais ou escala de 12/36	Ensino fundamental incompleto	08	08
Auxiliar de Serviços Gerais	UBS Nova Aliança	790,54	40 horas	Ensino fundamental incompleto	01	01
Auxiliar de Serviços Gerais	UBS Botuverá	790,54	40 horas	Ensino Fundamental incompleto	01	01
Motorista	Nova Aliança	1378,00	40 horas	Ensino fundamental completo	01	01

3.3 – Ensino Médio

PERFIL OCUPACIONAL	LOTAÇÃO FUNCIONAL	VENCIMENTO INICIAL R$	CARGA HORÁRIA	ESCOLARIDADE	VAGAS	
					Normal	Total
Agente Administrativo	*SMS	1.184,88	40 horas	Ensino médio completo	02	02
Agente Ambiental	*SMS	932,80	40 horas	Ensino médio completo	02	02
Agente de Vigilância Sanitária	*SMS	857,01	40 horas	Ensino médio completo	01	01
Recepcionista	*SMS	790,54	40horas	Ensino médio completo	05	05
Técnico em Enfermagem	*SMS	1.437,36	40 horas ou escala de 12/36	Ensino médio completo com Técnico	08	08
Técnico em Laboratório	Laboratório Municipal	1.437,36	40 horas	Ensino médio completo com curso em Técnico em Laboratório	01	

3.3 – Ensino Superior

PERFIL OCUPACIONAL	LOTAÇÃO FUNCIONAL	VENCIMENTO INICIAL R$	CARGA HORÁRIA	ESCOLARIDADE	VAGAS	
					Normal	Total
Educador Físico	*SMS	1.644,40	25 horas	Ensino Superior com Diploma reconhecido e inscrição no conselho de classe	01	01
Enfermeiro	UBS Nova Aliança	3.060,75	40 horas	Ensino Superior com Diploma reconhecido e inscrição no conselho de classe	01	01
Enfermeiro	UBS Botuverá	3.060,75	40 horas	Ensino Superior com Diploma reconhecido e inscrição no conselho de classe	01	01
Fisioterapeuta	*SMS	3.498,00	40 horas	Ensino Superior com Diploma reconhecido e inscrição no conselho de classe	02	02
Médico Veterinário	*SMS	2.965,05	40 horas	Ensino Superior com Diploma reconhecido e inscrição no conselho de classe	01	01
Nutricionista	*SMS	2.965,05	40 horas	Ensino Superior com Diploma reconhecido e inscrição no conselho de classe	01	01
Psicólogo	*SMS	2.965,05	40 horas	Ensino Superior com Diploma reconhecido e inscrição no conselho de classe	01	01

**** SMS – Secretaria Municipal de Saúde***

3.4 – ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

Cargo	Disciplina	Número de questões	Total de questões	Valor de cada questões	Pontuação máxima
- Auxiliar de serviços gerais	LINGUA PORTUGUESA	05	20	5,00	100
	MATEMÁTICA	05			
	CONHECIMENTOS GERAIS	05			
	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	05			

3.5 – ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

Cargo	Disciplina	Número de questões	Total de questões	Valor de cada questões	Pontuação máxima
- Motorista	LINGUA PORTUGUESA	10	20	5,00	100,00
	MATEMÁTICA	05			
	CONHECIMENTOS GERAIS	10			
	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	10			

3.6 – ENSINO MÉDIO COMPLETO

Cargo	Disciplina	Número de questões	Total de questões	Valor de cada questões	Pontuação máxima
- Agente administrativo; Agente Ambiental; Agente de Vigilância Sanitária; Recepcionista; Técnico de Enfermagem; Técnico em Laboratório.	LINGUA PORTUGUESA	05	20	5,00	100,00
	MATEMÁTICA	05			
	CONHECIMENTOS GERAIS	05			
	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	05			

3.7 – ENSINO SUPERIOR

Cargo	Disciplina	Número de questões	Total de questões	Valor de cada questões	Pontuação máxima
- Educador Físico; Enfermeiro; Fisioterapeuta; Médico Veterinário; Nutricionista; Psicólogo.	LINGUA PORTUGUESA	05	20	5,00	100,00
	MATEMÁTICA	05			
	CONHECIMENTOS GERAIS	05			
	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	05			

4 – DAS PROVAS

4.1 – **Data e local das provas objetivas:**

4.1.1 – As provas objetivas serão realizadas no dia 11 de janeiro de 2015 das 08 às 11h00min (horário de Cuiabá), na Escola Municipal Bem Me Quer, Rua Minas Gerais, nº 974 - Centro, Gaúcha do Norte – MT, demais informações no site www.gauchadonorte.mt.gov.br

4.2 – Das características das provas objetivas:

4.2.1 – As provas objetivas terão duração máxima de 03 (três) horas contadas a partir do momento em que todas as informações forem prestadas aos candidatos.

4.3 – Da realização das provas

4.3.1 – O candidato deverá *comparecer no local da aplicação das provas com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do horário especificado*, trazendo caneta esferográfica azul ou preta, Comprovante de Inscrição e documento de identidade original;

4.3.2 – Não será permitido ao candidato entrar no local das provas com outros objetos além daqueles exigidos no item anterior;

4.3.2.1 – O fiscal de sala e a coordenação do Processo Seletivo Público Simplificado não se responsabilizará por danos ou desaparecimento de objetos, bolsas, celulares e outros que forem deixados na sala pelos candidatos.

4.3.3 – Somente será admitido na sala de provas o candidato que estiver munido de Cédula de Identidade original ou outro documento original, com foto, de igual valor legal, ou seja: carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe que tenha força de documento de identificação; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista ou Carteira de Motorista nos moldes atuais.

4.3.3.1 – O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação do candidato;

4.3.4 – Não será aceito protocolo ou qualquer outro documento como crachá; identidade funcional; título de eleitor ou outro diferente daqueles citados no item 4.3.3;
4.3.5 – Durante as provas não será permitida qualquer espécie de consulta nem o uso de máquinas calculadoras ou outros objetos elétricos ou eletrônicos, inclusive aparelhos celulares, bips ou outros comunicadores;
4.3.5.1 – Também não será permitida a consulta a qualquer material impresso ou escrito como apostilas, livros, manuais ou caderno de prova de outro candidato;
4.3.6 – Não serão considerados aptos a fazerem as provas aqueles eventuais candidatos que estejam impossibilitados de comparecer aos locais determinados para a realização das mesmas;
4.3.7 – Em hipótese alguma será admitida a entrada nos locais de provas, de candidatos que se apresentarem após a hora determinada para o início das provas;
4.3.8 – Nas provas objetivas só serão consideradas, para efeito de pontuação, as anotações constantes do Cartão de Resposta preenchido a caneta esferográfica preta ou azul não porosa;
4.3.9 – No preenchimento do Cartão de Resposta é necessário que o campo correspondente à alternativa correta seja totalmente pintado, sob pena de anulação da questão não preenchida corretamente;
4.3.10 – As questões respondidas erradamente não anularão as questões respondidas corretamente;
4.3.11 – As questões deixadas em branco, ou com mais de uma resposta, ou com rasuras, ainda que legíveis, serão consideradas nulas;
4.3.12 – Os pontos, relativos às questões eventualmente anuladas por erro material quando da elaboração serão atribuídos a todos os candidatos que prestarem à prova naquele cargo;
4.3.13 – Em nenhuma hipótese haverá 2ª chamada, eliminando-se o candidato faltoso;
4.3.14 – O candidato ao terminar as provas deverá entregar ao fiscal o seu caderno de provas e o seu Cartão de Resposta.
4.3.15 – O caderno de provas poderá ser entregue ao candidato, para levá-lo, após duas horas do seu início, **caso permaneça na sala**;
4.3.16 – Os candidatos que não levarem o caderno de provas no mesmo dia poderão retirá-lo no dia seguinte junto à Secretaria Municipal de Saúde.

4.4 – Do conteúdo programático das provas objetivas:
4.4.1 – Os programas das provas objetivas, onde constam às matérias a serem exigidas nas provas, fazem parte do Anexo I do presente Edital.

5 – DA CLASSIFICAÇÃO
5.1 – **Dos critérios de classificação:**
5.1.1 – A classificação dos candidatos se dará pela média aritmética das notas obtidas divulgando-se o seu resultado final, decrescente;

5.2 – Da desclassificação:
5.2.1 – Será considerado desclassificado do Processo Seletivo Público o candidato que:
a) Menor que 50% (cinquenta por cento) na média final;
b) Ausentar-se da prova;
c) Descumprir as normas constantes deste Edital ou as orientações dadas pela Equipe de Coordenação do Processo Seletivo Público Simplificado nº 002/2014;
d) Utilizar-se de meios fraudulentos na realização das provas ou na apresentação de documentos ou ainda, que seja flagrado com "cola" ou passando "cola" para outro candidato;
e) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;
f) Não entregar a documentação exigida no ato da posse no prazo determinado no ato convocatório, ressalvados os casos permitidos por lei;
g) Não comprovar as informações prestadas no ato da inscrição;
h) Aprovados, não comparecerem nos locais, prazos, horários e condições especificados nos atos de convocação.

5.3 – Dos critérios de desempate na classificação
5.3.1 – Havendo empate na contagem de pontos na classificação em qualquer cargo, serão obedecidos os critérios de desempate pela ordem a seguir:
a) Maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;
b) Maior nota na prova de Conhecimentos de Língua Portuguesa;
c) Maior nota na prova de Conhecimentos Gerais;
d) Candidato com maior número de dependente.

6 – DO RESULTADO FINAL
6.1 – O resultado final do Teste Seletivo Público será homologado por Decreto do Poder Executivo Municipal, observado o prazo legal para interposição de recursos e será publicado no site referido neste edital e facultativamente na imprensa local, de forma resumida ou integral, a critério da Administração Pública.

7 – DA CONVOCAÇÃO, DA ADMISSÃO:
7.1 - Os candidatos aprovados serão convocados para admissão, atendendo às necessidades da Administração, seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação até o limite de vagas estabelecido neste Edital ou naquelas vagas criadas por lei durante a validade do Processo Seletivo Público Simplificado;
7.2 – Os candidatos serão convocados por edital publicado, na imprensa local e em local de costume da Prefeitura, com horário e locais preestabelecidos para contratação e receberem a designação do respectivo local de trabalho;
7.3 – Para contratação o candidato deverá apresentar documentação no original ou fotocópia autenticada em cartório, que comprove o que segue abaixo:
7.3.1 - Cédula de Identidade;
7.3.2 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88);
7.3.3 - Certidão de Casamento ou Nascimento;
7.3.4 - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);
7.3.5 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 07 anos (se for o caso);
7.3.6 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);
7.3.7 - Comprovante de votação das duas últimas eleições que antecedem a posse e/ou respectiva justificativa;
7.3.8 - Título de Eleitor;
7.3.9 – Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal.
7.3.10 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);
7.3.11 - Possuir escolaridade e habilitação legal para o exercício do cargo pretendido;

7.3.12 – Declaração negativa de acúmulo de cargo público;
7.3.13 - Não ter infringindo as leis que fundamentaram este Edital;
7.3.14 – Cartão do PIS/PASEP (se houver);
7.3.15 – Cópia onde consta o número da Carteira de Trabalho.
7.3.16 – 2 fotos 3x4 colorida e recente;
7.3.17 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;
7.3.18 - Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);
7.3.19- Declaração de bens;
7.3.20. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária de seu cargo a qual exercerá sua função;
7.3.21 - Estar registrado no respectivo Conselho de Classe, bem como estar inteiramente quite com asdemais exigências legais do órgão fiscalizador e regulador do exercício profissional, quando for o caso.

8 – DO REGIME JURÍDICO DE TRABALHO
8.1 – A nomeação dos candidatos aprovados que será no regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, conforme Lei Federal n.º 11.350 e Lei Municipal n.º 651/2014 .

9 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
9.1 – O presente Processo Seletivo Público Simplificado terá o prazo de seis meses podendo ser prorrogado por igual período, entretanto, poderá ser interrompido a qualquer tempo por interesse da administração pelo cessamento da situação excepcional que a autorizou, e/ou efetivação de aprovados em Concurso Público para os Cargos neste descrito;
9.3 - Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse públic6511o, para os fins do disposto nessa lei a continuidade dos serviços de saúde, até a realização do concurso público que viabilize o provimento, em caráter efetivo, de vagas relativas aos cargos discriminados anteriormente, até o provimento efetivo, nessa última hipótese.
9.4– A inscrição neste Processo Seletivo Público Simplificado, para todo e qualquer efeito de direito, expressa o conhecimento a aceitação por parte do candidato de todas as normas constantes deste Edital;
9.5– Caso ocorram desistências ou eliminações de candidatos convocados para a nomeação, a Secretaria Municipal de Saúde promoverá tantas convocações e admissões quantas julgar necessárias durante o período de validade do Processo Seletivo Público Simplificado dentre os candidatos classificados, observando sempre o número de vagas existentes, ou que venha ser criadas por lei especifica;
9.6– Será considerado desistente e, portanto, eliminado do Processo Seletivo Público Simplificado o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas pela referida secretaria para contratação, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos;
9.7– O candidato que, à época da contratação, não comprovar que preenche os requisitos indispensáveis para o exercício legal do cargo para o qual foi aprovado será considerado eliminado sumariamente, não podendo ser aproveitado para outro cargo, ressalvados os casos previstos em lei municipal;
9.8– A Secretaria Municipal de Saúde de Gaúcha do Norte – MT poderá convocar, para o preenchimento de vagas surgidas no decorrer do prazo de validade deste Processo Seletivo Público Simplificado, os candidatos classificados no mesmo, observando-se o cargo e a ordem rigorosa de classificação;
9.9– A Secretaria Municipal de Saúde fará divulgar, sempre que necessárias, as normas complementares ao presente Edital e avisos oficiais;
9.10– A classificação do candidato não assegurará o direito ao seu ingresso automático e imediato ao cargo para o qual se habilitou, estando a sua convocação condicionada à necessidade da Administração Pública;
9.11– Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações enquanto não for consumado o evento que lhe diz respeito;
9.12– Todas as publicações pertinente ao presente Processo Seletivo Público, enquanto em andamento, serão feitas pelos sites www.gauchadonorte.mt.gov.br e www.diariomunicipal.com.br/amm-mt
9.12.1– As publicações relativas à homologação do Processo Seletivo Público Simplificado e à convocação dos aprovados serão tornadas públicas por meio da Imprensa Oficial do Município, e facultativamente na Imprensa Local, sendo de responsabilidade do candidato o acompanhamento de tais publicações;
9.12.2 – Para fins do subitem acima, considera-se Órgão de Imprensa Oficial do Município o site www.gauchadonorte.mt.gov.br e o "Jornal da Associação dos Municípios Mato-grossense **www.diariomunicipal.com.br/amm-mt**";
9.13– Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde em conjunto com a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público nº 002/2014.

10 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
10.1 – Do Cronograma do Processo Seletivo Público nº 002/2014:
10.1.1 – Período das inscrições: de 17 de dezembro a 29 de dezembro de 2014;
10.1.2 – Divulgação dos locais de realização das provas com a listagem dos nomes dos candidatos: até um dia antes da realização das provas no Paço Municipal e no site **www.gauchadonorte.mt.gov.br**
10.1.3 – Data da realização das provas objetivas: 11de janeiro de 2015;
10.1.4 – Prazo para divulgação dos gabaritos: serão divulgados no dia seguinte ao da realização das provas no período vespertino na sede da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte – MT,Secretaria Municipal de Saúde pelos sites www.gauchadonorte.mt.gov.br.
10.1.5 – Divulgação dos classificados em ordem decrescente: até 30 dias

10.2 – Dos Recursos:
10.2.1 – Dos atos praticados pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público Simplificado nº 002/2014 caberá recurso na forma da lei, desde que apresentado no prazo referido a seguir, contado da data da sua divulgação, ressalvados os prazos específicos previstos neste Edital:
a) Indeferimento de inscrição: 24 horas;
b) Divulgação do gabarito das questões objetivas: dois dias úteis;
c) Divulgação do resultado do Processo Seletivo Público: dois dias úteis após a homologação do gabarito final.

10.2.2 – Admitir-se-á um único recurso por questão para cada candidato, relativamente ao gabarito ou ao conteúdo das questões, desde que devidamente fundamentado. Não serão aceitos os recursos sem argumentação plausível;
10.2.3 – Se, do exame dos recursos resultarem na anulação de questão o ponto a ela correspondente será atribuído a todos os candidatos relacionados à mesma, independentemente da formulação ou não de recurso;
10.2.4 – Se, por força de decisão favorável às impugnações, houver modificação do gabarito divulgado antes dos recursos, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito definitivo, não se admitindo recurso da modificação decorrente das impugnações;

10.2.5 – O recurso deverá ser apresentado datilografado ou digitado em forma de requerimento, assinado pelo candidato, endereçado à Comissão Organizadora e protocolado na sede da prefeitura municipal no protocolo central.
10.2.6 – A decisão do recurso será dada a conhecer coletivamente por meio de edital complementar que será fixado no átrio da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte – MT e dado conhecimento no site supracitado.

Gaúcha do Norte - MT,15 de dezembro de 2014.

NILSON FRANCISCO ALÉSSIO
Prefeito Municipal

ANDREIA DAS GRAÇAS SILVA DE MORAES
Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público 002/2014

JUREMA RIBEIRO MACEDO
Comissão Organizadora

MARLENE CLARICE SCHULZ KEMPF
Comissão Organizadora

ANEXO I
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº. 002/2014
EDITAL Nº001/2014

1- ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

LINGUA PORTUGUESA

Vogais e consoantes;Ordem alfabética; Encontros de Vogais;Encontros de Consonantais;Divisão Silábica;Número de Sílabas;Sílaba forte;Posição da sílaba forte;Ortografia;Acentuação gráfica;Pontuação;Masculino e feminino;Singular e plural;Coletivos;Aumentativo e diminutivo;Significado igual;Significado contrário;Nome próprio;Nome simples;Nome composto;Verbos (palavras de ação);Sujeitos (pessoas de uma ação).

MATEMÁTICA
Matemática: Números e Numerais; Cores; Adição e subtração; Sinais; Situações problemas.

CONHECIMENTOS GERAIS
Nosso Município: história, datas comemorativas, festas cívicas e religiosas, fontes de renda, relevo, hidrografia, vegetação e clima.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS: Limpeza de pisos, tapetes, móveis e objetos diversos; Limpeza de paredes, tetos, portas, rodapés, luminárias, vidraças e persianas; limpeza de ralos, caixa de gordura, vasos e pias; Polimento de objetos, peças e placas de metal; Uso e cuidados com materiais de limpeza e higiene, detergente, desinfetante e defensivo; Limpeza de ruas e coleta de lixo; Serviços de capinagem, jardinagem; Prevenção de acidentes; Atitudes no serviço; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho.

2- ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

LINGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de textos;Conhecimento Gramatical;Fonética:Encontros Vocálicos e Consonantais;Sílaba: divisão silábica, acentuação tônica e classificação quanto ao acento tônico; Ortopéia: prosódia;Ortografia: acentuação gráfica, emprego do hífen, pontuação.Morfologia:Classificação das Palavras;Substantivo;Artigo;Adjetivo;Numeral;Pronome;Verbo;Advérbio;Preposição: emprego da crase;Conjunção;Interjeição; Conectivos · Semântica:Significação das Palavras: sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos.Sintaxe:Análise Sintática: frase, orações e períodos;Funções Sintáticas;Sintaxe de Concordância: concordância nominal e concordância verbal;Sintaxe de Regência: regência verbal e regência nominal;Sintaxe de Colocação: próclise, mesóclise, ênclise.Estilística:Figuras de Palavras: metáfora, metonímia, perífrase;Figuras de Construção: pleonasmo, polissíndeto, anacoluto, elipse e silepse; Figuras de Pensamento: hipérbole, eufemismo e ironia;Vícios de Linguagem: barbarismo, cacofonia, estrangeirismo, colisão, eco.

MATEMÁTICA
Noções sobre conjunto, sistema de numeração, operações fundamentais, resolução de problemas envolvendo as quatro operações,introdução à geometria, ponto, reta, plano, semi-reta e raciocínio lógico.

CONHECIMENTOS GERAIS

Nosso Município: história, datas comemorativas, festas cívicas e religiosas, fontes de renda, relevo, hidrografia, vegetação e clima.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICO

MOTORISTA: Regras de relações humanas adequadas ao trabalho; Legislação de trânsito: regras gerais de circulação; regra de ultrapassagem; regra de mudança de direção; regra de preferência;velocidade permitida; classificação das vias; deveres e proibições; Infrações básicas para a apreensão de documentos de habilitação de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro; Infrações básicas para a cassação de documentos de habilitação; Principais crimes e contravenções de trânsito; Conhecimento de sinais sonoros e gestos de agente autoridade de trânsito; Tipos de sinalização; placas de regulamentação; advertência e indicação; sinais luminosos; Conhecimento de defeitos simples do motor; Procedimentos corretos para economizar combustível; Cuidados necessários para conservar o veículo em boas condições mecânicas; Conhecimento básico sobre sistema de freios; defeitos simples do sistema elétrico; Porte de documentos obrigatórios do veículo e do condutor; Conhecimento de regras de

hierarquias no serviço público municipal; Atitudes no serviço; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Segurança do trabalho e prevenção de acidentes e incêndio.

3 – ENSINO MÉDIO

LINGUA PORTUGUESA – Para todos os cargos
Interpretação de texto; Uso informal e formal da língua; uso da língua e adequação ao contexto,norma culta; Elementos da comunicação e funções da Linguagem; Significação de palavras:antonímia, sinonímia, homonímia, paronímia. Polissemia. Denotação e conotação.Ortografia; Classes de palavras; Estrutura e formação de palavras. Acentuação gráfica e tônica.Sintaxe:oração e período, tipos de sujeito, tipos de predicado, processos de coordenação e subordinação,regência nominal e verbal, crase, concordância nominal e verbal, pontuação. Nova Ortografia:Mudanças no Alfabeto, Mudanças nas Regras de Acentuação, Uso do Hífen.

MATEMÁTICA
Aritmética e Álgebra: Noções de Lógica; Conjuntos: Operações. Números Naturais, Inteiros, Racionais e Reais. Propriedades, Operações, Ordem e Valor Absoluto. Funções:Operações, Valor numérico. Função definida por várias sentenças. Domínio e Contra-Domínio. Função Crescente, Decrescente e Inversa. Funções do 1º grau e do 2º grau. Equações do 1º e 2º graus. Sistemas do 1º e 2 º graus com duas ou três variáveis. Matemática Financeira. Porcentagens. Cálculos percentuais. Acréscimos e Descontos percentuais. Juros simples. Geometria Plana. Principais figuras planas. Cálculo perímetros e áreas. Relações métricas no triângulo retângulo. Geometria Espacial:. Ponto, Reta e Plano. Posições Relativas. Prismas retos e Esferas. Relações Métricas, Áreas Lateral e Total e Volumes. Geometria Analítica: Ponto. Distância entre Dois Pontos. Reta. Equação Geral e Reduzida.

CONHECIMENTOS GERAIS – Para todos cargos

História Política e Econômica de Mato Grosso: Antecedentes históricos da fundação de Cuiabá, Fundação de Cuiabá, Ideias de administradores e primeiros desentendimentos, Rodrigo César e o ouro de Cuiabá; Os Lemes; Índios Paiaguás; Fundação de Vila Bela; Capitães-generais de 1748 a 1821; Forte de Coimbra; Mato Grosso no Primeiro Império; A Rusga; Os Alencastro; Mato Grosso na guerra do Paraguai; Divisão do Estado.
Geografia de Mato Grosso: Mato Grosso e a região Centro-Oeste; Geopolítica de Mato Grosso;Ocupação do território; Aspectos físicos e domínios naturais do espaço mato-grossense; Aspectos socioeconômicos de Mato Grosso; Dinâmica da população em Mato Grosso; Programas governamentais e fronteira agrícola mato-grossense; A economia do Estado no contexto nacional;A urbanização do Estado; Produção e as questões ambientais.
História do Município de Gaúcha do Norte: Aspectos históricos e geográficos; Aspectos econômicos e sociais; Executivo e Legislativo Estadual e Municipal; Atualidades gerais político,econômico, social e ambiental.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICO

AGENTE ADMINISTRATIVO: Administração Pública: organização administrativa – centralização e descentralização; administração direta e indireta: composição; categorias de entidades dotadas de personalidade jurídica na administração indireta (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas); princípios que regem a Administração Pública; Responsabilidade civil do Estado. Poderes e deveres da Administração. Servidores Públicos: vínculo jurídico (estatutário, trabalhista e temporário); quadro funcional; cargos, empregos, funções; formas de provimento;direitos e deveres; ética e responsabilidade social; Responsabilidade civil, penal e administrativa do servidor público. Gestão de Pessoal Administração de pessoal, controle de frequência, procedimentos para admissão e demissão, documentação e registro; estatística aplicada à administração de cargos e salários. Gestão Administrativa e Financeira: noções de planejamento e orçamento público; planos,programas e projetos; orçamentos anuais, execução financeira, modalidades de empenho; vedações orçamentárias; processo de licitação: modalidades. Sistemas de controle administrativos. Atos administrativos; conceitos, elementos característicos. Contrato Administrativo: partes componentes, formalização, modalidades, cláusulas de privilégio, cláusulas essenciais. Prazos, prorrogação, extinção, inexecução. Administração de materiais: material de consumo e material permanente; controle de estoque; operações de almoxarifado. Inventário. Orientação sobre especificações e padronização de material de consumo e material permanente. Sistema de informação, gestão de documentos, noções de arquivologia; classificação dos arquivos e dos documentos; métodos de arquivamento, conservação de documentos; avaliação e destinação de documentos; técnicas modernas de arquivamento com o uso da informática. Correspondência e atos oficiais: princípios da redação oficial; emprego dos pronomes de tratamento; níveis hierárquicos de tratamento; conceitos e modelos de atos oficiais: alvará, ata,certidão, circular, convênio, decreto, despacho, edital, estatuto, memorando, ofício, ordem de serviço,parecer, portaria, regimento, relatório, resolução, requerimento.

AGENTE AMBIENTAL: Mananciais de água. Captação de água subterrânea e superficial. Análise e controle de qualidade da água. Materiais e equipamentos. Tratamento de água. Projeto, construção e dimensionamento (adução, reservação e distribuição). Importância do tratamento dos esgotos sanitários. Soluções individuais e coletivas de tratamento dos esgotos sanitários. Noções de saúde pública. Noções de Tratamento de Resíduos sólidos e reciclagem. Noções de educação sanitária. Ecologia e poluição ambiental. Operação e manutenção de Estações de Tratamento de Água e de Estação de Tratamento de Esgoto (ETA/ETE); Operação e manutenção de estações de bombeamento. Proteção ambiental. Transformação do ambiente. Controle de qualidade ambiental. Qualidade do ar. Poluição. Sistemas de gestão ambiental. Legislação e estruturas do meio ambiente.

AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA: Vistoria Administrativa; Noções Gerais de Obras e Posturas Municipais; Noções Gerais de Fiscalização Ambiental; Código de Obras e Posturas do Município de Gaúcha do Norte; Saneamentos Básicos e Ambientais; Sistema de Abastecimento e tratamento de Água;Qualidade das Águas Controle e Poluição das Águas; Sistema de Esgoto; Sistema Nacional do Meio-Ambiente(SISNAMA); Solo; Aterro Sanitário; Comunidade Biótica, Comunidade Biológica/Controle Ambiental/Critérios de Qualidade Ambiental/Diagnóstico Ambiental; Vegetação; Desflorestamento;Desmatamento.

RECEPCIONISTA: Fluxo de informações; Recepção e Transmissão de Mensagens Telefônicas: Sigilo das comunicações, e domínios de serviços de telefonia; Interferência nas chamadas; Natureza, prioridade e prontidão das mensagens telefônicas; Atitudes no Serviço; Cortesia-Interesse - Eficiência - Qualidade da voz, dicção – Naturalidade – Comunicabilidade - Formas de tratamento - Organização do local de serviço e do trabalho; Noções sobre Registros de Expedientes, agendamento, seletividade de documentações e pautas; Técnicas de arquivos, elaboração de ofícios e correspondências; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo: Cortesia; interesse; eficiência; qualidade da voz; dicção; naturalidade para comunicar; comunicabilidade; formas de tratamento; organização do local de serviço e do trabalho; Noções de funcionamento de tramitação de leis, resoluções, decretos, portarias.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM: Ética Profissional; Conceito de saúde e doença; Assistência de Enfermagem; conceito e objetivo; Equipe de Enfermagem; Tipos de unidade de saúde; Unidade do paciente; Prevenção e controle de infecção hospitalar; Medidas de assepsia; higienização;desinfecção; anti-sepsia e esterilização; preparo de material para esterilização; Segurança do paciente acamado; movimentação, tipos e objetivos; transporte, precauções e conforto; Pesagem e mensuração; Verificação de temperatura, pulso, respiração e tensão arterial; Finalidades e cuidados na aplicação quente e fria no cateterismo; Instilação e irrigação vesical na lavagem vaginale nos puretivos; Conduta e assistência imediata em casos de asfixia, hemorragia, vômito, fratura, lipotimia, convulsão, insolação, corpo estranho, picada de insetos e envenenamentos; Administração de medicamentos por via oral e parenteral; Preparo de drogas e soluções.

TÉCNICO EM LABORATÓRIO: Vidraria e esterilização: Principais acessórios de vidro e de uso específico; Aferição e graduação de acessórios; Reagente utilizado na esterilização e preparo de solução sulfocrômica; Aparelhos utilizados e procedimentos adotados na esterilização; Microscopia: O microscópio e suas finalidades
e precauções no seu uso; O sistema mecânico e seus componentes; O sistema ótico e seus componentes; A sequência para focalização e alinhamento ótico; Parasitologia: Teoria sobre generalidades; relações entre seres vivos; o parasitismo como meio de vida; tipos de parasitismo; noções de nomenclatura e classificação; protozoários e as doenças por ele causadas; noções sobre helmintos e as doenças causadas por ele; mapa indicativo das principais zonas endêmicas no Brasil; atlas parasitológico; Bacteriologia: Teoria sobre generalidades; principais grupos de bactérias; Cocos gram positivos e gram negativos; Bastonetes gram positivos e gram negativos; Microorganismos espiralados; métodos de coloração; meios de cultura;teste de sensibilidade bacteriana e atlas de bacteriologia.

3- ENSINO SUPERIOR COMPLETO

LINGUA PORTUGUESA – Para todos os cargos
Leitura e interpretação de textos descritivos, dissertativos, narrativos; gênero de textos; coesão textual; coerência textual; sinonímia, homonímia e paronímia; figuras de linguagem; vícios de linguagem. Ortografia. 3. Acentuação gráfica e tônica; acentuação das oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas; acento diferencial; acentuação dos hiatos; acentuação dos ditongos. Morfologia: estrutura e formação de palavras, processos de formação de palavras; classes de palavras: verbo, substantivo, artigo, pronome, preposição, conjunção, adjetivo, advérbio, interjeição e numeral. Sintaxe: termos essenciais da oração (sujeito e predicado), termos integrantes da oração (objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, agente da passiva), termos acessórios da oração (aposto, adjunto adnominal, adjunto adverbial), termo independente (vocativo); orações coordenadas e orações subordinadas; concordância nominal; concordância verbal; regência nominal; regência verbal; uso da crase; pontuação. **Nova Ortografia:** Mudanças no Alfabeto, Mudanças nas Regras de Acentuação, Uso do Hífen.

MATEMÁTICA
Conjuntos Numéricos: operações e propriedades. Principais sistemas de unidade de medida: comprimento, superfície, volume, massa,tempo e ângulo. Noções elementares de matemática comercial e financeira; Proporcionalidade; Regra de três simples e composta; Média Aritmética simples e ponderada; Porcentagem, juros simples e composto. Progressões aritméticas e geométricas. Geometria Analítica; Ponto; Reta; Circunferência. Funções de 1º e 2º graus; Funções exponenciais e logarítmicas; Equações e Inequações do 1º e 2º graus; Funções trigonométricas; Equações e inequações trigonométricas. Arranjo, combinação e permutação. Matrizes, sistemas lineares. Geometria Plana; História da Matemática;Resolução de Problemas e raciocínio lógico.

CONHECIMENTOS GERAIS – Para todos os cargos
História Política e Econômica de Mato Grosso: Antecedentes históricos da fundação de Cuiabá; Fundação de Cuiabá; Ideias de administradores e primeiros desentendimentos, Rodrigo César e o ouro de Cuiabá; Os Lemes; Índios Paiaguás; Fundação de Vila Bela; Capitães-generais de 1748 a 1821; Forte de Coimbra; Mato Grosso no Primeiro Império; A Rusga; Os Alencastros; Mato Grosso na guerra do Paraguai; Divisão do Estado.
Geografia de Mato Grosso: Mato Grosso e a região Centro-Oeste; Geopolítica de Mato Grosso;Ocupação do território; Aspectos físicos e domínios naturais do espaço mato-grossense; Aspectos socioeconômicos de Mato Grosso; Dinâmica da população em Mato Grosso; Programas governamentais e fronteira agrícola mato-grossense; A economia do Estado no contexto nacional;A urbanização do Estado; Produção e as questões ambientais.
História do Município de Gaúcha do Norte: Aspectos históricos e geográficos; Aspectos econômicos e sociais; Executivo e Legislativo Estadual e Municipal; Atualidades gerais político,econômico, social e ambiental.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICO

EDUCADOR FÍSICO: Conhecimentos sobre esportes; Conhecimentos sobre jogos; Conhecimentos sobre lutas; Conhecimentos sobre danças; Conhecimentos sobre esportes; Conhecimentos sobre atividades aquáticas/natação; Conhecimentos sobre capoeira; Práticas corporais alternativas; Legislação sobre educação física; Estudo das capacidades físicas; Estudo das habilidades físicas; Educação Física e estilo de vida; Socorros de urgência aplicados a saúde; Conhecimentos sobre regras e arbitragens dos esportes; Aspectos relacionados à biomecânica dos exercícios físicos; Noções sobre ergonomia; Conhecimentos sobre atividades posturais; Avaliação postural; Abordagens da Educação Física; Ética profissional; Educação Física adaptada;

ENFERMEIRO: Gerenciamento dos Serviços de Enfermagem. Processo de trabalho em Enfermagem;Auditoria em Saúde e em Enfermagem; Supervisão em Enfermagem; Teorias administrativas; Recursos humanos; Mudanças em Enfermagem; Planejamento em Enfermagem.Lei do Exercício Profissional;Atribuições da equipe de Enfermagem conforme a lei; funções privativas do enfermeiro; Conduta profissional segundo a Lei e o Código de Ética. Saúde do trabalhador. Doenças ocupacionais. Biossegurança. A vigilância epidemiológica no contexto da Enfermagem. Semiologia e semiotécnica aplicada à Enfermagem (princípios básicos do exame físico e adequação aos diagnósticos de enfermagem). Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), coleta de dados, diagnóstico de Enfermagem com base na Taxonomia da "Associação Norte-Americana de Diagnóstico em Enfermagem" (NANDA), Classificação de Intervenções de Enfermagem (NIC) e Avaliação da Assistência de Enfermagem (NOC), documentação e registro. Princípios da administração de medicamentos. Cuidados de Enfermagem relacionados à terapêutica medicamentosa. Assistência de Enfermagem na prevenção e controle de infecção hospitalar. O Processo de Enfermagem na organização da Assistência de Enfermagem peri operatória. Planejamento da assistência de Enfermagem no pré, transe pós-operatório. Papel do Enfermeiro no centro cirúrgico e central de esterilização. Assistência de Enfermagem a adultos e idosos com alterações clínicas nos sistemas orgânicos, de acordo com as necessidades humanas básicas utilizando o processo de enfermagem. Modelos de intervenção na saúde da população idosa. Assistência de enfermagem a pacientes com doenças crônicas (hipertensão e diabetes) e imunodeficiência. Planejamento da assistência de Enfermagem nas alterações dos sistemas hematopoiético, gastrointestinal, cardiovascular, respiratório, renal, geniturinário, endócrino, nervoso e músculo-esquelético. Assistência de Enfermagem nas alterações clínicas em situações de urgência e emergência. Assistência de Enfermagem a pacientes com lesões por queimaduras. Assistência de Enfermagem em doenças infecciosas. Assistência de Enfermagem na função imunológica. Avanços da imunologia:

Engenharia genética e células tronco. Assistência de Enfermagem em unidade de terapia intensiva adulto, pediátrico e neonatal. Aplicações terapêuticas e procedimentos tecnológicos aos clientes em estado crítico e/ou com intercorrências clínico cirúrgicas (cirurgias gerais, vasculares, ginecológicas, proctológicas, urológicas, e neurocirurgia). Assistência pós-operatória a portadores de: feridas cirúrgicas, cateteres, drenos e balanço hidroeletrolítico. Enfermagem no programa de assistência domiciliar. Planejamento e promoção do ensino de auto cuidado ao cliente.

FISIOTERAPEUTA: Sinais vitais. Revisão anatômica e fisiológica do Sistema Nervoso Central. Sistema respiratório. Sistema ósseo e sistema muscular. Tratamento fisioterápico nas deficiências citadas anteriormente. Biomecânica Básica dos sistemas citados. Avaliação músculo-esquelética.Avaliação sensorial. Avaliação da coordenação. Avaliação da função motora. Eletromiografia e testes de velocidade de condução nervosa. Análise da marcha. Avaliação funcional. Pré-deambulação e treino de marcha. Disfunção pulmonar crônica. Artrite. Esclerose múltipla.Doença de Parkinson. Traumatismo crânio-encefálico Reabilitação vestibular. Queimaduras. Lesão medular traumática. Fisiotertapia nasaúde do trabalhador: conceito de ergonomia, doenças ocupacionais relacionadas ao trabalho, práticas preventivas no ambiente de trabalho. Fisioterapia aplicada à geriatria; Fisioterapia Traumato-Ortopédica e Desportiva (lesões mais comuns nos esportes e tratamento). Fisioterapia do Exercício. Saúde do Trabalhador. Saúde do Idoso. Sistema Único de Saúde (SUS): Seus princípios, Suas diretrizes, Leis n.ºs 8.080/90 e 8.142/90; Normas e Portarias atuais, Constituição Federal de 1988 (seção II Da Saúde); Norma Operacional Básica (NOB/SUS/96). Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 e suas alterações (arts 196 a 200).

MÉDICO VETERINÁRIO: Patologia animal: Etiologia, Diagnóstico. Tratamento, controle e erradicação relativos às doenças: Febre Aftosa, Raiva, Anaplasmose, Brucelose, Peste Suína, Carências vitamínico minerais,Principais ectoparatisoses de bovinos, bubalinos e suínos, Principais doenças de aves e equídeos. Bovinocultura de corte e bovinocultura de leite Raças; Distribuição geográfica no Brasil; Importância econômica; Melhoramento do meio; Produção de carne; Produção de leite. Nutrição animal e Agrostológica: Valor dos alimentos; Hidratos de carbono, gorduras e proteínas; Macro e micro elementos minerais; Vitaminas; Concentrados e volumosos; Inspeção Sanitária e Tecnológica dosProdutos de Origem Animal: Inspeção "ante-mortem" dos animais de açougue; Sistema Linfático: sua importância em inspeção de carnes; Principais doenças infecciosas transmissíveis ao homem;Principais doenças parasitárias transmissíveis ao homem; Toxi-infecções alimentares; Beneficiamento do leite de consumo; Controle Químico e Microbiológico de leite e produtos lácticos; Métodos de diagnóstico de gestação; Fatores que contribuem para alta taxa de fertilidade; Importância econômica da Inseminação Artificial; Doenças e distúrbios do aparelho genital do macho e fêmea; Aspectos higiênicos e sanitários do pescado. Formação e manejo de pastagem; Forrageiras (gramíneas e leguminosas); Ensilagem e fenação Fisiopatologia da Reprodução e Inseminação Artificial: Anatomia e fisiologia do aparelho reprodutor; Gestação, parto e lactação.

NUTRICIONISTA: Conhecimento da legislação que regulamenta a profissão; Conhecimento da ÉticaProfissional; Nutrição Social: Conceito de saúde e doença; Organização dos serviços de saúde no Brasil: Política Nacional de Saúde; Política de Alimentação e Nutrição no Brasil; Conceitos Básicos de Nutrição em Saúde Pública: fome e desnutrição; Aspectos Econômico Social de Desnutrição:Produção e comercialização de alimentos; Poder aquisitivo e consumo;Bases para a elaboração de programas de nutrição; Nutrição e infecção; Diagnóstico do estado nutricional da população:Indicadores; Sistema de Vigilância Nutricional;Epidemiologia da Desnutrição: Desnutrição protéico-energética; Metodologia de Avaliação; Consequências orgânicas; Orientação Nutricional; Nutrição das gestantes adolescentes e adultas: Necessidades nutricionais; Seleção de alimentos em função da qualidade, do custo e dos hábitos alimentares; Orientação Nutricional à gestação normal e nas alterações mais comuns da gravidez (náuseas, piroses, constipação e controle de peso); Avaliação do Estado Nutricional; Nutrição de Nutriz: Necessidades Nutricionais; Orientação Nutricional; Avaliação do Estado Nutricional; Nutrição de Lactente: Digestão; Necessidades Nutricionais; Crescimento e Desenvolvimento; Alimentação no primeiro ano de vida; Aleitamento Materno: Técnica de Aleitamento; Obstáculos e Contra-indicação; Composição do leite materno; Desmame; Aleitamento Artificial: Indicações dos diferentes tipos de leite; Determinação e preparo de fórmulas lácteas; Alimentação do Lactente a Pré-termo: Necessidades Nutricionais; Orientação Nutricional; Avaliação do Estado Nutricional; Alimentação do Pré- escolar:Necessidades Nutricionais; Características de alimentação.

PSICOLOGO: Políticas de Saúde e saúde mental; atenção integral a saúde mental; desenvolvimento e psicopatologia; clinica ampliada: atendimento grupal, psicoterapia, acompanhamento terapêutico e reabilitação psicossocial; educação em saúde, organização da atenção e da assistência em saúde mental, atenção integral a família, criança e adolescente, em situação de vulnerabilidade, psicossocial. Desenvolvimento social na infância. O psicólogo escolar e a orientação sexual. A ação do psicólogo escolar diante da educação inclusiva. As dificuldades de aprendizagem e seus diversos determinantes. Processos psicológicos básicos do comportamento: percepção, motivação, emoção. Teorias da personalidade. A relação entre desenvolvimento e aprendizagem humanos. Categorias da Psicologia Social (linguagem, pensamento, consciência e identidade). O psicólogo e sua práxis: na escola, nas organizações e na comunidade. Psicologia e processo grupal. Psicologia e ética. Ética profissional. Educação em Saúde. SUS - Princípios, diretrizes e normatização (Leis 8.080 e 8.142/90). Saúde, direito do cidadão e dever do Estado, na Constituição Federal, e na Lei Orgânica Municipal.

Gaúcha do Norte - MT,15 de dezembro de 2014.

NILSON FRANCISCO ALÉSSIO
Prefeito Municipal

ANDREIA DAS GRAÇAS SILVA DE MORAES
Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público 002/2014

JUREMA RIBEIRO MACEDO
Comissão Organizadora

MARLENE CLARICE SCHULZ KEMPF
Comissão Organizadora

ANEXO II
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 02/2014
ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

AGENTE ADMINISTRATIVO: Trabalhar na elaboração e rescisão dos termos de compromisso e aditivos, convênios e contratos celebrados pelo órgão; Providenciar a assinatura das partes interessadas nos compromissos firmados, encaminhando ao Tribunal de Contas ou órgão de interesse, para competente registro;Redigir toda e qualquer modalidade de expediente administrativo; Realizar levantamento de dados e elaborar relatórios, mapas, quadros, tabelas, gráficos de interesse do órgão;Efetuar os controles das matérias, a pagar e/ou serviços realizados e pagos, assim como

supervisionar a emissão dos respectivos documentos comprobatórios necessários ao setor financeiro e contábil da administração.Colaborar no planejamento e execução de projetos de estruturação e reorganização de serviços de seu setor de trabalho; Auxiliar na classificação e análise contábil de documentos, efetuar lançamentos e transcrição para fichas de registro ou similares, bem como levantar dados necessários ao preparo de balanços e balancetes;Auxiliar na execução de trabalhos relacionados à organização,coordenação, classificação e controle de atividades administrativas;Exarar informações em processos administrativos e redigir documentos oficiais de caráter interno e externo. Executar serviços datilográficos de natureza complexa, na produção de documentos oficiais, onde o caráter de qualidade e exatidão são fatores importantes; Controlar o movimento de recebimentos e pagamentos efetuando,eventualmente, fechamento de movimento de caixa;Zelar pela manutenção e conservação de equipamentos e materiais sob a sua responsabilidade;Executar outras tarefas correlatas;Auxiliar na supervisão e execução de rotinas, nas unidades administrativas, a fim de propor a adoção de medidas visando a racionalização das mesmas;Proceder pesquisas e auxiliar no planejamento da administração,relativo ao interesse do órgão;Auxiliar seus superiores na resolução de problemas administrativos;Efetuar atendimento ao proposto nas expedições de processos e materiais;Montar,encaminhar, pareceres em processos, e registrar informações;Conferir documentos para efeitos de registro ou alteração de firmas;Acompanhar processos de cancelamento de firmas, exigindo os documentos obrigatórios para tal;Expedir carteira funcional e/ou comercial, através de impresso próprio, mantendo controle e elaboração de relatórios; Certificar-se dos pagamentos de taxas, nos processos retirando as guias, carimbando evistando-as; Participar da elaboração e desenvolvimento de projetos ou planos de organização, buscando maior eficiência e eficácia dos serviços; Efetuar a atualização, distribuição e redistribuição periódica da previsão físico-financeiro da alocação dos recursos recebidos e concedidos;Classificar contabilmente todos os documentos comprobatórios das operações realizadas de acordo com o Plano de Contas;Verificar, mensalmente, a exatidão dos assentamentos feitos e fazer revisão dos demonstrativos financeiros;Examinar empenhos de despesas e a existência de saldos nas dotações;Auxiliar na feitura global da Contabilidade dos impostos e na análise econômica-financeira e patrimonial;Executar todas as tarefas relacionadas com a escrituração, elaborar balancetes mensais consolidados, bem como a demonstração financeira consolidada da Prefeitura;Corrigir e ordenar os dados para o Balanço Geral e elaborar outros demonstrativos contábeis e financeiros, bem como auxiliar na elaboração do Balanço Geral da Prefeitura; Escriturar o Livro de controle bancário em que se evidencie o movimento de retiradas por cheque e de depósitos feitos, mantendo-os rigorosamente em dia;Conciliar, mensalmente, as contas dos bancos com os quais a Prefeitura mantenha transações, informando imediatamente à Gerência de Tesouraria toda e qualquer divergência encontrada;Elaborar os demonstrativos de existência física e financeira de valores sob a guarda e responsabilidade da Tesouraria, encaminhando-os à Gerência deTesouraria; Auxiliar na organização dos serviços da Tesouraria e na guarda de documentos e livros de controle;Informar processos e prontuários de pequena e alta complexidade, submetidos ao seu estudo,dentro de orientação geral;Zelar pelo sistema de informatização implantado;Processar a folha de pagamentos, manter cadastro funcional dos servidores e executar programa de treinamento; Conservar os equipamentos em perfeito estado de funcionamento, observando as instruções e recomendações técnicas dos fabricantes;Providenciar a manutenção periódica dos equipamentos sempre por pessoas legalmente habilitadas;

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE: Realizar mapeamento de sua área; Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco; Identificar área de risco;Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário;Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básica; Realizar, por meio da visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade; Estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, SOBRE a situação das família acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco;Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças;Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras;Traduzir para a ESF a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites;Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possa ser potencializados pela equipe.

AGENTE AMBIENTAL: Orientar e fiscalizar as atividades e obras para prevenção/preservação ambiental e da saúde; por meio de vistorias, inspeções e análises técnicas de locais, atividades, obras,projetos e processos, visando o cumprimento da legislação ambiental e sanitária;Promover educação sanitária e ambiental.

AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA: Compreende o conjunto de atribuições que se destinam a executar trabalhos de fiscalização no campo da higiene pública e sanitária, como inspecionar ambientes e estabelecimentos de alimentação pública, verificando o cumprimento das normas de higiene sanitária contidas na legislação em vigor; proceder à fiscalização dos estabelecimentos de venda de gêneros alimentícios, inspecionando a qualidade, o estado de conservação e as condições de armazenamento dos produtos oferecidos ao consumo; executar outras atribuições afins.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS: Executar serviços auxiliares de construção e conservação de unidades de saúde, executar tarefas de capina em geral;Efetuar serviços de carga e descarga;Executar tarefas auxiliares de carpintaria, construção e conservação de unidades de saúde,executar trabalhos de limpeza em geral, remoção e arrumação de móveis e utensílios, zelar da conservação de prédios municipais da Secretaria de Saúde;Executar trabalhos de ajardinamento, limpeza, podagens de árvores e de flores;Executar outras atividades afins.

EDUCADOR FÍSICO: Fortalecer e promover o direito constitucional ao lazer; desenvolver ações que promovam a inclusão social e que tenham a intergeracionalidade, a integralidade do sujeito, o cuidado integral e a abrangência dos ciclos da vida como princípios de organização e fomento das praticas corporais/atividades físicas; desenvolver junto à equipe de SF ações intersetoriais pautadas nas demandas da comunidade; favorecer o trabalho interdisciplinar amplo e coletivo como expressão da apropriação conjunta dos instrumentos, espaços e aspectos estruturantes da produção da saúde e como estratégia de solução de problemas, reforçando os pressupostos do apoio matricial; favorecer no processo de trabalho em equipe a organização das práticas de saúde na APS, na perspectiva da prevenção, promoção, tratamento e reabilitação;
divulgar informações que possam contribuir para adoção de modos de vida saudáveis por parte da comunidade; desenvolver ações de educação em saúde reconhecendo o protagonismo dos sujeitos na produção e apreensão do conhecimento e da importância desse último como ferramenta para produção da vida; valorizar a produção cultural local como expressão da identidade comunitária e reafirmação do direito e possibilidade de criação de novas formas de expressão e resistência sociais; primar por intervenções que favoreçam a coletividade mais que os indivíduos sem excluir a abordagem individual; conhecer o território na perspectiva de suas nuances sociopolíticas e dosequipamentos que possam ser potencialmente trabalhados para o fomento das praticas corporais/ atividade física; construir e participar do acompanhamento e avaliação dos resultados das intervenções; fortalecer o controle social na saúde e a organização comunitária como princípios de participação políticas nas decisões afetas a comunidade ou população local.

ENFERMEIRO: Prestar assistência de enfermagem ao indivíduo, à família e à comunidade em situações que requerem medidas relacionadas com a promoção, proteção e recuperação da saúde, prevenção de doenças, reabilitação de incapacitados, alívio do sofrimento e promoção do ambiente terapêutico, levando em consideração os diagnósticos e os planos de tratamento médico e de enfermagem. Zelar pela provisão e manutenção adequada de enfermagem ao paciente. Programar e coordenar todas as atividades de enfermagem que visam o bem estar do paciente. Aplicar

tratamentos prescritos, bem como participar de programas voltados à saúde pública. Executar outras atividades afins à sua unidade funcional, a partir das necessidades e demandas da área e de conformidade com as orientações dadas pela sua chefia imediata.

FISIOTERAPEUTA: executar atividades técnicas específicas de fisioterapia no tratamento de entorses, fraturas em vias de recuperação, paralisias, perturbações circulatórias e enfermidades nervosas por meios físicos, geralmente de acordo com as prescrições médicas; planejar e orientar as atividades fisioterápicas de cada paciente em função de seu quadro clínico; supervisionar e avaliar atividades do pessoal auxiliar de fisioterapia, orientando-os na execução das tarefas para possibilitar a realização correta de exercícios físicos e a manipulação de aparelhos simples; fazer avaliações fisioterápicas com vistas à determinação da capacidade funcional; participar de atividades de caráter profissional, educativa ou recreativa, organizadas sob controle médico e que tenham por objetivo a readaptação física ou mental dos incapacitados; responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo; executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

MOTORISTA: Compreende as atribuições que se destinam a dirigir veículos automotores de transporte de passageiros e cargas, para os quais não se exija habilitação em categoria superior e conservá-los em perfeitas condições de funcionamento, assim como transportar pessoas e materiais; orientar o carregamento de cargas, a fim de manter o equilíbrio do veículo e evitar danos aos materiais transportados; orientar o descarregamento de cargas; zelar pela segurança de passageiros e/ou cargas;fazer pequenos reparos de urgência; executar outras atribuições afins.

MÉDICO VETERINÁRIO: Prevenção, controle e erradicação de agravos à saúde animal e zoonoses; Tratamento das enfermidades e dos traumatismos que afetam os animais; Controle da sanidade dos produtos e subprodutos de origem animal para o consumo humano; Produção de animais (bovinos, ovinos, aves, suínos, entre outras espécies). Planejamento, direção, coordenação, execução e controle da assistência técnico-sanitária aos animais, sob qualquer título; Inspeção e fiscalização sob os pontos de vista higiênico, sanitário e tecnológico dos produtos de origem animal.

NUTRICIONISTA: Atribuições definidas através dos atos legislativos que regulamentam a profissão, como planejar, organizar, dirigir, supervisionar e avaliar os serviços de alimentação e nutrição; planejar, coordenar, supervisionar e avaliar estudos dietéticos; realizar auditoria, consultoria e assessoria em nutrição e dietética; prestar assistência e educação nutricional à coletividade ou indivíduos, sadios ou enfermos; prestar assistência dietoterápica hospitalar, ambulatorial e em nível de consultórios de nutrição e dietética, prescrevendo, planejando, analisando, supervisionando e avaliando dietas para enfermos; executar outras atribuições afins.

PSICÓLOGO: Desempenhar atividades relacionadas ao acompanhamento de avaliação de desempenho de pessoal, atuando em equipes multiprofissionais e aplicando os métodos e técnicas da psicologia aplicada ao trabalho. Atender os munícipes quando houver expressa indicação de profissionais habilitados, tais como médicos, promovendo a devida terapia com o objetivo de amenizar ou solucionar os problemas vivenciados. Promover atividades de orientação à população necessitada quanto a aspectos psicossociais. Executar outras atividades afins à sua unidade funcional, a partir das necessidades e demandas da área e de conformidade com as orientações dadas pela sua chefia imediata.

RECEPCIONISTA: Abrir e fechar as instalações do prédio da Prefeitura nos horários regulamentares e executar serviços internos e externos; Transportar documentos e materiais internamente, entre as próprias unidades da Prefeitura, ou externamente para outros órgãos ou entidades; Levar e receber correspondências e pequenos volumes; Manter arrumado o material sob sua guarda; Atender Telefonemas, controlar ligações, receber e-mails, etc; Executar pequenos mandados pessoais; Prestar informações simples, pessoalmente ou por telefone e encaminhar visitantes; Receber e transmitir recados; Executar tarefas simples de escritório, como arquivar documentos nas pastas,colocar fichas em ordem e outros; Protocolar documentos, selar correspondências e executar outras tarefas afins; Receber, controlar, armazenar os alimentos, distribuir refeições, fazer registros, controlar o material e equipamentos e executar tarefas afins;Catalogar e registrar livros de bibliotecas, através de fichas apropriadas, mantendo controle sobre os mesmos;

TÉCNICO EM ENFERMAGEM: Participar da programação da assistência de enfermagem.Executar ações assistenciais de enfermagem, exceto as privativas do Enfermeiro. Participar da orientação e supervisão do trabalho de enfermagem em grau auxiliar. Observar, reconhecer e descrever sinais e sintomas. Executar ações de tratamento simples. Prestar cuidados de higiene e conforto ao paciente. Prestar cuidados integrais a pacientes em unidades de maior complexidade técnica, sob a supervisão do Enfermeiro como: Centro Cirúrgico, Emergência, Hematologia, Hemodinâmica, Hemodiálise, Neonatologia, Obstetrícia, Oncologia, Sala de Recuperação Pós Anestésica, Urgência, Unidades de Terapia Intensiva e Unidade Intermediária. Executar tratamentos prescritos e de rotina, nas unidades de internação sob a supervisão do Enfermeiro. Zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas pela Segurança do Trabalho e pela adequada utilização dos Equipamentos de Proteção Individual - EPIs durante o seu turno de trabalho, contribuindo para a redução de riscos e ocorrência de acidentes. Executar outras tarefas correlatas à sua Unidade Funcional e a partir das necessidades e demandas da área e de conformidade com as orientações dadas pela sua chefia imediata.

TÉCNICO EM LABORATÓRIO: Realizar a limpeza das instalações, aparelhos, instrumentos e utensílios de laboratório; Executar tarefas de lavagem e esterilização de vidrarias, instrumentos e ferramentas utilizadas nos exames laboratoriais; Realizar coleta simples e preparar amostras para exame;Cultivar, criar e cuidar de espécies vegetais e animais destinadas a exames de laboratório;Auxiliar na preparação de soluções, reativas e padrões;Auxiliar ou efetuar a montagem e desmontagem de equipamentos simples de laboratório; Preencher fichas relacionadas aos trabalhos do laboratório fazendo as anotações pertinentes; Auxiliar na passagem de matérias - primas, nas suas misturas e filtrações;Executar outras tarefas afins.

Gaúcha do Norte - MT,15 de dezembro de 2014.

NILSON FRANCISCO ALÉSSIO
Prefeito Municipal

ANDREIA DAS GRAÇAS SILVA DE MORAES
Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo PúblicoSimplificado 002/2014

JUREMA RIBEIRO MACEDO
Comissão Organizadora

MARLENE CLARICE SCHULZ KEMPF
Comissão Organizadora

Publicado por:
Cely Izelde Trevisan
Código Identificador:121FBDD2

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PRECOS N. 81/2014

PREGÃO PRESENCIAL nº 138/2014
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
Processo Administrativo n. 138/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 81/2014/ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO: Nº. 138/2014/ADMINISTRAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO: Nº. 138/2014/ADMINISTRAÇÃO

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

Pelo presente instrumento, **A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o **15.072.663/0001-99**, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Edson Miguel Piovesan**, brasileiro, Prefeito Municipal e Empresário, portador da Cédula de Identidade n.º **949618-1 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **139.332.219-0O**, residente e domiciliado na Rua Manaus, n. 677-N, Bairro Centro, residente e domiciliado na Avenida Rio Arinos, S/N, Centro, na cidade de Juara-MT, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **ANDRADE E PEREIRA LTDA,** inscrita com o CNPJ sob o n. 11.087.959/0001-22, localizada á Praça dos Trabalhadores n. 182-S, Bairro Centro, Cep: 78.575-000, no município de Juara/MT, Telefone (66) 3556-1014, representada pelo Sr. Edgelson Dias de Andrade, portador do RG: 856222 SSP/MT e CPF: 630.123.831-15, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por **LOTE**, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. Futura e Eventual Aquisição de Produtos de Limpeza, Utensílios de Cozinha e Gêneros Alimentícios em Atendimento à Secretaria Municipal de Educação / EJA e AEE, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos, do Termo de Referência e quantidades estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2 - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados à partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

2.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.
2.3. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.4. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada ITEM registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a SECAD, através de Fiscal de Contratos devidamente designado no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica do município, nas questões legais.

3.2. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892, de 2013, alterado pelo Decreto nº 8.250, de 23 de maio de 2014, e na Lei nº 8.666/93.
3.2.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento. Independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
3.2.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.
3.2.3. Caso decorra licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pela órgão aderente, somado aos valores das contratações já praticadas pelo órgão gerenciador, pelos órgão participantes ou por aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 8.000,00 (oito mil reais), para cada item da Ata.

3.2.4. Todo o órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo aos valores praticados, conforme artigo 3º do Decreto nº 3.931, de 2001.

4 - DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO.

4.1 Os itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

LOTE 01 – LIMPEZA / EJA PED. 3725/14

ITEM	COD.	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUANT	V. UNT	V. TOTAL	MARCA
01	69882	**AGUA SANITARIA 1LT**	UND	50	2,55	127,50	Q BOA
02	18381	**AVENTAL DE LIMPEZA 50 X 70 CM**	UND	05	8,85	44,25	LIMPEX
03	79015	**CERA EM PASTA INCOLOR 375G**	UND	240	9,99	2.397,60	CANARIO
04	70125	**CERA LIQUIDA INCOLOR 750ML**	UND	240	2,59	621,60	COMBRILHO
05	69883	**DESINFETANTE 2LT**	UND	48	4,65	223,20	SUMMER
06	69881	**DETERGENTE 500ML**	UND	40	1,49	59,60	YPE
07	88324	**DETERGENTE EM PO, 500G**	UND	50	4,49	224,50	BRILHANTE
08	41783	**ESCOVA DE ROUPA**	UND	10	2,69	26,90	LORENZON
09	19394	**ESPONJA DE ACO 8 X 1**	PCT	40	1,39	55,60	YPE
10	43955	**ESPONJA MULTIUSO**	UND	30	0,89	26,70	TININDO
11	88706	**ESPONJA SANITARIA**	UND	10	4,25	42,50	SANTA CRUZ
12	88306	**FLANELA PARA LIMPEZA 30 X 50**	UND	20	2,09	41,80	LIMPEX
13	78208	**INSETICIDA AEROSOL 300ML**	UND	05	7,99	39,95	SBP
14	88314	**ISQUEIRO GRANDE**	UND	05	3,49	17,45	BIC
15	80504	**JOGO DE TAPETE 3/ PC, BANHEIRO**	JG	05	15,69	78,45	MULTICOLOR
16	49153	**LUSTRA MOVEIS 200ML**	UND	10	3,45	34,50	YPE
17	49156	**LUVA PARA LIMPEZA, PAR**	PAR	05	5,99	29,95	LATEX
18	83492	**PA PARA LIXO, P**	UND	05	3,99	19,95	FLORINI
19	79756	**PANO DE PRATO TIPO LIMPEX**	UND	20	2,49	49,80	LIMPEX
20	83479	**PAPEL HIGIENICO 8 X 1**	PCT	240	5,65	1.356,00	MILI
21	83484	**RODO DE MADEIRA 30 CM, C/CABO**	UND	05	3,89	19,45	SANTA CRUZ
22	77882	**RODO DE MADEIRA 60 CM, C/CABO**	UND	05	5,79	28,95	SANTA CRUZ
23	75364	**SABAO EM BARRA 200G, PCT/5**	PCT	30	5,29	158,70	YPE
24	70008	**SABONETE 90G**	UND	40	0,95	38,00	FRANCIS
25	88703	**SACO DE LIXO AZUL 50L, ROLO**	RL	20	18,99	379,80	VENCEDORA
26	88705	**SACO DE LIXO PRETO 15L, ROLO**	RL	20	16,59	331,80	VENCEDORA
27	88704	**SACO DE LIXO PRETO 30L, ROLO**	RL	20	16,59	331,80	VENCEDORA
28	88702	**SACO DE LIXO PRETO 50L, ROLO**	RL	20	18,99	379,80	VENCEDORA
29	88707	**SACO DE LIMPEZA CRU 82 X 55**	RL	20	3,49	69,80	LIMPEX
30	7863	**VASSOURA CAIPIRA C/CABO**	UND	10	13,49	134,90	CAIPIRA
31	79024	**VASSOURA NYLON C/CABO**	UND	10	7,65	76,50	LORENZON
Valor Total: R$ 7.467,30							

LOTE 02 – UTENSILIOS DOMESTICOS / EJA PED. 3726/14

ITEM	COD.	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUANT	V. UNT	V. TOTAL	MARCA
01	75279	**ABRIDOR DE LATAS INOX COM DUAS FUNCOES LATA E GARRAFA**	UND	02	2,15	4,30	ALTO GIRO
02	68578	**ASSADEIRA N. 4**	UND	02	37,49	74,98	ALOESTE
03	88721	**BACIA PLASTICA 250 ML**	UND	05	1,99	9,95	PLASNEW
04	80297	**BACIA PLASTICA 3 LT**	UND	05	3,25	16,25	PLASNEW
05	88720	**BACIA PLASTICA 80 LT**	UND	05	33,25	166,25	PLASNEW
06	78314	**BALDE PLASTICO 15 LT**	UND	05	16,65	83,23	PLASNEW
07	52397	**BALDE PLASTICO 8 LT**	UND	05	3,39	16,95	PALSNEW
08	79905	**CACAROLA ALUMINIO N. 34**	UND	02	69,45	138,90	ARARA
09	88709	**CANECA ALUMINIO N. 18**	UND	03	18,55	55,65	DOCESAR
10	88719	**COADOR DE CAFÉ FLANELA N. 6**	UND	02	2,29	4,58	PRIMAVERA
11	80296	**COADOR DE CAFÉ FLANELA N. 3**	UND	02	2,15	4,30	PRIMAVERA
12	88712	**COLHER DE MESA, C/3 UND**	CT	30	9,99	299,70	TRAMONTINA
13	77532	**COLHER DE PAU 50 CM**	UND	02	4,99	9,98	BOM JESUS
14	88713	**CONCHA ALUMINIO PARA SOPA, GRANDE**	UND	03	13,45	40,35	ACIONOX
15	75287	**CONCHA EM ACO INOX, FEIJAO, 30CM, CABO EM ACO INOX**	UND	05	10,69	53,45	ACIONOX
16	88711	**CONCHA PARA ARROZ INOX**	UND	05	7,69	38,45	DOCESAR
17	88716	**CONJUNTO POTE PLASTICO 5 PCS**	CJ	02	18,85	37,70	INPLAST
18	61633	**ESCUMADEIRA ALUMINIO**	UND	02	4,89	9,78	OMAGHINOX
19	56355	**ESPUMADEIRA INOX GRANDE**	UND	02	15,99	31,98	ACINOX
20	11454	**ESPUMADEIRA INOX C/ CABO EM MADEIRA**	UND	15	7,69	115,35	DOCESAR
21	61623	**GARRAFA TERMICA 1,8 LT, INOX**	UND	02	97,99	195,98	INVICTA
22	88714	**JARRA PLASTICA C/ TAMPA, 3,5 LT**	UND	05	8,49	42,45	JAGUAR
23	88322	**LIXEIRA PLASTICA 10 LT, C/TAMPA**	UND	05	7,99	39,95	PLASNEW
24	83482	**LIXEIRA PLASTICA 05 LT, C/TAMPA**	UND	05	4,95	24,75	PLASNEW
25	88710	**PANELA DE ALUMINIO FUNDIDO N. 36**	UND	02	145,89	291,78	CONTINENTAL
26	18402	**PANELA DE PRESSAO 7 LT**	UND	02	38,29	76,58	PANELUX
27	88708	**PASSADOR DE MACARRAO N. 22**	UND	02	19,99	39,98	MARLUX
28	69084	**PEGADOR PARA MASSA INOX**	UND	02	7,99	15,98	BRINOX
29	88715	**PENEIRA FEIJAO**	UND	04	17,49	69,96	SÃO JORGE
30	62276	**PRATO RASO**	UND	20	5,25	105,00	DURALEX
31	88717	**RALADOR INOX 4 FACES C/POTE**	UND	02	26,99	53,98	YAZI
32	88718	**RALADOR QUADRADO 4 FACES**	UND	02	6,45	12,90	BIO METAL
33	69967	**TABUA DE CARNE EM POLIETILENO 80 X 50**	UND	02	17,55	35,10	SANTA RITA
Valor Total: R$ 2.216,49							

LOTE 03 – ALIMENTOS / EJA PED. 3728/14

ITEM	COD.	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUANT	V. UNT	V. TOTAL	MARCA
01	64915	ACELGA	KG	15	3,99	59,85	FLV
02	62247	ACHOCOLATADO EM PO 400G	UND	30	2,95	88,50	MIKA
03	68471	ACUCAR CRISTAL 2KG	PCT	70	3,25	227,50	BARRALCOOL
04	75175	ALHO BRANCO	KG	25	11,99	299,75	FLV
05	74905	ARROZ BRANCO, SUBGRUPO POLIDO TIPO 1, EMBALAGEM DE 5KG	PCT	80	9,65	772,00	KOBLENZ
06	75215	BANANA NANICA	KG	50	2,29	114,50	FLV
07	68821	BATATA INGLESA	KG	150	2,65	397,50	FLV
08	7412	BETERRABA	KG	50	2,49	124,50	FLV
09	75004	BISCOITO TIPO MAISENA, EMBALAGEM 400G	PCT	40	2,89	115,60	DALLAS
10	81641	BISCOITO TIPO ROSQUINHA, EMBALAGEM 400G	PCT	40	4,99	199,60	MABEL
11	75001	BISCOITO TIPO CREAM CRACKER, EMBALAGEM 400G	PCT	30	2,89	86,70	DALLAS
12	74961	CANELA EM PO, EMBALAGEM 30G	PCT	15	2,59	38,85	MIKA
13	80017	CARNE BOVINA, ACEM RESFRIADA SEM OSSO	KG	15	13,40	201,00	JBS
14	75110	CARNE BOVINA, MUSCULO RESFRIADA	KG	15	9,89	148,35	JBS
15	81658	CARNE SUINA, COSTELINHA COM OSSO	KG	15	12,50	187,50	JBS
16	75184	CEBOLA BRANCA	KG	50	1,89	94,50	FLV
17	48992	CENOURA	KG	60	2,99	179,40	FLV
18	48990	CHARQUE BOVINO	KG	15	14,99	224,85	FLV
19	7730	CHUCHU	KG	50	3,99	199,50	FLV
20	74970	COCO RALADO NATURAL, PCT/100G	PCT	15	2,29	34,35	MENINA
21	81638	COLORIFICO EM PO, EMBALAGEM 500G	PCT	15	3,79	56,85	MIKA
22	75137	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO	KG	20	6,99	139,80	ANHAMBI
23	81651	DOCE DE FRUTAS EM PASTA CREMOSO, EMBALAGEM 400G	PT	15	4,79	71,85	INCOTRIL
24	49023	EXTRATO DE TOMATE 190G	UND	80	1,49	119,20	QUERO
25	48997	FARINHA DE MANDIOCA 1KG	PCT	25	4,99	124,75	MIKA
26	74920	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, EMBALAGEM 1KG	PCT	20	2,85	57,00	ALVALADE
27	74907	FEIJAO CARIOCA TIPO 1, EMBALAGEM 1KG	PCT	50	2,25	112,50	KOBLENZ
28	81631	FERMENTO BIOLOGICO SECO, EMBALAGEM 125G	UND	10	4,89	48,90	BIOL SAF
29	74924	FERMENTO QUIMICO, EMBALAGEM 100G	UND	10	2,09	20,90	DR. OETKER
30	74925	FUBA DE MILHO ESPECIAL, PCT 1KG	PCT	10	1,79	17,90	MIKA
31	7819	LARANJA	KG	50	1,85	92,50	FLV
32	87181	LEITE EM PO INTERAL, EMBALAGEM 400G	LT	30	12,79	383,70	NINHO
33	83495	LINGUICA MISTA	KG	15	12,60	189,00	SÃO JOSE
34	49006	MACA NACIONAL	KG	50	4,69	234,50	FLV
35	80102	MACARRAO TIPO ESPAGUETE N. 2, EMBALAGEM 500G	PCT	25	2,45	61,25	GALLO
36	74948	MACARRAO TIPO PARAFUSO, EMBALAGEM 500G	PCT	25	2,45	61,25	GALLO
37	74956	MACRRAO TIPO PENNE TRICOLOR, EMBALAGEM 500G	PCT	25	3,35	83,75	NINFA
38	75067	MARGARINA VEGETAL COM SAL, EMBALAGEM 1,0 KG	UND	20	7,39	147,80	DELICIA
39	74927	MILHO PARA PIPOCA TIPO 1, PCT 500G	PCT	15	2,19	32,85	MIKA
40	74933	MILHO VERDE EM CONSERVA, EMBALAGEM 200G	UND	15	1,39	20,85	QUERO
41	43204	OLEO DE SOJA 900ML	UND	65	2,65	172,25	SOYA
42	74972	OREGANO, EMBALAGEM 30G	PCT	15	2,95	44,25	MIKA
43	75075	PAO DE FORMA FATIADO, EMBALAGEM 500G	PCT	45	4,25	191,25	SÃO JOSE
44	81655	PAO DOCE TIPO ROSCA, UNIDADE DE APROXIMADAMENTE 50G	KG	25	11,90	297,50	SÃO JOSE
45	75076	PAO FRANCES, UNIDADE DE APROXIMADAMENTE 50G	KG	35	7,39	258,65	SÃO JOSE
46	75207	REPOLHO VERDE	KG	30	1,49	44,70	FLV
47	74995	SAL REFINADO IODADO, EMBALAGEM 1,0 KG	PCT	20	1,09	21,80	VENEZA
48	75130	SALSICHA A GRANEL	KG	15	7,49	112,35	PERDIGAO
49	77887	SARDINHA EM OLEO DE SOJA COMESTIVEL, EMBALAGEM 250G	UND	25	6,95	173,75	GOMES DA COSTA
50	75029	SUCO DE FRUTA CONCENTRADO SABOR CAJU, FRASCO 500ML	FR	20	3,15	63,00	MAGUARY
51	75032	SUCO DE FRUTA CONCENTRADO SABOR MARACUJA, FRASCO 500ML	FR	20	6,75	135,00	MAGUARY
52	75033	SUCO DE FRUTA CONCENTRADO SABOR UVA, FRASCO 500ML	FR	20	4,99	99,80	MAGUARY
53	81635	TEMPERO COMPLETO ALHO E SAL, EMBALAGEM 1,0 KG	UND	10	3,99	39,90	CASTELO
54	75210	TOMATE SALADA	KG	50	3,79	189,50	FLV
55	70277	VINAGRE BRANCO 750ML	FR	10	1,75	17,50	CASTELO
Valor Total: R$ 7.732,60							

LOTE 04 – COMPLEMENTOS ALIMENTARES, LATICINIOS E DIETÉTICOS / AEE PED. 3733/14

ITEM	COD.	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUANT	V. UNT	V. TOTAL	MARCA
01	43013	LEITE EM PO INTEGRAL 400G	LT	15	12,79	191,85	NESTLE
02	87176	ADOCANTE DIETETICO LIQUIDO, FRASCO 200ML	FR	05	6,95	34,75	ZERO CAL
03	87177	BISCOITO INTEGRAL SALGADO, EMBALAGEM 200G	PCT	40	2,15	86,00	CREAM CRACKER
04	87178	COMPLEMENTO ALIMENTAR SABOR BAUNILHA, EMBALAGEM 400G	LT	10	38,79	387,90	SUSTAGEM
05	87179	COMPLEMENTO ALIMENTAR SABOR CHOCOLATE, EMBALAGEM 400G	LT	10	34,79	347,90	SUSTAGEM
06	87180	COMPLEMENTO ALIMENTAR SABOR MORANGO, EMBALAGEM 400G	LT	15	32,99	494,85	SUSTAGEM
07	87182	LEITE EM PO A BASE DE SOJA TIPO NAN, EMBALAGEM 400G	LT	50	36,29	1.814,50	NAN
08	87183	LEITE LONGA VIDA DESNATADO UHT, EMBALAGEM 1000ML	UND	12	2,45	29,40	NENE
09	87184	LEITE LONGA VIDA SEM LACTOSE, EMBALAGEM 1000ML	UND	70	3,99	279,30	PIRACANJUBA
10	87185	SUCO A BASE DE SOJA DIVERSOS SABORES, EMBALAGEM 1000ML	UND	45	4,15	186,75	SOYA
Valor Total: R$ 3.853,20							

4.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do principio previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, fretes, treinamentos e etc.) sem ônus adicional para o perfeito cumprimento das obrigações de fornecimento e execução dos serviços de fornecimento registrados.

5 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1. A empresa licitante vendedora, assim declarada no ato de adjudicação e homologação deverá comparecer quando convocado no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura da Ata de Registro de Preços.

5.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

5.3. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar a ata de registro de preços injustificadamente será aplicada à regra seguinte: quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na Lei 8.666/93, 10.520/02 e demais disposições vigentes.

5.4. No caso de descumprimento (não assinatura), a SECAD se reserva no direito de convocar outro licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a ata, sendo este o novo detentor.

5.5. Na ata de Registro de Preço constarão todas as obrigações, direitos e deveres estabelecidos neste edital.

5.6. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência da Ata de Registro de Preços.

5.6.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser solicitado pela contratada o reequilíbrio econômico-financeiro do pacto, mediante a comprovação dos fatos previstos no artigo 65, inciso II, alínea "d" da Lei n. 8.666/93.

5.7.2. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei n. 8.666/93, serão concedidos depois de decorrido 12 (doze) meses da publicação da ata de Registro de Preço, por provocação dos Órgãos/ Entidades adesos, que deverão comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pela SECAD.

5.8. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

5.9. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a SECAD solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

5.10. Fracassada a negociação com o primeiro colocado, a SECAD poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

5.11. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

5.12. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

5.12.1. Quando o fornecedor/consignatário não cumprir as obrigações constantes no Edital e da Ata de Registro de Preços;

5.12.2. Quando o fornecedor/consignatário der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII, do art. 78 da Lei 8.666/93;

5.12.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto oriundo da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

5.12.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

5.12.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

5.13. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da Ata de Registro de Preços.

5.14. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

5.15. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas em Edital.

5.16. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento de itens, permanecendo mantido o compromisso da garantia e assistência técnica dos equipamentos entregues, anteriormente ao cancelamento.

5.17. Caso a SECAD não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

5.18. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a ata de registro de preços.

5.19. É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Secretaria de Estado de Administração.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Cumprir o objeto da contratação, entregando os produtos especificados e adjudicado no Pregão, conforme disposições contidas neste Edital e, em conformidade com o prazo de entrega, recebimento e aceitação dos produtos:
6.1.1. Prazo de entrega/execução: A CONTRATADA terá um prazo de 05 (cinco) dias consecutivos contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento para realizar a entrega dos produtos.
6.1.2. Os produtos deverão ser entregues de forma única, conforme solicitação da Contratante, no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Juara/MT, localizado à Avenida Rio Arinos, Lote 06, Quadra 02, S/N, no prazo de até 60 (sessenta) dias consecutivos contados a partir da assinatura da Ata e Emissão de Ordem de Fornecimento.
6.1.3. Os produtos recusados serão substituídos, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, sem ônus para o Órgão.

6.2. Todos os produtos deverão ser novos, de primeiro uso e estar em linha de produção, o prazo de validade deverá ser de no mínimo um ano a contar da entrega.

6.3. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

6.4. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da contratação e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte, carga e descarga, despesas com pessoal, fornecimento de equipamentos necessários em regime de comodato e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitado pela SECAD.

6.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, no objeto deste instrumento de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

6.6. Responder perante a Prefeitura de Juara/MT e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, mau acondicionamento dos produtos ou forma inadequada no seu transporte até a localidade.

6.7. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a Prefeitura de Juara/MT.

6.8. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento da contratação.

6.9. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem autorização expressa da Prefeitura de Juara/MT.

6.10. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.11. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos, de acordo com a especificação dos itens, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida.

6.12. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer Ônus toda ou parte da remessa devolvida, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, caso constatada divergência na especificação.

6.13. Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada e no local indicado, no prazo de até **05 (cinco) dias** contados a partir da assinatura da Ordem de Fornecimento.

6.14. Da garantia:

6.14.1. De acordo com a especificação do item.

6.15. Os prazos de garantia iniciar-se-ão a partir da data da emissão dos termos de recebimento definitivo dos materiais pela CONTRATANTE;

6.16. Caso seja detectado defeitos ou falhas sistemáticas em determinados materiais entregues pela CONTRATADA, a CONTRATANTE pode exigir a substituição, total ou parcial, dos referidos materiais;

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

7.2. Encaminhar ao Contratado as solicitações dos produtos e/ou equipamentos com as necessidades a serem desenvolvidas;

7.3. Fornecer ao Contratado todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto deste Edital e do Contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências;

7.4. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.7. Comunicar à contratada, por escrito e tempestivamente, sobre imperfeições, qualquer alteração, falhas ou irregularidades verificadas no produto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.8. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.9. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Edital, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

7.11. O Contrato será fiscalizado pela Sra. Flávia Cavichioli da Silva, fiscal de contratos legalmente designada, telefone: (66) 3556-9400/9401.

8 - DA ORDEM DE FORNECIMENTO

8.1. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente similar, conforme disposto no artigo 62 de Lei nº 8.666/93, e obedecidas os requisitos pertinentes do parágrafo 4º, do artigo 3º, do Decreto nº 3.931, de 2001.
8.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

8.1.2. O órgão gerenciador deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à contratação (artigo 3º, parágrafo 4º, inciso II, do Decreto nº 3.931, de 2001).

8.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Municipal, ou ainda perante as Fazendas Municipal e Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

8.3. Caso se trate de serviço de natureza continua, o contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, com base no art. 57, II da Lei n. 8666/93, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada à sessenta meses.

9 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos **ÓRGÃOS/ENTIDADES** adesos ao registro de preços.

10 - DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado à Contratada mediante crédito(s) em conta(s) corrente(s), até o 30º (trigésimo) dia contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente ordem de fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.
10.2. A nota fiscal deverá ser acompanhada da Certidão de Regularidade Fiscal;

10.3. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo constante no item 18.1 fluirá a partir da respectiva data de regularização.

10.4. O faturamento deverá ser emitido para: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, CNPJ: 15.072.663/0001-99, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, Cep: 78.575-000, na cidade de Juara/MT.

10.5. No corpo da Nota Fiscal deverá constar o número do Edital, Lote, número da Nota de Empenho e do Contrato, nome do banco, agência e conta-corrente e o nome da Unidade Destinatária.
10.6. Os valores dos produtos contratados não sofrerão reajuste contratual.

10.7. Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, os valores devidos poderão ser corrigidos, mediante solicitação da empresa a ser contratada, pela variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna- IGP-DI, coluna 2, publicada pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrido entre a data final prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização.
10.8. O contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring;

10.9. O contratante efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio do Banco do Brasil, para o banco discriminado na nota fiscal;

10.10. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças, serão de responsabilidade do contratado;

10.11. O pagamento efetuado ao contratado não isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia;

10.12. Havendo acréscimos dos quantitativos, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados;

10.13. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.
10.14. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual, não podendo este fato ensejar direito de reajustamento de preços ou a atualização monetária.

10.15. Todo e qualquer pagamento será efetuado diretamente a empresa a ser contratada, na forma estabelecida nos subitens anteriores, eximindo-se a terceiros, por títulos colocados em cobrança, descontos, ficando estabelecido que, em hipótese alguma, aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos INCONTINENTI, a pessoa jurídica que os houver apresentado.

10.16. No valor do contrato estarão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

10.17. Os valores poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

10.18. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

10.19. O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:
a) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicilio do credor;
b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso for solidário na obrigação.
c) Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças / Divisão de Cadastros.

11 – DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1.993.

11.2. O preços registrado poderá ser revisto em decorrência de redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo do serviços ou produtos registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

11.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:
11.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
11.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
11.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

11.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
11.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
11.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

11.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus anexos;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;

f) Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

12.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

12.3. Em quaisquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro de preços do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

13 - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93, a seguir discriminadas.
13.2. Quanto ao atraso para assinatura da Ata:
I – no caso de atraso até 2 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta da licitante;
II – a partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 10º (décimo) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia útil de atraso.
13.3. Quanto ao atraso para assinatura do contrato:
I – no atraso até 02 (dois) dias úteis, multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor do contrato;
II – a partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 5º (quinto) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia útil de atraso.
13.4. Por atraso injustificado na prestação de serviço:
I – para atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais cominações legais;
II – para atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinqüenta centésimos por cento) sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais cominações legais;
III – no caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.
13.5. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, poderão ser aplicadas também, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:
I – advertência;
II – multa de até 10% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Administração;
III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral por prazo não superior a 02 (dois) anos;
IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

13.6. As multas aplicadas deverão ser pagas no prazo de dez dias úteis a contar da notificação, e não sendo recolhidas nesse prazo, além de nova penalização, serão descontadas dos créditos da empresa CONTRATADA ou cobradas administrativa ou judicialmente.

13.7. As penalidades previstas acima têm caráter de sanção administrativa, consequentemente:
I – a sua aplicação não exime a empresa da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar à Administração;
II – não exclui a responsabilização judicial por atos ilícitos;
III – as penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais, quando cabíveis.

14 - DO FORO

14.1. As partes contratantes elegem o foro de Juara-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Juara-MT, 17 de Dezembro de 2014.

EDSON MIGUEL PIOVESAN
Prefeito Municipal
Contratante

Andrade e Pereira LTDA
CNPJ: 11.087.959/0001-22
SR. EDGELSON DIAS DE ANDRADE
RG: 856222 SSP/MT
CPF: 630.123.831-15
Representante Legal

TESTEMUNHA:

José Roberto Pereira Alves
Pregoeiro Oficial
Portaria GP 250/2010
Portaria GP 05/2014

Publicado por:
Jose Roberto Pereira Alves
Código Identificador:DBF1E1EB

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 247/2014

PREGÃO: Nº 093/2014 – REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **15.359.201/0001-57**, com sede administrativa na Travessa Emmanuel, nº.605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º **2003502-0-SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **340.434.891-53**, residente e domiciliado na Avenida 09 de Maio, n.º 451, Centro, na cidade de Juína-MT, oravante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa **FFK TECNOLOGIA E EMPREENDIMENTOS LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.366.731/0001-06, com sede na Av. 09 de Maio, 600 Lote 19, QD CC02, Bairro Modulo 01 CEP. 78.320-000 Juina-MT, neste ato, representada pela Sra. **Francielli Folador krefta Nascimento**, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada na Rua Guerino da Luz, s/nº - Setor Industrial CEP. 78320-000 Juina-MT, portador da Cédula de identidade RG. 1553704-8-SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº002.256.941-31, denominada simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei complementar 123/2006 e Lei complementar 147/2014, Decretos Municipais nº, 488/2006, 369/2014, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Juína, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE TORRE DE COMUNICAÇÃO, PARA INTERLIGAÇÃO DE REDE INTRANET ENTRE OS DEPARTAMENTOS E SECRETARIAS EXTERNAS E A PREFEITURA DE JUINA. MUNICIPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA.do Edital do **Pregão Presencial nº 093/2014.**

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 093/2014 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO E PAGAMENTO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.juina.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvado a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

4.5. É concedido um prazo de 03 (três) dias, contados da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura perante este Município de Juína/MT, para conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital.

4.6. Após o prazo de conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital e comprovada a manutenção das exigências da habilitação, as notas fiscais de fatura serão encaminhadas à contabilidade/tesouraria para o efetivo pagamento, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data do atesto de conformidade da nota fiscal.

4.6.1. Os pagamentos serão creditados em favor da contratada, por meio de depósito Bancário/Transferência em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DOS PREÇOS REGISTRADOS POR ITEM:

Item	Código	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	11803	LOCAÇÃO DE TORRES PARA TRANSMISSÃO DE DADOS POR PONTO DE ACESSO/RETRANSMISSÃO. Com disponibilidade de cobertura em toda área urbana do Município de Juína a fim de atender as necessidades da Prefeitura de Juína quanto a INTERLIGAÇÃO/CONSTRUÇÃO DE REDE INTRANET entre a Prefeitura Municipal de Juína e todos os Departamentos e Secretarias externas ao prédio da Administração Pública Municipal. O valor a ser pago é mensal por equipamento de transmissão/ponto de acesso instalado na torre.	Serviço	732	R$ 50,00	R$ 36.600,00
Total R$						**R$ 36.600,00**
Valor total por extenso: (Trinta e seis mil e seiscentos reais).						

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.juina.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização do fornecimento dos itens, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;
8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;
8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;
8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;
8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;
8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pelo completo e perfeito fornecimento dos itens objeto deste certame.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:
9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;
9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;
9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;
9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;
9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.
9.1.6. **Não subcontratar o objeto da presente licitação**, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.
9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;
9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Juína/MT, Departamento de Compras, situado na Travessa Emmanuel, 605, Centro, Juína/MT.
9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;
9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;
9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;
9.1.12. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;
9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.
9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;
9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Ordem de Compras.
9.1.16. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.
9.1.17. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.
9.1.18. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;
9.1.19. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;
9.1.19.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações, no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.
9.1.20. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
9.1.21. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;
9.1.22. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.
9.1.23. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às Ordens de Compra;
9.1.24. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.
9.1.25 A empresa interessada deverá ficar responsável por disponibilizar suas torres para fixação de equipamentos de Rádio para Transmissão de Dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Juína e também ficar responsável pelas manutenções nos equipamentos, eventuais trocas e ou substituições de equipamentos quando necessário desmobilizando técnico para realização das manutenções, devendo ser realizado esses serviços no prazo máximo de **2 (dois) dias** após solicitado pelo departamento de informática da Prefeitura Municipal de Juína.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

10.1. A entrega dos produtos/serviços deverão ser feitas a partir do recebimento da Ordem de Compras.
10.1.1. **O prazo de execução dos serviços solicitados é de 05 (cinco) dias** do recebimento da Ordem de Compras que poderá ser enviada também no e-mail apresentado na proposta da empresa, com confirmação de recebimento que será utilizado para contar prazo de mora.
10.1.1.1. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.
10.2. A prestação dos serviços será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, sempre mediante apresentação da Ordem Compras.
10.3. Os serviços solicitados deverão ser executados no prazo estabelecido no item 10.1.1., pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Ordem de Compras e Nota fiscal no local designado na Ordem de Compras, e quando o local for fora do perímetro urbano, no Almoxarifado Central do Município, localizado à Travessa Emmanuel, 605, Centro, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 05 (cinco) dias para aceitar o mesmo.

10.3.1. Quando o município não aceitar os serviços por estarem em desconformidade com o pactuado, será encaminhado notificação por e-mail, sendo que os itens ficarão a disposição da empresa para serem recolhidos no local onde os mesmos foram entregues, e devendo a empresa realizar a substituição em prazo não superior a 03(três) dias.
10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.
10.5. Os serviços deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas na Proposta apresentada na Licitação e serão avaliados no ato de cada entrega, através de servidor responsável designado para esse fim.
10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.
10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:
I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;
II) multa de 1% (um por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;
III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;
IV) multa de 1% (um por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até o máximo de 10%;
V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Juína-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto
perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
VII) após o 10º (décimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.
VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;
IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para o fornecimento dos itens ora contratados;
X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.
XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;
XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;
XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.
XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.
XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.
XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.
12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto municipal n.º 488/2006, 369/2014 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.
12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.
b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.
12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.
12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte:

Dotações Orçamentárias pertinentes, constantes do exercício em vigor.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Juína/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Juína- MT, 10 de dezembro de 2014.

Município de Juína-MT
CNPJ/MF n.º 15.359.201/0001-57
HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

FFK Tecnologia e Empreend.LTDA-ME
CNPJ. 04.366.731/0001-06
FRANCIELLI FOLADOR KREFTA NASCIMENTO
Representante Legal

Testemunhas:

Antonio Francisco do Nascimento
CPF/MFn.º 656.743.592-53

Valdoir Antonio Pezzini
CPF/MFn.º771.046.411-49

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:40F1A364

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 248/2014

PREGÃO: Nº 101/2014 – REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **15.359.201/0001-57**, com sede administrativa na Travessa Emmanuel, nº.605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º **2003502-0-SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **340.434.891-53**, residente e domiciliado na Avenida 09 de Maio, n.º 451, Centro, na cidade de Juína-MT, doravante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa **BASILIO S. FECHIO - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.591.164/0001-05, com sede na Rua Fernando Correa da Costa, s/n – Setor Industrial – CEP. 78.320-000 - Juina-MT, neste ato, representada pelo **Sr. Basilio Serrano Fechio**, portador da Cédula de identidade RG. 114117-SSP/MS, inscrito no CPF/MF sob o nº 273.057.751-34, denominada simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei complementar 123/2006 e Lei complementar 147/2014, Decretos Municipais nº, 488/2006, 369/2014, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Juína, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE TORNO, SOLDA, E MECANICA, PARA REALIZAR MANUTENÇÃO, E REFORMA DE CAMINHOES E MAQUINAS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICIPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA. do Edital do **Pregão Presencial nº 101/2014**.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 101/2014 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO E PAGAMENTO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.juina.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvado a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

4.5. É concedido um prazo de 03 (três) dias, contados da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura perante este Município de Juína/MT, para conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital.

4.6. Após o prazo de conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital e comprovada a manutenção das exigências da habilitação, as notas fiscais de fatura serão encaminhadas à contabilidade/tesouraria para o efetivo pagamento, que ocorrerá entre os dias 20 e 30 do mês subsequente ao recebimento definitivo do serviço.

4.6.1. Os pagamentos serão creditados em favor da contratada, por meio de depósito Bancário/Transferência em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DOS PREÇOS REGISTRADOS POR LOTES:

LOTE 01 – MANUTENÇÃO PA CARREGADEIRA PREFIXO 13.06

Item	Código	Descrição	Qtde	Unidade	Valor Unit	Valor Total
01	11926	SERVIÇO DE SOLDA E MÃO DE OBRA PARA TROCAR BASE DOS DENTES DA CONCHA E TROCAR CHAPA DE FUNDO E SOLDAR AS FACAS - DA PÁ CARREGADEIRA KOMATSU W200	1	Serviço	R$ 11.040,00	R$11.040,00
02	11927	SERVIÇO DE TORNO MANUAL, SOLDA E MÃO DE OBRA PARA ABRIR E FECHAR PÁ PARA TROCAR EMBUCHAMENTO E RECUPERAR BASE PINO INFERIOR, TROCAR ROLAMENTOS E RETENTORES DA ARTICULAÇÃO - PA CARREGADEIRA KOMATSU W200	1	Serviço	R$2.760,00	R$ 2.760,00
03	11928	SERVIÇO DE TORNO, SOLDA E MÃO DE OBRA PARA TIRAR E COLOCAR OS DOIS PISTÃO DA DIREÇÃO PARA RECUPERAR BASE DOS PINOS E TROCAR OS MESMOS E BUCHAS E ROTULAS DOS MESMO - PA CARREGADEIRA KOMATSU W200	2	Serviço	R$ 736,00	R$ 1.472,00
04	11929	SERVIÇO DE TORNO MANUAL E MÃO DE OBRA PARA RECUPERAR SEDES DOS PINOS NA CONCHA TROCAR AS BUCHAS, E FAZER DUAS SEDES DO PINO GRANDE NOVAS E DESMONTAR E MONTAR CONCHA E RECUPERAR BASES DOS PINOS DA H E TROCAR PINOS E AS BUCHAS - PA CARREGADEIRA KOMATSU W200	1	Serviço	R$ 6.900,00	R$ 6.900,00
05	11930	SERVIÇO DE TORNO, SOLDA E MÃO DE OBRA PARA RECUPERAR BASE DAS BUCHAS DA BALANÇA DO EIXO TRASEIRO E TROCAR O EMBUCHAMENTO DA MESMA - PA CARREGADEIRA KOMATSU W200	1	Serviço	R$ 3.220,00	R$ 3.220,00
Total						**R$ 25.392,00**

LOTE 02 – MANUTENÇÃO PA CARREGADEIRA PREFIXO 13.07

Item	Código	Descrição	Qtde	Unidade	Valor	Valor Total
01	11931	SERVIÇO DE SOLDA E MÃO DE OBRAR PARA TROCAR BASE DOS DENTES DA CONCHA - PÁ CARREGADEIRA VOLVO L60	1	Serviço	R$ 3.680,00	R$ 3.680,00
02	11932	SERVIÇO DE TORNO MANUAL, SOLDA E MÃO DE OBRAR PARA ABRIR E FECHAR PÁ PARA TROCAR EMBUCHAMENTO E RECUPERAR BASE PINO INFERIOR, TROCAR ROLAMENTOS E RETENTORES DA ARTICULAÇÃO - PA CARREGADEIRA VOLVO L60	1	Serviço	R$2.300,00	R$ 2.300,00
03	11933	SERVIÇO DE TORNO, SOLDA E MÃO DE OBRA PARA TIRAR E COLOCAR DOIS PISTÃO DA DIREÇÃO PARA RECUPERAR BASE DOS PINOS E TROCAR OS MESMOS E BUCHAS E ROTULAS DOS MESMO - PA CARREGADEIRA VOLVO L60	2	Serviço	R$ 552,00	R$ 1.104,00
04	11934	SERVIÇO DE TORNO MANUAL E MÃO DE OBRA PARA RECUPERAR SEDES DOS PINOS NA CONCHA, TROCAR AS BUCHAS, E FAZER DUAS SEDES DO PINO GRANDE NOVAS, DESMONTAR E MONTAR CONCHA E RECUPERAR BASES DOS PINOS DA H, E TROCAR PINOS E AS BUCHAS - PA CARREGADEIRA VOLVO L60	1	Serviço	R$ 5.520,00	R$ 5.520,00
05	11935	SERVIÇO DE TORNO, SOLDA E MÃO DE OBRA PARA RECUPERAR BASE DAS BUCHAS DA BALANÇA DO EIXO TRASEIRO E TROCAR O EMBUCHAMENTO DA MESMA - PA CARREGADEIRA VOLVO L60	1	Serviço	R$ 2.300,00	R$ 2.300,00
Total						**R$ 14.904,00**

LOTE 03 – MANUTENÇÃO PA CARREGADEIRA PREFIXO 13.08

Item	Código	Descrição	Qtde	Unidade	Valor	Valor Total
01	11921	SERVIÇO DE SOLDA E MÃO DE OBRA PARA TROCAR CHAPA SUPORTE DOS DENTES DA CONCHA E ESCARIAR E SOLDAR QUEBRADOS - PA CARREGADEIRA CAT 924 G	1	Serviço	R$ 3.680,00	R$ 3.680,00
02	11922	SERVIÇO DE TORNO MANUAL, SOLDA E MÃO DE OBRAR PARA ABRIR E FECHAR PÁ PARA TROCAR EMBUCHAMENTO E RECUPERAR BASE PINO INFERIOR, TROCAR ROLAMENTOS E RETENTORES DA 03 ARTICULAÇÃO - PA CARREGADEIRA CAT 924 G	1	Serviço	R$ 2.300,00	R$ 2.300,00
03	11923	SERVIÇO DE TORNO, SOLDA E MÃO DE OBRA PARA TIRAR E COLOCAR OS DOIS PISTÃO DA DIREÇÃO PARA RECUPERAR BASE DOS PINOS E TROCAR OS MESMOS E BUCHAS E ROTULAS DOS MESMO - PA CARREGADEIRA CAT 924 G	2	Serviço	R$ 552,00	R$ 1.104,00
04	11924	SERVIÇO DE TORNO MANUAL E MÃO DE OBRA PARA RECUPERAR SEDES DOS PINOS NA CONCHA TROCAR AS BUCHAS, E FAZER DUAS SEDES DO PINO GRANDE NOVAS E DESMONTAR E MONTAR CONCHA E RECUPERAR BASES DOS PINOS DA H E TROCAR PINOS E AS BUCHAS - PA CARREGADEIRA CAT 924 G	1	Serviço	R$5.520,00	R$ 5.520,00
05	11925	SERVIÇO DE TORNO, SOLDA E MÃO DE OBRA PARA RECUPERAR BASE DAS BUCHAS DA BALANÇA DO EIXO TRASEIRO E TROCAR O EMBUCHAMENTO DA MESMA - PA CARREGADEIRA CAT 924 G	1	Serviço	R$ 2.300,00	R$ 2.300,00
Total						**R$ 14.904,00**

LOTE 04 – MANUTENÇÃO PATROLA PREFIXO 12.11

Item	Código	Descrição	Qtde	Unidade	Valor	Valor Total
01	12055	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA E FURADEIRA PARA FAZER DOIS SUPORTES GUIAS DO GIRO DA PATROLA VOLVO 930 COM CHAPA - PREFIXO 12.11	4	Serviço	R$ 736,00	R$ 2.944,00
02	12056	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOLDA E MÃO DE OBRA PARA RECUPERAR DUAS ENGRENAGEM DO GIRO DA LAMINA DA PATROLA VOLVO 930 - PREFIXO 12.11	2	Serviço	R$ 552,00	R$ 1.104,00
03	12160	SERVIÇO DE TORNO, SOLDA E MÃO DE OBRA P/ DESMONTAR E MONTAR LAMINA P/ FAZER E TROCAR SUPORTES DA LAMINA, FAZER SUPORTES DAS BUCHAS DE DESLIZAR PREFIXO 12.11	2	Serviço	R$ 2.024,00	R$ 4.048,00
04	12161	SERVIÇO DE TORNO P/ FAZER BUCHA DE TECNIL P/ DESLIZANTE DA LAMINA DA PATROLA PREFIXO 12.11	10	Serviço	R$ 92,00	R$ 920,00
05	12162	SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DE ROLAMENTO DO TANDER DA PATROLA VOLVO G930 PREFIXO 12.11	1	Serviço	R$ 4.600,00	R$ 4.600,00
06	12163	SERVIÇO DE TORNO, TORNO MANUAL, SOLDA E MÃO DE OBRA PARA DESMONTAR E MONTAR EIXO DIANTEIRO DA PATROLA PARA TROCAR EMBUCHAMENTO PINO CENTRAL, RECUPERAR BASE DO MESMO, PINO E ROLAMENTO DAS MANGAS DE EIXO E RECUPERAR BASES DOS PINOS E BUCHAS E TROCAS DOS MESMOS, DA INCLINAÇÃO, DAS RODAS, TROCA TERMINAIS, DA BARRA DE DIREÇÃO. PREFIXO 12.11	1	Serviço	R$ 4.324,00	R$ 4.324,00
07	12164	SERVIÇO DE TORNO, SOLDA E MÃO DE OBRA P/ DESMONTAR E MONTAR CONJUNTA DA LAMINA P/ RECUPERAR BASES PINOS BUCHAS E TROCAR OS MESMOS, ENCHER E TORNEAR SUPORTES DOS PISTÕES E TROCAR BUCHAS E PINOS PREFIXO 12.11	1	Serviço	R$ 4.600,00	R$ 4.600,00
08	12165	SERVIÇO DE TORNO, TORNO MANUAL, SOLDA E MÃO DE OBRA P/ DESMONTAR E MONTAR ARTICULAÇÃO DA PATROLA P/ RECUPERAÇÃO DAS BASES DOS PINOS E DAS BUCHAS E TROCA DOS MESMOS PREFIXO 12.11	1	Serviço	R$ 3.864,00	R$ 3.864,00
09	12166	SERVIÇO DE TORNO FRESA E SOLDA COM ELETRODO LIMÁVEL PARA RECUPERAR CUBO DO FREIO DA PATROLA PREFIXO 12.11	1	Serviço	R$ 1.840,00	R$ 1.840,00
Total						**R$ 28.244,00**

LOTE 05 – MANUTENÇÃO PATROLA PREFIXO 12.12

Item	Código	Descrição	Qtde	Unidade	Valor	Valor Total
01	12167	SERVIÇO DE TORNO, TORNO MANUAL, SOLDA E MÃO DE OBRA PARA DESMONTAR E MONTAR EIXO DIANTEIRO PATROLA P/ TROCAR EMBUCHAMENTO PINO CENTRAL RECUPERAR BASE DO MESMO, PINOS E ROLAMENTOS DAS MANGAS DE EIXO E RECUPERAR BRAÇO DIREÇÃO E BASE DOS MESMOS, REFORÇAR E SOLDAR BASE DA BARRA DE INCLINAÇÃO DAS RODAS, TROCAR TERMINAIS DE DIREÇÃO RECUPERAR	1	Serviço	R$ 4.324,00	R$ 4.324,00

		PINOS DAS ROTULAS, RECUPERAR BASE DAS ROTULAS DA BARRA DE PISTÕES DA DIREÇÃO , ESCARIAR E SOLDAR QUADRADOS DO EIXO PREFIXO 12.12				
02	12168	SERVIÇO DE TORNO, SOLDA E MÃO DE OBRA PARA DESMONTAR E MONTAR LAMINA ARTICULAÇÃO DA MESMA FAZER 5 PINOS BOLA CONICOS P/ PISTÕES DA LAMINA E AJUSTAR OS MESMOS NAS BASES, SACAR E FAZER 04 PRISIONEIROS DO AGREGADO DA LAMINA, ENCHER E TORNEAR 04 PINOS DO GARFO DOS PISTÕES DA LAMINA, ESCARIAR E SOLDAR E REFORÇAR AGREGADOS DA LAMINA, ENCHER E TORNEAR BASE P/ BUCHAS DO PINO AGREGADO DA LAMINA E FAZER DUAS BASES DE FERRO, ENCHER E AJUSTAR SUPORTES DA LAMINA DE DESLIZAR LATERALMENTE, FAZER 04 PARAFUSOS P/ OS MESMOS, TROCAR ROTULAS PISTÃO DE INCLINAR LAMINA. PREFIXO 12.12	1	Serviço	R$ 4.692,00	R$ 4.692,00
03	12169	SERVIÇO DE TORNO, TORNO MANUAL, SOLDA E MÃO DE OBRA PARA TROCA DOS PINOS E BUCHAS DA ARTICULAÇÃO DA PATROLA E RECUPERAÇÃO DAS BASES DOS MESMOS PREFIXO 12.12	1	Serviço	R$ 3.956,00	R$3.956,00
Total						**R$ 12.972,00**

LOTE 06 – MANUTENÇÃO CAMINHÕES MERCEDES, VOLKSWAGEN E VOLVO - PREFIXOS 05.03 – 05.09 – 05.10 – 05.11 – 05.12 – 06.02 – 06.04 – 08.01 – 08.02

Item	Código	Descrição	Qtde	Unidade	Valor	Valor Total
01	12170	SERVIÇO DE TORNO SOLDA P/ FAZER BERÇO DE CARCAÇA CAMINHÕES MERCEDES/VOLKSWAGEN E VOLVO	12	Serviço	R$ 506,00	R$ 6.072,00
02	12171	SERVIÇO TORNO E SOLDA P/ RECUPERAR ROSCA LATERAL E PORCA DA COROA DO DIFERENCIAL MERCEDES E FUSCÃO	24	Serviço	R$ 368,00	R$ 8.832,00
03	12172	SERVIÇO DE TORNO E SOLDA P/ RECUPERAR ROSCA E PORCA DO PIÃO DAS CARCAÇAS DE DIFERENCIAL DE MERCEDES	12	Serviço	R$ 368,00	R$ 4.416,00
04	12173	SERVIÇO DE TORNO E SOLDA P/ TROCAR PONTAS DE CARCAÇAS DE CAMINHÃO MERCEDES E FUSCÃO	12	Serviço	R$ 552,00	R$ 6.624,00
05	12174	SERVIÇO DE TORNO E SOLDA P/ FAZER E TROCAR BUCHAS CEDES DOS PINOS DA CAÇAMBA E SOLDAR E FAZER PINOS NOVOS	10	Serviço	R$ 87400	R$ 8.740,00
06	12175	SERVIÇO DE TORNO PARA TORNEAR CAMPANAS DE FREIOS CAMINHÕES MERCEDES/ VOLKSWAGEN E VOLVO	30	Serviço	R$ 92,00	R$ 2.760,00
07	11941	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE MOLEJO - CAMINHÃO MERCEDES	50	Serviço	R$ 92,00	R$ 4.600,00
08	12176	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA TIRAR E COLOCAR EIXO DIANTEIRO DO CAMINHÃO MERCEDES PARA TROCAR EMBUCHAMENTO E ALARAR BUCHAS CAMINHÃO MERCEDES E VOLVO	12	Serviço	R$ 460,00	R$ 5.520,00
09	12177	SERVIÇO DE TORNO E SOLDA PARA RECUPERAR EIXOS DO S DO FREIO	30	Serviço	R$ 92,00	R$ 2.760,00
10	12178	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA TROCAR EMBUCHAMENTO DO EIXO DIANTEIRO DOS CAMINHÕES FUSCÃO	12	Serviço	R$ 368,00	R$ 4.416,00
11	12179	SERVIÇO DE TORNO E SOLDA PARA RECUPERAR BERÇO DO DIFERENCIAL DO CAMINHÃO FUSCÃO	12	Serviço	R$ 414,00	R$ 4.968,00
Total						**R$ 59.708,00**

LOTE 07 – REFORMA COMPACTADORES DE LIXO - PREFIXOS 09.02 – 09.03 – 09.04

Item	Código	Descrição	Qtde	Unidade	Valor	Valor Total
01	11774	SERVIÇO DE SOLDA E MÃO DE OBRA PARA REFORMA DO FUNDO DE COMPACTADOR, PRENSA DE LIXO COM TROCA DE CHAPAS E PINTURA- CAMINHÃO DE LIXO	3	Serviço	R$9.200,00	R$ 27.600,00
Total						**R$ 27.600,00**

LOTE 08 – MANUTENÇÃO CAMINHÕES MERCEDES, PREFIXOS 05.13 – 05.14 – 05.15 – 05.16 - 05.17

Item	Código	Descrição	Qtde	Unidade	Valor	Valor Total
01	11936	SERVIÇO DE TORNO E SOLDA PARA FAZER BERÇO DE CARCAÇA - CAMINHÃO MERCEDES	4	Serviço	R$ 506,00	R$ 2.024,00
02	11937	SERVIÇO DE TORNO E SOLDA PARA RECUPERAR ROSCA LATERAL DA PORCA DA COROA DO DIFERENCIAL - CAMINHÃO MERCEDES	8	Serviço	R$ 368,00	R$ 2.944,00
03	11938	SERVIÇO DE TORNO E SOLDA PARA RECUPERAR ROSCA E PORCA DO PIÃO - CAMINHÃO MERCEDES	4	Serviço	R$ 368,00	R$ 1.472,00
04	11939	SERVIÇO DE TORNO E SOLDA PARA TROCAR PONTAS DE CARCAÇAS- CAMINHÃO MERCEDES	4	Serviço	R$ 552,00	R$ 2.208,00
05	11940	SERVIÇO DE TORNO PARA TORNEAR CAMPANAS DE FREIO - CAMINHÃO MERCEDES	3	Serviço	R$ 92,00	R$ 276,00
06	11941	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE MOLEJO - CAMINHÃO MERCEDES	100	Serviço	R$ 92,00	R$ 9.200,00
07	11942	SERVIÇO TORNO E SOLDA P/ FAZER E TROCAR BUCHAS CEDES DOS PINOS DA CAÇAMBA E SOLDAR E FAZER PINOS NOVOS - CAMINHÃO MERCEDES	4	Serviço	R$ 874,00	R$ 3.496,00
Total						**R$ 21.620,00**

LOTE 09 – MANUTENÇÃO FD9 PREFIXO 15.01

Item	Código	Descrição	Qtde.	Unidade	Valor	Valor Total
01	**11746**	**SERVIÇO DE RECUPERAR RODA GUIA**	2	Serviço	R$ 782,00	R$ 1.564,00
02	11747	SERVIÇO DE RECUPERAR ROLETE SUPERIOR	4	Serviço	R$ 276,00	R$ 1.104,00
03	11748	SERVIÇO DE RECUPERAR ROLETE INFERIOR SIMPLES	6	Serviço	R$ 395,60	R$ 2.373,60
04	11749	SERVIÇO DE RECUPERAR ROLETE INFERIOR DUPLO	6	Serviço	R$ 432,40	R$ 2.594,40
05	11750	SERVIÇO DE TROCA DE PINOS E BUCHAS	2	Serviço	R$ 414,00	R$ 828,00
06	11751	SERVIÇO DE TIRAR E COLOCAR SAPATA	2	Serviço	R$ 276,00	R$ 552,00
07	11752	SERVIÇO DE EMBUCHAMENTO COMPLETO DA LAMINA COM MATERIAL	1	Serviço	R$ 7.360,00	R$ 7.360,00
08	11753	SERVIÇO DE TIRAR E COLOCAR CORRENTES	2	Serviço	R$ 119,60	R$ 239,20
09	11754	SERVIÇO DE TIRAR E COLOCAR TRUCKS	2	Serviço	R$ 165,60	R$ 331,20
10	11755	SERVIÇO DE TIRAR E COLOCAR ROLETES	16	Serviço	R$ 32,20	R$ 515,20
11	11756	SERVIÇO DE TIRAR, AJUSTAR, ALINHAR E COLOCAR RODA GUIA	2	Serviço	R$ 414,00	R$ 828,00
12	11757	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA TROCAR PINOS E ROTULAS E EMBUCHAMENTO CENTRAL DA BARRA	2	Serviço	R$ 460,00	R$ 920,00
13	11759	SERVIÇO DE TORNO E SOLDA E MÃO DE OBRA PARA ENCHER E TORNEAR DOIS GARFO SUPORTE PISTÃO DA LAMINA. TROCAR AS BUCHAS, ENCHER E TORNEAR AS SEDES DAS BUCHAS NOS PISTÃO HIDRÁULICO	2	Serviço	R$ 460,00	R$ 920,00
14	11761	SERVIÇO PARA TROCAR O REPARO DA GRAXA DO ESTICADOR DA CORRENTE	2	Serviço	R$ 92,00	R$ 184,00
15	11762	SERVIÇO DE SOLDA PARA SODAR GARRA DE SAPATA	40	Serviço	R$ 36,80	R$ 1.472,00
16	11763	SERVIÇO DE TIRAR, ENDIREITAR E COLOCAR OS PEITOS DE AÇO	3	Serviço	R$ 59,80	R$ 179,40
17	11765	SERVIÇO DE SOLDA PARA TROCA DE ARO DAS RODAS MOTRIZES	2	Serviço	R$ 736,00	R$ 1.472,00
18	11766	SERVIÇO DE ALINHAR HASTE E GARFO DAS RODAS GUIAS	2	Serviço	R$ 248,40	R$ 496,80
19	11767	SERVIÇO DE MAO DE OBRA PARA TIRAR E COLOCAR MOLDA TENSORA DA CORRENTE	2	Serviço	R$ 404,80	R$ 809,60
20	11768	SERVIÇO DE MECÂNICA PARA REVISAR COMANDOS FINAIS E PACOTES E FREIO	1	Serviço	R$ 2.760,00	R$ 2.760,00
21	11769	SERVIÇO DE SOLDA E MAO DE OBRA PARA ESCARIAR E SOLDAR QUEBRADOS DA LAMINA	1	Serviço	R$ 1.380,00	R$ 1.380,00
22	11770	SERVIÇO DE SOLDA E MÃO DE OBRA PARA COLOCAR PROTEÇÕES NOS TRUCKS	2	Serviço	R$ 110,40	R$ 220,80
23	11771	SERVIÇO TORNO E SOLDA PARA ENCHER E TORNEAR MUNHÃO DO U DA LAMINA	2	Serviço	R$ 478,40	R$ 956,80
24	11772	SERVIÇO TORNO E SOLDA PRA ENCHER E TORNEAR EIXO DOS TRUCKS E FAZER BUCHAS	2	Serviço	R$ 1.380,00	R$ 2.760,00
25	11773	SERVIÇO DE TROCA DE REPAROS DOS PISTÕES DA LAMINA	2	Serviço	R$ 184,00	R$ 368,00
Total						**R$ 33.189,00**

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.juina.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização do fornecimento dos itens, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pelo completo e perfeito fornecimento dos itens objeto deste certame.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. **Não subcontratar o objeto da presente licitação**, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Juína/MT, Departamento de Compras, situado na Travessa Emmanuel, 605, Centro, Juína/MT.

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Ordem de Compras.

9.1.16. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.17. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.18. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.19. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.19.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações, no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.20. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.21. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.22. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.23. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às Ordens de Compra;

9.1.24. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.1.25. Os serviços deverão ser executados nas dependências da empresa vencedora do certame ou outro local, conforme necessidade da secretaria de infraestrutura, a empresa deverá observar os critérios de segurança previsto na legislação.

9.1.26. O fornecedor registrado deverá fornecer os produtos e peças necessários à realização dos serviços.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

10.1. A execução dos serviços deverá ser iniciada a partir do recebimento da Ordem de Compras.

10.1.1. **A execução dos serviços deverá acontecer em até 15 dias,** conforme solicitação da secretaria, após o recebimento da Ordem de Compras que poderá ser enviada também no e-mail apresentado na proposta da empresa, com confirmação de recebimento que será utilizado para contar prazo de mora.

10.1.1.1. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.2. A aquisição dos serviços será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, sempre mediante apresentação da Ordem Compras.

10.3. Os serviços solicitados deverão ser entregues no prazo estabelecido no item 10.1.1., pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Ordem de Compras e Nota fiscal no local designado na Ordem de Compras, e quando o local for fora do perímetro urbano, no Almoxarifado Central do Município, localizado à Travessa Emmanuel, 605, Centro, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 05 (cinco) dias para aceitar o mesmo.

10.3.1. Quando o município não aceitar os serviços por estarem em desconformidade com o pactuado, será encaminhado notificação por e-mail, sendo que os itens ficarão a disposição da empresa para serem recolhidos no local onde os mesmos foram entregues, e devendo a empresa realizar a substituição em prazo não superior a 03(três) dias.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. Os produtos deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas na Proposta apresentada na Licitação e serão avaliados no ato de cada entrega, através de servidor responsável designado para esse fim.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 1% (um por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 1% (um por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até o máximo de 10%;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Juína-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto
perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 10º (décimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para o fornecimento dos itens ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto municipal n.º 488/2006, 369/2014 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.
b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.
12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.
12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte:

Dotações Orçamentárias pertinentes, constantes do exercício em vigor.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Juína/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Juína-MT, 12 de dezembro de 2014 .

Município de Juína-MT
CNPJ/MF n.º 15.359.201/0001-57
HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Basilio S. Fechio - ME
CNPJ. 09.591.164/0001-05
BASILIO SERRANO FECHIO
Representante Legal

Testemunhas:

Renato Paulo Tozzo
CPF/MFn.º913.663.051-91

Valdoir Antonio Pezzini
CPF/MFn.º771.046.411-49

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:03B224A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N°249/2014

PREGÃO: Nº 102/2014 – REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **15.359.201/0001-57**, com sede administrativa na Travessa Emmanuel, nº.605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º **2003502-0-SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **340.434.891-53**, residente e domiciliado na Avenida 09 de Maio, n.º 451, Centro, na cidade de Juína-MT, doravante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR e Sra. **LUZIANE APARECIDA SIQUEIRA**, portador do CPF. sob o nº 028.318.431-03, com sede na Av. Hilda Lourdes Pedrotti, 550 –Bairro Modulo 01 - CEP. 78.320-000 Juina-MT, denominada simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei complementar 123/2006 e Lei complementar 147/2014, Decretos Municipais nº, 488/2006, 369/2014, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Juína, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA E FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE OFICINAS, MONITORIA E INTRUTORIA DE CURSOS A SEREM OFERECIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, DO MUNICIPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA. do Edital do **Pregão Presencial nº 102/2014**.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 102/2014 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO E PAGAMENTO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.juina.mt.gov.br.
4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.
4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvado a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.
4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.
4.5. É concedido um prazo de 03 (três) dias, contados da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura perante este Município de Juína/MT, para conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital.
4.6. Após o prazo de conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital e comprovada a manutenção das exigências da habilitação, as notas fiscais de fatura serão encaminhadas à contabilidade/tesouraria para o efetivo pagamento, que ocorrerá entre os dias 20 e 30 do mês subsequente ao recebimento definitivo do serviço.
4.6.1. Os pagamentos serão creditados em favor da contratada, por meio de depósito Bancário/Transferência em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.
5.2. DOS PREÇOS REGISTRADOS POR ITEM:

Item	Código	Descrição	Unidade	Formação Mínima	Qtde.	Valor Unit.	Valor Total
1	11971	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTRUTOR ESPORTIVO - TODAS AS MODALIDADES DE JOGOS ESPORTIVOS	Hora Serviço	Ensino Fundamental	1400	R$ 9,50	13.300,00

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:
a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;
c) houver razões de interesse público.
6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.
6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.juina.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:
8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:
8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;
8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização do fornecimento dos itens, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;
8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;
8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;
8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;
8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;
8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pelo completo e perfeito fornecimento dos itens objeto deste certame.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:
9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;
9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;
9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;
9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;
9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.
9.1.6. **Não subcontratar o objeto da presente licitação**, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.
9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;
9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Juína/MT, Departamento de Compras, situado na Travessa Emmanuel, 605, Centro, Juína/MT.
9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;
9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;
9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;
9.1.12. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;
9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.
9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;
9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Ordem de Compras.
9.1.16. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.17. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.
9.1.18. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;
9.1.19. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;
9.1.19.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações, no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.
9.1.20. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
9.1.21. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;
9.1.22. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.
9.1.23. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às Ordens de Compra;
9.1.24. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.
9.1.25. Os serviços deverão ser produzidos (arte gráfica inclusa) e instalados com a base nos locais designados pela prefeitura municipal sem custo adicional para o município.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS
10.1. A execução dos serviços deverá ser iniciada a partir do recebimento da Ordem de Compras.
10.1.1. **Os serviços deverão ser iniciados em até 5 (cinco) dias**, após o recebimento da ordem de compras, conforme solicitação da secretaria, nas quantidades estipuladas na ordem de compra, que poderá ser enviada também no e-mail apresentado na proposta da empresa, com confirmação de recebimento que será utilizado para contar prazo de mora.
10.1.1.1. O prazo de inicio poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.
10.2. A prestação dos serviços será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, sempre mediante apresentação da Ordem Compras.
10.3. Os serviços solicitados deverão ser iniciados no prazo estabelecido no item 10.1.1., pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Ordem de Compras e Nota fiscal no local designado na Ordem de Compras, e quando o local for fora do perímetro urbano, no Almoxarifado Central do Município, localizado à Travessa Emmanuel, 605, Centro, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 05 (cinco) dias para aceitar o mesmo.
10.3.1. Quando o município não aceitar os serviços por estarem em desconformidade com o pactuado, será encaminhado notificação por e-mail, sendo que os itens ficarão a disposição da empresa para serem recolhidos no local onde os mesmos foram entregues, e devendo a empresa realizar a substituição em prazo não superior a 03(três) dias.
10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos serviços solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.
10.5. Os serviços deverão ser executados conforme especificações e disposições contidas na Proposta apresentada na Licitação e serão avaliados no ato de cada entrega, através de servidor responsável designado para esse fim.
10.6. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES
11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:
I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;
II) multa de 1% (um por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;
III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;
IV) multa de 1% (um por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até o máximo de 10%;
V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Juína-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto
perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
VII) após o 10º (décimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.
VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;
IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para o fornecimento dos itens ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.
XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;
XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;
XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.
XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.
XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.
XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.
12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto municipal n.º 488/2006, 369/2014 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.
12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.
b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.
12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.
12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte:

Dotações Orçamentárias pertinentes, constantes do exercício em vigor.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Juína/MT.
E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Juína- MT, 15 de dezembro de 2014 .

Município de Juína-MT
CNPJ/MF n.º 15.359.201/0001-57
HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

LUZIANE APARECIDA SIQUEIRA
CPF. Nº 028.318.431-03

Testemunhas:

Leandro Honorio de Oliveira
CPF/MFn.º010.824.361-35

Valdoir Antonio Pezzini
CPF/MFn.º771.046.411-49

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:0D6A4789

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N°250/2014

PREGÃO: Nº 102/2014 – REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **15.359.201/0001-57**, com sede administrativa na Travessa Emmanuel, nº.605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º **2003502-0-SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **340.434.891-53**, residente e domiciliado na Avenida 09 de Maio, n.º 451, Centro, na cidade de Juína-MT, doravante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR e Sr. **EDILEI AUGUSTO VIEIRA**, portador do CPF. sob o nº 982.496.811-34, com sede na Rua Torixoreu, 20 – Bairro Modulo 05 - CEP. 78.320-000 - Juina-MT, denominada simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei complementar 123/2006 e Lei complementar 147/2014, Decretos

Municipais nº, 488/2006, 369/2014, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Juína, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA E FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE OFICINAS, MONITORIA E INTRUTORIA DE CURSOS A SEREM OFERECIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, DO MUNICIPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA. do Edital do **Pregão Presencial nº 102/2014**.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 102/2014 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO E PAGAMENTO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.juina.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvado a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

4.5. É concedido um prazo de 03 (três) dias, contados da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura perante este Município de Juína/MT, para conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital.

4.6. Após o prazo de conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital e comprovada a manutenção das exigências da habilitação, as notas fiscais de fatura serão encaminhadas à contabilidade/tesouraria para o efetivo pagamento, que ocorrerá entre os dias 20 e 30 do mês subsequente ao recebimento definitivo do serviço.

4.6.1. Os pagamentos serão creditados em favor da contratada, por meio de depósito Bancário/Transferência em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DOS PREÇOS REGISTRADOS POR ITEM:

Item	Código	Descrição	Unidade	Formação Mínima	Qtde.	Valor Unit.	Valor Total
2	6918	PRESTACAO DE SERVICO DE INSTRUTOR DE INFORMATICA (SCFV) - PADRE DUILIO	Hora Serviço	Ensino Médio	1400	R$ 14,80	20.720,00

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.juina.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização do fornecimento dos itens, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pelo completo e perfeito fornecimento dos itens objeto deste certame.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. **Não subcontratar o objeto da presente licitação**, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;
9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Juína/MT, Departamento de Compras, situado na Travessa Emmanuel, 605, Centro, Juína/MT.
9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;
9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;
9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;
9.1.12. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;
9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.
9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;
9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Ordem de Compras.
9.1.16. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.
9.1.17. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.
9.1.18. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;
9.1.19. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;
9.1.19.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações, no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.
9.1.20. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
9.1.21. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;
9.1.22. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.
9.1.23. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às Ordens de Compra;
9.1.24. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.
9.1.25. Os serviços deverão ser produzidos (arte gráfica inclusa) e instalados com a base nos locais designados pela prefeitura municipal sem custo adicional para o município.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS
10.1. A execução dos serviços deverá ser iniciada a partir do recebimento da Ordem de Compras.
10.1.1. **Os serviços deverão ser iniciados em até 5 (cinco) dias**, após o recebimento da ordem de compras, conforme solicitação da secretaria, nas quantidades estipuladas na ordem de compra, que poderá ser enviada também no e-mail apresentado na proposta da empresa, com confirmação de recebimento que será utilizado para contar prazo de mora.
10.1.1.1. O prazo de inicio poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.
10.2. A prestação dos serviços será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, sempre mediante apresentação da Ordem Compras.
10.3. Os serviços solicitados deverão ser iniciados no prazo estabelecido no item 10.1.1., pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Ordem de Compras e Nota fiscal no local designado na Ordem de Compras, e quando o local for fora do perímetro urbano, no Almoxarifado Central do Município, localizado à Travessa Emmanuel, 605, Centro, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 05 (cinco) dias para aceitar o mesmo.
10.3.1. Quando o município não aceitar os serviços por estarem em desconformidade com o pactuado, será encaminhado notificação por e-mail, sendo que os itens ficarão a disposição da empresa para serem recolhidos no local onde os mesmos foram entregues, e devendo a empresa realizar a substituição em prazo não superior a 03(três) dias.
10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos serviços solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.
10.5. Os serviços deverão ser executados conforme especificações e disposições contidas na Proposta apresentada na Licitação e serão avaliados no ato de cada entrega, através de servidor responsável designado para esse fim.
10.6. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES
11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:
I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;
II) multa de 1% (um por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;
III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 1% (um por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até o máximo de 10%;
V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Juína-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto
perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
VII) após o 10º (décimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.
VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;
IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para o fornecimento dos itens ora contratados;
X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.
XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;
XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;
XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.
XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.
XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.
XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.
12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto municipal n.º 488/2006, 369/2014 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.
12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.
b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.
12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.
12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte:

Dotações Orçamentárias pertinentes, constantes do exercício em vigor.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Juína/MT.
E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Juína- MT, 15 de dezembro de 2014 .

Município de Juína-MT
CNPJ/MF n.º 15.359.201/0001-57
HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

EDILEI AUGUSTO VIEIRA
CPF. Nº 982.496.811-34

Testemunhas:

Leandro Honorio de Oliveira
CPF/MFn.º010.824.361-35

Valdoir Antonio Pezzini
CPF/MFn.º771.046.411-49

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:32872A83

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N°251/2014

PREGÃO: Nº 102/2014 – REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **15.359.201/0001-57**, com sede administrativa na Travessa Emmanuel, nº.605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º **2003502-0-SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **340.434.891-53**, residente e domiciliado na Avenida 09 de Maio, n.º 451, Centro, na cidade de Juína-MT, doravante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR e Sra. **TAINARA CRISTINA FERMIANO,** portador do CPF. sob o nº 059.154.051-77, com sede na Av. Hilda Lourdes Pedrotti – Bairro Modulo 01 - CEP. 78.320-000 Juina-MT, denominada simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei complementar 123/2006 e Lei complementar 147/2014, Decretos Municipais nº, 488/2006, 369/2014, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Juína, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA E FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE OFICINAS, MONITORIA E INTRUTORIA DE CURSOS A SEREM OFERECIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, DO MUNICIPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA. do Edital do **Pregão Presencial nº 102/2014**.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 102/2014 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO E PAGAMENTO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.juina.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvado a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

4.5. É concedido um prazo de 03 (três) dias, contados da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura perante este Município de Juína/MT, para conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital.

4.6. Após o prazo de conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital e comprovada a manutenção das exigências da habilitação, as notas fiscais de fatura serão encaminhadas à contabilidade/tesouraria para o efetivo pagamento, que ocorrerá entre os dias 20 e 30 do mês subsequente ao recebimento definitivo do serviço.

4.6.1. Os pagamentos serão creditados em favor da contratada, por meio de depósito Bancário/Transferência em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DOS PREÇOS REGISTRADOS POR ITEM:

Item	Código	Descrição	Unidade	Formação Mínima	Qtde.	Valor Unit.	Valor Total
3	12156	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTRUTOR ESPORTIVO - TODAS AS MODALIDADES DE JOGOS ESPORTIVOS II	Hora Serviço	Ensino Fundamental	1400	R$ 9,50	13.300,00

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.juina.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização do fornecimento dos itens, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;
8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;
8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;
8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;
8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;
8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pelo completo e perfeito fornecimento dos itens objeto deste certame.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:
9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;
9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;
9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;
9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;
9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.
9.1.6. **Não subcontratar o objeto da presente licitação**, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.
9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;
9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Juína/MT, Departamento de Compras, situado na Travessa Emmanuel, 605, Centro, Juína/MT.
9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;
9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;
9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;
9.1.12. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;
9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.
9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;
9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Ordem de Compras.
9.1.16. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.
9.1.17. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.
9.1.18. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;
9.1.19. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;
9.1.19.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações, no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.
9.1.20. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
9.1.21. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;
9.1.22. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.
9.1.23. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às Ordens de Compra;
9.1.24. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.
9.1.25. Os serviços deverão ser produzidos (arte gráfica inclusa) e instalados com a base nos locais designados pela prefeitura municipal sem custo adicional para o município.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

10.1. A execução dos serviços deverá ser iniciada a partir do recebimento da Ordem de Compras.
10.1.1. **Os serviços deverão ser iniciados em até 5 (cinco) dias**, após o recebimento da ordem de compras, conforme solicitação da secretaria, nas quantidades estipuladas na ordem de compra, que poderá ser enviada também no e-mail apresentado na proposta da empresa, com confirmação de recebimento que será utilizado para contar prazo de mora.
10.1.1.1. O prazo de inicio poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.
10.2. A prestação dos serviços será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, sempre mediante apresentação da Ordem Compras.
10.3. Os serviços solicitados deverão ser iniciados no prazo estabelecido no item 10.1.1., pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Ordem de Compras e Nota fiscal no local designado na Ordem de Compras, e quando o local for fora do perímetro urbano, no Almoxarifado Central do Município, localizado à Travessa Emmanuel, 605, Centro, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 05 (cinco) dias para aceitar o mesmo.
10.3.1. Quando o município não aceitar os serviços por estarem em desconformidade com o pactuado, será encaminhado notificação por e-mail, sendo que os itens ficarão a disposição da empresa para serem recolhidos no local onde os mesmos foram entregues, e devendo a empresa realizar a substituição em prazo não superior a 03(três) dias.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos serviços solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.
10.5. Os serviços deverão ser executados conforme especificações e disposições contidas na Proposta apresentada na Licitação e serão avaliados no ato de cada entrega, através de servidor responsável designado para esse fim.
10.6. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:
I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;
II) multa de 1% (um por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;
III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;
IV) multa de 1% (um por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até o máximo de 10%;
V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Juína-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto
perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
VII) após o 10º (décimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.
VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;
IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para o fornecimento dos itens ora contratados;
X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.
XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;
XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;
XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.
XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.
XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.
XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.
12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto municipal n.º 488/2006, 369/2014 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.
12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.
b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.
12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.
12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte:

Dotações Orçamentárias pertinentes, constantes do exercício em vigor.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Juína/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Juína- MT, 15 de Dezembro de 2014 .

Município de Juína-MT
CNPJ/MF n.º 15.359.201/0001-57
HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

TAINARA CRISTINA FERMIANO
CPF. 059.154.051-77

Testemunhas:

Leandro Honorio de Oliveira
CPF/MFn.º010.824.361-35

Valdoir Antonio Pezzini
CPF/MFn.º771.046.411-49

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:D72B27BA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N° 879/2014

DATA - 16/12/2014

SÚMULA:...Dispõe sobre aumento salarial dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso.

O Senhor **ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE,** Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º) – Fica concedido aumento salarial de 12% (doze por cento) a título de reajuste salarial aos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Marcelândia.

Parágrafo Único - Em virtude do disposto no caput deste artigo ficam alterados os anexos V e VI da Lei n°770/2011- Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Marcelândia, que passam a serem substituídos pelos anexos integrantes desta Lei. .

Artigo 2°) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir do dia 1° de janeiro de 2015, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Paço Municipal, Marcelândia - MT, 16 de dezembro de 2014.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

ANEXO – V

QUADRO DE SALÁRIOS

CARGOS EFETIVOS - CE

CARGOS TÉCNICOS, ADMINISTRATIVOS, AUXILIARES, OPERACIONAIS E MANUTENÇÃO

VALORES EXPRESSOS EM - R$ -										
REFERÊNCIA	**GRAUS**									
CE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**I**	**J**
CE – 01	752,64	782,74	814,05	846,61	880,04	915,70	952,32	990,42	1.030,03	1.071,24
CE – 02	903,16	939,29	976,86	1.015,94	1.056,57	1.098,84	1.142,79	1.188,50	1.236,04	1.285,48
CE - 03	2.508,80	2.609,15	2.713,51	2.822,05	2.934,94	3.052,33	3.174,43	3.301.40	3.433,46	3.570,80
CE –04	3.763,20	3.913,72	4.070,27	4.233,08	4.402,41	4.578,50	4.761,64	4.952,11	5.150,19	5.356,20

ANEXO – VI

QUADRO DE SALÁRIOS

CARGOS EM COMISSÃO - CC

CARGOS DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO

REFERÊNCIA	VALORES EXPRESSOS EM R$
	Vencimento Base/Mensal
CC – 01	903,16
CC – 02	1.630,72
CC – 03	2.132,48
CC – 04	2.508,80
CC – 05	3,763,20
CC - 06	4.766,72

Publicado por:
Fabiana Aparecida Schenatto
Código Identificador:D297FC37

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

CONTRATADAS: **EMPRESAS AGUILERA AUTOPEÇAS LTDA**, **PNEUS VIA NOBRES LTDA**, **A. M. DE ABREU & CIA LTDA-ME** E **HANNELIESE REITER PATTIS – EPP**
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10987/2014,
MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2014 VALIDADE: 12 (DOZE)

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. Aquisição por meio de Registro de Preço de pneus novos de 1ª linha, câmara e protetores de aro para manutenção da frota de veículos e máquinas pesadas da Prefeitura Municipal, visando atender todas as secretarias Municipais.
1.2. A presente aquisição foi realizada por meio de processo licitatório, na modalidade de Pregão nº 045 - Registro de Preço, observando os dispositivos legais, notadamente os princípios da lei no 10.520, de 17 de julho de 2002, pela lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e pelas condições e exigências estabelecidas em Edital.
1.3. Observadas as condições estabelecidas no Edital de Pregão nº 045/2014, respectivo Termo de Referência e seus anexos.
1.4. Este instrumento não obriga o Município de Nossa Senhora do Livramento a firmar contratação na totalidade estimada.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
2.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Obras.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO
4.1. A CONTRATADA deve entregar os materiais no prazo de até 05 dias após o recebimento da Ordem de fornecimento expedida pelo CONTRATANTE.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO CONTRATADO
5.1 O preço, a quantidade e a especificação dos materiais registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela no anexo I:

5.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:
a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;
b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

5.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

5.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)
6. CLÁUSULA SEXTA DA EXECUÇÃO DO OBJETO
6.1.O fornecimento dos materiais deverá se fazer nas condições, quantidades, qualidade, e demais exigências estabelecidas no Edital de Pregão Presencial n° 045/2014, seus respectivos Anexos, e na proposta da **CONTRATADA, atendendo as ordens de fornecimento emanadas pela Secretaria Municipal de Obras.**

6.2. O fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade do órgão, com prazo de entrega não superior a 03 (três) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço ou da assinatura do instrumento de contrato, se for o caso.

6.3. Após a emissão da ordem de fornecimento ou requisição fornecida pela prefeitura, a empresa vencedora terá o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis para a entrega dos materiais de consumo.

6.4. O fornecimento será efetuado, obedecendo-se às seguintes exigências:
a) Os pneus ofertados devem atender plenamente às especificações técnicas e as condições estabelecidas neste Termo de Referência;
b) Os pneus devem ser certificados pelo Inmetro;
c) Os pneus propostos devem ser novos, de primeiro uso e 1ª linha;
d) Os pneus devem ter sido fabricados a no máximo seis meses da data do empenho.

e) Não serão aceitas propostas de preço de pneus recauchutados e/ou remoldados e/ou recapados;
f) O Contratado deverá assumir inteira responsabilidade pela entrega que efetuar, de acordo com
as especificações constantes do Edital e anexos, bem como da respectiva proposta, obedecendo ao Código de Defesa do Consumidor quanto às condições dos pneus entregues;
g) Efetuar a troca imediata do material entregue, objeto desta licitação, que estiver fora das especificações contidas na proposta, ou em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para a adquirente.
h) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantidos os preços inicialmente contratados.

6.5. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO
6.5.1. Os bens serão recebidos:
6.5.1.1. A PREFEITURA terá o prazo de até **03 (três) dias** para aceitar os produtos entregues pela CONTRATADA, **sendo que os materiais serão recebidos da seguinte forma:**

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos materiais de consumo com a especificação;
b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais de consumo e conseqüente aceitação, quando a nota fiscal será atestada e remetida para pagamento;
c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.
d) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
e) Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantidos os preços inicialmente contratados.
f) Em caso de irregularidade não sanada pelo fornecedor, a Comissão/servidor reduzirá a termos os fatos ocorridos e encaminhará ao órgão competente para providências de penalização.
g) As aquisições de fornecimentos decorrentes do Registro de Preços serão feitas de acordo com a necessidade e conveniência das Secretarias municipais, através das Unidades Administrativas, mediante a emissão de requisição de fornecimento, acompanhada da nota de empenho.
h) Este instrumento não obriga à contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas, podendo a Administração Municipal, promover a aquisição de acordo com suas necessidades, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência, em igualdade de condições.
i) Os materiais adquiridos deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Obras e Infra – Estrutura, sendo que as despesas de seguro, taxas, frete ou transporte dos produtos serão por conta da CONTRATADA.
j) Os produtos adquiridos deverão ter Certificados pelo INMETRO.

6.5.2. DA GARANTIAS

A) Em caso de defeitos ou falhas, constatados nos produtos, a CONTRATADA terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da comunicação feita pela CONTRATANTE, para substituir os produtos com defeitos, sob pena de ser multado em 10% do valor do contrato a cada dia que ficarem sem substituir o produto.

B)Os materiais deverão possuir garantias mínimas prevista em lei, contra vícios e defeitos de fabricação, de no mínimo 48 (quarenta e oito) meses.

C)Em caso de irregularidade não sanada pelo fornecedor, a Comissão/servidor reduzirá a termos os fatos ocorridos e encaminhará ao órgão competente para providências de penalização.
7. CLÁUSULA SETIMA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
7.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões e prazos estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, de acordo com as especificações do termo de referência e Edital do Pregão 045/2014, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

7.2. Manter durante a vigência do Contrato as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

7.3. Responder e indenizar às suas expensas, quaisquer danos causados à Contratante ou a terceiros em decorrência do cumprimento do Contrato.

7.4. Fornecer os bens conforme estipulado no edital e de acordo com a proposta apresentada e a necessidade da secretaria, mediante apresentação de Ordem de Fornecimento.

7.5. Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, tributários e quaisquer outros resultantes da execução do Contrato, os quais já estão incluídos no custo total, ficando a Contratante isenta do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução do instrumento contratual.

7.6. Emitir a nota fiscal/fatura, obrigatoriamente em concordância com a nota de empenho, a fim de que não seja protelado o pagamento da despesa, sob pena de ser exigido da Contratada o refaturamento.

7.7. O prazo fixado para a entrega dos materiais deverá ser cumprido rigorosamente. O não cumprimento implicará na aplicação das penalidades previstas na Cláusula décima-primeira desta ata.

7.8. O recebimento e o acompanhamento dos prazos para a entrega dos materiais serão feitos por prepostos especialmente designados para sua fiscalização, conforme descrito na Cláusula Quinta deste Contrato.

7.9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, salvo mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;

7.10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando do fornecimento do objeto;

7.11. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da entrega, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

7.12. A falta de funcionários não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

7.13. Comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

7.14. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

7.15. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercida por esta Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento;

7.16. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

7.17. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

7.18. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

7.19. A Contratada não poderá transferir as obrigações assumidas neste contrato a terceiros, sem o conhecimento e expressa autorização da Contratante.

7.20. Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10° (décimo) dia útil do contrato poderá ser rescindida.

7.21. A garantia dos produtos deverão obedecer os mesmos critérios dos fabricantes.

7.22. A licitante vencedora deverá fornecer o objeto em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com este Termo de Referência e à proposta de preços apresentada.

7.23. Para fornecimento dos produtos, registrados na ARP-Ata de Registros de Preços, que deverá estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração.

7.24. A contratada **deverá fornecer** pneus novos, de primeira linha, os quais serão requisitados à medida que seja necessária sua reposição nos veículos da frota, mediante formulário próprio de Ordem de Fornecimento, emitido pelo encarregado responsável.

7.25. A contratada **deverá entregar o**s pneus solicitados no Almoxarifado Central do Município, localizado à Rua Ana Feliciana, s/n, Centro – Nossa Senhora do Livramento – MT, das 07:00 às 13:00 hs., na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até **03 (três) úteis** dias para aceitar os materiais.

7.26. A contratada deverá efetuar a entrega dos produtos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da requisição e nota de empenho, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

7.27. A contratada deverá se responsabilizar pela qualidade, quantidade e segurança dos produtos ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, assim como pela adequação do mesmo às exigências deste Termo de referência.

7.28. Todos os serviços de entrega deverão estar inclusos no preço dos produtos, sem quaisquer ônus para este município.

7.29. Não serão aceitos pneus recondicionados ou reciclados.

7.30. Os pneus deverão possuir as garantias mínimas prevista em lei, contra vícios e defeitos de fabricação;

7.31. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

7.32. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

7.33. Em caso de constatação de defeito nos produtos fornecidos, a Contratada obriga-se a substituir a unidades do item em questão, no prazo 2 (dois) dias úteis, a reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, sem ônus adicional para a Contratante, sem o que será convocada a segunda classificada, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93 e artigos 20 e 56 a 80 do Código de Defesa do Consumidor.

7.34. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

7.35. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a **CONTRATANTE** não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

7.36. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade dos produtos e serviços fornecidos pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências da Ata, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento;

8.2. Fornecer à empresa contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

8.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos no Edital e na proposta;

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8.5. Notificar por escrito, a empresa contratada, de toda e qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento;

8.6. Disponibilizar local para a entrega dos materiais.

8.7. O objeto do presente Contrato poderá sofrer alterações em suas quantidades, conforme previsto no artigo 65 da Lei 8666/93 e suas alterações posteriores.

8.8. A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento se reserva o direito de fiscalizar e pedir justificativas quanto à qualidade e demais condições do fornecimento, através de pessoas previamente designadas, que poderão rejeitar, no todo ou em parte, o(s) material(s).

9. CLÁUSULA NONA DO REAJUSTE DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso ou negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

10. CLÁUSULA DÉCIMA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;
b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;
d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
e) Por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da Contratada, relativas ao fornecimento.

10.6. Caso a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, o seu exclusivo critério, poder suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a contratada a multas, consoante o *caput* e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho.

11.2. Na seguinte forma:
a) Atraso de até 5 (cinco) dias para retirada da ordem de fornecimento ou nota de empenho, multa de 2 % (dois por cento);

b) A partir do 6º (sexto) dia até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

11.3. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

11.4. Se a contratada recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:
a) Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;
b) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 2 (dois) anos, e;
c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
d) A licitante contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

11.5. As multas previstas nesta seção não eximem a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

11.6. O artigo 14 do Decreto 3.555/2000 prevê aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 cinco anos ao licitante que ensejar o retardamento do certame e também comportar-se de modo inidôneo.

11.6.1. A penalidade prevista é de caráter eminentemente grave. E cabe ressaltar na forma do art. 14 do Decreto 3.555/2000 que pode vir a ser aplicada, independentemente da celebração prévia de contrato entre a Administração e o licitante. Pode a pena decorrer da própria conduta do licitante no curso do procedimento licitatório, pelo uso de artifícios e demandas meramente protelatórias, que atentem contra o principio da celeridade, apontado no *caput* do art. 4º do referido Decreto.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DOS ILÍCITOS PENAIS

12.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

PROGRAMA	PROJETO/ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE
2264	Manutenção do Transporte Escolar – Salário Educação	33.90.30.00 – Material de Consumo	439
2068	Manutenção do Transporte Escolar – FUNDEB 40%	33.90.30.00 – Material de Consumo	138
2065	Manutenção do Transporte Escolar – PNATE	33.90.30.00 – Material de Consumo	440
2045	Manutenção Encargos da Educação	33.90.30.00 – Material de Consumo	66
2030	Manutenção e Encargos Saúde	33.90.30.00 – Material de Consumo	192
2067	Manut. das Ativ. Hospitalar/Ambulatorial - MAC	33.90.30.00 – Material de Consumo	239
2071	Manutenção das Ações do PSF	33.90.30.00 – Material de Consumo	215
2022	Manut. da Sec. de Ação Social	33.90.30.00 – Material de Consumo	145
2004	Manut. das Atividades da Secretaria	33.90.30.00 – Material de Consumo	41
2276	Manut. de Máquinas e Veículos	33.90.30.00 – Material de Consumo	394
2278	Recuperação e Manut. de Construção de Estradas Vicinais	33.90.30.00 – Material de Consumo	400

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA FORMA DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mensalmente até o décimo dia útil de cada mês, pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, conforme emissão da ordem de fornecimento, acompanhada da nota fiscal emitida em nome da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

14.2. A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

14.3. Deverá a Contratada apresentar juntamente com a Nota Fiscal, comprovante de regularidade FGTS e INSS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011.

14.4. Junto à apresentação das notas fiscais, a licitante vencedora, uma vez adjudicada, deverá apresentar todos os dados bancários, como: Nome e Número do Banco, Número Agência, Número da Corrente, devidamente ativa, em nome do fornecedor.

14.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

14.6. Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

14.7. A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada.

14.8. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

14.9. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

14.10. Nenhum pagamento isentará a Contratante das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do(s) material(s).

14.11. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

14.12. A Contratante poderá recusar o(s) material (s) quando:
14.12.1. Nota fiscal com especificação e quantidades em desacordo com o discriminado no edital;
14.12.2. Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos do edital.

14.13. O pagamento será creditado em favor do(s) fornecedor (es) através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

14.14. Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de email institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

14.15. Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

14.16. Conforme o protocolo ICMS 42/09, Cláusula 2ª, alterado pelo protocolo ICMS 1/2011 ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações destinadas à Administração Pública direta ou indireta.

14.17. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subseqüente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão nº 045/2014 e seus anexos e as propostas das classificadas.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 15 de Dezembro de 2014.

Contratante:
CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Contratados:
Aguilera Autopeças LTDA,
CNPJ:37.525.771/0005-36,
Representado Pelo
SRº. JOSÉ CARLOS PIROTA,
RG: 850.645 SSP/MT e CPF: 559.414.781-00
Gerente Administrativo

Pneus Via Nobres LTDA
CNPJ: 01.976.860/0001-28,
Representado Pelo
SRº ARNALDO PINTO DE ANDRADE, BRASILEIRO,
RG: 20295014/SSP/MT e CPF: 113.875.958-90

A. M. de Abreu & Cia LTDA-ME
CNPJ: CNPJ nº 18.523.063/0001-98
Representada Pela
SENHORA ANA MARIA DE ABREU,
RG: nº 1433071-7 SSP/MT e CPF-MF nº 951.204.321-15

Hanneliese Reiter Pattis – EPP
CNPJ: 10.638.136/0001-85, inscrição Estadual nº 13.367.196-8
Representada pelo
SENHORA HANNELIESE REITER PATTIS,
RG:12571083 e CPF:052.314.719-84

TESTEMUNHAS:
Nome:
Identidade nº

Nome:
Identidade nº:

ANEXO I
PREGÃO 045/2014

À EMPRESA:
AGUILERA AUTO PECAS LTDA/CASTRILLON AUTO PECAS
Endereço: AV GOV JULIO CAMPOS, 3863 N° 3863
Bairro: JD GLORIA Cidade: VARZEA GRANDE
CNPJ/CPF: 37.525.771/0005-36

Seq.	Descrição	Un.	Qtde.	Marca	Valor Unit.	Total
1	PNEU 900X20 14 BFT 595 LISO	Un.	145	ROTA 21	R$ 720,00	R$ 104.400,00
2	PROTETOR DE AR 20 7.0 900/1000 R20 ABC	Un.	250	TORTUGA	R$ 21,21	R$ 5.302,50
3	PROTETOR DE ARO 16 650/700/750R16ABC	Un.	70	TORTUGA	R$ 26,00	R$ 1.820,00
						111.522,50

À EMPRESA:
HANNELISE REITER PATTIS
Endereço: AV HISTORIADOR RUBENS DE MENDONCA 1919 N° 0
Bairro: ALVORADA Cidade: CUAIBA
CNPJ/CPF: 10.638.136/0001-85

Seq.	Descrição	Un.	Qtde.	Marca	Valor Unit.	Total
1	CAMARA DE AR 1400/1300-24 TR 220A FE2525	Un.	30	BRASTUBE	R$ 154,00	R$ 4.620,00
2	CAMARA DE AR 17. 25 TRJ1175CFE2525	Un.	25	BRASTUBE	R$ 198,00	R$ 4.950,00
3	CAMARA DE AR 900/20	Un.	250	BRASTUBE	R$ 65,00	R$ 16.250,00
4	PNEU 17,5X25 SUP GG LD - L2 S/G 12 L	Un.	20	ODYKING	R$ 2.645,00	R$ 52.900,00
5	PNEU 175/70 R13 82T	Un.	80	FATE	R$ 165,00	R$ 13.200,00
6	PNEU 185/70R 14 88H ER 300	Un.	25	FATE	R$ 219,00	R$ 5.475,00
7	PNEU 215/75R 17,5 FS 557	Un.	240	FATE	R$ 660,00	R$ 158.400,00
8	PNEU 275/80R 22,5 R297	Un.	50	FATE	R$ 1.184,00	R$ 59.200,00
9	PROTETOR DE ARO 25R390MMABC	Un.	40	RUZZI	R$ 134,00	R$ 5.360,00
VALOR TOTAL: R$ 320.355,00						

À EMPRESA:
A M DE ABREU & CIA LTDA -ME
Endereço: RUA VINTE E CINCO DE DEZEMBRO N° 165
Bairro: CENTRO SUL Cidade: VARZEA GRANDE
CNPJ/CPF: 18.523.063/0001-98

Seq.	Descrição	Un.	Qtde.	Marca	Valor Unit.	Total
1	PNEU 1000 R20 BORR	UN	20	JK	R$ 1.365,00	R$ 27.300,00
2	PNEU 12.5 80/18	UN	10	SAFEGUARD	R$ 900,00	R$ 9.000,00
VALOR TOTAL: 36.300,00						

EMPRESA:
PNEUS VIA NOBRE LTDA
Endereço: AV MUTIRAO QD J 16 LOTE 12E N° 2929
Bairro: SETOR MARISTA Cidade: GOIANA
CNPJ/CPF: 01.976.860/0001-28

Seq.	Descrição	Un.	Qtde.	Marca	Valor Unit.	Total
1	CAMARA 12,.5 80/18	UN	20	MAGNUN	R$ 80,00	R$ 1.600,00
2	CAMARA DE 1000 R20	UN	20	MAGNUN	R$ 75,00	R$ 1.500,00
3	CAMARA DE AR 750 R16 BL	UN	80	MAGNUN	R$ 35,00	R$ 2.800,00
4	PNEU 1400X24 12L SUPER GG RB G-2	UN	20	PIRELLI	R$ 1.945,00	R$ 38.900,00
5	PNEU 235/75 R15 110/107R	UN	35	PIRELLI	R$ 410,00	R$ 14.350,00
6	PNEU 750X16 LISO 12 L BFT595	UN	70	PIRELLI	R$ 404,00	R$ 28.280,00
7	PNEU 900X20 14L T615 BORR	UN	105	PIRELLI	R$ 771,00	R$ 80.955,00
VALOR TOTAL						R$ 168.385,00
TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: R$ 636.562,50 (Seiscentos e Trinta e Seis Mil Quinhentos de Sessenta e Dois Reais e Cinqüenta Centavos)						

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:56DB4E29

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM

PREFEITURA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 029/2014/CMDCA.

"Dispõe sobre deliberação ocorrida em reunião extraordinária realizada no dia 12 de dezembro de 2014."

Considerando que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do município de Nova Mutum - MT, criado pela lei nº 1.350/2010, órgão deliberativo de todas as ações de atendimento à Política Municipal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes, no uso de suas legais atribuições,

RESOLVE:

Artigo 1º - APROVAR a publicação da lista dos cadastros efetuados para posterior matricula nas creches "Centro Municipal de Educação Infantil Monteiro Lobato" (Bairro Jardim II) e "Centro Municipal de Educação Infantil Pequenos Brilhantes" (Jardim Ágata), conforme segue na lista em anexo.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua assinatura, revogada as disposições em contrário e será afixado em local de costume.

Nova Mutum - MT, 12 de dezembro de 2014.

EDMAR DE SOUZA NASCIMENTO
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ALUNOS CONTEMPLADOS PARA REALIZAREM A MATRICULA NO CMEII PEQUENOS BRILHANTES					
ALUNO (A)	NASCIMENTO	MAE	PAI	TURMA	PERIODO
ALICE DOS SANTOS SILVA		TRANSFERIDO PEQUENO APRENDIZ		INFANTIL III A	INTEGRAL
ANA CLARA ELESBÃO OSTELONY ALVES	10/09/2011	ELAINE FERREIRA ELESTÃO	CASSIO OSTELONY ALVES	INFANTIL III A	INTEGRAL
ANNA CLARA LIMA COSTA	15/11/2011	MAYARA DE LIMA FERREIRA	MARCELO ADRIANO UMBELINO	INFANTIL III A	INTEGRAL
ARTHUR MIGUEL ARRUDA DE ALMEIDA		TRANSFERIDO MAE AMIGA		INFANTIL III A	INTEGRAL
DAVI SANTANA DE SOUZA RODRIGUES	25/03/2012	BARNOSA KAROLYNNE ALCARENGA	ALBRAÃO DE SOUZA RODRIGUES	INFANTIL III A	INTEGRAL
DAVID GABRIEL N.DA COSTA		TRANSFERIDO RECANTO DOS ENCANTOS		INFANTIL III A	INTEGRAL
EDUARDO DE SOUZA ROSA BEZUBE	04/01/2012	ARYELLY TASSIANE FERREIRA DE SOUZA	CLEBERSON ROSA BEZUBE	INFANTIL III A	INTEGRAL
EDUARDO GABRIEL C.DA SILVA		TRANSFERIDO RECANTO DOS ENCANTOS		INFANTIL III A	INTEGRAL
ENZO SILVA DE ALMEIDA D. SOUZA	23/03/2012	GIZENE SILVA DE ALMEIDA	AFONSO DALBERTO SOUZA	INFANTIL III A	INTEGRAL
ESTHEFANY OLIVEIRA RAMOS		TRANSFERIDO PEQUENO APRENDIZ		INFANTIL III A	INTEGRAL
EVA VITORIA ROIO QUEIROZ	28/02/2012	ELISANGELA APARECIDA RAIO	FRANCO MARQUES QUEIROZ	INFANTIL III A	INTEGRAL
GABRIEL ALMEIDA DE MORAES		TRANSFERIDO MAE AMIGA		INFANTIL III A	INTEGRAL
GABRIELLA COSTA ALVES		TRANSFERIDO MAE AMIGA		INFANTIL III A	INTEGRAL
GUILHERME OLIVEIRA GUTH	16/09/2011	CLAUDIA PEREIRA DE OLIVEIRA	CLAUDIOMAR GUTH	INFANTIL III A	INTEGRAL
GUSTAVO CESAR FORCELINE SILVA	06/05/2011	CLARENICE FORCELINE	AUGUSTO CESAR ROSALINO	INFANTIL III A	INTEGRAL
KETELLYN VITORIA C. DA COSTA		TRANSFERIDO RECANTO DOS ENCANTOS		INFANTIL III A	INTEGRAL
LAUANE VITORIA PEREIRA MARTINS		TRANSFERIDO MAE AMIGA		INFANTIL III A	INTEGRAL
LUIZ FERNANDO DOS S. RICHTER CRUZ	17/10/2011	DILENE DOS SANTOS	LAURI RICHTTER CRUZ	INFANTIL III A	INTEGRAL
MATHEUS FAVOLINA B.CARDOSO	29/06/2011	SILVANA PEROVANO FAVALENA	ROBERNEI BARBOSA CARDOSO	INFANTIL III A	INTEGRAL
PEDRO JORGE DE ARAUJO SILVA		TRANSFERIDO RECANTO DOS ENCANTOS		INFANTIL III A	INTEGRAL
RENATA CAMILLY DE L.SANTOS OLIVEIRA	05/12/2011	BERULINA LITA DE MORAES	RENATO ALVES DE OLIVEIRA	INFANTIL III A	INTEGRAL
SOFHIA VIEIRA DE SOUZA		TRANSFERIDO RECANTO DOS ENCANTOS		INFANTIL III A	INTEGRAL
VINICIUS BRITO NUNES	29/10/2011	CELIA SALES DE BRITO	JOELMAR PEREIRA NUNES	INFANTIL III A	INTEGRAL
VITOR RODRIGUES ARRUDA DA GUIA		TRANSFERIDO PEQUENO APRENDIZ		INFANTIL III A	INTEGRAL
YASMIN ANTONIELLY ARANTES	20/03/2012	KAREN REGINA NELZ ALVES	LUCIANO DE SOUZA ARANTES	INFANTIL III A	INTEGRAL

ALUNOS CONTEMPLADOS PARA REALIZAREM A MATRICULA NO CMEII PEQUENOS BRILHANTES					
ALUNO (A)	NASCIMENTO	MAE	PAI	TURMA	PERIODO
Ana Julia Martins dos Santos	29/06/2011	Fabilina Martins da Silva	Francisco Pereira dos Santos	Inf.III B	Matutino
Ana Julia Rocha dos Santos	18/11/2011	Sielei Joaquim da Rocha	Josenildo Lourenço dos Santos	Inf.III B	Matutino
Angelo Gustavo da Silva	09/12/2011	Queren Hapuque Rodrigues da Silva	Francisco Guilherme Pereira da Silva	Inf.III B	Matutino
Ariane da Silva Cruz	10/07/2011	Rosana da Silva	Maurini da Silva cruz	Inf.III B	Matutino
Arthur Araujo Alves	12/02/2012	Dalciane Coelho Araujo	Fabio dos Santos Alves	Inf.III B	Matutino
Bruno Gabriel Pedroso de Miranda	26/09/2011	Neidiane Rosa Pedroso	Joacir Pinho de Miranda	Inf.III B	Matutino
Carlos Henrique de campos Silva	04/01/2012	Rosinete Nascimento de Campos	Osvair Carlos da Conceição	Inf.III B	Matutino
Cassia Silva dos Santos	30/05/2011	Roseli Aparecida Silva	Ademir Bueno dos Santos	Inf.III B	Matutino
Eloá Rafaeli Barbosa Oliveira	09/07/2011	Elis Regina Mendes	Leandro Marcio Silva	Inf.III B	Matutino
Eloyse Sabrina dos Santos Dantas	16/02/2012	Luana Araujo dos Santos	Francisco Andre Pinto Dantas	Inf.III B	Matutino
Evillyn Vitória Dias	17/03/2012	Zenilda roseli do Bomdespacho	Waldenor Benedito Dias	Inf.III B	Matutino
Gabriela Vissovatti	27/04/2011	Cristiane Frank	Gilmar Vissovatti	Inf.III B	Matutino
Guilherme Alves dos Santos	08/07/2011	Rosana dos Santos	Luciano Alves Ferreira	Inf.III B	Matutino
Kleber Vinicius Pereira do Prado	25/11/2011	Juliana da RochaPereira	Valdemirferreira do Prado	Inf.III B	Matutino
Luis Gabriel Santana da Silva	24/08/2011	Poliana dos Santos Santana	Elizandro Souza da Silva	Inf.III B	Matutino
Luiza de Sousa Aroucha	12/03/2012	Joanilde Pereira de Sousa	Pedro dos Santos Correia	Inf.III B	Matutino
Maísa Dias Ascari	16/11/2011	Cristiane da Silva Dias Ascari	Adriano ascari	Inf.III B	Matutino
Mariane milena Rizzo de Brito	23/03/2012	Silvana Rizzo miranda	Lucio Tiago de Brito	Inf.III B	Matutino
Miguel Angelo da Rosa Brignoni	27/01/2012	Ticiane Sibele da Rosa	Rafael Brignoni	Inf.III B	Matutino
Pablo Willyan Carvalho de Almeida	02/03/2012	Dara Cristina Ribeiro carvalho	Jacson Gomes de Almeida	Inf.III B	Matutino
Paola Zanela	17/01/2012	Edileia da Silva Costa	Mauricio Zanela	Inf.III B	Matutino
Thaiane de Nascimento	05/10/2011	Lia Maro Prass Kurtz	Devide Batista de Carvalho	Inf.III B	Matutino
Thauany evellyn Cordeiro Ferreira	30/01/2012	Adelina Rodrigues Cordeiro	Marcos Ferreira	Inf.III B	Matutino
Wellington Bruno Silva de Oliveira	31/03/2012	Aline Aparecida da Silva	Diego bruno da Silva	Inf.III B	Matutino

ALUNOS CONTEMPLADOS PARA REALIZAREM A MATRICULA NO CMEII PEQUENOS BRILHANTES					
ALUNO (A)	NASCIMENTO	MAE	PAI	TURMA	PERIODO
Amanda Rafaelly Paim de Carvalho	01/03/2012	Graciela de Oliveira Paim	Anderson Jose de Carvalho	Inf.III C	Vespertino
André Luiz Frutuoso Rosa	13/09/2011	Marta Cacilda Frutuoso	Marinaldo Rosa	Inf.III C	Vespertino
Ariane Silva Gonçalves	11/09/2011	Josiane Damasceno Silva	Francisco Lino Gonçalves	Inf.III C	Vespertino
Daffne Vitoria teixeira Souza	30/07/2011	Marcelo Tatiane Teixeira	Abrão Bruno Alcides Souza	Inf.III C	Vespertino
Davys Lucas Rodrigues Evangelista	22/11/2011	Mariana Rodrigues Pereira	Donizete Francisco Evangelista	Inf.III C	Vespertino
Eloysa Victória de Souza Bondespacho	12/03/2012	Lucimara Aparecida de Souza	Ervino Hugney do Bondespacho	Inf.III C	Vespertino
Enthony Lucas Correia	01/06/2011	Ticiane Macedo Gomes Correia Soares	Antonio Roberto Correia Soares	Inf.III C	Vespertino
Erika Daniele Alexandre da Silva	10/03/2012	Daniela Tamires Moreira da Silva	Erivaldo Alexandre da Silva	Inf.III C	Vespertino
Gabriela Piaseski		*Transferido Pequeno Aprendiz		Inf.III C	Vespertino
Isabelly pereira Ramalho	27/01/2012	Ana Paula Pereira Cabral Ramalho	Fábio Ramalho de Lucena	Inf.III C	Vespertino
Isadora da Mata Del Bauco	08/08/2011	Tatiane Gomes da Mata	Augusto de Barros Del Bauco	Inf.III C	Vespertino
Jorge Henrique Bonfim de Almeida	14/11/2011	Luciane Ferreira Bonfim	Rafael Luiz de Almeida	Inf.III C	Vespertino
Kayla Giovanna da Silva Pedrozo	16/05/2011	Roseli Valeriano da Silva	João Paulo da Silva	Inf.III C	Vespertino
Laysa Sofia santos Deodato	03/07/2011	Lilia Morgana da Silva Santos	Alex Silvino Deodato	Inf.III C	Vespertino
Leandro Trindade de Oliveira Lino	23/01/2012	Soeli Trindade de Oliveira Lino	Fabricio dos Santos Lino	Inf.III C	Vespertino
Lorrainy gabriela Borges Almeida	10/08/2011	Rosiane Borges	ailton Antonio de Almeida	Inf.III C	Vespertino
Lucas Eduardo Castanha Zang	20/09/2011	Gleiciane Lopes Castanha	Julio CesarZang	Inf.III C	Vespertino
Luiz Otávio Hominiuky de Arruda	20/09/2011	Ana Paula Hominiuky	Edson Silva de Arruda	Inf.III C	Vespertino

Marcos Vinicius Soares de Amorim	23/11/2011	Maria Marta Silva Soares	Edson Alves de Amorim	Inf.III C	Vespertino
Vitor Rodrigues Arruda da Guia	26/12/2011	Tereza de Arruda	Rodrigo Fernando da Guia	Inf.III C	Vespertino
Vitória de Jesus da Costa	19/07/2011	Marinalva Lemes de Jesus	Claudecir Moreira da Costa	Inf.III C	Vespertino
Willians Pecho da Silva	28/06/2011	Angela Maria da Silva	Jose Willians da Silva	Inf.III C	Vespertino
Yasmim Alves da Cruz	10/11/2011	Elizandra Alves de Souza	Marcelino Aparecido da Cruz	Inf.III C	Vespertino
Yasmim Oliveira Tavares	06/04/2011	Jaqueline de Oliveira Tavares	Adão Tavares Junior	Inf.III C	Vespertino

CADASTROS PARA VAGA ANO LETIVO 2015
CMEII MONTEIRO LOBATO

INFANTIL I PERÍODO INTEGRAL

	NOME	NASCIMENTO	NOME DO RESPONSÁVEL	CONTATO
01	Isabelly Maria Silva Nascimento	12/10/2013	Pamela/Hélio	9618.8099
02	Amabilly Vitória da Silva Borges	02/11/2013	Dionéia/Josimar	9667.0875/9975.7113
03	Victor Hugo Soares da Silva	24/08/2013	Fabíola/Alexandro	9669.3029/9949.2578
04	Juliano Rodrigues de Araújo	16/06/2013	Fabrícia	9664.0383/3308.7000
05	Maria Fernanda Gomez Messias	14/05/2013	Débora	9679.1848/3308.7000
06	Willian Gonçalves de Queiroz	09/09/2013	Angela/Eberton	9998.4446
07	Maria Vitória da Silva Nunes	04/07/2013	Tassia/Renan	9639.1296/3308.3915
08	João Henrique Santana	27/12/2013	Daniely/Romário	9647.2085/9626.4225
09	João Pedro Oliveira Dal Evedove	17/10/2013	Miriã	9976.4597/9933.8012
10	Laura Vitória Cecon Provin	29/05/2013	Emanuela/Cleomar	9986.2803/3308.4630
11	Isabely Nunes Gebauer (BF)	13/06/2013	Viviane/Laurenildo	9691.7402/3308.5400
12	Yzabelli Karolliny Santos Oliveira	03/10/2013	Zaneti/Valter	9638.5254/9920.8991
13	Miguel Emílio Lemes e Silva	29/06/2013	Alair/Jeiro	9901.6562/9937.0481
14	Geovana Teresa Pacheco Gomes	05/01/2014	Márcia/Felix	9919.1069/9695.5168
15	Ana Clara Rodrigues Mario	21/01/2014	Milene/Natalício	9984.0715
16	Felipe Bloot Raimundi	03/11/2013	Natália	9941.9987/3308.1300
17	Raphael Macedo Lopes de Lima	17/04/2013	Andressa/Adilson	9937.4737/3308.5400
18	Arthur Gabriel Rodrigues da Silva	03/09/2013	Camila/Elisandro	9695.1275/9681.9670
19	Sophia Vitória de Souza e Paula Mendes	08/11/2013	Jaqueline/José	9975.4557/9641.9125
20	Adão Carlos Moreira dos Santos	06/06/2013	Aline/Gilberto	9691.2716/9691.3105
21	Luiz Felipe Rodrigues Wunsch	01/08/2013	Jackline/Vando	3308.2656
22	Henrique José Serapião Manfio	26/11/2013	Flancimara/Valentin	9663.0133
23	André Luiz Taques Evangelista (BF)	02/01/2014	Evania	9947.2031/9920.8991
24	Yuri Felipe Serpa da Silva	20/01/2014	Eliane/Mardone	9242.1336
25	Arthur Waechper Viana	09/08/2013	Akelli/Elias	9665.4167/3308.1891
26	Maria Bethânia Rocha	10/03/2013	Maria José	9938.9189
27	Alisson de Jesus Filho	15/10/2013	Gleiciane/Alisson	9604.8584/9988.6822
28	Antony Gabriel Almeida Oliveira	09/12/2013	Simone/Rogério	9909.9294
29	Giulia Coppieters Cruz	05/04/2013	Jerusa/Rafael	9939.0177

INFANTIL I PERÍODO MATUTINO

01	Sofia Mendes Mello	08/02/2013	Kallen/Cristiano	9664.9711

INFANTIL I PERÍODO VESPERTINO

01	*Sofia Cossetin de Brito	04/05/2013	Débora/Daniel	9965.1445
02	Maria Luiza Sato Previatti	21/05/2013	Suzana/Leonardo	9991.7989/9912.6780
03	Gusttavo Leite Pessatto (BF)	19/04/2013	Adriane/Wagner	3308.4493/9946.7191
04	Maria Eduarda Oliveira Andrade	25/08/2013	Maiara	8415.8338
05	Augusto Tauffer Vetori	03/08/2013	Marizane/Jeferson	9966.6824
06	Sophia Broetto Alves	08/10/2013	Janislei	9988.7080/9967.3828

*Aguarda vaga para arrumar trabalho.

PERÍODO INTEGRAL

01	*Rebeca Correa Ferreira	17/05/2013	Guianes/Alex	9923.9923/8132.5667
02	*Yuri Sartor Vizetiv Jadanhi	17/07/2013	Jéssica/James	8126.3075
03	*Yasmim Camily Rodrigues de Oliveira	16/10/2013	Adriele/Paulo	9913.5380
04	*Larissa Serapião Schuster	30/09/2013	Francileide/Rudi	9954.5786
05	*Lívia Rafaelle Alves da Silva	22/08/2013	Marlene/Luciano	9909.3972
06	*Jonas Henrique dos Santos da Paixão (BF)	29/04/2013	Evelly/Jonathan	9670.8735
07	*Gabriel Wagner Ramalho Ribeiro Barbosa	02/01/2014	Jackeline/Wagner	9931.3412
08	*Matheus Hélio Gatte Faion	06/05/2013	Francielli/Márcio	9616.6589/9947.3757
09	*Lieverton Thiago de Almeida	22/10/2013	Antonia/Luciano	9632.9416
10	*Sarah Victória Barbieri	16/05/2013	Tamiris	9916.4892

CADASTROS PARA VAGA ANO LETIVO 2015
CMEII MONTEIRO LOBATO

INFANTIL II PERÍODO INTEGRAL

	NOME	NASCIMENTO	NOME DO RESPONSÁVEL	CONTATO
01	Sophia Lorena Silva Nascimento	09/04/2012	Pamela/Hélio	9618.8099
02	Amanda Beatriz Santana Nogueira	27/09/2012	Ana Paula/Adriano	9917.6338/3308.4426
03	Isabelle Ferreira Martins	14/11/2012	Bruna	9809.5569
04	Maria Clara Baptista Kretschmann	23/01/2013	Raquel/Ricardo	9966.1855/2101.0800
05	Elloysa Gomes Domingos	07/02/2013	Cleonice	9651.9735/3308.7000
06	Klara Bellorini Zampieri	20/01/2012	Patrícia/Rogger	9920.5908
07	Caroline Beatriz da Silva Alcanforado	22/05/2012	Carme/Erisvaldo	9601.9120/9948.2757

08	Maria Beatriz Santos Aguiar	10/03/2013	Jussara/Jandir	9921.4455/3308.2740
09	João Paulo Diniz Santos (BF)	21/02/2013	Nínive/Márcio	9952.1247
10	Isabel Antonieta Kochem Dries	30/08/2012	Augusto	9613.9913/3308.1316
11	Mirella Santos Porfírio de Melo	04/11/2012	Bruna/Valdinei	9602.4003/3308.6400
12	Samir Saleh de Souza	25/04/2012	Saluah/Gilmar	9607.6130/3308.3915
13	Thiago de Lima Franco	25/07/2012	Simone/Rodrigo	9606.3208
14	Wellington Alex da Silva Batista (BF)	27/06/2012	Franciele/Alex	9610.0987/9605.7438
15	Rolando Ramsés Lescano	22/11/2012	Rosana	9917.4066
16	Beatriz Silva do Carmo	04/04/2012	Ivanildes/Avanilson	9904.2559
17	Anna Priscilla Leal Marques	22/02/2013	Jackeline/Aurismar	9952.5149
18	Dalisson Gustavo Rodrigues Pereira	26/02/2013	Leir/Denilson	9650.1214/3308.4822
19	Mirella de França Rodrigues	06/03/2013	Daiane/Marcos	9951.8657/3308.3785
20	Emanuelly Raddi Emiliano	06/12/2012	Adriana/Manoel	9605.1919
21	Ana Clara Defaveri	23/06/2012	Rosimeri/Ivonei	9973.5301
22	Nicolas Snichelotto Cantini	23/03/2013	Kátia	9803.9711
23	Carlos Alexandre Vanini Pacheco	04/05/2012	Valdineia/Alfredo	8120.8899/9939.1471
24	Guilherme de Souza e Paula Mendes	01/09/2012	Jaqueline/José	9975.4557/9641.9125
25	Mariah Luisa Brandão de Almeida	01/12/2012	Nidiane/Vanilton	9635.4165/3308.2640
26	Vitório Pereira Galli	17/08/2012	Luciana/Jorge	9944.0616
27	Daniel Roque Panta	03/12/2012	Danyelli	9925.8136
28	Isabeli Dressler	18/10/2012	Jandreia/Anderson	8429.1599
29	Beatriz Sthephany Zanoni Fortaleza	25/12/2012	Jeane/Romário	9902.0057/9975.8968
30	Valentina Sperotto de Lima	19/05/2012	Fernanda/Jaime	9659.2269/9983.3543
31	Pedro Augusto Nobres Ferraz	19/08/2012	Fabielle/Ivan	9620.3418/9616.5395
32	Felipe Pires Pavoski	23/11/2012	Janaína	9691.6927/9633.1351
33	Patrícia Lima Krajewski	22/04/2012	Lineu	9945.1504
34	Guilherme Oliveira dos Santos (BF)	27/11/2012	Tainá	9604.8584
35	Manoely da Silva Santos			Mãe Amiga
36	Mariana da Silva Santos			Mãe Amiga
37	Isabelly Mota Santos			9966.0207
38	Enzo Pietro Rosa Santos			9968.0683
39	Yago Marcelo Serpa Da Silva			9628-2402/9242-1336

INFANTIL II PERÍODO MATUTINO

01	Gabriel Fernando Rodrigues	12/11/2012	Sirlene/Fernando	9902.4092/3308.1958
02	Ana Sofia Almeida Brun	28/03/2013	Marcela	9966.9837
03	*Sophia Capistrano Dipple Tomé	09/08/2012	Fernanda/Paulo	8160.5472
04	*Beatriz Capistrano Dipple Tomé	09/08/2012	Fernanda/Paulo	8160.5472

INFANTIL II PERÍODO VESPERTINO

01	*Luiz Antônio Matos Santana	04/09/2012	Liliane/Antônio	9803.7126
02	Giovana Terezinha de Basto	12/09/2012	Jheniffer/Paulo	9606.4977
03	Amanda Klauch Zanuzo	17/11/2012	Marinez/Fabiano	9974.7621/9929.1663
04	*Isac Alexandre da Silva	06/03/2013	Keythe/Carlos	9630.4706
05	Felipe Gabriel da Rocha Mendonça (BF)	13/07/2012	Edjany/Fábio	9677.4808
06	Rafaelly Pereira da Silva	13/02/2013	Nivânia/Rafael	9909.6721/9647.1980

*Aguarda vaga para arrumar trabalho.

PERÍODO INTEGRAL

01	*Vitor Gabriel de Lima Silva	30/08/2012	Maria das Dores/Eder	9638.4429/9926.6673
02	*Nirraly Cristina de Lima Silva	12/08/2012	Maria do Carmo	9608.4908
03	Arthur Alves Colvero	21/12/2012	Mófina/Patrick	9604.1030
04	*Isabel Neitzke	25/05/2012	Lorenza/Leonardo	9802.7657/3308.1891
05	*Pablo Ryan de Oliveira Lima	04/01/2013	Nayane	9937.7680
06	*Evelin Vitória de Pires Sousa (BF)	15/05/2012	Francisca/Ernandes	9673.5335/9949.7917
07	*Ana Clara Sacramento Ferreira	28/03/2013	Néli/Evandro	9627.5511
08	*Maria Eduarda Barreto de Souza (BF) – VERIFICAR CADASTRO	02/11/2012	Sidinete	9938.4240

CADASTROS PARA VAGA ANO LETIVO 2015
CMEII MONTEIRO LOBATO

INFANTIL III PERÍODO INTEGRAL

	NOME	NASCIMENTO	NOME DO RESPONSÁVEL	CONTATO
01	Marilene da Silva Cardoso (BF)	21/12/2011	Maurícia/Josiel	9917.9614
02	Thiago Silva Trentin	14/06/2011	Dhébora/Alberto	9954.1275/3308.7000
03	Micaelly Golçalves da Silva	28/01/2012	Edilene	9902.3368/9933.4786
04	Enny Gabrielly Somaglio Sehn	11/02/2012	Jéssica	9991.0648/2181.0600
05	Paula Vitória Musa	30/01/2012	Jussimara/Paulo	9907.5121
06	João Pedro de Oliveira	16/05/2011	Daiane/Moacir	3308.3518
07	Ana Luiza Zanatta (BF)	19/09/2011	Izaildes	9979.7429/9912.0972
08	Alexandre Henrique Soares da Silva	25/07/2011	Faíola/Alexandro	9669.3029/9949.2578
09	Gustavo Walbow Gastoparetti	19/04/2011	Jaqueline/Jair	9606.9291
10	Elloá Gabriely Jesus de Roma	02/10/2011	Josieli/Edilson	9676.3542/3308.7000
11	Felipe Daniel Rodrigues da Silva	31/08/2011	Camila/Elisandro	9695.1275/9681.9670
12	Ingrid Vitória Arantes de Souza	25/09/2011	José	9954.8238
13	João Pedro Backes Provin	13/03/2012	Lidiane/Eder	9640.8301
14	Matheus Vilhalba de Oliveira	04/05/2011	Adriana/Eduardo	9616.9812/3308.2070
15	Sophia Cheremeta	02/03/2012	Lorrayne	9637.3675
16	Matheus Ribeiro de Arruda	29/11/2011	Núbia/Geová	9955.6787/9962.5466

17	Cleberson Henrique da Silva Batista (BF)	05/04/2011	Francieli/Alex	9610.0987/9605.7438
18	Wagner Arthur Nunes Martins (BF)	02/10/2011	Valdineia/Wagno	9996.3800
19	Allan Victor Vanini Pacheco	19/05/2011	Valdineia/Alfredo	8120.8899/9939.1471
20	Vitor Fernando dos Santos Camargo	28/10/2011	Márcia	9967.9334
21	Lavínia Babetzke Dotto	25/02/2012	Jaqueline/Albino	9606.0674
22	Felipe Antônio Benedetti	20/05/2011	Zilda/Jeandro	9680.5399
23	Camila Bonafé	12/07/2011	Tatiane/Rudinei	3308.3085/9686.7509
24	Vitor Fontoura Chaves	13/01/2012	Daiane	9626.8611
25	Lívia Hoffmann Oliveira	04/11/2011	Cleide	9900.8369
26	Matheus Junior Cesário dos Santos	16/12/2011	Beatriz	9968.5647/9641.1823
27	Kerrysson Ariel Oliveira Santos (BF)	15/09/2011	Silvana/Marcos	9614.4512/99501053
28	Maria Clara Almeida Monteiro (BF)	28/09/2011	Camila	9651.4194/9684.4146
29	Brenda da Silva Pleutin	29/09/2011	Evanice/Cleber	9637.9887/9983.9941
30	Cassiano Arthur Santos de Souza			Mãe Amiga
31	Emanuelly Almeida de Oliveira			Mãe Amiga
32	Henrique Gabriel da Silva			Mãe Amiga
33	Rayany Victoria Lustosa			Mãe Amiga
34	Yasmin Faccio Marques			Mãe Amiga
35	Julia Eduarda Sippert Pinto			Mãe Amiga
36	Adriagny Emanuelle da Paixão			Mãe Amiga
37	Isabelly Bispo Bassão			9633-7263

INFANTIL III PERÍODO MATUTINO

01	Lívia Campos Calciolari	11/02/2012	Laura/Diego	9904.2866
02	Arthur Souza Modesti	04/11/2011	Elisangela/Leandro	9966.4630
03	Thais de Oliveira Pereira	05/09/2011	Andriely/Adriano	9675.7017
04	Arthur Kalarran dos Santos Martins	19/05/2011	Juliana/Adir	9606.7278
05	Daniel Souza Silva	16/08/2011	Marilene/Marcos	9911.6027/9927.6682

INFANTIL III PERÍODO VESPERTINO

01	Kaio Henrique Moraes Silva	31/08/2011	Claudete/Locenil	9635.9171
02	Pedro Henrique da Rosa Ortega	21/05/2011	Fernanda/Dino	9915.5079/9909.7720
03	Izabeli Almeida Silva (BF)	01/02/2012	Alessandra/Adenil	9922.8736
04	Miguel Lenhoart	16/06/2011	Marlon/Rosimar	9638.8228
05	Jonas Gabriel Mota Pinho	18/04/2011	Antonia/Eliel	9607.5864
06	*Edivaldo da Guia da Silva (BF)	15/04/2011	Kersia/Joacil	9659.7045/9603.2231
07	*Júlia Miriã da Silva	23/06/2011	Keythi/Carlos	9630.4706
08	Valentina Tonetto Minetto	09/04/2011	Carolina/Leandro	9621.4474
09	Ana Julia Topázio Ferreira	25/06/2011	Juliane	9911.9406
10	Eduardo Ferreira de Almeida	28/08/2011	Eva/Dorival	9659.6715/3308.3915
11	*Inara Oliveira da Silva	29/08/2011	Francilene/Odair	9985.4399
12	Pedro Henrique Basso	26/01/2012	Edina/Pedro	9603.0884/3308.3909
13	Angelina Neumann Sgarione de Alencar	09/02/2012	Angela	9981.3965

*Aguarda vaga para arrumar trabalho.

PERÍODO INTEGRAL

01	*Érica Keliny dos Santos Silva	30/01/2012	Jéssica/Wenderson	9674.4880/9699.8796
02	*Anderson Cristino Costa Santos	21/02/2012	Gisseli/Wanderson	9324.4135
03	*Arthur de Matos Moraes Garcia	27/12/2011	Neuza	9684.2815
04	*Antonio de Matos Moraes Garcia	27/12/2011	Neuza	9684.2815
05	*Pyetro Gabriel Bergamin	15/08/2011	Andreia/Neri	9607.0555/8109.1224
06	*Ana Gabriely Ribeiro Rosa	31/05/2011	Suellen/Amarildo	9994.4527
07	*Albert Serapião Schuester	04/11/2011	Francileide/Rudi	9954.5786
08	*Carlos Gabriel Andrade Pereira (BF)	14/04/2011	Maria/Manoel	8104.2535
09	*Yazer Paes Oloveira	30/10/2011	Adadiva/Milton	9974.5731/9311.5287
10	*Thiago Lorenzzo Souza Pouzo Torres	12/12/2011	Léurye/Thiago	9977.8523
11	*Miguel Del Pintore Ferracioli de Melo	16/01/2012	Sthely	9914.5239

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:184E7451

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DA ARP Nº 45/2014

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2014 CONFEÇÃO DE CAMISETAS E UNIFORMES PARA O MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM.

Processo Nº 76/2014 - Pregão Presencial nº 62/2014
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação.
Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT, doravante denominada **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM**, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **LEONARDO FARIAS ZAMPA**, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **C.A. ARTES SERIGRAFIA DIGITAL LTDA-ME**, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 13.091.096/0001-92 e Inscrição Estadual sob o № Isento, estabelecida à Rua Goiás nº 453, Bairro Centro, na cidade de Barra do Garças CEP: 78600-000 Estado de Mato Grosso, representado neste ato pela Sra. **CLEIA LEMES DE CARVALHO**, brasileira,

empresária, residente e domiciliado na cidade de Barra do Garças/MT, portador da RG № 3836591/DGPC-GO e do CPF/MF № 845.904.401-7, nas quantidades estimadas na Seção 1.1 desta Ata de Registro de Preços.

DO OBJETO: CONFEÇÃO DE CAMISETAS E UNIFORMES PARA O MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM.

NOME: C.A. ARTES SERIGRAFIA DIGITAL LTDA-ME						
CNPJ: 13.091.096/0001-92				**INSCRIÇÃO: ISENTO**		
ENDEREÇO: Av. Goiás, nº 453 - Centro						
CEP: 78600-000				**CIDADE/UF: Barra do Garças/MT**		
TELEFONES: (66) 3401-9230				**E-MAIL: camisetas@centralartes.com**		
REPRESENTANTE LEGAL: CLEIA LEMES DE CARVALHO						
RG: 3836591/DGPC-GO				**CPF: 845.904.401-72**		
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS						
Item	**Quant**	**Unid.**	**Descrição dos Produtos**	**Marca**	**Pr. Unit.**	**Pr. Total**
01	300	UND	**BERMUDA ESPORTIVA ESC. DE FUTEBOL PERSONALIZADA - TAM: P - M - G MALHA DRY**	C.A.	24,00	7.200,00
02	400	UND	**BERMUDA INFANTIL CRECHE PERSONALIZADA MALHA PV TAM: PP- P - M -** :Camisa de malha pv, com viés ou punho na gola e nas mangas, com silk screen ou bordado, tamanhos variados. Malha tecida com 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose.	C.A.	21,50	8.600,00
03	150	UND	**CALÇAS EM BRIM P/ GARIS C/ FAIXA REFLETIVA TAM: M - G - GG**:A Calça em Brim é confeccionada em brim, oferecendo excelente durabilidade. É meio cós meio elástico, possui passante para o cinto. É resistente a rasgos e abrasões em geral. Pode ser utilizado nas mais diversas atividades, inclusive para os trabalhos mais pesados. Tecido: Brim (100% algodão). É confortável e oferece excelente durabilidade. Possui toque à pele peletizada após as primeiras lavagens.	C.A.	48,00	7.200,00
04	100	UND	**CAMISETA APAE PERSONALIZADA MALHA PV TAM: P - M - G - GG** :Camisa de malha pv, com viés ou punho na gola e nas mangas, com silk screen ou bordado, tamanhos variados. Malha tecida com 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose.	C.A.	21,50	2.150,00
05	100	UND	**CAMISETA CAMP. NATAL SOLIDÁRIO PERSONALIZADA MALHA PV TAM: P - M - G - GG** :Camisa de malha pv, com viés ou punho na gola e nas mangas, com silk screen ou bordado, tamanhos variados. Malha tecida com 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose.	C.A.	21,50	2.150,00
06	200	UND	**CAMISETA CAMPANHA NOVEMBRO AZUL PERSONALIZADA MALHA PV TAM: P - M - G - GG** :Camisa de malha pv, com viés ou punho na gola e nas mangas, com silk screen ou bordado, tamanhos variados. Malha tecida com 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose.	C.A.	21,50	4.300,00
07	100	UND	**CAMISETA CLUBE MELHOR IDADE PERSONALIZADA MALHA PV TAM: P - M - G - GG** :Camisa de malha pv, com viés ou punho na gola e nas mangas, com silk screen ou bordado, tamanhos variados. Malha tecida com 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose.	C.A.	21,50	2.150,00
08	600	UND	**CAMISETA COMEMORATIVA ANIVERSÁRIO DA CIDADE MALHA PV TAM: P - M - G - GG**: Camisa de malha pv, com viés ou punho na gola e nas mangas, com silk screen ou bordado, tamanhos variados. Malha tecida com 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose. Possui grande durabilidade, não desbota e não tem encolhimento. Ideal para uniformes com uso frequente.	C.A.	21,50	12.900,00
09	1000	UND	**CAMISETA COMEMORATIVA FESTIVAL DE PESCA MALHA PV TAM: P - M - G - GG**: Camisa de malha pv, com viés ou punho na gola e nas mangas, com silk screen ou bordado, tamanhos variados. Malha tecida com 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose.	C.A.	19,80	19.800,00
10	100	UND	**CAMISETA CONFERÊNCIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PERSONALIZADA MALHA PV TAM: P - M - G - GG** :Camisa de malha pv, com viés ou punho na gola e nas mangas, com silk screen ou bordado, tamanhos variados. Malha tecida com 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose.	C.A.	21,50	2.150,00
11	100	UND	**CAMISETA CONFERÊNCIA DIREITOS DA CRIANÇA PERSONALIZADA MALHA PV TAM: P - M - G - GG** :Camisa de malha pv, com viés ou punho na gola e nas mangas, com silk screen ou bordado, tamanhos variados. Malha tecida com 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose.	C.A.	21,50	2.150,00
12	100	UND	**CAMISETA DIA DAS CRIANÇAS PERSONALIZADA MALHA PV TAM: P - M - G - GG** :Camisa de malha pv, com viés ou punho na gola e nas mangas, com silk screen ou bordado, tamanhos variados. Malha tecida com 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose.	C.A.	21,50	2.150,00
13	300	UND	**CAMISETA ESPORTIVA ESC. DE FUTEBOL PERSONALIZADA - TAM: P - M - G - GG MALHA DRY**	C.A.	24,00	7.200,00
14	100	UND	**CAMISETA GOLA POLO CLUBE MUNICIPAL PERSONALIZADA MALHA PV TAM: P - M - G - GG** :Camisa de malha pv, com viés ou punho na gola e nas mangas, com silk screen ou bordado, tamanhos variados. Malha tecida com 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose. Possui grande durabilidade, não desbota e não tem encolhimento. Ideal para uniformes com uso frequente.	C.A.	31,80	3.180,00
15	100	UND	**CAMISETA GOLA POLO AÇÃO SOCIAL MALHA PIQUET PERSONALIZADA TAM: P - M - G - GG** :Camisa de malha pv, com viés ou punho na gola e nas mangas, com silk screen ou bordado, tamanhos variados. Malha tecida com 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose.	C.A.	31,80	3.180,00
16	100	UND	**CAMISETA GOLA POLO APAE MALHA PIQUET PERSONALIZADA TAM: P - M - G - GG** :Camisa de malha pv, com viés ou punho na gola e nas mangas, com silk screen ou bordado, tamanhos variados. Malha tecida com 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose.	C.A.	31,80	3.180,00
17	400	UND	**CAMISETA GOLA POLO CAVALGADA PERSONALIZADA MALHA PV TAM: P - M - G - GG** :Camisa de malha pv, com viés ou punho na gola e nas mangas, com silk screen ou bordado, tamanhos variados. Malha tecida com 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose.	C.A.	31,80	12.720,00
18	570	UND	**CAMISETA GOLA POLO MALHA PV PERSONALIZADA SEC. SAÚDE TAM: P - M - G - GG** :Camisa de malha pv, com viés ou punho na gola e nas mangas, com silk screen ou bordado, tamanhos variados. Malha tecida com 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose. Possui grande durabilidade, não desbota e não tem encolhimento. Ideal para uniformes com uso frequente.	C.A.	31,80	18.126,00
19	400	UND	**CAMISETA INFANTIL CRECHE PERSONALIZADA MALHA PV TAM: PP- P - M** :Camisa de malha pv, com viés ou punho na gola e nas mangas, com silk screen ou bordado, tamanhos variados. Malha tecida com 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose.	C.A.	21,50	8.600,00
20	150	UND	**CAMISETA MANGA LONGA PERSONALIZADA GARIS C/ FAIXA REFLETIVA TAM: P - M - G - GG.**	C.A.	38,90	5.835,00
21	180	UND	**CAMISETA NATAL DA FAMILIA PERSONALIZADA MALHA PV TAM: P - M - G - GG** :Camisa de malha pv, com viés ou punho na gola e nas mangas, com silk screen ou bordado, tamanhos variados. Malha tecida com 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose.	C.A.	21,50	3.870,00
22	100	UND	**CAMISETA NATAL DAS CRIANÇAS PERSONALIZADA MALHA PV TAM: P - M - G - GG** :Camisa de malha pv, com viés ou punho na gola e nas mangas, com silk screen ou bordado, tamanhos variados. Malha tecida com 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose.	C.A.	21,50	2.150,00
23	180	UND	**CAMISETA PRO JOVEM PERSONALIZADA MALHA PV TAM: P - M - G - GG** :Camisa de malha pv, com viés ou punho na gola e nas mangas, com silk screen ou bordado, tamanhos variados. Malha tecida com 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose.	C.A.	21,50	3.870,00
24	80	UND	**COLETE AGENTE DE SAUDE MALHA PV PERSONALIZADO SEC. SAÚDE TAM: P - M - G - GG:** Colete de malha pv tamanhos variados. Malha tecida com 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose. Possui grande durabilidade, não desbota e não tem encolhimento. Ideal para uniformes com uso frequente.	C.A.	27,90	2.232,00
25	50	UND	**KIMONO PARA KARATE TECIDO DRIM TAM: P - M - G - GG**: Kimono confeccionada em brim, oferecendo excelente durabilidade. É resistente a rasgos e abrasões em geral. Tecido: Brim (100% algodão). É confortável e oferece excelente durabilidade.	C.A.	139,00	6.950,00
26	50	UND	**MAIÔ PARA BANHO TECIDO SUPLEX TAM: P - M - G - GG.**	C.A.	45,50	2.275,00
27	400	UND	**MOCHILA INFANTIL CRECHE PERSONALIZADA MALHA PV TAM: PP- P - M -** :Mochila de malha pv, malha tecido com 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose.	C.A.	26,80	10.720,00

28	50	UND	**SUNGA PARA BANHO TECIDO SUPLEX TAM: P - M - G - GG.**	C.A.	29,50	1.476,00
					Total Geral ..... R$	**168.463,00**

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93. A integra desta Ata encontra-se a disposição no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim.

Novo São Joaquim - MT, 17 de Dezembro de 2014.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Valber Kenedy Barboza Sandes
Código Identificador:47D3270E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DA ARP Nº 46/2014

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2014 FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS VERTICAIS, COM TRILHOS, BANDÔ E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM.

Processo Nº 73/2014 - Pregão Presencial nº 59/2014
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação.
Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT, doravante denominada **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM**, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **LEONARDO FARIAS ZAMPA**, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **MASTERLUX CORTINAS E PERSIANAS EIRELI - ME**, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 18.741.860/0001-41 e Inscrição Estadual sob o № 13.507.325-1, estabelecida à Rua Comendador Henrique nº 1455, Bairro Centro, na cidade de Cuiabá CEP: 78015-050 Estado de Mato Grosso, representado neste ato pela Sra. **JOSIAS VASCONCELOS DA SILVA**, brasileiro, empresário, residente e domiciliado na cidade de Cuiabá/MT, portador da RG № 0384.745-4/SSP-MT e do CPF/MF № 313.976.111-20, nas quantidades estimadas na Seção 1.1 desta Ata de Registro de Preços.
DO OBJETO: FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS VERTICAIS, COM TRILHOS, BANDÔ E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM.

NOME: MASTERLUX CORTINAS E PERSIANAS EIRELI - ME						
CNPJ: 18.741.860/0001-41				**INSCRIÇÃO: 13.507.325-1**		
ENDEREÇO: Rua Comendador Henrique, nº 1455 – Dom Aquino						
CEP: 78015-050				**CIDADE/UF: Cuiabá - MT**		
TELEFONES: (65) 3055-3895				**E-MAIL: masterluxpersianas@hotmail.com**		
REPRESENTANTE LEGAL: JOSIAS VASCONCELOS DA SILVA						
RG: 0384.745-4/SSP-MT				**CPF: 313.976.111-20**		
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS						
Item	**Quant**	**Unid.**	**Descrição dos Produtos**	**Marca**	**Pr. Unit.**	**Pr. Total**
01	320,00	M²	PERSIANA VERTICAL CONFECCIONADA EM TECIDO POLIESTER EM FITAS, COM TRILHO SUPERIOR, PEÇAS INTERNAS E EXTERNAS E POLIETILENO, CORDAS EM NYLON. BANDÔ REVESTIDO NO MESMO MATERIAL DA PERSIANA. SUPORTES PARA TETO OU PAREDE INCLUSOS, E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO INCLUSOS. O KIT SERÁ COMPOSTO POR: PERSIANAS VERTICAL E UMA HORIZONTAL; BANDÔS; TRILHOS; SUPORTES PARA TETO OU PAREDE E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO.	MASTER	115,00	36.800,00
					Total Geral ..... R$	**36.800,00**

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93. A integra desta Ata encontra-se a disposição no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim.

Novo São Joaquim - MT, 17 de Dezembro de 2014.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Valber Kenedy Barboza Sandes
Código Identificador:E0540591

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 070/2014, tendo por objeto: Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para aquisições de peças para veículos leves e pesados e serviços de molejo leve e pesado para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Infraestrutura, Educação e Cultura e Saúde.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº **15.023.971/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **Vilson Pires**, brasileiro, casado, portador do RG: 9001526509 SSP/RS e CPF: 116.140.990-49, residente e domiciliado na Rua Brilhante, 67, Bairro Novo

Horizonte, na cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 070/2014** para Registro de Preços, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preços da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

2.1. Empresa vencedora:
Empresa: **C.G de Lima - Me**
CNPJ: **08.954.944.0001-00**
Endereço: Avenida Bandeirantes nº 1469 – Vila Concordia
Cidade: Paranatinga/MT CEP: 78.870.000

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Quantidade	Total
1	338850	1 MOLA (MESTRE) FIAT UNO	UNIDADE	R$ 100,000	5,000	R$ 500,000
2	338863	1 MOLA DIANTEIRA PARABOLICA	UNIDADE	R$ 354,850	100,000	R$ 35.485,000
3	338855	1 MOLA TRASEIRA FORD RANGER	UNIDADE	R$ 350,000	5,000	R$ 1.750,000
4	338864	1 MOLA TRASEIRA VOLARE	UNIDADE	R$ 250,000	100,000	R$ 25.000,000
5	321888	1 MOLA TRAZEIRA F 14000	UNIDADE	R$ 500,000	15,000	R$ 7.500,000
6	338865	2 MOLA DIANTEIRA PARABOLICA	UNIDADE	R$ 360,000	70,000	R$ 25.200,000
7	338866	2 MOLA TRASEIRA VOLARE	UNIDADE	R$ 140,000	70,000	R$ 9.800,000
8	338856	2 MOLA TRASEIRA FORD RANGER	UNIDADE	R$ 400,000	5,000	R$ 2.000,000
9	321889	2 MOLA TRAZEIRA F 14000	UNIDADE	R$ 350,000	10,000	R$ 3.500,000
10	338822	2 MOLA TRAZEIRA F 14000 ORIGINAL	UNIDADE	R$ 400,000	10,000	R$ 4.000,000
11	338867	3 MOLA DIANTEIRA PARABOLICA	UNIDADE	R$ 310,000	70,000	R$ 21.700,000
12	338868	3 MOLA TRASEIRA VOLARE	UNIDADE	R$ 80,000	70,000	R$ 5.600,000
13	338823	3 MOLA TRASEIRA F4000	UNIDADE	R$ 59,000	10,000	R$ 590,000
14	338869	4 MOLA DIANTEIRA PARABOLICA	UNIDADE	R$ 280,000	70,000	R$ 19.600,000
15	338870	4 MOLA TRASEIRA VOLARE	UNIDADE	R$ 55,000	70,000	R$ 3.850,000
16	338824	4 MOLA TRASEIRA F4000	UNIDADE	R$ 35,000	10,000	R$ 350,000
17	338825	5 MOLA TRASEIRA F4000	UNIDADE	R$ 38,000	10,000	R$ 380,000
18	338826	6 MOLA TRASEIRA F4000	UNIDADE	R$ 45,000	10,000	R$ 450,000
19	338827	7 MOLA TRASEIRA F4000	UNIDADE	R$ 40,000	10,000	R$ 400,000
20	338996	ALGEMA DIANT MB TODOS	UNIDADE	R$ 28,000	16,000	R$ 448,000
21	328653	ALGEMA MOLA DT	UNIDADE	R$ 15,000	40,000	R$ 600,000
22	328662	ALGEMA MOLA TRASEIRA	UNIDADE	R$ 15,000	40,000	R$ 600,000
23	338828	ALGEMA TRASEIRA F4000	UNIDADE	R$ 15,000	20,000	R$ 300,000
24	338844	AMORTECEDOR DIANTEIRO F4000	UNIDADE	R$ 180,000	5,000	R$ 900,000
25	338934	APOIO GRAMPO MB DIANT TODOS	UNIDADE	R$ 150,000	6,000	R$ 900,000
26	338933	APOIO GRAMPO MB TRAS C/ ABA FUNDIDO T	UNIDADE	R$ 150,000	6,000	R$ 900,000
27	339051	ARRUELA DIANT MB ESPECIAL - PINO MOLA	UNIDADE	R$ 3,000	32,000	R$ 96,000
28	338967	BALANCA TRUCK GALEGO	UNIDADE	R$ 200,000	27,000	R$ 5.400,000
29	339002	BALANCA TRUCK SUSPENSYS PINO 50 MM	UNIDADE	R$ 170,000	8,000	R$ 1.360,000
30	339052	BUCHA ACO DIANT MB TODOS	UNIDADE	R$ 5,000	16,000	R$ 80,000
31	338954	BUCHA ACO TRAS F4000	UNIDADE	R$ 20,000	14,000	R$ 280,000
32	338857	BUCHA DA MOLA FORD RANGER	UNIDADE	R$ 60,000	5,000	R$ 300,000
33	338829	BUCHA DE ACO TRASEIRA F4000	UNIDADE	R$ 10,000	20,000	R$ 200,000
34	338871	BUCHA MOLA DIANTEIRA TRASEIRA VW	UNIDADE	R$ 12,000	70,000	R$ 840,000
35	338873	BUCHA SILENCIOSA VW ADAPTACAO	UNIDADE	R$ 12,000	70,000	R$ 840,000
36	338874	BUCHA SILENCIOSA VW CARGO MOLA TRASEIRA	UNIDADE	R$ 23,000	70,000	R$ 1.610,000
37	339007	BUCHA TENSORA CARRETA RN 2000	UNIDADE	R$ 17,000	64,000	R$ 1.088,000
38	339039	CHAVETA CONICA P/ PINO BAL 9/16	UNIDADE	R$ 16,000	16,000	R$ 256,000
39	339032	CHAVETA PINO MOLA MB TODOS	UNIDADE	R$ 16,000	16,000	R$ 256,000
40	338851	COXIM APOIO FEIXE DE MOLA TRASEIRO	UNIDADE	R$ 190,000	5,000	R$ 950,000
41	339045	DESLIZANTE CARRETA RANDON 2000/ ESFR	UNIDADE	R$ 60,000	8,000	R$ 480,000
42	338845	EMBUCHAMENTO DA MANGA DE EIXO F4000	UNIDADE	R$ 300,000	5,000	R$ 1.500,000
43	338852	FEIXE DE MOLA	UNIDADE	R$ 550,000	5,000	R$ 2.750,000
44	338926	GRAMPO 18X72X200 DT MB	UNIDADE	R$ 15,000	16,000	R$ 240,000
45	338930	GRAMPO 18X82X380 D	UNIDADE	R$ 20,000	16,000	R$ 320,000
46	338978	GRAMPO 3/4 X 102 X 260 MODELO C	UNIDADE	R$ 30,000	90,000	R$ 2.700,000
47	338830	GRAMPO 5/8 X 65 X 380 B F4000	UNIDADE	R$ 20,000	20,000	R$ 400,000
48	338831	GRAMPO 5/8 X 65 X 400 B F4000	UNIDADE	R$ 29,000	20,000	R$ 580,000
49	338956	GRAMPO 5/8 X 65X 380	UNIDADE	R$ 25,000	8,000	R$ 200,000
50	338955	GRAMPO 5/8 X 65X360	UNIDADE	R$ 20,000	8,000	R$ 160,000
51	338875	GRAMPO 5/8 X 82 X 260 C	UNIDADE	R$ 15,000	70,000	R$ 1.050,000
52	338876	GRAMPO 5/8 X 82 X 340 C	UNIDADE	R$ 20,000	70,000	R$ 1.400,000
53	338877	GRAMPO 5/8 X 82 X 380 C	UNIDADE	R$ 18,000	70,000	R$ 1.260,000
54	338878	GRAMPO 5/8 X 82 X 380 D	UNIDADE	R$ 20,000	70,000	R$ 1.400,000
55	338979	GRAMPO 7/8 X 82 X 400	UNIDADE	R$ 35,000	90,000	R$ 3.150,000
56	339050	GRAMPO 8X72X220	UNIDADE	R$ 15,000	32,000	R$ 480,000
57	338880	GRAMPO 9/16 X 78 X 160 C	UNIDADE	R$ 8,000	70,000	R$ 560,000
58	338881	GRAMPO 9/16 X 78 X 180 C	UNIDADE	R$ 11,000	70,000	R$ 770,000
59	338882	GRAMPO 9/16 X 78 X 200 C	UNIDADE	R$ 13,000	70,000	R$ 910,000
60	338832	GRAXEIRA 3/8 RETA F4000	UNIDADE	R$ 2,000	40,000	R$ 80,000
61	339030	GRAXEIRO 3/8 RETA	UNIDADE	R$ 1,000	40,000	R$ 40,000
62	339008	MOLA 80X12X110	UNIDADE	R$ 85,000	16,000	R$ 1.360,000
63	339009	MOLA 80X12X120	UNIDADE	R$ 90,000	16,000	R$ 1.440,000
64	331031	MOLA 80X12X135	UNIDADE	R$ 95,000	16,000	R$ 1.520,000
65	339010	MOLA 80X12X140	UNIDADE	R$ 100,000	16,000	R$ 1.600,000
66	339011	MOLA 80X12X150	UNIDADE	R$ 100,000	16,000	R$ 1.600,000
67	338962	MOLA 80X16X130	UNIDADE	R$ 125,000	18,000	R$ 2.250,000
68	338960	MOLA 80X16X140	UNIDADE	R$ 130,000	18,000	R$ 2.340,000
69	338958	MOLA 80X16X150	UNIDADE	R$ 150,000	18,000	R$ 2.700,000

70	338965	MOLA AUX F 4000 1A	UNIDADE	R$ 60,000	4,000	R$ 240,000
71	338966	MOLA AUX F 4000 2A	UNIDADE	R$ 60,000	4,000	R$ 240,000
72	338969	MOLA AUX F 4000 3A C/ FURO	UNIDADE	R$ 48,000	4,000	R$ 192,000
73	338971	MOLA AUX F 4000 4 A	UNIDADE	R$ 35,000	4,000	R$ 140,000
74	338972	MOLA AUX F 4000 5 A	UNIDADE	R$ 35,000	4,000	R$ 140,000
75	338909	MOLA AUX MB 1513 1 A 2627	UNIDADE	R$ 185,000	6,000	R$ 1.110,000
76	338910	MOLA AUX MB 1513 2 A	UNIDADE	R$ 145,000	6,000	R$ 870,000
77	338911	MOLA AUX MB 1513 3 A	UNIDADE	R$ 140,000	6,000	R$ 840,000
78	338912	MOLA AUX MB 1513 4 A	UNIDADE	R$ 110,000	6,000	R$ 660,000
79	338913	MOLA AUX MB 1513 5 A	UNIDADE	R$ 85,000	6,000	R$ 510,000
80	338915	MOLA AUX MB 1513 6 A	UNIDADE	R$ 70,000	6,000	R$ 420,000
81	338914	MOLA AUX MB 1513 7 A	UNIDADE	R$ 60,000	6,000	R$ 360,000
82	338946	MOLA DIANT CARGO 1 A	UNIDADE	R$ 220,000	36,000	R$ 7.920,000
83	338947	MOLA DIANT CARGO 2 A VIR	UNIDADE	R$ 210,000	36,000	R$ 7.560,000
84	338948	MOLA DIANT CARGO 3 A	UNIDADE	R$ 150,000	36,000	R$ 5.400,000
85	338949	MOLA DIANT CARGO 4 A	UNIDADE	R$ 130,000	36,000	R$ 4.680,000
86	338951	MOLA DIANT CARGO 5 A	UNIDADE	R$ 110,000	36,000	R$ 3.960,000
87	338916	MOLA DIANT MB 1513 1 A 626	UNIDADE	R$ 160,000	6,000	R$ 960,000
88	338917	MOLA DIANT MB 1513 2 A REFORCO	UNIDADE	R$ 125,000	6,000	R$ 750,000
89	338918	MOLA DIANT MB 1513 2 A VIR	UNIDADE	R$ 145,000	6,000	R$ 870,000
90	338920	MOLA DIANT MB 1513 3 A C/ FURO	UNIDADE	R$ 140,000	8,000	R$ 1.120,000
91	338919	MOLA DIANT MB 1513 3 A REF	UNIDADE	R$ 130,000	6,000	R$ 780,000
92	338921	MOLA DIANT MB 1513 4 A	UNIDADE	R$ 130,000	6,000	R$ 780,000
93	338922	MOLA DIANT MB 1513 5 A	UNIDADE	R$ 100,000	6,000	R$ 600,000
94	338923	MOLA DIANT MB 1513 6 A	UNIDADE	R$ 90,000	6,000	R$ 540,000
95	338924	MOLA DIANT MB 1513 7 A C/ FURO	UNIDADE	R$ 90,000	8,000	R$ 720,000
96	338925	MOLA DIANT MB 1513 8 A	UNIDADE	R$ 80,000	6,000	R$ 480,000
97	339049	MOLA DIANT MB 1620 1 A PARABOLICA	UNIDADE	R$ 400,000	8,000	R$ 3.200,000
98	338993	MOLA DIANT MB 1620 3 A PARABOLICA	UNIDADE	R$ 130,000	8,000	R$ 1.040,000
99	339046	MOLA DIANT MB 16202 A PARABOLICA	UNIDADE	R$ 400,000	8,000	R$ 3.200,000
100	338941	MOLA TRAS F4000 1A	UNIDADE	R$ 130,000	4,000	R$ 520,000
101	338942	MOLA TRAS F4000 2 A ORIG	UNIDADE	R$ 190,000	4,000	R$ 760,000
102	338943	MOLA TRAS F4000 2 A VIR	UNIDADE	R$ 100,000	4,000	R$ 400,000
103	338945	MOLA TRAS F4000 3 A	UNIDADE	R$ 65,000	4,000	R$ 260,000
104	338950	MOLA TRAS F4000 4 A C/ FURO	UNIDADE	R$ 70,000	4,000	R$ 280,000
105	338952	MOLA TRAS F4000 5 A	UNIDADE	R$ 70,000	4,000	R$ 280,000
106	338901	MOLA TRAS MB 1513 1 A 627	UNIDADE	R$ 240,000	6,000	R$ 1.440,000
107	338908	MOLA TRAS MB 1513 2 A (REFORCO)	UNIDADE	R$ 330,000	6,000	R$ 1.980,000
108	338902	MOLA TRAS MB 1513 2 A VIR	UNIDADE	R$ 270,000	6,000	R$ 1.620,000
109	338903	MOLA TRAS MB 1513 3 A	UNIDADE	R$ 210,000	6,000	R$ 1.260,000
110	338904	MOLA TRAS MB 1513 4 A	UNIDADE	R$ 140,000	6,000	R$ 840,000
111	338905	MOLA TRAS MB 1513 5 A	UNIDADE	R$ 120,000	6,000	R$ 720,000
112	338906	MOLA TRAS MB 1513 6 A	UNIDADE	R$ 110,000	6,000	R$ 660,000
113	338907	MOLA TRAS MB 1513 7 A	UNIDADE	R$ 98,000	6,000	R$ 588,000
114	338833	PARAFUSO 10 X 40 F4000	UNIDADE	R$ 7,000	40,000	R$ 280,000
115	338961	PARAFUSO 10X40	UNIDADE	R$ 1,500	80,000	R$ 120,000
116	339037	PARAFUSO 14 MB DUPLA	UNIDADE	R$ 5,000	120,000	R$ 600,000
117	339035	PARAFUSO 14X40	UNIDADE	R$ 6,000	60,000	R$ 360,000
118	338834	PARAFUSO 7/16 X 2 1/2 F4000	UNIDADE	R$ 6,000	40,000	R$ 240,000
119	338859	PARAFUSO 9 /16 X 4	UNIDADE	R$ 3,000	20,000	R$ 60,000
120	338860	PARAFUSO 9 /16 X 4 1/2	UNIDADE	R$ 3,000	20,000	R$ 60,000
121	339038	PINO BAL RD TRUCK 50X180 MM	UNIDADE	R$ 50,000	8,000	R$ 400,000
122	338968	PINO BAL TRUCK GALEGO (63,5 MM X 280 MM)	UNIDADE	R$ 90,000	27,000	R$ 2.430,000
123	338983	PINO CENTRO 12 X 7 CB	UNIDADE	R$ 7,000	60,000	R$ 420,000
124	338883	PINO DE CENTRO 1/2 X 07 CB FERRO	UNIDADE	R$ 5,000	70,000	R$ 350,000
125	338884	PINO DE CENTRO 12 X 07 CB FERRO	UNIDADE	R$ 2,000	70,000	R$ 140,000
126	338928	PINO DE CENTRO 12X7 CB	UNIDADE	R$ 10,000	16,000	R$ 160,000
127	338997	PINO DE CENTRO 12X7 CB	UNIDADE	R$ 10,000	16,000	R$ 160,000
128	338858	PINO DE CENTRO 3/8 X 2CB FORD RANGER	UNIDADE	R$ 2,000	5,000	R$ 10,000
129	338973	PINO DE CENTRO 3/8 X 3 CB (TOYOTA DT)	UNIDADE	R$ 3,000	6,000	R$ 18,000
130	338835	PINO DE CENTRO 3/8 X 5 CB F4000	UNIDADE	R$ 5,000	40,000	R$ 200,000
131	338836	PINO DE MOLA CIMENTADO F4000	UNIDADE	R$ 8,000	20,000	R$ 160,000
132	338989	PINO MOLA DIANT CARGO LONGO	UNIDADE	R$ 25,000	18,000	R$ 450,000
133	338988	PINO MOLA DIANT CARGO MENOR	UNIDADE	R$ 20,000	18,000	R$ 360,000
134	338885	PINO MOLA DIANTEIRA P/DT CARGO CURTO CIMENTADO	UNIDADE	R$ 15,000	70,000	R$ 1.050,000
135	338886	PINO MOLA DIANTEIRA P/DT CARGO LONGO CIMENTADO	UNIDADE	R$ 15,000	70,000	R$ 1.050,000
136	338953	PINO MOLA F4000 CIMENTADO	UNIDADE	R$ 27,000	6,000	R$ 162,000
137	338887	PORCA 1/2 UNF	UNIDADE	R$ 1,000	200,000	R$ 200,000
138	338963	PORCA 10 MA DUPLA	UNIDADE	R$ 2,000	160,000	R$ 320,000
139	338837	PORCA 10 MA DUPLA F4000	UNIDADE	R$ 2,000	40,000	R$ 80,000
140	339031	PORCA 12 MB	UNIDADE	R$ 0,990	32,000	R$ 31,680
141	338929	PORCA 12 MB	UNIDADE	R$ 1,000	16,000	R$ 16,000
142	338888	PORCA 12 MB 1.70	UNIDADE	R$ 1,000	200,000	R$ 200,000
143	338889	PORCA 15 MA 1.70	UNIDADE	R$ 1,000	200,000	R$ 200,000
144	339048	PORCA 18 MB DUPLA CH 27	UNIDADE	R$ 2,850	32,000	R$ 91,200
145	338927	PORCA 18 MB DUPLA CH 27	UNIDADE	R$ 2,000	35,000	R$ 70,000
146	338982	PORCA 3/4 DUPLA UNF CH 27 MM	UNIDADE	R$ 2,000	360,000	R$ 720,000
147	14905	PORCA 3/8 NF	UNIDADE	R$ 1,000	20,000	R$ 20,000
148	338974	PORCA 3/8 NF	UNIDADE	R$ 7,000	12,000	R$ 84,000
149	338838	PORCA 3/8 NF F4000	UNIDADE	R$ 1,000	40,000	R$ 40,000
150	338890	PORCA 5/8 NF DUPLA	UNIDADE	R$ 3,000	200,000	R$ 600,000
151	338957	PORCA 5/8 NF DUPLA	UNIDADE	R$ 5,000	30,000	R$ 150,000
152	338839	PORCA 7/16 NC F4000	UNIDADE	R$ 2,000	40,000	R$ 80,000
153	338981	PORCA 7/8 NF DUPLA UNF CH 32	UNIDADE	R$ 7,000	61,000	R$ 427,000
154	339044	PORCA 9/16 NF	UNIDADE	R$ 5,000	32,000	R$ 160,000
155	338862	PORCA 9/16 NF TRAVANTE	UNIDADE	R$ 1,000	20,000	R$ 20,000
156	338891	PORCA DE GRAMPO	UNIDADE	R$ 3,000	200,000	R$ 600,000
157	338892	PORCA DUPLA 3/4 UNF	UNIDADE	R$ 5,000	200,000	R$ 1.000,000
158	338853	REPARO DO FEIXE DE MOLA TRASEIRO	UNIDADE	R$ 7,000	5,000	R$ 35,000

159	338849	RETENTOR DA RODA DIANTEIRA F4000	UNIDADE	R$ 25,000	5,000	R$ 125,000
160	329081	ROLAMENTO RODA DIANTEIRO EXTERNO	UNIDADE	R$ 72,000	5,000	R$ 360,000
161	338847	ROLAMENTO RODA DIANTEIRO EXTERNO F4000	UNIDADE	R$ 64,500	5,000	R$ 322,500
162	338848	ROLAMENTO RODA DIANTEIRO INTERNO F4000	UNIDADE	R$ 63,500	5,000	R$ 317,500
163	339004	SAPATA INFERIOR RN 2000	UNIDADE	R$ 130,000	16,000	R$ 2.080,000
164	339003	SAPATA TRUCK EIXO REDONDO	UNIDADE	R$ 250,000	16,000	R$ 4.000,000
165	338931	SEPARADOR C/ FEIXE MB FERRO C/ ABA	UNIDADE	R$ 150,000	8,000	R$ 1.200,000
166	338932	SEPARADOR C/ FEIXE MB FERRO S/ ABA	UNIDADE	R$ 180,000	8,000	R$ 1.440,000
167	338975	SEPARADOR COM FEIXE F 4000	UNIDADE	R$ 20,000	4,000	R$ 80,000
168	331786	SERVICO DE ARQUEAMENTO	UNIDADE	R$ 150,000	180,000	R$ 27.000,000
169	331786	SERVICO DE ARQUEAMENTO	UNIDADE	R$ 300,000	1.150,000	R$ 345.000,000
170	331785	SERVICO DE EMBUCHAMENTO	UNIDADE	R$ 350,000	500,000	R$ 175.000,000
171	331785	SERVICO DE EMBUCHAMENTO	UNIDADE	R$ 300,000	600,000	R$ 180.000,000
172	331785	SERVICO DE EMBUCHAMENTO	UNIDADE	R$ 280,000	180,000	R$ 50.400,000
173	339040	SERVICO DE MOLEJO DE CORTE E FURO	UNIDADE	R$ 80,000	1.330,000	R$ 106.400,000
174	339042	SERVICO DE MOLEJO DE OXIGENIO	UNIDADE	R$ 80,000	1.280,000	R$ 102.400,000
175	331782	SERVICO DE MOLEJO DIANTEIRA	UNIDADE	R$ 150,000	680,000	R$ 102.000,000
176	331782	SERVICO DE MOLEJO DIANTEIRA	UNIDADE	R$ 100,000	650,000	R$ 65.000,000
177	339036	SERVICO DE MOLEJO DO ESTABILIZADOR	UNIDADE	R$ 70,000	500,000	R$ 35.000,000
178	339036	SERVICO DE MOLEJO DO ESTABILIZADOR	UNIDADE	R$ 59,330	600,000	R$ 35.598,000
179	339036	SERVICO DE MOLEJO DO ESTABILIZADOR	UNIDADE	R$ 60,000	180,000	R$ 10.800,000
180	339033	SERVICO DE MOLEJO SOLDA MINIMA	UNIDADE	R$ 60,000	1.150,000	R$ 69.000,000
181	339033	SERVICO DE MOLEJO SOLDA MINIMA	UNIDADE	R$ 56,300	180,000	R$ 10.134,000
182	339034	SERVICO DE MOLEJO TRACAO	UNIDADE	R$ 190,000	1.330,000	R$ 252.700,000
183	331781	SERVICO DE MOLEJO TRASEIRO	UNIDADE	R$ 170,000	500,000	R$ 85.000,000
184	331781	SERVICO DE MOLEJO TRASEIRO	UNIDADE	R$ 190,000	650,000	R$ 123.500,000
185	331781	SERVICO DE MOLEJO TRASEIRO	UNIDADE	R$ 140,000	180,000	R$ 25.200,000
186	331790	SERVICO DE SOLDA GRANDE	UNIDADE	R$ 150,000	1.150,000	R$ 172.500,000
187	331789	SERVICO DE SOLDA MEDIA	UNIDADE	R$ 100,000	1.150,000	R$ 115.000,000
188	331789	SERVICO DE SOLDA MEDIA	UNIDADE	R$ 90,000	180,000	R$ 16.200,000
189	331792	SERVICO DE SOLDA PEQUENA	UNIDADE	R$ 80,000	830,000	R$ 66.400,000
190	331792	SERVICO DE SOLDA PEQUENA	UNIDADE	R$ 76,600	500,000	R$ 38.300,000
191	338964	SUPORTE AMORTECEDOR TRAS F4000 INFE	UNIDADE	R$ 180,000	4,000	R$ 720,000
192	338840	SUPORTE AUXILIAR F4000	UNIDADE	R$ 36,000	20,000	R$ 720,000
193	338976	SUPORTE CENTRAL GALEGO DIREITO	UNIDADE	R$ 220,000	14,000	R$ 3.080,000
194	338977	SUPORTE CENTRAL GALEGO ESQUERDO	UNIDADE	R$ 150,000	14,000	R$ 2.100,000
195	339001	SUPORTE CENTRAL MB	UNIDADE	R$ 100,000	8,000	R$ 800,000
196	338843	SUPORTE DA MOLA DIANTEIRA P/ TRASEIRA F4000	UNIDADE	R$ 95,000	5,000	R$ 475,000
197	339014	SUPORTE DIANT MB FURO 12MM DT/TZ	UNIDADE	R$ 65,000	8,000	R$ 520,000
198	339000	SUPORTE DIANT P/ DIANT TRUCK	UNIDADE	R$ 70,000	8,000	R$ 560,000
199	338841	SUPORTE DO AMORTECEDOR TRASEIRO F4000	UNIDADE	R$ 150,000	20,000	R$ 3.000,000
200	338842	SUPORTE DO EIXO DIANTEIRO F4000	UNIDADE	R$ 100,000	5,000	R$ 500,000
201	338854	SUPORTE DO FEIXE DE MOLA TRASEIRA	UNIDADE	R$ 150,000	5,000	R$ 750,000
202	338893	SUPORTE MOLA DIANTEIRA DA PARTE DIANTEIRA CARGO	UNIDADE	R$ 220,000	70,000	R$ 15.400,000
203	338894	SUPORTE MOLA DIANTEIRA DA PARTE TRASEIRA CARGO	UNIDADE	R$ 100,000	70,000	R$ 7.000,000
204	338895	SUPORTE MOLA DIANTEIRA MB 1113/2213 FURO 14 MM	UNIDADE	R$ 60,000	70,000	R$ 4.200,000
205	339041	SUPORTE MOLA MB TRASEIRO LD	UNIDADE	R$ 100,000	8,000	R$ 800,000
206	339043	SUPORTE MOLA MB TRASEIRO LE	UNIDADE	R$ 100,000	8,000	R$ 800,000
207	338990	SUPORTE MOLA P/ DIANT CARGO	UNIDADE	R$ 150,000	36,000	R$ 5.400,000
208	338935	SUPORTE MOLA TRAS MB TODOS	UNIDADE	R$ 150,000	8,000	R$ 1.200,000
209	338896	SUPORTE MOLA TRASEIRA DA PARTE DIANTEIRA CARGO	UNIDADE	R$ 70,000	70,000	R$ 4.900,000
210	338897	SUPORTE MOLA TRASEIRA DA PARTE TRASEIRA CARGO	UNIDADE	R$ 120,000	70,000	R$ 8.400,000
211	338959	SUPORTE TRAS F4000	UNIDADE	R$ 75,000	4,000	R$ 300,000
212	338986	SUPORTE TRUCK GALEGO DIANT/DIREITO	UNIDADE	R$ 160,000	36,000	R$ 5.760,000
213	338985	SUPORTE TRUCK GALEGO DIANT/ESQUERDO	UNIDADE	R$ 160,000	36,000	R$ 5.760,000
214	338987	SUPORTE TRUCK GALEGO DIREITO COMPLETO	UNIDADE	R$ 220,000	36,000	R$ 7.920,000
215	338984	SUPORTE TRUCK GALEGO ESQUERDO COMPL	UNIDADE	R$ 160,000	36,000	R$ 5.760,000
216	338846	TAMPA EMBUCHAMENTO DA MANGA DE EIXO F4000	UNIDADE	R$ 20,000	5,000	R$ 100,000
217	339005	TENSOR FIXO TRUCK RN 2000 480MM	UNIDADE	R$ 190,000	8,000	R$ 1.520,000
218	339006	TENSOR REGULAVEL TRUCK RN 200	UNIDADE	R$ 220,000	8,000	R$ 1.760,000
219	338898	TRAVA DE PINO MOLA MB	UNIDADE	R$ 30,000	70,000	R$ 2.100,000
TOTAL DO VENCEDOR R$ 2.608.135,88 (dois milhões seiscentos e oito mil cento e trinta e cinco reais e oitenta e oito centavos).						

Paranatinga/MT, 15 de Dezembro de 2014.

LUCIA APARECIDA DE FRANÇA CORREA
Pregoeira

Publicado por:
Sabta Taylla Biazin da Silva
Código Identificador:387D576E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 53/2014.

APROVA O PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT PARA O EXERCÍCIO DE 2015, CONFORME ANEXO ÚNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal **Srº. Tarcisio Ferrari,** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e objetivando a operacionalização do Sistema de Auditoria Interna do Município, no âmbito do Poder Executivo.

CONSIDERANDO, que o Sistema de Auditoria Interna é exercido em obediência ao disposto na Constituição Federal, nas normas gerais de direito financeiro contidas na Lei Federal nº. 4.320/64, Lei Complementar Federal nº. 101/2000, Lei Orgânica do Município, e o Decreto nº 29/2014, de 09 de Julho de 2014, bem como as normas específicas do TCE/MT;

CONSIDERANDO que a Instrução Normativa SCI 02/2011, dispõe sobre o Manual de Auditoria Interna e estabelece os padrões e procedimentos para a realização das auditorias internas;

CONSIDERANDO que a auditoria visa avaliar a gestão pública, pelos processos e resultados gerenciais, e a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

CONSIDERANDO que as atividades de competência da Auditoria Interna do Município terão como enfoque principal a avaliação da eficiência e eficácia dos procedimentos de controle adotados nos diversos sistemas administrativos, pelo órgão central e unidades setoriais, cujos resultados serão consignados em relatório contendo prováveis recomendações para o aprimoramento de tais controles;

CONSIDERANDO que o Manual de Auditoria Interna, o documento que orienta as normas para as Auditorias Internas, especificará os procedimentos e metodologia de trabalho a serem observados.

CONSIDERANDO que o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI é para execução no ano de 2015, visando atender aos dispositivos legais e regulamentares e ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Fica aprovado o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI/2015, da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, conforme Anexo Único.

Caberá a equipe de Auditoria prestar os esclarecimentos e orientações a respeito da aplicação dos dispositivos deste Decreto.

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Reserva do Cabaçal-MT, 12 de Dezembro de 2014.

TARCISIO FERRARI
Prefeito Municipal em exercício

ANEXO ÚNICO
CRONOGRAMA DE ATIVIDADE – PAAI/2015

SISTEMAS	ÀREA	PERÍODO ESTIMADO (dias úteis)	EQUIPE	DATA INICIAL	DATA FINAL
AUDITORIAS ENTRE OS MESES DE FEVEREIRO A JUNHO DE 2015					
Transporte Escolar	Sec. Mun. de Educação	02 dias	Auditoria	25/02	26/02
Serviços Gerais	Sec. Mun. de Educação	03 dias	Auditoria	10/03	12/03
Tributação	Fundo Municipal de Previdência	05 dias	Auditoria	06/04	10/04
Contabilidade	Sec. de Administração	05 dias	Auditoria	04/05	08/05
Planejamento	Sec. Municipal de Assistência Social	05 dias	Auditoria	25/05	29/05
AUDITORIAS ENTRE OS MESES DE JULHO A NOVEMBRO DE 2015					
Bem Estar Social	Sec. de Finanças	05 dias	Auditoria	01/07	07/07
Saúde	Sec. de Saúde	05 dias	Auditoria	10/08	14/08
Câmara Municipal	Câmara Municipal	05 dias	Auditoria	14/09	18/09
Alimentação Escolar	Sec. de Finanças	05 dias	Auditoria	05/10	09/10
Reser-Previ	Sec. de Administração	05 dias	Auditoria	09/11	13/11
MÊS DE DEZEMBRO					
PAAI - 2016	(Elaboração)	02 dias	Auditoria	07/12/2015	08/12/2015

Reserva do Cabaçal-MT, 12 de Dezembro de 2014.

PEDRO PAULINO DE SOUZA
Auditor Público Interno
Port. nº 244/2014

Publicado por:
Maria Aparecida Alves Motta
Código Identificador:3B391FB5

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

GABINETE DA PREFEITA
DEMONSTRATIVO DE DESPESA POR ÓRGÃO

Natureza Jurídica não encontrada
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 05/01/2015 (A)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA						
Funções / Órgão	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - CAMARA MUNICIPAL	775.535,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.00 - GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	1.390.100,00	0,00	0,00

03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDAE DESENVOLVIMENTO	0,00	11.125,00	0,00	769.354,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	981.620,70	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	617.000,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	380.000,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ARRECADAÇÃO	0,00	0,00	0,00	158.625,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	0,00	0,00	0,00	62.625,00	0,00	0,00
Total:	775.535,86	11.125,00	0,00	4.359.324,70	0,00	0,00

Funções / Órgão	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - CAMARA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.00 - GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDAE DESENVOLVIMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	164.000,00	0,00
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.997.515,62
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	3.696.800,78	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	747.072,50	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ARRECADAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	747.072,50	0,00	3.696.800,78	164.000,00	3.997.515,62

Funções / Órgão	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - CAMARA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.00 - GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDAE DESENVOLVIMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT	91.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	1.407.750,00	0,00
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	244.250,00	240.000,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	197.750,00
11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ARRECADAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	91.450,00	0,00	244.250,00	240.000,00	1.407.750,00	197.750,00

Funções / Órgão	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - CAMARA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.00 - GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.025,00
03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDAE DESENVOLVIMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	10.250,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	0,00	52.125,00	0,00	27.500,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ARRECADAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	52.125,00	0,00	37.750,00	0,00	11.025,00

Funções / Órgão	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
01.00 - CAMARA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	775.535,86
02.00 - GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.401.125,00
03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDAE DESENVOLVIMENTO	0,00	0,00	0,00	120.000,00	143.375,00	1.207.854,00
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT	0,00	0,00	157.600,00	0,00	0,00	4.246.565,62
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.104.550,78
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	44.950,00	2.499.255,00	5.500,00	0,00	0,00	4.015.575,70
07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	747.072,50
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	627.250,00
09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	0,00	0,00	41.250,00	0,00	0,00	500.875,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	197.750,00
11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ARRECADAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	158.625,00
12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62.625,00
Total:	44.950,00	2.499.255,00	204.350,00	120.000,00	143.375,00	19.045.404,46
Total geral:						19.045.404,46

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

GERSON MARINHO DA SILVA JUNIOR
Secretario Municipal de Finanç

JOSE LEOCADIO DE MIRANDA SILVA
Contador

Publicado por:
Fabio Frazao Vilanova
Código Identificador:0F71A09B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

DEPTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2014 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 178/2014

VALIDADE: 12 (doze) meses oficiais. **DATA:** 12/12/2014 **VIGÊNCIA:** 12/12/2015.
OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de material de limpeza, para atender as Unidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital**.**
EMPRESA DETENTORA:
· **ATA Nº. 292/2014 – DELFIOL & DELFIOL LTDA - CNPJ** 01.315.636/0001-95, 01.315.636/0001-95

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	UNIT	TOTAL
1	1800	UND	DESINFETANTE CONCENTRADO, FRAGRANCIA EUCALIPTO, COM AÇÃO GERMICIDA E BACTERICIDA. EMBALAGEM - FRASCO COM 750 ML.	KALIPTO	2,63	4.734,00
2	120	UND	ESCOVA PARA LAVAR ROUPA, COM CABO DE PLÁSTICO, CERDAS DE NYLON.	BICOLOR	2,99	358,80
3	300	PAR	LUVA DE LATEX NATURAL, CANO MEDIO, ALTA SENSIBILIDADE TATIL, PALMA ANTIDERRAPANTE E INTERIOR EM ALGODAO FLOCADO, ANATÔMICA CONFORTAVEIS, RESISTENTES E DURAVEIS, TAMANHO M.	DANNY	3,20	960,00
4	320	PAR	LUVA DE LATEX NATURAL, CANO MEDIO, ALTA SENSIBILIDADE TATIL, PALMA ANTIDERRAPANTE E INTERIOR EM ALGODAO FLOCADO, ANATOMICA CONFORTAVEIS, RESISTENTES E DURAVEIS, TAMANHO G.	DANNY	2,70	864,00
5	288	PAR	LUVA DE LATEX NATURAL, CANO MEDIO, ALTA SENSIBILIDADE TATIL, PALMA ANTIDERRAPANTE E INTERIOR EM ALGODAO FLOCADO, ANATÔMICA CONFORTAVEIS, RESISTENTES E DURAVEIS, TAMANHO P.	DANNY	2,70	777,60
6	144	UND	RODO DE MADEIRA, DUPLO EM EVA, TAMANHO 60 CM, CABO DE MADEIRA MEDINDO 1,20 MTS	DURABEM	5,65	813,60
7	20000	UND	SACO PARA LIXO EXTRA FORTE, LIXOS PESADOS SUPER RESISTENTE E REFORÇADO NAS MEDIDAS: 75X1.02CM 100 LITROS	PLUMA	0,65	13.000,00
8	15000	UND	SACO PARA LIXO EXTRA FORTE, LIXOS PESADOS. SUPER RESISTENTE E REFORÇADO NAS MEDIDAS: 60X78CM 50 LITROS	PLUMA	0,45	6.750,00
9	60	UND	VASSOURA COM CERDAS DE NYLON, COM CABO DE MADEIRA TAMANHO APROXIMADO 1 METRO E 20 CM	VARREBEM	7,50	450,00
VALOR TOTAL						**R$ 28.708,00**

O teor dos documentos poderá ser obtido na Internet por meio do endereço www.sinop.mt.gov.br Para maiores esclarecimentos fax (66) 3517-5298 ou e-mail licitacao@sinop.mt.gov.br.

SINOP-MT, 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:4532018F

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº. 108/2014

DATA: 16 de dezembro de 2014

SÚMULA: Altera as Tabelas da Lei Complementar n° 062/2011, de 31 de maio de 2011, que dispõe sobre a carreira dos Profissionais da Educação Pública Básica do Município de Sinop, aplicando o reajuste salarial de 6,33% e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar;

Art. 1º. Esta Lei Complementar promove alterações nas Tabelas da Lei Complementar n° 062/2011, de 31 de maio de 2011, que dispõe sobre a carreira dos Profissionais da Educação Pública Básica do Município de Sinop, aplicando o reajuste salarial de 6,33% (seis vírgula trinta e três por cento) e dá outras providências.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2015.

Art. 3º. Revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 16 de dezembro de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO I

Apoio Educacional 40 h					
CLASSE		A	B	C	D
Coef.		1	1,1	1,2	1,3
Escolaridade		Fundamental	Fundamental Profissionalizado	Médio	Médio Profissionalizado
1	1,00	R$ 902,42	R$ 992,66	R$ 1.082,90	R$ 1.173,15
2	1,04	R$ 938,52	R$ 1.032,37	R$ 1.126,22	R$ 1.220,07
3	1,09	R$ 983,64	R$ 1.082,00	R$ 1.180,37	R$ 1.278,73
4	1,14	R$ 1.028,76	R$ 1.131,63	R$ 1.234,51	R$ 1.337,39
5	1,19	R$ 1.073,88	R$ 1.181,27	R$ 1.288,66	R$ 1.396,04
6	1,25	R$ 1.128,03	R$ 1.240,83	R$ 1.353,63	R$ 1.466,43

7	1,32	R$ 1.191,19	R$ 1.310,31	R$ 1.429,43	R$ 1.548,55
8	1,41	R$ 1.272,41	R$ 1.399,65	R$ 1.526,89	R$ 1.654,14
9	1,50	R$ 1.353,63	R$ 1.488,99	R$ 1.624,36	R$ 1.759,72
10	1,53	R$ 1.380,70	R$ 1.518,77	R$ 1.656,84	R$ 1.794,91
11	1,56	R$ 1.407,78	R$ 1.548,55	R$ 1.689,33	R$ 1.830,11
12	1,59	R$ 1.434,85	R$ 1.578,33	R$ 1.721,82	R$ 1.865,30

PROFESSOR 40 HORAS SEMANAIS

CLASSE		A	B	C	D	E
Coef.		1	1,5	1,7	2	2,3
Escolaridade		Médio	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
1	1,00	R$ 1.804,85	R$ 2.707,28	R$ 3.068,25	R$ 3.609,70	R$ 4.151,16
2	1,04	R$ 1.877,04	R$ 2.815,57	R$ 3.190,97	R$ 3.754,09	R$ 4.317,20
3	1,09	R$ 1.967,29	R$ 2.950,93	R$ 3.344,39	R$ 3.934,57	R$ 4.524,76
4	1,14	R$ 2.057,53	R$ 3.086,29	R$ 3.497,80	R$ 4.115,06	R$ 4.732,32
5	1,19	R$ 2.147,77	R$ 3.221,66	R$ 3.651,21	R$ 4.295,54	R$ 4.939,87
6	1,25	R$ 2.256,06	R$ 3.384,09	R$ 3.835,31	R$ 4.512,13	R$ 5.188,94
7	1,32	R$ 2.382,40	R$ 3.573,60	R$ 4.050,08	R$ 4.764,80	R$ 5.479,52
8	1,41	R$ 2.544,84	R$ 3.817,26	R$ 4.326,23	R$ 5.089,68	R$ 5.853,13
9	1,50	R$ 2.707,28	R$ 4.060,91	R$ 4.602,37	R$ 5.414,55	R$ 6.226,73
10	1,53	R$ 2.761,42	R$ 4.142,13	R$ 4.694,41	R$ 5.522,84	R$ 6.351,27
11	1,56	R$ 2.815,57	R$ 4.223,35	R$ 4.786,46	R$ 5.631,13	R$ 6.475,80
12	1,59	R$ 2.869,71	R$ 4.304,57	R$ 4.878,51	R$ 5.739,42	R$ 6.600,34

PROFESSOR 20 HORAS SEMANAIS

CLASSE		A	B	C	D	E
Coef.		1	1,5	1,7	2	2,3
Escolaridade		Médio	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
1	1,00	R$ 902,42	R$ 1.353,63	R$ 1.534,11	R$ 1.804,84	R$ 2.075,57
2	1,04	R$ 938,52	R$ 1.407,78	R$ 1.595,48	R$ 1.877,03	R$ 2.158,59
3	1,09	R$ 983,64	R$ 1.475,46	R$ 1.672,18	R$ 1.967,28	R$ 2.262,37
4	1,14	R$ 1.028,76	R$ 1.543,14	R$ 1.748,89	R$ 2.057,52	R$ 2.366,15
5	1,19	R$ 1.073,88	R$ 1.610,82	R$ 1.825,60	R$ 2.147,76	R$ 2.469,92
6	1,25	R$ 1.128,03	R$ 1.692,04	R$ 1.917,64	R$ 2.256,05	R$ 2.594,46
7	1,32	R$ 1.191,19	R$ 1.786,79	R$ 2.025,03	R$ 2.382,39	R$ 2.739,75
8	1,41	R$ 1.272,41	R$ 1.908,62	R$ 2.163,10	R$ 2.544,82	R$ 2.926,55
9	1,50	R$ 1.353,63	R$ 2.030,45	R$ 2.301,17	R$ 2.707,26	R$ 3.113,35
10	1,53	R$ 1.380,70	R$ 2.071,05	R$ 2.347,19	R$ 2.761,41	R$ 3.175,62
11	1,56	R$ 1.407,78	R$ 2.111,66	R$ 2.393,22	R$ 2.815,55	R$ 3.237,88
12	1,59	R$ 1.434,85	R$ 2.152,27	R$ 2.439,24	R$ 2.869,70	R$ 3.300,15

PROFESSOR 30 HORAS SEMANAIS

CLASSE		A	B	C	D	E
Coef.		1	1,5	1,7	2	2,3
Escolaridade		Médio	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
1	1,00	R$ 1.353,62	R$ 2.030,43	R$ 2.301,15	R$ 2.707,24	R$ 3.113,33
2	1,04	R$ 1.407,76	R$ 2.111,65	R$ 2.393,20	R$ 2.815,53	R$ 3.237,86
3	1,09	R$ 1.475,45	R$ 2.213,17	R$ 2.508,26	R$ 2.950,89	R$ 3.393,53
4	1,14	R$ 1.543,13	R$ 2.314,69	R$ 2.623,32	R$ 3.086,25	R$ 3.549,19
5	1,19	R$ 1.610,81	R$ 2.416,21	R$ 2.738,37	R$ 3.221,62	R$ 3.704,86
6	1,25	R$ 1.692,03	R$ 2.538,04	R$ 2.876,44	R$ 3.384,05	R$ 3.891,66
7	1,32	R$ 1.786,78	R$ 2.680,17	R$ 3.037,52	R$ 3.573,56	R$ 4.109,59
8	1,41	R$ 1.908,60	R$ 2.862,91	R$ 3.244,63	R$ 3.817,21	R$ 4.389,79
9	1,50	R$ 2.030,43	R$ 3.045,65	R$ 3.451,73	R$ 4.060,86	R$ 4.669,99
10	1,53	R$ 2.071,04	R$ 3.106,56	R$ 3.520,77	R$ 4.142,08	R$ 4.763,39
11	1,56	R$ 2.111,65	R$ 3.167,47	R$ 3.589,80	R$ 4.223,29	R$ 4.856,79
12	1,59	R$ 2.152,26	R$ 3.228,38	R$ 3.658,83	R$ 4.304,51	R$ 4.950,19

TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL 30H

CLASSE		A	B	C	D	E	F
Coef.		1	1,1	1,2	1,3	1,4	1,5
Escolaridade		Fundamental	Fundamental Profissionalizado	Médio	Médio Profissionalizado	Superior	Pós Graduado
1	1,00	R$ 933,94	R$ 1.027,33	R$ 1.120,73	R$ 1.214,12	R$ 1.307,52	R$ 1.400,91
2	1,04	R$ 971,30	R$ 1.068,43	R$ 1.165,56	R$ 1.262,69	R$ 1.359,82	R$ 1.456,95
3	1,09	R$ 1.017,99	R$ 1.119,79	R$ 1.221,59	R$ 1.323,39	R$ 1.425,19	R$ 1.526,99
4	1,14	R$ 1.064,69	R$ 1.171,16	R$ 1.277,63	R$ 1.384,10	R$ 1.490,57	R$ 1.597,04
5	1,19	R$ 1.111,39	R$ 1.222,53	R$ 1.333,67	R$ 1.444,81	R$ 1.555,94	R$ 1.667,08
6	1,25	R$ 1.167,43	R$ 1.284,17	R$ 1.400,91	R$ 1.517,65	R$ 1.634,40	R$ 1.751,14
7	1,32	R$ 1.232,80	R$ 1.356,08	R$ 1.479,36	R$ 1.602,64	R$ 1.725,92	R$ 1.849,20
8	1,41	R$ 1.316,86	R$ 1.448,54	R$ 1.580,23	R$ 1.711,91	R$ 1.843,60	R$ 1.975,28
9	1,50	R$ 1.400,91	R$ 1.541,00	R$ 1.681,09	R$ 1.821,18	R$ 1.961,27	R$ 2.101,37
10	1,53	R$ 1.428,93	R$ 1.571,82	R$ 1.714,71	R$ 1.857,61	R$ 2.000,50	R$ 2.143,39
11	1,56	R$ 1.456,95	R$ 1.602,64	R$ 1.748,34	R$ 1.894,03	R$ 2.039,72	R$ 2.185,42
12	1,59	R$ 1.484,96	R$ 1.633,46	R$ 1.781,96	R$ 1.930,45	R$ 2.078,95	R$ 2.227,45

TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL 40H

CLASSE		A	B	C	D	E	F
Coef.		1	1,1	1,2	1,3	1,4	1,5
Escolaridade		Fundamental	Fundamental Profissionalizado	Médio	Médio Profissionalizado	Superior	Pós Graduado
1	1,00	R$ 1.245,26	R$ 1.369,79	R$ 1.494,31	R$ 1.618,84	R$ 1.743,36	R$ 1.867,89
2	1,04	R$ 1.295,07	R$ 1.424,58	R$ 1.554,08	R$ 1.683,59	R$ 1.813,10	R$ 1.942,61
3	1,09	R$ 1.357,33	R$ 1.493,07	R$ 1.628,80	R$ 1.764,53	R$ 1.900,27	R$ 2.036,00
4	1,14	R$ 1.419,60	R$ 1.561,56	R$ 1.703,52	R$ 1.845,48	R$ 1.987,43	R$ 2.129,39
5	1,19	R$ 1.481,86	R$ 1.630,05	R$ 1.778,23	R$ 1.926,42	R$ 2.074,60	R$ 2.222,79
6	1,25	R$ 1.556,58	R$ 1.712,23	R$ 1.867,89	R$ 2.023,55	R$ 2.179,21	R$ 2.334,86
7	1,32	R$ 1.643,74	R$ 1.808,12	R$ 1.972,49	R$ 2.136,87	R$ 2.301,24	R$ 2.465,61
8	1,41	R$ 1.755,82	R$ 1.931,40	R$ 2.106,98	R$ 2.282,56	R$ 2.458,14	R$ 2.633,72

9	1,50	R$ 1.867,89	R$ 2.054,68	R$ 2.241,47	R$ 2.428,26	R$ 2.615,05	R$ 2.801,84
10	1,53	R$ 1.905,25	R$ 2.095,77	R$ 2.286,30	R$ 2.476,82	R$ 2.667,35	R$ 2.857,87
11	1,56	R$ 1.942,61	R$ 2.136,87	R$ 2.331,13	R$ 2.525,39	R$ 2.719,65	R$ 2.913,91
12	1,59	R$ 1.979,96	R$ 2.177,96	R$ 2.375,96	R$ 2.573,95	R$ 2.771,95	R$ 2.969,95

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:D9CB298E

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 2095/2014

DATA: 16 de dezembro de 2014

SÚMULA: Altera o Anexo I da Lei n° 1604/2011, de 21 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Prefeitura de Sinop - MT, aplicando o reajuste salarial de 6,33% e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Esta Lei promove alterações no Anexo I da Lei n° 1604/2011, de 21 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Prefeitura de Sinop - MT, de suas Fundações e Autarquias, aplicando-se às suas tabelas o reajuste salarial de 6,33% (seis vírgula trinta e três por cento).

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2015.

Art. 3º. Revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 16 de dezembro de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO I

Ensino Superior							
Cargo							
Controlador Interno							
CLASSE		**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**
Escolaridade		**Graduação**	**400 H ou Especialização**	**Mais 1 Especialização**	**Mais 1 Especialização**	**Mestrado**	**Doutorado**
Nível		**1**	**1,05**	**1,1**	**1,15**	**1,3**	**1,4**
1	1,00	R$ 7.229,82	R$ 7.591,31	R$ 7.952,80	R$ 8.314,29	R$ 9.398,77	R$ 10.121,75
2	1,04	R$ 7.519,01	R$ 7.894,96	R$ 8.270,91	R$ 8.646,86	R$ 9.774,72	R$ 10.526,62
3	1,09	R$ 7.880,50	R$ 8.274,53	R$ 8.668,55	R$ 9.062,58	R$ 10.244,65	R$ 11.032,71
4	1,14	R$ 8.241,99	R$ 8.654,09	R$ 9.066,19	R$ 9.478,29	R$ 10.714,59	R$ 11.538,79
5	1,19	R$ 8.603,49	R$ 9.033,66	R$ 9.463,83	R$ 9.894,01	R$ 11.184,53	R$ 12.044,88
6	1,25	R$ 9.037,28	R$ 9.489,14	R$ 9.941,00	R$ 10.392,87	R$ 11.748,46	R$ 12.652,19
7	1,32	R$ 9.543,36	R$ 10.020,53	R$ 10.497,70	R$ 10.974,87	R$ 12.406,37	R$ 13.360,71
8	1,41	R$ 10.194,05	R$ 10.703,75	R$ 11.213,45	R$ 11.723,15	R$ 13.252,26	R$ 14.271,66
9	1,50	R$ 10.844,73	R$ 11.386,97	R$ 11.929,20	R$ 12.471,44	R$ 14.098,15	R$ 15.182,62
10	1,53	R$ 11.061,62	R$ 11.614,71	R$ 12.167,79	R$ 12.720,87	R$ 14.380,11	R$ 15.486,27
11	1,56	R$ 11.278,52	R$ 11.842,45	R$ 12.406,37	R$ 12.970,30	R$ 14.662,07	R$ 15.789,93
12	1,59	R$ 11.495,41	R$ 12.070,18	R$ 12.644,96	R$ 13.219,73	R$ 14.944,04	R$ 16.093,58
Tabela II							
Ensino Superior							
Cargo							
Bibliotecário; Auditor Fiscal da Receita Municipal; Técnico de Modalidades Desportivas							
CLASSE		**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**
Escolaridade		**Graduação**	**400 H ou Especialização**	**Mais 1 Especialização**	**Mais 1 Especialização**	**Mestrado**	**Doutorado**
Nível		**1**	**1,05**	**1,1**	**1,15**	**1,3**	**1,4**
1	1,00	R$ 2.999,20	R$ 3.149,16	R$ 3.299,12	R$ 3.449,08	R$ 3.898,96	R$ 4.198,88
2	1,04	R$ 3.119,17	R$ 3.275,13	R$ 3.431,08	R$ 3.587,04	R$ 4.054,92	R$ 4.366,84
3	1,09	R$ 3.269,13	R$ 3.432,58	R$ 3.596,04	R$ 3.759,50	R$ 4.249,87	R$ 4.576,78
4	1,14	R$ 3.419,09	R$ 3.590,04	R$ 3.761,00	R$ 3.931,95	R$ 4.444,81	R$ 4.786,72
5	1,19	R$ 3.569,05	R$ 3.747,50	R$ 3.925,95	R$ 4.104,41	R$ 4.639,76	R$ 4.996,67
6	1,25	R$ 3.749,00	R$ 3.936,45	R$ 4.123,90	R$ 4.311,35	R$ 4.873,70	R$ 5.248,60
7	1,32	R$ 3.958,94	R$ 4.156,89	R$ 4.354,84	R$ 4.552,79	R$ 5.146,63	R$ 5.542,52
8	1,41	R$ 4.228,87	R$ 4.440,32	R$ 4.651,76	R$ 4.863,20	R$ 5.497,53	R$ 5.920,42
9	1,50	R$ 4.498,80	R$ 4.723,74	R$ 4.948,68	R$ 5.173,62	R$ 5.848,44	R$ 6.298,32
10	1,53	R$ 4.588,78	R$ 4.818,21	R$ 5.047,65	R$ 5.277,09	R$ 5.965,41	R$ 6.424,29
11	1,56	R$ 4.678,75	R$ 4.912,69	R$ 5.146,63	R$ 5.380,56	R$ 6.082,38	R$ 6.550,25
12	1,59	R$ 4.768,73	R$ 5.007,16	R$ 5.245,60	R$ 5.484,04	R$ 6.199,35	R$ 6.676,22
Tabela III							
Ensino Superior							
Cargo							
Secretária Executiva; Chefe de Departamento Serviço Militar e Cadastro (estável)							
CLASSE		**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**
Escolaridade		**Graduação**	**400 H ou Especialização**	**Mais 1 Especialização**	**Mais 1 Especialização**	**Mestrado**	**Doutorado**
Nível		**1**	**1,05**	**1,1**	**1,15**	**1,3**	**1,4**
1	1,00	R$ 3.477,49	R$ 3.651,36	R$ 3.825,24	R$ 3.999,11	R$ 4.520,74	R$ 4.868,49
2	1,04	R$ 3.616,59	R$ 3.797,42	R$ 3.978,25	R$ 4.159,08	R$ 4.701,57	R$ 5.063,23
3	1,09	R$ 3.790,46	R$ 3.979,99	R$ 4.169,51	R$ 4.359,03	R$ 4.927,60	R$ 5.306,65

4	1,14	R$ 3.964,34	R$ 4.162,56	R$ 4.360,77	R$ 4.558,99	R$ 5.153,64	R$ 5.550,07
5	1,19	R$ 4.138,21	R$ 4.345,12	R$ 4.552,03	R$ 4.758,95	R$ 5.379,68	R$ 5.793,50
6	1,25	R$ 4.346,86	R$ 4.564,21	R$ 4.781,55	R$ 4.998,89	R$ 5.650,92	R$ 6.085,61
7	1,32	R$ 4.590,29	R$ 4.819,80	R$ 5.049,32	R$ 5.278,83	R$ 5.967,37	R$ 6.426,40
8	1,41	R$ 4.903,26	R$ 5.148,42	R$ 5.393,59	R$ 5.638,75	R$ 6.374,24	R$ 6.864,57
9	1,50	R$ 5.216,24	R$ 5.477,05	R$ 5.737,86	R$ 5.998,67	R$ 6.781,11	R$ 7.302,73
10	1,53	R$ 5.320,56	R$ 5.586,59	R$ 5.852,62	R$ 6.118,64	R$ 6.916,73	R$ 7.448,78
11	1,56	R$ 5.424,88	R$ 5.696,13	R$ 5.967,37	R$ 6.238,62	R$ 7.052,35	R$ 7.594,84
12	1,59	R$ 5.529,21	R$ 5.805,67	R$ 6.082,13	R$ 6.358,59	R$ 7.187,97	R$ 7.740,89

Tabela IV

Ensino Superior

Cargo

Arquiteto; Engenheiro Civil; Zootecnista; Administrador Hospitalar; Engenheiro Eletricista; Historiador; Jornalista

CLASSE		**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**
Escolaridade		**Graduação**	**400 H ou Especialização**	**Mais 1 Especialização**	**Mais 1 Especialização**	**Mestrado**	**Doutorado**
Nível		**1**	**1,05**	**1,1**	**1,15**	**1,3**	**1,4**
1	1,00	R$ 4.417,85	R$ 4.638,74	R$ 4.859,64	R$ 5.080,53	R$ 5.743,21	R$ 6.184,99
2	1,04	R$ 4.594,56	R$ 4.824,29	R$ 5.054,02	R$ 5.283,75	R$ 5.972,93	R$ 6.432,39
3	1,09	R$ 4.815,46	R$ 5.056,23	R$ 5.297,00	R$ 5.537,77	R$ 6.260,09	R$ 6.741,64
4	1,14	R$ 5.036,35	R$ 5.288,17	R$ 5.539,98	R$ 5.791,80	R$ 6.547,25	R$ 7.050,89
5	1,19	R$ 5.257,24	R$ 5.520,10	R$ 5.782,97	R$ 6.045,83	R$ 6.834,41	R$ 7.360,14
6	1,25	R$ 5.522,31	R$ 5.798,43	R$ 6.074,54	R$ 6.350,66	R$ 7.179,01	R$ 7.731,24
7	1,32	R$ 5.831,56	R$ 6.123,14	R$ 6.414,72	R$ 6.706,30	R$ 7.581,03	R$ 8.164,19
8	1,41	R$ 6.229,17	R$ 6.540,63	R$ 6.852,09	R$ 7.163,54	R$ 8.097,92	R$ 8.720,84
9	1,50	R$ 6.626,78	R$ 6.958,11	R$ 7.289,45	R$ 7.620,79	R$ 8.614,81	R$ 9.277,49
10	1,53	R$ 6.759,31	R$ 7.097,28	R$ 7.435,24	R$ 7.773,21	R$ 8.787,10	R$ 9.463,03
11	1,56	R$ 6.891,85	R$ 7.236,44	R$ 7.581,03	R$ 7.925,62	R$ 8.959,40	R$ 9.648,58
12	1,59	R$ 7.024,38	R$ 7.375,60	R$ 7.726,82	R$ 8.078,04	R$ 9.131,70	R$ 9.834,13

Tabela V

Ensino Superior

Cargo

Engenheiro Civil 30 horas

CLASSE		**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**
Escolaridade		**Graduação**	**400 H ou Especialização**	**Mais 1 Especialização**	**Mais 1 Especialização**	**Mestrado**	**Doutorado**
Nível		**1**	**1,05**	**1,1**	**1,15**	**1,3**	**1,4**
1	1,00	R$ 3.313,38	R$ 3.479,05	R$ 3.644,72	R$ 3.810,39	R$ 4.307,39	R$ 4.638,73
2	1,04	R$ 3.445,92	R$ 3.618,21	R$ 3.790,51	R$ 3.962,80	R$ 4.479,69	R$ 4.824,28
3	1,09	R$ 3.611,58	R$ 3.792,16	R$ 3.972,74	R$ 4.153,32	R$ 4.695,06	R$ 5.056,22
4	1,14	R$ 3.777,25	R$ 3.966,12	R$ 4.154,98	R$ 4.343,84	R$ 4.910,43	R$ 5.288,15
5	1,19	R$ 3.942,92	R$ 4.140,07	R$ 4.337,21	R$ 4.534,36	R$ 5.125,80	R$ 5.520,09
6	1,25	R$ 4.141,73	R$ 4.348,81	R$ 4.555,90	R$ 4.762,98	R$ 5.384,24	R$ 5.798,42
7	1,32	R$ 4.373,66	R$ 4.592,34	R$ 4.811,03	R$ 5.029,71	R$ 5.685,76	R$ 6.123,13
8	1,41	R$ 4.671,87	R$ 4.905,46	R$ 5.139,05	R$ 5.372,65	R$ 6.073,43	R$ 6.540,61
9	1,50	R$ 4.970,07	R$ 5.218,57	R$ 5.467,08	R$ 5.715,58	R$ 6.461,09	R$ 6.958,10
10	1,53	R$ 5.069,47	R$ 5.322,94	R$ 5.576,42	R$ 5.829,89	R$ 6.590,31	R$ 7.097,26
11	1,56	R$ 5.168,87	R$ 5.427,32	R$ 5.685,76	R$ 5.944,20	R$ 6.719,53	R$ 7.236,42
12	1,59	R$ 5.268,27	R$ 5.531,69	R$ 5.795,10	R$ 6.058,52	R$ 6.848,76	R$ 7.375,58

Tabela VI

Ensino Superior

Cargo

Cirurgião Dentista 10 horas

CLASSE		**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**
Escolaridade		**Graduação**	**400 H ou Especialização**	**Mais 1 Especialização**	**Mais 1 Especialização**	**Mestrado**	**Doutorado**
Nível		**1**	**1,05**	**1,1**	**1,15**	**1,3**	**1,4**
1	1,00	R$ 1.558,86	R$ 1.636,80	R$ 1.714,75	R$ 1.792,69	R$ 2.026,52	R$ 2.182,40
2	1,04	R$ 1.621,21	R$ 1.702,28	R$ 1.783,34	R$ 1.864,40	R$ 2.107,58	R$ 2.269,70
3	1,09	R$ 1.699,16	R$ 1.784,12	R$ 1.869,07	R$ 1.954,03	R$ 2.208,90	R$ 2.378,82
4	1,14	R$ 1.777,10	R$ 1.865,96	R$ 1.954,81	R$ 2.043,67	R$ 2.310,23	R$ 2.487,94
5	1,19	R$ 1.855,04	R$ 1.947,80	R$ 2.040,55	R$ 2.133,30	R$ 2.411,56	R$ 2.597,06
6	1,25	R$ 1.948,58	R$ 2.046,00	R$ 2.143,43	R$ 2.240,86	R$ 2.533,15	R$ 2.728,01
7	1,32	R$ 2.057,70	R$ 2.160,58	R$ 2.263,46	R$ 2.366,35	R$ 2.675,00	R$ 2.880,77
8	1,41	R$ 2.197,99	R$ 2.307,89	R$ 2.417,79	R$ 2.527,69	R$ 2.857,39	R$ 3.077,19
9	1,50	R$ 2.338,29	R$ 2.455,20	R$ 2.572,12	R$ 2.689,03	R$ 3.039,78	R$ 3.273,61
10	1,53	R$ 2.385,06	R$ 2.504,31	R$ 2.623,56	R$ 2.742,81	R$ 3.100,57	R$ 3.339,08
11	1,56	R$ 2.431,82	R$ 2.553,41	R$ 2.675,00	R$ 2.796,59	R$ 3.161,37	R$ 3.404,55
12	1,59	R$ 2.478,59	R$ 2.602,52	R$ 2.726,45	R$ 2.850,38	R$ 3.222,16	R$ 3.470,02

Tabela VII

Ensino Superior

Cargo

Farmacêutico / Bioquímico; Biomédico; Engenheiro Químico; Biólogo; Médico Veterinário; Engenheiro Florestal; Contador; Engenheiro Agrônomo; Publicitário; Terapeuta Ocupacional; Geólogo; Psicólogo; Nutricionista; Fonoaudiólogo; Fisioterapeuta; Engenheiro Sanitarista; Enfermeira; Bioquímico; Assistente Social; Analista de Sistema; Turismólogo; Procurador Jurídico

CLASSE		**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**
Escolaridade		**Graduação**	**400 H ou Especialização**	**Mais 1 Especialização**	**Mais 1 Especialização**	**Mestrado**	**Doutorado**
Nível		**1**	**1,05**	**1,1**	**1,15**	**1,3**	**1,4**
1	1,00	R$ 4.897,48	R$ 5.142,35	R$ 5.387,23	R$ 5.632,10	R$ 6.366,72	R$ 6.856,47
2	1,04	R$ 5.093,38	R$ 5.348,05	R$ 5.602,72	R$ 5.857,39	R$ 6.621,39	R$ 7.130,73
3	1,09	R$ 5.338,25	R$ 5.605,17	R$ 5.872,08	R$ 6.138,99	R$ 6.939,73	R$ 7.473,55
4	1,14	R$ 5.583,13	R$ 5.862,28	R$ 6.141,44	R$ 6.420,60	R$ 7.258,07	R$ 7.816,38
5	1,19	R$ 5.828,00	R$ 6.119,40	R$ 6.410,80	R$ 6.702,20	R$ 7.576,40	R$ 8.159,20
6	1,25	R$ 6.121,85	R$ 6.427,94	R$ 6.734,04	R$ 7.040,13	R$ 7.958,41	R$ 8.570,59
7	1,32	R$ 6.464,67	R$ 6.787,91	R$ 7.111,14	R$ 7.434,37	R$ 8.404,08	R$ 9.050,54
8	1,41	R$ 6.905,45	R$ 7.250,72	R$ 7.595,99	R$ 7.941,26	R$ 8.977,08	R$ 9.667,63
9	1,50	R$ 7.346,22	R$ 7.713,53	R$ 8.080,84	R$ 8.448,15	R$ 9.550,09	R$ 10.284,71
10	1,53	R$ 7.493,14	R$ 7.867,80	R$ 8.242,46	R$ 8.617,12	R$ 9.741,09	R$ 10.490,40
11	1,56	R$ 7.640,07	R$ 8.022,07	R$ 8.404,08	R$ 8.786,08	R$ 9.932,09	R$ 10.696,10
12	1,59	R$ 7.786,99	R$ 8.176,34	R$ 8.565,69	R$ 8.955,04	R$ 10.123,09	R$ 10.901,79

Tabela VIII

Ensino Superior

Cargo

Médico 20 horas

CLASSE		A	B	C	D	E	F
Escolaridade		Graduação	400 H ou Especialização	Mais 1 Especialização	Mais 1 Especialização	Mestrado	Doutorado
Nível		1	1,05	1,1	1,15	1,3	1,4
1	1,00	R$ 4.386,05	R$ 4.605,35	R$ 4.824,66	R$ 5.043,96	R$ 5.701,87	R$ 6.140,47
2	1,04	R$ 4.561,49	R$ 4.789,57	R$ 5.017,64	R$ 5.245,72	R$ 5.929,94	R$ 6.386,09
3	1,09	R$ 4.780,79	R$ 5.019,83	R$ 5.258,87	R$ 5.497,91	R$ 6.215,03	R$ 6.693,11
4	1,14	R$ 5.000,10	R$ 5.250,10	R$ 5.500,11	R$ 5.750,11	R$ 6.500,13	R$ 7.000,14
5	1,19	R$ 5.219,40	R$ 5.480,37	R$ 5.741,34	R$ 6.002,31	R$ 6.785,22	R$ 7.307,16
6	1,25	R$ 5.482,56	R$ 5.756,69	R$ 6.030,82	R$ 6.304,95	R$ 7.127,33	R$ 7.675,59
7	1,32	R$ 5.789,59	R$ 6.079,07	R$ 6.368,54	R$ 6.658,02	R$ 7.526,46	R$ 8.105,42
8	1,41	R$ 6.184,33	R$ 6.493,55	R$ 6.802,76	R$ 7.111,98	R$ 8.039,63	R$ 8.658,06
9	1,50	R$ 6.579,08	R$ 6.908,03	R$ 7.236,98	R$ 7.565,94	R$ 8.552,80	R$ 9.210,71
10	1,53	R$ 6.710,66	R$ 7.046,19	R$ 7.381,72	R$ 7.717,25	R$ 8.723,85	R$ 9.394,92
11	1,56	R$ 6.842,24	R$ 7.184,35	R$ 7.526,46	R$ 7.868,57	R$ 8.894,91	R$ 9.579,13
12	1,59	R$ 6.973,82	R$ 7.322,51	R$ 7.671,20	R$ 8.019,89	R$ 9.065,97	R$ 9.763,35

Tabela IX

Ensino Superior

Cargo

Médico 30 horas

CLASSE		A	B	C	D	E	F
Escolaridade		Graduação	400 H ou Especialização	Mais 1 Especialização	Mais 1 Especialização	Mestrado	Doutorado
Nível		1	1,05	1,1	1,15	1,3	1,4
1	1,00	R$ 6.522,24	R$ 6.848,35	R$ 7.174,46	R$ 7.500,58	R$ 8.478,91	R$ 9.131,14
2	1,04	R$ 6.783,13	R$ 7.122,29	R$ 7.461,44	R$ 7.800,60	R$ 8.818,07	R$ 9.496,38
3	1,09	R$ 7.109,24	R$ 7.464,70	R$ 7.820,17	R$ 8.175,63	R$ 9.242,01	R$ 9.952,94
4	1,14	R$ 7.435,35	R$ 7.807,12	R$ 8.178,89	R$ 8.550,66	R$ 9.665,96	R$ 10.409,50
5	1,19	R$ 7.761,47	R$ 8.149,54	R$ 8.537,61	R$ 8.925,69	R$ 10.089,91	R$ 10.866,05
6	1,25	R$ 8.152,80	R$ 8.560,44	R$ 8.968,08	R$ 9.375,72	R$ 10.598,64	R$ 11.413,92
7	1,32	R$ 8.609,36	R$ 9.039,82	R$ 9.470,29	R$ 9.900,76	R$ 11.192,16	R$ 12.053,10
8	1,41	R$ 9.196,36	R$ 9.656,18	R$ 10.115,99	R$ 10.575,81	R$ 11.955,27	R$ 12.874,90
9	1,50	R$ 9.783,36	R$ 10.272,53	R$ 10.761,70	R$ 11.250,86	R$ 12.718,37	R$ 13.696,70
10	1,53	R$ 9.979,03	R$ 10.477,98	R$ 10.976,93	R$ 11.475,88	R$ 12.972,74	R$ 13.970,64
11	1,56	R$ 10.174,69	R$ 10.683,43	R$ 11.192,16	R$ 11.700,90	R$ 13.227,10	R$ 14.244,57
12	1,59	R$ 10.370,36	R$ 10.888,88	R$ 11.407,40	R$ 11.925,92	R$ 13.481,47	R$ 14.518,51

Tabela X

Ensino Superior

Cargo

Médico 40 horas

CLASSE		A	B	C	D	E	F
Escolaridade		Graduação	400 H ou Especialização	Mais 1 Especialização	Mais 1 Especialização	Mestrado	Doutorado
Nível		1	1,05	1,1	1,15	1,3	1,4
1	1,00	R$ 8.696,32	R$ 9.131,14	R$ 9.565,95	R$ 10.000,77	R$ 11.305,22	R$ 12.174,85
2	1,04	R$ 9.044,17	R$ 9.496,38	R$ 9.948,59	R$ 10.400,80	R$ 11.757,42	R$ 12.661,84
3	1,09	R$ 9.478,99	R$ 9.952,94	R$ 10.426,89	R$ 10.900,84	R$ 12.322,69	R$ 13.270,58
4	1,14	R$ 9.913,80	R$ 10.409,50	R$ 10.905,19	R$ 11.400,88	R$ 12.887,95	R$ 13.879,33
5	1,19	R$ 10.348,62	R$ 10.866,05	R$ 11.383,48	R$ 11.900,91	R$ 13.453,21	R$ 14.488,07
6	1,25	R$ 10.870,40	R$ 11.413,92	R$ 11.957,44	R$ 12.500,96	R$ 14.131,52	R$ 15.218,56
7	1,32	R$ 11.479,14	R$ 12.053,10	R$ 12.627,06	R$ 13.201,01	R$ 14.922,89	R$ 16.070,80
8	1,41	R$ 12.261,81	R$ 12.874,90	R$ 13.487,99	R$ 14.101,08	R$ 15.940,35	R$ 17.166,54
9	1,50	R$ 13.044,48	R$ 13.696,70	R$ 14.348,93	R$ 15.001,15	R$ 16.957,82	R$ 18.262,27
10	1,53	R$ 13.305,37	R$ 13.970,64	R$ 14.635,91	R$ 15.301,18	R$ 17.296,98	R$ 18.627,52
11	1,56	R$ 13.566,26	R$ 14.244,57	R$ 14.922,89	R$ 15.601,20	R$ 17.636,14	R$ 18.992,76
12	1,59	R$ 13.827,15	R$ 14.518,51	R$ 15.209,86	R$ 15.901,22	R$ 17.975,29	R$ 19.358,01

Tabela XI

Ensino Superior

Cargo

Psicopedagoga

CLASSE		A	B	C	D	E	F
Escolaridade		Graduação	400 H ou Especialização	Mais 1 Especialização	Mais 1 Especialização	Mestrado	Doutorado
Nível		1	1,05	1,1	1,15	1,3	1,4
1	1,00	R$ 4.172,98	R$ 4.381,63	R$ 4.590,28	R$ 4.798,93	R$ 5.424,87	R$ 5.842,17
2	1,04	R$ 4.339,90	R$ 4.556,89	R$ 4.773,89	R$ 4.990,88	R$ 5.641,87	R$ 6.075,86
3	1,09	R$ 4.548,55	R$ 4.775,98	R$ 5.003,40	R$ 5.230,83	R$ 5.913,11	R$ 6.367,97
4	1,14	R$ 4.757,20	R$ 4.995,06	R$ 5.232,92	R$ 5.470,78	R$ 6.184,36	R$ 6.660,08
5	1,19	R$ 4.965,85	R$ 5.214,14	R$ 5.462,43	R$ 5.710,72	R$ 6.455,60	R$ 6.952,18
6	1,25	R$ 5.216,23	R$ 5.477,04	R$ 5.737,85	R$ 5.998,66	R$ 6.781,09	R$ 7.302,72
7	1,32	R$ 5.508,33	R$ 5.783,75	R$ 6.059,17	R$ 6.334,58	R$ 7.160,83	R$ 7.711,67
8	1,41	R$ 5.883,90	R$ 6.178,10	R$ 6.472,29	R$ 6.766,49	R$ 7.649,07	R$ 8.237,46
9	1,50	R$ 6.259,47	R$ 6.572,44	R$ 6.885,42	R$ 7.198,39	R$ 8.137,31	R$ 8.763,26
10	1,53	R$ 6.384,66	R$ 6.703,89	R$ 7.023,13	R$ 7.342,36	R$ 8.300,06	R$ 8.938,52
11	1,56	R$ 6.509,85	R$ 6.835,34	R$ 7.160,83	R$ 7.486,33	R$ 8.462,80	R$ 9.113,79
12	1,59	R$ 6.635,04	R$ 6.966,79	R$ 7.298,54	R$ 7.630,29	R$ 8.625,55	R$ 9.289,05

Tabela XII

Ensino Superior

Cargo

Cirurgião Dentista 20 horas

CLASSE		A	B	C	D	E	F
Escolaridade		Graduação	400 H ou Especialização	Mais 1 Especialização	Mais 1 Especialização	Mestrado	Doutorado
Nível		1	1,05	1,1	1,15	1,3	1,4
1	1,00	R$ 3.117,69	R$ 3.273,57	R$ 3.429,46	R$ 3.585,34	R$ 4.053,00	R$ 4.364,77
2	1,04	R$ 3.242,40	R$ 3.404,52	R$ 3.566,64	R$ 3.728,76	R$ 4.215,12	R$ 4.539,36
3	1,09	R$ 3.398,28	R$ 3.568,20	R$ 3.738,11	R$ 3.908,02	R$ 4.417,77	R$ 4.757,59
4	1,14	R$ 3.554,17	R$ 3.731,87	R$ 3.909,58	R$ 4.087,29	R$ 4.620,42	R$ 4.975,83
5	1,19	R$ 3.710,05	R$ 3.895,55	R$ 4.081,06	R$ 4.266,56	R$ 4.823,07	R$ 5.194,07
6	1,25	R$ 3.897,11	R$ 4.091,97	R$ 4.286,82	R$ 4.481,68	R$ 5.066,25	R$ 5.455,96
7	1,32	R$ 4.115,35	R$ 4.321,12	R$ 4.526,89	R$ 4.732,65	R$ 5.349,96	R$ 5.761,49
8	1,41	R$ 4.395,94	R$ 4.615,74	R$ 4.835,54	R$ 5.055,33	R$ 5.714,73	R$ 6.154,32
9	1,50	R$ 4.676,54	R$ 4.910,36	R$ 5.144,19	R$ 5.378,02	R$ 6.079,50	R$ 6.547,15

10	1,53	R$ 4.770,07	R$ 5.008,57	R$ 5.247,07	R$ 5.485,58	R$ 6.201,09	R$ 6.678,09
11	1,56	R$ 4.863,60	R$ 5.106,78	R$ 5.349,96	R$ 5.593,14	R$ 6.322,68	R$ 6.809,03
12	1,59	R$ 4.957,13	R$ 5.204,98	R$ 5.452,84	R$ 5.700,70	R$ 6.444,27	R$ 6.939,98

Tabela XIII

Ensino Superior

Cargo

Cirurgião Dentista 40 horas

CLASSE		**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**
Escolaridade		**Graduação**	**400 H ou Especialização**	**Mais 1 Especialização**	**Mais 1 Especialização**	**Mestrado**	**Doutorado**
Nível		**1**	**1,05**	**1,1**	**1,15**	**1,3**	**1,4**
1	1,00	R$ 6.235,40	R$ 6.547,17	R$ 6.858,94	R$ 7.170,71	R$ 8.106,02	R$ 8.729,56
2	1,04	R$ 6.484,82	R$ 6.809,06	R$ 7.133,30	R$ 7.457,54	R$ 8.430,26	R$ 9.078,74
3	1,09	R$ 6.796,59	R$ 7.136,42	R$ 7.476,24	R$ 7.816,07	R$ 8.835,56	R$ 9.515,22
4	1,14	R$ 7.108,36	R$ 7.463,77	R$ 7.819,19	R$ 8.174,61	R$ 9.240,86	R$ 9.951,70
5	1,19	R$ 7.420,13	R$ 7.791,13	R$ 8.162,14	R$ 8.533,14	R$ 9.646,16	R$ 10.388,18
6	1,25	R$ 7.794,25	R$ 8.183,96	R$ 8.573,68	R$ 8.963,39	R$ 10.132,53	R$ 10.911,95
7	1,32	R$ 8.230,73	R$ 8.642,26	R$ 9.053,80	R$ 9.465,34	R$ 10.699,95	R$ 11.523,02
8	1,41	R$ 8.791,91	R$ 9.231,51	R$ 9.671,11	R$ 10.110,70	R$ 11.429,49	R$ 12.308,68
9	1,50	R$ 9.353,10	R$ 9.820,76	R$ 10.288,41	R$ 10.756,07	R$ 12.159,03	R$ 13.094,34
10	1,53	R$ 9.540,16	R$ 10.017,17	R$ 10.494,18	R$ 10.971,19	R$ 12.402,21	R$ 13.356,23
11	1,56	R$ 9.727,22	R$ 10.213,59	R$ 10.699,95	R$ 11.186,31	R$ 12.645,39	R$ 13.618,11
12	1,59	R$ 9.914,29	R$ 10.410,00	R$ 10.905,71	R$ 11.401,43	R$ 12.888,57	R$ 13.880,00

Tabela XIV

Ensino Superior

Cargo

Educador Social 40 Horas

CLASSE		**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
Escolaridade		**Médio**	**Graduado**	**Especialização**	**Mestrado**	**Doutorado**
Nível		**1**	**1,5**	**1,7**	**2**	**2,3**
1	1,00	R$ 1.736,87	R$ 2.605,31	R$ 2.952,68	R$ 3.473,74	R$ 3.994,80
2	1,04	R$ 1.806,34	R$ 2.709,52	R$ 3.070,79	R$ 3.612,69	R$ 4.154,59
3	1,09	R$ 1.893,19	R$ 2.839,78	R$ 3.218,42	R$ 3.786,38	R$ 4.354,33
4	1,14	R$ 1.980,03	R$ 2.970,05	R$ 3.366,05	R$ 3.960,06	R$ 4.554,07
5	1,19	R$ 2.066,88	R$ 3.100,31	R$ 3.513,69	R$ 4.133,75	R$ 4.753,81
6	1,25	R$ 2.171,09	R$ 3.256,63	R$ 3.690,85	R$ 4.342,18	R$ 4.993,50
7	1,32	R$ 2.292,67	R$ 3.439,00	R$ 3.897,54	R$ 4.585,34	R$ 5.273,14
8	1,41	R$ 2.448,99	R$ 3.673,48	R$ 4.163,28	R$ 4.897,97	R$ 5.632,67
9	1,50	R$ 2.605,31	R$ 3.907,96	R$ 4.429,02	R$ 5.210,61	R$ 5.992,20
10	1,53	R$ 2.657,41	R$ 3.986,12	R$ 4.517,60	R$ 5.314,82	R$ 6.112,05
11	1,56	R$ 2.709,52	R$ 4.064,28	R$ 4.606,18	R$ 5.419,03	R$ 6.231,89
12	1,59	R$ 2.761,62	R$ 4.142,43	R$ 4.694,76	R$ 5.523,25	R$ 6.351,73

Tabela XV

Ensino Superior

Cargo

Educador Social 20 Horas

CLASSE		**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
Escolaridade		**Medio**	**Graduado**	**Especialização**	**Mestrado**	**Doutorado**
Nível		**1**	**1,5**	**1,7**	**2**	**2,3**
1	1,00	R$ 868,45	R$ 1.302,68	R$ 1.476,37	R$ 1.736,90	R$ 1.997,44
2	1,04	R$ 903,19	R$ 1.354,78	R$ 1.535,42	R$ 1.806,38	R$ 2.077,33
3	1,09	R$ 946,61	R$ 1.419,92	R$ 1.609,24	R$ 1.893,22	R$ 2.177,20
4	1,14	R$ 990,03	R$ 1.485,05	R$ 1.683,06	R$ 1.980,07	R$ 2.277,08
5	1,19	R$ 1.033,46	R$ 1.550,18	R$ 1.756,87	R$ 2.066,91	R$ 2.376,95
6	1,25	R$ 1.085,56	R$ 1.628,34	R$ 1.845,46	R$ 2.171,13	R$ 2.496,79
7	1,32	R$ 1.146,35	R$ 1.719,53	R$ 1.948,80	R$ 2.292,71	R$ 2.636,61
8	1,41	R$ 1.224,51	R$ 1.836,77	R$ 2.081,67	R$ 2.449,03	R$ 2.816,38
9	1,50	R$ 1.302,68	R$ 1.954,01	R$ 2.214,55	R$ 2.605,35	R$ 2.996,15
10	1,53	R$ 1.328,73	R$ 1.993,09	R$ 2.258,84	R$ 2.657,46	R$ 3.056,08
11	1,56	R$ 1.354,78	R$ 2.032,17	R$ 2.303,13	R$ 2.709,56	R$ 3.116,00
12	1,59	R$ 1.380,84	R$ 2.071,25	R$ 2.347,42	R$ 2.761,67	R$ 3.175,92

Tabela XVI

Ensino Médio / Fundamental

Cargo

Técnico em Prótese Dentária; Técnico em Enfermagem; Técnico em Higiene dental; Técnico de Laboratório

CLASSE		**A**	**B**	**C**	**D**
Escolaridade		**Médio**	**360 H de Capacitação**	**Superior**	**Especialização**
Nível		**1**	**1,1**	**1,2**	**1,3**
1	1,00	R$ 1.880,72	R$ 2.068,79	R$ 2.256,86	R$ 2.444,94
2	1,04	R$ 1.955,95	R$ 2.151,54	R$ 2.347,14	R$ 2.542,73
3	1,09	R$ 2.049,98	R$ 2.254,98	R$ 2.459,98	R$ 2.664,98
4	1,14	R$ 2.144,02	R$ 2.358,42	R$ 2.572,82	R$ 2.787,23
5	1,19	R$ 2.238,06	R$ 2.461,86	R$ 2.685,67	R$ 2.909,47
6	1,25	R$ 2.350,90	R$ 2.585,99	R$ 2.821,08	R$ 3.056,17
7	1,32	R$ 2.482,55	R$ 2.730,81	R$ 2.979,06	R$ 3.227,32
8	1,41	R$ 2.651,82	R$ 2.917,00	R$ 3.182,18	R$ 3.447,36
9	1,50	R$ 2.821,08	R$ 3.103,19	R$ 3.385,30	R$ 3.667,40
10	1,53	R$ 2.877,50	R$ 3.165,25	R$ 3.453,00	R$ 3.740,75
11	1,56	R$ 2.933,92	R$ 3.227,32	R$ 3.520,71	R$ 3.814,10
12	1,59	R$ 2.990,34	R$ 3.289,38	R$ 3.588,41	R$ 3.887,45

Tabela XVII

Ensino Médio

Cargo

Técnico em Horticultura e Apicultura; Chefe de Divisão de Documentação Escolar (estável)

CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**
Escolaridade	**Médio**	**360 H de Capacitação**	**Superior**	**Especialização**
Nível	**1**	**1,1**	**1,2**	**1,3**

1	1,00	R$ 2.086,54	R$ 2.295,19	R$ 2.503,85	R$ 2.712,50
2	1,04	R$ 2.170,00	R$ 2.387,00	R$ 2.604,00	R$ 2.821,00
3	1,09	R$ 2.274,33	R$ 2.501,76	R$ 2.729,19	R$ 2.956,63
4	1,14	R$ 2.378,66	R$ 2.616,52	R$ 2.854,39	R$ 3.092,25
5	1,19	R$ 2.482,98	R$ 2.731,28	R$ 2.979,58	R$ 3.227,88
6	1,25	R$ 2.608,18	R$ 2.868,99	R$ 3.129,81	R$ 3.390,63
7	1,32	R$ 2.754,23	R$ 3.029,66	R$ 3.305,08	R$ 3.580,50
8	1,41	R$ 2.942,02	R$ 3.236,22	R$ 3.530,43	R$ 3.824,63
9	1,50	R$ 3.129,81	R$ 3.442,79	R$ 3.755,77	R$ 4.068,75
10	1,53	R$ 3.192,41	R$ 3.511,65	R$ 3.830,89	R$ 4.150,13
11	1,56	R$ 3.255,00	R$ 3.580,50	R$ 3.906,00	R$ 4.231,50
12	1,59	R$ 3.317,60	R$ 3.649,36	R$ 3.981,12	R$ 4.312,88

Tabela XVIII

Ensino Médio

Cargo

Topógrafo

CLASSE		**A**	**B**	**C**	**D**
Escolaridade		**Médio**	**360 H de Capacitação**	**Superior**	**Especialização**
Nível		**1**	**1,1**	**1,2**	**1,3**
1	1,00	R$ 2.133,19	R$ 2.346,51	R$ 2.559,83	R$ 2.773,15
2	1,04	R$ 2.218,52	R$ 2.440,37	R$ 2.662,22	R$ 2.884,07
3	1,09	R$ 2.325,18	R$ 2.557,69	R$ 2.790,21	R$ 3.022,73
4	1,14	R$ 2.431,84	R$ 2.675,02	R$ 2.918,20	R$ 3.161,39
5	1,19	R$ 2.538,50	R$ 2.792,35	R$ 3.046,20	R$ 3.300,04
6	1,25	R$ 2.666,49	R$ 2.933,14	R$ 3.199,79	R$ 3.466,43
7	1,32	R$ 2.815,81	R$ 3.097,39	R$ 3.378,97	R$ 3.660,55
8	1,41	R$ 3.007,80	R$ 3.308,58	R$ 3.609,36	R$ 3.910,14
9	1,50	R$ 3.199,79	R$ 3.519,76	R$ 3.839,74	R$ 4.159,72
10	1,53	R$ 3.263,78	R$ 3.590,16	R$ 3.916,54	R$ 4.242,91
11	1,56	R$ 3.327,78	R$ 3.660,55	R$ 3.993,33	R$ 4.326,11
12	1,59	R$ 3.391,77	R$ 3.730,95	R$ 4.070,13	R$ 4.409,30

Tabela XIX

Ensino Médio

Cargo

Técnico Agrícola; Técnico de Informática; Técnico em Contabilidade; Técnico em RX; Técnico de Segurança no Trabalho; Regente de Coral: Redator Executivo e Instrutor de Fanfarra

CLASSE		**A**	**B**	**C**	**D**
Escolaridade		**Médio**	**360 H de Capacitação**	**Superior**	**Especialização**
Nível		**1**	**1,1**	**1,2**	**1,3**
1	1,00	R$ 2.322,51	R$ 2.554,76	R$ 2.787,01	R$ 3.019,26
2	1,04	R$ 2.415,41	R$ 2.656,95	R$ 2.898,49	R$ 3.140,03
3	1,09	R$ 2.531,54	R$ 2.784,69	R$ 3.037,84	R$ 3.291,00
4	1,14	R$ 2.647,66	R$ 2.912,43	R$ 3.177,19	R$ 3.441,96
5	1,19	R$ 2.763,79	R$ 3.040,17	R$ 3.316,54	R$ 3.592,92
6	1,25	R$ 2.903,14	R$ 3.193,45	R$ 3.483,77	R$ 3.774,08
7	1,32	R$ 3.065,71	R$ 3.372,28	R$ 3.678,86	R$ 3.985,43
8	1,41	R$ 3.274,74	R$ 3.602,21	R$ 3.929,69	R$ 4.257,16
9	1,50	R$ 3.483,77	R$ 3.832,14	R$ 4.180,52	R$ 4.528,89
10	1,53	R$ 3.553,44	R$ 3.908,78	R$ 4.264,13	R$ 4.619,47
11	1,56	R$ 3.623,12	R$ 3.985,43	R$ 4.347,74	R$ 4.710,05
12	1,59	R$ 3.692,79	R$ 4.062,07	R$ 4.431,35	R$ 4.800,63

Tabela XX

Ensino Médio

Cargo

Desenhista

CLASSE		**A**	**B**	**C**	**D**
Escolaridade		**Médio**	**360 H de Capacitação**	**Superior**	**Especialização**
Nível		**1**	**1,1**	**1,2**	**1,3**
1	1,00	R$ 934,04	R$ 1.027,44	R$ 1.120,85	R$ 1.214,25
2	1,04	R$ 971,40	R$ 1.068,54	R$ 1.165,68	R$ 1.262,82
3	1,09	R$ 1.018,10	R$ 1.119,91	R$ 1.221,72	R$ 1.323,53
4	1,14	R$ 1.064,81	R$ 1.171,29	R$ 1.277,77	R$ 1.384,25
5	1,19	R$ 1.111,51	R$ 1.222,66	R$ 1.333,81	R$ 1.444,96
6	1,25	R$ 1.167,55	R$ 1.284,31	R$ 1.401,06	R$ 1.517,82
7	1,32	R$ 1.232,93	R$ 1.356,23	R$ 1.479,52	R$ 1.602,81
8	1,41	R$ 1.317,00	R$ 1.448,70	R$ 1.580,40	R$ 1.712,10
9	1,50	R$ 1.401,06	R$ 1.541,17	R$ 1.681,27	R$ 1.821,38
10	1,53	R$ 1.429,08	R$ 1.571,99	R$ 1.714,90	R$ 1.857,81
11	1,56	R$ 1.457,10	R$ 1.602,81	R$ 1.748,52	R$ 1.894,23
12	1,59	R$ 1.485,12	R$ 1.633,64	R$ 1.782,15	R$ 1.930,66

Tabela XXI

Ensino Médio

Cargo

Assistente Administrativo; Auxiliar Técnico Esporte e Agente de Desenvolvimento Infantil III

CLASSE		**A**	**B**	**C**	**D**
Escolaridade		**Médio**	**360 H de Capacitação**	**Superior**	**Especialização**
Nível		**1**	**1,1**	**1,2**	**1,3**
1	1,00	R$ 1.628,31	R$ 1.791,14	R$ 1.953,97	R$ 2.116,80
2	1,04	R$ 1.693,44	R$ 1.862,79	R$ 2.032,13	R$ 2.201,48
3	1,09	R$ 1.774,86	R$ 1.952,34	R$ 2.129,83	R$ 2.307,32
4	1,14	R$ 1.856,27	R$ 2.041,90	R$ 2.227,53	R$ 2.413,16
5	1,19	R$ 1.937,69	R$ 2.131,46	R$ 2.325,23	R$ 2.519,00
6	1,25	R$ 2.035,39	R$ 2.238,93	R$ 2.442,47	R$ 2.646,00
7	1,32	R$ 2.149,37	R$ 2.364,31	R$ 2.579,24	R$ 2.794,18
8	1,41	R$ 2.295,92	R$ 2.525,51	R$ 2.755,10	R$ 2.984,69
9	1,50	R$ 2.442,47	R$ 2.686,71	R$ 2.930,96	R$ 3.175,20
10	1,53	R$ 2.491,31	R$ 2.740,45	R$ 2.989,58	R$ 3.238,71
11	1,56	R$ 2.540,16	R$ 2.794,18	R$ 3.048,20	R$ 3.302,21
12	1,59	R$ 2.589,01	R$ 2.847,91	R$ 3.106,82	R$ 3.365,72

Tabela XXII

Ensino Médio					
Cargo					
Guarda de Trânsito					
CLASSE		A	B	C	D
Escolaridade		Médio	360 H de Capacitação	Superior	Especialização
Nível		1	1,1	1,2	1,3
1	1,00	R$ 2.231,42	R$ 2.454,56	R$ 2.677,70	R$ 2.900,85
2	1,04	R$ 2.320,68	R$ 2.552,74	R$ 2.784,81	R$ 3.016,88
3	1,09	R$ 2.432,25	R$ 2.675,47	R$ 2.918,70	R$ 3.161,92
4	1,14	R$ 2.543,82	R$ 2.798,20	R$ 3.052,58	R$ 3.306,96
5	1,19	R$ 2.655,39	R$ 2.920,93	R$ 3.186,47	R$ 3.452,01
6	1,25	R$ 2.789,28	R$ 3.068,20	R$ 3.347,13	R$ 3.626,06
7	1,32	R$ 2.945,47	R$ 3.240,02	R$ 3.534,57	R$ 3.829,12
8	1,41	R$ 3.146,30	R$ 3.460,93	R$ 3.775,56	R$ 4.090,19
9	1,50	R$ 3.347,13	R$ 3.681,84	R$ 4.016,56	R$ 4.351,27
10	1,53	R$ 3.414,07	R$ 3.755,48	R$ 4.096,89	R$ 4.438,29
11	1,56	R$ 3.481,02	R$ 3.829,12	R$ 4.177,22	R$ 4.525,32
12	1,59	R$ 3.547,96	R$ 3.902,75	R$ 4.257,55	R$ 4.612,35

Tabela XXIII					
Ensino Médio					
Cargo					
Fiscal Tributário					
CLASSE		A	B	C	D
Escolaridade		Médio	360 H de Capacitação	Superior	Especialização
Nível		1	1,1	1,2	1,3
1	1,00	R$ 2.369,71	R$ 2.606,68	R$ 2.843,65	R$ 3.080,62
2	1,04	R$ 2.464,50	R$ 2.710,95	R$ 2.957,40	R$ 3.203,85
3	1,09	R$ 2.582,98	R$ 2.841,28	R$ 3.099,58	R$ 3.357,88
4	1,14	R$ 2.701,47	R$ 2.971,62	R$ 3.241,76	R$ 3.511,91
5	1,19	R$ 2.819,95	R$ 3.101,95	R$ 3.383,95	R$ 3.665,94
6	1,25	R$ 2.962,14	R$ 3.258,35	R$ 3.554,57	R$ 3.850,78
7	1,32	R$ 3.128,02	R$ 3.440,82	R$ 3.753,62	R$ 4.066,42
8	1,41	R$ 3.341,29	R$ 3.675,42	R$ 4.009,55	R$ 4.343,68
9	1,50	R$ 3.554,57	R$ 3.910,02	R$ 4.265,48	R$ 4.620,93
10	1,53	R$ 3.625,66	R$ 3.988,22	R$ 4.350,79	R$ 4.713,35
11	1,56	R$ 3.696,75	R$ 4.066,42	R$ 4.436,10	R$ 4.805,77
12	1,59	R$ 3.767,84	R$ 4.144,62	R$ 4.521,41	R$ 4.898,19

Tabela XXIV					
Ensino Fundamental					
Cargo					
Agente de Inspeção Sanitária; Auxiliar de Consultório Dentário e Telefonista					
CLASSE		A	B	C	D
Escolaridade		Fundamental	260 H de Capacitação	Médio	Graduação
Nível		1	1,1	1,2	1,3
1	1,00	R$ 997,19	R$ 1.096,91	R$ 1.196,63	R$ 1.296,35
2	1,04	R$ 1.037,08	R$ 1.140,79	R$ 1.244,49	R$ 1.348,20
3	1,09	R$ 1.086,94	R$ 1.195,63	R$ 1.304,32	R$ 1.413,02
4	1,14	R$ 1.136,80	R$ 1.250,48	R$ 1.364,16	R$ 1.477,84
5	1,19	R$ 1.186,66	R$ 1.305,32	R$ 1.423,99	R$ 1.542,65
6	1,25	R$ 1.246,49	R$ 1.371,14	R$ 1.495,79	R$ 1.620,43
7	1,32	R$ 1.316,29	R$ 1.447,92	R$ 1.579,55	R$ 1.711,18
8	1,41	R$ 1.406,04	R$ 1.546,64	R$ 1.687,25	R$ 1.827,85
9	1,50	R$ 1.495,79	R$ 1.645,36	R$ 1.794,94	R$ 1.944,52
10	1,53	R$ 1.525,70	R$ 1.678,27	R$ 1.830,84	R$ 1.983,41
11	1,56	R$ 1.555,62	R$ 1.711,18	R$ 1.866,74	R$ 2.022,30
12	1,59	R$ 1.585,53	R$ 1.744,09	R$ 1.902,64	R$ 2.061,19

Tabela XXV					
Ensino Fundamental					
Cargo					
Auxiliar Administrativo; Agente de Desenvolvimento Infantil II					
CLASSE		A	B	C	D
Escolaridade		Fundamental	260 H de Capacitação	Médio	Graduação
Nível		1	1,1	1,2	1,3
1	1,00	R$ 1.060,26	R$ 1.166,29	R$ 1.272,31	R$ 1.378,34
2	1,04	R$ 1.102,67	R$ 1.212,94	R$ 1.323,20	R$ 1.433,47
3	1,09	R$ 1.155,68	R$ 1.271,25	R$ 1.386,82	R$ 1.502,39
4	1,14	R$ 1.208,70	R$ 1.329,57	R$ 1.450,44	R$ 1.571,31
5	1,19	R$ 1.261,71	R$ 1.387,88	R$ 1.514,05	R$ 1.640,22
6	1,25	R$ 1.325,33	R$ 1.457,86	R$ 1.590,39	R$ 1.722,92
7	1,32	R$ 1.399,54	R$ 1.539,50	R$ 1.679,45	R$ 1.819,41
8	1,41	R$ 1.494,97	R$ 1.644,46	R$ 1.793,96	R$ 1.943,46
9	1,50	R$ 1.590,39	R$ 1.749,43	R$ 1.908,47	R$ 2.067,51
10	1,53	R$ 1.622,20	R$ 1.784,42	R$ 1.946,64	R$ 2.108,86
11	1,56	R$ 1.654,01	R$ 1.819,41	R$ 1.984,81	R$ 2.150,21
12	1,59	R$ 1.685,81	R$ 1.854,39	R$ 2.022,98	R$ 2.191,56

Tabela XXVI					
Ensino Fundamental					
Cargo					
Agente de Serviços de Saúde					
CLASSE		A	B	C	D
Escolaridade		Fundamental	260 H de Capacitação	Médio	Graduação
Nível		1	1,1	1,2	1,3
1	1,00	R$ 1.186,52	R$ 1.305,17	R$ 1.423,82	R$ 1.542,48
2	1,04	R$ 1.233,98	R$ 1.357,38	R$ 1.480,78	R$ 1.604,18
3	1,09	R$ 1.293,31	R$ 1.422,64	R$ 1.551,97	R$ 1.681,30
4	1,14	R$ 1.352,63	R$ 1.487,90	R$ 1.623,16	R$ 1.758,42
5	1,19	R$ 1.411,96	R$ 1.553,15	R$ 1.694,35	R$ 1.835,55
6	1,25	R$ 1.483,15	R$ 1.631,47	R$ 1.779,78	R$ 1.928,10
7	1,32	R$ 1.566,21	R$ 1.722,83	R$ 1.879,45	R$ 2.036,07

8	1,41	R$ 1.672,99	R$ 1.840,29	R$ 2.007,59	R$ 2.174,89
9	1,50	R$ 1.779,78	R$ 1.957,76	R$ 2.135,74	R$ 2.313,71
10	1,53	R$ 1.815,38	R$ 1.996,91	R$ 2.178,45	R$ 2.359,99
11	1,56	R$ 1.850,97	R$ 2.036,07	R$ 2.221,17	R$ 2.406,26
12	1,59	R$ 1.886,57	R$ 2.075,22	R$ 2.263,88	R$ 2.452,54

Tabela XXVII

Ensino Fundamental

Cargo

Auxiliar de Laboratório; Fiscal de Obras; Fiscal Sanitário e Auxiliar de Enfermagem

CLASSE		**A**	**B**	**C**	**D**
Escolaridade		**Fundamental**	**260 H de Capacitação**	**Médio**	**Graduação**
Nível		**1**	**1,1**	**1,2**	**1,3**
1	1,00	R$ 1.375,86	R$ 1.513,45	R$ 1.651,03	R$ 1.788,62
2	1,04	R$ 1.430,89	R$ 1.573,98	R$ 1.717,07	R$ 1.860,16
3	1,09	R$ 1.499,69	R$ 1.649,66	R$ 1.799,62	R$ 1.949,59
4	1,14	R$ 1.568,48	R$ 1.725,33	R$ 1.882,18	R$ 2.039,02
5	1,19	R$ 1.637,27	R$ 1.801,00	R$ 1.964,73	R$ 2.128,46
6	1,25	R$ 1.719,83	R$ 1.891,81	R$ 2.063,79	R$ 2.235,77
7	1,32	R$ 1.816,14	R$ 1.997,75	R$ 2.179,36	R$ 2.360,98
8	1,41	R$ 1.939,96	R$ 2.133,96	R$ 2.327,96	R$ 2.521,95
9	1,50	R$ 2.063,79	R$ 2.270,17	R$ 2.476,55	R$ 2.682,93
10	1,53	R$ 2.105,07	R$ 2.315,57	R$ 2.526,08	R$ 2.736,59
11	1,56	R$ 2.146,34	R$ 2.360,98	R$ 2.575,61	R$ 2.790,24
12	1,59	R$ 2.187,62	R$ 2.406,38	R$ 2.625,14	R$ 2.843,90

Tabela XXVIII

Ensino Fundamental

Cargo

Motorista IV

CLASSE		**A**	**B**	**C**	**D**
Escolaridade		**Fundamental**	**260 H de Capacitação**	**Médio**	**Graduação**
Nível		**1**	**1,1**	**1,2**	**1,3**
1	1,00	R$ 1.628,31	R$ 1.791,14	R$ 1.953,97	R$ 2.116,80
2	1,04	R$ 1.693,44	R$ 1.862,79	R$ 2.032,13	R$ 2.201,48
3	1,09	R$ 1.774,86	R$ 1.952,34	R$ 2.129,83	R$ 2.307,32
4	1,14	R$ 1.856,27	R$ 2.041,90	R$ 2.227,53	R$ 2.413,16
5	1,19	R$ 1.937,69	R$ 2.131,46	R$ 2.325,23	R$ 2.519,00
6	1,25	R$ 2.035,39	R$ 2.238,93	R$ 2.442,47	R$ 2.646,00
7	1,32	R$ 2.149,37	R$ 2.364,31	R$ 2.579,24	R$ 2.794,18
8	1,41	R$ 2.295,92	R$ 2.525,51	R$ 2.755,10	R$ 2.984,69
9	1,50	R$ 2.442,47	R$ 2.686,71	R$ 2.930,96	R$ 3.175,20
10	1,53	R$ 2.491,31	R$ 2.740,45	R$ 2.989,58	R$ 3.238,71
11	1,56	R$ 2.540,16	R$ 2.794,18	R$ 3.048,20	R$ 3.302,21
12	1,59	R$ 2.589,01	R$ 2.847,91	R$ 3.106,82	R$ 3.365,72

Tabela XXIX

Ensino Fundamental

Cargo

Repórter Cinematográfico; Repórter Fotográfico

CLASSE		**A**	**B**	**C**	**D**
Escolaridade		**Fundamental**	**260 H de Capacitação**	**Médio**	**Graduação**
Nível		**1**	**1,1**	**1,2**	**1,3**
1	1,00	R$ 1.770,97	R$ 1.948,07	R$ 2.125,16	R$ 2.302,26
2	1,04	R$ 1.841,81	R$ 2.025,99	R$ 2.210,17	R$ 2.394,35
3	1,09	R$ 1.930,36	R$ 2.123,39	R$ 2.316,43	R$ 2.509,46
4	1,14	R$ 2.018,91	R$ 2.220,80	R$ 2.422,69	R$ 2.624,58
5	1,19	R$ 2.107,45	R$ 2.318,20	R$ 2.528,95	R$ 2.739,69
6	1,25	R$ 2.213,71	R$ 2.435,08	R$ 2.656,46	R$ 2.877,83
7	1,32	R$ 2.337,68	R$ 2.571,45	R$ 2.805,22	R$ 3.038,98
8	1,41	R$ 2.497,07	R$ 2.746,77	R$ 2.996,48	R$ 3.246,19
9	1,50	R$ 2.656,46	R$ 2.922,10	R$ 3.187,75	R$ 3.453,39
10	1,53	R$ 2.709,58	R$ 2.980,54	R$ 3.251,50	R$ 3.522,46
11	1,56	R$ 2.762,71	R$ 3.038,98	R$ 3.315,26	R$ 3.591,53
12	1,59	R$ 2.815,84	R$ 3.097,43	R$ 3.379,01	R$ 3.660,59

Tabela XXX

Ensino Fundamental

Cargo

Desenhista Projetista; Torneiro Mecânico

CLASSE		**A**	**B**	**C**	**D**
Escolaridade		**Fundamental**	**260 H de Capacitação**	**Médio**	**Graduação**
Nível		**1**	**1,1**	**1,2**	**1,3**
1	1,00	R$ 1.880,72	R$ 2.068,79	R$ 2.256,86	R$ 2.444,94
2	1,04	R$ 1.955,95	R$ 2.151,54	R$ 2.347,14	R$ 2.542,73
3	1,09	R$ 2.049,98	R$ 2.254,98	R$ 2.459,98	R$ 2.664,98
4	1,14	R$ 2.144,02	R$ 2.358,42	R$ 2.572,82	R$ 2.787,23
5	1,19	R$ 2.238,06	R$ 2.461,86	R$ 2.685,67	R$ 2.909,47
6	1,25	R$ 2.350,90	R$ 2.585,99	R$ 2.821,08	R$ 3.056,17
7	1,32	R$ 2.482,55	R$ 2.730,81	R$ 2.979,06	R$ 3.227,32
8	1,41	R$ 2.651,82	R$ 2.917,00	R$ 3.182,18	R$ 3.447,36
9	1,50	R$ 2.821,08	R$ 3.103,19	R$ 3.385,30	R$ 3.667,40
10	1,53	R$ 2.877,50	R$ 3.165,25	R$ 3.453,00	R$ 3.740,75
11	1,56	R$ 2.933,92	R$ 3.227,32	R$ 3.520,71	R$ 3.814,10
12	1,59	R$ 2.990,34	R$ 3.289,38	R$ 3.588,41	R$ 3.887,45

Tabela XXXI

Ensino Fundamental

Cargo

Laboratorista de Solo; Pintor de Letreiro

CLASSE		**A**	**B**	**C**	**D**
Escolaridade		**Fundamental**	**260 H de Capacitação**	**Médio**	**Graduação**
Nível		**1**	**1,1**	**1,2**	**1,3**
1	1,00	R$ 2.086,54	R$ 2.295,19	R$ 2.503,85	R$ 2.712,50

2	1,04	R$ 2.170,00	R$ 2.387,00	R$ 2.604,00	R$ 2.821,00
3	1,09	R$ 2.274,33	R$ 2.501,76	R$ 2.729,19	R$ 2.956,63
4	1,14	R$ 2.378,66	R$ 2.616,52	R$ 2.854,39	R$ 3.092,25
5	1,19	R$ 2.482,98	R$ 2.731,28	R$ 2.979,58	R$ 3.227,88
6	1,25	R$ 2.608,18	R$ 2.868,99	R$ 3.129,81	R$ 3.390,63
7	1,32	R$ 2.754,23	R$ 3.029,66	R$ 3.305,08	R$ 3.580,50
8	1,41	R$ 2.942,02	R$ 3.236,22	R$ 3.530,43	R$ 3.824,63
9	1,50	R$ 3.129,81	R$ 3.442,79	R$ 3.755,77	R$ 4.068,75
10	1,53	R$ 3.192,41	R$ 3.511,65	R$ 3.830,89	R$ 4.150,13
11	1,56	R$ 3.255,00	R$ 3.580,50	R$ 3.906,00	R$ 4.231,50
12	1,59	R$ 3.317,60	R$ 3.649,36	R$ 3.981,12	R$ 4.312,88

Tabela XXXII

Ensino Fundamental

Cargo

Agente de Desenvolvimento Infantil I e Auxiliar de Instrutor de Fanfarra

CLASSE		**A**	**B**	**C**	**D**
Escolaridade		**Fundamental**	**260 H de Capacitação**	**Médio**	**Graduação**
Nível		**1**	**1,1**	**1,2**	**1,3**
1	1,00	R$ 934,04	R$ 1.027,44	R$ 1.120,85	R$ 1.214,25
2	1,04	R$ 971,40	R$ 1.068,54	R$ 1.165,68	R$ 1.262,82
3	1,09	R$ 1.018,10	R$ 1.119,91	R$ 1.221,72	R$ 1.323,53
4	1,14	R$ 1.064,81	R$ 1.171,29	R$ 1.277,77	R$ 1.384,25
5	1,19	R$ 1.111,51	R$ 1.222,66	R$ 1.333,81	R$ 1.444,96
6	1,25	R$ 1.167,55	R$ 1.284,31	R$ 1.401,06	R$ 1.517,82
7	1,32	R$ 1.232,93	R$ 1.356,23	R$ 1.479,52	R$ 1.602,81
8	1,41	R$ 1.317,00	R$ 1.448,70	R$ 1.580,40	R$ 1.712,10
9	1,50	R$ 1.401,06	R$ 1.541,17	R$ 1.681,27	R$ 1.821,38
10	1,53	R$ 1.429,08	R$ 1.571,99	R$ 1.714,90	R$ 1.857,81
11	1,56	R$ 1.457,10	R$ 1.602,81	R$ 1.748,52	R$ 1.894,23
12	1,59	R$ 1.485,12	R$ 1.633,64	R$ 1.782,15	R$ 1.930,66

Tabela XXXIII

Ensino Fundamental Incompleto

Cargo

Motorista III; Operador de Motoniveladora

Classe		**A**	**B**	**C**	**D**
Escolaridade		**Ensino Fundamental Incompleto**	**300 H de Capacitação**	**Fundamental Completo**	**Ensino Médio**
Nível		**1**	**1,1**	**1,2**	**1,3**
1	1,00	R$ 1.880,72	R$ 2.068,79	R$ 2.256,86	R$ 2.444,94
2	1,04	R$ 1.955,95	R$ 2.151,54	R$ 2.347,14	R$ 2.542,73
3	1,09	R$ 2.049,98	R$ 2.254,98	R$ 2.459,98	R$ 2.664,98
4	1,14	R$ 2.144,02	R$ 2.358,42	R$ 2.572,82	R$ 2.787,23
5	1,19	R$ 2.238,06	R$ 2.461,86	R$ 2.685,67	R$ 2.909,47
6	1,25	R$ 2.350,90	R$ 2.585,99	R$ 2.821,08	R$ 3.056,17
7	1,32	R$ 2.482,55	R$ 2.730,81	R$ 2.979,06	R$ 3.227,32
8	1,41	R$ 2.651,82	R$ 2.917,00	R$ 3.182,18	R$ 3.447,36
9	1,50	R$ 2.821,08	R$ 3.103,19	R$ 3.385,30	R$ 3.667,40
10	1,53	R$ 2.877,50	R$ 3.165,25	R$ 3.453,00	R$ 3.740,75
11	1,56	R$ 2.933,92	R$ 3.227,32	R$ 3.520,71	R$ 3.814,10
12	1,59	R$ 2.990,34	R$ 3.289,38	R$ 3.588,41	R$ 3.887,45

Tabela XXXIV

Ensino Fundamental Incompleto

Cargo

Mecânico Manut. Máquinas Pesadas; Mestre de Obras; Mecânico Montador de Motores

Classe		**A**	**B**	**C**	**D**
Escolaridade		**Ensino Fundamental Incompleto**	**300 H de Capacitação**	**Fundamental Completo**	**Ensino Médio**
Nível		**1**	**1,1**	**1,2**	**1,3**
1	1,00	R$ 2.322,51	R$ 2.554,76	R$ 2.787,01	R$ 3.019,26
2	1,04	R$ 2.415,41	R$ 2.656,95	R$ 2.898,49	R$ 3.140,03
3	1,09	R$ 2.531,54	R$ 2.784,69	R$ 3.037,84	R$ 3.291,00
4	1,14	R$ 2.647,66	R$ 2.912,43	R$ 3.177,19	R$ 3.441,96
5	1,19	R$ 2.763,79	R$ 3.040,17	R$ 3.316,54	R$ 3.592,92
6	1,25	R$ 2.903,14	R$ 3.193,45	R$ 3.483,77	R$ 3.774,08
7	1,32	R$ 3.065,71	R$ 3.372,28	R$ 3.678,86	R$ 3.985,43
8	1,41	R$ 3.274,74	R$ 3.602,21	R$ 3.929,69	R$ 4.257,16
9	1,50	R$ 3.483,77	R$ 3.832,14	R$ 4.180,52	R$ 4.528,89
10	1,53	R$ 3.553,44	R$ 3.908,78	R$ 4.264,13	R$ 4.619,47
11	1,56	R$ 3.623,12	R$ 3.985,43	R$ 4.347,74	R$ 4.710,05
12	1,59	R$ 3.692,79	R$ 4.062,07	R$ 4.431,35	R$ 4.800,63

Tabela XXXV

Ensino Fundamental Incompleto

Cargo

Funileiro

Classe		**A**	**B**	**C**	**D**
Escolaridade		**Ensino Fundamental Incompleto**	**300 H de Capacitação**	**Fundamental Completo**	**Ensino Médio**
Nível		**1**	**1,1**	**1,2**	**1,3**
1	1,00	R$ 2.051,66	R$ 2.256,83	R$ 2.461,99	R$ 2.667,16
2	1,04	R$ 2.133,73	R$ 2.347,10	R$ 2.560,47	R$ 2.773,84
3	1,09	R$ 2.236,31	R$ 2.459,94	R$ 2.683,57	R$ 2.907,20
4	1,14	R$ 2.338,89	R$ 2.572,78	R$ 2.806,67	R$ 3.040,56
5	1,19	R$ 2.441,48	R$ 2.685,62	R$ 2.929,77	R$ 3.173,92
6	1,25	R$ 2.564,58	R$ 2.821,03	R$ 3.077,49	R$ 3.333,95
7	1,32	R$ 2.708,19	R$ 2.979,01	R$ 3.249,83	R$ 3.520,65
8	1,41	R$ 2.892,84	R$ 3.182,12	R$ 3.471,41	R$ 3.760,69
9	1,50	R$ 3.077,49	R$ 3.385,24	R$ 3.692,99	R$ 4.000,74
10	1,53	R$ 3.139,04	R$ 3.452,94	R$ 3.766,85	R$ 4.080,75
11	1,56	R$ 3.200,59	R$ 3.520,65	R$ 3.840,71	R$ 4.160,77
12	1,59	R$ 3.262,14	R$ 3.588,35	R$ 3.914,57	R$ 4.240,78

Tabela XXXVI

Ensino Fundamental Incompleto

Cargo					
Soldador Em Geral					
Classe		A	B	C	D
Escolaridade		Ensino Fundamental Incompleto	300 H de Capacitação	Fundamental Completo	Ensino Médio
Nível		1	1,1	1,2	1,3
1	1,00	R$ 1.892,60	R$ 2.081,86	R$ 2.271,12	R$ 2.460,38
2	1,04	R$ 1.968,30	R$ 2.165,13	R$ 2.361,96	R$ 2.558,80
3	1,09	R$ 2.062,93	R$ 2.269,23	R$ 2.475,52	R$ 2.681,81
4	1,14	R$ 2.157,56	R$ 2.373,32	R$ 2.589,08	R$ 2.804,83
5	1,19	R$ 2.252,19	R$ 2.477,41	R$ 2.702,63	R$ 2.927,85
6	1,25	R$ 2.365,75	R$ 2.602,33	R$ 2.838,90	R$ 3.075,48
7	1,32	R$ 2.498,23	R$ 2.748,06	R$ 2.997,88	R$ 3.247,70
8	1,41	R$ 2.668,57	R$ 2.935,42	R$ 3.202,28	R$ 3.469,14
9	1,50	R$ 2.838,90	R$ 3.122,79	R$ 3.406,68	R$ 3.690,57
10	1,53	R$ 2.895,68	R$ 3.185,25	R$ 3.474,81	R$ 3.764,38
11	1,56	R$ 2.952,46	R$ 3.247,70	R$ 3.542,95	R$ 3.838,19
12	1,59	R$ 3.009,23	R$ 3.310,16	R$ 3.611,08	R$ 3.912,00
Tabela XXXVII					
Ensino Fundamental Incompleto					
Cargo					
Pintor de Veículos em Geral					
Classe		A	B	C	D
Escolaridade		Ensino Fundamental Incompleto	300 H de Capacitação	Fundamental Completo	Ensino Médio
Nível		1	1,1	1,2	1,3
1	1	R$ 2.051,66	R$ 2.256,83	R$ 2.461,99	R$ 2.667,16
2	1,04	R$ 2.133,73	R$ 2.347,10	R$ 2.560,47	R$ 2.773,84
3	1,09	R$ 2.236,31	R$ 2.459,94	R$ 2.683,57	R$ 2.907,20
4	1,14	R$ 2.338,89	R$ 2.572,78	R$ 2.806,67	R$ 3.040,56
5	1,19	R$ 2.441,48	R$ 2.685,62	R$ 2.929,77	R$ 3.173,92
6	1,25	R$ 2.564,58	R$ 2.821,03	R$ 3.077,49	R$ 3.333,95
7	1,32	R$ 2.708,19	R$ 2.979,01	R$ 3.249,83	R$ 3.520,65
8	1,41	R$ 2.892,84	R$ 3.182,12	R$ 3.471,41	R$ 3.760,69
9	1,5	R$ 3.077,49	R$ 3.385,24	R$ 3.692,99	R$ 4.000,74
10	1,53	R$ 3.139,04	R$ 3.452,94	R$ 3.766,85	R$ 4.080,75
11	1,56	R$ 3.200,59	R$ 3.520,65	R$ 3.840,71	R$ 4.160,77
12	1,59	R$ 3.262,14	R$ 3.588,35	R$ 3.914,57	R$ 4.240,78
Tabela XXXVIII					
Ensino Fundamental Incompleto					
Cargo					
Operador de Pá – Carregadeira; Operador de Retroescavadeira					
Classe		A	B	C	D
Escolaridade		Ensino Fundamental Incompleto	300 H de Capacitação	Fundamental Completo	Ensino Médio
Nível		1	1,1	1,2	1,3
1	1	R$ 1.813,10	R$ 1.994,41	R$ 2.175,72	R$ 2.357,03
2	1,04	R$ 1.885,62	R$ 2.074,19	R$ 2.262,75	R$ 2.451,31
3	1,09	R$ 1.976,28	R$ 2.173,91	R$ 2.371,53	R$ 2.569,16
4	1,14	R$ 2.066,93	R$ 2.273,63	R$ 2.480,32	R$ 2.687,01
5	1,19	R$ 2.157,59	R$ 2.373,35	R$ 2.589,11	R$ 2.804,87
6	1,25	R$ 2.266,38	R$ 2.493,01	R$ 2.719,65	R$ 2.946,29
7	1,32	R$ 2.393,29	R$ 2.632,62	R$ 2.871,95	R$ 3.111,28
8	1,41	R$ 2.556,47	R$ 2.812,12	R$ 3.067,77	R$ 3.323,41
9	1,5	R$ 2.719,65	R$ 2.991,62	R$ 3.263,58	R$ 3.535,55
10	1,53	R$ 2.774,04	R$ 3.051,45	R$ 3.328,85	R$ 3.606,26
11	1,56	R$ 2.828,44	R$ 3.111,28	R$ 3.394,12	R$ 3.676,97
12	1,59	R$ 2.882,83	R$ 3.171,11	R$ 3.459,39	R$ 3.747,68
Tabela XXXIX					
Ensino Fundamental Incompleto					
Cargo					
Operador de Trator Esteira; Operador de Trator Esteira - Estável					
Classe		A	B	C	D
Escolaridade		Ensino Fundamental Incompleto	300 H de Capacitação	Fundamental Completo	Ensino Médio
Nível		1	1,1	1,2	1,3
1	1	R$ 1.628,31	R$ 1.791,14	R$ 1.953,97	R$ 2.116,80
2	1,04	R$ 1.693,44	R$ 1.862,79	R$ 2.032,13	R$ 2.201,48
3	1,09	R$ 1.774,86	R$ 1.952,34	R$ 2.129,83	R$ 2.307,32
4	1,14	R$ 1.856,27	R$ 2.041,90	R$ 2.227,53	R$ 2.413,16
5	1,19	R$ 1.937,69	R$ 2.131,46	R$ 2.325,23	R$ 2.519,00
6	1,25	R$ 2.035,39	R$ 2.238,93	R$ 2.442,47	R$ 2.646,00
7	1,32	R$ 2.149,37	R$ 2.364,31	R$ 2.579,24	R$ 2.794,18
8	1,41	R$ 2.295,92	R$ 2.525,51	R$ 2.755,10	R$ 2.984,69
9	1,5	R$ 2.442,47	R$ 2.686,71	R$ 2.930,96	R$ 3.175,20
10	1,53	R$ 2.491,31	R$ 2.740,45	R$ 2.989,58	R$ 3.238,71
11	1,56	R$ 2.540,16	R$ 2.794,18	R$ 3.048,20	R$ 3.302,21
12	1,59	R$ 2.589,01	R$ 2.847,91	R$ 3.106,82	R$ 3.365,72
Tabela XL					
Ensino Fundamental Incompleto/Alfabetizado					
Cargo					
Cozinheiro; Gari; Merendeira; Vigia; Zelador					
Classe		A	B	C	D
Escolaridade		Ensino Fundamental Incompleto	300 H de Capacitação	Fundamental Completo	Ensino Médio
Nível		1	1,1	1,2	1,3
1	1	R$ 934,04	R$ 1.027,44	R$ 1.120,85	R$ 1.214,25
2	1,04	R$ 971,40	R$ 1.068,54	R$ 1.165,68	R$ 1.262,82
3	1,09	R$ 1.018,10	R$ 1.119,91	R$ 1.221,72	R$ 1.323,53
4	1,14	R$ 1.064,81	R$ 1.171,29	R$ 1.277,77	R$ 1.384,25
5	1,19	R$ 1.111,51	R$ 1.222,66	R$ 1.333,81	R$ 1.444,96
6	1,25	R$ 1.167,55	R$ 1.284,31	R$ 1.401,06	R$ 1.517,82
7	1,32	R$ 1.232,93	R$ 1.356,23	R$ 1.479,52	R$ 1.602,81
8	1,41	R$ 1.317,00	R$ 1.448,70	R$ 1.580,40	R$ 1.712,10

9	1,5	R$ 1.401,06	R$ 1.541,17	R$ 1.681,27	R$ 1.821,38
10	1,53	R$ 1.429,08	R$ 1.571,99	R$ 1.714,90	R$ 1.857,81
11	1,56	R$ 1.457,10	R$ 1.602,81	R$ 1.748,52	R$ 1.894,23
12	1,59	R$ 1.485,12	R$ 1.633,64	R$ 1.782,15	R$ 1.930,66
Tabela XLI					
Fundamental Incompleto/ Alfabetizado					
Cargo					
Borracheiro; Motorista I; Operador de Rolo - Compactador					
Classe		**A**	**B**	**C**	**D**
Escolaridade		**Ensino Fundamental Incompleto**	**300 H de Capacitação**	**Fundamental Completo**	**Ensino Médio**
Nivel		**1**	**1,1**	**1,2**	**1,3**
1	1	R$ 1.060,26	R$ 1.166,29	R$ 1.272,31	R$ 1.378,34
2	1,04	R$ 1.102,67	R$ 1.212,94	R$ 1.323,20	R$ 1.433,47
3	1,09	R$ 1.155,68	R$ 1.271,25	R$ 1.386,82	R$ 1.502,39
4	1,14	R$ 1.208,70	R$ 1.329,57	R$ 1.450,44	R$ 1.571,31
5	1,19	R$ 1.261,71	R$ 1.387,88	R$ 1.514,05	R$ 1.640,22
6	1,25	R$ 1.325,33	R$ 1.457,86	R$ 1.590,39	R$ 1.722,92
7	1,32	R$ 1.399,54	R$ 1.539,50	R$ 1.679,45	R$ 1.819,41
8	1,41	R$ 1.494,97	R$ 1.644,46	R$ 1.793,96	R$ 1.943,46
9	1,5	R$ 1.590,39	R$ 1.749,43	R$ 1.908,47	R$ 2.067,51
10	1,53	R$ 1.622,20	R$ 1.784,42	R$ 1.946,64	R$ 2.108,86
11	1,56	R$ 1.654,01	R$ 1.819,41	R$ 1.984,81	R$ 2.150,21
12	1,59	R$ 1.685,81	R$ 1.854,39	R$ 2.022,98	R$ 2.191,56
Tabela XLII					
Fundamental Incompleto/ Alfabetizado					
Cargo					
Operador de Trator de Pneus					
Classe		**A**	**B**	**C**	**D**
Escolaridade		**Ensino Fundamental Incompleto**	**300 H de Capacitação**	**Fundamental Completo**	**Ensino Médio**
Nível		**1**	**1,1**	**1,2**	**1,3**
1	1	R$ 1.186,52	R$ 1.305,17	R$ 1.423,82	R$ 1.542,48
2	1,04	R$ 1.233,98	R$ 1.357,38	R$ 1.480,78	R$ 1.604,18
3	1,09	R$ 1.293,31	R$ 1.422,64	R$ 1.551,97	R$ 1.681,30
4	1,14	R$ 1.352,63	R$ 1.487,90	R$ 1.623,16	R$ 1.758,42
5	1,19	R$ 1.411,96	R$ 1.553,15	R$ 1.694,35	R$ 1.835,55
6	1,25	R$ 1.483,15	R$ 1.631,47	R$ 1.779,78	R$ 1.928,10
7	1,32	R$ 1.566,21	R$ 1.722,83	R$ 1.879,45	R$ 2.036,07
8	1,41	R$ 1.672,99	R$ 1.840,29	R$ 2.007,59	R$ 2.174,89
9	1,5	R$ 1.779,78	R$ 1.957,76	R$ 2.135,74	R$ 2.313,71
10	1,53	R$ 1.815,38	R$ 1.996,91	R$ 2.178,45	R$ 2.359,99
11	1,56	R$ 1.850,97	R$ 2.036,07	R$ 2.221,17	R$ 2.406,26
12	1,59	R$ 1.886,57	R$ 2.075,22	R$ 2.263,88	R$ 2.452,54
Tabela XLIII					
Fundamental Incompleto/ Alfabetizado					
Cargo					
Marceneiro; Padeiro					
Classe		**A**	**B**	**C**	**D**
Escolaridade		**Ensino Fundamental Incompleto**	**300 H de Capacitação**	**Fundamental Completo**	**Ensino Médio**
Nível		**1**	**1,1**	**1,2**	**1,3**
1	1	R$ 1.249,59	R$ 1.374,55	R$ 1.499,51	R$ 1.624,47
2	1,04	R$ 1.299,57	R$ 1.429,53	R$ 1.559,49	R$ 1.689,45
3	1,09	R$ 1.362,05	R$ 1.498,26	R$ 1.634,46	R$ 1.770,67
4	1,14	R$ 1.424,53	R$ 1.566,99	R$ 1.709,44	R$ 1.851,89
5	1,19	R$ 1.487,01	R$ 1.635,71	R$ 1.784,41	R$ 1.933,12
6	1,25	R$ 1.561,99	R$ 1.718,19	R$ 1.874,39	R$ 2.030,58
7	1,32	R$ 1.649,46	R$ 1.814,40	R$ 1.979,35	R$ 2.144,30
8	1,41	R$ 1.761,92	R$ 1.938,11	R$ 2.114,31	R$ 2.290,50
9	1,5	R$ 1.874,39	R$ 2.061,82	R$ 2.249,26	R$ 2.436,70
10	1,53	R$ 1.911,87	R$ 2.103,06	R$ 2.294,25	R$ 2.485,43
11	1,56	R$ 1.949,36	R$ 2.144,30	R$ 2.339,23	R$ 2.534,17
12	1,59	R$ 1.986,85	R$ 2.185,53	R$ 2.384,22	R$ 2.582,90
Tabela XLIV					
Fundamental Incompleto/ Alfabetizado					
Cargo					
Carpinteiro; Eletricista de Instalação em Geral; Eletricista de Veículos Automotores, Lubrificador; Mecânico Manutenção de Veículos Automotores; Motorista II; Pedreiro; Pintor de Obras					
Classe		**A**	**B**	**C**	**D**
Escolaridade		**Ensino Fundamental Incompleto**	**300 H de Capacitação**	**Fundamental Completo**	**Ensino Médio**
Nível		**1**	**1,1**	**1,2**	**1,3**
1	1	R$ 1.375,86	R$ 1.513,45	R$ 1.651,03	R$ 1.788,62
2	1,04	R$ 1.430,89	R$ 1.573,98	R$ 1.717,07	R$ 1.860,16
3	1,09	R$ 1.499,69	R$ 1.649,66	R$ 1.799,62	R$ 1.949,59
4	1,14	R$ 1.568,48	R$ 1.725,33	R$ 1.882,18	R$ 2.039,02
5	1,19	R$ 1.637,27	R$ 1.801,00	R$ 1.964,73	R$ 2.128,46
6	1,25	R$ 1.719,83	R$ 1.891,81	R$ 2.063,79	R$ 2.235,77
7	1,32	R$ 1.816,14	R$ 1.997,75	R$ 2.179,36	R$ 2.360,98
8	1,41	R$ 1.939,96	R$ 2.133,96	R$ 2.327,96	R$ 2.521,95
9	1,5	R$ 2.063,79	R$ 2.270,17	R$ 2.476,55	R$ 2.682,93
10	1,53	R$ 2.105,07	R$ 2.315,57	R$ 2.526,08	R$ 2.736,59
11	1,56	R$ 2.146,34	R$ 2.360,98	R$ 2.575,61	R$ 2.790,24
12	1,59	R$ 2.187,62	R$ 2.406,38	R$ 2.625,14	R$ 2.843,90
Tabela XLV					
Ensino Fundamental Incompleto					
Cargo					
Auxiliar de Serviços Gerais; Operário Braçal; Salva-vidas; Garçom					
Classe		**A**	**B**	**C**	**D**
Escolaridade		**Ensino Fundamental Incompleto**	**300 H de Capacitação**	**Fundamental Completo**	**Ensino Médio**
Nível		**1**	**1,1**	**1,2**	**1,3**
1	1	R$ 997,19	R$ 1.096,91	R$ 1.196,63	R$ 1.296,35
2	1,04	R$ 1.037,08	R$ 1.140,79	R$ 1.244,49	R$ 1.348,20

3	1,09	R$ 1.086,94	R$ 1.195,63	R$ 1.304,32	R$ 1.413,02
4	1,14	R$ 1.136,80	R$ 1.250,48	R$ 1.364,16	R$ 1.477,84
5	1,19	R$ 1.186,66	R$ 1.305,32	R$ 1.423,99	R$ 1.542,65
6	1,25	R$ 1.246,49	R$ 1.371,14	R$ 1.495,79	R$ 1.620,43
7	1,32	R$ 1.316,29	R$ 1.447,92	R$ 1.579,55	R$ 1.711,18
8	1,41	R$ 1.406,04	R$ 1.546,64	R$ 1.687,25	R$ 1.827,85
9	1,5	R$ 1.495,79	R$ 1.645,36	R$ 1.794,94	R$ 1.944,52
10	1,53	R$ 1.525,70	R$ 1.678,27	R$ 1.830,84	R$ 1.983,41
11	1,56	R$ 1.555,62	R$ 1.711,18	R$ 1.866,74	R$ 2.022,30
12	1,59	R$ 1.585,53	R$ 1.744,09	R$ 1.902,64	R$ 2.061,19

Tabela XLVI

Ensino Médio					
Cargo					
Técnico de Saneamento					
Classe		A	B	C	D
Escolaridade		Ensino Médio	360 H de Capacitação	Graduação	Especialização
Nível		1	1,1	1,2	1,3
1	1	R$ 1.502,06	R$ 1.652,27	R$ 1.802,47	R$ 1.952,68
2	1,04	R$ 1.562,14	R$ 1.718,36	R$ 1.874,57	R$ 2.030,79
3	1,09	R$ 1.637,25	R$ 1.800,97	R$ 1.964,69	R$ 2.128,42
4	1,14	R$ 1.712,35	R$ 1.883,59	R$ 2.054,82	R$ 2.226,06
5	1,19	R$ 1.787,45	R$ 1.966,20	R$ 2.144,94	R$ 2.323,69
6	1,25	R$ 1.877,58	R$ 2.065,34	R$ 2.253,09	R$ 2.440,85
7	1,32	R$ 1.982,72	R$ 2.181,00	R$ 2.379,26	R$ 2.577,54
8	1,41	R$ 2.117,90	R$ 2.329,70	R$ 2.541,48	R$ 2.753,28
9	1,5	R$ 2.253,09	R$ 2.478,40	R$ 2.703,71	R$ 2.929,02
10	1,53	R$ 2.298,15	R$ 2.527,97	R$ 2.757,78	R$ 2.987,60
11	1,56	R$ 2.343,21	R$ 2.577,54	R$ 2.811,85	R$ 3.046,18
12	1,59	R$ 2.388,28	R$ 2.627,11	R$ 2.865,93	R$ 3.104,76

Tabela XLVII

Ensino Fundamental Incompleto					
Cargo					
Encanador					
Classe		A	B	C	D
Escolaridade		Fundamental Incompleto	300 H de Capacitação	Fundamental Completo	Ensino Médio
Nível		1	1,1	1,2	1,3
1	1	R$ 1.880,72	R$ 2.068,79	R$ 2.256,86	R$ 2.444,94
2	1,04	R$ 1.955,95	R$ 2.151,54	R$ 2.347,14	R$ 2.542,74
3	1,09	R$ 2.049,98	R$ 2.254,98	R$ 2.459,98	R$ 2.664,98
4	1,14	R$ 2.144,02	R$ 2.358,42	R$ 2.572,82	R$ 2.787,23
5	1,19	R$ 2.238,06	R$ 2.461,86	R$ 2.685,66	R$ 2.909,48
6	1,25	R$ 2.350,90	R$ 2.585,99	R$ 2.821,08	R$ 3.056,18
7	1,32	R$ 2.482,55	R$ 2.730,81	R$ 2.979,06	R$ 3.227,32
8	1,41	R$ 2.651,82	R$ 2.917,00	R$ 3.182,17	R$ 3.447,37
9	1,5	R$ 2.821,08	R$ 3.103,19	R$ 3.385,29	R$ 3.667,41
10	1,53	R$ 2.877,50	R$ 3.165,25	R$ 3.453,00	R$ 3.740,76
11	1,56	R$ 2.933,92	R$ 3.227,32	R$ 3.520,70	R$ 3.814,11
12	1,59	R$ 2.990,34	R$ 3.289,38	R$ 3.588,41	R$ 3.887,45

Tabela XLVIII

Ensino Fundamental					
Cargo					
Auxiliar de Saneamento					
Classe		A	B	C	D
Escolaridade		Ensino Fundamental	260 H de Capacitação	Ensino Médio	Graduação
Nível		1	1,1	1,2	1,3
1	1,00	R$ 997,21	R$ 1.096,93	R$ 1.196,65	R$ 1.296,37
2	1,04	R$ 1.037,10	R$ 1.140,81	R$ 1.244,52	R$ 1.348,22
3	1,09	R$ 1.086,96	R$ 1.195,65	R$ 1.304,35	R$ 1.413,04
4	1,14	R$ 1.136,82	R$ 1.250,50	R$ 1.364,18	R$ 1.477,86
5	1,19	R$ 1.186,68	R$ 1.305,35	R$ 1.424,01	R$ 1.542,68
6	1,25	R$ 1.246,51	R$ 1.371,16	R$ 1.495,81	R$ 1.620,46
7	1,32	R$ 1.316,32	R$ 1.447,95	R$ 1.579,58	R$ 1.711,21
8	1,41	R$ 1.406,07	R$ 1.546,67	R$ 1.687,28	R$ 1.827,88
9	1,50	R$ 1.495,82	R$ 1.645,40	R$ 1.794,98	R$ 1.944,56
10	1,53	R$ 1.525,73	R$ 1.678,30	R$ 1.830,87	R$ 1.983,45
11	1,56	R$ 1.555,65	R$ 1.711,21	R$ 1.866,77	R$ 2.022,34
12	1,59	R$ 1.585,56	R$ 1.744,12	R$ 1.902,67	R$ 2.061,23

Tabela XLVIII

Ensino Fundamental				
Cargo				
Agente Comunitário de Saúde				
CLASSE	A	B	C	D
Escolaridade	Fundamental	260 H de Capacitação	Médio	Graduação
Nível	1	1,1	1,2	1,3

1	1,00	R$ 1.078,18	R$ 1.186,00	R$ 1.293,82	R$ 1.401,63
2	1,04	R$ 1.121,31	R$ 1.233,44	R$ 1.345,57	R$ 1.457,70
3	1,09	R$ 1.175,22	R$ 1.292,74	R$ 1.410,26	R$ 1.527,78
4	1,14	R$ 1.229,13	R$ 1.352,04	R$ 1.474,95	R$ 1.597,86
5	1,19	R$ 1.283,03	R$ 1.411,34	R$ 1.539,64	R$ 1.667,94
6	1,25	R$ 1.347,73	R$ 1.482,50	R$ 1.617,27	R$ 1.752,04
7	1,32	R$ 1.423,20	R$ 1.565,52	R$ 1.707,84	R$ 1.850,16
8	1,41	R$ 1.520,23	R$ 1.672,26	R$ 1.824,28	R$ 1.976,30
9	1,50	R$ 1.617,27	R$ 1.779,00	R$ 1.940,72	R$ 2.102,45
10	1,53	R$ 1.649,62	R$ 1.814,58	R$ 1.979,54	R$ 2.144,50
11	1,56	R$ 1.681,96	R$ 1.850,16	R$ 2.018,35	R$ 2.186,55
12	1,59	R$ 1.714,31	R$ 1.885,74	R$ 2.057,17	R$ 2.228,60

Tabela L

Ensino Superior

Cargo

ENFERMEIRO 30 HS

CLASSE		**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**
Escolaridade		**Graduação**	**400 H ou Especialização**	**Mais 1 Especialização**	**Mais 1 Especialização**	**Mestrado**	**Doutorado**
Nível		**1**	**1,05**	**1,1**	**1,15**	**1,3**	**1,4**
1	1,00	R$ 3.673,10	R$ 3.856,76	R$ 4.040,41	R$ 4.224,07	R$ 4.775,03	R$ 5.142,34
2	1,04	R$ 3.820,02	R$ 4.011,03	R$ 4.202,03	R$ 4.393,03	R$ 4.966,03	R$ 5.348,03
3	1,09	R$ 4.003,68	R$ 4.203,86	R$ 4.404,05	R$ 4.604,23	R$ 5.204,78	R$ 5.605,15
4	1,14	R$ 4.187,33	R$ 4.396,70	R$ 4.606,07	R$ 4.815,43	R$ 5.443,53	R$ 5.862,27
5	1,19	R$ 4.370,99	R$ 4.589,54	R$ 4.808,09	R$ 5.026,64	R$ 5.682,29	R$ 6.119,38
6	1,25	R$ 4.591,38	R$ 4.820,94	R$ 5.050,51	R$ 5.280,08	R$ 5.968,79	R$ 6.427,93
7	1,32	R$ 4.848,49	R$ 5.090,92	R$ 5.333,34	R$ 5.575,77	R$ 6.303,04	R$ 6.787,89
8	1,41	R$ 5.179,07	R$ 5.438,02	R$ 5.696,98	R$ 5.955,93	R$ 6.732,79	R$ 7.250,70
9	1,50	R$ 5.509,65	R$ 5.785,13	R$ 6.060,62	R$ 6.336,10	R$ 7.162,55	R$ 7.713,51
10	1,53	R$ 5.619,84	R$ 5.900,84	R$ 6.181,83	R$ 6.462,82	R$ 7.305,80	R$ 7.867,78
11	1,56	R$ 5.730,04	R$ 6.016,54	R$ 6.303,04	R$ 6.589,54	R$ 7.449,05	R$ 8.022,05
12	1,59	R$ 5.840,23	R$ 6.132,24	R$ 6.424,25	R$ 6.716,26	R$ 7.592,30	R$ 8.176,32

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:F7FBA777

SAAES
BALANCETE NOVEMBRO-2014

SAAES - SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESG. DE SINOP
ANEXO 13 - LEI N.º 4320/64 - BALANCETE FINANCEIRO
MÊS DE NOVEMBRO DE 2014.

RECEITAS				DESPESAS			
Títulos	Anteriores R$	Do mês R$	Total R$	Títulos	Anteriores R$	Do mês R$	Total R$
ORÇAMENTÁRIA				ORÇAMENTÁRIA			
RECEITAS CORRENTES							
RECEITA TRIBUTÁRIA	263.151,08	21.404,17	284.555,25	Administração	205.829,68	500,00	206.329,68
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	Saneamento	17.271.985,55	884.414,97	18.156.400,52
RECEITA PATRIMONIAL	22.617,66	1.214,37	23.832,03	Encargos Especiais	1.934.016,05	178.761,71	2.112.777,76
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	SOMA. . . :	19.411.831,28	1.063.676,68	20.475.507,96
RECEITAS DE SERVIÇOS	11.921.963,00	1.117.576,39	13.039.539,39				
NASF - Nucleo de Apoio à Saúde da Família	0,00	0,00	0,00	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.064.830,50	25.619,75	1.090.450,25	Restos a Pagar Exercício Anterior			
RECEITAS DE CAPITAL				RESTOS A PAGAR EXERCÍCIO ANTERIOR	340.501,16	0,00	340.501,16
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	Depósitos			
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	VALE MERCADO SFPMS	57.635,34	1.139,83	58.775,17
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.417.350,20	0,00	3.417.350,20	MENS. SINDICAL	7.370,51	393,47	7.763,98
				PLANO DE SAUDE B SFPMS	10.056,42	334,64	10.391,06
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	ASSERMUSI	1.032,93	66,34	1.099,27
RECEITAS DE SERVIÇOS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	130.042,36	175,30	130.217,66	CONSIG. BANCO SCHAIM	238,50	0,00	238,50
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	353.513,77	0,00	353.513,77	CONSIG. BANCO BV	1.888,90	29,77	1.918,67
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	IRRF - Funcionalismo	103.546,30	4.898,33	108.444,63
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	IRRF - Pessoa Juridica - Fonte 999	67.120,97	5.607,84	72.728,81
				IRRF - Pessoa Juridica - Fonte 301	54.872,14	0,00	54.872,14
DEDUÇÃO DA RECEITA P/ FORMAÇÃO DO FUNDEF				Contribuicao Sindical	4.831,61	0,00	4.831,61
DEDUÇÃO DE RECEITAS	0,00	0,00	0,00	INSS - SERVIDORES	78.956,78	3.493,96	82.450,74
DEDUÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	Previ - Previdencia Municipal - Servidor	97.930,29	9.184,90	107.115,19
DEDUÇÃO DE RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	INSS - PESSOA JURIDICA - Fonte 999	221.760,51	23.191,34	244.951,85
DEDUÇÃO TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	INSS - PESSOA JURIDICA - Fonte 301	166.259,12	0,00	166.259,12
DEDUÇ. REC. P/ FORMAÇ. FUNDEB-TRANSF.	0,00	0,00	0,00	ISSQN - Fonte 999	208.909,72	15.956,08	224.865,80
DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	ISSQN - Fonte 301	169.548,38	0,00	169.548,38
SOMA. . . :	17.173.468,57	1.165.989,98	18.339.458,55	CONSIGNAÇÃO C.E.F - SAAES	251.947,95	15.293,05	267.241,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA				CONSIGNAÇÃO BANCO BMC	687,68	40,87	728,55
				DEPÓSITOS/CAUÇÃO	5.521,30	0,00	5.521,30
RESTOS A PAGAR				SOMA. . . :	1.850.616,51	79.630,42	1.930.246,93
Pagto.Empenhos meses Anteriores	657.655,58	0,00	657.655,58				
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR				SALDO PARA O MES SEGUINTE			
C/ Empenhos a Pagar	466.956,60	(100.538,23)	366.418,37				
DEPÓSITOS				DISPONÍVEL	0,00	0,00	0,00
VALE MERC. SFPMS	57.635,34	1.139,83	58.775,17	TESOURARIA			
MENSALIDADE SIND. SFPMS	7.370,51	393,47	7.763,98	Conta Vinculada	0,00	96.802,59	96.802,59
PLANO DE SAUDE B SFPMS	10.056,42	334,64	10.391,06	CONTA MOVIMENTO	0,00	231.440,64	231.440,64
ASSERMUSI	1.032,93	66,34	1.099,27	REALIZÁVEL			
CONSIG. BANCO SCHAIM	238,50	0,00	238,50	CONVENIO Nº 257/2010 GOV. ESTADO	0,00	4.429.194,00	4.429.194,00
CONSIG. BANCO BV	1.888,90	29,77	1.918,67	SOMA. . . :	0,00	4.757.437,23	4.757.437,23

IRRF - Funcionalismo	95.916,20	4.898,33	100.814,53	TOTAL . . . . :	21.262.447,79	5.900.744,33	27.163.192,12
IRRF - Pessoa Juridica - Fonte 999	56.860,28	5.607,84	62.468,12				
IRRF - Pessoa Juridica - Fonte 301	54.872,14	0,00	54.872,14				
Contribuicao Sindical	4.831,61	0,00	4.831,61				
INSS - SERVIDORES	72.288,86	3.493,96	75.782,82				
PREVI - PREVIDENCIA MUNICIPAL	90.502,80	9.184,90	99.687,70				
INSS - PESSOA JURIDICA - Fonte 999	183.252,75	23.191,34	206.444,09				
INSS - PESSOA JURIDICA - Fonte 301	166.259,12	0,00	166.259,12				
ISSQN - Fonte 999	178.032,87	15.956,08	193.988,95				
ISSQN - Fonte 301	169.548,38	0,00	169.548,38				
CONSIGNAÇÃO C.E.F - SAAES	251.947,95	15.293,05	267.241,00				
CONSIGNAÇÃO BANCO BMC	687,68	40,87	728,55				
DEPOSITOS/FIANCA CONTRATO	5.803,31	0,00	5.803,31				
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS							
TRANSF. FINANCEIRA RECEBIDA - PREFEITURA	1.177.704,01	167.222,72	1.344.926,73				
SOMA. . . :	3.711.342,74	146.314,91	3.857.657,65				
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR							
RECEITAS				DESPESAS			
Títulos	Anteriores R$	Do mês R$	Total R$	Títulos	Anteriores R$	Do mês R$	Total R$
DISPONÍVEL							
TESOURARIA	0,00	0,00	0,00				
Conta Vinculada	0,00	492.526,16	492.526,16				
CONTA MOVIMENTO	0,00	44.355,76	44.355,76				
REALIZÁVEL							
CONVENIO Nº 257/2010 GOV. ESTADO	0,00	4.429.194,00	4.429.194,00				
SOMA. . . :	0,00	4.966.075,92	4.966.075,92				
TOTAL . . . . :	20.884.811,31	6.278.380,81	27.163.192,12				

TEODORO MOREIRA LOPES
Diretor

Diretor

JUCIMARA APARECIDA RODRIGUES
Tesoureira

SÉRGIO DAL MASO
Contador
MT-008964/O-6

Publicado por:
Elis Regina da Silva Muller
Código Identificador:939B976A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 019/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.614.538/0001-59, estabelecido à Av.Curitiba, 94 – centro – União do Sul – MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, brasileiro, empresário, portador do RG nº 2450376-2 SSP/MT e do CPF nº 543.414.009-59, residente e domiciliado à Av. Porto Alegre s/nº, centro da Cidade de União do Sul - MT, e as EMPRESAS: **ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. - ME**, inscrita no CNPJ sob nº 00.226.324/0001-42, estabelecida à Avenida Independência,nº 6020, Quadra 70-C, Setor Aeroporto, na Cidade de Goiânia/GO, neste ato representada pelo Procurador, o Sr. JOSÉ IVONE DE MELO, portador do RG nº 1868449-1 SSP/MT e do CPF nº 238.657.179-34; **GENIVALDO GOMES - ME**, inscrita no CNPJ sob nº 07.233.375/0001-40, estabelecida à Avenida Norberto Schwantes, nº 750, centro da Cidade de Terra Nova do Norte - MT, neste ato representada pelo Sr. GENIVALDO GOMES, portador do RG nº 786.837 SSP/MT e do CPF nº 627.024.081-68, e **RA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. - ME**, inscrita no CNPJ sob nº 07.539.145/0001-04, estabelecida à Avenida Beira Rio, nº 1225, Bairro Jardim Califórnia, na cidade de Cuiabá - MT, neste ato representada pelo Procurador, o Sr. ANDERSON DE SOUZA PINA, portador do RG nº 001325660 SSP/MS e do CPF nº 834.058.011-68, de acordo com o disposto na Lei nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002, com aplicação subsidiária no que couber da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como o Decreto Municipal nº. 901, de 24/03/2014 e conforme o Processo Licitatório sob nº 053/2014, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2014 – REGISTRO DE PREÇOS, as partes firmam esta **Ata de Registro de Preços**, com previsão de execução de 12 (doze) meses, para futuras e eventuais Aquisições de Peças elétricas e Serviços de Manutenção da Rede de Iluminação Pública da Cidade de União do Sul - MT, de conformidade com a descrição da Cláusula I desta Ata.

CLAUSULA I - DO OBJETO
1. Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços, o registro dos preços das Peças elétricas e Serviços de Manutenção da Rede de Iluminação Pública da Cidade de União do Sul - MT, por empresa subscritora desta Ata, observadas as quantidades, especificações e respectivos preços, estabelecidos no(s) Anexo(s) abaixo, visando aquisições futuras e eventuais pelo(s) órgão(s) participante(s) relacionado(s) no Anexo II do Edital do Pregão acima mencionado:

I - ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. - ME:

RELAÇÃO DE PEÇAS ELÉTRICAS PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA CIDADE DE UNIÃO DO SUL:						
ITEM	**QUANTI-DADE**	**CODIGO**	**UNI-DADE**	**DESCRIÇÃO**	**VALORES**	
					UNITARIO	**TOTAL**
1.	**500**	14779	**UN**	**REATOR 250 WATS**	86,00	43.000,00
3.	**100**	5935	**UN**	**LÂMPADA VAPOR SÓDIO 400 WATS**	31,00	3.100,00

4.	**500**	14781	**UN**	**RELÊ FOTOELETRÔNICO 1.200 WATS**	18,00	9.000,00
6.	**300**	20509	**UN**	**CONECTOR DE ALUMÍNIO**	2,00	600,00
9.	**300**	14786	**UN**	**PARAFUSO GALVANIZADO 1" - 30 CM**	8,40	2.520,00
VALOR TOTAL DOS PRODUTOS (PEÇAS): R$ 58.220,00 (cinquenta e oito mil, duzentos e vinte reais).						

II - GENIVALDO GOMES - ME:

RELAÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA CIDADE DE UNIÃO DO SUL:						
ITEM	**QUANTI-DADE**	**CODIGO**	**UNI-DADE**	**DESCRIÇÃO**	**VALORES**	
					UNITARIO	**TOTAL**
11.	**1.000**	14787	**UN**	**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (Mão de Obra de Consertos e Instalações de Luminárias).**	44,82	44.820,00
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS: R$ 44.820,00 (quarenta e quatro mil, oitocentos e vinte reais).						

III - RA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. - ME:

RELAÇÃO DE PEÇAS ELÉTRICAS PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA CIDADE DE UNIÃO DO SUL:						
ITEM:	**QUANTI-DADE:**	**CODIGO**	**UNI-DADE**	**DESCRIÇÃO**	**VALORES**	
					UNITARIO	**TOTAL**
2.	**1.000**	20507	**UN**	**LÂMPADA VAPOR SÓDIO 250 WATS**	33,90	33.900,00
5.	**10**	20508	**UN**	**CHAVE CONTACTORA 65 WATS (65 AM)**	280,00	2.800,00
7.	**400**	14784	**UN**	**BASE PARA RELÊ**	7,90	3.160,00
8.	**100**	14785	**UN**	**CONJUNTO DE LUMINÁRIA COMPLETA 3M.**	148,50	14.850,00
10.	**500**	20510	**UN**	**SOQUETE PORCELANA E40**	7,10	3.550,00
VALOR TOTAL DOS PRODUTOS (PEÇAS): R$ 58.260,00 (cinquenta e oito mil, duzentos e sessenta reais).						

CLAUSULA II - DO VALOR GLOBAL

1. O Valor Global estimado da presente Ata de Registro de Preços é de **R$ 161.300,00 (cento e sessenta e um mil e trezentos reais).**

CLÁUSULA III – DO REAJUSTAMENTO

1. Os preços serão fixos e irreajustáveis, salvo mudanças nas medidas econômicas do Governo Federal.
2. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custos que não possam, por vedação legal, ser refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 65, II, "d", da Lei 8.666/93, buscarão uma solução para a questão. Durante as negociações, a empresa contratada em hipótese nenhuma poderá paralisar o fornecimento dos produtos e serviços.

CLAUSULA IV - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O prazo de validade do registro de preços será de *12 (doze)* meses, contado a partir da publicação da presente Ata.

CLAUSULA V - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO:

1. Os Produtos e Serviços objeto desta Ata serão fornecidos em etapas no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.
2. A empresa detentora da Ata de Registro de Preços (licitante vencedora) deverá realizar os serviços de consertos e revisões com fornecimento das peças de auto elétrica necessárias, mediante solicitação do Departamento competente, com as características exigidas na licitação. Todas as despesas, impostos, taxas, etc, correrão por conta única e exclusiva da fornecedora.
3. Os produtos/serviços serão previamente requisitados pelos órgãos participantes da Prefeitura de União do Sul – MT.
4. A entrega/retirada dos produtos/serviços deverá estar em conformidade com o requerido pelo órgão solicitante e acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceito após a verificação do cumprimento das especificações contidas no edital do pregão e nesta ata.

CLAUSULA VI – DA FORMA DE PAGAMENTO:

1. Os pagamentos serão efetuados após a comprovação da entrega dos produtos e da realização dos serviços, em até 30 (trinta) dias.
2. O Detentor da Ata deverá encaminhar as Notas Fiscais ao Departamento Competente que as receberá provisoriamente, para posterior comprovação da conformidade dos produtos e serviços, de acordo com as especificações constantes do edital e da proposta apresentada.
3. Nenhuma fatura que contrarie as especificações contidas nas propostas será liberada antes de executadas as devidas correções e antes que seja apresentada a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.
4. Nenhum pagamento será efetuado à Detentora da Ata sem que esta apresente, previamente, a Certidão Negativa de Débitos Previdenciários (INSS) expedida pela Receita Federal do Brasil (Certidão Conjunta) e o Certificado de Regularidade do FGTS, em original ou cópia autenticada, salvo se as certidões apresentadas anteriormente ainda se encontrarem em validade.
5. Em hipótese alguma será feito o pagamento antecipado.

CLAUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES/RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA:

1. Entregar os produtos e serviços de forma parcelada, em etapas, conforme necessidade da Contratante, no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.
2. Os Produtos/serviços serão previamente requisitados pelo(s) órgão(s) participante(s) (Secretarias Municipais) da Prefeitura de União do Sul – MT, com o necessário prazo para a disponibilização.
3. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre os produtos e serviços objeto desta ata, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Município de UNIÃO DO SUL;
4. Responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao Município de UNIÃO DO SUL ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos.

CLAUSULA VIII- DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO:

1. Utilizar-se dos Produtos e Serviços observando os aspectos da qualidade e durabilidade;
2. Efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos nesta ata e no edital do respectivo pregão;
3. Informar à Detentora da Ata o nome do funcionário responsável pela assinatura das Ordens de Fornecimento ou requisições.
4. Fiscalizar e acompanhar a execução da presente Ata de Registro de Preços, e seus adendos, se houver, através do servidor "**fiscal de contrato**" Sr. **Josué Pereira Pinto**, designado pela Portaria nº 138/2014 do senhor Prefeito.

CLÁUSULA IX - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

1. De conformidade com o art. 86 da Lei n.º 8.666/93, o atraso injustificado na execução do objeto, sujeitará a CONTRATADA (empresa detentora de Ata de Registro de Preços), a juízo da Administração do Município de União do Sul/MT, à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento);
2. A multa prevista o item "1" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 3, alínea "b;
3. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada posteriormente, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação na Imprensa Oficial do Município, as seguintes penalidades:

a) advertência por escrito;

b) aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93;

4. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica;
5. Em se tratando de detentora de ata que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica;
6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLAUSULA X – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

1. As efetivas aquisições do objeto (peças elétricas e serviços de iluminação pública) quando houver, serão empenhadas nas dotações orçamentárias do(s) orçamento(s) vigente(s) durante o período de validade desta ata de registro de preços.

CLAUSULA XI – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

1. O presente instrumento é regido pela Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/ 93, Decreto Municipal nº 901 de 24/03/2014 e legislação complementar, bem como pelas cláusulas e condições constantes do PREGÃO N.º 035/2014 – REGISTRO DE PREÇOS.

CLAUSULA XII – DO FORO:

1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes desta ata, elegem as partes o foro da Comarca de CLÁUDIA, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que assinam na presença das testemunhas abaixo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL-MT
Av. Curitiba nº 94 – centro - CEP 78.543-000-Fone-3540-1283-União do Sul-MT
CNPJ Nº 01.614.538/0001-59.

UNIÃO DO SUL/MT 15 de dezembro de 2014.

Município de União do Sul
CNPJ: 01.614.538/0001-59
ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Empresa 1:
Elétrica Luz Comercial de Materiais Elétricos LTDA-ME
CNPJ: 00.226.324/0001-42
JOSÉ IVONE DE MELO
Procurador

Empresa 2:
Genivaldo Gomes - ME
CNPJ: 07.233.375/0001-40
GENIVALDO GOMES
Proprietário

Empresa 3:
RA Distribuidora de Materiais Elétricos LTDA-ME
CNPJ: 07.539.145/0001-04
ANDERSON DE SOUZA PINA
Procurador

Testemunhas:

Nome: Erineu Diesel
CPF: 276.705.031-49

Nome: Enio Alves da Silva
CPF: 622.783.200-68

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:81194E8A